

XI

EPHIS UFMG
2023

ENCONTRO DE PESQUISA EM HISTÓRIA - UFMG
EM HOMENAGEM A ÉBIO HENRIQUE ALMEIDA CAMARGOS

ANAIS

XI ENCONTRO DE PESQUISA EM HISTÓRIA

NARRATIVAS EM DISPUTA:

NOSTALGIA, IDENTIDADES E APROPRIAÇÕES DO PASSADO

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
BELO HORIZONTE
2023**

Acílio de Miranda Tavares, Ana Clara de Sousa Duarte, Bernardo Mendes de Souza, Daniela Borges Ferreira, Evandro José Faria Júnior, Gabriel Maia Gonçalves, Karina Aparecida de Lourdes Ferreira, Laura Braga de Souza, Lucas Fernandes, Marcela Henriques de Almeida Castro, Mariana Oliveira Castro Pena, Mayara Knoeller Mendes, Pedro Henrique Lucarelli Moreira, Pedro Henrique Pereira Silva, Sara Tatiane de Jesus, Tamires Celi da Silva, Vitória Felisberto Silva, Yasmin Grigório Silva

ANAIS

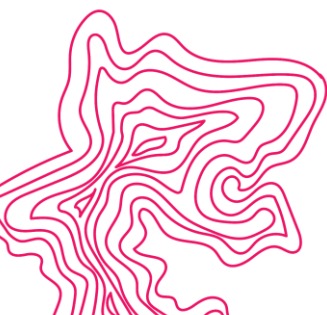
XI EPHIS – UFMG

NARRATIVAS EM DISPUTA: NOSTALGIA, IDENTIDADES E APROPRIAÇÕES DO PASSADO

1ª Edição
ISBN: 978-65-01-11103-2

Belo Horizonte, 2023
XI Encontro de Pesquisa em História da UFMG – EPHIS-UFMG
Av. Pres. Antônio Carlos, 6627 – Pampulha
31270-901 – Belo Horizonte – MG – Brasil
Site: <https://www.ephisufmg.com.br/>

XI Encontro de Pesquisa em História da UFMG - ISBN: 978-65-01-11103-2
2023



Anais Eletrônicos do XI Encontro de Pesquisa em História da UFMG: Narrativas em Disputa: nostalgia, identidades e apropriações do passado. Evento realizado em Belo Horizonte, MG, na Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Minas Gerais, entre 15 e 19 de maio de 2023.

Organização:

Acílio de Miranda Tavares
Ana Clara de Sousa Duarte
Bernardo Mendes de Souza
Daniela Borges Ferreira
Evandro José Faria Júnior
Gabriel Maia Gonçalves
Karina Aparecida de Lourdes Ferreira
Laura Braga de Souza
Lucas Fernandes
Marcela Henriques de Almeida Castro
Mariana Oliveira Castro Pena
Mayara Knoeller Mendes
Pedro Henrique Lucarelli Moreira
Pedro Henrique Pereira Silva
Sara Tatiane de Jesus
Tamires Celi da Silva
Vitória Felisberto Silva
Yasmin Grigório Silva

Anais [livro eletrônico]: XI Encontro de Pesquisa em História da UFMG: narrativas em disputa: nostalgia, identidades e apropriações do passado. -- 1. ed. -- Belo Horizonte, MG: Ed. dos Autores, 2024.
PDF

Vários autores.

Vários organizadores.

Inclui bibliografia

ISBN 978-65-01-11103-2

1. História 2. História - Coletâneas.

24-219688

CDD-907

Tábata Alves da Silva - Bibliotecária - CRB-8/9253

Revisão:

Daniela Borges Ferreira,
Karina Aparecida de Lourdes
Ferreira, Lucas Fernandes,
Pedro Henrique Pereira Silva

**Diagramação e
montagem:**

Karina Aparecida de Lourdes
Ferreira

Capa e design:

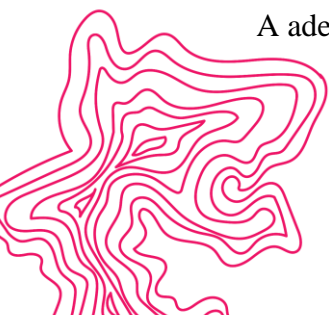
Juliana Vilela Faria, Lucas
Fernandes

A adequação técnico-linguística de todos os textos publicados nos Simpósios Temáticos e Comunicações Livres é de responsabilidade dos autores.

XI Encontro de Pesquisa em História da UFMG - ISBN: 978-65-01-11103-2

2023

3



XI ENCONTRO DE PESQUISA EM HISTÓRIA DA UFMG

Reitora da Universidade Federal de Minas Gerais

Sandra Regina Goulart Almeida

Vice-Reitor da Universidade Federal de Minas Gerais

Alessandro Fernandes Moreira

Diretor da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas

Bruno Pinheiro Wanderley Reis

Vice-Diretora da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas

Thais Porlan de Oliveira

Chefe do Departamento de História

Miriam Hermeto de Sá Motta

Coordenador do Colegiado de Graduação

Juliana Miranda Filgueiras

Coordenador do Colegiado de Pós-Graduação

André Luis Pereira Miatello

Realização:

Comissão Organizadora X Ephis

Corpo Discente do Curso de História – UFMG

Apoio:

Centro Acadêmico de Ciências Sociais da UFMG - Gestão José Francisco Neres

Centro Acadêmico de História da UFMG - Gestão Lélia Gonzalez

Colegiado da Graduação em História da UFMG

Comissão Organizadora do IX EPHIS

Comissão Organizadora do VII EPHIS

Departamento de História

Diretório Acadêmico da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas Idalísio Aranha

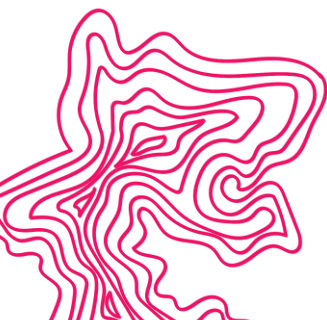
Doity

Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da UFMG

Núcleo de História Oral

Oficina de Paleografia

Programa de Pós-graduação em História



COMISSÃO ORGANIZADORA

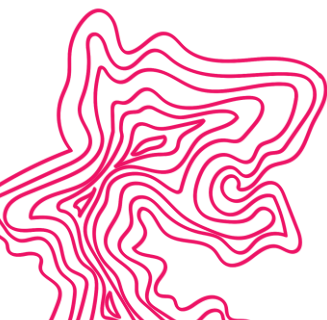
Acílio de Miranda Tavares
Ana Clara de Sousa Duarte
Bernardo Mendes de Souza
Daniela Borges Ferreira
Evandro José Faria Júnior
Gabriel Maia Gonçalves
Karina Aparecida de Lourdes Ferreira
Laura Braga de Souza
Lucas Fernandes

Marcela Henriques de Almeida Castro
Mariana Oliveira Castro Pena
Mayara Knoeller Mendes
Pedro Henrique Lucarelli Moreira
Pedro Henrique Pereira Silva
Sara Tatiane de Jesus
Tamires Celi da Silva
Vitória Felisberto Silva
Yasmin Grigório Silva

MONITORAS E MONITORES

Ana Carolina de Oliveira Rocha
Ana Luísa Pessoa Costa
Ana Luíza Ferreira Durães
Analice Pinto Campos
Anna Carolina Dias Da Silva
Antônio Henrique Boaventura Silva
Bárbara de Freitas Parzzanini
Bernardo Brumano Andrade Cardinali
Bianca de Souza dos Reis
Camila Mendes Moreira
Cecília Félix Silva
Débora Freire Lima
Ester Costa e Silva
Filipe Emanuel Aguiar de Oliveira
Gabriel Barreto Aramuni
Gabriel Fernandes Magalhães Santos
Giullie Macedo Torres
Isabella Sardinha Mascarenhas

Izabella Maria Corgosinho Flores
Jéssica Fernandes Mourão
Kemilly Christiny de Oliveira
Larissa Renner de Avila Alves
Láysa Victória Rizzi de Moraes
Lidia Nataly Santos Sousa
Lívia Rabelo Tereza
Luana Isabela da Silva
Lucas Rafael Pessoa Do Nascimento
Luiz Augusto Resende Lima
Maria Antônia Luz Sartor
Mariana Azevedo Garcia
Mateus Henrique Figueiredo de Almeida
Rafael Batista de Oliveira Ruela
Tales Felipe Ferreira Isabel
Thamires da Silva Souza
Verônica de Souza Afonso Roberte



SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO 15

SIMPÓSIOS TEMÁTICOS..... 18

América Latina em pauta: produção intelectual, circulação de narrativas, políticas de memória (séculos XIX e XX)..... 19

Organizadoras: Mariana Adami, Maria Clara da Silveira Prado e Figueiredo

A revista *O Correio da Unesco* e a diversidade cultural da América Latina (1960-1970) 21

Izabelle Seoldo Marques, Adriane Aparecida Vidal Costa

Ressurgência feminina: Mulheres na militância política na Ditadura Militar 32

Bruna Ferreira Lopes

O debate dependetista sobre o fascismo 41

Júlio César dos Santos Nogueira

Os laços da CEPAL com a Igreja Católica chilena e a oposição ao regime de Pinochet (1973-1990)..... 51

Marcos Taroco Resende

O republicanismo no jornal “Sentinela da Liberdade” de Cipriano Barata.... 66

Pedro Moretto Scudeller

Os catecismos políticos na construção do Estado mexicano (1821-1831) 74

Eric Cyon Rodrigues

O Sertão e o Sertanejo: um estudo a sobre o dualismo estrutural e formação do arraial de Canudos..... 85

Mariana Fresneda de Andrade

Áfricas em perspectiva: trânsitos temporais e espaciais na história africana e afro-diaspórica..... 94

Organizadores: Maria Júlia Viana Matoso, Aline da Silva Cerqueira, Leticia Reis dos Santos, Rafael de Azevedo Silva

A “transcolonização” – uma proposta de conceito útil para análise histórica . 96

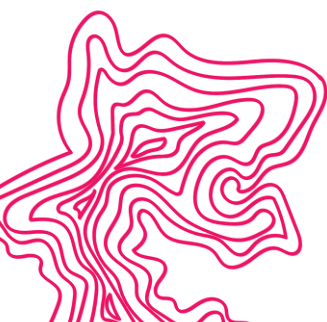
Eric Serbinenko

Escrever para sangrar: gênero, trauma e memória em *Never Again*, Flora Nwapa (1975)..... 106

Amanda Ribeiro dos Santos

Práticas religiosas de origem centro-africana no território colonial português 113

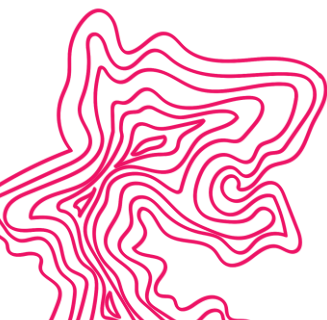
Ester Gonçalves Santos



Pedindo a Maomé por uma boa fuga: Orações e tentativas de fuga enquanto características dos mouriscos do magrebe e da senegâmbia.....	123
<i>Lucas Emanuel Rocha Vicente</i>	
História da Educação enquanto campo de pesquisa (séculos XIX e XX).....	132
<i>Organizadoras: Carolina Giovannetti, Bruna Reis Afonso</i>	
História do tempo presente nos livros didáticos: a Redemocratização e a campanha das Diretas Já (1985 – 1994).....	134
<i>Letícia Ribeiro Afonso</i>	
O jornal como espaço formativo: um estudo sobre educação feminina no século XIX.....	145
<i>Aline de Souza Araújo França</i>	
Reflexões sobre a história da educação, a infância e o código de menores de 1927.....	156
<i>Fernanda Daniele de Abreu Pereira</i>	
Relações entre História, Museus e Museologia: perspectivas, narrativas e caminhos possíveis.....	166
<i>Organizadores: Carlos Augusto Ribeiro Jotta, Marina Furtado Gonçalves</i>	
A medicina por seus médicos: acervos pessoais no entendimento da história local.....	168
<i>Anna Carolina Thomaz de Melo Dias</i>	
Em busca da história da Escola de Veterinária da UFMG: uma narrativa sobre a revitalização do Cememor-Vet.....	176
<i>Maraísa Inês de Assis Martins, Débora Stephanie Oliveira Inácio, Elisa Cândida Alcântara de Sales</i>	
Relato de experiência do Memorial da Odontologia da UFVJM.....	186
<i>Marina Furtado Gonçalves, Solano de Souza Braga, Patricia Furtado Gonçalves</i>	
Diagnóstico da Acessibilidade nos museus de Ouro Preto.....	194
<i>Gedida Ferreira de Paiva</i>	
Judaísmo imaginário e política de memória no patrimônio do Rio de Janeiro (2017-2020).....	202
<i>Bianca Pereira Bastos</i>	
Musealização nos domínios da ciência: a formação do Museu de História Natural e Paleontologia na Escola de Minas de Ouro Preto.....	214
<i>Carlos Augusto Ribeiro Jotta</i>	
Memória, História e Presente: O populismo de Itamar Franco e sua relação com Juiz de Fora no espaço museológico.....	226
<i>Olímpio Campos Silva</i>	



O Centro de Memória de Amparo: possibilidades de associação entre salvaguarda documental e ensino de História	235
<i>Joseane Justi</i>	
História e Linguagens: Teoria da História e Teoria da Literatura.....	243
<i>Organizadores: Ana Carolina de Azevedo Guedes, Edson Silva de Lima, Evander Ruthieri da Silva, Maycon da Silva Tannis</i>	
A Temporalidade e a Morte: do Borges ficcional ao Borges histórico.....	244
<i>Pedro Moretto Scudeller</i>	
O tempo nas obras de Tiago Sant’Ana. As artes visuais e o conhecimento histórico.....	252
<i>Ligia Kalina Domingueti Faria</i>	
A Fantasia em tempos de guerra: um estudo sobre as relações de poder presentes no filme o Labirinto do Fauno	260
<i>Milena Beatriz Vicente Valentim</i>	
Apropriações retóricas do passado.....	272
<i>Organizadoras: Raquel Baptista Mariani, Lina Alegria</i>	
Pensar a nostalgia: estrutura retórica e abordagens teórico-metodológicas..	274
<i>Rebecca Rozas</i>	
O sábio e antigo Oriente: algumas considerações de Voltaire	281
<i>Lais Pazzetti Machado</i>	
As falácias da memória: uma releitura da desnaturação democrática brasileira	287
<i>Roberta Puccini Gontijo</i>	
Violências no passado, reverberações no presente: autoritarismo, fascismo, (neo)nazismo (séculos XX e XXI)	295
<i>Organizadoras: Maria Visconti, Anna Carolina Viana, Bárbara Deoti</i>	
Estado, biopoder e as chacinas nas prisões brasileiras.....	297
<i>Luana Brunely da Silva</i>	
Subversão tirânica: o imaginário democrático e o medo em governos autoritários	308
<i>Iandry Jessica Ferreira</i>	
O antissemitismo e os jogos de poder na vida e obra de Richard Wagner.....	316
<i>Rubens de Brito Ferreira Teixeira</i>	
O trauma do "herói": uma análise do pós-guerra dos pracinhas com neurose.	328
<i>Clara Ferreira de Carvalho Souza</i>	



“Passados Paralelos”: Revisionismos, negacionismos e usos públicos do passado334

Organizadores: Luiz Felipe Anchieta Guerra, Mayara Balestro, Igor Tadeu Camilo Rocha

Lugar social hoje: a história pública e o negacionismo histórico em meio a diversificação de usos e produções de conteúdo.....335
João Victor de Oliveira Calegari

A Lei 10.639/03 e o ensino de História sob a perspectiva docente345
Victoria Rodrigues de Souza

História e Memória da Ditadura no Brasil: sujeitos, espaços e perspectivas.....354

Organizadores: Hygor Mesquita Faria, Larissa Virgínia Veiga, Larissa Vitória Ivo, Leon Kaminski

Clubes Negros como espaços de memória: o Ponto de Cultura Dará Palmares de Volta Redonda (1960-1970).....356
Jéssica Lopes de Assis

Cumplicidade empresarial com a ditadura militar brasileira - o Caso FIAT 364
Thiago Medeiros Souza, Vitória Eugênia Gonçalves da Rosa

A Petrobrás e a ditadura militar: a vigilância e a repressão aos trabalhadores e outras graves violações de direitos humanos (Minas Gerais)371
Bruno Vieira Sousa, Camila Alves Maia Silveira, Janaína Almeida Teles

Aparato indesejável: a polícia política e sua tentativa de fuga do estigma repressivo:379
Beatriz Silveira Reis, Gabriela Rodrigues Torres

Inimigos de batina: a vigilância sobre o clero católico resistente à Ditadura Militar, pela análise dos arquivos da COSEG-MG389
Joseane Justi

Governo, instituições e estadistas na Época Moderna (séculos XVI-XVIII).....400

Organizadores: Lucas Lixa Victor Neves, Fernanda Paixão Pissurno

Boaventura ao rei, festa ao povo: diálogos entre a Vila do Carmo e o Reino 401
Victor Custódio, Bianca de Sá, Arthur Assunção

O passado pelas margens da memória: Representações das mulheres na literatura e no cinema412

Organizadoras: Bruna Perrotti, Julia Helena Dias

Afetividade sáfica na literatura: o caso de “A Redoma de Vidro”414
Anna Carolina Thomaz de Melo Dias



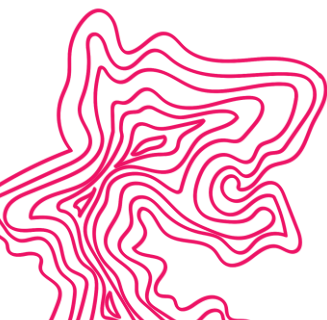
Entre a produção e a memória de Virginia Woolf: escrita de mulheres em <i>As Horas e Orlando</i>	420
<i>Julia Helena Dias</i>	
Raimundos e as mulheres, ou do velho problema de gênero em meio ao <i>Rock</i>	430
<i>Rubens de Brito Ferreira Teixeira</i>	
Histórias dissidentes: narrativas interdisciplinares, cosmopolíticas das naturezas, estudos de gênero e Educação	441
<i>Organizadores: Queiton Carmo dos Santos, Debora Viveiros, Melissa Lujambio Alves</i>	
O impacto lésbico na construção do feminismo no continente americano	443
<i>Luíza Moreira Miranda</i>	
A crise climática e os tempos da história através da técnica	449
<i>Pedro Leal Gomes</i>	
Ficção e factível: narrativas literárias e históricas na compreensão do passado	458
<i>Organizadores: Andrezza Alves Velloso, Luan Lucas Araújo Morais, Mateus Roque da Silva, Renata Lopes Pinto</i>	
O corpo que dança sob a lente do naturalismo: a literatura naturalista e a representação dos sujeitos homoafetivos	460
<i>André Ferreira da Silva</i>	
Ilhéus, trabalhadores e representações em Gabriela, Cravo e Canela (1920-1930)	471
<i>Bruna Santos Lima</i>	
Chico Rei de Agripa Vasconcelos: o romance racista como a história verdadeira	479
<i>Amanda Melissa dos Santos</i>	
Entre o local e o global: a história local como chave interpretativa para a escrita e o ensino de história	490
<i>Organizadoras: Claudia Patrícia de Oliveira Costa, Luiza Rafaela Bezerra Sarraff, Rita de Cássia Ribeiro da Silva</i>	
Laboratório de ensino de história e a formação docente em uma perspectiva da história local e regional	492
<i>Andressa Mendes Carvalho, Bianca Carolina Soares, Rosiane da Silva Ribeiro Bechler</i>	
A Gávea e seu entorno: patrimônio cultural, história local e ensino de história	498
<i>Esther Magalhães, Marianna Ogawa, Mayra Ninaut</i>	498



A trajetória de Josef Brozek e a afirmação da História da Psicologia no Brasil	506
<i>Armando Magno de Abreu Leopoldino</i>	
História local na sala de aula: a construção de Belo Horizonte e a modernidade	516
<i>Larissa Renner de Avila Alves, Lucas Fernandes</i>	
Museu da Loucura: o torreão, os objetos e a luta	525
<i>Marina Rocha Guillarduci</i>	
O Palacinho e a Revolução de 30, cenário esquecido de uma história não contada.	534
<i>Gabriel Teixeira Casela, Willen Coutinho Bispo</i>	
O papel das mulheres no século XVIII: a educação de expostos na Vila de São José	544
<i>Iandry Jessica Ferreira Soares, Yasmin Grigório Silva</i>	
O encontro entre Arte e Ciência na tratadística dos séculos XIV ao XVIII e seus desdobramentos no saber-fazer artístico	551
<i>Organizadoras: Renata Nogueira Gomes de Moraes, Adriana Gonçalves de Carvalho</i>	
Quem faz a história? Narrativas vivenciais e educação antirracista	552
<i>Organizadoras: Andréa Camila de Faria Fernandes, Marcia de Almeida Gonçalves, Livia Beatriz da Conceição</i>	
Edgard Cavalheiro e biografia moderna: usos e contribuições na história....	554
<i>Katiane M. do Carmo</i>	
Elites e subalternos no Império Romano: identidades, práticas e narrativas	560
<i>Organizador: Edjalma Nepomoceno Pina</i>	
As elites no Egito Romano: análise de Estrabão e de retratos funerários	561
<i>Jéssica Ladeira Santana</i>	
Cotidiano, escravidão e dinâmicas de mestiçagens na Ibero-América (séculos X-XIX)	571
<i>Organizadores: Antonio Gabriel Ferreira e Barros, Raphael Rocha Quintão</i>	
<i>Letícia Maia Dias, Petros José da Rocha Brandão</i>	
“Por ser eu senhor e possuidor”: padrão de posse de escravos e possibilidades da alforria na Comarca do Rio das Mortes – Minas Gerais, século XIX	572
<i>Bruno Martins de Castro</i>	
572	
Negociando mercadoria humana: comerciantes de trabalhadores escravizados em Uberaba (MG) nas décadas finais da escravidão (1861-1888) – formas de atuação e conexões	579



<i>Ulisses Henrique Tizoco</i>	579
Territórios em transformação: avanços e recuos na ocupação dos sertões mineiros, séculos XVIII-XIX	593
<i>Organizadores: Weder Ferreira da Silva, Fabrício Luiz Pereira</i>	
As Minas novas do Arassuahy: conflitos de jurisdição nos limites entre Bahia e Minas Gerais (1727-1757)	594
<i>Fabrício Luiz Pereira</i>	
Narrativas de poder e territorialidade em Aiuruoca: reflexões coloniais	606
<i>Helena Amaral Sant Ana</i>	
Futebol e História: Os usos políticos do futebol em perspectiva histórica	617
<i>Organizadores: Alexandre Vinicius Nicolino Maciel, Letícia Costa Marcolan, Victor Brandão de Oliveira, Luísa Almeida de Paula</i>	
Sociedade, Ambiente e território: relações entre clima, natureza e o tempo histórico no Antropoceno	619
<i>Hana Mariana da Cruz Ribeiro Costa, Paula Fortini Moreira, Bruno Azambuja Araújo</i>	
O Antropoceno como uma questão de escalas	621
<i>Thiago Lima</i>	
Humanos, não humanos e a lenha: interações no Pará e Amazonas (1850-1888)	630
<i>Wendell P. Machado Cordovil</i>	
As drogas na história: instituições, sujeitos, objetos e usos	639
<i>Organizadores: Luíza Lima Dias, Saulo Carneiro, Gustavo Junqueira Costa Maia</i>	
As representações sociais sobre a maconha na Folha de S. Paulo (1940-1960)	641
<i>Iolanda Chaves Ferreira de Oliveira</i>	
COMUNICAÇÕES LIVRES	651
A história de Cabaceiras do Paraguaçu narrada pela memória	652
<i>Gabriela Almeida Costa</i>	
Ações de liberdade em Guarapiranga: a agência e resistência negra na busca pela liberdade	662
<i>Maria Eduarda Câmara</i>	
Memória da medicina e subversão: a influência de Goethe no periódico “A Taça - órgão do clube mephistopheles”	669
Nathália Pereira Evangelista, José Francisco Guelfi Campos, Ráisa Mendes Fernandes de Souza	

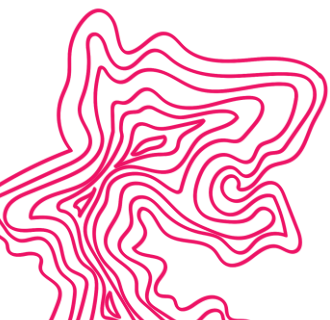


Revisitando a campanha brasileira na Itália: memória, história e controvérsias	677
<i>Ana Amélia Gimenez Dias</i>	
Gênero, violência e territorialidade: reflexões sobre os “crimes passionais” na região Morro Alto	685
<i>Stéfany Silva Dornelas, Lucas Romano Silva</i>	
Projeto Poético: saber poético-musical nas canções de Antônio Carlos Belchior	696
<i>André L. R. M. Caviola</i>	
A História Natural do Brasil Ilustrada	709
<i>Thabata Tosta</i>	
Uma máquina de carne: a formação da medicina newtoniana no período das luzes (1710-1740)	716
<i>Luis Filipe Maiolini</i>	
Intelectuais latino-americanos na revista “O Correio da UNESCO”	727
<i>Ana Clara Cavalcanti Barbosa</i>	
Jornal A Sirene: por uma historiografia popular do rompimento da Barragem de Fundão	738
<i>Kamylla Ferreira Sathler</i>	
Visões modernas: as demandas urbanísticas nas Atas da Câmara de Mariana (1889-1930)	745
<i>Flávia Caroline Fidelis da Cruz</i>	
Ethos em Euterpe: narrativa herodotiana sobre o antigo Egito	755
<i>Flávia Lemos Mota de Azevedo, Vítor Tôrres Pereira</i>	
A história de Cabaceiras do Paraguaçu narrada pela memória	765
<i>Gabriela Almeida Costa</i>	
Juventude e neoconservadorismo nas telas do <i>slasher movie</i> dos anos 1970 e 1980	776
<i>Geovane de Carvalho Melado</i>	
Os acadêmicos da Escola de Farmácia e da Escola de Minas na imprensa da Imperial Cidade de Ouro Preto (1839-1889)	787
<i>Luiz Henrique Ramos Diniz</i>	
Carlos Marighella no cinema - representações no documentário e na ficção	793
<i>Ygor Pires Monteiro</i>	
A miséria do desenvolvimento: As industrializações britânica e soviética	803
<i>Ana Clara Cavalcanti Barbosa, Júlio César dos Santos Nogueira</i>	
A formação da burguesia zeбуína e a articulação desta classe nas disputas pelo poder político (1934-1967)	814



João Pedro Passos de Barros Borges

AGRADECIMENTOS **822**

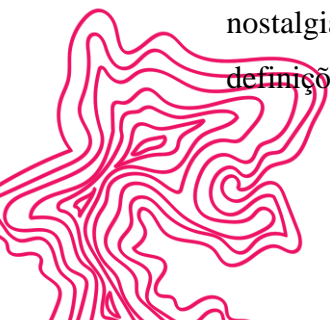


APRESENTAÇÃO

“Sob os ventos da redemocratização, dizíamos: ditadura nunca mais! Hoje, depois do terrível desafio que superamos, devemos dizer: democracia para sempre!”. As palavras ditas em discurso no Congresso pelo recém-eleito presidente Luiz Inácio Lula da Silva são simbólicas acerca da participação do passado e do futuro no presente. O ciclo ditatorial na América Latina, entre as décadas de 1960 e 1980, produziu feridas que não se calaram totalmente, de modo que a existência de tensões entre ministérios, figuras públicas na constante rememoração da ditadura mostra que os usos que fazemos do passado dependem de diferentes vertentes, que procuram se sobrepor umas às outras. Discussão semelhante sobre o modo como as disputas em torno da chamada “brasilidade” geram dilaceradas disputas sobre o que se compreende como passado, presente e futuro, nos chegam de movimentos sociais organizados. A efetivação da lei de cotas raciais, por exemplo, é fruto de um debate nacional sobre o passado: a manutenção de políticas afirmativas mostra um espaço de posicionamentos sobre a identidade, o passado e, também, as expectativas para o futuro.

Diante disso, o XI EPHIS tem como objetivo refletir sobre as disputas presentes nas narrativas que constituem a história - tanto em sua escrita, quanto em sua constituição e divulgação -, sobretudo em virtude da nostalgia e suas concepções: sua definição, seus sentimentos derradeiros, a idealização dos passados e a formação - e os desafios em si inscritos - de identidades. Por conta desse viés, a identidade visual que circula nesta edição é uma aquarela, cuja água assume uma forma de contorno e de espontaneidade. A dialética das cores, que disputam espaço entre si, mostra a polaridade de elementos que interagem, formando uma síntese: o pensamento inventivo, em um ícone genuíno, traz a aquarela a um processo metalinguístico e de autorreflexão, a partir de uma linguagem poética.

O fundo identitário das questões referenciadas está vinculado à noção de consciência histórica, que procura compreender as comunicações entre identidade pessoal e coletiva, a memória e, enfim, tentativas de intervir no mundo. Disso são derivadas reflexões interessantes sobre a divulgação do conhecimento histórico, a presença do passado, o condicionamento do futuro pelas soluções presentes, a relação entre o tempo e a imagem que produzimos de nós mesmos etc. Os últimos anos não foram convidativos à crença num futuro otimista, e a nostalgia, embora sempre tenha sido coextensiva, se mostrou mais latente. Dentre muitas definições, esse termo pode revelar uma nova compreensão do tempo, contrário à noção de



progresso e que, portanto, relativiza a crença na história, como se o conhecimento sobre ela não determinasse o caráter progressista do sujeito - o que não retira inteiramente seu caráter prospectivo. Assim como há narrativas em disputa na própria escrita do conhecimento histórico, a concepção de nostalgia se coloca em um espaço de conflitos que, caso não seja alvo de reflexões e críticas, permite apropriações perigosas do passado, confundindo-o como o lar imaginado e verdadeiro - mas o que é ser verdadeiro? A nostalgia como uma restauração da tradição procura defender uma verdade que se aparenta absoluta, mas enquanto fruto da saudade e dos sentimentos mais humanos, é preciso questioná-la como algo que se acentuou na modernidade. Nessa perspectiva, quais seriam os desafios éticos em conceber temporalidades distintas e reivindicar espaços, assim como encontrar a coletividade na memória individual?

Esta, constituída em grande parte pela história própria, em conexão à coletiva, é um lugar em que agentes sociais entram em combate constantemente e, dessa forma, o ensino de história também se integra às narrativas em disputa e às dinâmicas das identidades - com suas implicações e exigências. Docentes da área, então, são intelectuais capazes de identificar formas de articulação das experiências individuais com os conteúdos escolares e, com isso, assessorar a compreensão do tempo e da identidade. Cabe refletirmos, assim, acerca das funções delegadas ao ensino de história ao longo de sua historicidade e, também, seus impactos na constituição da própria disciplina. A nostalgia, como retomada de um passado idealizado, seria um objeto de estudo ideal - se colocada em debate nas escolas - que nos permitisse entender como o passado é interpretado a serviço de um futuro almejado? Seria pretensioso não pensar que a história pode intervir no futuro?

Justamente por reconhecer a impossibilidade de se retornar ao passado tal qual ele foi que se narra uma relação entre passado e presente: é a partir da desfamiliarização e, ao mesmo tempo, da saudade, que o passado retira sua vitalidade e pode se mostrar presente. A nostalgia se baseia na separação entre o passado e o presente, nos moldes ocidentais. A história, por um lado, só se configurou como disciplina por conta disso: o sujeito do presente fala do passado de forma autocentrada, mas a própria existência da história dos dias atuais questiona a tensão entre passado e presente, colocando em voga que o próprio presente é um tempo passível de historicização. O que pode se abrir como uma possibilidade quando o passado não se torna presságio à luz do presente, mas sim uma energia potencial? Até que ponto a nostalgia, no ofício historiográfico, pode ser símbolo de vitalidade ou, então, um veneno?



A historiografia do século XIX, muito marcada pela noção de progresso, frequentemente concebeu a nostalgia como um prejuízo à promessa de um futuro próspero. Se agarrar ao passado impediria aos cidadãos seguir em frente, assim como a idealização de um passado e sua representação na historiografia colocaria a realidade em um estágio de hostilidade. A exportação de tais concepções vindas da consciência histórica ao mundo não-ocidentalizado, por exemplo, podem procurar absolutizar o passado histórico, no sentido de inviabilizar concepções abertas sobre a sua definição, ou inferioriza brutalmente civilizações que dependem de narrativas mitológicas para a constituição de seus entornos culturais. Criticar a ideia da “História” em si mesma, bem como refletir sobre a historicidade do trabalho do historiador, é essencial para que se perceba a violência que marcou a constituição disciplinar da história no mundo ocidental, sobretudo a partir de sua instrumentalização pelos Estados-nações da modernidade.

O EPHIS, tradicionalmente, é um evento organizado por discentes da graduação e dos programas de pós-graduação da UFMG, que procura fomentar diálogos entre pesquisadores de todos os níveis. Assim, espera-se que a XI edição possa contribuir com a manutenção da produção, divulgação e troca de conhecimentos e experiências. A comissão organizadora se coloca à disposição nos seus meios de comunicação, inclusive no site do evento. Nos encontramos em um futuro próximo.



Simpósios Temáticos

América Latina em pauta: produção intelectual, circulação de narrativas, políticas de memória (séculos XIX e XX)

Mariana Adami

Doutoranda - Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP)

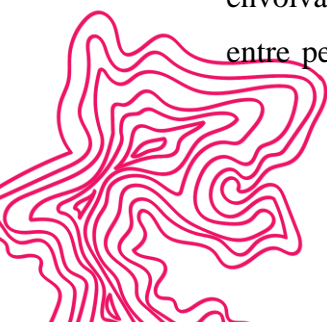
Maria Clara da Silveira Prado e Figueiredo

Doutoranda - Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP)

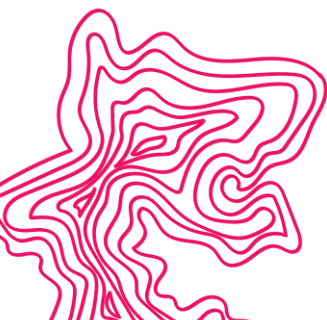
Mais do que uma delimitação territorial, a América Latina é um espaço complexo que compartilha um passado colonial comum e uma vasta diversidade de inúmeros povos, culturas, organizações políticas e tensões sociais. Compreender e complexificar o passado recente do continente latino-americano – em especial, a partir do século XIX – tem sido um exercício dos historiadores, que buscam olhar para as violências e explorações às quais a região foi submetida, sem deixar de analisar movimentos autônomos, revoluções originais, soluções próprias e criativas. Ou seja, a historiografia tem reconhecido as potencialidades e inovações historiográficas que residem no estudo da América Latina em suas especificidades e contradições.

Nesse sentido, há um grande interesse na esfera pública latino-americana, já que esta abarca sujeitos plurais, relações de encontro e enfrentamento, bem como criações diversas. Assim, este Simpósio Temático se propõe a pensar as articulações entre política, cultura e memória no espaço público da “cidade letrada” latino-americana dos séculos XIX e XX. Para isso discutiremos a produção intelectual – o que inclui o debate e circulação de ideias, bem como disputas narrativas –, a construção de projetos de poder – governos revolucionários, regimes ditatoriais, os chamados “populismos”, experiências socialistas e anarquistas e até mesmo a sempre ameaçada democracia – e, por fim, as políticas de memória – principalmente no que tange a ação do Estado na preservação de determinados passados, a ocultação de outros e os conflitos decorrentes dessas escolhas.

Serão bem-vindas propostas que mobilizem as categorias de política e cultura numa abordagem sobre as elites culturais e suas atividades em diferentes meios: pesquisas que envolvam obras ficcionais e não-ficcionais, imprensa e revistas culturais, artes visuais, debates entre pensadores, grupos e redes intelectuais, escritos produzidos e trocados por eles (como



diários e cartas), trajetórias individuais ou prosopográficas, elaboração de teorias ou projetos intelectuais. Também receberemos trabalhos que analisem regimes políticos e grupos de poder, assim como os processos que os atravessam (como golpes, guerras, revoluções, construção de Estados e identidades nacionais, entre outros) e os embates com sujeitos afastados da esfera governamental (movimentos sociais, partidos políticos, organizações camponesas, centrais sindicais e obreiras, agremiações estudantis, grupos religiosos etc). Por fim, também haverá espaço para comunicações centradas nas políticas de memória, seja em perspectiva nacional ou transnacional, estudando regimes de historicidade e memória, projetos de memória e esquecimento, iniciativas estatais para a preservação de memórias específicas, legislação sobre o tema, além de agentes, lutas e processos históricos ou judiciais relacionados à busca por memória e justiça no contexto das ditaduras e regimes autoritários latino-americanos.



A revista *O Correio da Unesco* e a diversidade cultural da América Latina (1960-1970)

Izabelle Seoldo Marques

Graduanda em História - Universidade Federal de Minas Gerais
seoldoizabelle@gmail.com

Adriane Aparecida Vidal Costa

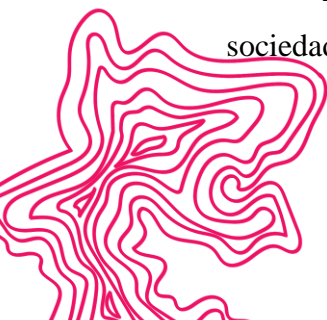
Doutora em História - Universidade Federal de Minas Gerais
adrianeavc@gmail.com

Resumo: As revistas, como objeto de investigação, estão sendo cada vez mais incorporadas às pesquisas históricas. Porém, para tê-las como objeto de investigação é necessário compreender que, no geral, desde o século XIX, elas têm assumido uma configuração e atuado no fomento à adesão ou ao dissenso; articulando, divulgando e disseminados projetos, ideias, valores e comportamentos; produzindo referências homogêneas e cristalizadas para a memória social. Tais aspectos apontam para a abrangência do campo de ação da revista e afirma a força de sua intervenção nas diferentes esferas da vida social, política e cultural na sociedade contemporânea. A revista *O Correio da Unesco* durante as décadas de 1960 e 1970 foi um espaço no qual os seus colaboradores se organizam em torno de uma sensibilidade cultural, fundando ali uma rede de sociabilidade. Dessa forma, nossa análise prima pela compreensão das revistas como espaços de sociabilidade e de círculos sociais formados pelos intelectuais, juntamente com a análise do contexto e das transformações ocorridas na América Latina na época. A partir da análise dos textos que foram publicados nesse período na revista *O Correio da Unesco*, das comunidades de debates às quais pertencem, dos programas de ação que foram colocados em prática e do contexto histórico, podemos “reconstruir” um período importante da história latino-americana no século XX. Nesse sentido, a pesquisa, em desenvolvimento, tem por objetivo investigar como a revista *O Correio da Unesco* mobilizou e respondeu, por meio dos seus colaboradores, questões cruciais para definir uma região tão heterogênea como a América Latina, quais sejam: o que é a América Latina? Quais são os diferentes aportes que compõem suas culturas? Quais foram os processos históricos responsáveis por fundir e justapor um conglomerado de povos ao mesmo tempo tão diversos e tão singulares? A ideia é analisar como essas questões foram respondidas, com diferentes argumentos e matizes, por intelectuais de vários países da região no período circunscrito para a pesquisa. A revista *O Correio da Unesco* sempre se destacou pela sua ampla circulação e audiência. Sendo assim, o presente projeto pretende analisar e compreender como a revista veiculou a ideia de uma América Latina múltipla em suas ideias, em sua arte, em sua cultura, em sua música e em sua literatura. Contribuindo, assim, para a circulação de ideias sobre a América Latina em uma revista que se considerava “uma janela aberta para o mundo”, promovendo um fórum de debate intelectual de caráter transnacional.

Palavras-chave: revista *O Correio da Unesco*, América Latina, espaços de sociabilidade.

A revista *O Correio da Unesco* e a diversidade cultural da América Latina

As revistas são veículos de comunicação que possibilitam a circulação de ideias na sociedade. Segundo as análises da autora Regina Crespo (2010), as revistas são resultado de



uma ação coletiva, ou seja, representam perspectivas e intervenções de um grupo de intelectuais. Dessa forma, ao analisar as revistas, é preciso observar esse conjunto: elaboração, projeto gráfico, colaboradores, periodicidade, financiamento e o tipo da revista, pois caracterizam-se como aspectos, que compõem as particularidades, desse modo de publicação tão importante para a história. Ademais, essa produção permite a divulgação de informações e aprofundamento em temas específicos, conforme a intencionalidade da revista.

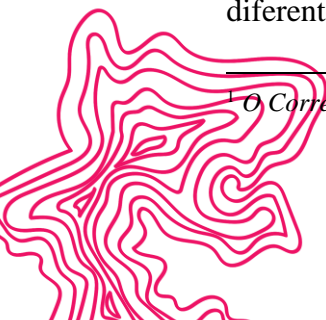
De acordo com as autoras Alexandra Pita González e María del Carmen Grillo no artigo “Una propuesta de análisis para el estudio de revistas culturales”, “las revistas culturales han sido redescubiertas por los historiadores como una fuente de enorme riqueza para el estudio de grupos y redes intelectuales” (PITA GONZÁLEZ, GRILLO, 2015, p. 2). Os debates sobre os usos das revistas estão sendo ampliados, permitindo diferentes análises, por exemplo, a revista como fonte documental e objeto de estudo, indo além de uma análise textual, ao incluir aspectos sobre o contexto de produção, circulação, recepção, análise material e das ideias.

[...] las revistas parecen objetos más adecuados a la lectura socio-histórica: son un lugar y una organización de discursos diferentes, un mapa de las relaciones intelectuales, con sus clivajes de edad e ideologías, una red de comunicación entre la dimensión cultural y la política (SARLO, 1992, p. 15).

A partir disso, propõe-se, neste trabalho, analisar o número de junho de 1961 da revista “O Correio da Unesco”¹, por meio de uma perspectiva mais ampla, entendendo a revista tanto no caráter de fonte, quanto de objeto de estudo, evidenciando a heterogeneidade deste material, além de compreender a ideia de América Latina construída e circulada pela revista naquele contexto. O número de 1961 foi selecionado, justamente, com a intenção de refletir sobre a América Latina, visto que foi dedicado especialmente aos 150 anos da independência.

A revista O Correio da Unesco, elaborada pela Organização das Nações Unidas, foi criada em 1948 com o intuito de divulgar seus projetos nas áreas da Educação, Ciência e Cultura, e, portanto, promover os ideais da *Unesco*, a partir do diálogo entre culturas e de fomentar o debate internacional, caracterizando-se inclusive como “uma janela aberta para o mundo”. À vista disso, no presente artigo objetiva-se identificar a materialidade e o editorialismo programático da revista; as representações em relação à América Latina sob a perspectiva dos intelectuais, além de realizar uma análise, a fim de investigar a maneira como a revista respondeu questões essenciais, por exemplo: O que é a América Latina? Quais são os diferentes aportes que compõem suas culturas? Quais foram os processos históricos

¹ O Correio da Unesco. Disponível em: <https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000108359>.
XI Encontro de Pesquisa em História da UFMG - ISBN: 978-65-01-11103-2



responsáveis por fundir e justapor um conglomerado de povos ao mesmo tempo tão diversos e tão singulares?

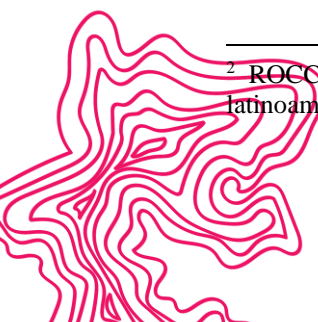
O site da *Unesco* foi uma importante ferramenta de pesquisa devido ao acesso gratuito e on-line do acervo da revista, possibilitando a consulta do número trabalhado. A realização da leitura e análise do número de junho de 1961 da revista *O Correio da Unesco*, assim como da bibliografia utilizada, principalmente, de Beatriz Sarlo, María del Carmen Grillo e Pita González, foram a base para interpretar metodologicamente a revista e refletir sobre a importância das revistas e a especificidade da análise que este material exige, a fim de potencializar os estudos, não só sobre *O Correio da Unesco*, mas das revistas em geral, ao proporcionar uma perspectiva crítica em relação a esse objeto e fonte de pesquisa.

Segundo Rocca (2004), “A revista é um desafio no tempo”², e, por isso, traz consigo questões importantes de serem pensadas, como o fato da revista ser produzida para o presente de um determinado contexto, “Entre todas las modalidades de intervention cultural, la revista pone el acento sobre lo público, imaginado como espacio de alineamiento y conflicto. Su tiempo es, por eso, el presente” (SARLO, 1992, p. 9). Nesse viés, as revistas que já foram encerradas ou mesmo as que permanecem ativas, mas possuem seus números antigos em acervos, essas que já fizeram parte de um presente e agora pertencem ao passado, mudam de função no campo cultural, ao se tornarem objeto e fonte de pesquisa, um propósito que anteriormente não fazia parte de sua composição, mas é concebido pelo historiador que efetua a análise.

O número de 1961, é composto por uma estrutura organizada em capa; sumário, onde consta a maioria das informações técnicas; os textos dos intelectuais; uma série de fotografias e gravuras; a seção sobre o que os leitores escrevem para a revista, mostrando o alcance da revista, por atingir um público vasto, de diversos países; e, por fim, a seção latitudes e longitudes, que divulgava os projetos da Unesco, medidas para o desenvolvimento, reflexões sobre temas diversos, demonstrando, mais uma vez, a forma que a Unesco promove a intervenção na esfera social.

As capas de revistas revelam muito sobre a intencionalidade e objetivo que a revista detém, dado que “el diseño de tapa y de página nos lleva a pensar en el impacto que se pretendía tener desde que el lector tuviera en sus manos la revista.” (PITA GONZÁLEZ, GRILLO, 2015,

² ROCCA, Pablo. Por qué, para qué una revista (Sobre su naturaleza y su función en el campo cultural latinoamericano). *Hispanica*, año XXXIII, n° 99, diciembre de 2004, p. 1



p. 9). O número analisado de 1961, por exemplo, possui, como capa, uma fotografia em preto e branco da Praça dos Três Poderes em Brasília, evidenciando a “nova capital do Brasil”, que simboliza, de acordo com uma nota da revista, o ressurgimento da América Latina. Na fotografia é possível observar o Palácio do Planalto ao fundo e à frente a escultura “Os Guerreiros”, mais conhecida como “Os Candangos”. Então, se os Candangos representam o povo, onde está na revista a presença da atuação popular nos movimentos de independência da América Latina?

Imagem 1 - Capa da revista O Correio da Unesco



Fonte: O Correio da Unesco

O número de junho de 1961, tem como título “América Latina: 150 anos de independência”, foi publicado em 7 idiomas (Espanhol, Inglês, Francês, Russo, Alemão, Árabe, Japonês), editado em Paris com periodicidade mensal, possui 43 páginas, 58 imagens em preto e branco, o preço da revista era de 9 pesetas na Espanha e 1,80 pesos no México, além disso, contou com o trabalho do fotógrafo Paul Almasy, e, também de 6 intelectuais (Oscar Vera, Enrique Mindlin, Alfred Metraux, Germán Arciniegas, Mariano Picón Salas e Tibor Mende), que a partir de um editorialismo programático, trabalharam com temáticas como: educação, arquitetura e urbanismo, questão agrária e a caracterização da América Latina.

Estes aspectos mencionados compõem a materialidade da revista, categoria essencial para análise da revista, que, segundo Pita González e Grillo (2015), viabilizam uma XI Encontro de Pesquisa em História da UFMG - ISBN: 978-65-01-11103-2

aproximação com o objeto de estudo e possibilitam a compreensão da variedade de informações que a revista traz em um sentido conjunto. Ao observar o sumário é possível destacar o intercâmbio de ideias presente na revista, principalmente, pela diversidade de temas e de intelectuais que escreviam, sendo de origens e atuações diferentes.

É curioso analisar como o tema central, dos 150 anos de independência da América Latina, aparece nesse número de 1961. A perspectiva apresentada sobre independência exclui a atuação dos povos latino americanos e suas lutas sociais, e, concentra-se nas ideias iluministas, como a principal força que possibilitou a difusão do pensamento liberal e conseqüentemente a impulsionar a revolução. Desse modo, é possível refletir: Qual a ideia de independência que a revista mostra? A revolução por uma elite crioula e letrada apresenta apenas uma perspectiva da independência. Os indígenas permanecem apagados da história. Sendo assim, as figuras apresentadas na revista são: Jose de San Martin, Bernardo O'higgins, Antonio Jose de Sucre, Francisco de Miranda, Jose Maria Marti, e, mesmo assim, ainda aparecem de forma resumida, em uma coluna na página 14, com as imagens e considerações sobre cada um. A figura de Simón Bolívar é selecionada como principal, com um trecho maior sobre sua relevância e três páginas de fotografias de estátuas em países diferentes da América Latina, como Bolívia, Peru, Colômbia e México, a fim de reforçar a ideia de “libertador”.

As fotografias de Paul Almasny são essenciais na composição da revista, a utilização do fotojornalismo, a fotografia informativa, que contribui para um olhar mais atento sobre a América Latina, no caso. Paul Almasny foi contratado pela *Unesco* para realizar as fotos deste número, com o objetivo de mostrar a diversidade das regiões e propiciar o diálogo entre os textos e as imagens. O fotógrafo percorreu por volta de 32 mil quilômetros, visitando vários países da América Latina, com a intenção de colocar em evidência a América e auxiliar na mudança de perspectiva de uma América exótica e colonial.

Imagem 3 - Fotografias de Paul Almasny





Fonte: O Correio da Unesco

A intervenção na realidade da América Latina é uma ação constante da *Unesco*, e é promovida a partir da revista "O Correio da Unesco". Com isso, “la sintaxis de la revista rinde un tributo al momento presente justamente porque su voluntad es intervenir para modificarlo” (SARLO, 1992, p. 10), logo, a veiculação e debate sobre os Projetos criados pela Unesco, a diversidade de intelectuais convidados para escrever em cada número da revista, ao colocar os continentes em diálogo, fazem parte do movimento para atingir o objetivo, como uma revista de cultura e política, em divulgar seus projetos e conquistar um público amplo.

As revistas podem ser ou não um espaço de sociabilidade, visto que os colaboradores e intelectuais que a compõem, podem ter contato próximo uns com os outros, criando vínculos, ou, então, não conhecerem e nem fazerem parte de uma equipe fixa, com mudanças constantes dos participantes, e, conseqüentemente, o não estabelecimento de uma interação social efetiva. Posto isto, a revista O Correio da Unesco não mantém uma rede³ de sociabilidade devido sua dimensão transnacional, ou seja, que extrapola as questões nacionais. Esta característica dificulta a criação de vínculos entre os intelectuais em razão de serem oriundos de diversas partes do mundo. Sendo assim, a falta de interação social entre os componentes, impossibilita

³ PITA GONZÁLES, Alexandra (org.). Redes intelectuales transnacionales en América Latina durante la entreguerra. Colima: Universidad de Colima; Ciudad de México: Miguel Ángel Porruá, 2016. Introducción, p. 6
XI Encontro de Pesquisa em História da UFMG - ISBN: 978-65-01-11103-2

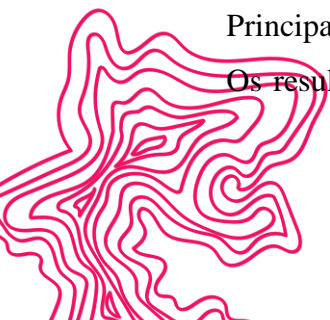
a formação de relações de contato mais próximas. Há circulação de ideias, mas não há sociabilidade na revista.

Em relação a temática da educação no número de 1961, percebe-se a presença de assuntos, como analfabetismo, precariedade das escolas latino americanas, campanhas educacionais e a afirmação da necessidade da educação como instrumento a fim de alcançar o desenvolvimento. Na tabela comparativa na página 33, há uma exposição das taxas populacionais, renda per capita e número de analfabetos, justificando a atuação e as preocupações da *Unesco* naquele momento a respeito da educação. Apesar de levar em consideração, o fato dos vinte países que compunham a América Latina, possuem condições que diferem entre cada um, e, também, dentro de cada país, como a questão dos indígenas que conservam características autóctones e a Costa Rica, país de agricultores com baixas taxas de analfabetismo, o autor Oscar Vera, acentua a dualidade entre o rural e urbano, reafirmando preconcepções de atraso econômico, social e cultural sobre as massas camponesas.

Em relação às campanhas educacionais, o destaque é direcionado para Cuba. Na foto oficial do governo de Cuba da página 34, Fidel Castro aparece junto a uma turma de adultos evidenciando a concentração de esforços em alfabetizar os adultos. A fotografia tem a frase “Si eres maestro, alfabetiza; si no sabes leer, aprende” escrita no quadro, simbolizando o propósito de eliminar o analfabetismo, sendo o ano de 1961 decretado, oficialmente em Cuba, “o ano da educação”.

Dessa forma, o analfabetismo é um dos temas trazidos pela revista para interpretar os problemas da América Latina. Na página 33 da revista, em letras garrafais, há o título “América Latina - 70 Milhões de Analfabetos”, em que o intelectual Oscar Vera aborda sobre a situação de crise na educação e no desenvolvimento do cenário naquele momento na América Latina. O autor Oscar Vera estabelece uma comparação entre os países da América Latina, Estados Unidos e Japão, indicando como estes dois últimos possuem taxas de analfabetismo inferiores a 3%. Além disso, expõe as dificuldades na construção de escolas, formação de professores e assistência às crianças que têm poucos recursos, como fatores que contribuem na evasão escolar. Nessa perspectiva, a campanha para a educação dos adultos é estabelecida como medida emergencial, a fim de garantir cidadania e capacitação nas atividades econômicas para os latinoamericanos que se encontram nesta situação. Sendo assim, a revista apresenta o Projeto Principal da Unesco para a Extensão e Melhoramento da Educação Primária na América Latina.

Os resultados desse projeto, exibem o aumento no número de matrículas escolares, que são



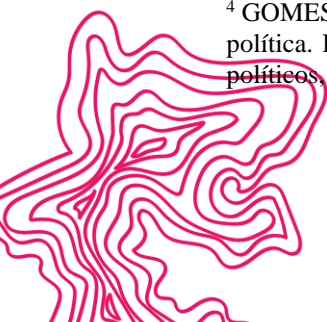
mostrados e comemorados na revista. As revistas atuam como mediadores culturais⁴ produzindo impactos ao intervir no espaço público. É neste espaço que a revista O Correio da Unesco aproveita para divulgar seus projetos, como este da educação.

À vista disso, a Unesco aparece nesse contexto, como um agente mediador dos países da América Latina, cooperando, a fim de facilitar e estimular o acesso à educação. Dentre os objetivos da *Unesco*, destacam-se, naquele momento, a universalização do ensino primário, formação de especialistas em educação, a partir das Universidades associadas ao Projeto, como a Universidade de Santiago do Chile, A Universidade de São Paulo, O Centro Interamericano de Educação Rural de Rubio na Venezuela, cursos em países europeus, e o aperfeiçoamento da formação de professores. Esse tipo de projeto influenciou outras regiões do mundo a aplicar um progressivo aumento dos serviços educativos, com o propósito de eliminar o analfabetismo.

Já no aspecto da arquitetura e urbanismo, a revista destaca, a partir do texto de Enrique Mindlin, o sentido de luta, autenticidade e consciência própria, evidenciando como a arquitetura também expressa os ideais e aspirações dos povos. À exemplo disso, a revista salienta, de forma elogiosa, neste número, a construção de Brasília. A intitulada “capital mais nova do mundo” é caracterizada como monumental, um ato de fé e símbolo da arquitetura moderna na revista. Ademais, são abordados aspectos relacionados a desigualdade social, por exemplo, a insegurança na moradia de pessoas mais pobres, destacando problemáticas relacionadas à falta de urbanização e desenvolvimento juntamente ao aumento do crescimento populacional.

O drama agrário de um continente. Esta é a temática trabalhada pelo intelectual Tibor Mende neste número da revista. O autor expõe as contradições da América Latina entre a miséria das regiões rurais e as grandes cidades com luxuosos carros e prédios. A América Latina é representada como um mundo de contrastes, contrastes que significam desequilíbrio, que provém do desenvolvimento desigual da indústria e da agricultura, sendo a industrialização determinada como o caminho para o desenvolvimento. O problema da propriedade de terra também é abordado, pois a produção monocultora exportadora não contribui para diminuir os problemas da subnutrição e da fome. Além disso, há uma grande concentração de terras para um número reduzido de indivíduos, ou seja, junto a esses latifundiários, há também a existência da massa de camponeses sem terra. Pobreza, baixa produtividade e atraso. Assim, o autor

⁴ GOMES, Ângela de Castro; HANSEN, Patrícia Santos (Orgs). *Intelectuais mediadores: práticas culturais e ação política*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira: 2016. (Apresentação: Intelectuais, mediação cultural e projetos políticos), p. 9.



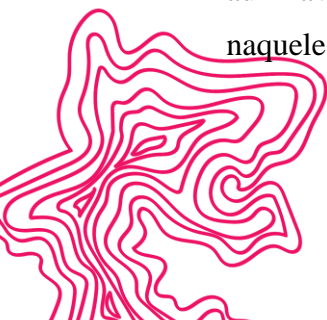
promove reflexões sobre como resolver essa problemática e apresenta a atuação dos Projetos de desenvolvimento e aproveitamento da terra para o progresso da agricultura. Há uma discussão sobre reforma agrária e suas consequências, porém, os argumentos contrários a essa ação, afirmam a diminuição da produção, caso as terras dos latifundiários fossem divididas. Sob afirmações de que dividir a terra não basta, pois é preciso de medidas para facilitar o acesso a máquinas e ferramentas fundamentais, Tibor Mende expressa a ideia de que, a reforma agrária não iria contribuir para o aumento da produtividade, mas teria como função, acalmar as paixões políticas fundamentadas pelo descontentamento da população rural.

A caracterização da América Latina na revista *O Correio da Unesco* é realizada sob uma ótica desenvolvimentista e progressista. As oposições constantes entre a vida rural descrita como atrasada e a vida urbana, desenvolvida e moderna; o contraste entre o antigo, com construções e vegetação anteriores a colonização, e o novo, o moderno e pós colonização, mostram os binarismos que a revista praticava. E, justamente, por isso, a arquitetura é um elemento tão expressivo na revista, destacando, nas páginas 18 a 21, a Cidade Universitária do México, que simboliza o novo e moderno: o desenvolvimento. Nesse sentido, alguns paradoxos são perceptíveis pelo fato da revista afirmar que a América Latina constitui-se como um lugar de várias faces, levando em consideração a visão dos latinoamericanos sobre a acentuação das diferenças e a diversidade existente em cada região, mas ao mesmo tempo traz algumas concepções de uma totalidade redutora que generaliza a América Latina.

Segundo La Capra (1998), é preciso pensar o que está dentro e fora do texto, ou seja, a interação entre a linguagem e o mundo.

El hecho de que los textos circulen sin su contexto, que no importen con ellos el campo de producción -para emplear mi jerga- del cual son el producto, y de que Los receptores, estando ellos mismos insertos en un campo de producción diferente, los reinterpretan en función de la estructura del campo de recepción, es generador de formidables malentendidos (BOURDIEU, 2007, p. 161).

A partir dessas questões, percebe-se o posicionamento da *Unesco* frente à educação, arquitetura, urbanismo, o conceito de desenvolvimento e a compreensão acerca do território latinoamericano. A revista está sempre em diálogo com o presente. Logo, as preocupações com os países considerados como “Terceiro Mundo” e a necessidade de intervir de forma quase que missionária, ocorre em razão dessa produção ser inserida em um contexto. Assim, a revista auxiliava na elaboração e divulgação dos projetos da Unesco, que, como instituição, atuava, naquele contexto, em etapas, para diagnosticar problemas sociais, propor mudanças do cenário



social por meio de seus próprios projetos (com sua equipe transdisciplinar, como arquitetos, professores, escritores, ensaístas) e mediar as intervenções propostas.

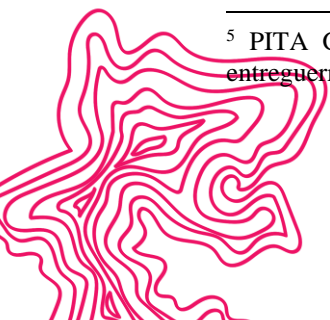
A revista, no número de 1961, ao ser inteiramente dedicada à América Latina, faz a tentativa de entender essa América em sua especificidade, complexidade, na presença do diálogo entre culturas e sua diversidade, trazendo inclusive intelectuais latinoamericanos como colaboradores. Entretanto, há uma constância nas afirmações estereotipadas nas produções, ao exprimirem dualidades, como moderno/atrasado relacionados ao urbano/rural, que estimulam a permanência de uma perspectiva eurocêntrica sobre a América Latina.

Portanto, neste trabalho compreende-se uma interpretação crítica sobre o uso da revista como fonte/objeto de estudo, em que “las revistas son soportes materiales de las ideas que cercan o oponen a los intelectuales”⁵, e a representação da América Latina na revista “O Correio da Unesco”. Dentro do recorte de análise realizado neste trabalho, foi conduzida uma investigação sobre o número de junho de 1961 da revista O Correio da Unesco, com a finalidade de questionar conceitos, instituições, e refletir sobre a própria ideia de América Latina que circulava naquele contexto. Sendo assim, com a intencionalidade de explorar uma perspectiva mais ampla em relação às revistas, a escolha por esta temática efetuou-se como forma de valorizar e incentivar o trabalho de análise da revista como fonte e objeto de estudo, visto que no eixo da História Intelectual, é importante para a construção do debate historiográfico discutir sobre as possibilidades que as revistas oferecem, ao disporem de características que permitem a divulgação do conhecimento, discussões, debates intelectuais e o diálogo no tempo, uma vez que as revistas representam a “luta pelo poder do presente e o poder da memória” (ROCCA, 2004, p. 10).

Referências Bibliográficas

- BOURDIEU, Pierre. Intelectuales, política y poder. Buenos Aires: Eudeba, 2007, p. 159-170.
- CRESPO, Regina. Las revistas y suplementos culturales como objetos de investigación. Coloquio Internacional de Historia y Ciencias Sociales. Colima, Universidad de Colima, 2010, publicación en CD-ROM.
- GOMES, Ângela de Castro; HANSEN, Patrícia Santos (Orgs). Intelectuais mediadores: práticas culturais e ação política. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira: 2016. (Apresentação: Intelectuais, mediação cultural e projetos políticos, p. 07-37).

⁵ PITA GONZÁLES, Alexandra (org.). Redes intelectuales transnacionales en América Latina durante la entreguerra. Colima: Universidad de Colima; Ciudad de México: Miguel Ángel Porruá, 2016. Introducción, p. 7



GRILLO, María del Carmen. El estudio de revistas como objeto historiográfico para la historia de las redes intelectuales. *Coloquio Internacional de História y Ciências Sociais*. Colima, Universidade de Colima, 2010, Publicación em CD-ROM, p. 1-22.

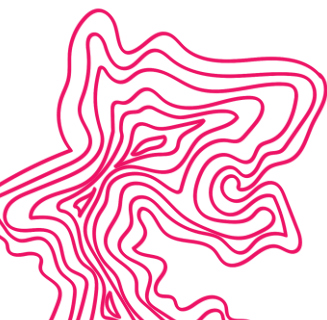
LACAPRA, Dominick. Repensar la historia intelectual y leer textos. In: PALTÍ, José Elias. “Giro Lingüístico” e historia intelectual. Buenos Aires: Quilmes, 1998, p. 237-293.

O Correio da Unesco. Disponível em: <https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000108359>.

PITA GONZÁLES, Alexandra (org.). Redes intelectuales transnacionales en América Latina durante la entreguerra. Colima: Universidad de Colima; Ciudad de México: Miguel Ángel Porrúa, 2016. (Introducción, p. 05-23).

ROCCA, Pablo. Por qué, para qué una revista (Sobre su naturaleza y su función en el campo cultural latinoamericano). *Hispamerica*, año XXXIII, n° 99, diciembre de 2004, p. 3-20.

SARLO, Beatriz. Intelectuales y revistas: razones de una práctica. In: América : Cahiers du CRICCAL, n°9-10, 1992. Le discours culturel dans les revues latino-américaines, 1940-1970. pp. 9-16. Disponível em: <https://doi.org/10.3406/ameri.1992.1047>



Ressurgência feminina: Mulheres na militância política na Ditadura Militar

Bruna Ferreira Lopes⁶

Pós-graduanda em Ensino de Humanidades (IFSULDEMINAS)
Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais (FAPEMIG/UEMG)
brunaferreira4453@gmail.com

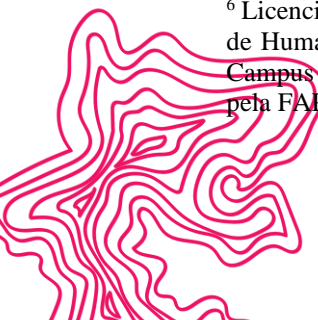
Resumo: A ditadura militar, iniciada no país em 1964, teve como resposta diversos grupos que passaram a atuar como oposição à repressão política, destacando-se os sindicatos, os movimentos guerrilheiros e a atuação estudantil, tornando-se importantes núcleos de convocação e organização política. Nas frentes de resistência evidenciava-se a grande diversidade entre os grupos de militantes que marcaram presença no cenário popular, entre eles as mulheres que reivindicaram o seu espaço na construção política da sociedade brasileira. O então chamado feminismo militante surge, sobretudo, como consequência da conduta feminina em vista à contestação aos atos de coibição política do governo brasileiro, nesse contexto estas foram à luta sofrendo diversos tipos de perseguições e violências específicas por serem mulheres. Todavia, ao invocar a memória e a historiografia do período aqui destacado, as referências disponíveis sobre a participação feminina nos atos políticos é bastante vaga e assim com dificuldade são reconhecidas nas narrativas históricas. Mesmo na atualidade com o crescimento do interesse pelos estudos acerca da história das mulheres na política ainda há caminhos a serem percorridos para reivindicar os espaços ocupados por estas na memória acerca da ditadura militar. Deste modo a presente comunicação tem por objetivo problematizar as representações das mulheres que fizeram parte da militância política durante a ditadura militar. Dispondo como foco a participação destas mulheres diante à militância política e a construção da imagem feminina durante a década de 1960, este estudo contempla os impactos da atuação das militantes diante a então crescente onda de conservadorismo que assolava o Brasil após o golpe de 1964, deste modo por meio de um movimento de “lapidação” buscamos resgatar a memória destas mulheres. As reflexões aqui presentes baseiam-se metodologicamente a partir da análise documental presente no *Arquivo Nacional* e da *Comissão Nacional da Verdade (CNV)* e da abordagem bibliográfica exploratória ao se propor investigar e dialogar com os discursos presentes na historiografia acerca das frentes onde estas mulheres atuaram durante a Ditadura Militar.

Palavras-chave: Ditadura militar; História das mulheres; atuação política.

Introdução

Ao invocar os estudos acerca da participação feminina na militância política durante a década de 1960 é perceptível a vaga disponibilidade de referências a respeito da contribuição política das mulheres no período mencionado. Diante desta situação dificilmente é pensado nestas preparadas para os mais diversos confrontos, sejam nas ruas, em partidos políticos ou

⁶ Licenciada em História pela Universidade do Estado de Minas Gerais, UEMG Passos, pós-graduanda em Ensino de Humanidades pelo Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia do Sul de Minas, IFSULDEMINAS Campus Passos. Bolsista no projeto de pesquisa *Ditadura em Minas Gerais, História, memória e historiografia*, pela FAPEMIG/UEMG. Email de contato: <brunaferreira4453@gmail.com>.



movimentos guerrilheiros. Como resultado, é notável a pouca expressividade de publicações a respeito dessa atuação, marginalizando suas contribuições para o desenvolvimento da resistência democrática e de oposição ao regime ditatorial vigente.

Na atualidade, embora seja evidente o crescimento das pesquisas a respeito da militância feminina, ainda há muitos caminhos a serem percorridos, e assim, para também explorar novas perspectivas do passado (SHARPE, 1992, p. 40). Deste modo, este trabalho tem por objetivo central, compreender a construção da imagem (ou imagens) das mulheres perante a memória acerca da ditadura militar a partir das experiências que até então foram ignoradas pelo cânone historiográfico.

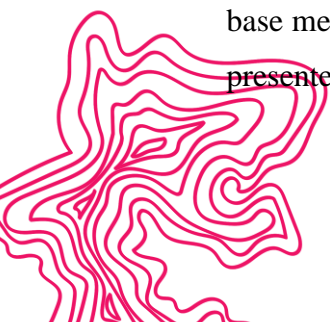
Essa investigação, proposta inicialmente através de uma monografia de conclusão de curso orientada pela professora doutora Janaína de Almeida Teles entre os anos de 2021 e 2022, debruça-se nos questionamentos à falta de destaque da participação feminina que os estudos acerca da militância política da década de 1960 oferecem, sendo perceptível que ainda há muitos caminhos a serem percorridos por aqueles que desejam compreender quem eram essas mulheres que participaram da efervescência dos movimentos de resistência à ditadura.

Desta maneira somos convidados a refletir a respeito das categorias de gênero vigentes na sociedade brasileira nos anos de 1960 oferecendo questionamentos acerca de “uma estrutura social que constrói relações desiguais e legitima a desigualdade na participação política social, econômica e cultural entre homens e mulheres” como assinalado por Maria Amélia de Almeida Teles (2015, p. 507), sustentando práticas de exclusão ao longo da história, na chamada vida pública.

Diante aos desafios da construção de uma memória próxima aos dias atuais e cenários de disputas da própria memória, este trabalho considera revisar as representações destas mulheres que foram à luta pela democracia a partir dos testemunhos disponíveis sobre o período. Finalmente, por meio do debate aqui proposto, espera-se compreender quem eram estas mulheres, tanto pelo conservadorismo crescente do período quanto pelos próprios movimentos de esquerdas e de resistência política.

Metodologia

Para ilustrar os caminhos percorridos pela investigação aqui presente, tivemos como base metodológica a pesquisa bibliográfica de teor exploratório através da análise documental presente no *Arquivo Nacional* e no *Dossiê Ditadura: Mortos e Desaparecidos Políticos da*



Ditadura do Brasil (2009), onde dialogamos com o trabalho desempenhado pela *Comissão Nacional da Verdade (CNV)* e, por fim, com autores que se debruçam sobre as frentes de resistência à repressão militar e as propriedades narrativas voltadas às mulheres e aos estudos feministas.

Por meio de um movimento de lapidação buscamos resgatar a memória dessas mulheres primeiramente analisando o contexto histórico, o papel desempenhado por estas perante a cultura conservadora que ali crescia na década de 1960 e por fim, na sua atuação política e a construção de sua imagem nos movimentos de esquerda. Desse modo, buscamos observar como a ditadura aprofundou as desigualdades históricas entre homens e mulheres, utilizando-se de estereótipos baseados em condições históricas de gênero.

Tendo em vista que a pesquisa propõe-se a analisar as subjetividades típicas da História do Tempo presente, é necessário apontar que os estudos dessa área são desafiadores para os historiadores, carregando consigo as novas demandas para a historiografia como também as novas abordagens da História em as suas novas formas de identificar e nomear os fenômenos históricos próximos aos dias atuais, pois “a história do tempo presente está na intersecção do presente e da longa duração, esta coloca o problema de se saber como o presente é construído no tempo” (DOSSE, 2012, p. 06).

Nessa perspectiva a participação da testemunha na construção da narrativa histórica fortalece, tornando-se importante para a busca por novas formas de se fazer História e de novos recursos e metodologias que “permitiram com que historiadores repensem a dinâmica da sociedade com as suas diversas faces a serem exploradas” (LOPES, 2023, p. 211). Refletir acerca do tempo e pensar nos acontecimentos próximos ao contemporâneo remete a algo que muitas vezes foi negligenciado pelos historiadores, o que segundo o historiador François Dosse (2012, p. 07), “é responsável ainda por um tempo intocável, sem a distância necessária para que haja a análise e apuração dos acontecimentos.” Assim, finalmente, estaremos apontando através das fontes disponíveis acerca do tema aqui proposto, quais caminhos percorremos para compreender quais os papéis que essas mulheres desempenharam e assumiram em 1960, seja nas normativas esperadas pela categoria de gênero ou então pela própria transgressão das normas vigentes.

O estabelecimento da cultura política durante a Operação Limpeza (1960)



Para estabelecer reflexões a respeito das mulheres na sociedade brasileira através do recorte temporal da década de 1960, é importante antes destacar a cultura política que ali era estabelecida logo após a queda de João Goulart em abril de 1964.

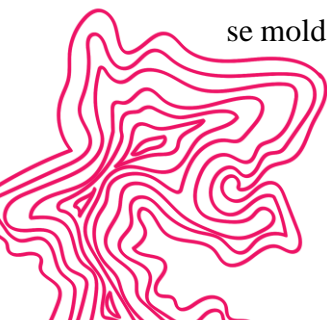
Nos primeiros dias após o golpe, iniciou-se uma busca de imediato a qualquer vestígio de possíveis ideais vinculados às esquerdas e de seu governo, o temor se tornava realidade no cotidiano. Qualquer um tornava-se um potencial inimigo ao regime, seja pelo apoio ao presidente João Goulart ou então por terem tido suas pautas interpretadas como radicais, sob a influência comunista assim “todo cidadão era considerado, antes de tudo, um suspeito, um subversivo em potencial” (TELES, 1993, p. 56). Logo foi elaborada uma lista de possíveis “inimigos do regime”, que de acordo com Maria Amélia de A. Teles, estaria vinculada à de que “todo cidadão era considerado, antes de tudo, um suspeito, um subversivo em potencial” (TELES, 1993, p. 56), de fato, após iniciada a “Operação Limpeza”.

Nesse contexto, lideranças de entidades dos movimentos sociais e das esquerdas como o Comando Geral dos trabalhadores (CGT), as Ligas Camponesas, e da Ação Popular (AP), entre outros, foram presos (D’ARAÚJO; JOFFILY, 2019, p. 17), organizações que se fortaleciam junto às propostas de Base de Goulart agora vinham à beira do seu fim ou então sem autonomia, submetidos à órgãos estaduais, como afirma a historiadora Janaína de Almeida Teles.

Entre 1964 e 1965 ocorreram ao menos 810 intervenções sindicais no país. Paralelamente, as Ligas Camponesas foram destruídas e a maioria dos sindicatos rurais, organizados entre 1963 e 1964, foi extinta. A estrutura sindical rural foi reestruturada e submetida à CLT, ficando sob controle do Ministério do Trabalho (TELES, 2020, p. 297).

A fim de legalizar o golpe de Estado, a Operação Limpeza, “foi utilizada por agentes do Estado e seus apoiadores para expressar a determinação de afastar do cenário público os adversários recém-derrotados” (MOTTA, 2014, p. 25), contando com o apoio do Primeiro Ato Institucional, o AI-1, responsável por legalizar as ações repressivas da operação, como justificado pelos militares como uma tradução do “interesse e a vontade da Nação” (D’ARAÚJO; JOFFILY, 2014, p. 18).

Desta forma, por meio de um estado repressivo, o medo tornou-se uma constante na vida das pessoas permanentemente vigiadas. Com o temor crescente nas vivências em sociedade iam se moldando, aqueles que não correspondiam com a nova ordem a ser seguida eram jogados na



clandestinidade enquanto os demais mantinham uma série de cuidados para preservar sua imagem de qualquer mal-entendido como afirmado pela ex-militante Catarina Meloni.

Num estado repressivo, policial e controlador como daquele tempo, não há liberdade individual. As pessoas se sentem permanentemente vigiadas, tem medo de que alguma coisa lhes possa acontecer de uma hora para outra. Pessoas desconhecidas como alguém que chegue pedindo uma informação por mais banal que seja, um estranho na esquina, um carro parado com alguém dentro, causam medo. (MELONI, 2009, p. 20).

Nesse contexto, muitos segmentos que passaram por mudanças bruscas em sua estrutura ficaram aos olhos dos militares, entre eles as mulheres, que cada vez mais ocupavam os espaços públicos em suas jornadas de trabalho e no ingresso nas universidades, resultando em maior autonomia. Contudo, com o golpe militar de 1964 e o seu endurecimento com o passar dos anos, este crescente desenvolvimento da independência feminina foi encarado com outros olhos e retratado como algo que transgredia a “moral e os bons costumes”.

A representação das mulheres frente à ditadura

De acordo com Maria Amélia de Almeida Teles (2015), as mulheres passaram por significativas mudanças das décadas de 1960 e 1970, sendo esta o segmento que mais se modificou (TELES, 2015, p. 1005). Acompanharam as mudanças no mercado de trabalho e do processo de urbanização que o Brasil enfrentava desde a primeira metade do século XX.

Como consequência a procura por maiores oportunidades de educação e a redução do número de filhos transformou-se em uma realidade. Contudo, como resposta do golpe iniciado em 1964, “a misoginia da ditadura andava de mãos dadas com a censura, de maneira especial, a censura aos assuntos referentes às mulheres, sob alegação da defesa da família, da moral e dos bons costumes.” (TELES, 2015, p. 1006), e assim, esperava-se que elas assumissem papéis voltados aos valores tradicionais do gênero feminino.

Ao observar as mulheres nesse contexto, pode-se notar que a onda de conservadorismo assolava suas relações pessoais e públicas, reforçando o papel da mulher como mãe-gestora do lar, sempre dócil e acolhedora perante os valores cristãos, “enquanto mãe, esposa, irmã e dona de casa, que vive em função do mundo masculino” (RIDENTI, 2010, p. 197). A ditadura militar intensificou a censura moral sobre a conduta feminina, visando conter a participação destas no cenário público.

Quando uma mulher assumia um espaço oposto ao que se esperava, rompendo com os padrões impostos entre os gêneros era duplamente julgada e condenada. De um lado por não



ser favorável ao regime estabelecido e do outro lado, por não corresponder com o que era considerável desejável para uma mulher, esse contexto “a conduta das militantes, também desafiava o código de gênero de sua época, fórmula um pouco empolgada para dizer que a participação das mulheres na política não era socialmente bem vista” (GARCIA, 2011, p. 326), como assinalado por Daniella Tega (2015).

é conhecido o fato de que a militância feminina significava uma dupla transgressão: por um lado, assim como os homens, as mulheres lutaram contra a ditadura; por outro, desafiavam as convenções de gênero da época, marcadas pelo conservadorismo moral que as relegava ao espaço privado em funções de mãe, esposa e dona de casa seus testemunhos, as militantes que narram suas experiências desobedecem uma vez mais: apropriam-se das ferramentas materiais para a escrita que lhe foram usurpadas pelo patriarcado; reconstroem-se subjetivamente ao encontrarem um lugar de agência para transmitir suas histórias; atualizam e reacomodam suas identidades na (re)escrita de seus nomes e de suas vivências (TEGA, 2015, p. 146).

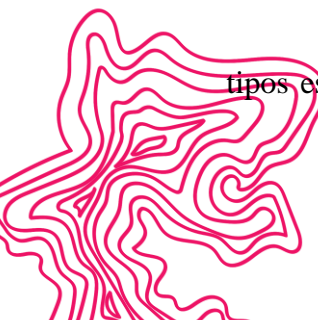
Ao adentrarem no engajamento político, como em grupos operários, sindicatos e no movimento estudantil, estas mulheres avançaram para a ruptura de estereótipos do público feminino restrito ao espaço privado. Estas mulheres assumiam a militância tanto urbana quanto rural desempenhando as mais diversas funções, como a “organização e manutenção da imprensa clandestina, a distribuição de material impresso e o cuidado de casas (chamados de aparelhos) que serviam de base para estruturar as organizações e as atividades” (TELES, 2013, p. 1008).

A presença dessas na resistência contribuiu também no fortalecimento do feminismo, onde as mulheres passaram a reivindicar para além da queda da ditadura, mas também na sua própria presença em espaços até então negados. Assim, o feminismo militante surge no Brasil como “conseqüência da resistência das mulheres à ditadura” (SARTI, 2004, p. 37).

É importante destacar que o feminismo carrega consigo uma grande diversidade pautas, onde as mulheres apresentam-se em diversos contextos, “mas que vivem em uma sociedade estruturalmente patriarcal necessitavam se organizar para transformar sua realidade” (SOUZA, 2022). Ao observar o Brasil e a Argentina, ambos marcados pela repressão ditatorial, percebe-se que a movimentação ganhou sua força perante o contexto político,

o feminismo nos países do Cone Sul não foi feita da mesma maneira do que ocorreu nos Estados Unidos e na Europa Ocidental. O contexto político tornou difícil, senão quase impossível, em alguns lugares, durante as ditaduras, qualquer forma de manifestação, reunião, panfletagem e reivindicações (PEDRO, 2009, p. 116)

As mulheres que participaram ativamente da luta política sofreram os mais diversos tipos específicos de violência, voltados para o seu corpo, mas também aos seus valores e a



própria humanidade. Fez-se o uso da sexualidade, bem como do vínculo provido da maternidade, onde até mesmo os filhos e filhas foram utilizados como meio de tortura contra elas (SARTI, 2004). Os estupros estavam presentes nos centros de tortura como parte do as sessões, assim como o uso de animais vivos.

As mulheres e o feminismo dentro dos movimentos de esquerdas

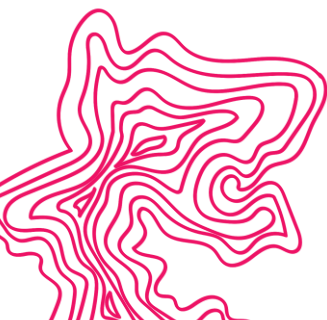
É importante ressaltar também, que as práticas que reforçam a desigualdade entre homens e mulheres não se restringiram somente ao campo dos valores conservadores. O crescimento da atuação feminina na militância política era algo que crescia junto às mudanças sociais, contudo, suas lutas dificilmente eram reconhecidas. Entre os agrupamentos de esquerda, as mulheres militantes passaram a assumir certas exigências onde suas especificidades eram deixadas de lado. Segundo Ana Maria Colling (2004)

As próprias mulheres militantes assumem a dominação masculina, tentando camuflar a sua sexualidade numa categoria sem sexo - a militante política. Para se constituírem como sujeitos políticos, estas mulheres estabelecem identidade com o discurso masculino diluindo as relações de gênero na luta política mais geral. A condição de gênero está subsumida ao discurso de unificação dos sujeitos. Como espaço fundamentalmente masculino, impunha-se às mulheres a negação de sua sexualidade como condição para a conquista de um lugar de igualdade ao lado dos homens. As relações de gênero diluíam-se na luta política mais geral. As mulheres assexuavam-se numa tentativa de igualarem-se aos companheiros militantes.

A perspectiva feminista não era considerada como a ser incluído entre as principais pautas dos movimentos de esquerda, onde os direitos das mulheres como defendido pelo feminismo eram vistas como pautas próximas à burguesia, sendo pouco ou nada mencionado por estes movimentos de esquerda em geral (TELES, 1993). Para adentrarem em ambiente de militância, precisavam negar o que consideravam “femininos”, e moldar seus corpos para comporta com um “homem”, “macho” (BRIGGMANN; WOLF, 2019, p. 307)

Nessa perspectiva anula-se a contribuição das mulheres trazendo hora uma imagem de movimento sem gênero, outra ressaltando a imagem masculina, sustentando-se na em homens heróicos no imaginário acerca da militância política do período. Os movimentos de esquerda adotaram o combate à ditadura, enquanto os direitos das mulheres tornaram-se secundários, ou seja, apesar da libertação da mulher ser dada como uma pauta a ser desenvolvida em raríssimas oportunidades as esquerdas levava adiante o debate (TELES, 1993, p. 63).

Considerações finais



A presente comunicação procurou problematizar as representações das mulheres que fizeram parte da militância política durante a década de 1960. E assim, visando mostrar os impactos que a atuação das mesmas causou ao contrariar a crescente onda de conservadorismo que assolava o Brasil após o golpe de 1964. Ao longo da pesquisa, procuramos recuperar, a partir de diversas fontes coletadas e da historiografia, indícios que pudéssemos utilizar para resgatar a memória da atuação dessas mulheres na política de sua época, como se estivéssemos montado um quebra cabeças onde as peças estão bem escondidas.

Ao pensar na atuação política das mulheres, nossa pesquisa embasada na história do tempo presente buscou pelos caminhos da história política e cultural compreender quem eram as mulheres que reivindicavam o fim da ditadura militar e também pelos seus direitos civis e políticos, desafiando os padrões de comportamento da época. Ao trabalhar com a ideia de desconstrução e reconstrução dos papéis de gênero.

A pesquisa mostra-se relevante ao analisar o protagonismo do papel feminino como agente histórico no período ditatorial, confrontando ao estabelecido na maioria das pesquisas históricas voltadas para o período, ao mencionar a atuação das mulheres se limitam, muitas vezes a colocá-las em um lugar voltado mais para vida privada e doméstica.

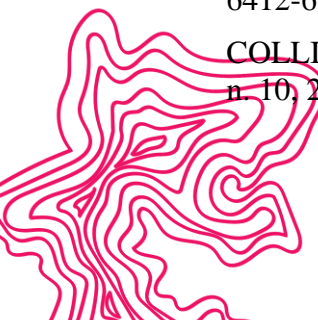
Assim, por meio de um movimento de “lapidação” analisamos o contexto histórico a partir da formação cultural e quem eram essas mulheres que ali estavam inseridas, seja nos papéis atribuídos e acentuados durante à ditadura militar brasileira ou então aquelas que transgrediram as regras e foram para militância política e, por fim, compreender como era vista esta presença dentro dos próprios movimentos de resistência democrática.

Diante dessa perspectiva, nossa pesquisa evidencia a necessidade de ampliar os estudos sobre a participação feminina na política por meio da produção de novos trabalhos com o propósito de dar voz às mulheres e compreender suas particularidades utilizando novos olhares e abordagens de uma historiografia que visa não apenas mencionar, mas trazer à tona o protagonismo as mulheres na História.

Referências:

BRIGGMAN, Luisa Dornelles; WOLFF, Cristina Scheibe. Mulheres militantes de esquerda na ditadura brasileira. WOLFF, Cristina Scheibe; ZANDONÁ, Jair; MELLO Soraia Carolina de (Orgs.). Mulheres de Luta: feminismo e esquerdas no Brasil (1964-1985). Curitiba: Appris, p. 6412-6835, 2019.

COLLING, Ana Maria. As mulheres e a ditadura militar no Brasil. **História em revista**, v. 10, n. 10, 2004.



D'ARAUJO, Maria Celina; JOFFILY, Mariana. Os dias seguintes ao golpe de 1964 e a construção da ditadura (1964-1968). In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves. **O Brasil Republicano: O tempo do regime autoritário**. 9º. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2019. v. 4, p. 11-54. ISBN 978-85-200-1405-9.

DOSSE, François. História do tempo presente e historiografia [1]. **Revista Tempo e Argumento**, v. 4, n. 1, p. 5-23, 2012.

GARCIA, M. A. O gênero da militância: notas sobre as possibilidades de uma outra história da ação política. **Cadernos Pagu**, Campinas, SP, n. 8/9, p. 319–342, 2011. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cadpagu/article/view/1886>. Acesso em: 15 nov. 2021.

LOPES, Bruna Ferreira. As mulheres foram à luta: A militância feminina estudantil na Ditadura Militar brasileira. **Temporalidades**, v. 14, n. 2, p. 209-234, 2023.

MELONI, Catarina. 1968: **O tempo das escolhas**. Nova Alexandria, 2021.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **As universidades e o regime militar: cultura política brasileira e modernização autoritária**. Editora Schwarcz-Companhia das Letras, 2014.

PEDRO, Joana Maria. Narrativas do feminismo em países do Cone Sul (1960-1989). PEDRO, Joana Maria; WOLFF, Cristina (orgs). **Gênero, feminismos e ditaduras no Cone sul**. Florianópolis: Editora Mulheres, p. 115-137, 2010.

RIDENTI, Marcelo Siqueira. O Fantasma da Revolução Brasileira. 2º Ed. **Revista e Ampliada**. São Paulo: Editora UNESP. 2010. 324 p.

SARTI, Cynthia. A construção de figuras da violência: a vítima, a testemunha. **Horizontes Antropológicos**, v. 20, n. 42, p. 77-105, 2014.

SOUZA. Cristiane Prudenciano de. 5 pontos sobre o feminismo que você precisa saber. **Polirize**, 2022. Disponível em: <<https://www.politize.com.br/5-pontos-sobre-feminismo/>>. Acesso em: 24 de nov. 2022.

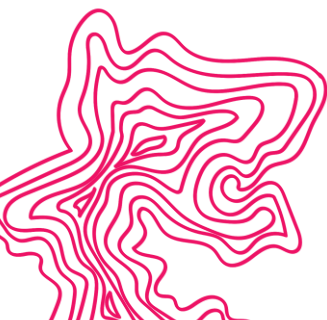
SHARPE, Jim. A HISTÓRIA VISTA DE BAIXO. In **A Escrita da História: Novas Perspectivas/Peter Nurke (org.)** São Paulo: Fundação Editora UNESP, 1992

TEGA, Danielle et al. Tramas da memória: um estudo de testemunhos femininos sobre as ditaduras militares no Brasil e na Argentina. 2015. Tese de Doutorado. Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas.

TELES, Janaina de A. “‘Eliminar, sem deixar vestígios’: a distensão política e o desaparecimento forçado no Brasil”. **Revista M. Estudos sobre a morte, os mortos e o morrer**, v. 5, n. 10, p. 265-297, 2020.

TELES, Maria Amélia de A Breve história do feminismo no Brasil e outros ensaios. Brasiliense Editoria, 1993. TELES, Maria Amélia de Almeida. A construção da memória e da verdade numa perspectiva de gênero. **Revista Direito GV**, v. 11, p. 505-522, 2015.

TELES, Maria Amélia de Almeida. Violações dos direitos humanos das mulheres na ditadura. **Revista Estudos Feministas**, v. 23, n. 3, p. 1001-1022, 2015.



O debate dependentista sobre o fascismo

Júlio César dos Santos Nogueira

Graduando em História - Universidade Federal Fluminense

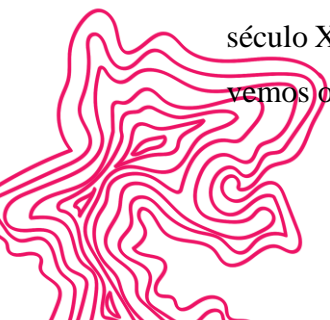
julionogueira@id.uff.br

Resumo: Talvez uma das tantas perguntas que aspirantes a historiadores – e até mesmo muitos historiadores já formados – no Brasil se fazem diariamente é: qual o caráter e como podemos entender o governo Bolsonaro? Os mais atentos à realidade latino-americana saberão que a ascensão do capitão reformado à presidência brasileira não é “um raio no céu azul”, mas faz parte de um movimento de “direitização” que assolou o subcontinente no segundo decênio do século XXI. Esse avanço das direitas corresponde à necessidade do novo ciclo do capital de acentuação da extração de mais-valia das sociedades dependentes, aberta com a Crise de 2008. As privatizações, ataques às leis trabalhistas e às organizações da classe trabalhadora são expressões dessa necessidade do centro do capitalismo. No debate público brasileiro, popularizou-se a categoria “fascismo” para definir o governo Bolsonaro e dar os parâmetros da atuação desses agentes progressistas. Há nessa conceituação um duplo problema: o primeiro é o esvaziamento do conceito feito principalmente pela sua utilização política, sem uma base teórica que possa precisar de forma rigorosa o que significa o fascismo. Nesse caso, “fascismo” torna-se uma denominação de tudo aquilo que o acusador discorda, quase um xingamento, o “outro”. No segundo caso, há uma tentativa de precisão do conceito de fascismo enquanto categoria política. Porém, a matriz do debate é extremamente abstrata e pouco voltada para entender como essa categoria atua nos cenários específicos da América Latina. A base do debate coloca o Brasil no cenário geral das sociedades Ocidentais, tendo por base claro o avanço do conservadorismo na Europa com políticos como Marine Le Pen na França. Toda a contribuição dos autores latino-americanos que pensaram o fascismo parece ser ignorado, ou desconhecido. Esse artigo vem como uma contribuição a esses debates, resgatando a tradição crítica latino-americana que acreditamos ter avançado em algumas questões basilares para o melhor estudo e definição de como o fascismo se apresenta em nossas sociedades. Analisaremos a transcrição do debate entre os cientistas sociais Pío Garcia, Agustín Cueva, Ruy Mauro Marini e Theotônio dos Santos publicado no número 18 da Revista Cuadernos Políticos. Nosso objetivo é o resgate crítico desses pensadores que, em tempos de ditadura e democracia, permanecem exilados do pensamento social brasileiro.

Palavras-chave: Fascismo, Ruy Mauro Marini, Agustín Cueva, América Latina, Theotônio dos Santos.

Introdução

Talvez uma das tantas perguntas que aspirantes a historiadores – e até mesmo muitos historiadores já formados – no Brasil se fazem diariamente é: qual o caráter e como podemos entender o governo Bolsonaro? Os mais atentos à realidade latino-americana saberão que a ascensão do capitão reformado à presidência brasileira não é “um raio no céu azul”, mas faz parte de um movimento de “direitização” que assolou o subcontinente no segundo decênio do século XXI. Desde o golpe de Estado contra o governo hondurenho de Manuel Zelaya em 2009, vemos o avanço desse projeto das direitas com os golpes parlamentares no Paraguai em 2012 e

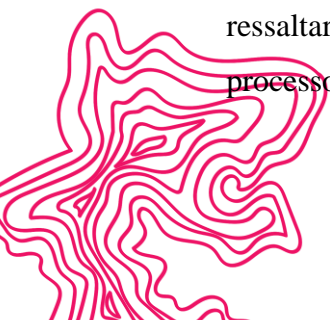


no Brasil em 2016; a subida de Mauricio Macri, sustentado pelo ataque econômico-midiático ao peronismo; as eleições de Lenín Moreno (Equador), Ivan Duque (Colômbia) e do próprio Bolsonaro à presidência, além da criação do “destacamento diplomático de ataque à Venezuela”, denominado Grupo de Lima, em 2017.

Como podemos ver, não é possível particularizar a realidade brasileira como totalmente autônoma ao que acontece na América Latina. Esse avanço das direitas corresponde à necessidade do novo ciclo do capital de acentuação da extração de mais-valia das sociedades dependentes, aberta com a Crise de 2008 (SILVA, 2019). As privatizações, ataques às leis trabalhistas e às organizações da classe trabalhadora são expressões dessa necessidade do centro do capitalismo.

Diante desse avanço, os intelectuais e organizações “progressistas” – e é importante insistir nesse termo pois esse movimento vai além apenas do campo da esquerda – passaram a combater e tentar entender esse processo de direitização das sociedades latino-americanas. No debate público brasileiro, popularizou-se a categoria “fascismo” para definir o governo Bolsonaro e dar os parâmetros da atuação desses agentes progressistas. Há nessa conceituação um duplo problema: o primeiro é o esvaziamento do conceito feito principalmente pela sua utilização política, sem uma base teórica rigorosa do termo. Nesse caso, “fascismo” torna-se uma denominação de tudo aquilo que o acusador discorda, quase um xingamento, o “outro”. No segundo caso, há uma tentativa de precisão do fascismo enquanto categoria política. Porém, a matriz do debate é extremamente abstrata e pouco voltada para entender como essa categoria atua nos cenários específicos da América Latina. A base do debate coloca o Brasil no cenário geral das sociedades Ocidentais, tendo por base claro o avanço do conservadorismo na Europa com políticos como Marine Le Pen na França. Toda a contribuição dos autores latino-americanos que pensaram o fascismo parece ser ignorada, ou desconhecida. Além disso, em certos momentos esses autores se concentram mais em refutar o historicismo que defende a inadequação do fascismo a contextos diferentes da Alemanha e Itália das décadas de 1920-40 do que em aprofundar as análises da historicidade da categoria.

Esse artigo vem como uma contribuição a esses debates, resgatando a tradição crítica latino-americana que acreditamos ter avançado em algumas questões basilares para o melhor estudo e definição de como o fascismo se apresenta em nossas sociedades. É importante antes ressaltar que apesar de atualmente termos mostras da limitação e possível esgotamento do processo de direitização na América Latina – a eleição de Alberto Fernández para o governo



argentino; os protestos que levaram à aprovação de uma Constituinte no Chile e a eleição do líder estudantil Gabriel Boric para a presidência deste país; a anulação dos processos da Lava-Jato que impediam a eleição de Lula – não podemos dar as costas à compreensão exata do caráter dessa direitização, pois ela vai continuar sendo uma alternativa viável para as classes dominantes sempre que a necessidade de acentuação da exploração extrapole o que o “progressismo” é capaz de realizar, sendo necessário então um governo autoritário.

Ambiente Intelectual na UNAM

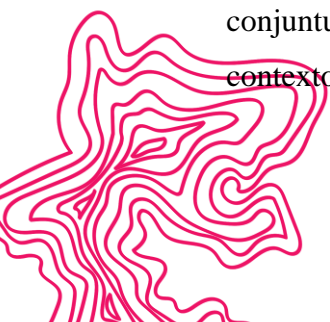
Em 1978 a revista mexicana *Cuadernos Políticos* publicou a transcrição de uma mesa redonda intitulada *Las fuentes externas del fascismo*, realizada na UNAM com Agustín Cueva, Ruy Mauro Marini e Theotonio dos Santos. A UNAM foi um grande polo de atração dos pensadores exilados durante o século XX. Em 1939 vários autores espanhóis, fugindo do regime franquista, foram integrados à UNAM, tais como o filósofo Adolfo Sánchez Vázquez. Durante a ascensão das ditaduras militares latino-americanas o processo não foi diferente. A massiva migração de intelectuais tornou *Universidad Nacional Autónoma do México* um dos centros mais importantes de produção de saber desde o Rio Bravo até a Patagônia (TINAJERO, 2012).

Os três protagonistas do debate de 1978 estavam seis anos antes exilados no Chile. Naquele momento o país vivia o governo da Unidade Popular com Salvador Allende. Marini e Theotonio, expulsos da *UnB* após o golpe de 1964, integravam o *Centro de Estudios Socioeconômicos* (CESO) da *Faculdade de Economia da Universidade do Chile* (Marini, 2005). Cueva tinha fugido em 1970 do regime de Velasco Ibarra no Equador, instalando-se na cidade de Concepción. Pouco antes do golpe contra a UP de Allende, o sociólogo equatoriano assume como professor no *Centro de Estudios Latinoamericano* (CELA) na UNAM.

Essa efervescência crítica no México permitiu um debate extremamente prolífico e um desenvolvimento significativo nas interpretações sobre a América Latina. É esse clima intelectual – que une intercâmbio de ideias e a necessidade de pensar o Estado em geral, os golpes e as ditaduras latino-americanas, dos quais esses intelectuais foram vítimas e tiveram que deixar seu país – que permeia, fundamenta e é expresso no debate que vamos analisar.

Conjuntura Política

Antes de partirmos para a exposição das ideias de cada autor queremos mapear a conjuntura política do debate. As ditaduras militares no nosso subcontinente estão inseridas no contexto da Guerra Fria, na tentativa de conter o avanço das esquerdas, que ganharam um novo



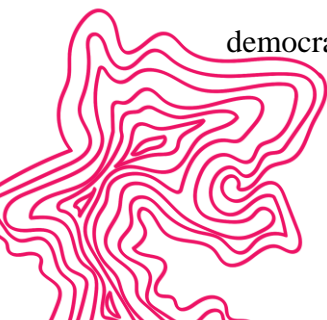
fôlego com a Revolução Cubana de 1959. Porém, apesar de não existir uma suspensão da “guerra contra o comunismo”, o contexto político estadunidense muda sensivelmente na segunda metade da década de setenta com a chegada de Jimmy Carter à presidência dos EUA. Esse presidente seria o primeiro, desde o fim da Segunda Guerra Mundial, a defender a pauta dos direitos humanos.

Além da contradição de defender os direitos humanos enquanto financiava o derramamento de sangue latino-americano, os EUA tiveram alguns choques de interesses com as ditaduras do Cone Sul. Os regimes de Brasil e Argentina tentavam estabelecer uma relativa autonomia e foi necessário que os EUA mudassem a estratégia. Essas considerações são importantes pois no momento que ocorre o debate as ditaduras já não são mais o único horizonte possível para o Estado na América Latina. Essa concepção de “democracias viáveis”, como Marini listava, influenciará a noção de Estado de Contrainsurgência do cientista social brasileiro. O “movimento democratizante” ditará a tônica das discussões entre esses intelectuais sobre o Estado nos anos oitenta. O centro passa a ser a categoria “democracia” e sua tendência universalizante a rejeitar adjetivos.

Agustín Cueva

A análise de Agustín Cueva começa com duas considerações. A primeira, o sociólogo equatoriano defende que “a caracterização dos regimes do cone sul como fascistas está longe de ser uma fórmula mágica capaz de “revelar” a linha política concreta a seguir face a este tipo de regimes” (PÍO GARCIA, CUEVA, MARINI, SANTOS, 2022). A segunda, e talvez a mais importante para nós historiadores, Cueva recupera a visão marxista clássica de Dimitrov, defendendo uma historicidade e, em certo sentido, uma “geograficidade” – ele não utiliza esse termo – do fascismo.

Cueva já vinha defendendo coisas parecidas. No artigo *Elementos y niveles de conceptualización del fascismo* ele se volta contra uma definição weberiana-tipológica de fascismo, adotando o marxismo. Segundo Cueva, a perspectiva marxista permite distinguir aquilo que é objetivamente essencial e o que não é (CUEVA, 1979). As características essenciais do fascismo para ele seriam: Ser uma ditadura em que o setor monopólico da burguesia tem predomínio; adquirir um caráter terrorista produzindo uma troca qualitativa na forma de dominação e na forma de Estado, ao operar uma ruptura radical com as formas democrático-burguesas; ser exercido fundamentalmente contra a classe operária; aparecer, de



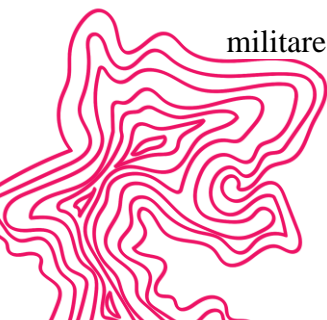
acordo com o assinalado oportunamente pelo dirigente comunista Palmiro Togliatti, como o “remédio infalível onde o capitalismo atravessa por uma crise e teme um colapso”.

Segundo Andrés Tzeiman, Cueva entende o fascismo como um conceito com validade universal – a partir dessas características que citamos – porém, por sua vez, permite compreender diversas realidades. Cueva entende que a “unidade” constitutiva do fascismo possibilita uma margem para a diversidade desse fenômeno nos diferentes países. Isso seria causado pelo “desenvolvimento dialético da história” que, por conta da luta de classes, impede a “cristalização das superestruturas” em suas formas “quimicamente puras”. A particularidade da América Latina seria dada pela condição de subdesenvolvimento e dependência dos países da região, sua condição de subalternidade na constelação capitalista-imperialista mundial (CUEVA, 1979).

Cueva abordará essa particularidade dos países latino-americanos utilizando a representação leninista do sistema capitalista – a partir da cadeia de elos de “espessura” variável. Segundo essa concepção de Lênin, a heterogeneidade do desenvolvimento capitalista permite que as contradições desse sistema não amadureçam nos pontos mais avançados em termos de desenvolvimento das forças produtivas. Por outro lado, essa maturação acontece com maior magnitude nos “elos fracos” do sistema.

O sociólogo equatoriano entende que em regiões como a Europa Ocidental – um elo forte – há reservas suficientes para paliar as crises ao ponto de permitir que a dominação burguesa possa continuar sua ‘hegemonia’ com respostas no máximo democratizadoras, mas não revolucionárias”. Já nas regiões periféricas – elos fracos – o acúmulo de contradições tende a criar situações reais de rupturas “acentuando simultaneamente as possibilidades revolucionárias e as de uma contrarrevolução burguesa. Ele resume sua percepção dizendo que o fascismo latino-americano é um efeito do desenvolvimento desigual das contradições de todo o sistema capitalista-imperialista. Devido a sua própria organização, esse sistema exige que o domínio burguês monopolista seja mantido através de meios terroristas. Esse terrorismo serve, por outro lado, para recompor os mecanismos de acumulação de capital afetados pela crise.

Para Cueva, o fascismo latino-americano não se articula em torno da burguesia burocrática, mas com base na predominância da facção monopolista burguesa nativa e em seus aliados estrangeiros. Segundo ele, é essa relação que define o “novo caráter” das ditaduras militares do Cone Sul.



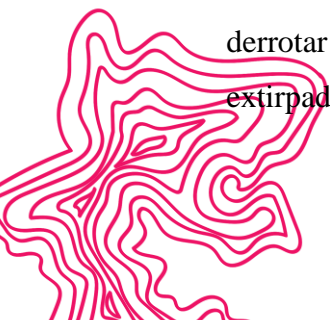
Por último, Cueva elenca três efeitos do fascismo na sociedade civil latino-americana: o fascismo redefiniu muitos perfis da constelação social anterior, criou um novo tecido institucional, impôs novas referências ideológico-culturais, criou um novo contexto de luta; ele desacredita as fórmulas de mudança social-democratas e eurocomunistas. Defendeu também que o sistema capitalista imperialista, pela sua estrutura muito desigual de suas contradições, somada ao crescimento do socialismo no mundo, está condenado “a movimentar-se politicamente entre os dois extremos que nossa época desenha: o da simples ‘hegemonia espiritual’ e o da ‘guerra quente’”; por fim, Cueva afirma que é preciso repensar as táticas e estratégias seguidas pelas classes populares e a todas as linhas políticas da esquerda.

Essas noções me parecem centrais por dois motivos. Primeiro, para a crítica de qualquer análise “politológica” que parta do “fascismo clássico”, ou de qualquer outra experiência histórica específica, enquanto tipo ideal que deve ser refletido nas realidades políticas diversas, procurando enxergar onde a realidade ultrapassam os modelos estabelecidos previamente. Segundo, porque mostra como o fascismo altera de uma vez por todas a dinâmica social, jogando no ralo quaisquer tentativas de retornar a um passado democrático “de ouro”, onde o fascismo é algo do passado e a democracia é nosso único horizonte.

Ruy Mauro Marini

Para Marini, denominar o Estado de “fascista” não fazia avançar na compreensão de suas particularidades e em seu significado. Por conta disso, optou por uma via diferente e formulou o conceito de “Estado de Contrainsurgência”. O cientista social brasileiro sustenta que a contrarrevolução latino-americana pós-Revolução Cubana, principalmente na figura das ditaduras militares, assume três vertentes.

A primeira seria a mudança da estratégia global norte-americana, tendo como consequência no plano militar a Doutrina de Contrainsurgência. Formulada entre as décadas de 1950 e 1960, foi o resultado das derrotas estadunidenses – e de seus aliados – nos processos revolucionários argelino, cubano, congolês e vietnamita, que estabeleceram um maior equilíbrio na bipolaridade da Guerra Fria. Esse processo transferiu para a América Latina mecanismos militares, forças convencionais e não convencionais – como os Boinas Verdes – sendo ancorado em três aspectos: aniquilamento dos adversários, conquista de bases sociais e institucionalização da doutrina. Assim como o fascismo, essa Doutrina desejava não apenas derrotar seus inimigos, mas aniquilá-los fisicamente. Estes eram vistos como um câncer a ser extirpado. Porém, a Doutrina de Contrainsurgência se diferencia do fascismo pois não questiona

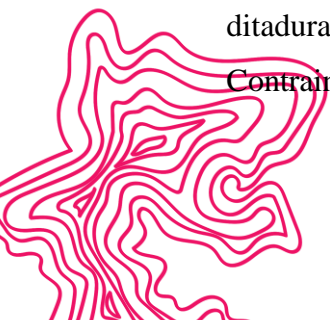


a validade da democracia burguesa. Como bem assinala Silva, a Contrainsurgência quer apenas uma limitação ou suspensão da democracia burguesa, enquanto a “subversão” é aniquilada. Após as reconquistas das bases sociais, se deve marchar à fase de institucionalização do regime, reestabelecendo a democracia burguesa.

A segunda vertente é a transformação estrutural das burguesias criollas em burguesias monopólicas. Esse processo se dá através da integração dessas facções da classe dominante ao sistema de produção imperialista. Aqui há uma cisão da política de “Estado de toda burguesia”, base do “modelo clássico de modernização dos países latino-americanos após a crise de 1929, e de instauração das políticas de substituição de importações e de aliança entre latifúndio e indústria” (SILVA, 2019, pp. 420). Se, por um lado, as frações burguesas dos países dependentes devem se subordinar à burguesia monopolista, por outro, a pequena burguesia, ainda que privilegiada em certo sentido, deve aceitar uma redefinição da sua posição política. Todas essas frações de classe têm seu desenvolvimento e dinâmica atrelado aos ditames da burguesia monopolista. A terceira vertente da Contrainsurgência vem como resposta à radicalização dos movimentos populistas. Quando estes acentuam seus ramos nacionalistas, comprometem o padrão de exploração da mais valia na região e entram em contradição com os interesses do imperialismo.

O processo latino-americano diferencia-se do fascismo clássico pela falta de um apoio de massas que lhe permitisse enfrentar o movimento popular, tanto nas urnas quanto nas ruas. Por conta disso, a burguesia monopólica utilizou o aparato estatal e a força para implementar suas pautas econômicas. Marini define o Estado de Contrainsurgência como o Estado Corporativo dessa burguesia monopólica e das forças armadas. Esse Estado se desenvolveu através das ditaduras dos anos 60 /70 e, apesar de ter suas similaridades com o fascismo, se diferenciava deste pela essência corporativa e estrutura de funcionamento.

Aqui vemos uma diferença interessante entre as interpretações de Cueva e de Marini. Cueva destaca que esses regimes – ao seu ver fascistas – rompem radicalmente com as formas democráticas burguesas. Ou seja, há uma quebra no regime político e na forma estatal. Marini, por outro lado, entende que há uma independência entre o Estado e o regime político. Assim, sua conceituação não está fundamentada no que ele chama de “expressão formal do Estado”. Por isso que, apesar do Estado de Contrainsurgência ter se desenvolvido no processo das ditaduras militares no Cone Sul, não há uma identificação direta entre uns e outros, e a Contrainsurgência pode existir mesmo em regimes políticos democráticos.



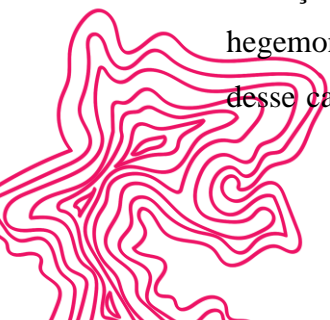
Para Marini, em 1978 a contrarrevolução já estava no seu processo de institucionalização, que seria feita sobre a tutela de transição por um quarto poder exercido pelos militares – lembrem-se da abertura “lenta, gradual e segura” a partir do governo Geisel no Brasil. É aqui que entra o polêmico conceito de “democracias viáveis” do intelectual brasileiro. Como assinalamos acima, esse processo vem pela necessidade de legitimação do apoio dos norte-americanos aos regimes que reproduziam a extração de mais-valia na América Latina.

Theotonio dos Santos

A contribuição de Theotonio dos Santos tem três pilares: o conceito de fascismo, a especificidade do fascismo latino-americano e o papel do imperialismo na sua caracterização. Theotonio começa diferenciando o fascismo como movimento do fascismo como regime político. Para ele, o movimento político fascista corresponde a um momento muito específico da Europa das décadas de 20 e 30. Já o regime político fascista tomou formas diversificadas. Acentuando a sua natureza histórica e de classe, ele define fascismo como “um regime excepcional do grande capital, que usa sistematicamente métodos terroristas de repressão” (PÍO GARCIA, CUEVA, MARINI, SANTOS, 2022).

Theotonio assinala que há uma tendência dessas contrarrevoluções em acontecerem nos países de desenvolvimento médio ou capitalismo tardio. Isso porque é nesses países que a situação revolucionária se combina com as lutas nacionais e forçam a classe dominante a fazer um grande esforço ideológico de identificação nacional e centralização do poder, respondendo à essas tendências revolucionárias. Partindo de algumas análises, inclusive a sua própria, de que aquele período era de crise do imperialismo e de uma onda depressiva de longo prazo, o economista brasileiro acreditava numa reedição, no cenário internacional, das mesmas forças que obrigaram o capital monopolista a buscar os regimes de exceção e o uso do terror nos anos 1920 e 30. Theotonio é contrário às visões que colocam o fascismo como um problema nacional. Para ele, apesar de se manifestar no terreno nacional o fascismo é um fenômeno internacional, e utiliza como argumento a própria dimensão europeia que teve o fascismo durante as décadas de 20 e 40.

Na tentativa de definir a especificidade do fascismo latino-americano, Theotonio começa argumentando que o fascismo (regimes de força), de modo geral, é produto da hegemonia do capital monopolista. Porém, ele entende que há uma mudança nas características desse capital monopolista. Ele entrou numa fase de integração internacional, concentração e



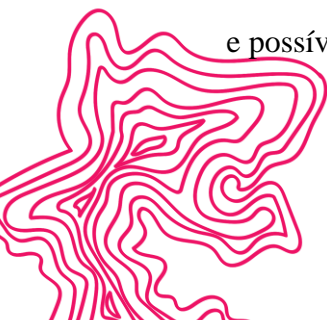
centralização muito maior e, ao mesmo tempo, a intervenção do Estado na economia tornou-se muito mais profunda. O curioso nessa interpretação é que pela própria configuração do sistema capitalista-imperialista, esse fascismo não necessariamente é específico dos países latino-americanos, podendo ser generalizado para certos países da Ásia, como a Indonésia, ou da África, como a África do Sul, onde há uma contradição entre um desenvolvimento capitalista que já atingiu certo grau de industrialização, mas que não consegue superar as características dependentes.

Termina sua exposição falando sobre o problema da democracia e, principalmente, o problema que a burguesia internacional enfrenta em limitar essa democracia, se é possível impor esse limite. A projeção de Theotonio mostrou-se extremamente otimista ao acreditar que o “movimento popular possa criar uma situação democrática avançada, que não terá condições de sobreviver dentro dos quadros do capitalismo e, portanto, colocará o problema do socialismo” (PÍO GARCIA, CUEVA, MARINI, SANTOS, 2022).

Considerações Finais:

A crise de 2008 abriu uma nova onda de direitização das sociedades latino-americanas. Como listamos no início de nossa exposição, esse processo se expandiu/expande por vários países do Cone Sul. As teses não só extremamente criativas, mas também inventivas desses intelectuais dão um excelente ponto de partida para a compreensão dos regimes atuais das nossas sociedades, pois partem, de um lado, do movimento geral feito pelo sistema capitalista e, de outro, das particularidades sociais e históricas da América Latina.

Em 1979 em decretada a Lei da Anistia no Brasil. Com isso, Ruy Mauro Marini e Theotonio dos Santos, além de muitos outros pensadores, militantes e políticos, podem retornar ao Brasil e, teoricamente, difundir suas ideias. Curioso é que as principais obras desses autores só serão traduzidas mais de vinte anos depois de sua volta. Não nos parece irrelevante essa diferença temporal. Ruy Mauro Marini sofrerá com o ataque institucional feito pelo CEBRAP, na figura de Fernando Henrique Cardoso e José Serra, onde a livre crítica esconderá o mau-caratismo intelectual. Esses autores não só deturpam as teses centrais da *Dialética da Dependência* – célebre texto de Marini – como também não publicaram a resposta que este deu às falsas acusações de que foi vítima. Theotonio, não muito diferente, escreverá em seu memorial como o ambiente intelectual brasileiro pós-anistia era o menos amistoso às suas ideias e possíveis contribuições para a teoria social (Dependência, 2022).



A sorte do equatoriano Cueva não é muito diferente. Varrido para os cantos empoeirados das bibliotecas universitárias brasileiras, pouco se estuda hoje suas teses sobre o desenvolvimento capitalista na América Latina, a ferrenha crítica ao eurocomunismo e às novas tendências no marxismo e suas análises sobre o populismo em geral e como este se manifestou no Equador com Velasco Ibarra.

Diante disso, esse texto se insere numa tradição que vem desde início do século XXI tentando resgatar o legado desses intelectuais brasileiros e latino-americanos e mostrar que as raízes do seu pensamento ainda podem dar muitos frutos nos solos teóricos e políticos da *Nuestra América*.

Referências bibliográficas

CUEVA, A. (1979). **Teoría social y procesos políticos en América Latina**. Edicol.

DEPENDÊNCIA, G. d. (01 de 02 de 2022). **Theotonio dos Santos**. Fonte: Grupo de Trabalho de Teoria Marxista da Dependência: <https://www.imperialismoedependencia.org/textos-para-baixar/theotonio-dos-santos/>.

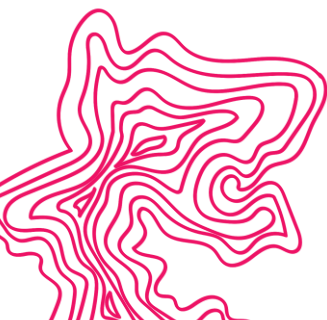
MARINI, R. M. (2005). **Memorial**. Em R. T. (orgs.), *Ruy Mauro Marini: Vida e Obra* (pp. 55 - 128). São Paulo: Expressão Popular.

PÍO GARCIA, A. C.; CUEVA, A.; MARINI, R. M.; SANTOS, T. 2 (01 de 02 de 2022). **A questão do fascismo na América Latina: Pío García, Agustín Cueva, Ruy Mauro Marini e Theotonio dos Santos**. Fonte: Medium: <https://medium.com/@tonybrunov/a-quest%C3%A3o-do-fascismo-na-am%C3%A9rica-latina-23e812d82b9>

SILVA, G. S. (2019). **Fascismo e Contrainsurgência: Esboço sobre contribuições da teoria marxista da dependência em relação ao caráter dos Estados de exceção na América Latina**. *Marx e Marxismo*, 408 - 429.

TINAJERO, F. (2012). **Agustín Cueva, o la lucidez apasionada**. Em A. Cueva, *Ensayos sociológicos y políticos (Introdução e seleção de Fernando Tinajero)*. Quito: Ministério de Coordinación de la Política y Gobiernos Autónomos Descentralizados.

TZEIMAN, A. (2019). **El concepto de fascismo y las dictaduras militares: Agustín Cueva y los debates de teoría política en los años setenta y ochenta**. *Latinoamérica*, 209 - 230.



Os laços da CEPAL com a Igreja Católica chilena e a oposição ao regime de Pinochet (1973-1990)

Marcos Taroco Resende

Doutorando em Economia pelo CEDEPLAR/UFMG

Email: marcostaroco07@hotmail.com

RESUMO: A implementação das políticas econômicas neoliberais no Chile pelos *Chicago Boys* durante a ditadura militar (1973-1990) foi uma inflexão radical contra a estratégia de desenvolvimento via industrialização e intervenção do Estado, que vinham sendo influenciadas na América Latina em geral, e no Chile em particular, pela Comissão Econômica para a América Latina (CEPAL) desde a década de 1950. Apesar desse contraste tão evidente entre dois estilos profissionais e ideias econômicas, não há ainda trabalhos que analisem o papel da CEPAL neste contexto histórico particular. Assim, o objetivo deste artigo, que faz parte de um projeto de investigação doutoral maior sobre o mesmo tema, é explicitar como a CEPAL se posicionou e atuou nesse contexto político e intelectual claramente desfavorável, criticando as políticas econômicas e seus resultados. Neste sentido, com base em fontes documentais da *Revista Mensaje*, uma publicação da Igreja Católica do Chile, demonstramos como os economistas da CEPAL estreitaram os laços com essa instituição, se opondo às políticas econômicas neoliberais da ditadura chilena.

Palavras-chave: CEPAL, Igreja Católica, Ditadura chilena.

Introdução

A Comissão Econômica para a América Latina (CEPAL) é um dos temas mais estudados na América Latina. Existe uma bibliografia extensa sobre a história e o pensamento da CEPAL, de diferentes recortes e ângulos analíticos. Apesar disso, não existem trabalhos que analisem a resposta e a atuação da CEPAL durante o regime militar chileno (1973-1990), frente à expansão das políticas e ideias neoliberais no país da sua sede. A literatura é concentrada em análises gerais, passando de forma superficial por este capítulo marcante na região, geralmente apenas como mais um dado que explica a mudança no pensamento cepalino nas décadas de 1970 e 1980 e se concentrando no seu posicionamento contra uma “ortodoxia econômica neoliberal”, muitas vezes “exógena”, “internacional” e identificada com o receituário neoliberal de ajuste estrutural do Fundo Monetário Internacional e outras instituições multilaterais (BIELSCHOWSKY, 2000; VITAGLIANO, 2004; RODRÍGUEZ, 2009). Há, de certo, alguns trabalhos que apontam algumas questões mais particulares da importância do contexto chileno, mas de forma superficial e espaçada (LOVE, 1996; ROSENTHAL, 2004; DOSMAN, 2011).

O argumento do artigo é que, a despeito do ambiente relativamente desfavorável ao desenvolvimento das suas ideias e das restrições de natureza institucional, a CEPAL não ficou



alheia ao contexto político chileno, atuando como agente importante da oposição (não declarada) ao regime militar chileno, por meio de articulações com outros grupos opositores. Em particular, neste trabalho, ressaltamos os vínculos dos economistas da CEPAL com a Igreja Católica do Chile, outro ator político engajado na oposição ao regime, expressados em divulgação de críticas às políticas econômicas neoliberais, na *Revista Mensaje*.

O papel da Igreja Católica no Chile e as mudanças na doutrina social da Igreja

O papel de oposição da Igreja Católica chilena durante o regime autoritário do Chile é bem estabelecido na historiografia, abarcando obras que colocam a instituição no contexto mais amplo de uma história do regime (VALDÉS, 1995; HUNEEUS, 2007; CHATEAU, 2012), livros que se concentram em segmentos da igreja, como os Jesuítas (SCHNOOR, 2019) ou ainda no seu personagem central, Raúl Silva Henríquez, Arcebispo de Santiago (1961-1982), Cardeal do Chile desde 1962 e símbolo da resistência da Igreja (HUNEEUS, 2007; GÓMEZ et al, 2012). Além disso, é reconhecida a importância da Igreja Católica em assegurar status legais para centros de pesquisas independentes por meio da criação da *Academia de Humanismo Cristiano* (AHC) (SILVA, 1991). Todavia, há uma história a ser contada de como a CEPAL estreitou os laços com a Igreja Católica, se opondo ao regime de Pinochet.

Ao contrário da Igreja Católica na Argentina e similar ao papel na Polônia, a Igreja Católica no Chile desde o início se posicionou e atuou contra os crimes da ditadura. No fim de 1973, em conjunto com igrejas protestantes, criou o Comitê Pró-Paz, para defender o direito às vítimas e encontrar os desaparecidos (CHATEAU, 2012). Porém essa iniciativa foi atacada pelo regime, desde perseguições e torturas a padres (considerados comunistas), até por via diplomáticas, quando foi solicitado ao Vaticano a retirada de Santiago de Raúl Silva Henríquez (GÓMEZ et al, 2012). No fim de 1975, em função da proteção conferida a membros do Movimento de Esquerda Revolucionária (MIR), Pinochet exigiu por carta que Raúl Silva Henríquez acabasse com o Comitê Pró-Paz (SCHNOOR, 2019, s.d). Acatando a exigência inicialmente, em 1976 solicitou ao Papa Paulo VI a criação da *Vicaría de la Solidariedad*, uma iniciativa oficialmente ligada à Igreja, que continuou o trabalho de proteção até 1993.

Antes de avançar, ressaltamos brevemente algumas transformações da doutrina social Igreja durante o século XX, em especial durante a Guerra Fria. Segundo Teixeira e Almodovar (2008) é importante distinguir a doutrina social da Igreja — que retrata a voz oficial da Igreja por meio das encíclicas papais — e o pensamento econômico católico, que agrupa reflexões de autores católicos que se inspiram nos preceitos religiosos. Segundo os autores, uma inflexão



ocorreu na primeira metade do século XX. Marcos fundamentais foram as encíclicas *Rerum Novarum* do Papa Leão XIII de 1891 e *Quadragesimo Anno* do Papa Pio XI em 1931, que expressavam preocupações com as condições de vida dos trabalhadores sob o capitalismo, a concentração de riqueza na sociedade industrial e a difusão da sociabilidade individualista do capitalismo, que afetaram a influência moral da Igreja (TEIXEIRA; ALMODOVAR, 2008).

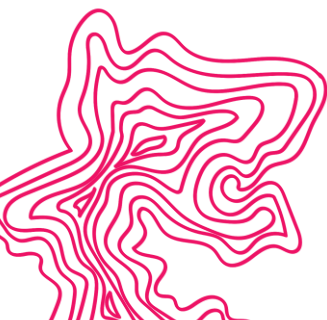
Após a Segunda Guerra Mundial, com o Concílio Vaticano II, os papas Paulo VI e João XXIII, apesar de criticarem o socialismo, abriram a possibilidade de diálogo e cooperação com os socialistas para a construção de uma sociedade mais justa (TEIXEIRA; ALMODOVAR, 2008). As reflexões econômicas da Igreja focaram nas relações internacionais que deveriam ser baseadas na cooperação e na solidariedade. Já na década de 1980, a encíclica *Laborem Exercens* de João Paulo II enfatizou o trabalho como central na vida social, para o alcance da justiça social, abordando o desemprego, a pobreza, a dívida externa, etc.

Evidentemente, dentro do catolicismo presente no Chile havia perspectivas conservadoras, as quais também fizeram parte da história do regime, apoiando-o. Esse apoio se deu em pequenos, mas poderosos grupos que adentraram a estrutura governamental do regime, como o *gremialismo* e seu maior ideólogo do regime, Jaime Guzmán. Para Huneeus (2007), Guzmán se inspirava em um forte catolicismo conservador advindo da posição da Igreja Católica espanhola contra os comunistas, durante a ditadura de Francisco Franco (1936-1975). Guzmán e o regime em geral, contrários às ideias do Partido Democrata Cristão (PDC), não aprovavam as reformas do Concílio Vaticano II e a atuação da Igreja na América Latina, que era cancelada pela Conferência dos Bispos da América Latina (HUNNEUS, 2007, p.229).

Os vínculos da CEPAL com a Igreja Católica chilena: primeiras aproximações

A primeira evidência da associação entre a Igreja Católica do Chile e a CEPAL é dada por Enrique Iglesias, Secretário Executivo entre 1972 e 1985. Em entrevista, o economista enfatizou que após o golpe em 1973, o ambiente ficou extremamente hostil para as ideias da CEPAL, e a comissão se voltou para o tema dos direitos humanos:

[...] salvamos a miles de personas [...] Muy acompañado por el apoyo de algunas figuras importantes [...] como el Cardenal Raúl Silva Henríquez que fue para mí un hombre muy importante porque me acompañó mucho en ese período ... trabajamos mucho juntos. Yo lo apoyaba en sus cosas, en la creación de la Vicaría de la Solidaridad y tantos problemas. Y me vinculo muy intensamente con la Iglesia. Tuvo un gran apoyo [...] yo me integré mucho a la vida política y social de Chile (IGLEISAS, 2001, min. 106-107).



A citação ilustra o envolvimento da CEPAL com o contexto chileno, em especial com a Igreja e o Cardeal Raúl Silva Henríquez. A relação entre as Nações Unidas e o regime autoritário chileno foi conflituosa. A Comissão de Direitos Humanos da ONU condenou o regime por 16 vezes entre 1973 e 1989 (VIANCOS, 1990) e em 1978, a instituição concedeu um prêmio à Igreja Católica chilena, na pessoa do Cardeal. Até mesmo as instituições internacionais que possuem, em tese, maior proteção, foram reprimidas, principalmente a *Facultad Latinoamericana de Ciencias Sociales* (FLACSO), (MORALES; FUENTES, 2018). A CEPAL foi gravemente afligida, com o assassinato de Carmelo Soria Espinoza, funcionário do Centro Latino-Americano de Demografia da CEPAL, em 1976 (UN, 1976, p.55).

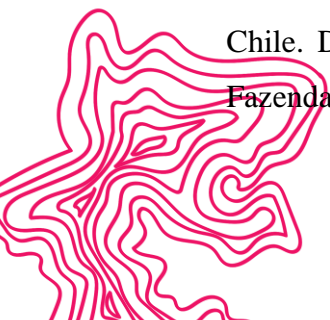
Se em relação ao tema dos direitos humanos temos que nos limitar ao relato da história oral, sem avançar em outras evidências mais concretas, em relação à interação intelectual, podemos enxergar a relação entre a CEPAL e a Igreja Católica de forma concreta nas publicações de vários economistas cepalinos na *Revista Mensaje*. Por meio da pesquisa no repositório digital da *Mensaje*, foram encontrados 22 textos publicados na *Revista Mensaje* de autores com ligações com a CEPAL no período. Dentre essas publicações, oito são do expoente cepalino Aníbal Pinto, dez de Sérgio Molina, e artigos únicos de Enrique Iglesias, Jorge Méndez, Joseph Ramos e Luciano Tomassini.

A revista, fundada pelo Padre Hurtado em 1951 e controlada pela Companhia de Jesus, foi publicada sem interrupção entre 1973 e 1990. A revista é uma publicação destinada a divulgação de reflexões, a partir de um enfoque cristão, sobre os contextos econômico, político, social e cultural do Chile e do mundo. Durante a ditadura, a *Revista Mensaje* se tornou um importante espaço para a oposição (SILVA, 1991; MAILLET *et al*, 2016). A Revista Mensaje como fonte importante para a história chilena tem sido destacada nos últimos anos, tanto como iniciativa institucional da própria revista com a coleção em três volumes de “*Chile y el mundo con los ojos de Mensaje*” (MULLER; POBLETE; RAMÍREZ, 2015) quanto pelos pesquisadores da *Universidad Católica del Norte*, com a coleção *Cincuenta años de Historia de Chile vistos desde la Revista Mensaje* em dois volumes (VALDÉS; VARAS, DÍAZ, 2011).

As críticas dos economistas da CEPAL à ditadura chilena na *Revista Mensaje*

No início da ditadura, Sérgio Molina Silva foi um assíduo comentador da política econômica. Nascido em 1928, formou-se em Engenharia Comercial pela Universidade do Chile. Durante o governo de Eduardo Frei Montalva (1964-1970), Molina foi Ministro da Fazenda (1964-1968), Presidente do Banco Central (1964-1967) e vice-presidente executivo da

XI Encontro de Pesquisa em História da UFMG - ISBN: 978-65-01-11103-2

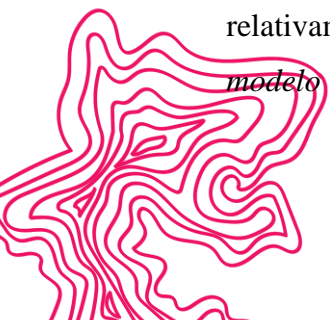


Coporaçión de Fomento a la Producción (CORFO) (1968-1970), órgão governamental que estimula e centraliza os esforços de planejamento econômico e empresas estatais. Como pesquisador da Universidade Católica do Chile, escreveu o primeiro *Mapa de la Extrema Pobreza en Chile*, financiado pela *Oficina de Planificación Nacional* (ODEPLAN). Em 1974, Molina foi contratado pela CEPAL para continuar trabalhando no tema na América Latina (SILVA, 2014) e exerceu a função de coordenador do *Proyecto Interinstitucional sobre Pobreza Crítica en América Latina* (1978-1983), entre a CEPAL, o PNUD e a UNICEF.

Seus textos iniciais assumiram um tom ponderado. Durante o primeiro ano da ditadura, publicou três textos: *La nueva política económica* (SILVA, 1974c), *Economía: nueva receta para un mal endemico* (SILVA, 1974b) e *Algunos rasgos de la extrema pobreza* (SILVA, 1974a). No primeiro texto, de dezembro de 1973, o autor criticou os desequilíbrios macroeconômicos causados pela Unidade Popular. Enfatizou que realmente as primeiras medidas (restauração dos preços relativos, disciplina social e devolução de empresas estatizadas) seriam corretas (SILVA, 1974c, p.13). A moderação, o papel pedagógico de Sérgio Molina em esclarecer má-interpretações das intenções quando se refere às autoridades econômicas, são marcas presentes no texto. Sérgio Molina se sentia contemplado pois em 1973 e em 1974, a ditadura chilena implementou políticas gradualistas e parecia evitar extremos. Esse argumento pode ser ilustrado pelo fato de que a avaliação como correta o rumo para uma “economia de mercado” não decorria de uma crença ilimitada no modelo econômico chileno. Pelo contrário, se dava comparativamente em relação ao tipo de estatismo da Unidade Popular. Não havia ainda elementos que indicassem o massivo processo de privatização pós-1975.

Molina argumentou também que a reclamação dos trabalhadores sobre a perda de participação nas empresas devolvidas era legítima. Para ele, a formulação do “Estatuto Social da Empresa” seria uma evidência de que “[...] *las autoridades están preocupadas de este vital problema*” (SILVA, 1974c, p.16). Conforme Chateau (2012, p. 193), o Estatuto Social da Empresa foi um projeto elaborado em 1973 e 1974 pelo General Nícanor Díaz, Ministro do Trabalho e Previdência Social, que visava dar mais poder aos trabalhadores e fortalecer a negociação coletiva. Isso evidencia a influência da fase gradualista porque esse projeto foi derrotado após a aprovação do tratamento de choque em 1975 (CHATEAU, 2012).

A uma distância maior do golpe, em julho de 1974, o economista se afastou relativamente da posição empática em relação ao governo. Ele denunciou que “[...] *hay un modelo ideológico cuya aplicación ortodoxa puede estar reñida con la historia y la realidad*



de la sociedad chilena” (SILVA, 1974b, p.289). Os textos publicados pelo autor em 1975 — *La economía chilena en la coyuntura internacional* (SILVA, 1975a) e *La encrucijada actual de la política económica* (SILVA, 1975b) — exibem uma margem de crítica muito maior em termos de tom, extensão e profundidade das políticas econômicas. No primeiro texto, citou que a abertura comercial não estava alcançando os resultados esperados. Em segundo lugar, os custos distributivos estariam recaindo relativamente mais sobre os trabalhadores, isto é, “*hay grupos que se están beneficiando más allá de lo aceptable desde un punto de vista económico y social*” (SILVA, 1975a, p.5). Na sua visão, todas essas questões indicam “[...] *que algo no funciona bien y que el Estado no puede permanecer ajeno a ello por razones puramente doctrinarias*” (SILVA, 1975a, p.5). O autor adotou uma postura mais enfática em *La encrucijada actual de la política económica*, de 1975, criticando os custos e resultados do tratamento de choque. Essa insatisfação é representada pela Figura 5:

Figura 1 – Quando chegará a primavera econômica?



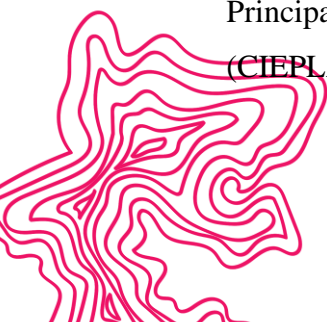
Fonte: (Silva, 1982b, p. 441)

Não é o caso de se afirmar que os textos de 1975 representam uma ruptura total com seus posicionamentos passados. Sérgio Molina se manteve coerente demandando posições mais pragmáticas por parte do governo. O que foi alterado na verdade, foram os contextos institucionais e políticos que orientavam sua leitura da realidade. Em 1973 e início de 1974, além de trabalhar em colaboração ODEPLAN, o que contribuía para moderar suas críticas, Sérgio Molina era um dos grandes nomes do PDC, que inicialmente apoiou a deposição do governo de Salvador Allende e permitiu a cooperação de seus membros com o governo (FREI, 1992, p.44-45). Já a partir de 1974, com a transição do partido para a oposição devido aos crimes dos direitos humanos e o projeto de poder permanente do regime (FREI, 1992) —, trabalhando sob a influência das ideias da CEPAL e no momento da resposta das autoridades chilenas à crise internacional, deixava clara um outro tipo de atitude.

A maior autoridade da CEPAL, o economista uruguaio Enrique Iglesias, Secretário Executivo entre 1972 e 1985, também publicou na *Revista Mensaje*, em 1976. O texto *Perspectivas acerca del desarrollo en América Latina* (IGLESIAS, 1976a), ao contrário dos últimos de Sérgio Molina, não tem uma linguagem combativa. Esse aspecto não diminui sua importância em um contexto diplomaticamente difícil para o Chile. Com cisões explícitas desde o início da ditadura chilena em relação ao Pacto Andino — assinado em 1969 por Bolívia, Colômbia, Equador e Peru e com o ingresso da Venezuela em 1973 — os ânimos se afloraram no segundo semestre de 1976, o que culminou na retirada do Chile acordo no dia 30 de outubro. Inspirado pelos estudos da CEPAL, o Pacto Andino visava criar um mercado comum com o objetivo de desobstruir os entraves do processo de substituição de importações. O Pacto Andino incomodava os *Chicago Boys*. Sérgio de Castro, Ministro da Fazenda (1976-1982), em ampla campanha pública, argumentou que a proteção excessiva, as normas de investimento externo e de planejamento impediriam o Chile de ter seu próprio modelo (CLAVEL; PAZ, 2007).

A *Mensaje* publicou no último trimestre dois textos sobre o tema (BELLO, 1976; FFRENCH-DAVIS, 1976). Embora o texto de Enrique Iglesias, de outubro, não toque explicitamente no tema do Pacto Andino, se relaciona à problemática. Para contornar o problema do crescente volume de importações na América Latina, enfatizou a importância da integração comercial. Conforme o autor, era necessário implementar uma substituição de importações, apoiada pela integração comercial, pois “[...] *se podría sustituir los bienes importados con productos de calidad competitiva en el plano internacional* (IGLESIAS, 1976a, p.552). Em relação às empresas transnacionais, o autor recomendou que os países lidassem de forma pragmática. Mesmo apresentando uma áurea institucional-informativa, não nos parece que a publicação do texto é desproposita. Não poderíamos esperar que Enrique Iglesias tomasse posição em uma questão que envolvia um conflito diplomático.

Outro autor cepalino importante foi Aníbal Pinto. Ele nasceu no Chile em 1919 e se formou em Direito na Universidade do Chile e em Finanças na *London School of Economics*, entre 1948 e 1951. Em meados da década de 1960 ingressou na CEPAL como Diretor da subseção do ILPES, no Rio de Janeiro. Em Santiago, entre 1965 e 1971, foi professor da *Escuela Latinoamericana para Graduados* (ESCOLATINA - Universidade de Chile) e Diretor da Divisão de Desenvolvimento da CEPAL, entre 1970 e 1979. Em 1980 tornou-se Consultor Principal da instituição. Em 1981 se associou à *Corporación de Estudios para Latinoamérica* (CIEPLAN) e à FLACSO. Em 1987 assumiu a direção da Revista da CEPAL.



Em 1981, em uma iniciativa planejada e organizada pela *Revista Mensaje*, o economista chileno publicou três pequenos textos contra a imagem do modelo econômico chileno, construída graças ao uso indevido de estatísticas e o quase monopólio de meios de comunicação (PINTO, 1981b, p.104). O primeiro, *El modelo ortodoxo y el desarrollo nacional* visaria combater a tese do acelerado crescimento econômico e da melhor alocação de recursos (PINTO, 1981b). O segundo, *Apertura al exterior*, discutiria o crescimento do setor externo e a afluência de capitais (PINTO, 1981a). O terceiro, *La inflación y el modelo ortodoxo*, tentaria desconstruir os pretensos êxitos (fracassos, na visão do autor) da luta contra a inflação (PINTO, 1981c).

O autor foi extremamente crítico em relação ao “[...] *tratamiento de shock monetarista*” (PINTO, 1981b, p.105) de 1975. Ele criticou de forma enfática a crença ideológica nas forças de mercado, ou o “*el extremismo ideológico ‘a la Chicago*” (p.106) e o estímulo desenfreado ao consumo dessa minoria, o “populismo conspícuo” (p.109), propiciado pela valorização cambial e a liberalização das importações. No texto *Chile-Real, Chile-Ficción* (1982), o autor estrategicamente, utilizou o terremoto ocorrido em 1960 para reivindicar a existência da maioria da população, o “Chile Real”, em oposição ao “Chile Ficción”, como na Figura 6:

Figura 2 – O consumo conspícuo de uma minoria rica



Fonte: Pinto (1982a, p.481)

Já no texto *La inflación y el modelo ortodoxo*, Aníbal Pinto criticou a política anti-inflacionária dos *Chicago Boys* conforme retratado na Figura 7, sensibilizando o leitor por apresentar crianças e o homem desempregado.

Figura 3 – O tratamento de choque, as crianças e o chileno desempregado



Fonte: Pinto (1981b, p.258-259)

Outro membro da CEPAL que publicou na *Mensaje* foi Jorge Méndez Munévar. Nascido em Bogotá em 1922 e doutor em Economia pela Universidade de Princeton, ocupou cargos em órgãos multilaterais nos anos 1960. Foi Diretor de Política Comercial da CEPAL entre 1963 e 1965 e Diretor do ILPES entre novembro de 1978 e maio de 1982. Em agosto de 1982, Méndez publicou *La economía, ¿una ciencia social?*, criticando que “*los economistas-tecnócratas concentran con frecuencia su atención exclusivamente en el comportamiento de variables, macroeconómicas* (MÉNDEZ, 1982, p.416). Para Jorge Méndez, “[...] *el caso más extremo de ‘tecnocracia-económica’ [...] fue, por supuesto, el ‘neoclassicismo’, el monetarismo chicaguiano o de Friedman*” (MÉNDEZ, 1982, p.417).

Esse texto, de agosto, foi um desdobramento de um trabalho em coautoria com Alvaro García Hurtado, apresentado em um congresso sobre políticas sociais que ocorreu na CEPAL entre os dias 12 e 15 de abril de 1982. As informações do evento foram compiladas e publicadas no livro *Desarrollo social en los ochenta* e publicadas em 1983 (FRANCO; ZAVALA, 1983). Neste evento, a sede da CEPAL recebeu mais de 250 participantes, do Chile, de toda a América Latina e do mundo (FRANCO; ZAVALA, 1982, p.393-410). Assim, podemos qualificar a interpretação de Bielschowsky (2000, p.46) de que durante a ditadura chilena, a sede da CEPAL perdeu “o poder de convocatória da intelectualidade latino-americana”. Apesar deterioração relativa da sua influência, a CEPAL ainda conseguiu convocar pessoas e propor agendas.

Interessa-nos a quarta seção do Simpósio, na qual o texto de Jorge Méndez (MÉNDEZ; HURTADO, 1983) recebeu comentários de uma série de economistas, dentre eles, de Pablo Baraona e Sérgio Molina (CEPAL; ILPES; UNICEF, 1982; FRANCO; ZAVALA, 1983, n.p).

Comentando o trabalho Jorge Méndez e Alvaro Hurtado e defendendo a experiência chilena, como repetidamente ressalta “*en mi país*”, o *Chicago Boy* Pablo Baraona (1983) criticou o fato de que, para atingir objetivos como crescimento econômico, estabilidade e igualdade, a discussão teórica, como a efetuada pelo texto, e “[...] *en foros de este tipo* (BARAONA, 1983, p.249) — em nossa interpretação, refere-se ao evento que estava participando e à CEPAL — se orienta a partir de críticas ao Mercado livre, enquanto os mercados são monopolistas, e em favor da intervenção do governo, que na realidade é ineficiente.

Este não foi o primeiro “embate” com um membro do governo. Na inauguração do evento, a fala de Jorge Méndez, foi seguida por um discurso auto-afirmativo da experiência chilena, de Luis Dánus Covián, Diretor da *Oficina de Planificación Nacional* (ODEPLAN): “*La experiencia chilena, en los años recientes [...] nos ha permitido descubrir algunos de esos grandes mitos que ha nublado el análisis en torno a las políticas sociales*” (COVIÁN, 1983, p.383). Covián defendeu energicamente os economistas e sua maneira de racionalizar:

Se ha tenido pensar [...] que los especialistas en ciencias económicas poco o nada tenían que aportar al desarrollo social [...] De ahí que haya tachado, con mucha facilidad, de ‘economicistas’ o insensibles a lo social, a aquellos sistemas de gobierno que han tratado de poner el desarrollo económico en su lugar, junto al desarrollo social (COVIÁN, 1983, p.383).

A ressonância do evento na opinião pública também pode ser evidenciada pelo fato que outro economista cepalino que participou da mesma seção (SILVA, 1983). Sérgio Molina, publicou na edição seguinte da *Revista Mensaje*, de setembro, *Empleo, remuneraciones y necesidades básicas* (SILVA, 1982). No texto da *Mensaje*, Sérgio Molina realizou uma crítica social acerca dos problemas econômicos chilenos, se inspirando na encíclica *Laborem Exercens* do papa João Paulo II, publicada em 1981. Um dos primeiros elementos abordados pelo autor foi a importância do trabalho: “*El hombre sin trabajo se degrada ante sí mismo, ante su familia y ante su medio social. Esto es la negación del propósito divino*” (SILVA, 1982, p.470). Assim, Molina criticou a consideração como natural o aumento do desemprego nas políticas anti-inflacionárias. A edição persuadiu o leitor, mobilizando a figura da família (FIGURA 8). Utilizando a autoridade papal, expôs que “[...] *el Papa señala que: El problema clave de la ética social es el de la justa remuneración por el trabajo realizado*” (SILVA, 1982, p.471).

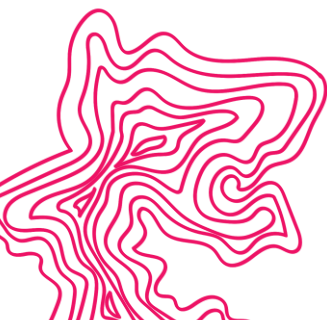


Figura 4 – A representação do trabalho e a família.



Fonte: Silva (1982, p.473)

Essa influência da doutrina social se refletiu no economista Joseph Ramos. Nascido nos EUA em 1938, graduou-se em Engenharia Elétrica em 1960 e doutorou-se em Economia em 1968 pela Universidade de Columbia. Entre 1968 e 1971, participou de estudos econômicos do IHC. Entre 1982 e 1990, foi Subdiretor da Divisão de Desenvolvimento Econômico da CEPAL e pesquisador da CIEPLAN (RAMOS, 2011). Em 1986, o autor publicou uma resenha sobre o livro *A medio morir cantando: 13 testimonios de cessantes* do sociólogo do *Programa Regional del Empleo para América Latina y el Caribe* (PREALC) da Organização Internacional do Trabalho e dramaturgo, David Benavente. Benavente (1986) reportou uma série de entrevistas com desempregados de Santiago no ano de 1984, descrevendo as consequências sociais e espirituais. Ao resenhá-lo, Ramos (1986) reflexionou que o principal problema relevado seria “[...] *la pobreza espiritual a que conduce: su cuestionado rol social, conflictos matrimoniales, empobrecimiento de relaciones con los hijos, alcoholismo y quiebres psíquicos*” (RAMOS, 1986, p.318). A publicação de um livro sobre um tema tão sensível para o regime militar, por uma instituição multilateral, e sua resenha por um economista da CEPAL, indica como as instituições internacionais em Santiago reagem ao contexto de forma ativa.

Considerações finais

As discussões e as evidências levantadas assinalam que a CEPAL não era uma ilha isolada e de caráter apenas burocrático, alheia às profundas transformações — de ordem humanitária, política, econômica e profissional — pelas quais estava atravessando o Chile durante o regime autoritário. Ao contrário de outros relatórios da instituição no período, as críticas dos economistas cepalinos, ao calor da conjuntura, tenderam a aparecer de maneira mais diretas e livres, diferentemente das amarras institucionais dos relatórios da CEPAL. Existiram “afinidades eletivas” entre as ideias da CEPAL (que se encontrava em crise e reestruturação, XI Encontro de Pesquisa em História da UFMG - ISBN: 978-65-01-11103-2

pelo próprio contexto da América Latina e do Chile em particular) e a doutrina social da Igreja, que se manifestaram e se mesclaram em uma conjuntura específica. Apesar dos importantes cepalinos que publicaram na *Revista Mensaje*, não é possível tomá-los necessariamente representativos de toda a CEPAL, isto é, outros economistas podiam manifestar sua oposição de outros modos e veículos, o que será objeto de maior investigação.

Referências

Fontes primárias

BARAONA, Pablo. El mercado y la intervención estatal como instrumentos de la política social. In: FRANCO, Rolando; ZAVALA, Jose Carlos Cuentas (coords.). *Desarrollo Social en los 80*. Santiago: CEPAL, ILPES, UNICEF, p. 249-254, 1983.

BELLO, Simón. *Chile y la integración latinoamericana: Reflexiones a propósito del retiro de Chile del Pacto Andino*. *Mensaje*. Santiago, nº 25(255), p. 606-608, 1976.

BENAVENTE, David. *A medio morir cantando: 13 testimonios de cesantes*. Santiago de Chile: PREALC-OIT, 1986.

COVIÁN, Luis Danús. Exposición del Director de la Oficina de Planificación Nacional (ODEPLAN) de la República de Chile. In: FRANCO, Rolando; ZAVALA, Jose Carlos Cuentas (coords.). *Desarrollo Social en los 80*. Santiago: CEPAL, ILPES, UNICEF, p.383-386, 1983.

FFRENCH-DAVIS, Ricardo. *Pacto Andino y libre comercio*. *Mensaje*. Santiago, nº 25(253), p. 503-507, 1976.

FRANCO, Rolando; ZAVALA, Jose Carlos Cuentas (coords.). *Desarrollo Social en los 80*. Santiago: CEPAL, ILPES, UNICEF, 438p, 1983.

IGLESIAS, Enrique V. Oral history interview with Enrique Iglesias, 2001. *United Nations Intellectual History Project*. New York, Ralph Bunche Institute for International Studies, The Graduate Center, University of New York, 3 recordings, 267 min, nov.2001. Entrevista concedida a Louis Emmerij.

IGLESIAS, Enrique. Perspectivas acerca del desarrollo em América Latina (Síntesis). *Mensaje*. Santiago, nº 25(254), p. 550-553, 1976a.

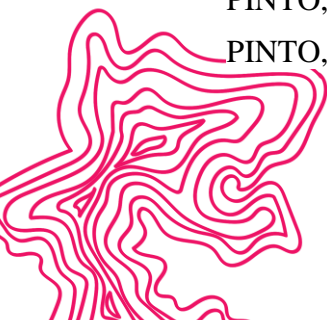
MÉNDEZ, Jorge. Presentación del Director del Instituto Latinoamericano de Planificación Económica y Social. In: FRANCO, Rolando; ZAVALA, Jose Carlos Cuentas (coords.). *Desarrollo Social en los 80*. Santiago: CEPAL, ILPES, UNICEF, p.371-375, 1983.

MÉNDEZ, Jorge; HURTADO, Alvaro García. Consideraciones económicas para la política social y consideraciones sociales para la política económica. In: FRANCO, Rolando; ZAVALA, Jose Carlos Cuentas (coords.). *Desarrollo Social en los 80*. Santiago: CEPAL, ILPES, UNICEF, p.189-222, 1983.

MENDÉZ, Jorge. ¿La economía, una ciencia social?. *Mensaje*, Santiago, nº 31 (311), p.416-418, 1982.

PINTO, Aníbal. Apertura al exterior. *Mensaje*, Santiago, nº (30) 298, p.176-181, 1981a.

PINTO, Aníbal. Chile-Real y Chile-Ficción. *Mensaje*, Santiago, nº (31) 312, p.480-481, 1982^a.



PINTO, Aníbal. El modelo ortodoxo y el desarrollo nacional. *Mensaje*, Santiago, n° (30) 297, p.104-109.

PINTO, Aníbal. La inflación y el modelo ortodoxo. *Mensaje*, Santiago, n° (30) 299, p.256-259, 1981c.

PINTO, Aníbal. Razones y sinrazones de la recesión. *Mensaje*, Santiago, n° (31) 307, p.120-124, 1982b.

RAMOS, Joseph. En torno a medio morir cantando. *Mensaje*, Santiago, n° 35(351), p.317-318, 1986.

RAMOS, Joseph. Curriculum Vitae Joseph Rafael Ramos Quiñones. Santiago: Universidad de Chile, 2011.

SILVA, Sérgio Molina. Algunos rasgos de la extrema pobreza. *Mensaje*, Santiago, n° (23)234, p.529-534, 1974a. Disponível em: https://repositorio.uahurtado.cl/static/pages/docs/1974/n234_564.pdf. Acesso em 03. out. 2022.

SILVA, Sérgio Molina. Bases para un programa contra la pobreza en un sistema político democrático. In: FRANCO, Rolando; ZAVALA, Jose Carlos Cuentas (coords.). *Desarrollo Social en los 80*. Santiago: CEPAL, ILPES, UNICEF, p.233-239, 1983.

SILVA, Sérgio Molina. Economía: nueva receta para un mal endemico. *Mensaje*, Santiago, n° (23) 230, p.285-292, 1974b.

SILVA, Sérgio Molina. Empleo, remuneraciones y necesidades básicas. *Mensaje*, Santiago, n° (31) 312 p.470-474, 1982.

SILVA, Sérgio Molina. Entrevista al Académico de Número Sergio Molina Silva. Santiago: Academia Chilena de Ciencias Sociales, Políticas y Morales, 2014.

SILVA, Sérgio Molina. La economía chilena en la coyuntura internacional. *Mensaje*, Santiago, n° (24) 236, p.2-5, 1975a.

SILVA, Sérgio Molina. La encrucijada actual de la política económica. *Mensaje*, Santiago, n° (24) 243, p.439-444, 1975b.

SILVA, Sérgio Molina. La nueva política económica. *Mensaje*, Santiago, n° (23) 226, p.11-20, 1974c.

TOMASSINI, Luciano. El informe Brandt: un programa para sobrevivir. *Mensaje*, Santiago, n° 29(291), p. 441-443, 1980.

UNITED NATIONS. *Report of Economic and Social Council* (Report of Secretary-General prepared by Ad Hoc Working Group on the situation of Human Rights in Chile to General Assembly). Doc. A/31/253 (8 October 1976).

Bibliografía

BIELSCHOWSKY, Ricardo. Cinquenta anos de pensamento na CEPAL: uma resenha. In: BIELSCHOWSKY, Ricardo (org). *Cinquenta anos de pensamento na CEPAL*. Rio de Janeiro: Record/CEPAL, 2000, v. 1, p. 13-68, 2000.

CHATEAU, Manuel Gárate. *La revolución capitalista de Chile: 1973-2003*. Santiago: Ediciones Universidad Alberto Hurtado, 2012.



CLAVEL, Patricia Arancibia; PÁEZ, Francisco Balart. *Sergio de Castro: el arquitecto del modelo económico chileno*. Editorial Biblioteca Americana, 2007.

DOSMAN, Edgar J. *Raúl Prebisch (1901-1986): A construção da América Latina e do Terceiro Mundo*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2011.

FREI, Eugenio Ortega. *Historia de una alianza política: el Partido Socialista de Chile y el Partido Demócrata Cristiano, 1973-1988*. Santiago: Lom Ediciones, 1992.

GÓMEZ, Máximo Pacheco; CHAIN, Reinaldo Sapag; CASTRO, Ascanio Cavallo; KLENNER, Hernán Montealegre. *Rol del Cardenal Raúl Silva Henríquez. Golpe militar en Chile. Sus Te Deum durante la dictadura*. Edición Digital, 2012.

HUNNEUS, Carlos. *The Pinochet regime*. London: Lynne Rienner Publishers, 2007.

LOVE, Joseph. Economic Ideas and Ideologies in Latin America since 1930. In: BETHELL, Leslie (org.). *Ideas and Ideologies in Twentieth Century Latin America*. Cambridge: Cambridge University Press, 1996.

MORALES, Juan Jesús; CAMILO, Garber Fuentes. El quiebre de las ciencias sociales en Chile. Testimonios y repercusiones del 11 de septiembre de 1973 en documentos de la Fundación Ford. *Izquierdas*, n. 40, p. 139-164, 2018.

MORALES, Juan Jesús; MONASTERIO, Roberto Ibacache. Democracia, sociedad y neoestructuralismo en el Chile de la transición (1988-1994): el papel de los economistas da la CIEPLAN. In: FALERO, Alfredo; QUEVEDO, Charles; SOLER, Lorena (coords.). *Intelectuales, democracia y derechas*. Buenos Aires: El Colectivo; CLACSO, p. 131-159, 2020.

MULLER, René; POBLETE, Luis; RAMÍREZ, Miguel (Orgs.): Chile y el mundo con los ojos de mensaje. Silencios y reencuentros, 1975-1988. *Mensaje*, v. III, 594 p, 2015.

RODRÍGUEZ, Octavio. *O Estruturalismo Latino-Americano*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.

ROSENTHAL, Gert. ECLAC: a commitment to a Latin American way toward development. In: BERTHELOT, Y (org.). *Unit and diversity in development ideas: perspectives from the UN Regional commissions*. Bloomington/Indianapolis: Indiana University Press, p.168-232, 2004.

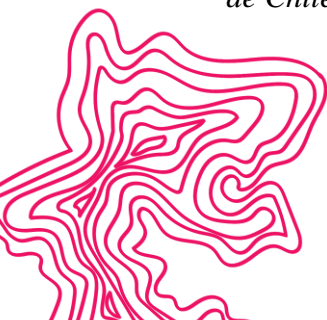
SCHNOOR, Antje. *Santa desobediencia: Jesuitas entre democracia y dictadura en Chile, 1962-1983*. Ediciones Universidad Alberto Hurtado, 2019.

SILVA, Patricio. Technocrats and politics in Chile: from the Chicago Boys to the CIEPLAN Monks. *Journal of Latin American Studies*, v. 23, n. 2, p. 385-410, 1991.

TEIXEIRA, Pedro; ALMODOVAR, António. Catholic economic thought. In: DURLAUF, Steven N.; BLUME, Lawrence E. (eds.). *The New Palgrave Dictionary of Economics online*. 2.ed. London: Palgrave Macmillan, 2008.

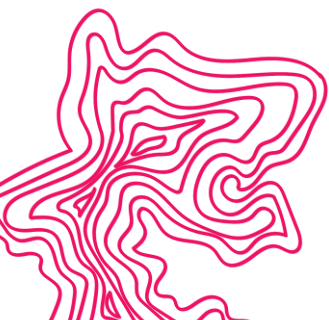
VALDÉS, Juan Gabriel. *Pinochet's Economists: the Chicago School of economics in Chile*. Cambridge: Cambridge University Press, 1995.

VALDÉS, Fernando Vial; VARAS, Marcelo Lufin; DÍAZ, Juan Daniel Soto. Revista Mensaje en el periodo 1973-1990: protagonistas, contenidos y líneas temáticas de artículos en el ámbito de la Economía. In: VALÁSQUEZ, Jorge; TELLO, Erika (orgs.). *Cincuenta años de Historia de Chile: Vistos desde la Revista Mensaje*. Antofagasta: Ediciones Universitarias UCN, 2011.



VIANCOS, María Carolina Vargas (1990) El caso Chileno en la Asamblea General y la Comisión de Derechos Humanos de la Organización de las Naciones Unidas. *Revista Chilena de Derechos Humanos*, 12: 31-, 1990.

VITAGLIANO, Luís Fernando. *A Cepal no Fim do Milênio: A resposta aos “programas de ajustes” neoliberais*. 2004. 270f. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, UNICAMP, Campinas, 2004.



O republicanismo no jornal “Sentinela da Liberdade” de Cipriano Barata

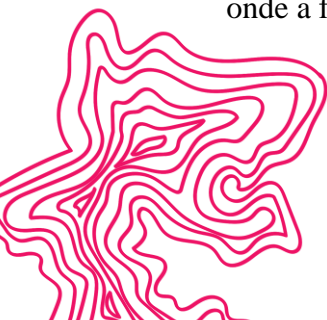
Pedro Moretto Scudeller

Graduando em história pela UFMG
pscudeller12@gmail.com

Resumo: A Imprensa brasileira no Séc. XIX teve um importante papel na esfera pública do país, onde eram debatidos os rumos da nova nação independente que nascia em solos americanos. Nesse complexo e heterogêneo grupo, em que diferentes jornais e impressos defendiam suas ideias e caminhos, uns defendendo o Imperador Brasileiro, outros criticando, é onde a figura de Cipriano Barata aparece com seu jornal Sentinela da Liberdade. Considerando o impacto e a importância de Cipriano Barata, com o seu periódico “Sentinela da Liberdade”, na esfera pública do recente Estado Brasileiro. O presente trabalho teve como principal objetivo rastrear traços de uma tradição republicana nas páginas do jornal Sentinela da Liberdade. Durante todas as fases do jornal, Cipriano varia bastante seu estilo de escrita, às vezes mais provocativo, às vezes de forma mais erudita, mas na maioria das vezes contendo bastante ironia. Dessa forma, também é possível observar que Barata às vezes aparentava ser mais moderado e às vezes mais radical. Da mesma forma que de vez em quando apresentava uma defesa do republicanismo mais latente, principalmente na última fase de seu jornal, e às vezes menos latente. Contudo, em alguns pontos, Cipriano não mudava de opinião, pontos os quais mostram uma clara inspiração Iluminista. Como por exemplo, uma forte defesa da constituição, de ideais federalistas, forte defensor da liberdade de imprensa, ponto elencado pelo autor como fundamental para uma sociedade livre da escravidão e sempre contra o despotismo e a tirania, conteúdo que mais aparece no seu periódico, já que usava o jornal para alertar sobre qualquer perigo tirânico, além de considerar que ele mesmo fazia um árduo trabalho de levar a sociedade brasileira para longe desses perigos e para o caminho da liberdade. Assim, é possível observar que o Cipriano Barata com o seu periódico “Sentinela da liberdade” teve um grande impacto na esfera pública e nas discussões políticas do país. O impacto do seu jornal e seus princípios, como a defesa da constitucionalidade e a luta contra qualquer forma de despotismo, demonstram que não só existiam resquícios do Iluminismo na discussão política nacional, mas como existiam pontos latentes das Luzes.

Palavras-Chave: Cipriano Barata, Sentinela da Liberdade, Republicanismo, periódicos, imprensa.

A Imprensa brasileira no Séc. XIX teve um importante papel na esfera pública do país, onde eram debatidos os rumos, certos e errados, da nova nação independente que nascia em solos americanos. Nesse complexo e heterogêneo grupo, onde diferentes jornais e impressos defendiam suas ideias e caminhos, uns defendendo o Imperador Brasileiro, outros criticando, é onde a figura de Cipriano Barata aparece, com seu jornal Sentinela da Liberdade.



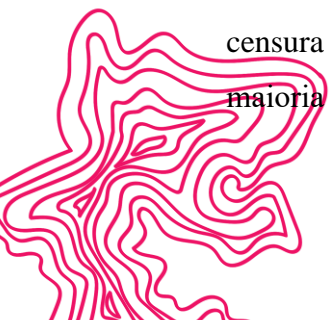
Contudo, Cipriano, antes mesmo do jornal, já se constituía de reconhecimento no Brasil. Barata nasceu em 1762, Salvador, Bahia, que no ano seguinte deixou de ser capital do Brasil, cedendo lugar ao Rio de Janeiro. Filho de um Tenente (nascido no reino de Portugal) e a mãe (natural da América), entrou no curso de Filosofia na Universidade de Coimbra em 1786 e no ano seguinte nos cursos de Matemática e de Medicina, onde foi aprovado em ambos os cursos em 1790 (MOREL, 2008, p. 18).

Em sua vida, Cipriano chegou a ser preso por ser acusado de participar da Conjuração Baiana, teve sua participação também na revolução de Pernambuco, e em fevereiro de 1821 participou do levante armado que depôs o conde de Palma, último capitão da Bahia. É considerado um dos preparadores doutrinários da confederação do Equador, que acabou acontecendo quando ele estava preso em Fortaleza, além de ter sido eleito deputado nas cortes de Lisboa e outro na Constituinte Brasileira de 1823, que não chegou a assumir (MOREL, 2008, p. 19).

Dessa forma, a figura de Cipriano Barata em solos nacionais não deveria passar despercebida. A sua luta pelos ideais de liberdade, de Constitucionalidade, de independência, e de republicanismo, às vezes mais latente e às vezes menos, demonstram uma figura adepta das Luzes, que lutava, defendia e impactava a discussão sobre esses temas na esfera pública. Nas palavras da historiadora Irene Rezende; “Não fosse o Brasil um país de heróis equivocados e construídos artificialmente pelas elites governantes, certamente Cipriano Barata seria uma das figuras mais reverenciadas da história do século XIX.” (REZENDE, 2010, p. 323).

Contudo, depois do envolvimento em duas tentativas de republicanismo e separação de Portugal, Barata optou pela redefinição de direitos e liberdades no interior da monarquia luso-brasileira (MOREL, 2008, p. 19), utilizando como propulsor e divulgador de suas lutas e ideias, o jornal “Sentinela da Liberdade na guarita de Pernambuco”, o qual teve sua primeira edição publicada em 9 de abril de 1823.

A imprensa brasileira, nesse período, ainda era uma novidade. Em formato de periódicos, ela surgiu no Brasil no ano de 1808 e teve um aumento considerável somente em 1821 (MOREL, 2005, p. 2). Nesse contexto, onde a imprensa se constitui como um objeto de participação política (MOREL, 2005, p. 1), Cipriano utilizava do seu impresso como literalmente uma “Sentinela” onde ele alertava os cidadãos para algum tipo de despotismo ou censura que as províncias ou os Ministros do Imperador estivessem fazendo. E por isso na maioria de seus jornais Barata bradava “Alerta!” para seus leitores.



Nas páginas de seu jornal, Cipriano diversificava bastante o seu estilo, chegando a variar do erudito ao coloquial, do clássico a oralidade, característica importante que fez o jornal conseguir chegar a analfabetos quando alguém lia em lugares de debates, além de suas críticas serem recheadas de ironia, muitas vezes com o tom cômico.

O vasto debate que Cipriano fazia em seu jornal, mesmo que, em sua primeira fase, situado em Pernambuco, era lido em basicamente todo o país, como demonstram cartas de leitores, manifestos e abaixo assinados vindos do Rio de Janeiro, Piauí, Bahia, Ceará, Sergipe, Paraíba, Pará e do próprio Pernambuco, além de outras províncias. Ainda por cima, seu jornal chegou a inspirar outros Sentinelas da Liberdade ao redor do Brasil e o próprio jornal de Cipriano Barata recebia com frequência correspondência de leitores em Portugal (MOREL, 2008, p. 163).

A sua grande quantidade de leitores de diferentes lugares demonstra como os assuntos tratados em seu jornal impactaram, de forma bastante ampla, a esfera pública. Apesar de relatar acontecimentos pontuais de Pernambuco e da Corte Brasileira, os debates de ideias também eram bastantes abrangentes. Marcos Morel apresenta alguns dos pontos debatidos nas páginas do Sentinela da Liberdade:

Há também questões doutrinárias em torno do rumo do Estado nacional em construção, como a discussão sobre forma de governo (monarquia ou republica), a crítica ao predomínio do Poder Executivo sobre o legislativo e o Judiciário, a denúncia de corrupção política de desembargadores, a implantação do federalismo enquanto descentralização provincial, aumento e garantia da liberdade de expressão, colocar limites na grande propriedade fundiária e redefinir a posse de terras, dismantlar o aparelho repressivo das prisões existentes, republicanismo (mais ou menos latente) e a anti aristocratismo, liberdade de culto, fim do tráfico de escravos, eliminação gradual do trabalho escravo, combate ao predomínio britânico na economia e nos costumes e, também, ampliação dos direitos de cidadania expressivos contingentes oprimidos do ponto de vista étnico e social (MOREL, 2008, p. 162).

Porém, suas manifestações sobre o republicanismo não chegam a ser constantes em seu jornal, principalmente nas fases iniciais. Contudo, elas aparecem, mesmo que de diferentes formas, na escrita de Barata, em alguns momentos mais contidas e em outros não, como nas fases finais.

Como já citado acima, a participação de Cipriano em eventos com viés republicanos é notória. Entretanto, nas primeiras fases de seu jornal, Barata aparenta aceitar a figura do Imperador e usa de sua escrita para debater os caminhos que a independência brasileira deveria, na sua visão, seguir. Nesse sentido, ainda alertando seus leitores sobre possíveis despotismos,



Barata não esconde sua forte defesa da importância da constituição que estava sendo feita em 1823.

Logo no jornal número 5, Barata comenta sobre uma carta do Imperador, a qual D. Pedro I se coloca como um “imperador general”, os argumentos contrários a isso de Cipriano deixam bastante claro seu caráter de defesa e crença na constituição. O perigo de ter um imperador general para o Barata soava como um absurdo, “Porventura, nós O pusemos no nosso trono para Ele nos premiar com desconsolação e prantos?” (BARATA, 1823, n. 5), indagava Barata. Essa visão do Barata traz uma concepção interessante sobre o cargo de Imperador, trazendo a ideia do princípio da legitimidade do cargo através da escolha da população. Essa visão iluminista, bastante antagônica a uma monarquia absoluta e contínua, e seus próximos argumentos com ares de constitucionalidade.

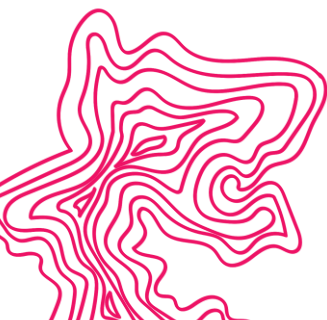
Ainda no jornal número 5, Barata ressalta; “Enfim, o nosso Imperador nem deve ser Generalíssimo, segundo as circunstâncias do Brasil, nem o pode ser em atenção ao nosso estado de pacto social que ainda se vai arranjar em nossas Cortes Constituintes” (BARATA, 1823, n. 5) e

O nosso Imperador é o chefe do nosso Poder Executivo. Ele receberá decididamente [inelegível] parte do poder da Nação por meio dos nossos Estados Gerais ou Cortes Constituintes. Ora, sendo o seu poder indelegável por inteiro, e ainda menos o seu arbítrio [pois pende das Cortes] (BARATA, 1823, n. 5)

Logo, essas colocações de Cipriano deixam um claro traço de republicanismo. A presença da constituição, das leis, as quais impõem limites ao governante e derivam das cortes constituintes, ou seja, na teoria, impostas pelo povo. Assim, a visão republicana do Cipriano Barata não está associada, nesse momento, do antagonismo entre uma República e a Monarquia, com a figura do monarca, mas sim a um governo contrário ao despotismo e a injustiça, sendo esse governo constituído de leis que garantem a liberdade de seus cidadãos.

A defesa da constituição continua presente nas páginas do Sentinela da Liberdade, como por exemplo no jornal número 10, onde ele diz: “Viva a Independência! Vivam as nossas Cortes Liberais Constituintes Brasileiras” (BARATA, 1823, n. 10). Ainda no jornal número 12, onde ele ressalta

Graças aos Céus que já vemos aplicar uma pequena fração do nosso dinheiro em benefício de quem o merece, que é o povo, graças à Santa Constituição, que só com a sombra vai nos fazendo bem. Maldito seja para sempre esse governo passado que tanto nos oprimiu, e que tudo nos roubava sem nada nos deixar gozar. Governo Monárquico absoluto, amaldiçoado, que nos tornava escravos... (BARATA, 1823, n. 12)



Dessa forma, esses posicionamentos se enquadram na visão republicana do Kant, onde o filósofo prussiano afirma que é a constituição que dá forma a uma República (BOBBIO; MATTEUCCI; PASQUINO, 1998, p. 1108). Ainda por cima, uma república onde as leis são expressão de uma vontade popular.

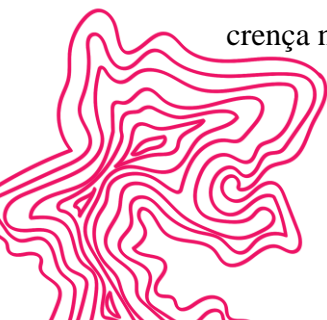
A posição do Barata também entra em consonância com as ideias republicanas do Rousseau. O filósofo suíço, define república como um estado de submissão de todos a lei pela vontade geral, essa expressa pelos representantes. Sendo então, a oposição da República, não a Monarquia, pois essa também pode ser governada pela Lei, mas sim o Despotismo. Nas palavras de Rousseau: “Chamo de República todo Estado definido por leis, sob qualquer forma de administração que se possa conhecer, pois só nesse caso governa o interesse público e a coisa pública passa a ser qualquer coisa. Todo governo legítimo é republicano.” (BRAGA, 2017, p. 158).

Outro aspecto interessante é que na maioria das vezes, quando fala do Imperador, Cipriano ressalta o seu caráter de imperador liberal e constitucional, como por exemplo: “Viva a família imperial constitucional Liberal do Brasil” (BARATA, 1823, n. 7). E também “Portanto, defendamos o trono do nosso Imperador Constitucional Liberal e viva a independência e a união: e morra o despotismo” (BARATA, 1823, n. 13). Dessa forma, Barata deixa constantemente claro o cargo constitucional do imperador, o qual está lá por escolha do próprio povo brasileiro.

Em um de seus jornais, Barata responde um questionamento feito de forma provocativa se queria ou não ser vassalo de D. Pedro I. Mantendo sua resposta na mesma linha de pensamento exposto acima, Cipriano responde: “(...) eu sou e quero ser de muito boa vontade súdito (mas nunca vassalo) de nosso Imperador Constitucional Liberal D. Pedro I.” e

Imperador Constitucional Liberal do novo Império, para o qual nós o chamamos voluntariamente. (...) eu sou Leal Súdito e serei sempre com a condição, porém, de ser ele o Chefe do nosso Executivo Liberal, sem invadir por astúcia ou por força de qualquer parte dos poderes que não lhe pertencem, e sem privar o povo de qualquer porção de suas inalienáveis regalias e direitos, nem atentar levemente contra a independência e liberdade do Brasil (REZENDE, 2010, p. 325).

Contudo, no decorrer do seu jornal, as prisões que ele sofreu e os acontecimentos políticos, é possível observar uma mudança de postura e pensamento de Cipriano Barata. A sua crença no Imperador em garantir a liberdade e a constituição não se concretiza no decorrer dos



anos e até no ano de 1823, ano o qual Cipriano escreve as primeiras edições de seu jornal, onde o próprio imperador desmonta a constituinte.

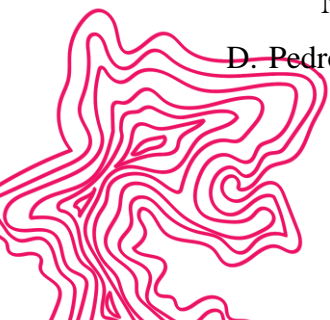
Após ser solto, depois de 7 anos de prisão por acusações de tentar promover levantes republicanos contra o governo, Barata vai para a Bahia. Em sua primeira publicação nessa fase, a qual ele denomina de “Sentinela da Liberdade Hoje na Guarita do Quartel general de Pirajá, na Bahia de Todos os Santos”, em janeiro de 1831, é comentado sobre seu momento de cárcere; “Eu tenho sido arrastado aleivosamente e sem culpa por calabouços e masmorras; tenho estado quase sufocado pelo ar corrupto e ardente de abóbadas sepulcrais” (BARATA, 1831, n. 1).

E ainda comenta que mesmo com essas perseguições ele continuará usando o Sentinela da Liberdade e não ficará calado: “Sim, ó Pátria eu sou Sentinela da Liberdade, independência e Constituição, para velar a bem da nossa Pátria e da prosperidade que nos promete o santo sistema liberal que abraçamos e que havemos de sustentar à custa da própria vida” (BARATA, 1831, n. 1).

Já no número 13 dessa mesma fase do jornal, em março de 1831, Barata defende que a fidalguia e a nobreza não devem ser hereditárias. Mostrando uma radicalidade cada vez maior e um viés republicano diferente das outras fases. Para Cipriano, todos esses cargos de Fidalguia não deviam significar nada, e ainda chama esse cargo de cargo de vagabundos, ignorantes e que vivem sem trabalhar e à custa dos outros. Para ele, a hereditariedade não faz sentido, pois arruína o merecimento; “Sim, a nobreza verdadeira é única é tal que não é dada a nenhum rei ou Imperador poder criá-la ou infundir por decretos e pergaminhos. Nobreza como está, sem jamais ser hereditária, é a que deve haver no Brasil verdadeiramente constitucional” e ainda “A nobreza hereditária é instituição das monarquias absolutas e povos bestiais” (BARATA, 1831, n. 13).

Em um outro momento de cárcere no Rio de Janeiro, em setembro de 1831, Cipriano Barata publicou algumas edições do Sentinela da Liberdade. Apesar do poder executivo tentar barrar as publicações de indivíduos presos, as publicações não eram proibidas. Nessa fase, a qual Barata denomina “Sentinela da Liberdade na Guarita do Quartel-general de Pirajá Hoje Presa na Guarita da Ilha das Cobras no Rio de Janeiro”, os ataques a D. Pedro I já são mais diretos e enfáticos.

Nessa fase, em um dos jornais, Barata comenta sobre um projeto de lei que visava proibir D. Pedro I de voltar ao trono, morar e possuir bens no Brasil. Portanto, ele não achava esse



projeto bom suficiente por não fazer referências aos crimes que o antigo imperador teria cometido. Ao alertar seus leitores sobre as suas prisões, Barata escreve na edição número 23 do ano de 183; "Perseguições e injustiças são a partida dos que seguem o egoísmo, dos que combatem o despotismo e a tirania, e sustentam o bem da humanidade." E ainda sobre a figura do antigo imperador "Demônio D. Pedro I e seus malvados sequazes!" e "Este Demônio do Brasil ex-Imperador Dom Pedro I derramou nosso sangue inocente muito de propósito" (BARATA, 1831, n. 23).

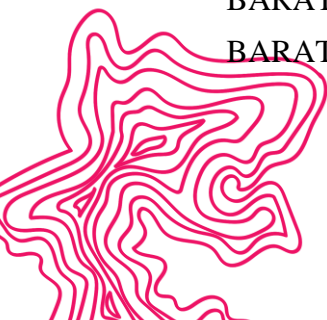
Logo, apesar das mudanças de pensamento durante as fases do jornal, é na última fase de seu jornal, no ano de 1835, que Barata demonstra outro tipo de abordagem sobre os caminhos que o país deveria tomar, referente a sua visão de um republicanismo. No número 35 do jornal "Sentinela da Liberdade na sua primeira Guarita, a de Pernambuco, onde hoje Brada Alerta", como já dito, a última fase do Sentinela, Cipriano além de reafirmar a importância do impresso como uma forma de difundir a reflexão política entre seus leitores ele faz uma dura defesa da república, comparando com a monarquia e chegando à conclusão que seria impossível alcançar a liberdade do povo sem a república. Nas suas palavras:

Do exposto se vê que nos governos monárquicos a sociedade não pode marchar aos fins para que foi instituída, e que estes governos são diabólicos, anti sociais e de nenhum modo comparados aos governos republicanos, felizes e livres neste mundo, segundo permite a natureza que nos criou; digo felizes e livres, porque a felicidade é irmã da liberdade, e nem pode existir uma sem a outra (BARATA, 1835, n.35).

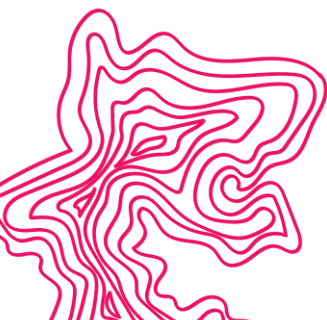
Logo, a percepção de republicanismo para Cipriano Barata em seu último jornal publicado se revela em outro tom. Nas partes iniciais do seu jornal, no ano de 1823, as suas defesas e lutas por uma constituição, um "imperador liberal", entre outras, demonstram, independente do Cipriano definir como tal, um caráter Republicano. E por isso, além da sua participação em eventos com viés republicanos, a sua ferrenha luta pela liberdade e a constituição e já nas partes finais de seu jornal, a defesa clara de um Republicanismo que se diferencia especialmente da Monarquia, mostra como o Barata, por meio de seu jornal, ampliou a discussão da esfera pública sobre muitos assuntos, e entre eles, o da tradição republicana.

Referências Bibliográficas:

- BARATA, Cipriano. **Sentinela da Liberdade**, Pernambuco, 23 de abril de 1823, n. 5.
BARATA, Cipriano. **Sentinela da Liberdade**, Pernambuco, 26 de abril de 1823, n. 7.
BARATA, Cipriano. **Sentinela da Liberdade**, Pernambuco, 07 maio de 1823, n. 10.



- BARATA, Cipriano. **Sentinela da Liberdade**, Pernambuco, 14 maio de 1823, n. 12.
- BARATA, Cipriano. **Sentinela da Liberdade**, Pernambuco, 17 de maio de 1823, n. 13.
- BARATA, Cipriano. **Sentinela da Liberdade**, Pernambuco, 25 de setembro de 1835, n. 35.
- BARATA, Cipriano. **Sentinela da Liberdade**, Rio de Janeiro, 22 de setembro de 1831, n. 23
- BARATA, Cipriano. **Sentinela da Liberdade**, Bahia, 12 de janeiro de 1831, n. 1.
- BARATA, Cipriano. **Sentinela da Liberdade**, Bahia, 09 de Março de 1831, n. 13.
- BOBBIO, N.; MATTEUCCI, N.; PASQUINO, G. **Dicionário de política**. Brasília: Editora UnB, p. 1107-1109. p, 1998.
- BRAGA, Flávia. **A ideia de República: subsídios para a história da República Brasileira**. Revista Eletrônica de História da Universidade de Pernambuco/campus Petrolina, v. 1, n. 1, p. 145-169, 2017.
- MOREL, Marcos. **Cipriano Barata: Sentinela da Liberdade e outros escritos**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2008.
- MOREL, Marco. **Independência no papel: a imprensa periódica**. Independência: história e historiografia. São Paulo: Hucitec/Fapesp, p. 617-636, 2005.
- REZENDE, Irene Nogueira de. **A sentinela da liberdade e outros escritos (1821-1835)**. *Varia Historia*, v. 26, n. 43, p. 323-326, 2010.



Os catecismos políticos na construção do Estado mexicano (1821-1831)

Eric Cyon Rodrigues

Mestrando em História Social - Universidade de São Paulo

cyon.eric@usp.br

Resumo: Logo que o Vice-Reinado da Nova Espanha se emancipou de sua metrópole, um longo e tortuoso processo se iniciou. O México independente se converteu em um palco para disputas agitadas e violentas. Guerras, golpes, invasões estrangeiras e revoltas populares chacoalharam as estruturas da nação enquanto diferentes grupos políticos almejavam a hegemonia e lutavam para impor seus projetos nacionais. Monarquia ou república. Manutenção ou fim das corporações e seus privilégios. Ao lado da Igreja e do Exército, conservadores e liberais se articulavam para solucionar essas questões. Apesar das divergências, ambos os grupos compreenderam desde o início a importância da educação para a construção de um Estado moderno e de uma nação próspera. A criação de uma nova ordem, pautada em ideias modernas de estado, nação e soberania, dependia da instrução civil dos cidadãos. Para isso, reformas educativas foram iniciadas, contando com a colaboração de indivíduos letrados na confecção de livros, folhetos e textos em jornais que almejavam difundir o novo linguajar político do período. Dessa forma, a cultura foi mobilizada pelos grupos dirigentes com a finalidade de consolidar o Estado mexicano em alinhamento com seus ideais e suas agendas. Uma das ferramentas adotadas para a instrução civil foi o catecismo político. Esse gênero textual, redigido em perguntas e respostas, continha explicações voltadas para o público juvenil a respeito de temas políticos e religiosos. Logo, os catecismos eram empregados como material didático nas escolas primárias, fazendo deles um meio de difusão de conceitos modernos. Sendo assim, com o objetivo de explorar a dimensão cultural do processo de construção do Estado mexicano, a nossa comunicação apresentará a análise de dois catecismos: o *Catecismo de la independencia en siete declaraciones*, de Luis de Mendizábal (1776-1834), e o *Catecismo político de la Federación Mexicana*, de José María Luis Mora (1794-1850), publicados respectivamente em 1821 e 1831. Os autores pertenciam a uma elite letrada e participavam do debate público mexicano, mas divergiam diametralmente acerca das questões latentes em torno do futuro do país. Portanto, exploraremos essas diferenças para ilustrar a maneira pela qual os embates políticos se inseriram na educação, revelando uma modernidade mexicana plural na intersecção da política e com a cultura.

Palavras-chave: Catecismo político; México; Pedagogia civil

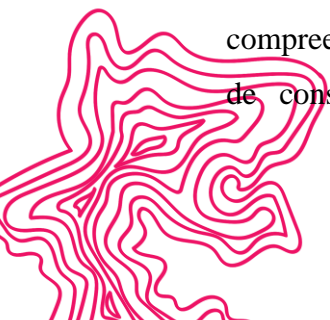
Introdução

Diante da oportunidade de discutir a história intelectual na América Latina, pensamos ser proveitoso apresentar a nossa pesquisa, voltada ao estudo da difusão de ideias políticas no México pós-independente. A partir da exposição da nossa proposta de trabalho e de dois documentos selecionados para o estudo, demonstraremos um dos caminhos possíveis para compreender o emprego da pedagogia civil e suas relações e implicações no tortuoso processo de construção do Estado nacional mexicano. Portanto, buscaremos dialogar com as

XI Encontro de Pesquisa em História da UFMG - ISBN: 978-65-01-11103-2

2023

74

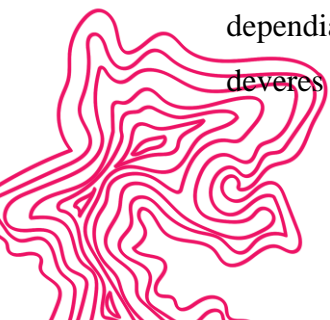


problemáticas da produção intelectual e da circulação de narrativas visadas nesse simpósio. Para isso, discutiremos o contexto no qual a pesquisa está inserida, o corpo documental, as questões a serem trabalhadas e uma primeira abordagem às fontes selecionadas.

Independência e Estado: o debate federalista-centralista

Em 24 de fevereiro de 1821, Agustín de Iturbide (1783-1824) proclamou a independência mexicana. Dentre as preocupações que os mexicanos tinham em mente antes mesmo de concretizar sua emancipação, a que se destacou e que foi a grande questão até meados do século foi o sistema de governo que o México deveria adotar. Nas primeiras duas décadas pós-independência, observamos dois momentos desse debate. Inicialmente, em 1822, houve a instauração de uma monarquia com a coroação imperial de Iturbide. De um lado, o projeto monarquista, previsto no Plano de Iguala, foi levado a cabo, ainda que frustrando a expectativa da coroa ser espanhola. Em contrapartida, setores da oposição se articulavam em torno de um projeto republicano representativo. Com a abdicação do imperador, em 1823, a breve e desastrosa primeira experiência monárquica foi encerrada e o governo mexicano se tornou uma república (BAZANT, 2002, p. 427-428). Assim, até o ano de 1831, o regime republicano federalista foi adotado no México, criando um deslocamento no debate político, em que um lado defendia a manutenção do federalismo, enquanto o outro, uma mudança para um governo mais centralizado. (*Ibid.*, p. 430-431).

Ao longo das décadas, essa grande questão assolou o México, com o choque de diferentes projetos nacionais gerando grande instabilidade política e social, levando a guerras civis, sucessivos golpes de Estado, revoltas armadas e invasões estrangeiras. Somente em 1860, quando o Partido Liberal consolidou sua hegemonia nacional, foi que tais confrontos cessaram (BAZANT, 2002, p. 469). Sendo assim, o debate federalista-centralista ocupou o centro do debate nacional e serviu como principal eixo das articulações entre os diferentes grupos políticos. Seus embates, contudo, não se deram apenas nas instituições políticas ou através de armas de fogo. Enquanto projetos eram debatidos em congressos e defendidos com sangue, textos em diversos formatos inundavam o espaço público, trazendo em suas linhas ideias políticas modernas, que ecoavam os embates políticos e que contribuíam para o seu desenvolvimento. Isso porque as elites, independentemente do seu posicionamento nos assuntos públicos, compreenderam que a construção e a manutenção do Estado mexicano dependia da formação de seus cidadãos. Somente com a instrução a respeito dos direitos e dos deveres de um cidadão perante o seu governo é que as leis e as novas instituições políticas



seriam respeitadas⁷. Logo, a pedagogia civil ocupou a importante função de disseminar os valores modernos de cidadania, soberania e nação que acompanharam a independência e que, a partir de então, tornaram-se centrais na organização política da sociedade hispano-americana (ANNINO; GUERRA 2003, p. 7).

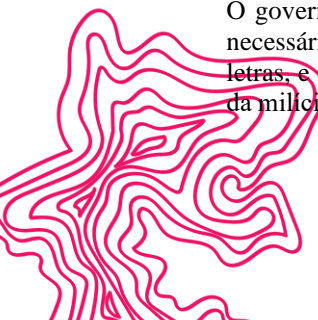
A educação civil ocorreu tanto no espaço escolar quanto no espaço público. No que diz respeito às escolas, os projetos de reforma educacionais eram orientados para atender a ampliação do ensino primário e a introdução do ensino civil nos currículos (ROLDÁN VERA, 1999, p. 298). Os catecismos políticos, sobre os quais nos concentraremos a seguir, seriam nas escolas o material base para o ensino civil, tendo apoio do governo federal para que sejam produzidos e disponibilizados nas escolas⁸. Quanto aos impressos que circulavam no espaço público, calendários, sermões e jornais discutiam a independência do México e transmitiam à população uma cultura cívica que visava conscientizar os mexicanos de sua identidade, de sua história e de sua relação com o Estado soberano (SUÁREZ DE LA TORRE, 2021, p. 19-21). Além disso, a imprensa mexicana foi muito ativa na política, relatando notícias e se posicionando sobre os acontecimentos e participando dos debates da vida pública (FERNÁNDEZ FERNÁNDEZ, 2010, p. 79-87). Por fim, os catecismos políticos desempenharam a função de manuais didáticos para o ensino civil, sendo privilegiados em nosso trabalho por conta de sua ampla difusão e de sua participação no debate federalista-centralista.

Os catecismos políticos e seus autores

Diante das possibilidades de análise a respeito da difusão de ideias políticas no México pós-independente, selecionamos os catecismos políticos por se tratarem de um gênero textual que, enquanto compartilhou com outros impressos uma função de mediador entre indivíduos letrados e um grande público (leigos e/ou analfabetos), o seu formato textual foi pensado

⁷ José María Luis Mora (1794-1850), membro da assembleia constituinte de 1824 e um dos principais representantes do pensamento liberal no México do século XIX, publicou um texto a respeito da educação pública, nele afirma: “Um dos grandes bens dos governos livres é a liberdade que todo cidadão possui para cultivar seu conhecimento. O mais forte apoio às leis é aquele íntimo convencimento que possui todo homem dos direitos que lhe são devidos, e daquele claro conhecimento de seus deveres e obrigações perante seus concidadãos e sua pátria” (MORA, 1998, p. 325), (nossa tradução).

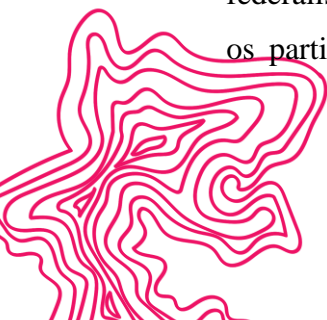
⁸ A publicação do dia 09 de julho de 1833 do jornal *El Fenix de la Libertad*, divulgou a ata de aprovações da Câmara dos Deputados do governo federal, reunida no dia 23 de junho do mesmo ano, em que consta: “Primeira: O governo mandará produzir e imprimir um catecismo político no menor prazo possível, assumindo os gastos necessários no ato; Segunda: Se farão circular exemplares do mencionado catecismo nas escolas de primeiras letras, e nos colégios do distrito e territórios da federação, em todos os corpos do exército nacional, incluindo os da milícia cívica, e nas oficinas dependentes do governo geral” (ROLDÁN VERA, 1999, p. 302) (nossa tradução).



especificamente na instrução do público jovem, adotando um linguajar simplificado e didático. Baseados nos catecismos teológicos, cujo objetivo era o aprendizado das doutrinas cristãs, os catecismos políticos são um texto organizado em formato de perguntas e respostas, em que se apresentam explicações sobre a natureza do homem, a definição de nação, as formas de governo, as leis e a cidadania (RAZO NAVARRO, 1999, p. 98-99). Nos prólogos e dedicatórias dessas obras, seus autores comumente anunciam que a razão de redigir o texto era a formação das crianças e dos jovens nos assuntos da virtude, da moralidade e da obediência civil. Logo, é comum nos textos nos depararmos com uma exposição sintética de ideias políticas, com a utilização de exemplos e analogias para facilitar a compreensão.

A presença desse gênero na América data do século XVI (TORRES ALEJO, 2016, p. 92). Diante de um público não alfabetizado e não familiarizado com o cristianismo, os padres empregaram os catecismos como forma de ensinar a doutrina cristã e as primeiras letras (*Ibid.*, p. 93). O sucesso desse método fez dos catecismos uma ferramenta de ensino para além da religião. No século XVIII, circulavam na Espanha catecismos discutindo os direitos individuais dos homens, o pensamento liberal e mesmo a invasão napoleônica (*Ibid.*, p. 93-94). No início do século XIX, em plena efervescência política, foram publicados na Colômbia, no México, no Chile e na Argentina catecismos tratando de assuntos civis e explicando as causas independentistas (TRAFFANO, 2007, p. 1050-1051). Somente nas décadas de 1820 e 1830 foram publicados no México vinte e um catecismos. Só se chegaria novamente a um número considerável de publicações na década de 1850 (ROLDÁN VERA, 2009, p. 3-4). Portanto, o emprego de catecismos para o ensino de assuntos políticos já possuía no período uma longa tradição na educação.

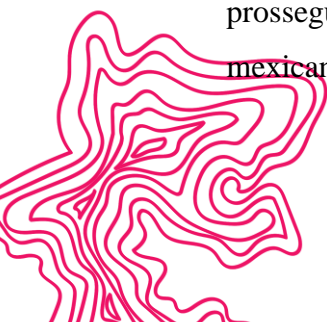
Vale notar que a produção de textos desse gênero não está limitada aos intelectuais tradicionalmente estudados pela academia, responsáveis por tratados políticos ou filosóficos que hoje são cânones na História das Ideias. Ao ler os catecismos, entramos em contato com textos que não só tiveram impacto na difusão de ideias como provavelmente tiveram maior amplitude, uma vez que a sua linguagem e o seu formato almejavam o grande público, a ampla circulação. Isso se torna ainda mais pertinente quando consideramos que tais textos eram o material base para a instrução civil, circulando nas escolas primárias e servindo como referência para o ensino de ideias. Assim, nossa hipótese de trabalho é a de que, enquanto o debate federalismo-centralismo era travado nos congressos e, muitas vezes, nos confrontos armados, os participantes da cena pública difundiam seus posicionamentos através de impressos. A



pergunta que colocamos para as nossas fontes é a de como o debate federalismo-centralismo foi difundido para um público mais amplo no México, participante da vida pública no século XIX. Gostaríamos, portanto, de apresentar sumariamente duas de nossas fontes para ilustrar a proposta de trabalho e apontar para possíveis resultados.

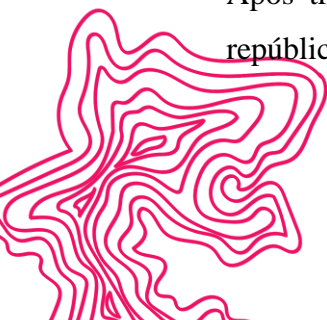
Luis de Mendizábal (1776-1834), que utilizava o pseudônimo Ludovico de Lato-Monte, nasceu em San Luis de Potosí, formou-se em Teologia e chegou a ser membro da Ordem dos Jesuítas entre os anos de 1816 e 1821. Ele ocupou o cargo de reitor do colégio San Pablo, escreveu poemas e fábulas, publicou artigos para o jornal Diário de México e, finalmente, redigiu o catecismo que analisaremos (CABRERA QUINTERO, 2002, p. 172). Logo, apesar de não ser uma referência nos estudos políticos no período, o autor era um homem letrado e com textos que possuíam um bom meio de divulgação. Em 1821, Mendizábal publicou *O Catecismo de la independencia en siete declaraciones*. Originalmente impresso na Cidade do México, na imprensa de D. Mariano Ontiveros, a sua primeira edição também ganhou uma reimpressão no mesmo ano, feita em Guadalajara por uma imprensa real. O contexto de sua publicação é o ano em que Iturbide negociou a independência conciliando os interesses dos membros eclesiásticos, dos guerrilheiros, dos militares e dos espanhóis através de seu Plano de Iguala (ANNA, 2002, p. 87). Nesse manifesto, o exército assumiria a tarefa de proteger as três garantias: independência, união entre mexicanos e espanhóis (o que inclui a permanência de uma monarquia europeia) e respeito à Igreja Católica (BAZANT, 2002, p. 423). Não nos surpreende, pois, o fato da obra de Mendizábal ter sido reimpressa por um estabelecimento real, uma vez que o seu texto é uma defesa das três garantias, conforme demonstraremos. Além disso, ele dedica seu catecismo ao Imperador Iturbide I, creditando-lhe o título de “ator imortal” da independência. Ainda em sua dedicatória, o autor afirma o objetivo do texto era instruir o público sobre assuntos que ele considerava fundamentais para a felicidade do Império Mexicano. Por conseguinte, ao longo de seus oito capítulos, ele discute a independência, a liberdade, a união entre mexicanos e espanhóis, os sistemas de governo e o papel da religião católica na sociedade.

Luis de Mendizábal afirma existirem quatro tipos de governo: o monárquico, o aristocrático/republicano, o oligárquico e o democrático/popular, diferenciados pela quantidade ou qualidade das pessoas que exercem o poder (MENDIZÁBAL, 1821, p. 34). A explicação prossegue com a afirmação de que a monarquia é, no geral, a melhor opção e, para o caso mexicano, a única possível para a felicidade do povo (*Ibid.*, p. 34). A partir disso, ele se



encaminha a criticar a república. O governo republicano, descrito como aquele em que o poder está depositado nos mais velhos e sábios, apresenta a inconveniência de ser pouco eficiente, pois as discussões entre os senadores tomam tempo e perdem o momento oportuno para solucionar as demandas de um país tão extenso. Além disso, embora o autor mencione o problema de um rei se tornar corrupto e governar para si e não para o povo, ele abrandava o risco ao dizer que uma república também apresenta o mesmo problema, mas a sua gravidade é ainda maior (*Ibid.*, p. 34-35). Enfim, ele destaca outra vantagem da monarquia: o povo e seus representantes carecem de freios morais para o exercício do poder. Os poderes do monarca, por outro lado, seriam limitados, pois haveria uma constituição (*Ibid.*, p. 37-38). Em suas próprias palavras, uma monarquia em que “el monarca dependa de las leyes, y no las leyes del monarca” (*Ibid.*, p. 38). Portanto, observa-se que, apesar de uma proposta mais conservadora, Mendizábal apresenta um projeto que inclui um elemento da política moderna; isto é, a sujeição do Estado às leis promulgadas pelo povo ou por seus representantes.

Defendida as vantagens do regime monárquico, Mendizábal expõe um ponto central, que dialoga diretamente com um dos pontos do Plano de Igualta: a manutenção de uma monarquia para o território recém emancipado, tendo um rei da família dos Bourbons (MENDIZÁBAL, 1821, p. 40). Como explicar ao público que após o país se tornar independente da coroa espanhola, ele continue tendo como um rei um espanhol? Sua justificativa lista quatro pontos: (1) o elo de religião e amor que une mexicanos e Bourbons; (2) é a família que mais possui o direito de governá-los; (3) a tradição já estabelecida do governo borbônico no México, que seria ainda melhor com a introdução de uma Constituição e com residência do soberano na América; (4) conexões políticas com outras famílias nobres europeias, podendo conciliar melhor os interesses da Europa com os da América (*Ibid.*, p. 41). A conclusão da eleição de um rei espanhol é a de que a escolha de um governante mexicano seria maléfica ao império, uma vez que, diante da quantidade de candidatos aptos a governar, a eleição criaria terreno para distúrbios e conflitos entre diferentes partidos, o que levaria a divisão dos mexicanos (*Idem*). Ademais, outro motivo para não depositar o poder executivo nas mãos dos mexicanos seria a incipiente capacidade do povo mexicano. Ele ainda não teria desenvolvido as virtudes necessárias para a prática de uma boa república. Isto é, a moralidade civil e o amor à pátria, elementos vistos como fundamentais para o funcionamento do governo. Após três séculos de escravidão, seria uma mudança excessivamente abrupta adotar uma república de início. Logo, entende-se que uma monarquia constitucional, com um rei espanhol,

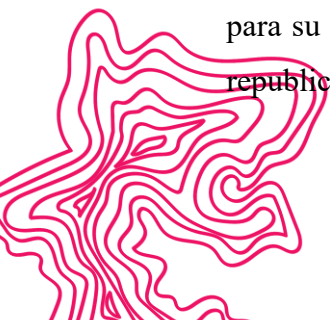


é a escolha mais segura, que garantirá as boas relações com a Europa, um governo justo e um povo unificado (*Ibid.*, p. 36-37).

Para ilustrar outro posicionamento a respeito do tema, discutiremos o catecismo escrito por José María Luis Mora (1794-1850), um nome de destaque nos estudos sobre o pensamento político no México no século XIX, com obras canonizadas pela historiografia. Mora obteve título de doutor em Teologia em 1820 e, em 1824, tornou-se também advogado. Atuou na vida política de duas formas: ocupando cargos no executivo e no legislativo e redigindo diversos textos que versavam sobre política, religião, educação e história. Seus textos foram publicados em obras e artigos de jornal (TORRES ALEJO, 2016, p. 97-98). Logo, vemos que a trajetória dele, assim como a de Mendizábal, foi a de um homem letrado, que teve contato com obras de pensadores europeus, como Locke, Rousseau, Montesquieu e Bentham, de onde pôde retirar suas referências para escrever o catecismo.

Em um contexto diferente do catecismo anterior, no ano de 1831, Mora publicou seu *Catecismo político de la Federación Mexicana*. Após uma década independente, o México já havia deixado de ser uma monarquia e havia se tornado uma república, com constituição promulgada em 1824. No decorrer dos anos, federalistas e centralistas disputaram pelo poder, sempre amparados pelo Exército, que constituía o grupo de maior força no México. Assim, os anos de 1828 e 1830 testemunharam revoltas e golpes que desrespeitaram o processo eleitoral e depuseram presidentes (BAZANT, 2002, p. 432-436). Nesse agitado cenário político, Mora decidiu elaborar um catecismo que discute a independência mexicana, a importância do debate e da opinião pública e o funcionamento das instituições republicanas. Dos dezesseis capítulos, quatorze são reservados à discussão pormenorizada da república, partindo de sua definição e seguindo para a explicação do sistema de votos, dos pré-requisitos e das restrições a respeito dos cargos públicos e da diferenciação e do detalhamento dos três poderes; isto é, executivo, legislativo e judicial. Percebemos, então, que Mora estava preocupado em descrever as instituições republicanas a fim de demonstrar como o poder se estruturava para garantir o seu funcionamento e evitar injustiças e corrupções. Portanto, não seria um grande salto lógico admitir que a sua obra é uma reação do pensador às revoltas e ações inconstitucionais do período.

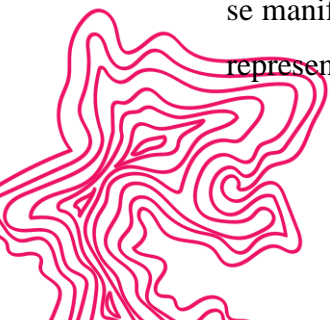
No início do segundo capítulo, Mora insere a seguinte questão: “¿Cuál es la forma que para su gobierno ha adoptado la Nación Mexicana?”. A resposta é direta: “La representativa republicana federal” (MORA, 2014, Capítulo segundo). O autor explica que o governo



representativo é constituído pela dinâmica em que o poder de se fazer as leis está depositado integral ou parcialmente em pessoas eleitas pelo povo e que podem ser exoneradas do cargo em períodos fixos (*Idem*). Talvez como forma de crítica ao regime monárquico, Mora enfatiza a distinção entre “integral” e “parcial”. A monarquia moderada (monarquia constitucional) é citada unicamente nessa pergunta, onde Mora afirma que ela possui uma Câmara em que somente nobres participam. Ou seja, esse grupo, por direitos da sua classe, não é eleito e nem removido pelo povo. Se pensarmos na defesa que Mora realiza a respeito da importância do debate e da vontade geral, que veremos abaixo, mencionar a monarquia para enfatizar que o seu governo possui parte das suas instituições desligada da decisão popular pode soar como uma crítica (*Idem*). Além disso, o autor define o sistema republicano, criando um contraste: em uma república o povo elege direta ou indiretamente os seus representantes, que são temporários e responsáveis pelos abusos que podem cometer. Não há diferenciação ou privilégios de classe, como ocorre em uma monarquia moderada (*Idem*).

Um grande diferencial dos argumentos de Mora são as noções de “vontade geral” e “opinião pública”, pois elas são a base da constituição de uma república. A opinião pública a respeito de algo provém, segundo explica, da convicção universal resultante de análises e discussões. Assim, um certo posicionamento é considerado opinião pública somente se, ao debater e avançar no assunto, garante-se o consenso majoritário dele (MORA, 2014, Capítulo primero). Assim, observamos a importância do debate dada pelo autor, pois se há uma convicção universal em torno de um assunto que não foi devidamente examinado e debatido, não há uma verdadeira opinião sobre ele (*Idem*). Definida a opinião pública como fruto de um debate construtivo e racional, passa-se à definição de vontade geral. Ela é, conforme afirma, o desejo manifestado pela opinião pública. Ou seja, é o desejo da maioria do povo revelado e decidido pelo diálogo. Novamente, esse consenso não se limita a uma questão de número: o acordo entre a maioria não basta; são necessários análise e reflexão apropriadas. Além disso, se a vontade geral se dirigir contra algum grupo específico, ela deixa de ser válida, indicando, a partir disso, que a tolerância também é um elemento importante no debate público para Mora (*Idem*).

Enfim, dadas as definições, Mora relaciona os conceitos com o sistema republicano. A vontade geral, que exprime o desejo do povo derivado de um consenso, possui dois órgãos para se manifestar: o pacífico/institucional e o turbulento/excepcional. O primeiro deles requer que representantes sejam eleitos para deliberar em nome daqueles que os elegeram. Afinal, é

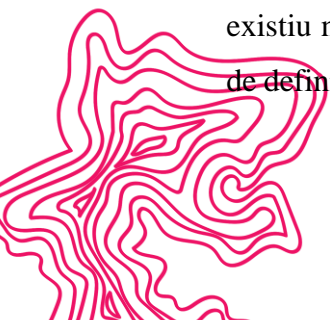


impraticável em uma nação grande consultar todos os cidadãos sobre as decisões políticas, seja por uma questão prática, seja por uma questão de instrução - ponto também levantado no catecismo de Mendizábal. Mora prossegue, afirmando que existe a possibilidade dos representantes de contrariarem a vontade geral. Sendo assim, como um resguardo, o cargo ocupado por eles é temporário, dando a oportunidade para que o povo os substituam por outros que acreditam ser capazes de atender suas demandas. Por fim, chega-se à conclusão: a organização que assegura essas prerrogativas para a vontade geral ser realizada é a de uma república. Nos casos em que o governo seja absoluto, a insurreição é a única maneira pela qual o povo pode depor seus governantes no caso da sua vontade não ser respeitada (MORA, 2014, Capítulo primero).

Ao comparar a maneira pela qual cada catecismo discute os sistemas de governo, podemos retirar as seguintes conclusões: na obra de Mendizábal a monarquia constitucional espanhola é apresentada como o único sistema político capaz de tornar o Império do México próspero e estável. Ainda que ele seja a favor da liberdade de imprensa, o debate político não é tão central quanto o é para Mora. Inclusive, a própria discussão feita entre os representantes eleitos pelo povo já é vista como problemática para o funcionamento da nação. Embora o poder legislativo seja depositado nas mãos daqueles que residem no México, o poder executivo permanece, nessa proposta, nas mãos de reis espanhóis. Assim, a emancipação política traz como novidade a confecção de uma Constituição própria, mas conserva a monarquia e a obediência a um monarca da família Bourbon. Quanto ao catecismo de Mora, a república é a garantia pela qual o debate, a opinião pública e a vontade geral são considerados. Questões que não são analisadas a fundo são ilegítimas e não podem ser convertidas em ação política até que passem pelo crivo do diálogo e da reflexão. Portanto, a mudança de colônia para nação independente traz para o México um sistema político capaz de atender de forma institucional, pacífica por consequência, as demandas do povo mexicano, colocando o poder decisório completamente em suas mãos e não nas de estrangeiros.

Considerações finais

Como vimos, o debate federalista-centralista atravessa o nosso corpo documental. Os catecismos, em conjunto com outros tipos de impressos, participaram ativamente na difusão de ideias modernas no México pós-independência. A partir de dois exemplares, observamos que existiu não apenas uma preferência por diferentes regimes políticos, mas sim formas distintas de definir e explicar cada um deles. A adoção de ênfase na moralidade ou no debate como parte



constituente do funcionamento político do país atua como base para construir um argumento que defende um sistema enquanto ataca suas alternativas. Logo, uma análise do discurso deve ser empregada para compreendermos de que forma os conceitos circularam por essas fontes. Finalmente, ao contrastar um catecismo republicano e um monárquico, conclui-se que a pedagogia civil não foi homogênea. O seu emprego refletia a pluralidade dos posicionamentos políticos do período e era também fundamental para os desdobramentos da história política mexicana.

Referências bibliográficas

Fontes

MENDIZÁBAL, Luis de. **Catecismo de la independencia en siete declaraciones, por Ludovico de Lato-Monte**. Cidade do México: Imprenta de Mariano Ontiveros, 1821.

MORA, José María Luis. **Catecismo político de la Federación Mexicana**. Cidade do México: Planeta México, 2014.

_____. Pensamientos sueltos sobre la educación pública. *In*: GASPARG, María del Carmen Rovira (Org.). **Pensamiento filosófico mexicano del siglo XIX y primeros años del XX**. Cidade do México: UNAM, 1998, v. 1, p. 325–327.

Artigos, livros e teses

ANNINO, Antonio; GUERRA, François-Xavier (Orgs.). **Inventando la nación. Iberoamérica siglo XIX**. Cidade do México: Fondo de Cultura Económica, 2003.

BAZANT, Jan. Mexico from independence to 1867. *In*: BETHELL, Leslie (Ed.). **The Cambridge History of Latin America. Volume III: From Independence to c. 1870**. Cambridge: Cambridge University Press, 2002, p. 423–470.

FERNÁNDEZ FERNÁNDEZ, Íñigo. Un recorrido por la historia de la prensa en México. De sus orígenes al año 1857. **Documentación de las Ciencias de la Información**, v. 33, p. 69–89, 2010.

GUERRA, François-Xavier. **Modernidad e independencias. Ensayos sobre las revoluciones hispánicas**. Madrid: Ediciones Encuentro, 2009.

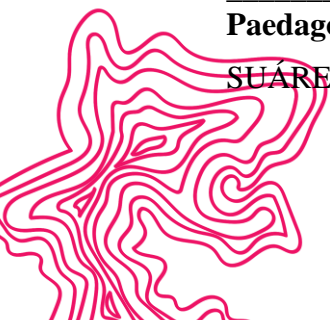
HALE, Charles A. José María Luis Mora and the Structure of Mexican Liberalism. **The Hispanic American Historical Review**, v. 45, p. 196–227, 1965.

RAZO NAVARRO, José Antonio. De los catecismos teológicos a los catecismos políticos. Libros de texto de educación cívica durante el período 1820-1861. **Tiempo de Educar**, v. 1, p. 93–116, 1999.

ROLDÁN VERA, Eugenia. Talking Politics in Print. Political Catechisms and the Development of Public Opinion in Nineteenth-Century (Mexico). **La Révolution française, les catéchismes républicains**, p. 1–20, 2009.

_____. The Monitorial System of Education and Civic Culture in Early Independent Mexico. **Paedagogica Historica**, v. 35, p. 297–331, 1999.

SUÁREZ DE LA TORRE, Laura (Org.). Irradiar a independência do México para a população



- Hidalgo ou Iturbide? Uma pedagogia cívica. **Revista USP**, v. 130, p. 15–30, 2021.

TORRES ALEJO, Andrea. El catecismo político como herramienta de enseñanza. José María Luis Mora y su Catecismo de la Federación Mexicana de 1831. **Letras Históricas**, v. 14, p. 87–106, 2016.

TRAFFANO, Daniela. Educación, civismo y cateanismos políticos. **Revista Mexicana de Investigación Educativa**, v. 12, p. 1043–1063, 2007.



O Sertão e o Sertanejo: um estudo a sobre o dualismo estrutural e formação do arraial de Canudos

Mariana Fresneda de Andrade

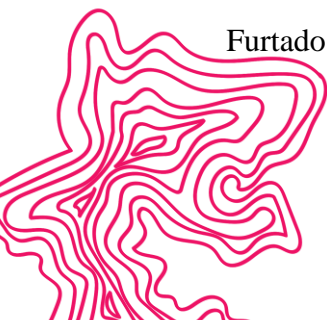
Graduanda em Licenciatura em História - Universidade Federal do Triângulo Mineiro
marianafresnedaa@gmail.com

Resumo: A proposta de comunicação tem como objetivo apresentar resultados parciais da pesquisa de Iniciação Científica intitulada “O Sertão e o Sertanejo a partir do caso do arraial de Canudos” e busca novas contribuições teóricas para a composição do trabalho. Este, por sua vez, tem como objetivo compreender o perfil do sertanejo e do sertão nordestino em consonância ao contexto histórico brasileiro do final do século XIX, com ênfase na formação do arraial de Canudos. Para isso, privilegiar-se-á como fontes a literatura e a bibliografia clássica a respeito da formação do pensamento social brasileiro, assim como estudos que discutem a formação deste vilarejo no sertão da Bahia. Dentre as selecionadas encontram-se os estudos de Celso Furtado, Nelson Werneck Sodré e Caio Prado Júnior, os quais contribuem para a discussão a respeito da formação social e política do Brasil, partindo das raízes no processo de exploração colonial. Neste trabalho, em particular, privilegia-se aspectos do debate sobre os modos de vida e as relações entre o interior e o litoral. Do mesmo modo, Marco Antonio Villa e José Calasans na perspectiva da composição do vilarejo de Canudos, partindo da luta pela terra como motivador do surgimento da vila. Na literatura, *Os Sertões*, obra escrita por Euclides da Cunha durante a Campanha de Canudos, com foco nas duas primeiras partes do livro que descreve a paisagem e os elementos geográficos físicos, e a descrição dos cidadãos da vila como sertanejos, vaqueiros e fiéis. Assim, a partir de uma análise crítica entre a História Agrária e Social, será possível uma reflexão a respeito da formação sócio-histórica do sertão brasileiro, bem como compreender os elementos formativos das relações sociais, econômicas e políticas naquela porção geográfica do território.

Palavras-chave: História Social; História Agrária; sertões; sertanejos; formação sócio-histórica.

Introdução

A proposta de comunicação, assim como o presente artigo, são compostos pelos resultados iniciais da pesquisa desenvolvida em Iniciação Científica intitulada “O Sertão e o Sertanejo a partir do caso do arraial de Canudos”. A pesquisa visa, a partir da revisão bibliográfica e da literatura, compreender o perfil dos sujeitos que migram a canudos e dos aspectos do sertão nordestino, visando os aspectos políticos, sociais e econômicos do final do século XIX, período em que o vilarejo baiano surge. A seleção das fontes para o desenvolvimento foram pautadas em três nichos principais: as obras do pensamento social brasileiro, composta por Caio Prado Júnior (2011), Nelson Werneck Sodré (2019) e Celso Furtado (2007); os trabalhos sobre o desenvolvimento e a guerra de Canudos, de José Calasans



da Silva (1986) e Marco Antonio Villa (1997); e *Os Sertões* (2010), escrito por Euclides da Cunha durante a Campanha de Canudos.

O conjunto das obras de Celso Furtado (2007), Nelson Werneck Sodré (2019) e Caio Prado Júnior (2011), cada qual em sua perspectiva, contribuem para a discussão a respeito da formação social e política do Brasil, partindo das raízes no processo de exploração colonial. A partir destas obras, é possível observar a teoria do dualismo estrutural, expressa na relação entre arcaísmo dos sertões e o desenvolvimento moderno dos centros urbanos do litoral, bem como a economia e a posição do povo como motriz de desenvolvimento econômico.

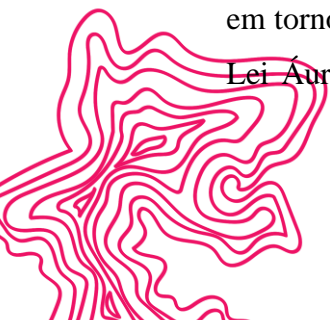
Sobre o processo de formação do vilarejo de Canudos, evidenciam-se os trabalhos dos historiadores José Calasans da Silva (1986) e Marco Antonio Villa (1997). Ambos utilizaram da história oral para a composição de suas pesquisas que, no decorrer do final do século XX, mostraram que a questão agrária e a luta pela terra foram fatores motivadores para o surgimento e desenvolvimento da vila, assim como motivadores da guerra travada contra estes mesmos sertanejos no final do século XIX.

No campo da literatura, evidencia-se *Os Sertões* (2010) de Euclides da Cunha. A obra foi redigida durante a Campanha de Canudos, durante as últimas batalhas. Para este trabalho, o foco está nas duas primeiras partes do livro, onde Cunha privilegia a descrição da paisagem e dos elementos geográficos que observara durante a viagem de São Paulo à Canudos, bem como características do povo que habitava o sertão baiano, definidos como sertanejos, vaqueiros e fiéis.

Deste modo, a pesquisa tem como objetivo uma reflexão a respeito da formação sócio-histórica do sertão brasileiro, bem como compreender os elementos formativos das relações sociais, econômicas e políticas naquela porção geográfica do território. No recorte proposto para este escrito, evidencia-se uma análise com base nos resultados iniciais da Iniciação Científica, privilegiando os aspectos da História Social.

Dualismo estrutural

O debate a respeito da hipótese do dualismo estrutural propõe a análise do capitalismo brasileiro setorizado em dois grandes nichos: o desenvolvimento moderno, burguês e capitalista; e a ausência deste nas regiões interioranas do país. Grande parte da questão circula em torno da problemática da concentração fundiária e do contingente de homens livres após a Lei Áurea, direcionados ao trabalho assalariado. Celso Furtado (2007) e Caio Prado Júnior



(2011) buscam compreender a formação sócio-histórica do país observando a hipótese dual do desenvolvimento capitalista. Nelson Werneck Sodré (2019), por sua vez, observa uma transição entre modos de produção pré-capitalistas e a posição do indivíduo como parte de um conjunto: o povo. Deste modo, as leituras desses autores são utilizadas a fim de investigar a formação de Canudos, partindo do entendimento da formação dos estratos sociais da República do Brasil, observando o regionalismo do sertão baiano, como recorte geográfico específicos, bem como suas implicações.

A partir dos marxistas brasileiros e de suas contribuições no âmbito da História Econômico-Social, é possível estabelecer hipóteses sobre o desenvolvimento da vila de Canudos, em destaque para os modos de trabalho, relações sociais e econômicas. As obras utilizadas foram *Formação Econômica do Brasil* (2007), de Celso Furtado; *Formação do Brasil Contemporâneo* (2011), de Caio Prado Júnior; e *Quem é o povo no Brasil?* (2019), de Nelson Werneck Sodré. Diante o disposto, foi possível observar e traçar, ao menos inicialmente, as condições sociais e dos sujeitos classificados como “sertanejos”, bem como características do sertão nordestino, no que diz respeito sobre relações econômicas e de trabalho, as quais a novas hipóteses a respeito dos motivos das migrações sertanejas ao povoado de Canudos.

Furtado (2007) é o primeiro a introduzir suas concepções a respeito da dualidade entre campo e cidade, ou, a dualidade entre o mundo arcaico e o mundo moderno. No escrito *Formação Econômica Brasileira*, apesar do autor desconsiderar a luta de classes como fator motriz para o desenvolvimento econômico dos sertões, é responsável pela introdução do fator das migrações internas do país como ponto de partida para pensar o êxodo da região do sertão nordestino. Mesmo a estrutura do latifúndio sendo fator agravante para as migrações, seja pela falta do acesso à terra ou por conta das frequentes secas do século XIX. Assim, Furtado argumenta que

Na região nordestina, uma expansão vegetativa desse estilo se realizava desde o século XVII. Em algumas sub-regiões, na segunda metade do século XIX, sintomas de pressão demográfica sobre a terra tornaram-se mais ou menos evidentes. [...] Esse problema estrutural assumira extrema gravidade por ocasião da prolongada seca de 1877-80, durante a qual desapareceu quase todo o rebanho da região e pereceram de 100 mil a 200 mil pessoas. O movimento de ajuda às populações vitimadas logo foi habilmente orientado no sentido de promover sua emigração para outras regiões do país, particularmente a região amazônica. A concentração de gente nas cidades litorâneas facilitou o recrutamento. Por outro lado, as condições de miséria prevaletentes dificultaram, pelo menos durante algum tempo, a reação dos grupos dominantes da economia da região, os quais viam na saída da mão-de-obra a perda de sua principal fonte de riqueza. Os governos dos estados amazônicos interessados organizaram serviços de propaganda e concederam subsídios para gastos de transporte. Formou-se, assim, a grande corrente migratória que fez possível expansão



da produção da borracha na região amazônica, permitindo à economia mundial preparar-se para uma solução definitiva do problema. (FURTADO, 2007, p. 194-195)

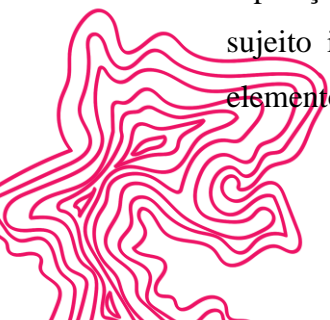
No que diz respeito ao desenvolvimento de atividades econômicas tradicionais do Nordeste, Prado Júnior (2011) apresenta a pecuária com o devido destaque que tal atividade desempenhava em tal região do sertão baiano. De acordo com o autor em *Formação do Brasil Contemporâneo*, o gado não destinava-se apenas a produção de carne; a comercialização de subprodutos do boi, em especial o couro, é fator de grande circulação do produto no sertão nordestino. O transporte das levas dos animais na região era por vias terrestres ou pelo canal fluvial do rio São Francisco, canal este que influencia diretamente o desenvolvimento econômico de Canudos pela proximidade da vila à estrada de acesso às margens do rio. Deste modo, Caio Prado Júnior (2011) contribui ao debate quando aponta que

Esta linha de comunicações, a mais importante do sertão do Nordeste, é particularmente notável na história colonial. Por aí, os primeiros sertanistas e suas fazendas de gado, vindos da Bahia e do São Francisco, penetram o Piauí no século XVII e colonizaram o seu território. Transitaria por ela, em seguida, a maior parte do gado consumido no Recôncavo Baiano. Em princípios do século passado [XIX], desciam por esta via cerca de 20 mil cabeças que passavam pelo registro de Juazeiro. Estabelecia finalmente uma ligação em linha direta de costa a costa, entre dois dos mais importantes núcleos litorâneos: Bahia e Maranhão. (PRADO JR, 2011, p. 256)

No que diz respeito ao fator social, Nelson Werneck Sodré (2019) contribui ao debate com a conceituação de quem é povo, o qual é ligado ao debate da divisão das classes sociais brasileiras. Uma vez que o desenvolvimento da sociedade ocorre com a designação do trabalho, uma parcela dos sujeitos usufruem dos produtos resultantes do trabalho de terceiros, enquanto outra parcela (parcela maior, evidentemente) dispõe a mão-de-obra para realizar o trabalho. A partir disso, surgem os conceitos de classes sociais e burguesia.

O conceito de povo, pois, — histórico como todos os conceitos, — não coincide com o de população. O vazio, o abstrato de que se reveste, no nosso tempo, na linguagem política usual, deriva da tendência a confundir o verdadeiro, justo e exato sentido do termo. A insistência na confusão visa a sonegar a realidade, esconder o fato de que a sociedade se divide em classes e que nem todas as classes estão incluídas no conceito de povo. Em cada fase histórica este conceito tem determinado conteúdo, refletindo a estrutura social vigente e na dependência das condições econômicas imperantes. (SODRÉ, 2019, p.33)

Dessa forma, partindo das discussões teóricas do campo da formação social e econômica do Brasil, pretende-se observar os argumentos a respeito da teoria do dualismo estrutural brasileiro e sua reminiscência colonial, assim como a conceituação de “povo”, a fim de compreender a divisão de classes no Brasil, em especial, no sertão baiano. O objetivo é entender a posição do campo na construção do sistema econômico e observar o posicionamento do sujeito inserido no campo, ou seja, o sertanejo. Assim, possibilita-se a reflexão entre os elementos estruturais e a composição das classes sociais. Deste modo, busca-se trabalhar com



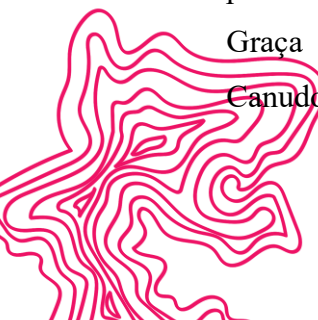
as fontes da bibliografia clássica de forma a observar estes elementos sociais, políticos e econômicos, uma vez que compreendem o pensamento marxista a respeito da formação capitalista brasileira e permitem traçar e compreender o sertão e o sertanejo de Canudos como expressões históricas de seu tempo, bem como as experiências que construíram, as relações sociais, econômicas e políticas envolvidas.

O sertão, o sertanejo e a formação do arraial de Canudos

A formação da sociedade de Canudos está inserida em um contexto de transição político-administrativa brasileira, situado na segunda metade do século XIX. Esse cenário carregava tensões entre as figuras de influência política e econômica do império, as quais viam seus poderes em xeque perante uma nova organização do Estado a partir do golpe republicano. O sertão baiano, durante esse processo, ficou condicionado aos efeitos das medidas imperiais que afetavam o modo de vida dos sertanejos. Essas medidas dificultaram o acesso à posse da terra e aumentaram o contingente de população livre e pobre, ou recém libertos, e assim eclodiram em problemas envolvendo a estrutura agrária do sertão.

Localizado no sertão de Belo Monte, no estado de Bahia, o arraial de Canudos já foi descrito como uma sociedade autossustentável e de utopia cristã, inserido em um período de decadência dos engenhos, mas ainda sob o mandonismo e clientelismo dos coronéis (PINTO, 2017, p. 376). O movimento de migração para o sertão de Belo Monte, incentivado por Antônio Vicente Mendes Maciel, popularmente conhecido como Conselheiro, líder religioso e político do povoado, agrupou sertanejos, ex-escravizados e fiéis em uma unidade territorial, dispondo de elementos de territorialização e identidade. O sociólogo Clóvis Moura aponta que “Antônio Conselheiro estava contra a ordem latifundiário-oligárquica (embora sem plena consciência disto)” (MOURA, 2000, p. 28-29). Os estudos utilizados como fontes, a fim de que se estabeleça uma revisão bibliográfica, são obras de José Calasans da Silva (1986), referência no que diz respeito a historiografia canudense, e Marco Antonio Villa (1997), que apresenta uma perspectiva mais contemporânea sobre os acontecimentos em Canudos, mesmo conversando diretamente com os escritos de Calasans.

José Calasans, professor e historiador dedicado aos estudos da história da Guerra de Antônio Conselheiro, aponta que existiram duas localidades denominadas “Canudos”: a primeira, conhecida como “deserto de Canudos”, localizado na freguesia de Nossa Senhora da Graça do Morro do Chapéu, um povoado pouco desenvolvido. A segunda, “Fazenda de Canudos”, local em que se estabelece o arraial de Conselheiro, entre os limites das freguesias

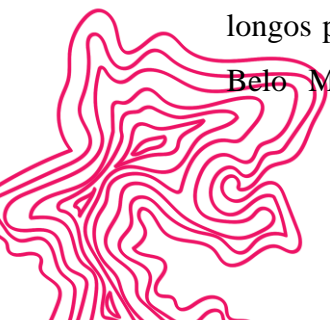


de Monte Santo e Massacará (CALASANS DA SILVA, 1974, p.72). As pesquisas do historiador mostram que os canudenses mantinham relações comerciais com as pequenas cidades próximas, além de oferecerem serviços semelhantes à hotelaria e de forja (principalmente no que diz respeito ao conserto de ferraduras animais), visto a localização geográfica do vilarejo em um ponto de encontro das estradas que passavam por Rosário e de Massacará, as quais davam acesso às margens do rio São Francisco (CALASANS DA SILVA, 1974, p.73). O acesso a uma rede hídrica fez com que a população tivesse oportunidade do cultivo da agricultura familiar, além da possibilidade da criação de bode para venda do couro, a qual fazia com que a economia de Canudos desenvolvesse (CALASANS DA SILVA, p.74).

A partir da concepção religiosa associada ao surgimento da vila de Canudos e ao papel que Antônio Conselheiro possuía em tal cenário ficam conhecidos como Movimentos Messiânicos, ou seja, “distintas formas de manifestação das religiosidades populares” (HERMANN, 2013, p.125). Movimentos como esse surgiram no final do século XIX e a formação de Canudos é entendida como tal. No entanto, não é exclusivo de Antônio Conselheiro, pode ser observado também em Juazeiro com o Padre Cícero e com os monges do Contestado (FACÓ, 1976).

O recorte temporal em que a ascensão da vila está inserida corresponde a um período de tentativa de retomada de um catolicismo nos moldes clássicos, o qual ficou conhecido como o processo de reação à Santa Sé. Com a Proclamação da República, a igreja católica perdeu parcela de sua influência na dinâmica social e, nesse sentido, como uma instituição conservadora, considerava certos avanços contemporâneos como “erros modernos” (HERMANN, 2013, p.125). Mas, a partir da observação dos movimentos ditos Messiânicos, tais concepções construídas pela Igreja Católica não foram motrizes para o incentivo de tais movimentos. Assim como Hermann aponta, esse movimento de Reação a Santa Sé pouco atingiu a população marginalizada. Figuras como a de Conselheiro e a formação de Canudos estão mais próximas a movimentos de resistência pertinentes às demandas dos homens daquele tempo do que ao catolicismo arquidiocesano.

As grandes secas de 1824-1825, 1827, 1830 e 1844-1845 provocaram muita migração. As consequências delas levaram a exportação de força de trabalho para a Amazônia, para o sudeste ou regiões do nordeste mais próximas ao litoral (VILLA, 1997, p.15). Mesmo com longos períodos de estiagem extrema, afetando todo o modo de vida no sertão, o vilarejo de Belo Monte era localizado próximo a redes fluviais, fator que levou a um efetivo

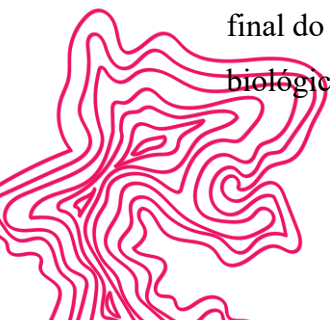


desenvolvimento do arraial. A disponibilidade hídrica da região das freguesias do Santíssimo Coração de Jesus de Monte Santo e a Santíssima Trindade de Massacará abriu portas para rotas de estradas, as quais davam acesso ao canal fluvial do rio São Francisco, possibilitando transporte de produtos para o interior do país (CALASANS DA SILVA, p.73). A partir dessa disposição natural, Canudos desenvolveu sua economia através do setor comercial, de forma a produzir e vender serviços e expandir essa economia a vilas vizinhas com o passar dos anos.

Em linhas gerais, Calasans (1986) identifica três grupos principais que compunham a população de Canudos: os primitivos, aqueles que habitavam a região de Belo Monte antes da chegada do beato Antônio Conselheiro; os fiéis que vão por conta do líder religioso; e as levas de sertanejos, procedentes de vários municípios. Os dois últimos grupos podem ser entendidos a partir de uma ideia de homogeneidade, uma vez que um fator pode não ser excluyente do outro. Assim, partindo da concepção do sertanejo como sujeito protagonista da formação do arraial de Canudos, o presente projeto de pesquisa busca focar nas concepções sobre o perfil de tal trabalhador e da classe social que o compõe.

Traçar os elementos que compõem a identidade sociopolítica do sertanejo, em especial o sujeito que migra a Canudos, condiciona a busca de fontes que trabalhem a história do sertão, a posição social do habitante e a conjuntura política e econômica da região. Portanto, evidencia-se os trabalhos de Rui Facó em *Cangaceiros e Fanáticos* que, quando interpretados por Jacqueline Hermann, aponta o desenvolvimento da noção de que os Movimentos Messiânicos tenham sido estruturados em uma lógica contrária ao latifúndio, desenvolvendo assim uma postura revolucionária que se expressa via religião (HERMANN, 1997, p.16-17). Acrescente-se Marco Antônio Villa (1997) em *Canudos: O Povo da Terra* e a noção de uma questão agrária envolvida na formação do povoado. O diálogo com os estudos de Nelson Werneck Sodré (2019), Celso Furtado (2007) e Caio Prado Júnior (2011) é necessário, uma vez que, estes autores ligados ao marxismo brasileiro, buscam compreender a formação sócio histórica brasileira a partir da análise estrutural, mesmo que apresentem argumentações divergentes quanto ao desenvolvimento socioeconômico.

A literatura se apresenta como possibilidade de fonte para a interpretação. A obra *Os Sertões*, publicada em 1902 por Euclides da Cunha, apresenta uma narrativa literária construída no período da Guerra de Canudos. A obra é expressão das interpretações sobre o povoado no final do século XIX, com perspectivas baseadas no “evolucionismo, determinismos climático e biológico e, de uma forma mais geral, do positivismo” (OLIVEIRA, 2002, p.512). No entanto,



é importante observar a produção literária nos aspectos que levem à compreensão da formação histórica do país na transição do século XIX para o XX, assim como os elementos espaciais do sertão nordestino, os modos de vida e trabalho, e características dos sujeitos.

Assim, usando como fonte para pesquisa os estudos clássicos a respeito da formação social e política do Brasil, assim como os trabalhos produzidos sobre Canudos e o sertão baiano, e a produção literária de Euclides da Cunha, *Os Sertões* (2010), busco analisar os aspectos que auxiliem na compreensão do que é o “sertão” na formação sócio-histórica brasileira e quem é esse “sertanejo”. O que compõe sua formação social, e em como Canudos incorporou as demandas dos sertanejos e parte das problemáticas agrárias do final do século XIX.

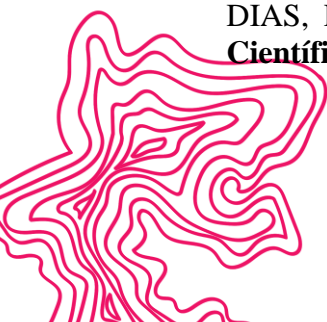
Considerações finais

A partir dos resultados obtidos com a pesquisa, foi possível iniciar o processo de mapeamento dos aspectos da vida social, econômica e política dos sertanejos, o que poderá apresentar um caminho para interpretação das relações identitárias e de classe social pertencentes a estes sujeitos. Foram observadas características que podem relacionar a formação de Canudos na perspectiva da luta pela terra e, de forma interligada, interpretar os eventos do sertão nordestino do século XIX com o debate sobre a nascente do capitalismo brasileiro.

Diante o disposto, a história do sertão não deve ser sintetizada ao retrocesso, de forma a ser deslocado do movimento de desenvolvimento do modo de produção capitalista no Brasil. A formação e organização da vila de Canudos, em alguma medida, pode representar elementos de organização das classes trabalhadoras do sertão baiano, onde os sujeitos protagonistas são reminiscentes das secas e da ordem latifundiária. Deste modo, a articulação entre revolução burguesa e plantacionismo latifundiário devem ser melhor debatidos com o decorrer da pesquisa.

Referências bibliográficas

- COLLACIO, Talita Yosioka. **Os Sertões de Euclides da Cunha e "os sertões" de Caio Prado Júnior: um universo entre história e literatura**. 2016. Dissertação (Mestrado em Culturas e Identidades Brasileiras) - Instituto de Estudos Brasileiros, University of São Paulo, São Paulo, 2016.
- CUNHA, Euclides da. **Os sertões**. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2010.
- DIAS, Paula Regina et al. O Sertão e o Sertanejo: um Brasil de vários sertões. **Revista Científica Novas Configurações–Diálogos Plurais**, v. 1, n. 1, p. 4-11, 2020.



DOMINGUES, E. Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, Contestado e Canudos: algumas reflexões sobre a religiosidade. In: **Memória e História em Psicologia**, [S. l.], v. 8, p. 38-51, 2005. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/memorandum/article/view/6760>. Acesso em: 11 jul. 2022.

FURTADO, Celso. **Formação econômica do Brasil**. Companhia Editora Nacional, 2004.

HERMANN, Jacqueline. Canudos destruído em nome da República. **Tempo**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, p. 81-105, 1996.

HERMANN, Jacqueline. **Canudos: a terra dos homens de Deus**. Estudos Sociedade e Agricultura, 1997.

HERMANN, Jacqueline. Religião e Política no alvorecer da República: os movimentos de Juazeiro, Canudos e Contestado. In FERREIRA, Jorge & DELGADO, Lucília de Almeida Neves.(orgs) **Brasil Republicano.V. 1**. p. 123-157. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2013.

PRADO JÚNIOR, Caio. **Formação do Brasil Contemporâneo**. São Paulo, Companhia das Letras, 2011.

SILVA, José Calasans Brandão. Canudos não-euclidiano. In **Canudos: subsídios para a sua reavaliação histórica**. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, p. 1-21, 1986.

SILVA, José Calasans Brandão. **Canudos: origem e desenvolvimento de um arraial messiânico**. s. ed., 1974.

SODRÉ, Nelson Werneck. **Quem é o povo no Brasil?** Marília: Lutas anticapital, 2019.

VILLA, Marco Antonio. **Canudos o povo da terra**. Ed. Ática, 1997.

ZILLY, Berthold. A história encenada em Os Sertões de Euclides da Cunha. **Sala Preta**, v. 2, p. 193-205, 2002.



Áfricas em perspectiva: trânsitos temporais e espaciais na história africana e afro-diaspórica

Maria Júlia Viana Matoso

Mestranda - UFMG

Aline da Silva Cerqueira

Doutoranda - UFMG

Letícia Reis dos Santos

Graduada - UFMG

Rafael de Azevedo Silva

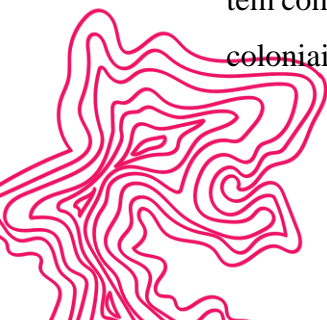
Mestrando – UFMG

O Simpósio Temático “Áfricas em perspectiva: trânsitos temporais e espaciais na história africana e afro-diaspórica” pretende reunir pesquisadores e professores com o intuito de agregar reflexões acerca das disputas de poderes e memórias, assim como as apropriações históricas que perpassam a constituição da História do continente africano e de suas diásporas.

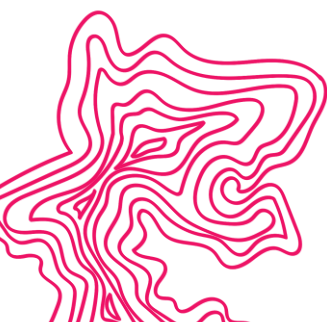
A proposta do simpósio tem como alicerce o entendimento de que a História da África foi e é construída a partir da circulação de pessoas, saberes e práticas culturais e sociais. A isso serve pensar Áfricas em perspectiva a partir dos trânsitos intra e intercontinentais, e submeter o fazer histórico ao entendimento da pluralidade política, econômica e sociocultural. Ou seja, complexificar a escrita da História e rejeitar a ideia de que distintas tradições intelectuais e seus sustentáculos podem ser submetidos à lógica da Razão eurocêntrica e encaixados em categorias “universais”. Objetivamos discutir as contribuições políticas, econômicas e socioculturais africanas e a complexidade de relações sociais, pensando o continente a partir das articulações entre diferentes territórios, e sua História como uma de conexões, circulação e intercâmbios.

Nesse sentido, pautamos a necessidade de um recorte que englobe distintos períodos, desde o Pré-Colonial — considerando que a integração econômica, cultural e global existiam muito antes da presença europeia —, passando pelos períodos Colonial e Pós-Colonial — com enfoque nos diversos núcleos de exercício de autoridade e nas diversas respostas locais à colonização e múltiplas formas de resistência — até a História recente.

Nesse sentido, propomos que o simpósio seja um espaço de diálogo entre trabalhos que têm como proposta entender as dinâmicas sociais e históricas das diversas sociedades africanas, coloniais e afro-diaspóricas. A partir disso, convidamos a todos e todas a propor comunicações



que abranjam tanto como se constituem as diversas estruturas políticas, sociais, econômicas, culturais e religiosas do continente quanto como estas se fazem em contato com outras sociedades ao longo da história. Junto a isso, convidamos a propostas que reflitam historicamente categorias como a raça, classe e gênero e como estas se modificam nos diferentes contextos e trânsitos pelo e sobre o continente. Somando-se a isso, chamamos enfim comunicações que levem em consideração a importância do ensino de história da África e as disputas de narrativas e historiográficas do campo. Visto isso, o simpósio proposto abrange os seguintes eixos temáticos: Religiões africanas; Trajetórias de africanos na diáspora; Fontes e metodologias para a História da África; Perspectivas pós-coloniais; Dinâmica das relações e conflitos com europeus; Ensino da África e suas diásporas para a educação básica; Comércio africano externo e interno; Conceitos para a História da África; As relações estabelecidas no Oceano Índico e no Oceano Atlântico; Estruturas políticas e econômicas.



A “transcolonização” – uma proposta de conceito útil para análise histórica

Eric Serbinenko

Graduado em História - Universidade Federal de Minas Gerais

e-mail: ericserbinenko@gmail.com

Resumo: O seguinte trabalho apresenta o conceito de “transcolonização” como um conceito útil para pesquisas a respeito da colonização/imperialismo europeus de fins do século XIX, sobretudo no que tange a história das ideias ou história intelectual a respeito desses fenômenos. Em suma, a transcolonização se trata da noção de que o euroimperialismo de fins do século XIX até meados do século XX teria produzido efeitos substanciais destrutivos tanto construtivos quanto nas sociedades, culturas, populações e economias das metrópoles imperiais. Sua utilidade se dá pelo fato de que ele chama a atenção para o lado menos estudado da colonização, isto é, seus efeitos nos colonizadores, o que difere da maneira como outros trabalhos costumam se debruçar na questão, isto é, examinando as experiências dos colonizados, e que também difere da maneira como a própria ideologia imperial se representa (como indo fazer algo lá nas colônias). Acreditamos que esse conceito complica de maneira produtiva os trabalhos a respeito de tais fenômenos. Conseguimos encontrar algo que pode ser englobado sob a noção de “transcolonização” nas obras de Hannah Arendt, Aimé Césaire, Frantz Fanon, Homi Bhabha, Mary Louise Pratt e Anne McClintock, mas acreditamos que ele seja possível de encontrar em outras obras que não foram examinadas, e possivelmente até mesmo em fontes primárias. Desta forma, o nosso objetivo é apresentar este conceito para que ele possa ser usado ou criticado por outros pesquisadores.

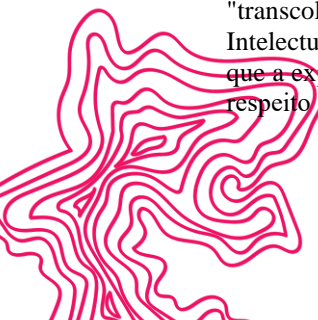
Palavras-chave: Imperialismo, Colonialismo, Pós-colonial, Transcolonização.

Introdução

No presente texto buscamos apresentar o conceito⁹ da “transcolonização” como sendo um aporte útil para pesquisas a respeito da colonização europeia de fins do século XIX até meados do século XX. O vocábulo “transcolonização” foi bolado visando agrupar a seguinte ideia, presente em diversos autores sob formas distintas: a noção de que o imperialismo europeu de fins do século XIX até meados do século XX teria produzido efeitos substanciais destrutivos tanto construtivos quanto nas sociedades, culturas, populações e economias das metrópoles imperiais

A necessidade da elaboração de um conceito se deu pela recorrência da temática em diversos autores, de forma por vezes central, mas sem que um vocábulo consistente se

⁹ Aqui está presente o argumento da maneira que ele foi exposto na apresentação durante o XI EPHIS. Porém, revisamos a utilização da categoria de “conceito” como sendo a mais apropriada para se tratar da “transcolonização”, e a entendemos agora como melhor enquadrando uma “tópica metatextual” da História Intelectual. Um artigo ainda a ser publicado demonstrará esta outra forma argumentativa. Ainda assim acreditamos que a exposição desta escolha epistemológica tem valor, que seja para salientar a evolução da nossa concepção a respeito da “transcolonização”.



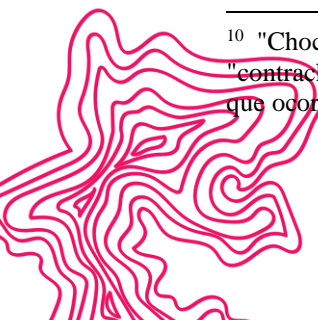
apresentasse. O conceito de "efeito-bumerangue", utilizado por Hannah Arendt (ARENDR, 1973) captura parcialmente essa ideia, assim como a noção de *choc-en-retour* utilizada por Césaire (CÉSAIRE, 1955). Essas duas opções, porém, não nos pareceram adequadas às variações da ideia presentes nos diversos autores, visto que tanto efeito-bumerangue quanto *choc-en-retour* [contrachoque]¹⁰ imputam ideias temporais de diacronia (primeiro o bumerangue vai, depois ele volta) além de indicarem que os efeitos seriam deletérios. Transcolonização, portanto, foi escolhida como um vocábulo capaz de apresentar a interpretação da colonização como afetando de formas diversas, em momentos diversos, tanto aqueles territórios e populações colonizados quanto aqueles dos colonizadores, sem imputar temporalidades nem qualidades específicas.

A escolha pelo vocábulo específico "transcolonização" foi realizada em primeiro momento pensando em uma divisão estritamente geográfica, seguindo o sentido latino do prefixo "trans", tal como encontrado em "Gália Transalpina" (vs. Cisalpina) ou em "Transjordânia", e cujo significado, na essência, é "do outro lado" (seja dos Alpes, ou do Rio Jordão) (REZENDE, 2016, p. 431). Assim, o sentido indicaria "do outro lado da colônia", isto é, a metrópole. Mas além disso, ao examinar o vocábulo percebemos a maneira como ele também apresenta uma ideia de "processo", ou de "transformação", de algo que está acontecendo durante a colonização, tanto em níveis macro (transformação de estruturas políticas, por exemplo) quanto em escala micro (nas experiências pessoais de indivíduos envolvidos na colonização).

Fundamentalmente, foi uma tentativa de fugir da maneira como o imperialismo é construído ideologicamente, isto é, como uma totalidade coesa, unilateral e "superior" que emana das regiões metropolitanas em direção às colônias. A ideia que aqui chamamos de transcolonização, tal como encontramos nos autores examinados, faz questão justamente de apresentar a maneira como na realidade essa concepção é falsa; um uso descuidado das categorias tal como elas eram utilizadas durante os processos colonizatórios possivelmente reforça suas concepções originais, de modo que apresentar uma nova ferramenta conceitual pode ser um elemento facilitador para análises que buscam outras perspectivas.

Análise de seis autores

¹⁰ "Choc-en-retour" é um vocábulo de tradução um pouco difícil; optamos por traduzí-lo pelo neologismo "contrachoque" visto que choc-en-retour parece implicar algo como o "coice" de uma arma de fogo: a força oposta que ocorre em direção contrária ao disparo.

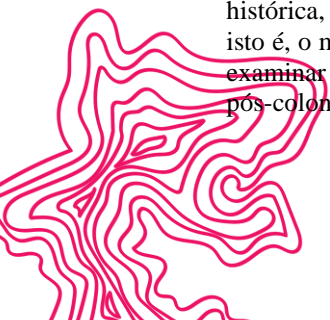


Elaboramos a noção de "transcolonização" a partir do estudo de seis autores: Hannah Arendt, Aimé Césaire, Frantz Fanon, Homi Bhabha, Mary Louise Pratt e Anne McClintock, divididos em dois períodos históricos distintos, sendo os três primeiros entendidos como fazendo parte do "pós-guerra" (1949–1961) e os três últimos do "pós-colonial"¹¹ (1980–1995). Dado o espaço limitado deste artigo, nós podemos somente pincelar a maneira como o argumento de cada um destes autores se desenvolve e se apresenta. A transcolonização tipicamente se apresenta nesses autores sob duas formas: ou como consequência explícita e necessária da colonização (isto é, como um fenômeno de "causa e efeito"); ou como o "outro lado" ou o "reverso" implícito das concepções ideológicas imperialistas.

Nós iniciamos a nossa pesquisa examinando Hannah Arendt e *Origens do Totalitarismo* (ARENDR, 1973), e o conceito de efeito-bumerangue. Arendt era cientista política e filósofa, e escreveu essa obra em uma série de artigos durante a segunda metade da década de 40, em resposta direta à experiência do nazismo e da Segunda Guerra Mundial (TSAO, 2002). O efeito-bumerangue não é um conceito bem definido por Arendt (por vezes ela indica que os atores políticos da época estariam cientes a seu respeito, e por outras ele aparece como uma força impessoal inevitável) (ARENDR, 1973, p. xvii e 155), mas ele tem um lugar central em sua obra, sendo o elemento que dá sentido a segunda parte do livro, "Imperialismo", e que, portanto, seria o fenômeno que tornaria possível e imaginável o aparecimento do totalitarismo.

Sem entrarmos demais em detalhes, Arendt postula o efeito-bumerangue como sendo uma série de efeitos político-sociais causados por necessidades econômicas (ARENDR, 1973, p. 147–148). No caso, entendemos que o elemento mais importante na ideia de efeito-bumerangue é a noção de *expansão* econômica, isto é, de crescimento econômico (ARENDR, 1973, p. 137–138), que, segundo Arendt, ao ser aplicado ao mundo político, produz uma distorção pois a expansão econômica é teoricamente sem limites, enquanto que a expansão política definitivamente é limitada por um sem-número de fatores, sobretudo considerando o modelo de Estado-nação utilizado pelos Estados imperialistas, que presume o "consentimento de uma população homogênea" (ARENDR, 1973, p. 126–128), algo impossível de obter de territórios conquistados exceto por assimilação, de modo que esses Estados passam a optar pela

¹¹ Dado o espaço limitado do artigo, não podemos entrar em muitos detalhes sobre a escolha do vocábulo "pós-colonial" para definir os três últimos autores. Dito isso, entendemos "pós-colonial" como refletindo uma realidade histórica, isto é, um momento posterior às independências das antigas colônias, e uma "realidade epistemológica", isto é, o movimento teórico largamente iniciado por Edward Said em *Orientalismo*, que se propõe a superar ou a examinar mais detalhadamente as bases epistemológicas da colonização. Para uma discussão produtiva do termo pós-colonial, cf. Hall, 1996.



tiraniam, que tem efeitos deturpadores sobre os seus sistemas políticos (sobretudo torna legítima a violência desmedida).¹²

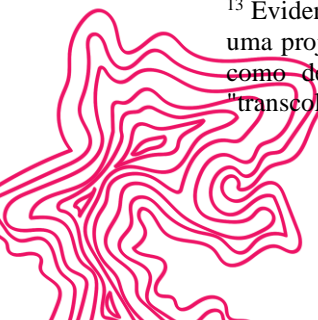
O segundo autor examinado é Aimé Césaire e a sua obra *Discurso sobre o colonialismo* (CÉSAIRE, 1955). Césaire era poeta e ativista político, o que é refletido no caráter panfletário desta obra, originalmente escrita no final da década de 40. Nela ele apresenta a ideia de *choc-en-retour*, ou 'contrachoque', que é em grande medida semelhante a ideia de “efeito-bumerangue”, mas com um viés um pouco mais incisivo: Césaire vê o nazismo como a aplicação da colonização e de seus métodos na Europa (em contraste com Arendt que entende os fenômenos europeus como possibilitados pelo imperialismo, mas de modos inteiramente distintos dos fenômenos originais). Nesse sentido Césaire entende o nazismo literalmente uma transposição geográfica dos métodos coloniais. Para além disso, Césaire defende que o passo a passo da colonização lentamente corrompe a cultura clássica europeia, que entende essencialmente como sendo inteiramente positiva, e “embrutecendo-a”, tornando os europeus em torturadores e apoiadores das torturas (CÉSAIRE, 1955, p. 11–13).

Césaire considera que a colonização é apenas um modo de “contato” entre civilizações, sendo que ele entende a existência de contato entre sociedades distintas como sendo um fenômeno em grande medida positivo. Porém, o colonialismo é o “pior modo” de se realizar isso, pois imputa violência extrema ao passo que não leva em consideração os elementos que a sociedade colonizada pode contribuir. O resultado final é essencialmente uma tremenda hipocrisia, na qual os colonizadores se colocam como “civilizando” os colonizados, mas ao passo que a tremenda violência torna efetivamente impossível qualquer contato genuíno, inclusive para compartilhar aquilo que Césaire entende como sendo os elementos bons da civilização europeia e que deveriam usufruídos por todos (CÉSAIRE, 1955, p. 9–10).

Esses dois autores talvez sejam os mais emblemáticos defensores de interpretações “transcoloniais”,¹³ dado que eles explicitam abertamente essa conexão a partir de conceitos que elaboram. O terceiro autor examinado, Frantz Fanon, trabalha de forma um pouco distinta: uma

¹² É importante apontar que a argumentação de Arendt tem um teor notadamente racista, dado que em uma das poucas passagens em que ela explicita a palavra “efeito-bumerangue” ela diz indica que os africanos teriam sido alvos legítimos de categorizações raciais, diferentemente dos indianos ou chineses, pois esses teriam sido civilizados. cf. Arendt, 1973, 206.

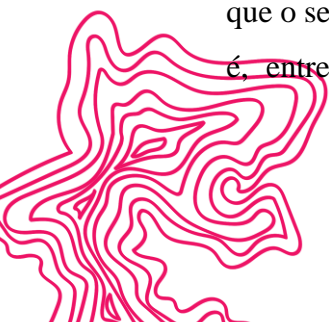
¹³ Evidentemente, não sustentamos que a ideia de transcolonização está presente nos textos como tal, o que seria uma projeção de categorias alheias aos textos e não utilizadas pelos autores; apenas defendemos que, da forma como definimos a transcolonização, é possível categorizar as interpretações desses autores como sendo “transcoloniais” ou como mobilizando estratégias argumentativas transcoloniais.



argumentação transcolonial não é explícita na sua obra, mas aparece como as considerações implícitas da sua argumentação, que em larga medida foca na experiência do colonizado e não na do colonizador. Fanon foi médico psiquiatra e lutador revolucionário, de modo que a sua obra é marcada pela preocupação com os efeitos psicológicos da colonização. De todo modo, Fanon concorda com a argumentação de Césaire, dado que há uma extensa citação do *Discurso* no capítulo 5 de *Pele negra, máscaras brancas*, que trata sobretudo a respeito do contrachoque (FANON, 1952, p. 72–74).

Nós examinamos três obras de Fanon: a já mencionada *Pele negra, máscaras brancas*, seguida de *Racismo e cultura* (FANON, 2001) e *Os condenados da terra* (FANON, 2002). Tentando resumir o máximo possível, a argumentação segue a seguinte forma: em *Pele negra*, Fanon essencialmente discute neuroses sofridas pelos negros e colonizados, mas atentando para a maneira como tal esquema também afetaria os brancos, ainda que de formas distintas. No caso, Fanon argumenta que a situação colonial produz cisões na psique do sujeito, pois as imagens produzidas pelo aparato colonial fazem com que as crianças (tanto brancas quanto negras) identifiquem seu *id* com figuras negras (ele dá o exemplo da história em quadrinhos com os “selvagens canibais”) e o seu *eu ideal* (no sentido lacaniano) como sendo o herói branco, racional (FANON, 1952, p. 119). Desta forma, os negros se identificariam com os brancos (pois obviamente se entendem como sendo racionais) ao passo que projetariam suas partes irracionais (*id*) em figuras negras (o que para Fanon explicaria o racismo de antilhanos para com senegaleses, por exemplo). Isso resultaria em um choque maior ao sofrerem o racismo pelos brancos, que os tratam como sendo iguais a esses estereótipos, de forma oposta a maneira como veem a si mesmos. (FANON, 1952).

Por outro lado, tal argumentação infere que os brancos sofreriam o mesmo processo, mas consequências "invertidas". Os brancos também projetariam seu *id* em figuras negras; mas eles não seriam equacionados com as figuras demoníacas (negras) das histórias em quadrinhos. Porém, o *id* corresponde não somente a elementos entendidos como "malignos", mas também a uma série de elementos do campo do sexual. Isso produz uma situação em que os brancos gerem uma série de fetiches (no sentido coloquial da palavra) e irracionalidades a respeito dos negros, e que afetam substancialmente a sua capacidade de compreender o mundo de forma coerente. (FANON, 1952, p. 133–134 e 143). Além disso, Fanon argumenta a partir de Hegel que o ser humano só se torna completo no reconhecimento mútuo entre duas consciências (isto é, entre dois seres humanos). A situação colonial e as irracionalidades racistas tornam



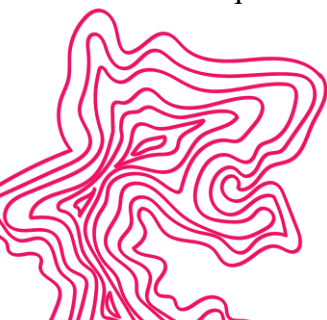
impossível o reconhecimento mútuo entre brancos e negros, deixando os brancos “presos na sua brancura” e os negros “presos na sua negrura” (FANON, 1952, p. 7 e 48)

Racismo e Cultura estende o argumento para um nível sociológico mais amplo, de modo que Fanon aponta que o racismo não seria um problema individual, mas um problema cultural: no caso, o indivíduo racista seria na verdade o sujeito mais "adequado" a sua cultura racista (ou mais honesto), já que ele estaria realizando aquilo que ela verdadeiramente é, mas que tenta esconder. No caso, a situação colonial produziria uma “gangrena dialética” na cultura do país colonizador, a putrefazendo lentamente, corrompendo todos os campos da cultura: arte, música, literatura, etc., infectando-os com o racismo (FANON, 2001).

Os condenados da terra muda o foco, sendo uma obra de natureza mais explicitamente política visando a luta revolucionária pelas independências das colônias. Apesar disto, Fanon aponta que a violência tremenda da colonização colocaria o colono (isto é, o colonizador) em medo constante do possível ataque dos colonizados, o que conseqüentemente produziria mais violência e mais medo, além de uma constante radicalização (evidente na aparelhagem do Estado francês feita pelos *pied-noirs*) (FANON, 2002, p. 85–86). Isso culminaria em patologias concretas que Fanon apresenta em estudos de caso, como o policial torturador que não consegue dormir porque não para de escutar os gritos das pessoas que torturou, ou o inspetor que, em um acesso de raiva, aplica as técnicas de tortura à sua mulher, ou a filha que deixa de falar com o pai por causa das torturas constantes que ele realiza no porão de casa (FANON, 2002, p. 256–258 e 264–265)

Esses três autores escreveram em períodos próximos, de modo que, apesar das especificidades de cada autor e de cada argumento, nós consideramos que eles leem a colonização a partir de categorias que enfatizam a sua natureza política e econômica, e as subsequentes conseqüências diversas para as metrópoles e para os colonizadores.

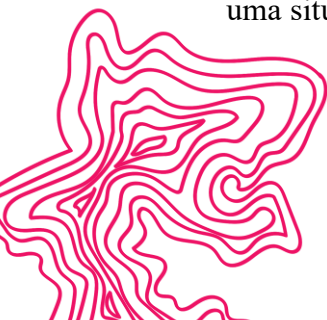
O quarto autor examinado é Homi Bhabha. Bhabha nasceu em Mumbai, na Índia, e é um professor em Harvard especializado em crítica literária e filosofia. Em *O local da cultura* Bhabha entende o fenômeno da colonização como sendo caracterizado acima de tudo pelo *discurso colonial*, um tipo específico de discurso que visa produzir/justificar uma situação de dominação por meio de elementos discursivos marcados pela “fixidez”, isto é, jeitos de falar que são fixos, repetitivos, que não mudam, que andam em círculos (BHABHA, 1994, p. 66)



Bhabha coloca ênfase na noção de *estereótipo*. Na análise de Bhabha, o estereótipo é uma forma discursiva ambivalente que funciona na base da repetição constante de algo que, dentro de sua própria estrutura, é sempre sabido: “o negro é x, o asiático é y, etc.” Ele é construído (em um sentido estético) como uma colocação “realista”, uma afirmação pura e simples da maneira como as coisas são, e que, por inferência, sempre foram e sempre serão. O estereótipo fundamentalmente busca produzir os sujeitos coloniais como figuras controláveis: produz o colonizado como uma figura "dócil como uma criança", que, portanto, deve ser “ensinado”, mas também produz o colonizado como sendo irracional e violento, e que, portanto, deve ser controlado pela força. (BHABHA, 1994, p. 67)

O estereótipo é contraditório por sua própria natureza, e são as suas contradições que tornam possível o funcionamento do discurso colonial, pois a cada momento ele pode recorrer a figura adequada para os seus propósitos: se precisa de justificar a violência, chama o colono de irracional; se precisa de justificar a conversão, chama o colono de ingênuo. (BHABHA, 1994, p. 82) Assim, o discurso colonial está sempre “certo” em qualquer determinado momento; a contrapartida, evidentemente, é que o estereótipo precisa de ser constantemente repetido, ao ponto de se tornar um bordão (“ah, sabe como *eles* são”), de modo que essa repetição encobre a ansiedade fundamental presente dentro do estereótipo: de que aquilo que é apresentado como saber atemporal é, na realidade, uma série de absurdos, e que, no fundo, não existe justificativa legítima ou moral para a colonização. (BHABHA, 1994, p. 77) Bhabha indica que a “repetição demoníaca” revela a ansiedade fundamental por trás do discurso colonial, de modo que é possível ver a proliferação de pseudociências como a frenologia, movimentos políticos como o nazismo, etc. como sendo tentativas efetivas de tornar o estereótipo em algo “real”, “objetivo”.

Bhabha também propõe o conceito de "mimetismo" [*mimicry*]. Segundo ele, o discurso colonial seria construído sobre uma base *histórica* (toma-se o poder em nome do progresso, da Civilização, do projeto de trazer os nativos para a “modernidade”) mas que seria exercido por meio da "farsa", pois a colonização diz que está lá para civilizar os sujeitos coloniais, mas, na realidade, ela não quer admitir que eles possam ser civilizados, pois isso significaria ter de entregar o poder e com ele todas as benesses da colonização. (BHABHA, 1994, p. 86) Assim, ele gera a categoria do “mimetismo”: aquele nativo que imita e conforma aos padrões “civilizados” em tudo, exceto por um detalhe: o nativo não é branco. Assim, o nativo existe em uma situação perpétua, de “quase, mas não exatamente”, ou como Bhabha coloca por meio de

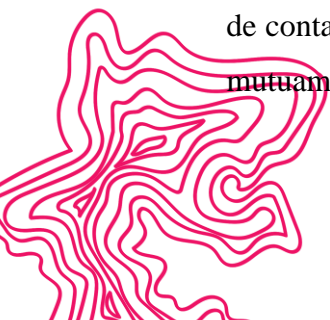


um trocadilho, “quase, mas não branco” [*almost but not quite/white*] (BHABHA, 1994, p. 86 e 92)

As consequências dessa estrutura sustentada pela efetiva impossibilidade de civilizar o nativo é que ela implicitamente revela as bases da civilização europeia como uma mentira, pois elas são predicadas na superioridade histórica dos europeus, que seria compartilhável por meio de um processo “civilizatório”. Ao declarar isso impossível, ela revela a farsa do projeto civilizatório, porque não há nada que o nativo possa fazer para se civilizar, o que, portanto, declara que a própria ideia de Civilização é falsa, pois ou ela é universal e, portanto, copiável pelos nativos de modo que a colonização após certo momento seria injustificável, ou ela é impossível de ser imitada (pois não são brancos) e, portanto, os preceitos civilizatórios nada mais são que palavras vazias. (BHABHA, 1994, p. 87–88). As tentativas de sustentar e/o resolver essa contradição geram montanhas de pseudociência, ideologias espúrias, etc., que detonam nas mãos daqueles que proferem o discurso colonial. (BHABHA, 1994, p. 91)

A quinta autora examinada é Mary Louise Pratt. Pratt nasceu no Canadá e se especializa em línguas e literaturas modernas, tendo se aposentado do seu posto na Escola de Artes e Ciências em Nova Iorque. Em *Os olhos do império*, Pratt apresenta a noção do discurso da “anticonquista”: formas discursivas presentes em obras sobretudo de relatos de viagem, que se apresentam como sendo “inocentes”, mas que efetivamente sustentam e justificam os projetos coloniais. Na anticonquista que Pratt denomina de “científica” estariam presentes os modos discursivos científicos, sobretudo o Sistema de Lineu de classificação de plantas e seres, que permitem ao viajante impor as suas formas de conhecimento nos territórios que visita, subordinando aquilo que vê às suas próprias categorias de conhecimento, apagando as formas de conhecimento locais. (PRATT, 2008, p. 26 e 29–30). Pratt argumenta que isso resultaria na aplicação dessas formas de observar e categorizar nos interiores dos ambientes metropolitanos: nas zonas rurais, sobretudo, onde as formas de conhecimento camponesas são submetidas ao mesmo olhar analítico que os territórios ultramarinos. (PRATT, 2008, p. 35–36)

Pratt apresenta também uma ideia que poderia ser chamada de “transcolonização positiva”, isto é, de uma colonização que é parte constitutiva da modernidade, não só um elemento alheio que a perverte ou destrói. Ela mobiliza a categoria de “transculturação” (retirada do antropólogo cubano Fernando Ortiz), a partir da qual ela argumenta que as zonas de contato, as fronteiras de encontro entre o colonial e o metropolitano, transformam a ambos mutuamente. No caso ela utiliza o exemplo das obras de Humboldt que ela argumenta serem

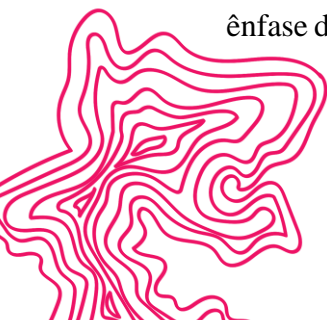


baseadas em conhecimento crioulo (no sentido espanhol da palavra) que é então levado para a Europa sob a forma de ser um conhecimento europeu, e depois é importado de volta para a América sob esse viés, que lhe dá legitimidade. Pratt inclusive sugere a proposta audaciosa que o romantismo europeu seria resultante de formas culturais americanas importadas para a Europa. (PRATT, 2008, p. 133–136).

A sexta e última autora que estudamos é Anne McClintock. McClintock nasceu em Harare, no Zimbábwe (então Rodésia), tendo participado das lutas antiapartheid na África do Sul; ela é formada em filosofia, e dá aula na Universidade de Princeton. Na sua extensa obra *Couro imperial*, ela trabalha de forma muito interessante com a maneira que as categorias de classe, raça e gênero são construídas de forma análoga e mútua. Ela argumenta que a partir da colonização as mulheres eram vistas como “inferiores raciais”, ao passo que as raças não-brancas eram vistas como “feminilizadas. A classes baixas, por outro lado, eram vistas tanto como “degeneradas” quanto como “femilinizadas”, de modo que a categoria de raça acaba por em certos momentos a se desprender da cor da pele, como no momento em que os irlandeses passam a ser entendidos como negros por analogia racial/colonial (MCCLINTOCK, 1995, p. 43–47).

McClintock trabalha sobretudo com a ideia da projeção temporal, da ideia das zonas coloniais como localidades anacrônicas (atrasadas), de modo que a mesma ideia passa a perpassar as metrópoles, com as classes proletárias sendo entendidas como “atrasadas historicamente”, da mesma forma que as mulheres. (MCCLINTOCK, 1995, p. 37). As categorias coloniais são aplicadas nas metrópoles, de modo a produzir realidades coloniais no seio das metrópoles. Os diferentes tipos de discursos ideológicos, cada um visando justificar a dominação de um setor específico da população (trabalhadores, mulheres, colonizados) acaba produzindo um discurso maior que é aplicado de forma indiscriminada tanto nas metrópoles quanto nas colônias. McClintock aponta que é justamente esse tipo de ajuntamento teórico que permite aos ingleses verem os irlandeses como sendo “negros”, à revelia de qualquer fator epidérmico (MCCLINTOCK, 1995, p. 52–55).

Esses três últimos autores são marcados por uma preocupação com o discurso colonial. Isso não significa que a questão da linguagem não aparece nos três primeiros autores, nem que questões políticas, econômicas, psicológicas, etc. não aparecem nos três últimos; apenas que a ênfase distinta acaba produzindo análises do fenômeno da colonização com ênfases divergentes.



Dito isso, todas as obras examinadas podem ser colocadas como apresentando argumentações "transcoloniais", ainda que por ângulos muito divergentes.

Conclusão

Por fim, sustentamos que a apresentação extremamente sucinta aqui não consegue abarcar a totalidade dos argumentos dos autores aqui examinados. Pudemos somente brevemente pincelar cada uma das obras, tentando enfatizar a maneira como uma dinâmica transcolonial pode ser percebida dentro das argumentações, de forma implícita ou explícita.

Acreditamos que a ideia de "transcolonial" tem utilidade muito mais ampla do que foi demonstrado aqui. É possível que argumentações transcoloniais sejam encontradas em textos de outras áreas do conhecimento (geografia, sociologia, etc.), ou mesmo em textos de natureza "primária" ou literária (é possível imaginar, por exemplo, a vida e obra de Joseph Conrad como sendo passível de ser lida a partir de lente transcolonial). Desta forma, convidamos os leitores a utilizarem essa ferramenta de modos que sejam produtivos em suas pesquisas.

Referências Bibliográficas:

ARENDDT, Hannah. **The origins of Totalitarianism**: New edition with added prefaces, New York: Harcourt Brace & Company, 1973, 526p.

BHABHA, Homi. **The Location of Culture**. New York: Routledge, 1994, 285p.

CÉSAIRE, Aimé. **Discours sur le colonialisme**, Paris: Présence Africaine 1955, 59p.

FANON, Frantz. **Peau noire, masques blancs**. Paris: Éditions du Seuil, 1952, 188p.

_____. **Pour la révolution africaine: Écrits politiques**. Paris: Éditions La Découverte, 2001 (1964), 223p.

_____. **Les damnés de la terre**. Paris: Éditions La Découverte, 2002, (1961), 311p.

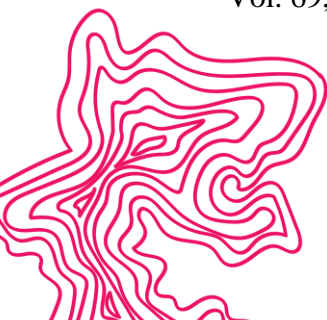
HALL, Stuart. When was the 'post-colonial'? Thinking at the limit. In: CHAMBERS, Iain. **The Post-Colonial Question: Common Skies, Divided Horizons**. London: Routledge, 1996, p. 242–260.

MCCLINTOCK, Anne. **Imperial Leather: Race, Gender and Sexuality in the Colonial Contest**. London: Routledge, 1995, 449p.

PRATT, Mary Louise. **Imperial Eyes: Travel Writing and Transculturation**. London: Routledge, 2008 (1992), 2nd ed., 276p.

REZENDE, Antônio Martines de; BIANCHET, Sandra Braga. **Dicionário do latim essencial**, 2ª ed. ver. ampl. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2016.

TSAO, Roy. "The Three Phases of Arendt's Theory of Totalitarianism". In: **Social Research**, Vol. 69, n. 2, 2002, p. 579–619.



Escrever para sangrar: gênero, trauma e memória em Never Again, Flora Nwapa (1975)

Amanda Ribeiro dos Santos

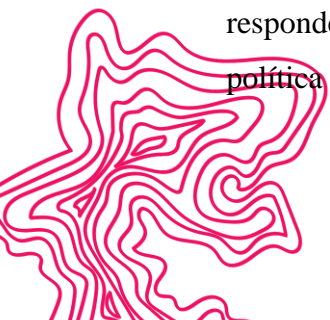
Mestranda em História - Universidade Federal de Minas Gerais
amanda.santosjm18@hotmail.com

Resumo: Neste trabalho busca-se identificar, analisar, problematizar e refletir sobre como a memória da Guerra de Biafra foi construída no livro “Never Again” de Flora Nwapa (1975). Acredita-se que a autora faz da literatura de testemunho uma ferramenta para domesticar, ou superar o trauma vivenciado ao passo que levanta apontamentos pertinentes a respeito de gênero, identidade nacional e crítica anticolonial. A Guerra de Biafra aconteceu entre os anos 1967 e 1970 como uma reação do governo federal nigeriano à separação e à emancipação da região leste que se proclamou República de Biafra. O conflito entre igbos (leste) e hauças (norte) resultou na morte de milhares de pessoas e envolveu vários países, além de expressiva representação da fome e miséria – estereótipos africanos – produzida principalmente pela mídia internacional. O romance de Nwapa acompanha a vida de Kate, uma mulher igbo residente de Ugwuta, pouco tempo antes da cidade ser atacada pelo exército nigeriano. Utilizando linguagem simples, definida por alguns críticos como maçante e infantil, a autora constrói uma temporalidade do trauma de forma intimista e aterradora. Em Never Again, a memória do confronto entre Nigéria e Biafra é a memória da luta pela sobrevivência de Ugwuta; dos habitantes da cidade protegida pela “*Woman of the lake*”. Ao analisar a memória local dos personagens de aldeia de Flora Nwapa, alguns tópicos de reflexão foram propostos. O primeiro trabalha as críticas de Nwapa acerca da posição da mulher na sociedade civil de Ugwuta e o papel feminino durante a guerra; o segundo compreende a definição conturbada do caráter identitário do povo biafrense; e o terceiro aponta para a escrita do trauma da guerra e as pontes entre tempo, memória e escrita. São estas as principais inquietudes estimuladas pela leitura de Never Again que serão vistas à luz de autores do pensamento pós-colonial.

Palavras-chave: Memória; Guerra de Biafra; Literatura; Trauma; Gênero

Em 1975, a nigeriana Flora Nwapa publicou o livro “Never Again” em que a personagem Kate vive, desesperadamente, com sua família, os momentos que antecederam o bombardeio a sua cidade natal, Ugwuta, pelo exército da Nigéria durante a guerra de secessão, tratada como guerra civil de Biafra, que aconteceu entre 1967 e 1970. O confronto matou aproximadamente 3 milhões de pessoas por fome, doenças e nos embates belicosos.

A Nigéria é um país africano ocupado majoritariamente por três povos: sendo os hauçá ao norte, ibo ao leste e iorubá ao oeste. Durante o período de submissão colonial britânica, o governo indireto fazia com as elites hauçás mantivessem o controle administrativo, ainda que respondessem à Coroa. Este poder se manteve após a independência em 1960 e a conjuntura política local foi marcada por inúmeras tensões entre as elites ibo e hauçá até que em meados



de 1966, e após dois golpes de Estado em que políticos nortistas foram assassinados fazendo com que o general Yakubu Gowon assumisse a presidência, ocorreram como resposta, massacres direcionados aos ibos que moravam na região norte (CHAN, 2017).

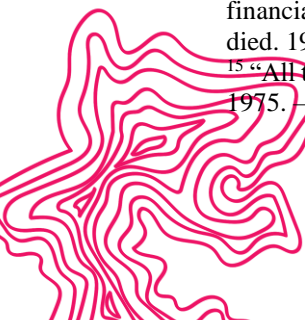
A população ibo, com medo e diante da negligência do governo federal em exprimir atos de proteção, migrou para a região leste, a fim de fugir da violência. Essa migração inchou demograficamente a região, fazendo com que faltasse empregos, comida e escola. Mais uma vez, o governo nigeriano tratou a situação com descaso, causando mais revolta aos ibos e reforçando os boatos pela secessão. A separação não era incentivada por Gowon, que propôs a unificação dos povos visando, porém, as jazidas de petróleo no sul. Em 1967, a pressão da população pela secessão e sem acordo entre Gowon e o líder representativo dos ibos, Odumegwu-Ojukwu, a região ibo se tornou República de Biafra tendo Ojukwu como presidente. Como consequência, o governo nigeriano declarou à República de Biafra a guerra que estourou em julho de 1967. O conflito se arrastou por três anos e terminou com um acordo assinado entre os líderes, porém, milhões de vidas já haviam sido perdidas tanto pelas armas, quanto pela Kwashiorkor – doença que atingia especialmente crianças, causando desnutrição extrema –, além de ter desaparecidos até os dias atuais (CHAN, 2017).

A escrita de testemunho da guerra não demorou para surgir: ainda em 1970, Wole Soyinka¹⁴ já escrevia sobre o que viveu nas mãos do exército nigeriano. A literatura foi o meio encontrado como medida de recuperação do trauma visto que a Nigéria, além de causar marginalização dos ibos, tanto econômica quanto socialmente, não investiu em políticas de memorialização da guerra e provocou um apagamento institucional do conflito. Segundo levantamento feito por mim a partir de pesquisa na literatura, o romance de Flora Nwapa, *Never Again* foi o terceiro livro que trata da guerra de Biafra, publicado por nigerianos.

Never Again, escrito em 1975, publicado pela editora *Africa Research and Publications*, é marcado pela oralidade, com linguagem simples e possui elementos biográficos, apesar de seu aviso na epígrafe informar que “todos os personagens nessa coleção são imaginários e não possuem nenhuma semelhança com ninguém vivo ou morto¹⁵”. Flora Nwapa, nasceu em Ugwuta (Oguta) em 1931 e, vinda de uma família classe média alta, narra no romance, a

¹⁴ *The man died* (1972) – Livro sobre o tempo em que Wole Soyinka ficou preso. Ele era diretor da Universidade do Ibadan e foi preso por denunciar a guerra nos jornais e tentar recrutar mais professores para lutar pelo fim do financiamento armamentício da Nigéria e as práticas ditatoriais e genocidas de Gowon. (SOYINKA, W. *The man died*. 1988)

¹⁵ “All the characters in this collection are imaginary and bear no resemblance to anyone dead or alive.” (NWAPA, 1975. – frase de epígrafe. Tradução nossa)

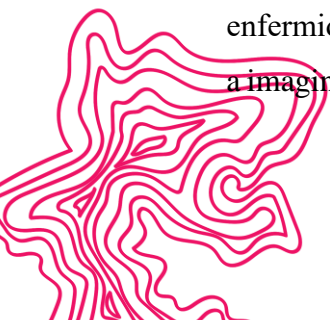


trajetória de Kate antes de Ugwuta ser invadida pelas tropas nigerianas. Kate comparece às reuniões comunitárias de estratégia de guerra, em que se discute sobre a impensável fuga e sobre a luta eminente – mesmo que a luta fosse um momento que não aconteceria porque, segundo a crença comum, Ugwuta jamais seria atingida pelo exército. Além das reuniões, Kate tenta convencer sua família que devem fugir enquanto ainda há tempo, desconfia dos boatos, critica a fé cega no governo biafrense e a alienação provocada pelo diretório de propaganda de Biafra.

Uma obra como *Never Again* intriga o leitor, questiona, incomoda. A leitura de sentenças curtas como que em respirações entrecortadas pelo medo do que está por vir é a inquietação que perdura do início ao fim. Entretanto, o que pode ter levado Nwapa a escrever apenas cinco anos após o fim do conflito? Seria o medo de esquecer? Seria o desejo de arrancar com a caneta suas emoções contidas? Talvez a escrita venha do quase encontro inesperado e não celebrado com a morte e desta epifania tenha nascido a necessidade de dar testemunho de sua existência, mas ela já escrevia desde 1966, seu testemunho, em tese, já existia. O que a leva a testemunhar sobre a guerra? É neste ponto que fica impossível descartar a categoria do trauma.

O trauma, já discutido por muitos, implica no evento que deixa impressões na memória e no corpo, seja tanto de maneira individual como coletiva. Para Freud, a neurose traumática, causada por uma experiência exterior, faz com que o sujeito reviva, repetidamente, a vivência traumática, até mesmo enquanto dorme (FREUD, 2016, p.53). Ainda assim, é imprescindível que o fato traumático se torne uma lembrança para ser verdadeiramente considerado trauma, o que nos leva a pensar na importância e nos usos da memória, dado que o trauma carrega em si, um tempo próprio e envolve o tempo presente, do acontecimento e o tempo *a posteriori*, “que é o tempo da produção de sua significação, no qual pode ter lugar o sintoma” (BARATTO, 2009, p. 77). Sendo assim, o trauma depende da ação do sujeito diante da lembrança do acontecimento.

É essa ação, ou mesmo responsabilização do acontecimento que permite a superação do trauma (MBEMBE, 2014). Em povos marcados pela colonização e escravização – e Mbembe acrescenta o *apartheid* – o trauma é gerado por esses eventos. Em uma nação que já vive sob a égide de dois dessa tríade traumática, o tempo já está quebrado, o passado se mistura ao presente e impede um futuro se nada for feito. Daí as políticas de memória e a escrita para curar as enfermidades e a morte neste “corpo de lugar” onde a memória é reparada, afinal “se juntarmos a imaginação à memória, enriqueceremos precisamente o nosso conhecimento e a sua semântica



e pragmática” (MBEMBE, 2014, p. 209). A literatura é o resultado dessa junção. Em Nwapa, a consciência dessa ação para superação individual e coletiva do trauma aparece logo nas primeiras páginas quando ela afirma:

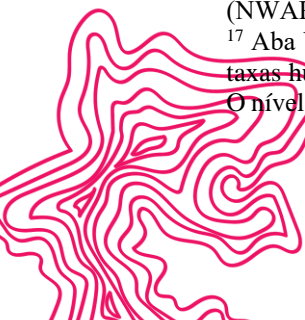
Eu queria viver para que eu pudesse contar aos meus amigos do outro lado o que significava estar em guerra – uma guerra civil, uma guerra que acabaria com todas as guerras. Eu queria contar a eles que ler sobre isso em livros não era nada; eles simplesmente não entenderiam. Eu compreendi. Eu ouvi o zumbido mortal dos projéteis. Nenhum livro nos ensinou isso. E nenhum professor nos fez ouvir os projéteis quando nos ensinaram sobre as inúmeras guerras encenadas na Europa Ocidental e na América. Mas eles não poderiam ter nos feito ouvir os bombardeios. Eles mesmos não tinham ouvido. Seus professores também não tinham ouvido.¹⁶ (NWAPA, 2020, n.p. Grifo Nosso. Tradução nossa.)

Nwapa percebe, assim, três pontos: primeiro que o trauma acontece apenas depois de um evento; segundo que ela precisava viver, ela precisava que seu testemunho fosse lembrado. Por último, mesmo que ela entendesse que outras pessoas não compreendessem como foi “ouvir o zumbido mortal dos projéteis”, ela insiste em escrever, provocando um movimento triplo: em que seus leitores ibos se identificam com sua vivência; os leitores de muitos anos mais tarde e até mesmo estranhos à Nigéria entendem a dor causada por uma guerra; e faz com que se crie – ou tenta fazer criar - um incentivo às instituições nigerianas para rememorar o conflito impedindo sua repetição e sendo, enfim, uma “guerra que acabaria com todas as guerras”.

Ao passo que representa sua memória da guerra, Nwapa apresenta algumas vivências femininas que perpassam mais o âmbito político social de maneira ativa e menos a posição social de submissão de gênero. Isso se dá devido à estruturação da sociedade ibo pré-colonial, que mesmo tendo se modificado no período colonial, manteve algumas especificidades até o pós-independência. Segundo Theodora Ezeigbo (2007), a sociedade ibo pré-colonial apresentava forte participação política por meio de instituições, ou mesmo coletivos de mulheres que, ao se organizar, eram capazes de reivindicar direitos, denunciar irregularidades e expressar opiniões. Algumas associações exerciam mais influência que outras, mas colaboravam entre si em caso de interesse em comum, como foi o caso da Guerra das Mulheres de Aba¹⁷. Contudo, todas proporcionavam uma ocupação política e social para as mulheres em

¹⁶ “I wanted to live so that I could tell my friends on the other side what it meant to be at war – a civil war at that, a war that was to end all wars. I wanted to tell them that reading it in books was nothing at all; they just would not understand it. I understood it. I heard the deadly whine of shells. No books taught us this. And no teachers made us hear shells when they taught us about the numerous wars staged in Western Europe and America. But they couldn’t have made us hear shelling. They had not heard it themselves. Their teachers had not heard it either. (NWAPA, tradução nossa)”

¹⁷ Aba Women’s War ou Guerra das Mulheres aconteceu em 1929 depois que o governo britânico decidiu impor taxas humilhantes como a contagem até das panelas das mulheres para fazer a contagem de bens dos moradores. O nível de desemprego já estava alto, houve aumento nas taxas escolares e nos alimentos. As mulheres protestaram



quatro associações principais, observadas na maioria das comunidades ibos: *Umuada* (Organização de Filhas Patrilineares¹⁸) que exercia grande influência e “tinha o poder de disciplinar esposas desviantes na patrilineagem e impor punições às infratoras”¹⁹; *Alutaradi* (Organização de Esposas Patrilineares) que, apesar de serem mais fracas, exerciam seu poder político estrategicamente através de greves de comida e de sexo, impondo a seus maridos a defesa de suas causas; *Nluika* (“aquelas que ficam em casa”²⁰) acontecia no caso de que em uma comunidade patrilineageira, a filha de um pai sem filhos fica em casa para produzir crianças – de preferência homens – que herdariam as propriedades de seu pai (do avô). A criança seria declarada filha do avô e as propriedades seriam administradas, de forma limitada, pela filha até que a criança tivesse idade para assumir; e *Woman Marriage*²¹ onde acontece o casamento entre uma mulher sem filhos e outra mulher com quem a aliança promove ascensão social, prestígio e status. (EZEIGBO, 2007, p. 152-153).

Para além dessas instituições cuja atuação implicava em um comportamento social, as mulheres ibo na situação pré-colonial exerciam funções econômicas: mulheres que proviam comida a partir do cultivo, venda, troca, importação e exportação, movimentando o mercado. Geralmente essas mulheres eram vistas com muito respeito e exerciam influência considerável nas decisões comunitárias (EZEIGBO, 2007, p. 154).

No que diz respeito ao período pós-independência, até 1966 a Nigéria teve pouca participação feminina no parlamento e em razão do poder descentralizado, apenas as mulheres do norte tinham direito à voto. Já a República de Biafra, sob o governo do Coronel Odumegwu Ojukwu durante a guerra, as mulheres ibo ocuparam diversos cargos, entre eles: postos na *Biafran Consultative Assembly*, uma espécie de Conselho para o Governo Militar Biafrense; nas corporações médicas; nas milícias civis; nos escritórios oficiais; nos diretórios de Inteligência, de Propaganda e de Alimentação; e até mesmo cargos diplomáticos (CHUKU,

então queimando edifícios públicos, praticando o “sitting on a man” em homens africanos que defendiam a administração colonial. A guerra durou aproximadamente um mês sendo duramente reprimida pela Coroa. Ver em: ALLEN, Judith Van. “Sitting on a Man”: Colonialism and the Lost Political Institutions of Igbo Women, 1972.

¹⁸ Organisation of Patrilineage Daughters. Tradução nossa. and the Alutaradi (Organisation of Patrilineage Wives)
¹⁹ “The Umuada had the power to discipline the erring wives in the patrilineage and impose punishment on such offenders.” (EZEIGBO, 2007, p. 152. Tradução nossa).

²⁰ A bibliografia é imprecisa se este termo pode ser pensado como “Dona de Casa”, porque pode haver divergências.

²¹ Recentemente se tornou conhecido no meio digital, o conceito de “esposas-marido” que correspondem à mesma prática vista em “Woman Marriage” da sociedade ibo.



2009, p. 94). Naturalmente, este é um reflexo claro da cultura ibo na estrutura de ocupação feminina em sua organização social.

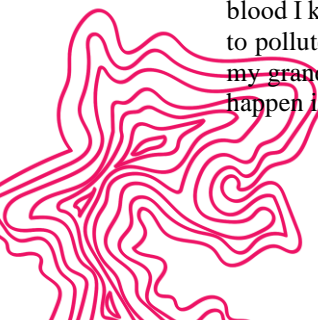
Flora Nwapa representa essa dinâmica com a personagem de Madame Agafa, uma mulher de aproximadamente quarenta anos, descrita como “altamente respeitada, temida e odiada” (NWAPA, 2020, p. 126. Tradução nossa)²². Em uma reunião da comunidade de Ugwuta em que se consideravam as próximas ações diante dos boatos de aproximação do Exército Nigeriano, Madame Agafa toma a palavra e faz um discurso acalorado em que reforça seu posicionamento a favor de Biafra – até porque uma opinião contrária resultaria em sua prisão, opiniões em que impõe características pejorativas aos nigerianos, conta sua história de vida, clama a Deus e aos presentes pela defesa da pátria e questiona seu gênero à divindade que a fez mulher a impedindo de lutar por Biafra no exército.

‘Meu caro povo de Ugwuta, os nigerianos não nos deixarão em paz. Os vândalos disseram que cometemos um crime ao abandoná-los. Vocês conseguem imaginar isso, minhas colegas mulheres aqui? Conseguem imaginar isso? Se você estiver lutando e for espancada e agredida. Você corre para casa e tranca a porta, impedindo o homem de bater em você. Então ele se vira e diz que você cometeu um crime. Um crime, meu povo. A covardia é um crime? Concordamos que somos covardes na Nigéria, não em Biafra. Defenderemos cada centímetro de nossa pátria. Deus está do nosso lado. Nós venceremos. Meu povo, nós venceremos. Só venceremos quando os senhores aqui se mantiverem firmes e defenderem nossa terra.’ [...] ‘Por que sou uma mulher? Deus, você deveria ter me feito um homem. Eu teria dito aos jovens, aos jovens cujo sangue sei que está fervendo em suas veias, sigam-me. Eu os guiarei. Lutarei contra os vândalos. Eles não terão permissão para poluir nossa pátria. Não terão permissão para colocar seus pés feios no solo de Ugwuta. Nunca na história, meus avós e bisavós nunca me disseram que Ugwuta sofreu com algum agressor. Isso não acontecerá em minha vida!’²³. (NWAPA, 2020, n.p. Tradução nossa)

Durante o pronunciamento (monólogo) de Agafa, Kate faz comentários em voz baixa com seu marido se perguntando o porquê de Agafa mentir tanto, mas ninguém a questiona. O papel político dela estava garantido, sua fala seria ouvida ainda que não contenha verdades e esconda seus medos visto que ao questionar seu gênero, ela *esquece* que a imposição de gênero

²² “Highly respected, feared and hated. (NWAPA, 2020, p. 126. Tradução nossa).

²³ ‘My fellow Ugwuta people, the Nigerians will not leave us alone. The Vandals said we have committed a crime by leaving them. Can you imagine that, my fellow women here? Can you imagine it? If you are fighting and you are beaten and battered. You run home and lock your door, barring the man beating you. Then he turns round and says you have committed a crime. A crime, my people. Is cowardice a crime? We have agreed that we are cowards in Nigeria, not in Biafra. We shall defend every inch of our fatherland. God is on our side. We shall overcome. My people, we shall overcome. We shall overcome only when you men here stand fast and defend our land. [...] ‘Why am I a woman? God, you should have made me a man. I would have said to the young men, to the youths whose blood I know is boiling now in their veins, follow me. I’ll lead you. I’ll fight the Vandals. They will not be allowed to pollute our fatherland. They will not be allowed to set their ugly feet on the soil of Ugwuta. Never in history, my grandfathers and great grandfathers never told me that Ugwuta had suffered from any aggressor. This will not happen in my lifetime!’ (NWAPA, 2020. n.p. Tradução nossa)

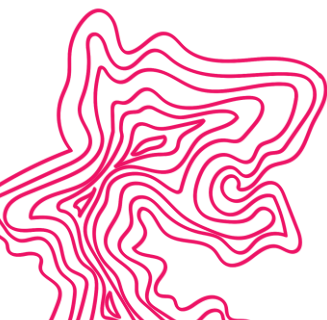


era posta apenas no exército e não às milícias civis que aceitavam mulheres desejosas de lutar pela causa.

Conceição Evaristo disse certa vez que escrevemos para sangrar e sangramos para nos curar. Fazendo um diálogo um tanto quanto (não)fronteiriço, este sangramento foi a escrita de *Never Again*, foi a tentativa de se curar do trauma do que foi vivido por três anos, mas que atormentaria a ponto de perturbar seu tempo presente. Nwapa, assim, sangra suas dores, seus anseios para perpetuar uma memória e suas observações sobre as continuidades sociais do gênero. Ela escreve e sangra para que a Guerra de Biafra seja, de fato, a guerra que acabaria com todas as guerras.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALLEN, Judith Van. “Sitting on a Man”: Colonialism and the Lost Political Institutions of Igbo Women. *Canadian Journal of African Studies*, VI, ii. 1972. p. 165-181
- BARATTO, Geselda. A descoberta do inconsciente e o percurso histórico de sua elaboração. *In: Psicologia, Ciência e Profissão*, vol. 29, n. 1, 2009, p. 74-87.
- CHAN, Maurício Aparecido. **Leituras sobre a Guerra de Biafra (1967-1970)**: as versões do conflito nos textos de História e Literatura. 2017. 62 f., il. Trabalho de Conclusão de Curso. (Bacharelado e Licenciatura em História)—Universidade de Brasília, Brasília, 2017.
- CHUKU, Gloria. Igbo Women and political participation in Nigeria, 1800s-2005. *In: International Journal of African Historical Studies*. v.42. n. 1. 2009
- EVARISTO, Conceição. Escrivência. Canal Leituras Brasileiras. Disponível em: <https://youtu.be/QXopKuvxevY> . Acesso em 28 de setembro de 2020.
- EZEIGBO, Theodora Akachi. Traditional women’s institutions in igbo society: implications for the igbo female writer. *In: African Languages and Cultures*. v. 3. n.2. 1990. p. 149-165.
- MBEMBE, Achille. As formas africanas de auto-inscrição. *In: Estudos Afro-Asiáticos*, Rio de Janeiro: Universidade Cândido Mendes, ano 23, n. 1, p. 171-209, 2001.
- _____. O pequeno segredo. *In: Crítica da razão negra*. 1.ed.Trad. Marta Lança. Lisboa: Antígona, 2014. p. 179-221.
- NWAPA, Flora. **Never Again**. Oguta: Tana Press Ltd. 2020. [e-book]
- SANTANA, Rafael Barbosa de Jesus. **História, trauma e pós-memória**: as representações da Guerra de Biafra (1967-1970) em *Meio Sol Amarelo*, de Chimamanda Ngozi Adichie. 2022. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em História, Porto Alegre, 2022.



Práticas religiosas de origem centro-africana no território colonial português

Ester Gonçalves Santos

Graduanda em História - Universidade Federal de Minas Gerais

Email: ester.gs@outlook.com

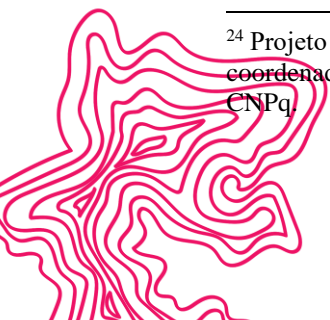
Resumo: Nesta comunicação pretende-se abordar alguns aspectos da produção historiográfica a respeito do “universo mental” dos escravos(as) e libertos(as), do ponto de vista da condição psicológica e da produção intelectual, visto que esta ainda é uma temática que possui muitas lacunas, sobretudo devido à complexidade metodológica que o trato com as fontes produzidas pelas elites escravistas exige, uma vez que é preciso “ler nas entrelinhas” para identificar o que pode ser considerado próprio do pensamento desses sujeitos (escravos, escravas, libertos e libertas) nas fontes. No entanto, investigar as “formas de consciência” e como os escravos(as) e libertos(as) pensavam a escravidão é de grande importância para compreender o que fundamentou o desenvolvimento das práticas culturais e religiosas, ou mesmo as formas de organização familiar e social dos escravos estabelecidas nos territórios luso-americanos. Isto, sem imputar a esses elementos uma ideia de permanência das “tradições” africanas de modo simplificador. Tendo isto em vista, a partir de uma breve revisão bibliográfica, pretende-se observar de que modo as manifestações culturais, na forma de práticas ritualísticas e religiosas de origem centro-africana, se constituem enquanto linguagens que expressaram o pensamento de parte dos cativos(as) e libertos(as) nos territórios de domínio português entre os séculos XVI e XIX, buscando identificar como a escravidão foi pensada e sentida pelos(as) africanos(as) e seus descendentes e quais implicações essa consciência teve sobre as reelaborações e ressignificações dessas práticas religiosas. E inversamente, pensar como as próprias práticas religiosas, consideradas aqui como linguagens, deram aos escravos(as) e libertos(as) um arcabouço para compreender a escravidão. Interessa pensar, portanto, de que modo os registros sobre o culto aos ancestrais na América, os registros sobre feitiçaria e cerimônias divinatório-judiciárias nos territórios coloniais em África e nas Américas, permitem visualizar que significados culturais essas práticas adquiriram frente ao colonialismo e, sobretudo, à condição de alienação escravista.

Palavras-chave: Práticas religiosas de origem centro-africana, Feitiçaria, Cerimônias divinatório-judiciárias.

Introdução

Esta comunicação é resultado de uma reflexão realizada a partir de uma breve revisão bibliográfica no âmbito do Projeto de Iniciação Científica “Práticas Religiosas de Origem Africana nos Cadernos do Promotor da Inquisição de Lisboa”²⁴. O objetivo geral dessa reflexão é identificar quais os significados culturais e sociais as práticas religiosas de origem centro-

²⁴ Projeto de pesquisa “Práticas religiosas de origem africana nos Cadernos do Promotor da Inquisição de Lisboa”, coordenado pelo professor Alexandre A. Marcussi no Departamento de História da UFMG, com financiamento do CNPq.

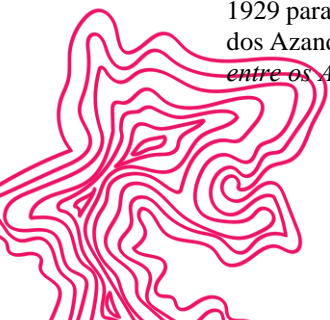


africana passaram a ter a partir de alguns processos coloniais e sobretudo da escravidão, visando compreender quais implicações a consciência dos escravizados a respeito da sua condição marginal teve sobre as reelaborações e ressignificações de algumas práticas religiosas. E, por outro lado, visa pensar como as próprias práticas religiosas, entendidas aqui enquanto linguagens, deram aos escravos(as) e libertos(as) um arcabouço para compreender a própria escravidão.

Tendo isto em vista, é válido abordar primeiramente por que é possível compreender práticas religiosas como linguagens. Para pensar isso, destaco a perspectiva de Evans-Pritchard (2005), que na primeira metade do século XX a partir de um estudo etnográfico entre os Azande²⁵ concluiu que a bruxaria mais do que uma prática religiosa era parte de um sistema de pensamento complexo e lógico naquela sociedade. No qual a bruxaria era tanto uma forma de comportamento quanto de pensamento, que não só explicava a origem do infortúnio para essa sociedade, mas se constituía como um sistema de pensamento capaz de dar sentido aos eventos físicos (naturais), aos objetivos de vida das pessoas, além de formar um sistema de valores que regulava a conduta e fazia parte da lógica que geria as relações de poder entre os Azande. Aqui as práticas centro-africanas de feitiçaria (e os ritos que se dão em torno dela, como as cerimônias de natureza divinatório-judiciária) e cerimônias terapêuticas (sobretudo os calundus), serão abordadas a partir desse prisma, sendo consideradas como ritualísticas, mas também como linguagens, ou seja, como práticas que se fundamentam em um sistema de pensamento lógico.

Cabe destacar também que as práticas religiosas de origem africana são consideradas aqui a partir da perspectiva de autores como John Thorton (2004), Sidney Mintz e Richard Price (2003) e Vanicléia Santos (2008), que não pensam as culturas de origem africana, e em especial as práticas religiosas, como permanências de uma tradição fixa – até porque as religiões africanas sofreram mudanças ao longo do tempo não somente em resposta ao contato com os europeus e à transferência pelo atlântico, mas devido à própria dinâmica interna das religiões – mas, como desdobramentos complexos de interações sociais diversas e da criação de novas instituições para dar sentido às relações e contemplar as atividades da vida cotidiana, que em última instância resultaram em permanências e inovações culturais e sociais. Isto levando em

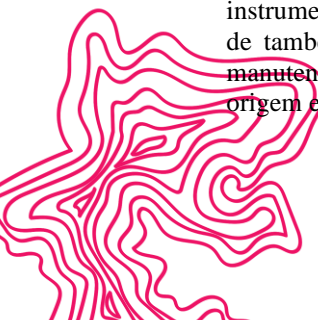
²⁵ Os Azande são um povo localizado no norte da África Central entre o Zaire (atual República Democrática do Congo), a República Centro-Africana e sul do Sudão. Evans-Pritchard fez uma incursão em campo entre 1926 e 1929 para fazer um estudo etnográfico e por meio dessa pesquisa identificou a centralidade da bruxaria para a vida dos Azande. Esse estudo resultou na tese de doutorado do autor e deu origem ao livro “*Bruxaria, oráculos e magia entre os Azande*” que foi publicado originalmente em 1937.



conta os espaços de negociação na dinâmica escravista, as estratégias de resistência e a própria influência cultural africana no caso das culturas “afro-americanas”, afinal, apesar da forte influência do monopólio de poder europeu, a imbricação, o trânsito de ideias e de formas culturais não aconteceu de forma unilateral.

Robert Slenes (2011) ao analisar as relações escravistas no Oeste paulista do século XIX (especialmente áreas de grandes lavouras) identifica, por exemplo, uma “gramática (profunda) da família-linhagem”, indicando que ao se encontrarem no Brasil diferentes etnias com diferentes sistemas de linhagem (matrilinear, patrilinear ou bilateral) teriam reconhecido uma “gramática” do parentesco em comum, que permitiu em uma situação limite que os cativos de diferentes sociedades pudessem manter, por meio de seus esforços, a organização da vida a partir do referencial africano de sociedade linhageira. Slenes fala ainda em uma certa “gramática do espaço”, identificando padrões arquitetônicos nas moradias dos escravos que remontariam a uma herança cultural africana. E citando Charles Joyner, fala também em uma “gramática culinária africana”, que de acordo com o autor remetia ao aspecto da ancestralidade, pois era conferido um sentido cultural à refeição, no qual por meio dos métodos de preparo, do zelo e dos temperos, se alimentava o corpo e a alma dos vivos e dos espíritos. O autor aponta ainda para evidências de permanência de práticas comuns na África Central relativas ao fogo, sugerindo que o fogo doméstico nos lares escravos também cumpria o propósito de formar uma identidade compartilhada ao ligar os vivos e os mortos.²⁶ O argumento do autor, portanto, é o de que nesse contexto (*plantation* em áreas de grandes lavouras no Sudeste (século XIX)) a herança cultural africana se mostrou presente, se manifestando de diversas formas: na configuração das famílias escravas, na arquitetura das senzalas, na forma de cultivo e caça, na alimentação, por meio do fogo doméstico e certamente, na religiosidade. Nesse sentido, constata que a evidência da recriação dessas e outras práticas sugere que a maioria dos escravos trazidos para o Sudeste do Brasil entre o fim do século XVIII e metade do século XIX, eram da África Central. E que o culto aos ancestrais, fortemente ligado à família linhageira, sobreviveu

²⁶ Em relação ao fogo, o autor exemplifica que para alguns povos africanos da região Mpangu, Nsundi, o fogo e a fumaça faziam parte de rituais e cerimônias comuns, que se relacionavam ao culto aos ancestrais, à outorga de autoridade e à proteção dos *minkisi*. Outro exemplo citado são os escritos de Peterkin sobre a Carolina do Sul, em que observa o uso do fogo e da fumaça semelhante ao dos *Ovibumbundu* e *Bakongo*, em que a fumaça servia como instrumento pelo qual os espíritos se manifestavam aos vivos, além de meio pelo qual ofereciam proteção. Além de também retratar um fogo antigo que nunca tinha sido apagado e que era considerado importante para a manutenção da sorte da comunidade. O autor indica que é provável que as práticas registradas por Peterkin tenham origem em povos bantu da África Central. (SLENES, 2011, p.239-261,77-137, 152).

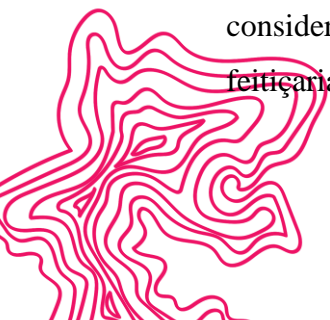


ao sistema escravista e foi recriado no Brasil a partir de “uma visão cosmológica comum a uma vasta área na África Central” (SLENES, 2011, p.252).

Mesmo levando em conta os exemplos citados, certamente não é possível falar em uma cultura escrava homogênea, nem entre os centro-africanos (SLENES, 1991-1992. p. 57). Mas, é possível identificar uma certa “gramática cultural”, que possivelmente bebe de várias referências étnicas, que permitiu que alguns elementos culturais de origem africana encontrassem possibilidades de existir, uns muito próximos de sua forma de origem, alguns sendo ressignificados e outros ganhando contornos bem diferentes, como os elementos mais sincréticos. E pensando em uma perspectiva próxima da Mintz e Price (2003) é possível identificar uma reelaboração da cultura, práticas e relações sociais de um conjunto de escravos envolvidos nas ritualísticas centro-africanas citadas inicialmente (feitiçaria, cerimônias de natureza divinatório-judiciária e cerimônias terapêuticas), considerando a permanência de um conjunto de valores, mas levando em consideração as possíveis discontinuidades e ressignificações, que denotam justamente a forma que esses códigos religiosos funcionaram na vida práticas de muito cativos. Tendo isto em vista, não cabe explorar extensivamente aqui cada uma dessas práticas religiosas, mas é importante compreender os pressupostos basilares do pensamento centro-africano, do qual se derivaram as práticas, e que tipo de reelaborações é possível identificar nos registros documentais.

O complexo cultural centro-africano

Conforme indicado por alguns estudos (CRAEMER; VANSINA; FOX, 1976; SLENES, 1991-1992, p.58,64), é possível afirmar que existe na região da África Central um complexo cultural comum que produziu uma afinidade entre as culturas dessa região sobretudo nos aspectos fundamentais das religiões. Essa cultura comum se baseia no chamado complexo cultural “ventura-desventura” ou da “fortuna-infortúnio”. A noção de fortuna se constitui a partir da ideia de que o estado natural das coisas é caracterizado pela harmonia e bem-estar, e esse bem-estar é entendido como resultante da relação harmoniosa entre os vivos e os espíritos (dos ancestrais ou da natureza). O infortúnio, por sua vez, é compreendido como resultado de intervenções sobrenaturais ou sociais sobre o bem-estar, em geral, atribuídas à feitiçaria, que seriam combatidas com auxílio de entidades espirituais (SLENES, 2011, p.151-157; MARCUSSI, 2022, p. 2, 15). É importante entender, porém, que apesar de muitas vezes ser considerada a origem das desventuras e desgraças individuais, a lógica existente em torno da feitiçaria dá ao infortúnio um caráter moral e social, na medida em que identifica esse



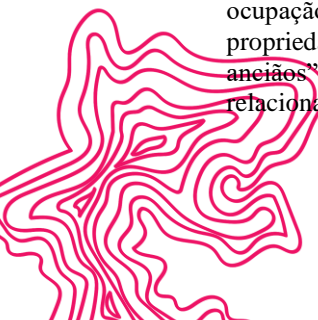
desequilíbrio do estado harmônico como resultado de ações antissociais por parte do(a) feiticeiro(a) – que estaria se utilizando de suas habilidades ou qualidades intrínsecas para fins ilegítimos: para agir contra seus possíveis desafetos.²⁷ Nesse sentido, o que difere o *muloji* (termo usado para “feiticeiro” em quimbundo) dos sacerdotes é justamente a intenção das ações, porque ambos eram vistos como pertencentes à esfera dos poderes espirituais, mas um atuando para fins próprios, enquanto o outro para fins coletivos e legítimos (MARCUSSEI, 2022, p.14, 16).

As cerimônias judiciárias, tem relação direta com a ideia de infortúnio e com a prática de feitiçaria. Os julgamentos *ambundos*, geralmente chamados de “juramento do *bulungo*” é um exemplo disso. Essa cerimônia designa um conjunto de ritos de natureza divinatório-judiciária em que os acusados são colocados a prova, geralmente com testes com veneno ou líquidos quentes, e se insere nessa lógica como uma ritualística que tem por objetivo identificar o culpado de algum crime ou transgressão, como a prática de feitiçaria. Nesse sentido, é possível compreender a feitiçaria não apenas como explicação para o infortúnio, mas como “uma linguagem usada para compreender, regular e resolver disputas interpessoais” (MARCUSSEI, 2022, p.5) e políticas eventualmente.²⁸

O aspecto da ancestralidade, por sua vez, se relaciona diretamente com a importância do parentesco nessas sociedades, uma vez que, os direitos e responsabilidades sociais eram transmitidos normalmente no interior dos grupos de parentesco. Nesse sentido, a ausência de parentesco e a ruptura com a ancestralidade poderia implicar, em última instância, em uma situação de submissão e dependência a um patrono. Essa submissão pode ser entendida como

²⁷ Entre os *Azande* a bruxaria é compreendida como uma característica física, ou seja, uma qualidade biológica intrínseca (a substância-bruxaria). Nesse sentido, a bruxaria é entendida como resultado de um ato psíquico, que poderia ser até mesmo involuntário, como os que aconteceriam em sonho ou realizados pelo espírito que poderia agir enquanto o indivíduo (bruxo) dorme. Logo, não depende da execução de ritos mágicos como a feitiçaria. (EVANS-PRITCHARD, 2005). Entre os *bacongos* também existe uma concepção parecida relativa à feitiçaria, se compreendendo que transgressões poderiam ser praticadas durante o sono pelos espíritos das pessoas, de modo que eram consideradas responsáveis pelas ações (MARCUSSEI, 2018a, p.24).

²⁸ As denúncias analisadas por Marcussi no artigo “Uma “caça às bruxas” centro-africana ...” (2022), são um exemplo revelador nesse sentido, além de exemplificar disputas entre a justiça local (de natureza divinatória-judicial, encabeçada pelos sacerdotes) e a justiça eclesiástica e inquisitorial (representada pelas autoridades religiosas portuguesas). Às motivações dos conflitos e acusações nesses casos estão ligadas ao surgimento de novas disputas políticas relacionadas ao direito a terra que passa a ter o referencial português da posse, que previa a ocupação a título privado, conflitando com o referencial local, já que nas “sociedades *ambundas*, não existia propriedade individual da terra, sendo o direito ao uso do solo e seus recursos regulado pelas linhagens e por seus anciãos” (MARCUSSEI, 2022, p.17). Essa conjuntura gerava, portanto, novos conflitos e atribuições de culpa relacionadas à feitiçaria que não eram possíveis antes da ocupação portuguesa desses territórios.



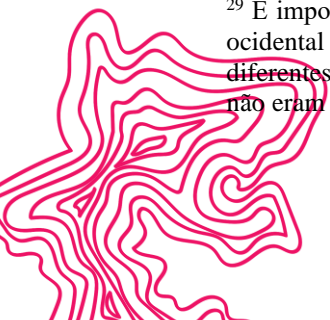
uma possível definição de “escravo” nas sociedades linhageiras (MEILLASSOUX, 1995).²⁹ Em razão disso, o culto aos ancestrais se constitui como uma prática de grande importância no contexto da escravidão em África e nas Américas, visto que essa ritualística representa uma manifestação simbólica do pertencimento a um grupo parental (MARCUSSE, 2018b).

As práticas religiosas de origem centro-africana e o contexto escravista

Um exemplo significativo de cerimônia vinculada ao culto dos ancestrais é os calundus. Uma prática ritualística que contava com música, cantos, danças e muitas vezes com fenômenos de transe espiritual. É importante compreender, no entanto, que a palavra “calundus” vincula os sentidos de doença, cura e entidade espiritual, e a compreensão dessas três possíveis designações da palavra permite entender a lógica que fundamentava a cerimônia dos calundus (MARCUSSE, 2018b, p. 22). Afinal, como afirma Alexandre Marcussi, “existia uma noção de ruptura das relações harmônicas com a ancestralidade que era central para a coerência interna da prática dos calundus” (MARCUSSE, 2018b, p. 26), uma vez que, para os centro-africanos a “doença dos calundus” era a expressão patológica de um desequilíbrio nas relações espirituais entre vivos e mortos. E a cerimônia dos calundus tinha por objetivo restabelecer ou manter as relações harmônicas com os espíritos ancestrais. Para tanto, era preciso honrar, muitas vezes com oferendas e uma cerimônia, o espírito do parente falecido, que era a causa da “doença dos calundus”, mas também a origem da cura intermediada pelo(a) calundzeiro(a) que consultava os espíritos (daí a relação entre doença, cura e entidade espiritual). Nesse sentido, essa cerimônia, pode ser entendida como uma linguagem do parentesco e da ancestralidade, que permitia a recriação, em solo americano, de uma forma de culto aos ancestrais africanos (MARCUSSE, 2018b, p. 34).

O culto aos ancestrais é, porém, uma atividade coletiva e pública que dependia de uma estrutura social formada pelos grupos de parentesco, no entanto, na América e em África sob domínio português essa articulação coletiva era dificultada. Primeiramente pela proibição oficial de realização de práticas religiosas que não fossem católicas, mas, sobretudo, devido ao comércio de escravos que levava à separação de muitos indivíduos de seus parentes e a própria mistura entre escravos de diferentes regiões. Esses fatores impossibilitaram, portanto, a regularidade do culto aos ancestrais. Alexandre Marcussi destaca que muitos dos centro-

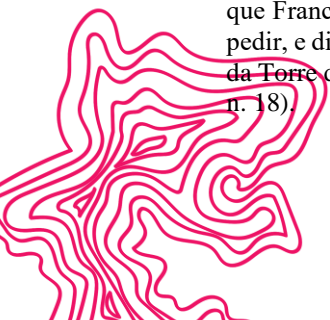
²⁹ É importante destacar, no entanto, que essa “escravidão” não corresponde ao conceito de escravidão moderna ocidental que é calcado na existência de um regime jurídico de propriedade privada sobre pessoas, além disso, nas diferentes sociedades africanas existiram configurações específicas de formas de subordinação de indivíduos que não eram semelhantes a relações escravistas necessariamente.



africanos em Angola e na América portuguesa eram afetados por perturbações e aflições que se manifestavam por meio de doenças somáticas, como a “doença dos calundus”, devido à angústia da ruptura com a ancestralidade e com o parentesco (o autor fala dos calundus como “doença endêmica” na América), sendo possível interpretar essas perturbações afetivas como resultado da percepção de alienação dos direitos parentais que como dito anteriormente, guarda uma possível associação com a condição de “escravidão”. Desse modo, a escravidão foi entendida muitas vezes como um distúrbio que deveria ser combatido ou curado. Robert Slenes (1991-1992) menciona alguns estudos que apontam para uma compreensão da escravidão como resultado de feitiçaria entre os centro-africanos, por exemplo. E é nesse sentido que Marcussi afirma que é possível “entender essas cerimônias como um código religioso por meio do qual os centro-africanos elaboraram um sistema de pensamento crítico em relação à escravidão” (MARCUSSEI, 2018b, p. 30).

É interessante notar que essa noção de “cura” da angústia da separação dos ancestrais ou angústia da escravidão, em alguns casos, produziu uma ressignificação da noção de ancestralidade que compõe as cerimônias dos calundus, visto que o sistema simbólico de representação dos espíritos ganha novos contornos na América portuguesa. Alguns registros mostram que os espíritos passam a ser representados pelos descendentes ao invés de pelos antepassados.³⁰ Conforme Marcussi, essa inversão se dá em razão da impossibilidade de os indivíduos escravizados e retirados dos seus grupos parentais originais manterem o culto ao ancestral comum. E sendo os novos vínculos construídos nas sociedades escravistas mais pertinentes do que os rompidos por causa do tráfico de escravos, os descendentes se tornaram o referencial que possibilitava a unidade em torno de uma mesma figura espiritual. O autor afirma que o “tratamento cerimonial dos descendentes (reais ou imaginados, concretos ou simbólicos) permitia, assim, solidificar ritualmente os vínculos e solidariedade no interior dessa comunidade” (MARCUSSEI, 2018b, p. 34). Essa reelaboração permite, portanto, a organização de novos grupos parentais e a retomada, a partir de uma nova configuração, das cerimônias ligadas ao parentesco. Além disso, constitui um código religioso que fundamentava uma compreensão específica sobre a condição social de escravo, além de fornecer as bases para uma

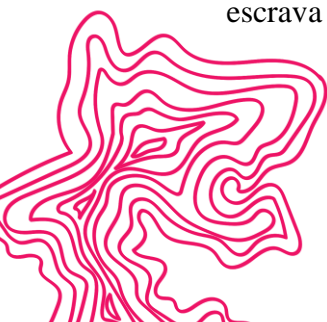
³⁰ Um exemplo interessante é o caso de Francisco Dombo, um negro escravo que fazia cerimônias de cura em sua casa. Testemunhas relatam, no entanto, que não era Francisco que curava, mas “seus filhos espíritos malvinos” e que Francisco gritava durante a noite pedindo “que lhe viesse dar vinho... dizendo que os seus filhos lho vinham pedir, e dizia que os meninos eram as almas dos meninos da sua terra, que vinham pedir vinho”. Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Tribunal do Santo Ofício, Inquirição de Lisboa, liv. 219, fl. 305-313 (Cadernos do Promotor, n. 18).



crítica social e política à escravidão, na medida em que indicava um referencial, um horizonte de “cura da escravidão”. Ou seja, uma utopia a respeito de um futuro fora da angústia da alienação dos direitos parentais e da ruptura com a ancestralidade.

Outra modificação na atribuição de sentidos vinculado à escravidão na América pode ser observado na denúncia analisada no artigo “Liberdade e Solidariedade...” (MARCUSSEI, 2018a). No caso que ocorre no Recôncavo Baiano no final do século XVII, Simão, descrito como negro forro, é acusado de feitiçaria por ter supostamente causado a morte de vários escravos da comunidade que ele fazia parte. Em razão disso, ele foi submetido a uma cerimônia judiciária semelhante ao “*jaji*” – cerimônia comumente praticada na África Centro-Ocidental no século XVII que se constitui sob as concepções cosmológicas centro-africanas relacionadas a noção de bem-estar e infortúnio tratadas anteriormente – e semelhante ao juramento do *bulungo*, também já mencionado (apesar desses nomes não aparecerem na documentação). Essa cerimônia foi conduzida por Grácia, uma calundzeira, isto porque uma calundzeira era sobretudo alguém que desvendava ou adivinhava coisas ocultas através dos espíritos. No caso das cerimônias judiciárias, a calundzeira era responsável por identificar e punir (possivelmente com a morte) quem supostamente cometeu o crime (no caso, feitiçaria), visando combater a causa dos infortúnios e restaurar a harmonia e o bem-estar (MARCUSSEI, 2018a).

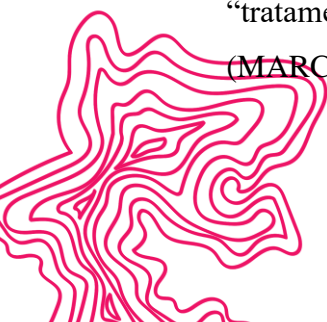
O que chama a atenção nesse caso é que Simão foi considerado culpado após ter sido submetido ao julgamento e ter havido uma disparidade no tratamento dos suspeitos. Outro fato curioso é que Simão é descrito várias vezes no processo inquisitorial como “escravo” mesmo se declarando liberto. O acusado diz que a principal justificativa para o julgamento tinha sido o fato de ser forro, ele suspeitava, portanto, de inveja dos demais escravos(as). Isto é interessante porque permite pensar sobre as concepções de liberdade, aparentemente conflitantes, que se apresentavam ali, uma vez que o africano Simão havia acessado a liberdade na forma de alforria, mas essa liberdade conflitava com as relações de solidariedade interna à comunidade escrava a que ele pertencia, e, para além disso, a alforria não havia garantido a ele uma situação de independência em relação à família de seu antigo senhor. Como visto anteriormente, um indivíduo sem laços parentais, e no contexto escravista sem redes de solidariedade grupal, era compreendido como um indivíduo em condição próxima à concepção ocidental de escravo. Ou seja, Simão apesar de juridicamente livre, não era reconhecido como tal por essa comunidade escrava e nem pela família para a qual continuava prestando muitos serviços.



Simão ocupava, portanto, uma posição liminar, em que perdera o lugar de pertencimento à comunidade escrava, mas continuava não desfrutando de uma condição real de autonomia. Logo, Simão “parecia estar sendo acusado por ser escravo mesmo após a liberdade, e por ter abandonado os irmãos de cativeiro” (MARCUSSEI, 2018a, p. 16). Sendo assim, por meio desse caso é possível observar as especificidades nas concepções de justiça, liberdade e harmonia social centro-africana e o quanto essas concepções pautam a centralidade do bem-estar social e solidariedade coletiva em detrimento da noção de liberdade individual que a alforria poderia conceder. Logo, as cerimônias terapêuticas e judiciárias podem ser interpretadas tanto como linguagem de crítica ao regime colonial e à escravidão moderno (sem ser necessariamente uma oposição absoluta e estrutural), mas pode ser vista também como expressão de resistência do pensamento centro-africano a respeito da solidariedade parental.

Considerações finais:

De modo conclusivo, portanto, é possível dizer que a feitiçaria enquanto linguagem oferecia ferramentas para lidar com os infortúnios (individuais ou coletivos) além de fornecer formas de compreender, regular e resolver conflitos (MARCUSSEI, 2022, p.16). As cerimônias terapêuticas, por outro lado, como linguagem expressam a concepção centro-africana de ancestralidade e parentesco, e por meio das perturbações afetivas e somáticas (a exemplo da doença dos calundus), resultantes da ruptura com a ancestralidade e laços parentais, esse código religioso expressa a elaboração de um sistema de pensamento crítico à escravidão, uma vez que essas doenças do corpo e da alma e a forma como lidavam com elas denotam a compreensão que esses indivíduos tinham da sua própria condição marginal. Além disso, a escravidão foi entendida muitas vezes como um distúrbio que deveria ser combatido, nesse sentido, essas práticas religiosas centro-africanas expressam também formas de consciência utópica dos escravizados (MARCUSSEI, 2015, p.15-90). Logo, as práticas religiosas aqui observadas, permitem visualizar as tais “novas instituições” criadas na América indicadas por Mintz e Price em *O nascimento da cultura afro-americana* (2003) – instituições essas que consistem em soluções criativas para dar significado a nova realidade, articulando passado, presente e futuro. Além disso, as práticas religiosas são evidências de que o pensamento intelectual centro-africano ou a “gramática cultural centro-africana” (SLENES, 2011) permitiu o desenvolvimento de uma consciência histórica e temporal que possibilitou a “cura” e ou o “tratamento” para as doenças que tinham como origem última a condição marginal de escravo (MARCUSSEI, 2018b, p.35). Assim como deram ferramentas para pensar questões como a



solidariedade, a formação de vínculos parentais, as disputas criadas entorno da transformação das relações sociais e um horizonte de expectativas para muitos escravizados centro-africanos ou que se apropriaram dessa “gramática cultural”.

Referências Bibliográficas

CRAEMER, Willy de; VANSINA, Jan; FOX, Renée C. Religious Movements in Central Africa: A Theoretical Study. **Comparative Studies in Society and History**, Cambridge: Cambridge University Press, v. 18, n. 4, p. 458-475, oct. 1976.

EVANS-PRITCHARD, Edward E. **Bruxaria, oráculos e magia entre os Azande**. Ed. res. Eva Gillies. Trad. Eduardo Viveiros de Castro. Rio de Janeiro: Zahar, 2005.

MARCUSSI, Alexandre Almeida. Cativeiro e cura: experiências da escravidão atlântica nos calundus de Luzia Pinta, séculos XVII-XVIII. Tese (Doutorado em História Social) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (FFLCH), Universidade de São Paulo (USP). São Paulo, 2015.

MARCUSSI, Alexandre Almeida. Liberdade e Solidariedade: visões sobre o cativeiro em um julgamento afro-baiano do século XVII. **HISTÓRIA (SÃO PAULO)**, v. 37, p. 8-24, 2018a.

MARCUSSI, Alexandre Almeida. Uma “caça às bruxas” centro-africana: os juramentos do bulungo em Massangano (Angola) em 1717. **Revista de História da UEG**, v. 11, n. 01, p. 1-27, 31 jan. 2022.

MARCUSSI, Alexandre Almeida. Utopias centro-africanas: ressignificações da ancestralidade nos calundus da América portuguesa nos séculos XVII e XVIII. **Revista Brasileira de História**, São Paulo: ANPUH, v. 39, n. 78, p. 19-40, 2018b.

MEILLASSOUX, Claude. **Antropologia da escravidão: o ventre de ferro e dinheiro**. Trad. Lucy Magalhães. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1995.

MINTZ, Sidney W.; PRICE, Richard. **O nascimento da cultura afro-americana: Uma perspectiva antropológica**. Rio de Janeiro: Pallas/Universidade Candido Mendes, 2003.

SANTOS, Vanicléia Silva. Mandingueiros no Brasil. In: As bolsas de mandinga no espaço Atlântico: século XVIII. São Paulo: 2008. 256 p. Tese de Doutorado em História Social, Universidade de São Paulo, p. 180-233.

SLENES, Robert W. “Malungo, ngoma vem!” África coberta e descoberta no Brasil. **Revista USP**, nº 12, p. 48-67, 1991-1992.

SLENES, Robert W. **Na senzala, uma flor: esperanças e recordações na formação da família escrava: Brasil Sudeste, século XIX**. 2ª ed. corrig. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2011.

THORNTON, John K. Religiões africanas e o cristianismo no mundo atlântico. In: A África e os africanos na formação do mundo Atlântico: 1400-1800. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004.



Pedindo a Maomé por uma boa fuga: Orações e tentativas de fuga enquanto características dos mouriscos do magrebe e da senegâmbia

Lucas Emanuel Rocha Vicente

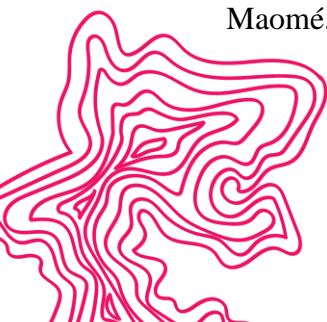
Doutorando em História - Universidade Federal de Juiz de Fora

lucas.vicente@estudante.ufjf.br

Resumo: Essa apresentação é um resumo do primeiro capítulo da minha dissertação defendida junto ao programa de mestrado da UFV. No capítulo analiso 11 processos contra mouriscos cativos presentes nos arquivos da inquisição portuguesa. Apresento os motivos e os significados atribuídos às expressões “terras de mouros” e “terras de jalofo” para além da localidade geográfica. Discutindo as motivações e limitações das tentativas de fugas desses mouriscos cativos para essas “terras”. Procuramos entender como as relações entre localidade e globalidade se davam para essas pessoas que tinham uma identidade religiosa, expressa através da manutenção de nomes arábicos, e objetivo material comum. Também buscamos encontrar evidências dos dois primeiros pilares do Islã, que são a profissão de fé e a oração, no discurso desses processados. Para analisarmos o modo como essas pessoas professavam sua religião e em que medida a compartilhavam com o conjunto global da comunidade muçulmana. Além disso, essa discussão se enquadra num campo mais amplo da historiografia. A explicação cunhada pelo colonialismo francês no Senegal, defendeu o conceito de *Islã Noir*, ou Islã negro. Esse islã, praticado pelas populações ao sul do Deserto do Saara era, supostamente, marcado por características animísticas presentes na cultura desses povos. Isso o tornaria inferior ao Islã ao norte do deserto, que seria um islã arábico. Para colocar essa explicação a prova observamos as semelhanças entre os pilares do Islã nas memórias dos africanos tanto da Senegâmbia quanto do Magrebe e percebemos que a definição ideológica de Islam Noir não se sustenta no século XVI. Também atestamos diferenças ao perceber como para os muçulmanos do Magrebe as refeições de cuscuz, apesar de ser traço marcadamente da cultura local, era entendido pelas pessoas como traço de identidade islâmica.

Palavras-chave: Islã, África, Inquisição

No contexto lisboeta de meados do século XVI, havia uma marcante presença de mouriscos, os quais eram frequentemente processados pela inquisição. A população portuguesa os identificava como muçulmanos africanos que haviam sido escravizados e levados para Portugal. Antes de entrar no reino, eles eram batizados de maneira meramente simbólica, mantendo, no entanto, suas tradições muçulmanas na nova comunidade europeia onde se estabeleciam. Essa realidade social afetava profundamente populações inteiras de africanos, muitos dos quais tentavam fugir, justificando suas ações com o desejo de retornar às terras de Maomé.



Nesse resumo, apresentarei o caso de dois mouriscos homônimos chamados António e seus processos inquisitoriais. Esses casos servirão para ilustrar de forma resumida os significados que eles e outros muçulmanos atribuíam às chamadas “terras de mouros”, geralmente localizadas no continente africano. Para esse propósito, é fundamental que as explicações históricas dialoguem com as discussões historiográficas.

É importante refletirmos sobre como o imaginário português estava marcado, naquela época, pela literatura existente. Entre os séculos XI e XVI, havia um forte sentimento anti-Islã presente nas crônicas e na literatura polêmica da Península Ibérica. A existência dessa tradição literária polêmica hispânica, que questionava o Islã e seus fundamentos religiosos, contribuiu para criar um retrato negativo do Islã e dos muçulmanos na sociedade cristã-ibérica. Esse retrato influenciou a perseguição realizada pelo Santo Ofício contra a comunidade mourisca.

Essa representação negativa do Islã e dos muçulmanos, difundida por meio da literatura e crônicas da época, teve um impacto significativo nas atitudes e percepções da sociedade cristã-ibérica em relação aos mouriscos. Através do Santo Ofício, as autoridades buscavam reprimir e converter aqueles considerados hereges, o que resultou em processos inquisitoriais e na perseguição de muitos muçulmanos convertidos. Portanto, a compreensão desse contexto histórico e literário é crucial para entendermos a dinâmica da perseguição e intolerância religiosa que afetou a comunidade mourisca naquela época. (RIBAS, 2021)

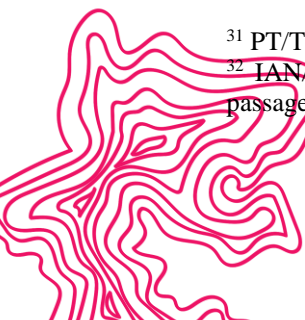
Nesse contexto, António³¹ foi submetido a um processo que durou quase um ano, ocorrendo entre os dias 26 de agosto de 1555 e 27 de junho de 1556. António era cativo do Duque de Aveiro e afirmava ser natural de Tetuão. Ele enfrentou acusações feitas por outro mourisco chamado Pedro, que disse:

e logo foi perguntado de que idade era e de onde era natural e quanto há que se tornou cristão e onde foi batizado disse que lhe é de idade de vinte anos e natural de Alcácer-Quibir e que havia quatro meses que foi feito cristão em seita e o batizaram na igreja da dita cidade e se não veio de sua terra por outro algum respeito se não para se fazer cristão todo lá seu pai e mãe em Alcácer-Quibir e que havia que está em casa do Duque três meses pouco mais ou menos.³²

Logo, podemos perceber a intenção de Pedro com suas afirmações. Por ser também da região do norte da África, ele logo afirma que veio para Portugal porque queria, de livre e espontânea vontade, se tornar cristão. No entanto, esse tipo de afirmação era bastante comum

³¹ PT/TT/TSO-IL/028/10827.

³² IAN/TT, Inquisição de Lisboa, processo 10827, fl. 2. Durante o texto corrido se optou por transcrever as passagens com o português corrente atualizando a grafia das palavras e a concordância



quando confrontado pelos inquisidores. As pessoas sentiam a necessidade de se proteger e adaptavam suas respostas para evitar possíveis punições por parte das autoridades com poder jurídico em caso de desvio do comportamento católico considerado ideal.

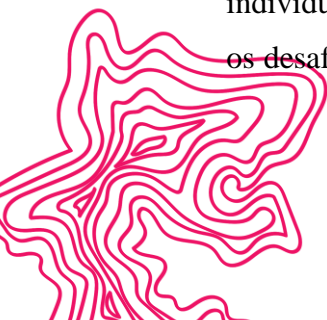
Diante da pressão da Inquisição e das consequências potencialmente severas para aqueles considerados hereges, é compreensível que Pedro, como outros mouriscos, tentasse apresentar uma narrativa que os colocasse em conformidade com as expectativas da Igreja Católica. Essa dinâmica revela as complexidades e os desafios enfrentados pelos convertidos ao cristianismo naquela época, que muitas vezes viviam sob a sombra da suspeita e da perseguição religiosa.

As afirmações de Pedro refletem a realidade da época, na qual as declarações dadas perante os inquisidores eram influenciadas pela necessidade de autopreservação diante de um ambiente de julgamento e perigo. Essa compreensão é fundamental para uma análise mais abrangente das experiências dos mouriscos convertidos e das dinâmicas sociais e religiosas daquele período.

Entretanto, essa relação processual se complexifica ao pensarmos que Pedro não era fluente em português, necessitando da ajuda de um intérprete. A análise de um processo criminal como fonte de informação permite que os historiadores compreendam as vozes e ações das vítimas, bem como os aspectos de produção do registro judicial. A importância dos registros judiciais reside em serem fontes ricas para a reconstrução da vida e ações dos indivíduos no passado. O papel do intérprete e do escrivão na mediação dos testemunhos e as semelhanças nos relatos são centrais nos significados dos depoimentos, permitindo aos historiadores obter *insights* sobre as experiências e narrativas dos indivíduos oprimidos e marginalizados nas sociedades.

A presença de um intérprete no processo de Pedro destaca as barreiras linguísticas que muitos mouriscos enfrentavam ao interagir com o sistema de justiça da época. Isso levanta questões importantes sobre a imparcialidade e a precisão dos depoimentos prestados e como a mediação de terceiros pode influenciar a forma como as informações são registradas e interpretadas.

Os registros judiciais oferecem uma visão valiosa sobre a vida e as experiências dos indivíduos historicamente marginalizados e oprimidos, permitindo aos historiadores examinar os desafios e as injustiças enfrentadas por essas comunidades. Além disso, eles fornecem uma



oportunidade para que as vozes das vítimas sejam ouvidas e consideradas na reconstrução da história.

Portanto, a análise desses registros judiciais não apenas enriquece nossa compreensão do passado, mas também contribui para uma narrativa mais inclusiva e abrangente da história, dando destaque às experiências e perspectivas daqueles que muitas vezes foram silenciados e negligenciados nas narrativas históricas tradicionais. (THOMAZ, 2015)

Pedro segue em seu relato acusatório contra António e diz:

Logo foi perguntado se sabia que alguns cristãos mouriscos se quisessem passar para terra de mouros para lá viverem na seita de Mafamede que dissesse a verdade se em ouvir alguma, disse que havia cinco ou seis dias que um mourisco do Duque que se chama António e um mouro que se chama Mafamede se queriam ir para terra de mouros e o dito António lhe disse a ele, Pedro, se queria ir com eles e por que iam com eles sete mouriscos dessa cidade e com eles dois eram nove e que ele declarante não sabe os nomes dos ditos sete mouriscos[...] mas que se os ver que os conhecerá e ele, Pedro, lhe disse que não queria ir com eles e eles todos lhe disseram que se não quisessem ir com eles que o matariam.³³

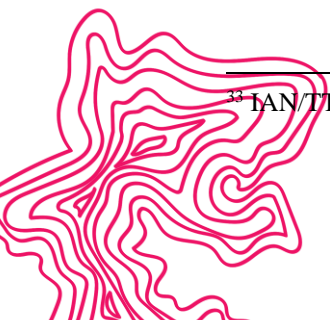
Portanto, já é possível concluir algumas coisas sobre as tentativas de fuga desses mouriscos. A primeira delas é a importância dos grupos. Apesar de virem de diferentes localidades nos continentes africanos, muitas vezes separadas por centenas de quilômetros, como no caso de Pedro e António, eles se enxergavam como potenciais aliados para a fuga em direção às chamadas "terras de mouros". Tetuão e Alcácer-Quibir se encontram separadas por cerca de 125 quilômetros, e é provável que alguns dos outros africanos que faziam parte do plano também fossem de localidades distintas.

Essa união e cooperação entre mouriscos de diferentes origens reflete a busca por segurança e proteção mútua diante das adversidades enfrentadas no contexto da sociedade cristã-ibérica. O desejo de retornar às terras de origem, onde sua fé e cultura eram respeitadas, unia esses indivíduos em uma luta comum.

Além disso, a identificação com a ideia de "terras de mouros" também mostra a força do sentimento de pertencimento a uma comunidade religiosa e cultural compartilhada, apesar das distâncias geográficas. Essa conexão com suas raízes e tradições desempenhou um papel central em suas decisões e planos de fuga.

A análise dessas tentativas de fuga e da colaboração entre mouriscos de diferentes origens contribui para uma compreensão mais abrangente das experiências e estratégias

³³ IAN/TT, Inquisição de Lisboa, processo 10827, fl. 2v



adotadas por essa comunidade marginalizada no contexto da sociedade ibérica do século XVI. Isso também destaca a importância do estudo das dinâmicas sociais e culturais para entender as motivações e ações dos indivíduos no passado histórico.

A explicação para a formação de grupos de fugitivos mouriscos é, em grande parte, material. De fato, a união de mais pessoas em um grupo poderia oferecer melhores condições para a fuga. Embora fossem cativos, sem dinheiro ou recursos significativos, a presença de um número maior de pessoas poderia fornecer uma força de trabalho coletiva e aumentar as possibilidades de obter recursos necessários para a travessia do Mediterrâneo, como ocorrido em outros casos.

A colaboração em grupo poderia tornar possível a realização de atividades que, individualmente, seriam mais difíceis de realizar, como o planejamento da fuga, a obtenção de informações e a busca por apoio externo. A força coletiva também poderia oferecer maior proteção durante a jornada, tornando menos provável que fossem capturados e recapturados pelas autoridades.

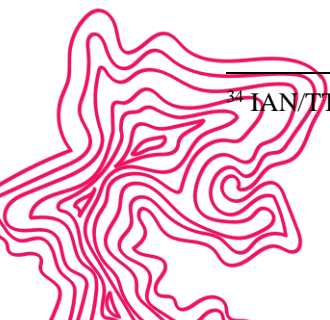
Além disso, a ajuda mútua e a cooperação dentro do grupo poderiam proporcionar um senso de solidariedade e apoio emocional em meio aos desafios enfrentados durante a fuga. A presença de um grupo permitia a partilha de conhecimentos, experiências e habilidades, contribuindo para a viabilidade do plano de fuga.

Portanto, a formação de grupos de fugitivos mouriscos não só tinha uma base material, mas também fornecia benefícios práticos e emocionais, fortalecendo suas chances de alcançar a liberdade e a busca por um lugar onde pudessem viver livremente de acordo com suas crenças e tradições.

Quanto à ameaça é evidente a tentativa de se proteger frente a inquisição do Pedro, se mantém. Como veremos abaixo o discurso de António constrói outra narrativa:

e sendo perguntado se ele e o dito Mafamede e assim cada um dos outros mouros fizeram ameaças ao dito Pedro dizendo-lhe que o matariam se não quisesse ir com eles e se ele por medo se quis ir com eles para terra de mouros, disse que não lhe fizera medo nenhum mas que ele, Pedro, de sua vontade se quis ir com eles para terra de mouros e quando o dito Pedro, viu vir o barco dos cristão que passava a remo então fugiu e foi chamar o estribeiro dizendo que os mouros do Duque e outros queriam fugir e então ele se foi para a casa e ficou na praia e pão e maçãs e água e tudo isso lhe pareceu que levou Emanuel Pla criado do Duque Aveiro um dos barris de água que levou o dono do barco por que tudo isso passou a noite em ponto.³⁴

³⁴ IAN/TT, Inquisição de Lisboa, processo 10827, fl. 4



O plano secundário apresentado por Pedro, caso a fuga não desse certo, revela a complexidade das relações entre os criptomuçulmanos e a inquisição portuguesa. Essa situação mostra que as dinâmicas sociais e culturais envolvendo a comunidade mourisca e a inquisição eram muito mais multifacetadas do que uma simples dualidade de dominadores e dominados.

A presença de micro escalas de poder entre os diferentes atores é uma das características importantes a ser considerada em análises sociais e culturais. Nesse contexto, a relação entre fugitivos como António e denunciante como Pedro ilustra como as pessoas podiam estar sujeitas a pressões e ameaças que afetavam suas decisões e comportamentos. Isso mostra que as ações individuais estavam frequentemente ligadas a uma complexa teia de fatores sociais, políticos e econômicos.

Embora Pedro e António apresentem diferentes perspectivas sobre os acontecimentos, é notável que haja concordâncias em alguns pontos de seus relatos. Essas concordâncias podem ser usadas para construir uma compreensão mais abrangente dos eventos e motivações subjacentes, bem como para desvendar as possíveis manipulações e distorções das informações apresentadas.

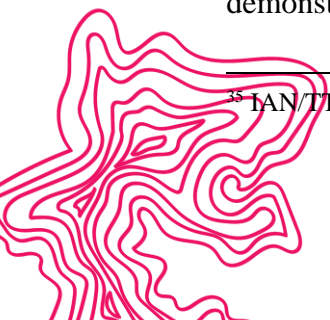
A análise cuidadosa dessas concordâncias e divergências nos relatos de Pedro e António é fundamental para alcançar uma visão mais completa da experiência dos criptomuçulmanos e de suas interações com a inquisição portuguesa e segue:

Logo foi perguntado se era verdade que ele, António, depois de cristão se quis ir para a terra de mouro junto com outros mouriscos cristãos para mais irem viver na seita de Mafamede e que dissesse a verdade nomeando os mouriscos que com ele se queriam ir e quantos são e se eram forros disse que havia quatorze dias pouco mais ou menos que ele e um mouro de casa que se chama Mafamede e assim, outro mourisco moço que está em casa que se chama Pedro e outro de fora que não conhece nem sabe como se chama e um vive onde fazem as celas que é mouro que se chama Abedul, Rahim, todos se concentraram para se irem para África³⁵

É de fato crucial notarmos que, embora esses mouriscos fossem batizados, eles ainda se conheciam por nomes árabes, como Mafamede, Abdul e Rahim. Essa prática de manter seus nomes árabes é um forte indicativo da sua identidade religiosa e cultural, pois esses nomes remetem às suas vivências anteriores à chegada em Portugal e refletem sua conexão com suas tradições e herança cultural muçulmana.

Essa persistência em usar nomes árabes mesmo após o batismo é significativa, pois demonstra que a experiência da escravização e da conversão forçada não apagou

³⁵ IAN/TT, Inquisição de Lisboa, processo 10827, fl. 3



completamente as suas raízes e identidade religiosa. Esses nomes são uma forma de resistência cultural, reafirmando sua identidade como muçulmanos em meio a um contexto social e religioso hostil. (MOTA, 2017)

Os registros inquisitoriais, embora sejam uma fonte valiosa de informações sobre as experiências dos réus e a dinâmica dos julgamentos, ainda são produtos criados por uma instituição específica, o que pode influenciar a perspectiva e a representação das informações. Os historiadores precisam abordar esses registros com uma análise crítica, buscando interpretar as vozes conflitantes presentes nos textos, como as dos réus e dos inquisidores, a fim de obter uma compreensão mais completa e contextualizada dos eventos históricos. (GUINZBURG, 1991)

O outro António³⁶ foi processado entre 18 de fevereiro de 1564 e 04 de maio de 1566. Ele é identificado pela documentação como preto Jalofo o que nos permite apontá-lo como natural da região de Senegâmbia, ao sul do deserto do Saara. Ele é denunciado por um homem chamado Simão, que alega ter ouvido António dizer: “que os levem a Berbéria”³⁷. Em sua confissão ele explica os motivos de querer fugir para as terras de mouros:

se ia para terra de mouros e para que e com quais pessoas havia de ir, que dissesse a verdade de tudo [...] e disse que havia quinze dias pouco mais ou quase um mês que um outro preto Jalofo que também se chama António como ele [...] mais velho já barbado com algumas cans[?] já na cabeça, cativo de João de Paiva que vive a Boa Vista, onde foram as bombas, disse a ele, confesso, estando lá em cima no castelo ambos, onde também o dito João de Paiva estava preso que se fosse para terra de mouros porque o senhor estava mal com ele e não lhe dava de vestir, nem de comer e que andava sem calças e lhe faltaram nisto por vezes e vendo ele, confesso, que lhe faltavam tantas vezes nisto lhe disse, irmão vamos.³⁸

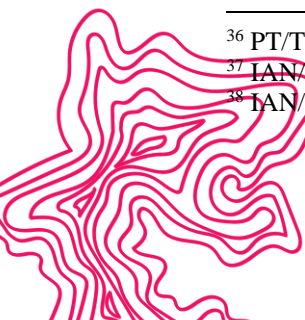
Compreender a qualidade de vida dos escravizados mouriscos em Portugal durante esse período histórico nos mostra que suas condições eram extremamente precárias. A situação econômica difícil em que se encontravam muitas vezes impulsionava a decisão de tentar fugir. A memória de suas vidas como muçulmanos na África ainda era vívida e os fazia ansiar por um retorno para lá, acreditando que poderiam alcançar melhores condições materiais e uma vida mais digna.

A esperança de retornar às "terras de mouros" estava relacionada não apenas ao desejo de liberdade religiosa, mas também à perspectiva de uma vida mais próspera. Essa esperança

³⁶ PT/TT/TSO-IL/028/10862.

³⁷ IAN/TT, Inquirição de Lisboa, processo 10862, fl. 3v.

³⁸ IAN/TT, Inquirição de Lisboa, processo 10862, fl. 10.



de encontrar melhores condições de vida e uma identidade cultural mais próxima das suas raízes incentivava a busca por uma fuga coletiva. Mas o relato segue:

E lhe disse o dito António, que haveria uma alcarpa de seu senhor e que a venderia para pagar a barca e para comprarem alguma coisa mais para levar e que falaram a sós com um barqueiro que vive junto ao dito João de Paiva que se chama António Fernandes que os levasse para terra de mouros e que o dito António Fernandes lhes disse que os levaria e os deixaria em qualquer terra de mouros na praia.³⁹

A resposta do barqueiro ao mencionar que estaria disposto a deixá-los em "qualquer terra de mouros" é um indício interessante de como a ideia de "terras de mouros" na comunidade mourisca em Portugal era abrangente e simbólica. Essa noção não se limitava a uma localidade geográfica específica dentro do Norte africano ou da África Ocidental, mas carregava um significado mais profundo de liberdade física e espiritual.

Para os mouriscos lusitanos do século XVI, a ideia de "terras de mouros" transcendia as fronteiras geográficas e se referia a um espaço onde eles poderiam viver livremente de acordo com suas crenças e tradições culturais, longe da opressão e perseguição que enfrentavam em Portugal.

Um ponto interessante é quando António menciona a tentativa de fuga de sua amiga, Antónia. Ele tenta transferir a responsabilidade pela ação para ela, afirmando que foi a própria Antónia quem insistiu para que ele a acompanhasse na fuga, e não por vontade própria. Essa tentativa de transferência de responsabilidade pode ser uma estratégia para minimizar as consequências de seus atos perante o inquisidor, já que ele poderia ser menos punido caso fosse visto como coagido ou influenciado por outra pessoa.

Com base nas evidências apresentadas em sua confissão, podemos afirmar com segurança que essa vontade de retornar para "terras de mouros" e recuperar a liberdade constituía um desejo compartilhado pela comunidade mourisca investigada.

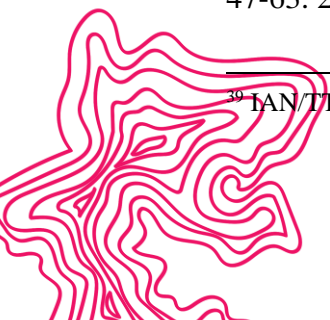
Referências Bibliográficas

ABUN-NASR, Jamil M. (Ed.). **A History of the Maghrib in the Islamic Period**. Cambridge University Press, 1987.

BARRY, Boubacar. **Senegambia and the Atlantic slave trade**. Cambridge University Press, 1998.

BUONO CALAINHO, D. Africanos penitenciados pela Inquisição portuguesa. **Revista Lusófona de Ciência das Religiões – Inquisição em África**. Lisboa. Ano III. Número 5/6. p. 47-63. 2004.

³⁹ TAN/TT, Inquisição de Lisboa, processo 10862, fl. 10.

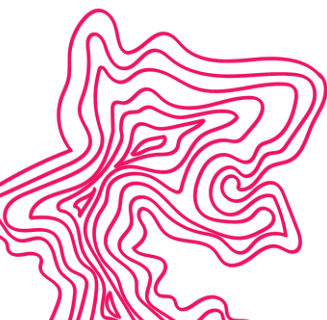


GEERTZ, Clifford. **Observando o Islã: o desenvolvimento religioso no Marrocos e na Indonésia**. Trad. Plínio Dentzien. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed. 2004.

GINZBURG, Carlo: "O inquisidor como antropólogo: Uma analogia e as suas implicações" in: **A micro-história e outros ensaios**. Lisboa, Difel, 1989.

MOTA, Thiago Henrique. Instrução islâmica na Senegâmbia e práticas de muçulmanos africanos em Portugal: uma abordagem atlântica (séculos XVI e XVII). **Estudos Históricos (Rio de Janeiro)**, v. 30, p. 35-54, 2017.

RIBAS, Rogério de Oliveira. **Filhos de Mafoma. Mouriscos, cripto-islamismo e inquisição no Portugal quinhentista**. Niterói: EDUFF. 2021



História da Educação enquanto campo de pesquisa (séculos XIX e XX)

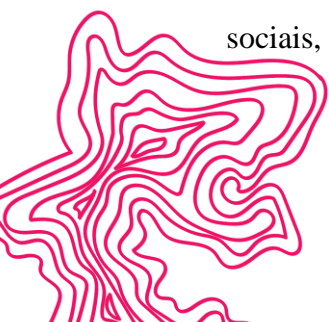
Carolina Giovannetti

Doutoranda em Educação - UFMG

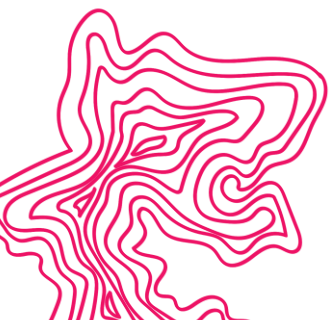
Bruna Reis Afonso

Doutoranda em Educação – UFMG

Este Simpósio Temático visa reunir de uma forma ampla e abrangente as pesquisas, discussões, debates e reflexões acerca da educação nos séculos XIX e XX, como objeto da pesquisa histórica, de modo que seja possível vislumbrar aspectos políticos, sociais e culturais que permearam conjuntamente a sociedade no neste período. Para apurar a compreensão da realidade educacional, é essencial apropriar-se da História da Educação enquanto campo de pesquisa, visando analisar as mudanças, permanências e rupturas pelas quais a sociedade passa ao longo do tempo. A educação não se restringe ao seu aspecto escolarizante, ao contrário, ao longo da história diversas práticas educativas ocorreram independentemente da existência de um sistema escolar. Assim, investigar os valores e as práticas educacionais de determinados grupos sociais pode revelar questões não só sobre a formação dos sujeitos, mas também da própria cultura e sociedade em que estão inseridos. As pesquisas em História da Educação no Brasil seguem as tendências e os procedimentos da historiografia e não se constituem como uma abordagem autônoma, sendo que as pesquisas relacionadas à história da leitura, dos impressos, da cultura escolar, das instituições, dos intelectuais dentre outras, dialogam especialmente com a História Cultural e com a Nova História Política. Compreendemos que, a sociedade, que se configurou a partir dos Oitocentos, nos apresenta importantes transformações econômicas, sociais, políticas e culturais. Desde o processo de independência, aos diferentes projetos de nação propostos agregaram-se diferentes propostas de educação. São variabilidades expressivas que refletem o modo como as ideias pedagógicas influenciam e são influenciadas pelos pensamentos e pelas concepções de mundo que permeiam a nossa sociedade ao longo deste período. Tendo em vista, a complexa gama de práticas educativas, políticas públicas para a educação, os sujeitos e suas propostas de formação, os suportes e mídias produzidos e sua articulação com as intensas transformações políticas ocorridas entre os séculos XIX e XX, serão bem-vindos trabalhos que explorem as relações entre a Educação e as diversas realidades sociais, políticas e culturais nesse período no Brasil. Bem como, propostas de pesquisas que



coadunem as experiências educacionais não somente nos espaços escolares, na intenção de contribuir com o desenvolvimento da pesquisa em História da Educação.



História do tempo presente nos livros didáticos: a Redemocratização e a campanha das Diretas Já (1985 – 1994)

Letícia Ribeiro Afonso

Mestranda em História - Universidade Federal de Ouro Preto

Email: leticiaarafonso1@gmail.com

Resumo: O presente trabalho propõe analisar as construções das narrativas produzidas sobre o período de Redemocratização brasileira e o seu reflexo nas produções didáticas ao mesmo tempo, em que narra a História do Tempo Presente. Procura-se compreender como esse período interferiu nas construções didáticas e pedagógicas na história do ensino de História, levando em consideração o seu aspecto metodológico, historiográfico, discursivo e temporal. Os debates em torno dos movimentos sociais brasileiros vêm acontecendo tanto em seu campo específico, quanto nos debates públicos. Simultâneo a eles, as discussões a respeito da História do Tempo Presente também têm se tornado recorrentes, proporcionando uma maior demanda historiográfica. Dessa maneira, é possível reconhecer o uso desses passados como possibilidade de enfrentamento de questões entre a memória e a história. Uma vez reconhecida essa hipótese, as produções sobre o período de Redemocratização e a construção dos livros didáticos e das narrativas produzidas por eles, se inserem nesse campo de simbiose de produções da historiografia do tempo presente. Tais debates e processos carregam uma importância política, epistêmica e pedagógica de lembrar e compreender as narrativas produzidas e representadas nos livros didáticos, cujas consequências não se esgotaram com o término dessas experiências. Sendo assim, junto à compreensão política e pedagógica dessas narrativas, produções e discursos tornam-se fundamentais na análise desses repertórios como meios educativos, de produção de conhecimento histórico e de sensibilidades, tendo em vista que essas ações tematizam sistematicamente um passado coletivo e afetivo, recuperados pela História do Tempo presente. Cabe ressaltar que este breve artigo é decorrente de uma nova reflexão sobre a minha pesquisa de Mestrado, ainda em desenvolvimento e, por esse motivo, os resultados apresentados aqui são preliminares.

Palavras-chave: Diretas Já, Livro didático, Ensino de história, História do tempo presente.

Introdução

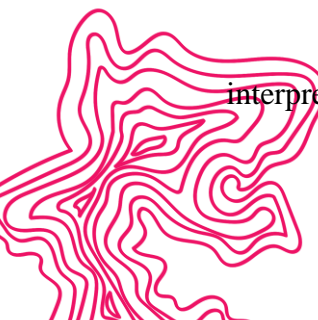
Pierre Rosanvallon (1996) define que os momentos de crise e as consequências dos seus impactos podem se caracterizar como o momento ímpar que permite que o processo de entendimento da História aconteça. É a partir da instabilidade que as rupturas e continuidades são firmadas, em que novas concepções são admitidas e que um novo momento pode ser reconhecido.

Esse momento de transformação a partir da integração do novo também pode ser interpretado como resultado da dinâmica do acaso. Para *Koselleck* (2006), essa categoria

XI Encontro de Pesquisa em História da UFMG - ISBN: 978-65-01-11103-2

2023

134



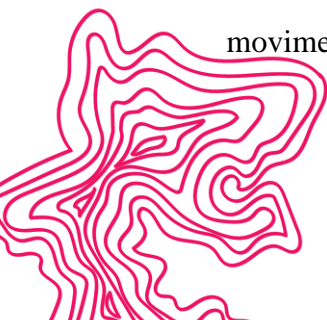
pertence exclusivamente ao presente. Com base na perspectiva historiográfica, ele é considerado uma categoria a-histórica, justamente por ser concebida a partir do novo, do imprevisível. A relevância de tais considerações para nós, aqui, reside no momento em que pensamos nas singularidades históricas e nas possibilidades de um fato poder ou não se realizar, já que surgem no espaço de experiência e da liberdade humana. A maneira como as Diretas Já surgiu no horizonte político brasileiro pode não ter sido fruto do acaso e, a possibilidade de discussão sobre isso se estende de maneira infinita, mas a enorme adesão popular e artística ao movimento, por outro lado, pode ser considerada, principalmente quando usamos como referência a literatura que coloca o protagonismo sob os políticos de oposição.

Ao considerarmos o espaço em que essas manifestações ocorrem, podemos analisar também as transformações sociais suscitadas por essas conquistas, exigindo um olhar retrospectivo sobre essas dinâmicas. Esse lugar, relativamente autônomo, composto pelos seus agentes e instituições que os produzem, são capazes de reproduzir e difundir um microcosmo que existe sob a premissa de ter regras próprias.

Essa presença assídua de práticas urbanas, envolvendo a participação ativa dos setores das classes populares, pode ser vista como um dos indicativos de que o país já caminhava para a reorganização de suas instituições. Além de tudo, pode-se perceber a existência do esforço para que houvesse a visibilidade e a legitimação, no espaço público, das lutas urbanas e da melhoria da qualidade de vida dos seus integrantes.

A Campanha das Diretas deu forma para uma variedade de práticas urbanas populares, espalhando-se por todo território nacional, com uma multiplicidade de formas bastante específicas. Essas movimentações trouxeram para a política brasileira a sua contribuição como instrumento de inserção e ampliação do conceito de cidadania, ao mesmo tempo, em que emergiam de um contexto social de crise, em um ambiente heterogêneo e vasto.

Ao relacionarmos o espaço em que essas movimentações acontecem com o tempo em que elas surgem, podemos perceber uma narrativa de participação que, além de buscar afirmar elementos do direito à cidadania, é associado à ideia de transformação social, aos ideais de justiça e à construção participativa das novas relações entre Estado e sociedade. No nosso caso, a Campanha das Diretas encontrou espaço nas ruas das principais capitais dos estados brasileiros e as ruas das cidades transformaram-se em palco para tais acontecimentos e movimentações. No entanto, isso não anula a sua expressão no interior do país e nem no



Parlamento, considerados por muitos autores dessa literatura, como os lugares em que as movimentações das Diretas Já também se sucederam.

Buscando resultados efetivos, as movimentações sociais urbanas foram pautadas na autonomia e na esperança de seu reconhecimento, principalmente na aprovação da Emenda Dante de Oliveira. Houve uma organização que envolveu diferentes setores da sociedade que buscava, acima de tudo, uma reivindicação de direitos democráticos que se projetou no cenário público. Esse movimento pode ser, ainda, considerado uma resposta à própria violência institucional do Estado que, garantidamente, afetou as populações na esfera do seu cotidiano.

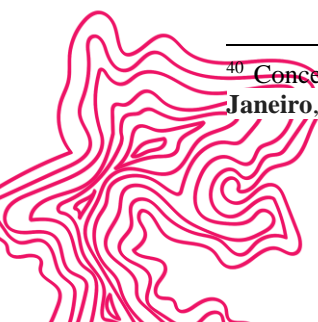
A presença espontânea da maioria da população na criação de novos significados para a cultura política não pode ser menosprezada, mesmo que o objetivo central das Diretas Já não tenha sido alcançado. Adquirindo diferentes formas organizativas, ao se inscrever no centro dos valores políticos, a mobilização popular pode conquistar a questão social, conduzindo-a, por consequência, à ação estatal para a sua formalização institucional. As classes populares, vindas de um lugar específico, passam a contribuir na formulação dessas práticas e, desse modo, garantem também a sua duração e efetivação no tempo.

Evidentemente, falar sobre a construção de um evento histórico implica na construção de uma narrativa, importantíssima para a sua compreensão. Para *Hayden White* (1998), o que deve ser discutido não se restringe aos fatos em si, mas diz respeito também à condição de que tais fatos podem ser vistos como agentes de significados diferentes, uma vez que são as circunstâncias que caracterizam um *evento modernista*⁴⁰. Por esse motivo, as narrativas sobre os livros didáticos adquirem posição central nesse estudo.

Entender a abertura democrática implica, diretamente, na compreensão das produções didáticas e nas suas transformações a partir da década de 1980. Por esse motivo, torna-se fundamental atribuir um olhar minucioso para as renovações que atingiram o campo educacional, as questões que tiveram implicação direta e, principalmente, as suas consequências práticas, materializadas nos livros didáticos produzidos após todas essas mudanças.

Não basta perceber tais transformações por meio dos livros, é preciso estar atento às políticas públicas e às legislações que passaram a servir como instrumento de controle. Ao ampliarmos o debate, encontramos uma série de questões que vão desde a identidade dos

⁴⁰ Conceito utilizado por Hayden White em: WHITE, Hayden. O evento modernista. **Lugar Comum, Rio de Janeiro**, n. 5-6, p. 191-219, 1998.



autores dos livros didáticos, sua forma de produção e distribuição, até o crescimento de sua produção e a sua inserção no mercado, uma vez que o livro passa a se configurar como um produto da ordem capitalista, produzindo lucro e transformações no mercado editorial.

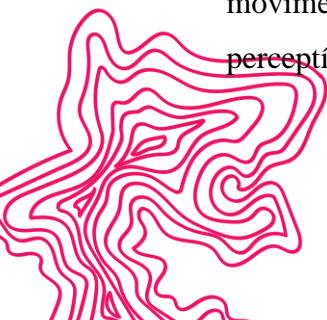
Os debates em torno dos movimentos sociais brasileiros vêm acontecendo tanto em seu campo específico, quanto nos debates públicos. Simultâneo a eles, as discussões a respeito da História do Tempo Presente também têm se tornado recorrentes, proporcionando uma maior demanda historiográfica. Dessa maneira, é possível reconhecer uso desses passados como possibilidade de enfrentamento de questões entre a memória e a história. Uma vez reconhecida essa hipótese, as produções sobre o período de Redemocratização e a construção dos livros didáticos e das narrativas produzidas por eles, se inserem nesse campo de simbiose de produções da historiografia do tempo presente.

Além disso, é possível perceber que a participação popular do período era sinônimo de renovação social. A década de 1980 teve como premissa a ideia de poder popular ativa que expressa suas vontades e que busca, constantemente, transformações sociais. As formas, as bandeiras e as reivindicações desses movimentos deixam em evidência a base social no momento de sua mobilização, no entanto, o seu desenvolvimento e a orientação por eles adotada depende da luta entre as forças políticas organizadas que neles atuam ou intervêm. Isso pode significar, acima de tudo, que o campo de ação dos movimentos populares é amplo e aberto, explicando a enorme heterogeneidade e diversidade deles.

A Campanha das Diretas Já

É incontestável que a década de 1980 foi marcada por uma série de mudanças irrefutáveis, em variados campos e de maneira heterogênea. O século XX, desse modo, reúne uma série de transformações que, quando vistas de maneira síncrona, evidenciam transições e alternâncias de paradigmas, de conceitos e de metodologias, de organização e de formas de poder, da percepção do tempo e das marcações temporais, impulsionadas, sobretudo, pelo estabelecimento e reconhecimento da modernidade.

Num processo de desnaturalização de pressupostos básicos e de conceitos admitidos, até então, como verdades absolutas, torna-se possível perceber o surgimento do agora, do presente instantâneo e de uma concepção transformadora, que nasce e vive a partir de um movimento constante da História. No campo político, tais movimentações também foram perceptíveis, uma vez que, durante esse mesmo período, tornou-se possível constatar inúmeras

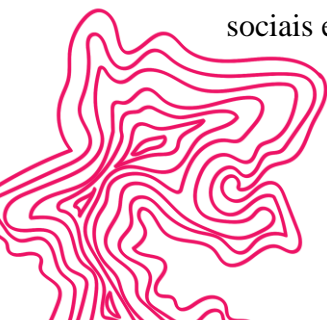


renovações, principalmente nas suas formas de organização. Na América do Sul, por exemplo, entre 1960 e 1990, mais de uma dezena de países latino-americanos viveram a transição democrática ao interromper o regime ditatorial e dar início aos regimes democráticos representativos.

Por mais que haja especificidades nas histórias desses regimes militares e nas suas respectivas experiências de transição, em termos gerais, existem alguns pontos em comuns. Tais movimentos de democratização foram marcados por conflitos e negociações que, mesmo causando diferentes impactos, não resultaram na instituição geral da democracia. Em muitos casos, a retomada democrática foi um processo lento, permeado de tensões, avanços e retrocessos, continuidades e descontinuidades. Mesmo inaugurando um regime, incontáveis permanências compunham o quadro de singularidades dessas transformações. No entanto, no presente trabalho, torna-se impossível adentrar de maneira profunda na discussão historiográfica sobre o tema proposto e isso deve ser levado em consideração.

Além disso, torna-se possível identificar alguns dos indicativos que anunciavam o fim dos regimes militares. A insatisfação social com o governo pode ser considerada um exemplo. Houve, simultaneamente, o processo de constituição dos novos sujeitos e atores políticos que, insatisfeitos com os respectivos governos, tornaram-se ativos e atuantes socialmente. No Brasil, tais insatisfações evoluíram ao ponto de inaugurar um tipo de movimentação social e coletiva jamais vista antes e, desse modo, as Diretas Já surgiram como um movimento político-popular que visava pressionar o governo para a realização das votações diretas para Presidente da República do Brasil. Essa atuação foi realizada em diversas cidades do país, durante os anos de 1983 e 1984 e, num movimento crescente, ganharam cada vez mais notoriedade, levando gradativamente mais pessoas para as ruas. A democracia, desse modo, torna-se o objetivo final a ser conquistado e quando inserida nesse cenário, aparece como um valor universal.

Numa afirmação constante de que as Diretas precisavam acontecer *Já*, esse adverbio passou a representar um lema político e uma sensibilização que deveria acontecer naquele momento, no agora e no presente. Ao colocarmos essa movimentação no centro do debate proposto aqui, procura-se entender as Diretas Já como um evento que, além de ter alterado a realidade vivida, também partiu do pressuposto de que as mudanças e as novidades aconteceriam, mesmo existindo a permanência e a manutenção de antigos fatores políticos, sociais e organizativos.



Toda essa atmosfera de oportunidades e de esperanças de um futuro promissor, com novas possibilidades democráticas, crescia e tomavam conta, principalmente, as figuras políticas e dos partidos de oposição ao governo. No entanto, ainda havia certo clima de dúvida e receio da sua efetivação e duração. Ao se tornar um anseio nacional, os anos 80 tornou-se palco de uma série de mobilizações políticas e sociais, funcionando como um mecanismo de materialização da vontade coletiva.

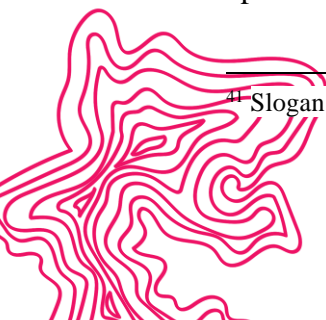
Todas essas expectativas foram se agrupando sobre o dia 25 de abril de 1984. A Emenda Dante de Oliveira se tornou um imperativo e um anseio que se revelava a partir do desejo de uma transformação significativa na dinâmica da vida política brasileira. No entanto, a Emenda foi vetada. O silêncio penetrou sobre uma multidão que gritava: “Eu quero votar para Presidente!”⁴¹. A decepção foi incontestável e, por mais que a possibilidade de mudança e de ruptura tivessem sido vistas como um panorama palpável, a sombra do antigo regime pairava sobre todos, fazendo com que a realidade ainda fosse testemunhada pela sombra da Ditadura. O povo, antes visto como agente de mudança. Perdia o protagonismo e era, mais uma vez, colocado como figurante na ordem ditatorial.

No entanto, por mais que a emenda não tenha sido aprovada, o movimento produziu uma discussão na sociedade brasileira. As ações produziram um tipo de legado que contribuiu para os debates e as pressões exercidas no processo de transição política brasileira, servindo como ponto de partida para disputas políticas que ocorreram posteriormente. O significado histórico produzido durante essas movimentações populares se manteve no horizonte, ainda que a conquista do seu objetivo não tenha se concretizado como o planejado. Uma nova cultura política emergiu no espaço público e as Diretas Já se tornaram uma referência histórica para as possíveis mobilizações posteriores da sociedade civil. Essa ampliação assinalou a inauguração de um novo caráter epistemológico, ao mesmo tempo que passou a operar com uma articulação entre as produções acadêmicas, os trabalhos ativistas e a produção do conhecimento escolar. É através dessa cooperação que o livro didático de história ganha espaço nessa pesquisa.

O livro didático de História

Os anos 80, além de ter sido palco para as movimentações da abertura democrática, serviram também como um local de renovações e de transformações do processo de ensino e aprendizagem, bem como os seus métodos, os seus meios, suas legislações regulamentadoras

⁴¹ Slogan utilizado pelos manifestantes nos Comícios da Diretas Já;
XI Encontro de Pesquisa em História da UFMG - ISBN: 978-65-01-11103-2

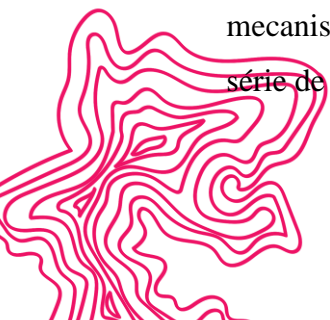


e, essencialmente, os livros didáticos de história. Esse estudo sobre a história do ensino de História pode, portanto, esclarecer muito mais que se imagina sobre as questões que envolvem o trabalho dos historiadores, dos professores e dos materiais didáticos envolvidos nessa equabilidade. Ao pensarmos sobre o ensino de História na sua própria historicidade, significa buscar, pelo menos, uma definição mais clara sobre o que significa, hoje, ensinar História nas escolas.

O nosso foco, no entanto, reside, especificadamente, no Ensino de História e nos livros didáticos usados nesse campo, procurando entender, principalmente, os conteúdos e as suas narrativas, considerando também a intencionalidade do seu discurso no momento em que o período de redemocratização é tido como temática. Nesse ponto, torna-se fundamental reconhecer também a materialidade do livro didático e a possibilidade do seu uso político, social e pedagógico, de modo a estabelecer ligações com o período de abertura democrática brasileira. Num período de intensas transformações e renovações, cria-se uma nova forma de relação entre poder e povo, entre governo e sociedade e, entender a maneira como tais questões são transformadas em conhecimento para a população estudantil brasileira envolve entender também a maneira como esse domínio é transformado em um discurso intencionado e calculado para a formação de novos cidadãos em um novo arranjo político.

Tais discussões dizem respeito a um tópico central, o momento em que um acontecimento histórico torna-se parte da constituição de um saber específico que é divulgado, promovido e afirmado a partir de diferentes conjunturas e aglutinações. Esse momento chave em que um evento histórico torna-se parte do conhecimento escolar promove, simultaneamente, um arranjo de hipóteses e possibilidades de construções de discursos intencionais que abrigam um propósito desde a sua gênese. Esse mesmo procedimento evidencia a construção do seu significado histórico, uma vez que elas precisam, necessariamente, de estruturas que, independentemente dos sujeitos que as causam, continuam intersubjetivas e supraindividuais. Essa transformação estrutural irreversível a longo prazo, para *Koselleck* (2006), pode ser caracterizada como um movimento histórico. No entanto, ele permanece instável, já que a experiência continua sendo capaz de provocar diferentes extensões temporais e, conseqüentemente, sofrendo problematizações constantes.

Certamente, esse processo não é automático. Além de envolver, diretamente, variados mecanismos operacionais, abrange, também, procedimentos metodológicos que incluem uma série de critérios e uma sistematização baseada em uma regulamentação.



A designação utilizada atualmente define como disciplina escolar o conjunto de conhecimentos identificados por um título ou rubrica e dotado de organização própria para o estudo escolar, com finalidades específicas ao conteúdo de que trata e formas próprias para a sua apresentação. (FONSECA, p.15, 2011)

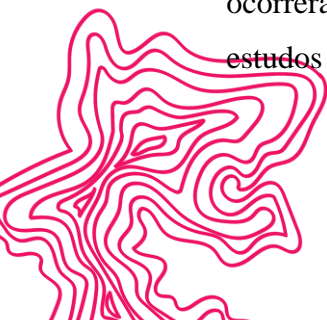
Esses parâmetros e diretrizes conceituais exerceram grande influência nos estudos sobre as disciplinas escolares, enquanto forneciam subsídios para a compreensão dos seus processos de constituição, das suas relações com as hierarquias sociais e com a cultura. O comportamento da historiografia da educação foi fortemente marcado por uma acentuada ideologização, principalmente entre as décadas de 60 e 80. A partir da década de 80, esse comportamento passa a coincidir com as movimentações da historiografia brasileira, passando a repensar seus objetivos e perspectivas interpretativas. Em ambos os períodos, as conjunturas políticas são de grande importância.

Coincidentemente – ou não – é neste mesmo período que a abertura democrática passa a ganhar contornos cada vez mais nítidos e perceptivos na sociedade brasileira e, por consequência, os resultados passam a afetar diferentes campos. Fica claro que, em consonância com as tendências historiográficas da época

A história das disciplinas escolares tenha que apurar seus instrumentos conceituais e ampliar o seu espectro de fontes, rompendo a barreira do convencionalismo e do oficialismo. Por isso, ela tem sido vista como um dos campos mais promissores da História da educação, aquele que tem procurado preencher a lacuna relativa à cultura escolar e às práticas culturais no interior da escola. (FONSECA, p.20, 2011)

Permeados por uma atmosfera de transformações e renovações, tais mudanças criaram a necessidade de materiais que fossem condizentes com os novos parâmetros. O contexto, mais uma vez, se relaciona com o período de renovação política e com o processo de abertura democrática e, por esse motivo, a seleção dos conteúdos foi feita de modo a corresponder aos objetivos de apresentar o ensino de história a partir da perspectiva de rompimento com os pressupostos tradicionais. A educação, mais do que nunca, passou a ser percebida como um poderoso instrumento de legitimação política e o livro didático de história, como a ferramenta que materializa todas essas questões, aproximando o conhecimento do cotidiano escolar e das crianças e jovens em formação.

Para *Décio Gatti Júnior* (2004), os principais pontos que alimentaram as mudanças desses materiais didáticos foram possibilitados e motivados pela esfera política, acadêmica e didático pedagógica da vida social brasileira, evidenciando que as renovações dos conteúdos ocorreram, sobretudo, após o início do processo de abertura política e democrática do país. Os estudos centrados e preocupados com as reformas curriculares que se iniciavam junto às lutas

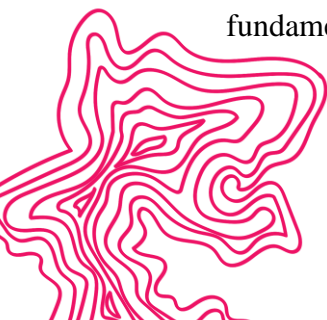


políticas no processo de redemocratização produziram transformações no seu conteúdo, introduzindo novas formas de linguagem e contribuindo para que as movimentações da redemocratização atingissem também esses materiais didático-pedagógicos. Ao produzirem livros didáticos mais acessíveis, a escola e a formação das crianças e jovens estariam inseridos nesse lugar de transformações inclusivas.

Circe Bittencourt (2011) deixa claro o poder desse material como veículo de disseminação da história e da memória, em que a sua função ideológica, quando associada ao aparato político da educação escolar ou como instrumento de uniformização curricular, produzem resultados efetivos, ainda mais em meio ao processo de constituição de uma cultura de massa alicerçada em uma indústria cultural. Desse modo, pensar sobre o significado desses materiais didáticos torna-se ainda mais necessário.

É nesse momento que se torna necessário refletir sobre outras características que podem ser atribuídas aos livros e que devem ser levadas em consideração nessa análise. Antes de qualquer coisa, esse material pode ser caracterizado como um produto do mercado capitalista, vendido em um mercado específico que, assim como qualquer outro, visa o lucro e o acúmulo de capital financeiro. No momento em que a sua produção aumentou, a velocidade da sua produção deveria crescer proporcionalmente, de modo a atender as demandas impostas nesse mercado. Diante disso, refletir sobre os conteúdos também se torna uma premissa nesse estudo, principalmente no que tange à escolha dos conteúdos diante da necessidade da rapidez da produção. No entanto, a sofisticação não bastava para que as problemáticas dos livros didáticos fossem resolvidas. Existem elementos que apontam para a complexa relação entre os livros recomendados pelos editores com formação acadêmica em História e aqueles que eram mais vendidos no mercado, além do fato de que os livros entregues pelo Governo Federal nas escolas públicas tinham a necessidade de serem mais simplificados e com os conteúdos mais resumidos, uma vez que haviam - e ainda há - diferenças entre os processos de aprendizagem nas escolas públicas.

Sem sombra de dúvidas, ainda existe muito o quê explorar em todas as questões colocadas até aqui. A jovialidade desses temas e a própria ausência de estudo sobre os livros didáticos de História são uma das diversas unanimidades entre os principais autores desse campo. Esses fatores, por si só, já demonstram a fragilidade que permeia esse campo que é tão fundamental e tão importante para o entendimento não apenas da sociedade brasileira como



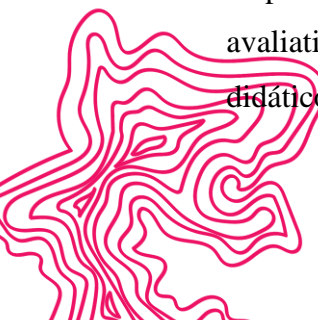
uma nação, mas da formação crítica dos seus cidadãos e da construção de uma memória social e coletiva.

Conclusões

A década de 1980 e 1990 foi responsável por abrigar inúmeras mudanças, tanto no campo Historiográfico, quanto no campo da produção didática. A abertura democrática foi responsável por criar um ambiente fértil para que essas produções fossem renovadas, com o amparo de legislações efetivas vindas do campo educacional que, conseqüentemente, passaram a regulamentar essa área de maneira eficaz e com uma preocupação didático-pedagógica que não existia anteriormente. Essas transformações colocaram os livros didáticos no centro de uma produção crescente e, por conseqüência, foi responsável por adicionar novas condições nesta produção. Criou-se um mercado específico que, ao mesmo tempo que se preocupava com a didatização e com elementos vindos da área da Pedagogia, visava lucro e inserção no mercado nacional. Por muitas vezes, o rendimento tornou-se o principal objetivo, implicando, conseqüentemente, na fabricação, venda e distribuição de livros didáticos pouco satisfatórios, quando vistos a partir do campo educacional e pedagógico.

Em outros casos, os livros didáticos fabricados não eram popularmente acessíveis, seja pelo preço e pela disponibilidade de compra apenas no mercado privado, seja pela linguagem academicista que aparecia em alguns deles. A desigualdade social brasileira deixou em clara evidência a segregação do saber, criando inúmeras barreiras para que livros com alto teor acadêmico produzissem um grande crescimento no saber escolar nacional. Cabe ressaltar também que nem sempre os melhores livros eram os mais vendidos. No meio de toda essa escala de produção e condições para a sua compra, muitos livros considerados bons, ficavam nas prateleiras, ao mesmo tempo, em que livros considerados pouco didáticos, bateram recorde de venda.

Ainda que as críticas sejam cabíveis nessa análise, é impossível não reconhecer as renovações, sejam elas vindas do campo didático-pedagógico, seja por meio das alterações da sua estrutura e composição. Há uma clara percepção dos educadores da centralidade que esse recurso passou a ocupar nas escolas brasileiras. Por fim, a superação de uma política de censura aos livros didáticos por uma de controle de qualidade, através da avaliação dos livros didáticos empreendida pelo MEC, ainda que demonstrassem alguns problemas quanto aos sujeitos avaliados, tornava-se, à época, instrumento valioso de melhoria da qualidade dos livros didáticos brasileiros. Em certa medida o ensino de massas ganhava em qualidade e



acessibilidade, ainda que os problemas estruturais fossem responsáveis por realçar a ausência de livros aos alunos e a falta de verbas suficientes para a aquisição de livros pelas bibliotecas escolares.

Referências

BITTENCOURT, Circe Fernandes. **Abordagens históricas sobre a história escolar. Educação e Realidade**, Porto Alegre, v. 36, n. 01, p. 83-104, jan./jun. 2011.

DE LIMA FONSECA, Thais Nívia et al. **História & ensino de História**. Autêntica, 2013.

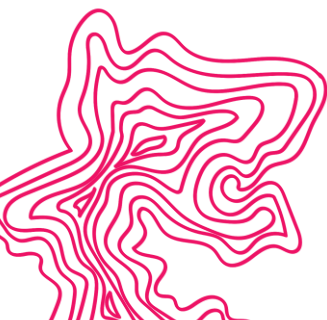
GATTI JÚNIOR, Décio. **A escrita escolar da História: livro didático e ensino no Brasil (1970-1990)**. Edusc, 2004.

KOSELLECK, Reinhart. **Futuro passado**. Rio de Janeiro: Contraponto, v. 25, 2006.

MOREIRA, Kênia Hilda; DA SILVA, Marilda. **Um Inventário: o livro didático de História em pesquisas (1980 a 2005)**. Editora UNESP, 2011.

ROSANVALLON, Pierre. **Por uma história do político**. São Paulo: Alameda, 2010.

WHITE, Hayden. **O evento modernista**. Lugar Comum, Rio de Janeiro, n. 5-6, p. 191-219, 1998.



O jornal como espaço formativo: um estudo sobre educação feminina no século XIX

Aline de Souza Araújo França

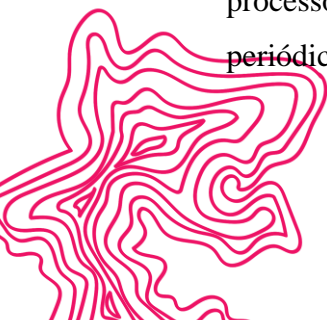
Doutoranda (PPGHC-COC/Fiocruz)

Email: aline.souza.araujo@outlook.com

Resumo: No Brasil do século XIX, jornais e revistas para todos os gostos surgiram a partir do fim da censura, em 1821. Temas como política, economia, astronomia, ciências em geral, assim como assuntos considerados, à época, próprios ao universo feminino, como modas, decoração, cuidados com o lar e com a família eclodiram nas publicações. Uma diversidade de público e de temas era a principal característica da imprensa oitocentista, principalmente a partir da segunda metade do século. A publicação periódica, em um contexto no qual a escola ainda não era considerada como o principal espaço de formação, tornou-se um lugar de informação e de formação. Os editores dos periódicos enfatizavam o papel do jornal como mecanismo de propagação das ciências, especialmente de uma ciência que estava atrelada a uma concepção de utilidade prática no cotidiano de seus (as) leitores (as). Artigos que tinham como fim ensinar, por exemplo, como deveria ser realizada a amamentação foram frequentes na imprensa feminina do período. Esta imprensa, como nos indica BUITONI (1986) e DUARTE (2017), é aquela que tem como público alvo as mulheres. Para a formação de um público leitor feminino é imprescindível o acesso à educação. Embora, como nos mostra o Censo de 1872, as taxas de analfabetismo entre as mulheres ainda fossem elevadas, o acesso à educação estava, aos poucos, se tornando uma realidade para determinadas mulheres. Diante disso, esta comunicação tem como principal objetivo, a partir de uma perspectiva que tente cruzar elementos do acesso à leitura e à escrita para as mulheres com as fontes jornalísticas - as da imprensa feminina -, propor uma reflexão do jornal enquanto lugar de informação e de formação de leitoras no século XIX. Pensar sobre como as mulheres tinham acesso à leitura e à escrita; quem eram as leitoras dos periódicos; quais os conteúdos propagados nos jornais e que eram considerados como adequados para as mulheres; que tipo de concepção de educação e de ciência estavam presentes nas publicações; e, por fim, se havia diferenças de conteúdo e na forma da linguagem nas publicações dirigidas por homens em comparação com aquelas nas quais estavam à frente da redação mulheres, são algumas das questões que buscarão ser respondidas.

Palavras-chave: Imprensa, Mulheres, Século XIX, Educação.

A imprensa é para as (os) historiadoras (es) fonte e/ou objeto de pesquisa. Tânia de Luca (2018) se refere à década de setenta do século XX como o marco temporal para a inserção da imprensa nos estudos históricos. Herdeiros de uma perspectiva da *Escola dos Annales*, na qual previa novas fontes, novos objetos e metodologias, os historiadores passaram a conceber os impressos, principalmente os da imprensa periódica como relevantes e determinantes nos processos históricos. A partir disso, surgiram inúmeras pesquisas nas quais se analisavam os periódicos não apenas como um meio informativo, desprovido de intencionalidades. As novas



questões dos historiadores estavam demonstrando que todos os elementos que compõem um periódico são gestados dentro de uma lógica de mercado que pretende alcançar um público e, portanto, transmitem valores e ideologias defendidos por aqueles(as) que assinam os textos incluídos nestes meios.

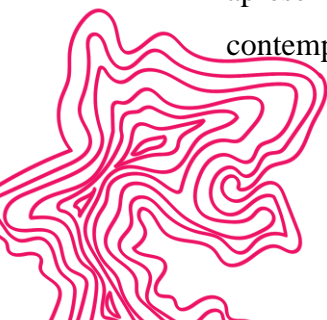
Dessa forma, os periódicos são meios nos quais se pretendem divulgar uma informação, assim como são meios de comunicação, na medida em que informam e transmitem valores, são baseados em determinadas ideologias, se posicionam ou não politicamente (BARROS, 2023). Visto desta forma, são meios formativos.

Esta comunicação pretende analisar os jornais da imprensa feminina do início do século XIX, *O Espelho Diamantino. Periódico de Política, Litteratura, Bellas Artes, Theatro e Modas. Dedicado as senhoras brasileiras* (1827-1828) e *O Mentor das Brasileiras* (1829-1832), situando-os como *locus* de formação. Defende-se a hipótese de que ao divulgar conteúdos como política, ciências, literatura e artes, estes jornais pretendiam formar/tornar suas leitoras em um modelo de mulher burguesa, instruída, cuidadora de seus filhos a partir do conhecimento, e fiel e servidora à pátria.

O acesso ao conhecimento formal

A primeira constituição brasileira de 25 de março de 1824, a ideia da educação como direito do cidadão e dever do Estado se mostrou vitoriosa, embora não estivesse claramente expressa no documento constitucional. Nela, a educação básica era definida como gratuita e previa a abertura de colégios e universidades. A educação nesse sistema político, iniciado apenas com o movimento de independência do país, promoveria a construção de um país civilizado. O conceito de liberdade de ensino e permissão para abrir escolas também apareceu, ainda que implicitamente, no artigo 179.º, n.º 24 (PERES, 2005: 5).

Embora o Estado tenha assumido a responsabilidade pelo cuidado da educação pública, a situação na qual se encontrava o ensino entre os anos de 1823 a 1826 pouco se alterou (PERES, 2005: 5). A partir de maio de 1826, por ocasião do início dos trabalhos da primeira legislatura, os problemas e as questões referentes ao ensino começaram a ser debatidas entre os deputados. A Comissão de Instrução Pública da Assembleia Geral Legislativa - ocorrida entre os anos de 1826 a 1829 - cuidou da elaboração de um plano de educação. Alguns projetos foram apresentados e não aprovados, como o de Antonio Ferreira França, cujo projeto de lei contemplava as escolas de primeiras letras e previa instrução igual para meninos e meninas por



meio de classes mistas. Outro projeto foi apresentado pelo deputado Januário da Cunha Barbosa, também rejeitado, mas que serviu de base para outro que deu origem à Lei de 1827. O projeto foi organizado pela Comissão de Resolução da Câmara aos cuidados do então deputado Januário da Cunha Barbosa. Januário dividiu o projeto em sete títulos.

A Lei de 15 de outubro de 1827⁴², aprovada três anos após a criação da Constituição, é considerada a primeira lei referente à educação no país. Januário da Cunha Barbosa (1780-1846) nasceu no Rio de Janeiro de 10 de julho de 1780.

A principal intenção da lei era criar escolas das primeiras letras em todas as cidades, vilas e lugares mais populosos do Império. Segundo Dirce Ferreira e Cleonara Schwartz (2014), a perspectiva da obrigatoriedade do ensino no país só foi iniciada após a aprovação dessa lei. Da mesma forma, essa lei trouxe grandes inovações para a época, como a introdução do método Lancasteriano no Brasil e das meninas nas escolas. Portanto, foi somente a partir de 1827 que o Estado passou a criar iniciativas para que as meninas tivessem acesso à educação.

O método lancasteriano foi adotado no Brasil após a aprovação da Lei de 15 de outubro de 1827. Ao contrário das ideias iniciais de Lancaster, que previam a igualdade de conteúdos, no corpo da Lei de 15 de outubro de 1827 havia uma diferenciação com relação aos conteúdos propostos para meninos e meninas. No Art. 6 era afirmado o seguinte:

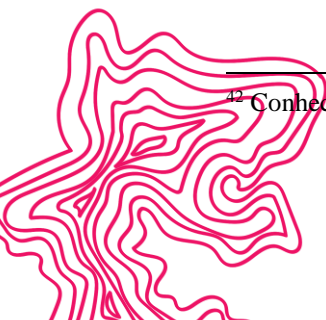
Os professores ensinarão a ler, escrever, as quatro operações de aritmética, prática de quebrados, decimais e proporções, as noções mais gerais da geometria prática, a gramática da língua nacional, e os princípios de moral cristã e da doutrina da religião católica e apostólica romana, proporcionados à compreensão dos meninos; preferindo para as leituras a Constituição do Império e a História do Brasil. (CASTANHA, 2013: 68)

No caso do ensino voltado para as meninas, lhes era vetado o ensino da geometria, e o ensino da aritmética era limitado às quatro operações. Também estavam no currículo de aprendizagem para as meninas, as prendas que serviriam à economia doméstica.

De acordo com Peres (2005), a Lei de 15 de outubro de 1827 teve muitas dificuldades de ser aplicada, seja por motivos econômicos, técnicos ou políticos peculiares a cada província. Poucas escolas foram criadas, sobretudo as de meninas, que em 1832 somavam apenas 20 em todo o Império.

Mulheres e meninas no ambiente escolar

⁴² Conhecida por Lei Januário da Cunha Barbosa em referência ao deputado que deu origem ao projeto de lei. XI Encontro de Pesquisa em História da UFMG - ISBN: 978-65-01-11103-2

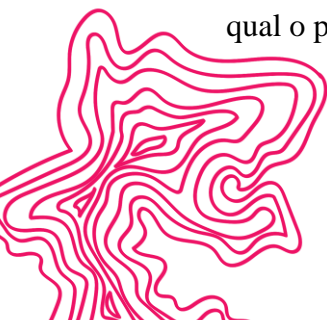


A escola foi um dos ambientes nos quais, neste contexto, a mulher pôde ter contato a diversos tipos de conhecimentos. Embora ainda de maneira diferenciada - se comparada com a educação dos meninos -, a escola possibilitou a formação primária. Algumas mulheres atuaram dentro e fora do ambiente escolar - em periódicos e através da publicação de livros - no sentido da defesa da ampliação dos conhecimentos oferecidos ao público feminino e na possibilidade da educação para a emancipação.

Um exemplo disso foi o aparecimento do Colégio Augusto, fundado em 1838 no Rio de Janeiro por Nísia Floresta, e que permaneceu de portas abertas até 1855. Em seu currículo, este colégio trazia muitas inovações com relação ao ensino feminino. Em sua proposta pedagógica estavam presentes conhecimentos como o latim, o francês, o italiano, o inglês - suas gramáticas e literaturas; geografia e história do Brasil; ginástica e a limitação do número de alunas por turma como uma maneira de garantia da qualidade de ensino (DUARTE, 2020: 292). De acordo com Constância Duarte, essa proposta de ensino era bem inovadora para a época, pois a maioria das escolas voltadas para o público feminino focavam na aprendizagem e desenvolvimento das prendas domésticas (DUARTE, 2020: 292).

Além destes conhecimentos, o colégio também oferecia aulas de história do Brasil e atividades físicas. Com o intuito de garantir a qualidade do ensino, o número de alunas por turma era limitado (DUARTE, 2020: 175). Segundo Jota *et. al* (2020: 7), as disciplinas ofertadas no Colégio Augusto era inovadoras para um currículo que tinha com foco a educação feminina, pois eram conhecimentos que até então não eram ofertados nem mesmo para meninos. O ensino do francês, italiano e os princípios mais gerais de geografia eram matérias que se sobrepunha às exigências do que estava proposto na Lei de 1827.

Dionísia Gonçalves Pinto, cujo pseudônimo era Nísia Floresta Brasileira Augusta, nasceu no dia 12 de outubro de 1810 no sítio Floresta, em Papari (RN). Filha de Antônia Clara Freire, que pertencia a uma tradicional família do Rio Grande do Norte, proprietária de terras, e de Dionísio Gonçalves Pinto Lisboa, advogado português. Por ocasião da Revolução de 1817, sua família passou a residir em Goiana (PE). No Convento das Carmelitas, localizado nesta cidade, Dionísia foi iniciada nos estudos clássicos, no trabalho manual e no canto. Casou-se aos 13 anos de idade, em Papari (RN), com Manoel Alexandre Seabra de Melo, união que pouco durou. Voltou a viver com os pais em Goiana (PE), e, posteriormente, em Olinda, cidade na qual o pai exercia a sua função de advogado.



Por volta de 1824, Dionísia passou a residir com Manoel Augusto de Faria Rocha, jovem acadêmico da Faculdade de Direito de Olinda. De acordo com o *Dicionário Mulheres do Brasil*, "sua atitude foi extremamente corajosa para a época, pois seu primeiro marido, inconformado com a separação, ameaçava-a constantemente, acusando-a de adultério" (2000: 451). No ano de 1830 nasceu sua primeira filha.

Em 1830, no jornal *Espelho das Brasileiras* (PE), Dionísia publicou seus primeiros artigos nos quais discutia situações sobre a condição das mulheres, comparando-a com diversas culturas da antiguidade. Em 1832, publicou, em Recife, a obra *Direitos das mulheres e injustiça dos homens*, tradução livre da obra *Vindication of the Rights of Woman*, da feminista inglesa Mary Wollstonecraft, assinada com o nome de Nísia Floresta Brasileira Augusta. De acordo com Constância Duarte, não se trata apenas de uma simples tradução. Nísia Floresta adaptou alguns dos conteúdos da obra à condição brasileira, de modo que tentou demonstrar os preconceitos existentes no país acerca das mulheres, buscando identificar as origens destes problemas.

Por conta de sua atuação como professora, escritora, fundadora de um colégio, Nísia Floresta pode ser também considerada como uma das primeiras mulheres no Brasil a se utilizar da imprensa para divulgação de ideias feministas, entendendo-se aqui por "feminismo" toda ação conscientemente empreendida na defesa do sexo feminino" (DUARTE, 2020: 295).

Nísia Floresta é um exemplo de uma mulher que conseguiu, por meio da educação, ocupar novos lugares tidos como intransponíveis para a maioria das mulheres do período. Defendia que a educação da mulher deveria ocorrer na escola, pois daria uma base de atuação para a função materna, considerada à época como fundamental para o sexo feminino. Além da escola, os jornais também cumpriam o papel de formarem mulheres instruídas por meio de seus textos divulgadores de conhecimentos científicos, política e artes. Apresentaremos dois jornais, fundados em locais diferentes na primeira metade do século XIX, nos quais prevalecia a ideia de que era essencial o papel da imprensa enquanto divulgadora de conhecimentos para as mulheres.

A imprensa feminina no início dos Oitocentos

A imprensa no Brasil do século XIX foi, além da escola, um espaço de formação. Maria Lúcia Pallares-Burke, em relação à educação no século XIX, no Brasil, não se pode falar apenas de escola, pois existiam outras formas que impactavam no processo educativo:



(...) é, sem dúvida, um erro descrever a educação brasileira do século XIX unicamente em termos de escola, seria igualmente um erro descrevê-la tão-somente em termos de jornais culturais/doutrinários. Há toda uma rede de outros agentes em plena atividade, como o romance e folhetins, por exemplo, que, ao lado de escolas mais ou menos isoladas, competiam pela transmissão dos valores culturais em circulação e que devem ser considerados atentamente se se quiser recuperar, com maior fidelidade, a história da educação brasileira do século passado (PALLARES-BURKE, 1998:158).

No caso da imprensa feminina, Dulcília Buitoni nos informa que desde o surgimento da imprensa feminina na Inglaterra, no fim do século XVII, temas como moda e literatura sempre foram recorrentes. Ao contrário da imprensa em geral, o que sempre a definiu foi o seu público alvo. Tal como nos termos de Buitoni, “imprensa feminina é aquela dirigida e pensada para mulheres” (BUITONI, 1986: 16). Independente de quem as dirige, ela é definida a partir da ideia de que é direcionada para as mulheres.

A imprensa feminina se diferencia da feminista. Esta é claramente definida a partir de quem a dirige e de seus ideais, ou seja, mulheres à frente da redação e de toda a produção do jornal e a defesa por direitos femininos. Portanto, se pode afirmar que a imprensa feminista tem uma base política bem maior a feminina (DUARTE, 2017). Segundo Duarte (2017), circularam 143 periódicos da imprensa feminina e feminista no Brasil dos Oitocentos.

No caso aqui estudado, poderemos enquadrar os dois jornais, *O Espelho Diamantino. Periódico de Política, Litteratura, Bellas Artes, Theatro e Modas. Dedicado as senhoras brasileiras* (1827-1828) e *O Mentor das Brasileiras* (1829-1832), em uma imprensa feminina, quer dizer, pensada e produzida por homens para as mulheres.

Antes mesmo da primeira lei de instrução pública - a de 1827 - surgiu, no Rio de Janeiro em vinte de setembro de 1827, *O Espelho Diamantino - Periódico de Política, Literatura, Belas Artes, Teatro e Modas*, considerado como o primeiro jornal dedicado ao público feminino no Brasil. Seu fundador e redator, Pierre René François Plancher de La Noé (1777-1844) assinava os artigos do jornal com o pseudônimo de Julio Floro das Palmeiras⁴³. Era impresso na Tipografia Imperial de Plancher-Seignot, com periodicidade quinzenal, sempre nos dias 1º e 15 de cada mês. Possuía assinaturas mensais, trimestrais e semestrais, vendidas a 1.600, 3.200 e

⁴³ Foi editor e jornalista francês. Veio para o Brasil em 1824. Foi dono de uma tipografia na R. do Ouvidor. Publicou obras de ficção de escritores brasileiros e traduziu clássicos do pensamento político europeu. Foi Impressor Real e responsável pela impressão da Constituição do Império do Brasil. Além do *Espelho Diamantino*, editou o *Spectador Brasileiro* (1824), *Diário Mercantil* (1827) e *Jornal do Commercio* (1827). Retornou à França após a renúncia de D. Pedro I, em 1834. Para saber mais, consultar GRANJA, Lúcia; SANTANA JUNIOR, Odair Dutra. Aquém e além-mar: agentes, textos e estratégias na publicação de romances-folhetim do *Jornal do Commercio* (1827-1863). *Revista Interfaces*, n. 28, v. 1, jan.-jun. 2018, p. 31-46; HALLEWELL, Laurence. *O livro no Brasil*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2005.

6.000 réis, respectivamente. Publicava notícias sobre acontecimentos políticos, artigos sobre moda e culinária, contos, poesias, comentários sobre arte. Tinha em média dezoito páginas por número e mantiveram "o propósito de levar informação às leitoras e não apenas divertimento." (DUARTE, 2017: 39). Publicava notícias sobre acontecimentos políticos, artigos sobre moda e culinária, contos, poesias, comentários sobre arte. Em seu editorial anunciava que:

(...) Devemos aqui declarar que o título de *Espelho Diamantino* não foi meramente escolhido por fantasia. O espelho é o confidente mais estimado das Senhoras, e poucas há que com ele se não entretendam um bom bocado cada dia" (Ano I, n. 1, 20 de set. 1827, p. 4).

Para o *Espelho Diamantino*, era de grande importância que as mulheres tivessem acesso aos conhecimentos:

(...) Tendo as mulheres uma parte tão principal nos nossos interesses e negócios, necessário é que se lhes dê conta destes mesmos negócios, e dos princípios que originam os deveres e os acontecimentos, para que elas fiquem a altura da civilização e dos seus progressos, pois que pretender conservá-las em um estado de preocupação, e estupidez, pouco acima dos animais domésticos, é uma empresa tão injusta como prejudicial ao bem da humanidade, e as nações que a tem ensaiado têm caído no maior embrutecimento e relaxação moral." (Ano I, n. 1, 20 de set. 1827, p. 3).

A crença de que é pela educação da mulher que se poderia regenerar a sociedade é algo que estava ganhando força no período. Com o passar dos anos e no decorrer do século XIX este pensamento esteve presente em trabalhos de médicos, intelectuais, juristas, etc. A medicina afirmava que a mulher, por características próprias que diferiam dos homens, como a sensibilidade, emoções, poderia influenciar na regeneração da sociedade. Mas para isso ela deveria ser educada e esta era pensada, formulada por homens.

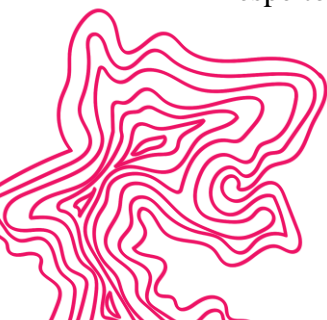
Tais verdades, tão antigas como a raça dos filhos de Eva, não são hoje desconhecidas por nação alguma da Europa, e lá, as ciências, artes e novidades estão ao alcance do bello sexo até em obras, aulas e periódicos privativos delas; porém cá precisam, mais de uma vez, serem ecoadas, logo que costumes caseiros e que cheiram alguma coisa no ranço dos mouros, entretido até a época da Independência pelo servilismo colonial, reinam ainda em quase todas as classes da sociedade, opondo-se ao desenvolvimento do caráter das Senhoras (...).

Devemos aqui declarar que o título de *Espelho Diamantino* não foi meramente escolhido por fantasia. O espelho é o confidente mais estimado das Senhoras, e poucas há que com ele se não entretendam um bom bocado cada dia... Além disso, ninguém se persuada que o nosso *Espelho* está simplesmente alegórico... (...)

Resta-nos implorar a indulgência e favor do público, e em particular da porção mais amável a qual, inspirados por vivos sentimentos de admiração, respeito e amor, ousamos dedicar o nosso periódico. (ano I, n. 1, 20 set. 1827, p. 3-4)

Da mesma forma, defendia-se a ideia de que as mulheres deveriam ter conhecimento a respeito da política:

(...) sup pôr nas Senhoras enfado por serem obrigadas a prestarem alguma atenção, era visível injustiça, pois que a agudeza natural do seu genio nunca desgostara das



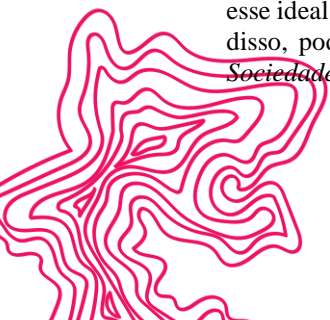
raffinações de metaphysica, ética e religiosa, e que agora a Política estando de moda, suas mais delicadas abstracções tornar-se-hião hum jogo para os cerebros Femiis. (O Espelho Diamantino, ano I, n. 2, 1 de outubro de 1827, p. 17-18)

O Espelho foi uma obra do seu tempo. O país recém-independente almejava um lugar junto às nações civilizadas. Os pensadores da nação sabiam que para alcançar este objetivo era fundamental o papel da educação. Desta maneira, *O Espelho* se colocou na missão de educar a mulher com o fim de torná-la apta para transmitir seus conhecimentos aos filhos, futuros cidadãos da pátria. Por isso, assuntos como política, literatura, ciências, artes eram frequentes no periódico. Entretanto, conquanto fosse um jornal dirigido para as mulheres, fato é que nenhuma contribuição delas foi dada ao periódico. No prospecto de lançamento do jornal convidada as leitoras a enviarem textos, porém não foi localizado nenhum assinado por mulher. Isto talvez se devesse ao contexto em que a palavra escrita ainda era um privilégio masculino. Escrever era ainda algo distante para a maioria das mulheres do período. Muitas utilizavam de pseudônimos para conseguirem publicar seus pensamentos.

Outro jornal que apareceu na década de vinte dos oitocentos foi *O Mentor das Brasileiras*, fundado em São João del-Rei, por José Alcebíades Carneiro⁴⁴. Possuía em torno de oito páginas, periodicidade semanal e geralmente vinha a público às sextas e era distribuído em Ouro Preto, Campanha, Sabará e Rio de Janeiro. As assinaturas trimestrais custavam 800 réis e a venda de exemplares avulsos, 80 réis. De acordo com Cláudia Maria dos Santos Falco (2021), o periódico era vinculado a Sociedade Defensora da Liberdade e Independência Nacional da vila de São João del-Rei⁴⁵. No primeiro número do periódico já se mostrava a intenção do jornal de instruir as suas leitoras, e da instrução como caminho necessário para a construção da nação:

⁴⁴ Era Professor e advogado. Entrou para o quadro de sócios da Sociedade Defensora da Liberdade e Independência Nacional da vila de São João del-Rei em 04 de outubro de 1831. Em 1833, foi nomeado promotor público. Foi redator do jornal *Astro de Minas*. Para saber mais consultar: FALCO, Cláudia Maria dos Santos. *Moderação na província de Minas Gerais. A Sociedade Defensora da Independência Nacional*; JINZENJI, Mônica Yumi. *Cultura impressa e educação da mulher*.

⁴⁵ A Sociedade Defensora surgiu na cidade de São Paulo, em 29 de março de 1831, como resultado das notícias sobre a Noite das Garrafadas - revolta ocorrida na Corte, em 1831, que envolveu portugueses, apoiadores de Pedro I, e brasileiros, opositores. A Sociedade cobrava providências do imperador. Ao poucos, expandiu-se para outras províncias. Representava a facção política dos moderados. Tinha como principal ideal "(...) contribuir para a preservação da ordem e tranquilidade públicas, tão periclitantes na época, constituindo-se em sustentáculo da Regência no seio do espaço público, vista como único governo legal, legítimo e capaz de assegurar a decantada liberdade e independência nacional; e, nesse sentido, combater todos aqueles que representassem uma ameaça a esse ideal." Era permitida a entrada e o comparecimento de mulheres a eventos promovidos pela sociedade e, além disso, poderiam assistir às sessões. BASILE, Marcello. *Sociabilidade e ação políticas na Corte regencial: a Sociedade Defensora da Liberdade e Independência Nacional*, p. 351.



As Senhoras pelos deveres, que lhes são inherentes fazem o fundamento principal da sociedade humana, e por isso são dignas de huma instrução mais solida, e capaz de promover o bem geral de huma Nação.

Hepois para dar maior expansão ao genio, que tanto se desenvolve nesta *alma da sociedade* (...) que tomamos a ardua, mas interessante tarefa de dirigir esta Folha, dedicada tão somente às estudiosas Brasileiras, que algum dia serão collocadas à par, e talvez acima das heroínas tão celebradas nas outras Nações civilisadas. (p. 2, *O Mentor das Brasileiras*, Ano I, n. 1, 30 de novembro de 1829).

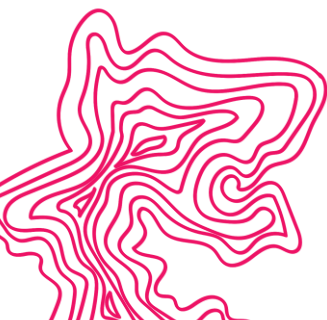
O editor defendeu a escolarização do sexo feminino:

Sendo tão necessário reformar a educação do belo sexo (...), meditem os nossos concidadãos um pouco sobre a grande desigualdade de condição moral entre os dois sexos no Brasil, na útil influência que podem exercer as Mães e Esposas sobre o espírito dos Cidadãos, e se convencerão facilmente da urgente necessidade de uma mudança na nossa Legislação e costumes, em favor do belo sexo. Deixando aos nossos legisladores a parte que lhes pertence nesta grande tarefa, procurem os nossos chefes de família, por dever, justiça e humanidade promover, quando esteja da sua parte, os meios que podem conduzir a este fim. (*O Mentor das Brasileiras*, ano I, n. 2, 7 de dez. 1829, p. 16).

No jornal, as mulheres eram encorajadas a publicarem, como foi o caso de Policena Tertuliana de Oliveira (1803-1886), professora de primeiras letras em São João del-Rei. No discurso, Policena incentiva suas alunas à fala e ao fim do acanhamento, como se pode perceber no trecho:

He esta a primeira vez, queridas alumnas, que vós tendes de fazer aparecer os fructos de vossos trabalhos no decurso do limitado tempo, que tendes frequentado esta Aula de primeiras letras. Este acto deve servir-vos do maior estimulo para desenvolver os dotes de vosso espirito, que principiaes a cultivar. A publica espectação jamais deve tolher as faculdades de vossa alma; mas antes ella mesma deve augmentar vosso enthusiasmo. O acanhamento, que outr'ora parecia ser hum attributo proprio de vosso sexo, he hoje reputado como escassez de espirito, e indicio de huma educação menos cultivada, quando elle se patentea em excesso. Se temeis perturbar-vos nas perguntas, que eu vos fizer, estai certas, que eu vos hei de ajudar; se eu vos tenho tratado com docilidade, e brandura, he mesmo para perderdes esse panico terror, de que tanto se jactavão os nossos antepassados, quando o via em seos subalternos. Hum Governo liberal reprova hoje esse mau systema de educação. A timidez he sempre hum deffeito, que produz de ordinario o acanhamento, e impede a exprssão de nossas idéas. Fazei portanto, que não sejam baldadas as esperanças de nossos Legisladores na creação deste novo estabelecimento de Escolas; mostrai que as letras não são unicamente hum objecto privativo dos homens, que o nosso sexo é capaz de grandes progressos, applicada a attenção e o estudo. (*O Mentor...* n. 4, 23 de dezembro de 1829, p. 29-30).

Um aspecto diferenciava as professoras de outras mulheres que em geral colaboravam em *O Mentor*. O anonimato era predominante, porém, as professoras assinavam com seus nomes, o que poderia ser um indicativo do grau de autoridade e status social que a atuação enquanto professoras poderia propiciar a essas mulheres. Além de Policena Tertuliana de



Oliveira, de acordo com Mônica Jinzenji (2012), Beatriz Francisca de Assis Brandão⁴⁶, Jacinta Carlota de Meireles⁴⁷, Luiza Tarmer⁴⁸, Angélica Lucinda da Conceição⁴⁹ ganharam destaque no periódico.

A temática da política, da mesma forma prevista no prospecto, foi tratada como um assunto relevante para o conhecimento das leitoras, embora se reconhecesse a dificuldade em tratar do tema considerado difícil “por sua natureza” (n. 5, 30 de dezembro de 1829, p. 33). Assim como no caso da História, a política também serviria ao propósito de informar a mulher e inseri-la em um ambiente social específico, o dos salões,

sob pena de não fazerem huma boa figura (...), onde de ordinario a politica (...) costuma ser a *ordem do dia*.” (idem, p. 34) O objetivo não era tratar de maneira aprofundada a respeito do assunto, mas apresentar “(...) huma simples theoria, de que se possam utilizar nas suas conversações, para que não fiquem mudas, quando se acharem em sociedades com pessoas de maior merecimento, a quem de certo não desejarão desagradar com a esterilidade de idéas. (*O Mentor das Brasileiras*, Ano I, n. 1, 30 de novembro de 1829, p. 2-3).

Conclusão

O Espelho Diamantino e *O Mentor das Brasileiras* apresentavam-se como conselheiros e sua escrita possuía forte cunho pedagógico. Neste começo do século XIX em um contexto em que as discussões acerca do processo de Independência do Brasil, a construção da nacionalidade e dos elementos que a definiriam, eram questões que estiveram presentes nessa imprensa feminina do início do XIX. Até então a maioria dos jornais era dirigida por homens e com pouca colaboração de mulheres, a instrução e a educação que defendiam para o público feminino era predominantemente de cunho político. A mulher, enquanto mãe possuía papel fundamental para os redatores desses periódicos, pois elas gerariam e, portanto, educariam indivíduos atuantes na pátria, defensores da nação brasileira.

Referências

- BARROS, José D’Assunção. **O jornal como fonte histórica**. Rio de Janeiro: Vozes, 2023.
BUITONI, Dulcília Helena Schroeder. **Imprensa feminina**. São Paul: Editora Ática, 1986.

⁴⁶ Era diretora da Escola Pública de meninas de Ouro Preto. N’O Mentor publicou um hino em louvor à D. Pedro I e à Independência (n. 17, 26 de março de 1830, p. 136).

⁴⁷ Seu discurso por ocasião dos exames públicos da escola de primeiras letras de meninas na vila de Baependi foi publicado em O Mentor no n. 82, 8 de julho de 1831, p. 650-651.

⁴⁸ Era professora na escola de primeiras letras para meninas no arraial de São Gonçalo. Seu discurso por ocasião dos exames foi publicado em O Mentor, n. 100, 1 de novembro de 1831.

⁴⁹ Era professora de primeiras letras de meninas na cidade de Oeiras, na província do Piauí. Seu discurso, por ocasião da abertura de uma aula, foi publicado em O Mentor, n.45, 8 de outubro de 1830, p. 355-356.

CASTANHA, André Paulo. **Edição crítica da legislação educacional primária do Brasil imperial: a legislação geral e complementar referente à Corte entre 1827 e 1889**. Francisco Beltrão: Unioeste – Campus de Francisco Beltrão; Campinas: Navegando Publicações, 2013.

DUARTE, Constância Lima. **Imprensa feminina e feminista no Brasil – século XIX. Dicionário ilustrado**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2017.

O Mentor das Brasileiras, ano I, n. 1, 30 de novembro de 1829, p. 2-4. Disponível online: Hemeroteca Digital/Fundação Biblioteca Nacional <http://memoria.bn.br/DocReader/778672/3> Acesso em 21 de outubro de 2022.

O Mentor das Brasileiras, ano I, n. 2, 7 de dez. 1829, p. 16. Disponível online: Hemeroteca Digital/Fundação Biblioteca Nacional <http://memoria.bn.br/docreader/778672/17> Acesso em 21 de outubro de 2022.

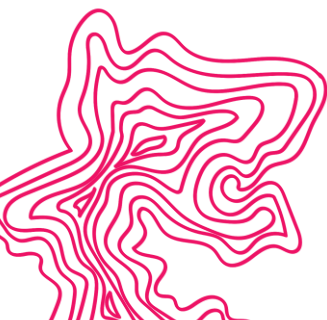
O Mentor das Brasileiras, n. 4, 23 de dezembro de 1829, p. 29-30. Disponível online: Hemeroteca Digital/Fundação Biblioteca Nacional <http://memoria.bn.br/docreader/778672/30> Acesso em 21 de outubro de 2022.

PALLARES-BURKE, Maria Lúcia Garcia. A imprensa periódica como uma empresa educativa no século XIX. **Cadernos de Pesquisa**, n. 104, jul. 1998, p. 144-161.

PALMA FILHO, J. C. (org.). PERES, Tirsia Regazzini. Educação brasileira no Império. **Cadernos de formação: formação de professores, educação, cultura e desenvolvimento**. Universidade Estadual Paulista; Universidade Virtual do Estado de São Paulo. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2010.

Política. **O Espelho Diamantino**. Periódico de Política, Litteratura, Bellas-Artes, Theatro e Modas. Dedicado as Senhoras Brasileiras, Anno I, n. 2, 01 de outubro de 1827, p. 17-21. Disponível online: Hemeroteca Digital/Fundação Biblioteca Nacional <http://memoria.bn.br/DocReader/700312/5> Acesso em 21 de outubro de 2022.

Prospecto. **O Espelho Diamantino**. Periódico de Política, Litteratura, Bellas-Artes, Theatro e Modas. Dedicado as Senhoras Brasileiras, Anno I, n. 1, 20 de setembro de 1827, p. 2-4. Disponível online: Hemeroteca Digital/Fundação Biblioteca Nacional <http://memoria.bn.br/DocReader/700312/3> Acesso em 21 de outubro de 2022.



Reflexões sobre a história da educação, a infância e o código de menores de 1927

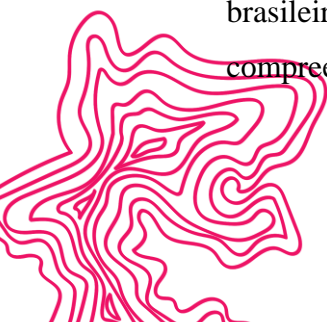
Fernanda Daniele de Abreu Pereira,
Doutoranda em Educação pela FAE/UFMG
fernandadaniele@hotmail.com

Resumo: Na busca pela compreensão das questões relacionadas à história da educação e com a história da infância brasileira, deparou-se com a necessidade de se adentrar nos meandros da história sociojurídica destes. Principalmente, no tocante aos papéis (representações e produção de subalternidades) e estratégias (educacionais e assistenciais), destinados às crianças e adolescentes como atores sociais, detentores de direitos e deveres, aos quais, foram direcionadas específicas formas de assistência pública e privada. Dessa forma, ao estudar o tema, em contato com as fontes, sobressai a necessidade de se tratar as questões relacionadas à discriminação racial, inclusive desde a escravidão, pois, inevitável ressaltar, como esse processo violento e desumanizador, mesmo após sua abolição, perpetuou-se no imaginário social e nas práticas políticas, endereçadas a negros e mestiços. O que se distingue pelo processo de inferiorização e desqualificação de sua cultura, intelectualidade, atributos físicos, etc. É sob esse prisma, que se destaca essa problematização, da oferta escolar diferenciada e desigual, associada ao trabalho infantil que contribuiu e aprofundou os processos de subalternização das crianças e adolescentes pobres, em sua maioria não brancas, assim como, os estigmas de sua inferioridade, no final do século XIX e no início das décadas do século XX. Para tanto, utilizou-se do aporte teórico de Norbert Elias (2000), em especial com os conceitos de estigmatização, balança de poder e relação estabelecidos-*outsiders*. Conjuntamente, dialogou-se com Cynthia Veiga (2019/2022), para trabalhar a hipótese que na configuração da história da educação brasileira, destaca-se a existência de uma educação endereçada às crianças abastadas, e outra, com enfoque nas crianças e adolescentes pobres, direcionados à formação para o trabalho e utilidade social. Assim, o tema deste capítulo aborda essa problemática dividida em três partes: a primeira analisa o contexto histórico das crianças e adolescentes negras e mestiças no Brasil, desenvolvendo o lugar da infância, desde o último século, antes da abolição da escravatura, até o fim da escravidão, marcada pelo abandono e institucionalização de crianças e adolescentes pobres, nos institutos disciplinares e correccionais. A segunda parte, discorre sobre os papéis atribuídos à educação no início do Brasil república, privilegiando as tensões existentes entre as propostas de educação desigual ofertadas e o enfoque na educação pelo e para o trabalho. A terceira e última parte, traz apontamentos sobre a história do direito e criminologia, dentre os processos ocorridos com a promulgação do Código de Menores de 1927.

Palavras-chave: Criança, criminologia e educação.

Um breve histórico da escravidão, a história sociojurídica de crianças e adolescentes negros no Brasil, urbanização e progresso capitalista

Conforme elucidado, para discorrer sobre a história da discriminação racial na educação brasileira, antes, é preciso partir do final do século XIX, uma vez que se faz necessário compreender como a situação social da infância negra escravizada, foi capaz de incorporar no



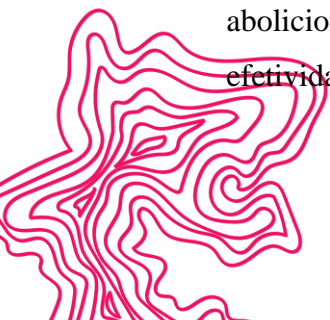
imaginário social, as teorias raciais importadas do continente europeu, contribuindo para fortalecer as desigualdade raciais na sociedade brasileira, mesmo após o fim da escravidão.

Essa perpetuidade da forma de pensar sobre o outro, negro e mestiço, como inferior, é resultado do longo período de por quase quatro séculos, iniciado nas primeiras décadas do século XVI, em que a escravidão perdurou enquanto modelo social, político e econômico, sendo abolida legalmente apenas em 13 de maio de 1888. Isto ocorre devido ao processo colonizador, sob o olhar europeu, que optou pela escravização indígena e africana, legitimando o reconhecimento desses, como comunidades primitivas, não avançadas, inferiores e incivilizadas, em contraposição às sociedades europeias. Sobre isso, Costa esclarece que a escravização de pessoas foi um dos alicerces ao estabelecimento dos portugueses na América, bem como à manutenção do Império no Brasil (COSTA, 2007).

Anibal Quijano (2005), juntamente, esclarece como o processo colonizador europeu nas Américas promoveu a hierarquização racial como fundamento da dominação social, por meio da divisão racial do trabalho, acontecimento que não se interrompeu com as independências, pelo contrário, se aprofundou, com o avanço da exploração capitalista e com a organização dos Estados nação. Assim, a colonialidade do poder compreende também a perspectiva eurocentrista de produção do conhecimento e controle da subjetividade/intersubjetividade, resultando em processo de inferiorização dos povos não europeus.

Tais elementos levantam indícios importantes para a configuração desse grupo social, em que se destaca as crianças e adolescentes, como párias sociais. Potencialmente considerada vadia, delinquente, criminosa, estigmatizada e subalternizada, a quem portanto, restava destinadas formas de assistência diferenciadas, àquelas propostas a crianças e adolescentes consideradas “normais”.

Outra questão relevante é a aprovação da Lei nº 2.040, de 28 de setembro de 1871, denominada como Lei do Ventre Livre ou Lei Rio Branco que determinou que crianças filhas de escravas, nascidas após a data da vigência dessa lei, estariam em condição de pessoas livres, sendo estas também nomeadas como ingênuos. O que ocorre é que, conquanto a Lei do Ventre Livre tenha sido um marco importante na luta antiescravista, resultado da forte campanha abolicionista que vinha se consolidando no país, verifica-se que sua promulgação trouxe pouca efetividade, na alteração das condições de vida de muitas crianças e adolescentes negros. Visto



que, a infância continuou sendo explorada pelo trabalho em detrimento do “prejuízo” dos donos de escravos.

O que se afere desse apanhado, é que a Lei do Ventre Livre, no mais, constituiu em letra morta, logo, não trouxe repercussões positivas para as crianças e adolescentes filhos de escravas, pois estes, continuaram a viver como se escravos fossem, sendo castigados e vendidos como tais, e ainda, sem receber qualquer educação que os preparasse para a liberdade. (COSTA, 1989, p. 415)

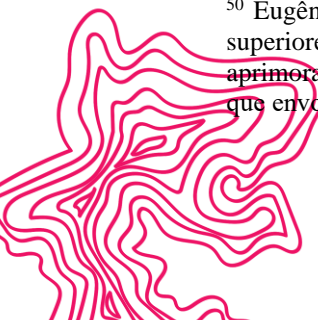
Com a promulgação da Lei nº 3.353, de 13 de maio de 1888, a abolição tinha um cunho muito mais formalista, de modo a colocar os grupos sociais negros à própria sorte. Nesse contexto, negros ainda eram considerados seres inferiores, não adaptáveis ao trabalho livre, considerados vadios e ociosos. Assim sendo, recebiam adjetivos herdados de um passado de mais de quase quatro séculos de escravidão e da disseminação das teorias da eugênia⁵⁰ que viam na mestiçagem brasileira a degradação da raça humana. Não se pensou nos negros no Brasil porque era necessário criar um Estado sob os moldes dos países europeus, era preciso melhorar a raça, ou seja, transformar o país numa população branca e civilizada.

Desse modo, as características físicas atribuíveis aos indivíduos era algo determinante na classificação hierárquica que os posicionava como seres inferiores e superiores. No entanto, a complexidade das relações raciais também ganhou outros fatores determinantes para a classificação das diferenças humanas, principalmente àquelas concernentes às diferentes formas de manifestação cultural: língua, religião, costumes, danças, músicas, dentre outros.

Outra questão importante em voga, é a transição do país para então República, proclamada em 15 de novembro de 1889. A nova forma de governo carregava consigo os ideais apregoados pelo ideal liberal, apoiado pelos ideais positivistas, pelo menos no campo formalista, vinculado à concepção de ordem e progresso.

À vista disso, denota-se um Estado República, que assim, tornava-se um Estado de Direito, e igualava a todos perante a lei, obrigando as elites a buscarem no cientificismo,

⁵⁰ Eugênia é a teoria que busca produzir a seletividade das coletividades humanas, baseada na teoria de raças superiores. Termo cunhado por Francis Galton (1822-1911) em 1883, “para se referir às possibilidades de aprimoramento da raça humana, fundado nos novos conhecimentos científicos da hereditariedade e da genética, que envolviam distinções raciais, bem como questões de gênero e geração.” (VEIGA, 2022, p. 172)



principalmente nas teses racistas, eugênicas e da Escola Positiva, no Brasil denominada nova escola penal⁵¹, formas e conteúdos diferenciadores de cidadania.

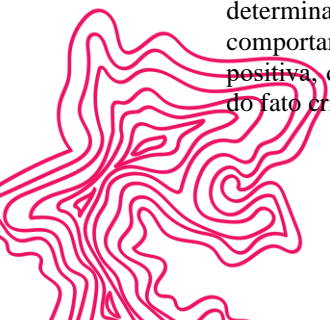
Nesse contexto, há também, uma crescente industrialização se formando em consequência do modelo de produção econômica, capitalista que se instaurava no país e refletia a necessidade de mudanças na sociedade brasileira. Diante disso, o capitalismo promovia consigo a necessidade de deixar para trás o passado escravagista.

Nesse cenário, a vadiagem e a sua criminalização, com grande contribuição da criminologia positivista, fez emergir uma necessidade de criar um novo entendimento das representações de trabalho visto, até então, como atividade aviltante, portanto, não desejada pela sociedade. A iminência da criação de uma nova ética voltada para o trabalho, tratando como criminoso aquele que tentasse fugir ao imperativo de se tornar um cidadão produtivo, na construção da sociedade moderna brasileira. Ainda o novo sistema econômico, promoveu a abertura de mercados, o ensejo pela produção do lucro, o que viria a enfraquecer ainda mais a intervenção estatal nos assuntos econômicos, e conseqüentemente, contribuiria para uma cultura de baixo investimento do Estado em políticas sociais.

Rizzini explicita, como no país a condição de moradia tornou-se um problema nas principais capitais, de modo que as pessoas se viam obrigadas a ocupar os conglomerados urbanos em periferias, favelas, cortiços e vilas operárias. Sem contar com a grande massa de desocupados que perambulavam pelas ruas (RIZZINI, 1993, p. 19).

Somado a isso, sob a perspectiva da miserabilidade que imperava nos centros urbanos para crianças e adolescentes de famílias pobres, somado ao grande número de abandonados, restavam dois caminhos: ou trabalhavam, submetidos a serviços pesados ou perigosos, jornadas exaustivas e pagamentos irrisórios ou, então, perambulavam pelas ruas das cidades grandes, agrupados em “maltas”, cometendo roubos, aplicando golpes, pedindo esmolas ou simplesmente vadiando. Conforme enfatiza Sônia Camara, as crianças que perambulavam pelas

⁵¹ A nova escola penal, trata-se de um conjunto de doutrinas sobre os problemas em relação ao fenômeno do crime e, em particular, sobre os fundamentos e objetos do sistema penal. Sob a perspectiva dessa escola de pensamento, defende-se uma nova forma de entender e reagir, contra o conceito abstrato do indivíduo (não baseada na tese do livre arbítrio), mas com enfoque na complexidade de causas biológicas e psicológicas do indivíduo que determinam suas ações. Dessa forma, defende a ideia do criminoso nato, como fundamento de que os comportamentos são biologicamente determinados (baseando-se em dados antropométricos). Ou seja, esta escola positiva, defendia iniciativas que primeiro evidenciavam as condições pessoais do “delinquente” em detrimento do fato criminoso per se.



idades tinham como fator principal de perseguição policial a vadiagem, sendo a “prática da vadiagem uma ameaça à moral e aos bons costumes, onde a associação entre ociosidade e indigência provocada pela miséria dava, como resultado final, os pervertidos morais, capazes de cometer crimes contra a ordem e a propriedade” (CAMARA, 2010, p. 54-55).

Isso significa, o início do século XX configurou uma nova etapa no tratamento dispensado às crianças e adolescentes. “A ideia de inocência sobreviverá associada apenas às crianças de “boas famílias”, em paralelo à noção de perversidade inata atribuída à infância das classes pobres” (RIZZINI, 1997, p. 163).

Os desvalidos da sorte, o Código de Menores de 1927 e a educação pelo e para o trabalho

A história da infância e a problemática do menor, tem no campo da história do Direito e a produção legislativa do período, evidências importantes para entender essas questões, bem como os tensionamentos políticos e sociais, aos quais essas crianças e adolescentes, foram expostos.

Logo nos primeiros anos do século XX, o Estado decidiu intervir investindo nas instituições públicas de recolhimento das crianças em situação de abandono, higienizando e tirando das ruas os indesejáveis sociais. Foi nesse momento que os juristas brasileiros⁵² conquistaram espaço e auxiliaram as lideranças e autoridades do governo a pensar novas soluções para os problemas da criminalidade urbana, da qual a infância também constituía uma peça chave.

Vasta bibliografia⁵³ denota essa problemática, em que o uso dos termos menor, desvalido e delinquente para se referir às crianças e adolescentes em situação de marginalidade, acabaram por produzir formas de subalternidade e desqualificação social, ou seja o termo menor, no decorrer do período, perde seu caráter meramente quantitativo (ex. menor de 15 anos), para se tornar um termo pejorativo e desqualificante. Na mesma

⁵² Rizzini (1997, p. 190), afirma que: “Nossos juristas não esconderão seu entusiasmo pelos mestres das ciência criminológica, em particular Ferri e Lombroso. Multiplicavam-se as teorias, Escolas e Congressos no mundo, debruçados sobre o problema da criminalidade e do seu enfrentamento sob uma nova ótica da Justiça ajustada às ideias liberais.”

⁵³ Veiga e Faria Filho (1999), Kulhlmann Jr. (2002), Rocha (2003), Marques (2003), Camara (2011), Veiga (2022).
XI Encontro de Pesquisa em História da UFMG - ISBN: 978-65-01-11103-2

perspectiva, encontra-se o uso dos termos “desvalida/desvalido”–para se referir a uma criança em situações marginais.

Acrescenta-se às teorias de Norbert Elias (2000) a dinâmica da ausência e presença funciona como um reforço dessas relações de poder e impulsiona sentimentos de repulsa, vindo a justificar, a “evitação social” desse outro inferior. Por isso, ao se problematizar a história do “menor”, evidencia-se o processo de construção de certas crianças e adolescentes como inferiores. O que se apoia nos estudos de Elias, de que no cerne das relações sociais, grupos mais poderosos que assim o são por causa de sua posição na rede de interdependência em relação com os outros, identificam-se e se colocam como superiores. Relação esta que pode ocorrer entre homens em relação às mulheres, adultos em relação à criança, crentes em relação aos não crentes, etc. (ELIAS, 2000, p. 23-24).

Por isso, ao propor estudar a história da criança e adolescente desvalida em Minas Gerais, identifica-se os processos desiguais de educação, assistência social aos que, os considerados desvalidos foram submetidos. De modo que, às crianças e adolescentes pobres restou endereçada leis e assistências sociais que promoveram sua exclusão social e uma educação que, quando proporcionada, tinha como enfoque a preparação para o trabalho, o que deu causa à sua marginalização e subalternidade. Nesse sentido, Veiga assevera: “É fato, crianças, trabalhadores, analfabetas, pobres, negras e mestiças historicamente têm sido representadas como grupo subalterno, marginal, anômico, vadias, desvalidas, delinquentes e de estética inferior” (VEIGA, 2019, p. 773).

Sendo assim, a caracterização da criança “menor” e de uma infância “desvalida” só foi possível pela elaboração sócio-histórica das representações de uma infância desejada. A estruturação de práticas de assistência a crianças esteve associada às mudanças das sensibilidades e a reordenação familiar no contexto europeu, desde o século XVIII. Em consequência, as atitudes de abandono e de violência de crianças passaram a ser discutidas, apesar da intensa exploração do trabalho de crianças e adolescentes, nas indústrias e no campo, concomitantemente à escravização dos mesmos sujeitos.

No campo jurídico, com a aprovação do Código de Menores, em 1927, Decreto nº 17.934-A, intencionava a normatização da “assistência” e da “proteção” de menores desvalidos e delinquentes, embora seja necessário questionar a concepção de proteção e de



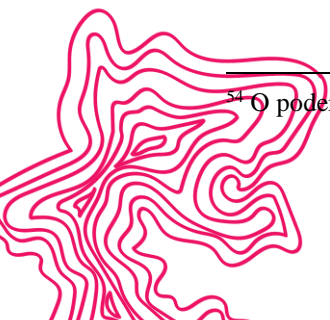
assistência em vigência naquele contexto, assim como essas leis fomentavam a separação dessas crianças e adolescentes em categorias que asseveravam inferioridade.

Por exemplo, o Código de Menores de 1927, já em seu primeiro artigo especificava e diferenciava a quem era endereçada a lei: “Art. 1º O menor, de um ou outro sexo, abandonado ou delinquente, que tiver menos de 18 anos de idade, será submetido pela autoridade competente às medidas de assistência e proteção contidas neste Código. (BRASIL, 1927)” Em contrapartida, as crianças e adolescentes não consideradas “menores”, cabia a regulamentação e proteção do Código Civil de 1916, que inclusive, tinha normas diferentes em relação a instituição e destituição do pátrio poder⁵⁴.

Ademais, o Código de Menores de 1927, evidenciava o estigma do ser menor e em seu artigo 26 do Código de Menores, determinava oito definições diferentes indicadoras do menor em situação de abandono, entre as quais: não ter habitação certa, nem formas de subsistência, ter os pais falecidos, desaparecidos ou desconhecidos, e nem ter pessoa responsável por sua guarda e tutela (inciso I); que os pais, tutor ou guardião não tenham condições de garantir a subsistência do menor por condição de pobreza ou que sejam incapazes de cumprir com os deveres do pátrio poder (incisos II e III); que se encontrem em estado habitual de vadiagem, mendicância ou libertinagem (inciso V); que sejam vítimas de maus-tratos, violência e negligência pelos pais ou quem tenha o dever de guarda (inciso VII).

Destarte, a mesma legislação, prevalece um tipo específico de educação, o caráter regenerador dado ao trabalho, como também, medidas que intentavam excluir e recluír essa infância e adolescência “indesejada”. Em Minas Gerais, a aprovação do Regulamento da Assistência e Proteção a Menores Abandonados e Delinquentes, em 1927, criou escolas destinadas ao recolhimento de “menores privados de assistência e proteção”. Guardadas as especificidades de cada uma destas instituições, quais sejam, Abrigo de Menores, Escolas de Preservação, Escolas de Reforma e Escolas para Anormais. O objetivo essencial, segundo a norma, seria o de preparar os alunos para o trabalho profissional. As escolas

⁵⁴ O poder familiar ou poder paternal compreendido entre os direitos e deveres dos pais sobre os filhos.
XI Encontro de Pesquisa em História da UFMG - ISBN: 978-65-01-11103-2



foram fixadas na zona rural e em cidades do interior, sendo o Abrigo de Menores a única instituição que poderia funcionar em centros urbanos⁵⁵.

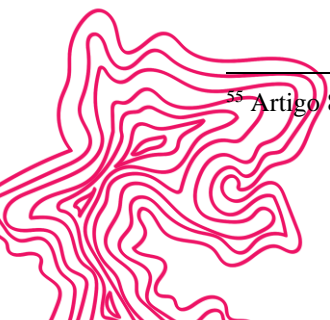
Além do mais, as propostas de escola e educação que tinham como enfoque o tipo de escola, no formato de internato ou de colônia, também favoreceria ao afastamento do convívio social, agravando o estranhamento desses na sociedade. Como também, a indicação de educação pelo trabalho no campo, representava uma continuidade com as práticas históricas da escravização de crianças. Destarte, à luz destas premissas, problematiza-se as prerrogativas que conectavam a educação como um campo de dimensão regenerativa/reeducadora, de modo a preservá-las da vadiagem e marginalidade como elementos proporcionadores e perpetuadores de sua inferiorização e, inclusive, de sua criminalização.

Considerações Finais

Conforme trabalhado, a desigualdade da educação brasileira é inerente à história da discriminação racial de crianças e adolescentes, repercutindo desde a escravidão e permanecendo mesmo após a abolição, quando a situação de exploração em nada se alterou com as mudanças legislativas. Nesse contexto, com a mudança política do país para República, agora prevendo a igualdade de direitos de todos os cidadãos, ao menos, no campo teórico, motivou que as elites buscassem nas teorias da criminologia, sob o criminoso nato, no higienismo e na eugenia, formas de separação da sociedade, entre nós e eles.

Esse desequilíbrio entre a balança de poder, entre os grupos dominantes e os subalternizados é explicado pelas teorias de Nobert Elias sobre estabelecidos e *outsiders*, em que um grupo desqualifica e inferioriza a outro grupo, estabelecendo sobre este outro, diferenciação e dominância. De mesmo modo, denominações como “menor”, “desvalido”, “delinquente”, “abandonado” são termos determinantes, junto a outros, para estigmatizar e subalternizar uma parcela da população de crianças e adolescentes, em sua maioria negra e mestiça, tornando-os *outsiders*, que a partir de então, com o poder exercido pelos estabelecidos, deveriam ser afastados da sociedade e/ou educados de uma forma específica, com enfoque ao trabalho e à formação do cidadão considerado útil naquele contexto de Brasil república.

⁵⁵ Artigo 86 do Código de Menores de 1927.



A história das crianças e adolescentes, retratada desde meados do século XIX até o período menorista, é reveladora do descaso com que foi tratada a infância brasileira, como meros objetos à mercê de um Estado negligente, autoritário e intransigente. O período menorista no Brasil, construído nas primeiras décadas do século XX, sob os moldes do Códigos de Menores de 1927, serviu, em certa medida, para normatizar a pobreza e institucionalizar crianças e adolescentes utilizando como doutrina a pedagogia do trabalho.

Por fim, ressaltamos o descaso com a área da assistência social no Brasil e, principalmente, com a infância brasileira, reflexo das situações de desigualdades sociais e raciais encontradas atualmente na sociedade brasileira. Sendo assim, é de extrema importância retratar esses apontamentos acerca da desigualdade da educação e das relações raciais no Brasil, tendo em vista, o papel que a Educação e o Direito da Criança e do Adolescente, exercem hoje para a concretização de direitos de crianças e adolescentes negros no país.

Fontes

BRASIL. Decreto nº 16.272 20, de dezembro de 1923. Approva o regulamento da assistência e proteção aos menores abandonados e delinquentes. Rio de Janeiro, 1923. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1920-1929/decreto-16272-20-dezembro-1923-517646-publicacaooriginal-1-pe.html> Acesso em: 22. jan. 2023.

_____. Lei nº 17.943-A, de 12 de outubro de 1927. Consolida as leis de assistência e proteção a menores. Código de Menores. Rio de Janeiro, 1927. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1920-1929/decreto-17943-a-12-outubro-1927-501820-publicacaooriginal-1-pe.html> Acesso em: 22. jan. 2023.

Referências bibliográficas

CAMARA, Sônia. Sob a guarda da república: a infância menorizada no Rio de Janeiro da década de 1920. Rio de Janeiro: Quartet, 2011.

COSTA, Emília Viotti da. Da Senzala à Colônia. 3 ed. São Paulo: Brasiliense, 1989.

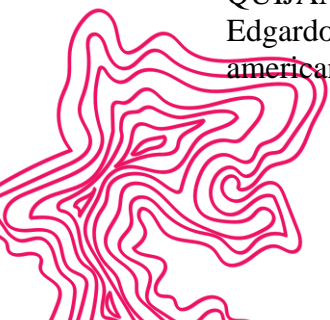
COSTA, Hilton. Hierarquias Brasileiras: A abolição da escravatura e as teorias do racismo científico. In: Anais do 3º Encontro Escravidão e Liberdade no Brasil Meridional. Recurso eletrônico. 2007.

ELIAS, Norbert e SCOTSON, John L. Os estabelecidos e os outsiders. Sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2000.

LONDOÑO, Fernando Torres. A origem do conceito Menor. In: História das crianças no Brasil. Mary Del Priore organizadora. 3 ed. São Paulo: Ed. Contexto, 1995, p. 129-145.

PRIORE, Mary Del. (org) História das Crianças no Brasil. 6 ed. São Paulo: Contexto, 2008.

QUIJANO, Anibal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: LANDER, Edgardo (org.) A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais perspectivas latino americanas. Buenos Aires: Clacso, 2005. (Coleção Sur Sur)

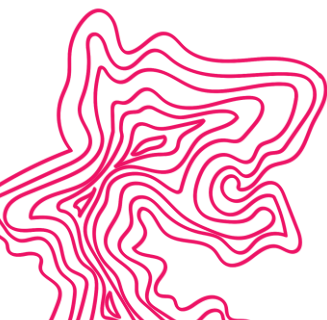


RIZZINI, Irene. O Século Perdido: raízes históricas das políticas públicas para a infância no Brasil. Rio de Janeiro: USU, 1997.

RIZZINI, Irma. Assistência à infância no Brasil: uma análise de sua construção. Rio de Janeiro: Ed. Universitária Santa Úrsula, 1993.

VEIGA, Cynthia Greive. Infância subalterna: dimensões históricas das desigualdades nas condições de ser criança (Brasil, primeiras décadas republicanas). *Perspectiva*, Florianópolis, volume 37, n. 3 – p. 767 – 790, jul./set. 2019.

_____. Subalternidade e opressão sociorracial: questões para historiografia da educação latina americana. Prefácio de Rosa Fátima de Souza Chaloba. São Paulo: Editora Unesp/ SBHE. 2022.



Relações entre História, Museus e Museologia: perspectivas, narrativas e caminhos possíveis

Carlos Augusto Ribeiro Jotta

Doutor em História – PUC/MG

Marina Furtado Gonçalves

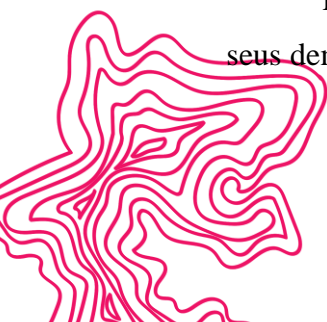
Doutora em História - Universidade Federal da Bahia

Esta proposta de Simpósio Temático tem como objetivo discutir pesquisas acadêmicas em torno da museologia e da história em seu amplo espectro. Busca-se analisar as relações férteis entre esses campos do conhecimento que possibilitam pesquisas sobre a escrita e a interpretação da história nos museus, os usos de coleções museológicas como fontes de pesquisa pautados, sobretudo, na perspectiva da cultura material, a relação museu/sociedade/história e a preservação do patrimônio cultural como registro da memória e construtor de identidades.

Sabe-se que no século XXI os museus são alvos de discussões que visam a releitura de suas narrativas para a apresentação e decolonização de suas exposições, acervos, pesquisas e comunicação. A teoria museológica atual caminha para o entendimento de que as narrativas nos museus excluíram ou silenciaram fatos, populações e acervos em detrimento de um discurso eurocêntrico. Com um vasto campo disciplinar, a história colabora na reformulação do conhecimento e no fortalecimento ético e histórico das narrativas do passado para ressignificar o discurso museológico apresentado nas instituições museais.

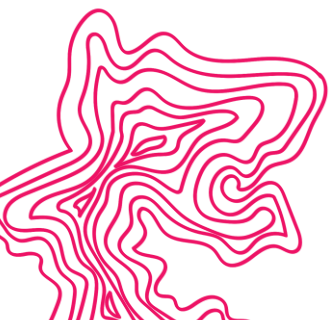
Ao analisarmos os aportes das possíveis interseções destes dois campos, observamos o debate relevante na fronteira do saber que visa contribuir para uma relação científica e social dos museus com o público, bem com afirmá-los como fontes de informação. Para autores como Myrian Sepúlveda dos Santos, Ulpiano T. Bezerra de Menezes, Mário Chagas, Regina Abreu, Maria Cristina Oliveira Bruno e tantos outros os museus tornaram-se cenários-chaves de visualização do passado embebido de uma nostalgia. Entretanto, também se configuram como laboratórios e instituições de discussão de pensamentos contemporâneos na relação do patrimônio cultural com a sociedade no seu sentido mais vasto, buscando a pesquisa, o colecionismo, a conservação, a interpretação e a exposição do patrimônio material e imaterial.

Pautado na evolução das relações seculares do historiador com o museu e do museu com seus demais profissionais em um campo interdisciplinar, este Simpósio Temático visa acolher



pesquisas que colaborem com a discussão contemporânea de releituras do passado, os usos das coleções nos museus, o estudo da cultura material, a preservação e as possíveis ramificações da relação da história e da museologia no campo dos museus e no campo acadêmico.

Espera-se que as discussões contribuam para a compreensão da relação alargada entre a história, os museus e a museologia no sentido de problematizar as narrativas e o papel do discurso da história nos museus.



A medicina por seus médicos: acervos pessoais no entendimento da história local

Anna Carolina Thomaz de Melo Dias

Graduanda em Museologia - Universidade Federal de Minas Gerais

Email: meldsanna@gmail.com

Resumo: O presente trabalho busca um diálogo sobre identidade e memória e as possíveis relações na construção de narrativa historiográfica em um Centro de Memória Universitário. Como morada de objetos, os Museus propõem um discurso narrativo capaz de criar uma relação emocional com a exposição, possibilitando a validação de identidades coletivas. Neste contexto, as identidades se configuram como uma herança de significados que, articulados, permitem sentimento de pertencimento, contribuindo para a formação e afirmação identitária individual e coletiva, que surge na malha de contextos sociais. O Centro de Memória da Medicina (Cememor) está localizado na Faculdade de Medicina da Universidade Federal de Minas Gerais e tem como missão preservar a memória da Faculdade, de seus espaços e de sua comunidade por meio dos seus acervos museológico, arquivístico e bibliográfico. Um dos professores cujo acervo pessoal e profissional está presente no Cememor é o professor Eduardo Ribeiro Borges da Costa, um dos fundadores da Faculdade que: (a) foi o primeiro professor da disciplina de Anatomia Descritiva Humana, posteriormente assumindo também a cadeira de Clínica Cirúrgica; (b) liderou uma equipe de médicos mineiros que durante a primeira guerra mundial, em 1918, foram enviados para a França; e (c) fundou, em 1922, o Instituto do Radium, pioneiro no combate ao câncer no Brasil. O acervo do Cememor sobre o médico inclui cartas, documentos pessoais e manuscritos; sua espada de honraria e maleta de primeiros socorros; fotografias de turmas; de cirurgias que participou, de seus familiares, de sua expedição em 1918, registros do próprio Instituto, além da fotografia do médico com Madame Marie Curie durante sua visita à Belo Horizonte. Desta forma, o acervo de Borges da Costa se apresenta como possibilidade para o estabelecimento de pontes que unem a trajetória da medicina com a história de Belo Horizonte ao apresentar a criação da faculdade e de instituições de tratamento médico para a população, além da atuação política do docente. O uso dos objetos possibilita, ainda, o desenvolvimento de uma afinidade entre o visitante e a coleção, impactando na experiência com a exposição e a mediação. Portanto, ao preservar memórias individuais, fomenta-se a possibilidade de estabelecimento de um vínculo de simpatia que permite ao um público leigo, a conexão da história do médico com a própria história local.

Palavras-chave: Centro de memória, Arquivo pessoal, Memória individual, Memória coletiva, História da saúde.

Introdução

Os Centros de Memória (Cm) surgem, no contexto brasileiro, através da crescente necessidade institucional de preservar e comunicar sua trajetória, desenvolvendo sistemas de informações que permitem sua organização, acesso e pesquisa.

De acordo com o texto *Centro de Memória: manual básico para implantação* (ITAÚ CULTURAL, 2013):

XI Encontro de Pesquisa em História da UFMG - ISBN: 978-65-01-11103-2

2023

168



O Cm é uma área de uma instituição cujo objetivo é reunir, organizar, identificar, conservar e produzir conteúdo e disseminar a documentação histórica para os públicos interno e externo. Ecoando os valores das instituições, os Cms geram produtos e serviços, dialogando com o campo da gestão do conhecimento, da comunicação e da cultura organizacional. (ITAÚ CULTURAL, 2013, p.12)

Com o desenvolvimento destes espaços de informação e cultura, a instituição insere seus registros em um sistema de musealização, os compreende quanto “documentos representativos da realidade que eles constituíam” (DESVALLÉES, MAIRESSE, 2016, p. 57), e os introduzem em uma relação onde o material se transforma em fonte de estudo e exibição que valoriza sua própria história.

Desta forma, têm-se a patrimonialização de um acervo que, ao ser reconhecido e apropriado coletivamente, delinea a narrativa do desenvolvimento da instituição, e sua relação com o coletivo, em sua constante articulação com a sociedade. Este enraizamento da história de uma organização, desta forma, propicia o fomento a um diálogo com a comunidade local, que impacta na definição deste patrimônio quanto um bem coletivo.

Tais apropriações coletivas são resultado de ações educativas que promovem o acesso ao acervo, potencializando seu conhecimento e fruição, e fomentando discussões quando seu valor cultural e sua relação com o desenvolvimento social.

Neste contexto, os Centros de memória, que foram inicialmente criados em ambientes universitários, atuam em um movimento que visa salvaguardar o caminho trilhado pela instituição, os atores que contribuíram nesta trajetória, e os impactos causados em sua comunidade.

É inserido neste movimento que o Centro de Memória da Medicina (Cememor) foi criado, em 1977. O espaço, que abriga acervo arquivístico, bibliográfico e museológico, registra a história da fundação e progresso da centenária Faculdade de Medicina da Universidade Federal de Minas Gerais (FM/UFMG).

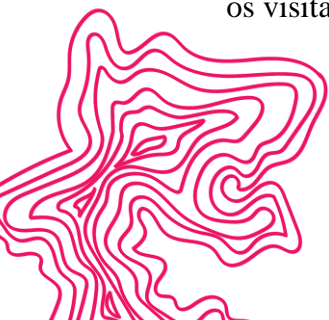
Este trabalho tem como objetivo a análise das relações criadas entre o acervo pessoal de um dos professores fundadores da Faculdade, o médico Eduardo Borges Ribeiro da Costa, e a história de Belo Horizonte, cidade em que a instituição está inserida. Para tanto, será apresentado um breve histórico do Cememor, e da trajetória do médico. Posteriormente, o acervo exposto referente ao professor será apresentado e, por fim, as relações entre tal acervo e os visitantes será discutido.

O Centro de Memória da Faculdade de Medicina da UFMG

XI Encontro de Pesquisa em História da UFMG - ISBN: 978-65-01-11103-2

2023

169



A Faculdade de Medicina foi instituída em 05 de março de 1911, sendo uma das primeiras instituições de ensino superior da nova capital mineira, que havia sido inaugurada em 1897. Segundo Calixto (2012), sua fundação resulta de um movimento composto por médicos que objetivavam a criação de um curso superior de Medicina em Minas Gerais.

De acordo com Pedrosa (2012), foram treze os professores fundadores, a saber: Aurélio Pires, Cícero Ribeiro Ferreira Rodrigues, Eduardo Borges Ribeiro da Costa, Cornélio Vaz de Mello, Olyntho Deodato dos Reis Meirelles, Honorato Alves, Hugo Furquim Werneck, Zoroastro Alvarenga, Antonio Aleixo, Samuel Libânio, Ezequiel Dias, Alfredo Balena e Octávio Machado.

O Centro de Memória da Medicina, que tem como objetivo pesquisar, preservar e comunicar a trajetória da Faculdade desde sua fundação, e do desenrolar das ciências médicas na capital mineira .

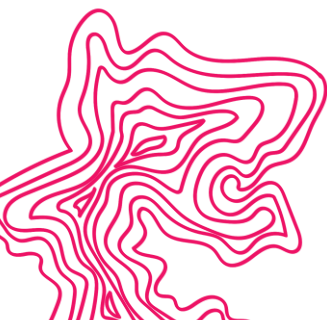
O espaço reúne acervo têxtil, fotográfico, fílmico, bibliográfico, arquivístico, mobiliário, de materiais biológicos, acervo científico e artístico, constituindo coleções que se relacionam aos professores fundadores, eméritos e diretores; médicos com importante atuação em pesquisas e espaços de saúde; hospitais e centros de atendimento em saúde na capital; e os discentes, suas formações e atuações.

Tais coleções fomentam a criação de narrativas possíveis para a compreensão do desenvolvimento da Faculdade e sua relação com a comunidade belo-horizontina.

O Centro é aberto ao público (DINIZ, SOUZA e CAMPOS, 2021), e recebe mensalmente alunos de ensino fundamental, médio, médio técnico, técnico subsequente e superior. Dividido em quatro espaços expositivos, a equipe do educativo guia os visitantes agendados em uma conversa sobre os antecedentes da criação da Faculdade, sua inauguração, seu desenvolvimento, seus atores, e sua configuração atual.

A vida e o acervo do médico Borges da Costa

Eduardo Borges Ribeiro da Costa (1880-1950) é natural do Rio de Janeiro. Ainda na então capital federal, obteve a titulação de médico em 1904. A mudança para Belo Horizonte aconteceu em setembro de 1907, ano em que começou a atuar no serviço de cirurgia da Santa Casa.



Na capital mineira, a morada particular do médico é hoje conhecida como o Palacete Borges da Costa, que atualmente abriga a Academia Mineira de Letras. Segundo Lemos (2019):

“Através do registro de uma vivência qualificada por uma unidade de vizinhança plena de interações e sociabilidades, a casa, um verdadeiro palacete, permaneceu no tempo e se converteu em uma legenda. Esta se encontra emoldurada em uma paisagem caracterizada pelo equilíbrio entre a construção humana da arquitetura e a constituição de lendários lugares que fizeram da Capital um aporte poético.” (LEMOS, 2019, p. 54)

Borges da Costa foi um dos colaboradores para a fundação da Faculdade de Medicina em 1911, e se tornou o primeiro professor de Anatomia descritiva humana. Posteriormente, assumiu também as aulas de Clínica cirúrgica, que era ofertada para as turmas do quinto ano médico.

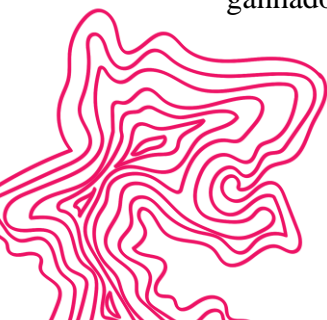
Ainda de acordo Calixto (2012), em 1918 o médico viajou à França chefiando a equipe mineira da Missão Médica Brasileira, que partiu do Rio de Janeiro em agosto daquele ano, para atuar na França durante a Primeira Guerra Mundial. Segundo Cid (2021), “A Missão Médica Brasileira tinha como objetivos fundar um hospital em Paris, auxiliando os serviços de saúde aliados no tratamento dos feridos em combate” (CID. 2021, p.9).

A década de 1920 trouxe dois grandes marcos para a trajetória do médico. Borges da Costa havia se tornado diretor da faculdade em 1920, cargo que ocupou até 1926. Também em 1920, o professor criou o Instituto do Radium, que, inaugurado em 1922, é considerado pioneiro na luta contra o câncer no Brasil. Borges da Costa foi diretor do Instituto até 1950, quando de sua morte.

Atualmente, o Instituto recebe o nome de Hospital Borges da Costa, em homenagem ao seu fundador.

Para Santos (2021), entre os objetivos do espaço, encontravam-se o estudo do radium (Ra) e suas aplicações terapêuticas; estudos e pesquisas científicas para tratamento do câncer; difusão de conselhos e ensinamentos práticos à população; e o estudo e pesquisas científicas voltadas para o progresso da terapêutica cirúrgica.

O espaço recebeu diversas visitas ilustres. Dentre elas, menciona-se uma visita realizada em agosto de 1926, quando chega ao Instituto a cientista Marie Curie, duas vezes vencedora do Prêmio Nobel - uma em química e outra em física; e sua filha, Irene Curie, também ganhadora do Prêmio Nobel em química.



A trajetória do médico é abordada pelo educativo do Cememor, e parte do acervo do médico Borges da Costa está exposto nas galerias do Centro. Dentre este acervo em exibição, se encontra um busto do médico; fotos tiradas durante a primeira aula de anatomia descritiva em 1913; documentos de identificação pessoais; condecorações recebidas durante e depois da Missão Médica Francesa; fotografias do médico com fardas; uma espada recebida após a nomeação de Tenente-coronel; um telefone de campanha, uma maleta de primeiros socorros e um capacete usados durante a expedição à França; e uma fotografia junto às cientistas Marie e Irene Curie.

Tais objetos atuam como mecanismos que auxiliam na construção da narrativa do médico, relacionando a atuação do professor - e seu pioneirismo - na docência, no atendimento na capital mineira, e em suas relações internacionais.

O uso de acervos pessoais no entendimento da história local

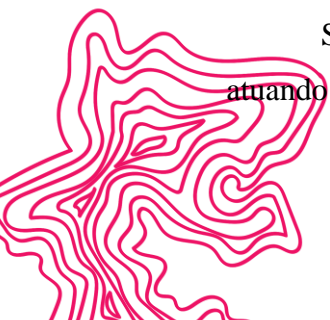
Os arquivos pessoais são compreendidos como aqueles acervos de origem privada, que foram acumulados por uma pessoa ao longo de sua vida e de suas atividades em sociedade. Quando musealizados, tais documentos, que representam uma parcela da memória coletiva, podem ser pensados como suportes para compreender alguns aspectos sociais de uma sociedade em um determinado momento.

Assim, no Centro de Memória da Medicina, o acervo do médico atua como um estímulo, que propõe ao indivíduo que o frui, enxergar e interpretar o passado a partir das relações construídas por um médico durante a primeira década do século XX.

Este estímulo é respaldado pelo modelo argumentativo de museu, empregado no bojo da museologia contemporânea, e que favorece reflexões sobre a narrativa que impactam na forma de pensar e agir do visitante. Assim, as instituições culturais museológicas “são uma espécie de pequena-imensa janela através da qual pessoas no presente observam o universo na forma de lugares, tempos e culturas diferentes” (BITTENCOURT, 2012, p.20).

Através de seu acervo, os documentos se transformam em veículos de representações, que se relacionam de forma subjetiva com os visitantes, propiciando criações de sentido que conectam um conjunto, que se torna referencial e valida uma narrativa que é apreendida pelo consulente ao fomentar relações com suas próprias memórias.

São estas representações que constroem a compreensão e as interpretações do passado, atuando como pontes entre o tempo presente e o pretérito, em um processo de conhecimento



em que se é visualizado as manifestações e heranças passadas. Desta forma, constrói um modelo interpretativo da cultura.

Segundo Meneses (2012), “A cultura é indivisível”, e o material e imaterial se integram em um conceito. Isso porque a interpretação do acervo patrimonializado se torna representativo de valores que retratam diversas facetas culturais. Desta forma, as mediações propostas pelo educativo de um centro de memória, permitem a criação de elos entre a cultura e seu passado e o cotidiano, possibilitam a contextualização que agita e estimula a compreensão e a proposição de novas interpretações de relações inseridas na malha social da cidade.

Afinal, segundo Chagas (1996), “A ação educativa é um processo de transformação do bem cultural em bem social” (1996, p.62), e provocam sensações, pensamentos e emoções que potencializam o processo de apropriação.

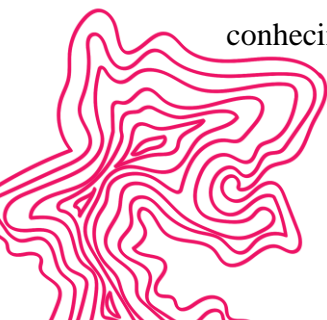
Ainda, o contato com tal acervo promove revelações de memórias da comunidade, já que, através da musealidade, compreendemos que um acervo é dotado de valores e significados constantemente atribuídos pelas pessoas que os frui. Não apenas revelando apenas as memórias e vivências do médico, elas encontram ressonância com os usuários, que constitui uma relação afetiva com o acervo.

Percebe-se, desta maneira, que estimular a relação de comoção e afeto entre um sujeito e um ítem museal, é uma maneira de avivamento de objetos nos museus, inserindo-os em novos ciclos de interpretações e significados.

Considerações finais

Segundo Meneses (2012), os objetos de museus possuem uma trajetória de vida, que não se encerra quando inserido em um museu. Ao contrário, em instituições culturais sua biografia é expandida, pois se relacionam com o sensível, e evocam memórias, relações e histórias que não se notam apenas através de sua materialidade, mas da comoção que tais ítems provocam nas pessoas.

Desta forma, um conjunto de objetos, ainda que referentes à trajetória de um personagem localizado em um tempo pretérito, são capazes de estimular memórias e identidades dos moradores da cidade. Eles evocam símbolos apreendidos pelos visitantes ao longo de sua própria trajetória, e passam a integrar novos significados e narrativas, aliando conhecimentos pré adquiridos.



Por tanto, a memória e a identidade estão configuradas em um sistema que se auto mantém, ao produzirem uma trajetória, uma narrativa. Há, então, um compartilhamento de memória, que diretamente impacta na valorização do patrimônio e de uma identidade local.

Ao selecionar e expor um conjunto de objetos, o museu conscientemente recria narrativas, que são compreendidas pelos visitantes através de recordações coletivas. Assim, essas lembranças - a imaterialidade - são respaldadas pelo acervo material, ou seja, por meio dos objetos que estão à nossa disposição e ativam as nossas lembranças.

O acervo do médico Borges da Costa, ainda que selecionados de forma intencional, como indicativos da trajetória de um dos mais proeminentes personagens da criação e desenvolvimento da Faculdade de Medicina da UFMG, recebe novas roupagens e interpretações ao serem investigados pelo público visitante.

Referências

BITTENCOURT, J.N. **As coisas dentro das coisas**. In: AZEVEDO, F.L.M. PIRES, J.R.F. CATÃO, L.P. (org) **CIDADANIA, MEMÓRIA E PATRIMÔNIO: As dimensões do museu no cenário atual**. Belo Horizonte: Editora Crisálida. 212 p. 2009.

CALIXTO, N.S. **A Faculdade de Medicina: aspectos históricos**. In: PEDROSO, E.R.P. **Centenário da Faculdade de Medicina da Universidade Federal de Minas Gerais**. Belo Horizonte: Editora Folium. p. 2 - 23. 2012.

CHAGAS, M. **Museália**. Rio de Janeiro. JC Editora. 120 p .1996.

CID, G. F. **A Missão Médica Militar na Primeira Guerra Mundial**. Trabalho de Conclusão de Curso (especialização). Escola de Saúde do Exército. Programa de Pós-Graduação em Aplicações Complementares às Ciências Militares. Rio de Janeiro. 29 p . 2021.

DESVALLÉES, A. MAIRESSE, F. **Conceitos-chave de museologia**. Comitê brasileiro do Conselho Internacional de Museus. Superintendência de Museus e Artes Visuais. Secretaria de Estado de Cultura de Minas Gerais. Belo Horizonte. 100 p. 2016.

DINIZ, L.H.R. SOUZA, R.M.F. CAMPOS, J.F.G. **Exposições virtuais no isolamento: a memória institucional da Faculdade de Medicina da Universidade Federal de Minas Gerais a partir dos acervos dos seus fundadores**. São João Del-rei: II Simpósio virtual MRSJDR: Educação museal no panorama atual. 12 p. 2021.

ITAÚ CULTURAL. **Centros de memória: manual básico para implementação**. São Paulo. 83 p. 2013.

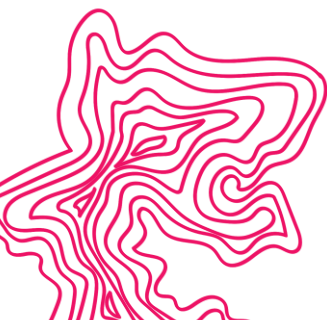
LEMONS, C.B. **A presença do Palacete Borges da Costa e o seu significado na história de Belo Horizonte**. Dossiê. Belo Horizonte: Academia Mineira de Letras 110 anos. p. 43 - 55. 2019.



MENESES, J.N. C. **Memória e historicidade dos lugares: uma reflexão sobre a interpretação do patrimônio cultural das cidades.** In: AZEVEDO, F.L.M. PIRES, J.R.F. CATÃO, L.P. (org) CIDADANIA, MEMÓRIA E PATRIMÔNIO: As dimensões do museu no cenário atual. Belo Horizonte. Editora Crisálida. 212 p. 2009.

PEDROSO, E.R.P. **A Faculdade de Medicina da Universidade Federal de Minas Gerais e sua origem na Inconfidência Mineira.** In: PEDROSO, E.R.P. Centenário da Faculdade de Medicina da Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte. Editora Folium. p. 24 - 41. 2012.

SANTOS, M.H. **100 Anos contra o câncer: do Radium ao Instituto de Oncologia da Santa Casa de Belo Horizonte.** Belo Horizonte: Santa Casa de Belo Horizonte. 68 p. 2021.



Em busca da história da Escola de Veterinária da UFMG: uma narrativa sobre a revitalização do Cememor-Vet

Maraísa Inês de Assis Martins

Graduanda em História-Licenciatura - Universidade Federal de Minas Gerais
Email: maraisainesassis@gmail.com

Débora Stephanie Oliveira Inácio

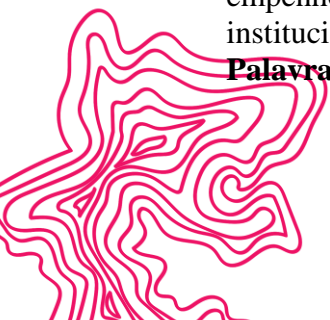
Graduanda em Conservação e Restauração de Bens Culturais e Móveis - Universidade Federal de Minas Gerais
Email: deebooraas@gmail.com

Elisa Cândida Alcântara de Sales

Graduada em História-Licenciatura - Universidade Federal de Minas Gerais
Email: alisacas2000@gmail.com

Resumo: O Centro de Memória da Escola de Veterinária da UFMG (Cememor-Vet), inaugurado no campus Pampulha da UFMG no dia 30 de maio de 2006, sob a coordenação do professor José Newton Coelho Meneses, se estabelece, sobretudo, como um laboratório de pesquisa histórica, de arquivos e acervos documentais, bibliográfico e de objetos relacionados ao funcionamento da escola e da profissão de médico veterinário, além de se configurar como um espaço museológico sobre as atividades profissionais de veterinário e do ensino, pesquisa e extensão da Escola de Veterinária da UFMG. Mais que isso, o Cememor-Vet, enquanto um lugar de guarda da memória, se mantém voltado ao seu objetivo central, isto é, a viabilização da rememoração histórica e institucional da Escola de Veterinária da UFMG. Para tal, as atividades do espaço se estabelecem nos processos de gestão documental, higienização e organização do acervo arquivístico; limpeza e catalogação do acervo bibliográfico junto à biblioteca da Escola; organização e inventariação dos bens que compõem a Reserva Técnica do espaço em parceria com a Rede de Museus da UFMG, utilizando-se da plataforma *In Patrimonium*; por fim, no planejamento e montagem de exposições, como a "(Co)memorar", realizada em 2022 com o intuito de celebrar e homenagear a Escola de Veterinária pelos seus 90 anos, bem como na elaboração de um Memorial do Prof. Carneiro Viana, em formato virtual. Para 2023, outras exposições e eventos estão em fase de planejamento, como a exposição "Animais e Comunidade: Um olhar sobre os invisíveis", feita em parceria com a Comissão Permanente de Política de Animais no Campus Pampulha, a qual está em fase final de criação, tendo sua estreia ainda em março deste ano (2023); e a exposição artística dos Animais Silvestres do Campus Pampulha-UFMG, ainda sem título, que encontra-se em desenvolvimento, tendo suas artes realizadas por uma das colaboradoras do Centro. Diante de tais atuações, o Centro de Memória se constrói enquanto o resultado de um esforço de colaboração multi e interdisciplinar, o que demonstra a necessidade da atuação em conjunto de várias áreas do conhecimento para a constituição de lugares de memória. É a partir de tal empenho que o Cememor-Vet ocupa um lugar importante na preservação da memória e história institucional, não somente da Escola de Veterinária, mas também da UFMG como um todo.

Palavras-chave: Cememor-Vet, História, Memória, Escola de Veterinária.



Notas Introdutórias

O Centro de Memória da Escola de Veterinária da UFMG (Cememor-Vet), inaugurado no campus Pampulha da UFMG no dia 01 de março de 2006, sob a coordenação do Prof. José Newton Coelho Meneses, se configura como um espaço de preservação da História e Memória material e imaterial da instituição. É um ambiente de pesquisa histórica, guarda de arquivos documentais e um centro museológico para as atividades de ensino, pesquisa e extensão da Escola de Veterinária da UFMG, e tem como um dos principais papéis de atuação a monumentalização da Memória institucional e a comemoração de eventos e datas importantes para a Escola.

O espaço conta com o apoio da Rede de Museus e Espaços de Ciência e Cultura da UFMG, desde o dia 31 de agosto de 2006, quando recebeu um convite oficial para integrar a Rede. Inicialmente, sua criação teve como objetivo organizar um espaço de Memória da ciência e tecnologia acerca da ciência veterinária, bem como organizar o arquivo histórico, a partir de fundos documentais diversos, a fim de funcionar como um laboratório base de pesquisas sobre a História da ciência veterinária. Partindo desse preceito inicial, o Cememor-Vet se estabelece, atualmente, enquanto um laboratório de pesquisa histórica, de salvaguarda de acervos museológicos, bibliográficos e arquivísticos, relacionados ao funcionamento da Escola de Veterinária e as profissões de Médico Veterinário e da Aquacultura.

Posto isso, o presente artigo se constitui com o objetivo de apresentar Cememor-Vet e suas principais atuações nos últimos anos, com enfoque no ano 2022 e no primeiro semestre de 2023, bem como os caminhos que almeja alcançar nos próximos anos. Além disso, este trabalho se estabelece com o intuito de incitar breves discussões sobre a constituição e o papel dos centros de memórias nas últimas décadas, sobretudo, no ambiente universitário, a fim de compreender os espaços de atuação e importância dessas instituições na valorização e guarda da memória e história de instituições, como no caso da Universidade Federal de Minas Gerais e, mais especificamente, da EV/UFMG.

Os Centros de Memória na atualidade e o Cememor-Vet

Os Centros de Memória surgiram no Brasil ao longo da década de 1970 sendo inicialmente, como apresenta Camargo e Goulart (2015), ligados a organizações públicas e privadas, bem como àquelas sem fins lucrativos, denominados de terceiro setor. As referidas autoras defendem a hipótese de que seja “possível atrelar o crescimento numérico dos centros de memória a certos elementos conjunturais que trazem à tona a necessidade de preservação da cultura e identidade das organizações” (p.63), situação essa que, como apresentam, é o caso de



instituições como o Banco do Estado de São Paulo (Banespa), bem como de outras semelhantes a essa.

Cabe ressaltar que “a legislação brasileira admite a possibilidade de considerar de interesse público e social arquivos de determinadas pessoas jurídicas de direito privado, mas são poucas as iniciativas do Estado no sentido de assumir sua custódia” (CAMARGO, GOULART, 2015, p. 64). Situação essa que também, em alguma medida, explica o surgimento inicial de instituições como os centros de memórias, os quais ficariam responsáveis pela guarda de documentação de caráter público e privado de dadas instituições.

Feita essa breve contextualização, de possíveis causas da criação dos centros de memória no país, podemos nos questionar o papel hoje de centros de memórias em universidades públicas, haja visto que espaços como esses vem tomando lugar no ambiente universitário brasileiro, já a algumas décadas, e o Cememor-Vet pode se enquadrar nesses casos. Conforme postula Camargo (1999)

criados [os centros de documentação e memória] em muitas universidades brasileiras, já se tornaram, hoje, um fenômeno comum ao ambiente universitário, ao menos no âmbito das Ciências Humanas e Sociais, Letras e Artes. (p. 49)

Mas, como nos apresenta Oliveira (2016) em sua dissertação de mestrado, cujo título é “Centros de Memória e Documentação da Universidade Federal Minas Gerais: Perfis institucionais e Política de Acervo” a qual, em linhas gerais, estuda e aborda os centros de memória e documentação que fazem parte da Rede de Museus e Espaços de Conhecimento da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), “vê-se também a expansão dos centros para as outras áreas do conhecimento, como as da Saúde e das Ciências Exatas”(OLIVEIRA, 2016, p. 46), logo há uma crescente presença desses espaço nos ambientes universitários, o que explica, em alguma medida, o caso do Cememor-Vet e outros espaços culturais pertencentes à UFMG.

Aqui algumas questões instigam e nos fazem refletir, sobretudo, os motivos que demarcam o potencial crescimento desses espaços no ambiente universitário nas últimas décadas: Seria interesses próprios de cada Unidade Acadêmica ou Escola que motiva tais criações? Interesses das Direções de tais instituições em se reafirmar frente a sociedade a partir do reconhecimento de sua Memória e História? Ou ainda, podemos pensar que tais interesses partem de uma ordem pessoal com o intuito de preservar a história e memória institucional, como no caso do Cememor-Vet que nasceu de um interesse pessoal do Prof. José Newton, na época docente da Escola, em preservar e guardar a Memória e História da EV/UFMG. Questões



como essas ficam em aberto e, em alguma medida, dão espaço para pensarmos os interesses por trás dessas instituições de memória que vem cada vez mais tomando espaço nos ambientes universitários brasileiros.

Como nos aponta Camargos (1999), inicialmente, os centros de memória no ambiente universitário não conseguiram devido apoio e reconhecimento, se intitulando no início apenas como meros órgãos responsáveis pela geração de base informativa. Diante disso, precisaram ir além, de modo que foi preciso que tais espaços se tornassem e edificassem enquanto centros de preservação da memória, contendo e guardando fontes originais que pudessem, em alguma medida, impulsionar a realização de pesquisas. Logo, podemos concluir que a partir daí, os centros de memória começaram a ganhar um novo espaço, talvez considerado como mais utilitário nas universidades, isto é, um espaço de pesquisa e extensão universitária, o que se estabelece dentro dos ideais da universidade enquanto um lugar de ensino, pesquisa e extensão.

Partindo de tais questões, dando sequências às discussões de tais espaços nas universidades, será apresentado o Centro de Memória da Escola de Veterinária, objeto central de análise do presente artigo. O Cememor-Vet, pertencente a EV/UFMG, atualmente conta com uma área física total de 128,62 m², possuindo no total quatro núcleos (edificações), sendo: a Sala Administrativa, a Sala de Expografia, a Reserva Técnica e a Sala de Processamento Técnico. Os acervos pertencentes ao Cememor-Vet se encontram acondicionados de maneira subdividida entre os quatro espaços, tendo como objetivo futuro a divisão apenas entre Reserva Técnica, na qual ficam alojados bens tridimensionais de tamanhos diversos, e no Processamento Técnico, onde se encontram itens bibliográficos, acervo fílmico e futuramente, as coleções e fundos arquivísticos.

Como foi posto anteriormente o Cememor-Vet foi fundado em 2006 e ao longo desse tempo contou com algumas gestões de professores e técnicos, que acreditamos ser importante serem expostos aqui, a fim de compreendermos a constituição do espaço e entender o seu momento atual.

1ª Gestão - Prof. José Newton Coelho Meneses

Como foi apresentado anteriormente, o Prof. José Newton Coelho Meneses, foi o criador do Cememor-Vet, o qual ficou em sua gestão até o período em que foi transferido para para ser Professor adjunto do Departamento de História da UFMG, isso por volta do ano de 2012. Em entrevista concedida ao Cememor-Vet⁵⁶, Meneses (2023) afirma que, inicialmente

⁵⁶Em maio de 2023, o Prof. José Newton Coelho Meneses concedeu uma entrevista a equipe do Cememor-Vet, para falar sobre sua vida profissional acadêmica, criação do CememorVet e as principais atividades do espaço
XI Encontro de Pesquisa em História da UFMG - ISBN: 978-65-01-11103-2



pensou na criação do Cememor-Vet com o intuito e interesse primário de preservar e guardar a História e Memória da Escola, conta que obteve muito apoio da direção da Escola na época.

Conforme Meneses (2023) relata, no início foi feita uma chamada para que docentes e técnicos doassem materiais, documentos, fotografias, dentre outros documentos que, em alguma medida, contasse a história da EV/UFMG, neste momento não foi estabelecido uma Política de Acervo, e todo o material recolhido foi utilizado na constituição do acervo do espaço. A partir deste recolhimento de materiais e documentos diversos, em março de 2007 aconteceu a 1ª exposição do Cememor-Vet cujo título era “Pessoas, Ações, Tempos e Lugares - Imagem dos 75 anos da Escola de Veterinária da UFMG”.

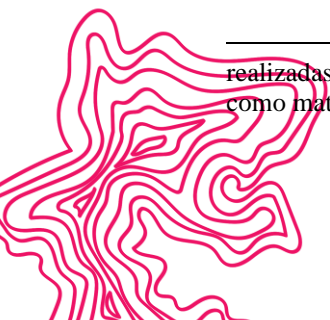
A partir do acervo que estava aos poucos se formando, o prof. José Newton escreveu o livro comemorativo dos 80 anos da Escola, intitulado: “Uma história da Veterinária: Exercício e aprendizagem de ferradores alveitares e veterinários em Minas Gerais e a Escola de Veterinária da UFMG - 80 anos”, o qual foi publicado em 2012, pela Editora UFMG. O referido livro era um projeto a ser desenvolvido logo no início do projeto de criação do Cememor-Vet e, em comemoração aos 75 anos da EV/UFMG, só que até aquele momento não tinha pesquisa e fundamento documental suficiente para a escrita de um livro.

2ª Gestão - Prof. Pedro Lúcio Lithg Pereira e Prof. Flávio Ernandez Ribeiro da Cruz

Em 2012, o professor do Departamento de Medicina Veterinária da EV/UFMG, Pedro Lúcio Lithg Pereira assumiu a função de Coordenador do Centro de Memória, com o professor aposentado, Flávio Ernandez Ribeiro da Cruz como Subcoordenador do Cememor-Vet, por dois anos. Nesse período, alguns projetos iniciais foram interrompidos

Nesse mesmo período, durante os anos de 2013 a 2017 a instituição sofreu um processo de sucateamento, com, por exemplo, a perda de metade do espaço de sua Reserva Técnica cedido a Empresa Vet Júnior, a ausência de um Plano Museológico e sua aplicação efetiva, má-organização e acondicionamento do acervo, além da desagregação de itens de seu registro no inventário geral e recebimento de doações sem descrição formal de aquisição, dificultando a identificação de vários objetos e descaracterização de fotografias e massa documental. Também diversos eventos que eram realizados pela instituição, como as exposições e presença junto aos eventos universitários, deixaram de ocorrer. Com isso, o Cememor-Vet não só deixou de ter

realizadas durante sua gestão. A entrevista compõe parte do acervo de fontes orais do Cememor-Vet, e foi utilizada como material de apoio para a escrita do presente artigo.



espaços físicos dentro da Universidade, como também perdeu espaço simbolicamente, deixando de se fazer presente na e para a Escola de Veterinária, seus alunos, professores e técnicos.

3ª Gestão - Cássia Regina Gomes (Servidora técnico-administrativo)

Em 2017, com a troca da gestão mediante ações empreitadas pela diretoria da EV/UFMG na época composta por Zélia Inês Portela Lobato, e o vice-diretor Roberto Maurício Carvalho Guedes, ocorreu um esforço de revitalização da instituição, de forma a manter o objetivo primário do Cememor-Vet: a viabilização da rememoração histórica e institucional da EV/UFMG. Para isso, a técnica-administrativa Cássia Regina Gomes se tornou coordenadora do espaço, e diversas ações foram tomadas ao longo dos anos com o intuito de preservar, divulgar e expor os nossos acervos. Por exemplo, temos a Mostra “Nossos autores”, realizada em parceria com a Biblioteca da Escola, o qual buscou compartilhar com o público informações sobre os principais autores dos livros utilizados pela EV/UFMG; e também promovemos diversas exposições de curta e média duração, com destaque para três realizadas nos últimos anos: em 2019, a exposição comemorativa à primeira década do curso de Aquacultura na Escola de Veterinária, denominada “Aquacultura é Dez”; em 2021, a realização da mostra virtual Memorial “Francisco Megale” que fala sobre vida e obra deste professor emérito da EV/UFMG; em 2022, temos a montagem da Exposição “(Co)memorar”, a fim de celebrar e homenagear a Escola de Veterinária pelos seus 90 anos, juntamente com o lançamento do Memorial “Carneiro Viana” em homenagem ao professor emérito José Carneiro Viana;

4ª Gestão - Ana Luísa Soares De Miranda E Luiz Eduardo Duarte De Oliveira (Gestão atual)

No ano de 2023, em busca de novas oportunidades e maior reconhecimento e campo de atuação, a servidora Cássia Regina, convidou para incorporar a gestão acadêmica do espaço, os professores Ana Luísa Soares Miranda, com o cargo de coordenadora acadêmica, e Luiz Eduardo Duarte de Oliveira, ocupando o cargo de sub-coordenador acadêmico. Momento de extrema importância para o Cememor-Vet, através do apoio e engajamento dos docentes, é possível a participação em concursos e editais, além de uma maior voz no quadro de atividades e solicitação de recursos junto a diretoria e departamentos.

Atuações do Cememor-Vet

As atividades empreitadas pelo Centro de Memória da Escola de Veterinária se mantêm voltadas ao seu objetivo primário, isto é, a viabilização da rememoração histórica e institucional da Escola de Veterinária da UFMG. Para tal, engaja em ações de preservação, divulgação e exposição do conteúdo que reside em seu acervo documental iconográfico, impresso,

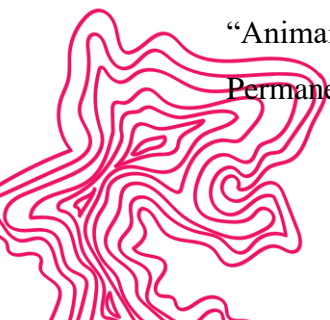


manuscrito e de equipamentos técnicos usados no exercício profissional e no ensino, pesquisa e extensão da EV-UFMG. Para isso, seguem-se os preceitos postulados no *Planejamento Conceitual do Cememor-Vet*, estabelecido, para o auxílio e direcionamento das atividades realizadas no espaço.

Nessa perspectiva, no ano de 2022, dentre os principais trabalhos desenvolvidos no espaço perpassam: o planejamento, organização e montagem da Exposição “(Co)memorar”, a fim de celebrar e homenagear a Escola pelos seus 90 anos; e na elaboração de um Memorial do Prof. Carneiro Viana, o qual foi realizado no formato virtual. Quanto ao tratamento organizacional e preventivo do acervo pertencente ao Cememor-Vet, foram realizados, ao longo do ano, três trabalhos que merecem destaque, sendo eles: 1-Realização da limpeza, organização e elaboração de um inventário de parte do acervo bibliográfico pertencente ao espaço, que reúne obras voltadas à ciência veterinária, alguns datados do final do século XIX, obras escritas por professores eméritos, teses de concurso, compêndios sobre laticínios e produção de ovos, volumes de enciclopédias, entre outros. Tal atuação se constituiu por meio da organização da Sala de Processamento, pertencente às estruturas físicas do Centro de Memória, com uso de técnicas e materiais propícios para a preservação e manutenção dos objetos, incluindo o monitoramento e regulação da umidade da sala, bem como a estrutura do móvel de guarda; 2- Digitalização de diapositivos concedidos por docentes egressos da instituição, somando, ao todo, mais de 12 mil arquivos digitalizados; 3- Iniciado o levantamento, organização e descrição dos fundos e coleções arquivísticas pertencentes ao espaço, incluindo itens iconográficos, documentos impressos e manuscritos, além de periódicos e jornais.

Ademais iniciou-se, com o auxílio da Rede de Museus da UFMG por meio da Oficina para a Elaboração de Planos Estratégicos para os Espaços da Rede de Museus (disponibilizada via moodle), a elaboração e regulamentação do Plano Museológico do Cememor-Vet. Até o período foram concluídas as etapas: 1- Importância do planejamento estratégico / Proposta de trabalho / Caracterização; 2- Planejamento: diagnóstico geral; 3- Planejamento: plataforma conceitual e objetivos estratégicos e estão em andamento as etapas 4 - Programas: institucional / gestão de pessoas e 5 - Programas: acervos / pesquisa, estando a última em processos finais de produção.

No início do ano de 2023, a equipe do Cememor-Vet, contribuiu diretamente com a edição, tratamento de imagens, produção de banners e cartazes de divulgação para a exposição “Animais e Comunidade: Um olhar sobre os invisíveis”, em parceria com a Comissão Permanente de Política de Animais nos Campi, que foi realizada em março de 2023. Ademais,



o espaço tem dado sequência aos trabalhos iniciados no ano anterior e vem traçando novos projetos, que visam, sobretudo, a monumentalização e preservação da memória e história da Escola de Veterinária da UFMG, assim como das pessoas (diretores, docentes, alunos, técnicos e funcionários) que por aqui passaram, e devem ser vistas como partes cruciais da constituição da história e memória institucional. Será dada continuidade aos trabalhos de tratamento organizacional e preventivo do acervo, e projetado alguns trabalhos a serem desenvolvidos a partir da massa documental pertencente ao espaço.

Posto isso, no cenário atual os trabalhos do Cememor-Vet tem se pautado no aprimoramento dos projetos de: 1- Limpeza, organização e elaboração de um inventário do acervo bibliográfico, em trabalho conjunto a Biblioteca Prof. Ivan Barbosa Machado Sampaio, pela qual, será montada a listagem na plataforma *Pergamum* para consulta ao acervo por toda comunidade acadêmica; 2- Digitalização do restante do acervo de slides, concedidos por docentes egressos da instituição, em sequência será planejado uma exposição virtual a partir do material digitalizado; 3- Organização, separação, identificação e descrição do acervo arquivístico, no qual estão inseridos os itens documentais, iconográficos, impressos e manuscritos pertencentes ao espaço cultural, e a preparação para a higienização adequada do acervo, baseada na tipologia de seus suportes - este trabalho pretende inventariar e caracterizar o acervo arquivístico do Cememor-Vet, para que o espaço se adeque a Lei 8.159/1991, que dispõem sobre a política nacional de arquivos públicos. 4- Organização e execução de mostra planejada para segundo semestre de 2023, intitulada “Do Amor à Veterinária”, a mostra busca, em celebração ao dia do médico veterinário, exaltar a importância dos animais na vida dos membros que constituem a escola, desde discentes, passando pelos técnicos, contratados e docentes, desde os animais domésticos até os que são utilizados para auxílio nas aulas e pesquisas dentro da EV/UFMG.

Além dos trabalhos voltados para o público, que incluem a movimentação e engajamento em redes sociais, além do planejamento de exposições, intervenções na Escola e venda de produtos voltados ao público frequentador da Escola de Veterinária.

Posteriormente, planeja-se dar início aos processos de: 1- Organização e montagem da Exposição artística dos Animais Silvestres do Campus Pampulha-UFMG (nome à definir); 2- Finalização da catalogação e a identificação dos itens materiais que se encontram na Reserva Técnica; 3- Retorno com o Podcast Memorando, criado no segundo semestre do ano de 2020,



disponibilizado através da plataforma Spotify⁵⁷;4- Planejamento de exposições comemorativas e/ou elaboradas a partir do acervo pertencente do Cememor-Vet.

Na parte institucional e regulamentação do Cememor-Vet, o planejamento em 2023, que conta com a nova chefia de professores acadêmicos desde o mês de maio, será dá continuidade às etapas da Oficina para a Elaboração de Planos Estratégicos para os Espaços da Rede de Museus (disponibilizada no moodle), dando prioridade, sobretudo, as questões que perpassam Política de Aquisição e Descarte (Etapa 05), elaborada pelas estagiárias do Cememor-Vet, a qual tem sido colocada em prática por meio da Comissão Permanente de Acervos, compostas pelo Prof. José Newton Meneses Coelho, fundador do Cememor-Vet, e oito docentes pertencentes aos quatro departamentos da EV-UFMG - Departamento de Medicina Veterinária Preventiva; Departamento de Zootecnia; Departamento de Clínica e Cirurgia Veterinárias e o Departamento de Tecnologia e Inspeção de Produtos de Origem Animal.

Além disso, por meio das etapas e materiais da oficina de Planejamento Estratégico disponibilizado pela Rede de Museus, pretende-se realizar a atualização de um Plano e Diagnóstico Museológico do Cememor-Vet. Por fim, é de objetivo do Cememor-Vet, para suas ações futuras, alinhar-se ao meio educativo, de modo a conceber projetos instrutivos que visem a difusão de conhecimento sobre a história e memória da Escola de Medicina Veterinária da UFMG e sua contribuição profissional e social junto a escola da rede pública e privada de Belo Horizonte e região.

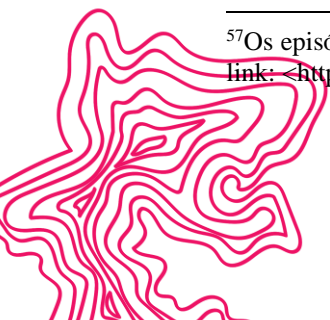
Considerações Finais

Portanto, Cememor-Vet ao longo do tempo, diante de tais atuações, vem se constituindo enquanto um espaço de salvaguarda e da história e memória institucional, a partir de esforços e colaborações multi e interdisciplinares de profissionais e estagiários que atuam em conjunto na realização e promoção de atividades no espaço, o que justifica e demonstra a necessidade da atuação em conjunto de várias áreas do conhecimento para a constituição de lugares de memória. É a partir então, de tal empenho, que esses lugares podem ocupar espaços importantes na preservação da memória e história de instituições, como o Cememor-Vet ocupa não somente na Escola de Veterinária, mas também contribui para a UFMG como um todo.

Referências bibliográficas

CAMARGO, Ana Maria; GOULART, Silvana. **Centros de memória:** Uma proposta de definição. São Paulo: Edições Sesc São Paulo, 2015.

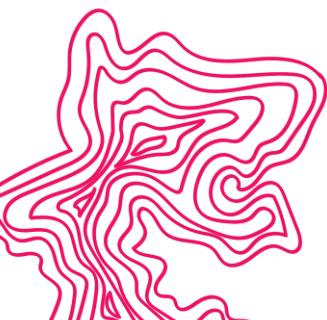
⁵⁷Os episódios do projeto iniciado no ano de 2021, e que no momento se encontra parado pode ser acessado pelo link: <https://open.spotify.com/show/5ZInQenIq4zSbiFDdY6Yi4?si=C_0INYPGT0-Ki3hhwY4B0w&nd=1>.



CAMARGO, Célia Reis. **Os centros de documentação das universidades:** tendências e perspectivas. In: SILVA, Zélia Lopes da (org.). Arquivos, patrimônio e memória: trajetórias e perspectivas. São Paulo: Editora UNESP; FAPESP, 1999, p. 49-63.

MENESES, José Newton Coelho. **Vida profissional e criação do Cememor-Vet.** Entrevista concedida à Equipe do Cememor-Vet. Realizada na Escola de Veterinária da UFMG, maio de 2023. Acervo: Fonte Oral do Cememor-Vet.

OLIVEIRA, Thaís Nodare de. **Centros de Memória e Documentação da Universidade Federal de Minas Gerais:** Perfis Institucionais e Política de Acervo. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Escola de Ciência da Informação da Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, 2016.



Relato de experiência do Memorial da Odontologia da UFVJM

Marina Furtado Gonçalves

Doutora em História - Universidade Federal de Minas Gerais
Email: marinafg.ufba@gmail.com

Solano de Souza Braga

Doutor em Desenvolvimento e Meio Ambiente - Universidade Federal do Piauí
Email: solanobraga@yahoo.com.br

Patricia Furtado Gonçalves

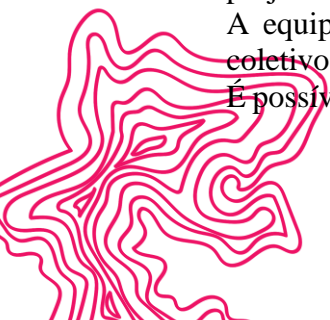
Doutora em Clínica Odontológica - Universidade Estadual de Campinas
Email: patricia.furtado@ufvjm.edu.br

Resumo: O Memorial da Odontologia da Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri (UFVJM) é um projeto de extensão desenvolvido junto ao Programa de Educação Tutorial (PET) Odontologia no Vale. Com o intuito de promover a preservação e a valorização do patrimônio cultural da UFVJM, sobretudo do curso de Odontologia, o projeto buscou, em sua primeira fase, a captação de bens culturais materiais e imateriais e a elaboração de um inventário para a documentação do acervo em construção do Memorial. O início do projeto deu-se no ano de 2018 com a capacitação dos alunos do PET quanto à documentação e acondicionamento dos objetos e das histórias orais a serem recolhidas. Ao longo do ano de 2019, com a colaboração dos discentes, técnicos, docentes, egressos do curso de odontologia e da comunidade em geral, fez-se um levantamento das histórias relativas à memória do curso de Odontologia e a recolha de alguns objetos por meio de doação. Devido à Pandemia de COVID-19 e frente à impossibilidade de contato físico para receber materiais, organizar os objetos, ou implantar um espaço físico para o Memorial, o projeto instalou-se de forma virtual nas redes sociais Instagram e Facebook. Nas redes citadas foram divulgadas semanalmente imagens fotográficas de equipamentos, instrumentos e cenas do cotidiano, além de fotografias e documentos textuais digitalizados que fazem parte do acervo, com legendas descritivas contando a história por trás daquela memória. Por meio das postagens o projeto ganhou visibilidade e aumentou o engajamento de egressos, professores aposentados e da comunidade, pois as pessoas puderam resgatar lembranças e se verem reconhecidas como parte da história do curso e da universidade. Após o período pandêmico mais crítico, uma nova ação de captação de acervo foi vinculada nas redes sociais e o Memorial recebeu a doação de diversos objetos como fotografias, instrumental, modelos didáticos, entre outros. Ao mesmo tempo, desenvolveu-se o sítio eletrônico do Memorial, aproximando ainda mais o público alvo com a biografia do curso de Odontologia da UFVJM. O Memorial é uma atividade que ganha força dentro e fora do ambiente universitário, despertando a curiosidade das pessoas sobre a temática da ciência, da odontologia e da história. Atualmente o Memorial da Odontologia está se mobilizando para a definição de um espaço físico na universidade para a implementação de um projeto expográfico em parceria com cursos de Museologia de universidades federais mineiras. A equipe se prepara também, após cinco anos de atividades, para ações de financiamento coletivo e submissão do projeto em editais na área cultural para angariar recursos financeiros. É possível afirmar, com base nas ações do projeto, que esse tipo de espaço de memória contribui

XI Encontro de Pesquisa em História da UFMG - ISBN: 978-65-01-11103-2

2023

186



para a autoestima dos discentes, docentes e reforça o vínculo dos egressos e da comunidade com a universidade. Assim como outras atividades do PET Odontologia do Vale, o Memorial reforça a indissociabilidade entre o ensino, a pesquisa e a extensão por meio de ações interuniversidades envolvendo o campo da museologia social. Espera-se que este projeto possa incentivar outros cursos universitários a investir em sua memória.

Palavras-chave: Memorial; Relato de experiência, Universidade.

O curso de Odontologia da Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri

O curso de Odontologia da Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri (UFVJM) é sediado na cidade de Diamantina, no estado de Minas Gerais. A região teve como mote econômico a exploração de diamantes a partir da descoberta da maior lavra diamantina do mundo ocidental no século XVIII (QUINTÃO, 2022). A exploração do mineral em grande escala perdurou até meados do século XIX, quando a atividade decaiu com o descobrimento de jazidas abundantes e de melhor qualidade na África do Sul. Por muito tempo Diamantina foi conhecida pela sua vocação na área mineral. Devido a isso, na segunda metade do século XX, quando houve a possibilidade da abertura de um curso de nível superior na cidade, encabeçado pelo então governador de Minas Gerais e cidadão diamantinense Juscelino Kubitschek de Oliveira, pensou-se na Mineralogia.

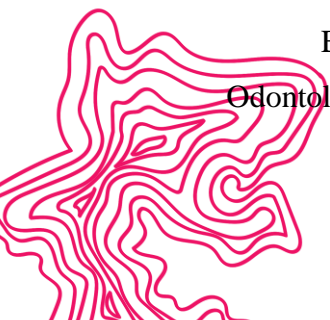
Embora um curso de Mineralogia atendesse às características da região, o professor e dentista Pedro Paulo Penido, amigo de Juscelino e que exercia o cargo de reitor da Universidade de Minas Gerais (UFMG), sugeriu a fundação de uma Faculdade de Odontologia em Diamantina (FAOD). No contexto da segunda metade do século XX no Brasil, em que se observava um acelerado desenvolvimento social, cultural e econômico, cresceu-se a consciência do bem-estar em que a saúde era um fator essencial, incluindo-se a saúde oral. Havia então uma maior necessidade do profissional odontólogo qualificado no país e a Diretoria do Ensino Superior do Ministério da Educação e Cultura Brasileiro elaborou um plano de ensino integrado cuja primeira área de aplicação escolhida foi a odontologia (BRASIL, 1965). Assim, A FAOD foi criada por meio da Lei Estadual nº 990, de 30 de setembro de 1953, indo de encontro com um dos objetivos da época que era a interiorização do Ensino Superior. Em Minas Gerais só havia quatro cursos de odontologia, sendo eles sediados em Belo Horizonte, Juiz de Fora, Alfenas e Uberaba (GONÇALVES et al., 2021).

Em maio de 1954, com quinze alunos matriculados, deu-se início o curso de Odontologia, funcionando provisoriamente no prédio da atual Escola Estadual Professora Júlia

XI Encontro de Pesquisa em História da UFMG - ISBN: 978-65-01-11103-2

2023

187



Kubitschek, no centro de Diamantina. Com a necessidade de a escola ocupar o espaço, houve a mudança do curso de Odontologia para a casa do “Senhor Neco Mota”, um empresário de Diamantina e proprietário de uma loja no Beco do Mota (MARTINS, 2012). Ao mesmo tempo, foi construído o edifício-sede da Faculdade, em terreno situado na Rua da Glória, com projeto de autoria do arquiteto Oscar Niemeyer, amigo de Juscelino Kubitschek. O prédio foi inaugurado no ano seguinte, em 1955, e contava com uma policlínica com quinze equipes instalados e uma outra sala com cinco equipes para a prática de Ortodontia e de Odontopediatria. Os consultórios dentários eram os mais modernos para a época, com um aparelho de Raio-X, três salas para aulas teóricas e salas individuais para a prática das doze disciplinas do curso (UFVJM, 2020).

A primeira turma de odontólogos da Faculdade de Odontologia de Diamantina formou-se com a presença de Juscelino Kubitschek de Oliveira, eleito paraninfo pela turma, que compareceu ao evento acompanhado de inúmeros políticos e autoridades (Imagem 1). Contou-se com a presença de diversos artistas e cantores da Rádio Nacional, dentre eles Cauby Peixoto. Houve uma grande apresentação da Banda Marcial do Corpo de Fuzileiros Navais do Rio de Janeiro e até o time de futebol do Botafogo, campeão brasileiro daquele ano, com nomes como Garrincha e Nilton Santos, esteve presente na cidade (CARVALHO, 2000).

Imagem 1 – Primeira colação de grau com a presença de Juscelino Kubitschek.



Fonte: Memorial Virtual do Curso de Odontologia da UFVJM, publicado no Instagram em 20 de fevereiro de 2021.

Ao longo dos anos a FAOD passou por mudanças de gestão e institucionalização. Em 1960 foi convertida em Faculdade Federal de Odontologia de Diamantina (FAFEOD) e recebeu

o Plano Piloto de Ensino Integrado. Durante cinco anos concentrou-se em Diamantina os mais destacados mestres da Odontologia Brasileira. Uma das características mais marcantes do Plano Piloto era a exigência de tempo integral e dedicação exclusiva para professores e alunos. Estiveram em Diamantina cinquenta e quatro renomados professores de doze Universidades Brasileiras (BRASIL, 1965).

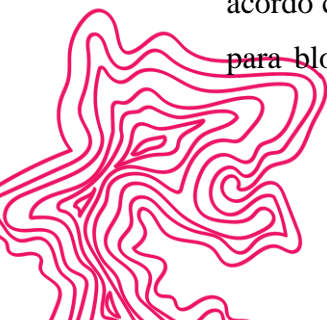
Em 2002 a FAOD transformou-se em Faculdades Federais Integradas de Diamantina (FAFEID), passando a oferecer, além do curso de Odontologia, os cursos de Enfermagem, Farmácia, Nutrição, Fisioterapia, Agronomia, Engenharia Florestal e Zootecnia. Já em 2005, de acordo com a Lei de número 11.173, foi instaurada a Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri (UFVJM) com o objetivo da interiorização do ensino público superior no estado de Minas Gerais, possibilitando a formação acadêmica de jovens e adultos da região, com trinta e três novos cursos (GONÇALVES et al., 2021).

Atualmente, com quase duas décadas de existência, a UFVJM conta com mais de oitenta cursos de graduação presenciais e a distância, distribuídos em cinco campi. O curso de Odontologia, o mais antigo da Universidade, integra ainda uma Especialização em Ortodontia, um Programa de Pós-graduação nos níveis de mestrado e doutorado, em Clínica Odontológica e Odontopediatria, um Programa de Educação Tutorial (PET), Residência em Saúde do Idoso, um Centro Acadêmico e diversas ligas acadêmicas, além da primeira Empresa Júnior de Odontologia do Brasil.

O resgate da memória

A partir do histórico apresentado é possível notar a importância do curso de Odontologia no cenário brasileiro e, sobretudo, no contexto da região dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri. A presença da Odontologia sempre teve influências em Diamantina, sobretudo no que diz respeito à comunidade, reforçando a indissociabilidade da tríade pesquisa, ensino e extensão. Assim, não somente os egressos e corpo docente têm relações de memória com o curso e com a universidade, mas também a própria comunidade.

Desta forma, a partir de uma iniciativa de extensão junto ao PET Odontologia no Vale, coordenado pela Professora Doutora Patricia Furtado Gonçalves, buscou-se desenvolver um projeto de memória institucional e da ciência sob a forma da instituição de um Memorial. De acordo com Nora (1993), os memoriais são lugares de memória, ou seja, espaços que criamos para bloquear a ação do esquecimento, fixando um conceito, imortalizando o que pereceu,



corporificando o imaterial. Os museus memoriais assumem as funções positivas da memória coletada e articulada dentro da sociedade, buscando criar práticas de rememoração afetivas. Os memoriais podem criar espaços solenes para a recordação, criar sítios ativos para a memória participativa ou espaços desafiadores abertos à interpretação ou à reflexão. Eles podem não apenas coletar e expor os vestígios físicos do passado, preservando-os para a posteridade, mas também podem narrar a história do passado, compartilhando conhecimento e compreensão (SODARO, 2019).

A proposta para o Memorial da Odontologia da UFVJM pode ser entendida como um centro de referências culturais e históricas relacionadas a odontologia com o pressuposto de um trabalho amplo e que não se restringe somente a produção de informações (FONSECA, 1997). Assim, este artigo tem o objetivo de relatar os processos realizados até o momento com vistas às diversas etapas do projeto.

O relato de experiência

O projeto de extensão do Memorial da Odontologia da UFVJM foi submetido e aprovado junto à Pro-Reitoria de Extensão e Cultura (Proexc) da UFVJM em 2018. Além da tutora do PET Odontologia no Vale, o projeto contou com a colaboração de uma Conservadora-Restauradora de Bens Culturais Móveis da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), cuja primeira ação foi definir a política de acervo e capacitar os discentes do PET quanto a sistematização da documentação museológica e ao acondicionamento dos objetos e das histórias orais a serem recolhidas por meio do projeto.

A primeira etapa foi a de arrolamento dos objetos que poderiam compor o acervo do Memorial e se encontravam nas dependências da UFVJM, como equipos, instrumental, materiais odontológicos e macro modelos didáticos (Imagem 2). Tais objetos foram inventariados, fotografados, identificados e acondicionados na sala do PET. Após esta etapa, foi feita uma campanha de recolhimento de acervo material e histórias orais junto ao corpo docente, discente e egressos do curso, por meio de doação. Dentre os objetos doados estavam fotografias, documentos e instrumental, bem como relatos orais registrados por meio de entrevistas gravadas. Da mesma forma, os materiais passaram pelo processo de documentação e acondicionamento.

Imagem 2 – Macro modelos didáticos doados ao acervo.





Fonte: Memorial Virtual do Curso de Odontologia da UFVJM, publicado no Instagram em 28 de março de 2022.

Ao longo do ano de 2019, com a colaboração da comunidade em geral, o grupo do PET realizou um levantamento das histórias relativas à memória do curso de Odontologia. Uma nova campanha de doação de acervo foi vinculada na rádio de Diamantina, bem como nas dependências da UFVJM. A recolha de objetos continuou em prática e foi aberto um perfil na rede social Facebook para um maior alcance da campanha.

No início do ano de 2020, devido à Pandemia de COVID-19 e frente à impossibilidade de contato físico para receber materiais, organizar os objetos, ou implantar um espaço físico para o Memorial, o projeto instalou-se de forma virtual nas redes sociais Instagram (@memorialodonto) e Facebook (@memorialodonto) a partir da colaboração do Professor Solano Braga, do curso de Turismo da Universidade Federal do Delta do Parnaíba (UFDPAr). Nas redes foram divulgadas semanalmente imagens fotográficas de equipamentos, instrumentos e cenas do cotidiano, além de fotografias e documentos textuais digitalizados que fazem parte do acervo, com legendas descritivas. Por meio das postagens o projeto ganhou visibilidade e aumentou o engajamento de egressos, professores aposentados e da comunidade. O uso das redes sociais promoveu o interesse do público, interpretando, comunicando e expondo o patrimônio relacionado ao curso de Odontologia da UFVJM. Assim, as pessoas puderam resgatar lembranças e se verem reconhecidas como parte da história do curso e da universidade.

Após o período pandêmico mais crítico, uma nova ação de captação de acervo foi vinculada nas redes sociais, agora com um maior alcance, e o Memorial recebeu a doação de diversos objetos. Ao mesmo tempo, desenvolveu-se o sítio eletrônico do Memorial, aproximando ainda mais o público alvo com a biografia do curso de Odontologia da UFVJM.

Ao navegar pelo sítio eletrônico do Memorial (<https://sites.google.com/view/memorialodonto/>), em construção contínua, é possível

XI Encontro de Pesquisa em História da UFMG - ISBN: 978-65-01-11103-2

2023

191

aprofundar-se na história do curso de Odontologia, acessar os nomes e imagens dos graduados, compreender o acervo coletado a partir de imagens e textos e, ainda, conhecer um pouco sobre o PET e o projeto de extensão que deu origem ao Memorial. É também possível encontrar as informações acerca das redes sociais do Memorial ao navegar pelo sítio eletrônico, contatar a equipe e saber como doar conteúdo para o acervo, tanto material quanto imaterial.

Considerações finais

O Memorial é uma atividade que ganha força dentro e fora do ambiente universitário, despertando a curiosidade das pessoas sobre a temática da ciência, da odontologia e da história. Em curso da área da saúde, o Memorial vem como agregador de cultura, possibilitando ao discente uma formação mais completa e extensionista, tendo contato com outros profissionais e professores em uma perspectiva interdisciplinar e interuniversitária.

O próximo passo do projeto é a implementação física do Memorial em um espaço na UFVJM. Para tanto, estão sendo firmadas parcerias com conselhos de classe, buscando ações de financiamento coletivo e submissão do projeto em editais na área cultural para angariar recursos financeiros. Da mesma forma, a equipe do PET Odontologia do Vale está buscando colaborações com outras universidades federais, sobretudo na área da Museologia, para o desenvolvimento de um plano museológico e expográfico para o Memorial.

É possível afirmar, com base nas ações do projeto, que esse tipo de espaço de memória contribui para a autoestima dos discentes, docentes e reforça o vínculo dos egressos e da comunidade com a universidade. Assim como outras atividades do PET, o Memorial reforça a indissociabilidade entre o ensino, a pesquisa e a extensão por meio de ações interuniversidades envolvendo o campo da museologia social. Espera-se que este projeto possa incentivar outros cursos universitários a investir em sua memória.

Referências

BRASIL, MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA. **Plano Piloto de Ensino Integrado**. Brasília, MEC, 1965.

CARVALHO, Walter José. **Faculdade Federal do Odontologia de Diamantina: sua história – 40 anos de sua federalização**. Diamantina: UFVJM, 2000.

FONSECA, Maria Cecília Londres. **O patrimônio em processo**. Rio de Janeiro, URRJ/IPHAN, 1997.

GONÇALVES, Patricia F.; GONÇALVES, Marina F.; PAIVA, Paula C. P; BRAGA, Solano S.; GLÓRIA, José C. R. **Memorial Virtual do curso de Odontologia da UFVJM**. Anais do



12 Mestres e Conselheiros: patrimônio como ação local. Universidade Federal de Minas Gerais, 2021.

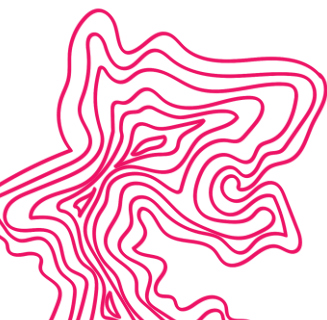
MARTINS, Marcos Lobato. **Memorialistas e ensino de história local na Diamantina do século XX**. In: Cultura Histórica e Patrimônio, volume 1, número 1, 2012. p. 39-64.

NORA, Pierre. **Entre memória e história: a problemática dos lugares**. In: Revista Projeto História, São Paulo, v. 10, p. 7-28, dez. 1993.

QUINTÃO, Régis. **Corrompidos pelo interesse: os diamantes do Brasil e o controle da corrupção (Distrito Diamantino, 1729-1821)**. Universidade Federal de Minas Gerais – Tese de doutorado, 2022.

SODARO, Amy. **Museus memoriais: a emergência de um novo modelo de museu**. Revista PerCursos, Florianópolis, v. 20, n. 44,, p. 207-231, set./dez. 2019.

UNIVERSIDADE FEDERAL DOS VALES DO JEQUITINHONHA E MUCURI. **Plano de desenvolvimento institucional**. Diamantina: UFVJM, 2020.



Diagnóstico da Acessibilidade nos museus de Ouro Preto

Gedida Ferreira de Paiva

Universidade Federal de Ouro Preto

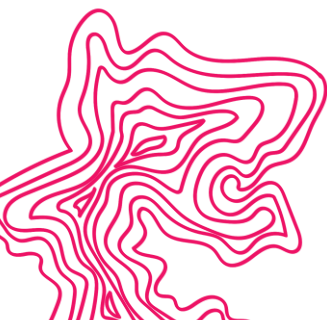
gedida.paiva@aluno.ufop.edu.br

Resumo: O projeto visou um levantamento das condições de acessibilidade às pessoas com deficiência nos museus da cidade de Ouro Preto, Minas Gerais a partir da disciplina eletiva Acessibilidade em Museus (MUL406), oferecida no primeiro curso de Museologia do estado e o primeiro curso do Brasil a oferecer um componente curricular específico de acessibilidade. Essa temática está prevista no Estatuto de Museus, Lei 11.904 de 14 de janeiro de 2009, determinando às instituições serem acessíveis a todos os públicos e incluindo em seus planos museológicos o programa de acessibilidade. Para a realização desta pesquisa utilizou-se a Ficha Diagnóstica para Avaliação da Acessibilidade em Museus disponível no livro Temas de Museologia – Museus e Acessibilidade, organizado por Peter Colwell, Instituto Português dos Museus, 2004. Com a abertura dos Museus em 2022, após o longo período de pandemia da Covid – 19, os dados foram levantados por visitas realizadas com o preenchimento da ficha diagnóstica. Os resultados dão conta dos seguintes recursos de acessibilidade nos Museus: Casa dos Contos possui banheiros adaptados com fraldário, cadeiras de rodas, algumas rampas internas e corrimãos. Tanto o Museu Casa dos Inconfidentes e o Casa Guignard disponibilizam catálogo Braille. O Museu da Inconfidência apresenta uma rampa lateral, banheiros adaptados, bancos para descanso, elevador, cadeira de rodas e catálogo de Braille. No do Museu do Oratório o visitante pode utilizar os banheiros adaptados, cadeira de rodas, cadeiras de descanso, vídeo guia com tradução em Libras, que no momento não estava ativo. No prédio do Museu das Reduções apresenta banheiros adaptados e não possui desníveis. No Museu Boulileu observamos apenas a entrada com acessibilidade, elevador e banheiro adaptado. O Museu da Farmácia da UFOP, encontra-se fechado passando por obras para acessibilidade física e implantação de sistema de prevenção de incêndios, cumprindo o Termo de Ajustamento de Conduta com o Ministério Público de Minas Gerais. Por fim, nos seguintes Museus: Aleijadinho, Arte Sacra de Ouro Preto, Ciência e Técnica da Escola de Minas da UFOP, Aberto Cidade Viva, do Chá e Ecomuseu da Serra de Ouro Preto, não foram identificados recursos de acessibilidade. Pretende-se realizar uma reunião com os gestores no âmbito do Sistema de Museus para apresentação dos resultados, ensejando o início de uma discussão que possa resultar em ações que melhorem o quadro ora levantado.

Palavras-chaves: Museus, Plano Museológico, Minas Gerais, Museólogo.

Introdução

Os museus caracterizam-se por serem instituições abertas a todo o público, no entanto verifica-se que efetivamente não são acessíveis a todos, particularmente no caso de Ouro Preto, considerando a existências de diversas barreiras às pessoas com deficiência.



As instituições museológicas atuam na preservação e promoção do patrimônio cultural, especialmente dos bens culturais móveis. Em todo o mundo museus das mais variadas tipologias tais como de arte, ciência e tecnologia, história, arqueologia, etnologia, cultura popular entre outros, trabalham diariamente para adquirir, pesquisar, documentar e principalmente expor suas coleções com a finalidade de educação, entretenimento e lazer. Portanto são instituições voltadas para a sociedade e seu desenvolvimento, devendo cumprir uma missão social ao transmitir conhecimentos para todos os públicos oferecendo serviços, atuando na construção da cidadania e no fortalecimento de identidades de diferentes grupos.

Dessa forma, como uma parcela da população sofre discriminações ou falta de acesso que levam a exclusão das pessoas com deficiência muitas vezes fazem que se sintam marginalizados, impedidos de participar de nossa sociedade, com restrição de direitos.

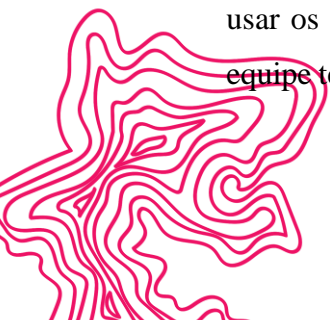
Assim a garantia da utilização se dá pela acessibilidade ampla que é composta por uma série de recursos e tecnologias que podem ser disponibilizadas às pessoas com deficiência, embora exigem uma equipe multidisciplinar e investimento em projetos e consequentemente financiamento.

Um exemplo claro é a colocação de uma rampa na porta de um museu para facilitar a entrada de um cadeirante ou alguém com dificuldades motoras, somente isto não proporciona o acesso a todo museu para proporcionar a fruição da visitação.

De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), pelo Censo de 2000, 14,5% da população brasileira possui alguma deficiência. Além disso, ainda segundo o IBGE a população no ano de 2060 assumirá a composição de um funil etário, ou seja, mais idosos do que jovens.

Assim é preciso adequar os museus para dar acessibilidade a todos esses públicos. A acessibilidade abrange também a apresentação multissensorial das exposições de um museu por meio de informações impressas, em Braille, comunicação por meio de vídeos, áudio descrição, tradução em LIBRAS (Língua Brasileira de Sinais), modelos táteis e interativas, estratégias para enriquecer as exposições.

A acessibilidade de um museu passa ainda por ações de gestão como a capacitação de todos os funcionários, de quem planeja as exposições, guarda salas, recepcionistas, para saber usar os equipamentos, e recursos para orientação do visitante com deficiência. Além de sua equipe técnica e de direção. No planejamento e implementação dessas ações é necessário contar



com a efetiva participação de representantes de grupos ou associações de pessoas com deficiência.

A temática da acessibilidade a museus está prevista na legislação vigente no território nacional, no Estatuto de Museus, Lei 11.909, de 14 de janeiro de 2009 e no Estatuto da pessoa com deficiência, Lei 13.146, de 06 de junho de 2015 que incluíram na obrigatoriedade de elaboração do plano museológico do programa de Acessibilidade bem como determina às instituições serem acessíveis a todos os públicos.

Desta forma objetivando identificar o nível de acessibilidade dos museus de Ouro Preto é que pretendeu-se desenvolver essa pesquisa.

O estabelecimento desse diagnóstico nos museus do município seria facilitado considerando que em Ouro Preto está o primeiro curso de graduação em Museologia do estado e que foi o primeiro do Brasil a oferecer uma disciplina, ainda que eletiva, sobre a acessibilidade para as pessoas com deficiência nessas instituições culturais.

Objetivo geral

Identificando a acessibilidade às pessoas com deficiência no Setor Museológico em Ouro Preto, podemos listar os seguintes objetivos específicos:

Objetivos específicos

Pesquisar, levantar e identificar os recursos de acessibilidade existentes nos museus Ouro Preto;

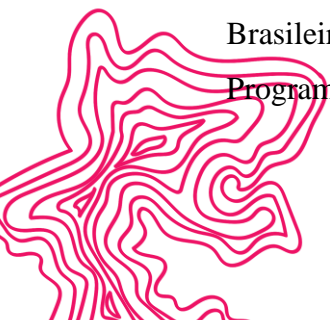
Classificar as instituições museológicas de Ouro Preto quanto ao nível de acessibilidade;

Disponibilizar os resultados do trabalho para os museus de Ouro Preto por meio do Sistema de Museus.

Garantir o acesso igualitário, a inclusão de todas as pessoas com deficiência, incapacidade não permanentes, idosos dentre outros na sociedade, incluindo os equipamentos culturais além de uma obrigação legal deve ser um paradigma dos museus considerando sua função social.

Revisão bibliográfica

Como já mencionado o tema acessibilidade a museus está prevista na legislação vigente no território nacional, no Estatuto de Museus, Lei 11.909 de 14 de janeiro de 2009. O Instituto Brasileiro de Museus (IBRAM) tem incluído em seus planos de ação anual e de seus museus o Programa Museus e Acessibilidades. A acessibilidade nos museus tem como prioridade, fazer



uma inclusão que leve a ruptura do preconceito e restrições e marginalização das pessoas com deficiência.

A inclusão, vem carregada de projetos que podem parecer impossíveis ou até mesmo um pensamento que será muito difícil, um desejo, mas existe em cada ação mesmo pequena incorporar propostas que vão gerar a inclusão levando o Museu para todos.

A acessibilidade e inclusão não são a mesma coisa. A acessibilidade é levar as pessoas com deficiências a usufruir do ambiente e ampliar conhecimentos culturais, já a inclusão vai oferecer as pessoas com ou sem deficiências serem acolhidos com acessos e fluidez dos espaços museológicos a inclusão não pode visar um público-alvo, com experiências multissensoriais.

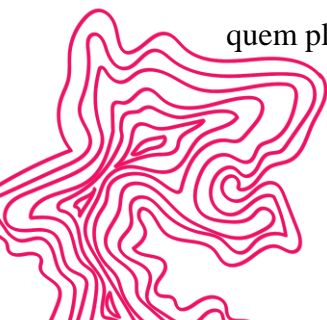
Quando falamos “Pessoa com deficiência”, colocamos nesta terminologia a pessoa em primeiro plano com a autonomia em seu viver e a deficiência é apenas uma característica que carrega, temporário ou permanente ou até invisíveis como a surdez.

Projeções do IBGE sobre a população no ano de 2060, será representada por um funil etário, ou seja, mais idosos do que jovens. E que também existem as deficiências não perenes. Sendo assim é preciso adequar os museus para dar a todos a mesma comodidade, que seus direitos de serem diferentes sejam respeitados, com uma interpelação multissensorial. As informações escritas, oral e com diversos níveis de complexidade, orais, táteis e interativas devem ser acessíveis a todos os públicos.

Assim ao se adequar os museus, permite que os mesmos cumpram o seu papel social de comunicar, preservar e garantir o direito à cidadania, para que o visitante se sinta em um ambiente acolhedor, levando em conta que existe também a exclusão emocional, socioeconômica.

O texto de Peter Colwell, escritor português, no livro *Museus e Acessibilidade*, Coleção Temas de Museologia, com uma visão europeia de melhorar o acesso à cultura e aos Museus, a partir de políticas do Instituto Português de Museus (IPM), tendo como prioridade, estabelecer práticas para acessibilidade, no acolhimento, e na informação aos visitantes com deficiência. Além de uma pesquisa de acessibilidade arquitetônica e seus espaços de serviço por meio de um questionário proposto.

Assim orienta a adequação de um museu, passa por todos os funcionários do museu de quem planeja as exposições, guardas, recepcionistas, para saber usar os equipamentos, serviços



enfim, as acessibilidades do espaço. Sem nunca esquecer que os representantes de grupos ou associação de pessoa com necessidades especiais participem na estruturação da adequação.

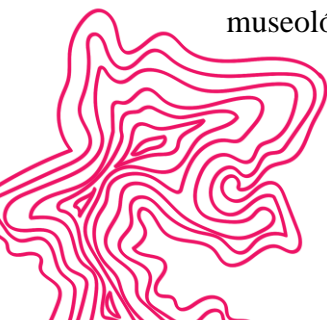
Os obstáculos intelectuais devem levar em consideração que uma linguagem especializada e complexa nem sempre é passível de compreensão de todos, por isso as informações devem ser sem a perda de qualidade e da compreensão para todos. Deficiências mentais, os obstáculos situam-se em três níveis: Orientação no espaço, percepção sensorial, e a organização conceptual. Essas orientações requerem identificações do percurso, identificação dos diferentes serviços como loja, bar, sanitário, saídas, para que não ocorra insegurança nas pessoas. Muitos estímulos em simultâneo leva a dificuldades na decodificação das informações seja a nível visual ou auditivo, que leva problemas de atenção e construção. Além dos obstáculos para com pessoas com deficiência existem as mais comuns praticadas com todas as pessoas, que são as emocionais, que o visitante não se sente em um ambiente acolhedor, uma arquitetura, iluminação sinalética, acessibilidade do acervo, e como são tratados pelos funcionários. Culturais, que o discurso da exposição ou do museu podem afastar ou insultar o visitante ou também a exclusão pelo financeiro, sem se preocupar em entradas gratuitas em dias específicos ou redução de taxas para algumas classes da população.

O livro ainda apresenta nos anexos uma Ficha Diagnóstica para Avaliação da Acessibilidade em Museus, ou seja, um amplo questionário que após o preenchimento permite uma análise das condições de acessibilidade da instituição.

A disciplina Acessibilidade em Museus – MUL406, ministrada pelo orientador Prof. Dr. Gilson Antônio Nunes, também foi de relevância para a sistematização de informações para a pesquisa, oferecida pelo curso de graduação em Museologia da UFOP, o primeiro do estado de Minas Gerais e o primeiro no Brasil a oferecer uma disciplina ainda que eletiva, sobre acessibilidade para pessoas com deficiência nessas instituições museológicas. Matéria essa que amplia o olhar para que todos tenham uma fluência e seus direitos garantidos como cidadão.

Material e Métodos

Iniciado pela revisão bibliográfica, principalmente da legislação do setor de museus e da área de acessibilidade para museus, a partir desta foram definidos parâmetros para o diagnóstico das condições de acessibilidade às pessoas com deficiência nas instituições museológicas de Ouro Preto.



O questionário a ser utilizado foi referenciado naquele sugerido no livro *Temas de Museologia – Museus e Acessibilidade*, organizado por Peter Colwell, Instituto Português dos Museus, 2004.

Os resultados também serão apresentados em breve aos gestores de museus no Sistema de Museus de Ouro Preto por meio de participação em reunião, ensejando o início de uma discussão que possa resultar em ações que melhorem o quadro ora apresentado saída para pessoas com deficiência.

Já as seguintes instituições: Museu Aleijadinho, Museu de Arte Sacra de Ouro Preto, Museu de Ciência e Técnica da Escola de Minas/UFOP, Museu Aberto Cidade Viva, Museu do Chá e Ecomuseu da Serra de Ouro Preto, não foram identificados recursos de acessibilidade.

Ao fazer o diagnóstico dos Museus de Ouro Preto, fica claro que eles são quase totalmente inacessíveis às pessoas com deficiência. Os recursos são quase inexistentes. Mesmo sabendo que são arquiteturas, em sua maioria do século XVIII e XIX tombados como patrimônio cultural da humanidade, muitos recursos podem ser implementados para romper com vários obstáculos físicos, sensoriais, intelectuais, emocionais, culturais e financeiros.

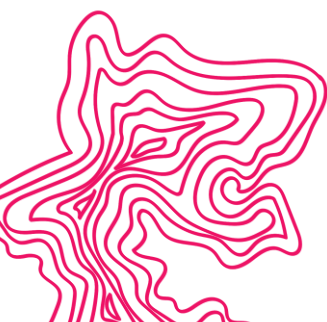
Ter empatia, colocar-se no lugar do outro, que não somos iguais somos diferentes, mas com os mesmos direitos. A acessibilidade altitudinal e a principal, levando em conta que as atitudes são muitas vezes de forma implícitas ou inconsistentes, pré-julgamentos, pré-conceitos com as pessoas com deficiências.

Perceber as necessidades para a inclusão é acessibilidade, leva os museus a busca de profissionais de públicos-alvo para integrar a equipe de museus como consultores para que ocorra um ambiente funcional para fruição da pessoa com deficiência.

Promover exposições em que o visitante com deficiências possa interagir como formas de acesso tátil, réplicas, instrumentos líticos pré-históricos. Réplicas, como moedas, representações de quadros de imagens em relevos, com áudios sobre o quadro.

Criar soluções para proteção de acervos que podem ser tocados com luvas invisíveis, bancadas com tampos moles, tabuleiros com espuma, areia ou serragem no fundo.

Conclusão



O projeto de pesquisa teve a função de viabilizar o estabelecimento de um diagnóstico sobre a situação da acessibilidade para pessoas com deficiência nos museus do município onde está o primeiro curso de graduação em Museologia do estado.

Viabilizar a plena participação das pessoas com deficiência de forma ativa, sem constrangimento ou limitações que ocorra em totalidade é a meta para um museu que pretenda ser inclusivo.

Sentimos na pele no período de pandemia provocada pelo Novo-Corona vírus o que é ser cerceado no direito de ir e vir, em função do necessário isolamento social. Situação a que estão segregadas milhões de pessoas com deficiência mesmo antes da pandemia.

Portanto urge para que a acessibilidade para pessoas com deficiência seja total, com o objetivo de dar visibilidade a esses atores excluídos da sociedade. Temos um longo caminho a ser percorrido, principalmente que a acessibilidade e inclusão sempre precisará de atualizações.

Sendo seu direito visitar os museus ao passo que estes devem estar preparados para receber o público. Levando em conta que o museu é o cenário do relacionamento do homem e o Objeto, que assegura a transformação social. A acessibilidade se faz presente como mediadora entre o conhecimento científico e público leigo e também a relevância que vai levar a uma leitura comunicacional facilitadora das interpretações e relações da sociedade com seu patrimônio.

Infelizmente o diagnóstico revela que os museus de Ouro Preto se caracterizam pela falta de acessibilidade a pessoas com deficiência e em alguns casos encontram-se em fase inicial nas ações de inclusão.

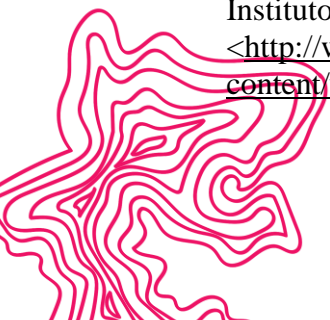
Referências Bibliográficas

ABNT-Associação brasileira de normas Técnicas. NBR9050: **Acessibilidade edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos.** Disponível em: <<http://www.mpdf.gov.br/sicorde/NBR9050-31052004.pdf> Acesso em: 29.07.2011>

BRASIL, Lei Nº 11.904, de 14 de janeiro de 2009. **Estatuto de Museus. Brasília. Presidência da República, 2009.**

BRASIL, Lei Nº 13.146, de 06 de julho de 2015. **Estatuto da Pessoa com Deficiência. Brasília. Presidência da República, 2015.**

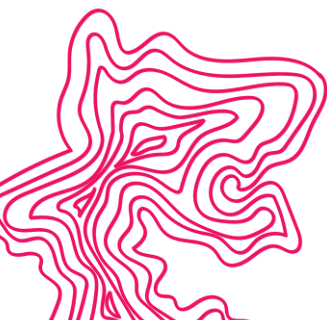
COHEN, Regina et. al., **Acessibilidade a Museus, Cadernos Museológicos, volume 2,** Instituto Brasileiro de Museus, Brasília, 2013. Disponível em: <http://www.museus.gov.br/wp-content/uploads/2013/07/acessibilidade_a_museu_miolo.pdf>



COLWELL, Peter (Org.), **Temas de Museologia – Museus e Acessibilidade, Instituto Português dos Museus, 2004.** Disponível em: http://www.patrimoniocultural.gov.pt/static/data/publicacoes/acessibilidades/ipm_2004_museus_e_acessibilidade.pdf

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo de 2000.** Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/censo/>

SARRAF, Viviane. **Vista Cansada.** Fórum Permanente. Disponível em: http://forumpermanente.incubadora.fapesp.br/portal/.painel/critica/viviane_sar



Judaísmo imaginário e política de memória no patrimônio do Rio de Janeiro (2017-2020)

Bianca Pereira Bastos

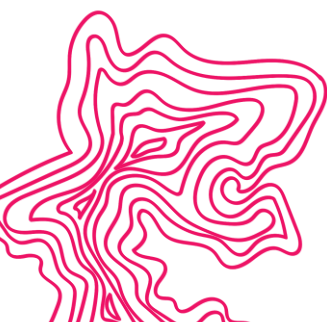
Doutoranda em História Social da Cultura - Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro

Email: biancapbastos@yahoo.com

Resumo: A presente proposta tem por objetivo analisar as relações político-teológicas, sociais e identitárias, presentes no processo dos usos do judaísmo imaginário pela nova direita cristã no Brasil. Compreendendo os grupos neopentecostais e conservadores, esta nova direita se une diante da tentativa de superação de uma esquerda imaginária, e para o cumprimento de uma agenda moral e teológica. Nesta disputa de imaginários, o objeto da análise das novas configurações aborda dois patrimônios na cidade do Rio de Janeiro, a saber o Memorial às Vítimas do Holocausto, no Morro do Pasmado, e o Museu da Escravidão e da Liberdade, localizado na zona portuária da cidade. Ambos tiveram suas etapas de implementação durante o governo do então prefeito Marcelo Crivella, que é bispo licenciado pela Igreja Universal do Reino de Deus (IURD), e que explicitou em sua gestão diversas pautas da IURD e da nova direita, como o caso da parceria com a comunidade judaica carioca conservadora, além dos diversos episódios de recusa da cultura de matriz africana na cidade. Embora as relações de disputas envolvam burocracias dos órgãos de regulamentação e preservação patrimonial, elas avançam para questões que tangem as identidades. Isto porque as identidades não são estanques ou fixas. Não obstante, a memória assume um papel de estabelecimento do ponto em comum da nova direita cristã, por meio do processo de afirmação do comum à coletividade. Neste ponto, a memória remete ao passado enquanto horizonte de expectativas, e não como o espaço de experiência, como propôs Reinhart Koselleck. Em síntese, a presente proposta visa examinar as diversas faces da disputa pelo passado que configura sentido às dinâmicas do presente. A partir da união de dois grupos distintos (judeus e neopentecostais) que compartilham ideias e crenças religiosas, conservadoras e políticas, configura-se uma comunidade na qual realizam a partilha do comum a este coletivo. Com base neste processo, há a proposta de estabelecimento de uma disputa identitária na sociedade brasileira, que envolve sobretudo um debate racializado. Este empreendimento se dá, sobretudo, a partir da noção de embranquecimento por parte da nova direita cristã e da memória da escravidão, possivelmente estabelecendo um novo regime de historicidade.

Palavras-chave: Judaísmo imaginário, Patrimônio, Nova direita cristã, Memória, Holocausto.

Memória, poder e patrimônio



Nesta breve exposição buscaremos analisar os recentes acontecimentos do campo político, social e cultural pelos quais atravessa o Brasil. Apesar de recentes, esses eventos se delimitam há algumas décadas como um campo de disputas de narrativas que contrapõem grupos de diferentes espectros políticos e versões de Brasil. Para melhor dissertar sobre alguns desses acontecimentos, tomaremos os casos de dois patrimônios localizados na cidade do Rio de Janeiro: o Museu da Escravidão e da Liberdade (MEL) e o Memorial às Vítimas do Holocausto. Estes aparelhos culturais tiveram diferentes rumos acerca da implementação durante a gestão do Prefeito Marcelo Crivella (Republicanos, mandato de 2017-2020).

Alguns dos conflitos ocorridos neste período despontam como um farol que ilumina algumas questões da política recente, sobretudo acerca de grupos que ganharam importante espaço na cena pública, como é o caso de grupos religiosos pentecostais e neopentecostais, que adentraram e permaneceram na política nacional, principalmente após a Constituição de 1988. Lidar com tais agremiações se torna cada vez mais importante e necessário, na medida em que o discurso antimodernista moderno⁵⁸ que disseminam é uma realidade no país.

Em 5 de outubro de 2021, o governo do estado do Rio de Janeiro sancionou a Lei nº 9431, que “declara o movimento pentecostal ou pentecostalismo como patrimônio imaterial do Estado do Rio de Janeiro”⁵⁹. Esta lei demonstra que o âmbito patrimonial está sendo incluído no conjunto de espaços que esses grupos pretendem disputar na esfera pública.

Não obstante, o processo de implementação dos dois aparelhos culturais seguiu caminhos distintos. No caso do Memorial às Vítimas do Holocausto, após um longo processo de tentativa de edificação - as cinco gestões anteriores a de Crivella não tiraram o projeto do papel -, as divergências entre apoio e contraposição à construção do monumento apontam uma correlação. Se a memória é um objeto em disputa, então as instituições de memória passam a ser vistas como concorrentes. Nesse processo, a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) torna-se uma instituição problemática por ser ela a responsável pelo patrimônio cultural e natural, e no caso do Brasil, o patrimônio cultural tangível e intangível⁶⁰.

⁵⁸ Aqui me refiro às pautas anti progressistas e de combate à uma esquerda imaginária, nas quais fé e ideologia tornam-se conceitos difusos.

⁵⁹ Disponível em: <https://gov-rj.jusbrasil.com.br/legislacao/1297619290/lei-9431-21-rio-de-janeiro-rj> Acessado em: 15/06/2023.

⁶⁰ Disponível em: <https://pt.unesco.org/fieldoffice/brasil/expertise/world-heritage-brazil> Acessado em: 15/06/2023.

Tendo em vista a conexão que é estabelecida entre a nova direita cristã⁶¹ e o Estado de Israel por meio do judaísmo imaginário⁶², a disputa de memória se torna uma pauta comum ao grupo, sobretudo do ponto de vista dos adversários aos seus objetivos. Para esclarecer essa relação antagônica com as instituições de patrimônio e memória, precisamos voltar ao ano de 2015, quando a UNESCO inicia um processo de questionar lugares em regime de apartheid, temática que logo passa a envolver cidades no território palestino-israelense que se enquadram em tal delimitação. A partir de 2016, a UNESCO adotou uma resolução bastante polêmica sobre locais sagrados em Jerusalém, que visava “a salvaguarda da autenticidade, integridade e patrimônio cultural da Cidade Velha de Jerusalém em ambos os lados de suas muralhas”⁶³, preocupando-se com as escavações ilegais dos israelenses, entre outras questões.

A partir dessas resoluções, que passam a ser recorrentes, a nova direita cristã, em especial a IURD – que realiza diversas viagens a Jerusalém, sobretudo de cunho religioso – passa a se posicionar contra a UNESCO, considerando-a até mesmo antissemita, apoiando e destacando a versão israelense sobre o caso⁶⁴. Durante o primeiro ano da gestão de Crivella, em 2017, a UNESCO atua na cidade do Rio de Janeiro, ao tornar o Cais do Valongo um Patrimônio Histórico da Humanidade⁶⁵, além de ser mencionada no processo de cessão do Morro do Pasmado para a construção do Memorial às Vítimas do Holocausto⁶⁶. Aqui existem alguns aspectos que precisam ser ressaltados para avançarmos no entendimento das disputas de memória.

⁶¹ A nova direita cristã seria uma ramificação religiosa da nova direita brasileira, definida por Camila Rocha enquanto um grupo no qual seus componentes “[...] partilhariam identidades, interesses e discursos tão conflitivos com o horizonte cultural dominante que correriam o risco de enfrentarem reações hostis caso fossem expressos sem reservas em públicos dominantes, cujos discursos e modos de vida seriam tidos irrefletidamente como corretos, normais e universais”. Em: ROCHA, Camila. “Menos marx, mais Mises”: Uma gênese da nova direita brasileira (2006-2018). Tese (Doutorado) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. Departamento de Ciência Política - São Paulo, 2018. 232 f, p.20.

⁶² O judaísmo imaginário será melhor abordado mais adiante.

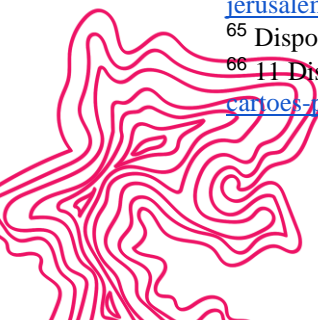
⁶³ Disponível em: <https://whc.unesco.org/en/decisions/6243/> Acessado em: 15/06/2023. Disponível em: <https://www.theguardian.com/world/2016/oct/26/unesco-adopts-controversial-resolution-on-jerusalem-holy-sites-israel> Acessado em: 15/06/2023.

Disponível em: <https://g1.globo.com/mundo/noticia/2016/10/resolucao-da-unesco-sobre-local-sagrado-em-jeusalem-irrita-israel.html#:~:text=Estados%20membros%20da%20Unesco%20renovaram,a%20ag%C3%Aancia%20de%20not%C3%ADcias%20Reuters>. Acessado em: 15/06/2023.

⁶⁴ Disponível em: <https://www.universal.org/noticias/post/onu-nega-relacao-de-judeus-com-locais-sagrados-em-jerusalem/> Acessado em: 15/06/2023.

⁶⁵ Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/1605/> Acessado em: 15/06/2023.

⁶⁶ Disponível em: <https://diariodorio.com/monumento-em-botafogo-gera-polemica-por-obstruir-paisagem-de-cao-es-postais-do-rio/> Acessado em: 15/06/2023.



O Memorial às Vítimas do Holocausto, no que tange à cessão do terreno do Morro do Pasmado e suas questões jurídicas, torna-se uma arena de enfrentamento com a UNESCO. Existem divergências na prefeitura do Rio ao longo desse processo, além de um projeto de mediação internacional de local, e aqui vale ressaltar as terminologias mobilizadas juridicamente, já que existe uma distinção entre tombamento e registro: o tombamento contém um controle público permanente do bem cultural, através de autorizações e de sanções; no registro não há esse sistema de controle ou de intervenção estatal na vida do bem cultural⁶⁷.

Tendo em vista que o Morro do Pasmado não constitui um patrimônio tombado pelo IPHAN, e que não faz parte do bem “Rio de Janeiro, Paisagens Cariocas entre a Montanha e o Mar” (2012)⁶⁸, a definição que consta pelo Instituto é a de zona de amortecimento⁶⁹. Somado a isso, o Comitê Brasileiro do Conselho Internacional de Monumentos e Sítios (Icomos/Brasil), emitiu nota de repúdio ao novo projeto do memorial, em 2018, mantendo o posicionamento de que se tratava de uma zona de amortecimento de área chancelada, o que implica no que Marcela Correia de Araujo Vasconcelos destaca como proteção das paisagens chanceladas “a partir da associação da Portaria nº 127/2009 com a Lei nº 9.605/1998”⁷⁰. A partir dessas disputas, a Ação Civil Pública do Memorial junto ao MPF - reunida em documento apresentado setembro de 2021 - foi estendido⁷¹.

Concomitantemente, o Museu da Escravidão e da Liberdade passa pelo processo de disputas de implementação tanto pela UNESCO quanto pelos funcionários e pastas da

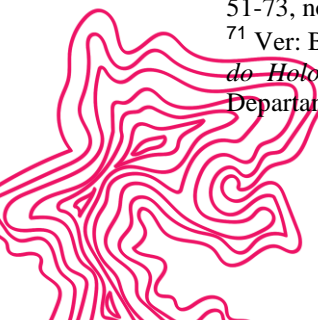
⁶⁷ VERDAN, Tauã Lima. Uma Análise comparativa dos Institutos do Registro e do Tombamento: Semelhanças e Distinções dos Instrumentos de Preservação do Meio Ambiente Cultural Conteúdo Jurídico, Brasília-DF: 11 out 2022. Disponível em: <https://conteudojuridico.com.br/consulta/Artigos/36032/uma-analise-comparativa-dosinstitutos-do-registro-e-do-tombamento-semelhanças-e-distinções-dos-instrumentos-de-preservação-do-meioambiente-cultural> Acessado em: 15/06/2023.

⁶⁸ O sítio “Rio de Janeiro: paisagens cariocas entre a montanha e o mar”, foi reconhecido pela UNESCO e incluído na lista do patrimônio mundial como paisagem cultural desde 2012. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/45/> Acessado em: 17/06/2023.

⁶⁹ 9.985/2000 (Lei do Sistema Nacional de unidades de Conservação da Natureza – SNUC), entende-se por Zona de Amortecimento (ZA) “o entorno de uma unidade de conservação, onde as atividades humanas estão sujeitas a normas e restrições específicas, com o propósito de minimizar os impactos negativos sobre a unidade”. Disponível em: <https://www.conjur.com.br/2021-abr-10/ambiente-juridico-zona-amortecimento-unidades-conservacao> Acessado em: 16/06/2023.

⁷⁰ Art. 63. Alterar o aspecto ou estrutura de edificação ou local especialmente protegido por lei, ato administrativo ou decisão judicial, em razão de seu valor paisagístico, ecológico, turístico, artístico, histórico, cultural, religioso, arqueológico, etnográfico ou monumental, sem autorização da autoridade competente ou em desacordo com a concedida: Pena - reclusão, de um a três anos, e multa. (BRASIL, 1998). Em: VASCONCELOS, Marcela Correia de Araujo. As fragilidades e potencialidades da chancela da paisagem cultural brasileira. CPC, São Paulo, n.13, p. 51-73, nov. 2011/abr. 2012.

⁷¹ Ver: BASTOS, Bianca Pereira. *O processo de patrimonialização do judaísmo imaginário: o caso do Memorial do Holocausto no Rio de Janeiro (2016–2020)*. Rio de Janeiro, 2023. 149 p. Dissertação de Mestrado - Departamento de História, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.



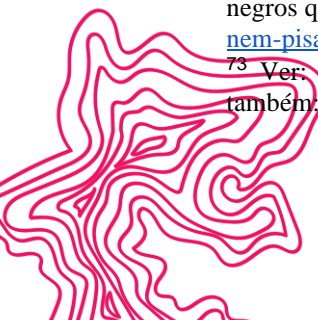
prefeitura. Aqui me refiro as cisões que ocorreram nos dois patrimônios: para que o Memorial do Holocausto se tornasse uma realidade, a prefeitura criou o Instituto Memorial do Holocausto; no caso do MEL, a prefeitura entregou a direção da pasta de Secretaria Municipal de Cultura a Nilcemar Nogueira que, além de mudar o nome do museu, rompeu com o projeto anterior e com os profissionais a ele vinculados (VASSALLO; CÁCERES, 2019). Simone Vassallo e Luz Stella Rodríguez Cáceres destacam que:

A sensação que paira é que ao longo de 2017 e 2018 a prefeitura de Crivella deu as costas ao setor cultural e foi especificamente reativa às questões da cultura afro-brasileira. Uma série de gestos de omissão e até de perseguição explícita pode ser listada para dar conta da atitude da prefeitura, começando pela ausência do prefeito na festa de comemoração da inclusão do Cais do Valongo na lista dos patrimônios mundiais, a qual foi não apenas sentida, como sinalizava a concretização de uma pauta contrária à cultura afrodescendente. Na mesma época, o prefeito anunciou que cortaria à metade a subvenção concedida ao desfile das escolas de samba do Grupo Especial e do Grupo A. A prefeitura também cortou o apoio financeiro a manifestações tradicionais da cidade como o Trem do Samba e a Procissão de Iemanjá. Não é coincidência que essa sequência de reduções de custos atinja eventos de religiões de matriz africana, os quais vão contra valores da Igreja Universal do Reino de Deus. 2017 também será lembrado, em particular, como ano das perseguições silenciosas aos ensaios do grupo de maracatu Tambores de Olokum, a rodas de samba em locais tradicionais como Pedra do Sal e Praça Tiradentes, e da falta de repasse de verba para o Instituto Pretos Novos. Pelo mesmo motivo, a Casa do Jongo teve que fechar as portas no início de 2018. (VASSALLO; CÁCERES, 2019, p. 72-73).

Como pode ser observado, durante a gestão de Crivella ocorreram uma série de vetos à existência dessa memória, que estão circunscritos na disputa de memória e de passado. Isso porque na gramática da nova direita, a escravidão é percebida enquanto tradição, e não como um fenômeno social⁷². Em paralelo, o Holocausto serve como referência de sacrifício do “povo escolhido”, e as constantes referências a Israel, principalmente por parte da Nova Direita, atuam na perspectiva de embranquecimento, pois a ascensão de classes no Brasil é acompanhada por um estreitamento tanto das identidades quanto do conjunto de experiências críveis de reivindicação por parte desses indivíduos. Nesse sentido, este apelo a Israel representa um atalho para o alcance do modelo de elite desejado por parte das classes médias⁷³. Ao traçarmos esse paralelo entre o Memorial do Holocausto e o Museu da Escravidão e da Liberdade, um debate racial se estabelece, e a disputa de memória perpassa o campo desse debate racializado e das construções identitárias.

⁷² Tal perspectiva ficou bem clara por meio da fala de Jair Bolsonaro, representante emblemático da nova direita brasileira, que fez afirmações negacionistas, alegando que “o português nem pisava na África. Foram os próprios negros que entregavam os escravos”. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2018/07/portugueses-nem-pisaram-na-africa-diz-bolsonaro.shtml> Acessado em: 16/06/2023.

⁷³ Ver: SORJ, Bernardo. *Identidades judaicas no Brasil contemporâneo*. Rio de Janeiro: Imago, 1997. Ver também: <https://estadodaarte.estadao.com.br/branquear-salvar-nacionalizar-tonio/> Acessado em: 11/10/2022.



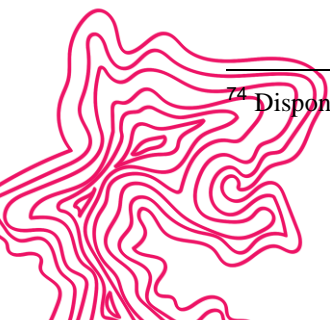
Deste modo, olhando o passado nacional recente, o reconhecimento da escravidão, do tráfico transatlântico como crimes contra a humanidade, e da persistência da discriminação racial ocorreram na Conferência de Durban, realizada em agosto de 2001 na África do Sul, que debateu racismo, xenofobia e formas correlatas de intolerância (ALVES, 2002, p. 200). Promovida pela ONU, a Conferência de Durban conta com a delegação brasileira como a maior ali presente, além da relatora ser natural do Brasil.

Por mais notável que seja, convém esclarecer que essa discussão sobre políticas de reparação se torna intenso no Brasil, em especial para os Movimentos Negros, como aponta Angela Randolpho Paiva (2015). Em contrapartida, um documento em forma de manifesto contrário à lei de cotas raciais (proposta como política de reparação pós-Durban), foi assinado por diversos intelectuais e acadêmicos⁷⁴, muitos entre eles de origem judaica, o que acalora ainda mais o debate. O pós-Conferência de Durban abre um racha entre brancos e não-brancos no campo político, social e intelectual. Nesse contexto, nota-se em curso uma nova política de memória, que organiza a memória coletiva, que lembra, registra ou descarta os eventos por meios políticos.

Como destacou Mário Chagas, “Memória e poder exigem-se. Onde há poder, há resistência, há memória e há esquecimento” (CHAGAS, 2009, p. 136), e a memória privilegiada durante a gestão de Crivella atendia as perspectivas imaginárias da nova direita cristã. Sendo assim, por que não buscamos os lugares de memória da escravidão no Brasil? De que modo o memorial do Holocausto se refere às suas vítimas? Como destacou Leila Danzinger, “se o monumento fosse transferido para a Candelária, não poderia lembrar os assassinatos dos “meninos de rua”, ali ocorridos em 1992, ou ainda, a chacina de Vigário Geral, dentre tantas outras?”(DANZINGER, 2003). Essas são algumas inquietações que guiam essa breve exposição.

Analisando a história a contrapelo, como proposto por Walter Benjamin, e atentos aos sintomas e indícios que transparecem ao longo do processo de pesquisa, podemos destacar que a dinâmica do tempo presente está em curso há algumas décadas no Brasil. A articulação tradicionalista que se desenvolve não coloca em xeque escravidão e holocausto como objeto de disputa de passado de maneira ampla, mas enfatiza a ressignificação - que tende a restrição - da negritude e da judeidade. A história é um campo a ser disputado.

⁷⁴ Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/folha/educacao/ult305u18773.shtml> Acessado em: 16/06/2023.
XI Encontro de Pesquisa em História da UFMG - ISBN: 978-65-01-11103-2



O passado que não passa

O patrimônio representa uma escrita do passado, submetida a uma gramática e a uma sintaxe bem específicas, e neste caso, concretizam o patrimônio de uma coletividade, que estabelece nexos de pertencimento, metaforizando relações imaginadas (GUIMARÃES, 2008, p. 98), pois “o patrimônio é usado não apenas para simbolizar, representar ou comunicar: é bom para agir” (GONÇALVES, 2009, p. 27).

Neste sentido, a política de memória, advinda dos atores políticos envolvidos nos projetos dos aparelhos culturais, busca um passado que se baseia em relações imaginadas e que correspondem a uma coletividade imaginada circunscrita na agenda político-religiosa cristã e conservadora⁷⁵. O apanágio dado ao monumento do holocausto representa a síntese dos esforços de busca por um passado que atende às demandas do presente.

Se por um lado a união entre neopentecostais e um judaísmo de perspectivas conservadoras remete ao período bíblico e a uma linguagem que recria esse passado religioso, simbolicamente místico; por outro, a agenda política propõe a instauração de marcos sagrados da memória, visando a instituição de lugares de memória santo e sagrado - priorizando as noções de reino, império, branquitude, e em última instância a negação da modernidade.

Não obstante, faz-se necessária a delimitação da coletividade aqui tratada, a qual denominamos comunidade judaico-cristã imaginária. Partindo do conceito de comunidades imaginadas, de Benedict Anderson, que percebe que tais comunidades são pensadas por meio de práticas administrativas e culturais dos Estados Nacionais Modernos a fim de estimular os sujeitos a definir suas obrigações enquanto membros de um grupo que, supostamente, é especial e homogêneo por natureza (ANDERSON, 2008). Neste caso, a comunidade imaginada é pensada a nível nacional para grupos sociopolíticos subnacionais.

Composta por judeus e neopentecostais (ou evangélicos), a comunidade judaico-cristã sustenta um posicionamento conservador do ponto de vista da disputa pela moralidade pública. Como aponta Ronaldo de Almeida, “não somente a proteção da moralidade deles, mas a luta para ela ser inscrita na ordem legal do país” (2017, p. 18). Assim, o conservadorismo evangélico refere-se à pauta dos costumes. Neles, “a sacralização da família tradicional é, sem dúvida, o

⁷⁵ Esta discussão será abordada mais adiante.



signo de um amplo campo moral em questões relativas ao corpo, ao comportamento e aos vínculos primários” (ALMEIDA, 2020, p. 428).

Dadas essas premissas, o setor religioso conservador tem se posicionado cada vez mais à direita, compreendendo que o social deve ser coextensivo à religião. Além do caráter conservador e de direita, este grupo é circunscrito, no campo do sagrado, enquanto herdeiro do judaísmo antigo e da promessa de “povo escolhido”⁷⁶.

Esta nova direita cristã conflita em torno de perspectivas identitárias no que tange às propostas de Brasil e de identidade nacional. Envoltos pela lógica de povo escolhido, e pela dinâmica racial do país (quanto mais claro o tom da pele, melhor para o indivíduo da sociedade da democracia racial), a aproximação de neopentecostais com a comunidade judaica, que é vista como escopo da branquitude - processo descrito por Bernardo Sorj, Bila Sorj e outros autores -, revela uma dinâmica denominada “conversão e desconversão”, proposta por Michel Gherman e Misha Klein⁷⁷. Por meio desse processo, a pluralidade das identidades é ignorada, pois estabelece-se um ideal de judeu, assim como um ideal de negro, que podemos correlacionar com um ideal da “raça boa”.

Essa dinâmica pode ser sintetizada pela proposta de Albert Memmi, que ao pensar a identidade judaica, produz uma reflexão sobre o termo judeidade, que é inspirado no termo negritude. Ao compreender o vocábulo judaísmo como insuficiente no cumprimento do significado, Memmi decide fazer uma ampliação no vocabulário definindo três noções: a) o grupo judaico, ou judaicidade; b) seus valores, ou judaísmo; c) o grau de participação de um judeu em seu grupo por um lado, ou em seus valores, por outro, ou judeidade.

Baseando-se na obra de Aimé Césaire - compreendido pelo autor como o inventor do termo negritude -, Memmi entende que, assim como acontece com o termo judeidade, a palavra negritude não aborda a completude da dinamicidade da identidade. Portanto, Memmi propõe semelhante divisão de noções, a saber: a) a negritude seria o conjunto dos negros, grupos e

⁷⁶ Presente no Pentateuco, a noção do Povo Escolhido por Deus se refere à Israel como o povo que recebeu a promessa da Terra Santa (Lv 20, 24-26).

⁷⁷ O processo de conversão e desconversão corresponde ao movimento de vincular e desvincular os aliados da comunidade judaico-cristã. Nesta dinâmica, todos os indivíduos que não integram o ideal do coletivo (judaísmo imaginário), que preza tradicionalismos, estão desconvertidos. Deste modo, judeus progressistas e de identidade plural estão fora, enquanto os indivíduos de direita e que seguem a cartilha moral e religiosa então dentro da comunidade. Ver: GHERMAN, Michel.; KLEIN, Misha. Entre “conversos” e “desconversos”: o caso da influência da Nova Direita Brasileira sobre a comunidade judaica do Rio de Janeiro. *Estudios Sociales del Estado* - volumen 5, número 9, pp. 101 a 123, 2019, p. 106-107.

povos; b) o negrismo seria o conjunto do povo negro valores tradicionais e culturais; c) a negritude, enfim, seria reservada para a maneira de sentir e de ser negro, por pertencer a um grupo dos homens e pela fidelidade a esses valores.

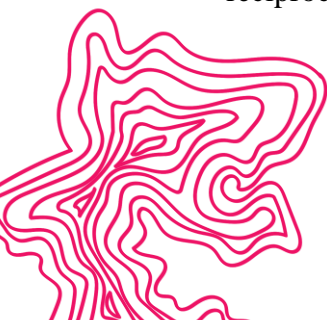
Em síntese, com base no debate historiográfico é possível compreender que os pontos em questão na disputa pelo passado e pelo firmamento identitário do tempo presente é estabelecido, dentre os três termos, pela negritude e pela judeidade. É por meio destas noções que se integra ou exclui os indivíduos na coletividade. O que está em jogo são os valores e a identidade dos sujeitos.

Tendo em vista a definição da comunidade judaico-cristã, faz-se necessário estabelecermos dois conceitos que viabilizam esse coletivo: as afinidades eletivas e o judaísmo imaginário. Sobre esse ponto, a comunidade judaico-cristã se encontra alinhada em perspectivas políticas num espectro cada vez mais à direita, seguindo pautas conservadoras, “antiesquerdistas”, religiosas e tradicionais. Esse alinhamento constitui-se como forma de “afinidades eletivas”, conceito abordado por Max Weber em “A ética protestante e o espírito do capitalismo”.

O primeiro sentido dado ao termo se refere a afinidade enquanto “a força em virtude da qual duas substâncias diversas “se procuram, unem-se e se encontram” em um tipo de casamento” (LÖWY, 2011, p. 130). Ao analisar os usos do conceito de afinidades eletivas, Michael Löwy busca uma definição para o termo, a partir dos usos de Weber, chegando à conclusão de que

afinidade eletiva é o processo pelo qual duas formas culturais – religiosas, intelectuais, políticas ou econômicas – entram, a partir de determinadas analogias significativas, parentescos íntimos ou afinidades de sentidos, em uma relação de atração e influência recíprocas, escolha mútua, convergência ativa e reforço mútuo. (LÖWY, 2011, p. 139).

Dependente de graus de “adequação” ou de “parentesco” entre duas formas, a afinidade eletiva procede também de outros fatores relacionados às condições históricas. Ou seja, os fatores históricos, sociais e culturais implicam no processo de seleção recíproca ou reforço mútuo, temática abordada implicitamente na obra de Weber e pouco desenvolvida. Ao fim e ao cabo, auxiliado por outros autores, Löwy destaca que a afinidade eletiva consiste em uma convergência gradual entre superestrutura e infraestrutura, tal qual o movimento de atração recíproca entre dois pólos, que se encontram mutuamente e se conectam de maneira durável



(LÖWY, 2011, p. 140-141). Nesse processo ocorre uma “adaptação recíproca”, visto que os dois pólos se tornam ativos de maneira proporcional.

Tais conexões se baseiam no conceito de judaísmo imaginário. Dentro da leitura do judaísmo imaginário, existem algumas formas de expressão do judeu: a) o judeu vinculado ao período dos reinos, templos, e sacerdócio⁷⁸ e à noção de retorno a pré-modernidade; b) o judeu ligado a perspectivas armamentistas e de segurança, referenciando-se sobretudo no Estado de Israel, aproximando-se de uma imagem caricatural do judeu que conquistou Jerusalém e que serve como barreira ao islamismo; c) o judeu capitalista, que de acordo com Werner Sombart, associa a instauração do capitalismo à contribuição judaica; d) o judeu que representa a branquitude, por meio das vítimas do holocausto, que neste caso eram brancas e europeias - essa percepção traz para o debate político-social brasileiro a vítima branca, que concorre com as vítimas históricas da escravidão presentes no discurso social público⁷⁹.

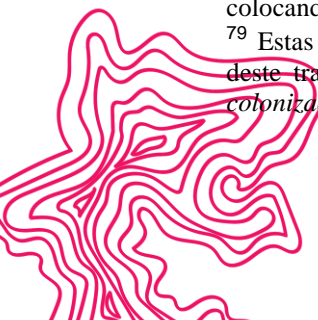
Entre os autores que trabalham as possibilidades de manifestação da judeidade, podemos destacar, além de Albert Memmi, Alain Finkielkraut (“The imaginary jew”), Isaac Deutscher (“O judeu não-judeu e outros ensaios”) e Moishe Postone (“Antissemitismo e nacional-socialismo”). Com base nesta literatura, dentro das quatro possibilidades apresentadas, o judeu imaginário dos tempos bíblicos e a representação do ideal de branquitude são exemplos de judeus que integram o grupo conservador evangélico. Mas não apenas o não-judeu se reconhece enquanto judeu herdeiro da promessa de “povo escolhido”, pois também fazem parte aqueles que são reconhecidos dentro das restrições identitárias.

Juntos, neopentecostais e judeus conservadores, ou por extensão, não-judeus judeus e os judeus que tem sua identidade reconhecida por eles, instauram uma comunidade de afeto, ou uma comunidade judaico-cristã imaginária.

Nos casos aqui apresentados, entre negritude e judeidade, em ambos passados, as identidades se constituem enquanto vítimas - seja da escravidão ou do holocausto. Neste ponto, o multiculturalismo lida com a dinâmica do mosaico da vítima, visto que as duas retóricas recorrem ao status de vítima: o passado credibiliza e consolida as vítimas históricas.

⁷⁸ Esta perspectiva de judeu se difere do judaísmo rabínico, que realiza a leitura do Talmud (Torá oral) e que produz debate, reflexão e questionamentos. Este judeu imaginário rompe com a noção do questionamento, colocando-se na posição daquele que possui as respostas.

⁷⁹ Estas categorias são analisadas em profundidade pelo historiador Michel Gherman, portanto não é intenção deste trabalho pormenorizar cada uma delas. Ver: GHERMAN, Michel. *O não-judeu judeu: a tentativa de colonização do judaísmo pelo bolsonarismo*. São Paulo: Fósforo, 2022.



Considerações finais

Nesta breve explanação, buscamos explorar a perspectiva da comunidade judaico-cristã imaginária, que anseia por um passado que configura coerência e credibilidade a agenda do tempo presente, perpassando a memória e o patrimônio, bem como as perspectivas sobre o resgate da memória do holocausto e da escravidão. Com base nisso, destacamos que os eventos históricos servem para serem analisados e comparados, pois se algum evento recebe uma aura de incomparabilidade, trata-se de mitificação e sacralização, e não de história e construção de saber científico.

Além disso, a memória representa um campo concorrido, sobretudo quando compreendemos a existência de uma relação estreita entre memória e poder. Esta dinâmica envolve alguns elementos, tais como o patrimônio, que representa a ação e a atuação da memória e das disputas, além da linguagem e da estética, que cria o ambiente de afinidades e estabelece o reconhecimento para aqueles que estão dentro da comunidade judaico-cristã.

Quando grupos sociais historicamente marginalizados passam a ter acesso a direitos e suas vozes são ouvidas, os grupos hegemônicos sentem uma perda dos privilégios. A memória enquanto espaço de disputas revela, em escala reduzida, uma prefeitura que privilegiou um memorial dedicado ao sofrimento judaico - não a memória, mas ao sacrifício, por parte da lógica da comunidade imaginária -, em detrimento da memória negra e das raízes da escravidão, que enfrentou um processo genocidário. A nível nacional, utilizou-se um status da vítima branca, numa sociedade da gradação da cor da pele, em que as vítimas históricas foram solapadas pelas vítimas forjadas na contemporaneidade. Na sociedade da democracia racial, que foi e continua a ser desmistificada, uma vez mais a questão racial se impõe.

Referências

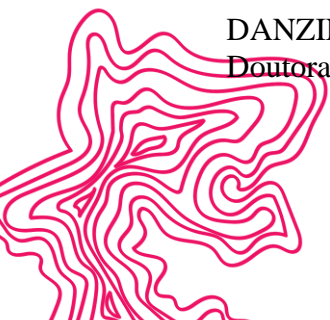
ALMEIDA, Ronaldo de. **Evangélicos à direita**. Horizonte Antropológico, Porto Alegre, ano 26, n. 58, p. 419-436, set./dez. 2020, p. 428.

ALMEIDA, Ronaldo de. **A onda quebrada - evangélicos e conservadorismo**. Cadernos pagu (50), 2017: e175001, p. 18.

ALVES, José Augusto Lindgren. **A Conferência de Durban contra o racismo e a responsabilidade de todos**. *Rev. Bras. Polít. Int.* 45 (2): 198-223 (2002), p. 200.

ANDERSON, Benedict. **Comunidades imaginadas: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

DANZINGER, Leila. **Corpos de ausências: Berlim e os monumentos a Auschwitz**. Tese de Doutorado, Departamento de História, Rio de Janeiro: PUC, 2003.



GHERMAN, Michel; KLEIN, Misha. **Entre “conversos” e “desconversos”**: o caso da influência da Nova Direita brasileira sobre a comunidade judaica do Rio de Janeiro. *Estúdios Sociales Del Estado*, Buenos Aires, v. 5, n. 9, p. 101-123, jan. 2019.

GONÇALVES, José Reginaldo Santos. Patrimônio como categoria de pensamento. In. ABREU, Regina; CHAGAS, Mário (orgs.). **Memória e patrimônio: ensaios contemporâneos**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Lamparina, pp.25-33, 2009.

GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado. **História, memória e patrimônio**. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, v. 34, n. 34, pp. 91-112, 2012.

LÖWY, Michael. **Sobre o conceito de “afinidade eletiva” em Max Weber**. *PLURAL, Revista do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da USP*, São Paulo, v.17.2, 2011, pp.129-142, p. 130.

MARIANO, Ricardo. **Expansão pentecostal no Brasil: o caso da Igreja Universal**. *Estudos Avançados* 18 (52), pp. 121-138, 2004, p.123.

MEMMI, Albert. **“Negritude and Judeity”**. *European Judaism: A Journal for the New Europe*, vol. 3, no. 2, 1968, pp. 4–12, JSTOR.

PAIVA, Angela Randolpho. **Cidadania, reconhecimento e ação afirmativa no ensino superior**. *Civitas, Rev. Ciênc. Soc.* [online]. 2015, vol.15, n.4, pp.e127-e154. ISSN 1984-7289.

VASSALLO, Simone Pondé; CÁCERES, Luz Stella Rodríguez. **Conflitos, verdades e política no Museu da Escravidão e da Liberdade no Rio de Janeiro**. *Horiz. antropol.*, Porto Alegre, ano 25, n. 53, p. 47-80, jan./abr. 2019.



Musealização nos domínios da ciência: a formação do Museu de História Natural e Paleontologia na Escola de Minas de Ouro Preto

Carlos Augusto Ribeiro Jotta
Doutor em História (UFMG).
Professor Adjunto I PUC-MG
carloaug_@hotmail.com

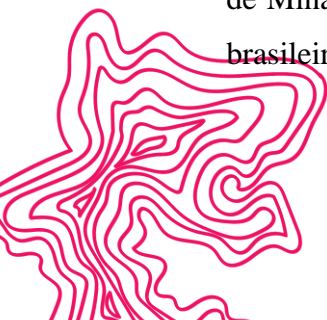
Resumo: Este artigo tem como principal campo de estudo o Patrimônio Cultural de Ciência e Tecnologia e tem como objetivo estudar a trajetória das coleções científicas presentes no Museu de Ciência e Técnica da Escola de Minas da Universidade Federal de Ouro Preto (EMOP). O conjunto de objetos que compõe parte desta coleção é proveniente do processo de formação e consolidação da Escola de Minas de Ouro Preto, inaugurada por Claude Henri Gorceix, em 1876. Optou-se por trazer inicialmente neste trabalho a formação e a institucionalização da coleção de zoologia e paleontologia da Escola de Minas da Universidade Federal de Ouro Preto. No desenvolvimento deste trabalho, considera-se o percurso da Escola de Minas de Ouro Preto, sua fundação e relação com processo de musealização detectado institucionalmente na década de 1970, por meio de uma metodologia exploratória de análise de documentos e fragmentos informacionais. Os resultados mostram um trânsito de coleções oriundas de outras instituições nacionais e estrangeiras e seu uso didático para o ensino mesmo após a formação do Museu de História Natural e Paleontologia

Palavras-chave: Escola de Minas de Ouro Preto; Coleções de História Natural; Musealização; Patrimônio Cultural de Ciência e Tecnologia.

Introdução

O presente artigo tem como temática central o estudo da coleção universitária da antiga Escola de Minas de Ouro Preto (EMOP), atual Escola de Minas da Universidade Federal de Ouro Preto. Tal análise se pauta na formação das coleções e na trajetória histórica e científica dos objetos enquanto instrumentos de ensino, pesquisa e extensão para a formação dos alunos desde o século XIX até a sua musealização no início do século XX. Este artigo é composto pelo espectro de informações levantadas e processadas na tese de doutoramento do autor, que buscou mapear a formação e a trajetória das coleções universitárias da Escola de Minas de Ouro Preto e sua participação no ensino e na pesquisa em ciências mínero-metalúrgicas em Minas Gerais nos séculos XIX e XX.

Como recorte, este trabalho busca problematizar a coleção de História Natural da Escola de Minas de Ouro Preto, fruto de diversas ações de pesquisa e intercâmbio entre instituições brasileiras e estrangeiras. Como objetivo deste artigo, busca-se entender a musealização das



coleções didáticas da EMOP. Ainda na percepção da relevância desta coleção para a Escola, esta pesquisa pretende responder como o conjunto de objetos presentes no Gabinete de História Natural contribuiu para a formação de engenheiros de minas no século XIX e início do século XX.

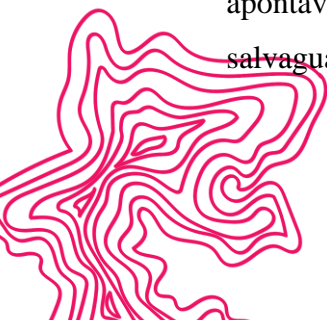
Como fontes de pesquisa para este estudo foram utilizados repositórios online da Biblioteca Nacional, Acervo de Relatórios Ministeriais do Império, o Arquivo do Museu de Ciência e Técnica da Escola de Minas da UFOP (MCT-EM-UFOP) bem como o Arquivo Permanente da Escola de Minas da UFOP (APEM). Todas estas unidades de informação continham relatórios, fragmentos de arquivos, imagens e livros de referência para entendermos a formação da coleção, seus usos científicos e educacionais e por fim, o processo de musealização que culminou na abertura do Museu de História Natural e Paleontologia EMOP na década de 1930 no prédio da antiga Escola de Minas de Ouro Preto.

Os fragmentos documentais que foram localizados nesta pesquisa permitiram analisar os esforços de formação de museus da EMOP e identificar quais ações possuíam a intenção de institucionalização das coleções, sobretudo as coleções de história natural. Além disso, a pesquisa permitiu lançar um olhar para a circulação das coleções no âmbito da Escola de Minas de Ouro Preto e os agentes responsáveis pela sua institucionalização e, posterior, musealização.

Além desses indícios dos trâmites e usos didáticos e científicos das coleções, documentos iconográficos, fontes manuscritas e indicações cronológicas sobre o trânsito dos objetos nos auxiliaram no que diz respeito ao preenchimento de lacunas sobre a formação do referido Museu. Como exemplo, buscou-se entender os processos de musealização dos registros materiais produzidos pela prática científica e didática do seu primeiro diretor e fundador o geólogo francês Claude Henri Gorceix.

Analisados sob a ótica da museologia e da história das coleções científicas, esses objetos adquiriram significados e valores que lhes foram atribuídos como vestígios da memória da formação da Escola de Minas de Ouro Preto, imbuídos ainda de uma carga simbólica significativa por serem instrumentos de ensino e pesquisa que pertenceram aos cientistas que lá atuavam ou cientistas que possuíam alguma relação institucional com a EMOP.

O levantamento informacional realizado durante os estudos para este trabalho, já apontava que parte do corpo docente e administrativo da EMOP tinha o interesse de salvar os objetos e equipamentos utilizados nas aulas. Ao constatar que a EMOP, em



diferentes contextos, buscava a produção de um espaço dedicado à memória da Engenharia e da sua prática, tornou-se eminente a produção de uma pesquisa que tratasse da formação de coleções de ciência e tecnologia no âmbito de uma escola de engenharia precursora em Minas Gerais.

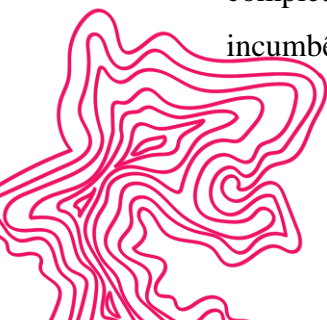
Com o intuito de se compreender o processo de formação de coleções universitárias, buscou-se suporte no nas reflexões desenvolvidas por Fernando Bragança Gil e Marta Lourenço (1999, 2001). Considera-se que ambos traduzem o conhecimento acerca da formação de coleções universitárias e concordam, dentre outras teorias, que sua formação pode estar atrelada à obsolescência dos aparatos. Para os autores, o ensino e a experimentação científica se pautam no avanço tecnológico dos aparatos e a substituição dos antigos é uma prática que visa o aperfeiçoamento dos processos de produção de conhecimento científico.

Lourenço (1999) e Bragança Gil (2001) acreditam que com a substituição dos aparatos e modelos, tais objetos foram esquecidos em antigos gabinetes que pertenceram aos próprios pesquisadores - muitas vezes considerados relíquias ou exemplar de uma prática obsoleta - e em depósitos das instituições de pesquisa. Além da abordagem desses dois autores, Paolo Brenni (2007) e Peter Stambury (2000) fomentam discussões sobre a importância da formação dos museus universitários e a sua contribuição para a comunidade acadêmica e científica.

Ainda no aspecto teórico e metodológico do estudo apresentado aqui, é importante fundamentarmos o conceito de coleção e musealização. O colecionar e o termo colecionismo são carregados de significados que se entrelaçam. Para Sharon McDonald (2006), o colecionismo é compreendido como uma prática intencional da reunião de objetos, que possuem significado para um coletivo ou um agente. Pomian (1984) faz uma leitura semelhante, afirmando que o significado de colecionar está atrelado à práxis de reunir um conjunto de objetos de mesma natureza ou que se relacionam entre si.

É, portanto, possível circunscrever a instituição de que nos ocupamos: uma coleção, isto é, qualquer conjunto de objectos naturais ou artificiais, mantidos temporária ou definitivamente fora do circuito das actividades económicas, sujeitos a uma protecção especial num local fechado preparado para esse fim, e expostos ao olhar do público (POMIAN, p. 53 1984).

Sob essa ótica, Pomian (1984) ainda escreve que não é necessário, nesse momento, a definição de uma quantidade de objetos agrupados para que se configure em coleção. O autor completa sua lógica inferindo que os objetos agrupados com função de coleção têm a incumbência de se tornarem os interlocutores entre o visível e o invisível. Pomian (1984) segue



o raciocínio relatando que um objeto de coleção perde o seu contexto original, ou seja, não possui mais a usabilidade para o qual foi construído. Dessa forma, a perda do seu valor de uso é o que o consagraria como um objeto de coleção.

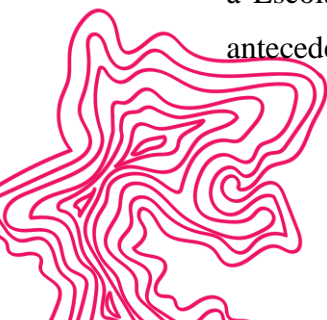
Em contraponto à teoria de Pomian (1984), Bruno Brulon (2016) infere que a atualização do conceito está atrelada à ruptura do objeto com a realidade social. Dizer que um objeto é musealizado não significa necessariamente que o objeto não exista mais. Ele existe, entretanto, sua função não está mais no plano real (BRULON, 2016 p. 200). Logo, entende-se que objeto não deixou de existir no contexto social, apenas que suas funções se tornaram dormentes, ou estão em suspensão simbólica. Esse conceito diz que a musealização não obriga a separação material do meio físico (BRULON, 2016 p. 200). Assim, o objeto serve como suporte para novas propriedades imateriais que lhe são atribuídas no ambiente do museu.

Na presente percepção teórica substanciada pelos autores, pode-se entender que a formação de um conjunto de objetos está inclinada ao entesouramento de peças e artefatos raros. Há nesse espaço uma cultura enraizada na necessidade de sintetizar a natureza e a arte por meio do gosto pela raridade e a apreciação estética (LUGLI, 1983).

Por fim, no raciocínio da compreensão dos estudos de objetos que se tornaram peça de museu pode-se inferir que a subtração do objeto de seu cotidiano e a consequente atribuição de valor informacional e excepcional dentro dos museus configura-se na sua alteração de sentido. A coleção é ressignificada e elevada à um novo patamar, a de objeto do conhecimento, estabelecida em um ambiente responsável por contar a história e a ciência de um lugar, de uma prática ou de uma civilização. O resultado dessas análises trouxe para essa discussão uma melhor compreensão sob o *locus* de formação das coleções e o porquê de se ressignificar uma coleção de história natural em um contexto universitário.

O processo de musealização das coleções de História Natural da EMOP Museu de Paleontologia e de História Natural

A constituição de um conjunto de objetos na EMOP, especialmente as peças vinculadas às ciências naturais e paleontologia, tiveram uma trajetória heterogênea. Institucionalmente, houve um movimento por parte da direção da Escola de Minas de Ouro Preto para a formação inicial das coleções. Na figura de Claude Henri Gorceix, parte significativa das peças chegaram à Escola como símbolo de um intercâmbio institucional. Como observa-se no capítulo que antecede este trecho da pesquisa, a EMOP incorporou às suas coleções objetos oriundos, por



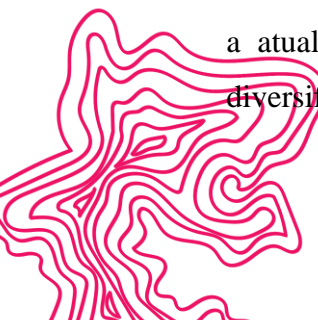
doação e permuta, do Museu Nacional do Rio de Janeiro e do Museu de História Natural de Paris.

Outro dado importante sobre a temática da história natural e paleontologia na EMOP foi a incorporação de documentos referentes à Peter Lund. Ainda no regime Imperial, Gorceix foi incumbido de traduzir parte da obra de Lund. A proposta se deu pela datação do falecimento do paleontólogo Peter Lund, em 1880, e o interesse de Gorceix em retratar a diversidade da fauna brasileira (RODRIGUES 2010). Em uma breve passagem, Gorceix relata a importância do trabalho a ser traduzido quando diz “[...]conto dar-vos a conhecer quantas lições salutares encerra sua vida, e quão grande é o valor dos seus trabalhos para a história dos fenômenos que caracterizaram no Brasil as épocas geológicas mais vizinhas da nossa era [...]” (GORCEIX, 1884 p.4). Nesse período, os estudos paleontológicos e de história natural já haviam ganhado notável consideração por parte dos estudiosos e instituições científicas no Brasil (LOPES, 2009).

O Museu Nacional, considerada uma importante instituição científica, já contava com setores ligados diretamente à pesquisa e exposição de coleções paleontológicas e naturais. Parte delas estava sob supervisão direta de Orville Derby, que era referência para os estudos de paleontologia no Museu Nacional. Os estudos de espécimes naturais e a fossilização de plantas e seres vivos configuravam-se como segmento complementar do campo da Geologia e Mineralogia na EMOP.

Com a prática de intercâmbio de peças, bem como os estudos de campo, muito característicos dos viajantes naturalistas, observou-se que a EMOP foi incorporando peças relacionadas às pesquisas em História Natural às suas coleções. Com o passar dos anos, a formação de uma seção responsável pelos estudos de Paleontologia e História Natural se materializou com a composição de Gabinetes de paleontologia e zoologia, respectivamente. Assim como em outras seções da EMOP, os Gabinetes responsáveis pelo acondicionamento das peças eram utilizados como laboratórios práticos por alunos e professores. Nos gabinetes, estavam guardadas coleções de espécimes taxidermizadas, madeiras fossilizadas, amostras fossilíferas, mapas e outras peças ligadas às disciplinas das ciências naturais. (PINHEIRO, *et al.*, 1976)

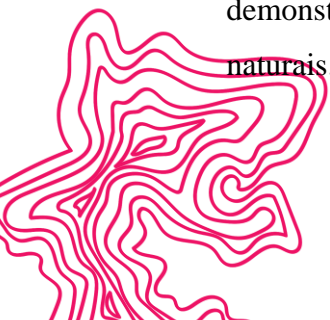
Nesse sentido, pode-se analisar que, em uma disciplina específica como a Paleontologia, a atualização da coleção poderia significar um aumento no número de peças ou a sua diversificação. Ao contrário dos gabinetes de máquinas e aparatos, um fóssil não se torna



obsoleto. Sua representação continua a mesma e os estudos se tornam múltiplos com o avanço das investigações científicas. O Gabinete de Paleontologia da EMOP buscava, no decorrer das décadas, uma diversificação ampla do que poderiam ser os estudos paleontológicos por meio da aquisição de novas amostras. Por meio dos registros pode-se remontar o espaço com a descrição de que as amostras estavam ao alcance dos estudantes e professores, dispostas ao longo de todo o Gabinete. Havia também representações gráficas e mapas que ilustravam e complementavam o trabalho prático com as peças.

Assim como o Gabinete de Paleontologia, outro *loci* de demonstração e ensino das ciências naturais foi o Gabinete de Zoologia, instalado nas dependências da EMOP. Este, por sua vez, contava com a organização sistemática de espécies taxidermizadas da fauna nacional e internacional. Seguindo a tendência científica do século XIX e XX, essa seção da Escola de Minas de Ouro Preto mantinha seu acervo de forma catalogada e indexada, além de uma proposta de trabalho classificatório. O fazer científico do ponto de vista da investigação naturalista “inevitavelmente é feito em sítios e indiscutivelmente carrega as marcas desses locais” (SHAPIN, 1995, p.306).

A prática colecionista esteve presente durante o processo de formação do Gabinete de Zoologia. O colecionismo de espécies naturais também esteve presente em outras frentes, como no caso do professor Leônidas Botelho Damázio, que também criou e alimentou um herbário no ano de 1900. Damázio, como aparece citado no capítulo anterior, foi professor de Botânica, Zoologia e Ciências Naturais na EMOP. Sua contribuição, além do herbário implantado e ativo até os dias atuais, foi a tradução do “*Estudo Sumário do Reino Animal no Brazil antes da ultima Revolução do Globo*” (DAMÁZIO, 1900). Segundo Leônidas Damazio (1900), a intenção de se traduzir a obra de Peter Lund veio de uma demanda da própria comunidade acadêmica do Brasil, que “teem lamentado o facto de não estar vulgarizado em nosso paiz - por meio de uma vesão portugueza – o conhecimento das Memórias do dr. Lund, que com tanta justiça, o ilustre zoólogo E Goeldi qualificou de Pae da paleontologia brasileira” (DAMAZIO, p. 4 1900). Tal iniciativa demonstrou a interlocução das ações de Damázio com os estudos em história natural e zoologia. Esses dados apresentados remetem ao pensamento de que a prática naturalista inspirava as atividades de ensino e pesquisa da EMOP. A formação e a incorporação de novos artefatos aos gabinetes de estudos demonstram que o sistema classificatório para o ensino e demonstração da ciência se fazia presente em vários campos de conhecimento das ciências naturais.

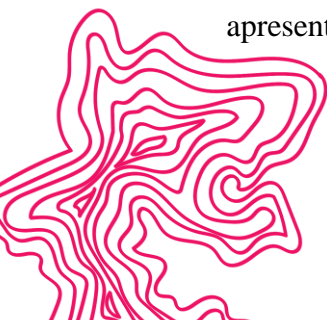


Em meados do século XX, na década de 1970, identifica-se uma proposta de ressignificação das coleções de Paleontologia e Zoologia. Essa proposta partia da ideia de unificação das coleções naturais da EMOP, o que implicava transformar os antigos gabinetes em um Museu de História Natural e Paleontologia da Escola de Minas de Ouro Preto.

O plano para o Museu de História Natural e Paleontologia nasce do cruzamento de dois importantes elementos. O primeiro é o colecionismo de espécimes e espécies para a visualização. O segundo é o agrupamento e a disposição taxonômica das peças nos gabinetes. No âmbito de Museus de História Natural, as peças que se encontram nos acervos são, em sua maioria, objetos oriundos da vida biológica. Para torná-las inteligíveis ao público, há um processo científico que trata a informação e sua exibição pública (ALBERTI, 2008). Não rara, às vezes, as coleções de história natural tornam-se fragmentos deslocados do mundo natural, utilizados para dar significado e conhecimento sobre os elementos da natureza (ALBERTI, 2008). As exposições de história natural são produtos de escolha, que elencam quais elementos serão apresentados e quais serão descartados aos olhos dos visitantes. Os argumentos apresentados por Samuel Alberti (2008) exemplificam parte do trabalho adotado na EMOP no que tange às coleções taxidermizadas e naturais.

A criação do museu proposto significaria mais um espaço suplementar à prática de estudos e observação de objetos e transformaria o espaço da EMOP em um lugar privilegiado para alunos e professores, que procuravam alimentar o conhecimento por meio de objetos em detrimento dos livros. Reuniu-se elementos da história natural, porém com rastros dos museus enciclopédicos do século XIX, que apresentavam longas coleções como um empreendimento classificatório.

Não foram localizados na documentação do MCT-EM-UFOP registros da institucionalização legal desse museu. A coleção largamente exposta aos olhos dos alunos e professores remetia a um grande laboratório e, ao público geral, apenas um aglomerado de espécimes curiosas a olho nu. Essa perspectiva é identificada na definição de espaço expositivo chamada por Irina Podgorny (2005) de “dual”, quando um espaço apresenta amostras e peças específicas ao público especialista e exemplares de fácil compreensão para o eventual público geral. Tal definição inspirada no alemão Moebius (1825-1908) defendia a proposta de divisão da coleção em uma coleção científica organizada para fins de investigação e outra para apresentação geral ao público.



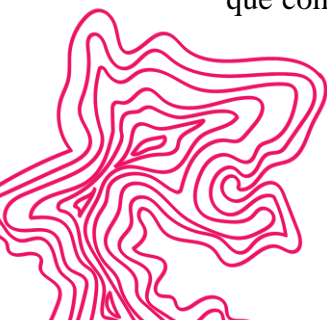
No contexto em que este museu estava inserido, pode-se observar que sua principal função era a ilustração das aulas e atividades docentes da EMOP. Na ocasião da implantação e funcionamento, seu principal diretor era o professor Moacir do Amaral Lisboa. Na década de 1970, Lisboa era referência para a EMOP no campo da paleontologia e ciências naturais. Ele foi formado pela EMOP na turma de 1935, no curso de Engenharia de Minas e Civil. Trabalhou na mineração na Mina da Passagem, em Mariana, e foi assistente do Laboratório de Produção Mineral do DNPM (Departamento Nacional de Produção Mineral). No ano de 1940, foi empossado como professor catedrático da EMOP para as disciplinas de Botânica e Zoologia, Taxionomia e Paleontologia. Sua carreira acadêmica esteve diretamente relacionada à temática das ciências naturais e, dessa forma, aparentava ter amplo domínio sobre o acervo e o conteúdo expositivo.

O espaço físico do Museu de História Natural era limitado ao espaço do antigo Gabinete localizado no prédio da Escola de Minas de Ouro Preto. Para a concepção espacial e conceitual do Museu, a coleção deveria ser submetida ao processamento técnico, como a catalogação e exposição. Entretanto, sua função ainda estava arraigada no seu propósito, como observa-se na passagem de *Pinheiro et al* (p. 69. 1976), que diz que o “O Museu de História Natural, para a ilustração das aulas de Paleontologia dos Vertebrados, possui modelos em gesso dos principais mamíferos cenozoicos e répteis do grupo Dinossauria”, sendo assim a função de demonstração e ensino ainda a principal incumbência deste espaço.

Outro fator relacionado à criação do Museu de História Natural da EMOP pode ser observado na passagem:

O Museu de História Natural, na ocasião em que foi Instalada a Escola de Minas, era reduzidíssimo. Com o tempo, Gorceix foi adquirindo peças empalhadas, esqueletos de vertebrados, modelos em gesso e amostras de fósseis europeus. Consta atualmente de uma pequena coleção de mamíferos brasileiros e europeus (empalhados, esqueletos, crâneos e couros): exemplares de répteis (empalhados e esqueletos), de anfíbios e de peixes; coleção conchiológica de moluscos atuais e fósseis, num total de mais de 100 espécies; de Brachiopodes, principalmente fósseis, Equinodermas, Cnidários e Foraminíferos. Deste último grupo, há uma coleção de 100 modelos em gesso e também inúmeros exemplares de plantas fósseis carbonizadas, silicificadas e em impressões sobre argilas. Além dessas coleções, há anexo ao Museu, um herbário que vem do tempo de Prof. Leônidas Damazio, primeiro professor de História Natural, que o deixou com aproximadamente 1820 excicatas, tendo atualmente cerca de 5000, com a devida classificação (PINHEIRO, *et al.*, 1976, p.69).

Pode-se notar o uso do termo “museu” para designar os gabinetes de estudo e ensino que compunham o complexo da Escola de Minas de Ouro Preto. Na passagem, nota-se que o



autor se refere ao Gabinete de História Natural, muito utilizado pelos alunos e professores para as aulas práticas na Escola.

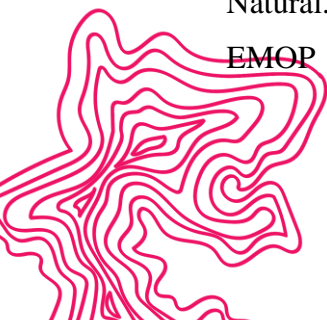
No início do trecho acima citado, os autores mencionam a formação do Museu de História Natural na ocasião de formação da EMOP, nos anos iniciais de seu funcionamento. Percebe-se que a proposta do referido museu ainda agregava um Herbário dos anos de 1900, fundado pelo professor de História Natural, Leônidas Damázio. Esse dado apresentado como o início da formação do Museu vai de encontro aos processos museológicos de preservação, pesquisa e comunicação descritos por Peter Van Mensch (1992) para a criação de uma instituição museológica, assim como Mensch, Ulpiano T. Bezerra de Menezes (1993) e Stransky (1978) propõem uma discussão que envolve a exposição museológica e o objeto como dois fatores para a significação e atribuição de sentido ao museu.

Dessa forma, entende-se uma clara assimilação entre os dois espaços institucionais. Para os estudos do campo da museologia, o processo de musealização e institucionalização das coleções do Museu de História Natural e Paleontologia da EMOP se deu no ano 1976, quando foi registrado e reconhecido como museu (Pinheiro *et al*, 1976). Apesar do seu uso contínuo como espaço de aprendizagem e para as aulas da EMOP, as coleções estavam inventariadas e expostas. Essa dupla função demonstra o caráter pedagógico do museu para servir aos alunos que cursavam as disciplinas oriundas das ciências naturais. Sua exibição e abertura ao público, ainda que restrito, demonstra sua função museal de extroversão e comunicação da coleção.

A resignificação das coleções de Zoologia e Paleontologia eleva o status da coleção a outro patamar. Ser reconhecida como objeto cultural portador de informação requer lançar um novo olhar para essa coleção. Uma concepção expográfica com base na exposição de toda a coleção remete à uma influência das práticas museais europeias (ALBERTI, 2005; 2008) e dos passos iniciais para a consolidação de instituições museológicas da mesma temática. Nesse mesmo espaço estavam expostos todo o acervo do museu, aparentando demonstrar toda a variedade de espécimes sob guarda da instituição.

Considerações finais

As coleções da EMOP, que foram institucionalizadas e resignificadas, são o reflexo das disciplinas e ciências ensinadas na instituição: como Paleontologia, Zoologia e História Natural. Todo o conjunto de objetos que atualmente compõem a narrativa museológica na EMOP abrangem a história da instituição, bem como sua atuação no campo das ciências



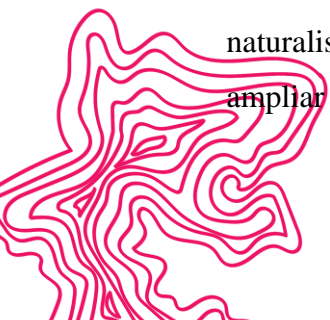
mínero-metalúrgicas no país, seja por meio da narrativa de sua função original ou pela ressignificação e atribuição de valor mediante a musealização.

Por outro lado, esses museus são frequentemente visitados por alunos, professores e ex-membros da comunidade acadêmica. Esse meio o consagra como um museu específico, capaz de dialogar com certo tipo de público. Os museus de universidades têm o caráter prático de inserir alunos no âmbito museológico, concomitante com o aprendizado acerca das coleções.

Esse discurso corrobora com os registros que comprovam a inserção dos alunos nas coleções de ensino da EMOP. Desde a fundação da Escola, os alunos tinham aulas e desenvolviam pesquisas junto às coleções mineralógicas, por exemplo. No início do funcionamento da escola, os objetos eram considerados insuficientes para a proposta pedagógica de Gorceix, mas a Escola, na medida do possível, ao longo do tempo, deu continuidade no processo de aparelhamento dos seus laboratórios. Esse processo, que levou décadas, culminou na formação de um conjunto de objetos a serem posteriormente preservados. O descarte intencional desse tipo de objetos nada se refere à completa aniquilação dos aparatos. Significa, em grande parte, que o desenvolvimento e o avanço nas pesquisas trazem consigo novos métodos e novas formas de ensinar e demonstrar a ciência. É desse processo de transformações técnicas no fazer científico, gerando a substituição do instrumental científico, que, muitas vezes, se chega na formação das coleções universitárias e do patrimônio cultural da ciência (LOURENÇO, 2005; GIL, 1982).

Cabe ressaltar, para finalizar este artigo, que para a realização desta pesquisa, o universo de informações limitou-se ao acesso às fontes primárias alocadas nos arquivos consultados como o Arquivo da EMOP, do Museu de Ciência e Técnica da Escola de Minas da UFOP e dos Repositórios Online da Biblioteca Nacional (RJ). Entretanto, o desafio encontrado foi a dissociação das fontes primárias de informação como registros escritos, arquivos pessoais dos professores e os relatórios técnicos. A incompletude de informações forçou, em um primeiro momento, limitar o trabalho a um recorte temporal por tipologia de coleções.

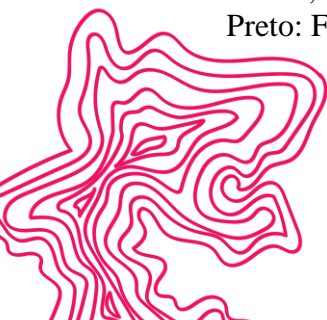
Por fim, no tocante ao desenvolvimento científico desta pesquisa, é relevante destacar as variadas possibilidades de investigação sobre a coleção de História Natural da Escola de Minas de Ouro Preto. A presente coleção tem ligação com instituições científicas como Museu Nacional, Museu de História Natural de Paris bem como associação à nomes relevantes para o naturalismo no Brasil como Peter Lund. Dessa forma, espera-se seguir com o trabalho a fim de ampliar o escopo de dados coletados para responder questões como: qual a trajetória das



coleções científicas da EMOP? Como foi o investimento no aparelhamento dos laboratórios de ensino nos primeiros anos de funcionamento da EMOP? Qual a contribuição da EMOP no ensino e pesquisa em história natural no Brasil nos anos finais do Império? Todas essas questões se transformam em arestas e possibilidades de seguimento desde trabalho a fim de promover o patrimônio cultural de ciência e tecnologia brasileiro.

Referências bibliográficas

- ALBERTI, S. **Objects and the museums.** *Isis*, v.96, p.559-571, 2005. < <https://www.jstor.org/stable/10.1086/498593> > Acesso em: 05/02/2023
- CARVALHO, J. M. **A Escola de Minas de Ouro Preto: o peso da glória.** Belo Horizonte: Centro Edelstein, 1974
- DAUBRÉE, A. [Carta]. **Destinatário: Dom Pedro II.** Paris, 16 de outubro de 1875. Arquivo do Museu Imperial – Petrópolis.
- DAUBRÉE, A. [Carta]. **Destinatário: Dom Pedro II.** Paris, 9 de julho de 1875. Arquivo do Museu Imperial – Petrópolis.
- GRANATO, M. *et. al.* **Objetos de ciência e tecnologia como fontes documentais para a história das ciências: resultados parciais.** In: VIII ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 2007, Salvador. Anais do VIII Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação. 8., 2007, Salvador. Anais.... Salvador : UFBA, 2007. < <https://brapci.inf.br/index.php/res/v/176875> > Acesso 06/01/2023
- GRANATO, M. *et. al.* **Valorização do patrimônio científico e tecnológico brasileiro: resultados de pesquisa.** In: XIII ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 2013, Florianópolis. *Anais do XIII Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação.* Florianópolis: UFSC, 2013. v. 1, p. 1-20.< <https://doi.org/10.1590/S0101-47142014000200002> > Acesso em: 06/01/2023
- GRANATO, M. *et. al.* **Thesaurus de acervos científicos como instrumento de preservação do patrimônio científico: um projeto de cooperação luso-brasileira.** In: IV ENCONTRO DE MUSEUS DE PAÍSES E COMUNIDADES DE LÍNGUA PORTUGUESA, 2013, Lisboa. *Atas do IV Encontro de Museus de Países e Comunidades de Língua Portuguesa.* Lisboa: Comissão Nacional Portuguesa do ICOM, 2013. v. 1, p. 93-102. < <https://brapci.inf.br/index.php/res/v/177155> > Acesso em: 06/01/2023
- GRANATO, M. **Panorama sobre o patrimônio de ciência e tecnologia no Brasil: objetos de C&T.** In: GRANATO, M.; RANGEL, M. F. *Cultura Material e Patrimônio da Ciência e Tecnologia.* Rio de Janeiro: MAST, 2009.
- GRANATO, M.; SANTOS, F. P. **Os museus e a salvaguarda do patrimônio cultural de ciência e tecnologia no Brasil.** In: GRANATO, M. (Org.). *Museologia e patrimônio.* Rio de Janeiro: MAST, v. 01, 2015.. Disponível em: < http://site.mast.br/hotsite_mast_30_anos/pdf/volume_01.pdf >. Acesso em: 06/01/2023
- LIMA, M. R. **Dom Pedro II e Gorceix: a fundação da Escola de Minas de Ouro Preto.** Ouro Preto: Fundação Gorceix, 1977.



PINHEIRO FILHO, A. (orgs). **A Escola de Minas. Ouro Preto: Oficinas Gráficas da Escola Nacional de Minas e Metalurgia**, 1959. p. 50 – 57.

PINHEIRO FILHO, A. *et al.* **A Escola de Minas de Ouro Preto 1876 — 1976 1º Centenário**, v.1, Ouro Preto: Gráfica UFOP, 1976.



Memória, História e Presente: O populismo de Itamar Franco e sua relação com Juiz de Fora no espaço museológico

Olímpio Campos Silva

Graduando em História - Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF)

Email: olimpio.campos@estudante.ufjf.br

Resumo: O presente trabalho procura compreender a relação museológica do Memorial da República Presidente Itamar Franco e suas conexões com a cidade e o seu público. Dentro disto, ela traz o encontro de um Presidente que assumiu a cadeira de 1992 a 1994, e antes disso, foi prefeito de Juiz de Fora duas vezes, trazendo grande progresso nas obras e melhoria na infraestrutura da cidade. Além disso, o lugar representa uma memória de um passado presente, retratando no local a República em uma linha do tempo, até a morte de Itamar Franco em 2011 fazendo paralelos com acontecimentos mundiais.

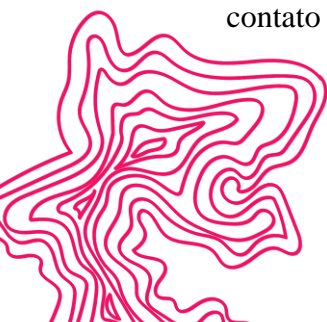
Palavras-chave: Memória, Itamar Franco, Juiz de Fora.

Introdução

O projeto de construção começou no ano de 2002 e foi finalizado em 2015, é um museu dado como “jovem”, tendo ele apenas 8 anos de idade. Seu acervo é composto por vídeos, áudios, periódicos, documentos, fotografias, móveis, obras de arte e objetos pessoais.

A experiência museológica no local, traz grande parte do acervo do ex-presidente, sendo ele, desde o começo da elaboração do plano real, programas voltados para a educação como os CAICS, o programa do carro popular, entre demais outros projetos que foram desenvolvidos durante a sua estadia na presidência da república. Além disso, não é somente um museu que fala sobre o Itamar, também é um Memorial da República. Demonstra em si, o que foi e está sendo a república para os seus visitantes, trazendo consigo um viés para além do individual, mas também de formação de conhecimento coletivo.

Itamar Franco foi vice-presidente na campanha de 1989 de Fernando Collor, e assumiu em 1992 como presidente após seu impeachment. Quando saiu da presidência em 1994, Itamar recebe funcionários vitalícios e cria o instituto Itamar Franco, onde reservava todo o seu acervo. Entretanto, ele procura criar na sua cidade natal, Juiz de fora, um local onde possa mostrar para seus conterrâneos as características que marcaram seu governo, além da sua simplicidade e contato com o público. Ele começa o projeto de construção do Memorial da República



Presidente Itamar Franco, onde a inauguração só foi concebida após a sua morte, mas o projeto seguiu como ele pretendia criar.

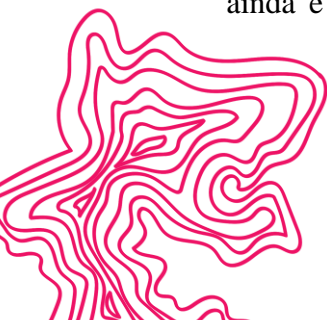
Os encontros

O encontro com a memória se dá a partir das relações do público com o local. Entre coisas e espaços, o visitante consegue interagir com grande parte do acervo, desde coisas do seu dia a dia, como seus óculos, boletins de escola, até o prêmio do Festival de Cinema de Gramado (Kikito) e medalhas. É importante essa ressalva, pois é uma das principais prerrogativas do museu. Deixar seus visitantes à vontade para mostrar e criar suas próprias narrativas em torno do acervo, ou se não, conhecê-los e entender um pouco mais sobre a cidade em si e a vida de um ex-presidente da república.

Há diversas interposições que a cultura local e o contato com o acervo pessoal de um ex-presidente tem com a cidade. A presença de Itamar Franco em Juiz de Fora se dá desde o seu nascimento até a sua morte. Sua trajetória de vida, gira por diversos cantos da cidade, desde a sua formação como engenheiro até a ascensão como prefeito da cidade em 1967, na Escola de Engenharia de Juiz de Fora e sendo eleito presidente do diretório acadêmico da mesma ele começa ali sua trajetória política local. Em 1955, ele se filiou ao PTB (Partido Trabalhista Brasileiro), na qual ele tenta a candidatura para vereador de Juiz de Fora em 1958 e não consegue se eleger.

A partir disso, ele cria em sociedade a ITEC (Instalações Técnicas) e vai se estabelecendo na cidade até se candidatar a prefeito de Juiz de Fora. Em sua primeira candidatura, uma das promessas de Itamar Franco era finalizar a obra na principal via de Juiz de Fora, a avenida Independência, uma obra que estava atrapalhando todo o trânsito local e também compromete o desenvolvimento da cidade, em sua visão. Quando eleito, ele finaliza a obra de pavimentação e canaliza o canal da independência logo nos seus primeiros dias na cadeira.

Essa questão traz grande impacto para a cidade, pois a avenida Independência era e é uma das principais vias que transcorrem Juiz de Fora e em 2011, ano de sua morte, o nome da via passou a ser Avenida Presidente Itamar Franco, por conta desta obra e dos feitos dele pela cidade. É certo pensar que para muitos que moram em Juiz de Fora, essa mudança tão recente ainda é algo novo e uma parte do público que reside na cidade a muitos anos, ainda não



reconhece a via como Itamar Franco. Mas o ponto aqui é trazer a memória à tona, com essa história a ser lembrada e transformar esse passado na presente memória dos visitantes.

Paulatinamente, Itamar fica no cargo de prefeito de Juiz de Fora de 1957 a 1964, onde promove a criação de vias, infraestrutura e desenvolvimento da cidade através das suas visões. Desde a década de 40 a cidade sofria bastante com os alagamentos e enchentes no centro, era um problema que permaneceu até Itamar surgir. No governo municipal dele, suas principais feições foram promover as maiores obras de infraestrutura urbana local, investindo em galerias subterrâneas de captação de águas e de esgoto.

Além disso, na prefeitura, promoveu o primeiro Festival de Música Popular Brasileira de Juiz de Fora, o segundo Festival de Cinema de Juiz de Fora e o Festival da Canção que trouxeram várias celebridades e atenção para a cidade no setor cultural e artístico.

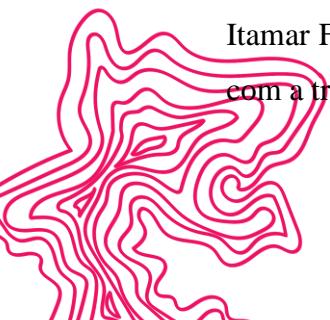
Em 1964 ele deixa a prefeitura para concorrer ao Senado onde é eleito e continua sua jornada política também a favor de Juiz de Fora. Aprova um orçamento de 25 milhões de dólares para a Barragem de Chapéu D'Uvas e a correção do leito do Rio Paraibuna, incentivando melhorias para a cidade e promovendo a industrialização da cidade. Sempre manteve contato com a prefeitura da cidade buscando um diálogo desenvolvimentista para sua cidade natal.

Aqui, a busca é relacionar a trajetória política do Itamar, de prefeito, ao senado, depois ao governo, a vice-presidência e a presidência e sua relação com a cidade de Juiz de Fora, ressaltando que ele esteve com um olhar direcionado para a sua cidade natal. Entre seus feitos e conquistas, a comunidade pode enxergar o quão próximo era o contato de Itamar Franco com as realidades que formam o contexto político e geográfico da cidade.

As mediações que ocorrem no local são em torno desses conhecimentos individuais e coletivos, transformando cada mediação em uma relação singular com o visitante. É notado no espaço, a presença de pessoas de diferentes faixas etárias o que agrega conhecimento e diferentes experiências aos mediadores e aos visitantes. Os mediadores não têm como objetivo exaltar a figura do Itamar Franco, e sim construir junto com a memória individual uma memória coletiva em cima dos objetos, da cidade e do personagem retratado no local.

Das Mediações

Seguindo os modelos não tradicionais, a estrutura do Memorial da República Presidente Itamar Franco é toda feita em vidro. O motivo disso, é mostrar ao público a relação de Itamar com a transparência durante seu governo trazendo assim, o primeiro impacto sobre o museu. O



impacto que observamos é que a construção em si, com ar de modernidade, produz dois sentimentos ao visitante: de pensar o museu como um lugar sacralizado, onde é preciso estar bem vestido e arrumado e a questão de valor financeiro para entrar. Entretanto, também é um tópico forte nas mediações: por que o museu é todo de vidro?

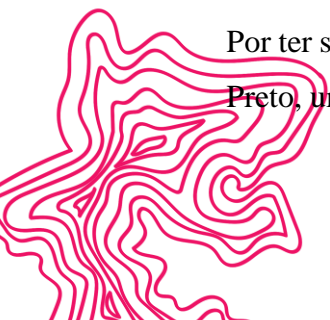
Essa questão nos conduz a pensar o lugar de museu dentro da cidade e na acessibilidade. Quais parâmetros são traçados para atrair as pessoas para dentro do espaço? Podemos começar a pensar nessa questão através da perspectiva do personagem como sujeito e suas efetivas participações para o desenvolvimento da cidade. Sendo assim, quando abordado o tema no museu, é ressaltado a questão se alguém conhece a história de Itamar Franco, se sabe alguma coisa sobre ele e o que eles trazem com essa memória.

Dali saem muitas ideias para o desdobramento das mediações. É possível observar as diferentes faixas etárias que trazem conhecimentos diferenciados para o sujeito trabalhado no museu, que trazem tanto memórias vivas e também desconhecimento. A partir disso, podemos trabalhar o porquê de conhecer Itamar Franco e sua relevância para o meio cultural e político da cidade fazendo ligações com as experiências das pessoas com Juiz de Fora e suas características que vão sendo criadas durante as mediações.

Embasando nessas diretrizes, o Memorial, também leva o nome da República, pois nele é abordado não somente o sujeito Presidente Itamar Franco, mas sim o contexto da república desde seu nascimento até a morte de Itamar através de uma linha do tempo que os interliga com acontecimentos mundiais. Além disso, a existência de painéis que compreendem o local como a construção da República em conjunto com o visitante.

Também, como principal chamariz do lugar, é o Fusca azul, conversível que o Presidente Itamar Franco comprou na época em que ele tentava fomentar a indústria automobilística e promover a volta do Fusca como carro popular, em 1993. Ele literalmente é a vitrine do memorial, trazendo pessoas de fora para dentro do museu, sendo uma atração memorável para o público, desde pessoas mais velhas a mais novas, pois o Fusca se torna um carro atemporal dentro da sociedade brasileira. A Volkswagen fabricou o Fusca no Brasil de 1959 a 1986, onde o carro começou a se tornar “ultrapassado” para os padrões mundiais. Entretanto, Itamar tinha um projeto de trazer de volta um veículo “novo”, mas que coincidissem com as realidades da classe média brasileira e assim um carro “popular”, com a cara do povo. Por ter suas características modificadas de fábrica, só existem cinco deles no mundo, sendo um

Preto, um vermelho, azul e branco.



Itamar era bastante conservacionista com seus itens pessoais. Dentre as gavetas interativas que é encontrado no Memorial, ele deixa isso muito claro. Desde seus boletins de escola, a oculos usados durante a vida, medalhas, premiações e objetos. Nesse momento, há uma relação de paridade com o visitante, pois os objetos guardados pelo presidente desde a sua infância, muitas vezes relacionam-se com coisas cotidianas que as mães ou os visitantes também têm guardados em casa, o que causa um ar de proximidade.

Portanto, a ideia é deixar o visitante livre para criar sua própria narrativa em cima do sujeito e ir construindo uma visão diferente do espaço. Cada pessoa tem suas similaridades e singularidades com o museu, e elas podem e devem ser protagonistas do lugar nessa composição de narrativas e memórias que o espaço tem a oferecer. Em um museu onde fala sobre memória, é importante compreender que a cidade e o sujeito são aliados na construção de narrativas, sendo assim, contemplando um ambiente de formação contínua.

Galeria Temporária

Em seu segundo andar, existe uma galeria temporária que procura atrair o público diretamente para a imersão na cidade de Juiz de Fora. As exposições são montadas e produzidas com o intuito de dialogar com a cidade, o presidente, a história, a arte e o presentismo. Assim, abrindo espaço para novos artistas locais ou não, divulgarem suas artes, pesquisas e conhecimentos dentro da galeria, trazendo para o memorial, um público cada vez mais diversos.

Entre as questões levantadas, será discutido cada passo de expansão do interlocutor e suas vivências, e como isso constrói a narrativa do local. Para que serve o Memorial? Onde ele se torna íntimo com o visitante? O que o personagem que é mostrado traz em conjunto com o cidadão? Qual a importância de trazer essa história viva para a cidade, e como trabalhar para ela não ser esquecida? Existe uma relação pessoal do público com o Itamar? Essas questões serão trabalhadas durante o artigo procurando intensificar a questão de que o Memorial é um local que trabalha em torno de perpetuar a memória através da construção coletiva. Maurice Halbwachs no seu livro *Memória Coletiva*

Assim, se encontrarmos mais tarde membros de uma sociedade que se tornou para nós a tal ponto estranha, por mais que nos encontramos no meio deles, não conseguimos reconstituir com eles o grupo antigo. É como se abordáremos um caminho que percorremos outrora, mas de viés, como se entrássemos de um ponto onde nunca o vimos. Colocamos diversos detalhes dentro de um conjunto, construído por nossas representações do momento. Halbwachs, M. *A memória coletiva* (p.32).



Nessa orientação, o artigo busca encontrar os diálogos que o público de Juiz de Fora produz em cima do que é encontrado no local e trabalhar a relação dos mesmos com a experiência de inserção no espaço museológico.

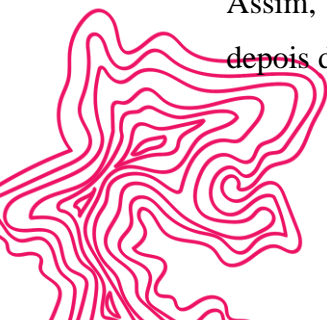
Das Exposições

O contexto criado para a curadoria e criação das exposições no local se divide em tratar a cultura, a cidade, e um pouco menos sobre o Itamar. Nessa analogia, há uma busca por artistas e artesãos juizforanos para a quebra do paralelo de que o museu fala somente sobre o seu patrono.

Contudo, a primeira exposição do ano de 2022, se chamou Tantas Trajetórias que propôs uma interlocução e indexação dos autores das obras com o público, trazendo como referencial, os espaços não ocupados da cidade, ou ocupados e tratados como invisíveis pela sociedade local. Portanto, a exposição se formou através de fotos e mapas pintados e traçados com lã dessas regiões da cidade, delimitando áreas e territórios inalcançáveis a partir da visão dos próprios artistas, uma visão única que nos leva a refletir em como você se encontra em movimento com a cidade de Juiz de Fora. A cidade vive mudando, você acompanha essas mudanças? Prédios se erguem, casas são demolidas, pontes são criadas, novas “cidades dentro da cidade” são formadas, espaços de lazer, são de lazer? Para qual público?

A segunda exposição de 2022, chamada de Independência: Futuro sem passado é presente. Ela já é algo mais profunda, direta, ela contempla o pós abolicionismo na cidade de Juiz de Fora e a formação da cidade. Aqui trazemos em conjunto com o Arquivo da Prefeitura de Juiz de Fora, junto com a Elione Silva Guimarães e com o supervisor histórico do arquivo, Antônio Henrique Duarte Lacerda. Documentos da criação da cidade, que comprovam que dois terços da população da cidade era negra em 1853 através do senso realizado no mesmo ano e que a principal economia da se tornou o café e a escravidão. Mesmo após o abolicionismo, se traz documentalmente processos civis de pessoas negras em situação de escravidão e seu sofrimento, luta, resistência e conquistas.

Nesta exposição, há dois protagonistas. Rosa Cabinda, escrava de Henrique Halfeld que junta todo o dinheiro de sua vida para comprar a sua liberdade e quando ela entra com o processo, Halfeld não aceita e alega que aquele dinheiro não valia o preço que ela alegava valer. Assim, se inicia um processo civil de Rosa, que é apadrinhada pelo filho de Halfeld, e que depois de mais de dois anos de processo ela consegue sua liberdade em 1973.

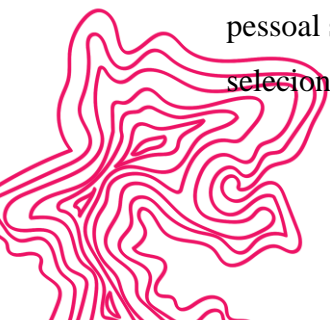


O segundo protagonista que direciona a narrativa da exposição é o Negro Theófilo, que havia fugido da fazenda onde trabalhava há quatro anos, deixando para trás sua esposa e seus filhos em busca de chegar ao Rio de Janeiro. Entretanto, ele é encontrado por um capataz em um distrito em Vargem Grande que o leva de volta para a fazenda em Juiz de Fora debaixo de sol quente, a pé, com as mãos amarradas para trás e é devolvido ao fazendeiro. Por ser um escravo de confiança, ele é amarrado e espancado até a morte pelo capataz quando chega na fazenda. Esse processo, entra como processo civil a partir da narrativa do Senhor da fazenda, alegando que Theófilo era escravo da dona Francisca Umbelina Nazareth e que estava fugido há quatro anos, chegando a fazenda em 1884 e portanto ele precisava ser castigado. Theófilo morre após o castigo a chicotadas, e o júri fica a favor do mandatário, pois os réus se defendem dizendo que o maior prejuízo foi deles, e que a surra não foi excessiva a priorizar a morte dele, trazendo assim, maior prejuízo a família, por perder um escravo do que para com Theófilo.

Tudo isso, acontecendo após a Lei de 1871, lei do ventre livre e já com o fim do tráfico negreiro. Essas questões são colocadas em contato com as situações negras vividas no Brasil pós abolição, sendo elas, reportagens de jornal que trazem a presença do trabalho análogo a escravidão no Brasil no século XXI, movimentos de resistência que perpassam pelos negros até hoje, e desconstrução da narrativa branca em cima da cidade.

Entretanto, a narrativa provocativa que ali transpassa procura criticar e contemplar a história negra da cidade, e desmistificar a narrativa vencedora de que Henrique Halfeld é dado como fundador da cidade. Ele foi o primeiro a promover um mapa de Juiz de Fora traçando a principal avenida da cidade dividindo o rio Paraibuna em dois lados em 1853 após a emancipação do município de Barbacena. Antes chamada de Santo Antônio do Paraibuna, ali agora se tornava Juiz de Fora através de uma ordem da coroa portuguesa em que o contexto era nomear um juiz que em uma cidade que não havia um Juiz de Direito. Terminei essa com um verso da poesia de Edimilson de Almeida Pereira “de falta em falta a história se acumula”. (“O estranho”, in “Poesia +”, 2019).

Exposição inaugurada em 2023, essa sim traz Itamar como protagonista da mesma. Porém, com um outro viés, agora, expostas as cartas recebidas por ele durante o período de 1992 a 1994 onde se encontrava na presidência da república. A coerência que procura causar aqui, além de ser a primeira vez que cartas presidenciais são expostas, é causar uma reflexão pessoal sobre o contexto da redemocratização do país. Entre quase quatro mil cartas que foram selecionadas em meio a mais de 60 mil, trazem a narrativa do país em diversas versões.



Pode-se enxergar nas cartas, um viés do Brasil em crise pós a eleição de Collor, passando pela participação popular na procura de entender e se expor até além do esperado as narrativas de uma população que tinha fome, desemprego, esperança, perdas e a natureza. Entre as cartas selecionadas, destacamos algumas que são de grande impacto para pensar no Brasil de 1889 e o de hoje, pensando o presente como objeto de 30 anos atrás.

Ainda hoje, é visível a situação instável brasileira, a desnutrição, a miséria e a mortalidade da época estão muito presentes nessas cartas de 30 anos atrás. Há algumas críticas a se pensar nas cartas como material de se conduzir o pensamento cívico brasileiro, uma delas é feita através de pensar em como entramos em contato com o Presidente da República hoje? Qual o significado de uma carta? Levantando essas questões podemos nos deparar com a visão de crianças de 6 a 15 anos nas cartas pedindo emprego para os pais, ajuda com medicamentos para irmãos, e auxílio para pessoas que estão em situação de precariedade, morando nas ruas.

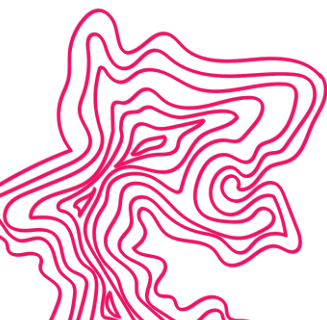
Além disso, há a narrativa do exterior. Quando tocamos nas cartas que foram enviadas por europeus, vemos uma atual preocupação com a Amazônia. Entre desenhos e cartas, talvez por um viés da ECO-92, esse se tornou o principal assunto das cartas enviadas a Itamar nesse período. É importante ressaltar aqui, que novamente após 30 anos, a visão do mundo ao redor do Brasil, ainda seja a Amazônia como prioridade.

Memória e História

Entre a história e a memória, diversos autores discorrem sobre suas diferenças como Jacques Le Goff, Maurice Halbwachs, Pierre Nora, Marc Bloch, entre outros. A história é um conjunto de elementos que perpassa pela filosofia da história, o ofício do historiador e a cultura. Além disso, ela transpassa dentro da memória, sendo ela, também uma dependente da história oral, que é primordial no ofício do historiador para criação de narrativas históricas.

Dentro disto, a afirmação de Marc Bloch sobre o passado ser somente o objeto da história para a criação do conhecimento através do tempo presente é algo característico para a construção de uma memória coletiva na metodologia da ciência histórica.

O passado é uma construção e uma reinterpretação constante e tem um futuro que é parte integrante e significativa da história. Isto é verdadeiro em dois sentidos. Primeiro, [pg. 025] porque o progresso dos métodos e das técnicas permite pensar que uma parte importante dos documentos do passado está ainda por se descobrir. Parte material: a arqueologia decorre sem cessar dos monumentos desconhecidos do passado; os arquivos do passado continuam incessantemente a enriquecer-se. Novas leituras de documentos, frutos de um presente que nascerá no futuro, devem também assegurar ao passado uma



sobrevivência – ou melhor, uma vida –, que deixa de ser "definitivamente passado". Jacques Le Goff, *História e memória* (p. 19)

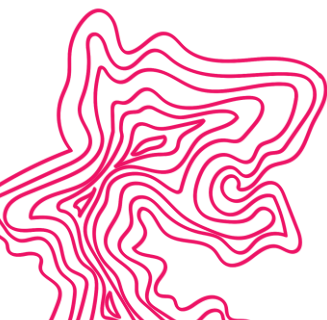
A construção do pensamento dentro da história para o caminho progressivo do conhecimento e a categorização da memória como objeto na criação da história do tempo presente. Entre isso, a incubação da memória na história traz a memória como uma das principais ferramentas para o historiador.

Referências

HALBWACHS, M. **A memória coletiva**. Trad. de Laurent Léon Schaffter. São Paulo, Vértice/Revista dos Tribunais, 1990. Tradução de: *La mémoire collective*.

LE GOFF, Jacques. **História e memória** / Jacques Le Goff; Trad. Bernardo Leitão ... [et al.] -
- Campinas, SP Editora da UNICAMP, 1990. (Coleção Repertórios)

PEREIRA, E. A. **Poesia +**. São Paulo, SP: Editora 34. (2019)



O Centro de Memória de Amparo: possibilidades de associação entre salvaguarda documental e ensino de História

Joseane Justi

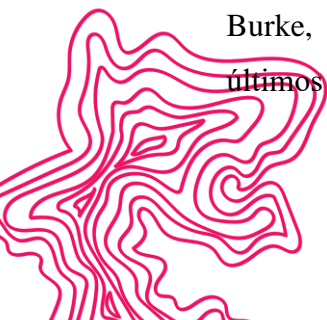
Graduada em História - Universidade Federal de Minas Gerais
justi.joseane@gmail.com

Resumo: O Direito à Memória se constitui como uma dimensão fundamental da cidadania nas diretrizes das políticas públicas voltadas para a preservação do patrimônio cultural. Nesse sentido, a criação de locais de salvaguarda não deve ser pensada considerando apenas a imposição legal das políticas conservacionistas e da educação patrimonial a partir de moldes pré-estabelecidos, mas também contemplando o saber popular e cotidiano. Com base nessa perspectiva, o Centro de Memória de Amparo foi criado com a intenção de prezar pela memória construída física e subjetivamente por meio do patrimônio cultural, arquitetônico, histórico e documental a ser resguardado. O objetivo da apresentação em questão é tratar das estratégias de consolidação da instituição, como responsável pela guarda, preservação e conservação do acervo documental do município e, também, como ferramenta aliada ao sistema de educação municipal. A discussão que será apresentada parte da concepção de que os centros de memória são espaços marcados pela heterogeneidade arquivística, bibliográfica e museológica e que, em vistas, incorporam a memória social ao viabilizarem esse encontro entre a história e a cultura local. Esse trabalho foi viabilizado pelos projetos colocados em prática durante a experiência de estágio no Centro de Memória de Amparo.

Palavras-chave: Centros de Memória, Amparo/SP, Salvaguarda documental, Ensino de história, Educação patrimonial.

Na perspectiva de Pierre Nora (1993), a aceleração da contemporaneidade expõe o cenário de uma memória em crise, que tem suas noções e relações com a história estremecidas. Para o historiador francês, espaço e patrimônio devem se apresentar como veículos de preservação e transmissão da memória, através do que ele chama de “lugares de memória”. Esses espaços físicos materiais, promovidos a locais de salvaguarda, teriam o objetivo, portanto, de formar a identidade da memória coletiva imaterial.

Outros historiadores compartilham dessa mesma ideia. A historiadora brasileira Helenice Rodrigues da Silva dialoga com esse pensamento ao discorrer sobre o crescimento dos fenômenos de “comemoração e rememoração” que podem impedir o esquecimento, perante o cenário contemporâneo de incertezas e efemeridade da memória (SILVA, 2002). Para Peter Burke, essa demasiada mobilização de comemorações de efemérides históricas, desde os últimos anos do século XX, é representativa do que chama de “boom da memória” (BURKE,

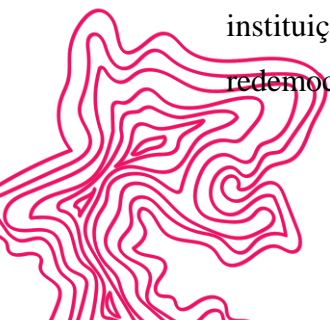


2009). Por sua vez, Paolo Rossi afirma que os “lugares de memória” foram criados a partir da ligação direta estabelecida entre a memória, o passado e o esquecimento e da associação entre a rememoração e a construção de um sentimento de identidade (ROSSI, 2010).

Sobretudo no mundo ocidental, o movimento contemporâneo de resgate à símbolos de referência e pertencimento, a partir do acesso a um local de lembrança compartilhável, criou os locais de memória como forma de ritualizar uma memória coletiva e construir uma identidade social que se perdeu durante o processo de mundialização. É importante mencionar, entretanto, que a defesa de Pierre Nora sobre o medo da perda como gerador desses lugares, desconsidera que o esquecer também faz parte do processo de construção da memória. Por assim dizer, talvez não seja o medo da perda que gere esses locais, mas sim a busca pelo equilíbrio, pela raiz daquilo que marca a identidade de um grupo social. É no sentimento de pertença a essa reminiscência social que se desenvolve o interesse pelo passado e pela sua manutenção, o que produz sentido à vida e proporciona segurança ao se ter a ideia de continuidade. Como bem disse Le Goff, “a memória é um elemento essencial do que se costuma chamar identidade, individual ou coletiva, cuja busca é uma das atividades fundamentais dos indivíduos e das sociedades de hoje, na febre e na angústia” (LE GOFF, 1990, p. 447).

Essa emergência da memória como uma das preocupações culturais e políticas das sociedades ocidentais fez com que questões relativas às políticas de preservação do patrimônio cultural se desenvolvessem. No Brasil, a Constituição Federal de 1988 garantiu direitos culturais e acesso às fontes de cultura nacional, vinculou o acesso à memória ao exercício da cidadania e ampliou consideravelmente o conceito de patrimônio ao incorporar os bens de natureza imaterial. Nesse sentido, a leitura do texto constitucional enseja a construção de políticas públicas voltadas para a preservação do patrimônio cultural, bem como o direito ao acesso à memória como uma dimensão fundamental da cidadania nas diretrizes dessas políticas (CHAUÍ, 2006). A participação pública nas políticas patrimoniais, que a filósofa Marilena Chauí denomina como *Cidadania Cultural*, está intimamente relacionada à necessidade de democratização da memória e de seus locais de comunicação, os quais devem estar amplamente acessíveis e em contato com todas as camadas sociais (CRUZ, 2016).

A Cidadania Cultural encontra terreno fértil na interseção entre centros de memória e políticas de acesso à memória. Não por acaso, o crescimento quantitativo notório dessas instituições no Brasil ocorreu a partir da década de 1980, em meio ao processo de redemocratização, momento em que se revelou a emergência de ações voltadas à preservação

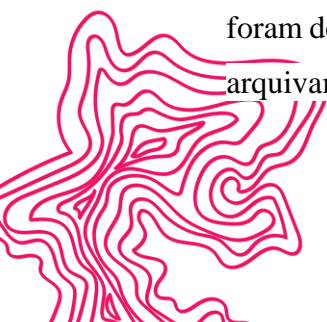


da cultura e da identidade. Logo, a participação pública nesses espaços contribui não apenas para a preservação do patrimônio, mas também para a construção de uma consciência coletiva enraizada na compreensão do passado. Ao promover o amplo acesso, essas instituições culturais se transformam em catalisadores da inclusão social, fundamental para garantir que a riqueza do patrimônio cultural seja compartilhada de maneira equitativa, incentivando a participação de diferentes grupos na construção e interpretação da narrativa histórica.

A definição e significação de “centro de memória” encontra respaldo em abordagens teóricas da arquivística, da museologia e da história cultural e podem ser entendidos como locais onde a memória é materializada e compartilhada através de documentos, objetos e narrativas. Espaços que não apenas guardam o passado, mas também o interpretam e o tornam acessível ao público. Para as historiadoras Ana Maria Camargo e Silvana Goulart, os centros de memória são espaços marcados pela heterogeneidade arquivística, bibliográfica e museológica e que, por conseguinte, incorporam a memória social ao viabilizarem esse encontro entre a história e a cultura local (CAMARGO; GOULART, 2015). Essa conquista fez com que esses espaços deixassem de orbitar entre os locais de preservação de patrimônio moldados em uma estética e composição vedada e frequente, sem considerar os regionalismos. Ainda, as autoras também discutem a relevância dessas instituições no contexto da história pública, destacando sua função na promoção do diálogo entre diferentes versões da história e na construção de uma consciência histórica compartilhada (CAMARGO; GOULART, 2015).

Em suma, os centros de memória representam espaços dinâmicos e multifacetados, nos quais a memória é preservada, interpretada e compartilhada, integrando as funções de conservação, pesquisa e exposição para proporcionar uma compreensão holística da história. Sua importância, portanto, vai além da conservação de documentos e objetos, envolvendo também a produção ativa de conhecimento histórico e o fortalecimento da cidadania através da reflexão crítica sobre as narrativas históricas e sua relação com o presente. Assim, nesses espaços, é possível promover a preservação do patrimônio histórico aliada à produção do conhecimento e a promoção do diálogo intercultural.

A oportunidade de estágio no Centro de Memória de Amparo, entre maio de 2021 e maio de 2022, por meio de uma bolsa concedida pela Secretaria de Cultura e Turismo da Prefeitura Municipal de Amparo, motivou as elucidações deste trabalho. Durante o período, foram desenvolvidas atividades de: triagem inicial de recebimento e separação documental para arquivamento; preparação envolvendo desinfestação, higienização e controle de embalagem e



armazenamento; acondicionamento, ordenação e organização física do acervo; digitalização de algumas unidades documentais e digitalização de negativos fotográficos; e início do levantamento e catalogação de fundos e coleções. Para além das práticas de cunho arquivístico, foram também desenvolvidas estratégias de ensino de história articuladas entre a instituição cultural e as escolas de ensino básico do município. Todo o trabalho e projetos foram realizados sob a coordenação do historiador, professor e diretor do Centro de Memória de Amparo, Dr. Roberto Pastana Teixeira Lima.

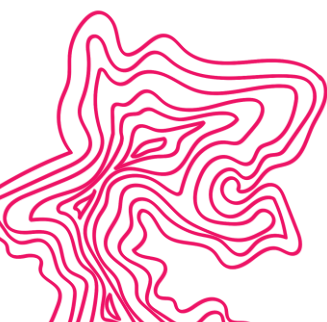
A trajetória percorrida pela documentação que hoje é abrigada e disponibilizada pelo Centro de Memória de Amparo remonta ao ano de 1988, momento em que se deu início ao processo de formação de um arquivo municipal. No entanto, os mais de trinta anos que se passaram foram marcados por diversos impasses políticos que impediram a consolidação de um arquivo público. Somente em 2013 o ideal foi retomado, por meio de um projeto, desenvolvido pela Administração Pública e enviado ao Fundo de Interesses Difusos, para a restauração de um imóvel que seria destinado a criação de um Centro de Memória que pudesse abrigar a farta documentação que Amparo possuía e que estava dispersa em diversos setores da administração (LIMA, 2021, p. 15). A restauração da residência, construída em taipa, começou em janeiro de 2016 e foi finalizada em dezembro de 2019.

Imagem 1 - Edifício, em taipa, antes da restauração.



Fonte: Registro fotográfico realizado por Roberto Pastana Teixeira Lima, em 2013.

Imagem 2 - Fachada do Centro de Memória terminado o processo de restauração.





Fonte: Registro fotográfico realizado por Roberto Pastana Teixeira Lima, em 2020.

Atualmente, o acervo da instituição conta com quinze coleções privadas de personalidades locais e oito fundos institucionais, sendo alguns deles: Cartório de Registro de Imóveis de Amparo, Câmara Municipal de Amparo, jornais amparenses “O Município” e “O Comércio” e Arquivo Edgard Leuenroth - Unicamp. Além da salvaguarda de documentos bidimensionais, o Centro de Memória também abriga diversos objetos que se articulam e dialogam com as memórias, histórias e, sobretudo, com o Patrimônio Cultural da região. São exemplos a coleção de artefatos remanescentes da produção açucareira, como antiga moenda e cabeça de monjolo de engenho de cana, e a coleção de técnicas construtivas, composta por instrumentos de desenho que pertenceram a construtores locais, tijolos produzidos por antigas olarias da cidade e fragmentos de parede em taipa de mão de casas de fazenda que estavam em prenúncio de demolição.

Diante da abrangência de sua atuação e no escopo de materiais que preservam e disponibilizam, os centros de memória emergem como locais de interseção entre a instituição cultural, o mundo social e a escola. Desse modo, esses espaços, ao aliarem pesquisa ao ensino não formal, promovem, ao mesmo tempo, o estudo do homem no tempo e a formação do sujeito no presente. Em vista disso, o ensino de História tem como propósito proporcionar aos indivíduos uma percepção das continuidades e discontinuidades históricas, além de elucidar o papel dos sujeitos nessas transformações, para que o saber histórico, seja escolar ou acadêmico, permita aos indivíduos atuar criticamente e politicamente no meio em que vivem.



Espaços culturais, sejam eles centros de documentação, museus, bibliotecas, pinacotecas, entre outros, devem atuar como lugares de provocação, de dúvidas, de experiências, do despertar da curiosidade e da emoção. A partir dessas sensações, esses locais têm o potencial de agir no limiar da alteridade e identidade, no momento em que o educando se identifica com os objetos expostos ou tem uma nova experiência estética.

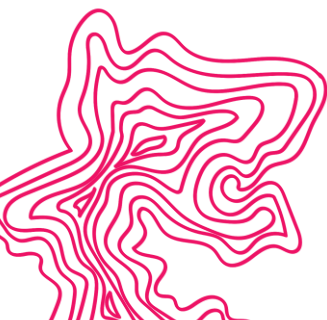
A utilização de diferentes abordagens e metodologias da educação não formal pode contribuir significativamente para que os estudantes se percebam como agentes sócio-históricos. Essas técnicas, conforme sugerido pela historiadora Circe Bittencourt, busca criar estímulos que incentivem a participação ativa dos alunos na construção do conhecimento (BITTENCOURT, 2009). Nesse sentido, a educação para o patrimônio pode e deve ser desenvolvida a partir da perspectiva freiriana da “leitura de mundo” (FREIRE, 1987), de forma que aquilo que é resguardado ou exposto seja problematizado para que, por meio da reflexão, o educando produza uma nova síntese da experiência vivida.

A Educação Patrimonial é um instrumento de “alfabetização cultural” que possibilita ao indivíduo fazer a leitura do mundo que o rodeia, levando-o à compreensão do universo sociocultural e da trajetória histórico-temporal em que está inserido. Este processo leva ao reforço da autoestima dos indivíduos e comunidades e à valorização de sua cultura brasileira, compreendida como múltipla e plural (HORTA; GRUNBERG; MONTEIRO, 1999, p. 6).

A identificação dos alunos com as memórias, micro-histórias e cultura de suas comunidades, assim como pretendem explorar os centros de memória locais ou regionais, pode ser uma ferramenta poderosa para o ensino de História escolar. Essa abordagem, trabalhada pelo historiador José Ricardo Oriá (FERNANDES, 2009), promove uma conexão significativa entre a história como disciplina e a vivência cotidiana dos alunos. A promoção da democratização do acesso às instituições culturais e a ampliação do repertório cultural dos educandos são aspectos essenciais para uma educação inclusiva e emancipatória, por meio de práticas que dialogam com o espaço escolar e ao mesmo tempo o extrapolam (FERNANDES, 1993).

Ao integrar os centros de memória no processo educacional, é possível enriquecer profundamente a aprendizagem dos alunos e promover uma compreensão mais contextualizada do passado e das especificidades culturais da sua região, proporcionando a construção do conhecimento histórico baseado na fruição, no prazer, na experiência e na troca.

[...] é possível, sim, reativar aos espaços de memória sua função de espaços de produção de conhecimento científico ao mesmo tempo em que se reforça sua missão de instituições de ensino [...] é possível construir discursos sobre o passado das

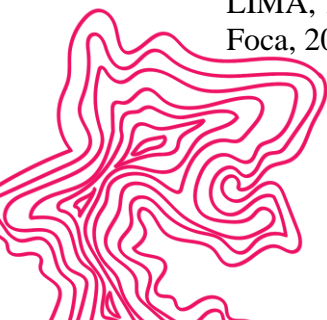


comunidades ali retratadas, passíveis de serem reelaborados e ressignificados pelos visitantes. Os espaços de memória podem e devem planejar e desenvolver ações educativas que explorem os significados dos objetos expostos como forma de qualificar sua função social de guarda, pesquisa e divulgação da memória social (PACHECO, 2010, p. 153).

Em Amparo, o início do delinear das estratégias pedagógicas que serão desenvolvidas entre o Centro de Memória e a Secretaria Municipal de Educação, por meio de projetos com as escolas de ensino básico, pretendem transformar o centro de documentação em um espaço de memória que promoverá ações educativas que exploram os significados do acervo e que estejam em constante diálogo com a população. O objetivo, portanto, é consolidar a instituição como um local de salvaguarda que extrapola a conservação material e o amparo à pesquisa acadêmica, que abrange a mobilidade e a diversidade da cultura local, que produza uma educação patrimonial crítica que sensibilize e que seja construída de maneira dialógica, baseada na compreensão e na apropriação do patrimônio pela comunidade (LUCIO, 2021, p. 118).

Referências

- BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes (org.). *O saber histórico na sala de aula*. São Paulo: Contexto, 2009.
- BURKE, Peter. Centenários e Milênios. In: BURKE, Peter. *O historiador como colunista*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.
- CAMARGO, Ana Maria de Almeida; GOULART, Silvana Rubino. *Centros de memória: uma proposta de definição*. São Paulo: Edições Sesc São Paulo, 2015.
- CHAUÍ, Marilena. *Cidadania Cultural: o direito à cultura*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2006.
- CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL, 1988.
- CRUZ, Heloisa de Faria. Direito à memória e patrimônio documental. *História e Perspectiva*, Uberlândia, jan./jun. 2016, p. 23-59.
- FERNANDES, José Ricardo Oriá. Memória e ensino de história. In: BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes (org.). *O saber histórico na sala de aula*. São Paulo: Contexto, 2009.
- _____. Educação patrimonial e cidadania: uma proposta alternativa para o ensino de história. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v.13, n.25/26, set. 1992 - ago. 1993.
- FREIRE, Paulo. *Pedagogia da Autonomia*. 17ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.
- HORTA, Maria de Lourdes Parreira; GRUNBERG, Evelina; MONTEIRO, Adriane Queiroz. *Guia básico de Educação Patrimonial*. Brasília: Iphan; Museu Imperial, 1999.
- LE GOFF, Jacques. *História e Memória*. 4ª Ed. Campinas: Editora Unicamp, 1990.
- LIMA, Roberto Pastana Teixeira (org.). *O Centro de Memória de Amparo*. Amparo: Gráfica Foca, 2021.



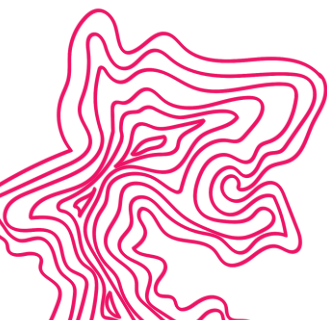
LUCIO, Cristina Santos. Diálogos entre a educação patrimonial e Paulo Freire. *Revista Arqueologia Pública*, Campinas, v.16, n.02, p. 104-119, dez. 2021.

NORA, Pierre. Entre Memória e História: a problemática dos lugares. *Projeto História*, São Paulo, p. 7-28, dez. 1993.

PACHECO, Ricardo de Aguiar. Educação, memória e patrimônio: ações educativas em museus e o ensino de história. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v.30, n.60, p. 143-154, 2010.

ROSSI, Paolo. *O passado, a memória, o esquecimento*. São Paulo: Editora UNESP, 2010.

SILVA, Helenice Rodrigues. “Rememoração”/Comemoração: as utilizações sociais da memória. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v.22, n.44, p. 425-438, 2002.



História e Linguagens: Teoria da História e Teoria da Literatura

Ana Carolina de Azevedo Guedes

Doutora em História – PUC-Rio

Edson Silva de Lima

Doutor em História - UNIRIO

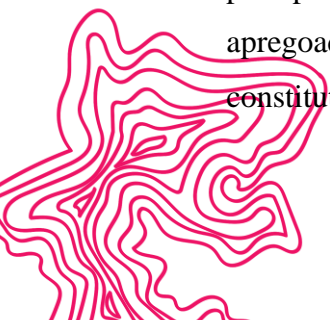
Evander Ruthieri da Silva

Doutor em História – UNILA

Maycon da Silva Tannis

Doutorando em História – PUC-Rio

A aproximação entre Teoria da História e Teoria da Literatura integra um momento de expansão e ampliação dos aportes teórico-metodológicos, recursos narrativos e problemáticas de pesquisa pertinentes ao ofício da História, em especial, na investigação da historicidade das linguagens e de seu papel constitutivo da experiência humana no tempo. Assim, o simpósio temático “História e Linguagens” visa agregar pesquisas que incidem sobre o lugar das linguagens na construção do mundo sociocultural e político, imbricado a uma perspectiva que enfatiza um universo de produções culturais, a exemplo da literatura, do ensaio e da (auto) biografia, para analisar suas condições de possibilidade histórica e epistemológica. Por extensão, o redirecionamento linguístico implica em pensar nas estratégias discursivas mobilizadas pela escrita da História, pois possibilita refletir sobre a construção de sentidos a respeito do passado por meio da experiência estética. Trata-se, adicionalmente, de um posicionamento que toma o fictício enquanto um ponto de partida para indagações sensíveis ao ofício historiográfico, em especial a partir dos debates levantados no “giro linguístico” e, mais recentemente, no “giro ético-político”: o que fazemos, e como escrevemos, quando lidamos com a produção de sentidos entretida pelos discursos e práticas históricas no mundo contemporâneo. Com base nessas reflexões, esse simpósio temático visa receber pesquisadorxs das ciências humanas, com destaque para as reflexões acerca das relações históricas entre linguagens, formas literárias e experiências temporais, nas interlocuções entre a Teoria da História e a Teoria da Literatura, e nos entrelaçamentos do conhecimento estético e histórico; e para pensar a ficção, abordada aqui como uma irrealização do próprio real e mesmo assim, apregoadada nesse, portanto, deixa de ser um construto observado e passa a ser desmanche e parte constitutiva desta realidade.



A Temporalidade e a Morte: do Borges ficcional ao Borges histórico

Pedro Moretto Scudeller

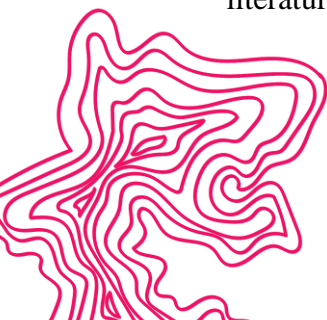
Graduando em História - Universidade Federal de Minas Gerais

Email: pscudeller12@gmail.com

Resumo: Jorge Francisco Isidoro Luis Borges Acevedo, popularmente conhecido como Jorge Luis Borges, foi um renomado autor argentino. Em sua vida, Borges estudou filosofia, religiões, história e circulava intensamente por bibliotecas, chegando a dirigir a Biblioteca Nacional de Buenos Aires. O icônico autor argentino, reconhecido internacionalmente, chegou a ganhar vários prêmios, mas nunca o tão desejado Nobel de literatura. Nesse aspecto, as obras de Jorge Luis Borges, se tornaram importantes objetos de estudos no campo da literatura. Como muito bem aponta o historiador Júlio Pimentel Pinto, os primeiros estudos sobre Borges enquadraram o escritor em um campo intrinsecamente fechado no ficcional, analisando os seus contos no campo da literatura fantástica, situando o autor e seus contos como alheios ao mundo real. Esse “Borges alienado”, portanto, começa a ser questionado por diferentes autores. Essas novas pesquisas evidenciam as ligações de Borges, as suas obras, ao contexto histórico e político. Dessa forma, o escritor e crítico literário Davi Arrigucci Júnior, por exemplo, apresenta importantes trabalhos acerca do caráter filosófico e crítico presente nos contos do argentino. Fazendo uma comparação com os “contos filosóficos” de Voltaire, Arrigucci destaca a mistura de uma expressão artística combinada com reflexões e temáticas “intelectualizadas”. Assim, diferentes temáticas presentes nos contos borgeanos, como, por exemplo; memória, leitura, influência, narrativa, autoria e tempo, evidenciam tópicos de extrema importância para o ofício do historiador. Logo, este trabalho tem como objetivo buscar uma aproximação da história ao Borges, percebendo os escritos borgeanos compostos de uma mimese literária, a qual desenvolve aspectos reflexivos, críticos, úteis e, de certa forma, provocativos para a historiografia e o historiador. Pretende-se analisar alguns contos e ensaios de Borges que abordam a temática do tempo e da morte, aspecto que é constantemente acompanhado da noção de temporalidade, com a finalidade de destacar a importância da história se aproximar de Borges, elegendo-o como um possível aliado crítico ao nosso ofício.

Palavras-Chave: Jorge Luis Borges, Ficção, Tempo.

Jorge Francisco Isidoro Luis Borges Acevedo, popularmente conhecido como Jorge Luis Borges, foi um renomado autor argentino. Em sua vida, Borges estudou filosofia, religiões, história e circulava intensamente por bibliotecas, foi crítico literário e chegou a dirigir a Biblioteca Nacional de Buenos Aires. O icônico autor argentino, reconhecido internacionalmente, chegou a ganhar vários prêmios, mas nunca o tão desejado Nobel de literatura (PINTO, 1998, p. 21).



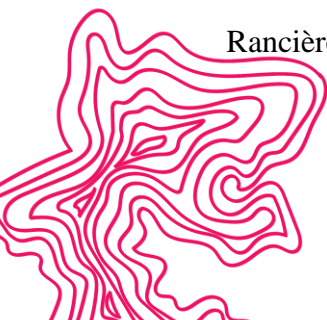
Em sua vida, o escritor explorou a escrita de diversos tipos de textos, como a poesia, o conto e o ensaio. Esses escritos renderam um reconhecimento internacional ao argentino, e suas obras passaram a ser analisadas por diversos críticos literários. No primeiro capítulo do livro “Borges: Uma poética da Leitura” de Emir Monegal, crítico literário e amigo pessoal de Borges, nos é mostrado como os franceses foram os primeiros críticos literários de Borges não-hispânicos (MONEGAL, 1980, p. 17-44).

Dessa forma, Monegal apresenta ao seu leitor alguns dos debates e críticas literárias que os críticos franceses faziam sobre a leitura borgeana desde os anos 1925. Entre esses estudos, um caráter essencialmente fictício acaba surgindo ao se analisar Jorge Luis Borges. Isso porque, algumas das conclusões das críticas, acabam por apontar Borges como alguém que se pergunta de forma fictícia e responde de forma também fictícia.

Essas colocações da crítica, não só da francesa, acabam formando uma imagem de um Borges restrito ao mundo da fantasia e do ficcional. Além desse aspecto, as posições políticas do argentino, muitas de suas respostas e comentários na mídia e em destaque público, apontavam também para um homem que não estava preocupado com o “real”. Um pouco antes de sua morte em 1986, o autor chega a escrever em um prefácio; “Será preciso explicar que sou o menos histórico dos homens?” (*Apud*, ARRIGUCCI, 1996, p. 7).

Portanto, a crítica literária e as próprias posições de Borges, acabaram contribuindo para a construção de uma figura do Borges como um homem avesso ao mundo real e alguém preocupado só com a ficção (PINTO, 2005, p. 1-2). Contudo, esse aspecto ficcional parece ter afastado o caráter histórico que existe na obra borgeana. É a defesa da necessidade de se pensar um Borges histórico, como defende Arrigucci e Pinto, por exemplo, que esse texto procura tratar.

Essa dualidade entre ficção e o histórico, colocada no título desse trabalho, e que também marca a discussão de um Borges preso ao ficcional, portanto, longe do real, remete também para uma relação de distanciamento entre história e literatura. Isso porque, o afastamento da história com a literatura, em um movimento de se validar como ciência, criou um abismo entre as duas áreas. Essa separação, é forjada para a história se colocar no lugar de ciência, e para isso se afastou das belas artes (JABLONKA, 2020, p. 27), na intenção de dar uma maior credibilidade aos estudos das ciências sociais. Em seu texto, Os nomes da história, Rancière também comenta algo nesse sentido quando diz:



A ciência histórica nova não deveria mais ser uma história e ainda assim ser uma. A diferença da história-ciência para a história-narrativa deveria ser produzida no interior da narrativa, com suas palavras e com seu uso das palavras (RANCIÈRE, 2014, p. 5)

Contudo, apesar dessa busca de distinção de uma história que pretendia se colocar como ciência e que, portanto, trabalharia com o real, a ficção ficaria para dentro das fronteiras da literatura. Atualmente, existe um movimento contrário ao de afastamento. Desde o estruturalismo e a chamada virada linguística, os historiadores colocaram a língua e a narrativa no centro das discussões (ALBUQUERQUE JR, 2007, p. 43), e assim a narrativa como construção de uma noção de temporalidade parece ter feito os historiadores olharem para a literatura. A noção de uma grande distinção entre as duas parece estar ruindo, as proximidades das duas áreas ficam mais claras e a importância do “ficcional” parece ganhar mais visibilidade. Como coloca Didi-Huberman:

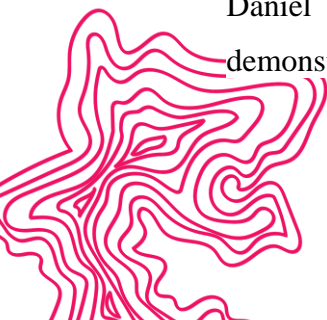
Em outras palavras, história não é ficção. No entanto, ficcionistas e historiadores, quando tecem seus longos bordados narrativos, compartilham rituais assemelhados de reconhecimento e estranhamento, problematizam a verdade do que veem e do que escrevem, deslocam-se em meio às sombras de temporalidades passadas e presentes, frequentam teorias e metodologias dissonantes, buscam posição adequada para representar — distanciam-se para mostrar (*apud* PINTO, 2020, p. 40)

E ainda Hayden White:

A distinção mais antiga entre ficção e história, na qual a ficção é concebida como a representação do imaginável e a história como a representação do verdadeiro, deve dar lugar ao reconhecimento de que só podemos conhecer o real comparando-o ou equiparando-o ao imaginável. (...) A meu ver, a história, enquanto disciplina, vai mal atualmente porque perdeu de vista as suas origens na imaginação literária. No empenho de parecer científica e objetiva, ela reprimiu e negou a si própria a sua maior fonte de vigor e inovação (*apud* PINTO, 1998, p. 219)

Portanto, mesmo que de forma ainda polêmica, a literatura e a ficção parecem adquirir um novo significado e importância para a História e a Historiografia. Em seu livro “A história é uma literatura contemporânea”, Jablonka dá ênfase na escrita da história e na potencialidade da ficção, ao defender a ficção como método, atentando assim para a literatura não só como fonte, mas como uma forma pensamento, como uma potencialidade cognitiva (JABLONKA, 2020, p. 271).

Portanto, nas últimas décadas, a ideia de um Borges preso ao ficcional e longe do real, passa a ser questionada por diversos pesquisadores como, por exemplo, Júlio Pimentel Pinto, Daniel Balderston, Beatriz Sarlo e Davi Arrigucci Júnior. Dessa forma, esses trabalhos demonstram a existência de reflexões sobre história, lugares e percepção pessoais nos escritos



borgeanos, colocando as obras de Borges em um campo de fronteira entre a ficção e a história, de acordo com Pinto (1998, p. 22)

Assim, esse “Borges histórico” é marcado tanto por contextos políticos e históricos, como por exemplo escrevendo sobre a Guerra da Malvinas ou descrevendo uma sensação de cosmopolitismo e de argentinidade, mas também como por desenvolver reflexões históricas e historizáveis. Borges utilizou da história e da historiografia como ferramentas para construir seus jogos literários (COSTA, 2005, p. 42), e além disso a presença de diversos temas nos escritos, como, por exemplo, escrita, leitura, tradução, reescrita, memória, tempo, influencia, autoria, rigor científico e linguagem que podemos perceber o Borges como um autor que trata de temas extremamente importantes para a historiografia, a teoria da história e o ofício intelectual.

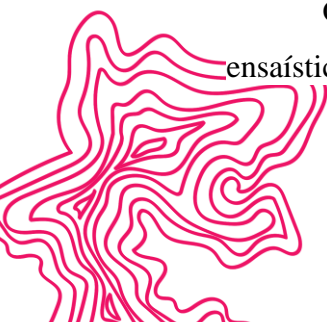
Essas mobilizações históricas nos escritos de Borges são bem sinalizados por Pinto, ao comentar, por exemplo, que:

a obra de Borges, pensada nesses termos, define em tal exercício a função e o lugar do autor/historiador: catadores de sinais vivendo num universo-biblioteca, onde reside o acúmulo de experiências - ou livros - que alimentam o repertório, conjunto de referências de cada um (PINTO, 1998, p. 184)

E essa utilização de elementos historiográficos, acabam por tensionar o fazer literário de Borges com o fazer historiográfico ao mobilizar diversas temporalidades, textos e contextos diferentes. Além de tratar aspectos de leitura, escrita, tradução e influência, os quais também convivem com o ofício do historiador. Por isso, indo de acordo com Pinto: “Não é Borges que se aproxima da história, mas a história - expressa integralmente na historiografia - que pode eleger Borges seu parceiro de ofício.” (PINTO, 1998, p. 218).

Logo, tornar Borges um parceiro de ofício é compreender a sua literatura como um espaço o qual desenvolve aspectos reflexivos, críticos, úteis e, de certa forma, provocativos para a ciências humanas. Um grande exemplo dessa capacidade das obras de Borges é o caso de Michel Foucault. No livro denominado "A palavra e as coisas" de Foucault publicado em 1966, no prefácio o autor francês faz referência a Borges, o qual chega a dizer que “este livro nasceu de um texto de Borges. Do riso que, com sua leitura, perturba todas as familiaridades do pensamento.

O texto em questão é denominado “O idioma analítico de John Wilkins”. Texto ensaístico o qual Foucault faz clara referência de influência sobre toda a sua obra, o qual a



leitura causou um riso inquietante, que parece ter perturbado as estruturas de pensamento do francês. Logo, é perceptível o caráter reflexivo das obras borgeanas, as quais não se limitam aos ensaios, alcançando também a produção literária dos poemas e dos contos.

Nesse aspecto, pensando mais especificamente os contos de Borges, também é perceptível a presença de diversas questões filosóficas nesses escritos. O pesquisador brasileiro David Arrigucci, escreveu no prefácio da edição de “ficções”, um dos livros de contos do Borges mais importantes, de 1996 da editora Globo, um texto que demonstra o caráter intelectual dos contos.

Neste texto, denominado “Borges ou do Conto filosófico”, Arrigucci destaca que os contos presentes no livro ficções, foram os escritos borgeanos que levaram o argentino a um reconhecimento internacional e que ao mesmo tempo consagraram o escritor como alguém avesso ao mundo real. Contudo, para essa nova leva de pesquisadores, da qual Arrigucci faz parte, nesses mesmos contos fica evidente uma mistura insólita de arte com pensamento, e que seria impossível uma análise sobre esses escritos que não considerassem o perfil de poeta, douto, reflexivo e crítico de Borges.

Assim, para o pesquisador brasileiro, os contos de Borges seguem discutindo pontos que os ensaios do argentino já tratavam, isso porque Borges começou sua vida de escritor escrevendo poemas e ensaios, tardando a escrever os ensaios, os quais começaram a ser publicados no final da década de 30. Portanto os escritos borgeanos:

Mostram-se muito marcados pela mola inquisitiva do pensamento ensaístico, que arma reiteradas hipóteses e conjecturas sobre os mais variados assuntos, em geral com alto teor intelectual ou dimensão teórica, mesmo dentro dos poemas e, pouco depois, dos contos, que demoraram mais a surgir autonomamente, mas desde o princípio se misturavam dissolutamente às poesias e aos ensaios. (ARRIGUCCI, 1996)

Portanto, é sobre essas características das obras borgianas que Arrigucci faz uma comparação dos contos de Borges com a tradição de contos filosóficos de Voltaire no século XVIII, filósofo o qual o escritor argentino leu e já expressou diversos elogios. Essa comparação, é introduzida por Arrigucci para defender a necessidade de uma análise dos textos de Borges, que leve em consideração esse aspecto filosófico e reflexivo de suas obras. Nesse aspecto, ainda alertando para o erro de se pensar o Borges como um escritor intelectualista à margem da História.

Dessa forma, o famoso conto Pierre Menard autor do Quixote, exemplifica a o caráter reflexivo dos escritos borgeanos como também trata sobre uma temática muito presente nas

XI Encontro de Pesquisa em História da UFMG - ISBN: 978-65-01-11103-2



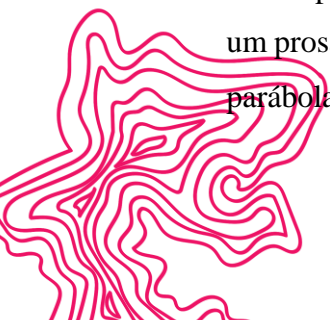
obras do argentino; o tempo. Nesse conto, Pierre Menard, um escritor do século XX decide reescrever palavra por palavra o clássico romance "Dom Quixote" de Miguel de Cervantes. O Menard queria uma versão rigorosamente literal a do Cervantes, mas ao mesmo tempo, uma obra totalmente nova.

Assim, é apresentado ao leitor que Menard teve uma grande preparação para escrever, como aprender as especificidades do espanhol do séc. XVII, esquecer a história da Europa entre os anos de 1602 e de 1918 e outros artifícios para tentar ser o mais próximo de Miguel de Cervantes. Dessa forma, após o narrador apresentar o Pierre Menard, comentar sobre outras obras do escritor e de suas intenções e preparativos para a escrita do Quixote, o narrador faz uma análise sobre a obra e a defende como o escrito mais interessante de Menard.

Isso porque, os significados de ambas as obras, a de Cervantes e a de Menard, são totalmente distintas. Enquanto a de Cervantes fala de um mundo cavaleiresco do século XVII, Menard escreve sobre a experiência moderna do século XX. Por exemplo, para o narrador do conto, quando Cervantes escreve que a história é mãe da verdade, não passava de um mero elogio retórico da história. Porém, quando Menard escreve a mesma afirmação, é na verdade uma ideia assombrosa, pois para Menard, homem do século XX, contemporâneo de William James, a verdade histórica, não é o que aconteceu; é o que julgamos que aconteceu.

Assim, o narrador do conto chega a dizer: “O texto de Cervantes e o de Menard são verbalmente idênticos, mas o segundo é quase infinitamente mais rico. (mais ambíguo, diriam seus detratores; mas a ambiguidade, é uma riqueza)” (BORGES *apud* MONEGAL, 1980, p. 78). Logo, esse magnífico conto de Borges ao brincar com o tempo e com o anacronismo, demonstrando textos idênticos com significados diferentes, também mobiliza o aspecto da escrita e da leitura. Isso porque ambos os Dom Quixotes possuem significações diferentes no tempo e contexto de sua escrita, como também por quem lê.

Assim, de certa forma, Borges elenca a importância do tempo na (re)produção de sentido em textos e escritos. Sobre esse aspecto, outro texto do argentino, de carácter ensaístico, denominado “Kafka e seus precursores”, também elabora a temática da temporalidade. Nesse magnífico escrito Borges procura reconhecer a voz de Franz Kafka em outros textos de outros autores em diferentes épocas. Assim, esse exercício é feito em ordem cronológica, começando com o paradoxo de Zenão em um escrito de Aristóteles, passando para um texto de Han You, um prosador chinês do século IX, depois para Kierkegaard, onde ambos os escritores realizaram parábolas de temas contemporâneos e burguês, e ainda passando por alguns outros escritos.



Assim, após demonstrar como e quais vozes foram encontradas em autores precursores de Kafka, Borges conclui seu ensaio afirmando que é somente com a existência dos escritos de Kafka que podemos perceber essas ligações. E que, portanto, cada escritor cria seus precursores, o escrito de um autor, portanto, modifica não só o futuro, mas como a concepção de passado.

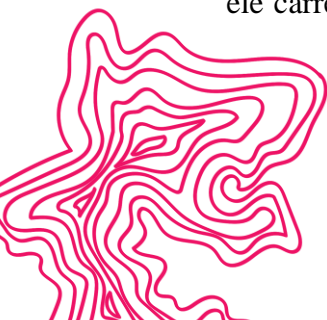
Posto, então, esses dois escritos do Borges, é perceptível como o autor argentino utiliza seus contos e ensaios para manusear a dimensão do tempo, em relação ao texto, autor e leitura. Dessa forma, o próprio conto do Pierre Menard parece provocar o seu leitor em relação a essa dinâmica, como o ensaio referente a Kafka parece alertar para um aspecto presente em análises de textos e autores, independente da área de conhecimento, a autores marcarem seus precursores.

Dessa forma, Borges utiliza tanto de seus textos ensaísticos quanto da ficção para provocar e colocar em reflexão aspectos presentes ao se pensar a dinâmica de autores, tradição, leitura e escrita. Assim, nesse sentido, pode-se entender Borges como um autor que também dialoga com a historiografia e com o fazer historiográfico. Isso porque, o historiador como um sujeito que lê textos, produz uma escrita a qual é lida por outros companheiros de ofício, e assim por diante, compartilha, em seu dia a dia, essas dinâmicas problematizadas por Borges.

Portanto, além da questão temporal, a qual é muito explorada por Borges, de diferentes formas e em outros textos, também parece ter sido de interesse do argentino a questão da morte. Apesar dos escritos expostos neste trabalho não abordarem diretamente essa questão, ainda é possível pensar a morte a partir deles.

As reflexões sobre a temática da morte nas obras borgeanas, abordada tanto em contos, ensaios como palestras. Pensando, então, o texto e o autor, aspectos centrais nos escritos expostos, é perceptível o aspecto de uma certa influência. Apesar de Pierre Menard ter produzido um texto completamente diferente de Quixote, a sua referência foi o escritor Espanhol. Já no ensaio, os pontos em comum de Kafka com seus precursores, marcam uma influência da análise e da crítica, que encontram Kafka em escritos passados.

Logo, como aponta Monegal, evidenciando a função da leitura: “Se o verdadeiro produtor de um texto não é o autor, mas sim o leitor, todo leitor é todos os autores. Todos somos um.” (1980, p. 72). Assim, esse leitor/autor carrega a morte como a imortalidade. Isso porque ele carrega um sentido de influência sem precisar saber o nome de todas as referências, mas



independente disso, as referências estão presentes. Dessa forma, fazendo companhia ao leitor/autor, os mortos estão presentes na escritura e também na leitura.

Referências

ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. **História: a arte de inventar o passado. Ensaios de teoria da história.** Bauru, SP: Edusc, 2007

ARRIGUCCI, David. **Borges ou do conto filosófico.** Ficções. Porto Alegre, RS: O Globo. 1996

COSTA, Walter Carlos. **Borges e o uso da História.** Fragmentos, números 28/29, p. 041/047 Florianópolis/ jan - dez/ 2005.

FOUCAULT, Michel. **As palavras e as coisas : uma arqueologia das ciências humanas.** 8ª ed. São Paulo, Martins Fontes, 1999.

JABLONKA, Ivan. **A história é uma literatura contemporânea.** Manifesto pelas ciências sociais. Trad. Verónica Galíndez. Brasília: UnB, 2020.

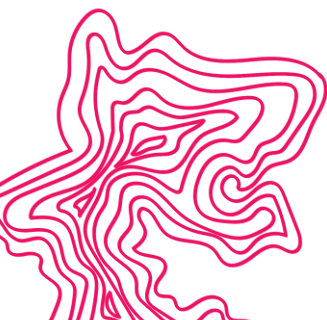
MONEGAL, Emir Rodriguez. **Borges: Uma poética da leitura.** São Paulo, SP: Perspectiva, 1980.

PINTO, Julio Pimentel. **Borges, itinerários da crítica: Realismo, leituras, história.** Fragmentos, números 28/29, p. 013/019 Florianópolis, 2005.

PINTO, Julio Pimentel. **Do fingimento à imaginação moral: diálogos entre história e literatura.** Revista Tempo - Niterói. Vol. 26 n. 1, 2020. p. 40

PINTO, Julio Pimentel. **Uma memória do Mundo: ficção, memória e história em Jorge Luis Borges.** São Paulo, SP: Estação Liberdade, 1998. p. 21.

RANCIÈRE, Jacques. **Os nomes da história: um ensaio de poética do saber.** São Paulo: Unesp, 2014,



O tempo nas obras de Tiago Sant'Ana. As artes visuais e o conhecimento histórico.

Ligia Kalina Domingueti Faria

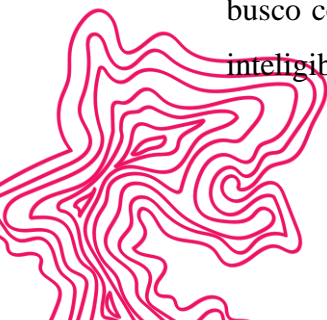
Graduanda em História - Universidade Federal de Minas Gerais

Email: kalinafaria@ufmg.br

Resumo: A história da arte está sempre a recomençar. O discurso histórico está sempre a recomençar. Tais lições, aprendidas com o filósofo Didi-Huberman, são o nó que prende esse trabalho, que busca compreender como as artes visuais brasileiras contemporâneas são formas e fontes de inteligibilidade para o conhecimento histórico, dando um foco específico para a questão do tempo e como ele aparece e é construído nessas artes - porém, reconhecendo que para abordar esses tópicos tenho que reforçar que a história da arte e o discurso histórico estão sempre a recomençar, uma vez que a forma de análise das obras e a forma da compreensão do conhecimento histórico presente nelas vão contra uma corrente de pensamento que foi hegemônica no discurso histórico e na escrita da história. As obras selecionadas para a análise fazem parte de uma série de obras do artista visual baiano Tiago Sant'Ana que trazem o açúcar como elemento constitutivo da narrativa presente nas obras - açúcar este que esteve presente na construção de estratificação social da sociedade brasileira, onde o trabalho de pessoas negras e escravizadas gerava esse produto na chaga colonial brasileira. Assim, indo contra uma corrente que costuma tratar as imagens apenas como fontes que darão respostas para fatos históricos, onde há uma busca em obras de artes para compreensão de determinados períodos históricos, ou então busca analisar uma obra a partir de características estéticas, procuro aqui fazer um outro movimento: entender como obras de artes auxiliam os historiadores a pensarem questões que são questões teóricas históricas.

Palavras-chave: Artes visuais, Tiago Sant'Ana, Teoria da história, Tempo.

A construção desse trabalho se dá no âmbito do projeto de pesquisa *A história como sutura. Artes visuais e significações do passado no Brasil e em Portugal*, orientado pela professora Ana Paula Sampaio Caldeira e financiado com uma bolsa de Iniciação Científica pela Pró-Reitoria de Pesquisa da UFMG. As investigações feitas partem de um reconhecimento de uma História da Arte outra. Isso quer dizer uma História da Arte que não mais está preocupada em começos e fins, em analisar quase biologicamente os movimentos artísticos, ou então em pensar as artes visuais exclusivamente como fontes documentais e comprobatórias. Esse tipo de análise, que parece ir de encontro com o tipo de História da Arte estabelecida pelo alemão Winckelmann, também reduz as obras de artes em sua estética, tornando as obras em belos objetos. Assim, à luz de Didi-Huberman, Walter Benjamin, Carl Einstein e Aby Warburg, busco compreender como as artes visuais brasileiras contemporâneas são formas e fontes de inteligibilidade para o conhecimento histórico, analisando como estas colocam questões para a



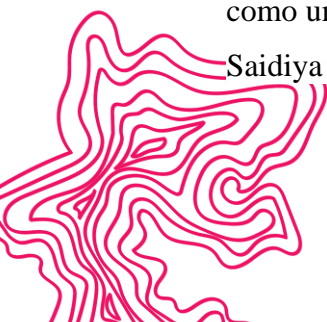
Teoria da História e para a Historiografia, principalmente sobre tópicos como a memória e o tempo, e sobre a própria escrita da História.

Em sua VII tese sobre a História, Walter Benjamin (2005, p.70), constata:

Nunca há um documento da cultura que não seja, ao mesmo tempo, um documento da barbárie. E, assim como ele não está livre da barbárie, também não está o processo de sua transmissão, transmissão na qual ele passou de um vencedor a outro. Por isso, o materialista histórico, na medida do possível, se afasta dessa transmissão. Ele considera como sua tarefa escovar a história a contrapelo.

O filósofo, ao atestar o caráter de barbárie dos documentos da cultura, coloca a tarefa então ao materialista histórico de escovar a história a contrapelo. Essa tarefa parece ter sido incorporada pelos artistas visuais brasileiros contemporâneos, os quais vêm construindo um movimento no qual a artista Giselle Beiguelman (2019) vem chamando de impulso historiográfico. Esse movimento surge em confrontos com imagens do poder estabelecido com obras que problematizam a monumentalização da história, tendo como características o jogo com as temporalidades e a atuação de artistas historiadores - aqueles que procuram fazer com que memórias e documentos, muitas vezes perdidos ou apagados, tornem-se visíveis e legíveis, fomentando uma contramemória. Essa ação pode ser compreendida como uma ação de subversão, uma ação a contrapelo, uma ação que muda a hierarquia da partilha do sensível. Uma ação que cria documentos da cultura que não sejam mais calcados na barbárie.

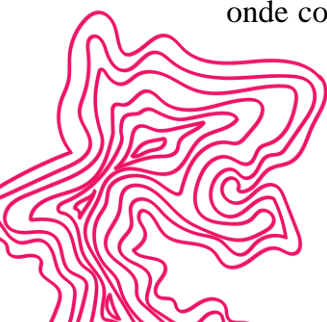
A proposta de Beiguelman de trazer esses artistas como artistas historiadores parte de um entendimento de que estes possuem uma aproximação de suas práticas. Artistas como Gê Viana, Rosana Paulino, Bianca Turner e Tiago Sant'ana, vêm trazendo temas que são caros para a História, como o passado brutal da colonização e a ditadura militar brasileira, trabalhando sobre eles a partir de um trabalho com (e contra) o arquivo. Imagens que são consideradas canônicas, arquivos de revistas e jornais vêm sendo mobilizados por esses artistas. Esses arquivos, como aponta bem Albuquerque Júnior (2013, p.12), são arquivos que não são apenas da ordem do racional, uma vez que emocionam, mexem com a sensibilidade do pesquisador/artista, se tornam dignos de eleição ou não. São arquivos que para esses artistas mostram sua potencialidade de tensionar o debate público e serem dignos, portanto, de estarem em suas artes. Gê Viana, Rosana Paulo e Tiago Sant'Ana, principalmente, para além de mobilizarem esses arquivos, parecem utilizar dele para imaginar o que não pode ser verificado, como uma narrativa outra de um passado irrecuperável, como vem sendo feito pela intelectual Saidiya Hartman (2020).



Além de trazerem temas caros, como pontuado, esses artistas permitem com que reflexões sejam feitas sobre conceitos que fazem parte da categoria histórica. Essas reflexões são feitas também a partir do entendimento que as obras de arte, ou então a imagem, não são um objeto encerrado em sua própria história, mas sim que são um ponto de encontro dinâmico de instâncias históricas heterogêneas e sobredeterminadas (DIDI-HUBERMAN, 2013, p.41). Assim, reconhecendo a complexidade das imagens, e a partir do comando do raciocínio histórico, procuro neste artigo estabelecer como as obras de Tiago Sant'ana promovem reflexões sobre o tempo.

Tiago Sant'Ana, artista visual, baiano e negro, trabalha com as tensões e representações das identidades afro-brasileiras, abordando temas que envolvem o passado brutal da colonização. Suas dinâmicas artísticas mexem com a história, a memória e o tempo. Nascido em 1990, iniciou sua graduação em Comunicação Social na Universidade Federal do Recôncavo da Bahia em 2008, fazendo parte de uma geração que ingressou na universidade pública em meio à elaboração e construção da lei de cotas - que impactará na produção intelectual negra acerca de temas como o Brasil colonial e a escravidão. Esse impacto, vale notar, merece um estudo mais aprofundado, dado a falta de produção acadêmica sobre o tema. Mestre e doutor pela Universidade Federal da Bahia, obteve o primeiro título com pesquisas sobre a cena queer brasileira, e o último título com a pesquisa sob o tema "Casa de purgar - o açúcar como catalisador das relações raciais na Bahia: cruzamentos entre arte, memórias, territórios, subjetividades e religiosidades" - tema caro para este artigo. Além de suas produções visuais, Tiago também é curador, o que ele ressalta em entrevistas como uma forma também de produção de arte. Sua trajetória é marcada por prêmios importantes, incluindo a bolsa de fotografia ZUM com o Instituto Moreira Salles em 2021, o prêmio Soros Arts Fellowship em 2020, e indicações ao prêmio PIPA em 2020 e 2023, um dos prêmios mais relevantes de artes visuais no Brasil.

Segundo a historiadora e curadora Lilia Schwarcz (2018), a arte de Tiago Sant'Ana faz política com estética, abordando a potência libertadora do negro insubmisso, as questões do açúcar para exportação e o comércio da mão de obra escrava. A historiadora aponta que Tiago propositadamente borra temporalidades, transformando simbolismos em metáforas e o sofrimento em poesia e arte. Tiago Sant'ana parece construir uma historiografia alternativa, onde conteúdos reprimidos e diferentes práticas se mesclam em constante atrito. Ao tratar do



passado ancestral, ele subverte a historiografia hegemônica que por muito tempo olhou apenas para os heróis nacionais e tratou a história de forma machista e racista.

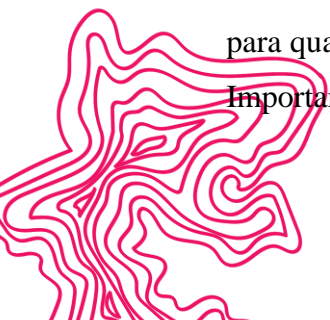
Novamente, ao fazer isso em suas obras, Tiago Sant'ana toma para si sua parte na partilha do sensível. Conforme Jacques Rancière (2009), a partilha do sensível se refere à existência de um comum compartilhado e partes exclusivas, onde a política define o que é visto e quem pode falar sobre o que é visto. Porém, um momento na história da arte subverte essa lógica hierárquica, conhecido como regime estético das artes, que reinterpreta o que a arte faz e como é definida. Neste momento, o artista toma para si sua parte na partilha do sensível, participando ativamente das discussões públicas. Assim, Tiago e suas obras passam a participar das discussões públicas, provocando fraturas simbólicas subversivas que confrontam uma totalidade simbólica autoritária e propondo novas cadeias de sentido político.

As obras de Sant'ana escolhidas para esse trabalho foram produzidas entre 2017 e 2019. Todas elas trabalham com o açúcar como elemento constituinte, e também trabalham com um jogo de temporalidades. O artista é atraído por dois momentos da história do Brasil vinculado à colonização: a escravidão e os impasses do processo da abolição, sendo esse primeiro momento, que parece distante no tempo, convertido em objeto presente, reciclado na violência que a juventude negra é submetida, pelo racismo estrutural da sociedade brasileira (BEILGUEMAN, 2020, p.32). Suas obras encenam a luta de classes entre o refinamento dos espaços de moradia dos latifundiários da economia canavieira e a brutalidade do trabalho escravo de origem africana (Ibid, p.34).

O branco do açúcar, segundo Schwartz (2018), aparece numa dialética entre o doce e o azedo - o açúcar é agri-doce. Doce por ter sido um produto que movimentou mares no passado, pois as pessoas queriam no seu paladar, e azedo pela mesma razão ter causado a morte e a retirada de milhares de africanos de seus territórios. O trabalho de artistas afrodescendentes surge como um processo de cura de um passado doloroso, onde a reexaminação dos eventos históricos por meio de uma perspectiva dos elementos marginalizados possibilita recontar os acontecimentos, trazendo novas compreensões para a sociedade. Isso leva a uma reavaliação das normas estabelecidas por aqueles que, desde 1500, ocupam posições sociais privilegiadas e agem para manter hierarquias em consonância com o projeto colonial (MARCONDES, 2020).

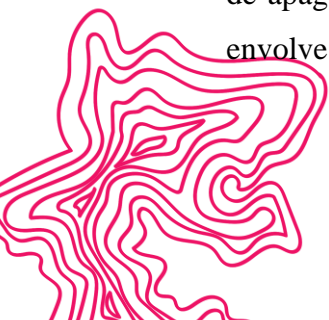
Refino é o nome recebido de uma série de obras do artista baiano. Darei atenção aqui para quatro delas: *Refino #2*, *Refino #3*, *Refino #4* e *Refino #5*, produzidas entre 2017 e 2019.

Importante notar que o contexto de produção dessas obras é um Brasil dominado por discursos



fascistas e racistas, com a ascensão de Jair Bolsonaro e meios de (des)comunicação como Brasil Paralelo, que colocavam em jogo questões como: não existe racismo no Brasil, negros fazem racismo consigo mesmo; os portugueses tiveram um papel crucial para acabar com a escravidão; ou então, a colonização foi algo bom para o Brasil.

Refino #2 (2017) é uma obra realizada no antigo Engenho de Oiteiro, uma construção do século XIX localizada na cidade de Terra Nova, no Recôncavo da Bahia - a região natal do artista. Em sua participação no Festival Zum de 2022, na palestra intitulada "Estranhando a História do Brasil", Sant'ana compartilhou que a performance nasceu da inquietação de recontar a história sob uma perspectiva diferente, de repensar aquele lugar. Como artista e historiador, Sant'ana trabalha com documentos e fontes. Em 2017, ele encontrou um inventário feito pelo governo do estado da Bahia que continha informações sobre patrimônios culturais relevantes para a história artística e cultural da região - sendo a maioria desses registros relacionados a engenhos de açúcar. O inventário, datado da década de 1970, chamou a atenção do artista por apresentar esses locais apenas como "pedra e cal", negligenciando completamente o fator humano, as histórias de crueldade e as vidas daqueles que trabalharam nos engenhos. A partir desse incômodo, Sant'ana passou a visitar esses lugares e decidiu criar suas obras utilizando vídeos, performances e fotografias para propor um novo registro, que fosse além da mera descrição física dos lugares, mas que capturasse o invisível - as narrativas ocultas, os sussurros silenciados pela história oficial. Seu objetivo é resgatar o dado humano, revelar as histórias das pessoas que moviam os moinhos dos engenhos e, assim, oferecer uma perspectiva mais completa e empática sobre esse patrimônio cultural tão significativo para a Bahia. Nessa obra, uma cascata de açúcar cai sobre o corpo do artista. Registrado em vídeo, o açúcar forma uma espécie de véu em torno do corpo do artista. A obra parece trazer o apagamento que é tentado de corpos racializados, de rostos, e da violência - mas ao mesmo tempo, a incapacidade desse apagamento. Esse aspecto é interessante porque nos lembra do movimento da historiografia oficial e do sistema colonial. Ambos tentaram apagar a presença dos negros e a realidade da escravidão no Brasil, tratando-a como algo natural e não problematizado ao longo da história. Essa tentativa de apagamento também afeta o indivíduo, que se torna apenas uma peça na engrenagem. A violência da escravidão não deve ser normalizada, pois ela afetou pessoas individuais, não apenas massas ou números. Tiago mostra, através de sua obra, essa tentativa de apagamento, mas é uma tentativa incompleta, pois é impossível apagar uma história que envolve sujeitos complexos e uma resistência ativa.

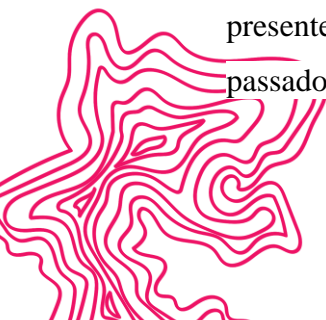


Em *Refino #3* e *Refino #4*, o açúcar é usado para cobrir e depois revelar obras de Jean-Baptiste Debret, subvertendo a representação escravizada. Novamente entrando na corrente do impulso historiográfico, Sant'ana revisita obras que são tomadas como cânones na história para criar fraturas sobre elas. Debret, artista francês, participante da Missão Francesa em 1816, teve uma importância inegável na elaboração do imaginário que contribuiu o processo de “invenção do Brasil” e de “construção da civilidade pela estética” numa perspectiva eurocêntrica (ALVES, 2020, p.7). As obras tidas como cânones, que estampam as páginas de livros didáticos e que são usadas em todo o momento como representação do Brasil colonial, favorecem a posição de inferioridade, de submissão e de violência. Sant'ana ao cobrir essas obras com o açúcar, e depois retirá-lo com uma colher, insiste na necessidade de revisitar, estranhar e interferir na historiografia brasileira.

Por fim, em *Refino #5 (Pés)* e *Sapatos de açúcar*, o artista coloca em jogo a questão da liberdade. Enquanto escravizados, a população negra não possuía a possibilidade de usar calçados. Assim, em *Refino #5 (Pés)*, Tiago, sobre obras feitas pelos viajantes europeus, cria uma moldura de açúcar destacando os pés descalços de escravizados. Por outro lado, em *Sapatos de açúcar*, Tiago esculpe sapatos feitos de açúcar, e através da fotografia, os tensiona no mar. Esse movimento mostra a fragilidade dos sapatos - símbolo de liberdade, que quando libertos, ex-escravizados compravam. Entretanto, a história mostra o quanto essa liberdade foi frágil e muitas vezes irreal. O artista tensiona no mar - segura os sapatos enquanto mergulha, esse movimento mostra a fragilidade do açúcar que pode se dissolver no mar a qualquer momento, mas que ainda sim, deve ser protegido.

Ora, as obras produzidas por Tiago estão a dialogar com tempos múltiplos. Com o tempo de agora, pois a imagem, como nos lembra Didi-Huberman (2013, p.40) não deve ser dissociada do agir global de uma sociedade nem do saber próprio de uma época, e porque a produção e os temas que surgem nelas surgem do “agora”, de um estado de nossa experiência presente de onde emergem, entre o imenso arquivo de textos, imagens ou testemunho, um momento de memória e de legibilidade (DIDI-HUBERMAN, 2019, p.22). Dialogam também com um passado, da escravidão, da colonização.

Essas obras dialogam com a temporalidade própria do regime estético das artes, onde múltiplas temporalidades coexistem. Sant'ana traz o passado violento da colonização para o presente, refletindo sobre as persistências e traumas. As obras se tornam dialéticas, trazendo o passado para o presente e abrindo os olhos sobre acontecimentos históricos, não apenas como



fotogramas finais, mas como imagens dinâmicas em constante diálogo com o presente.

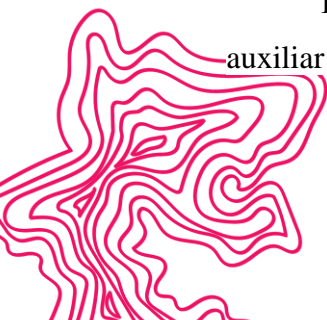
Compreendo também que o tempo que emerge nas obras de Sant'ana também dialoga com a memória, pois é ela quem decanta o passado de sua exatidão, ela quem configura o tempo, entrelaça suas fibras, assegura suas transmissões, devorando ao passado uma impureza essencial (DIDI-HUBERMAN, 2015, p.41). Ao trabalhar sobre obras de Debret, ou sobre engenhos, o artista baiano faz um jogo contra-memória, criando faturas sobre aquela já estabelecida, mas também invoca a memória como constituinte de suas obras: só foi possível tratar de temas que perturbam o presente diante de uma revista na memória formada sobre o período tratado. Daí emerge o anacronismo também: só é possível voltar ao passado pelo presente de nossos atos de conhecimento.

A análise das obras de Tiago Sant'ana nos revela que a arte pode ser uma potente ferramenta para refletir sobre questões históricas. A obra do artista baiano não se limita a representar o passado da colonização e suas repercussões no presente, mas sim a dialogar com uma multiplicidade de temporalidades heterogêneas, criando um campo de imagens aberto, sobreposto e multidimensional. A abordagem dialética presente nas obras de Tiago Sant'ana nos permite reconhecer a complexidade do tempo na arte, onde o passado, o presente e o futuro se entrelaçam. A imagem se torna anacrônica, desafiando a linearidade histórica e revelando a exuberância, a complexidade e a sobredeterminação das imagens. Essa dialética torna a obra de arte um ponto de encontro dinâmico de historicidades, uma síntese de múltiplas dimensões da vida, dos modos de agir, pensar e crer.

Ao olharmos para as obras de Tiago Sant'ana, percebemos que elas não são apenas produtos do passado, mas sim resultantes de movimentos provisoriamente sedimentados e cristalizados. Essas obras são mais do que meros objetos estéticos; elas contêm uma multiplicidade de movimentos históricos, antropológicos e psicológicos que vão além de seu contexto de produção.

Assim como Aby Warburg e Walter Benjamin, o artista parece reconhecer a imagem como um fenômeno antropológico real, uma cristalização da cultura em um momento específico da história. Ao fazer isso, ele transcende o mero registro temporal e coloca a imagem em diálogo com o presente, revelando as camadas e sobreposições que ela carrega.

Em conclusão, as obras de Tiago Sant'ana são um exemplo de como a arte pode nos auxiliar na reflexão sobre questões históricas e na compreensão do tempo e da memória. Seu



olhar crítico e criativo sobre o passado e o presente nos convida a revisitar a história de forma mais ampla e complexa, superando as fronteiras estanques dos períodos e enxergando a imagem como um nó de temporalidades. Assim, a arte se mostra como um poderoso meio de transformação da realidade e de construção de novas visões de mundo.

Referências

ALVES, Patricia Maria Macedo et al. **O imaginário escravista em algumas imagens da obra de Debret**: possibilidades de leitura. 2020.

BEIGUELMAN, Giselle. **Impulso historiográfico**. São Paulo: Peligro Edições, 2019.

BENJAMIN, Walter. **Sobre o conceito de história**. In: LÖWY, Michael. Walter Benjamin: Aviso de incêndio. Uma leitura das teses “Sobre o conceito de história”. São Paulo: Boitempo, 2005.

DE ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz. **Raros e rotos, restos, rastros e rostos**: os arquivos e documentos como condição de possibilidade do discurso historiográfico. ArtCultura, v. 15, n. 26, 2013.

DIDI-HUBERMAN, Georges. **A imagem sobrevivente**: História da arte e tempo dos fantasmas segundo Aby Warburg. Tradução: Vera Ribeiro. Editora Contraponto / Museu de Arte do Rio de Janeiro, 2013.

DIDI-HUBERMAN, Georges. **Diante do tempo**: história da arte e anacronismo das imagens. Tradução: Vera Casa Nova, Márcia Arbex. Editora UFMG, 2015.

DIDI-HUBERMAN, Georges. **Remontagens do tempo sofrido**: o olho da história, 2. Editora UFMG, 2019.

HARTMAN, Saidiya. **Vênus em dois atos**. Revista ECO-Pós, v. 23, n. 3, p. 12-33, 2020.

MARCONDES, Guilherme. **CONEXÕES DE CURA NA ARTE CONTEMPORÂNEA BRASILEIRA** / “Cure” connections in contemporary Brazilian art. Arte & Ensaios, v. 26, n. 40, p. 375-391, 2020.

RANCIÈRE, Jacques. **A partilha do Sensível**: estética e política. Tradução: Mônica Costa Netto. 2a Ed, São Paulo; Editora 34, 2009.

SCHWARCZ, Lilia. **“Com açúcar e sem afeto”**, 2018. Disponível em: <<https://www.simonecadinelli.com/critica-lilia-schwarcz>>. Acesso em: 31 jan 2023.



A Fantasia em tempos de guerra: um estudo sobre as relações de poder presentes no filme o Labirinto do Fauno

Milena Beatriz Vicente Valentim

Mestranda em Estudos da Linguagem - UFCAT

Email: milnavvalentim@gmail.com

Resumo: Este estudo analisa de acordo com o método arqueogenealógico de Michel Foucault, a constituição do sujeito pai/padrasto Capitão Vidal, bem como a posição de sujeito guia, assumida pelo Pan Fauno na obra cinematográfica *Labirinto do Fauno* (2006) que em sua narrativa conta a história de Ofélia, uma menina de 10 anos, que imersa em mundo de fantasia encontra um labirinto e um Fauno que assumem uma resistência a sua realidade. O estudo apontou que as condições de produção citadas constroem efeitos de verdade que possibilitam também o funcionamento de um conjunto de práticas que qualificam, autorizam e formam os sujeitos Fauno e o padraço. Além de que a presença de uma criança nesse filme permitiu a criação de um mundo mágico no qual a perspectiva infantil é organizada através da referência ao regime totalitarista, inter-relacionando-se ao mundo mítico da fantasia que, no filme supracitado, funciona como uma forma de resistência, pois a fantasia liberta Ofélia da opressão da casa de seu padraço.

Palavras-chave: Labirinto do Fauno, Michel Foucault, Análise do Discurso, Relações de Poder.

Introdução

Espanha, 1936: data que marca o início de um dos capítulos mais sangrentos do século XX em solo espanhol: A guerra Civil Espanhola. Tropas do Exército se organizaram contra as frentes populares socialistas e anticlericais que apoiavam a chamada Frente Popular Republicana apoiadas pelo presidente Manuel Azaña, e assim ocorrem diversos confrontos entre o exército e a guerrilha armada. 1º de abril de 1939, tropas do Exército nacionalista que apoiavam o general Francisco Franco, entram na capital Madrid vitoriosos, iniciando assim a ditadura Franquista.

É em meio a esse cenário de conflitos incessantes tanto na Espanha quanto em toda Europa, é que se passa a história do filme *O Labirinto do Fauno*, de Guillermo del Toro, em que Ofélia, uma menina de 10 anos, se muda da capital Madrid para o interior do país, juntamente com sua mãe, Carmen, uma mulher viúva, que se casa novamente com o capitão Vidal, um militar do Exército franquista.



Mesmo vivendo em situações extremas de horrores oriundos de incessantes conflitos bélicos, Ofélia não perde sua potência infantil, e passa a transitar entre a realidade opressora e violenta oriunda da ditadura franquista ao seu redor e a fantasia inerente ao mundo lúdico da infância. E é justamente em um desses momentos que ela conhece o Pan Fauno, junto às ruínas abandonadas de um antigo labirinto. Essa figura mítica se configura como o seu mentor do Reino Subterrâneo, no qual a menina seria a princesa herdeira do trono. O Pan Fauno, uma criatura misteriosa e dotado de boa oratória, estabelece três tarefas à Ofélia para que ela venha cumprir com o objetivo de herdar seu trono. Assim ele a conduz de forma a auxiliar em todas as ações da garota.

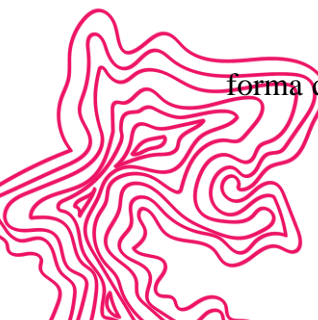
O nosso interesse na obra supracitada não advém somente pela temática enquanto recorte histórico de um período, mas justifica-se pelo enfoque que o filme traz quanto às questões ligadas ao papel social da família e constituição da infância em meio a um cenário de guerra. Da mesma forma, este estudo aborda, também como as questões políticas, a exemplo do totalitarismo e as relações de poder, se inscrevem na narrativa fílmica e incidem sobre os corpos dos sujeitos personagens.

Diante do exposto, temos como objetivo analisar no âmbito das relações de Poder o conjunto de práticas advindas das relações de poder exercidas pelo Pan Fauno em relação a condução de condutas de Ofélia, a partir dos apontamentos de Foucault (2003a; 2003b; 2004). Ademais, seguindo o método arqueogenalógico foucaultiano, analisaremos a posição do sujeito guia assumida pelo Pan Fauno, com o objetivo de refletir sobre as relações de poder no filme supracitado.

“Contos de Fada...você não está meio grandinha para isso?”: A guerra e mundo de Ofélia

“Espanha, 1944. A guerra civil terminou. Escondidos nas montanhas, grupos guerrilheiros ainda combatem o novo regime fascista, que luta para suprimi-los”. É a partir destas palavras grafadas com letras pequenas e brancas com uma formatação semelhante as letras de uma máquina de datilografia, ligadas a um fundo totalmente preto, que o filme *Labirinto do Fauno* (2006) apresenta o fato histórico e o recorte temporal partir do qual o espectador será conduzido por todo o longa-metragem.

A frase inicial incita um ar sério e ao mesmo tempo documental ao filme, da mesma forma que a sonoplastia de ventos, juntamente com uma melodia melancólica cantada em um



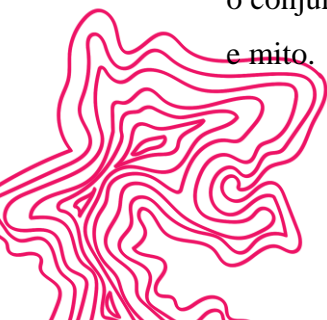
volume quase inaudível imprimem um cenário enigmático de terror e medo. Dessa forma, Guillermo del Toro captura seu espectador a partir do lugar de sujeito que imprime um ponto de vista singular acerca do que a historiografia traz sobre os anos de 1944 na Espanha. Ao passo que, nós, enquanto espectadores e conhecedores da história mundial, somos convidados a recuperar em nossa memória o que conhecemos a respeito do que ali será abordado, e desta forma, fazemos as devidas associações a elementos que inevitavelmente constituem esse cenário, como cenas de combates, explosões, bombardeios, prisões, torturas, entre outras.

O recorte temporal referente à Espanha trazido pelo filme corresponde ao período do pós-guerra civil, final da II Guerra concomitante aos primeiros anos do governo do General Franco, que permaneceu em vigor por quase 40 anos, ou seja, do ano de 1939 a 1975.

Juntamente com esse cenário de violência, censura e interdição do discurso é que o enredo nos apresenta a narrativa vivenciada por Ofélia, na qual nos introduz a um mundo fantástico, onde o conto de fadas e o horror habitam concomitantemente no interior do Labirinto do Fauno. A apresentação desse mundo maravilhoso é feita a partir do seguinte recorte enunciativo:

Conta-se que há muito, muito tempo, no Reino Subterrâneo onde não existe mentira nem dor, vivia uma princesa que sonhava com o mundo dos humanos. Ela sonhava com o céu azul, a brisa suave e o sol brilhante. Um dia, burlando toda a vigilância, a princesa escapou. Uma vez do lado de fora, a luz do sol a cegou e apagou da sua memória qualquer indício do passado. Ela se esqueceu de quem era e de onde vinha. Seu corpo sofreu com o frio, a doença e a dor. E, passados alguns anos, ela morreu. No entanto, seu pai, o rei, sabia que a alma da princesa retornaria talvez em outro corpo, em outro tempo e em outro lugar... (TORO, 2006).

Diante desse enunciado, percebemos a referência à tradição oral e a figura do contador de histórias, o qual se incumbia de transmitir os grandes contos, epopeias e cantigas que conhecia através da contação ou declamação em público. Dessa forma, temos, portanto, a revisitação a transmissão das histórias. Além dessa menção ao um mundo fantástico e maravilhoso em que o horror e a fantasia coexistem lado a lado, como já mencionamos anteriormente, há também a referência a fatos ligados à história espanhola como a ditadura franquista, que pode ser vista como condições de produção para o desenvolvimento da narrativa enquanto espaço; e acontecimento discursivo. Não há como negar que a presença desses elementos nos ajuda a analisar a constituição e historicidade dos sujeitos envolvidos, bem como o conjunto de práticas que os tornam sujeitos no filme, cujo enredo entrelaça discurso, história e mito.



A presença de Ofélia nesta história nos ajuda a compreender os elementos que constituem esse mundo fantástico e maravilhoso que pode ser visto sob a perspectiva da infância. Tais elementos atuam como um espaço paralelo, ou seja, um universo de fantasia coexistente com a realidade, inter-relacionadas a narrativa fílmica. A fantasia, dessa forma, aparece como elemento que constitui esse sujeito criança em tempos de Guerra. Sendo assim nos indagamos sobre o porquê houve a escolha de uma criança e o universo da fantasia como contraponto ao regime totalitário na Espanha.

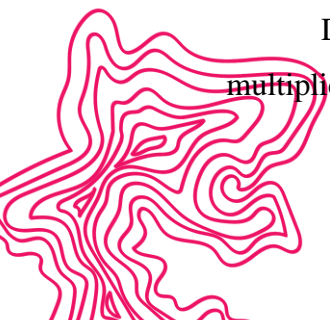
“É um labirinto, só um monte de pedras muito antigas que sempre estiveram aqui”

A obra cinematográfica *Labirinto do Fauno* (2006) conta através de sua narrativa a história de uma princesa, que deixa o reino subterrâneo para conhecer o mundo dos humanos. Ofélia, uma menina de 10 anos, encontra o labirinto, que é a chave para o seu retorno ao reino encantado. Lá ela conhece o Pan Fauno, uma criatura mitológica, meio humana e meio bode, que lhe conta sobre o reino no qual ela reinaria como princesa, mas, que para alcançá-lo a partir de um portal no centro do labirinto, ela precisaria cumprir três tarefas em um curto espaço de tempo, antes da lua cheia, e em caso de êxito, ela retornaria para o seu reino.

É assim que a nossa heroína se permite ser conduzida pelo Fauno. O Fauno, (do latim *Faunus*; *Favere*), ser afável, o benéfico, que na antiguidade clássica era o deus da fecundidade e produtividade romana, tanto para a humanidade quanto para a terra. Este ser que na mitologia clássica “é representado como um ancião de longa barba, vestido com pele de cabra (...)”, é aquele que recebe a incumbência de guiar Ofélia de volta ao reino subterrâneo. Por ser considerado o guardião das plantações e dos rebanhos (GRIMAL, 1993), se torna o mentor e protetor da nossa princesa. Desta forma, percebemos que o posicionamento do Fauno que nos é retratada no longa-metragem, se assemelha ao conferido ao deus grego Pã, justamente por seu caráter protetor, especialmente dos ataques dos lobos. (GRIMAL, 1993).

Ao analisarmos as condições de produção acima citadas e as forças que aqui incidem, observamos algumas formas específicas de ação destas forças, ou seja, a microfísica do poder operante sobre os corpos que estão em relação com ele, mais especificamente o Pan Fauno enquanto condutor das condutas de Ofélia.

De acordo com Foucault (1999) o poder é algo heterogêneo e existe como uma multiplicidade de forças dentro de um mesmo domínio. Não pertence a uma categoria ou



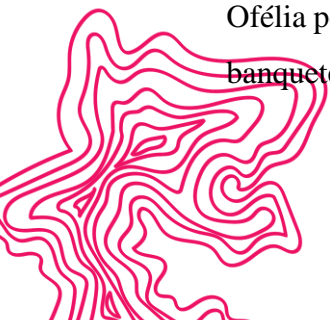
instituição, não se opera apenas pela lógica da dominação, da regra, da relação de autoridade de um para com o outro ou através da lei. Para Foucault, o poder é multifacetário e atua em várias instâncias, por essa razão que o autor o denomina como microfísico (PIZA, 2014).

Ao observarmos no filme a relação de poder existente entre o Pan Fauno e a menina Ofélia podemos estabelecer um paralelo entre o poder centrado na figura do pastor, neste caso específico, o fauno enquanto guia ou mentor; e isso pode nos remeter uma das formas mais antigas de governabilidade, conhecida como poder pastoral. O poder pastoral, de acordo com Foucault (2003a; 2003b; 2004), é um poder exercido mediante a autoridade de um guia, que nesta configuração seria um pastor, que metaforicamente guiaria o seu próprio rebanho. “O pastor é aquele que zela. ‘Zelar’, é claro, no sentido de vigilância do que pode ser feito de errado, mas principalmente como vigilância a propósito de tudo o que pode acontecer de nefasto” (FOUCAULT, 2008, p.171). Assim podemos afirmar que o Pan Fauno ao ocupar a posição sujeito de guia, está zelando por Ofélia, pois a cada missão que a menina necessita cumprir ele a instrui e ao mesmo tempo a adverte sobre a possibilidade do descumprimento de alguma regra pré-estabelecida.

Essa tipologia de poder possui características que o define e o diferencia de outras configurações de poder. Em primeiro lugar ressaltamos que o poder pastoral é um exercício de poder que se incide sobre os corpos, sobre o sujeito e não sobre o Estado. Por exemplo, a ovelha pasta em uma campina, mas é pastor que a apascenta. O poder que é dado ao pastor estabelece o local onde as ovelhas devem pastar e não se desprenderem do rebanho. O poder que é conferido ao Pan Fauno, no filme, o autoriza, a partir do discurso mítico a direcionar Ofélia por onde ela deve ir, e o que ela deve fazer para ser bem sucedida e retornar ao reino subterrâneo.

A definição de poder como uma ação sobre ações possíveis descreve a ação de conduzir condutas. Essa ação pode ser sobre as ações presentes ou futuras de um sujeito coletivo, grupo, comunidade, população, logo com caráter totalizante, ou ainda, sobre ações presentes ou futuras de indivíduos e ter natureza individualizante (SANTOS, 2016, p.262).

Somente haverá um sujeito a ser guiado se houver um sujeito que o conduza. Sem o direcionamento do Fauno, na obra cinematográfica em discussão, Ofélia não conseguiria cumprir as três tarefas com êxito, e mesmo sob essa orientação, a menina ainda assim resiste, e ingere a fruta proibida. Tal fato é muito marcante na cena em que o fauno se aborrece com a Ofélia pelo descumprimento das regras estabelecidas por ele, quando ela come a comida de um banquete. A menina é advertida da proibição de ingerir qualquer alimento durante a realização



da prova. Mas, como a menina ingere uma fruta da mesa do guardião do punhal, portanto, ela será punida. O guardião acorda, ingere duas das fadinhas que protegem Ofélia, e o Fauno a corrige negando-lhe o direito ao trono. Para se defender a menina o implora que a perdoe pelo erro cometido.

Segundo Foucault, a modernidade propiciou o surgimento do poder disciplinar na esfera dos indivíduos e na sociedade, no plano da coletividade. O poder disciplinar surge para substituir o poder pastoral (ligado ao âmbito religioso), poder esse que era exercido de forma vertical por um pastor dependente de seu rebanho e de um rebanho dependente de seu pastor (RAITZ; FERREIRINHA, 2010).

No campo político, a sociedade veio substituir o poder do soberano advindo da lógica pastoral, mesmo não sendo um poder com tendências salvacionistas, e nem individualizante. Por causa disso, surge o poder disciplinar para preencher esse espaço que havia permanecido vazio, com efeitos individualizantes, vigilante, a fim de formar o campo político (RAITZ; FERREIRINHA, 2010). Em diálogo com esses apontamentos teóricos, observamos no filme que, a todo momento o Fauno, além de ocupar a posição sujeito de guia e mentor, desenvolve também uma relação com o propósito de conduzir as condutas da menina. Essa condução de condutas atua de forma a atingir determinados resultados sendo, portanto, um exercício de poder que constitui o sujeito - no caso Ofélia - e suas práticas.

Podemos afirmar que a relação de poder que ocorre entre o Fauno e a menina Ofélia possui um caráter direcionador, se aproximando ao poder pastoral. Dessa forma, essa configuração de poder, ou seja, o exercício de guia desempenhado pelo Fauno, se constituiu como um exercício de governabilidade qual destina-se ao alcance do reino subterrâneo encantado. Em vista disto, entendemos que o exercício de poder, entre os sujeitos se assemelha a “intervenção permanente na condução cotidiana, na gestão das vidas (...)” (FOUCAULT, 2008, p.58). Nessa situação, o Fauno a guia através de três tarefas, gerenciando os atos da menina de forma que ela venha a cumprir o que lhe foi prescrito. Tal gesto tem o objetivo de evitar que a menina possa sofrer possíveis punições, devido ao descumprimento dos trabalhos ela se torne a princesa do Reino Subterrâneo.

Percebemos que, no filme, a presença da fantasia de portal, permitiu a criação de um mundo mágico no qual a perspectiva infantil de Ofélia é organizada através da revisitação a um momento histórico somado a um espaço mítico paralelo, isto é, o “Era uma vez” presente, tanto

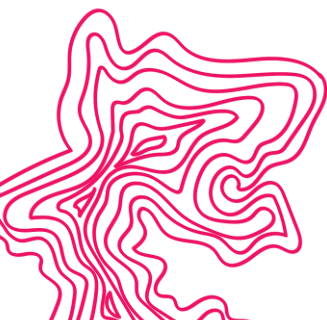


no romance quanto no filme, que nos direciona a pensar em produções artísticas destinadas para crianças. Tal fato assume um caráter de resistência frente a realidade opressora da guerra, marcado pelo autoritarismo, assumido pelo Capitão Vidal e as questões históricas que o constituem enquanto sujeito.

A resistência a esse poder autoritário, no qual Ofélia é inserida, se efetiva por meio da fantasia vivenciada pela menina, devido aos fatos cotidianos que ela presencia, enquanto uma criança residente em um quartel general militar improvisado, durante um período marcado pelos horrores da guerra, pois, o “poder não se coaduna com violência, mas é correlato da resistência” (FRANÇA, 2016, p.21). Por isso podemos afirmar que essa resistência é um produto direto das relações de poder que se exercem sobre Ofélia, como nos menciona França (2016), parafraseando uma premissa foucaultiana que diz: “enquanto há resistência, há poder, há embate de forças, há possibilidade de resposta, por isso onde há poder, há resistência” (FRANÇA, 2016, p.21). E essa história do Reino Subterrâneo configura-se como um gesto potente da narrativa fílmica, pois visa a defesa de sua própria liberdade enquanto sujeito, já que o enunciado “Era uma vez” é o elemento responsável por transporta-la diretamente para além do labirinto, espaço no qual ela seria membro da realeza ao lado de seus pais.

Nesse sentido, o cuidado exercido pelo Pan Fauno vem propiciar uma espécie de relacionamento com a menina baseado na observância dela para com ele, e dele para com Ofélia. Ele como seu súdito fiel, guia, e ela enquanto a princesa que necessita de um conselheiro. Além do mais, não podemos afirmar que tal relacionamento baseia-se no caráter dominador, pois a menina ainda possui liberdade de escolha, como ocorre na cena do banquete anteriormente citada, quando ela escolhe não obedecer e ingere uma uva da mesa do gigante. Ofélia poderia, também, ter se recusado a não seguir o encaminhamento dado pelo Fauno; ela aceita as propostas e as segue, demonstrando a dimensão positiva das relações de poder, pois “sabe-se muito bem que o poder não é o mal!” (FOUCAULT, 2006, p.284), tal como se vê nesta analítica foucaultiana. Da mesma forma, podemos considerar esse exercício de poder como uma relação, pois:

(...) as relações de poder são assimétricas, mas o diferencial que permite uma força prevalecer sobre a outra, o elemento de desequilíbrio, pode ser modificado, invertido e isso é característico das relações de poder. Conceber o poder como relação implica afirmar sua existência exclusivamente como ato, daí a afirmação de que o poder se exerce, é operatório, em detrimento do suposto que se possa tê-lo, de que seja uma propriedade. Mas é preciso ainda destacar a ideia igualmente singular de que o poder é produtivo, ideia que traz um aporte de positividade ao poder que não se concebia



antes de Foucault. Dizer que o poder é produtivo é situá-lo no campo da construção social da realidade. De maior importância, temos o fato do poder construir as múltiplas possibilidades e condições de sermos sujeitos. De maneira geral as relações de poder, como concebidas por Foucault, não são marcadas pela negatividade, ou recortadas por valores (SANTOS, 2016, p.278).

Dessa forma, compreender o poder como uma relação compõe a ideia de que toda relação entre os sujeitos é transpassada pela relação de poder. Toda relação social, relações humanas ou afetivas, são relações de poder, pois há ação sobre as ações possíveis, condução de condutas, que se realizam entre sujeitos livres.

quando se define o exercício do poder como um modo de ação sobre a ação dos outros, quando o caracterizamos pelo "governo" dos homens uns sobre os outros – no sentido mais largo do termo – inclui-se, nesse caso, um elemento importante: a liberdade. O poder não se exerce senão sobre "sujeitos livres" e enquanto são "livres" – entendamos por isso sujeitos individuais ou coletivos que têm diante de si um campo de possibilidades no qual muitas condutas, muitas reações e diversos modos de comportamento podem ter lugar. Onde as determinações estão saturadas, não há relações de poder: a escravidão não é uma relação de poder quando o homem está acorrentado (trata-se, então, de uma relação física constrangedora), mas somente quando o homem pode movimentar-se e, no limite, fugir (FOUCAULT, 2004^a, p.237-238)

Em concordância com a discussão acima afirmamos que a partir da perspectiva da criança o labirinto se torna a chave para uma nova realidade. A dimensão da fantasia liberta, “e uma vez que a resistência é a forma de investir contra o poder e virar o jogo” (FRANÇA 2016, p.24), o mito é a janela para fora dos horrores vivenciados por Ofélia. O mito aparece como um recorte do passado suscitando discussões sobre as relações de poder. A narrativa do período histórico de 1944 se desenvolve concomitante ao conto de fadas e não de outra forma devido a própria constituição de Ofélia enquanto sujeito, e sua própria posição sujeito assumida no filme.

Ofélia responde aos horrores que a cercam criando. A sua resistência é inventar saídas. A menina resiste criando outros mundos buscando outras vidas possíveis, pois o seu mundo a impele a dor e a indiferença. Nessa esfera, pode-se considerar o fantástico como um foco de resistência, como algo que atua na subjetividade de um sujeito e age como instrumento libertário do totalitarismo, da interdição de discurso e da coerção. Nesse caso, essa resistência se encontra em oposição ao regime totalitário que ela vivencia todos os dias.

a resistência se dá, necessariamente, onde há poder, porque ela é inseparável das relações de poder, assim, tanto a resistência funda as relações de poder, quanto ela é, às vezes, o resultado dessas relações; na medida em que as relações de poder estão em todo lugar, a resistência é a possibilidade de criar espaços de lutas e agenciar possibilidades de transformação em toda parte (REVEL, 2005, p.74).



Dessa forma, o próprio sujeito interfere em sua vida, em seus próprios modos de subjetivação, constituindo-se assim um sujeito apto a enfrentar o ambiente ditatorial em que vivia.

Considerações Finais

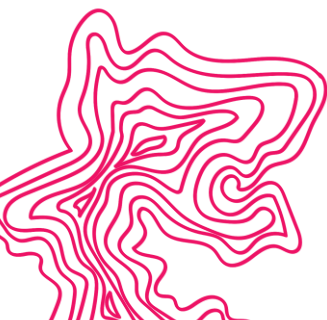
Por meio do filme “O Labirinto do Fauno”, podemos fazer uma viagem pelo fantástico presente na narrativa fílmica somada a fantasia infantil de Ofélia que evidencia a constituição dela enquanto sujeito. Assim, a sétima arte nos traz o que os contos de fada podem nos contar, a evocação do mito de um Fauno e o labirinto como uma espécie de portal rumo à fantasia.

Da mesma forma que conhecemos o labirinto e o seu ilustre habitante, revisitamos a memória de um recorte temporal correspondente a um dos momentos mais sangrentos da história espanhola, o final da Segunda Guerra Mundial concomitante ao primeiro ano de Ditadura Franquista resultante “de uma guerra civil legal que permitiu a eliminação física não só dos adversários políticos, mas também de categorias inteiras de cidadãos que, por qualquer razão, pareciam não integráveis ao novo sistema político” (AGAMBEN, 2004, p.13).

As memórias do franquismo, referenciadas no filme, a todo o momento nos evocam reflexões a respeito dos mecanismos de repressão e técnicas disciplinares utilizadas por um Estado totalitarista, no qual “o poder era concentrado nas mãos de um único homem e com o objetivo de reduzir todos os outros homens à absoluta e radical impotência” (ARENDRT, 2008, p.365).

As condições de produção, que servem como emergência discursiva para o desenvolvimento de relações de poder evidenciadas no corpus analisado, produzem efeitos de verdade que possibilitam também o funcionamento de um conjunto de práticas que qualificam, autorizam e formam os sujeitos Pan Fauno, o padrao capitão Vidal e Ofélia. Esse poder operante, enquanto verdade, se institui nos discursos totalitaristas, e por depender do próprio regime de verdade para funcionar, compreendemos que as relações de poder discutidas no filme tratam-se de um conjunto de ações sobre ações. Como afirma Foucault:

para assinalar simplesmente, não o próprio mecanismo da relação entre poder, direito e verdade, mas a intensidade da relação e sua constância, digamos isto: somos forçados a produzir a verdade pelo poder que exige essa verdade e que necessita dela para funcionar, temos de dizer a verdade, somos coagidos, somos condenados a confessar a verdade ou encontrá-la (FOUCAULT, 1999, p.29).



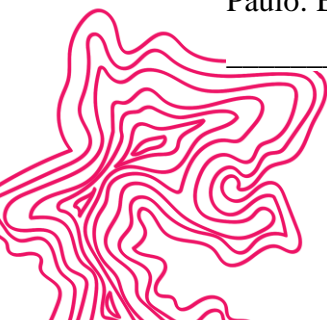
E por fim, ao observamos a inclusão, na narrativa fílmica, o olhar subjetivo de Ofélia, o olhar infantil. Acreditamos que isso se tornou propício à formação de um plano no qual a narrativa histórica e o Fantástico existissem concomitantemente. A presença de uma menina de 10 anos, nesta obra cinematográfica, permitiu a criação de um mundo mágico em que a sua perspectiva infantil é organizada por meio da revisitação a um momento histórico inter-relacionado a um mundo mítico paralelo como foco de resistência.

Diz-se que a princesa voltou para o reino de seu pai, e reinou com justiça e bondade por muitos séculos, que foi amada por seus súditos e que deixou detrás de si, poucos rastros de sua existência, visíveis somente para aqueles que saibam onde olhar (TORO, 2006).

Aqui, o “Era uma vez” liberta Ofélia da sua realidade concreta e assim a permite adentrar ao labirinto e atravessar o portal.

Referências

- AGAMBEN, Giorgio. **Estado de Exceção**. Tradução Iaci Poletti. São Paulo. Boitempo, 2004.
- _____. O que é um dispositivo? In AGAMBEN, Giorgio. **O que é contemporâneo?** e outros ensaios. Chapecó: Argos, 2009.
- ALMEIDA, Ângela Mendes de. **Pensando a família no Brasil: da colônia a modernidade**. Rio de Janeiro: Espaço e Tempo: Ed. da UFRJ, 1987.
- ARENDT, Hannah. **Origens do Totalitarismo: anti-semitismo, imperialismo e totalitarismo**. 3 ed. Tradução Roberto Raposo. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.
- _____. Sobre a natureza do Totalitarismo: uma tentativa de compreensão. In: **Compreender Formação, exílio e totalitarismo**. Tradução de Denise Bottmann. Belo Horizonte, Editora UFMG, 2008.
- BALANCHO, Leonor Segurado. **Ser pai hoje: a paternidade em toda a sua relevância e grandeza**. Curitiba: Juruá, 2013.
- FERREIRINHA, Izabella Maria Nunes; RAITZ, Tânia Regina. **As relações de poder em Michel Foucault: reflexões teóricas**. Rev. Adm. Pública vol.44 no.2 Rio de Janeiro Mar./Apr. 2010. <https://doi.org/10.1590/S0034-76122010000200008>. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-76122010000200008. Acesso em 26/03/2021.
- FIUZA, Adriana Aparecida Figueiredo. **Representações do Franquismo e o Conto de fadas em El Laberinto Del Fauno de Guillermo del Toro**. Revista de Literatura, História e Memória VOL. 7 - Nº 10- 2011 ISSN 1809-5313 UNIOESTE / CASCAVEL P. 115-125.
- FOUCAULT, Michel. **Vigiar e Punir: nascimento da prisão**. 10ª ed. Petrópolis: Vozes: 1993.
- _____. **A Ordem do Discurso**. Trad. Laura Fraga de Almeida Sampaio. 3ª edição. São Paulo: Edições Loyola, 1996.
- _____. Sobre a história da sexualidade. In: M. Foucault, **Microfísica do poder**.



Rio de Janeiro: Graal, 1995.

_____. **História da Sexualidade1: A vontade de saber**. 13ª ed. Rio de Janeiro: Graal, 1999.

_____. O Cuidado com a Verdade. In: FOUCAULT, M. **Ditos e Escritos**, v. IV. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2003a.

_____. Sexualidade e Poder. In: FOUCAULT, M. **Ditos e Escritos**, v. IV. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2003b.

_____. Omnes e Singulatim: uma crítica da Razão Política. In: FOUCAULT, M. **Ditos e Escritos**, v. V. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2004a.

_____. A ética do cuidado de si como prática de liberdade. In: M. B. Motta (Ed.), **Ética, sexualidade, política**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2004b.

_____. Verdade, poder e si mesmo. In: MOTTA, Manoel Barros da. **Foucault: ética, sexualidade, política**. Rio de Janeiro: Forense, 2006.

_____. **Segurança, território, população**. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

_____. **A Arqueologia do Saber**. 8ª edição, Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2012.

FRANÇA, Greyce Kelly Cruz de Sousa. **Uma teoria do poder em Foucault**. Cadernos do PET Filosofia, Vol. 8, n. 16, 2006, p.19-27.

GRIMAL, Pierre. **Dicionário da mitologia grega e romana**. Rio de Janeiro: Bertrand, 1993.

JULIÁ, Mercedes. **Las ruinas del pasado: aproximaciones a la novela histórica posmoderna**. Madrid: De la Torre, 2006.

MENDLESOHN, Farah. **Rhetorics of Fantasy**. Connecticut - USA: Wesleyan University Press, 2008.

PIZA, Lícia Frezza. **Discurso e poder: o controle do que dizemos na rede visto pela política de privacidade do Google**. Domínios de Linguagem - v. 8, n. 1 (jan./jun. 2014) - ISSN 1980-5799. Disponível em: (http://www.seer.ufu.br/index.php/domínios_delinguagem). Acesso em: 26/03/2020.

POSTER, Mark. **A segunda era dos médios**. Oeiras – Portugal: Celta, 2000.

REVEL, Judith. **Michel Foucault: Conceitos essenciais**. São Paulo: Clara Luz, 2005.

RIBEIRO, Joana Marques; ALVES, Syntia Pereira. **Memória e Mito entrelaçados em o Labirinto do Fauno**. Aurora, 11: 2011. Disponíveis em: www.pucsp.br/revistaaurora. Acesso em: 20/02/2021.

SANTOS, Paulo Rodrigues do. **A concepção de poder em Michel Foucault**. Cadernos de Ciências Humanas.v. 16, n. 28, jan./jun. 2016, p. 261-280.

SABBADINI, Andréia. **O Labirinto do Fauno**. Jornal de Psicanálise. Versão impressa. J. psicanal. vol.47 n.87 São Paulo dez. 2014.

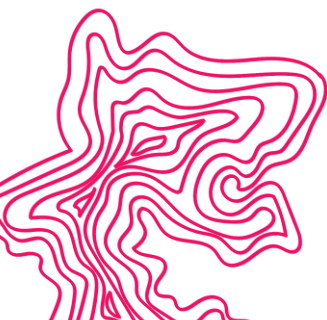
SARAIVA, Karla. **Governar a distância para governar melhor**. In: Encontro Nacional de Didática e Prática de Ensino – ENDIPE, Belo Horizonte: UFMG, 2010. V. único.

SOUZA, Pedro Emanuel Quintino. O Labirinto do Fauno e os monstros históricos de Guillermo del Toro. In CARVALHO, João Carlos Firmino Andrade de; CARVALHO, Ana Alexandra



Seabra de. **O monstruoso na literatura e outras artes**. Projecto UID/ELT, Centro de Literaturas e Culturas Lusófonas e Europeias, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, Junho de 2018.

TORO, Guillermo Del. **O Labirinto do Fauno** (El Laberinto del Fauno). ESP/MEX/EUA: Estúdios Picasso, Tequila Gang e Esperanto Filmoj, 2006, 119 minutos.



Apropriações retóricas do passado

Raquel Baptista Mariani

Mestranda – UNICAMP

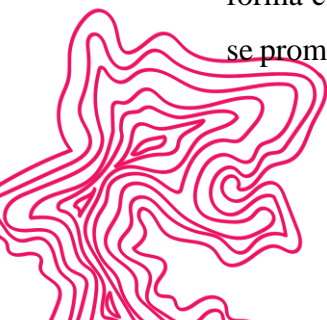
Lina Alegria

Mestranda – UNICAMP

Considerando a temática do XI EPHIS, “Narrativas em disputa: nostalgia, identidades e apropriações do passado”, nos parece extremamente importante a organização de um Simpósio Temático cujo objetivo seja discutir, metodologicamente, as formas de apropriação discursiva de elementos, imagens, símbolos, mitos e afins do passado, tanto na análise de fontes, quanto na produção historiográfica. Nesse sentido, a composição deste simpósio se justifica pela capacidade de reunir trabalhos de diferentes recortes temáticos e temporais, os quais se unificam ou se aproximam por um procedimento de investigação pouco discutido na historiografia: a análise retórica. Aqui concebida, de forma genérica, como estudo do conjunto de estruturas discursivas, variáveis no tempo, que tem como objetivo convencer ou persuadir seus interlocutores.

Esta formatação abre inúmeras possibilidades de apresentações, podendo englobar as seguintes possibilidades: investigações de história da historiografia (como historiadores, de diversos períodos históricos, se apropriaram de recursos argumentativos e estéticos da retórica para construir seu texto); trabalhos de teoria da história (qual o lugar da retórica e da estética na construção do saber historiográfico); estudos que privilegiam a análise de estruturas argumentativas em fontes dos mais diferentes contextos históricos (como é o caso da pesquisa das duas candidatas a organizadoras de simpósio: uma estuda os recursos de mobilização do legado iluminista francês para constituição de um sentimento patriótico na poesia de resistência durante a Segunda Guerra Mundial; a outra, analisa as escolhas retóricas a partir das quais Marie de Gournay - 1565-1645 - se apropria de uma antiguidade idealizada na sua defesa da igualdade entre homens e mulheres); e, finalmente, discussões de caráter estritamente metodológico (como estudos acerca de autores de referência e procedimentos de pesquisa).

As discussões estabelecidas no ST, assim, propiciariam investigar e discutir não os diversos usos políticos de variados passados, nos mais diferentes contextos históricos, mas a forma como essas apropriações são feitas. Como se atualizam, discursivamente, mitos? Como se promove o engajamento com referências antigas, tornadas novas? Como os diferentes modos



de apropriação se transformaram diacronicamente? E como as próprias estruturas textuais, quando analisadas a partir do sistema retórico difundido em um contexto específico, pode permitir uma reaproximação com o sistema de pensamento, de valores e sentimentos passados, que nos parecem, hoje, inacessíveis?

De forma sintética, em um cenário de narrativas constantemente disputadas, a análise retórica como ferramenta de estudo tanto de fontes históricas quanto de textos historiográficos pode contribuir para uma prática histórica crítica, assim como para uma escrita da história consciente de suas escolhas discursivas e de suas implicações.



Pensar a nostalgia: estrutura retórica e abordagens teórico-metodológicas.

Rebecca Rozas

Mestre em História (PPGHIS – UFRJ)

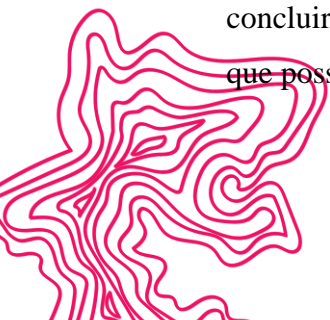
e-mail: rebeccarozas@gmail.com

Resumo: Para esta comunicação proponho uma reflexão de caráter teórico-metodológico sobre o fenômeno da nostalgia, fruto do trabalho que desenvolvi recentemente na minha dissertação. A apresentação começará destrinchando o percurso dos estudos acadêmicos sobre a nostalgia, em especial a partir da década de 1970, enfatizando a interdisciplinaridade do campo. Depois, a partir das proposições dos teóricos Svetlana Boym e Andreas Huyssen, analisarei como a História da nostalgia caminha lado a lado com os processos desencadeados pela modernidade, como o luto decorrente de deslocamentos radicais, o surgimento de certa noção secular de progresso e uma sensação de irreversibilidade temporal. Desta forma, no modo como se manifesta na atualidade, a nostalgia pode ser apreendida como um “efeito colateral” da condição moderna, indissociável do desejo por um senso de comunidade e continuidade identitária frente às rupturas históricas. A segunda parte da apresentação dará enfoque à estrutura retórica da nostalgia, que costuma ser entendida como a forma de significar positivamente um passado perante as carências que condicionam o presente. Para Stuart Tannock, a investigação da nostalgia deve separar a estrutura retórica do sentimento em si da “crítica do conteúdo”, do autor e da audiência de uma narrativa nostálgica – ou seja, quem é nostálgico e pelo que, no nome de qual comunidade. Esta separação elucida que a “narrativa do declínio” não é necessariamente reacionária (apesar de ser geralmente interpretada assim). Por fim, tentarei demonstrar como os estudos sobre a nostalgia, ao encará-la como um modo de recordação multifacetado, podem abrir possibilidades de análise para historiadores e pesquisadores dos estudos de memória que desejam se debruçar sobre o problema das apropriações nostálgicas do passado e seus impactos nas imaginações do futuro.

Palavras-chave: Nostalgia, Estudos de memória, Prática retórica.

Introdução

O objetivo central da comunicação que apresentei no XI EPHIS (UFMG) em maio de 2023 foi estimular uma reflexão de caráter teórico-metodológico sobre o fenômeno da nostalgia. Para estruturar este texto, seguirei o mesmo percurso da apresentação. Assim, me debruço primeiro sob o que é a nostalgia e como podemos entender a sua estrutura retórica. Depois, pretendo destrinchar os estudos acadêmicos sobre a nostalgia, em especial a partir da década de 1970, enfatizando a interdisciplinaridade do campo. A abordagem de Svetlana Boym nos guia em seguida, já que a crítica literária russa oferece interessantes perspectivas sobre uma genealogia do conceito e sobre a relação entre a História da nostalgia e a Modernidade. Para concluir, abordo algumas agendas de pesquisa possíveis para pesquisadores de áreas diversas que possuem interesse em pensar a nostalgia.



Parte I

Geralmente assumimos que a nostalgia é um sentimento humano universal. Ela costuma ser entendida como a forma de significar positivamente um passado em contraste com um presente em que algo se perdeu, prática retórica que pode ser entendida enquanto “narrativa do declínio”. Seguindo a estruturação de Tannock (1995), a retórica da nostalgia segue um enredo específico: havia um mundo pré-lapso (eras douradas, sociedades pastoris, o tempo de infância, o Paraíso); um lapso (uma descontinuidade, uma catástrofe, a Queda); e, por último, o presente: o mundo pós-lapso (em que há uma falta fundamental, uma carência – o tempo do Paraíso Perdido). Assim, por desejar reestabelecer uma temporalidade e/ou um espaço para os quais não há a possibilidade de retorno, a nostalgia costuma ser interpretada como uma narrativa reacionária. Conforme veremos, as questões envolvidas em seus usos e funções sociais complexificam esta ideia, mostrando que há outras formas de explorá-la.

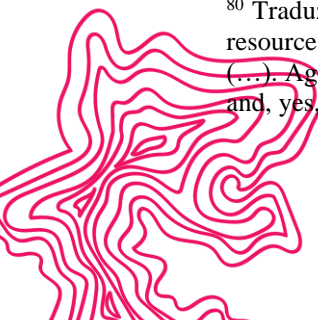
Parte II

A emergência do interesse acadêmico na nostalgia aconteceu sobretudo no final dos anos 70, e relaciona-se a uma série de contextos políticos, sociais e culturais. Em primeiro lugar, alguns autores observam o advento de uma “cultura nostálgica” a partir da década de 60 e 70, em especial na realidade norte-americana. Este momento foi marcado por transformações sociais, pela expansão das mídias no cotidiano e a subsequente comercialização da nostalgia por meio da cultura popular. David Lowenthal foi um dos primeiros historiadores a tratar da nostalgia nos Estados Unidos. De acordo com ele:

O mal-estar do presente e a desconfiança no futuro alimentaram a nostalgia dos anos 1970, quando as ameaças de esgotamento de recursos, de colapso ecológico e de um Armagedom nuclear transformaram o passado em um refúgio para a angústia. (...) Contra os desânimos de Suez e do Vietnã, do petróleo e da inflação, os ‘tempos que já passaram’ continham a promessa de que ‘a vida já foi habitável’ e sim, se olhássemos atenção para alguma coisa de correto em nosso passado, o presente poderia ser positivo novamente⁸⁰ (LOWENTHAL, 1985, p. 36).

A circulação cultural de nostalgia em questão também é inseparável da consolidação de movimentos conservadores nos anos 80, como a Era Reagan nos Estados Unidos (1981 – 1988) e a Era Thatcher na Grã-Bretanha (1979 – 1990). A respeito da primeira, Lowenthal nota como Reagan tinha o projeto político-cultural de reviver os valores míticos da família norte-americana

⁸⁰ Traduzido do original: “present malaise and future mistrust fuelled nostalgia from the 1970s, when threats of resource exhaustion, of ecological collapse, of nuclear Armageddon made the past a haven from millennial angst. (...) Against dismays of Suez and Vietnam, oil and inflation, bygone times promised ‘that life was once liveable and, yes, yes, if we looked long and hard enough at some right thing in our past, it would be right again.



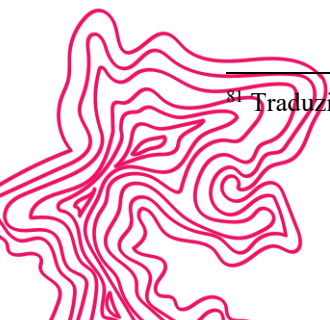
dos anos 50, contando com a ajuda de *Hollywood* – ver filmes como *De Volta Para o Futuro* (1985), por exemplo. Em suma, o período entre os anos 60 e finais de 80 observaram a crescente “inculcação de nostalgia” em mercadorias como uma estratégia de *marketing* que estimula o sentimento de saudade nos consumidores. Appadurai (1996, p. 78) define este fenômeno como “nostalgia artificial”⁸¹: a nostalgia sem experiência vivida ou memória histórica coletiva.

Feita esta introdução, podemos dizer que os estudos acadêmicos sobre a nostalgia não compõem uma área de pesquisa consolidada, havendo contribuições interdisciplinares da Psicologia, Antropologia, História, Crítica Literária, Estudos Culturais e Filosofia. Por fim, eles têm uma trajetória inseparável dos Estudos de Memória no contexto da virada linguística, quando ascendeu uma abordagem interessada na maneira como as pessoas e as sociedades recordam, esquecem e reinterpretam o passado. A partir de trabalhos seminais, a nostalgia passou a ser entendida pela literatura acadêmica como um fenômeno que acontece em dois níveis principais: ora como produto da subjetividade individual – a evocação imaginada de um “eu do passado” (RÍTÍVOÍ, 2002) –, ora como uma experiência cultural coletiva (WILSON, 2005). Detalharei a seguir algumas contribuições importantes que nos ajudarão a aprofundar o entendimento da nostalgia enquanto uma prática retórica.

O crítico literário e historiador suíço Jean Starobinski (1966) foi um dos primeiros autores a propor uma abordagem multidisciplinar para a compreensão da nostalgia, combinando elementos da História, da Psicologia e da Literatura. Sua influência pode ser percebida até hoje. Uma de suas contribuições mais importantes, além da exploração da História do conceito, foi seu entendimento da nostalgia como um sentimento ambivalente, que envolve tanto o prazer quanto o sofrimento. Apesar de complexa e contraditória, a nostalgia refletiria a consciência histórica do indivíduo e sua busca por continuidade identitária. Entretanto, Starobinski alerta para os perigos da fixação excessiva no passado, que faria o nostálgico perder sua capacidade de adaptação.

O sociólogo Fred David (1979) forneceu a primeira discussão aprofundada sobre os aspectos sociais da nostalgia. Ele argumenta que as reações nostálgicas são respostas às ameaças de descontinuidade identitária no presente, entendimento similar ao de Starobinski. Isto ocorreria devido à ruptura do indivíduo de um passado lembrado pela imaginação, como a pátria, a família ou a comunidade.

⁸¹ Traduzido da expressão “ersatz nostalgia”.



Já para Doane e Hodges (1987), a nostalgia não é apenas um sentimento. Ela é, simultaneamente, uma prática retórica – essencialmente reacionária. A partir de algumas abordagens propostas por estas autoras, Stuart Tannock (1995) mobiliza Raymond Williams para entender a nostalgia como uma estrutura geral de sentimento, que cria tanto possibilidades quanto limitações à interpretação histórica e às ações de indivíduos. O posicionamento de Tannock também retoma a análise de Fredric Jamenson (1969) sobre a “consciência nostálgica” a partir da perspectiva de Walter Benjamin, para quem a nostalgia poderia ser uma forma de esquecimento “positiva”. Indo além, de acordo com Tannock ela seria uma prática retórica em que as noções de descontinuidade e continuidade são igualmente importantes. O autor afirma:

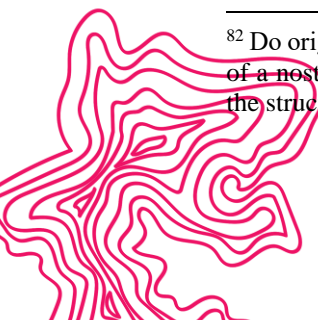
Precisamos separar, na crítica da nostalgia, a crítica do conteúdo, do autor e da audiência de uma narrativa nostálgica – quem é nostálgico e pelo que, no nome de qual comunidade – da crítica pela estrutura da nostalgia em si – a avaliação positiva do passado como resposta a um presente “negativo”⁸² (TANNOCK, 1995, p. 456).

Para finalizar, nos perguntamos: o que mudou com o avançar da literatura acadêmica sobre o tema? Existe uma tradição que compreende a nostalgia como algo “suspeito” e “perigoso”, pois “restringe nossa capacidade de agir no presente (no melhor dos casos)” (ATIA e DAVIES, 2010, p. 181). De acordo com Marcos Natali (2006, p. 49), esta tradição pode ser traçada desde autores como Kant, Hegel e Marx. Porém, com o tempo houve uma atenção renovada à questão da estrutura retórica da nostalgia. Neste sentido, enfatizamos a contribuição de Tannock, já que sua proposta de separação analítica elucida que a “narrativa do declínio” é multifacetada e não necessariamente reacionária. Desta forma, houve uma virada do interesse acadêmico sobre *o que é* nostalgia para a abordagem de seus usos, propósitos e circunstâncias.

Parte III

O objetivo de Svetlana Boym no livro *The Future of Nostalgia* (2001) é escrever uma História da nostalgia alternando entre a reflexão crítica e a contação de histórias. Primeiro, a autora traz novas contribuições para as particularidades da genealogia do conceito, que já havia sido desenvolvida por outros autores, como Starobinski. Do grego *nostos* (retornar para casa) e *algia* (anseio), a nostalgia tem uma História. Em 1688, o médico suíço Johannes Hofer a identificou como uma “doença do coração” que afligia mercenários suíços servindo em terras distantes. Neste momento, a nostalgia era a forma de definir a “áurea triste” de alguém que quer

⁸² Do original: “we need to separate out, in the critique of nostalgia, the critique of the content, author, and audience of a nostalgic narrative - who is nostalgic for what, and in the names of which community - from the critique of the structure of nostalgia itself - the positive evaluation of the past in response to a negatively evaluated present”.



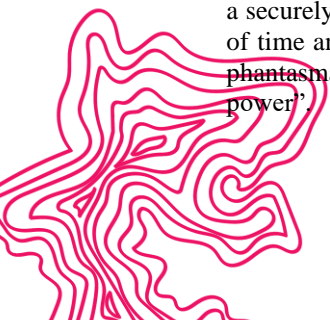
retornar a sua terra natal, e chegou a ser considerada uma epidemia europeia. Era dito que o nostálgico criava representações errôneas da realidade. Seus sintomas incluíam: “perda de vínculo com o presente; “indiferença” “habilidade de ouvir vozes ou ver fantasmas”, “lamentação”, “perda de apetite”, dentre outros.

No século XIX, a nostalgia perdeu a conotação clínica e se tornou, como define Boym, “um efeito colateral da teleologia do progresso”: “o progresso tornou-se uma nova narrativa global, uma contrapartida secular às aspirações universais da escatologia cristã”⁸³ (BOYM, 2001, p. 25). Assim, percebe-se que a propagação dos “sintomas” da nostalgia teve menos relação com os deslocamentos de indivíduos do que com as mudanças nos conceitos de tempo e História ocasionadas ao longo do século XVIII e XIX. As novas compreensões levadas a cabo pela Modernidade tornaram possível a divisão entre o “local” e o “universal”. Portanto, Boym encara a nostalgia como um fenômeno que vai além da psicologia individual. Para a autora, ela está enraizada no anseio por um outro regime de tempo. Percorrer as particularidades de sua etimologia é importante para problematizarmos visões universalistas que permeiam o senso comum sobre a nostalgia, encarada como um sentimento universal e a-histórico. Para Boym, ela é, justamente, uma “emoção histórica”. De doença a um sintoma de nossa época, sua História caminha lado a lado com os processos desencadeados pela Modernidade, como o luto decorrente de deslocamentos radicais, o surgimento de certa noção secular de progresso e uma sensação de irreversibilidade temporal. No modo como se manifesta na atualidade, a nostalgia pode ser apreendida como um “efeito colateral” da condição moderna, indissociável do desejo por um senso de comunidade e continuidade identitária frente às rupturas históricas. Apesar de não propor um entendimento da categoria *nostalgia*, a concepção de Andreas Huyssen é útil para complementar o argumento de Boym:

Um dos lamentos permanentes da modernidade diz respeito à perda de um passado melhor, a memória de viver em um lugar seguramente circunscrito, com um senso de limites estáveis e uma cultura local com um fluxo temporal regular e um núcleo de relações permanentes. Talvez estes dias sempre tenham sido um sonho e não uma realidade, uma fantasmagoria da perda gerada pela modernidade em si, e não por sua pré-história. Mas este sonho tem um poder de permanência⁸⁴ (HUYSSSEN, 2000, p. 22).

⁸³ Do original: “progress became a new global narrative as a secular counterpart to the universal aspirations of the Christian eschatology”.

⁸⁴ Do original: “one of modernity’s permanent laments concerns the loss of a better past, the memory of living in a securely circumscribed place, with a sense of stable boundaries and a place-bound culture with its regular flow of time and a core of permanent relations. Perhaps such days have always been a dream rather than a reality, a phantasmagoria of loss generated by modernity itself rather than its prehistory. But the dream does have staying power”.



Boym, simultaneamente, nota que certos modos de nostalgia foram estimulados durante a formação dos Estados-Nações no século XIX. Num primeiro momento, o desejo de “voltar para casa” tornou-se um *tropo* central do nacionalismo romântico, que anseava pelo local e pelo particular. Num segundo momento, Boym fala do uso da nostalgia a partir de projetos políticos e institucionais, condicionados por um novo senso de historicidade que se tornou hegemônico a partir da segunda metade do século: invenção de tradições, recuperação de patrimônio, projetos de restauração de “lugares de memória”. Porém, Boym alerta: “a memória oficial do Estado-nação não tolera nostalgia inútil”⁸⁵ (BOYM, 2001, p. 28).

Conclusão

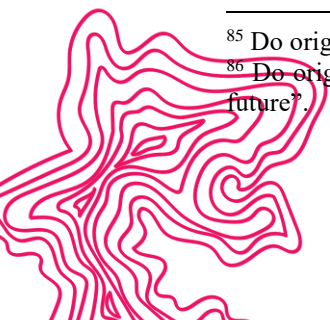
Vimos que a nostalgia vai além da psicologia individual, podendo ser analisada enquanto uma experiência cultural coletiva. Também podemos afirmar que ela possui um movimento retrospectivo e prospectivo: segundo Boym, “fantasias do passado determinadas por necessidades do presente impactam diretamente as realidades do futuro”⁸⁶ (BOYM, 2001, p. 13). Entretanto, a nostalgia é ou não reacionária?

Para lançar luz a esta questão, quero abordar duas categorias propostas por Boym: a “nostalgia restaurativa” e a “nostalgia reflexiva”. Para a autora, a nostalgia restaurativa dá ênfase em *nostos* (retornar para casa). Ela tenta uma reconstrução trans-histórica do lar perdido e se apega a uma verdade absoluta, podendo confundir-se com a tradição. Ajuda-nos a pensar, por exemplo, as formações das identidades nacionais e os reavivamentos nacionalistas e religiosos do presente. Já a nostalgia reflexiva dá ênfase em *algia* (anseio). Ela não opera sob certezas pré-definidas, abrindo espaço para uma reflexão, intencional ou não, sobre a relação dos sentimentos de perda, luto e apego com os processos da memória em todos os níveis. Em última instância, ela revela que a retórica nostálgica e o pensamento crítico não se opõem.

Em casos extremos, quando a nostalgia não se permite à reflexão crítica e é apenas nostalgia restaurativa, ela pode sim, nas palavras de Boym, “criar monstros”: a promessa de restaurar, no presente, dinâmicas sociais, paradigmas e instituições extintas ou em estado de declínio está no centro de muitas ideologias reacionárias da atualidade. Porém, devido aos trabalhos conceituais que separaram, por um lado, a estrutura retórica, e por outro, o conteúdo

⁸⁵ Do original: “the official memory of the nation-state does not tolerate useless nostalgia”.

⁸⁶ Do original: “fantasies of the past determined by needs of the present have a direct impact on realities of the future”.



da narrativa nostálgica, hoje percebe-se que nostalgia pode indicar reflexões de diversos matizes sobre as experiências de tempo. Além disto, pode ser uma forma potente de memórias subalternas – abordagem interessante para quem estuda formas informais ou comunais de rememoração entre minorias e grupos subalternizados, conforme sugere Tannock e Atia e Davies. Assim, ela tem a capacidade de servir como estratégia para a transformação sócio-política. A partir desta agenda, os estudos sobre a nostalgia, ao encará-la como um modo de recordação multifacetado, podem abrir possibilidades de análise para historiadores e pesquisadores dos estudos de memória, dentre outros, que desejam se debruçar sobre o problema dos usos do passado e seus impactos nas imaginações do futuro.

REFERÊNCIAS

- APPADURAI, Arjun. **Modernity at Large: Cultural Dimensions of Globalization**. Minneapolis: University of Minnesota Press, 1996.
- ATIA, Nádia; DAVIES, Jeremy. Nostalgia and the Shapes of History. In. **Memory Studies**, vol. 3, n. 3, 2010, p. 181 – 186.
- BOYM, Svetlana. **The Future of Nostalgia**. Nova: Basic Books, 2001.
- DAVIS, Fred. **Yearning for Yesterday: a sociology of nostalgia**. Nova York: Free Press, 1979.
- DOANE, Janice; HODGES, Devon (ed.). **Nostalgia and Sexual Difference: The Resistance to Contemporary Feminism**. Nova York: Taylor & Francis, 1987.
- HUYSSSEN, Andreas. Present Pasts: Media, Politics, Amnesia. In. **Public Culture**, vol. 12, n. 1, 2000, p. 21 – 38.
- JAMESON, Fredric. Walter Benjamin, or Nostalgia. **Salmagundi**, vol. 10/11, 1969, p. 52 – 68.
- LOWENTHAL, David. **The Past is a Foreign Country – Revisited**. Reino Unido: Cambridge University Press, 2015 [1985].
- NATALI, Marcos. **A política da nostalgia: Um estudo das formas do passado**. São Paulo: Nankin, 2006.
- RÍTÍVOÍ, Andreea D. **Yesterday's Self: Nostalgia and the Immigrant Identity**. Lanham, MD: Rowman & Littlefield, 2002.
- STAROBINSKI, Jean. The Idea of Nostalgia. In. **Diogenes**, 1966, p. 81 – 103.
- TANNOCK, Stuart. “Nostalgia Critique”. In. **Cultural Studies**, vol. 9, n. 3, 1995, p. 453 – 464.
- WILSON, Janelle L. **Nostalgia: Sanctuary of Meaning**. Lewisburg, PA: Bucknell University Press, 2005.



O sábio e antigo Oriente: algumas considerações de Voltaire

Laís Pazzetti Machado

Doutoranda em História – PPGHIS/UFMG

Orientador: Prof. Dr. Rafael Scopacasa

E-mail para contato: laispazzetti@gmail.com

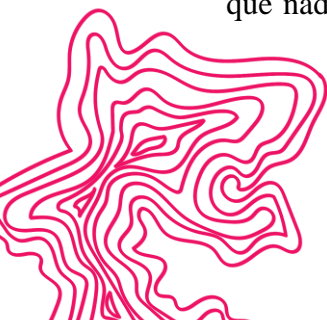
Resumo: Ao longo de *A filosofia da história*, obra em que Voltaire se dedica a construir um método historiográfico que, a seu ver, trate a história de maneira sóbria e racional, há capítulos dedicados a análises das antigas culturas orientais, como Babilônia, Índia, China, Fenícia e Egito. Tais análises são frequentemente centradas na ideia de que essas culturas, além de muito mais antigas do que as culturas ocidentais como Grécia e Roma, também apresentavam um grau de refinamento admirável. Voltaire pretende demonstrar, em vários momentos, como o antigo Oriente deve ser observado com reverência e curiosidade, especialmente no que diz respeito às suas instituições e preceitos religiosos: é assim que se revela o interesse de Voltaire em apresentar o antigo Oriente como um exemplo, para o moderno Ocidente, de crenças e instituições religiosas saudáveis, algo sintomático se considerarmos o combate à intolerância religiosa que marcou a vida e a obra de Voltaire. Assim, buscaremos entender como funcionam as apropriações que o filósofo faz desses passados antigos, quais recortes são feitos para compor o retrato que ele deseja apresentar tendo em vista o seu objetivo de combater a intolerância de seu próprio tempo.

Palavras-chave: Voltaire; Oriente; usos do passado; religião; intolerância.

Introdução

Enaltecer o Oriente em sua antiguidade não é algo novo: antes de Voltaire, a China, por exemplo, já era uma presença marcante nos discursos europeus sobre ética, religião, arte e tecnologia, e Leibniz já estudava com afinco a língua chinesa (ZHANG, 2008, p. 97-98). Em parte, Voltaire continua essa tendência, mas também dá a ela algumas particularidades: a mais importante, talvez, seja a sua análise sobre as religiosidades orientais.

Em *A filosofia da história* essa análise se torna o fio condutor da apresentação das antigas culturas orientais, pois mais do que louvar China, Índia ou Egito por sua antiguidade e suas tecnologias, Voltaire faz questão de mostrar como o refinamento dessas culturas se estende até as suas instituições religiosas. Nesse antigo Oriente, se encontram preceitos éticos e morais que nada deixam a desejar aos do cristianismo ocidental, sendo que muitos de tais preceitos



pertencem, inclusive, a sistemas e práticas religiosos muito mais antigos do que os da religião cristã – que, apesar de se espalhar pelo Ocidente, também tem suas origens no Oriente.

Como faz com muitos (se não todos) os temas sobre os quais se debruça, Voltaire usa suas análises historiográficas sobre o antigo Oriente como armas na sua cruzada contra a intolerância religiosa. Elas se tornam meios de negar a autoproclamada “civilidade” europeia, baseada nas noções de uma superioridade garantida pela cultura greco-romana e pelo cristianismo, imagem que não se sustenta diante dos massacres das guerras de religião no passado e da perseguição a minorias religiosas que ainda acontece no século XVIII. Os esforços de Voltaire vão no sentido de tirar os europeus do centro da história do mundo, ao comprovar que existiram culturas muito mais antigas e refinadas no Oriente quando os gregos davam ainda seus primeiros passos (VOLTAIRE, 2007a, p. 121), e que tais culturas não necessitaram de uma base cristã para se guiarem por sólidos preceitos morais e religiosos.

Com isso, Voltaire se coloca em oposição a uma corrente historiográfica ainda vigente em seu tempo, de matriz teológica cristã, que defendia a leitura de todos os acontecimentos na história à luz da narrativa bíblica. Tudo acontece tendo como fim último o povo de Israel, de maneira a cumprir os desígnios de Deus; assim, se Ciro ou Alexandre erguem-se na Babilônia ou na Macedônia, é para libertar os judeus, e se os romanos incorporam o território da Judeia, é como um castigo para o povo eleito. Voltaire ironiza essa perspectiva ao dizer que “o Deus de todos os povos da Terra e de todas as criaturas dos outros globos não se preocupava com as revoluções da Ásia e que só enviava pessoalmente tantos conquistadores uns após os outros” em consideração do povo de Israel, “ora para o abater, ora para o encorajar, sempre para o instruir” (VOLTAIRE, 2007b, p. 20). A sua crítica se direciona também à exclusão que essa perspectiva historiográfica faz de culturas milenares quando elas não possuem relação com Israel, como se sua relevância histórica estivesse condicionada unicamente pela narrativa da Europa cristã (SOUZA, 2001, p. 124).

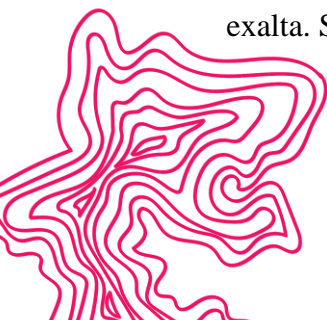
Assim sendo, Voltaire objetiva mostrar que o cristianismo não constitui um pré-requisito para estabelecer um código de conduta moral, e que é possível encontrar, no antigo Oriente, exemplos de sociedades que viveram sem as mazelas de que a Europa moderna e cristã padece. Para exemplificar esse processo, elegemos três das culturas orientais que Voltaire analisa, por entendermos que cada uma delas traz à luz um aspecto de religiosidade saudável que o filósofo exalta. São elas Pérsia, Índia e China.

A Pérsia

XI Encontro de Pesquisa em História da UFMG - ISBN: 978-65-01-11103-2

2023

282



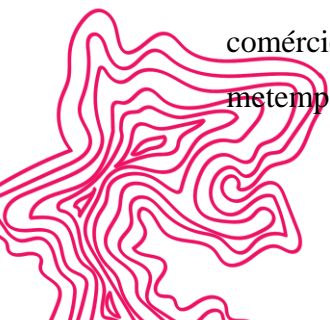
Lar de uma das religiões mais antigas que existem, a Pérsia poderia reivindicar o título de ter sido a primeira a instituir a crença em um deus, um diabo, um paraíso, um inferno, e na ressurreição, por meio do zoroastrismo. Outros povos, incluindo os judeus, só teriam adotado esse sistema de crenças mais tarde. E poderia, talvez, ter sido o zoroastrismo o criador do rito do batismo (a imersão do corpo na água), por aparecer tal rito registrado como um dos preceitos do *Zend*, o seu livro sagrado (VOLTAIRE, 2007a, p. 77). Ou seja, o batismo não seria uma invenção cristã, mas uma apropriação de um rito muito mais antigo.

A religião dos zoroastristas nos dá o primeiro indício de como Voltaire atribui importância aos ritos e crenças que analisa, para além de serem mais antigos do que o cristianismo: trata-se de “uma religião útil, estabelecida com base no dogma da imortalidade da alma e do conhecimento do Ser criador” (Id., *ibid.*, p. 77). É explícito o destaque dado, logo em seguida, ao grau de refinamento que essa crença atesta, por não ser um sistema simples de conceber, e em outras passagens da obra se torna mais claro o motivo de uma religião “útil” se assentar na crença de que a alma é imortal – se os homens acreditam que sua alma possa sobreviver à morte física do corpo, e que para que isso aconteça, é preciso que tenham sido virtuosos na sua vida terrena, os homens se comprometerão com a virtude e as boas ações, o que tornará a vida em comum mais pacífica e benéfica para todos. Neste sentido, o dogma da imortalidade da alma faz parte de uma religião útil. O seu outro elemento, a crença no Ser criador, se explica pela afirmação de Voltaire de que é preciso existir uma força criadora de tudo o que existe. Se todas as coisas que existem se encaixam em uma ordem, como a das leis da física, isso pressupõe uma inteligência – superior à humana – que tenha criado tais leis. Essa inteligência só pode ser atribuída a um criador divino, que garante o funcionamento do mundo da forma mais perfeita possível (NASCIMENTO, 1993, p. 23). Assim sendo, a crença no Ser criador também constitui uma religião útil.

Este é o primeiro dos exemplos de uma religião oriental que, estando temporalmente distante do cristianismo, já ostenta crenças e ritos que serão apropriados pelos cristãos posteriormente. E, como veremos a seguir, a questão da imortalidade da alma desempenha um papel central também na apreciação de dois outros contextos orientais.

A Índia

Aquela que seria a mais antiga das culturas existentes – um centro prodigioso de comércio e conhecimento, aonde os gregos iam para se instruir – tem a doutrina religiosa da metempsicose destacada por Voltaire. Como já vimos, a ideia da imortalidade da alma



caracteriza uma religião útil, e no caso dos indianos⁸⁷, há ainda o elemento da transmigração das almas: a ideia de que a alma não só sobrevive ao corpo, mas também pode reencarnar em outros corpos, humanos e animais. O destino da alma dependerá de suas ações em vida, caso tenha agido bem, renascerá em um bom receptáculo; caso contrário, renascerá em um corpo considerado “vil”. Isso não apenas freava o estímulo para más ações, como também instilava o temor de ferir outro ser vivo, pois se uma alma humana pode transmigrar para o corpo de um animal, seria possível ferir um ente querido ao ferir um animal: “O medo de matar o pai ou a mãe, matando homens e animais, lhes inspirou um horror ao ato de matar e a toda violência, que se tornou uma segunda natureza neles” (VOLTAIRE, 2007a, p. 96).

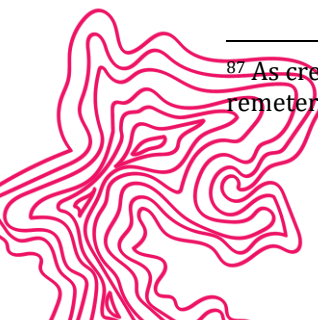
A antiga religião indiana, apoiada nesses princípios, estaria salvaguardada dos perigos da intolerância – embora Voltaire pontue que, posteriormente, ela também será tomada pelo fanatismo, pois se tornará um costume permitir que as viúvas se atirem às piras funerárias dos maridos. “É que o fanatismo e as contradições são o apanágio da natureza humana”, mas ainda assim, considerada em seus princípios primeiros, de buscar a virtude e não ferir nenhum ser vivo, a religião indiana é exemplar – algo que compartilha com a religião dos intelectuais chineses.

A China

A antiga China detém, possivelmente, o maior número de méritos entre as culturas antigas – orientais e ocidentais – analisadas por Voltaire. Desde as ciências, o modelo político e até a historiografia, os chineses são postos como modelos. A sua sobriedade se estende até a organização de seu império, “governado como uma família em que o monarca era o pai e em que quarenta tribunais de legislação eram vistos como irmãos mais velhos, quando éramos errantes em pequeno número na floresta das Ardenas” (Id., *ibid.*, p. 104). Ou seja, nunca é demais lembrar, o Ocidente começa a surgir quando o Oriente já é bem desenvolvido.

Apesar de compartilhar com a Índia a honra de ter uma religião que, em seus primórdios, é livre das mazelas do fanatismo, a China apresenta algumas particularidades nas suas crenças: a mais significativa delas sendo, na verdade, a ausência da crença da imortalidade da alma – o que é exaltado por Voltaire. O que seria contraditório, visto que ele mesmo coloca explicitamente tal crença como um indício de um sistema de crenças sofisticado, e um

⁸⁷ As crenças e ritos descritos por Voltaire parecem se encaixar no hinduísmo, apesar de o filósofo não se remeter a um nome específico.



componente de uma religião útil. Tanto a religião dos antigos persas e indianos pregam a crença na imortalidade da alma. Por que justamente a ausência dela faria então com que a China se destacasse positivamente?

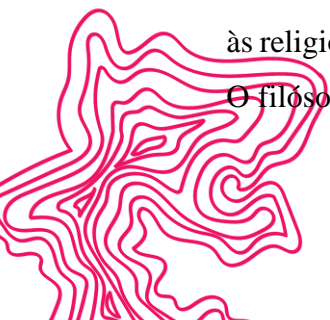
A resposta está no seguinte trecho: “É verdade que as leis da China não falam de penas e recompensas após a morte: *eles não quiseram afirmar o que não sabiam* [...] A doutrina do inferno era útil, mas o governo chinês nunca a admitiu” (Id., *ibid.*, p. 107, grifo nosso). Para Voltaire, em última análise, fazer afirmações sobre a vida pós-morte é fazer apenas conjecturas. Mesmo para efeito dos cânones religiosos, é preciso reconhecer que não é possível comprovar que a alma sobrevive ao corpo e pode experimentar delícias eternas ou punições eternas. Embora tais crenças sejam úteis, elas podem ser refutadas. Os chineses “acreditaram que uma disciplina exata, sempre exercida, faria mais efeito do que opiniões que podem ser combatidas e que se temeria mais a lei sempre presente do que uma lei por vir” (Id., *ibid.*, p. 107).

Ou seja, além de estimular uma convivência harmoniosa entre os homens recorrendo não a leis sobrenaturais, mas a leis humanas, os chineses asseguraram também que seu império estivesse livre das guerras de religião que infestavam a Europa, pois como demonstra a experiência cristã europeia, as refutações de crenças religiosas, de onde resultam as querelas e cisões, podem dar lugar a sangrentos massacres. Para mérito maior dos antigos chineses, “sua religião era simples, sábia, augusta, livre de toda superstição e de toda barbárie”, centrada na adoração ao “Deus criador do universo” (Chang-ti, ou Tien). É especialmente os arranjos que permitem aos chineses escaparem das garras do fanatismo que faz com que eles superem todas as culturas existentes (Id., *ibid.*, p. 105).

É preciso fazer uma ressalva aqui, e dizer que Voltaire trata apenas das crenças religiosas das elites chinesas, como ele mesmo fala, “a religião dos imperadores e dos tribunais”. Não são analisadas as religiões ou as crenças populares, sobre as quais se limita a dizer que foram bem administradas pelo Estado: as autoridades permitiram que o povo tivesse suas religiões e suas superstições (única instância, aliás, em que Voltaire associa superstições às religiões chinesas), mas não permitiram que líderes dessas religiões assumissem posições de destaque na administração estatal – para o filósofo, mais uma explicação para o porquê de o império chinês não ter sido perturbado por querelas religiosas (Id., *ibid.*, p. 107).

Voltaire chama a atenção do Ocidente, também, para os seus preconceitos com relação às religiões orientais quando analisa a percepção francesa de que a China seria um império ateu.

O filósofo ressalta a falta de conhecimento para formar determinados juízos, como no caso do



bispo Maigrot, que, não falando nada de chinês, acusou Confúcio de ser ateu. E há, além disso, as projeções feitas pelos franceses sobre o Oriente: esperando encontrar as mesmas noções religiosas, e se frustrando diante das diferenças naturalmente existentes, presumem que não há religião entre os chineses. Ao invés de reconhecerem que esperavam algo que poderiam não encontrar – as noções cristãs de Deus, messias ou salvação, por exemplo – os franceses, assim como muitos dos europeus, fazem acusações absurdas: “Repitamos aqui, para fazer a calúnia enrubescer-se, que os mesmos homens que sustentavam contra Bayle que uma sociedade de ateus era impossível, sustentavam ao mesmo tempo que o mais antigo governo da Terra era uma sociedade de ateus. Maior vergonha de nossas contradições não poderíamos ter” (Id., *ibid.*, p. 106-107).

Conclusão

As antigas culturas orientais analisadas por Voltaire servem como contraponto a uma Europa que, apesar de moderna e cristã, continua presa a fanatismos e intolerâncias – que a levam, inclusive, a negar a antiguidade e a importância histórica do Oriente. Nesse sentido, combater o preconceito contra o Oriente, dando a conhecer a sua antiquíssima história e as suas instituições religiosas, é também combater a intolerância religiosa.

Nos seus esforços para descentralizar a Europa na história do mundo, e buscando mobilizar o oriente contra a intolerância religiosa, Voltaire opera recortes nas instituições e crenças religiosas dos antigos Orientes para compor um cenário dual, que opõe um Oriente antigo e sábio a um Ocidente novo e prepotente, em que o Oriente tem muito a ensinar.

Referências bibliográficas

Fontes

VOLTAIRE. **A filosofia da história**. Eduardo Brandão (trad.). São Paulo: Martins Fontes, 2007a. (Projeto Voltaire Vive).

VOLTAIRE. **O pirronismo da história**. Márcia Valéria Martinez de Aguiar (trad.). São Paulo: Martins Fontes, 2007b. (Projeto Voltaire Vive).

Bibliografia secundária

NASCIMENTO, M. G. S. **Voltaire: a razão militante**. 4ª. ed. São Paulo: Moderna, 1993. (Coleção Logos).

SOUZA, M. G. Voltaire: história e civilização em: **Ilustração e história. O pensamento sobre a história no Iluminismo francês**. São Paulo: Discurso Editorial, 2001.

ZHANG, C. *From Sinophilia to Sinophobia: China, History and Recognition*. **Colloquia Germanica**, v. 41, n. 2, *Themenheft: Germans Reading China* (2008), p. 97-110.



As falácias da memória: uma releitura da desnaturação democrática brasileira⁸⁸

Roberta Puccini Gontijo

Graduanda em Direito - Universidade Federal de Minas Gerais

E-mail para contato: robertapuccini12@gmail.com

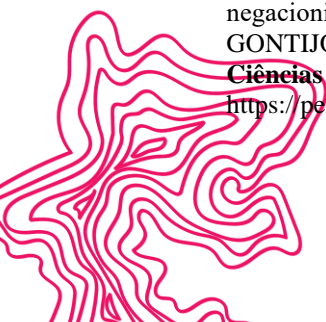
Resumo: Primo Levi já nos alertava que a memória, embora maravilhosa, é falaz; falaz porque retém apenas fragmentos, nunca a inteireza dos fatos. Dentre as falácias construídas pela memória, figuram múltiplas distorções: assim, é certo que um mesmo acontecimento pode ser idealizado, adquirir uma carga negativa ou, ainda, ter sua ocorrência relativizada ou esquecida. Nos primeiros casos, a atuação humana transpõe a qualidade atribuída pela mente ao mundo concreto; no último, o conformismo é facilitado. Entre a ação e a inércia, é certo que a ação sobressai. Sob essa ótica, a indiferença constitui terreno fértil para a prática coletiva de atos movidos pelo afeto – não raro, destinados à eleição de um inimigo, sobre o qual recairá a culpa por toda a instabilidade vigente no mundo real. Eis a potência de uma política em que a voz de amnésicos adquire relevo. Neste trabalho, focalizam-se duas amnésias tipicamente brasileiras – a primeira, inerte por excelência, apegada a uma postura cética quanto à possibilidade de quaisquer progressos sociais e a segunda, à crença desarrazoada em um passado quase idílico. Entrelaçando-as à vulgarização do texto constitucional, busca-se compreender a maneira pela qual o espectro dos primeiros amnésicos favorece o comportamento dos segundos, bem como a maneira pela qual ambos relacionam-se à aparição, no plano concreto, do risco à desnaturação constitucional-democrática. Para tanto, este trabalho observa como se dá o salto da descrença na efetividade normativa à indiferença política, terreno do qual falsários da história – mitificadores do passado e complotistas – irão se aproveitar. Ao fim deste projeto, vê-se que, embora permanente, a crise brasileira ganha novas feições quando a disputa pelo poder alcança o campo digital, espaço amplificador de fanatismos, de retóricas inverossímeis e de polarizações. Se se pretende compreender a democracia brasileira em seu estágio atual, pensa-se ser necessário, antes de tudo, analisar as mentalidades que a favoreceram; daí o desejo de investigar a potência das vozes amnésicas no cenário político brasileiro. A partir deste estudo, vê-se que é a partir do silêncio, da inércia, que a democracia se desnatura.

Palavras-chave: Amnésicos, Democracia brasileira, Desnaturação, Inércia, Mito.

*Suportar o desencontro entre a imaginação e o fato.
Não inventar um outro sistema imaginário adaptado
ao novo fato.
Simone Weil*

Introdução

⁸⁸ Embora tenha sido modificado e adaptado ao simpósio temático “Passados Paralelos”: Revisionismos, negacionismos e usos públicos do passado”, este artigo consiste em uma versão reduzida do seguinte projeto: GONTIJO, Roberta Puccini. Os amnésicos: uma história da desnaturação democrática brasileira. **Revista de Ciências do Estado**, Belo Horizonte, v. 7, n. 2, p. 1–21, 2022. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/revce/article/view/e41121>. Acesso em: 31 jul. 2023.



Ao se deparar com o título deste trabalho, é provável que o leitor, movido pela curiosidade, questione-se: “falácias da memória” refere-se a quê?

A expressão remete à obra *Os afogados e os sobreviventes*, na qual Primo Levi (2008) nos alerta que a memória, embora maravilhosa, é falaz; falaz porque não objetiva, falaz porque manipula as recordações; inventa, seleciona e elimina o que lhe apraz; não tem compromisso com os fatos.

Dentre as falácias construídas pela memória, este trabalho concentra-se no que chama de duas amnésias brasileiras: a primeira apegada à descrença na Constituição, bem como na possibilidade de quaisquer progressos sociais, e a segunda, ao saudosismo em relação a um passado inventado. Entrelaçando-as à vulgarização do texto constitucional, busca-se compreender a maneira pela qual ambos esses amnésicos relacionam-se à aparição, no caso concreto, da desnaturação democrática. A partir deste estudo, observa-se que é a partir do silêncio, a partir da inércia, que a democracia se desnatura.

As duas amnésias que permeiam o Brasil destes tempos

Concebem-se os primeiros amnésicos como aqueles que desconsideram a existência de quaisquer progressos sociais desde a promulgação da Constituição de 1988. Céticos, são aqueles que se apegam, em demasia, às dissonâncias entre texto e realidade constitucional, bem como à tese de que a validade da Constituição se limita à sua instrumentalização retórica – condição advinda, conforme afirma Marcelo Neves (2016) na obra *A constitucionalização simbólica*, da hipertrofia da perspectiva político-ideológica em detrimento da técnico-jurídica.

No Brasil, por meio da Constituição – acoplamento estrutural entre direito e política –, não haveria o fechamento operacional do direito e a diferenciação adequada entre o sistema jurídico e os demais sistemas que o circundam – aos quais se abre cognitivamente –, mas sim a sobreposição do econômico e do político sobre o jurídico. (NEVES, 2016)

Assim, a teoria dos sistemas de Niklas Luhmann teria de ser remodelada para se encaixar na realidade dos países periféricos: neles, segundo argumenta Marcelo Neves (2016), a *autopoiese* – capacidade do sistema de se reproduzir aplicando a si mesmo normas de seu código binário – daria lugar à *alopoiese* do sistema jurídico e, portanto, à inefetividade constitucional.

Todavia, se se afirma que nem mesmo constituições legítimas, na periferia global – onde há a inevitável hipertrofia da dimensão simbólica –, podem implicar transformações sociais, cria-se um discurso que favorece um comportamento inerte – já que a crença no fracasso



democrático permite que se banalizem transgressões à Constituição em razão da inescapável debilidade brasileira quanto ao desrespeito a normas⁸⁹ (GOMES, 2022).

Quando, então, uma ameaça concreta surge, rondando as vitórias sociais erguidas desde 1988, tem-se o costume de desconsiderá-lo, de se tomar uma atitude resignada, sustentada no pensamento de que a democracia brasileira sempre falha; logo, sendo sua ruína inarredável, lutas sociais são prescindíveis.

Ancorando-se na indiferença, a segunda amnésia então se potencializa.

Os segundos amnésicos são aqueles que vangloriam um passado fictício e glorioso, aqueles que mitificam a história, concebendo-a como *a idade de ouro* do passado nacional; são aqueles que acreditam na perenidade de um mundo que jamais existiu.

Essa amnésia, em vez de apoiar-se na descrença, não apenas a extrapola, mas também se apoia na exaltação de um mito capaz de restaurar normas estanques quanto ao reconhecimento de novos direitos e de novos sujeitos de direitos: para tanto, selecionam-se uma sede do regresso nostálgico a valores reacionários.

Enquanto a primeira amnésia reitera a tese de que se está fadado ao fracasso constitucional, a segunda volta-se à nostalgia de um passado inventado e, saudosista, visa à delegação do poder a um líder capaz de restaurar a estabilidade que ruiu com a redemocratização. É tendo esse objetivo em vista que recorre ao mito e ao complotismo.

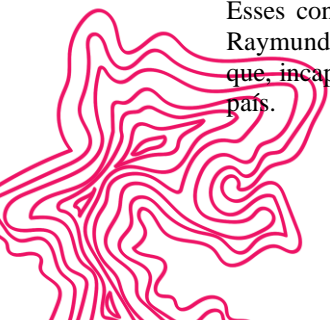
O mito e o complotismo: refúgios dos que prezam pela estabilidade

Nas palavras de José Murilo de Carvalho (2017, p. 11-12),

A elaboração de um imaginário é parte integrante da legitimação de qualquer regime político. É por meio do imaginário que se podem atingir não só a cabeça mas, de modo especial, o coração, isto é, as aspirações, os medos e as esperanças de um povo. É nele que as sociedades definem suas identidades e objetivos, definem seus inimigos, organizam seu passado, presente e futuro.

Em meio a crises, busca-se amenizar – ou, mesmo, dissipar – eventos pretéritos cujas feridas entranharam-se no imaginário nacional; o contorcionismo histórico fabrica-se quando o esquecimento torna-se preferível à lembrança; a comodidade, ao incômodo.

⁸⁹ Neste trabalho, defende-se a ideia de que boa parte dessa descrença inquebrantável na efetividade constitucional advém do pensamento sociológico brasileiro que, adaptado, simplificado e subvertido pelo senso comum, vagueia pelo imaginário popular. A ciência do patrimonialismo, da cordialidade, da banalização do “você sabe com quem está falando?”, e do *jeitinho brasileiro*, demasiado aparentes no cotidiano, conduz a uma ideia totalizante do povo. Esses conceitos – despidos da robustez que os delimita nos pensamentos de Sérgio Buarque de Holanda, de Raymundo Faoro e de Roberto DaMatta – entranham-se na mente popular e esculpem a imagem de um brasileiro que, incapaz de obedecer a normas e avesso à igualdade, impossibilita a efetivação de um projeto constituinte no país.



Mas a preferência pela amnésia também pode nascer do desejo de retomar uma época em que o *outro* não tinha voz. Nessa perspectiva, a adulteração da história tenta amenizar a retirada de direitos ou justificá-la.

Aberta a possibilidade de ampliar o rol de direitos fundamentais consolidados no ordenamento jurídico, sua vulgarização passa a espreitar a realidade brasileira. Abomina-se uma democracia inclusiva; a democracia defendida – *exclusiva* – resigna-se a manter ou a apequenar a extensão do sujeito democrático na arena pública.

Sob o véu de uma pretensa liberdade de expressão, explora-se o preconceito, amplifica-se a intolerância, frui-se da disseminação de estereótipos, joga-se com uma divisão já entranhada na sociedade; todavia, agora há o salto da ocultação ou da dissimulação do preconceito à sua exaltação pública.

O ressentimento ante uma política instável afeiçoa-se de uma volta ao passado com o objetivo de lá encontrar um terreno estável capaz de refugiar aqueles que desejam a constância. O receio do novo e o desejo de encontrar refúgio favorece a febre complotista.

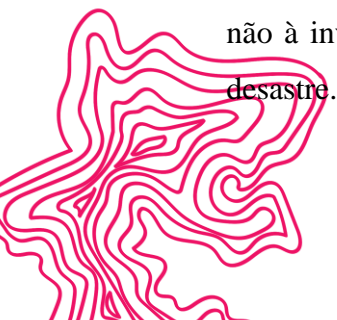
Nas palavras de Donatella de Cesare (2022, p. 9-10), “o complotismo é a reação imediata à complexidade. É o atalho mais simples para fazer vir à tona um mundo atualmente ilegível. Quem recorre ao complô não suporta o desassossego, a questão em aberto”.

O desconforto ante a instabilidade presente estimula o desmascaramento do dispositivo em que o poder é exercido, sobretudo quando se tem a sensação de que, a despeito da alternância dos governos, a crise se mantém e o poder escapa das mãos do povo.

Ante o enigma do *poder sem rosto* (CESARE, 2022, p. 43), busca-se identificar esse sujeito que se esconde, esse usurpador do poder do povo. Desse meio, surge uma figura agitadora do complô, que se autoproclama um perdedor igual aos demais e que, portanto, seria passível da mais alta confiança. Colocando-se também como vítima do sistema, o agitador do complô dispõe de uma máquina mitológica capaz de moldar, de manipular as outras *vítimas*.

Nesse sentido, é interessante observar que, embora os segundos amnésicos critiquem o que denominam “vitimismo”, eles mesmos se valem da *privilegiada posição de vítima* para justificar suas ações, de maneira a eximir a autorresponsabilidade pelas escolhas do presente. A responsabilidade sempre recairá sobre o inimigo.

A construção do inimigo, objetivo do complô, é sempre necessária. O desmistificador, porta-voz do engodo, em vez de indicar uma saída, evoca a catástrofe; estimula seus adeptos não à investigação e à resolução do problema, mas a combater o inimigo, responsável pelo desastre.



A política torna-se então um método de descontaminação. O representante apresenta-se como capaz de curar o corpo doente da nação, de purificá-lo daquilo que o contamina – o crime, a corrupção, a degeneração moral, a decadência intelectual.

Segundo Donatella de Cesare (2022, p. 143; 145), seduzido pela narrativa complotista,

O honesto cidadão ressabiado se dedica à informação alternativa, destina-se à incansável decifração da atualidade. Entra na pele do heróico buscador da verdade. Refratário a toda manipulação, abraça plenamente uma visão policialesca de mundo. [...] *Acreditar em tudo e não acreditar em nada são dois lados da mesma moeda. Por trás da máscara do hipercético esconde-se o hipercrédulo.*

Na clivagem moral bolsonarista, uma elite intelectual esnobe contrapõe-se a um conglomerado cujos hábitos são isentos de sofisticação ou de verniz cultural. O *ethos* do homem comum se ancora na representatividade, no compartilhamento de hábitos com o povo, em um antielitismo corporificado na exaltação do homem comum. Logo, à defesa de uma antipolítica soma-se a aversão às mídias e às elites intelectuais tradicionais.

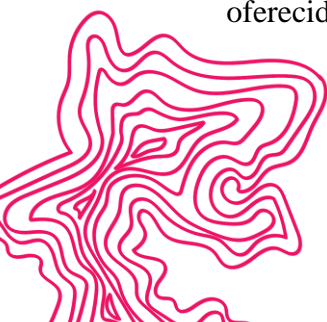
Segundo Sérgio Abranches (2019), encorajada pelo anonimato, pela proximidade virtual, pelas emoções primais e pelos interesses variados que circundam as redes, a polarização extrapola a esfera do político – trata-se, agora, de uma *polarização afetiva*. Pouco aptos ao raciocínio e à autocrítica, os indivíduos, no mundo digital, mostram-se aptos à defesa apaixonada do polo político a que pertencem.

No bojo dessa política dos afetos, a fruição do mito e do complotismo abre margem à hipertrofia do sentimento, que impulsiona a tessitura do inimigo e a separação estanque entre *nós* e *eles*. Nesse caminho se nota a proximidade da desnaturação democrática.

Considerações finais

Regime aberto ao tempo, incapaz de se ancorar em figuras imutáveis, a democracia arrasta-se pelo fluxo da história sujeitando-se à perene instabilidade do agir político – daí a dissonância entre o corpo eterno e majestático do monarca e o corpo temporário, instável e desencantado do representante político. (VILLAS BÔAS, 2022)

Portanto, nele não se há de falar em valores absolutos: à medida que as sociedades mudam, surgem carências e necessidades inéditas, de sorte que o rol de direitos fundamentais deva ser (re)lido para se adaptar a esse novo cenário; ante *revoluções paradigmáticas*, deve haver um redesenho e uma reinterpretação dos direitos fundamentais à luz dos limites oferecidos pela própria constituição, para se pensar as novas reivindicações.



Todavia, o processo democrático, ainda que *em aberto*, é circunscrito por uma moldura, por expectativas normativas corporificadas na Constituição.

O vínculo entre o corpo físico e o corpo místico precisa ser encenado. A representação como encenação de meios que viabilizam a corporificação do poder entrelaça-se a um maquinário simbólico e protocolar do cargo. É necessário que tal engrenagem não somente recobra o corpo físico do representante, mas também o separe da função política; do contrário, abre-se espaço à manifestação do corpo doméstico, privado, quando do desempenho da função pública, oficial. (VILLAS BÔAS, 2022)

Para personificar o representado, o representante deve transcender o indivíduo. A intrusão do privado no público revela a imbricação de espaços *a priori* contrapostos, de sorte a tornar opaca a fronteira entre o visível, o público, e o fechado, o privado. Fruindo de recursos populistas que dissolvam tal fronteira, o líder mitifica-se em homem comum, logo confiável e, sobretudo, *antipolítico*. (VILLAS BÔAS, 2022)

Emprestando voz ao cargo, o representante tem de se comunicar para além das bandeiras por ele defendidas. Se a campanha eleitoral permite o partidarismo e o espírito sectário, no instante em que é empossado, porém, deve intermediar interesses e procurar o consenso.

Assim, havendo o desejo de manter ou, até mesmo, de reduzir a incidência de direitos fundamentais a determinado sujeitos, se a nostalgia mítica do *tempo de antes* é utilizada para bloquear o reconhecimento de novos direitos, havendo uma tendência de reduzir a complexa subjetividade do indivíduo à sua afeição política, é possível observar a desnaturação democrática no interior da sociedade.

“Desnaturar” designa a perda das características próprias de um elemento. Sendo a Constituição o acoplamento dos sistemas jurídico e político, a desconfiguração de valores, princípios e garantias constitucionais sinaliza a descaracterização da própria democracia. Eis o modo pelo qual, favorecida pela inércia, a voz mistificadora e complotista se amplia e se relaciona à aparição da desnaturação constitucional-democrática.

Daí a necessidade de romper com o ceticismo e com o otimismo ingênuo, quase infantil, que também abre margem à segunda amnésia – pois, diante de contínuas desilusões, há uma grande chance de o negativismo sobrepor-se à esperança fantasiosa depositada na capacidade transformadora de novas constituições.

Nesse sentido, destaca-se a “tipologia de crises” tecida por Paulo Bonavides. Enquanto “crise constitucional” indicaria uma “crise *na* Constituição”, “crise constituinte” indicaria uma “crise *da* Constituição” (BONAVIDES, 2004), que transborda fronteiras constitucionais para



se imiscuir na “sociedade mesma, em seus últimos fundamentos” (BONAVIDES, 2004, p. 576). Se a crise constitucional não abarca toda a Constituição, há meios de solucioná-la a partir do poder de reforma constitucional. A crise constituinte, contudo, indica a impotência do poder constituinte para “extirpar a raiz dos males políticos e sociais que afligem o Estado” (BONAVIDES, 2004, p. 384); assim, “nem o exercício do poder constituinte originário e a elaboração de uma nova Constituição conseguem trazer-lhe uma solução” (GOMES, 2022).

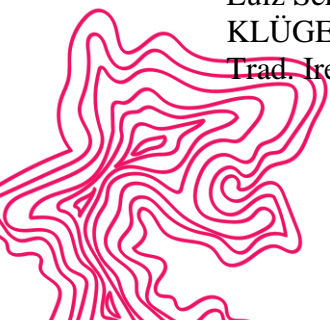
À luz da compreensão de que meras tendências jurídicas não alteram tendências reais da sociedade, é certo que constituições jamais esgotarão as problemáticas nacionais em virtude da ausência de liberdade plena na configuração normativa aplicável à sociedade.

A despeito da democracia brasileira não ser imune a retrocessos e a tropeços, há notórios aprendizados sociais incorporados na realidade político-constitucional desde 1988; daí não ser possível desconsiderar avanços quanto ao reconhecimento e à efetivação de novos direitos fundamentais, que descalçam os amantes da estabilidade.

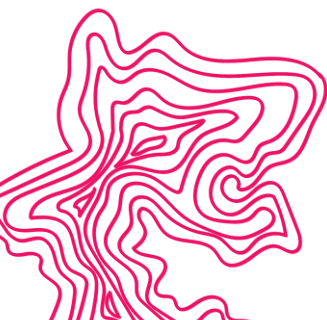
Que a recorrência ao passado não seja motivada por amnésias – que não haja pretensões saudosistas, afetuosidades nostálgicas, ou a ilusão de confirmar o curso retilíneo, estável, da história; mas, sim, que se recorra ao passado para se pensar o presente com e por meio dele.

Referências bibliográficas

- ABRANCHES, Sérgio. Polarização radicalizada e ruptura eleitoral. In: ABRANCHES, Sérgio *et al.* **Democracia em risco?: 22 ensaios sobre o Brasil hoje**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.
- BONAVIDES, Paulo. **Curso de direito constitucional**. 15. ed. São Paulo: Malheiros, 2004.
- CARVALHO, José Murilo de. **A formação das almas: o imaginário da República no Brasil**. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2017.
- CESARE, Donatella di. **O complô no poder**. Trad. César Tridapalli. Belo Horizonte, Veneza: Âyiné, 2022.
- GOMES, David F. L. Para uma crítica à tese da constitucionalização simbólica. In: GOMES, David F. L. **Para uma Teoria da Constituição como Teoria da Sociedade: Estudos Preparatórios**, v. 1. Belo Horizonte: Conhecimento, 2022.
- GOMES, David F. L. Tributo a Paulo Bonavides: dificuldades de um projeto constituinte no horizonte de um “nós fraturado”. In: GOMES, David F. L. **Para uma Teoria da Constituição como Teoria da Sociedade: Estudos Preparatórios**, v. 1. Belo Horizonte: Conhecimento, 2022.
- GONTIJO, Roberta Puccini. Os amnésicos: uma história da desnaturação democrática brasileira. **Revista de Ciências do Estado**, Belo Horizonte, v. 7, n. 2, p. 1–21, 2022. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/revice/article/view/e41121>. Acesso em: 31 jul. 2023.
- LEVI, Primo. A memória da ofensa. In: LEVI, Primo. **Os afogados e os sobreviventes**. Trad. Luiz Sérgio Henriques. 5. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2022, p. 17-26.
- KLÜGER, Ruth. **Paisagens da memória: autobiografia de uma sobrevivente do Holocausto**. Trad. Irene Aron. São Paulo: Editora 34, 2005.



NEVES, Marcelo. **A constitucionalização simbólica**. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2016.
SCHWARZ, Géraldine. **Os amnésicos**: história de uma família europeia. Trad. Ana Martini.
Belo Horizonte, Veneza: Âyiné, 2021.
VILLAS BÔAS, Luciana. **A República de chinelos**: Bolsonaro e o desmonte da representação.
São Paulo: Editora 34, 2022.



Violências no passado, reverberações no presente: autoritarismo, fascismo, (neo)nazismo (séculos XX e XXI)

Maria Visconti

Doutoranda em História - UFMG

Anna Carolina Viana

Mestra em História - UFMG

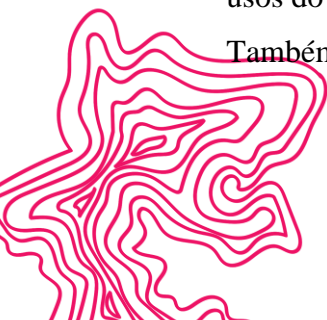
Bárbara Deoti

Mestranda em História - UFOP

Este simpósio pretende debater as experiências históricas vividas no século XX e as suas reverberações no XXI. Cronologicamente já não estamos mais no século que produziu as grandes guerras e os regimes totalitários, contudo, hoje nos deparamos com os mesmos dilemas enfrentados ao longo dos anos 1900. No Brasil contemporâneo, continuidades históricas com os acontecimentos do século XX são gritantes: genocídios seguem ocorrendo e o autoritarismo e a extrema direita definitivamente ocuparam e ocupam lugares importantes no espaço público. Sendo assim, o simpósio almeja questionar o passado em perspectiva interdisciplinar para obtermos novas compreensões acerca do tempo em que vivemos.

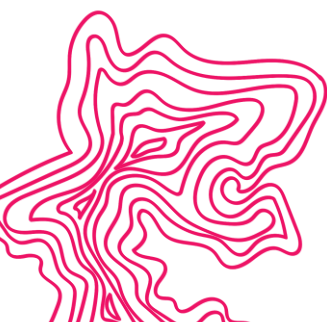
Aceitaremos, portanto, trabalhos que abordem as violências dos regimes autoritários, fascistas e totalitários do século XX, no Brasil e no exterior, assim como os movimentos de resistência a esses governos. Buscaremos incluir estudos focalizados na zona cinzenta da atuação política: os que não foram carrascos, nem vítimas, refletindo mais profundamente sobre as relações de poder estabelecidas e as noções de consentimento e cumplicidade. Serão aceitos trabalhos que abordem os genocídios contemporâneos e aqueles perpetrados durante o século XX, como o Holocausto, o Genocídio Armênio e o Genocídio de Ruanda, entre outros, assim como pesquisas acerca das consequências dessas violências, tais como os julgamentos de perpetradores e a elaboração das noções de crime contra a humanidade e genocídio.

Serão contemplados trabalhos sobre a experiência das Guerras Mundiais e de outros conflitos contemporâneos, especialmente aqueles que se preocupem com as memórias, os testemunhos e traumas dos sujeitos dessa época. Pesquisas que abordem e problematizem os usos do passado, a construção das identidades e os perigos do nacionalismo serão bem-vindos. Também serão aceitos trabalhos que reflitam sobre os perpetradores desses regimes e ainda



sobre narrativas negacionistas dos horrores dos séculos XX e XXI. Por fim, serão aceitos trabalhos que reflitam sobre diferentes formas de narrar o passado, como representações audiovisuais e escritas acerca de regimes autoritários.

Assim, acreditamos que é relevante abordar o século XX como um século que não passou e que ainda reverbera no palco das disputas de memória. Enfrentamos hoje questões similares àquelas vividas nesse período, com a ascensão de movimentos de extrema direita, (neo)fascistas e neonazistas. Buscando diálogos, aceitaremos pesquisas sobre a Modernidade e a Pós-Modernidade como perspectivas para a compreensão temporal, que problematizem as rupturas temporais e sociais no pós-queda do Muro de Berlim e que questionem as temporalidades do presente. Diante de tantos desafios, urge a necessidade de repensar o nosso próprio fazer histórico, buscando novos caminhos interpretativos e meios para contribuir com o combate às ideias, ações e crimes que ainda ocorrem nos dias de hoje. Afinal, o passado permanece em plena disputa e mais do que nunca se faz necessário olhar para outras formas de fazer e escrever a história que se fazem proeminentes em nossa sociedade. A análise cuidadosa de discursos extremistas pode nos auxiliar na constante luta pelos princípios democráticos.



Estado, biopoder e as chacinas nas prisões brasileiras

Luana Brunely da Silva

Graduanda em História - Universidade Federal de Ouro Preto
luana.brunely@aluno.ufop.edu.br

Resumo: A escravidão na modernidade foi disseminada por meio de um universalismo civilizacional com base em uma categorização racial a partir da qual grupos não brancos foram sujeitos ao estigma de raça inferior/irracional. Essa experiência histórica perpetuou-se ao longo dos séculos, sendo base estrutural das relações sociais e na formação do Estado/Nação. Neste sentido, as relações sociais e culturais têm sido pré-estabelecidas a partir de traços raciais e geográficos, ou seja, é definido quem deve dominar e ser dominado a partir do reconhecimento de um integrante de determinado grupo étnico-racial e classe social. A partir dessa desnaturalização das relações sociais, e entendendo o processo histórico da consolidação do perfil criminoso, o campo da criminologia crítica passou a investigar os processos históricos que elaboram as normas penais e quais corpos eram privados de liberdade e punidos. Nesse sentido, percebe-se que o processo de criminalização e privação da liberdade serve às elites para domínio e legitimação da desumanidade, direcionando diversos meios de repressão criminal para as camadas mais pobres da população, incluindo o fornecimento dos meios de legitimação desses instrumentos contidos no sistema punitivo das prisões. Tal processo só é possível por meio do racismo institucional. Assim, essa experiência de controle dos corpos indesejáveis serve à manutenção do *status quo* a partir de uma lógica colonial que podemos compreender melhor com base na análise do conceito foucaultiano de biopolítica. Por esse ângulo, a biopolítica/biopoder é entendida enquanto forma globalmente decisiva no exercício cotidiano de um controle policial/vigilante que investe na preservação da vida por meio da aniquilação da própria vida dos corpos indesejáveis, legitimando quem deve viver e quem deve morrer. Em conjunto com os apontamentos anteriores, ao explicitar que corpos não brancos torna-se alvo de violência e sofrimento ao estarem mais sujeitos ao poder disciplinar e punitivo do Estado, esse trabalho possui o objetivo de apresentar os resultados parciais da pesquisa desenvolvida no âmbito do Programa de Iniciação Científica da Ufop e financiado pela CNPQ cuja temática é voltada para um estudo de caso: a chacina do Carandiru. Visando entender como a lógica racista de extermínio que se mantém nos espaços carcerários evidencia que essa realidade é construída com base em uma colonialidade que se manteve ao longo da história, logo o aprisionamento em massa de pessoas negras é uma expressão dessa violência.

Palavras-chave: Racismo estrutural, Colonialidade, Prisão.

Introdução

Para entender o conceito de humanismo ocidental disseminado a partir do colonialismo na América Latina, criou-se e propagou-se a invenção do negro como um sujeito perigoso, violento e agressivo, encarando-o como corpo desumano. De acordo com Achille Mbembe (2018, p.79 – 98) tal visão sobre o negro foi perpetuada ao longo dos anos, determinando quem deveria viver, quem deveria morrer, quem deveria ser vendido e quem deve ser humanizado. É por meio desse processo de vida e morte que a sociedade contemporânea é estruturada colonial.



Nesse sentido, segundo Sivio Almeida (2018), o racismo se estrutura a partir de uma ideologia eugenista ao atribuir características biológicas às características étnico-culturais para legitimar e justificar a hierarquia de poder na modernidade com base na qual o negro é submetido ao controle social do “homem” branco. Assim, esse modelo de sociabilidade se consolidou por uma lógica racial, na qual o branquitude⁹⁰ possui poder-coercitivo para dominar o corpo negro. Essa realidade faz com que a manutenção de poder na sociedade seja orientada, construída e consolidada a partir de uma lógica colonial visando garantir o status quo.

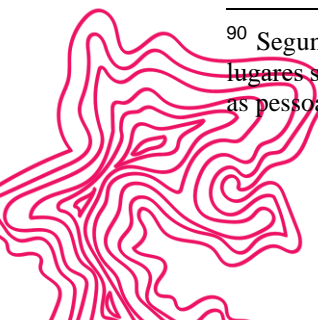
Estrutura de poder a partir da colonialidade

O sociólogo Aníbal Quijano (2005), ao analisar a estrutura de poder na América-Latina, aponta que a partir da consolidação da modernidade na América Latina a experiência histórica do racismo político se perpetuou aos longos dos séculos, servindo de medula espinhal para a consolidação dos estados nacionais latinos americanos:

Assim, termos com espanhol e português, e mais tarde europeu, que até então indicavam apenas procedência geográfica ou país de origem, desde então adquiriram também, em relação às novas identidades, uma conotação racial. E na medida em que as relações sociais que se estavam configurando eram relações de dominação, tais identidades foram associadas às hierarquias, lugares e papéis sociais correspondentes, com constitutivas delas, e, conseqüentemente, ao padrão de dominação que se impunha. Em outras palavras, raça e identidade racial foram estabelecidas como instrumentos de classificação social básica da população (QUIJANO, 2005, p. 117 e 118).

Nesse sentido, as relações sociais e culturais na sociedade seriam pré-estabelecidas a partir dos traços raciais e geográficos, ou seja, quem dominaria os aparelhos de poder e quem seria dominado seria estabelecido na sociedade por uma relação de dominação/identidade racial, isto é, as estruturas de poder se consolidaram a partir da colonialidade. Esses instrumentos de classificação se estruturaram na base da divisão socioeconômica e política no período de formação dos Estados Nacionais na América Latina (QUIJANO, 2009, p.105). Tal processo resulta no controle e dominação da branquitude por meio da segregação racial e da divisão social de classe que desencadeia a pobreza, a miséria e em parte significativa da violência urbana. Desse modo, o que se tem na consolidação dos Estados Nacionais na Modernidade anda em conjunto com o colonialismo e o capitalismo, na qual os dois sistemas de dominação possuem aspectos de uma mesma realidade simultânea e mutuamente

⁹⁰ Segundo Cita Bento, a “branquitude é um pacto não verbalizado de preservação de um grupo nos melhores lugares sociais” que “se expressa em uma repetição ao longo da história, de lugares de privilégio assegurados para as pessoas brancas, mantidos e transmitidos para as novas gerações”.



constitutiva, se configurando ao longo dos séculos por uma relação de continuidade e permanência.

Essa ocupação hierárquica de poder estabelecida pela condição racial na sociedade brasileira é percebida, por exemplo, com base na desigualdade racial na carreira da magistratura, de modo que o Supremo Tribunal Federal (STF), criado em 1891, teve apenas três ministros negros. Em conjunto, o Conselho Nacional de Justiça (CNJ), em 2021, aponta que 12,8% (1.534) dos magistrados são negros no país, contra 85,9% (10.256) brancos⁹¹. Essa realidade difere quando comparada à população encarcerada. Segundo o Anuário sobre as prisões no Brasil, o encarceramento no país cresce ano após ano e o mais impressionante dessa pesquisa é que tal população está se tornando homogênea (NITAHARA, 2022, p.12 – 13). Isso porque dados apontam que os espaços prisionais têm forte seletividade, cor, classe social, espaço geográfico, escolaridade, crime cometido e idade, expondo que a prisão serve de controle social punitivo a determinado grupo social.

Essas estruturas sociais de poder construídas na modernidade e centralizadas na figura do Estado podem ser entendidas, para Foucault, como uma tecnologia de poder por meio da biopoder. Ao controlar a vida em sociedade por meio dos corpos, o grupo hierárquico que está no poder (elite), garante o monopólio que age via políticas de bem-estar social como um mecanismo discreto para determinar o modelo de vida em sociedade, segundo André Duarte (2008, p.2–3).

Assim, o Estado moderno contemporâneo a partir dos seus aparelhos de poder, na leitura Foucault (1987, p.29 – 30), tem a finalidade de estabelecer mecanismos de controle de corpos na sociedade ao estabelecer censuras entre diferentes grupos sociais conforme o interesse político almejado. Nesse sentido, o sistema prisional nasce como um subproduto na modernidade, segundo Foucault, na qual a “privação de liberdade” se estabelece como um mecanismo de controle de corpos ao evidenciar que o poder de tirar a liberdade de alguém é próprio à classe branca e rica de um país, pois dominariam as tecnologias de poder. Logo, a prisão, na modernidade, se constituiria como uma nova configuração social pautada na “disciplina”, a partir das relações de poder que agem sobre os corpos dos sujeitos indesejáveis,

⁹¹ ACAYABA, C. e REIS, T. Proporção de negros nas prisões cresce 14% em 15 anos, enquanto a de brancos cai 19%, mostra Anuário de Segurança Pública. **g1Globo**, São Paulo, 19 out. 2022.

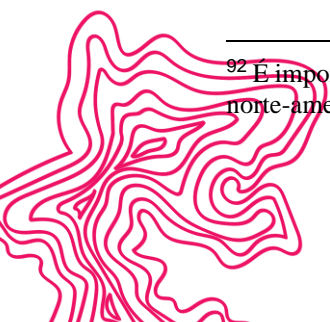


garantindo ao homem branco o poder de retirar a liberdade do homem negro com base no controle sobre seu corpo.

Assim, a construção do processo de escravidão na América privou o negro de sua liberdade ao estabelecer a dominação, exploração e controle do corpo não branco. Antes do fim da escravidão no Brasil, 13 de maio de 1888, o negro era visto como produto (quando não era alforriado), como mercadoria. A partir do final do período abolicionista, o Estado assumiria a responsabilidade de privar uma pessoa de sua liberdade somente quando este indivíduo cometesse crime, acarretando sua prisão. Nesse sentido, o documentário, *Décima Terceira Emenda* (2016), é um dos exemplos dessa mudança social no direito civil dos afro-americanos nos Estados Unidos que pode ser usado, com respaldo⁹², para entender particularidades brasileiras sobre o sistema carcerário no Brasil voltadas ao aprisionamento de pessoas negras. No documentário, especialistas apontaram que o surgimento das cadeias era uma continuidade em relação ao período da colonização, tendo em vista que políticas de combater a criminalização das drogas foi o maior fator de aprisionamento de pessoas negras. Essa realidade ocorreu, segundo o documentário, pois um dos fatores que causava a criminalização do negro faz parte de um terrorismo midiático contra corpos negros na TV. Assim, a justificativa para legitimar a violência e a leitura da abordagem policial que interpreta o negro como traficante estaria relacionada a um imaginário racista e ideológico que relaciona negro a bandido. Essa realidade se difere quando o mesmo policial aborda uma pessoa branca, pois essa pessoa é interpretada como usuária. Essa evidência faz parte de outras que expõe o processo histórico da criminalização das pessoas negras por meio de uma política estatal permanente e cotidiana que criminalizado o corpo negro.

Outro ponto a ser explorado, em conjunto com a política de criminalização do negro, são os fatores que impactam no aumento do encarceramento. Nesse sentido, Loic Wacquant (1999, p. 96) ao analisar os processos sociais responsáveis pelo aumento do número de pessoas no sistema prisional nos Estados Unidos em 1990, percebeu que o processo de individualização da questão social (expressões das desigualdades sociais) havia se tornado um mecanismo selecionador para o ingresso no sistema prisional. Essa lógica racista e classicista visou criminalizar a pobreza por meio de um discurso neoliberal que favorece a exploração pela classe

⁹² É importante apontar que existem muitos trabalhos que se dedicam a demonstrar a diferença entre as experiências norte-americanas e brasileiras.

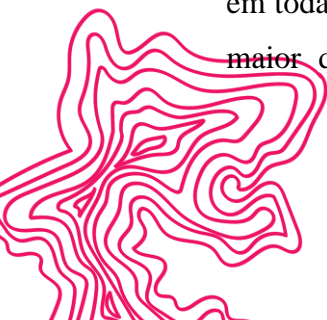


dominante. Ou seja, problemas sociais como fome, desemprego e falta de alojamento acarretaram o aumento da violência, de modo que o Estado penalizou os indivíduos que estavam em situação de marginalidade.

Logo, a remoção das políticas de assistência social nesse período ocasionou a desestruturação do Estado Social e o fortalecimento do Estado Penal. Assim, a economia neoliberal, segundo Wacquant, aponta que as prisões pelo mundo, a partir dos anos 1990, transformam as desigualdades sociais em uma responsabilidade individual para que o sujeito que cometeu crime fosse punido em favor da “lei e ordem”. Isto é, o Estado Penal é uma forma de controle social em favor do status quo, de modo que uma guerra contra qualquer ato criminal, como, por exemplo, a guerra contra as drogas, direciona um tratamento jurídico e policial favorável ao uso intensivo da violência aos sociais grupos marginalizados (WACQUANT, 1999, p. 96 – 97).

Vale ressaltar que essa lente de análise também é percebida pelo campo da criminologia crítica ao apontar que o desvio ilícito e a criminalidade são compreendidos como uma “etiqueta”, um “rótulo”, atribuído a determinados indivíduos que praticam determinadas condutas, sendo reconhecidos como criminosos (MONTENEGRO, 2017, p.14). Para exemplificar tais apontamentos, a pesquisa desenvolvida pelo Elemento Suspeito indicou o agravamento do racismo nas abordagens policiais em todo o ciclo da justiça criminal. O primeiro levantamento, coordenado pelo Centro de Estudos de Segurança e Cidadania (Cesse), foi publicado em 2003. A pesquisa analisou depoimentos de 739 pessoas e fez o levantamento do perfil social que considerava grupo social, residência, idade e profissão; foram analisados os perfis de jovens, moradores de periferia, entregadores, motoristas de aplicativos, mulheres e policiais. Com base na análise de idade, gênero, cor, classe e território, pesquisadores identificaram o perfil típico das pessoas abordadas pela polícia (CENTRO DE ESTUDOS DE SEGURANÇA E CIDADANIA, 2003, p.12 – 22).

Segundo o levantamento, a maioria é homens negros, com até 40 anos, moradores de favela e periferia e com renda de até três salários mínimos. A população negra analisada compõe mais de 74% dos abordados em vans e Kombis, 72% a mais em relação a carros de aplicativos, 68% em motos e 67% em evento ou festa privada/pública. É importante apontar também que em todas as situações analisadas, a proporção de negros nas abordagens pela polícia e sempre maior do que brancos. Diante dessa realidade, os pesquisadores envolvidos com dados

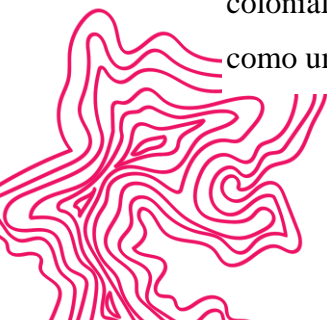


apontaram na matéria “Elemento suspeito: negro trauma indica ciclo vicioso de encarceramento”, dessa forma, a visão do estado sobre o perfil criminoso, tendo em vista que o poder disciplinador/militar do Estado para Foucault opera assegurando um equilíbrio das forças políticas e garantindo o exercício do poder do estado e a manutenção do status quo, resulta no processo de criminalização do corpo negro e pobre como controle social.

Mediante a análise, o crime/punição possui um perfil de conduta como algo previamente estipulado nas relações sociais a partir de uma categoria hierárquica geográfica, classicista e racial, por interferência de operadores de controle da norma social a partir da colonialidade, como, por exemplo, a polícia. Em outras palavras, o racismo institucional se constitui como um regime disciplinar que precisa coagir determinado perfil de sujeito que cometeu crime, o interpretando como inimigo da sociedade. Ou seja, existe um tratamento diferenciado para determinados grupos sociais que cometeram crimes.

Nesse sentido, a tortura dos escravizados e seus descendentes não foram abolidas no final do século XIX com a assinatura da lei Áurea no Brasil. Pelo contrário, com a institucionalização do Estado moderno, a partir do século XVI-XIX, os descendentes afro-brasileiros continuaram sofrendo com a legitimação da violência contra seus corpos, sendo refletido na inserção do sistema carcerário.

Tendo em vista os apontamentos anteriores, a privação de liberdade dos descendentes da diáspora africana, como no caso brasileiro, ainda no período contemporâneo, tornara-se alvo de sofrimento ao estarem mais sujeitos ao poder disciplinar e punitivo do Estado. Tendo em vista que dados sobre encarceramentos disponibilizados pelo 14º Anuário Brasileiro apontam que a maioria da população de detentos é negra em 2019. Essa pesquisa aponta que negros representaram 66,7% da população carcerária, enquanto a população não negra, considerados brancos, amarelos e indígenas, segundo a classificação adotada pelo IBGE por meio da auto declaração, representou 33,3%. Isso significa que, de acordo com o estudo, “para cada não negro preso no Brasil em 2019, dois negros foram presos”(NITAHARA, 2019, p. 1 e 2). Conclui-se que o racismo presente na criminalização da pobreza como controle social punitivo, no tempo presente, apresenta-se como um multiplicador ideológico que se nutre dos aparelhos políticos de dominação social a favor dos grupos dominantes a partir de uma lógica de poder colonial. Essa tecnologia, para Foucault (1987), é instituída na modernidade a partir da prisão como um instrumento de controle social e manutenção de relações sociais.

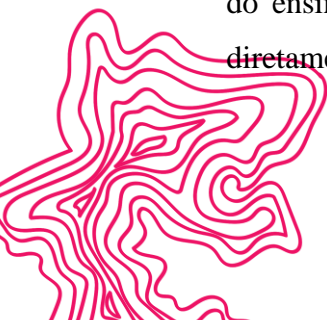


Processo de criminalização do corpo negro como controle social punitivo

A construção dos Estados modernos nos países transatlânticos não é desvinculada do processo de colonização no qual o ocidente demarcou espaços sociais de poder que categorizou hierarquias sociais a partir da identidade étnico-racial que reflete nas estruturas econômicas e sociais nos países latino-americanos. Assim, a história do mundo não-ocidental ao discutir os espaços subalternos, violentos e desumanos continua encontrando a investigação do seu objeto de análise no contexto histórico colonial, visto que as relações de poder no tempo presente evidenciam um processo de continuidade histórica do tríplice colonialismo, modernidade e capitalismo. Essa desconstrução do modo de pensar e de ler a sociedade se faz necessária na tentativa de consolidar uma proposta de epistemologia crítica anticolonial às concepções dominantes e estruturas sociais na modernidade.

Ao entender a realidade do sistema prisional a partir de uma leitura pós-colonial como espaço de subalternidade e privação da liberdade na modernidade, é possível visualizar a manutenção da colonialidade e repressão contra grupos não ocidentais no tempo presente. Logo, por meio da comparação dos dados com as discussões teóricas, foi possível perceber que a população de negros aprisionados é consideravelmente maior quando comparada a de brancos em cárcere. Os dados do INFOPEN de 2017 mostram que 60% dos que estão presos hoje são negros, pobres e com baixa escolaridade. Segundo a pesquisa, essa é a parcela da população com maiores chances de ser presa por tráfico de drogas e com menos chances de conseguir ser solta em audiência de custódia (DINIZ, 2016). Outra reportagem que também evidencia o racismo no processo da justiça penal é “Negros são condenados a mais tempo de prisão que brancos pelos mesmos crimes 2017” publicada no portal de notícias Gazeta do povo, esboça que pessoas brancas e pretas ao cometerem o mesmo crime são julgadas e condenadas de forma diferente, dado que pessoas pretas têm uma sentença maior comparada a dos indivíduos brancos. Apesar de serem pouco mais de 23% do total da população brasileira, os jovens de 18 a 29 anos representam quase a metade de todas as pessoas que estão na cadeia no país, correspondendo a 42,63%.

Em relação a essa realidade e entendendo as estruturas de hierarquia social, as desigualdades escolares são vistas também como uma das causas da dificuldade de conclusão do ensino médio dos homens pretos ou pardos com idade entre 20 e 22 anos, que reflete diretamente na condição de vida dessas pessoas na prisão. A maioria dos jovens negros



presentes nas periferias brasileiras está entre a população com menos acesso à educação, essa realidade reflete no sistema prisional, no qual a maioria das pessoas presas não concluiu nem o ensino fundamental II (BATISTA,2010).

Assim, o funcionamento do sistema prisional evidencia que tais fatores estão relacionados ao perfil dos detentos. Segundo Marcelo Nery (2022), a desigualdade social é um dos fatores que agravam os quadros de violência. É importante pontuar que a desigualdade social e os crimes contra o patrimônio não são necessariamente uma relação de causa e efeito, no entanto, nota-se que o “crescimento da violência é uma tendência do reflexo do aumento da fome e de pessoas em situação de pobreza”⁹³.

Segundo o relatório do Departamento Penitenciário Nacional (Depen), do ano de 2010, o crime mais cometido pelas pessoas presas no Brasil é o do roubo qualificado, com o porte de arma, sendo esse um crime comum em roubos de veículos. Devido a esse tipo de crime, estão presos 73.267 homens e 1.421 mulheres. No mesmo relatório é apontado que cerca de 31.956 presos cumprem pena por furto simples, 32.863 por furto qualificado e 41.058 por roubo simples. Os demais crimes contra o patrimônio foram praticados por 23.603 condenados, sendo 12.537 receptadores, 5.673 estelionatários e 2.566 presos por extorsão mediante sequestro. Já o crime mais comum cometido individualmente é o tráfico de entorpecentes, em especial a maconha. São 78.735 homens e 12.312 mulheres, que somam 22% da população carcerária. Essa pesquisa também evidencia que os índices de crimes cometidos contra a vida não são baixos, mas, mesmo assim, ocupam uma parcela pequena da população carcerária. Crimes como latrocínio, uma forma qualificada do crime de roubo com violência contra a vítima (lesão grave ou morte), foram praticados por 13.609 presos.

Sendo assim, é possível perceber que um grupo social em condições de privação de liberdade tem um perfil: espaço geográfico, cor, classe social e grau de escolaridade. Nota-se também que a ocorrência do crime mais praticado no Brasil está relacionada à desigualdade social e racial, quando comparada a condenação e encarceramento no que diz respeito a políticas de criminalização das drogas, em relação à qual o grupo que foi historicamente colonizado encontra-se em maior número condenado em comparação às pessoas brancas. Esse racismo institucionalizado em relação ao perfil do inimigo penal, ao ser comparado ao perfil dos crimes

⁹³ Fala disponível em: <https://jornal.usp.br/atualidades/populacao-paulistana-sente-medo-com-aumento-da-criminalidade-e-da-violencia-na-cidade/>

de colarinho branco⁹⁴, que possuem impacto social maior, considerando que o crime mais praticado por esse grupo é sonegação de impostos. Os prejuízos que inviabilizam qualquer investimento em setores públicos e nas políticas de assistência prejudicam a política de assistência pública, além do investimento em saúde e educação. Essa conduta ilícita cometida pela maioria das pessoas brancas e ricas do país que ocupam cargos de poder passa socialmente despercebida, mesmo sendo uma conduta criminosa grave, pois a justiça criminal se mostra seletiva na condenação de quem tem cor e classe.

Na análise desse artigo, os estudos apresentados permitem, a partir dos dados e da análise teórica, argumentar que esse contexto contemporâneo do sistema prisional brasileiro é responsável pela manutenção da desigualdade social e do racismo estrutural que se configura por uma lógica colonial contra a população negra e pobre. Dessa forma, estudos sobre o campo da criminologia crítica apontam a segregação racial e de classe presentes na justiça penal, como a criminalização da pobreza pelo Estado penal, que garantem a punição dos corpos por meio de violências, desumanidade e privação da liberdade ao verificar o perfil das pessoas encarceradas.

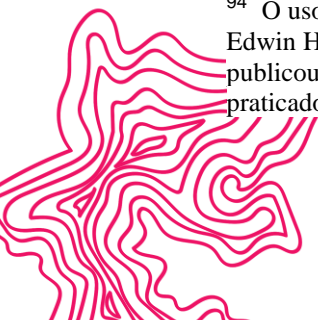
Considerações finais

Mediante a análise realizada foi possível compreender que o sistema prisional brasileiro contemporâneo é fruto de uma continuidade histórica em relação ao período colonial cujo objetivo fundamental foi aniquilar corpos indesejáveis que escapassem ao status quo e privá-los da liberdade a partir do controle social punitivo existente nas prisões. Assim, grupos historicamente discriminados, como negros e pobres, por não serem detentores de prestígio social e por serem rotulados e etiquetados, são vistos como vetores naturais de violência, logo, alvos de controle e dominação no sistema prisional. Dessa forma, atribui-se ao Estado e ao seu biopoder a personalidade do agente disciplinador no sentido da adequação à conduta social dominante. Assim, o racismo, elemento estruturante das nossas relações sociais desenvolvidas na América latina, mantém-se como um sistema de dominação contra as camadas negras da população brasileira.

Referências

ACAYABA, C. e REIS, T. **Proporção de negros nas prisões cresce 14% em 15 anos, enquanto a de brancos cai 19%**, mostra Anuário de Segurança Pública. **g1Globo**, São Paulo,

⁹⁴ O uso do termo “colarinho branco” possui origem na expressão inglesa white collar crimes, cunhada por Edwin Hardin Sutherland, sociólogo estadunidense que propagou mundialmente o termo quando Sutherland publicou a sua clássica obra White Collar Crime. Assim, os crimes de colarinho branco seriam aqueles praticados por pessoas dotadas de respeitabilidade e grande status social



19 out. 2022. Disponível em: <<https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/2020/10/19/em-15-anos-proporcao-de-negros-nas-prisoas-aumenta-14percent-ja-a-de-brancos-diminui-19percent-mostra-anuario-de-seguranca-publica.ghtml>>. Acesso em: 10 jan. 2023.

ALMEIDA, S. L. **O que é racismo estrutural?** Belo Horizonte (Minas Gerais): Letramento, 2018.

BATISTA, E. **Perfil do detento: A maior parte dos presos responde por tráfico e roubo.** Consultor Jurídico, 03 abr. 2010. Disponível em: <<https://www.conjur.com.br/2010-abr-03/maior-parte-presos-brasileiros-responde-traffic-roubo-qualificado>>. Acesso em: 10 jan. 2023.

BENTO, C. **O Pacto da Branquitude.** São Paulo: Companhia das Letras, 2022, p.152

CALVI, P. **Sistema carcerário brasileiro: negros e pobres na prisão.** Câmara dos Deputados, Brasília, 06 ago. 2018. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/comissoes/comissoes-permanentes/cdhm/noticias/sistema-carcerario-brasileiro-negros-e-pobres-na-prisao>>. Acesso em: 10 jan. 2023.

DÉCIMA TERCEIRA emenda. Direção: Ava DuVernay. Produção: Ava DuVernay; Ben Cotner. Estados Unidos: Netflix, 2016.

DIMENSTEIN, M.; SILVA, G. de N.; DANTAS, C.; MACEDO, J. P.; LEITE, J. F. e ALVES FILHO, A. **Gênero na perspectiva decolonial: revisão integrativa no cenário latino-americano.** Revista Estudos Feministas, Florianópolis, v. 28, n. 3, e 61905, 2020.

DUARTE, A. **Sobre a biopolítica: de Foucault ao século XXI.** 2008.

FOUCAULT, M. **Vigiar e punir: nascimento da prisão.** Trad. Raquel Ramalhete. Petrópolis: Vozes, 1987.

MBEMBE, A. **Necropolítica.** São Paulo: N-1 edições, 2018, 80p.

MEDEIROS, A.P. **Aumento da violência urbana reflete desigualdade e ausência do poder público,** NERY,M.B, Jornal da USP, São Paulo, Radio USP, 2022.Disponivel em:<https://jornal.usp.br/atualidades/populacao-paulistana-sente-medo-com-aumento-da-criminalidade-e-da-violencia-na-cidade/>

MEIRELES, I. Poiésis: Revista de Filosofia, v. 12, n. 1, p. 44–59, 2015.

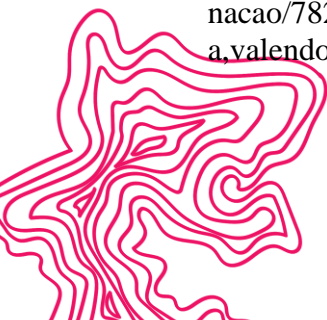
MONTENEGRO, A. V. B. **O direito penal do inimigo e a seletividade do sistema penal: dois lados da mesma moeda,** 2017.

NITAHARA, A. **Pesquisa aponta aumento do racismo nas abordagens policiais no Rio.** Agência Brasil, Rio de Janeiro, 15 fev. 2022. Disponível em: <<https://agenciabrasil.ebc.com.br/direitos-humanos/noticia/2022-02/pesquisa-aponta-aumento-do-racismo-nas-abordagens-policiais-no-rio>>. Acesso em: 10 jan. 2023.

QUIJANO, A. **Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina.**

QUIJANO, A. **Colonialidade do Poder e Classificação Social.** In: Epistemologias do Sul.

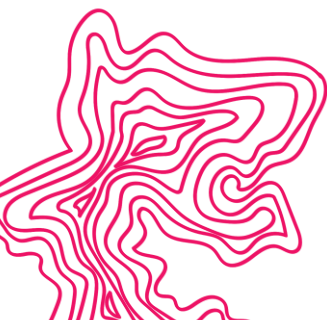
SILVESTRE, E. **Os crimes de colarinho branco, seu alto poder de lesividade e a falência da nação.** Jusbrasil, 2020. Disponível em: <<https://www.jusbrasil.com.br/artigos/os-crimes-de-colarinho-branco-seu-alto-poder-de-lesividade-e-a-falencia-da-nacao/782098604#:~:text=A%20express%C3%A3o%20est%C3%A1%20intimamente%20liada, valendo%2Dse%20de%20sua%20posi%C3%A7%C3%A3o>>. Acesso em: 10 jan. 2023.



SCHUQUEL, T. Apenas 12,8% dos magistrados são negros no Brasil; CNJ prevê igualdade só em 2056. **Metrópoles**, 29 set. 2021.

WACQUANT, L. **As Prisões da Miséria**. Paris: Raisons d'Agir, 1999.

WHASHINGTON, T, **Negros são condenados a mais tempo de prisão que brancos pelos mesmos crimes**. Gazeta do Povo, 23 nov. 2017. Disponível em: <<https://www.gazetadopovo.com.br/justica/negros-sao-condenados-a-mais-tempo-de-prisao-que-brancos-pelos-mesmos-crimes-5qc0vaub3x7msy02j85xza5s7/>>. Acesso em: 10 jan. 2023.



Subversão tirânica: o imaginário democrático e o medo em governos autoritários

Iandry Jessica Ferreira

Graduanda de História/Licenciatura - Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG)

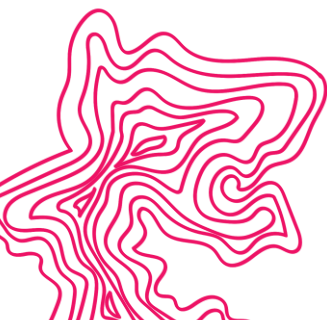
Email: iandryjessica.s@gmail.com

Resumo: A democracia nasce em Atenas como uma proposta de sistema político que nomeava determinados indivíduos para tomar decisões em nome da sociedade e proteger o chamado “poder do povo”. Esses representantes também eram responsáveis por garantir os dois princípios cruciais de um regime democrático, sendo eles: a liberdade e a igualdade. No entanto, com o passar dos anos, percebe-se que a democracia acaba sendo manipulada por atos tirânicos, se tornando um “imaginário democrático”. À exemplo disso, temos Donald Trump, Viktor Orbán, Nicolás Maduro e Jair Bolsonaro que são nomes em destaque para essa afirmação anterior, afinal, são governos autoritários que subvertem o discurso democrático e alimentam o medo como instrumento de poder. Dessa forma, o propósito deste trabalho é investigar esse “imaginário democrático”, para melhor compreensão de como a disseminação tirânica age, e analisar o sentimento do medo como forma de poder que a própria tirania se apropria para se legitimar nesses espaços. A metodologia deste trabalho consiste em uma pesquisa bibliográfica com a abordagem qualitativa de forma que serão usadas as considerações de Alexis Tocqueville, Daniel Ziblatt, Heloisa Starling, Marilena Chauí, Newton Bignotto, Peter Mair, Robert Dahl, Steven Levitsky e Snyder Timothy.

Palavras-chave: Democracia, Imaginário, Medo, Poder.

Introdução

O conceito de democracia (*dēmokratia*) nasceu em Atenas como um sistema político no qual determinados indivíduos eram nomeados para tomar decisões em nome da sociedade e proteger o poder do “povo”. Reunidos na praça central de Atenas, a Ágora (*ἀγορά*), os cidadãos resolviam as soluções mais adequadas para a sua comunidade. Este espaço público, aberto a todos, foi fundamental para a democracia ateniense. A finalidade dessa reunião era garantir os dois princípios cruciais para o funcionamento de um regime democrático, nesse caso: a liberdade e igualdade (SCHWARCZ, 2019; p. 53). No entanto, Snyder (2021) adverte que “Aristóteles temia que, numa democracia, algum demagogo rico e talentoso pudesse dominar com facilidade a mente da população”. Na passagem do século XIX para o XX, vemos o temor de Aristóteles se concretizar, uma vez que a democracia vai ganhando um novo caminho: o da tirania.



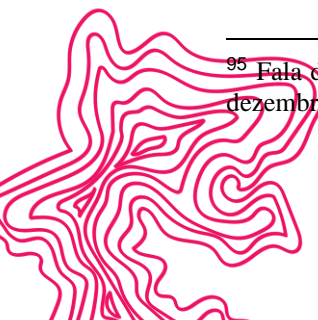
Essa reflexão poderia muito bem configurar-se no mais recente debate do momento presente, uma vez que nos referimos ao sistema político democrático, que por sua vez, se tornou um caminho para uma tirania disfarçada de democracia. Dessa forma, este trabalho tem como propósito investigar como a democracia tem sido corrompida no tempo presente por líderes autoritários, ou melhor, corrompida e subvertida. Além do mais, é objetivo deste ensaio expor um panorama sobre dois instrumentos de poder que facilitam a disseminação da tirania, sua legitimação na esfera social e a manipulação dos dados factuais, são eles: o “imaginário” democrático e o medo.

Dividido em duas partes, esse trabalho vai iniciar com a explicação da circulação das ideias democráticas e o novo formato que elas ganharam com o passar dos anos. Depois disso, entraremos em contato com os tópicos “Imaginário democrático” e o “Medo”, a fim de abrir um panorama historiográfico para enxergarmos como essa circulação de ideias se tornou uma forma estratégica de governos autoritários, onde se apropriam desse conceito, de forma tirânica, com o objetivo de conquistar sua legitimidade no poder. Com esse propósito, serão usadas as considerações de Alexis Tocqueville, Daniel Ziblatt, Heloisa Starling, Marilena Chauí, Newton Bignotto, Peter Mair, Robert Dahl, Steven Levitsky e Snyder Timothy.

Democracia no tempo

As ideias surgem dentro de conjunturas, ressignificam, desaparecem, voltam e começam a circular em determinados cenários. As democracias renascem com a apropriação de ideias, sofre alterações com o passar do tempo, suas demandas se modificam, mas seus princípios estão assegurados: a liberdade e a igualdade. Como já falado no início deste trabalho, a democracia surge no espaço público com o objetivo de permitir a participação dos cidadãos atenienses para o desenvolvimento de sua sociedade. Na Grécia, o “povo” que constituía a cidade, ou seja, os cidadãos pertencentes a pólis eram compostos por homens adultos, livres, residentes e autóctones. Essas pessoas eram escolhidas para tomar decisões em nome do coletivo, para proteger o chamado "poder do povo" e garantir os dois princípios de um regime democrático, que são: a liberdade - nenhuma e qualquer forma de dominação - e a igualdade - todos os cidadãos deverão ser tratado iguais no que diz respeito aos direitos (informação verbal)⁹⁵. Então nos questionamos: se os cidadãos eram apenas homens livres, considerados gregos e que

⁹⁵ Fala da prof^a Heloísa Murgel Starling na disciplina História das Ideias Políticas e Sociais, UFMG, em 09 de dezembro de 2022.



atingiram a maioria, e o resto dos indivíduos que viviam na Grécia? Estavam inseridos em qual lugar? Aristóteles ratifica que,

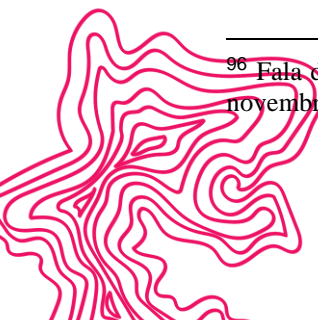
E isso nos conduz à alma. Ela tem duas partes: uma, que ordena, a outra que obedece - e as suas qualidades são bem diversas. Esta harmonia se encontra evidentemente nos seres, e assim destinou a natureza parte dentre eles a mandar e parte obedecer (ARISTÓTELES, 2009, p. 35).

Assim, atingir o saber para compreender quem é o povo e quem vai poder ter o direito dos princípios, estão emergidos no papel em que cada cidadão manifesta dentro da esfera social - ou seja, mulheres, crianças, estrangeiros e não gregos não faziam parte desse espaço. Ressurgindo no solo moderno, a democracia trouxe consigo mudanças significativas em relação aos moldes gregos, já que a sociedade, os elementos que a compõem e as responsabilidades do Estado foram substancialmente transformados. Como pontua Santos (2013, p. 28), a democracia moderna se distanciou da sua origem grega no que se refere a ampliação dos direitos para os considerados cidadãos, assegurando a igualdade, liberdade e um outro elemento importante, a igualdade – é importante ressaltar que esses direitos ainda não se aplicavam a todos os grupos sociais, uma vez que, segundo Rémond, citado por Santos (2013), expõe que apenas homens podiam votar com o surgimento do Sufrágio Universal, enquanto as mulheres só conquistaram esse direito um século depois. Arendt (2011, p. 34) informa que,

Em nosso entendimento, a linha divisória é inteiramente difusa, porque vemos o corpo de povos e comunidades políticas como uma família cujos assuntos diários devem ser zelados por uma gigantesca administração doméstica de âmbito nacional. O pensamento científico que corresponde a esse desdobramento já não é a ciência política, e sim a economia nacional ou a economia social, ou, ainda, a volkswirtschaft, todas as quais indicam uma espécie de administração doméstica coletiva, o que chamamos de sociedade é o conjunto de famílias economicamente organizadas de modo a constituírem o fac-símile de uma única família sobre-humana, e sua forma política de organização é denominada de “nação” (ARENDDT, 2011, p. 34).

E assim, percebemos que a Revolução Francesa amplia a noção de política, e, conseqüentemente, a democracia ganha um novo significado. Com o passar dos séculos, a democracia passou por um processo contínuo de transformação e modernização, adaptando-se às necessidades e demandas de cada país para agir no campo político. No contexto do século XX, a consolidação das democracias tornou-se fundamental para a legitimação popular do Estado, garantindo os direitos dos cidadãos e orientando a criação e implementação das políticas públicas (informação verbal)⁹⁶. No entanto, Levitsky e Ziblatt (2018, p. 17) ressaltam que a

⁹⁶ Fala da prof^a Heloísa Murgel Starling na disciplina História das Ideias Políticas e Sociais, UFMG, em 18 de novembro de 2022.



maioria dos colapsos democráticos desde o fim da Guerra Fria foi causada por governos eleitos, não por militares. E assim, a via eleitoral se torna um perigo para a democracia:

Desde o final da Guerra Fria, a maior parte dos colapsos democráticos não foi causada por generais e soldados, mas pelos próprios governos eleitos. A via eleitoral para o colapso é perigosamente enganosa. Autocratas eleitos mantêm um verniz de democracia enquanto corroem a sua essência. [...] Democracia pode ser corroída por dentro até acabar (LEVITSKY, ZIBLATT, 2018; 17)

Percebemos então, nas considerações de Levitsky e Ziblatt (2018), que as democracias também morrem na soberania de líderes eleitos, uma vez que subvertem as bases essenciais democráticas e as aplicam por meio da tirania, conceito que veremos mais adiante neste trabalho. No raciocínio de Newton Bignotto (2016, p. 234), observamos que:

A tirania é o regime do desejo de um só e se coloca como o oposto do que viria a ser chamado de regime republicano, que tem na noção de interesse comum seu centro de gravidade. Podemos assim pensar que a tirania assinala os limites da política como uma forma final do processo de corrupção dos regimes (BIGNOTTO, 2016, p. 234).

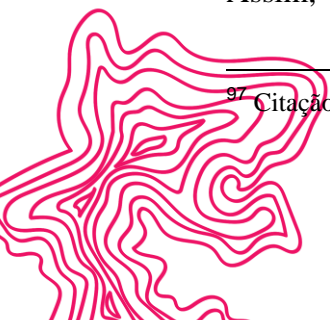
Tocqueville (2005, p. 200-203) argumenta que a tirania não é exclusiva de governos imperialistas, mas também pode se instalar em regimes democráticos. É importante lembrar que a tirania é um inimigo da democracia, pois a vontade de um indivíduo prevalece sobre a vontade coletiva. De acordo com Starling (2022, p. 2), a tirania é capaz de se disfarçar em discursos democráticos, o que lhe permite sobreviver e encontrar brechas para se infiltrar em regimes democráticos. Então, suas raízes obscuras permanecem camufladas sob o discurso da democracia até que uma oportunidade se apresente para se manifestar.

Nos tempos presentes, nos defrontamos com um novo tipo de democracia que acaba sendo corroída por essas raízes do passado: a ciberdemocracia. Diante da declaração das Nações Unidas de 2011, podemos analisar que o novo instrumento de poder do Estado se torna a internet, pois:

[...] É um dos instrumentos mais poderosos do século XXI para o aumento transparência na condução dos poderosos, o acesso à informação, e para facilitar participação ativa dos cidadãos na construção de sociedades democráticas (NAÇÕES UNIDAS, 2011)⁹⁷

Os avanços tecnológicos permitiram a criação de um espaço de debate público e virtual que não pode ser selado. Assim, essa “ágora virtual” atua para aumentar a capacidade de comunicação dos indivíduos, que por sua vez, possibilita a soberania popular no campo político - embora não tenha provas suficientes para ser considerada direta (SANTOS, 2013; p. 74). Assim, a ciberdemocracia demonstrou ser uma ferramenta importante para promover a

⁹⁷ Citação direta retirada do mestrado de Santos (2013).



participação cidadã e garantir a transparência no campo político. No entanto, os perigos da nova face do autoritarismo estão disfarçados e cravados nesses espaços virtuais, que por sua vez, se tornam instrumentos de determinados políticos para disseminar sua tirania.

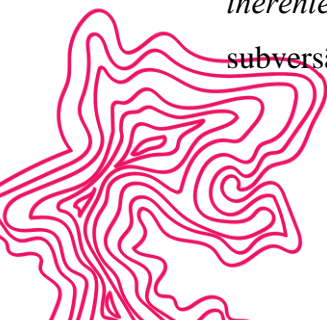
É inegável que a democracia enfrenta um cenário nunca visto antes, de caráter degradante, conforme evidenciado pelos recentes acontecimentos políticos. Nomes como Donald Trump, Viktor Orbán, Nicolás Maduro e Jair Bolsonaro representam governos autoritários e utilizam o advento da internet para propagar sua tirania através de uma subversão do discurso democrático.

Os historiadores estão habituados a olhar para o passado em busca de uma resposta para o presente. No entanto, o que ocorre, é que o passado não está mais nos mostrando esse cenário para reconstruir um acontecimento, muito menos nos apresentando uma determinada cronologia dos “meios factuais” (STARLING, 2017; p. 99), ou seja, não há referências para nos debruçarmos nos cenários passados, ele é incerto e caótico. E os governos autoritários aproveitam desse contexto de incertezas e usam o discurso democrático para legitimar o seu poder, mas as bases cruciais para formar a democracia como “soberania do povo” ficam no imaginário.

O imaginário democrático

De acordo com Cesar quando cita Ricoeur (2014, p. 2), a função prática da imaginação detém de uma pluralidade de significados. Nessa situação, o que nos convém é o significado que está relacionado com a evocação arbitrária de coisas ausentes, mas que ainda existam alhures, ou seja, é preciso fazer o papel das coisas que representam (RICOEUR, 1986, p. 215 apud CESAR, 2014, p. 2)”. Assim, ao pensarmos em um imaginário democrático, tendemos a construir uma representação do que conhecemos sobre ele, por mais que a democracia não tenha um modelo único.

A democracia, segundo Cesar apud Ricoeur (2014, p. 10) é a expressão da “vida boa, com e para os outros, em instituições justas”, mas que enfrenta desafios em seu caminho ao buscar realização plena, pois a interferência humana de realizar seus conflitos interpessoais é inevitável, elemento que o governante necessita abrir mão: seus interesses pessoais. Segundo o autor Dahl (2009) “*a democracia não é apenas um processo de governar, ela também é inerentemente um sistema de direitos*”, assim, podemos afirmar que mesmo na ausência ou subversão dos dois princípios que regem a democracia no quesito existir, ela ainda necessita



garantir os direitos de todos os cidadãos, onde percebemos que nesse caso, esses governantes não cumprem com os quesito cruciais e acabam criando um imaginário ao redor desse conceito. Assim, o “protótipo” da democracia acaba sendo manipulado pelos governantes autoritários, e assim, as democracias entram em crise como reforça os autores Levitsky e Ziblatt (2018) em seu trabalho *Como as democracias morrem*.

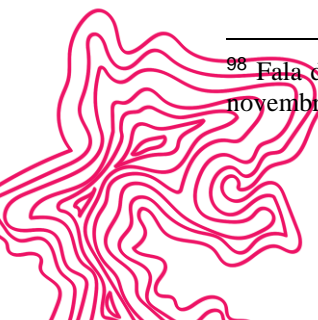
O medo

Os líderes autoritários buscam ter controle total da sociedade e, para alcançá-la, utilizam diversos instrumentos de poder. Neste ensaio, será destacado o uso do terror como uma dessas ferramentas, uma vez que ela possibilita que o líder imponha suas vontades através do medo. Segundo Marilena Chauí (1999, p. 56) o medo é “como uma paixão triste, cuja origem e efeitos fazem com que não seja uma paixão isolada, mas articulada a outras, formando um verdadeiro sistema do medo, determinado a maneira de sentir, viver e pensar dos que a ele estão submetidos”. Essa é a estratégia do novo autoritarismo para disseminar o medo, pois, “basta que a gente tenha” (informação verbal)⁹⁸. De acordo com Starling (2022, p. 1), a instauração do medo representa um ataque à democracia, visto que, uma vez estabelecido como instrumento de poder, ele se consolida e cristaliza de forma subversiva. A presença do medo se tornou um obstáculo significativo para a obtenção de dados históricos, uma vez que:

A mentira permite reescrever a história e a democracia pode cair por corrosão porque ninguém mais sabe ao certo quais são os limites. As consequências são imediatas para o funcionamento da democracia: quando as linhas divisórias entre verdade e fraude ficam indistintas, deixa de existir uma base factual para se questionar os fatos (STARLING, 2022; p. 2)

Facilmente, pode-se criar duas narrativas históricas, afinal, a escrita da história é construída por uma instituição que parece inverter os fatos, ela obedece às próprias regras e também examina a escrita com base nesses princípios (CERTEAU, 2015, p. 56). Nos governos autoritários, a tirania usada permite usar o medo e trocar as narrativas de acordo com o seu interesse próprio. Assim, buscam deslegitimar a autenticidade dos fatos históricos (STARLING, 2022, p. 2) e gerar desinformações e pânico nas massas. Essa prática usada como instrumento de poder aumentou o sentimento de medo na população, uma vez que muitas dessas informações disseminaram informações falsas e alarmantes sobre determinados assuntos que

⁹⁸ Fala da prof^a Heloísa Murgel Starling na disciplina História das Ideias Políticas e Sociais, UFMG, em 18 de novembro de 2022.



diz respeito à esfera social, como saúde e segurança⁹⁹. Isso pode levar à manipulação da história e à disseminação de informações falsas, às *fake news*, aumentando o medo e a incerteza na sociedade que vive em uma subversão da democracia (informação verbal).¹⁰⁰

Conclusão

Como vimos, a Democracia significa “poder do povo”, e, com um representante escolhido entre os indivíduos, ele concentra um poder maior em seu domínio respeitando a escolha de outros cidadãos e seus direitos. No entanto, também verificamos que cada país corresponde a um tipo de democracia para atender seus próprios interesses, embora não deve ou deveria assemelhar-se à tirania, pois a democracia é uma soberania do “povo” e não sem o “povo”. Mas governos autoritários colocam essa ação de caráter tirânica em prática, uma vez que se apropria do discurso democrático para legitimar o seu poder, e assim, as bases cruciais para formar a democracia como “soberania do povo” ficam no imaginário.

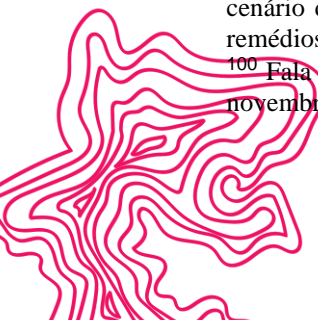
Para essa propagação da tirania, os governantes ainda precisam disseminar suas intenções por meio do medo, prática recorrente ao longo da história, especialmente quando se busca a consolidação de regimes autoritários e o enfraquecimento da democracia. Através da manipulação das emoções coletivas, líderes autoritários têm explorado o temor na sociedade para deslegitimar a história, controlar comportamentos e sufocar opiniões dissidentes. O uso do medo como ferramenta de poder cria um ambiente propício à distorção de informações históricas e à subversão da verdade em prol de um controle mais amplo sobre os indivíduos. A impunidade dos atos cometidos nesse contexto também contribui para obscurecer a narrativa histórica, dificultando a obtenção de dados precisos. E, com o avanço da internet e a disseminação rápida de informações, isso se tornou cada vez mais fácil de conquistar, trazendo um cenário de manipulação e controle digital de forma jamais vista antes.

Referências

- BIGNOTTO, Newton. **A tirania se aproxima de governos que se consolidaram por caminhos ilegítimos**. In: Revice - Revista de Ciências do Estado, v. 1, n.2, 2016.
- BOTELHO, André; STARLING. Murgel Heloisa (org.). **Democracia e República: impasses do Brasil Contemporâneo**. Editora UFMG, 1ª edição, 2017.

⁹⁹ Temos como exemplo a doença causada pelo Sars-CoV-2 que refere-se ao vírus COVID-19, que se tornou um cenário de pandemia. que teve como ordem governamental divulgações falsas sobre a doença, como supostos remédios milagrosos e teorias conspiratórias que atribuíam a origem do vírus a determinados grupos ou países.

¹⁰⁰ Fala da profª Heloísa Murgel Starling na disciplina História das Ideias Políticas e Sociais, UFMG, em 25 de novembro de 2022.



CERTEAU, Michel de. A operação historiográfica. In: **A escrita da História**. Rio de Janeiro: Forense, 2015.

CESAR, Constança. **Imaginário, Utopia, Democracia**. PROMETEUS - Ano 7 - Número 16 – Julho-Dezembro, 2014.

DAHL, Robert. **Sobre Democracia**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2009.

LEVITSKY, Steven, ZIBLATT, Daniel. **Como as democracias morrem**. Tradução: Renato Aguiar. 1 ed. São Paulo: Zahar, 2018 (LIVRO DIGITAL).

MAIR, Peter. **¿Gobernar el vacío? El proceso de vaciado de las democracias occidentales**. New Left Review, Madrid, NLR 42, p. 22-46, jan./fev. 2007. Disponível em: http://newleftreview.es/article/download_pdf?id=2643&language=es. Acesso em: 16/12/2022.

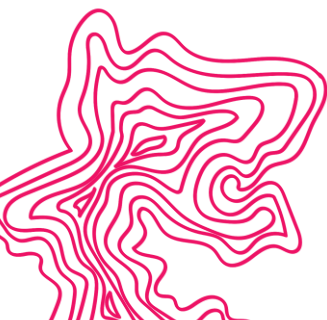
RICOEUR, Paul. **Du texte à l'action**. Paris: Seuil, 1986, p. 214.

SANTOS, Diego. **A invenção da ciberdemocracia: o conceito da democracia na era do espaço**. Universidade do Vale do Rio dos Sinos - Dissertação (mestrado). São Leopoldo, RS, 2013.

STARLING, Murgel Heloisa. **O historiador, esse perigo para as tiranias**. Suplemento Pernambuco, 2022 (REVISTA DIGITAL).

SNYDER, Timothy. **Sobre a tirania: vinte lições do século XX para o presente**. Tradução de Donaldson M. Garschagen. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

TOCQUEVILLE, Alexis de. **A democracia na América: leis e costumes**. São Paulo: Martins Fontes, 2005. Livro 1 (cap. 2).



O antissemitismo e os jogos de poder na vida e obra de Richard Wagner^{101*}

Rubens de Brito Ferreira Teixeira

Doutorando em História e Culturas Políticas - Universidade Federal de Minas Gerais

Email: rubensbft@ufmg.br

Resumo: O presente artigo teve como proposta compreender os jogos de poder e o antissemitismo modernos alimentados pelo ensaio *O judaísmo na Música*, de Richard Wagner, publicado originalmente em 1850, no contexto do processo de Unificação Alemã (1871). Tornou-se possível constatar, dentre outras coisas, que o músico e compositor Wagner fez de sua obra musical e escrita ferramentas em defesa de um povo alemão ideal em detrimento do povo judeu, ainda que este fosse filho das terras germânicas. Ademais, décadas mais tarde, ele republicou o texto, com um anexo, de modo a tentar comprovar sua tese de suposta periculosidade do Povo Eleito para a cultura e demais setores da vida alemã, que estaria certo desde a publicação original. Enfim, apreendeu-se que músicas de concerto, textos jornalísticos e toda uma estrutura artística colaboraram e foram usadas por um campo político que tinha como meta, dentre outras, construir e defender esse ser alemão visto como castigado desde o Império Romano.

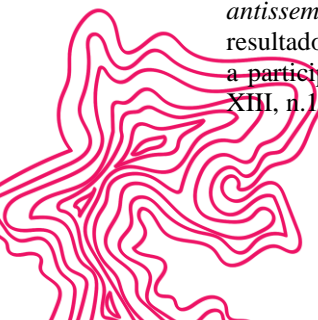
Palavras – chaves: Antissemitismo, Jogos de poder, Richard Wagner.

À guisa de uma introdução

As múltiplas, complexas e contraditórias relações existentes entre músicas e políticas têm chamado a atenção de muitos pesquisadores há poucas décadas e resultando em estudos interessantes. Tais relações não são novas, porém, o olhar do pesquisador para esse mérito aparentemente é mais recente. “Essa ideologização da música era refutada pelos historiadores presos a uma concepção estética do século XIX que defendia a completa autonomia da linguagem musical para o código lingüístico” (CONTIER, 1988, p. 108). Decisão justificada, talvez, por uma fundamentação teórico-metodológica herdeira de certo “fato histórico”, oposta às explicações dinâmicas e multiformes.

A esse respeito, um caso intrigante e instigante é o do polêmico musicista Richard Wagner, que, segundo Eric Hobsbawm, era uma pessoa “[...] desagradável [...]”, mas um “[...] gênio absoluto e fenômeno cultural apesar de ter um caráter vil” (HOBSBAWM, 1977, p. 291;

^{101*} O presente artigo caracteriza-se como uma versão mais enxuta de um estudo maior que fora publicado originalmente pela *Revista Angelus Novus*, da USP, intitulado *Richard Wagner: a participação do músico no antissemitismo alemão do século XIX*. Portanto, pretendeu-se através deste breve texto sintetizar e apresentar os resultados descobertos. Para maiores informações vide: TEIXEIRA, Rubens de Brito Ferreira. **Richard Wagner: a participação do músico no antissemitismo alemão do século XIX (1850-1873)**. Revista Angelus Novus. Ano XIII, n.17, 2021.



285). Wagner não somente levou vida e carreira expressivas, demasiadamente, bem como virou alvo de incontáveis críticas. Em contrapartida, ele também foi abraçado, cultuado e mitificado por Adolf Hitler e pelo Terceiro Reich.

Por seu turno, Arnaldo Dayara Contier argumentou que não fazia muito tempo que os historiadores passaram a levar a música mais a sério como objeto de pesquisa, superando qualquer luto ao “fato histórico”. Acertadamente, o historiador brasileiro evidenciou que a dimensão política da obra de Richard Wagner era timidamente estudada desde os anos 1970, em que os mais de trinta mil estudos contabilizados falavam sobre tudo, porém, quase sempre omitiam os pressupostos políticos (CONTIER, 1988, p. 117-120).

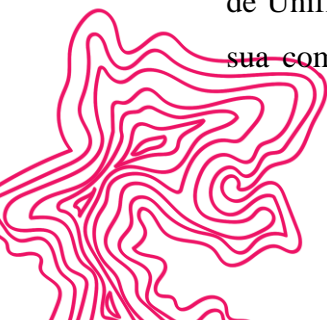
Ao longo de seu texto, porém, Contier (CONTIER, 1988, p. 120-122) retratou Wagner com bastante benevolência, levantando o questionamento se era o mesmo indivíduo. Pintou-se o musicista alemão como alguém que defendesse o povo, que lutasse contra arbitrariedades, defensor de profundas mudanças sociais e até revolucionário. Disse que, para muitos, como Thomas Mann, Wagner seria um “[...] socialista utópico [...]”, atribuindo-lhe “[...] bondade [...]” e “[...] autenticidade [...]”. Além do mais, afirmou-se que

Em síntese, o discurso de Wagner sobre as obras de arte acabou sendo manipulado pelo nazismo, adquirindo, assim, uma certa “consistência histórica”. [...] O projeto altamente revolucionário de Wagner transfigurou-se num projeto conservador, quanto aos aspectos estéticos e ideológicos (p. 122).

Embora publicado em 1988, o artigo de Contier apresentou inconsistência várias em se tratando do pensamento político de Wagner, das relações deste com o Estado e, não menos importante, a grande relevância wagneriana para os nazistas. Não fazem parte dos objetivos aqui discorrer sobre os problemas no texto de Contier, tampouco responder quaisquer questionamentos do autor que não foram sanados. Pelo contrário, entendeu-se que Wagner usou de suas obras como armas políticas e culturais em favor do povo alemão, de si próprio e em detrimento dos judeus. Portanto, o mesmo tinha muito mais proximidades políticas, culturais e ideológicas com o Terceiro Reich do que uma simples manipulação pela máquina nazista.

Outro caso Wagner

De imediato, convém destacar que Richard Wagner teve múltiplos papéis políticos em sua trajetória social nas terras germânicas ao longo do século XIX. Em outros termos, as várias facetas que o mesmo possuiu politicamente estiveram vinculadas ao intenso e violento processo de Unificação Alemão (1871) e ao desenvolvimento de seu nacionalismo. Nesse sentido, em sua complexidade, a vida do músico não pode ser vista de maneira lógica como em uma

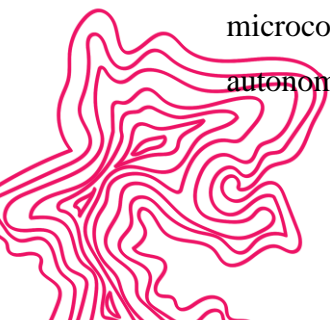


biografia, até porque esta pode ser ilusória, traiçoeira, determinista e tenta ser coerente em vários pontos, incluindo em sua cronologia (BOURDIEU, 2006, pp. 183-191).

Ademais, Wagner nasceu em 1813, dois anos antes do Congresso de Viena, evento este importante visando à restauração do mundo após o fenômeno Napoleão Bonaparte. O que até então era o Sacro Império Romano Germânico tornou-se um domínio do Império Francês, reacendendo algumas rivalidades históricas entre germânicos e franceses. Além de o fato de que o governo napoleônico criou maiores liberdades, direitos e cidadania para os judeus, como o *Édito de Emancipação Judaico*, de 1812. Tal édito era problemático e não conseguiu romper com alguns privilégios judaicos, pois a cidadania era individualizada e a assimilação atingia mais os judeus ricos, desagradando muitos judeus e fortalecendo um antissemitismo, por outro lado (OLSNER, 2017, pp. 31-43; MILLINGTON, 1995, pp. 44-50; ARENDT, 2012, pp. 60-61).

A primeira metade do século XIX nas terras germânicas era um misto de calmarias e tempestades, com ideias plurais se convergindo e divergindo, desenhando exatamente os rumos da unificação. O ímpeto pela unificação, a luta contra o *Antigo Regime* e a expansão das ideias liberais tomaram mais corpo entre 1830 e 1848, sobretudo, quando a Revolução Liberal de 1848 se espalhou pela Europa. Convém lembrar que, em meio às agitações políticas e ao crescimento da violência contra os judeus, houve muitas participações de movimentos acadêmicos, agremiações juvenis, intelectuais e instituições, onde muitos professores entraram para a política ou se envolveram profundamente marcando os tempos da unificação e de seu nacionalismo. Talvez o nome mais incomodativo seja o do historiador Heinrich Von Treitschke (1834-1896), acusado de ser o canal por onde o antissemitismo adentrou ao meio acadêmico e famoso pela frase “os judeus são nossa desgraça” (MILLINGTON, 1995, pp. 50-54; 172; HOBBSAWM, 1990, pp. 27-56; HOBBSAWM, 1977a, pp. 151-163; BENTIVOGLIO, 2010, pp. 20-58; LUZ, 2006, pp. 116).

Em sua trajetória social como agente político, Wagner ocupou diversas posições nesse campo político que se construía, o qual se mesclou, e muito, com sua posição como músico num campo artístico que também estava se solidificando. Logo, não há como distinguir as práticas artísticas das ações políticas wagnerianas, uma vez que é nessa intersecção que suas obras e atos tomam sentido, valor social e percorrem o espaço social. Decerto, os campos são microcosmos sociais repletos de capitais, tomadas de posições, regras internas e dado grau de autonomia que permite ou não alguma refração – nesse sentido, o campo artístico não é tão



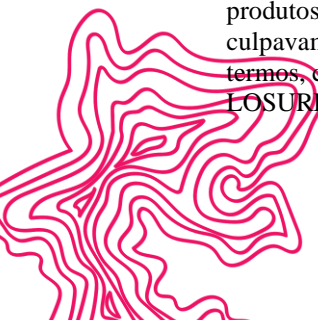
autônomo e permite influências do campo político (BOURDIEU, 1996, pp. 292; BOURDIEU, 2004b, pp. 18-32).

Por exemplo, Richard Wagner e Franz Liszt foram vistos como dois músicos que seguiam uma tradição, pelo menos desde Ludwig van Beethoven, de sacralização da música (tomando o posto eclesiástico), bem como de busca pela independência da música de concerto em relação ao domínio dos nobres e clérigos, que vinha desde Joseph Haydn. Se por um lado, naquele período os músicos eram disputados pelas cortes, mas tratados como servos remunerados, muitas vezes morrendo sem muito prestígio, como Wolfgang A. Mozart, por outro lado, num contexto de esfera pública capitalista¹⁰², os músicos tinham que correr atrás de sua remuneração proveniente do público (mais burguês) que conquistassem. Ou seja, a maior liberdade veio carregada com maior vulnerabilidade (BLANNING, 2011, pp. 32-74; ELIAS, 1995, pp. 9-30; 124; HOBBSAWM, 1977a, pp. 278).

Naquele instante de unificação, “Mesmo a arte aparentemente menos política, a música, teve as mais fortes vinculações políticas. Este talvez tenha sido o único período na história em que as óperas eram escritas ou consideradas como manifestos políticos e armas revolucionárias” (HOBBSAWM, 1977a, p. 278). As futuras Itália e Alemanha eram duas das capitais da música de concerto, e, coincidentemente, ambas passavam por seus respectivos processos de unificações e industrializações com bastantes similaridades. Aqui, as artes assimilaram várias das pautas políticas em voga, tornando-se mais pujantes quando o clima esquentava, refletindo isso melhor na música, uma vez que o nacionalismo era mais aceito e difundido pelas artes com execuções em público (GROUT; PALISCA, 2007, pp. 628-644).

Em meados do século XIX, Wagner parecia ainda incerto quanto suas concepções artísticas, políticas e até mesmo ao antissemitismo, isso porque o músico foi contemporâneo de músicos e artistas de grande envergadura, geralmente românticos e alguns judeus que lhe serviram de referências, como Giacomo Meyerbeer e Félix Mendelssohn Bartholdy. Passou por estilos italianos e franceses até se interessar pelo romantismo e o nacionalismo alemão. Além

¹⁰² Importante frisar que, muitos músicos daquele período viviam entre amor e ódio com a esfera pública que se criava em torno da música de concerto. Se por um lado, a máquina capitalista propiciou maior público, construções de teatros, vendas de instrumentos musicais, racionalização, circulação de partituras, democratização de espaço, rendimentos, fama e outros, por outro lado, vários músicos se sentiam mal ao verem suas obras tornando-se produtos, de algum modo perdendo seu valor. Desse modo, acreditavam que as artes estavam em decadência, culpavam, dentre outros, o próprio público que, sedento por entretenimento, era vistos como filisteu, em outros termos, corruptor da cultura. Tal como judeus, cristãos, franceses e tantos outros (BLANNING, 2011, p. 100-118; LOSURDO, 2009, pp. 181-184, WEBER, 1995, pp. 53-133).

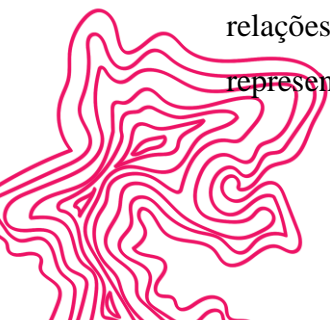


disso, até mesmo rememorando o artigo de Contier, anteriormente citado, Wagner tinha inclinações para o socialismo utópico e tornou-se amigo do renomado anarquista Mikhail Bakunin, tanto que ambos estavam juntos quando a Revolução de 1848 ocorreu em Dresde. Tal fato levou Wagner a se exilar na Suíça, de 1848 a 1862, quando foi perdoado pelo rei Ludwig II, da Baviera (MILLINGTON, 1995, pp. 75-87; 110-111; 155-159; BUDEL, 2013, pp. 21-45; GROUT; PALISCA, 2007, pp. 644-646).

O período de exílio de Wagner é demasiadamente importante aqui, visto que foi durante sua estadia na Suíça que o agente político veio à tona através das artes, principalmente pela música e ensaios críticos. O músico assumiu o romantismo como sua principal veia artística, e com ela seu nacionalismo, o saudosismo germânico, o culto ao folclore nórdico, as paixões, as histórias épicas e a antimodernidade. (GROUT; PALISCA, 2007, pp. 571-577). De revolucionário em 1848 a nacionalista na década de 1850, Wagner escreveu alguns de seus principais textos críticos artísticos, tais como *A arte e Revolução*, *A obra de arte do futuro* (1849), *Ópera e drama* (1851) e, especialmente, *O judaísmo na música* (1850). Utilizando-se do pseudônimo K. Freigedank, Richard Wagner publicou originalmente seu texto pela revista *Neue Zeitschrift für musik*, do também musicista Robert Schumman.

Corriqueiramente, esse ensaio é visto como um grande documento antissemita, e de fato o é, todavia, o mesmo pode ser interpretado de uma dupla maneira complementar: i) em seu conteúdo antissemita, procurou-se atacar artistas judeus pertencentes ao campo artístico romântico, como Félix Mendelssohn, Heinrich Heine e, indiretamente, Giacomo Meyerbeer; ii) como um capital simbólico, que poderia estabelecer Wagner entre os grandes artistas de sua época, bem como promover uma espécie de “caça às bruxas” ao judeus em meio à emancipação judaica. Era uma dupla forma para se firmar numa posição de destaque e perseguir seus concorrentes e contemporâneos, pois, à época havia grandes nomes, como os já citados Wagner, Liszt, Heine, Meyerbeer, Schumman e Mendelssohn, mas também Friedrich Chopin, Johannes Brahms e Hector Berlioz, para somente citar alguns.

O capital simbólico, como o ensaio wagneriano, concebe-se como um tipo de capital adquirido e reconhecido dentro do campo simbólico, tendo como propósito qualificar, gerar poder e reconhecimento. Desse modo, por meio do capital simbólico geram-se poder simbólico que ter a força para mudar o mundo social, pois este é pautado em visões de mundo e em relações de poder. Com as possíveis alterações no espaço social, modificam-se também as representações de algo ou alguém. Logo, as percepções objetivas e suas apreciações ao



mudarem criam alterações práticas, pois a) o poder simbólico age pela performatividade fruto de uma autoridade acumulada e b) o poder simbólico é um poder político por natureza, cuja eficácia será proporcional ao grau de inserção com a nova visão de mundo (BOURDIEU, 2004a, pp. 163-167; BOURDIEU, 2004b, pp. 40-46).

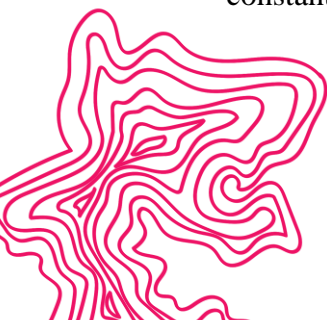
A repercussão negativa à época foi quase que imediata, entretanto, ao mesmo tempo, aumentou rapidamente a fama de seu autor. Wagner sabia dos riscos, mas se orgulhava de seus textos polêmicos, já que, como ele mesmo reconheceu,

Um resultado notável da tensão enorme e, em si mesma, incômoda que essa última publicação [*Das Judentum in der Musik*] despertou foi que meus textos sobre arte, a partir desse momento, passaram a ser avidamente lidos, ou pelo menos comprados, algo que, na Alemanha, a não ser que o autor tenha sido recebido em um daqueles círculos literários ciosamente protegidos, parece ser possível através de um escândalo – como demonstra o presente caso – mesmo que involuntário (WAGNER, *Apud* MILLINGTON, 1995, pp. 121).

É possível que Wagner tenha atacado os artistas judeus frente ao fortalecimento do antissemitismo e o desenvolvimento do nacionalismo alemão, como um ato quase que oportunista. Schumman acabou afastando Wagner da revista, mas seu então direto Franz Brendel acabou saindo em sua defesa. O respeito parecia haver muito mais com os músicos do passado do que com os atuais, o que gerava em Wagner uma tendência de inferiorizar os demais. Depois desse episódio e de seu perdão real, de 1862, a carreira de Wagner decolou, sobretudo com a construção do suntuoso Teatro de Bayreuth, concluído em 1876, com auxílio de Luwig II, da Baviera. No momento da inauguração do mais novo santuário da música de concerto, para sua sacralização, estiveram presentes jornalistas, autoridades, críticos, grandes nomes da música e chefes de Estado, como Dom Pedro II (MARIZ, 1991, pp. 249-256; BLANNING, 2011, pp. 72-74; 118-125).

Os desdobramentos de *O judaísmo na música (1850-1869)*

Negar as qualidades artísticas de Richard Wagner seria um tanto quanto imprudente. Em seu legado encontram-se obras muito renomadas, como *Rienzi*, *Tristão e Isolda* e *Os mestres cantores de Nüremberg*. Cabe ainda mencionar o ambicioso projeto imersivo “obra de arte total” (*Gesamtkunstwerk*) e o *Leitmotiv*, ou motivo central. Este último muito utilizado como recurso cinematográfico quando há um som próprio para enfatizar uma dada ideia ou conceito. Por exemplo, no terceiro ato de *O anel dos Nibelungos*, *A Cavalgada das Valquírias*, constantemente aparece em filmes para simbolizar um ataque militar, seja ele por terra ou ar.

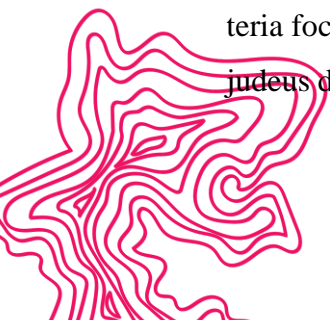


Não obstante, as óperas wagnerianas e seus ensaios teórico-musicais parecem ser continuidades uns dos outros, ou, para dizer no mínimo, compartilham das mesmas inquietações do seu autor só que expostas por meios diferentes. Outros dois textos ainda podem ser citados nesse sentido são *Música do Futuro* (1860) e *O que é alemão?* (1865-1878). Wagner optou por escrever textos que fossem o oposto daqueles escritos entre as décadas de 1840 e 50, distanciando-se do filósofo hegeliano Ludwig Feuerbach e se aproximando de Arthur de Gobineau e Arthur Schopenhauer. Por mais que tivessem se passados treze anos até a finalização de *O que é alemão?*, Wagner ainda não parecia ter condições para responder tal incursão. No entanto, fez digressões até o Império Romano para demonstrar como que os germânicos eram alvo de toda sorte de invasores. Debateu morfologicamente termos como *deutsch* ou *deutsche* (WAGNER, 1895; MESQUITA, 2015, pp. 29-35).

Esses medos ao estrangeiro, ao corruptor e ao filisteu apareceram de modo maniqueísta nas óperas de Wagner a partir de estigmatizações e das representações fruto do imaginário social da época. Normalmente os heróis dos épicos wagnerianos retratavam seu ideal de povo alemão ou seus valores, contudo, por outro lado, os antagonistas apresentados poderiam ser facilmente comparados aos judeus, como: o anão Mime, no ato *Siegfried*, de *O anel dos Nibelungos*; Beckmesser, de *Os Mestres Cantores de Nuremberg*; e Kundry, presente em *Parsifal*. Cada um deles representando um conjunto de estigmas sobre os judeus, como imitadores, corruptos, invejosos, mundanos, errantes e avarentos não confiáveis (MILLINGTON, 1995, pp. 310-358; PATRIOTA, 2014, pp. 248-250; BRANDÃO; SERGL, 2018, pp. 244-248).

Os textos e óperas wagnerianas estavam embebidos por mitologias políticas e representações latentes no imaginário social da época ao retratarem os judeus perigosos, criaturas da noite, imundos, monstruosos ou que realizavam encontros macabros em cemitérios como um de seus palcos visando o domínio mundial. Tais representações parecem que são acumulações de várias eras de perseguição ao Povo Eleito, fossem religiosas ou políticas, fazendo-se referências ao medievo e épocas ainda mais remotas (BACZKO, 1985, pp. 296-299; GIRARDET, 1987, pp. 9-44).

Em *O judaísmo na música*, o problema não seria o “quê” os judeus faziam, e sim o “como”. Wagner parece não ter atacado diretamente a comunidade judaica como um todo, mas teria focalizado em judeus aburguesados, cultos e esclarecidos, talvez, os herdeiros diretos dos judeus de corte. O autor até ironizou a busca pela assimilação dos judeus, pois, segundo ele, os

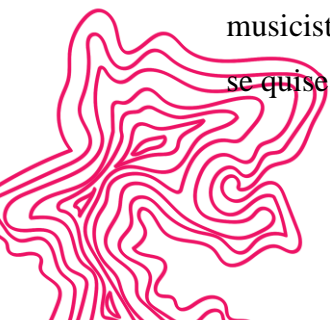


mesmo já eram mais que livres, dominavam a tudo e todos através do dinheiro. Assim sendo, o imaginário tem forte implicação política, especialmente em momentos de crise, rupturas e outros; o que seria condizente com o contexto da unificação alemã, a emancipação judaica e, não menos importante, condizente com os propósitos políticos de quem manipula tais pressupostos do imaginário (WAGNER, 1894, pp. 5-6; 8-9).

Muito embora a coisa já estivesse na Alemanha ao longo do século XIX, o antissemitismo somente foi nomeado por Wilhelm Marr em 1873. Nos ensaios e óperas de Wagner percebe-se tanto o medo religioso quanto o medo étnico em relação aos judeus. Sempre retratando um “nós” heróico contra “eles”, os corruptores. Esse nós, o povo (*Folk*) estava constantemente ameaçado, porém, como uma questão fenomenológica, os judeus não conseguiriam “ser” alemães por mais que tentassem, pois não teriam as paixões e os demais valores. O máximo que poderiam ser eram cópias mal feitas que levassem à decadência. Em grande projeção na época, a ideologia *Völkisch* foi base para que Wagner acreditasse que, pela *Völk* (Nação Alemã), era possível acabar com a suposta degeneração. Wagner em *O judaísmo na música* até foi um entusiasta da emancipação judaica via assimilação e conversão, porém, isso mais parecia com uma diluição do povo judeu que uma plena inclusão como cidadão igual (POLIAKOV, 1996, pp. 21-231; 337-342; 356; MILLINGTON, 1995, pp. 63-64; 182; ARENDT, 2012, p. 78; OLSNER, 2017, pp. 63-67; 76-83).

Sempre diminuído na obra, Wagner chegou a afirmar que Heinrich Heine seria ele próprio um símbolo, “Ele era a consciência do judaísmo, assim como o judaísmo é a má consciência de nossa moderna civilização” (WAGNER, 1894, p. 14). Heine era inferiorizado e comparado a outros artistas e poetas românticos do passado e contemporâneos, sobretudo a Karl Ludwig Börne, que, como um “bom” judeu, teria se convertido, mas Heine representaria um espectro que nem mesmo com a conversão poderia ser salvo. Os temores da modernidade, da inclusão judaica e sua presença nas artes despertavam medo e ódio em Wagner (e em tantos outros), um pavor da “decadência moral”, “corrosão cultural” e os “complôs judaico-maçônicos” sempre à espreita pronto para agir por meio obscuro e sem hora para acontecer.

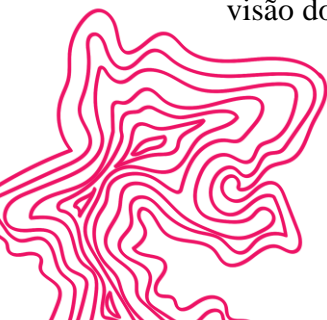
A questão judaica parecia incomodar o músico a todo instante pela constância do tema em suas produções. Como comprova o relançamento de *O judaísmo na música* dezoito anos depois, em 1969, com o acréscimo de um anexo, uma espécie de carta aberta para uma nobre musicista polonesa. Dessa vez o autor saiu às caras, não fez valer nenhum pseudônimo, como se quisesse reafirmar tudo aquilo que argumentou e defendeu no ensaio original de 1850.



Na primeira edição, Richard Wagner (WAGNER, 1894, pp. 11-13) não conseguiu responder suas indagações nem mesmo aquelas que tentariam entender de o porquê da aversão dos germânicos à natureza dos judeus. Muito pelo contrário, o autor trouxe, sim, justificativas que responsabilizavam os judeus pelas desgraças que ocorriam contra eles. Como se as reações germânicas estivesse numa relação de causa e efeito, de tentar proteger os valores que tornariam os alemães que são. Como se quisesse comprovar a inaptidão artística dos judeus, novas comparações foram feitas, dessa vez destacando Fêlix Mendelssohn, tal como Beckmesser em *Os Mestres Cantores de Nüremberg*, sempre tentando copiar os grandes nomes da música alemã e sem sucesso, como Johannes Sebastian Bach, Beethoven ou Mozart, esvaziando seus grandes feitos e conquistas (WAGNER, 1894, p. 12). Mendelssohn um dia foi referência e amigo de Wagner, até o recomendando em empregos, mas visando alcançar seus postos e deixando-se levar pelo antissemitismo, acabou transformando-o em um inimigo declarado (MILLINGTON, 1995, pp. 148; 169).

Já na versão expandida de 1869 (WAGNER, 1894b), o autor trouxe algumas informações relevantes sobre o impacto da primeira edição e buscou traçar algumas considerações e esclarecimentos. Conforme seus apontamentos, Wagner considerou-se a si mesmo como perseguido após a publicação de 1850, pois as hostilidades vieram de todos os cantos, como da imprensa “judaica”, e atingira até seus amigos, como Liszt e Brendel. Lamentou ele, “[...] pois não posso esperar tornar minha exposição bastante inteligível, se também não lançar a luz necessária sobre este jugo da sociedade judia governante em seu esmagamento de todo movimento livre, de toda evolução humana verdadeira, entre seus amigos e parentes” (WAGNER, 1894b, p. 5, Tradução nossa).

Portanto, o relançamento de *O judaísmo na música* trouxe algumas explicações pouco convincentes, por exemplo, usar o pseudônimo como uma forma de fazer o leitor concentrar-se no texto, e não em seu autor. Ou que seus críticos eram invejosos e mal compreenderam o teor do ensaio. Além disso, reforçou a premissa do judeu corruptor ao afirmar que “Naquele ensaio sobre o judaísmo, eu concluí mostrando que foi a fraqueza e incapacidade do período pós-beethoveniano de nossa produção de música Germânia que permitiu a mistura dos judeus ali” (WAGNER, 1894b, p. 10, tradução nossa). Outro estigma reforçado, os judeus controlando tudo a partir do dinheiro, de tramóias e acordos obscuros conseguiriam dominar tudo, mas, na visão do autor, não teriam quaisquer qualidades artísticas, restando-lhes fazer cópias. Wagner,



em sua visão de mundo, estaria correto e tentou avisar a todos sobre os perigos da degeneração judaica. Em sua incursão pela defesa do povo alemão, todavia, teria sido mal interpretado.

Considerações finais

Ao longo deste breve artigo procurou-se evidencia e discutir alguns dos resultados obtidos através de uma pesquisa ainda maior. Compreendeu-se que o músico e artista Richard Wagner ocupou diversas posições tanto no campo artístico da música de concerto quanto no campo político que ser formavam ao longo do século XIX no contexto da Unificação Alemã que se concretizou em 1871. Em sua trajetória social, Wagner esteve constantemente empenhado em trazer mudanças para a sociedade na qual estava inserido, primeiro como um revolucionário, depois como um nacionalista que pregava a dissolução dos judeus como uma forma de conter um suposto processo de decadência contra o qual tentou lutar – como uma cruzada, uma batalha maniqueísta.

Os recursos utilizados para tanto foram seus escritos teórico-musicais e suas óperas românticas, ambos repletos de significados, valores e sentidos em constante sintonia com os desdobramentos dos processos de unificação territorial e político e a assimilação dos judeus. Tendo o exílio de Wagner em mente, vislumbraram-se um afastamento das ideias liberais e um estreitamento com o nacionalismo e o antissemitismo, fatores facilmente visíveis em suas obras. As quais foram utilizadas como capital simbólico, especialmente *O judaísmo na música*, de maneira que através de um poder simbólico reforçasse a suposta periculosidade dos judeus em toda a vida alemã, com maior destaque na cultura. Reitera-se, por fim, que Wagner não foi um socialista utópico ansioso por mudar a sociedade em que vivia tendo em mente um bem comum. Muito pelo contrário, o músico trouxe consigo um misto de medo e ódio em relação ao Povo Eleito, fato que o levou a uma cruzada entre um “nós” contra eles.

Fontes

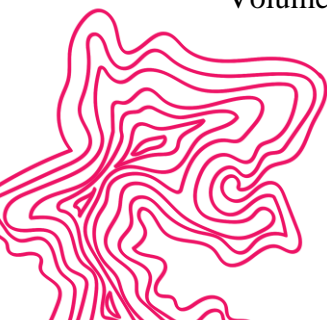
MILLINGTON, Barry (Org.). **Wagner: um compêndio**. Trad. Luiz Paulo Sampaio e Eduardo Francisco Alves. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed, 1995.

WAGNER, Richard. Judaism is music. In: **The theatre: Richard Wagner's Prose Works**. Translated by William Ashton Ellis. Vol.3, 1894a.

WAGNER, Richard. Some explanations concerning “Judaism in music”. In: **The Theatre: Richard Wagner's Prose Works**. Volume 3. Translated by William Ashton Ellis. 1894b.

WAGNER, Richard. What is German? In: **Art and Politics: Richard Wagner's Prose Works**. Volume 4. Translated by William Ashton Ellis. 1895.

Referências



ARENDDT, Hannah. **Origens do totalitarismo**. Trad. Roberto Raposo. São Paulo: Companhia das Letras, 2012, pp. 17-138.

BACZKO, Bronislaw. A imaginação social. In: LEACH, Edmund *et al.* **Anthropos - Homem**. Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1985, p.296-332.

BENTIVOGLIO, Julio. Cultura política e historiografia alemã no século XIX: a escola histórica prussiana e a historische zeitschrift. In: **Revista Teoria da História**, ano 1, número 3, UFG, 2010, p. 20-58, ISSN-2175-5892.

BOURDIEU, Pierre. **As regras da arte: gênese e estrutura do campo literário**. Trad. Maria Lucia Machado. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

_____. A ilusão biográfica. In: FERREIRA, Marieta; AMADO, Janaina (Org.). **Usos e abusos da história oral**. 8ª Ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2006, pp. 183-191.

_____. Espaço social e poder simbólico. In: _____. **Coisas ditas**. Trad. Cássia R. da Silveira e Denise Moreno Pegorim. São Paulo: Brasiliense, 2004a, p.149-168.

_____. Os usos sociais das ciências. In: _____. **Os usos sociais da ciência**. Trad. Denice Barbara Catani. São Paulo: Editora Unesp, 2004b, p.7-48.

BRANDÃO, Jack; SERGL, Marcos Júlio. Richard Wagner e Adolf Hitler: política, música e antissemitismo. In: **Revista Lumen et Virtus**. Vol. IX, nº22, 2018, p. 235-260, ISSN-2177-2789.

BUDEL, Laura C. B. **Música, arte e sociedade: Richard Wagner e a unificação do Estado nacional alemão**. Curitiba, 68f. Monografia (Graduação Ciências Sociais) - Universidade Federal do Paraná, 2013

CONTIER, Arnaldo Dayara. Arte e Estado: música e poder na Alemanha dos anos 30. **Revista Brasileira de História**. v.8, n.15, set/87-fev/88, São Paulo, p. 107-122.

ELIAS, Norbert. **Mozart: a sociologia de um gênio**. Trad. Sérgio Goes de Paula. – Rio de Janeiro: Zahar, 1995.

GIRARDET, Raoul. **Mitos e mitologias políticas**. Trad. Maria Lucia Machado. São Paulo: Companhia das Letras, 1987, p. 9-62.

GROUT, Donald J.; PALISCA, Claude V. **História da música ocidental**. Trad. Ana Luisa Faria. 5ª Ed. Portugal, Lisboa: Gradiva, 2007, pp. 571-650.

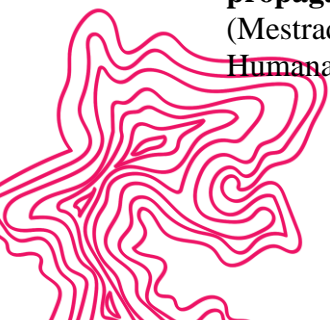
HOBBSAWM, Eric. **A era das revoluções (1789-1848)**. Rio de Janeiro: Paz e Terra S.A., 1977a, pp. 151-299.

_____. **A era do capital (1848-1875)**. Trad. Luciana Costa Neto. Rio de Janeiro: Paz e Terra S.A., 1977b. pp. 283-306.

_____. **Nações e nacionalismo desde 1780: programa, mito e realidade**. Trad. Marcia Célia Paoli. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990, pp. 27-56.

LOSURDO, Domenico. **Nietzsche, o rebelde aristocrata**. Trad. Jaime A. Clasen. – Rio de Janeiro: Revan, 2009.

LUZ, Enrique. **O eterno judeu: anti-semitismo e anti-bolchivismo nos cartazes de propaganda política nacional-socialista (1919-1945)**. Belo Horizonte, 149f. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-graduação em História da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Minas Gerais, 2006.



- MARIZ, Vasco. Dom Pedro II e Wagner. **Ci. & Trop.**, Recife, v.19, n.2, 1991, pp. 249-256.
- MESQUITA, Marcos. Uma encruzilhada estético-musical: “Música do futuro” de Richard Wagner. **Revista Vórtex**, Curitiba, v.3, n.1, 2015.
- OELSNER, Mirian B. P. Bergel. **A gênese do nacional-socialismo na Alemanha do século XIX e a autodefesa judaica**. São Paulo, 194f. Tese (Doutorado) - Programa de Pós-graduação em História Social da Universidade de São Paulo/USP, 2017.
- PATRIOTA, Rainer Câmara. Richard Wagner e o antissemitismo alemão. In: **Revista de filosofia princípios**. V.20, n34, 2014, p. 239-252, ISSN-1983-2109.
- POLIAKOV, Léon. **De Voltaire a Wagner: a história do anti-semitismo III**. Trad. Ana M. Goldberger Coelho. – São Paulo: Editora Perspectiva, 1996.
- WEBER, Max. **Os fundamentos racionais e sociológicos da música**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1995.



O trauma do "herói": uma análise do pós-guerra dos pracinhas com neurose.

Clara Ferreira de Carvalho Souza

Mestranda em História - Universidade Federal Fluminense

Email: claracarvalho@id.uff.br

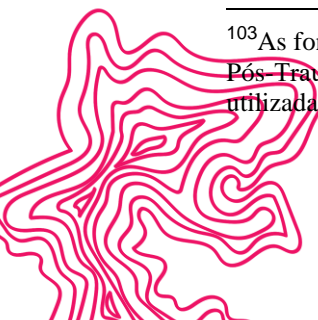
Resumo: Este trabalho tem por objetivo tecer considerações sobre a reintegração social dos pracinhas da Força Expedicionária Brasileira (FEB) que tiveram sintomas da “neurose de guerra”. Entender que uma Guerra é um fenômeno traumático não somente para vítimas civis, mas também para aqueles que compuseram a linha de frente bélica é questionar o imaginário social criado em torno da figura do “herói de guerra”. Esses homens e mulheres são suscetíveis a toda sorte de mazelas que são agravadas quando não se é feita a desmobilização e reintegração social de forma a sanar todas as necessidades dos veteranos. Por isso, a partir da interlocução entre a História e a Psiquiatria serão debatidos a experiência traumática dos pracinhas, o tratamento médico disponibilizado pelo Estado, a luta por direitos, o testemunho e memória desses homens no pós-guerra entre 1945-1975.

Palavras-chave: FEB, Neurose de guerra, Reintegração social

Os estudos existentes sobre a participação brasileira na Segunda Guerra Mundial não dão conta que essa foi uma experiência traumática e por isso desencadeou uma série de consequências psíquicas e sociais para aqueles que foram enviados ao *front*. Quando se trata da análise de conflito bélico do tamanho da Segunda Guerra é preciso entender que os militares que estiveram na linha de frente estavam sujeitos a toda sorte de violências que poderiam acarretar em consequências físicas e também na psique do combatente.

Portanto, qualquer pessoa que experiencie esse tipo de violência pode desenvolver sintomas associados ao Transtorno de Estresse Pós-Traumático (TEPT), que na época era conhecido como “neurose de guerra”.¹⁰³ Esse mal não possui sintomas específicos, cada indivíduo responde ao trauma de uma forma, porém a cientista social Elsa Peralta e a antropóloga Tania Ganito esclarecem que a experiência se relaciona com um desalinhamento do que é normal para o ser humano e por isso abala a integridade do indivíduo, tirando-o do controle. O trauma pode ser tão disruptivo que o corpo não consegue esquecer e mesmo que

¹⁰³As fontes trabalhadas para este ensaio - jornais publicados entre 1945 e 1975 - tratam o Transtorno de Estresse Pós-Traumático como “neurose de guerra”. Por isso, ao longo da dissertação será privilegiada a nomenclatura utilizada à época.



eventualmente a mente o faça, se manifesta através de reações físicas e mentais que podem ocorrer durante ou após evento e estão fora do domínio do doente (PERALTA; GANITO, 2013).

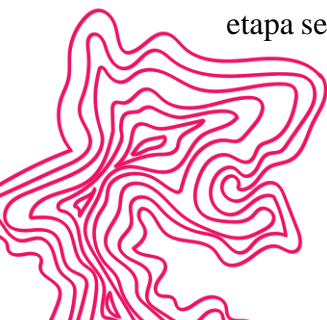
A Força Expedicionária Brasileira (FEB), composta por cerca de 25 mil homens e mulheres, foi enviada à Itália, onde permaneceu por 11 meses. O primeiro cuidado médico recebido por militares brasileiros com sintomas da neurose foi feito pelo Posto Avançado de Neuro-Psiquiatria da FEB (PANP), comandado pelo capitão médico Mirandolino Caldas. O Posto tinha como objetivo atuar na prevenção e tratamento das questões psiquiátricas enfrentadas pelos militares durante a campanha.

As condutas médicas giravam em torno da terapia ocupacional e ao contrário dos métodos adotados nos hospitais psiquiátricos, optou-se por não recorrer ao eletrochoque ou cirurgias neurológicas, como a lobotomia. O PANP atendeu 350 indivíduos que apresentavam sintomas como ansiedade, histeria, depressão, entre outros (CALDAS, 1950, p. 57).

Ao final do conflito, o processo de desmobilização ocorreu de maneira precipitada, o que segundo estudiosos impactou negativamente na reintegração social dos voluntários e conscritos. Seguindo as orientações propostas pelo Estado-Maior da FEB, os veteranos deveriam ter sido transferidos para várias regiões do país e distribuídos em quartéis, para que pudessem transmitir o treinamento recebido e modernizar o Exército.

O Ministro da Guerra, General Eurico Gaspar Dutra, dissolveu a FEB por meio do Aviso Ministerial nº 217-185, de 6 de julho de 1945. Portanto, quando os expedicionários retornaram ao Rio de Janeiro, a FEB já não existia e aqueles que não eram militares de carreira não faziam mais parte das Forças Armadas. No Brasil, os que voltaram são deveriam receber a documentação comprobatória de serviço militar prestado e retornar às suas atividades laborais. O motivo para a rápida desmobilização estava estritamente relacionado a razões políticas. (FERRAZ, 2018, paginação irregular.)

Mas os que retornaram precisando de assistência médica eram encaminhados ao Hospital Central do Exército (HCE) onde receberiam o tratamento necessário e passariam pela avaliação de uma Junta Militar de Saúde que determinaria a incapacidade para o serviço ativo. Em caso de comprovação, o militar seria reformado com base em sua patente e doença. Na etapa seguinte, se apresentaria na Comissão de Readaptação dos Incapazes das Forças Armadas



(CRIFA) a fim de passar por nova avaliação que seria determinante no processo de readaptação para a vida civil.

A Comissão tinha como competência legal “dar execução ao procedimento técnico de readaptação, através de serviços de seleção e de readaptação já existentes”, realizando perícias e proposições acerca dos procedimentos para cada militar considerado incapaz para o serviço ativo. Ainda que não seja uma instituição exclusiva para militares da FEB, estes tinham prioridade nos procedimentos.¹⁰⁴

Além de um órgão burocrático, dispunha de um Centro de Readaptação onde seriam realizados os "trabalhos técnicos" propostos a partir das necessidades individuais. Essa etapa tem por objetivo readaptar o cidadão a realizar atividade laboral conforme suas aptidões. Ao fim, a Comissão produziria um relatório informando a Administração sobre a condição final do militar - se está apto a retornar ao mercado de trabalho ou não.¹⁰⁵

A CRIFA tinha a função de reabilitar cabos e soldados -pracinhas- que poderiam ou não ser internados na instituição. Nas instalações eram oferecidos cursos técnicos e de reabilitação, prática esportiva - inclusive com um time de futebol que disputava campeonatos de pequeno porte - e atividades de socialização. A Comissão admitiu cerca de 500 homens com neurose, tuberculose, paralisia e questões psiquiátricas em geral. Os protocolos utilizados na instituição giravam em torno de terapias simples e ocupacionais que eram consideradas o melhor tratamento para casos de neurose.

A instituição funcionou por 30 anos, entre 1945 e 1975. Apesar da legislação de criação não ter nenhuma referência explícita de ser um serviço destinado aos militares da FEB, a maioria daqueles que ficaram lá ou tentaram uma vaga havia sido pertencido à Força. Na época, o oficialato do Exército era bastante crítico à CRIFA. Muitos diziam que a instituição era apenas gasto de dinheiro público e que os expedicionários não tinham compromisso com o tratamento. A análise do historiador Alessandro Rosa sugere que a CRIFA não cumpriu sua finalidade, apesar de dispor de vastos recursos financeiros (ROSA, 2010).

¹⁰⁴Decreto-Lei nº 7.270 de 25 de janeiro de 1945. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/1937-1946/De17270impressao.htm>. Acesso em: 24 de maio de 2023.

¹⁰⁵Decreto-lei nº 19.269 de 25 de julho de 1945. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Atos/decretos/1945/d19269.html#textoimpressao>. Acesso em: 24 de maio de 2023.



Apesar de qualquer consideração, positiva ou negativa, é importante questionar quantos dos quase 25 mil soldados que foram enviados à guerra tiveram necessidade de tratamento e não conseguiram. Nem todos os pedidos de internação da CRIFA foram aceitos e as condições de tratamento no HCE não foram das mais propícias. Foi relatado em reportagens publicadas no jornal *O Globo* em 1957 que militares de alta patente que pertencem à FEB e que naquele momento estavam em posições de comando pouco se importaram com as questões neuropsiquiátricas dos expedicionários. O funcionamento da CRIFA foi colocado em xeque. Havia dúvidas sobre a efetividade do que acontecia dentro da instituição e foi dito que muitos dos que procuravam auxílio estavam agindo de má fé.¹⁰⁶

Mas se os veteranos que tiveram direito a internação na CRIFA tinham assegurado sua subsistência pelo tempo que permanecesse lá, os que não tiveram acesso à instituição e precisavam desse tipo de assistência passaram por múltiplas dificuldades. Principalmente relacionadas ao acesso à cuidados médicos e a busca por colocação profissional. Portanto, independente da posição dos militares entrevistados pelo jornalista José Leal para essa série de reportagens do *O Globo*, outros jornais da época dão conta que manifestações da neurose de guerra dificultaram consideravelmente a reintegração social desses veteranos.¹⁰⁷

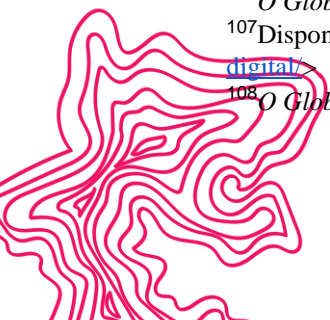
No entanto, há outra dimensão dessa questão: as consequências para os familiares da vítima da neurose. Segundo relatos de jornais da época, os veteranos que desenvolveram sintomas de neurose anos após o término da guerra e não receberam o atendimento adequado e acabaram falecendo, deixando suas esposas e filhos sem qualquer forma de apoio ou assistência por parte do Estado. Os relatos contidos na reportagem "As viúvas esquecidas", publicada no jornal *O Globo* em 18 de setembro de 1957, dão conta que o governo brasileiro não reconheceu a elegibilidade das viúvas para receber os benefícios previstos na legislação.¹⁰⁸

Assim, os efeitos da "neurose de guerra" não se limitavam apenas ao indivíduo doente, mas podiam afetar toda a família, levando-as a enfrentar dificuldades financeiras após a morte do militar. Portanto, essa reportagem destaca que as consequências de uma guerra raramente se restringem às esferas políticas e militares, mas também têm um impacto profundo no âmbito familiar e social. Após a morte do marido, em uma sociedade na qual a figura masculina ainda

¹⁰⁶ *O Globo*. Rio de Janeiro, 20 de setembro de 1957.

¹⁰⁷ Disponível em: <<https://acervo.oglobo.globo.com/>>; Disponível em <<https://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>>

¹⁰⁸ *O Globo*. Rio de Janeiro, 18 de setembro de 1957.



era considerada o provedor principal, as mulheres se viam obrigadas a assumir trabalhos extenuantes para sustentar a si mesmas e seus filhos. Essas jornadas sacrificantes demandavam muito esforço e dedicação por parte delas.

É notório que a sociedade tinha uma visão dicotômica sobre esses homens. Quando uma reportagem apresentava um cunho denunciativo, os pracinhas eram vistos como heróis. Porém a mácula de “neurótico” pesava quando se noticiava sobre os suicídios, desaparecimentos ou eventuais crimes cometidos por esses indivíduos. A estigmatização acabou por prejudicar a reinserção no mercado de trabalho, pois apesar de no momento da arregimentação ter sido garantido que ao final do conflito os jovens voltariam aos seus postos de trabalho, na prática não foi isso que ocorreu com a maioria deles. Essa questão piorou consideravelmente a situação dos ex-soldados.¹⁰⁹

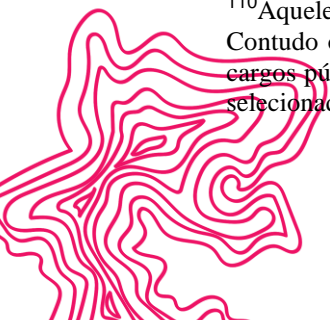
Nesse sentido, os pracinhas foram os que mais sofreram no pós-guerra. Primeiro, porque não gozavam mais das prerrogativas de um membro das Forças Armadas e também porque, segundo opinião do General Souza Carvalho, eles eram um número muito pequeno para que o Exército mobilizasse mais assistência. Outro ponto relevante é que a maioria dos conscritos e voluntários tinham baixa escolaridade e pouca situação social.¹¹⁰

Esses aspectos tornam o pós-guerra desses indivíduos especialmente sofrido. A partir da ideia de Sigmund Freud, a professora Cathy Caruth explica que existe uma relação entre o trauma e a sobrevivência, e por isso, no momento que segue o evento traumático, a sobrevivência ao trauma pode ser tão pesada quanto o acontecimento que deu origem ao Transtorno de Estresse Pós-Traumático (CARUTH, 2016, p. 180).

A realidade dos pracinhas reflete algo muito próximo à teoria de Freud na medida em que o exercício pleno da cidadania desses homens foi cerceado por parte do Estado brasileiro e do Exército. O pós-guerra foi marcado pela promulgação de uma série de leis e dispositivos legais que amparam os veteranos, independentemente da patente. Contudo, aqueles que sofreram com a neurose de guerra e principalmente os que só tiveram manifestações dos sintomas após o fim da guerra se viram completamente excluídos da legislação que promovia pensão, indenização ou auxílio financeiro. . Dessa forma, apesar do imaginário social criado

¹⁰⁹Disponível em: <<https://acervo.oglobo.globo.com/>>

¹¹⁰Aqueles que tinham apadrinhamento político conseguiam baixa do serviço militar e conseqüentemente da FEB. Contudo o certificado de reservista é um documento indispensável para que qualquer homem consiga assumir cargos públicos ou pleitear direitos políticos e civis, obrigando esses jovens a prestar o serviço militar e quando selecionados serem integrados a FEB.



em torno da figura do herói de guerra, esses homens são suscetíveis a toda sorte de mazelas que são agravadas quando não se é feita a desmobilização e reintegração social de forma a sanar todas as necessidades dos veteranos. Portanto, falar de trauma e sobrevivência é também falar sobre cidadania (SANTOS, 2008).

Referências

BOBBIO, Norberto et al. **Dicionário de Política**. vol. 1. Brasília: Editora Universidade de Brasília, v. 674, 1998.

CALDAS, Mirandolino. **O Posto Avançado de Neuro-Psiquiatria**. 2ª ed. Rio de Janeiro, 1950.

CARUTH, Cathy. Introdução ao trauma. In: Alves et all.. **Estudos de Memória**. Famaicão: Ed. Húmus, 2016, p. 173-184

CROQ, Marc-Antoine e Croq, Louis. **From shell shock and war neurosis to posttraumatic stress disorder: a history of psychotraumatology**. Dialogues in clinical neuroscience. v. 2, n. 1, p.51, mar. 2000.

FERRAZ, Francisco César Alves. **A Guerra que não acabou: a reintegração social dos veteranos da força expedicionária brasileira. (1945-2000)**. Londrina: EDUEL, 2018. Edição Kindle.

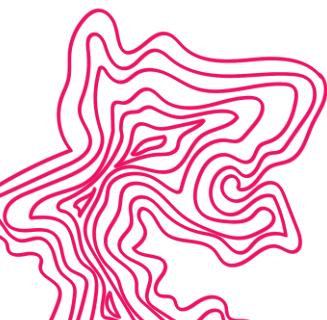
MAXIMIANO, Cesar Campiani. **Barbudos, sujos e fatigados: soldados brasileiros na Segunda Guerra Mundial**. São Paulo: Grua, 2010.

PERALTA, Elsa; GANITO, Tânia. “Memória e Violência”. In Graebin et all. (Org.), **Memória Social: questões teóricas e metodológicas**. Unilasalle, 2013, p. 185-205.

ROSA, Alessandro dos Santos. **A reintegração social dos ex-combatentes da Força Expedicionária Brasileira (1946-1988)**. Dissertação (mestrado) – Universidade Federal do Paraná, Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes, Curso de Pós-Graduação em História, 2010.

SANTOS, Wellington Corlet dos. **A desmobilização da Força Expedicionária Brasileira e as suas consequências político-sociais no Brasil entre 1945 e 1965**. Dissertação (Mestrado em Ciências Militares) – Escola de Comando e Estado-Maior do Exército. Rio de Janeiro, 2008.

SILVEIRA, Joaquim Xavier da. **A FEB por um soldado**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército. Ed. 2001.



“Passados Paralelos”: Revisionismos, negacionismos e usos públicos do passado

Luiz Felipe Anchieta Guerra

Mestrando - UFMG

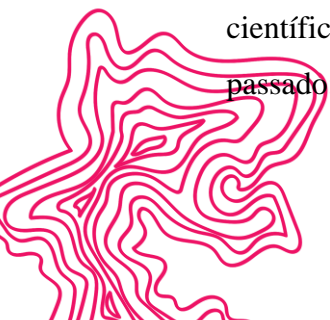
Mayara Balestro

Doutoranda - UFJF

Igor Tadeu Camilo Rocha

Doutor - UFMG

Distorcer ou falsear o passado, atenuar crimes e traumas ou mesmo a simples negação de algo que aconteceu, formam um conjunto de temas inquietante para historiadoras e historiadores por todo o mundo: essas maneiras de narrar os fatos e contextos passados possuem diversos usos na vida pública, definindo identidades e servindo como substrato de muitas ideias e ações políticas, cujos efeitos são bastante visíveis no presente. Diante desse quadro, várias pesquisas vêm sendo desenvolvidas por estudiosas e estudiosos, que voltam suas atenções e esforços para compreender como operam tais usos do passado. Atualmente, verificamos uma ampla difusão de teses negacionistas, difundida pela dinâmica das redes sociais e suas operações de compartilhamento de conteúdos compreendidos como históricos produzidos por indivíduos ou grupos que questionam o conhecimento científico para fins ideológicos e públicos. Observamos, ainda, o crescente uso de teses e práticas negacionistas diante do contexto marcado pela ascensão da Extrema-Direita brasileira e transnacional, marcado por um contexto de crises no sistema democrático. Assim, o negacionismo foi despido de suas pretensões científicas, confundiu-se com os vários revisionismos históricos e assumiu seu valor tático e instrumental para grupos, sujeitos e partidos políticos que assumem uma postura radical como é o caso da “fundação secreta de São Paulo por templários maçons” (SIC), o negacionismo da inquisição ou do holocausto, o Brasil Paralelo, ou mesmo a “fraude eleitoral” que resultou nos recentes ataques de 08 de janeiro. Neste sentido, o presente simpósio visa discutir as formas pelas quais a desinformação e a distorção da história são mobilizadas para criar passados paralelos, e como esses “novos passados” podem ser instrumentalizados na esfera pública. Assim, buscamos contemplar discussões dentro do campo da historiografia, mas também abertas para outras áreas, que englobam a mitose dessas narrativas e suas ramificações. Este ST pretende acolher trabalhos de temas como: negacionistas históricos; negacionistas científicos; conspiracionistas e teorias conspiratórias; fake news; usos públicos e políticos do passado; direitas; conservadorismo; crises das democracias; medievalismo; desinformação;



Lugar social hoje: a história pública e o negacionismo histórico em meio a diversificação de usos e produções de conteúdo

João Victor de Oliveira Calegari

Mestrando - Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro – UNIRIO
joao.calegari@edu.unirio.br

Resumo: O presente trabalho, utilizará o conceito de Lugar Social, trabalhado na obra clássica de Michael de Certeau *Operação Historiográfica*, afim de pensar que todo produto histórico se articula num lugar de produção socioeconômico, político e cultural. Desta forma, as narrativas históricas que vão se popularizando no universo digital hoje, mediados por propagandas e interesses diversos, temas complexos, que alcançaram parte do grande público, em muitas das vezes, por um discurso raso e pouco problematizado acerca do passado, não fogem a essa articulação de Lugar. Para tanto faremos um balanço de certas discussões acerca do conceito de história pública, história como serviço e negacionismo histórico, utilizando como fonte materiais da Empresa Brasil Paralelo lançados entre 2017 e 2019.

Palavras-chave: Lugar Social; História Pública; História como Serviço; Negacionismo.

Lugar Social

A obra *A Escrita da História*, do historiador francês Michel de Certeau, lançada originalmente em 1975, reúne estudos que buscam versar sobre a prática historiográfica, as formas como elas foram abordadas no tempo e as características basilares que regulam a escrita historiográfica. Nos interessa especificadamente aqui um dos textos mais conhecidos do autor, o segundo capítulo, chamado *a operação historiográfica*, onde o Certeau afirma logo na introdução que “encarar a história como uma operação será tentar, de maneira necessariamente limitada, compreendê-la como a relação entre um *Lugar*, *procedimentos de análise* e a construção de um *texto*” (CERTEAU, 2015, p. 46-47) admitindo que ela faz parte da atividade humana e que essa realidade pode ser apropriada, tanto como atividade quanto enquanto prática. Certeau afirma no prefácio à segunda edição, “a escrita da história remete a uma história moderna da escrita” (CERTEAU, 2015, p. XII), um sistema chamado por ele de atual, que teria como articulação principal o lugar socioeconômico de produção e uma busca pela racionalidade escriturária, frente a uma oralidade regionalizante. Se levarmos em consideração que seu ofício é uma escrita de seu tempo, como poderíamos utilizar sua categoria de análise, *A Operação Historiográfica*, para pensar a sociedade contemporânea e o momento de crise do tempo ou

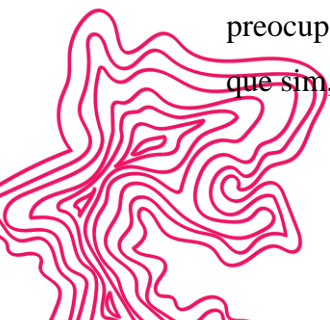


mesmo um diferente regime de historicidade e a produção de conteúdo histórico de uma certa empresa?

Certeau aponta que a chamada história “objetiva”, perpetuava a ideia de “verdade” num modelo misturado de filosofia com teologia, contentando em traduzir, criar, “fatos históricos”, entretanto, toda interpretação histórica depende de um sistema de referências, que esse sistema permanece uma “filosofia” implícita particular; que, infiltrando-se no trabalho de análise, organizando-o à sua revelia, remete à subjetividade do autor, ou seja, uma forma de desconfiança. Os “fatos históricos” já são constituídos pela introdução de um sentido na “objetividade”. O autor reitera, utilizando as discussões de Popper que tais fatos enunciam, na linguagem de análise, “escolhas” que lhe são anteriores, que não resultam pois, da observação e que não seriam nem mesmo “verificáveis”, mas apenas “falsificáveis”, graças a um exame crítico (CERTEAU, 2015, p. 48). Essas subjetividades tinham como efeito direto, ainda assim reservado, de manter uma posição distinta para os intelectuais, “um silêncio era o postulado dessa epistemologia” (CERTEAU, 2015, p. 49), não se perturbava a paz nessa relação. Negava-se desta forma a pertinência epistemológica dos historiadores e de sua função social.

Abordando especificadamente a questão do *Lugar*, buscaremos discutir o que é a História Pública hoje, em meio às diversas produções de conteúdo histórico.

Nos últimos anos é possível perceber que a história vem se fazendo cada vez mais presente nas diferentes mídias como a Televisão, em documentários, novelas, filmes, séries e serviços de *streaming*. A historiadora Jill Linddington, ao tentar explicar o que é História Pública, ou pelo menos onde esse termo tem sido usado, afirma que “o entusiasmo pela história viva domina a nação” (LIDDINGTON, 2011, p. 31). A partir dessa afirmação sustentamos que o mesmo ocorre na Internet. Através de likes, seguidores, números que pulam dos milhares para os milhões, as narrativas históricas vão se popularizando nesse universo digital. Mediados por propagandas e interesses diversos, temas complexos alcançaram o grande público, em muitas das vezes, por um discurso raso e pouco problematizado acerca do passado. Em uma busca rápida no Youtube é possível encontrar uma infinidade de vídeos que possuem uma abordagem histórica e educacional, realizados por historiadores de formação ou não. Conteúdos com as mais variadas produções e roupagens. A autora questiona se este conceito seria tão “acolhedor” ao ponto de que todos aqueles que se debruçarem de alguma forma sobre o passado, com uma preocupação com o público, ou o mercado, seriam historiadores públicos. Linddington acredita que sim, embora considere “escorregadia” a conceituação, uma vez que a expressão é utilizada



em sentidos diferentes a depender da historiografia que observamos ou mesmo o país que observamos.

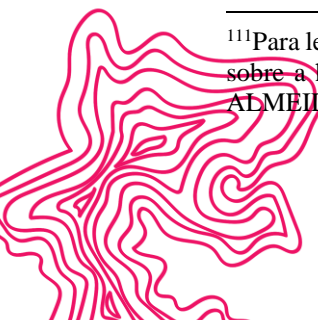
Se esse conceito pode ser utilizado em diferentes momentos cabe aqui definirmos o que é, ou vem sendo, História Pública no Brasil e na Universidade brasileira hoje, ou pelo menos nos últimos anos. Podemos pensar se História Pública é um *Lugar*, ou qual o seu lugar na sociedade contemporânea, como poderíamos utilizar a definição de Certeau para pensar essa modalidade de história.

Ricardo Santhiago, que relaciona o conceito como uma “prima-irmã” da História Oral, afirma que existe um caráter polissêmico na expressão, ou seja, pode ter pelo menos três grandes instâncias definidas, sendo elas o *fazer* história pública, o *pensar* sobre e a reunião programada em torno da história pública e um *campo* propriamente dito, sendo este último o mais novo e estruturante, que seria um espaço de debates, produções concretas e um esforço de divulgação e discussão insistente (SANTHIAGO, 2016, p. 26). Pensado dessa forma o curso ocorrido em 2011 na Universidade de São Paulo com o nome de “Introdução à História Pública”¹¹¹ foi um importante marco, que gerou posteriormente um livro, fruto direto das reflexões ocorridas no curso, organizado pelas historiadoras Juniele Rabêlo e Marta Rovai, onde uma vertente voltada para a ideia de uma história feita para o público, afim de ampliar audiências é privilegiada. As autoras, logo na introdução do texto, definem sua base de história pública:

[...] fazer história pública não é só ensinar e divulgar certo conhecimento. Pressupõe uma pluralidade de disciplinas e integração de recursos diversos. É um novo caminho de conhecimento e prática, de como se fazer história, não só pensando na preservação da cultura material, mas em como colaborar para a reflexão da comunidade sobre sua própria história, a relação entre passado e presente. Enfim, como tornar o passado útil para o presente. (ALMEIDA, 2007, p. 8)

Hoje, o grande foco de reflexão e mobilização da história pública seria na Internet, e neste espaço, como dito por Bruno Carvalho, o historiador encontra uma espécie de dissociação desse Lugar, se analisarmos a inversão entre o mundo analógico, no qual temos certa hegemonia, e o digital, onde essa autoridade existe, mas está fragmentada (CARVALHO, 2018, p. 173), percebemos a discrepância do momento atual, entre aqueles historiadores profissionais e os não profissionais, sem formação na área, que produzem conteúdo histórico nas redes. Na visão do autor, esse processo ocorre pela razão de que a Internet deu certa voz, permitiu que os usuários fossem menos consumidores e mais produtores deste conteúdo (CARVALHO, 2018,

¹¹¹Para ler mais sobre o curso ver SANTHIAGO, Ricardo. Duas palavras, muitos significados. Alguns comentários sobre a história pública no Brasil. In. História pública no Brasil: Sentidos e itinerários. MAUAD, Ana Maria, ALMEIDA, Juniele Rabêlo de, SANTHIAGO, Ricardo (orgs). São Paulo, Letra e Voz, 2016, p. 23-35
XI Encontro de Pesquisa em História da UFMG - ISBN: 978-65-01-11103-2



p. 173), afirmando que não ocorre com todos os *users*, mas possibilita. Desta forma, o que autoriza essas produções realizadas por não historiadores seriam dois fatores. O primeiro deles a capacidade de alcançar grandes públicos e o segundo a capacidade de dominar com naturalidade a linguagem dessas redes, garantindo uma comunicação eficaz com o público. Estes pontos seriam o discurso de credibilidade destes produtores, em contraponto as produções realizadas fora das redes. Os historiadores então deveriam focar em desenvolver uma autoridade chamada por Carvalho de tradicional ou buscar essa mesma legitimidade dos não historiadores, de alcançar públicos mais amplos e com a linguagem específica das redes?

Esta não é uma discussão fácil de ser solucionada e necessita de mais atenção nas pesquisas subsequentes, principalmente no que se diz sobre as relações de valores, publicidade e mercado que envolvem grandes produções dessas empresas, como no próprio caso da Brasil Paralelo, que entre agosto de 2020 e agosto de 2021 gastou R\$ 3,8 milhões em anúncios políticos vinculados principalmente ao *Facebook* - agora chamado de *Meta* – e outros sites que utilizam o sistema *Google AdSense*, serviço de publicidade online, sendo a empresa líder disparada em relação a este tipo de propaganda¹¹², como mostra uma matéria da Folha de São Paulo, que teve acesso ao relatório de transparência do *Google*. Análises que versem sobre a possibilidade de olhar o mercado como uma instituição de produção de sentido histórico, uma definição de história como serviço em meio a um regime de historicidade neoliberal (TURIN, 2019), não cabem neste breve texto, mas serão abordadas numa próxima oportunidade.

Negacionismo e as redes

Os mundos que antes pareciam distintos, público e privado, agora passam a se confundir. Essa figura do empreendedor de si mesmo faz com que seja necessário, ou pelo menos cria um padrão, da lógica de performar cada vez mais na Internet, ou no mínimo, nas redes sociais e fóruns consumidores de certo assunto.

Como devemos lidar com esses fatores? Teriam “os historiadores demorado muito tempo para intervir no espaço público” (BAUER, 2018, p. 201)? Se ocorreu demora ou não, talvez não seja no momento o foco desse trabalho, mas o problema existe e coloca-se principalmente para aqueles que acreditam ser necessário responder ao negacionismo e ao

¹¹²Para ler mais sobre ver MORAES, Carolina, PORTO, Walter. FOLHA DE SÃO PAULO. Produtora Brasil Paralelo é quem mais paga anúncios políticos do Google. 23 de junho de 2022. Disponível em: https://www1.folha.uol.com.br/ilustrada/2022/06/produtora-brasil-paralelo-e-quem-mais-paga-anuncios-politicos-do-google.shtml?utm_source=twitter&utm_medium=social&utm_campaign=twfolha Acesso em: 05 de agosto de 2022

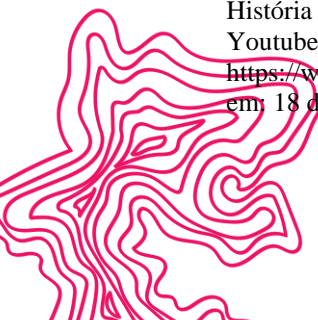
revisão mal intencionado. Como Bauer afirma, citando Pierre Vidal-Naquet, não se deve discutir com o negacionista, mas sim discutir sobre o seu produto, sendo este o preço de uma coerência intelectual (BAUER, 2018, p. 201). Discutir o lugar da história pública, no ambiente virtual, sem pensar na questão negacionista, seria uma brecha dentro desse grande campo em que estamos mergulhando.

No Brasil, assim como em outros territórios, os estudos acerca do negacionismo histórico ganharam muita amplitude com os casos de negação do extermínio de judeus, mais amplamente sobre os casos de regime nazista e antissemitismo. Atualmente o negacionismo histórico é muito distinto do que ocorreu nos anos 1970 em diante, ou menos ainda do que ocorre nos anos 1990, como o caso de David Irvin, que de certa forma “tentou fazer seu trabalho de negacionismo a partir da história. Ele dizia ter mais documentos do que os historiadores” (NICOLAZZI, 2022), que poderia provar a inexistência de câmaras de gás e outros conhecidos crimes nazistas, além de retirar certo protagonismo de Hitler da *Shoá*¹¹³.

Dos trabalhos de pesquisadores brasileiros, a coletânea organizada por Luís Milman e Paulo Fagundes, *Neonazismo, negacionismo e extremismo político* (MILMAN; VIZENTINI, 2000, p. 123-164), no início dos anos 2000 tornou-se referência para o campo, relacionando inclusive o processo ao debate da extrema-direita na Europa (VALIM; AVELAR; BEVERNAGE, 2021, p. 23). Nos processos contemporâneos é perceptível os silenciamentos, oclusões e minimizações no âmbito narrativo, subtraindo certos passados do presente, impondo significados à história, combinando com uma espécie de historiografia do esquecimento (ÁVILA, 2021) e no âmbito nacional é possível interligar este processo a chamada Nova Direita. Uma deslegitimação de leituras do nosso passado sensível, sobretudo de grupos vulneráveis, com peculiaridades brasileiras em períodos específicos, como a ditadura civil-militar, o período de escravidão e genocídio indígena (VALIM; AVELAR; BEVERNAGE, 2021, p. 22) e demais minorias.

Se outrora a ideia que puxamos de Certeau era que uma obra de valor em história seria aquela reconhecida pelos pares, “os verdadeiros leitores” (CERTEAU, 2015, p. 56), os trabalhos mais bem avaliados teriam um espaço maior para com o restante do público, teriam

¹¹³Existem diversos trabalhos, textos e mesmo um filme sobre o caso de David Irvin, mas indicamos para conhecer mais sobre o caso e como ele foi ‘solucionado’ o vídeo do Historiador, podcaster e criador do Leitura Obriga História Icles Rodrigues. RODRIGUES, Icles. Negação do holocausto: David Irving e o Relatório Leuchter. Youtube, 23 de Agosto de 2018. https://www.youtube.com/watch?v=eNODxKNR9yk&ab_channel=LeituraObrigaHIST%C3%93RIA. Acesso em: 18 de Novembro de 2022.



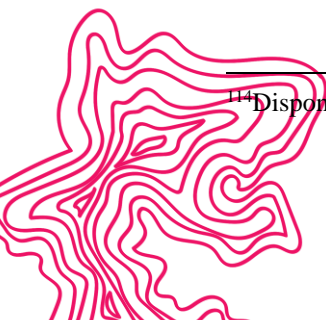
passado por esses pares, conseqüentemente teriam um suporte maior, estariam de alguma forma mais próximos da verdade, a narrativa construída aqui por essa empresa é sempre apresentada como deturpada ou escondida pela historiografia tradicional. A história será revelada por eles. Parte do que dá sustentação a esse processo então não são os pares, parece ser uma crescente expansão de conteúdos na Internet, mesmo que estes não tenham uma base de sustentação em protocolos de pesquisas ou investigação (MENESES, 2021, p. 80). Além disso existe uma relação com a falta de necessidade de uma validação fora dos locais em que circulam, uma vez que esses locais seriam vistos como fraudulentos, como vendidos, como farsa. Existe uma mobilização de afetos, como afirma Meneses, onde as pessoas que entram nesse círculo de divulgação de material negacionista preferem falas conspiratórias e ou absurdas, do que a recusa dessas teses, desde que seja algo que vá em encontro aos seus valores (MENESES, 2021, p. 81).

Pensando no espaço da internet, a empresa tem duas grandes frentes: o canal no Youtube e o Site. Presente no Youtube desde 2016, a Brasil Paralelo é descrita em sua página como uma produtora de vídeos que trabalha “para fortalecer em nossa cultura os valores e tradições, que notoriamente, ao longo da história conduziram a humanidade à paz e prosperidade”¹⁴. A empresa conta atualmente com mais de 230 milhões de visualizações e cerca de 3,3 milhões de inscritos em seu canal, onde grande parte do material é compartilhado de forma gratuita. Quando ocorrem *lives* elas também são transmitidas e ficam salvas no canal. Sempre que um novo filme ou vídeo é lançado os inscritos recebem notificação em seus perfis. É válido dizer que os números do canal podem variar de um dia para o outro, seja porque quando algum vídeo é excluído ou colocado como privado a plataforma tira as visualizações daquele material, seja porque houve alguma peça publicitária e ou polêmica envolvendo a empresa e conseqüentemente os números subiram.

A nossa principal fonte, o documentário *Brasil – a Última Cruzada*, foi postado na íntegra no Youtube a partir de 2017 e em 2022 alguns episódios foram retirados do ar, sendo relançados somente no site da empresa, até o momento.

Já no site da Brasil Paralelo, é possível ver um pouco do que a empresa apresenta como “nossa história”, na aba “sobre”. Eles afirmam ter começado pequenos, apenas três amigos, Felipe Valerim, Henrique Viana e Lucas Ferrugem, com câmeras emprestadas, “conseguindo

¹⁴Disponível em <https://www.youtube.com/c/BrasilParaleloOficial/about>. Acesso em: 20 de janeiro de 2023.
XI Encontro de Pesquisa em História da UFMG - ISBN: 978-65-01-11103-2



entrevistas de quem poderia explicar o cenário brasileiro naquele momento”¹¹⁵. Henrique Viana, afirmou durante uma palestra que Olavo de Carvalho quem teria alertado o grupo de que eles deveriam ter uma militância, além da venda dos produtos¹¹⁶.

Essa mistura de militantes com consumidores encontra-se para a empresa na figura do *Assinante*, que até pode acompanhar os lançamentos gratuitos da produtora, mas é convidado a todo momento para ser um “financiador” dos projetos da empresa, pagando para consumir os produtos exclusivos do site. Os planos e valores dessa assinatura mudam com certa frequência, seja por uma promoção ou por atualização de novos produtos para os assinantes. Atualmente estão disponíveis três planos, sendo eles, o plano “Acesso Total 4k”, onde o usuário paga um valor mensal de R\$59,00 por mês, consegue acesso as séries originais da Brasil Paralelo, filmes selecionados por eles, diversas entrevistas e ao chamado núcleo de formação, onde são oferecidos cursos para a área de história, arte, filosofia e educação, material de estudos, além de convites para encontros presenciais nos eventos da empresa. O plano “Básico”, por R\$ 19,00 mensais, tendo acesso às produções da empresa, filmes com análises dos membros e até conteúdo infantil. O outro plano é chamado de “Intermediário” e é vendido por R\$ 39,00 mensais, que oferece o mesmo conteúdo que o plano anterior, mas permitindo acesso simultâneo em duas telas e conteúdo *full hd* de imagem¹¹⁷. Este formato de assinatura e diversos planos disponíveis se assemelha muito a plataformas de serviços de *streaming* de filmes e séries.

Para fins de exemplificação do *Lugar* de produção do sentido histórico empregado pela empresa, utilizaremos uma citação direta do documentário *Brasil – a última cruzada*, mais especificadamente uma frase relacionada ao período de escravidão, no episódio de nome *Vila Rica*, o segundo episódio lançado.

Não é racial, ela se torna racial no século XIX, quando surgem as teses eugenistas é que aí se usa essa questão de tentar ligar ou associar a um africano ou descendente africano, ao escravo, mas isso é muito tardio. Então não era. Foi uma escravidão primeiro de oportunidade, tanto é que não era difícil você encontrar negros que se tornavam senhores e que tinham seus escravos também. Então quer dizer, dentro de uma economia escravista, se eu sou um senhor de engenhos, eu tenho escravos¹¹⁸.

¹¹⁵Disponível em: <https://www.brasilparalelo.com.br/sobre>. Acesso em: 16 de Fevereiro de 2023.

¹¹⁶Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=6BF83wbervI&ab_channel=Parlat%C3%B3rioLivre. Acesso em: 16 de Fevereiro de 2023.

¹¹⁷Disponível em: https://site.brasilparalelo.com.br/seja-membro/?src=976f0de0e9454614a9f095dacf449703&utm_source=search&utm_medium=ads&utm_campaign=pt_geral&utm_term=00%20-%20%205BKW%5D%20Brand&utm_content=Responsivo_simples&gclid=EA1aIQobChMIxtyX_daK_QIVZkFIAB1eHQoLEAAYASAAEgLZePD_BwE. Acesso em: 20 de janeiro de 2023.

¹¹⁸ Paulo Cruz. 00:35:00

Chamo atenção para a ideia de que na narrativa empregada pela empresa, no episódio, não é negada a escravidão, ou pelo menos não da forma como o negacionismo padrão busca afirmar categoricamente que algum consenso historiográfico, relatado amplamente na academia, de fato não ocorreu. Ocorre algo diferente. No *Lugar* de produção da Brasil Paralelo parece prevalecer uma espécie de simulação historiográfica, afirmando algo e elencando pontos que destoariam do que é afirmado pelos historiadores. Dessa forma afirmam que a escravidão ocorreu, mas não foi da forma como aprendemos e ensinamos.

Ainda que não utilizado inicialmente para tal fim, o processo de escravidão, dito por eles que não era racializado, tornou-se um seguimento econômico, ao ser utilizado pelos portugueses nos conflitos internos do continente africano por exemplo, onde os europeus influenciavam certos grupos fornecendo armamento ou menos pagamento pelos escravos capturados após as batalhas. A própria noção, utilizada muitas vezes para atacar grupos no presente que reivindicam lutas abolicionistas e reparação histórica, de que os próprios negros livres tiveram escravos e ou foram senhores, é apenas jogada, sem uma crítica, sem uma problematização. Como produto direto do capitalismo nascente, pós período chamado de grandes navegações, nosso “legado da escravidão” (DAVIS, 2016) inclui o processo econômico, racial e de gênero como delimitador. A lógica da dominação passava pelos corpos, pelas cores, pela raça, classe e gênero.

A ideia de escravidão por nascimento, o filho nascido de uma mãe escrava era escravo, também não era encontrada na escravidão da antiguidade, mas passa a ser utilizado pela lógica de reprodução da mão de obra escrava, principalmente quando o tráfico começa a ficar mais difícil ou torna-se proibido. A capacidade reprodutiva das escravas passou a ser cada vez mais avaliada e valorizada e a reprodução natural era o método mais seguro para a ampliação da população escrava. As escravas com potencial para terem uma dezena de filhos eram vistas como tesouro (DAVIS, 2016, p. 20).

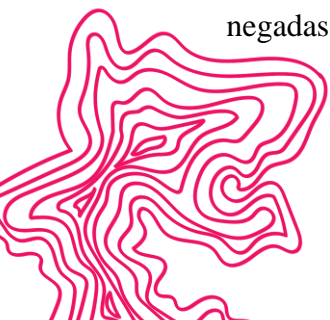
Não se comenta na produção da Brasil Paralelo, e nem na fala de nenhum dos homens citados, mas a própria questão dessa maternidade possuía uma relação de racialidade, de classe e de gênero, se pensarmos que muitas mães escravizadas eram amas de leite dos filhos dos senhores, uma vez que as mulheres brancas eram vistas como frágeis, como alguém que não conseguia e não deveria amamentar. As mulheres negras amamentavam e muitas vezes eram negadas ao direito de cuidarem dos seus próprios filhos (MACHADO, 2012, p. 209).

Conclusão

XI Encontro de Pesquisa em História da UFMG - ISBN: 978-65-01-11103-2

2023

342



A empresa aqui utilizada para análise é apenas um caso, dos mais conhecidos inclusive, de uma série de produções e produtores de conteúdo que se pretende ser histórico na Internet. Parece-nos que o que ocorre aqui é um local de produção que visa na verdade silenciar certos estudos e caminhos narrativos em virtude de outros, privilegiar certos acontecimentos, providenciando assim apagamentos que influenciam inclusive na construção de passados inautênticos (ÁVILA, 2022, p. 189), sendo este um formato que com certeza não estava previsto nas teorias e escritos de Michael de Certeau, mas o que buscamos aqui não é um fim, na verdade é um início, uma forma de discutir esses processos a partir das lentes da *Operação Historiográfica*. As formas negacionistas contemporâneas desafiam os métodos basilares de uma ciência que passou muito tempo tentando se firmar como uma epistemologia seca e direta, sendo assim, é nosso dever historicizar esse processo e defender que a ciência histórica não significa algo reducionista e muito menos apolítico. Reafirmações de epistemologias da ciência pela ciência, reafirmando um lugar de superioridade, por estarmos acostumados a lidar com *obras de valor*, como diria Certeau, aparentam não funcionar para combater práticas mal intencionadas. Pensar o caminho da *indisciplina* (ÁVILA; NICOLAZZI; TURIN, 2019) e das ampliações democráticas e interdisciplinares pode ser bem mais interessante para essa jovem senhora, a história.

Referências bibliográficas

- ALMEIDA, Juliene Rabêlo de. & ROVAI, Marta Gouveia de Oliveira. **Introdução à História Pública**. São Paulo: Letra e Voz, 2007
- ÁVILA, A. (Org.); NICOLAZZI, F. F.; TURIN, R. (Org.). A História (in)Disciplinada. Teoria, ensino e difusão de conhecimento histórico. 1. ed. Vitória: Milfontes, 2019
- ÁVILA, Arthur Lima de. **Qual passado escolher? Uma discussão sobre o negacionismo histórico e o pluralismo historiográfico**. Revista Brasileira de História. São Paulo, v. 41, nº 87, 2021
- BAUER, Caroline Silveira. **Qual o papel da história pública frente ao revisionismo histórico?** In: MAUAD, Ana Maria, SANTHIAGO, Ricardo, BORGES, Viviane Trindade. Que história pública queremos? São Paulo, Letra e Voz, 2018
- CARVALHO, Bruno Leal Pastor de. **Onde fica a autoridade do historiador no universo digital?** In: MAUAD, Ana Maria, SANTHIAGO, Ricardo, BORGES, Viviane Trindade. Que história pública queremos? São Paulo, Letra e Voz, 2018
- CERTEAU, Michael de. **A escrita da História**; tradução de Maria de Lourdes Menezes. Rio de Janeiro: Forense, 2015
- DAVIS, Angela. **Mulheres, Raça e Classe**. São Paulo: Boitempo, 2016
- LIDDINGTON, Jill. **O que é história pública?** In: ALMEIDA, Juliene Rabêlo de. & ROVAI, Marta Gouveia de Oliveira. **Introdução à História Pública**. São Paulo: Letra e Voz, 2011



MENESES, Sônia. **Os vendedores de verdades: o dizer verdadeiro e a sedução negacionista na cena pública como problema para o jornalismo e a história (2010-2020)**. Revista Brasileira de História, vol. 41, n°87. p.80. <https://doi.org/10.1590/1806-93472021v42n87-05>

MORAES, Carolina, PORTO, Walter. FOLHA DE SÃO PAULO. **Produtora Brasil Paralelo é quem mais paga anúncios políticos do Google**. 23 de junho de 2022. https://www1.folha.uol.com.br/ilustrada/2022/06/produtora-brasil-paralelo-e-quem-mais-paga-anuncios-politicos-do-google.shtml?utm_source=twitter&utm_medium=social&utm_campaign=twfolha Acesso em: 05 de agosto de 2022

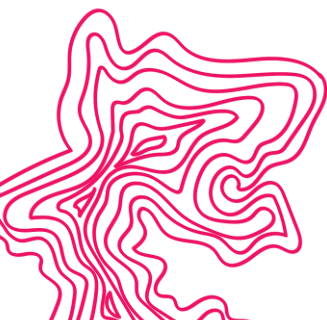
NICOLAZZI, Fernando. **Teoria da História e História da Historiografia: revisionismos, negacionismos e usos públicos do passado**. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=4rmttx5HW_I&list=PLatEg1B7rjeCSYWK22DVI6XxcoVmEDSja&index=9&ab_channel=F%C3%B3rumTeoriadaHist%C3%B3riaHist%C3%B3riaadHistoriografia Acesso em: 15 de Outubro de 2022

RODRIGUES, Icles. **Negação do holocausto: David Irving e o Relatório Leuchter**. Youtube, 23 de Agosto de 2018. https://www.youtube.com/watch?v=eNODxKNR9yk&ab_channel=LeituraObrigaHIST%C3%93RIA. Acesso em: 18 de Novembro de 2022

SANTHIAGO, Ricardo. **Duas palavras, muitos significados. Alguns comentários sobre a história pública no Brasil**. In. História pública no Brasil: Sentidos e itinerários. MAUAD, Ana Maria, ALMEIDA, Juniele Rabêlo de, SANTHIAGO, Ricardo (orgs). São Paulo, Letra e Voz, 2016

TURIN, Rodrigo. **Presentismo, neoliberalismo e os fins da história**, in: ÁVILA, A. (Org.); NICOLAZZI, F. F.; TURIN, R. (Org.) . A História (in)Disciplinada. Teoria, ensino e difusão de conhecimento histórico. 1. ed. Vitória: Milfontes, 2019

VALIM, Patrícia, AVELAR, Alexandre de Sá, BEVERNAGE, Berber. **Nagacionismo: História, Historiografia e Perspectivas de Pesquisa**. Revista Brasileira. São Paulo, v. 41, n°87, 2021



A Lei 10.639/03 e o ensino de História sob a perspectiva docente

Victoria Rodrigues de Souza

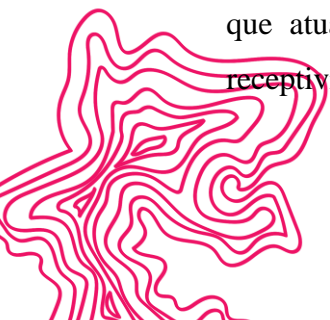
Mestranda em Educação - Universidade Federal de São João del Rei, UFSJ
vicss.rodrigues@gmail.com

Resumo: A virada do século XX para o XXI foi marcada por grandes transformações no que diz respeito ao panorama educacional brasileiro e as mudanças no currículo. A efervescência dos movimentos sociais após a redemocratização abriu ainda mais espaço para que o Movimento Negro Unificado (MNU) reivindicasse suas demandas acerca do acesso à educação para a população negra, ações afirmativas e também a decolonização do currículo. As diversas lutas, associações políticas e discussões nos espaços públicos culminaram na Lei 10.639/2003, que estabelece a obrigatoriedade do ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e História da África a todos os níveis de ensino. A discussão sobre a implantação da temática étnico-racial no contexto brasileiro configura-se enquanto uma grande vitória para o Movimento Negro e para toda a população negra brasileira. Cabe a nós enquanto educadores repensarmos sobre estigmas socialmente construídos e suas desmistificações, bem como as formas e possibilidades de descolonizar a educação, como afirma Gomes (2010, p. 109) “é um problema social e também pedagógico”, visto que a escola também contribuiu para uma visão reducionista sobre os africanos e seus descendentes. Essa discussão perpassa também o âmbito do professor como indivíduo, agente social e suas representações, pois “o docente é um profissional que implica um domínio de saberes que são frutos de elaboração pessoal, decorrentes de um quadro de referências social e culturalmente construídos.” (LEITE, 2020, p. 158). Nesse sentido, pretende-se examinar a presença e aplicabilidade da Lei 10.639/03 no espaço escolar em duas escolas localizadas na cidade de São João del Rei. Objetiva-se utilizar da metodologia de História Oral temática, por Meihy e Holanda (2007), e entrevistas semi estruturadas que caracterizam-se por ter um roteiro prévio mas que pode sofrer alterações ao decorrer da entrevista e assim “favorece não só a descrição dos fenômenos sociais, mas também sua explicação e a compreensão de sua totalidade, tanto dentro de sua situação específica como de situações de dimensões maiores.” (TRIVIÑOS, 1987, p. 152). Desta forma, objetiva-se refletir sobre as condições formativas, sociais, culturais e políticas que levaram à ausência ou presença da temática nas salas de aula da cidade.

Palavras-chave: Lei 10.639/03, ensino de História, ensino fundamental anos finais.

Considerações Iniciais

O presente artigo constitui-se enquanto um dos “braços” de uma dissertação ainda em andamento, cujos objetivos estão alicerçados em compreender e analisar a aplicabilidade da Lei 10.639/03 nas escolas municipais localizadas em São João del Rei - Minas Gerais. Para chegarmos ao nosso produto final, buscamos fazer uma pesquisa piloto com duas professoras que atuam em escolas estaduais no referido município, a fim de avaliarmos também a receptividade das questões escolhidas e respostas obtidas.



Há de se fazer um adendo, pois a proposta inicial era de realizar a entrevista com duas docentes, mas uma delas não nos respondeu. Apesar disso, as respostas obtidas pela que se propôs a nos atender já nos ajuda a mensurar sobre como tem sido o trabalho na rede estadual. Sendo assim, seguiremos o trabalho nos apoiando nas respostas que temos em mãos, perpassando sobre algumas considerações em relação à educação enquanto uma questão de cor, a colonização do currículo, as intensas reivindicações dos movimentos negros do século XX, a Lei 10.639 e seus desdobramentos, e por fim, nossos resultados e considerações mediante o que propomos a realizar.

De Luta à Lei: Um breve resumo

O nosso país é conhecido pela sua vasta cultura e miscigenação, por trás dessa alcunha e romantização o verdadeiro cenário brasileiro está calcado em tentativas de apagamento e silenciamento da população afro-brasileira em diversos âmbitos.¹¹⁹ Como aqui mencionaremos a educação, há de se mencionar que na Constituição de 1824 (primeira do Brasil) tem-se que “a instrução primária é gratuita para todos os cidadãos” (BRASIL, 1824). O conceito de ser cidadão carregava uma série de exclusões, dentre elas, os escravizados e seus descendentes.

A proibição se deu por diferentes formas e apareceu em diversos registros, o que nos faz pensar que se há sempre esse reforço, é porque houve procura. Ademais, houveram algumas brechas com a chegada das Escolas Noturnas em 1870, que em algumas províncias era permitido que os libertos a frequentassem, e com a Lei do Ventre Livre, em 1871, em que “os senhores deveriam optar por entregar ao Estado os filhos das escravas nascidos após 1871 ou mantê-los em seu poder e educá-los” (BARROS, 2016, s.p).

O Primeiro Censo do Brasil foi feito em 1872 e contava com aproximadamente 1,5 milhões de escravizados, destes, 1.403 (0,09% apenas) sabiam ler e escrever, um número expressivamente baixo.¹²⁰ E pode-se afirmar que anos depois, a abolição da escravidão em 1888 deixou os libertos à própria sorte, pois não ofereciam soluções ou oportunidades para as pessoas que alcançaram a liberdade. Em relação à educação, não há proibições para negros nas legislações seguintes, mas as instituições educacionais haviam sido formadas sob a ótica do pensamento racial.

¹¹⁹ De vários grupos, na verdade. Aqui iremos mencionar de forma mais específica sobre a população afro-brasileira pois a Lei trabalhada traz esse recorte.

¹²⁰ Ver imagem do Censo em: WESTIN, Ricardo. 1º Censo do Brasil, feito há 150 anos, contou 1,5 milhão de escravizados. Fonte: Agência Senado 2022. <<https://www12.senado.leg.br/noticias/especiais/arquivo-s/1o-censo-do-brasil-feito-ha-150-anos-contou-1-5-milhao-de-escravizados>>.

A lógica médica e científico-social presente nas ideias raciais molda as políticas educacionais, produzindo as desigualdades, num processo articulado e contínuo para “a desvantagem de brasileiros pobres e não-brancos, negando lhes acesso equitativos aos programas, às instituições e às recompensas sociais que as políticas educacionais proporcionavam. (...) Somos levados a apreender a educação como a área social estratégica para a implementação do ideário racial que constituía o projeto (republicano) de nação no Brasil. (PASSOS *apud* DAVILA, 2012, p. 15)

Os Movimentos Negros do século XX sempre atuaram em prol de políticas públicas voltadas à melhoria das condições de vida da população negra. Citaremos aqui o Frente Negra Brasileira e o Movimento Negro Unificado, que foram criados em momentos distintos mas que carregam grandes conquistas. O primeiro foi criado em 1931 e dissolvido em 1937 e é tido como a primeira organização negra do Brasil e a mais importante da primeira metade do século XX, pois além de atuarem juntamente com a imprensa em combate ao racismo, também enxergavam a educação enquanto prioridade e forma do negro ascender na sociedade.

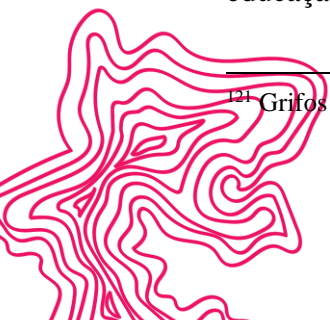
A educação sempre foi um elemento central na agenda dos movimentos. O Movimento Negro Unificado, criado em 1978, conseguiu alcançar maiores conquistas após a redemocratização, ampliando seus debates e os levando a nível nacional, fazendo com que no início do século XXI finalmente conseguissem com que parte de suas demandas fossem atendidas, principalmente porque a criação e implementação da Lei 10.639/03 se deu mediante a união do Movimento Negro com partidos políticos e com membros do movimento na política (PINOTTI, 2016).

Em relação à Lei 10.639/03, esta coloca a temática “História e Cultura Afro-Brasileira” como obrigatória nos currículos da educação a nível fundamental, médio, ensino de jovens e adultos e licenciaturas, a fim de valorizar o papel dos negros como sujeitos ativos na história, suas contribuições na religião, cultura e na formação da identidade nacional. Apesar da educação não ocorrer somente no espaço escolar, seu papel é imprescindível por ser uma das instituições que tem como finalidade contribuir de forma política, econômica, social e cultural na formação dos indivíduos, como exposto na Lei das Diretrizes e Bases:

A educação abrange os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais [...] .A educação, dever da família e do Estado, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania¹²¹ e sua qualificação para o trabalho (BRASIL, 1996)

Nilma Lino Gomes ao abordar sobre os efeitos e tensões sociais que influenciaram a educação, destacou a importância de toda essa alteração curricular, ressaltando que a temática

¹²¹ Grifos meus.



étnico racial não é apenas um “mero conteúdo”, mas sim uma “mudança cultural e política no campo curricular e epistemológico” (GOMES, 2012, p. 105):

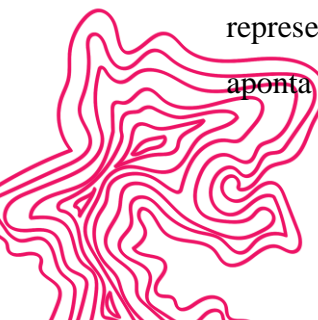
a mudança estrutural proposta por essa legislação abre caminhos para a construção de uma educação anti-racista que acarreta uma ruptura epistemológica e curricular, na medida em que torna público e legítimo o “falar” sobre a questão afrobrasileira e africana. Mas não é qualquer tipo de fala. É a fala pautada no diálogo intercultural. E não é qualquer diálogo intercultural. É aquele que se propõe ser emancipatório no interior da escola, ou seja, que pressupõe e considera a existência de um “outro”, enquanto sujeito ativo e concreto, com quem se fala e de quem se fala. E nesse sentido, incorpora conflitos, tensões e divergências. (GOMES, 2012, p. 105)

As diretrizes para o ensino das relações étnico raciais, documento de 2004, trouxe em seu texto princípios que buscam a consciência política e histórica da diversidade, fortalecimento de identidades e direitos e ações educativas de combate ao racismo e discriminações. Ao discorrerem sobre o referido documento e às suas possibilidades de aplicação, Abreu e Mattos (2012) elencam sobre os limites da aplicabilidade seguindo o que foi exposto no texto base, mas ressaltando principalmente a importância de historicizar os conteúdos de forma a evitar maniqueísmos no processo de ensino e aprendizagem. É inegável que adentrar este espaço seja uma grande conquista, mas colocá-la em ação e oferecer subsídios para que a mudança se efetive na prática é o que também vem sendo reivindicado no presente, pois há de se pensar sobre as ferramentas para que a aplicabilidade da Lei seja satisfatória e que contemple tanto a História desses africanos da diáspora e de seus descendentes quanto as das sociedades do outro lado do Atlântico.

O Ensino de História: A colonialidade dos currículos *versus* Identidades negras

Ramon Gosfoguel (2016) traz de forma muito clara em seus escritos sobre uma das tentativas de invisibilizar diferentes grupos ao apontar que a estrutura do conhecimento das universidades se ancora em genocídios/epistemicídios calcados no racismo e sexismo. Ademais, o autor menciona que esses genocídios têm estreita ligação para compreender os mecanismos que sustentam projetos imperiais, coloniais e patriarcais no mundo, apontando também sobre o privilégio epistêmico moderno estar sob o monopólio de cinco países (França, Inglaterra, Itália, Alemanha e EUA) em que “suas teorias são supostamente suficientes para explicar as realidades sócio-históricas do restante do mundo” (p. 27), enquanto as culturas e conhecimentos dos que se encontram às periferias são inferiorizados e menosprezados.

Mediante a temática étnico racial aqui proposta, é necessário se atentar para as representações já difundidas na sociedade e no imaginário popular. Chartier (1990, p. 19) aponta que as representações de dada época são feitas de acordo com o interesse dos grupos aos



quais foram criados e “traduzem as suas posições e interesses objectivamente confrontados e que, paralelamente, descrevem a sociedade tal como pensam que ela é, ou como gostariam que fosse”. Tais conceitos se alongam e influenciam o campo educacional, pois ao averiguar os materiais didáticos torna-se evidente que o exercício da História se situava em prol das classes dominantes e de forma “positivista”, perceptível ao fazer análise dos livros didáticos e suas composições, nos quais o papel do negro comumente se encontrava reduzido ao contexto da escravidão, tráfico negreiro e como coadjuvante no pós-abolição (OLIVA, 2007).

Bittencourt (2008) afirma que as mudanças do currículo propostas após o período de redemocratização procuravam centrar-se nas relações de ensino-aprendizagem e não apenas no ensino, como era antes. As discussões entre os professores estavam voltadas em pensar em uma reformulação curricular a fim de atingir as camadas vulneráveis, sendo discutido o que seria mantido ou não. Em relação ao ensino de História a autora aponta que:

a História serviu inicialmente para legitimar um passado que explicasse a formação do Estado-nação e para desenvolver o espírito patriótico ou nacionalista. A contribuição do seu ensino para a constituição da identidade permanece, mas já não se limita a constituir e forjar uma identidade nacional. Um dos objetivos centrais do ensino de História, na atualidade, relaciona-se à sua contribuição na constituição de identidades, [...]. A constituição de identidades associa-se à formação da cidadania, [...] mais explicitamente à do cidadão político (BITTENCOURT, IDEM, P. 121).

No que diz respeito às identidades, Munanga (2012) aponta que a identidade negra é construída ao passo que as formas de ensino contemplem o seu passado como constituintes e colaboradores da história nacional, suas contribuições em diversos âmbitos e como agentes ativos nos processos históricos. A identidade negra é, então, uma construção das subjetividades e a tomada de consciência para defender a sua existência. Munanga (1990) discorre que o conceito de negritude não está reduzido apenas a cor da pele e nem ao contexto social, pois há variações em ambos, mas trata-se de compreender a sua história e a de seus ancestrais e ter a noção que se desdobra em processos históricos e também como um movimento ideológico-político, sendo que ambos apontam a resistência em diversos âmbitos como um fator principal.

A pedagogia decolonial (Walsh, 2013) vem como uma estratégia teórica e prática que pensa a didática do ensino como mais inclusiva. Advinda do termo “decoloniality”, pensa não em desfazer o processo de colonização, mas aceitar que este ocorreu e se adaptar a uma realidade após o ocorrido, sempre em uma luta para reparar os danos. Como já havia mencionado anteriormente, retomo aqui sobre uma dos motivos que o estudo sobre a Lei torna-se desafiadora na sala de aula: a formação docente. Por mais que a Lei tenha 20 anos, sua



aplicabilidade tem sido realmente efetiva? Será que os professores tiveram contato com a Lei e/ou a temática? Qual perspectiva tem sido utilizada ao abordar sobre os processos históricos?

A metodologia da pesquisa e o olhar docente mediante a Lei 10.639/03

Nossa pesquisa é voltada para educadores da disciplina História e que atuam nos anos finais (8º e/ou 9º ano), utilizando da metodologia da História Oral temática proposta por Meihy e Holanda (2007), que apontam que a história temática consiste em partir de um ponto já estabelecido, no caso, o questionamento acerca dos usos da Lei, e averiguação da opinião e vivência do entrevistado a partir da mesma.

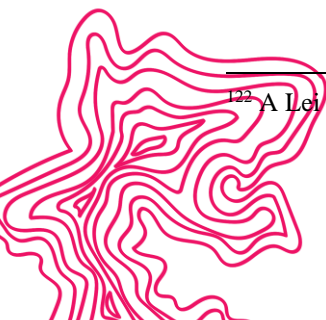
Para Triviños (1987, p. 152), a entrevista semiestruturada caracteriza-se por ter questionamentos básicos que se debruçam sobre teorias e hipóteses que sejam de interesse da pesquisa. O entrevistado responderá partindo já da linha pré estabelecida, portanto, esse modelo “favorece não só a descrição dos fenômenos sociais, mas também sua explicação e a compreensão de sua totalidade, tanto dentro de sua situação específica como de situações de dimensões maiores”, beneficiando tanto o investigador, que poderá obter enriquecedores resultados caso tenha domínio do estudo que o orienta, quanto o entrevistado, pois terá liberdade para se manifestar abertamente.

Nosso roteiro prévio constitui-se por perguntas em relação aos processos formativos, como ano de formação, se tem pós graduação, se teve contato com as disciplinas voltadas à diversidade, perguntas em relação às suas respectivas atuações e em quais momentos conseguem abordar a temática étnico racial, a posição da escola em si e apontamentos pessoais sobre a Lei.

A educadora que respondeu à nossa pesquisa atua na rede estadual da cidade de São João del Rei e mencionou que se formou no início dos anos 2000 em uma faculdade particular, ressaltou que em seu processo formativo não houveram disciplinas voltadas ao continente africano e isso despertou interesse da mesma. Ademais, no final da sua graduação teve contato com literatura africanas e fez um projeto de pesquisa relacionado à temática, o que se estendeu também para sua escolha ao fazer Mestrado.

Em relação à Lei e os saberes envolvidos, a docente mencionou sobre o fato do dia 20 de Novembro¹²² não ser feriado em Minas Gerais, e que é em outros estados, e que os outros

¹²² A Lei 10.639/03 coloca o dia Da Consciência Negra no calendário escolar.



professores da escola demonstram interesse na temática étnico-racial, pois a entrevistada relatou sobre o dia 19 de Abril e sobre a Lei 11.645/08 e da importância de levar eventos afins para dentro da escola, mas que a educação também deve ocorrer como um todo, fazendo referência aos demais profissionais da escola. A fala da educadora corrobora com a autora Nilma Lino Gomes (2012) ao abordar sobre a descolonização do currículo e os agentes envolvidos no processo educativo e vai ainda além ao considerar também os que atuam em outros segmentos da escola que não seja necessariamente dentro da sala de aula.

a descolonização do currículo implica conflito, confronto, negociações e produz algo novo. Ela se insere em outros processos de descolonização maiores e mais profundos, ou seja, do poder e do saber. Estamos diante de confrontos entre distintas experiências históricas, econômicas e visões de mundo. Nesse processo, a superação da perspectiva eurocêntrica de conhecimento e do mundo torna-se um desafio para a escola, os educadores e as educadoras, o currículo e a formação docente. (GOMES, 2012, p. 107)

De acordo com a Base Nacional Curricular Comum, nos currículo de História dos anos finais do ensino fundamental há uma expressiva quantidade de assuntos que se voltam à História da África. A professora entrevistada expôs que o “educar para a diversidade” vai além dos conteúdos presentes nos livros didáticos, que houve avanço nessa ferramenta de ensino, mas que ainda é preciso ir além. Levantou também sobre a dificuldade de determinadas escolas por terem os recursos pedagógicos limitados, mas que a escola busca trabalhar com as diferenças, apesar de não haver “incentivos”. Concordamos com Gomes (2005, p. 152) onde esta afirma que:

Pensar na inserção política e pedagógica da questão racial nas escolas significa muito mais do que ler livros e manuais informativos. Representa alterar os valores, a dinâmica, a lógica, o tempo, o espaço, o ritmo e a estrutura das escolas. Significa dar subsídios aos professores, colocá-los em contato com as discussões mais recentes sobre os processos educativos, culturais, políticos. Mas, para que isso aconteça, (..) a escola e os educadores têm que se mobilizar.

Percebemos, ao longo do relato da docente entrevistada que a mesma busca trabalhar a Lei 10.639/03 dentro da sala de aula e que outros professores da instituição também se preocupam com a aplicação da temática, pois ao decorrer da entrevista a mesma mencionou sobre a divisão na escola sobre as diferentes áreas do conhecimento e as discussões em torno da temática ocorridas nas reuniões dos docentes. Ademais, a professora repara a diferença ao trabalhar a temática, principalmente ao abordar as religiões, pois eles se sentem seguros a compartilhar sobre seus cultos com a mesma.

Considerações Finais



A questão racial ainda é um fator de muita discussão e disputas no âmbito político, cultural e no imaginário da sociedade como um todo, pois o racismo persiste no país apresentando suas facetas das mais diversas formas. A discussão sobre a implantação da temática étnico-racial no contexto brasileiro é uma grande vitória para o Movimento Negro e para toda a população negra brasileira e a importância da lei se dá no tocante a projetos que visam combater a discriminação racial no Brasil, fruto de uma sociedade calcada na exploração e invisibilização das pessoas negras como componentes importantes na sociedade brasileira.

Tudo o que de fato aconteceu não deve ser esquecido e muito menos as formas de resistência destes grupos. Apesar da pesquisa ainda estar em andamento, cabe a nós repensarmos sobre estigmas socialmente construídos e suas desmistificações, bem como as formas e possibilidades de descolonizar a educação nos apoiando na vasta bibliografia que aborda a temática e as suas possibilidades, pois como apresentamos ao decorrer do texto, o contexto educacional, em todos os âmbitos, também contribuiu para uma visão reducionista sobre os negro.

Estamos completando vinte anos da implementação da Lei e segundo a análise dos dados recebidos, podemos perceber que a aplicabilidade da Lei 10.639/03 pode ser satisfatória caso todos os agentes envolvidos no processo educacional estejam juntos em prol de uma educação voltada para a diversidade, mas que não há de se negar as dificuldades enfrentadas pelos professores como a falta de incentivos e subsídios. E esperamos encontrar uma nova perspectiva, horizontes e possibilidades a partir do nosso trabalho.

Referências

ABREU, M., & MATTOS, H.. (2008). **Em torno das "Diretrizes curriculares nacionais para a educação das relações étnico-raciais e para o ensino de história e cultura afro-brasileira e africana": uma conversa com historiadores.** *Estudos Históricos (Rio de Janeiro)*, 21(41), 5–20. <https://doi.org/10.1590/S0103-21862008000100001>.

BARROS, Surya Pombo de. **Slaves, freedmen, free African descendants, non-free, blacks, ingênuos: Education legislation concerning the black population in nineteenth century Brazil.** *Educ. Pesqui.*, São Paulo, v. 42, n. 3, p. 591-605, jul./set. 2016. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/S1517-9702201609141039>.

BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. **Ensino de História: fundamentos e métodos.** 2ª ed. São Paulo; Cortez. 2008.

CHARTIER, Roger. **A história cultural: entre práticas e representações.** Lisboa: Difel; Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1990.

GOMES, Nilma Lino. **Educação e Relações Étnico Raciais: Refletindo Sobre Algumas Estratégias de Atuação.** In: *Superando o Racismo na escola.* 2ª edição revisada / Kabengele



Munanga, organizador. – [Brasília]: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005. 204p.

_____. **“Diversidade étnico-racial e educação no contexto brasileiro: algumas reflexões”**. In: GOMES, Nilma Lino (org.) Um olhar além das fronteiras: educação e relações raciais. Belo Horizonte: Autêntica, 2010.

_____. **Relações étnico-raciais, Educação e Descolonização dos Currículos**. Currículo sem Fronteiras, v.12, n.1, pp. 98-109, Jan/Abr 2012.

GROSGOUEL, Ramón. **A estrutura do conhecimento nas universidades ocidentalizadas: racismo/sexismo epistêmico e os quatro genocídios/epistemicídios do longo século XVI**. Revista Sociedade e Estado, 31(1), 25-49. 2016

LEITE, Ingrid Silva de O.. **A abordagem da temática indígena e da História da África nos livros didáticos: uma experiência na formação docente**. Escritas do Tempo, v. 2, n. 5, p. 157-174, 30 out. 2020.

MEIHY, Jose Carlos Sebe Bom e HOLANDA, Fabíola. **História oral: como fazer, como pensar**. São Paulo: Contexto, 2007

MUNANGA, Kabengele. **Negritude afro-brasileira: perspectivas e dificuldades**. Revista de antropologia, p. 109-117, 1990.

_____. **Negritude e identidade negra ou afrodescendente: um racismo ao avesso?**. Revista da Associação Brasileira de Pesquisadores/as Negros/as (ABPN), v. 4, n. 8, p. 06-14, 2012.

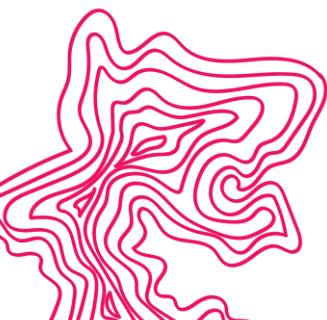
OLIVA, Anderson. **Lições sobre a África: diálogos entre as representações dos africanos no imaginário ocidental e o ensino da História da África no mundo Atlântico (1990/2005)**. Tese Doutorado, Brasília: UNB, 2007.

PASSOS, Joana Celia dos. **AS DESIGUALDADES NA ESCOLARIZAÇÃO DA POPULAÇÃO NEGRA E A EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS**. v. 1 n. 1 (2012): Revista EJA em debate / Disponível em: <<https://periodicos.ifsc.edu.br/index.php/EJA/article/view/998>>.

PINOTTI, Melina Lima. XIII Encontro Regional da AMPUH/MS, **‘História e Democracia: possibilidades de saber histórico’**. O movimento negro e a configuração da Lei 10.639/03, 2016. (Encontro). Disponível em: <https://docplayer.com.br/36257798-O-movimento-negro-e-a-configuracao-da-lei-03.html>.

TRIVIÑOS, Augusto Nivaldo Silva. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação**. São Paulo: Atlas, 1987.

WALSH, Catherine (Ed.). **Pedagogías decoloniales: prácticas insurgentes de resistir, (re)existir y (re)vivir**. Tomo I. Quito, Ecuador: Ediciones Abya-Yala, 2013. 553 p.



História e Memória da Ditadura no Brasil: sujeitos, espaços e perspectivas

Hygor Mesquita Faria

Doutorando em História – UFJF/USC

Larissa Virgínia Veiga

Doutoranda em História – UFMG

Larissa Vitória Ivo

Mestranda em História – UFOP

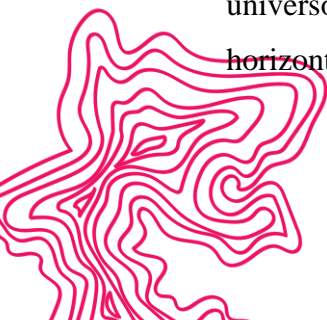
Leon Kaminski

Doutor em História – UEMG

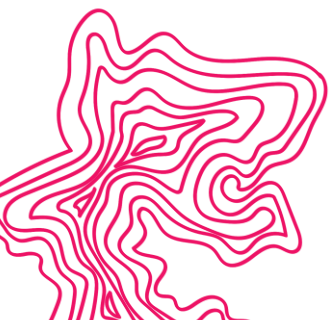
Nos últimos anos, a historiografia brasileira consolidou, a partir de diferentes esferas, estudos sobre o processo de construção da Ditadura instaurada em 1964 pelos militares, com ênfase no aparato que deu forma a sua manutenção, formas de atuação dos órgãos de repressão, formas de resistência, desdobramentos das violências, relação com a sociedade civil e setor empresarial, além das manifestações culturais. Os estudos referentes a esse período possuem grande complexidade em suas reflexões, mediante as relações sociais e a construção da memória dos sujeitos envolvidos em seu contexto, que ainda são marcados por uma intensa disputa na sua consolidação memorialística.

Os crimes por parte do Estado no período destacado foram sinônimos de silenciamentos e disputas por apuração. Ainda durante a repressão política, inúmeros documentos foram ocultados ou destruídos, a fim de impedir a evolução de denúncias e, desse modo, promover o arquivamento de processos contra o governo brasileiro. Tais implicações contribuíram para a propagação de um cenário repleto de fraturas e embates em torno do período, tendo como exemplo os familiares que lutam por memória, verdade e justiça.

O Simpósio Temático busca possibilitar o encontro de pesquisas que estejam em diálogo com estudos relacionados à Ditadura Militar brasileira dentro de seus temas já consolidados e em processo de consolidação, a partir de diferentes perspectivas teóricas, metodológicas e de recortes temáticos. Neste sentido, esperamos trabalhos que se localizem no debate e estudo de temas relacionados à memória e seus processos de disputa, formas de resistência e de violência e seus desdobramentos, assim como investigações que explorem o universo das práticas cotidianas, das expressões culturais e sociais do período. Dentro deste horizonte, buscamos estimular o estudo de determinadas especificidades relacionadas as



diversas formas de violência: contra mulheres, população LGBTQIAP+, negros, indígenas e outros grupos e sujeitos que não costumam figurar oficialmente como vítimas do regime. Além de analisar a relação das trajetórias de atuação, consolidação e interiorização do regime na relação entre o regional, nacional e transnacional, bem como as reflexões e pesquisas que compõe os estudos sobre justiça de transição no Brasil, enfatizando a importância de estabelecer questionamentos de como são as relações que as sociedades contemporâneas estabelecem com um passado não tão distante.



Clubes Negros como espaços de memória: o Ponto de Cultura Dará Palmares de Volta Redonda (1960-1970)

Jéssica Lopes de Assis

Universidade Federal de Juiz de Fora

E-mail: jlops13@outlook.com

Resumo: Este trabalho tem como principal objetivo, pontuar o processo de formação do associativismo negro na cidade de Volta Redonda, interior do estado do Rio de Janeiro, através do Ponto de Cultura Dará Palmares, a partir do ano de 1965. E, também, buscar entendê-lo como espaço de preservação da cultura da população negra da cidade durante o regime civil-militar. Para isso, iremos levantar questões acerca do “mito” da democracia racial e do racismo estrutural, principais responsáveis pelo silenciamento dessa camada da população brasileira.

Palavras-chave: Associativismo, Ditadura, Memória.

Introdução

A princípio, antes de começar a discorrer sobre o processo de formação do Clube Palmares de Volta Redonda como um espaço de luta e sociabilidade e, também, de preservação da memória, é necessário, primeiramente, fazer uma análise sobre o contexto em que o clube foi criado, ou seja, um ano após o golpe civil-militar de 1964.

O que se seguiu ao dia 1º de abril de 1964 foi um grande marco para a população e para a política brasileira. Com o advento do golpe militar, o país viveria vinte e um anos de repressões e perseguições políticas cumprindo com sua agenda anticomunista de eliminar quaisquer que fossem as aspirações que ameaçasse o poder dos militares, utilizando-se dos Atos Institucionais, sendo o AI-5 de maior impacto para intimidar a oposição. Devido às diversas nuances do termo, neste trabalho, iremos tratar o golpe como “civil-militar”¹²³.

Quanto à palavra “golpe”, de acordo com Jorge Ferreira e Ângela de Castro Gomes (2014), o termo foi rejeitado pelos civis e militares que comandaram o movimento que consideravam vitorioso, levando os mesmos a adotarem a palavra “revolução”. Na visão de ambos, o ocorrido no dia 1º de abril de 1964 colocando fim à democracia foi um golpe civil e militar. Sobre o acréscimo do termo civil, Ferreira e Gomes apontaram que a partir dos anos

¹²³ Ângela de Castro Gomes e Jorge Ferreira acreditam que o movimento ocorrido em 1º de abril de 1964, que acabou com a experiência democrática iniciada no final de 1945, foi um golpe *civil* e *militar*. O acréscimo do termo *civil* é fundamentado, tanto pelo apoio de parte expressiva da opinião pública ao golpe, quanto pela mobilização de líderes civis de oposição radical ao governo Jango, com o apoio militar.



1980, “construiu-se uma memória que isentou a população brasileira de qualquer apoio ao que ocorreu no Brasil antes e a partir de 31 de março de 1964” (FERREIRA; GOMES, 2014, p.12).

Mas, Ferreira e Gomes continuaram argumentando que,

o apoio de diversos setores da população das grandes capitais do país ao golpe que derrubou Goulart da presidência da República foi grandioso e está documentado; e não apenas em periódicos. Por isso, é bom entender tais reações, a começar pelos valores que a chamada revolução vinha colocando sob sua bandeira: a defesa da ordem, da liberdade, da Constituição, da democracia. Enfim, tudo isso contra um presidente considerado, por um lado, extremamente ameaçador e, por outro, muito fraco. Logo, uma versão que combina elementos extremamente negativos, concentrando-os em um único indivíduo, o presidente João Goulart, acusado de promover a comunização do Brasil (FERREIRA; GOMES, 2014, p.12).

Daniel Aarão Reis apontou que “havia certa dificuldade em definir o que estava passando porque nem todos que haviam apoiado a queda de João Goulart se reconheciam em ações como a suspensão de direitos políticos” (AARÃO, 2000, p.35). Portanto, para o autor, o regime poderia ter sido considerado nem como golpe nem como uma revolução. Sobre o primeiro termo,

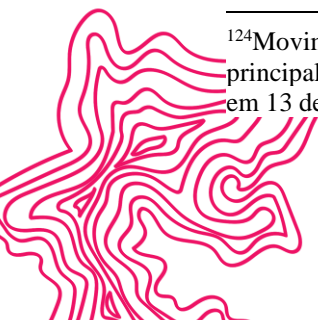
Aarão diz que não poderia ter sido golpe porque não se parecia com o modelo da tradição latino-americana e, também, não poderia ter sido uma revolução, apesar dos homens do Comando Supremo caracterizar o período dessa forma porque o processo consumado foi em nome dos valores da civilização cristã e da democracia (AARÃO apud COSTA, 2019, p.2).

A partir da breve análise do conceito apresentado sobre ditadura civil-militar, é possível observar que a sociedade civil foi atuante e contribuiu para a deposição de João Goulart, demonstrando constante insatisfação indo às ruas para se expressar, se organizando através de marchas¹²⁴. É possível notar, também, que provavelmente as pessoas que se mostravam insatisfeitas pertenciam à classe média majoritariamente branca que não se via beneficiada pela esquerda. Mas e a população negra? Ela também foi atuante nessas questões?

O autoritarismo versus a população negra

O “milagre econômico”, nome dado à política econômica implantada no governo de Castello Branco entre 1964-1966 e, direcionada por Otávio Gouveia de Bulhões e Roberto de Oliveira Campos, respectivamente ministros da Fazenda e do Planejamento, tinha como objetivos: aumentar o investimento em setores diversificados, valorizar o setor privado diminuindo o papel do setor público e expandir o comércio exterior elevando a taxa da oferta

¹²⁴Movimento surgido em março de 1964 e que consistiu numa série de manifestações, ou "marchas", organizadas principalmente por setores do clero e por entidades femininas em resposta ao comício realizado no Rio de Janeiro em 13 de março de 1964, durante o qual o presidente [João Goulart](#) anunciou seu programa de reformas de base.



de emprego¹²⁵. Ou, simplificando nas palavras de Lélia González, “o casamento entre estado militar, as multinacionais e o grande empresariado nacional onde as massas ficariam completamente excluídas da partilha do bolo do ‘milagre’ e massa, refere-se ao grande contingente de negro” (GONZÁLEZ; HASENBALG, 1982, p.12).

Com o *boom* das multinacionais diante da desvalorização do setor público durante esse período, os negros que trabalhavam em pequenas empresas, posto que perderam seus empregos no campo, migraram para as cidades que cresciam cada vez mais. Afinal de contas, o setor agrário não era o principal objetivo do governo de 1967 a 1973 e sim, o aumento da industrialização pesada na área urbana. González (1982) assinalou que o setor de prestação de serviços de atividades menos qualificadas como: limpeza urbana, serviços domésticos, correios, segurança e transportes urbanos, foram os lugares onde era mais provável encontrar um trabalhador negro.

Segundo Abdias do Nascimento,

o mito da “democracia racial”, principal lema do regime militar e tão cara a população negra, negava aos mesmos o direito de esclarecer-se e compreender a própria situação no contexto do país. Isso significava para as forças no poder uma ameaça à segurança nacional, tentativa de desintegração da sociedade brasileira e da unidade nacional. A constituição do país não reconhecia entidades raciais; todo mundo era simplesmente brasileiro (NASCIMENTO, 1978, p.78).

Através de Jair de Souza Ramos (2003), podemos avaliar que a vigilância policial com relação ao negro é proveniente de uma memória estatal que atribuiu o significado e a origem de “vadios” a esse corpo, dando a ele o caráter de depósito de suspeitas em diferentes momentos da história brasileira. E é justamente por causa de sua marginalização e falta de direitos básicos que o negro vai passar a se organizar politicamente, causando certa aversão dos militares.

Logo no início do texto, Ramos (2003) abordou sobre a necessidade do negro em portar carteira de identificação, pois, sua ausência poderia caracterizar vadiagem ou criminalidade, o que é considerado como outra certeza do Estado, de acordo com suas palavras. O termo “flagrante de vadiagem” analisado por este autor sugere que

opera não sobre uma ação criminosa, mas sobre uma atitude e uma aparência que a observação policial reputa suspeitas. Uma vez que a vadiagem é pensada como antecâmara do crime, por seu intermédio se opera a transformação do suspeito em contraventor, e logo em objeto do exercício das autoridades policial e judiciária. Mais do que uma ação policial que tem por objetivo prevenir as ações criminosas,

¹²⁵Sobre isso, ver mais em: LAGO, Luis Aranha Correia do. **O Milagre Econômico Brasileiro**. CPDOC – Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil, Fundação Getúlio Vargas. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/milagre-economico-brasileiro>. Acessado em: 30/07/2023.



encontramos aí uma espécie de criminalização preventiva de determinados indivíduos (RAMOS, 2003, p.152).

Uma das principais origens desse termo, “vadios” é proveniente de uma lei criada durante o governo de Getúlio Vargas (1937-1945). A chamada Lei de Contravenção Penal ou “Lei da Vadiagem” reprimiu e perseguiu sindicatos de esquerda, kardecistas, maçons e candomblecistas. Na tentativa de coibir manifestações religiosas de matriz africana ficou estabelecido através do Decreto-Lei nº 3.688, de 3 de outubro de 1941 que:

Perturbação do trabalho ou do sossego alheios
Art.42. Perturbar alguém o trabalho ou o sossego alheio:
I - com gritaria ou algazarra;
II - exercendo profissão incômoda ou ruidosa, em desacordo com as prescrições legais;
III - abusando de instrumentos sonoros ou sinais acústicos;
IV - provocando ou não procurando impedir barulho produzido por animal de que tem a guarda:
Pena - prisão simples, de quinze dias a três meses, ou multa, de duzentos mil réis a dois contos de réis.

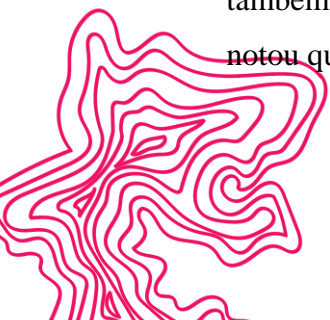
O mesmo Decreto também enquadrava a Capoeira para mantê-la sob a vigilância policial. Na Lei de Contravenção Penal de 1941, no capítulo VII – Das Contravenções Relativas à Polícia de Costumes onde ficou exposto:

Vadiagem
Art. 59. Entregar-se alguém habitualmente à ociosidade, sendo válido para o trabalho, sem ter renda que lhe assegure meios bastantes de subsistência, ou prover à própria subsistência mediante ocupação ilícita:
Pena - prisão simples, de quinze dias a três meses.
Parágrafo único. A aquisição superveniente de renda, que assegure ao condenado meios bastantes de subsistência, extingue a pena.

Diante de todo o processo de rejeição e discriminação para com a população negra, os mesmos passaram a sentir a necessidade de ressignificar seus espaços. González e Hasenbalg chegaram a levantar a questão do lugar do negro na sociedade brasileira onde,

o lugar natural do grupo branco dominante são moradias amplas, espaçosas, situadas nos mais belos recantos da cidade ou do campo e devidamente protegidas por diferentes tipos de policiamento [...]. Já o lugar natural do negro é o oposto, evidentemente: da senzala às favelas, cortiços, porões, invasões, alagados e conjuntos “habitacionais” [...]. Além disso, aqui também se tem a presença policial; só que não é para proteger, mas para reprimir, violentar e amedrontar (GONZÁLEZ; HASENBALG, 1982, p.15).

Na contramão a esses fatos, a mobilidade social do negro durante o regime civil-militar também foi tratada por Maria Cristina do Nascimento (2017) e através de outro autor, a mesma notou que,



a nova geração de trabalhadores negros se deparou com barreiras à cor que não tinham sido percebidos até então, uma vez que as expectativas, em termos de direitos civis, costumavam ser baixas entre os pobres. Por outro lado, esses trabalhadores negros tinham mais tempo e dinheiro para gastar na organização da comunidade e nas atividades de lazer (SANSONE apud NASCIMENTO, 2017, p.188).

A história do Movimento Negro escolhida para ser abordada parte do pós-abolição da escravatura, ou seja, no alvorecer da Primeira República. Sem ter para onde ir, sem a mínima noção do que fazer e com poucas perspectivas, a população escrava, agora liberta, se viu diante de grandes desafios com a chegada do novo século: a modernidade e o racismo.

A partir de pequenas, mas significativas movimentações e, para atender a demanda cada vez maior dos negros com relação ao seu papel na sociedade, fundou-se em 1930, a Frente Negra Brasileira (FNB) que, a partir dela se originariam mais tarde as duas fases do Movimento Negro no Brasil como a formação do Teatro Experimental do Negro (TEN), em 1944, e o Movimento Negro Unificado (MNU), em 1978.

É de suma importância pensar nas associações e clubes negros fundados antes e a partir dessas movimentações como potenciais espaços não somente de sociabilidade, mas, também, e principalmente, como espaços de preservação da memória da população negra, pois, de acordo com Maurice Halbwachs, “entre o indivíduo e a nação há muitos outros grupos, mais restritos, que também têm suas memórias cujas transformações reagem bem mais diretamente sobre a vida e o pensamento de seus membros” (HALBWACHS, 2003, p.90).

Ainda utilizando Halbwachs, no tópico em que ele falou sobre memória e espaço, ele apontou que

a partir do momento em que um grupo social se encontra inserido em um espaço, passa então a moldá-lo a sua imagem, isto é, as suas concepções, valores, ao passo também que se adapta a materialidade do lugar que resiste a sua “influência” (HALBWACHS, 2003, p.160).

O Ponto de Cultura Dará Palmares de Volta Redonda

Diante dessa premissa, analisemos o processo de formação do Ponto de Cultura Dará Clube Palmares¹²⁶, fundado em 31 de janeiro de 1965, na cidade de Volta Redonda, localizada ao sul do estado do Rio de Janeiro.

¹²⁶O Clube Palmares tornou-se um ponto de cultura em 2016, título concedido pela Secretaria de Cultura do Estado do Rio de Janeiro.



Fundado por três jovens negros: João Laureano, Nazário Dias e Maria da Glória, o clube tinha, no início, o propósito de integrar o negro na sociedade voltarenodense que era discriminada por seus principais clubes de lazer. O então denominado “quilombo urbano” seria um lugar não só para eles, mas para que as futuras gerações não passassem por tal constrangimento – leia-se discriminação racial –, de acordo com a história do local.

Sob a direção do Sr. Lúcio Andrade, o intuito era elevar a cultura do negro além de realizar outras atividades como ceder o espaço para a entrega formal de diplomas aos adolescentes e aos diplomados sócios do clube, um incentivo e apoio à formação acadêmica. O espaço, além destas atividades formais, também oferecia bailes de debutantes, concursos de *miss* e contava com o próprio coral.

Na década de 1970, auge da ditadura brasileira e dos movimentos civis norte-americanos, a nova geração de palmarinos sentiu-se motivada pelas visões e ideais antirracistas, politizadas e combativas. Passaram então a trabalhar com os jovens a conscientização de que deveriam estar inseridos em uma entidade negra e que atuasse também politicamente e assim permanece até os dias atuais.

Para tanto, é de suma importância pensar as associações e clubes negros através do conceito de Associativismo, ou seja, discutir os principais objetivos da comunidade negra que passou por um processo não apenas de exclusão social, mas de apagamento histórico e cultural ao longo dos anos e se viu diante de situações em que se fez necessário criarem uma rede de apoio para reivindicar por seus direitos.

De acordo com Fernanda Oliveira, os anos 30 no Brasil representaram um marco para o associativismo negro, pois ainda que estes espaços fossem voltados para o lazer, eles incluíram em suas atividades a preocupação com a sua situação social e,

buscaram assim possibilidades de estarem entre os *seus* em princípio não referenciando espaços físicos determinados. Buscava-se então conviver com os seus comuns, os quais apresentassem *costumes em comum* ou objetivos semelhantes, a fim de manterem laços de identidade com os *seus* (SILVA, 2011, p.31).

Apesar de muitos estudos sobre o assunto apontarem uma dificuldade de definir o associativismo negro, Ribeiro afirmou que “a bibliografia relacionada ao tema no Brasil no pós-abolição tem demonstrado que a educação dos negros foi uma das principais reivindicações de vários sujeitos e grupos da população negra” (RIBEIRO, 2018, p.59). Para tanto, é perceptível que este conceito representa uma das expressões das lutas desta população contra o racismo e,



muito além de espaços de sociabilidade, eram também espaços de instrução, assim como o Clube Palmares¹²⁷.

Referências

Ata de Fundação do Clube Palmares. Volta Redonda, 4 de abril de 1973. Centro de Documentação Edson Daniel João “Mister”, Clube Palmares - Volta Redonda, RJ.

BRASIL. Lei das Contravenções Penais. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-3688-3-outubro-1941-413573-publicacaooriginal-1-pe.html>> Acesso em 23/05/2023.

AARÃO REIS, Daniel. **Ditadura militar, esquerdas e sociedade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 3ª ed, 2005.

COSTA, Jucelio Regis. **O Regime Civil-Militar no Brasil (1964-1985): Legitimações, Consensos e Colaborações**. - Recife, PE, 2019.

FERREIRA, Jorge. GOMES, Ângela de Castro. **1964: O golpe que derrubou um presidente pôs fim ao regime democrático e instituiu a ditadura no Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014.

GONZÁLEZ, Lélia; HASENBALG, Carlos. **Lugar de negro**. Rio de Janeiro - RJ, 1982

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. Tradução de Beatriz Sidou. – São Paulo: Centauro, 2003.

LAGO, Luis Aranha Correia do. **O Milagre Econômico Brasileiro**. CPDOC – Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil, Fundação Getúlio Vargas. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/milagre-economico-brasileiro>. Acessado em: 30/07/2023.

LAMARÃO, Sérgio. **A Marcha da Família com Deus pela Liberdade**. Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea – CPDOC, Fundação Getúlio Vargas. Disponível em: https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/Jango/artigos/AConjunturaRadicalizacao/A_marcha_da_familia_com_Deus. Acessado em: 30/07/2023.

NASCIMENTO, Abdias do. **O Genocídio do Negro Brasileiro: Processo de um racismo mascarado**. Editora PAZ e TERRA S/A, Rio de Janeiro, 1978.

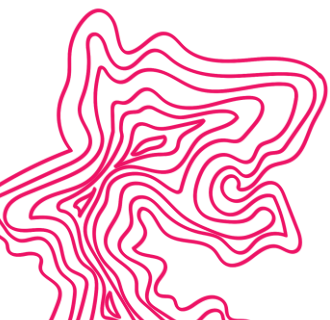
NASCIMENTO, Maria Cristina do. **MOVIMENTO SOCIAL NEGRO (MSN) E RELIGIÕES AFROBRASILEIRAS: QUESTÕES IDENTITÁRIAS E A PROMOÇÃO DA IGUALDADE RACIAL**. Cadernos do Ceas, Salvador/Recife, n. 240, jan./abr., 2017.

RAMOS, Jair de Souza. **Os muitos sentidos da identificação criminal**. – Rio de Janeiro, 2003.

RIBEIRO, Jonatas Roque. **Vou aprender a ler para ensinar meus camaradas: associativismo negro e educação no pós-abolição**. Revista de História e Historiografia da Educação, Curitiba, Brasil, v.2, n.5, maio/agosto de 2018.

¹²⁷O Clube Palmares oferecia diversos cursos e, também, cedia o espaço para atividades educativas de diversas áreas, porém, são posteriores ao período que nos propomos a analisar.

SILVA, Fernanda Oliveira da. Os negros, a constituição de espaços para os seus e o entrelaçamento desses espaços: associações e identidades negras em Pelotas 91820-1943). – Porto Alegre, 2011.



Cumplicidade empresarial com a ditadura militar brasileira - o Caso FIAT

Thiago Medeiros Souza

Graduando - Universidade Federal de Minas Gerais
thiagomedeirossouza12@gmail.com

Vitória Eugênia Gonçalves da Rosa

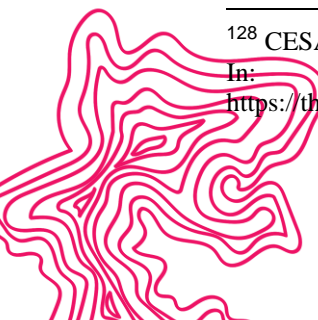
Graduanda - Universidade Federal de Minas Gerais
vitoria013rosa@gmail.com

Resumo: Na última década, especialmente após a divulgação do Relatório da Comissão Nacional da Verdade, lançou-se luz à questão da colaboração de empresas com a repressão a seus trabalhadores e trabalhadoras, durante o regime militar que governou o país entre 1964 e 1985. Nesse momento, entram em cena diversas centrais sindicais, sindicatos e entidades da sociedade civil denunciando graves violações ocorridas no período, tendo como principais responsáveis empresas por todo o Brasil. Deste modo, e como resultado de investigação sobre o Caso Volkswagen, cujo Relatório Final foi divulgado em 2020 e revelou a colaboração da empresa automobilística com o regime, novas pesquisas puderam ser iniciadas com o mesmo objetivo, a partir de um Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) firmado entre a empresa e o Ministério Público. Nesse escopo, o presente trabalho vem se desenvolvendo no bojo do projeto “A responsabilidade de empresas por violações de direitos durante a ditadura”, sob a coordenação científica do Centro de Antropologia e Arqueologia Forense (Caaf/Unifesp) e se propõe investigar acerca das ligações existentes entre a Fiat Automóveis S/A e a ditadura empresarial brasileira (1964-1985). Tais investigações têm como rastro as situações que resultaram em graves violações a direitos praticadas pela Fiat, em articulação sabida ou não com agentes do Estado, ou então que tenham contado com sua conivência ou colaboração, tendo por vítimas seus trabalhadores e trabalhadoras, bem como o conjunto do movimento sindical em Minas Gerais. Os fatos materiais que já demonstram as facilidades econômicas e fiscais conferidas pelo Estado brasileiro à implementação da Fiat no país, a participação de militares no corpo de empregados da segurança da empresa e a constituição de um sistema complexo de vigilância e informação de práticas políticas dos empregados da empresa – recentemente cristalizados em reportagem jornalística investigativa¹²⁸ – dão sustentação inicial a tais intentos, que foram incrementados ante a novos materiais levantados pelo presente trabalho. Para alcançar tais resultados, nos valem de pesquisa ao acervo do Arquivo Público Mineiro, fundo de imagens de greves do Museu Abílio Barreto, análise dos dissídios coletivos impetrados no Tribunal Regional do Trabalho (TRT3) à época e entrevistas com ex-trabalhadores e familiares.

Palavras-chave: Cumplicidade empresarial; Empresas e direitos humanos; Ditadura militar.

Introdução

¹²⁸ CESAR, Janaina *et alii*. "145 espões: o aparelho clandestino de espionagem que enriqueceu a Fiat no Brasil". In: The Intercept Brasil. Publicado em 25.02.2019. Disponível em: <https://theintercept.com/2019/02/25/espionagem-enriqueceu-fiat-brasil>, acessado em 02.10.2021.



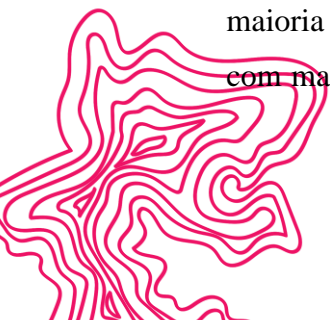
Pretendemos com o presente texto realizar uma síntese do trabalho realizado pela equipe de pesquisadores e de nossos resultados no que tange às violações de direitos da FIAT e suas filiais em Minas Gerais durante o período da ditadura militar. Ademais, apresentamos um balanço histórico da ligação entre o aparato repressivo da ditadura, suas instituições governamentais e sua relação orgânica com o setor empresarial do período, buscando suas consequências políticas e sociais nas vidas daqueles que foram direta ou indiretamente atingidos por esse aparato. Buscamos ainda traçar medidas de reparação cabíveis às vítimas de violações dentro dos pilares da justiça de transição - ideal que norteou nosso projeto - sendo eles: o direito à memória e à verdade; as reformas institucionais; as reparações simbólicas e financeiras e a responsabilização por atos praticados no período autoritário.

Método

A equipe de pesquisa foi composta por três pesquisadores – Gustavo Seferian, como coordenador, professor da UFMG e doutor em Direito, Carolina Dellamore, doutora em história pela UFMG e Sophia Bastos, mestra em direito pela UFMG –, e uma equipe multidisciplinar de pesquisadores e pesquisadoras de iniciação científica, abrangendo áreas como Direito, Ciências do Estado e História.

A equipe foi dividida em grupos de trabalho que se debruçaram, com maior ênfase, na análise documental do acervo do Arquivo Público Mineiro, na análise processual de dissídios coletivos do TRT3 e na realização de entrevistas com ex-trabalhadores e trabalhadoras da empresa no período investigado. No particular à gestão de dados, o manejo de planilhas para sistematização de dados revelou-se adequado para o registro das entrevistas realizadas, contendo nome da pessoa entrevistada, data de realização, data de transcrição e data de revisão da transcrição. Este formato também foi compatível com a indicação de quais microfilmes do acervo do Arquivo Público Mineiro – maior dos acervos operados – já tinham sido analisados, de modo a evitar sobreposições. Contudo, a sistematização das investigações no referido acervo histórico se consolidou na confecção de relatórios diários e por turno, com campo aberto para escrita sobre as impressões dos documentos analisados, além da indicação da página do microfilme, data, informações e descrição/assunto.

Nesse sentido, considerando a quantidade razoável de pesquisadoras e pesquisadores, a maioria dos arquivos foi gerida pelo Google Drive, plataforma em que é possível compartilhar com mais pessoas simultaneamente - atas, bibliografias, arquivos públicos que ultrapassam o



tamanho permitido para anexos via e-mail, etc. Para assegurar o sigilo das informações, todos os membros da pesquisa foram devidamente cientificados, tendo assinado Termo de Confidencialidade e Sigilo para firmar compromisso com a natureza dos dados da pesquisa. Ainda em relação à natureza dos dados coletados, em se tratando de dados ultrasensíveis, como são os áudios das entrevistas e o conteúdo de certos arquivos, destina-se a eles o armazenamento em vias físicas, com maior restrição de acesso e segurança da informação. Para tanto, com a verba de financiamento da pesquisa, foi possível adquirir um HD externo, que periodicamente foi atualizado para arquivar os documentos e os resultados da pesquisa.

Contexto e motivações históricas que levaram a pesquisa

A presença da Fiat no Brasil remonta à década de 1920, quando foi fundada a FIAT Brasileira S.A, com escritório em São Paulo. As vendas dos carros da marca cresceram tanto na época que a empresa chegou a pensar em instalar linhas de montagem de chassis e carrocerias no país, mas esses planos tiveram que ser adiados em razão da crise da Bolsa de Nova York, que fez com que as vendas despencassem no Brasil. Quase 50 anos depois, em 1970, o governador de Minas Gerais, Rondon Pacheco, visitou a sede da Fiat, em Turim, e convidou o grupo a se instalar no Estado, buscando finalmente estabelecer o setor automobilístico na região. Estas perspectivas iniciais acabam se cristalizando com o processo de fabricação inicial de tratores pela empresa Fiatallis - que inclusive serviu de intermediária para a consolidação posterior da fábrica de automóveis em Betim. A fabricação de automóveis, porém, passa a se dar posteriormente, com a aquisição de 43% das ações da Fábrica Nacional de Motores, a FNM, em 7 de fevereiro de 1973, outrora de propriedade da Alfa Romeo. Este processo serve de antessala às orquestrações que de forma mais madura resultarão em uma explícita combinação de interesses entre o Estado brasileiro e a empresa italiana na consecução de seus negócios.

Nessa época a Fiat se instalou no Brasil, especialmente no estado de Minas Gerais, por diversos motivos. O primeiro é o aspecto econômico, tido com maiores ressalvas em períodos anteriores, mas que está no cerne de um momento ímpar de crescimento da economia capitalista brasileira - constituindo a narrativa de um "milagre econômico" - que tem enorme apelo para os italianos. Além disso, a mão de obra em Belo Horizonte era mais barata do que em outras partes do país, como é o caso de São Paulo. São políticas também as razões que levaram a mais um atrativo: a cidade de Betim, na região metropolitana de Belo Horizonte, ainda não contava com um movimento de trabalhadores metalúrgicos organizado, inexistindo à época das



primeiras tratativas com o governo mineiro um sindicato na região, este que veio a se constituir tão somente às vésperas do início de atividades da empresa (PEDRONI, 2019, p. 80).

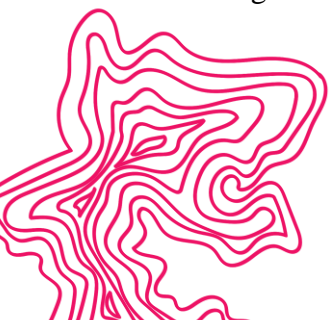
Dessa forma, cabe ressaltar também a composição do capital da Fiat e do aporte de benefícios de todas as ordens por parte do Estado de Minas Gerais desde sua gênese. Para ilustrar, a Fiat Automóveis Sociedade Anônima foi criada em 14 de março de 1973, a partir da assinatura de um convênio de comunhão de interesses entre o Grupo Fiat e o estado de Minas Gerais, que até 1988 era sócio da empresa.

Entre os acordos, previu-se a produção e venda de veículos, bem como peças de reposição, componentes e/ou veículos completos para o Grupo Fiat. O capital inicial da empresa era de US\$ 231 milhões, sendo que o Estado de Minas Gerais aportou US\$ 71,499 milhões, o que deu à empresa italiana o controle acionário, dado o aporte de US\$ 71,501 milhões da Fiat, que deteve 49,99% de participação na empresa. O restante do pagamento seria feito durante a instalação da fábrica de Betim. Além disso, após a assinatura deste acordo, eles não podiam reduzir a margem de lucro para as ações de 20% e 40% devido a negociações futuras (SNI, 1982, p.5).

Estes benefícios, que estavam “estipulados pela Fiat no pressuposto e na condição essencial” para a realização do negócio, vão também conduzir a isenções fiscais para troca de divisas e repatriamento de dividendos para Itália (art. 3.4 do Acordo), reclamando ainda benefícios nem sequer aplicáveis na área da economia da empresa, como as “relacionadas à pesca, reflorestamento, turismo e agricultura ou outras atividades dentro da jurisdição do Governo Federal”. É de se registrar que os aportes de capitais foram em muito aumentados, além de outras diversas formas de esforços do Estado brasileiro para que a empresa obtivesse empréstimos no exterior.

É de se perceber que este favorecimento resultou, inclusive, de relações promíscuas não só promovidas a título de beneficiamento econômico comum – de um lado, a promoção lucrativa esperada pela Fiat, e de outro o fomento à política econômica da ditadura –, mas também a interesses exclusivamente privatísticos. No arquivo privado da Fiat, em Turim, encontram-se documentos que tratam de presentes conferidos a militares de alta patente e seus familiares, a denotar a profundidade da relação fisiológica existente entre a multinacional e o regime.

Possíveis violações

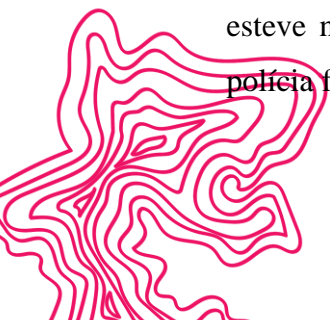


Em termos de violações dos direitos dos trabalhadores, pode se encontrar um grande número de violações ocorridas no período, como demissões discriminatórias e arbitrárias; violações de direitos básicos dos trabalhadores (violações de armários, violações de comunicações privadas, violações de privacidade-e preservação da família); agressões físicas aos trabalhadores; padecimento de condições prejudiciais à saúde, segurança e saneamento; práticas antissindicais sistemáticas, etc. Somam-se a isso as denúncias de tratamento desigual praticadas contra trabalhadores brasileiros, onde privilegiou-se os trabalhadores italianos, etc.

É também nesse aspecto da precarização estrutural do trabalho, até então entendidas como ilícitas no país, que a Fiat esteve na ponta de lança, a exemplo da terceirização. Sendo-o permissivo à época da ditadura a terceirização de atividades de vigilância e contratação temporária, por certo se mostra a atitude empresarial ao promover essa modalidade de contratação uma explícita manobra de gestão visando corroer benefícios e salários destinados aos seus empregados. Notando-se os intentos buscados pela empresa-ao se instalar em um país de capitalismo dependente e periférico, sobretudo ao se favorecer dos mais baixos salários e carência de benefícios conferidos.

Com o levantamento de documentos, bem como a realização de entrevistas com ex-empregados da Fiat e das suas empresas coligadas, pode-se confirmar que o militar reformado Cel. Joffre Klein, que comandava o aparato interno de repressão da fábrica, tinha interlocução direta, inclusive por telefonemas registrados em documento da COSEG, com os órgãos de repressão do Estado, prestando informações sobre trabalhadores conforme lhe eram solicitadas. Constatou-se também que, no que se refere ao sistema de vigilância, a FIAT contava com militares reformados em sua composição. Esse modelo de vigilância foi implementado em outras empresas coligadas à Fiat, a exemplo da FMB, onde diversas destas violações a direitos foram perpetradas.

Ainda em relação à interlocução com os órgãos de repressão, cabe citar a intensa troca de informações entre a empresa e as forças policiais militares, que eram chamadas para intervir em movimentos grevistas. Além disso, a empresa facilitou a operação da P2 em seus estabelecimentos, conferiu guarita à cavalaria da PM na fábrica e abriu a porta das fábricas para os órgãos de repressão em momentos de greve. Uma dessas ocasiões, levou ao caso emblemático, de pública memória, da morte do operário Guido Leão Santos. Operário da Fiat, esteve na mobilização grevista que se colocava em manifestação às portas da indústria. A polícia foi chamada pela Fiat. Em momento de conflito, atemorizado pela atuação da cavalaria



- que aguardava para agir dentro do pátio da empresa –, correu em direção à rodovia Fernão Dias, vindo a ser atingido por um ônibus.

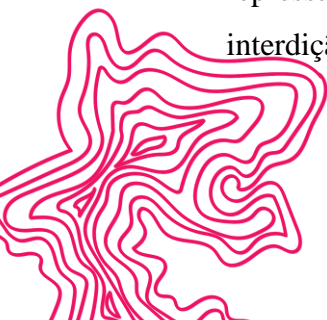
Por fim, confirmou-se que, por meio desse sistema de vigilância, a FIAT não apenas forneceu para o Estado ditatorial informações diretas sobre a vida pessoal, social e política de seus trabalhadores - violando seus direitos à intimidade, privacidade, honra e imagem, mas também ao pleno gozo das possibilidades de seus direitos trabalhistas, violando seus direitos políticos, como o direito a organizar, reunir e filiar-se a sindicatos. Tais práticas se perpetuaram tanto por meio do aparato interno da FIAT, bem como pela atuação de policiais da P2, que atuavam sistematicamente dentro da empresa, na forma como revelam documentos de órgãos de repressão do Estado.

Conclusão

A relação fisiológica entre a FIAT e o regime se mostrou desde o grandioso investimento do Estado de Minas na implantação da empresa em Betim, e se tornou concreta na relação de cumplicidade entre elas, na medida em que a empresa atuou em consonância com as práticas repressivas da ditadura, seja reprimindo seus trabalhadores organizados, inibindo seus direitos políticos ou trabalhistas, reforçando a precarização do trabalho ou pelo fluxo de informações arbitrariamente obtidas que transitavam entre a empresa e o Estado.

As consequências das ações da empresa na vida de seus trabalhadores leva à necessidade de que se busque reparação pelas graves violações aos direitos humanos perpetrados, que passam pelo reconhecimento, explícito e público, da parte da Fiat de sua participação direta e indireta no fomento do regime, bem como sua obtenção de favorecimentos econômicos e políticos com a ditadura. Na esfera coletiva, a necessidade de reparação, na forma de dano moral coletivo a ser revertido a entidades ligadas à promoção de direitos humanos, à memória, verdade e justiça de transição.

Ainda na esfera coletiva, a necessidade de se construírem espaços de memória em quantidade, dimensão e afirmação simbólica significativos, que reconheçam não só as práticas perpetradas pela Fiat como também registrem a memória às suas vítimas. Às entidades sindicais - tanto sindicatos, coletivos e centrais sindicais - alcançadas por suas práticas antissindicais, diretamente empenhadas ou articuladas com o poder público - sobremaneira os órgãos de repressão do Estado –, reparação material, na forma de danos imateriais e materiais, pela interdição de suas atividades precípuas, perseguição de dirigentes e inibição de sindicalização



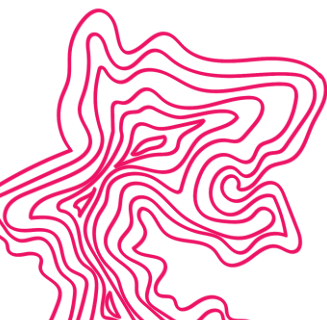
e arrecadação, bem como pedido de desculpas público pelo fomento a práticas antissindicais. Às vítimas individuais, ou, quando impossível, às e aos seus familiares, a reparação na forma de indenização por danos imateriais sofridos, bem como reparação materiais pelos danos que da mesma sorte lhe recaíram - a exemplo de dispensas discriminatórias, interdições de acesso a postos de trabalho, redução da capacidade laborativa etc.

Referências bibliográficas:

SNI. Documento ACE 24028/82 - SITUAÇÃO DE EMPRESAS NO ESTADO DE MINAS GERAIS, de 15.04.1982. Acervo Memórias Reveladas. Disponível em http://imagem.sian.an.gov.br/acervo/derivadas/br_dfanbsb_v8/mic/gnc/aaa/82024028/br_dfanbsb_v8_mic_gnc_aaa_82024028_d0001de0001.pdf. Acessado em 02.01.2022.

PEDRONI, Marcos Olmos. A chegada da Fiat no Brasil: uma nova entrante no oligopolizado mercado automobilístico brasileiro (1970 a 1973). Dissertação de Mestrado em História. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2019.

MINAS GERAIS; Resolução 1.048, de 06/04/1973. Aprova o acordo de comunhão de interesses entre o Governo do Estado de Minas Gerais e a Fiat S.P.A. para instalação de uma indústria automobilística no Estado de Minas Gerais.



A Petrobrás e a ditadura militar: a vigilância e a repressão aos trabalhadores e outras graves violações de direitos humanos (Minas Gerais)

Bruno Vieira Sousa (UEMG – bruno.2199894@discente.uemg.br)
Camila Alves Maia Silveira (UEMG – camila.2104879@discente.uemg.br)
Janaína Almeida Teles (UEMG/CAAF-Unifesp - janaina.teles@uemg.br)

Resumo: Apesar dos esforços empenhados pela Comissão da Verdade (CNV) para desvendar os meandros do aparato repressivo durante a ditadura militar, a atuação de uma vasta rede de órgãos de espionagem e controle coordenada pelos militares permanece desconhecida, tais como a das Divisões de Segurança e Informações (DSI), criada nos ministérios civis, e Assessorias de Segurança e Informação (ASI), instituídas nos órgãos da administração federal. A partir de 1964, a repressão vai gradativamente assumindo uma feição hierarquizada e institucionalizada; o Estado cria organizações como a Divisão de Segurança e Informações (DIVIN) da Petrobras, que atuaram na obtenção de informações e controle político, levando ao agravamento da violência policial e do controle social, bem como da difusão dos ideais da Doutrina de Segurança Nacional. Nesse período, a Petrobras ocupava relevante lugar tanto na expansão econômica do país, quanto no aparato repressivo. A nova política econômica adotada pela ditadura impôs aos trabalhadores a instabilidade no emprego e um regime fabril despótico, contexto no qual a petroleira nacional se torna alvo privilegiado das operações de vigilância e repressão. O presente trabalho visa apresentar a análise de estudo preliminar feito acerca da documentação referente à DIVIN no âmbito da Refinaria Gabriel Passos, filial mineira da petrolífera, inaugurada em 1968. O objetivo é tornar mais conhecidos os meandros e a amplitude da repressão empreendida pela empresa no período ditatorial, sobretudo, em Minas Gerais. Os dados apresentados aqui são o resultado parcial da pesquisa que está sendo realizada na documentação do acervo da Petrobras, disponível no Arquivo Nacional.

Palavras-chave: Ditadura Militar; Petrobras; Repressão; Resistência à ditadura; História Social do Trabalho.

Introdução

Essa comunicação apresenta dados e informações de uma pesquisa, em andamento, que busca caracterizar a atuação dos órgãos de vigilância e repressão da Petrobras, com ênfase no funcionamento da Divisão de Informações (DIVIN) da empresa no estado de Minas Gerais. A pesquisa está voltada às atividades repressivas e às violações aos direitos humanos cometidas pela estatal no período ditatorial, focando, sobretudo, na postura da direção da Petrobras adotada contra os trabalhadores e os membros do sindicato dos petroleiros – o Sindipetro.

Em 2014, a CNV apresentou dados de uma investigação que consolidou as análises realizadas acerca da centralização do aparato repressivo durante a ditadura militar, o qual



estabeleceu uma ampla interação entre os diferentes órgãos de controle político e social no Brasil. Apesar dos avanços verificados, a CNV apresentou dados restritos sobre as violações aos direitos humanos cometidas pela Petrobras, assim como não indicou os nomes dos envolvidos nessas violações da estatal. Investigações mais aprofundadas sugerem uma reflexão mais detida acerca de um aspecto ainda pouco estudado – a atuação dos órgãos repressivos no âmbito da complexa estrutura institucional criada no interior da administração pública. Com efeito, em torno do Serviço Nacional de Informações (SNI) se organizou uma vasta rede de órgãos de espionagem e controle nos ministérios civis, coordenada pelas Divisões de Segurança e Informações (DSI) (FICO, 2001, p. 83-84), cuja atuação é ainda pouco conhecida.

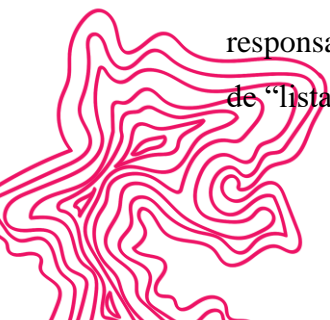
Nesse sentido, a relevância da proposta de pesquisa reside na escassez de estudos acerca da atuação dos órgãos supracitados. Embora a CNV tenha destacado a Petrobras como uma empresa modelo na implantação de monitoramento e repressão da ditadura militar (CNV, 2014, V. II, p.68), existem ainda poucos estudos a respeito da repressão empreendida pela Petrobras e sua direção no período ditatorial.

Por outro lado, cumpre recordar que, embora haja uma enorme lacuna no que tange aos estudos sobre a atuação e a cumplicidade das empresas, públicas e privadas, com o estado ditatorial e seu aparato repressivo, é digno de nota observar que esta colaboração começa a ser elucidada, tal como ocorreu no caso da incontestável cumplicidade da Volkswagen com a ditadura militar. Ademais, deve-se salientar que a atuação repressiva da DIVIN, entre outros órgãos, é uma contrapartida decorrente das atividades desenvolvidas pelos trabalhadores, sindicalistas e sua rede de solidariedade na resistência ao regime autoritário imposto em 1964.

A metodologia e a abordagem da pesquisa

Esta comunicação apresenta a pesquisa realizada sob a coordenação da Profa. Dra. Janaína de Almeida Teles, da UFMG, com fomento do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), na qual foram localizados dezenas de documentos sobre a atuação repressiva da DIVIN e de outros órgãos na Refinaria Gabriel Passos, no âmbito do Setor Regional 4 (SEREG-4). A DIVIN era responsável pela vigilância, triagem ideológica e a produção de contrainformações sobre funcionários e até de pessoas físicas que se candidatavam a vagas de emprego na Sociedade Anônima e de pessoas jurídicas ligadas a Petrobras.

A presente pesquisa pretende aprofundar a investigação sobre a atuação e a responsabilidade da direção da Petrobras e da DIVIN nas perseguições, delações, elaboração de “listas sujas”, demissões, prisões e torturas de trabalhadores do seu quadro funcional, assim



como de suas subsidiárias e prestadoras de serviço, a fim de aprofundar nosso conhecimento a respeito dos meandros e da magnitude da repressão empreendida pela empresa no período ditatorial. Paralelamente, buscar-se-á conhecer a atuação dos trabalhadores da empresa e suas entidades de representação de classe – em especial o Sindipetro – na resistência à ditadura militar, caracterizando sua atividade em Minas Gerais.

A investigação tem por objetivo focar na postura da Petrobras no estado de Minas Gerais frente (1) aos trabalhadores perseguidos da empresa e aos grupos que compunham sua rede de solidariedade (advogados, sindicalistas, ativistas da sociedade civil); (2) às instituições sindicais do setor petrolífero; (3) ao apoio logístico às operações de repressão da ditadura; e (4) aos possíveis crimes socioambientais cometidos. Esses quatro eixos englobam (a) processos conflituos e laborais dentro da Petrobras; (b) processos conflituos fora do ambiente empresarial; e (c) a cooperação direta da empresa com a maquinaria repressiva.

Com base nos objetivos acima listados, o trabalho foi organizado em 3 (três) etapas bem definidas. Num primeiro momento, é necessária a realização da investigação documental dos arquivos referentes a Petrobrás, disponíveis no acervo *on-line* do Arquivo Nacional. Cumpre recordar que são mais de 131.000 (cento e trinta e uma mil fontes documentais), distribuídas em 5 (cinco) séries. Nem todos os documentos são correspondentes à Refinaria Gabriel Passos, mas não foi encontrado um filtro que viabilizasse a pesquisa, de forma completa, por estado.

A partir dos dados dessa investigação, em um segundo momento, espera-se que seja possível sistematizar as informações colhidas, de maneira que elas possam servir de subsídios para a continuidade da pesquisa detalhada sobre os casos de violações de direitos humanos encontrados, a ser realizada por uma investigação nominal e por meio da metodologia de História Oral. Desse modo, serão coletados dados e informações que poderão viabilizar a realização de entrevistas com as vítimas, os sindicalistas e sua rede de solidariedade. Finda esta etapa da pesquisa, espera-se que sejam recolhidos dados suficientes para a comprovação do papel ativo da petroleira em graves violações de direitos humanos, por sua atuação direta ou em conluio com a máquina repressiva estatal. Nestas duas últimas etapas, a pesquisa deverá ser realizada por uma equipe interdisciplinar, a fim de possibilitar o enquadramento da empresa em tipos legais e ensejar a sua responsabilidade jurídica.

Por fim, vale assinalar que, na primeira etapa desta pesquisa, em andamento, tendo em vista a impossibilidade de realizar filtragens na documentação disponível no site do Arquivo Nacional, a busca por informações tem sido feita manualmente, por meio do uso de palavras-



chave como “REGAP”, “Refinaria Gabriel Passos”, “Minas Gerais”, “MG”, o que torna o trabalho de investigação moroso. Não obstante as dificuldades impostas pela pesquisa, a seguir, apresentaremos alguns dados e informações revelados pela investigação realizada no âmbito do projeto mencionado acima.

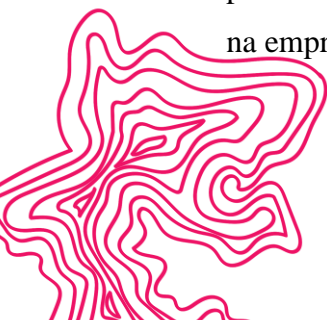
A repressão aos trabalhadores: a Refinaria Gabriel Passos na mira da ditadura

Com advento do golpe de Estado em 1964, iniciou-se uma intensa repressão se abateu sobre os trabalhadores. De acordo com o relatório da CNV (2014, p.60-61), entre os anos de 1964-70, cerca de 1000 intervenções ocorreram no Ministério do Trabalho, tanto em sindicatos, federações quanto em confederações. O medo se alastrou pela sociedade, constringendo iniciativas de resistência organizadas no âmbito sindical, tanto urbano quanto rural.

Durante o governo de Castelo Branco, a Lei de Segurança Nacional (Lei no. 315/67) e a Lei Orgânica da Polícia impulsionaram a institucionalização da ditadura militar (HUGGINS, 1998, p.126-35, 151-57). Com a criação do Centro de Informações do Exército (CIE) como “organismo misto”, (FICO, 2001, p.63, 91-92) em maio de 1967, a reestruturação do aparato repressivo avançou decisivamente transformando as seções do Conselho de Segurança Nacional (CSN) em Divisões de Segurança e Informações (DSI). Em 1969, com a edição do Ato Institucional no. 5 (AI-5), agiliza a organização dessa nova estrutura repressiva (TELES, 2020, p.269).

Essa reforma administrativa serviu para a difusão ideológica e material dos militares na burocracia estatal durante a ditadura (Idem, Ibidem, p.270), dificultando a resistência da sociedade, sobretudo, dos trabalhadores. Nesse contexto, os anos conhecidos como os do “milagre econômico” (1968-1973) corresponderam ao período com menores salários de todo o período ditatorial (LUNA, KLEIN, 2014, p. 94) e de redução da manifestação de trabalhadores, especialmente, após a violenta repressão à greve operária de Osasco (SP) em 1968 (CORRÊA, 2017).

Nesse período, a Petrobras desempenhava papel fundamental na expansão industrial brasileira em âmbito nacional e internacional, bem como no planejamento modernizante-conservador da ditadura. Por esta razão, era essencial a manutenção do controle social e político dos empregados na sociedade anônima. Desde o início do período ditatorial, a Petrobras foi palco de operações repressivas, com o objetivo de eliminar a presença “comuno-sindicalista” na empresa.



Em todo o país, sindicatos da petroleira e dirigentes sindicais foram perseguidos e tiveram seus mandatos cassados (CNV, 2014, v. II, p.60-61). É nesse contexto que, em 1964, o Marechal Adhemar de Queiroz foi nomeado presidente da petrolífera. Neste

ano, criou-se a Comissão Geral de Investigação (CGI), que levou à demissão de mais de 500 funcionários da estatal (PRAUN; COSTA, 2016). Trabalhadores foram presos, torturados, sendo inclusive identificada a prática de tortura na Refinaria de Duque de Caxias (REDUC) (CNV, 2014, V. I, p.832).

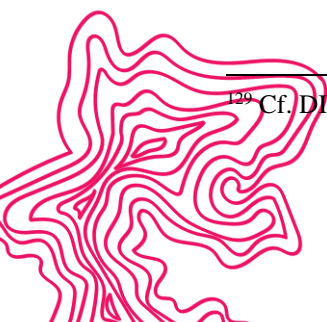
Os dados coletados pelo projeto “A responsabilidade de empresas por violações de direitos durante a Ditadura” sobre a Petrobras, coordenado pelo Centro de Antropologia e Arqueologia Forense (2023), revelam que a Petrobras e o Exército atuaram conjuntamente na instauração de inquéritos e no levantamento do nome de 3 mil suspeitos, que resultaram na abertura de cerca de 1,5 mil processos de investigação e o indiciamento de 712 operários (CAAF/Unifesp, 2023, p. 300).

Com o advento do AI-5, houve uma reestruturação na DIVIN, tornando-a semelhante aos demais órgãos de repressão estatal, ou seja, adquiriu características de um “órgão misto” voltado tanto para as atividades de informação quanto de repressão (TELES et. al., 2022). Neste contexto foram instalados os Setores Regionais (SEREG) da DIVIN, sendo que a SEREG 4 passou a ter sede localizada em Belo Horizonte¹²⁹.

Nesse contexto, os documentos encontrados por esta pesquisa até o ano de 1970, ou seja, os documentos referentes ao período anterior à criação do SISNI (Sistema de Nacional de Informações) que estruturou o aparato repressivo e de informações, ampliando sua capacidade de planejamento conforme a proposta do general Golbery do Couto e Silva (FICO, 2001, p.76.).

As informações sobre funcionários eram registradas e enviadas para as filiais da Petrobrás e para outros órgãos de investigação em todo âmbito nacional, o que demonstra a estruturação e organização do aparato repressivo, desde os primeiros anos da ditadura. Foram encontradas, ainda, fichas de demissão extensas, algumas constando motivações “a pedido”, ou ainda, “por interesse da empresa”. Estudos anteriores (FICO, 2001; PRAUN e COSTA, 2016; TELES et. al., 2022) indicam que a segunda justificativa, encobre um viés político, “subversão”, perigo “comuno-sindicalista” ou mesmo “homossexualismo”.

¹²⁹ Cf. DI_Petrobras_BR_RJANRIO.HF.O.SEG.3, p.229, 253-54, 338-39.



Analisando os documentos disponíveis no Arquivo Nacional, nota-se que os alvos mais frequentes de monitoramento eram os dirigentes do Sindipetro, pois este era um grande elo da rede de solidariedade e representação dos membros do quadro funcional da Petrobras. Nesse sentido, mencionamos, a título de exemplo, o caso do advogado Afonso Maria da Cruz, que, enquanto funcionário da estatal, era dirigente do Sindipetro e, após sua demissão, tornou-se advogado do sindicato defendendo diversos acusados de “subversão” na 4º CJM. Ademais, é importante salientar que Afonso Maria foi indiciado em um Inquérito Policial Militar (IPM) relativo à sua suposta militância na Ação Libertadora Nacional (ALN), acusado de ter dado cobertura à fuga de elementos “subversivos” e “terroristas” desta organização¹³⁰.

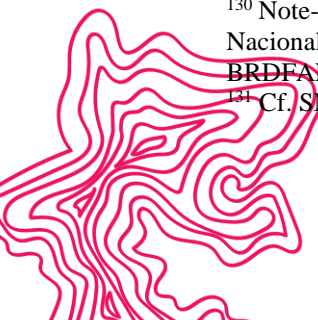
Os documentos do Arquivo Nacional analisados comprovam o monitoramento ideológico de funcionários em diversos momentos do contrato de trabalho, a indicação de demissão, a efetiva demissão por motivos políticos, e, até mesmo a sugestão de “exclusão” de trabalhadores e seu “envio às autoridades competentes”. Coadunam-se, portanto, as estratégias repressivas da ditadura militar com aquelas praticadas na refinaria mineira. É digno de nota observar ainda que os registros da DIVIN revelam a resistência empreendida pelos trabalhadores petroleiros ao longo do período ditatorial, tendo inclusive realizado uma greve de fome - forma de protesto tradicionalmente utilizada por presos políticos - com apoio do Sindipetro, no ano de 1982¹³¹.

Conforme mencionado anteriormente, a relevância da petrolífera para o plano de desenvolvimento econômico elevou-a a um cenário de protagonismo no âmbito de informações, vigilância e repressão, tornando-se um forte instrumento aos militares. Nesse sentido, em seu relatório final, a CNV registrou que:

No setor metalúrgico, que pode ser considerado o coração da indústria brasileira no período entre 1966 e 1974, o salário real médio manteve-se inalterado, enquanto a produtividade cresceu 99%.
O índice do salário mínimo real caiu de 112,52 em 1961 para 68,93 em 1970. Em 1965, eram necessárias 88 horas e 16 minutos mensais para o trabalhador adquirir ração mínima, estabelecida em lei. Em 1974, eram necessárias 163 horas e 32 minutos para obter essa ração. (p. 70, 2014).

¹³⁰ Note-se que há 62 registros a seu respeito, englobando dezenas de folhas de documentos, no acervo do Arquivo Nacional, cf. BR_RJANRIO_HF_0_SEG_0006_d0001de0001. P.37, e BRDFANBSB_V8_MIC_GNC_CCC_82006339_d0001de0001, p.3

¹³¹ Cf. SNI_BR_DFANBSB_V8_MIC_GNC_AAA_820273290, p.13.



É, portanto, assustadora a magnitude da organização do regime, sobretudo na exploração da mão de obra do operário, e no esvaziamento de sua qualidade de vida, altamente afetada pela política de congelamento de salários. Além disso, o arrocho salarial e alteração na legislação trabalhista tornou comum a venda do período de férias, aumento de realização de horas extras, bem como gerou grande aumento de jovens e mulheres no mercado de trabalho, já que era necessário aumentar a renda para custear as despesas com a família (CNV, 2014, v.II, p.70).

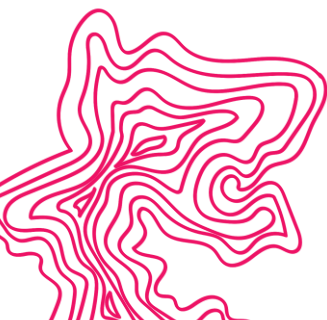
Uma das maiores consequências dessa intensa exploração ao trabalhador no Brasil foi a posição de “campeão mundial de acidentes de trabalho”, com 1.743.025 sinistros e 3.900 mortes, atingida pelo Brasil em 1976 (CNV, 2014, v.II, p.70). Depreende-se, portanto, que os petrolíferos mineiros sofreram a repressão sob forma de violação aos direitos trabalhistas, mas mais que isso, também sob forma de repressão ditatorial. Alvo da ditadura, os operários eram vigiados antes mesmo do ingresso na empresa pública, e posteriormente, de forma em intervalos de tempo. Mas não somente isso, esses trabalhadores poderiam sofrer violações à direitos humanos, tal qual é reconhecido em casos de empresas como Volkswagen, Embraer, General Motors, a Petrobrás encontra-se no Relatório final da Comissão Petrobrás é listada na Comissão Nacional da Verdade, grupo “Ditadura e repressão aos trabalhadores e ao movimento sindical” (PRAUN; COSTA, 2016, p. 3).

Considerações Finais

Diante do panorama apresentado, é de se ressaltar a importância da análise documental proposta, com vistas ao aprofundamento do nosso conhecimento a respeito da colaboração empresarial com o aparato repressivo e, mais amplamente, com a ditadura militar. A pesquisa busca desmistificar a organização da máquina repressiva durante os governos militares, esclarecendo como desde seu início os órgãos de informação, repressão e vigilância, sobretudo, da Petrobras, constituíram-se de forma organizada e eficaz.

Cabe à historiografia brasileira empreender mais investigações em profundidade, visando a responsabilização de empresas por seus crimes cometidos contra os trabalhadores durante a ditadura militar. O aniversário de 60 anos do golpe de 1964 se aproxima e ainda se sabe pouco a respeito da colaboração de empresas públicas ou privadas com o regime autoritário. Desse modo, é de extrema importância a existência de estudos do tipo apresentado aqui, fundamentais para a busca por informações que resultem em atos de justiça.

Referências



ALMEIDA, C.A.S.; TELES, J.A., LISBÔA, S.K.; M.A.A. TELES. *Dossiê Ditadura: mortos e desaparecidos políticos no Brasil (1964-1985)*. São Paulo, Imprensa Oficial, 2009.

CAAF/Unifesp. Projeto “A responsabilidade de empresas por violações de direitos durante a Ditadura” sobre a Petrobras, coordenado pelo Centro de Antropologia e Arqueologia Forense (CAAF/Unifesp).

COMISSÃO NACIONAL DA VERDADE. *Relatório*. Vol. I e II, Brasília: CNV, 2014

COMISSÃO DA VERDADE EM MINAS GERAIS. *Relatório /Governo do Estado*. Belo Horizonte: COVEMG. 2017. Disponível em: < file:///C:/Users/Usuario/Desktop/TCC%20-%20DITADURA%20E%20PETROBRAS/Comiss%C3%A3o%20da%20Verdade%20em%20Minas%20Gerais%20-%20Relat%C3%B3rio%20final%20-2017.pdf>. Acesso em: 18/04/2023.

CORRÊA, Larissa Rosa. *Disseram que voltei americanizado: relações sindicais Brasil-Estados Unidos na ditadura militar*. Campinas/SP, Ed. Unicamp, 2017.

FICO, Carlos. *Como Eles Agiam - Os subterrâneos da Ditadura Militar: espionagem e polícia política*. Rio de Janeiro: Record, 2001.

HUGGINS, Martha K. *Polícia e Política: Relações Estados Unidos-América Latina*. São Paulo, Cortez, 1998.

PRAUN, Luci; COSTA, Claudia. *Pistas sobre a Estrutura e as Ações de Repressão do Estado Brasileiro no pós- 1964 e sua Configuração no interior da Petrobrás*. Revista do Arquivo: São Paulo. ano 1, v. 2. abr. 2016.

SILVA, Marcelo Almeida de Carvalho. *As práticas de normalização da violência operacionalizadas pela Volkswagen do Brasil na ditadura militar brasileira (1964-1985)*. Rio de Janeiro: Tese de Doutorado em Administração de Empresas, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, 2018.

TELES, Janaína de Almeida. *Eliminar sem Deixar Vestígios: a distensão política e o desaparecimento forçado no Brasil*. Revista M: Rio de Janeiro. V. 5, n. 10, p. 265-297. jul./dez. 2020.

TELES, Janaína de A., BERNARDI, Bruno B., PÁDUA FERNANDES, Antônio. “Responsabilidade empresarial: violações de direitos humanos cometidas pela Petrobras durante a ditadura militar brasileira. Anais do XIII Seminario Internacional Políticas de la Memoria, Mar. de 2022.



Aparato indesejável: a polícia política e sua tentativa de fuga do estigma repressivo^{132*}

Beatriz Silveira Reis

Aluna da graduação de Licenciatura em História - Universidade Federal de Minas Gerais
beatrizsreis26@gmail.com

Gabriela Rodrigues Torres

Aluna da graduação de Licenciatura em História - Universidade Federal de Minas Gerais
gabytorre1774@gmail.com

Resumo: Com o processo de distensão da ditadura militar no Brasil, o final da década de 1970 é marco do início da redemocratização do nosso país. Em um contexto pós Guerra Fria, os discursos anti-autoritaristas clamavam pela abertura dos arquivos da polícia política que, por sua vez, trabalhou em prol dos governos ditatoriais. Este trabalho tem como objetivo discorrer acerca da configuração repressiva policial a partir dos documentos disponibilizados com as entregas dos acervos do Departamento de Ordem Política e Social de Minas Gerais (Dops/MG), em 1998, e da Coordenação Geral de Segurança de Minas Gerais (Coseg/MG), em 2013 - ambas baseadas no artigo 5 da Constituição de 1988 e na Lei Federal nº 8.159 de 1991. Nesse sentido, é preciso levar em conta, também, os diversos conflitos judiciais entre os órgãos governamentais mineiros e aqueles que procuravam garantir o direito público de acesso a essas informações. Dada a finalização dos processos de organização e descrição do acervo do Dops/MG em 2007, em parceria com o Arquivo Público Mineiro, inicia-se, em 2013, o mesmo procedimento com os documentos provenientes da Coseg/MG, trabalho este que ainda se encontra em andamento. No entanto, o processamento das informações disponíveis possibilita uma análise do funcionamento dessas instituições e das narrativas históricas e políticas advindas delas. Dessa forma, apoiando-se nas atividades exercidas pelo grupo de pesquisa e organização do acervo Coseg/MG, coordenado pelo professor Rodrigo Patto Sá Motta, o principal ponto de arguição desta tese é o de que a Coseg/MG foi um órgão de inteligência criado com o objetivo de desvincular a polícia política de um estigma fortemente popular ligado à repressão e à violência - surgido, sobretudo, a partir das práticas do Dops/MG. Para tanto, esta comunicação prevê, por meio de uma abordagem comparativa entre instituições e órgãos policiais, uma discussão a respeito da pretensa ressignificação das polícias políticas mineiras através de reformas aplicadas ainda no regime ditatorial, tratando com a ideia de renovação do serviço de informação mineiro como tentativa de fuga desse estigma repressivo (aludindo, aqui, ao conceito de Erving Goffman que relaciona o estigma a um atributo indesejável).

Palavras-chave: Ditadura militar, Polícia política, Dops/MG, Coseg/MG, Serviços de informação

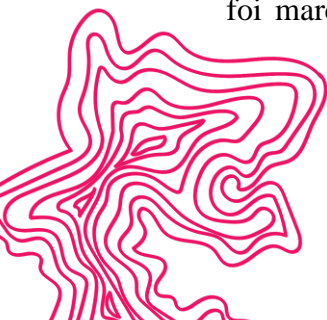
Abertura dos fundos documentais e entrega dos acervos à guarda do Arquivo Público Mineiro (APM)

^{132*} Pesquisa orientada pela Profa. Priscila Brandão, do Departamento de História da UFMG.

Principalmente a partir da segunda metade da década de 1970, o regime ditatorial militar brasileiro passou por um profundo processo de desgaste e perda de legitimidade. Para Priscila Brandão, esse desgaste seria resultante da manutenção do uso da violência política, em um momento em que os movimentos de guerrilha urbana e rural já estavam completamente destruídos, da crescente crise financeira, agravada pela crise do petróleo, da fragmentação de apoio dos próprios militares em relação ao governo, divididos entre aqueles que queriam a abertura e aqueles vinculados aos órgãos de repressão, e do crescimento dos movimentos de oposição (Brandão, 2010, p. 131). Esse desgaste levaria o regime a aprofundar o seu processo de distensão, conduzindo o país a um lento e contínuo processo de redemocratização. Esse processo teria ocorrido de modo “mais profundo e sólido que o de 1945” (Motta, 2006, p.62), na medida em que a pressão da opinião pública contra a manutenção dos aparatos repressivos teria sido mais significativa, fazendo surgir no país uma mobilização pela abertura dos arquivos policiais. Os esforços nessa direção teriam começado a dar frutos na década de 1990, após a aprovação da Constituição de 1988 que consagrou prerrogativas no campo do direito à informação, como o *habeas-data*, por exemplo, que permite ao cidadão acesso livre a informações relativas à sua pessoa registradas nos bancos de dados de instituições públicas. Como aponta Juliano Meira Furtado, a nova legislação passou a se legitimar em valores ligados a uma forma de governo mais inclusiva e menos repressiva, com a cidadania no centro das preocupações constitucionais e a transparência como valor necessário das instituições estatais - pelo menos em teoria (Furtado, 2012, p. 81).

De acordo com Rodrigo Patto Sá Motta, a Lei Federal nº 8.159 de 1991 foi uma confirmação das conquistas democráticas daquele momento, uma vez que estabeleceu as normas para funcionamento dos arquivos e preservação de documentação de interesse público, e iniciou, assim, o processo de recolhimento da documentação da polícia política às instituições arquivísticas públicas estaduais (Motta, 2006, p. 63).

No caso de Minas Gerais, a Assembleia Legislativa aprovou o recolhimento do acervo do Departamento de Ordem Política e Social (Dops/MG) em 1990 e a documentação deveria ser então entregue ao Arquivo Público Mineiro (APM). No entanto, as autoridades policiais só cumpriram a determinação em 1998, depois de muita pressão de entidades civis, deputados estaduais e ampla publicidade da imprensa (Motta, 2006, p. 65). Mesmo assim esse processo foi marcado por muitas turbulências, sendo necessária a implementação de uma Comissão



Parlamentar de Inquérito (CPI) em 1997, devido a uma série de denúncias de que os documentos do já extinto DOPS (1989) continuavam a ser utilizados pela polícia mineira:

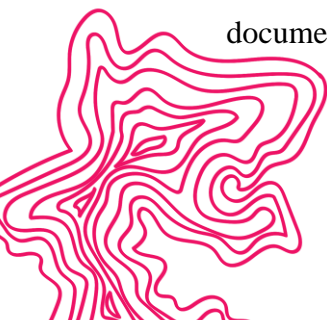
Os integrantes da CPI visitaram instalações policiais e localizaram microfilmes feitos a partir do acervo original, que a polícia alegou ter incinerado após a conclusão do processo fotográfico. Em meio aos trabalhos da Comissão Parlamentar, começaram a aparecer, espalhadas pela cidade, fichas em papel de pessoas investigadas por atividades políticas, o que aumentou a pressão sobre a polícia. A existência das fichas levantou a dúvida, ainda não esclarecida, sobre a veracidade da suposta incineração. Ao final do processo, como se vê tenso e polêmico, 98 rolos de microfilmes [do DOPS/MG] acabaram sendo recolhidos ao Arquivo Público Mineiro. Em seu relatório final, a CPI sugeriu uma possibilidade preocupante: os microfilmes enviados ao APM podem ser apenas parte dos documentos; a polícia pode ter retido parcela substancial dos arquivos de sua antiga agência de informações e repressão. (Motta, 2006, p. 65)

Com o acervo já em posse do APM, foi indispensável e inevitável a criação de um banco de dados que permitisse sua organização para posterior consulta da documentação, já que os microfilmes não vieram acompanhados de instrumentos de busca. Sendo assim, em 2002 entra em vigor uma parceria entre o arquivo e o Departamento de História da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), sob a coordenação do professor Rodrigo Patto Sá Motta. O projeto foi concluído após aproximadamente 5 anos de atividades e resultou no arranjo de cerca de 250.000 páginas, que estão disponíveis para pesquisa nos instrumentos do APM.

A abertura dos documentos do DOPS/MG, entretanto, evidenciou que o acervo entregue pela polícia estava, decerto, incompleto. Isso se comprovou com o fato de haver uma defasagem de registros sobre os anos das décadas de 1970 e 1980. Em 2013, então, o Decreto 16.143/13 do governo de Minas Gerais determinou o recolhimento público de toda a documentação referente à repressão política da fase do regime militar. De acordo com o Artigo 1º:

ficam transferidos para o Arquivo Público Mineiro, para efeitos da respectiva guarda, organização, registro, tombamento e catalogação, o acervo documental emanado da extinta Secretaria de Estado de Segurança Pública durante os anos de 1964 a 1985 e o remanescente da Coordenação Geral de Segurança Pública [Coseg] e do extinto Departamento de Ordem Política e Social.

Dessa vez, foram coletados ao APM 521 rolos de microfilmes, com datas-limite de 1964 a 2000, totalizando mais de 1 milhão de fotogramas referentes à produção da Coseg. O projeto de digitalização, organização, descrição, arranjo, indexação e pesquisa ainda se encontra em andamento e o principal objetivo é disponibilizá-lo ao público geral. É verdade que parte desse acervo documental foi, provavelmente, expurgada e “desapareceu” (como parcela dos documentos do Dops/MG), no entanto, o material já disponibilizado certamente é capaz de



iluminar aspectos do funcionamento dessa máquina repressiva do Estado, quiçá o *modus operandi* do sistema de repressão de todo o país.

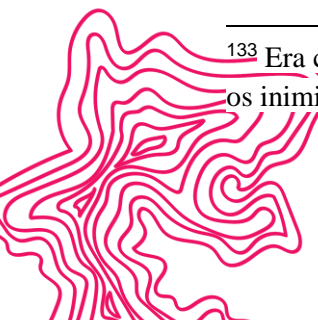
O Departamento de Ordem Política e Social (Dops/MG)

É importante entendermos que os órgãos que compunham o aparato repressivo do Estado durante a ditadura militar já haviam, em sua maioria, sido criados. O Dops/MG foi oficialmente criado em 1956, mas suas bases foram constituídas a partir da Delegacia de Segurança Pessoal e Ordem Política e Social, instituída em 1927 com o objetivo de prover a manutenção de segurança interna e combater o anarquismo (Silva, 2007, p. 104). Com a instauração do Estado Novo em 1937, foi promulgada uma gama de novas leis que, sobretudo, fariam o papel de orientar a atuação das polícias políticas no Brasil, uma vez que cada estado tinha autonomia para elaborar o seu próprio desenho institucional repressivo. Naquele momento, uma das principais bases a orientar essa legislação já seria, é claro, o combate ao “inimigo” do Estado, entendido aqui como o comunismo. O Levante Comunista de 1935 serviria como evento legitimador relativo à necessidade de se combater aquele que ameaçava as bases da democracia e dos bons costumes da família brasileira.

No caso de Minas, um dos órgãos antecessores diretos do Dops/MG foi estruturado em 1931, já na Era Vargas: a Delegacia de Ordem Pública (DOP). Essa delegacia foi criada a partir do desmembramento da Delegacia de Segurança Pessoal e de Ordem Política e Social de Minas Gerais. No entanto, ela apenas teve sua estrutura regulamentada em 1940, fazendo parte do sistema de investigação do governo e isso nos diz muito sobre o sistema repressivo que vem se articulando no país desde o início do século XX, onde primeiro esses órgãos começam a atuar de modo discricionário, para depois serem regulamentados.

Nos anos de 1950, sobretudo a partir da criação da Escola Superior de Guerra (ESG) e do fortalecimento da Secretaria-Geral do Conselho de Segurança Nacional (SG-CSN), houve um processo crescente de intervenção dos militares nas diretrizes nacionais sobre a repressão e perseguição aos “subversivos”¹³³, especulando-se sobre a necessidade da ampliação dos serviços de investigação nacionais (Oliveira, 2013). Tal processo abriu caminho para a institucionalização das Dops na maioria dos estados brasileiros (Silva, 2007, p. 107). Desde então, os serviços de informação e investigação brasileiros, estaduais e nacionais, sofreram

¹³³ Era considerado subversivo todo aquele contrário aos ideais e às práticas do regime instituído, eram os inimigos que precisavam ser combatidos (Motta, 2002).



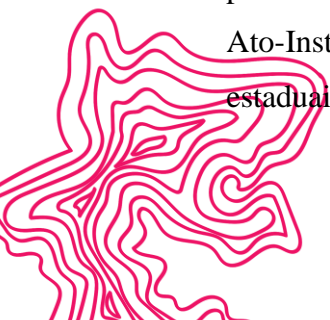
diversas reestruturações visando se adequar ao combate ao “inimigo” do Estado e à “subversão”.

Em seu regulamento original (baseado no decreto n. 5.027 de 17 de junho de 1956), o Dops tinha como função dirigir os serviços policiais ligados à prevenção e repressão dos delitos de caráter político-social; fiscalizar a produção e comercialização de matérias explosivas, armas, munições e produtos químicos; emitir pareceres em processos de legalização das ações civis; e fazer a fiscalização e inspeção de aeroportos, estações ferroviárias, rodoviárias, hotéis e pensões.

Alguns anos após sua estruturação, o Dops/MG já carregava um estigma vinculado à repressão, principalmente referente às condutas praticadas durante o governo de Getúlio Vargas. Apesar da autonomia dos estados e das constantes rivalidades com o governo federal, os estados nunca se desentenderam em relação à necessidade de reprimir movimentos políticos e sociais que pautavam demandas relativas à melhoria de vida da sociedade. É importante ressaltar, no entanto, que na conjuntura varguista aumentaram-se as pressões visando centralizar o poder na esfera federal, porém, as polícias políticas permaneceram como instituições estaduais (Motta, 2006, p. 59).

Ainda nos primeiros anos da década de 1960, houve indícios de pedidos de reestruturação ou extinção do órgão, como o feito pelo Deputado Sinval Bambirra, em 1963, com justificativa de que o DOPS já “era conhecido demais pela violência que o caracterizava” (Silva, 2007, p. 108). Em 1964, o Departamento chegou a mudar o nome por ordem do então governador mineiro, Magalhães Pinto, e passou a ser chamado de Departamento de Vigilância Social. No entanto, mesmo com essa tentativa de fuga, a instituição teve suas funções ampliadas. Com o golpe militar em abril de 1964 e com uma maior autonomia operada pelos aparelhos repressivos dos estados, o órgão voltou ao seu nome original (Silva, 2007, p. 109-10).

Segundo Leitão e Silva, essa autonomia cresceu de acordo com as “demandas” impostas pela atuação dos grupos de resistência ao regime, que atuavam de maneira descentralizada e em pequenos grupos. Por consequência, isso transformava os órgãos repressivos da polícia em pequenos centros de tomada de decisão, compondo uma intrincada teia de perseguição político-policial (Leitão; Silva, 1998, p. 69). O poder desses órgãos será ampliado sobretudo a partir do Ato-Institucional N° 5 (AI-5), que suspendeu uma série de garantias individuais. Os Dops estaduais alargariam o espectro de ação dos seus setores de informações e contra-informações,



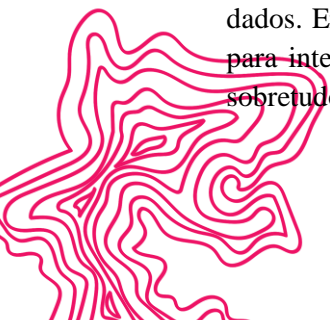
institucionalizando-se como centros privilegiados para o exercício de espionagem, atuando sempre pela lógica da suspeição.

A Coordenação Geral de Segurança (Coseg/MG)

A Coseg foi um órgão de informações/inteligência¹³⁴ da extinta Secretaria de Segurança Pública de Minas Gerais, subordinada diretamente ao Secretário de Segurança. Surgiu em um contexto de radicalização da repressão, ocorrida no final da década de 1960 e início da década de 1970, momento no qual o regime militar alegava a necessidade de ampliação dos serviços de informação e repressão do governo. Argumentava-se que o aparato repressivo do Estado não estava atendendo às “demandas necessárias” ao combate à “subversão”. Nesse sentido, o governo militar implementou uma nova estratégia para enfrentar os movimentos, constituída por três elementos chave: integração, planejamento e coordenação (Costa, 2021, p. 36-8). Em fevereiro de 1969, a ditadura promoveu o I Seminário de Segurança Interna em Brasília, que teve como pauta principal a “urgente” necessidade de integração dos órgãos de segurança interna. Essa integração se apropriou do art. 39 do Decreto-Lei nº 200 de 1969, que determinava que o Ministério da Justiça teria atribuição de elaborar as diretrizes necessárias ao planejamento da segurança interna pelos órgãos civis, assim como coordenar, através da Polícia Federal, a sua execução em todos os níveis de governo. Essa reestruturação tinha como objetivo integrar o trabalho das três polícias (Polícia Federal, Polícia Militar e Polícia Civil) com competências voltadas para a segurança interna (Costa, 2021, p. 39-41).

Esse processo teve impactos diretos para a estruturação da Coseg/MG. O objetivo principal deste órgão, então, seria o de constituir um órgão de informações eficaz, capaz de centralizar as informações geradas pelas polícias. Porém, a instituição acabou por atuar como coordenadora tanto de informações, quanto de operações policiais, sendo essa dupla função da coordenadoria de informações encontrada apenas em outros três estados: Mato Grosso, São Paulo e DF (Costa, 2021, p. 43).

¹³⁴A atividade de inteligência pode ser definida como o processo de coleta, análise e disseminação de informações relevantes para o processo de tomada de decisões do Estado em áreas de política externa, defesa nacional e provimento de ordem pública (Cepik, 2003, p. 13). No Brasil, assim como em alguns outros países, optou-se pela utilização da expressão informações, para definir o produto de análise de dados. Entre os anos de 1980 e 1990 os órgãos de informações no Brasil mudaram sua nomenclatura para inteligência, como modo de fugir do estigma atrelado à aplicação da violência política estatal, sobretudo, torturas (Brandão, 2010, p. 1).



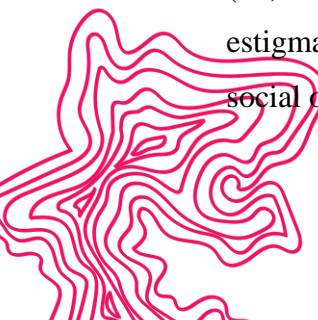
Foi em 1970, por meio do estabelecimento secreto da Diretriz Presidencial de Segurança Interna, que foi elaborado o Planejamento de Segurança Interna, o qual definia as medidas para a coordenação dos órgãos de informações. Neste documento, uma das diretrizes base era “possibilitar um desengajamento progressivo das Forças Armadas das ações tipicamente policiais” (Costa, 2021, p. 44).

A Coseg foi oficialmente criada em 1970, com função de construir ações mais eficientes de planejamento, coordenação e conhecimento estratégico, objetivos que seriam realizados a partir da subordinação dos órgãos policiais do estado ao Secretário de Segurança Pública (Costa, 2021, p. 66-7). Com essa estruturação, o Dops/MG perdeu um pouco do seu espaço privilegiado, uma vez que o trabalho que desempenhava era de “duvidosa qualidade”, já que o Departamento não se via preparado para lidar com o processamento científico das informações coletadas (Silva, 2007, p. 116). Entretanto, esses órgãos atuaram juntos até a extinção do Dops (1989), e de modo tão integrado que, de 1979 a 1981, o delegado Ediraldo Brandão chefiou os dois órgãos concomitantemente (Costa, 2021, p. 50). Em 1975 uma nova elaboração, baseada no Decreto estadual nº 17.200, de 13 de junho, reforça a atuação da Coseg como órgão de assessoramento do Secretário de Segurança, tendo como obrigação elaborar estudos, programas e projetos referentes às ações de segurança.

São vários os motivos que antecederam a criação da Coseg, cuja estrutura institucional, objetivos e funções obedeceriam as diretrizes secretas elaboradas no começo do governo Médici, relativas ao controle da segurança interna e produção de informações.

Sobre o conceito de estigma e a estigmatização da polícia política

De acordo com Erving Goffman, a sociedade estabelece os meios de categorizar as pessoas e o total de características consideradas como comuns e naturais para os membros de cada uma dessas categorias que são criadas. Quando o sujeito que possui algum desvio em relação ao que se entende por normal e aceitável é apresentado, seus aspectos permitem prever sua categoria e atributos, determinando-lhe uma identidade social. Este processo seria justamente o que Goffman define como estigmatização (Goffman, 2008, p. 11-2) e, assim sendo, o estigma teria a ver com descrédito, defeito, fraqueza, desvantagem, etc., ou seja, um atributo carregado de conotação negativa no mundo social, e indesejado pela própria pessoa (ou, no caso, instituição) que o carrega. A sociedade, por sua vez, não consegue dar ao sujeito estigmatizado o respeito e a consideração que os aspectos não contaminados de sua identidade social os haviam levado a prever e que o sujeito havia previsto receber.

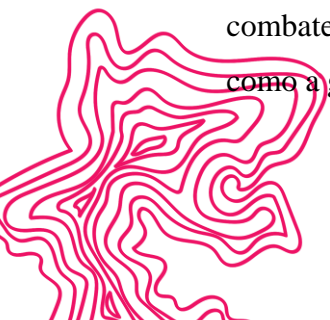


Como supramencionado, o Dops adquiriu, no decorrer de suas atividades, um estigma popular fortemente ligado à violência, em meio a um regime autoritário, dado o conflito existente entre a vigilância estatal que a polícia política pressupõe e os direitos individuais do cidadão. Amparado pelo discurso anticomunista, o Departamento alimentou-se tanto de temores reais, como pela necessidade de justificar a existência e o fortalecimento da repressão (Motta, 2006, p. 57). A investigação da documentação do órgão deixou evidente que a sigla Dops era temida porque seus representantes se utilizaram ativamente da violência para combater os inimigos internos e eram conhecidos e reconhecidos por isso. Relatos presentes no Relatório da Comissão Nacional da Verdade (CNV) provam que houve a prática da tortura e que a perseguição foi brutal (CNV, 2014).

O mesmo é válido para a experiência da Coseg/MG. Não chegou a existir uma distinção muito clara e prática entre as atividades do Dops/MG e as da Coseg/MG. Os documentos da Coordenação, inclusive, incluem fichas e relatórios do próprio Dops/MG, o que não apenas atesta a comunicação direta que havia entre os dois órgãos, mas que também implica continuidade e permanência de competências e atividades.

Ainda que sem a mesma fama do famigerado Dops, a Coseg atuou ativamente na repressão, indo bem além do seu regulamento, que previa a elaboração de estudos sobre segurança em acordo com as diretrizes do secretário de estado de segurança ao qual era subordinada, bem como o planejamento das ações conjuntas da Polícia Militar e Polícia Civil do estado de Minas Gerais, que deveriam suprir a Coseg de informações sobre pessoal, logística e projetos de segurança (Minas Gerais, Decreto N° 17200/75: art.1°). Na realidade, ela esteve mais de acordo com o regulamento original do Dops, cuja função era prevenir e reprimir as ações políticas tidas como nocivas à ordem social (greves, passeatas e todos os tipos de militância, por exemplo); organizar as escalas para o policiamento e vigilância de reuniões secretas e manifestações de “partidos fora da lei”; policiar os pontos de embarque e desembarque de pessoas (rodoviárias, aeroportos, ferrovias); registrar cadastro de indivíduos suspeitos de serem comunistas; encaminhar estrangeiros suspeitos de serem comunistas para o Departamento de Registro de Estrangeiros para uma possível expulsão do país (Ladeira, 1971, p. 359, citado em Furtado, 2012).

Ambas as instituições foram implacáveis no controle e na organização da atividade de combate aos comunistas e suspeitos de o serem. A criação da Coseg/MG, portanto, entendida como a geração de um órgão de inteligência desvinculado da ação prática e repressiva, distante

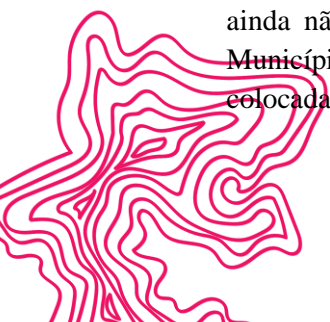


das práticas do Dops, nada mais é do que uma ilusão, sendo o principal fator que os diferencia o estigma que o Dops carrega enquanto *locus* privilegiado de tortura.

Há, no acervo da Coseg, incontáveis documentos que ilustram muito bem os argumentos acima apontados. Para esta comunicação, selecionamos um em específico para corroborar com a nossa arguição. Se trata de um relatório de serviço¹³⁵ datado de 15 de junho de 1971, referente ao cumprimento de determinações sobre uma denúncia de subversão que foi feita contra o funcionário de uma empresa de engenharia em Nova Era (MG). A delegacia da cidade, após receber a delação, entrou em contato com o Dops/MG que, por sua vez, foi representado na figura do então Delegado de Segurança Pública, Dr. Thacyr Omar Menezes Sia. Expedidas as ordens de serviço, dois detetives foram averiguar a situação a fim do cumprimento delas. O relatório atesta que “com [discrição] e sem que ninguém notasse”, os policiais obtiveram ajuda da empresa para invadir o alojamento e vasculhar os itens pessoais do funcionário e que, apesar de não encontrarem “quaisquer documentos, recortes, cartas, endereços, livros ou outros dados que pudessem comprometê-lo ou incriminá-lo como elemento subversivo”, ainda lhes foi cedido um carro para levarem o investigado até a delegacia, onde ele foi submetido a um “intenso interrogatório”. Teriam se utilizado de “todas as técnicas disponíveis, além de vários ardis, na tentativa de [conseguir] o objetivo”. Entretanto, pela “firmeza do acusado, não se contradizendo em momento algum, e ainda pela sua condição humilde e pelo seu pouco preparo intelectual”, eles foram obrigados a liberá-lo, sem prova alguma de nada.

Em primeiro lugar, é importante ressaltar que, apesar de ser um documento proveniente (pelo menos originalmente) do Dops, ele está no acervo da Coseg. Isso quer dizer que as duas instituições se utilizaram da mesma documentação, mesmo que, talvez, em momentos diferentes. Um outro ponto curioso é o fato de que Thacyr Omar Menezes Sia passou a ocupar o cargo de Coordenador Geral de Segurança da Coseg no ano seguinte, em 1972 (Costa, 2021, p. 73). De acordo com informações do Memorial da Resistência de São Paulo, ele teve participação ativa em casos de tortura e de execução. Nesse caso, fica evidente que ele não apenas estava ciente de que houve tortura, mas que foi ele quem deu a ordem de praticá-la. Não sejamos ingênuos: os detetives, ao escreverem que cumpriram a ordem de Sia submetendo o

¹³⁵ O documento ainda não possui notação, dado que o arranjo do acervo da Coseg sob a guarda do APM ainda não foi concluído. Entretanto, se trata das imagens 522 e 523 da pasta 447 da divisão de Municípios, rolo de microfilme nº23. Por conter informações sensíveis e pessoais que ainda não foram colocadas a público, optamos por não expor o nome e os dados do investigado.



funcionário a “intenso interrogatório” na delegacia e que se utilizaram de “vários ardis”, estão dando a entender que houve tortura. Este exemplo em particular representa justamente que houve interseção e integração entre os dois órgãos e que, no final das contas, além de termos as mesmas pessoas em ambos os lugares, se tratam de instituições repressivas e não apenas de agências de inteligência restritas à coordenação de informação. O estigma negativo e indesejável carregado pelo Dops decorre da violência praticada por seus representantes, representantes estes que também estavam atuando na Coseg.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRANDÃO, Priscila C. **Serviços Secretos e Democracia no Cone sul: premissas para uma convivência legítima, eficiente e profissional**. Niterói: Editora Impetus, 2010.

CEPIK, Marco A.C. **Espionagem e Democracia: Agilidade e transparência como dilemas na institucionalização de serviços de inteligência**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003.

COSTA, Milene Lopes Frade da. **“Segurança Pública - Segurança Nacional: O Serviço de Informações da SESP/MG (Coseg - 1970-1990)”**. Tese de doutorado apresentada ao Programa de Pós Graduação do Departamento de História da Universidade Federal de Minas Gerais, 2021.

FURTADO, Juliano Meira. **“A atividade de inteligência em Minas Gerais no raiar do século XXI: propostas de integração, disputas corporativas e busca por legitimidade (2000-2007)”**. Tese de mestrado apresentada ao Programa de Pós Graduação do Departamento de História da Universidade Federal de Minas Gerais, 2012.

LEITÃO, Alfredo Moreno; SILVA, Débora Cristina Santos da. **Um histórico do fundo DEOPS-SP**. *Quadrilátero*, Brasília, v. 1, n. 1, p. 59-83, mar./ago. 1998.

Memorial da Resistência de São Paulo. Disponível em: <<https://memorialdaresistenciasp.org.br/pessoas/thacyr-omar-menezes-sia/>>. Acesso em: 11/08/23.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **Em guarda contra o perigo vermelho, o anticomunismo no Brasil (1917-1964)**. São Paulo: Perspectiva; Fapesp, 2002.

_____. **O ofício das sombras**. *Revista do Arquivo Público Mineiro*, v. 42, n. 1, p. 52-69, 2006.

OLIVEIRA, Nilo. **“A centralização do sistema (1956 a 1961)”**. Tese de doutorado apresentada ao Programa de História Social da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2013.

SILVA, Shirlene Linny da. **“Construindo o direito de acesso aos arquivos da repressão: O caso do Departamento de Ordem Política e Social de Minas Gerais”**. Tese de mestrado apresentada ao Programa de Pós Graduação do Departamento de Ciência da Informação da Universidade Federal de Minas Gerais, 2007.



Inimigos de batina: a vigilância sobre o clero católico resistente à Ditadura Militar, pela análise dos arquivos da COSEG-MG

Joseane Justi

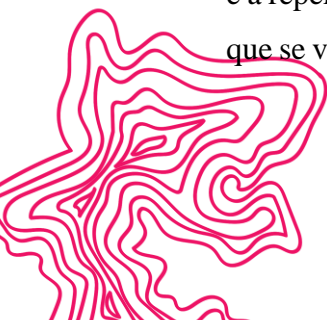
Graduada em História
Universidade Federal de Minas Gerais
justi.joseane@gmail.com

Resumo: O acesso pelos historiadores aos arquivos da repressão no Brasil revelou que o vínculo inicial entre Ditadura Militar e Igreja Católica não impediu que religiosos fossem investigados, graças à crença de que nenhuma figura estava imune ao comunismo e à subversão. Nesse sentido, o objetivo da pesquisa em questão é entender de forma mais profunda a vigilância exercida pelos aparelhos de informação do regime militar sobre a prática de algumas figuras do clero católico no Brasil. Com base na análise de documentos produzidos pela polícia política mineira, procurou-se refletir sobre como a mudança das concepções teológicas levou a uma atuação social e política mais direta desses agentes religiosos, os transformando em alvos do sistema repressivo. A metodologia foi desenvolvida a partir da análise do acervo documental do *Departamento de Ordem Política e Social* (DOPS-MG) e da *Coordenação Geral de Segurança* (COSEG-MG), sob guarda do Arquivo Público Mineiro. Tal pesquisa ao acervo foi possível devido à participação como bolsista pela FAPEMIG no projeto *Digitalização e organização do acervo documental da polícia política mineira (DOPS e COSEG)*, sob orientação do professor Dr. Rodrigo Patto Sá Motta. A partir da análise de documentos referentes às pastas dos municípios de São João del-Rei (MG), Santos Dumont (MG) e Itaobim (MG), foi examinada a atividade sociopolítica e educativa de membros do clero, entendida pelos órgãos de inteligência militar como um desvio da doutrina cristã e de sua função estritamente religiosa na sociedade. Os resultados da pesquisa indicam que essa nova conduta religiosa acompanhada de novas diretrizes pastorais, fez com que o governo militar atribuísse a esses religiosos um caráter “subversivo” ao aproximarem suas ações de práticas comunistas.

Palavras-chave: Clero progressista, Esquerda cristã, COSEG, Polícia política, Ditadura Militar.

O acesso aos arquivos da repressão foi de extrema importância para a busca social e política por verdade, justiça e memória histórica. Dentro dos diversos recortes e temáticas de pesquisa possibilitados pelo contato com os documentos produzidos pelos órgãos de informação do regime militar brasileiro, está a compreensão do papel político e social desenvolvido pela Igreja Católica durante o período de 1964-1985.

A Igreja Católica esteve entre as instituições que ofereceram sustentação ao golpe de 1964. Porém, esse cenário se modificou a partir de 1968, com o recrudescimento da repressão e a repercussão de casos de tortura e assassinato de presos políticos. Foi perante essa conjuntura que se verificou um novo posicionamento do clero católico, presente em movimentos contrários



à Ditadura Militar. A investigação histórica de casos de contestação ao regime que possuem a participação de figuras religiosas é essencial para entender as estratégias de resistência adotadas pela classe. Para além, revela a relação entre Estado e Igreja, bem como o engajamento social e político das instituições religiosas em momentos de repressão e violação de direitos humanos.

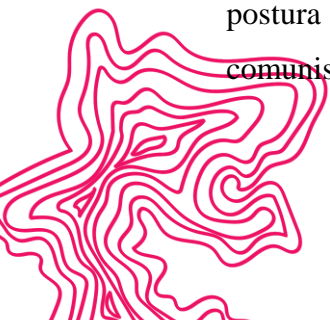
Registros produzidos pela Coordenação Geral de Segurança (COSEG), órgão que tinha como finalidade maior produzir e difundir informações de interesse para a segurança interna, no âmbito da Secretaria de Estado da Segurança Pública de Minas Gerais (SESP/MG) (COSTA, 2021, p. 8), notificam a atuação de padres e bispos em movimentos de oposição e crítica ao governo militar. O acesso ao acervo da instituição permitiu o trabalho com documentos específicos referentes a municípios do interior de Minas Gerais - Santos Dumont (MG), São João del-Rei (MG) e Itaobim (MG) -, que relatam atividades de envolvimento político e social do clero. Tais ações, a fundo, revelam a circulação das novas diretrizes pastorais e teológicas e, por consequência, a aproximação da contestação ao regime à subversão e guerra revolucionária, alimentada pelos serviços de inteligência.

O apoio ao golpe

A posição da Igreja Católica em relação ao Golpe de 1964 no Brasil foi complexa e multifacetada. Durante o período que antecedeu a trama, a hierarquia da instituição demonstrou apoio ao movimento que culminou no golpe militar que depôs João Goulart. Todavia, esse apoio não foi uniforme e houve diferentes graus de envolvimento e opiniões entre os membros do clero.

O início dos anos 1960 foi marcado por intensas disputas políticas e sociais, com fortes divisões ideológicas. A ascensão de Jango ao poder intensificou ainda mais esse cenário, já que o político era conhecido por alimentar ligações com a esquerda e o Brasil enfrentava uma onda de manifestações contrárias ao comunismo. Ao trabalhar com reformas sociais e econômicas, como as propostas de reforma agrária e urbana, além de uma política externa mais independente, o governo de João Goulart (1961-1964) desagradou setores conservadores da sociedade, e passou a ser ainda mais associado ao imaginário do recrudescimento da “infiltração” comunista (MOTTA, 2020, p. 289-293).

Nessa conjuntura, a influência do posicionamento católico foi de extrema relevância. A postura ecumênica de membros influentes da Igreja fortaleceu a oposição e o repúdio ao comunismo, recuperando o discurso maniqueísta dos anos 1930. Um símbolo do suporte



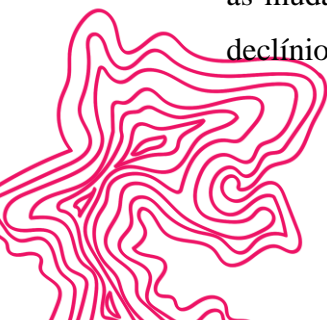
ideológico dado ao movimento militar foram as organizações das “Marchas com Deus”, estruturadas sob a narrativa de fortalecimento da ameaça comunista no país, da destruição da família e dos preceitos cristãos (MOTTA, 2020, p. 328). As marchas, organizadas por setores católicos da classe média urbana, contaram com a participação de figuras do clero que, frente ao receio do desenvolvimento dos movimentos sociais e grupos de esquerda surgidos na década de 1950 e 1960, viram seus preceitos tradicionais e influência ameaçados.

Após a tomada do poder, a Confederação Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), em junho de 1964, declarou apoio ao golpe em um manifesto oficial: “Ao rendermos graças a Deus, que atendeu as orações de milhões de brasileiros e nos livrou do perigo comunista, agradecemos aos militares que se levantaram em nome dos supremos interesses da Nação”. Porém, no mesmo documento, foram tecidas críticas à exacerbada repressão do regime militar (MAINWARING, 1989, p. 102). Logo, apesar do posicionamento oficial da instituição, vale dizer que a posição assumida pelo clero nesse período não foi homogênea:

O golpe militar de 1964 correspondeu aos desejos de um grupo numeroso da hierarquia e do clero católicos. Liderados pelo cardeal dom Jaime Câmara, arcebispo do Rio de Janeiro, por dom Vicente Scherer, arcebispo de Porto Alegre, e por monsenhor Sigaud, bispo de Diamantina, os setores conservadores apoiaram a deposição do presidente João Goulart certos de que somente a ação dos militares seria capaz de frear a expansão do comunismo e preservar a ordem moral no país. Também temiam o avanço das ideias progressistas, emanadas do concílio Vaticano II e orientadas, no Brasil, pelo arcebispo de São Paulo, Carlos Carmello Motta, pelo bispo auxiliar do Rio de Janeiro, dom Hélder Câmara e pelo arcebispo de Aracaju, dom José Távora. Ideias que exprimiam a crença em uma vivência evangélica que só se completaria pela luta por uma ordem social mais justa, contra a degradação da condição humana.

A contestação ao regime

Com a consolidação do regime, a repressão política foi intensificada e as violações dos direitos humanos se tornaram mais evidentes. Ao final dos anos 1960 e início dos anos 1970, com a repercussão de casos de tortura e assassinato de presos políticos, as instituições passaram a cumprir um papel de denúncia de violação de direitos humanos. Nesse cenário, a Igreja Católica começou a se posicionar mais abertamente contra o governo militar. A transformação desse posicionamento possui estreita ligação com as novas diretrizes pastorais e teológicas provenientes do Concílio Vaticano II. Ocorrido entre 1962 e 1965, o encontro tinha como intuito reformar a doutrina e suas estruturas, de modo a tornar o catolicismo relevante perante as mudanças do mundo moderno (SERBIN, 2001, p. 93). Com o avanço da secularização e declínio significativo no número de jovens adeptos a vocações religiosas, a reforma e



promulgação de novas encíclicas papais e de constituições pastorais vieram para trazer inovações teológicas que transformassem o posicionamento social e político da cristandade.

O Concílio Vaticano II reuniu em Roma mais de dois mil bispos e centenas de teólogos de todas as partes do mundo. Eles reformaram a doutrina e as estruturas, numa tentativa de tirar o catolicismo do mal-estar em que se encontrava desde o final da Segunda Guerra Mundial, e torná-lo relevante em um mundo moderno em rápida transformação. Por sua vez, a ênfase do Concílio na justiça social e nos direitos humanos impeliu os teólogos, o clero e as freiras da América Latina a se aprofundarem no trabalho com a maioria empobrecida. Significativamente, o Vaticano II enfatizou o diálogo dentro da instituição e com outras fés e filosofias (SERBIN, 2001, p. 93).

Com a intenção de transformar sua relação com a sociedade, a instituição eclesiástica passou a se aproximar das classes populares para implantar projetos de mudança social em favor dos menos favorecidos. Para tanto, empenhada na defesa da justiça social, a Igreja ampliou sua atuação em questões sociais por meio das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), criadas em 1970, e das pastorais e organizações, como a Juventude Operária Católica, a Juventude Estudantil Católica, a Pastoral da Terra e a Pastoral Operária.

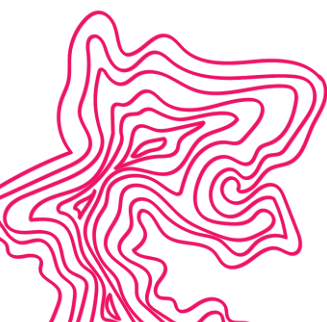
A CNBB, em 1968, condenou oficialmente a tortura e a violência praticadas pela ditadura militar brasileira. A partir de então, a Igreja passou a reafirmar seu compromisso com a democracia formal por meio de documentos oficiais, dentre eles o texto “Exigências éticas da ordem democrática”, que discursa sobre o conjunto de ações das pastorais e dos organismos católicos:

A participação política é uma das formas mais nobres do compromisso a serviço dos outros e do bem comum. Ao contrário, a falta de educação política e a despolitização de um povo, e especialmente dos jovens, pela qual fossem reduzidos à condição de simples expectadores ou de atores de uma participação meramente simbólica, prepararia e consolidaria a alienação da liberdade do povo nas mãos da tecnocracia de um sistema.

Tal posicionamento crítico refletia a preocupação da maioria do episcopado nacional com o aumento expressivo da violência repressiva que passou a vitimar também membros dos quadros eclesiásticos.

Durante o regime autoritário, muitos bispos e padres se envolveram na proteção de perseguidos políticos, como os conhecidos Dom Helder Câmara, Arcebispo de Olinda e Recife, e Dom Paulo Evaristo Arns, Arcebispo de São Paulo. À medida que a Igreja ampliou sua inserção junto às classes populares, esses religiosos “progressistas” se transformaram em alvos da repressão policial ao assumirem uma postura mais crítica com relação ao governo.

A expansão do engajamento sociopolítico do catolicismo brasileiro deu origem à Igreja popular. Na conceituação dos institucionalistas, a Igreja popular (ou progressista) representou a afirmação do novo padrão missionário do catolicismo



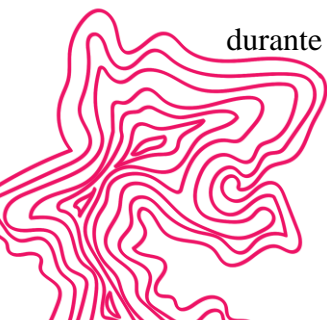
brasileiro em razão do firme comprometimento de uma geração de bispos, clérigos e leigos, alinhados com a doutrina social da Igreja e engajados em projetos de transformação das estruturas sociais injustas geradoras de exclusão social; a consolidação desse novo padrão de militância católica correspondeu também à escalada do conflito Igreja-Estado (CANCIAN, 2016).

O acesso à memória

Com o desmonte dos órgãos de polícia política a partir dos anos 1980, se iniciou no país uma mobilização pela abertura dos arquivos policiais. O processo público teve seu início com a Constituição de 1988 e o avanço no campo do direito à informação. Em seguida, em 1991, começou o processo de recolhimento da documentação dos órgãos de repressão aos Arquivos Públicos estaduais. Apesar de grande parte desses documentos terem sido destruídos intencionalmente durante e ao final do regime, a abertura de arquivos de órgãos de repressão e informação, como o Departamento de Ordem Política e Social (DOPS) e o Serviço Nacional de Informações (SNI), ofereceu subsídios para a investigação de casos, identificação de vítimas e a responsabilização de agentes do Estado.

No caso de Minas Gerais, durante a década de 1970, os arquivos do DOPS/MG foram transferidos para a Coordenação Geral de Segurança (COSEG), órgão recém criado da Polícia Civil. Pela Constituição Mineira de 1989, essa documentação deveria ficar sob a guarda do Arquivo Público Mineiro (APM). Foi somente em 1998, após a instalação de uma Comissão Parlamentar de Inquérito na Assembleia Legislativa, que o APM recebeu a documentação do extinto DOPS (MOTTA; *et.al*, 2003, p. 133-134). Foram entregues 98 rolos de microfimes, uma vez que os documentos originais haviam sido incinerados em 1982, segundo alegação da COSEG. Entretanto, com o avanço da organização desse acervo, foi constatada a falta de registros policiais dos anos 1970 e 1980. Foi apenas em 2013 que o governo estadual determinou o recolhimento ao APM do restante dos documentos produzidos pela polícia política mineira, remanescentes da COSEG - que somam 521 rolos de microfilme.

Em 2011, a promulgação da Lei de Acesso à Informação fortaleceu a legislação em torno do tema, ao estabelecer mecanismos para garantir o acesso dos cidadãos a informações públicas, incluindo os arquivos relacionados à ditadura militar. Fundamental para impulsionar a abertura dos arquivos da repressão, a lei foi um importante marco na busca pela justiça e memória histórica. Além disso, a criação da Comissão Nacional da Verdade (CNV), em 2012, também desempenhou papel crucial na investigação de violações de direitos humanos ocorridas durante o regime militar e possibilitou o acesso a séries de acervos, até então, sigilosos.



Após a entrega dos microfimes do DOPS ao APM, se tornou necessária a catalogação e organização de um banco de dados que auxiliasse a consulta ao acervo. Esse projeto foi colocado em prática em 2002, com a celebração de um convênio de cooperação entre o APM e o Departamento de História da Universidade Federal de Minas Gerais, sob a coordenação do professor Dr. Rodrigo Patto Sá Motta. Após, o projeto *Digitalização e organização do acervo documental da polícia política mineira (DOPS e COSEG)*, iniciado em 2018, deu continuidade ao processo de organização dos documentos remanescentes, entregues em 2013.

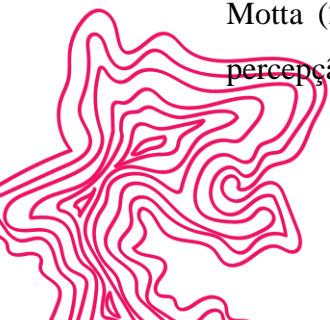
Durante o exercício como bolsista do projeto, o processo de identificação documental do acervo COSEG permitiu o contato com documentos que relatam a nova conduta social e política de membros pastorais do interior do estado de Minas Gerais, envolvidos com as novas diretrizes pastorais e teológicas. Essa nova atuação, entendida como um desvio de sua função estritamente religiosa na sociedade, fez com que o governo militar atribuísse a esses religiosos um caráter “subversivo”, ao aproximarem suas ações de práticas comunistas.

O clero “progressista” sob a ótica da COSEG-MG

Caroline Bauer e René Gertz definem arquivos de repressão como conjuntos documentais produzidos pelos órgãos de informação e segurança do aparato estatal em ações repressivas, durante períodos não democráticos (BAUER, GERTZ, 2009, p. 173-193). Os autores, ainda, pontuam sobre a imprescindível necessidade de atenção às sutilezas que esse tipo de fonte possui, tendo em vista que essa documentação não revela, de maneira explícita, práticas de excesso.

Nesse sentido, o trabalho com o fundo COSEG permite entender o “olhar vigilante” do regime militar sobre as atividades de uma parcela do clero atuante em movimentos sociais e instituições educacionais, a quem nomeavam como “progressistas” e “subversivos”. Essas fontes permitem a visualização das práticas do grupo, enquadrado como suspeito por posicionar-se criticamente contra a ditadura. À luz dos múltiplos discursos constituídos entre seus integrantes, entende-se a Igreja como um corpo de variadas tendências ideológicas, o que explica a relação heterogênea do episcopado perante o golpe de 1964.

É importante mencionar que as medidas adotadas pela COSEG tinham natureza preventiva, com o objetivo de antecipar transgressões à ordem. Segundo Rodrigo Patto Sá Motta (2003, p. 150), é coerente acreditar que a criação da nova corporação envolveu a percepção difundida entre os órgãos de segurança da necessidade de aumento da eficácia de



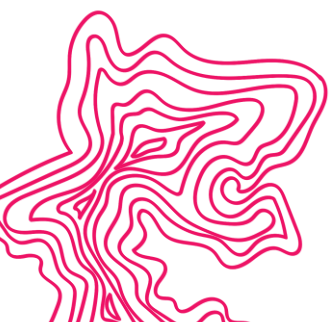
ações de combate à subversão. No recorte dos perseguidos pela insígnia de “clero progressista” ou “esquerda católica”, o serviço de inteligência tinha a incumbência de associar qualquer discurso e prática de oposição ao governo militar à subversão da ordem e ao marxismo, como forma de alimentar o imaginário de ameaça comunista.

Documentos como relatórios, dossiês, informes, recortes de jornais e panfletos, elaborados e recolhidos entre os anos de 1970 a 1982 - que serão aqui analisados -, testemunham a onipotência e onipresença do aparato repressivo. A penetração dos agentes em pequenas cidades do interior de Minas Gerais demonstra como o sistema de espionagem e acusação, como bem declarou Carlos Fico (2001), partia do pressuposto de que nenhum indivíduo estaria imune ao comunismo. Na documentação produzida, os agentes da COSEG fazem menção a duas formas de atividades “subversivas” realizadas pelo “clero progressista”: as de ação direta, que consistiam no envolvimento e participação pessoal em concentrações de movimentos de esquerda e, as de ação indireta, como a utilização do Evangelho para promover a insatisfação entre a população religiosa.

Em São João del-Rei, cidade localizada a cerca de 190 quilômetros de Belo Horizonte, a COSEG abriu uma investigação sobre a conduta docente de padres que lecionavam da Faculdade Dom Bosco de Filosofia, Ciências e Letras. Vale dizer que a instituição foi criada em 1953, pela Inspetoria Salesiana Dom Bosco, com o objetivo de habilitar profissionalmente os religiosos da Congregação mantenedora. O internato chegou a oferecer os cursos de Filosofia, Ciências, Letras, Psicologia, Pedagogia e Ciências Sociais, até 1986, antes de ser federalizada, em 1991, e transformada – juntamente com outras instituições mantidas pela Fundação Municipal de São João del-Rei – na Universidade Federal de São João del-Rei.

No dossiê, a Coordenação mencionou as práticas de dois professores da instituição, pertencentes a Ordem dos Salesianos, que estariam, durante as aulas, assumindo uma posição crítica quanto ao regime ditatorial. O informe, datado de setembro de 1976, diz: “(Padre) vem inculcando na mente dos alunos ideias marxistas, e contestando o regime vigente no país, dizendo que totalitarismo não é democracia (sic)”. Na sequência de imagens da pasta em questão, uma informação aprofunda a investigação sobre a atividade de um dos dois atores do documento anterior, professor de sociologia e filosofia da Faculdade Dom Bosco:

É um dos principais contestadores do atual regime naquela cidade. Proferiu na Escola Técnica de Comércio Tiradentes de São João del Rei, palestra sobre a Páscoa, onde se apresentou vestido à moda jovem, falando como jovem, e, distorcendo o tema proposto, falou sobre a situação das classes menos favorecidas, aumento do custo de



vida, exportações e liberdade. Mostrou Jesus Cristo como um líder político e um revolucionário [...] distribuiu na Faculdade Dom Bosco, durante uma aula de Estudos de Problemas Brasileiros, uma apostila contendo farta propaganda de CUBA. A referida apostila foi distribuída para que os alunos a analisassem e fizessem o seu relacionamento com assuntos abordados em sala, relativos ao nosso País, conforme cópia da apostila constante do anexo (sic).

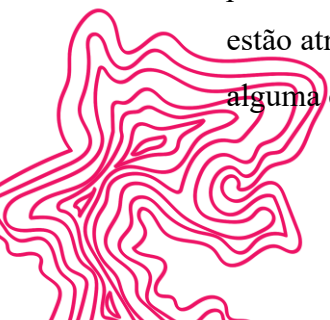
Em seguida, são apresentadas cópias da apostila citada, que possuía registro no Cadastro da Divisão de Censura de Diversões Públicas do Departamento de Polícia Federal. Intitulada “Igreja e sociedade em Cuba”, versava sobre o testemunho de um visitante inglês que participou da Assembleia Anual do Conselho de Igrejas Protestantes de Cuba, ocorrida em 1974. Foi realizada a transcrição do relato que discorre elogiosamente sobre o diálogo existente entre Igreja e Estado em Cuba, além de seus sistemas de saúde e educação:

A própria Assembléia constituía uma associação de cristãos que, de formas diversas, estavam implicados no movimento revolucionário cubano [...] desde o início da Revolução Cubana houve a preocupação em obter o equilíbrio entre a) o desenvolvimento econômico e b) a justiça social. Assim, atribuiu-se um papel central e crucial à educação. Impunha-se a educação para ministrar os recursos humanos para o desenvolvimento do país e para que se tornasse, ela mesma, um motor da justiça social [...] quanto ao capitalismo, nosso engajamento cristão deveria levar-nos a criticar agudamente as metas e finalidades do sistema e perguntar se não é essencialmente egoístico, interessado só em si e destrutivo. No caso do socialismo, deveríamos reconhecer que propicia a possibilidade de construir uma sociedade mais altruísta, humana e justa - mas logo criticá-lo e julgá-lo sem mercê quando não realiza ou transgredir metas e objetivos que ele mesmo colocou (sic).

O referido padre, na perspectiva dos agentes do sistema de informação, agiu indiretamente na alimentação de ideologias contrárias ao regime militar, uma ameaça à ordem instituída.

Em 1978, em Itaobim, cidade do nordeste do Estado, distante 600 quilômetros da capital mineira, foi aberta diligência sobre a distribuição de uma apostila didática, elaborada por dois padres da Paróquia da cidade - sendo, um deles, estrangeiro, natural da Itália. A apostila, intitulada “Exigências cristãs de uma ordem política”, tinha inspiração no documento elaborado na XV Assembleia Geral da CNBB, ocorrida em 1977, de mesmo nome. A reunião ordinária aconteceu em meio à necessidade de tomada de posição perante o assassinato de dois missionários e o sequestro de um bispo, ao final de 1976. O documento foi elaborado em linguagem simples, facilitando a compreensão popular, a quem era endereçado.

A apostila desenvolvida em Itaobim seguiu o mesmo roteiro: formada por um conjunto de proposições que configuraram, em sequência lógica, as exigências cristãs de uma ordem política. O documento apresentava como dever da Igreja: “denunciar as injustiças e os erros que estão atrapalhando a vida do povo” e, em seguida, tecia perguntas ao leitor: “1) a nossa fé tem alguma coisa a ver com política? 2) qual deve ser o papel da Igreja dentro da sociedade? (sic)”.



Algumas das subdivisões e temas abordados eram: “Nossos deveres para com o Estado”, “O bem comum é o bem do povo”, seguido de “Não há bem como onde há gente marginalizada”, “Quando o governo não é eleito pelo povo”, entre outros. Ao final de cada um desses assuntos eram feitas interrogações sobre o tema, como forma de instigar a reflexão daquele que estivesse lendo. A crítica feita ao regime ditatorial e à supressão de direitos foi encarada como ataque direto ao governo militar.

O mesmo padrão de atuação e acusação se repete na cidade de Santos Dumont, localizada a cerca de 215 quilômetros da capital mineira, na investigação de um frei local, por envolvimento em movimentação contra a construção da barragem da represa Chapéu d’Uvas. Em 1982, a barragem - localizada atualmente a 50 quilômetros da nascente do rio Paraibuna - estava em processo de construção, executada pelo Departamento Nacional de Obras e Saneamento (DNOS) e, quando concluída, inundou os distritos de Dores do Paraibuna, Paraibuna e São Firmino, situados nos municípios de Santos Dumont e Ewbank da Câmara.

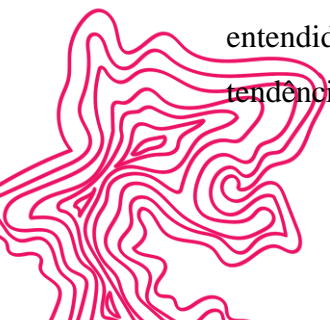
Segundo um informe de novembro de 1982, o assunto era intermediado entre os prefeitos das cidades afetadas e o frei representante da Arquidiocese de Juiz de Fora (MG). Este, conforme o documento - nascido na Holanda, diretor do Colégio Santo Antônio de Santos Dumont e Vigário de Dores do Paraibuna - estava prejudicando os trabalhos do DNOS ao declarar sua insatisfação com a construção da represa em seus sermões:

Impregnado pelo atual envolvimento sócio-político da Igreja, vem extravasando suas insatisfações nas homilias de suas missas, encarando o problema sob a ótica progressista de que os interesses do povo não são atendidos pelo Governo [...] tem emitido as seguintes ideias: não adianta apresentar reivindicações e clamar por justiça diante do atual regime. É preciso que o povo se una para acabar com a opressão e se processem mudanças, que haja uma revolução sem violência (sic).

Ao posicionar-se contra a inundação dos vilarejos, o frei orientava os fiéis sobre a necessidade de tratamento e indenização justos dos afetados. Sob a ótica dos agentes militares, a conduta do frei se enquadrava “dentro do espírito de contestação que vem caracterizando a atuação do clero progressista no BRASIL (sic)”.

Considerações finais

É importante afirmar que a leitura simplista e binária entre progressistas e conservadores não examina satisfatoriamente a heterogeneidade ideológica que norteia as relações entre Estado e Igreja no pós-Golpe (BEZERRA, 2014). A variedade dessas vertentes deve ser entendida a partir da análise dos princípios teológicos que as orientam, para além de suas tendências políticas e sociais. Os documentos do acervo COSEG/MG indicam possibilidades



de interpretação distintas para a relação que existiu entre o cristianismo e os movimentos de contestação à Ditadura Militar. Um vínculo que foi alimentado por uma nova reflexão teológica que levou a uma atitude mais oposicionista e combativa de parte da Igreja.

Para a polícia política mineira, como observado nos documentos, houve a tentativa de atribuir a esses sacerdotes um caráter “subversivo” atrelado ao marxismo e práticas comunistas. Como bem sintetizou Padre Joseph Comblin (1978), a função dos serviços de inteligência era criar uma rede abstrata de conexões entre a narrativa de guerra revolucionária e qualquer indício de descontentamento por parte do povo.

Referências

Referencial teórico

BAUER, Caroline Silveira; GERTZ, René E. Arquivos de regimes repressivos: fontes sensíveis da história recente. In: PINSKY, Carla Bassanezi; DE LUCA, Tania Regina (orgs.). *O historiador e suas fontes*. São Paulo: Contexto, 2009, p. 173-193.

BEZERRA, Paulo César Gomes. *Os bispos católicos e a Ditadura Militar brasileira: a visão da espionagem (1971-1980)*. Rio de Janeiro: Record, 2014.

CANCIAN, Renato. Conflito Igreja-Estado no período da ditadura militar: revisitando aspectos teóricos das abordagens institucionais. *Revista Angelus Novus - USP*, ano VIII, n. II, pp. 95-116, 2016.

COSTA, Milene Lopes Frade da. *Segurança Pública - Segurança Nacional: o Serviço de Informações da SESP/MG (COSEG - 1970-1990)*. Dissertação (Mestrado em História) - Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, 142 f., 2021.

FICO, Carlos. *Como eles agiam*. Os subterrâneos da Ditadura Militar: espionagem e polícia política. Rio de Janeiro: Record, 2001.

FURTADO, Juliano Meira. *A atividade de inteligência em Minas Gerais no raiar do século XXI: propostas de integração, disputas corporativas e busca por legitimidade (2000-2007)*. Dissertação (Mestrado em História) - Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 176 f.. 2012.

GAIO SOBRINHO, Antônio. *História da Educação em São João del-Rei*. São João del-Rei: FUNREI, 2000.

MAINWARING, Scott. *Igreja Católica e Política no Brasil (1916-1985)*. São Paulo: Brasiliense, 1989.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *Em guarda contra o perigo vermelho: o anticomunismo no Brasil (1917-1964)*. Rio de Janeiro: Eduff, 2020.

MOTTA, R. P. S.; SANTANA, E. N.; LANA, J. S.; JESUS, L. B.; PEREIRA, R. A.; OLIVEIRA, S. S. R.; QUEIROZ, T. R. República, política e direito à informação: os arquivos do DOPS/MG. *Varia História*, n. 29, pp. 126-153, jul. 2003.



SALEM, Helena. Dos palácios à miséria da periferia. In: SALEM, H. (Org.). *A Igreja dos oprimidos*. São Paulo: Brasil Debates, 1981.

SERBIN, Keneth. *Diálogos na sombra: bispos e militares, tortura e justiça social na ditadura*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

Referencial documental

ANEXO INFORMAÇÃO Nº 1821/COSEG/76 - Coordenação Geral de Segurança, 6 de setembro de 1976. Apostila “Igreja e Sociedade em Cuba”. Arquivo Público Mineiro, Fundo COSEG, SESP-1-2-3-625.

INFORMAÇÃO Nº 172/76/E2/4ªBDA INF. - Coordenação Geral de Segurança, 6 de setembro de 1976. Arquivo Público Mineiro, Fundo COSEG, SESP-1-2-3-625.

INFORMAÇÃO Nº 1821/COSEG/76 - Coordenação Geral de Segurança, 6 de setembro de 1976. Arquivo Público Mineiro, Fundo COSEG, SESP-1-2-3-625.

INFORME nº 11/COSEG/79 - Coordenação Geral de Segurança, novembro de 1979. Apostila “Exigências Cristãs de uma ordem política”. Arquivo Público Mineiro, Fundo COSEG, SESP-1-2-3-333.

INFORMAÇÃO Nº 347/COSEG/82 - Coordenação Geral de Segurança, 23 de novembro de 1982. Arquivo Público Mineiro, Fundo COSEG, SESP-1-2-3-607.



Governo, instituições e estadistas na **Época Moderna** (séculos XVI-XVIII)

Lucas Lixa Victor Neves
Doutorando em História – UFRJ
Fernanda Paixão Pissurno
Mestra

A **Época Moderna**, na Europa e resto do mundo por ela influenciado, inaugurou uma nova era para teorias e práticas governativas. Os processos de concentração de poder político nas mãos dos monarcas, que não raro mobilizaram oposições e enfrentaram dificuldades de ordem material e técnica, constituíram oportunidades para a ação de homens de Estado e inauguraram períodos de ascensão e decadência de instituições políticas – parlamentos, Cortes, tribunais e tantos outros. Há que se sublinhar, também, o fenômeno das monarquias compostas – tal qual definido por John Elliott –, como a hispânica, que foi determinante nos rumos da Europa e seus espaços de conquista em África, América, Ásia e Oceania. O estudo dos processos políticos se mostra fundamental para que se tenha uma maior compreensão acerca da sociedade europeia durante os séculos XVI e XVIII.

O presente simpósio temático privilegia temas relacionados à história política da Europa e seus espaços coloniais entre os séculos XVI e XVIII. Desejamos abarcar trabalhos que tratem das instâncias decisão, instituições políticas e atuação de homens públicos em todo recorte espaço-temporal em questão. O simpósio acolherá especialmente comunicações que tenham como foco: I) trajetórias individuais de operadores da política na **Época Moderna**; II) choques entre o ímpeto centralizador das Coroas, privilégios corporativos e instâncias tradicionais de poder colegiado; III) o exercício das prerrogativas e deliberações de parlamentos, câmaras municipais e demais órgãos deliberativos.



Boaventura ao rei, festa ao povo: diálogos entre a Vila do Carmo e o Reino

Victor Custódio

Licenciado em História pela UFJF
victor.custodio@estudante.ufjf.br

Bianca de Sá

Graduanda em História pela UFJF
biancaribeiro.sa@estudante.ufjf.br

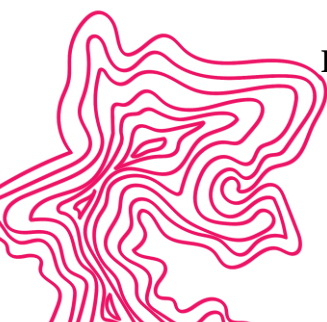
Arthur Assunção

Graduando em História pela UFJF
arthur.assuncao@estudante.ufjf.br

Resumo: Em 1735 registrou-se, na Câmara da Vila de Nossa Senhora do Carmo, uma carta que o governador e Capitão geral das Minas Gomes Freire de Andrada mandou ao Senado ordenando a realização de festividades a fim de comemorar o nascimento da neta do Rei Dom João V, a princesa da Beira, Maria Francisca. Assim, mesmo separados do Reino por um oceano, os vassallos daquela região aclamaram a dinastia Bragança e comprovaram sua lealdade frente à Coroa. Dessa forma, um Rei ausente fisicamente, reforçava sua presença unindo seus súditos e fortalecendo o seu caráter soberano estreitando os laços com a colônia. Esse tipo de cerimônia realizada no espaço colonial era muito comum e tinha importância central na cultura barroca ibérica do século XVIII. O presente trabalho pretende realizar uma análise de algumas festividades e representações ocorridas na Vila de Nossa Senhora do Carmo na primeira metade dos mil e setecentos. Nosso ponto de partida é o conceito de Monarquia Pluricontinental que vem movimentando a historiografia mais recente sobre o Antigo Regime, o Império Português e a relação entre centro e periferia. Essa nova perspectiva tem em vista se afastar da noção simplificada da oposição entre os domínios coloniais e o Reino e afirmar o caráter polissinodal das diferentes instâncias da Metrópole e Ultramar, assumindo a complexidade dessas relações. Portanto, entendemos a cultura política do mundo luso através de redes de negociação entre diferentes instituições e sujeitos que, embora tivessem como cabeça política a figura do monarca, este estava longe de ser absoluto, uma vez que mobilizava as relações governamentais por meio de concessões, doação de privilégios, mercês, tenças, buscando estreitar as relações até mesmo por meio de festividades, como destacaremos. Nosso objetivo é realizar estudos de casos em que a Câmara da Vila do Carmo atuou na organização e realização de celebrações voltadas para eventos régios como nascimento de príncipes e princesas, casamentos e coroações. Para isso, utilizaremos a documentação do Arquivo Público Mineiro (APM) e do Arquivo Histórico Ultramarino (AHU) catalogada em bancos de dados organizados pela professora doutora Carla Maria Carvalho de Almeida em estudo sobre as instâncias camarárias mineiras. Além da historiadora Carla de Almeida, dialogaremos com as autoras Maria Fernanda Bicalho, Maria de Fátima Gouveia e Fernanda Fioravante que também estudaram a fundo a temática.

Palavras-chave: Festas, Antigo-Regime, Vila do Carmo

Festividades e seu subtexto político



No Antigo Regime, as festividades de cunho político e religioso desempenhavam um papel de importância, tanto na manutenção do poder monárquico, quanto na afirmação dos poderes locais. O rei, apesar de estar longe, se fazia presente através das comemorações, estreitando os laços entre colônia e colonizador; para Maria Fernanda Bicalho¹³⁶, essa dinâmica pode ser resumida como uma noção contratualista que servia para reafirmar os laços que ligavam os súditos coloniais ao monarca português (SANTOS, 2004. p. 25) Esse momento de socialização entre todas as esferas da sociedade setecentista, dos nobres aos escravizados, ajudava na preservação das hierarquias sociais e da ordem, controlando contestações à coroa. A historiografia vem realizando trabalhos sobre as festas de cunho religioso, mas as pesquisas ainda são escassas no que diz respeito a outros tipos de festas: as festas de aclamação real, comemorações de casamentos e nascimentos dos monarcas. Nosso foco neste breve ensaio é debater sobre algumas fontes que demonstram o diálogo ocorrido entre o Reino e a câmara da Vila do Carmo em prol da realização de festividades de aclamação real.

As vilas se preparavam para as festas, as casas eram pintadas e decoradas, todos tinham que estar presentes. Muitos eram os custos para a realização das mesmas, segundo Raminelli (2000), no livro intitulado *Dicionário do Brasil Colonial (1500-1808)*, os responsáveis pela organização das cerimônias geralmente eram as irmandades e ordens religiosas, mas as patrocinadoras dessas festas eram as câmaras, raramente havia financiamento particular. Além disso, nos eventos, os funcionários da Câmara faziam-se presentes trajados em corpo de câmara. Essa prática possibilitava a afirmação de seus lugares na hierarquia social, fazendo com que se mostrassem em destaque. Ou seja, não só o Rei se beneficiava, como também os funcionários ultramarinos, que usavam das festas para benefício próprio (FIORAVANTE, 2008. p. 68).

Em seus estudos sobre os efeitos da transição do reinado de D. João V (1706 - 1750) para o de D. José I (1750 - 1777) em Pernambuco, Noelly Silva destaca que o reinado de D. João V, contemporâneo à descoberta do ouro, foi marcado pelo luxo e muita representação real na colônia, ao contrário do reinado de seu filho D. José I, que esteve à sombra do Marquês de Pombal (SILVA, et. al. 2013. p. 1) . A recusa à participação nas festas poderia ser encarada como contestação do poder real, sendo considerado um crime de heresia. Entretanto, as documentações comprovam que os períodos festivos eram aproveitados por populares para a eclosão de revoltas. É interessante destacar que apesar de protestarem por direitos os revoltosos

¹³⁶ A autora cita BICALHO, Maria Fernanda Baptista. **A cidade e o Império**: o Rio de Janeiro na dinâmica colonial portuguesa (séculos XVII e XVIII). 1997. Tese (Doutorado) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 1997. XI Encontro de Pesquisa em História da UFMG - ISBN: 978-65-01-11103-2



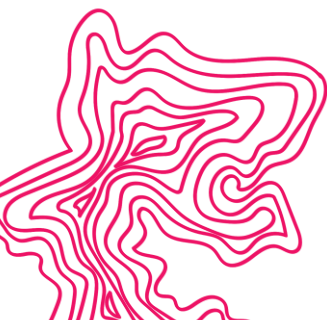
não tinham a intenção de contestar o poder do rei, já esses motins eram realizados durante festas religiosas e não festas ligadas diretamente ao rei, o que evitava que fossem acusados de contestação régia e heresia. Essas movimentações podem ser observadas através das cartas trocadas entre as câmaras e o reino. Em 1720, em Vila Rica, Pascoal da Silva Guimarães organizou um motim para o dia 28 de junho, véspera do Dia de São Pedro.

Na data, homens mascarados descem o morro do Ouro Podre, atacam e roubam a casa do odiado Ouvidor Martinho Vieira destruindo os papéis judiciais. A partir daí uma onda de tumultos varreria Vila Rica e Ribeirão do Carmo até a negociação final com o governador, cercado em seu palácio. (FIGUEIREDO, 2001, p. 266)

Dessa forma pode-se comprovar que, apesar de haver uma tendência em aproveitar os momentos de descontração para articular protestos, existia um respeito por parte dos colonos em relação ao poder real, portanto suas revoltas não tinham caráter antimonárquico. Assim sendo, confirma-se o reconhecimento da soberania do Rei e a importância dessas festividades que serviam como método pedagógico na colônia. Além disso, o interesse dos homens pelos cargos nas câmaras também se pautava na aquisição de prestígios, e estar em destaque nas festas era se afirmar enquanto nobre. Apesar dos camaristas receberem propina para realização de festas, muitas eram as despesas que possuíam, como os donativos reais. Portanto, conquistar cargos na câmara estava mais ligado à ocupação de um prestígio social do que financeiro (SILVA, 2013. p. 6).

Diálogos entre a Vila do Carmo e o Reino

Tendo em vista a centralidade das câmaras municipais para a realização destas festividades, é preciso entender um pouco mais dessas instâncias locais e seu papel no funcionamento do Império Ultramarino Português. Ao analisar a historiografia sobre o Brasil Colonial, percebe-se que desde muito fez-se presente a discussão da efetividade (e em alguns casos não efetividade) dos ordenamentos metropolitanos nas realidades dos domínios ultramarinos. O que se perguntava, e ainda se pergunta, era de que maneira e sob quais circunstâncias a monarquia portuguesa administrava, por exemplo, as atividades econômico-produtivas, o funcionamento das instâncias de justiça ou a realização de festas que exaltassem a família real nas colônias que localizadas do outro lado do Atlântico. Dessa forma, pesquisadores buscam, essencialmente, entender de quais formas se davam as relações entre os poderes régios e as instituições locais.



Contudo, durante gerações de historiadores prevaleceu, quando não, uma noção de incoerência administrativa¹³⁷, uma certa ideia de onipresença da Coroa, onde todos os outros poderes, sobretudo os locais do além-mar, ficariam atrofiados frente aos impérios monárquicos¹³⁸. Foi somente a partir dos anos 1980 que tais ideias foram desafiadas e a investigação sobre a comunicação política entre as instâncias do centro e da periferia ganharam profundidade. Nessas mudanças de perspectiva, as obras de António Manuel Hespanha ocupam lugar central. Ao contrário de defender uma extrema desconexão das realidades reinol e colonial, ou a centralização exacerbada em torno dos poderes da Coroa, o historiador português argumentava em favor de um modelo corporativo e de representação da sociedade. Nesse sentido, apesar de o Rei corresponder à cabeça política, os outros pólos de poder tinham autonomia e eram membros igualmente necessários para o funcionamento do corpo administrativo. Nas palavras de Hespanha:

[...] Daí que a eficiência da centralização política derive, por um lado da existência de laços de hierarquia funcional entre os vários níveis do aparelho administrativo e, por outro negativamente, do âmbito dos poderes dos oficiais periféricos ou sua capacidade para anular, distorcer ou fazer seus os poderes que recebiam de cima (Hespanha, 2003,p. 174)

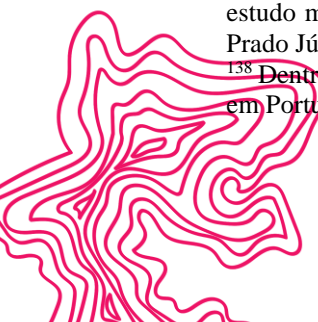
Assim, com a virada historiográfica supracitada, as Câmaras Municipais ganharam um enfoque diferenciado e passaram a ser entendidas como instâncias dinâmicas e em constante articulação não só com a Coroa, mas também com os diversos sujeitos e instituições das redes políticas imperiais.

Um estudo que pensou mais especificamente a Câmara da Vila de Nossa Senhora do Carmo, em Minas Gerais, inserida nessa estrutura corporativa da administração portuguesa é a pesquisa das historiadoras Carla Almeida e Mariane Alves Simões intitulada *A comunicação política da câmara de Mariana nas primeiras décadas do século XVIII* (2019) na qual se tem como objeto de análise as correspondências trocadas entre os oficiais camarários e as mais diversas instâncias ultramarinas.

Vale lembrar que desde a descoberta do ouro na região e com a crescente dependência das rendas reais frente à exploração de minérios, a comarca de Vila Rica - formada pelos termos de Vila Rica de Nossa Senhora do Pilar do Ouro Preto e a já citada Vila do Carmo - se tornou

¹³⁷ Seguindo essa linha, o Estado português pouco conseguia se fazer politicamente presente em seus domínios. O estudo mais representativo dessa noção que vê a ineficácia da Coroa Portuguesa em suas Colônias é o de Caio Prado Júnior.

¹³⁸ Dentro dessa concepção está o estudo de Raymundo Faoro que vê a formação precoce de um Estado Absolutista em Portugal.



esfera central para os interesses monárquicos, o que justifica a torrente de documentação produzida na época envolvendo os órgãos reais e das Câmaras. No texto há pouco mencionado, Almeida e Simões demonstram que, ao analisar a correspondência registrada nos livros da Câmara de Mariana entre 1711 e 1736, é notável a variedade de agentes envolvidos na comunicação política, tanto como emissores quanto receptores de tais documentações (ALMEIDA et al. 2019. p. 216). Contudo, as autoras destacam um predomínio de alguns personagens sobre outros em relação a posição que ocupavam nesses diálogos.

O Governador, representante direto do poder real na capitania, apareceu como emissor mais frequente nas cartas enviadas aos oficiais da Câmara, cartas as quais muitas das vezes tratavam inclusive de ordens régias. Ou seja, eram os governadores os interlocutores mais comuns entre o Reino e os poderes locais. Quando analisamos os casos das ordenações reais para a realização de festividades, também é possível atestar o que foi relatado pelas historiadoras como se verifica a seguir num trecho de uma carta enviada pelo governador, à Câmara da Vila do Carmo:

Remeto a vossas mercês a cópia da carta firmada pela Real mão de Sua Majestade em que faz saber e aos mais vassallos desta Capitania a felicidade que temos em lhe haver nascido uma neta, filha do Príncipe do Brasil nosso senhor e preciso que vossas mercês mandem executar em essa vila os festejos que é de estilo em Semelhantes ocasiões Deus guarde a vossas mercês.¹³⁹

Importante notar que nessa documentação, o Governador e Capitão Geral das Minas, Gomes Freire de Andrade, não só informou ao Senado acerca do nascimento da princesa e da consequente necessidade de se realizar as festividades, como enviou uma cópia direta da ordem recebida pela majestade real. Tal documentação explícita, portanto, a hierarquia dessas redes de poder e o papel de intermediação desempenhado pelos representantes da Coroa nas conquistas (ouvidores, corregedores, provedores, mas sobretudo governadores).

Ainda sobre os governadores, Nuno Gonçalo Monteiro destaca em seu texto *Governadores e capitães-mores do Império Atlântico português no século XVIII* como a monarquia visava dotar os vice-reis, governadores-gerais e governadores das principais capitanias de uma autoridade que “pairasse acima dos interesses locais” (Monteiro, 2005. p. 96) facilitando, portanto, uma maior interlocução entre centro e periferia. Assim, ao ser o responsável por dar a notícia do nascimento da princesa e repassar a ordem régia para a

¹³⁹ Registro de uma carta que o governador mandou ao Senado sobre o nascimento da neta do rei. APM - Seção Colonial - CMM - Códice 12 - Folha 47. 10 de Abril de 1735.



realização das festas, o governador - na sua posição legitimada pela Coroa - garantia a integração dos habitantes das remotas Minas do Ouro ao corpo de vassalos de Portugal.

Todavia, não bastava que as ordens régias chegassem às Câmaras das Vilas para que fossem efetivadas. Embora a decisão definitiva recaísse sempre ao Rei ou seus representantes diretos, era função das câmaras municipais fazer tais ordenamentos chegarem ao cotidiano das populações e assim dar materialidade às determinações régias. Em outras palavras, sem as câmaras os imperativos vindos do Reino eram letra morta.

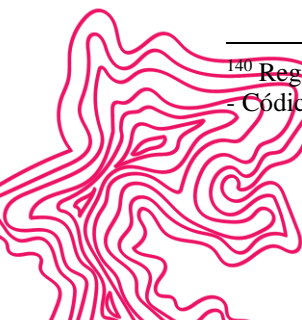
Essa dinâmica também se apresenta na documentação analisada referente à realização das festividades na Vila do Carmo. Após terem recebido do governador a notícia acerca do nascimento da princesa, no mesmo ano os oficiais cuidaram da determinação para a realização das comemorações devidas:

Mandamos a todos os moradores desta vila que para o dia Domingo próximo que vem que se há de dar o princípio à festa do nascimento da sereníssima Senhora Princesa da Beira tendo limpadas as Ruas e caiadas [...] sob pena de pagar em cada um vinte oitavas de ouro e serem presos o tempo que nos parecer e para que a todos seja notória mandamos que este se publique em todas as ruas e se ponha em algum lugar público.¹⁴⁰

É possível notar que os interlocutores nesse caso são os moradores da Vila que, segundo Carla Almeida e Mariane Alves Simões, eram os principais receptores (cerca de 28,37%) das comunicações emitidas pelos oficiais da Câmara (ALMEIDA, et. al 2019. p. 221). Além disso, fica evidente o poder de ação dessa instituição se valendo até mesmo de sua capacidade de punir a população com multas e prisões se não cooperasse para a efetivação dos mandos vindos do Reino.

Assim, observamos que devido às suas funções de legislar, governar e de ser um elo entre o centro e a localidade, as câmaras municipais eram imprescindíveis para a projeção da monarquia em suas conquistas, por meio das festividades. Por serem dotadas de uma posição específica na estrutura política corporativa portuguesa, essas instâncias asseguravam uma continuidade de funcionamento que muitas das vezes os representantes diretos da monarquia na colônia não podiam garantir. Com o poder de penetrar no cotidiano dos súditos se fazia valer, de forma material, os imperativos emitidos pelo Rei, governadores e mais funcionários. Eram, portanto, as câmaras as responsáveis pela manutenção da coerência administrativa no vasto Império Ultramarino Português.

¹⁴⁰ Registro de um edital da Câmara acerca da organização da Vila para uma festa. APM - Seção Colonial - CMM - Códice 3 - Folha 129 verso. 20 de Junho de 1735.



No que diz respeito às festividades, elas possuíam um atributo especial devido a sua excepcionalidade, seja ela tanto em dimensões religiosas como a celebração do Triunfo Eucarístico¹⁴¹, ocorrida no ano de 1733 em Vila Rica, e Áureo Trono Episcopal¹⁴², em 1748 em Mariana, ou festas de caráter oficial, como nascimentos, celebrações de matrimônio ou funerais de indivíduos ligados à corte. Renato Silva Dias e Jeaneth Xavier Araújo denotam como estas celebrações se manifestaram como uma forma do Rei se fazer presente através de símbolos e rituais; onde permitia uma afirmação dos valores dos vassallos, estabelecendo uma linha de entendimento de comunidade, onde o monarca se unia aos súditos em momentos importantes, desejando, por meio dessas ações transmitir a imagem de um pai benevolente. (DIAS, et al. 2014, p. 351) Dessa maneira, como aponta Hespanha, o povo via no Rei a representação do pai divino, habitando em um espaço entre sagrado e o reinol, e portanto se deveria cumprir sua vontade a fim de se demonstrar fiel a coroa e clemente ao celestial. (HESPANHA, 1986, p. 528).

Para efetivar esses desejos, e organizar uma festividade compatível com a suntuosidade, os agentes camarários agiam em favor de estruturar as vilas em torno da celebração. Luiz Ornellas Rezende defende em sua tese a movimentação grandiosa que esses eventos geravam dentro das esferas administrativas.

Os gastos com festas compreendem todas as despesas materiais realizadas com a organização de cerimônias locais, como a compra de ceras, a armação das igrejas, a aquisição de vestimentas, e até mesmo o custeio das músicas, sermões e missas, parte essencial desses rituais. É ponto pacífico na historiografia que, pela importância que os eventos tinham nas sociedades de Antigo Regime. (REZENDE, 2020, p. 139)

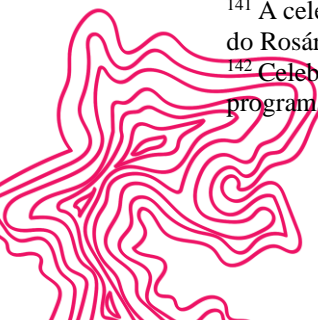
Todavia, como também destaca Rezende, muito desses gastos eram destinados a pagamentos de funcionários, onde se enleava os gastos orçamentários com as remunerações dos oficiais da instituição. Dessa forma pode se compreender que o ultrapasse de gastos e pedidos de propinas oriundas da câmara para outras instâncias, poderia ocorrer por estas razões.

Investigando uma representação dos oficiais da Câmara da cidade de Mariana para o Procurador da Fazenda em Lisboa, em 1763, é notado o pedido de maiores envios de propina a fim de custear os gastos tidos com a celebração do nascimento do Príncipe da Beira.

Logo mandamos executar, com um devotissimo tríduo, até de um e as mais expressões, que julgamos mais condecetes ao agrado de Deus em ocasião de tanto gosto seguindo-se em vários dias nas ruas e praças públicas diversos e repetidos

¹⁴¹ A celebração do Triunfo Eucarístico de 1733, ocorreu quando o Santíssimo Sacramento foi transferido da Igreja do Rosário para a matriz do Pilar de Vila Rica.

¹⁴² Celebração ocorrida em 1748, teve como objetivo comemorar a criação do bispado de Mariana, com um variado programa de cerimônias públicas suntuosas.



festejos [...] nossa obediência acreditarmos a lealdade como que esta câmara e seus moradores soubemos sempre aplaudir as Régias determinações dos seus felícos monarcas...¹⁴³

É explícito o cuidado em reafirmar a magnitude de tal evento, e as declarações de esforço para conceder a mais imponente das festividades; esses testemunhos denotam a importância de legitimar a soberania do Rei e a boa relação como vassallos que os oficiais possuíam. Adiante se percebe uma justificativa e termos apregoados os gastos com a festa de nascimento do Príncipe da Beira. Essa estratégia de argumentação evidencia o aspecto negociativo existente entre o vínculo dos funcionários régios com a coroa, onde os indivíduos almejavam conquistar benefícios, seja pela sua participação e estruturação dessas festividades ou, pela simplesmente pela presença nesses eventos oficiais, e até mesmo aqueles desprovidos de direito, frequentemente buscavam alcançar o mesmo benefício, em troca de demonstrações de sua honra como súditos em cumprimento das ordenações régias. (DIAS, et al. 2014, p. 356)

Adiante na mesma documentação, se encontra expressa a exata argumentação dos camarários, como bons vassallos, e por meio dessa lealdade o pedido de abono dos gastos seria válido, dada a fim de explicitar essa relação de fidelidade a importância que eles tinham para com as solenidades reais.

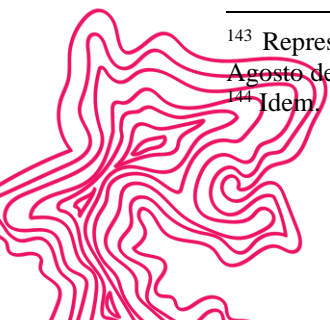
E assim Real senhor, prostrados aos reais pés de Vossa Majestade, humildemente suplicamos queira por sua real clemência ordenar que suas outras despesas sejam levadas em conta pelo corregedor sem mais sujeição do recurso e na mesma forma as propinas dos oficiais da câmara expressadas na certidão apenas por serem funções reais e prática observada desde o princípio desta câmara.¹⁴⁴

Todos esses pedidos evidenciam o valor que essas celebrações tinham dentro da estrutura monárquica, a coroa comemorava de maneira alterosa suas datas marcantes. Dias e Araújo argumentam como essa maior atenção e destaque para as solenidades, teve seu apogeu durante o período joanino (1707-1750) onde Dom João V teria elevado a participação das artes e letras no Reino e nas suas conquistas, o que justifica esse zelo e devoção no que se diz respeito a festividades. Tal fator se manteve mesmo após o fim de seu reinado, deixando marcado em toda longevidade do século XVIII, a diligência para os eventos oficiais e sacros, assinado pelos seus gastos (DIAS, et al. 2014, p. 354).

Entretanto, esses pedidos entre a câmara e os órgãos presentes no Reino, transmitem ideias que vão muito além de gastos e propinas. Salientam sobre a forte comunicação política

¹⁴³ Representação dos oficiais da Câmara da cidade de Mariana, AHU ACL_CU_011, Cx. 80\Doc. 42. 13 de Agosto de 1763.

¹⁴⁴ Idem.



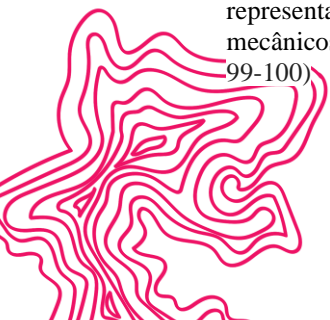
existente entre as câmaras ultramarinas e a monarquia portuguesa. Carla Almeida e Mariane Simões revelam sobre como as correspondências trocadas entre as estruturas de poder local, sobretudo as câmaras, com uma ênfase na de Mariana¹⁴⁵, tem um forte liame com o poder central do Império. Em sua análise, ela destaca como 80,27% das petições enviadas das Minas iam diretamente para o centro do império (ALMEIDA et. al, 2019. p. 208-209) o que designa essa conexão entre as conquistas, em especial a Capitania de Minas Gerais com os poderes do império. Tal característica é percebida na documentação analisada neste presente trabalho, usando como exemplo a representação dos oficiais da cidade de Mariana, tinha como destino o Procurador da Fazenda em Lisboa.

Toda essa complexa troca de informações, e teor dessas correspondências, ilustram a multifacetada estrutura da monarquia corporativa e polissinodal do império português. Tanto pela comunicação entre as diversas localidades da colônia com a metrópole, indicando essa característica corporativa, e a sua configuração em múltiplas instâncias e divisões de poder, representando o Rei como cabeça política desse império e seu Reino e conquistas como demais componentes desse corpo político. Além de atestar as continuidades desse Antigo Regime em territórios para além da metrópole, como foi perceptível pela busca de materialização do Rei e sua corte por meio das festividades nas vilas, onde habita uma intenção de afirmação dos laços de dependência e submissão dos vassallos ao monarca, mediante o emprego de práticas ritualísticas, o uso de símbolos políticos, e a preservação da hierarquia social nos cortejos¹⁴⁶, declarando o monarca como a cabeça do reino, um aspecto de fundamental relevância na configuração da cultura política vigente no contexto do Antigo Regime. De tal modo as cerimônias eram uma simbiose entre o momento de descanso, mas também de rememoração da tradição.

Conclusão

¹⁴⁵ A cidade de Mariana, anteriormente chamada de Vila de *Nossa Senhora do Carmo de Albuquerque* tem um foco especial devido às sua característica de forte expressão e interação política com a coroa, graças a seu papel político durante o século XVIII, tanto ao que se diz respeito a aspectos da corrida aurífera, quanto aos motivos sacros.

¹⁴⁶ Estes cortejos eram marcados por uma clara estrutura da ordem social, onde primeiramente, vinham os representantes do poder espiritual e os do poder temporal, ou seja, o representante da Igreja, o Bispo ou quem o representava e o Governador e/ou os oficiais do Senado da Câmara, seguidos pelos homens bons, os oficiais mecânicos e, atrás destes, a plebe branca e os demais segmentos da sociedade local. (Gonçalves, e Ferro. 2012. p 99-100)



No Antigo Regime, as festividades oficiais e religiosas eram de grande importância para manter o poder monárquico e reafirmar os laços entre a colônia e a coroa portuguesa. Essas comemorações permitiam a socialização de todas as camadas da sociedade, reforçando as hierarquias sociais e controlando contestações ao poder metropolitano. As festas de aclamação real eram patrocinadas pelas câmaras e organizadas pelas irmandades religiosas, possibilitando a afirmação do status social dos funcionários da Câmara. Assim, as festividades exerciam um papel pedagógico na colônia e eram importantes para a obtenção de prestígio social, sendo os cargos na câmara mais valorizados por sua influência na sociedade do que pelos benefícios financeiros.

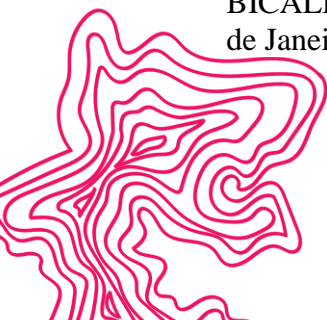
As câmaras municipais desempenhavam um papel central no funcionamento do Império Ultramarino Português. Ao analisarmos a correspondência entre os oficiais da Câmara da Vila de Nossa Senhora do Carmo e as instâncias ultramarinas, fica evidente que os governadores eram os principais intermediários nessa comunicação política entre o centro e a periferia, repassando as ordens régias e assegurando a integração da colônia ao corpo de vassallos de Portugal. As câmaras municipais, por sua vez, eram responsáveis por dar materialidade às determinações régias, assegurando a projeção da monarquia nas conquistas através da realização de festividades. Sua posição na estrutura política corporativa portuguesa garantia a continuidade de funcionamento e permitia que os imperativos emitidos pelo Rei e governadores fossem efetivados no cotidiano das populações.

As celebrações, portanto, serviam como forma do Rei se fazer presente por meio de símbolos e rituais, buscando transmitir uma imagem de pai benevolente aos vassallos. Os agentes camarários desempenhavam um papel fundamental na organização dessas festas, gerando gastos significativos para a estruturação das vilas. As festividades eram vistas como um momento de afirmação dos laços de dependência e submissão dos vassallos ao Rei. A realização dessas festas nas vilas não apenas representava um momento de descanso, mas também reforçava a tradição e a cultura política vigente no Antigo Regime.

Referências Bibliográficas

ALMEIDA, Carla Maria Carvalho de. **Diálogos com o império: câmaras ultramarinas e comunicação política na monarquia pluricontinental portuguesa (séculos XVII e XVIII)**. Belo Horizonte: Fino Traço, 2019.

BICALHO, Maria Fernanda Baptista; SOUZA, Laura de Mello. **A cidade e o Império: o Rio de Janeiro na dinâmica colonial portuguesa (séculos XVII e XVIII)**. 1997.



DIAS, R. S.; ARAÚJO, J. X. **Igreja e Estado nas Minas setecentistas**: as festividades e a afirmação do poder régio DOI 10.5216/o.v13i2.23434. OPSIS, Goiânia, v. 13, n. 2, p. 348–371, 2014. DOI: 10.5216/o.v13i2.23434.

FAORO, Raymundo. **Os donos do poder**: formação do patronato político brasileiro. 4ed. São Paulo: Editora Globo, 2008.

FIGUEIREDO, Luciano Raposo de Almeida. **A revolta é uma festa**: relação entre protestos e festas na América portuguesa. In: JANCSÓ, István & KANTOR, Iris (Orgs). Festa cultura e sociabilidade na América Portuguesa. Vol. I. São Paulo: Hucitec, Fapesp, Imprensa Oficial, 2001, pp. 263-276.

FIORAVANTE, Fernanda. **O poder das festas**: as festividades barrocas e o poder nas Minas no século XVIII. Juiz de Fora: Instrumento, v. 10, p. 1-16, 2008.

GONÇALVES, MARIA TERESA; DE SOUSA, MARIA JOSÉ FERRO. **Festejando o sacro e o profano**: as festas patrocinadas pelo Senado da Câmara de Mariana, ao longo do século XVIII e primeira metade do século XIX. Casa de Vereança de Mariana, 2012.

HESPANHA, António Manuel. **Às vésperas do Leviathan**: instituições e poder político, Portugal, séc.XVII. Lisboa, 1986.

HESPANHA, António Manuel. **A constituição do Império português**. Revisão de alguns enviesamentos correntes. Em: FRAGOSO, João; BICALHO, Maria Fernanda; GOUVÊA, Maria de Fátima. (org.). O Antigo Regime nos trópicos: a dinâmica imperial portuguesa (séculos XVI-XVIII). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

MONTEIRO, Nuno Gonçalo. **Governadores e capitães-mores do império atlântico português no século XVIII**. In: BICALHO, Maria Fernanda; FERLINI, Vera Lúcia Amaral (Org.). Modos de governar : ideias e práticas políticas no império português (séculos XVI a XIX). São Paulo: Alameda, 2005

PRADO JÚNIOR, Caio. **Formação do Brasil contemporâneo**. São Paulo: Brasiliense, 2000.

RAMINELLI, Ronald, José. **Festas**. In: VAINFAS, Ronaldo (dir.). Dicionário do Brasil Colonial (1500-1808) Rio de Janeiro: Objetiva, 2000.

REZENDE, Luiz Alberto Ornellas. **Poder local, agentes régios e controle camarário em Vila Rica, 1711-1789**. 2020. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo.

SANTOS, Beatriz Catão Cruz. **A festa do Corpo de Deus no império português**. Locus: revista de história, Juiz de Fora, v. 10, n. 2, p. 22-34, 2004.

SILVA, Noelly Gomes da. **“Entre reinados”**: fragmentos de Pernambuco na transição do reinado de D. João V para o de D. José I. XXVII. Natal: Periódico Nacional de História: Conhecimento Histórico de Diálogo Social, 2013.

Fontes Primárias

APM - Seção Colonial - CMM - Códice 12 - Folha 47. Registro de uma carta que o governador mandou ao Senado sobre o nascimento da neta do rei. 10 de Abril de 1735

APM - Seção Colonial - CMM - Códice 3 - Folha 129 verso. Registro de um edital da Câmara acerca da organização da Vila para uma festa. 20 de Junho de 1735

AHU, Conselho Ultramarino, Caixa 80, Doc. 42. Representação dos oficiais da Câmara da cidade de Mariana. 13 de Agosto de 1763.



O passado pelas margens da memória: Representações das mulheres na literatura e no cinema

Bruna Perrotti

Mestranda em História – UNICAMP

Julia Helena Dias

Doutoranda em História – UNICAMP

Em diálogo com os estudos de gênero que ajudaram a expandir fontes, temas e sujeitos na pesquisa histórica, propomos um espaço para discussão de trabalhos que problematizam a construção e representação de mulheres e sua relação com o passado em obras da literatura e do cinema.

Assim, retomamos uma discussão teórica proposta pelos estudos de gênero na historiografia que demonstraram o duplo silenciamento das mulheres no discurso histórico. Um silenciamento manifesto tanto na narrativa histórica ao serem relegadas ao papel de coadjuvante, quanto ao terem sua autoria negada, quando muito aceitas apenas como autoras amadoras e "menos importantes" para a construção da historiografia moderna que traz invariavelmente o homem branco como autor e protagonista. Nesse sentido, retomamos o diálogo com outras formas de representação do passado para além do científico, ao reconhecermos a importância das mulheres de se inscreverem na história a partir da ficção, uma porta que se abriu para elas antes do que a da academia.

Ao nos debruçarmos sobre obras que abordam o passado a partir de outro protagonismo de gênero, reconhecemos que mulheres brancas, negras e indígenas podem trazer olhares e questões diferentes a determinado tempo histórico, questões que repercutem no tempo presente. É possível perceber novos questionamentos a identidades já existentes? Propostas de novas formas de identificação? Sabendo da importância dessas artes para a construção da memória, surge ainda o questionamento de como obras que partem de olhares minoritários, muitas vezes situados "à margem" dialogam, revisitam, problematizam ou participam desse processo de construção e reconstrução da memória.

Este simpósio busca, assim, acolher trabalhos que, para além de análises sobre o "filme histórico" ou o "romance histórico", investigam como escritoras, roteiristas e diretoras lidam



com o passado e o representam através de suas personagens. Quais questões e tensões emergem ao lidarmos com sujeitos à margem do discurso histórico em produções que se propõem a retratar mulheres no passado?



Afetividade sáfica na literatura: o caso de “A Redoma de Vidro”

Anna Carolina Thomaz de Melo Dias

Graduanda em Museologia - Universidade Federal de Minas Gerais

meldsanna@gmail.com

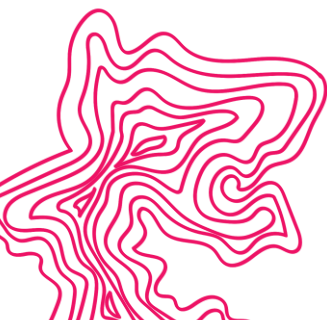
Resumo: A ideologia do romance heterossexual é definida e consolidada na realidade de mulheres desde a infância, através de contos de fadas, da televisão, do cinema, entre outros. É, desta forma, um instrumento já pronto, fabricado, que doutrina prematuramente as mulheres pelo “amor” que é heterossexual. A existência lésbica, então, inclui a rejeição de um modo compulsório de se relacionar, é uma forma de exprimir uma recusa ao patriarcado, um ato de resistência. Entretanto, vivida sem acesso ao conhecimento, a tradição, à memória e aos registros de vivências lésbicas, elas experienciam o isolamento, ódio pessoal, suicídio e violência interpessoal. Essa realidade se traduz em um sistema que impõe dificuldades para a afirmação da identidade homossexual feminina. Na obra literária “A redoma de vidro” publicado em janeiro de 1963 por Sylvia Plath, conceber socialmente um relacionamento homossexual como fonte de afetividade é interpretado com desconhecimento e invalidação quanto vínculo emocionalmente complexo. No texto literário, Esther Greenwood, protagonista, defende que sempre que imaginava um casal homoafetivo, achava custoso imaginar como eles agiam, e confessa que esperava haver um tipo de delito. Ela também se perguntava se tudo o que mulheres faziam juntas era deitarem abraçadas. Neste contexto, a representação de um relacionamento sáfico é retratado ora criminoso e errôneo, com o uso da palavra delito, ora existencialmente rejeitado em sua potencialidade da troca erótica. No ultimo caso, soma-se ainda a validação do sistema heteronormativo, as definições de gênero e o papel social destinado às mulheres, visto que, na cultura ocidental, a homossexualidade é vista de maneira incompatível com a família. O heterossexual é responsável pela descendência, pelos arranjos coletivos, pela criação de crianças, sendo inconcebível mulheres se relacionarem de forma romântica e sexual. Pensar nos elos afetivos que permeiam e ditam relacionamentos entre duas mulheres é considerar um sistema social que rejeita essa existência; e analisar documentos literários permite o mapeamento e a identificação do imaginário social frente à relacionamentos homoafetivos, seus conflitos e suas transformações.

Palavras-chave: Afetividade sáfica; A redoma de vidro; Sylvia Plath.

Introdução

A ideologia do romance heterossexual é um instrumento já pronto, fabricado, que doutrina prematuramente as mulheres pelo “amor” que é heterossexual. Assim, segundo Rich (2010),

Apesar das relações de mulher-para-mulher, das redes de apoio feminino, do sistema de valores da mulher e do sistema feminista, dos quais a mulher depende e aprecia, a doutrinação em termos da credibilidade e do status masculino podem ainda criar sinapses no pensamento, negação de sentimento, ideias sugestionadas e uma confusão sexual e intelectual profunda. (RICH, 2010,p.33)



De acordo com Lorde (1978), o sistema heteronormativo reserva ao erotismo o papel de uma sensação confusa e trivial, que afasta mulheres da exploração e consideração do erótico como uma fonte de poder e informação. O erótico, que segundo a autora, fornece à mulheres o poder que vem de compartilhar profundamente qualquer busca com outra pessoa, bem como o compartilhamento da alegria, seja física, emocional, psíquica ou intelectual, forma uma ponte, sendo uma importante fonte de afeto e trocas sensíveis.

Assim, relações íntimas de trocas e afetos entre mulheres são, primeiramente, desconhecidas. De acordo com Simone de Beauvoir, no capítulo *A lésbica*, da obra *O segundo Sexo*, “toda adolescente receia a penetração, o domínio masculino” (1967, p.146).

Em segundo lugar, erotismo ainda localiza o relacionamento sáfico na esfera do incompleto. Ainda segundo Beauvoir (1967), uma mulher que se relaciona com outra mulher “não deixa contudo de ser um ser castrado [...] inacabada como mulher, impotente como homem” (1967, p.160).

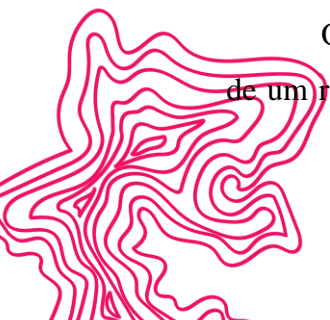
É importante ressaltar como os relacionamentos e interações sexuais são percebidos em uma lógica heterossexual em que o sujeito do desejo é o homem, e não considera formas diversas de compartilhamento que não centrado no homem como sujeito do prazer e, conseqüentemente, na obrigatoriedade da presença fálica.

Esta constatação também se confirma na punição de relacionamentos homoeróticos entre homens até o início da segunda metade do século XX, mas tal punição não foi estendida aos relacionamentos entre duas mulheres. Para Beauvoir, isso aconteceu porque “os amores sáficos estão longe de contradizer a forma tradicional da divisão dos sexos” (1967, p.147), sendo vistos inclusive, com indulgência por homens homossexuais e heterossexuais.

Pensar nas relações afetivas que permeiam e ditam relacionamentos entre duas mulheres é, para tanto, considerar um sistema social que rejeita a validação dessa existência, em que a homossexualidade é incompatível e incompleta.

Assim, tanto a homofobia quanto a heteronormatividade são uma fonte crônica de estresse para os casais sáficos. Existe menos suporte social e familiar para estes casais do que para os casais heterossexuais impactando na não validação, legitimação e aceitação pública da mesma.

O presente texto visa discutir a égide das relações heteronormativas e a representação de um romance sáfico na obra *A redoma de vidro*, da escritora americana Sylvia Plath. Para



tanto, inicialmente são contextualizados a vida e a obra de Plath. Posteriormente, a passagem do livro que traz o encontro da protagonista com um possível relacionamento entre duas mulheres é analisada a fundo.

A redoma de vidro, de Sylvia Plath

Sylvia Plath foi uma escritora norte-americana, nascida em 1932. Em 1950, ingressou no Smith College, uma instituição de ensino superior para mulheres, onde se formou em Inglês. Em 1952, Plath venceu um concurso literário e, como prêmio, recebeu a oportunidade de trabalhar em Nova Iorque no ano seguinte. Esta experiência de intercâmbio é retratada em *A redoma de vidro*.

Em 1962, a escritora se separou do marido, com quem havia se casado em 1956, e se estabeleceu em Londres, no apartamento em que, no ano seguinte, cometeu suicídio. No mesmo ano de sua morte, 1963, a obra *A redoma de vidro*, é publicada. O livro é compreendido como um misto de ficção e autobiografia, em uma narrativa confessional.

Segundo Saltarelli (2017), o título da obra exprime:

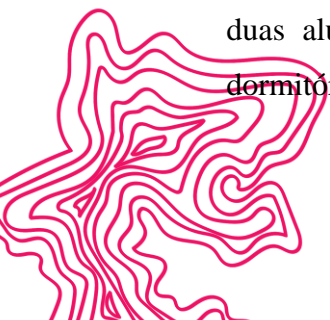
um estado emocional suscetível que era vivenciado com frequência. Por diversas vezes a poeta experimentou essa condição de lassidão, de prisão interna e sufocamento que ela descreve tanto na novela, quanto em passagens dos diários e até mesmo no conto “Johnny Panic and the bible of the dreams”: “A inércia paralisante é meu pior inimigo; sem dúvida, me deixa doente. Preciso romper com os limites”. (SALTARELLI, 2017, p.52)

No livro, acompanha-se a protagonista Esther Greenwood, uma aluna que recebe a oportunidade de trabalhar uma temporada em Nova Iorque, onde se sente desamparada e deslocada. A narrativa acompanha a personagem durante os estados de transtorno mental, a internação e o tratamento com choques elétricos, também vivenciados pela autora.

A redoma de vidro, ainda, é ambientado na década de 1950, e tece uma representação das construções sociais de mulheres no período, considerando também a independência, o estudo e a ambição profissional, a liberdade sexual e as relações eróticas e afetivas - da protagonista e dos outros personagens.

Afetividade sáfica em A redoma de vidro

Uma das passagens que apresenta a temática de relações afetivas aparece durante um momento em que Esther relembra um acontecimento vivenciado durante a graduação, em que duas alunas foram encontradas juntas em um quarto. De acordo com a passagem, nos dormitórios da faculdade,



uma veterana gorda e peitura, inocente como uma vovó e dedicada estudante de religião começou a passar tempo demais com uma caloura desajeitada, conhecida por sempre acabar precocemente abandonada, das formas mais engenhosas, quando saía com alguém. (PLATH, 2016, p.213)

A protagonista, com curiosidade, questionou o que as alunas estavam fazendo, visto que: “sempre que pensava em homens com homens e mulheres com mulheres, tinha dificuldade em imaginar o que eles faziam” (PLATH, 2016, p.214).

Ao ser respondida que elas estavam trocando carinho, declara: “Aquilo me decepcionou. Esperava a revelação de um tipo específico de delito. Fiquei me perguntando se tudo o que as mulheres faziam umas com as outras era ficar deitadas e abraçadas” (PLATH, 2016, p.214).

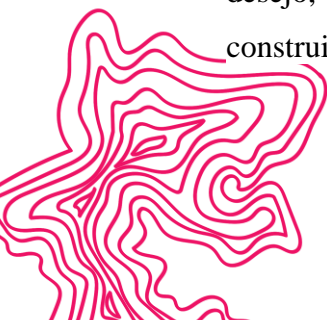
Em um primeiro momento, quando a personagem observou que “tinha dificuldade em imaginar o que eles faziam” (PLATH, 2016, p.214), vemos que um relacionamento entre duas mulheres é concebido socialmente sob a ótica do desconhecido, relegado à margem e não discutido, o que faz com que seja analisado com curiosidade.

Quando da descoberta sobre a relação entre as duas alunas, a espera de “Algum tipo específico de delito” (PLATH, 2016, p.214), demonstra que quando revelado, um relacionamento sáfico é apresentado de uma forma dual: primeiramente como algo errôneo, como delito, representa uma transgressão da moral ou de preceitos preestabelecidos; e, em segundo lugar, a descoberta é uma decepção, e a troca afetiva é invalidada e inferiorizada.

Dentro de uma vigência social da primeira metade do século XX, podemos perceber as relações afetivas entre duas mulheres como insuficiente e incompatível. Ainda, é considerada uma expressão de sexualidade impura, que não garante a prosperidade da sucessão da propriedade, ou seja, não garante a reprodução.

Neste sentido, de acordo com Beauvoir (1967), os amores sáficos poderiam ser considerados “uma etapa, um aprendizado, e quem a isso se entrega com mais ardor pode amanhã ser a mais ardorosa das esposas, das amantes, das mães” (1967, p.147). Essa realidade se traduzia em um sistema que impunha dificuldades para a afirmação homoafetiva feminina, e que invalidou relações entre duas mulheres. Ainda segundo o texto, a mulher lésbica almejava ser uma mulher normal e completa, mas que permanece inacabada e impotente.

Para Saffioti (1987), o homem detinha o poder nas relações, se tornando o sujeito do desejo, enquanto a mulher permanecia relegada ao espaço de objeto do desejo feminino, construindo e validando socialmente a subordinação feminina, ocasionando a legitimação de



um sistema excludente, e a manutenção das definições de gênero e o papel social destinado às mulheres, que, de acordo com Beauvoir (1967), “sofrerá em consequência da censura da sociedade; julgar-se-à degradada, pervertida, frustrada” (1967, p.161).

Ainda para Saffioti (1987), o poder do homem e sua sexualidade são simbolizados pelos órgãos genitais, em um sistema falocêntrico, que naturalizava a subordinação feminina - e, especialmente as relações afetivas e eróticas entre duas mulheres - pela falta.

Neste sentido,

É de extrema importância compreender como a naturalização dos processos socioculturais de discriminação contra a mulher e outras categorias sociais constitui o caminho mais fácil e curto para legitimar a “superioridade” dos homens, assim como a dos brancos, a dos heterossexuais, e a dos ricos. (SAFFIOTI, 1987, p. 11)

Assim, mulheres sáficas se encontravam, no início do século XX, em uma interseção de opressões, que garantem a manutenção da discriminação à mulheres, e a redução de suas possibilidades afetivas e sexuais, impondo dificuldades para a afirmação e construção da identidade de mulheres não heterossexuais.

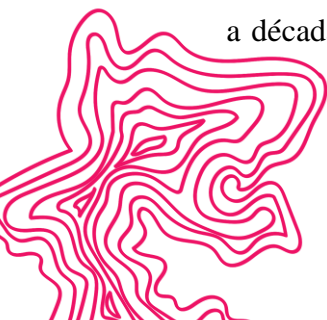
Conceber socialmente um relacionamento homossexual como repletos de afetividade, erotismo e autoafirmação da identidade não heterossexuais, e de suas potencialidades, era, então, uma ação não concebida socialmente.

Como consequência, casais sáficos eram marginalizados, privados de redes de apoio e participação na coletividade. Haviam menos suporte social e familiar para estes casais do que para os casais heterossexuais, assim como poucos modelos de relacionamento; e o não reconhecimento legal da relação e consequente não validação, legitimação e aceitação pública da mesma.

Desta forma, ainda que as políticas sexuais sejam dinâmicas e um reflexo de seu tempo; a proposição de tais políticas após a segunda metade do século XX se configuraram como ferramentas importantes que permitiram uma construção que visou estabelecer a discussão e os estudos sobre diversidade sexual e de gênero, para que estes dialoguem em prol de grupos até então marginalizados.

Considerações finais

A passagem que retrata um possível relacionamento sáfico na obra *A redoma de vidro*, é, neste trabalho, uma janela que permite a análise das relações de gênero e sexualidade durante a década de 1950 e antes do que ficou conhecido como Revolução sexual - movimento que



ganhou força durante as décadas de 1960 e 1970, e que tinha como um dos objetivos, romper o tabu e o tradicionalismo nas discussões de afeto e erotismo interpessoais.

Assim, a narrativa de Sylvia Plath possibilita destrinchar a curiosidade e o desconhecimento das possibilidades de interações não heterossexuais, e sua negação e invalidação, implicando no não reconhecimento de identidades sáficas.

Ressalta-se, por fim, que este trabalho compreende uma passagem da obra de Plath, não esgotando as possibilidades de análise do trecho e das construções das relações vivenciadas pela protagonista e por outras personagens femininas.

Referências:

BEAUVOIR, S. **A Lésbica**. In: O Segundo Sexo. Livro II: a experiência vivida. 2º edição. São Paulo: Difusão européia do livro. 501 p. Capítulo 4. p. 144 - 164. 1967.

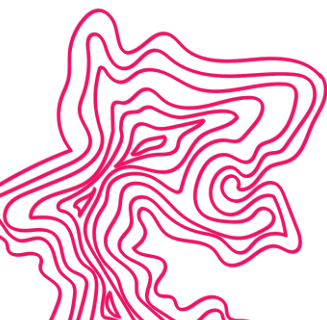
LORDE, A. **Uses of the erotic: The erotic as Power**. In: Sister Outsider. The Crossing Press. p. 53-59. 1984.

PLATH, S. **A redoma de vidro**. São Paulo: Folha de São Paulo, Coleção Folha Grandes Nomes da Literatura. 1º edição. 240 p. 2016

RICH, A. **Heterossexualidade compulsória e existência lésbica**. Revista Bagoas, Natal, v. 4 n. 5. p. 17-44. 2010.

SAFFIOTI, H.I.B. **O poder do macho**. São Paulo: Editora Moderna. 11º edição. 134 p.1987.

SALTARELLI, B.V.L. **Sylvia Plath, entre a escrita e o sangue: O trágico como potência do infável da vida**. Dissertação. Belo Horizonte: Universidade Federal de Minas Gerais. 142 p. 2017.



Entre a produção e a memória de Virginia Woolf: escrita de mulheres em *As Horas* e *Orlando*

Julia Helena Dias

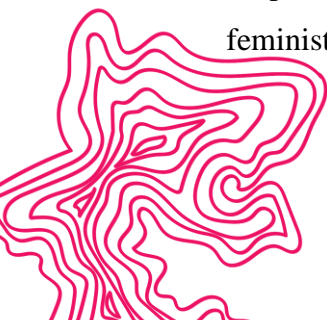
Doutoranda em História - UNICAMP

julialenadias@gmail.com

Resumo: Este trabalho pretende uma leitura feminista de “As Horas” (The Hours), filme sobre Virginia Woolf (1882-1941) levada às telas em 2002, pelo diretor Stephen Daldry e pelo roteirista David Hare. A película é, por sua vez, uma adaptação do livro de mesmo nome escrito por Michael Cunningham em 1998, e tem Nicole Kidman no papel de Woolf. Partimos de uma leitura feminista da construção da personagem Virginia Woolf. Essa leitura é amparada pela crítica cinematográfica feminista de Teresa De Lauretis (1993), e busca compreender quais escolhas foram feitas para abordar tanto o sofrimento psíquico como o processo criativo da escritora e o que foi deixado de fora. Como forma de comparação, buscamos em *Orlando* (1992) da diretora e roteirista Sally Potter, também uma adaptação literária, neste caso de *Orlando: Uma Biografia* (1928) da própria escritora Virginia Woolf, como ambos filmes representam a relação das mulheres com a escrita. Assim, interpretaremos se é possível perceber diferenças na narrativa de uma diretora feminista sobre a questão da relação das mulheres com a arte.

Palavras-chave: Cinema; História; Feminismo; Virginia Woolf; Sally Potter.

Este trabalho faz parte de uma pesquisa de Doutorado em andamento que busca trabalhar com obras de Virginia Woolf, assim como, com adaptações de suas obras e de sua figura no cinema, a partir da história e dos estudos de gênero. Em virtude do espaço limitado, o presente texto fará um recorte da pesquisa com foco em dois filmes: *As Horas* (*The Hours*), filme sobre Virginia Woolf (1882-1941) levada às telas em 2002, pelo diretor Stephen Daldry e pelo roteirista David Hare. E, *Orlando* de 1992 da diretora e roteirista Sally Potter, também uma adaptação literária, neste caso de *Orlando: Uma Biografia* (1928) da própria escritora Virginia Woolf. Em um primeiro momento veremos como *As Horas* retrata a escritora a partir de um tema único, seu suposto fascínio com a morte e representa o que aqui chamamos “a morte da escritora”, tanto de sua personagem no filme, como a “morte” de parte do impacto de sua obra, silenciado pelo longa. Por fim, veremos como *Orlando* (1992) representa com sua personagem título o que aqui chamamos de: “o nascimento da escritora”, tanto a consolidação da personagem em uma escritora, como também a força de representar em tela o impacto feminista da obra.



A morte da escritora em *As Horas*

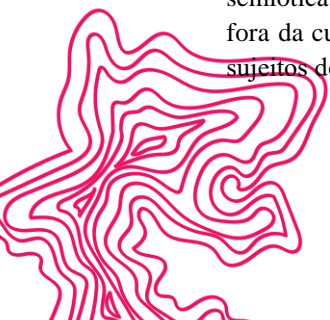
A cinebiografia “As Horas” (*The Hours*), de Virginia Woolf, é uma adaptação do livro de mesmo nome escrito por Michael Cunningham em 1998, que por sua vez, trata-se de uma paródia do romance de Virginia Woolf, *Mrs Dalloway* (1925). O livro, assim como o filme, acontece em três tempos: em 1923 vemos a própria Virginia Woolf começar a escrita de *Mrs. Dalloway* (1925), em um salto temporal, a revemos já em 1941, na cena que abre e fecha o longa, na qual a escritora adentra o rio Ouse e comete suicídio, em outra temporalidade vemos mais duas personagens igualmente protagonistas desta estória. Em 1949, somos apresentados a uma leitora de Woolf, e no “presente” conhecemos uma (re)imaginação de Clarissa, protagonista de Woolf do mesmo romance de 1925. Manteremos nossa atenção as passagens que a personagem de Virginia Woolf protagoniza, tendo em vista o interesse deste trabalho.

Partimos do entendimento de que a representação cinematográfica de Virginia Woolf não é uma tentativa direta de trazer para a tela a figura histórica da escritora, mas muito mais uma adaptação da personagem criada por Michael Cunningham para a sua paródia de *Mrs. Dalloway*¹⁴⁷. E o quanto essa construção – primeiro do autor do romance ao qual o filme se baseia e depois da própria adaptação cinematográfica – é atravessada por estereótipos de gênero. Essa interpretação tem como aporte teórico a crítica cinematográfica feminista de Teresa De Lauretis (1993), que nos permite entender que as mulheres históricas são (re)construídas na ficção frequentemente como imagens em um espelho masculino¹⁴⁸. A partir dessa compreensão pretendemos explicitar as escolhas que foram feitas para abordar tanto o sofrimento psíquico como o processo criativo da escritora. Assim, abordaremos de que maneira seu sofrimento é apresentado como sinônimo de sua criatividade, como ele seria um preço a ser pago por uma mulher que rompia tanto com as expectativas sociais para as mulheres de sua época.

Virginia Woolf é lembrada como uma romancista modernista, cuja importância é altamente reconhecida. No entanto, suas obras foram durante muito tempo consideradas apenas

147 A relação de paródia fica mais evidente na leitura dos diários de Virginia Woolf, quando ficamos sabendo que o primeiro título para *Mrs. Dalloway* foi também *The Hours* [*As Horas*].

148 “Representada como o termo negativo da diferenciação sexual, fetiche e espetáculo ou imagem especular, de qualquer maneira obs-cenas, a mulher é constituída como o substrato da representação, o espelho suspenso para o homem [...] Desta relação crucial da mulher, constituída na representação, com as mulheres, sujeitos históricos, dependem tanto o desenvolvimento de uma crítica feminista quanto a possibilidade de uma teoria materialista semiótica da cultura. Isso porque a crítica feminista é uma crítica que se produz simultaneamente de dentro e de fora da cultura, assim como as mulheres estão a um só tempo no cinema como representação e fora dele como sujeitos de práticas” (De Lauretis, 1993, p.99-100).



por seus valores estéticos, como sua forma poética de narrar (ou para alguns, não narrar) uma história, no entanto, outras leituras são possíveis, principalmente uma leitura feminista. Se alguns de seus romances são experiências estéticas, parte considerável de sua obra foi pouco aclamada pela crítica literária, por tratar de “temas menores”. Esses temas, em nossa interpretação são a sua visão social sobre as mulheres em uma sociedade capitalista, patriarcal e imperialista e são fruto de seu profundo conhecimento sobre a História da Inglaterra. Essa visão crítica é o tema base de *Orlando* (1928) e de *Um Teto Todo Seu* (1929), seu ensaio mais conhecido. No entanto, para o filme *As Horas* é como se Virginia Woolf vivesse apenas em seu mundo psicológico/fantasiado e não pensasse para fora de si, não refletisse sobre a sociedade.

O cinema, mesmo quando aborda a vida de alguém que existiu historicamente, é uma ficção; no entanto, também busca produzir “verdades”. Assim, precisamos começar pensando sobre qual verdade o filme que analisamos quer produzir. Como nos sugere Rosenstone, elas podem ser várias, como: “[...] A verdade factual, a verdade narrativa, a verdade emotiva, a verdade psicológica, a verdade simbólica? Pois não há apenas uma única verdade histórica – nem na página impressa nem certamente na tela” (ROSENSTONE, 2010, p. 51).

Em *As Horas*, a verdade factual é bastante negligenciada. De factual temos o destino final de Virginia Woolf: como no filme, ela cometeu suicídio entrando no rio Ouse. Mas fatos relacionados ao seu contexto histórico, até mesmo o fato de estar vivendo a Segunda Guerra Mundial, não são explorados pela narrativa. Poderíamos, assim, pensar que a intenção subjacente à narrativa não é produzir um relato histórico a respeito da morte da escritora – não diríamos de sua vida, pois a narrativa se concentra em apenas dois dias de sua vida, um em que ela passa o dia pensando em suicídio, mesmo que de um personagem seu, mas em que é sugerido fortemente que ela vivia em “ideação suicida”, e o outro em que de fato seu único ato é cometer suicídio.

Podemos interpretar que a verdade produzida pelo filme se caracteriza mais por outros elementos e tem outros objetivos. Assim, entendemos que o filme busca representar uma verdade emotiva e psicológica sobre a escritora. Busca que conheçamos sua melancolia, sua tristeza, sua frustração, todos esses elementos como geradores de sofrimento para si, mas romanticamente também abordados pelo longa como fontes de sua escrita, como elementos para sua imaginação.

Sabemos que Virginia Woolf foi uma pensadora, uma editora, uma crítica literária e uma ativista pela causa das mulheres. Sem tentar fazer um diagnóstico da saúde mental da



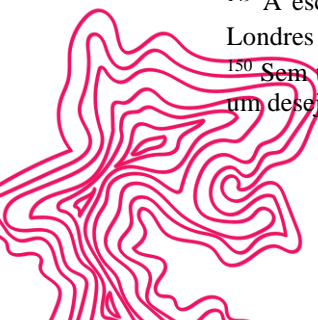
escritora, interpretamos que o filme busca justificar sua representação da escritora como uma desequilibrada e que vive pensando na morte, sem levar em conta os motivos materiais de seu sofrimento, que foram tanto sociais quanto históricos¹⁴⁹. Todo o sofrimento das personagens no longa é retratado como inerente as mulheres, e no caso da escritora, como uma característica que a permitia ser “genial”. O que é contradito pela própria escritora que deixou testemunhos em seus diários que o seu sofrimento era o que a impedia de escrever, era preciso que ela estivesse recuperada de seus momentos de crise depressiva para que pudesse voltar a escrita. Dessa forma, nosso trabalho visa a decompor a construção da escritora representada em tela a partir da crítica cinematográfica feminista, que nos ajuda a captar o “olhar masculino” sobre as personagens femininas. Laura Mulvey caracteriza da seguinte maneira o “olhar masculino” no cinema:

Num mundo governado por um desequilíbrio sexual, o prazer no olhar foi dividido entre ativo/masculino e passivo/feminino. O olhar masculino determinante projeta sua fantasia na figura feminina, estilizada de acordo com essa fantasia. Em seu papel tradicional exibicionista, as mulheres são simultaneamente olhadas e exibidas, tendo sua aparência codificada no sentido de emitir um impacto erótico e visual de forma a que se possa dizer que conota a sua condição de “para-ser-olhada”. [...] O cinema dominante combinou muito bem o espetáculo e a narrativa [...] A presença da mulher é um elemento indispensável para o espetáculo num filme narrativo comum, todavia sua presença visual tende a funcionar em sentido oposto ao desenvolvimento de uma história, tende a congelar o fluxo da ação em momentos de contemplação erótica. Esta presença estranha tem que ser integrada de forma coesa na narrativa. Segundo Budd Boetticher: “O que importa é o que a heroína provoca, ou melhor, o que ela representa. É ela que, ou melhor, é o amor ou o medo que desperta no herói, ou então a preocupação que ele sente por ela, que o faz agir assim dessa maneira. Em si mesma, a mulher não tem a menor importância” (MULVEY, 1975, p. 444).

Em *As Horas*, todas as personagens femininas desviam de seus “destinos” pressupostos, e pagam com sofrimento por seus desejos. Nenhuma delas consegue ser compreendida por outro personagem masculino. A partir desta constatação podemos sugerir que os realizadores também não “entenderam” Virginia Woolf, e a tornam a mais desviante das personagens¹⁵⁰. Dessa forma, para essa lente, a escritora poderia ser retratada como a mais irracional, a mais “louca”, sem necessidades de mais justificativas, afinal sabemos desde o início que além de ser uma mulher, ela era uma mulher artista, algo que já é uma ruptura com a “normalidade”/norma esperada para seu gênero, e que por fim ainda foi uma suicida.

¹⁴⁹ A escritora perdeu o sobrinho, Julian Bell, na Guerra Civil Espanhola (1936-1939). E teve a sua casa em Londres bombardeada no início da Segunda Guerra (1939-1945).

¹⁵⁰ Sem tempo ou vontade de aprofundar sobre a bissexualidade da escritora, o filme escolhe sugerir até mesmo um desejo incestuoso pela irmã, na troca de um beijo apaixonado entre as personagens de Virginia e Vanessa.



Essa incapacidade do filme de nos fazer entender e empatizar com a personagem de Virginia Woolf pode encontrar um começo de resposta com a crítica da escritora e cineasta Virginie Despentes:

Quando os homens colocam em cena personagens femininas, raramente o fazem com o propósito de tentar compreender o que elas vivem e sentem como mulheres. Trata-se sobretudo de uma maneira de encenar sua sensibilidade de homem, mas num corpo de mulher (DESPENTES, 2016, p. 38).

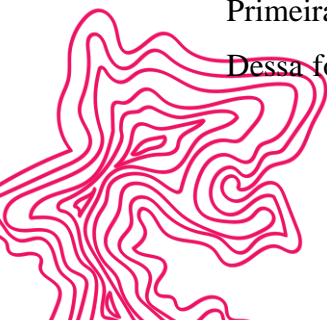
Em *As Horas*, Virginia Woolf é retratada como uma pessoa que manteria os olhos no chão ou desviantes, que faria pouco contato visual e não saberia conversar com os outros. Por suas escolhas, que começam com a estética de sua representação e passam pelos trejeitos dirigidos de sua interprete e que, por fim, são materializados no texto de seu roteiro, *As Horas* não foge do que Vanessa Curtis, descreve como:

Para aqueles que conhecem pouco sobre Virginia Woolf, apenas da leitura de fragmentos isolados do relato sensacionalista sobre o seu suicídio, e sobre a sua sexualidade, ou que testemunharam as descrições extenuantes em livros e em filmes de uma mulher “insana”, obcecada pelo suicídio, a imagem predominante que vem à mente, quando o nome Woolf é mencionado, será a da mulher atormentada, envelhecida e frágil das suas últimas fotografias (CURTIS, 2005, p. 221-222).

Vanessa Curtis nos retrata a escritora sobre outra ótica, e de uma vez questiona quatro representações de Virginia no longa: de que ela não seria bonita, de que ela não gostaria do campo, de que ela seria indiferente em relação a seus sobrinhos e de que viveria isolada de outras pessoas. Assim, ela caracteriza Virginia e sua irmã Vanessa:

As duas mulheres se mantiveram extremamente bonitas aos trinta e tantos anos [...] Ambas as mulheres usufruíam e apreciavam a solidão e a beleza do campo inglês, de onde tiravam sua inspiração. Cada uma vivia com um companheiro muito amado e solidário – Vanessa com Duncan, Virginia com Leonard –, Virginia era uma tia adorada para as crianças Bell. Elas compartilharam muitas amizades excepcionais durante a vida inteira, incluindo as de Clive Bell, Maynard Keynes, Lytton Strachey, Roger Fry, Desmond McCarthy e Dora Carrington. (CURTIS, 2005, p. 74)

Observamos como o filme retrata as relações da escritora com seu espaço e sua intimidade a partir de uma escolha de separá-la do coletivo, ao focar em uma introspecção que a narrativa parece considerar necessária ao representar uma mulher escritora. Essa escolha chega mesmo a descaracterizar seu contexto histórico, pois em nenhum momento do longa recebemos alguma indicação de que os personagens vivem em 1923 sob as consequências da Primeira Guerra Mundial (1914-1918) ou em 1941 durante a Segunda Guerra (1939-1945). Dessa forma, a Virginia Woolf do longa não tem envolvimento com a luta das mulheres nem



com o pacifismo, causas inclusive interligadas para ela e que ficaram registradas em sua obra *Three Guineas* (1938)¹⁵¹.

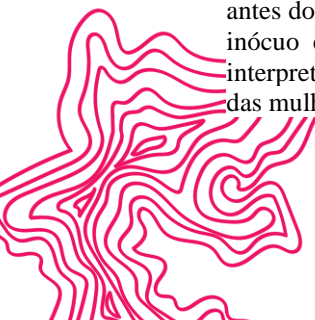
O que *As Horas* parece querer representar a partir dessas escolhas é que sua saúde mental seria um problema inerente seu (de seu gênero?), assim, seu contexto histórico não teria importância para suas escolhas. Por exemplo, o suicídio era também elaborado pela escritora como uma escolha política. Em suas memórias, ela retrata o medo de acabar presa durante uma possível ocupação alemã, diante dessa possibilidade escreve que ela e seu marido, de origem judaica, escolheriam o suicídio ao campo de concentração nazista. Pelo filme, no entanto, não sabemos nada disso, seu suicídio abre e fecha o longa, mas em seu desenvolvimento temos apenas o vazio como resposta.

Tornar-se escritora em *Orlando* (1992)

Como forma de comparação com *As horas* (2002), buscamos em *Orlando* (1992) da diretora de cinema e teatro, roteirista, produtora e coreógrafa Sally Potter, como ele representa a relação das mulheres com a escrita. *Orlando* é também uma adaptação literária, neste caso de *Orlando: Uma Biografia* (1928) da própria escritora Virginia Woolf. Em *As horas* interpretamos que a memória de Virginia Woolf vem sendo esvaziada pelo cinema, ao reforçar os estereótipos de gênero de associar uma mulher autora com a loucura e a feminilidade apenas aos sentimentos, desprovida de racionalidade e incapaz de um discurso político. Ao buscar a comparação com *Orlando*, perguntamos se o filme de Sally Potter consegue representar o tema da importância da escrita como forma de criar para si uma autonomia diante de uma sociedade patriarcal, temática presente na obra de Virginia Woolf?

Orlando é uma obra que parodia biografias históricas, um dos gêneros preferidos de Virginia Woolf, que as lia desde a infância, influenciada pelo seu pai, também um reconhecido biógrafo. Contudo, a escritora subverte completamente o gênero em sua paródia, ao tratar seu biografado Orlando como um personagem imortal, que atravessa a história da Inglaterra do século XVI ao século XX, mas não apenas esse fato fantástico acontece com a personagem. No meio de sua longa vida, ela passa por uma transformação em seu corpo, que deixa de ter características entendidas como masculinas, e passa a ter características entendidas como

¹⁵¹ Em minha dissertação de mestrado trabalhei com o ensaio *Three Guineas*, publicado por Woolf em 1938, pouco antes do início da Segunda Guerra. Embalado de uma vontade de defender o pacifismo, foi considerado ingênuo, inócuo e até mesmo equivocado pela crítica contemporânea. Contudo, neste ensaio vemos uma análise e interpretação não apenas sobre a guerra e a violência, mas sobre a opressão masculina e a consequente submissão das mulheres, ambas questões interligadas para ela.



femininas. O cerne da narrativa é perceber como essa mudança é mais impactante para a sociedade que passa a tratar Orlando de maneira completamente diferente do que para a personagem. A adaptação de Sally Potter consegue passar por todos esses momentos marcantes da obra e os reimagina a partir da diferença temporal entre o romance e a adaptação, com mais de 60 anos entre elas.

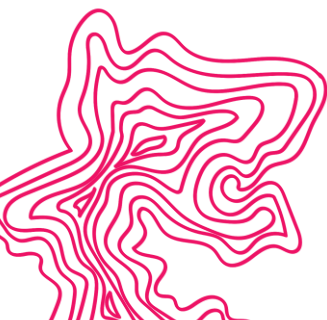
Sally Potter antes de *Orlando* (1992), dirigiu curtas-metragens como *Thriller* (1979), interpretado pela crítica feminista Ann Kaplan como um filme feminista de vanguarda. E, segundo Fabiana Gomes de Assis:

Orlando (1992), assim como seu duplo anterior, condensa com maestria o político e o poético, desdobrando-se em imagens grandiosas que dialogam estreitamente com os questionamentos empreendidos pelos feminismos. Além de diretora, roteirista e coreógrafa, Potter também desenvolveu trabalhos de composição relacionados à música, tendo produzido, em parceria com David Motion, a trilha do filme. Essa versatilidade da artista é bastante notável com a repercussão de Orlando que, segundo Silvia Maria Guerra Anastácio, “ganhou mais de vinte e cinco prêmios internacionais” (2006, p. 61). Foi com esse trabalho único, permeado por diversas outras linguagens, como a dança, o teatro e a música, que Potter pôde se projetar a um público mais amplo (ASSIS, 2017, p.190-191).

Começamos assim, por entender de que lugar parte o seu olhar para a obra da escritora, um olhar que podia reconhecer em *Orlando* questões também caras a diretora Sally Potter. E essa diferença com os realizadores de *As horas*, pode ser um dos fatores que a levaram a tratar o tornar-se escritora como uma forma de libertação da personagem, assim como, Woolf concebia.

Em um dado momento, Orlando, sempre interpretada pela atriz Tilda Swinton chega a dizer que continua sendo ela mesma, sempre “Orlando”. Essa sugestão de que Orlando não se identifica como mulher após a transformação, assim como a ambiguidade do longa de trazer a personagem sempre interpretada pela mesma atriz mesmo quando era um “homem”, diálogo com o próprio interesse da escritora Virginia Woolf de tratar a mente ideal para a escrita, como uma mente andrógina:

Embora muito criticada por algumas feministas, como por exemplo, Elaine Showalter que acusou a autora de trair o feminismo por seu “Voo para a androginia” (apud MOI, 2002, p. 2), [...] Christy L. Burns, por outro lado, assinala a importância de reconhecer que o estilo de Woolf consistentemente valoriza a ambivalência. Burns ainda afirma que os fios do feminino e do masculino da personagem Orlando combinam em vários caminhos, o que leva a crer que a androginia não é explorada no romance sob um aspecto fechado e irrefutável. Para Pamela L. Caughie, a androginia em Orlando: a biography longe de ser uma



resolução ou síntese de contrariedades, caracteriza-se como “uma forma de permanecer suspenso entre crenças opostas [...]. A androginia encarna essa oscilação entre posições. Representa uma ambiguidade básica, não apenas uma ambiguidade sexual, mas também textual. Androginia é uma recusa de escolha” (GONÇALVES, 1989, p. 44).

No entanto, se a personagem desde o século XVI sonha em ser poeta, mas sem nunca conseguir finalizar uma obra, a partir da mudança de seu gênero sua relação com a escrita é mais estreitada. E ela passa a necessitar encontrar uma voz por si, já que a sociedade passa a tentar calá-la em outros espaços, políticos e econômicos. Assim, apenas como uma mulher, para a sociedade, é que Orlando finalmente consegue publicar sua obra no final da história, já no século XX.

Essa ambiguidade da andróginia como um ideal artístico, ao mesmo tempo, que no final temos uma espécie de defesa da escrita de mulheres, dialoga com outra metáfora-crítica de Virginia Woolf. Em seu ensaio *Profissões Para Mulheres*, a escritora conta a sua experiência de criar para si uma voz enquanto escritora e do quão difícil foi matar dentro de si o “Anjo do Lar”, um ideal de feminilidade que a ensinou o recato, o silêncio e que ela não devia ter ou expressar opiniões próprias, mas deveria viver para agradar os demais. Essa metáfora do Anjo é visualmente representada por Sally Potter em *Orlando*, no final da película. Em uma bela cena em que Orlando olha emocionada para o céu, após conseguir ser publicada, vemos um Anjo cantando em sua direção:

Imagem 1 e 2



Cena extraída de *Orlando* (1992)

Poeticamente o Anjo parece, tomando distância, como em uma despedida, felicitar Orlando por ter encontrado a sua voz. Por fim, defendemos o feminismo como a luta pela não identificação das mulheres com “A Mulher”, esse ideal tão representado pelo cinema, como defende Teresa de Lauretis. Dessa maneira, a não identificação completa de Orlando com a feminilidade, é a representação do desejo de liberdade feminista de Virginia Woolf.

Conclusão

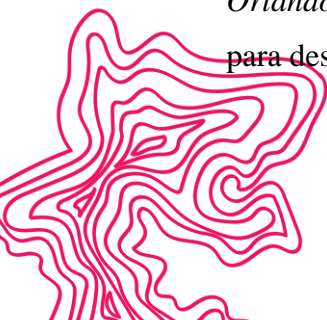
Em busca de um esboço conclusivo, elaboramos a seguinte síntese dos filmes aqui analisados:

Tabela 1

As Horas (2002)	Orlando (1992)
Representação da própria autora, Virginia Woolf.	Representação da obra personagem Orlando de Virginia Woolf.
Adaptação do romance paródico, <i>As Horas</i> (1998).	Adaptação da biografia paródica, <i>Orlando</i> (1928).
Representa a morte da escritora.	Representa o nascimento da personagem Orlando enquanto escritora.

Este trabalho pretendeu demonstrar como as escolhas artísticas do roteirista David Hare e do diretor Stephen Daudry não estão descoladas de uma sociedade que continua a ser baseada em relações de gênero desiguais, e como ainda as mulheres e minorias estão predispostas a sofrer com representações enviesadas – e mesmo que produzem violências simbólicas. Dessa forma, refletimos sobre os silenciamentos do cinema aos aspectos da vida e personalidade da escritora que não se encaixavam na figura imaginada para compor a personagem “mulher, louca, suicida”. Podemos concluir que tais silenciamentos funcionam como uma forma de despontecializar a representação da escritora como uma figura histórica importante para a luta das mulheres e das sexualidades não normativas. O que não é o caso do filme *Orlando* (1992) de Sally Potter que, pelo contrário, valoriza as intencionalidades da escritora de trabalhar com o tema da crítica das normas de gênero, borrando uma separação exata entre os gêneros, nos apresentando a personagem que transita e se ressignifica a partir das vivências por ser lida pela sociedade como homem e depois como mulher.

E por fim, ambas películas retratam a relação de suas personagens com a escrita, se em *As Horas* Virginia Woolf vive para escrever sobre a morte, até escreve a sua própria morte, em *Orlando* a personagem vive para escrever sobre sua vida e encontra na literatura um caminho para descobrir a si mesma. Algo que a escritora defendeu em ensaios como *Um Teto Todo Seu*



(1929), em que ela defendeu que as mulheres escrevessem e experimentassem a vida com liberdade!

Referências:

ASSIS, Fabiana Gomes de. **Orlandos: Intercâmbios entre Virginia Woolf e Sally Potter**. Ilha do Desterro v. 70, nº1, p. 187-198, Florianópolis, jan/abr 2017.

CUNNINGHAM, Michael. **As horas**. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

CURTIS, Vanessa. **As Mulheres de Virginia Woolf**. São Paulo: A Girafa Editora, 2005. Tradução Tuca Magalhães.

DESPENTES, Virginie. **Teoria King Kong**. São Paulo: n-1 edições, 2016.

GONÇALVES, Letícia de Souza. A Emêrgencia Do Andrógino Na Literatura: Uma Leitura de Orlando, de Virginia Woolf. Seminário Internacional Fazendo Gênero/ 11 & 13th Women's Worlds Congress (Anais Eletrônicos), Florianópolis, 2017.

LAURETIS, Teresa De. **Através do Espelho: Mulher, Cinema e Linguagem**. Estudos Feministas, Rio de Janeiro, n. 1, 1993, p. 96-122.

_____. A tecnologia do gênero. In: HOLLANDA, Heloisa Buarque, p. 342 DOI: 10.29327/532420.1-22 (Org.). **Tendências e impasses: o feminismo como crítica da cultura**. Rio de Janeiro: Rocco, 1994.

MULVEY, Laura. **Prazer Visual e Cinema Narrativo**. Tradução: João Luiz Viera.

"Visual Pleasure and Narrative Cinema." *Screen*, v. 16, n. 3, p. 6-27, 1975.

ROSENSTONE, Robert A. **A história nos filmes, os filmes na história**. São Paulo: Paz e Terra, 2010. Tradução Marcelo Lino.

ORLANDO [Orlando: Uma mulher imortal]. Direção: Sally Potter. Produção: Reino Unido, Sonic Pictures Classics, 1992.

THE HOURS [As Horas]. Direção: Stephen Daldry. Produção de Scott Rudin Productions. Estados Unidos/Reino Unido: Paramount Pictures Miramax Films, 2002, 1 DVD.

WOOLF, Virginia. **Orlando: Uma Biografia**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2018.

WOOLF, Virginia. **Profissões para mulheres e outros artigos feministas**. Porto Alegre: L&PM, 2012.

WOOLF, Virginia. **Um teto todo seu**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.



Raimundos e as mulheres, ou do velho problema de gênero em meio ao *Rock*

Rubens de Brito Ferreira Teixeira

Doutorando em História - Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG)
rubensbft@ufmg.br

Resumo: O presente artigo foca em compreender como que as mulheres foram representadas pela banda brasileira de *Hardcore* Raimundos em suas canções ao longo dos anos 1990. Em seu repertório de canções, o grupo apresentou uma maneira unilateral de se figurar as mulheres: praticamente com objetificações, sexismo e escárnio. Pode-se dizer que, nesse repertório, as mulheres foram o assunto predominante, sobretudo em situações delicadas. No entanto, para ter-se melhor entendimento dos temas das canções, tornou-se imperioso refletir, brevemente, sobre a história das mulheres na cena *Rock* como um todo, por exemplo, sua imagem, onde apareciam, de que maneira e, não menos importante, quais foram suas reações. Identificou-se que, dentro das cenas *Hardcore* mundial e brasileira, surgiu, na década de 1990, um movimento *Punk* feminista conhecido como *Riot Grrrl*; no Brasil, *Minas do Rock*. Finalmente, observou-se que as relações de poder na cena há décadas privilegiam um público masculino e branco em detrimento de mulheres, e que quando essas têm espaço muitas vezes acabam reproduzindo práticas masculinas e valores heteronormativos tidos como verdades, embora existissem movimentos como o *Riot Grrrl*.

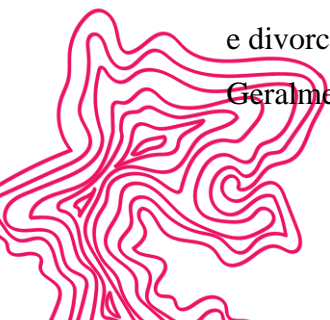
Palavras-chave: Gênero, *Hardcore*, Raimundos.

Introdução

O universo do *Rock* é, certamente, um dos campos musicais mais dinâmicos, complexos e democráticos. Fora sua imensa heterogeneidade, ou talvez por conta desta, tal universo aparece dia sim e dia também em pesquisas acadêmicas. Todavia, os estudos de gênero acerca do *Rock*, e de seus derivados, aparentam estar um tanto quanto tímidos ainda. Decerto, quando muitos textos iniciam-se tendem a evidenciar que: o gênero musical em questão surgiu no sul dos Estados Unidos; fruto do pós-guerra; destacam os interesses comerciais de uma indústria cultural voltada para o mercado infante-juvenil; conflitos étnico-raciais; e que seus grandes nomes foram Johnny Cash (1932-2003), Elvis Presley (1935-1977), Little Richard (1932-2020), Chuck Berry (1926-2017), Jerry Lee Lewis ou Carl Perkins (1932-1988) (FRIEDLANDER, 2015, p. 31-41; MENDES, 2018, p. 5-10; ROCHEDO, 2015, p. 1-12; JANOTTI JUNIOR, 2013, p. 1-3).

Em contrapartida, esses mesmos textos não mencionam o fato de que parte dos fundamentos do *Rock* foram criações de Sister Rosetta Tharpe (1915-1973). Uma mulher negra e divorciada que, por volta dos anos 1930-40, tocava um *Gospel* muito similar ao *Rock n' Roll*.

Geralmente, a cantora não aparece nas pesquisas, porém, algumas revistas especializadas às XI Encontro de Pesquisa em História da UFMG - ISBN: 978-65-01-11103-2



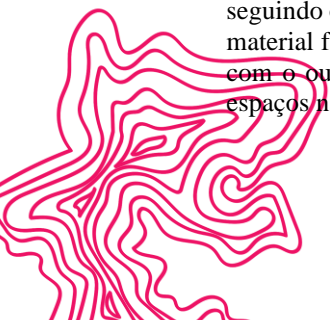
vezes trazem algo a respeito. Como exemplo, a matéria *Sister Rosetta Tharpe, a mulher que inventou o Rock*¹⁵², da rádio *89 FM*, na qual se lê que Tharpe “[...] foi uma cantora revolucionária [...]” que começou a fazer shows em 1938 e que seu maior sucesso era *Strange Things Happening Every Day*, de 1944, “[...] considerada a primeira canção rock da história [...]”. Nos anos 1950, ela se tornou uma das maiores inspirações para os grandes nomes masculinos do *Rock n’ Roll* citados anteriormente e outros, como Bob Dylan e B. B. King (1925-2015) – tanto que recebeu uma música em sua homenagem feita pelo *Led Zeppelin*: a *Sister Rosetta Goes Before Us*. A matéria encerra-se com uma frase bastante chamativa e problemática: “Ou seja, foi uma mulher quem inventou um gênero musical, que mais tarde se transformaria num estilo de vida que pregaria o pacifismo e a liberdade”.

Não há todo esse pacifismo ou liberdade em meio ao *Rock*, bastaria-se observar, por exemplo, as histórias dos movimentos *Skinheads White Power* e neointegralistas (ALMEIDA, 2017; CALDEIRA NETO, 2016) ou as disputas de poder e radicalismos no *underground* do *metal* nacional e em Belo Horizonte, especialmente (TEIXEIRA, 2019). Quanto à liberdade, quais foram os espaços que as mulheres possuíram na cena *Rock*, seja ela mais *mainstream* ou *underground*¹⁵³? Quase nenhum. Se por um lado, quanto mais radical a cena menores foram seus espaços e oportunidades, por outro lado, conforme o aumento do radicalismo, mais explícitas eram as violências contra as mulheres.

O presente artigo tem como objetivo compreender de que modo a banda de *Hardcore* Raimundos representou as mulheres em suas canções, bem como o teor de suas composições em termos de relações de poder. Ao mesmo tempo em que os espaços dados às mulheres foram escassos, observou-se que elas eram temas recorrentes de canções, das românticas até aquelas que fizeram objetificações. Em virtude disso, pretende-se ainda examinar as canções, declarações e reportagens sobre os álbuns dos Raimundos, destacando aquelas canções mais polêmicas em relação aos modos pelos quais as mulheres foram tratadas. Pretende-se ao abordar

¹⁵² Para se ter acesso ao texto na íntegra, visite a página da rádio *89 FM*. Publicação feita em homenagem ao Dia Internacional da Mulher de 2022. Disponível em: <https://www.radiorock.com.br/2022/03/08/sister-rosetta-tharpe-mulher-que-inventou-o-rock/>. Acesso em: 17/06/2022.

¹⁵³ Grosso modo, *mainstream* e *underground* são uma das dicotomias mais marcantes na história do *Rock n’ Roll* e de seus derivados. Pelo primeiro, se entende a música que está sendo feita pelas principais gravadoras do mercado fonográfico, cujo público-alvo é o maior possível, por exemplo, o posto ocupado pelo Sertanejo Universitário no Brasil. Por *underground* costumam-se entender aquelas vertentes do *Rock* que são feitas de modo independente seguindo o *Faça você mesmo*, do movimento *Punk*. Porém, não é somente a questão da produção e distribuição do material fonográfico que está em jogo, no *underground* existem valores, como ser anticapitalista e solidário para com o outro visando o fortalecimento da cena, regras comumente aceitas nesse microcosmo social, a falta de espaços nas urbes, modos de agir, de se organizar e de que são estabelecidos os vínculos entre seus membros.



as mulheres apreender, também, sobre práticas de gênero, heteronormatividade e as peculiaridades de uma cena predominantemente masculinista. Enfim, torna-se possível refletir acerca dos papéis e lugares destinados às mulheres na história do *Rock*.

As mulheres na história do rock: um breve retrospecto

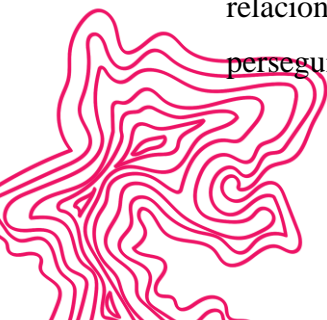
Os estudos sobre mulheres, feminismos e gênero em meio à música popular são relativamente novos em diversas áreas, como o atraso da Musicologia latino-americana a partir da década de 1990 (GONZÁLEZ, 2016, p. 141-158). Como bem destacou Isabel Zumba Senra, ao analisar o banco de dados da Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD), há muito mais pesquisas sobre as representações das mulheres no *Funk* Carioca, Forró Eletrônico, Axé e *Rap*. Não que no *Rock* não houvesse, só que tais gêneros musicais são mais pesquisados (SENRA, 2014, p. 26).

O propósito deste artigo não é esgotar o assunto, e sim trazer algumas ponderações sobre certas cenas *Rock*, especificamente, *Punk* e *Hardcore*. Por cenas musicais entende-se, conforme Janotti Junior, espaços de agenciamentos e autorreferenciações “[...] nos quais sujeitos que articulam cenas e gêneros musicais se reconhecem como participantes de uma comunidade de gostos que funciona como lugar de discussão e afirmações valorativas” (JANOTTI JUNIOR, 2013, p. 1).

Novamente, costumam não creditar Sister Rosetta como a criadora do *Rock*, tendem mais a estabelecer figuras brancas e masculinas, principalmente, como seus expoentes, por exemplo, Elvis Presley, ainda considerado o rei. Algumas personalidades são, entretanto, recorrentes nos estudos, como Joan Jett, renomada ex-integrante da banda *Punk The Runaways*, que se tornou símbolo de um movimento renovador nas cenas *Punk* e *Hardcore* contrário à dominação masculina nos anos 1970-1980 (LEÃO, 1997, p. 103-108). Em entrevista à revista *Rolling Stone Brasil*, em 2012, Jett disse

Sempre foi domínio masculino, um mundo de homens. E de repente as garotas estavam com uma guitarra. Foi uma reação natural dos homens: ‘Não, você não pode tocar’. Para mim, de forma lógica, não fazia sentido. Não era que elas não podiam dominar o instrumento, elas não tinham permissão socialmente falando, justamente porque o *rock* é sexual (JETT *Apud* DE PAULA, 2015, p. 6-7).

De fato, parte das contribuições socioculturais e políticas do *Rock* foram rupturas comportamentais e sexuais ao longo das décadas de 1960-70. Quebras de tabus, relacionamentos inter-raciais e sensualidade, eram motivos pelos quais sofreu todo tipo de perseguição pelas alas conservadores durante o macarthismo. A explicitação do sexo se fazia



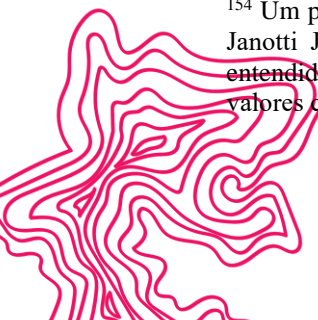
desde as músicas mais românticas até as mais sensuais e dançantes, onde muitas das vezes objetivo era o sexo fácil, que beneficiou muito mais os homens. O *Rock* feito por mulheres era minimizado até pelas revistas especializadas, cuja editoração normalmente era feita por homens. Menores ainda eram as possibilidades homoafetivas (FRIEDLANDER, 2015, p. 31-35; 157-160; 398-405; BLANNING, 2011, p. 327-341).

Os gêneros musicais derivados do *Rock* mais agressivos e radicais do *underground*, como o *Punk*, o *Hardcore* e o *Heavy Metal*, receberam fortes influências do ritmo de trabalho em fábricas, as quais foram transformadas em valores exigidos e reforçados. As características mais marcantes eram referentes à masculinidade, como: força, disciplina, virilidade, agressividade e peso. (LOPES, 2006, p. 75-85; 92-93). Disse Janotti Junior que, “Ser mulher no universo do metal é fazer emergir o feminino, mas um feminino que se corporifica em meio à distorção e à autenticidade que a intensidade sonora do heavy metal evoca” (JANOTTI JUNIOR, 2013, p. 4). Contudo, a exigência de uma masculinidade como valor requereu das mulheres atitudes também masculinistas como uma comprovação de seu pertencimento em meio ao *Rock*. “A presença das mulheres nas bandas de heavy metal por si só gera ficções e curtos-circuitos [...] essas articulações se apresentam de forma contraditórias e complexas, podendo incorporar valores sexistas bem como tencionar esses mesmos valores de modo performativo¹⁵⁴” (JANOTTI JUNIOR, 2013, p. 12).

As liberdades das mulheres foram podadas por décadas, como: não tocarem; desprestígio quando interpretas e compositoras; e quando organizadoras de um evento. Eram estabelecidas como adereço dos membros masculinos, objetificadas e desacreditadas.. Às vezes quando tinham seus momentos de resistências provocavam os “curtos-circuitos”, conforme o jogo do poder. Pensar a *performance* permite questionar a teatralização da arte, a corporificação desses valores masculinos heteronormativos e as materializações dos mesmos por meio das práticas tidas como a essência do ou da simpatizante do *Rock*.

Em Judith Butler, o conceito de performatividade pode ser operacionalizado para além do que Janotti Junior tratou, pois permite questionar quem seriam essas mulheres do meio do *Rock*. Compreende-se que o gênero não é algo biologicamente dado, e sim uma construção humana dotada de questões políticas, sociais, culturais e de poder. Como uma categoria vazia,

¹⁵⁴ Um pouco próximo ao que Judith Butler definiu como performatividade, a noção de performance trazida por Janotti Junior pode gerar algumas problematizações. Segundo o pesquisador, “O termo performance (...) é entendido neste trabalho de maneira ampla, como um modo de enformar materialmente experiências sensíveis e valores culturais presentes no processo de “corporificação” da música” (JANOTTI, 2013, p. 3).

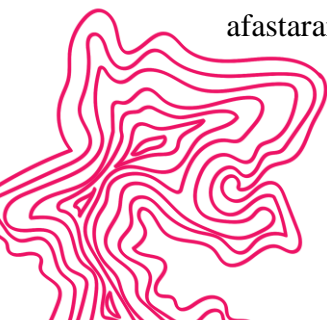


o gênero forma-se em conformidade com as práticas performáticas do indivíduo que age com relativa liberdade para se criar ao mesmo tempo em que é criado pelo Outro, sobretudo pelas instituições de saber-poder. Um ato interrupto e dinâmico de se fazer inteligível e estilístico (BUTLER, 2003, p. 23-28; 47-59).

Portanto, concluem-se, a partir das premissas de performance e de performatividade, alguns pontos complementares: no âmbito do *Rock*, a feminilidade era vista como uma fraqueza, assim, até mesmo as mulheres deveriam valorizar atributos masculinos; os valores masculinistas eram estabelecidos como qualificadores presentes nos verdadeiros membros das cenas, e que divergem do mundo fora do *Rock* que, pelo contrário, espera das mulheres maior de feminilidade; por mais que as mulheres quisessem atacar o patriarcado e outros elementos machistas ou sexistas, elas mesmas acabavam reproduzindo esses valores, promovendo sua manutenção, como o binarismo.

Escrutinando as inúmeras contradições do mundo do *Rock*, surgiu em Olympia, Estados Unidos, na década de 1990, o movimento *Punk* feminista chamado *Riot Grrrl*, com o pioneirismo do *Bikini Kill*, liderado por Kathleen Hanna, escritora do *Riot Grrrl Manifest*. No Brasil, tal movimento ficou conhecido como *Minas do Rock*, tendo na banda Dominatrix (formada em 1995) sua pedra fundadora. Como uma resposta ao sexismo, tal movimento paradoxal de caráter internacionalista propôs uma rede interligando mulheres fãs de *Rock* através de contatos e *fanzines*, focando mais no *underground*, até porque acreditavam que o neoliberalismo piorava os dilemas de gênero, raça e classe. Entre suas lutas estavam: a ocupação de espaços, ataques ao patriarcado, o empoderamento feminino e a sororidade (DE PAULA, 2015, p. 7; ZEFERINO; FREITAS, 2021).

Apesar de as todas suas premissas libertárias, igualitárias e antiviolença, o *Punk* não era inclusivo com as mulheres. Até a década de 1990, poucas eram as mulheres nas platéias de shows *punks*, muito menores eram os números daquelas que subiam aos palcos. *A priori*, pode-se dizer que a necessidade de se fazer presentes, de ocupar e de serem representadas moviam essas mulheres musical e politicamente. Em suas composições, as simpatizantes do *Riot Grrrl* trouxeram como temáticas a sexualidade, relacionamentos abusivos, quebra das expectativas sobre uma mulher, “[...] sempre com vigor, força e agressividade” (AVELINO, 2016, p. 32-35). Segundo a pesquisadora Rúvila Avelino, “As mulheres que iniciaram o movimento se afastaram um pouco dele, devido principalmente a grande atenção que a mídia deu ao



movimento, distorcendo-o e vendendo-o como uma moda ou tendência, o que era desmotivador e contra os seus valores” (AVELINO, 2016, p. 42).

No Brasil, o *Minas do Rock* deixava claro o seu desejo de “[...] não se limitar por ser mulher [...]” e de “[...] fazer o que quiser [...]”, isso porque a base *Punk* do “Faça você mesmo” estava na ordem do dia. Com um público normalmente entre 14 e 20 anos, tanto as *Riot Grrrl* quanto as *Minas do Rock* pouco tinham espaços para shows, convites ou incentivos, fato que colaboraram para que permanecessem no *underground*. O feminismo empregado aqui, de fato, afirmava uma fraternidade feminina contra o machismo da cena, até por meio das relações homoafetivas, já que estas não tinham espaços em cenas tradicionais. No entanto, ele possuiu um grande dilema por ser predominantemente composto por mulheres brancas, havendo pouco espaço para mulheres negras e poucas ações para incluir esse público. Um feminismo de ação direta, político e culturalmente diferente das tendências acadêmicas, segundo Regina Facchini (AVELINO, 2015, p. 44-47; FACCHINI, 2011, p. 119-131).

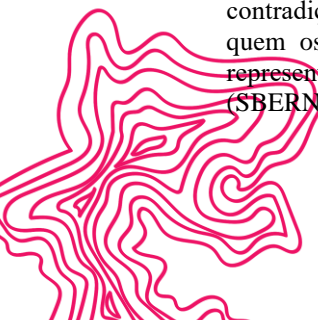
Mulher em frases

Formada em Brasília-DF ao final dos anos de 1980, a banda de *Hardcore* dos Raimundos logo se transformou em um dos principais grupos do *Rock* nacional, figurando em capas de revistas, programas de auditórios e em alguns dos principais eventos pelo país. Formada originalmente como um *cover* dos *Ramones* por Rodolfo, Digão, Canisso e Fred, os Raimundos lançaram cinco discos que, em sua maioria, foram sucessos de vendas. O grupo recorria ao hibridismo cultural¹⁵⁵ ao misturar *Hardcore* ao *Baião*. Com a saída de Rodolfo Abrantes, em 2001, a banda decaiu, e viu-se listada em diversas matérias atestando o grande problema que a banda possuía ao tratar as mulheres em suas canções¹⁵⁶ e álbuns¹⁵⁷.

¹⁵⁵ As hibridações são “[...] processos socioculturais nos quais estruturas ou práticas discretas, que existiam de forma separada, se combinam para gerar novas estruturas, objetos e práticas” (GARCÍA-CANCLINI, 2015, p. XIX; XXII).

¹⁵⁶ No *blog LetrasMus*, publicou-se uma matéria elencando 15 músicas polêmicas, dentre as quais está *Me lambe*. Disponível em: <https://www.letras.mus.br/blog/musicas-polemicas/>. Do mesmo modo, o *Jornal Opção* fez a sua listagem e também citou os Raimundos pela mesma música. Disponível em: <https://www.jornalopcao.com.br/opcao-cultural/lista-de-10-musicas-lancadas-nos-80-e-90-que-seriam-proibidoes-em-tempos-politicamente-corretos-215630/>. A revista *Rolling Stones*, além de reiterar o problema de *Me lambe*, citou a canção *Esporrei na manivela*. Disponível em: <https://rollingstone.uol.com.br/noticia/politicamente-incorreto-14-musicas-antigas-que-nunca-seriam-lancadas-hoje/>. Acesso em: 08/07/2022.

¹⁵⁷ Os álbuns são “[...] construções que respondem por sua coesão, trazem consigo significados, elementos e contradições [...]” que vão de acordo com a época, os pressupostos socioculturais, o contexto e os interesses de quem os produziu. Neles estão presentes “[...] motivações e justificativas, escolhas e rejeições [...]”, têm representados “[...] sentimentos e modos de fazer coletivos, contemplados em trocas e influências recíprocas [...]” (SBERNI JUNIOR, 2007, p. 40).



Nesse sentido, os três álbuns selecionados, *Raimundos* (1994), *Lavô tá novo* (1995), *Só no forévis* (1999), e o disco *Ao vivo MTV* (2000), em todos eles, as mulheres aparecem representadas como objetos sexuais em situações desconcertantes, misóginas e, em alguns casos, houve canções com tendências a fazer algo próximo à apologia à violência sexual. Como parte do seu sentido, os álbuns quando pensados tendem a trazer em seu material de promoção, encartes e outros, imagens, menções ou indícios que revelam seu conceito, como são os casos dos álbuns *Lavô tá novo* e *Só no forévis* que, tanto nos títulos quanto nos encartes, trouxeram mensagens claramente sexualizadas, objetificando as mulheres.

Do álbum homônimo citam-se as canções *Puteiro em João Pessoa* e *Selim*. Na primeira, o eu lírico é mostrado como um adolescente que, embriagado e convencido pelos primos mais velhos, teve sua primeira relação sexual em casa de acompanhantes. Seguem-se os trechos:

Quando eu cheguei no recinto, o forró já tava bravo// Bando de nego suado dançando com as **rapariga**// E o forró comia solto, tinha um velho dos óio torto// De tanto beber cachaça e disse// "Essa menina ela só vai te deixando arretado"// Meu primo me olhou de lado e disse coitado// Era uma **quenga fedorenta, daquelas das mais nojenta**// Mas se você não aguenta você leva para o quarto// Ela pegou no meu pau, pôs a boca e depois ficou de quatro [Grifos nossos].

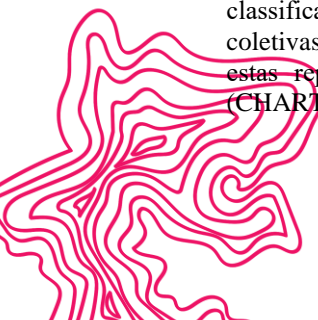
Em depoimento para um programa da *MTV Brasil*, vários dos integrantes da banda disseram que se sentiam desconfortáveis por tocar *Selim*, só que o público gostava e a gravadora resolveu inseri-la no álbum de estréia da banda¹⁵⁸. Segue o trecho:

Eu queria ser o banquinho da bicicleta// Pra ficar bem no meio das pernas// **E sentir o seu ânus suar**// Eu queria ser a calcinha daquela menina// **Pra ficar bem perto da vagina**// E às vezes até me molhar// Mas eu não sei o que se passa nesta cabecinha// É claro que é a da minha// Você não pode duvidar// Oh não, fica quieto// Não me deixe envergonhado// **Pois se eu ficar excitado a minha calça vai estourar** [Grifos nossos].

Os álbuns enquanto obras têm por finalidade representar¹⁵⁹ algo. As representações de modo algum são neutras, sempre carregam consigo conotações políticas, jogos de poder e um fazer-criar conforme os interesses de quem os operam. Nesse sentido, ao retratar em tais perspectivas as mulheres, a banda mais deseja mostra-se como viris do que rebaixar as mulheres, mas parece que entenderam isso para alcançar seus objetivos.

¹⁵⁸ Um trecho do programa está publicado no Youtube. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=kFYIMoZ19S4&list=WL&index=10>. Acesso em: 08/07/2022.

¹⁵⁹ Por representações entende-se, segundo Roger Chartier, “[...] os esquemas geradores dos sistemas de classificação e de percepção como verdadeiras “instituições sociais”, incorporando sob a forma de representações coletivas as divisões da organização social [...]”. Não somente isso, “[...] mas também considerar, corolariamente, estas representações coletivas como as matrizes de práticas construtoras do próprio mundo social [...]” (CHARTIER, 1991, p. 183).



Ao estudar o “novo homem” que a Revista *Playboy* queria criar no Brasil entre 1980 e 1990, o historiador Douglas Josiel Voks (VOKS, 2021) disse que a virilidade sempre se destacou como um elemento atrelado à masculinidade. Esse “novo homem”, intimidado pelas conquistas feministas, não queria mais ser aquela figura dos machões, e sim cultos, sensíveis e esclarecidos, mas o fim continuaria o mesmo: ser o dominante. A virilidade “[...] é um organizador social e cultural, estando, portanto, além dos sujeitos” (p. 4). O desejo do poder dos Raimundos não pode ser dissociado do objeto de desejo a ser conquistado: a mulher.

As lutas feministas somente mostraram o quão frágil era essa masculinidade a ponto de precisar ser repaginada. Esse “novo homem” mais elaborado, talvez, não seria o caso dos Raimundos, uma vez que nas canções, performances nos palcos e videoclipes permitem pensá-los mais como os machões viris que fazem culto à violência. “A virilidade se fundou como natureza no corpo, baseada numa imagem de força, agressividade e potência sexual, acompanhada sempre de uma face oculta de temor da vulnerabilidade e do enfraquecimento sexual” (VOKS, 2021, p. 10).

O privilégio masculino estaria na virilidade, mas também seria um fardo ser o “caçador”, pois acarretaria no medo de frustração. Seria ele capaz de largar essa carga para ser um “novo homem” sem os privilégios? Talvez não. A pessoa não nasceria viril, se tornaria. Ela é testada a todo instante para que a pessoa tenha o seu reconhecimento. Nesse ínterim, duas canções são exemplares: *Me lambe* e *Esporrei na manivela*. Eis um trecho da primeira:

O quê, o quê, que essa **criança tá fazendo aí toda mocinha?**// [...] Me fala a verdade, quantos anos você tem?// **Eu acho que com a sua idade// Já dá pra brincar de fazer neném**// [...] Sinto, amigo, lhe dizer, mas ela é de menor// Isso é crime// **Seu guarda, se não fosse eu podia ser pior imagine**// [...] Como a vista é linda da roda gigante é tão grande// Acho que ela viajou que eu era um picolé me lambe// **No parque de diversões foi que ela virou mulher das forte// Menina pega a boneca e bota ela de pé** [Grifos nossos].

Hoje falecido, Canisso à época retratou bem o problema da canção, porém ele minimizou as demais complicações. Não é incomum a associação com certa apologia à pedofilia, mas não é possível dizer que seja esse um caso concreto de incentivo. O assunto foi comentado depois de falas do antigo vocalista ao dizer que se arrependeria de ter cantado essas



músicas¹⁶⁰, Rodolfo que hoje é evangélico. Segundo Canisso, em mensagens no *Twitter* e reproduzidas pelo *website Observatório dos Famosos*¹⁶¹, em 11/06/2020,

Algumas [canções] são besteiras inofensivas, todo mundo sabe e “perdoa”. **O caso de “Me lambe” é diferente, apesar de ser zoeira, ela toca num ponto bastante complicado, pessoas se ofender, não traz nada de bom...** O Mundo mudou, EU mudei também. **Foda-se essa música** (...) [*Sic*, Grifos nosso].

Os Raimundos pesavam a mão, talvez, e muito talvez, os contextos de redemocratização e consolidação da Nova República tenham favorecido conteúdos midiáticos apelativos com a desculpa após anos de censura na Ditadura Militar (1964-1985). Em *Esporrei na manivela*, o eu - lírico é um homem que, aproveitado a movimentação e a superlotação do trem, vê a oportunidade para assediar mulheres. Eis o trecho:

Entre no trem, esporrei na manivela// (...) **O coletivo é muito bom para sarrar**// Pois o povo aglomerado sempre tende a se esfregar// **Com as nega vêia** é perna aqui perna acolá// **E se a xereca é mal lavada faz a ricota suar**// Se é nos calombos ou nas freiadas// Se é nas curvas ou nas estradas// **São situações propícias para o ato de sarrar**// **No coletivo o que manda é a lei do pau** [Grifos nossos].

Se por um lado, na década de 1990, possivelmente poderia se dizer que, como jovens, os membros do grupo estariam cometendo alguns deslizes por conta da idade, por outro, os temas sexistas continuaram na virada para o século XXI. Em *Mulher de fases*, a menos grave, todavia, carregada de estereótipos, tais quais: a mulher histérica; com o gênio instável que muda conforme as fases da lua; e o quanto são complicadas. Então, recorrendo a Foucault (FOUCAULT, 2006, p. 81-108), as representações feitas pela banda são carregadas de discursos heteronormativos e masculinistas que, dentre outras coisas, visam o domínio sobre as mulheres, visto que tais corpos sexualizados sempre foram cooptados graças aos dispositivos de sexualidade. A sexualidade não é rebelde por si nem um dado natural, mas um dispositivo de saber-poder histórico que visa o domínio dos corpos sexualizados, cuja métrica é a heteronormatividade (ainda que frágil e precise de reafirmações).

Conclusão

Ao longo deste artigo, buscaram-se compreender as representações feitas pela banda de *Hardcore* brasileira Raimundos a partir de seus álbuns lançados na década de 1990. Para isso,

¹⁶⁰ Não sendo novidade esses debates e bate-bocas entre Rodolfo Abrantes e os demais membros dos Raimundos, sempre aparecem algumas coisas relacionadas ao histórico da banda. Vide as matérias em: <https://www.cifraclub.com.br/blog/rodolfo-divulga-comunicado-sobre-polemica-com-raimundos-digao-rebate/>; <https://www.uai.com.br/app/noticia/musica/2014/06/11/noticias-musica,156163/rodolfo-se-diz-100-arrependida-pelas-letras-do-raimundos-e-e-crit.shtml>. Acesso em: 80/07/2022.

¹⁶¹ A matéria na íntegra está disponível em: <https://observatoriodosfamosos.uol.com.br/musica/membro-do-raimundos-critica-classico-da-banda-que-traz-problematica-sexual>. Acesso em: 08/07/2022.

recorreram-se às matérias de *website*, entrevistas e declarações de membros e ex-membros do grupo a respeito de suas composições um tanto quanto polêmicas para a época e para hoje ainda mais. Observou-se que, a cena do *Punk/Hardcore* possui uma grande contradição sobre a liberdade e a sexualidade, uma vez que ambas são incompatíveis, visto que mulheres, homoafetivos e negros não tem os mesmos espaços que homens héteros e brancos.

Ao fim e ao cabo, portanto, dentro da lógica midiática que vigorou nos anos 1990, os Raimundos usufruíram do privilégio masculino em uma sociedade heteronormativa. Logo, os seus álbuns e canções não somente explicitaram a lógica de dominação do poder sobre as mulheres, bem como o fardo de se validar dia após dia a virilidade masculina.

Referências

Fontes

Puteiro em João Pessoa. *In*: RAIMUNDOS. **Raimundos**. São Paulo: Banguela Records, 1994, Faixa 1, 3'08" (MP3).

Selim. *In*: RAIMUNDOS. **Raimundos**. São Paulo: Banguela Records, 1994, Faixa 14, 4'11" (MP3).

Tora Tora. *In*: RAIMUNDOS. **Lavô tá novo**. São Paulo: Wea, 1995, Faixa 1, 4'15" (MP3).

Esporrei na manivela. *In*: RAIMUNDOS. **Lavô tá novo**. São Paulo: Wea, 1995, Faixa 7, 4'08" (MP3).

Mulher de fases. *In*: RAIMUNDOS. **Só no forévis**. São Paulo: Wea, 1999, Faixa 5, 3'32" (MP3).

Me Lambe. *In*: RAIMUNDOS. **Só no forévis**. São Paulo: Wea, 1999, Faixa 9, 3'32" (MP3).

Reggae do Maneiro. *In*: RAIMUNDOS. **Ao vivo MTV**. São Paulo: Warner, 2000, Faixa 19, 5'57" (MP3).

Bibliografia Geral

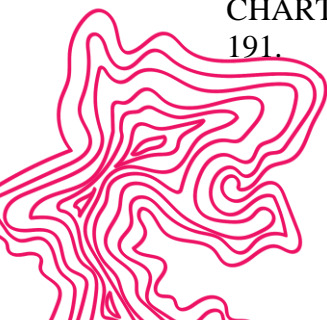
ALMEIDA, Alexandre. **Música skinhead whitepower brasileira**: guia de referência. 471f. il. São Paulo, 2017. [Tese de Doutorado] Programa de Pós-Graduação em História – USP, 2017.

AVELINO, Rúvila. **Palavras e guitarra**: uma introdução ao movimento punk feminista em São Paulo. 136f. il. São Paulo, 2016 [Trabalho de Conclusão de Curso em Comunicação Social] Departamento de Jornalismo e Editoração – USP.

BLANNING, Tim. **O triunfo da música**: a ascensão dos compositores, das músicas e de sua arte. Trad. Ivo Korytowski. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

BUTLER, Judith. Sujeitos do sexo/gênero/desejo. *In*: **Problemas de gênero**. Feminismo e subversão da identidade. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, p. 17-60. CALDEIRA NETO, Odilon Caldeira. Frente Nacionalista, neofascista e “novas direitas” no Brasil. *Faces de Clio*, v.2, n.4, 2016, pp. 20-36.

CHARTIER, Roger. O mundo como representação. **Estudos Avançados**. 11(5), 1991, p. 172-191.



DE PAULA, Fabiana. **Mulheres no rock: por que somos tão poucas?**. 15 f. São Paulo, 2015. [Trabalho de Conclusão de Curso, pós-graduação em Mídia, Informação e Cultura] Escola de Comunicação e Artes - USP.

FACCHINI, Regina. “Não faz mal pensar que não se está só”: estilo, produção cultural e feminismo entre as minas do rock em São Paulo. **Cadernos Pagu**, (36), 2011, p. 117-153.

FOUCAULT, Michel. O dispositivo de sexualidade. In: **História da Sexualidade**. I – A vontade de saber. São Paulo: Graal, 2006, p. 73-123.

FRIEDLANDER, Paul. **Rock and roll: uma história social**. Trad. A. Costa. Rio de Janeiro: Record, 2015.

GARCÍA-CANCLINI, Néstor. **Culturas híbridas: estratégias para entrar e sair da modernidade**. 7ª reimp. - São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2015.

GONZÁLEZ, Juan Pablo. **Pensando a música a partir da América Latina: problemas e questões**. Trad. Isabel Nogueira. São Paulo: Letra e Voz, 2016.

JANOTTI JUNIOR, Jeder. Rock with the devil: notas sobre gêneros e cenas musicais a partir da performatização do feminino no heavy metal. **Intercom – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação**. XXXVI – Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação. Manaus, 2013.

LEÃO, Tom. **Heavy metal: guitarras em fúria**. São Paulo: Editora 34, 1997.

LOPES, Pedro A. L. **Heavy metal no Rio de Janeiro e dessacralização de símbolos religiosos: a música do demônio na cidade de São Sebastião das Terras de Vera Cruz**. Rio de Janeiro, 2006, 203f. [Tese de Doutorado] Programa de Pós-graduação em Antropologia Social – UFRJ.

MENDES, Giovanna Cristina Fernandes. **Mulheres que curtem rock: a presença feminina no movimento underground na cidade de Parintins (2007-2012)**. 19f. Il. Parintins, 2018. [Trabalho de Conclusão de Curso]. Centro de Estudos Superiores de Parintins – UEA.

ROCHEDO, Aline. “*As meninas e a jukebox*”: um panorama da história das mulheres no rock nacional e internacional. **XI – Encontro Regional Sudeste de História Oral**. Niterói, 2015.

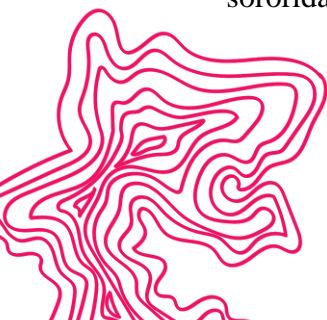
SBERNI JUNIOR, Cléber. **O álbum na indústria fonográfica: contracultura e o Clube da Esquina em 1972**. Franca, 2007, 98f. [Dissertação de Mestrado] Programa de Pós-Graduação em História – UNESP, 2007.

SENRA, Isabela Zumba Mascarenhas. **Canções Vadias: mulheres, identidades e música brasileira de grande circulação no rádio**. 161f., Recife, 2014 [Dissertação de Mestrado] Programa de Pós-graduação em Comunicação – UFPE.

TEIXEIRA, Rubens de B. F. **Underground do metal Belo-horizontino: Sepultura entre representações e jogos de poder (1991-1996)**. 142 f. Il., Montes Claros, 2019. (Dissertação de mestrado) Programa de Pós-graduação em História/PPGH - UNIMONTES.

VOKS, Douglas Josiel. Virilidade e os discursos masculinistas em um “novo homem” para a sociedade brasileira. **Sexualidad, Salud y Sociedad**, n. 37, 2021.

ZEFERINO, Maria Clara de Moraes; FREITAS, Sylvia Mara Pires de. **Mulheres na música e sororidade, a biografia de uma banda feminina de rock**. **30º EAIC, 10º EAIC Jr**, 2021.



Histórias dissidentes: narrativas interdisciplinares, cosmopolíticas das naturezas, estudos de gênero e Educação

Queiton Carmo dos Santos

Doutorando em História – UFMG

Debora Viveiros

Doutoranda em Educação – UFMG

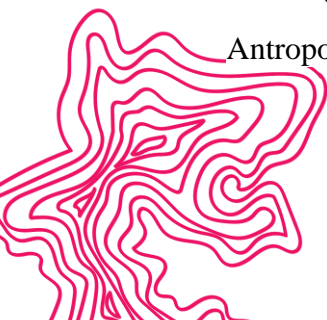
Melissa Lujambio Alves

Mestranda em História – UFMG

Esta proposta busca suscitar discussões críticas sobre os lugares estabelecidos das produções historiográficas pautadas em lógicas coloniais, antropocêntricas e hegemônicas, abordando dissidências nas formas, conteúdos e temáticas das pesquisas. Nos últimos anos, foram observados movimentos dedicados a analisar as formações superiores em história e as práticas de conhecimento decorrentes das atuações de historiadoras(es). Pesquisadoras(es) têm experimentado estratégias dissidentes, seja na diversidade temática, nos usos de metodologias pouco ortodoxas ou mesmo nas formas e conteúdos da escrita. Esse interesse evidencia limites e possibilidades que extrapolam os escopos convencionais, desestabilizando as noções de objetividade, neutralidade e imparcialidade, fomentando discussões sobre o papel de historiadoras(es) para além das expectativas hegemônicas enquanto pesquisadoras(es) e produtoras(es) de conhecimento.

Múltiplos caminhos têm sido traçados na tentativa de evidenciar histórias silenciadas e invisibilizadas ou de produzir novas narrativas que reposicionam acontecimentos, eventos e atores nas tramas das temporalidades passadas, presentes e futuras. As histórias e conhecimentos indígenas, histórias das relações de gênero, história ambiental e estudos animais, associações humanas e não humanas, são temáticas de interesse que estão cada vez mais sofisticando os debates acerca das múltiplas formas de entender o que é a história como disciplina. Inserida neste debate, a história tanto pode utilizar quanto ser utilizada, atravessada por demandas, tensões, conflitos e afetos, possibilitando relacionar as diversas práticas de conhecimentos como epistemologias situadas e interdisciplinares.

Como uma possibilidade narrativa em disputa, por exemplo, emerge o conceito de Antropoceno, produtor de questionamentos acerca da divisão natureza *versus* sociedade,



incitando um aprofundamento no debate sobre essas antinomias modernas. Embora o conceito esteja em disputa e seja amplamente debatido na atualidade, pode-se dizer que, no Antropoceno, o tempo da Terra e o tempo dos seres humanos se articulam de modo a promover a compreensão de que ambas fazem parte de uma leitura conjunta do mundo. Noções como a de cosmopolítica, bem viver, coabitação e múltiplas epistemologias têm acompanhado esse debate do e no Antropoceno como possibilidades de pensar outros “fins de mundo”.

Portanto, visamos que a proposta acolha trabalhos preocupados com práticas de conhecimento, modos de pensar éticos, políticos, anti-coloniais e anticapitalistas dentro de periodizações históricas do passado, presente ou, ainda, questionando as noções de temporalidades. Serão bem-vindas propostas que inter cruzam maneiras de inscrever questões de gênero, políticas das fronteiras naturezas-culturas e educação em práticas historiográficas, e/ou que utilizam distintos suportes - escritos, orais, musicais, visuais, performáticos - com o intuito de contribuir para as discussões do simpósio.



O impacto lésbico na construção do feminismo no continente americano

Luíza Moreira Miranda

Estudante de Graduação em História - UFOP
luiza.miranda@aluno.ufop.edu.br

Resumo: Há séculos as pessoas sonham com uma sociedade mais igualitária. Sob a influência de diferentes religiões, culturas e governos, este sonho esteve mais ou menos distante de se tornar real. Nas Américas (e, ao nomeá-las assim, estou fazendo uma escolha histórico-temporal de tratar somente dos últimos 530 anos do continente), o sonho de igualdade sempre esteve distante, mas nunca foi abandonado. No Haiti, em Cuba e na Argentina, homens e mulheres gritaram e lutaram por seus próprios “nunca mais”. Algumas memórias foram propositalmente esquecidas, bloqueadas, apagadas ou enterradas. Desenterro uma: a memória do movimento lésbico-feminista dos anos 1960 a 1990 e os ecos que ouvimos ainda hoje.

Palavras-chave: Feminismo; movimento lésbico; continente americano; feminismo lésbico.

O que é classe?

O conceito de classe vai muito além da relação com os meios de produção definida por Marx. **Classe envolve o seu comportamento, suas principais convicções sobre a vida.** Suas experiências (determinadas pela sua classe) validam essas convicções, o modo como lhe ensinaram a se comportar, o que você espera de si e dos outros, o seu modo de entender e resolver problemas, seu modo de pensar, sentir e agir. São esses padrões de comportamento que as mulheres da classe média se recusam a reconhecer, mesmo que estejam inteiramente dispostas a aceitar o conceito de classe nos termos marxistas; é uma espécie de truque que as desincumbe da tarefa de enfrentar as implicações práticas do comportamento de classe, inclusive em suas próprias vidas. **São esses padrões comportamentais que precisam ser reconhecidos, compreendidos e modificados.** (BROWN, 1974, p.30) [Grifo meu.]

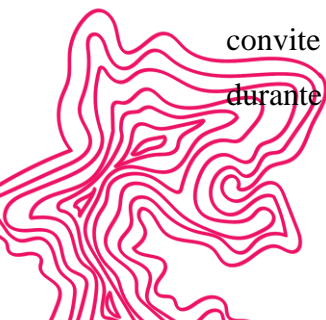
Início este ensaio com a citação de Rita Mae Brown presente no livro *Teoria Feminista: Da Margem ao Centro* de bell hooks porque não se pode discutir feminismo e mulheres sem antes estabelecer o ser mulher enquanto classe. Em ‘74, Brown criticava mulheres de classe média (em sua maioria brancas) que não se reconheciam enquanto membros de uma classe dominante cujas atitudes reiteram a supremacia branca vigente. Este cenário continua vigente, adicionado ao fato de que mesmo entre marxistas, “mulher” não é mais visto enquanto classe — como são “negro”, “indígena”, “branco”, “trabalhador”, “bilionário” — mas enquanto identidade.

Publicado pela primeira vez em 1981, *Mulheres, Raça e Classe*, de Angela Davis é um convite para conhecer teoricamente o movimento feminino nos Estados Unidos da América durante os séculos XIX e XX, focando especialmente nas mulheres negras. A autora explica ao

XI Encontro de Pesquisa em História da UFMG - ISBN: 978-65-01-11103-2

2023

443

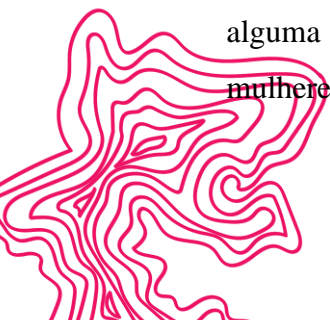


leitor que o movimento das mulheres e o movimento abolicionista estiveram fortemente conexos na primeira metade do século XIX, com mulheres brancas se identificando com o cativo das pessoas negras. Davis ainda explicita que o fardo das mulheres brancas pobres ainda era mais justificavelmente comparável ao de pessoas negras, uma vez que tinham de trabalhar por salários ínfimos e eram submetidas a situações degradantes nos âmbitos social e pessoal; enquanto a comparação das mulheres brancas de classe média ou alta soava esdrúxula e injusta, uma vez que essas mulheres, ainda que não levadas a sério enquanto indivíduos, não eram submetidas a açoites, à venda de seus filhos, a serem tratadas como mercadoria nem à negação de suas culturas, línguas e religiões.

A união entre negros abolicionistas e mulheres brancas sufragistas era co-dependente, porque as mulheres brancas não poderiam movimentar-se legalmente pela abolição se não fossem cidadãs, nem tampouco os e as negras abolicionistas poderiam movimentar-se pelos direitos das mulheres em sua condição coisificada. Mas não demorou muito até que as diferenças de cor passassem a ficar demasiadamente marcadas. Em 1851, Sojourner Truth proclamou em Ohio seu famoso discurso *E eu não sou uma mulher?*

Aqueles homens ali dizem que as mulheres precisam de ajuda para subir em carruagens, e devem ser carregadas para atravessar valas, e que merecem o melhor lugar onde quer que estejam. Ninguém jamais me ajudou a subir em carruagens, ou a saltar sobre poças de lama, e nunca me ofereceram melhor lugar algum! E não sou uma mulher? Olhem para mim? Olhem para meus braços! Eu arei e plantei, e juntei a colheita nos celeiros, e homem algum poderia estar à minha frente E não sou uma mulher? Eu poderia trabalhar tanto e comer tanto quanto qualquer homem — desde que eu tivesse oportunidade para isso — e suportar o açoite também! E não sou uma mulher? Eu pari 3 treze filhos e vi a maioria deles ser vendida para a escravidão, e quando eu clamei com a minha dor de mãe, ninguém a não ser Jesus me ouviu! E não sou uma mulher? (TRUTH, 2014)

A partir do excerto, podemos perceber que a condição de mulheres negras, especialmente a de mulheres negras escravizadas (a abolição da escravidão só se deu em 1863 nos Estados Unidos da América), era muito diferente da de mulheres brancas. Não só elas eram objetificadas, extirpadas de sua condição humana autônoma, mas também de sua condição de mulher - mas Davis deixa claro que apesar disso, ainda sofriam terrores piores do que os homens negros: eram estupradas, forçadas a trabalhar enquanto grávidas, puérperas e lactantes e ainda lhes era exigido o mesmo nível de produção dos homens. Mulheres como Elizabeth Cady Stanton e Susan B. Anthony deixaram claro que a união entre sufragistas e abolicionistas não iria prosperar em paz no momento que demonstraram suas ideologias racistas, afirmando alguma superioridade política da mulher branca sobre o homem negro e se aliando com mulheres racistas no sul. Em diversos momentos, mulheres brancas ainda demonstraram seu



apoio à causa negra, nomeadamente Angelina Grimké, que reafirmou continuamente seu compromisso abolicionista, mas a cisão estava concreta: a partir de então, falamos de feminismos.

Um feminismo que questiona o ser mulher

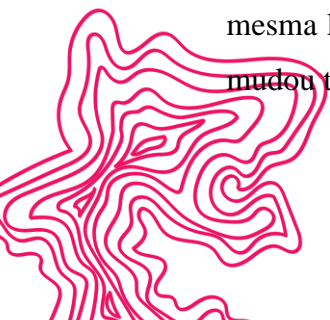
O movimento lésbico-feminista não surgiu neste exato instante, mas trago Tanya Saunders com seu ensaio *Epistemologia negra sapatão como vetor de uma práxis humana libertária* para podermos fazer uma conexão entre a razão da cisão no movimento feminista até o desenvolvimento dos ideais que pretendo destrinchar.

Eu estou particularmente interessada em pensar nas divisões da sociedade, como a sociedade brasileira, em vários grupos que formam umas hierarquias de “seres humanos” e “não-humanos”, como uma forma de pensar em como seria possível uma política de coalisão mais ampla e centrada na emancipação humana, sendo, através dela, o “ser humano” redefinido. (SAUNDERS, 2017, p.103)

A autora brasileira radicada nos Estados Unidos da América demonstra como a heteronormatividade é inerentemente eurocêntrica no contexto da América e o “não-humano” identificado nos negros/africanos — e especialmente nas negras/africanas — é resultado do colonialismo no continente. Saunders traz o exemplo de Saartjie Bartman, a mulher animalizada, exibida como a Vênus Hotentote, cujas genitálias foram exibidas publicamente no museu do Louvre até 1970. Teóricos contemporâneos a Baartman (meados do século XIX) afirmavam que sua genitália, maior em comparação a de mulheres brancas, era um sinal de sua raça inferior, de sua maior libido e que podia, inclusive, resultar em homossexualidade.

É por essa razão que estudiosas argumentam que a heterossexualidade e a heteronormatividade são tanto sistemas racializados de poder quanto são generificados e sexualizados. [...] Finalmente, é importante notar que a imagem da “Vênus Hotentote” perdura no presente como o arquétipo da corporeidade das mulheres negras (seios grandes, nádegas grandes, genitais), da sexualidade das mulheres negras e da perversão encarnada nelas. (SAUNDERS, 2017, p.111)

Percebemos a conexão inequívoca de mulheres negras à homossexualidade e à hipersexualização; movimento que pretende a maledicência das mulheres negras a partir da lesbofobia e do tabu da sexualidade feminina, das lésbicas também levando o tabu da sexualidade feminina e o racismo social, e também evidenciando o horror a qualquer exaltação da sexualidade feminina como vil, inferior e perversa. A autora segue seu raciocínio e conclui dizendo que a heteronormatividade negra é uma impossibilidade além de ser contraproducente para qualquer emancipação política, porque é uma ilusão. Vemos que Tanya Saunders segue a mesma linha de pensamento de Sojourner Truth — e que a situação das mulheres negras não mudou tanto nos 165 anos que separam as duas mulheres.



Porque, meu bem, jamais dormirei novamente com nenhum homem de cor. Homens me ferraram pela absoluta última vez. E posso dizer sem reservas que qualquer mulher dormindo com qualquer homem numa base razoavelmente regular está prostituindo sua mente, seu corpo, e seu espírito, independente do que ela chamar a relação, — seja casamento, morar juntos, ficar sério ou qualquer merda do tipo — a situação ainda é a mesma: ela é a escrava e ele é o rei. (CORNWALL, 1990, p.175)¹⁶²

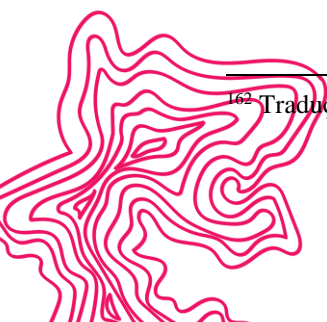
Escolhi a citação de Anita Cornwall, presente no texto de Carol Douglas, para iniciar nossa discussão sobre a teoria lésbico-feminista porque acredito que a crítica da feminilidade, proposta inicialmente por feministas negras é a base fundamental na qual a teoria lésbico-feminista pode se assentar. Como vimos a partir dos exemplos de Sojourner Truth e Saartjie Baartman, as questões impostas às mulheres negras na América foram muito diferentes daquelas impostas às mulheres brancas, o que as fez desafiar diferentes aspectos sociais. Sofrendo com o racismo dos brancos e com o machismo dos pretos e dos brancos, elas trouxeram paradigmas diferentes para o feminismo. É claro que várias mulheres negras tiveram múltiplos pontos de vista, mas argumento que o questionamento da heterossexualidade enquanto uma instituição só foi possível a partir da ótica de que a feminilidade não é inata, conclusão a qual chegamos a partir da observância das diferenças de socialização entre mulheres brancas e pretas; e mesmo entre mulheres brancas pobres e mulheres brancas de classe alta.

Em *Love and politics — Radical feminist and lesbian theories*, de Carol Douglas, encontramos uma coletânea de pensamentos de diversas feministas — inclusive, é claro, da própria autora — bem como o desenvolvimento e entrelaçamento de teorias feministas radicais e lésbicas. No capítulo 9, A Crítica da Heterossexualidade, Douglas nos traz como a ideia da heterossexualidade enquanto uma instituição surgiu, como foi desenvolvida, como foi recebida e como ela afetou a sociedade. Nesse momento, quando a célebre frase “O pessoal é político” definia como o movimento feminista planejava suas ações e seu movimento, a ideia de lésbicas falarem sobre heterossexualidade foi recebida com desdém. Mulheres hétero desprezaram as palavras das lésbicas como retrógradas, restritivas e beirando uma opressão comparável a de homens sobre mulheres; mas muitas dessas mulheres lésbicas já tinham tido vivências heterossexuais, e sua crítica não era às mulheres heterossexuais, mas aos homens, que eram os beneficiários dessa prisão.

O lesbianismo como práxis libertária

Percebi que toda foda é um estupro, mesmo que seja gostoso, porque todo homem tem poder e privilégio sobre toda mulher, quer ele use dele de modo explícito ou sutil.

¹⁶² Tradução minha



Meu marido “liberal” me manteve sob seu jugo não através da violência, mas fazendo com que eu me sentisse culpada. Ele queria que eu fosse uma mulher forte, contanto que minhas principais preocupações fossem sobre seus sentimentos, problemas e “opressão”. (DEEVEY, 1990, p.158)¹⁶³

As palavras de Sharon Deevey, presentes na obra de Douglas, trazem a razão da defesa da heterossexualidade enquanto uma instituição que oprime e restringe mulheres. O ensaio de Adrienne Rich, *Heterossexualidade compulsória e existência lésbica*, também é citado no trabalho de Douglas e pretendo seguir o ponto da necessidade de uma afronta à heterossexualidade enquanto uma forma de emancipação feminina trazendo aspectos discutidos por Rich.

Adrienne Rich argumenta que a heterossexualidade é compulsória e uma forma de controle sobre as mulheres. Muitas vezes suas palavras são mal-interpretadas, levando a crer que a autora dizia que lésbicas passam por momentos que acreditam serem heterossexuais antes de “se encontrarem” porque vivemos em uma sociedade heteronormativa. Este não é o caso. Para Rich, todas as mulheres são submetidas a esta instituição que controla seus corpos, que nega sua sexualidade e que impede sua autonomia.

A negação da realidade e da visibilidade da paixão das mulheres por outras mulheres, da escolha das mulheres por outras como suas aliadas, companheiras de vida e de comunidade, ao se obrigar que tais relações sejam dissimuladas e até desintegradas sob intensa pressão tem representado uma perda incalculável do poder de todas as mulheres *em mudar as relações sociais entre os sexos e de cada uma de nós se libertar*. (RICH, 1980, p.40) [Grifo da autora]

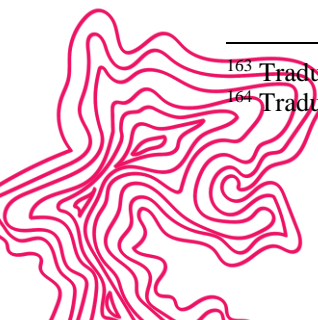
A autora continua e afirma que a heterossexualidade é mantida através de propagandas e ameaças recorrentes e que o único meio de escape é o lesbianismo político: a priorização de mulheres e a organização social em um *continuum lésbico*, pois só mulheres procuram verdadeiramente ver, ouvir e entender mulheres. Em cada continuum, mulheres lésbicas, heterossexuais e bissexuais seriam acolhidas, unidas contra todas as formas de patriarcado.

O tema da diversidade sexual desviou a política que o feminismo lésbicas propôs desde seu início; reduziu as ações às políticas de identidade, da diferença, sem analisar que o que produz essas diferenças e essas identidades são sistemas de opressão, e que estas somente são necessárias como estratégia para alcançar a articulação política e não devem ser objetivos políticos ensimesmados. (CURIEL, 2006, p.6)¹⁶⁴

A América Latina não ficou para trás nas discussões lésbico-feministas e até hoje mulheres como Natacha Orestes, Furiosa e Suane Soares e também coletivas como a Sangra Coletiva e a QG Feminista escrevem e agem sobre o feminismo radical e a teoria lésbico-

¹⁶³ Tradução minha

¹⁶⁴ Tradução minha



feminista. Em seu artigo *El Lesbianismo Feminista en América Latina y El Caribe: una propuesta política transformadora*, Ochy Curiel analisa sucintamente a história destes movimentos nessa região bem como a ascensão do neoliberalismo e de análises individualistas como a de Gayle Rubin foram detrimenais ao movimento das mulheres. Curiel afirma que ainda que não tenhamos um modelo específico que nos oriente as medidas a tomar para alcançar o que queremos, já sabemos o que não queremos, ou seja, uma sociedade identitarista que apenas tolera identidades diversas. Devemos, então, lutar e procurar medidas legais que impactem material e estruturalmente a vida de mulheres. Termino com esta frase de Cheryl Clarke (1981, p.128): “Que uma mulher seja lésbica numa cultura de supremacia masculina, capitalista, misógina, racista, homofóbica e imperialista, como é a da América do Norte, é um ato de resistência.”¹⁶⁵

Referências Bibliográficas:

BROWN, Rita Mae. **The Last Straw**. Em HOOKS, Bell. Teoria feminista. Editora Perspectiva SA, 2020.

CLARKE, Cheryl. **Lesbianism: An Act of Resistance**. Em ANZALDÚA, Gloria; MORAGA, Cherríe. This bridge called my back. New York: Kitchen Table, 1981.

CORNWALL, Anitta. **Open Letter to a Black Sister**. Em DOULAS, Carol Anne. Love and Politics: Radical Feminist and Lesbian Theories. São Francisco: ism press, inc., 1990.

CURIEL, Ochy. **El Lesbianismo Feminista: una propuesta política transformadora**. La haine. Anti-patriarcado. 19 jun. 2007 Disponível em: https://www.lahaine.org/mm_ss_est_esp.php/el_lesbianismo_feminista_una_propuesta_p . Acesso em: 26/06/2023.

DAVIS, Angela. **Mulheres, Raça e Classe**. Rio de Janeiro: Boitempo, 2016.

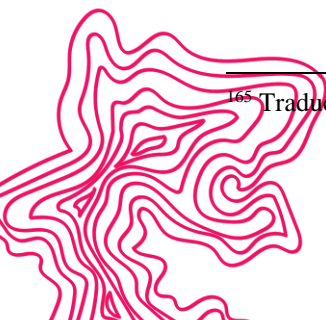
DEEVEY, Sharon. **Such a Nice Girl**. Em DOULAS, Carol Anne. Love and Politics: Radical Feminist and Lesbian Theories. São Francisco: ism press, inc., 1990.

RICH, Adrienne. **Heterossexualidade compulsória e existência lésbica**. Natal: Revista Bagoas v.4, nº5, 2010.

SAUNDERS, Tanya. **Epistemologia negra sapatão como vetor de uma práxis humana libertária**. Salvador: Revista Periódicus v.1, nº7, p.102-116, maio-out. 2017.

TRUTH, Sojourner. **E não sou uma mulher?** Trad. Osmundo Pinho. GELEDÉS 08 jan. 2014. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/e-nao-sou-uma-mulher-sojourner-truth/> Acesso em: 26/06/2023.

¹⁶⁵ Tradução minha



A crise climática e os tempos da história através da técnica

Pedro Leal Gomes

Doutorando no Programa de Pós-graduação em História - Universidade Federal de Ouro Preto
pedro_leal7@hotmail.com

Resumo: A proposta deste trabalho é pensar a relação entre historicidade e a crise climática, especialmente a partir da questão da técnica. No Tecnoceno, como nomeado por Hermínio Martins, as tecnologias de informação digital são responsáveis por uma profunda tecnomorfia produzida na confluência do capitalismo, da tecnociência, da militarização e do extrativismo; nesse sentido, há uma recomposição de certos arranjos modernos como natureza-cultura, tempo-espaço, experts-amadores e cientistas-leigos que tensionam a contemporaneidade. Penso que há uma hegemonia da temporalidade cibernética, que constitui tanto a crise climática como a história; ao desenvolver a relação entre história e crise climática, acredito que será possível evidenciar temporalidades técnicas dissidentes, sobretudo a partir das lutas cosmotécnicas contemporâneas que vem sendo travadas por diversas pessoas e entidades não-humanas.

Palavras-chave: Teoria da história, Técnica, Crise climática.

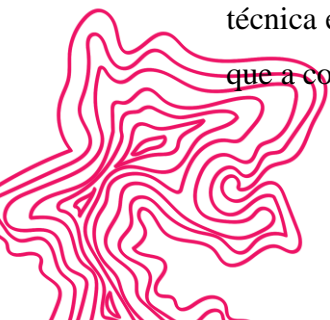
Modo técnico de existência

Os mundos contemporâneos da crise climática e da história estão intimamente relacionados à técnica: eis o problema deste trabalho. Técnica, como desejo pensá-la, não se resume a instrumentabilidade dos objetos técnicos – a não ser que repensemos a ideia de instrumentabilidade -, mas a técnica enquanto forma de existir. Nesse sentido, a técnica não se constitui como um conjunto de instrumentos isolados, mas como uma rede (SIMONDON, 2020).

O mundo da técnica é sempre os mundos da técnica ou o mundo das técnicas, o foco nos plurais é importante pois a narrativa tecnofílica pressupõe um discurso hegemônico de como a tecnologia deve ser, criando assim uma normativa da técnica. Como afirma Henrique Parra (2022), devemos ter como premissa

não apenas o reconhecimento do caráter não abstrato-formal-universal de uma técnica, mas a reivindicação de um fundamento ontológico que articula as técnicas, os saberes e as formas de vida, de maneira que uma técnica específica é indissociável dos modos de ser-conhecer-agir que lhe dão existência (PARRA, 2022, p. 344).

Isto é, não apenas não há uma única técnica – abstrata, formal, universal -, mas toda e qualquer técnica está necessariamente articulada com as formas de ser, de conhecer e de agir no mundo que a compõe.



A aparição do arado é indisociável da forma social que o circundava 5 mil anos atrás, a bomba atômica não pode ser pensada fora de certo arranjo tecnopolítico do século XX, a pandemia de covid-19 faz pouco sentido fora do contexto do Antropoceno, etc. Uma técnica diz de um modo de vida e um modo de vida diz de uma técnica, ou seja, pensar as tecnologias é pensar “para além da materialização artefactual e dos procedimentos técnicos de delegação e mediação, considerando-as também como criadoras de ambientes dentro dos quais formas de vida são produzidas” (PARRA, 2022, p. 341).

Pensar as tecnologias enquanto modos de existência é reconhecer a importância do aviso de Yuk Hui (2020), quando ele afirma que para

reagir às perspectivas de autoextinção global, precisaremos retornar a um discurso cuidadosamente elaborado sobre localidades e a posição que o humano ocupa no cosmos. Para que isso seja possível, precisamos antes de tudo rearticular a questão da tecnologia (HUI, 2020, p. 89).

Pensar a questão da tecnologia é sobretudo reimaginar as racionalidades, os valores e as performances da hegemonia tecnológica atual, criando possibilidades técnicas fora do regime de confluências entre ciência, tecnologia, militarização, capitalismo e colonialismo.

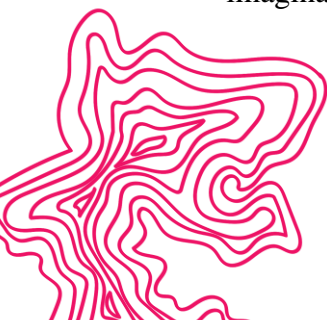
A temporalidade cibernética

O diagrama tecnocientífico contemporâneo é marcado de forma decisiva pela cibernética, uma forma de conhecimento surgida nos anos 40 do século XX. Um de seus fundadores, Norbert Wiener, definiu a cibernética como “o estudo científico do controle e comunicação no animal e na máquina” (WIENER, 2019, p. 18). Nesse sentido, “a cibernética propõe conceber os comportamentos biológicos, físicos e sociais como integralmente programados ou reprogramáveis (TIQQUN, 2015, p. 4).

O contexto de aparição dessa forma de pensar a técnica é a Segunda Guerra Mundial, num período em que era necessário para os militares estadunidenses poder prever e controlar a posição dos aviões inimigos; nesse momento, “a elaboração do “Predictor”, a máquina de previsão atribuída a Wiener, requer portanto um método particular de tratamento das posições do avião e da compreensão das interações do exército com seu alvo” (TIQQUN, 2015, p. 9); nesse sentido, falar em cibernética é falar em predição, controle e informação.

O projeto epistêmico da cibernética, além de uma técnica, é também uma política, pois imagina que

uma sociedade global, um Estado, possam se encontrar regulados de tal forma que estejam protegidos contra todos os acidentes do devir: tais que em si mesmos a



eternidade os muda. É o ideal de uma sociedade estável traduzido por mecanismos sociais objetivamente controláveis (TIQQUN, 2015, p. 7).

Proteger-se contra os acidentes do devir é sobretudo uma questão de temporalidade, tendo em vista que a proteção toma como forma o controle do presente e a predição do futuro através da lógica da informação.

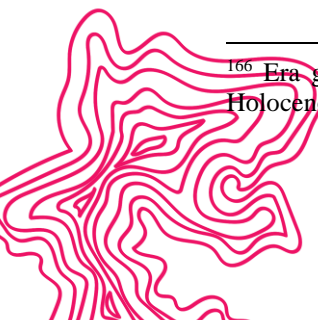
Para a cibernética, a incerteza é um grave problema e todos seus esforços acontecem para dominá-la; se ela busca prever o futuro e administrar o presente para destruir a incerteza, é porque a produção de certeza passa pela representação e a memorização do passado (TIQQUN, 2015). O passado surge como fonte de informação infinita, como fonte de repertório para programação e reprogramação, isto é, quanto mais sabemos mais poderemos evitar os “acidentes do devir”. Assim, a própria possibilidade de imaginação de novos futuros ou outras formas de existir estão em risco, pois na cibernética o futuro se torna a reprodução do presente.

O Antropoceno

A palavra Antropoceno foi usada pela primeira vez na década de 1980, pelo biólogo estadunidense Eugene Stoermer, mas foi somente na década de 2000 com a publicação dos textos de Paul Crutzen – ganhador do prêmio nobel de química – e do próprio Eugene Stoermer, que o termo ganhou lastro científico e certa popularidade acadêmica e internacional. O conceito surge para “nomear os efeitos da ação humana no planeta Terra” (TURIN, 2022, p. 145) de um ponto de vista geológico, afirmando o fim do Holoceno e o surgimento de uma nova época, o Antropoceno. O conceito é composto pela raiz da palavra grega *anthropos*, que significa humano, e o sufixo *ceno*, que significa novo; todas as épocas da Era Cenozóica¹⁶⁶ terminam em *ceno*, é uma forma de salientar que estamos na era geológica mais recente. Nesse sentido, a própria forma que o conceito é construído reforça sua hipótese inicial: uma nova época caracterizada pela emergência da humanidade como agente geológico; esse detalhe é especialmente importante porque veremos que boa parte das críticas feitas ao conceito sugerem novos e infinitos nomes.

Dizer que a humanidade se tornou um agente geológico planetário é afirmar que o “destino da Terra está inextricavelmente conectado ao destino da espécie e vice-versa” (SILVA, 2021, p. 200); o que está em jogo, nesse sentido, é uma conexão radical entre “natureza” e “cultura”, ao ponto de ser razoável imaginar a possibilidade dessa distinção não fazer mais

¹⁶⁶ Era geológica que iniciou há aproximadamente 65,5 milhões de anos e se estende até a atualidade, tanto Holoceno quanto Antropoceno seriam épocas que compoem a Era Cenozóica (DIAS, 1997).



sentido. É o caso de Donna Haraway (2021), que adota a estratégia de usar uma única palavra *naturezacultura* para os momentos que utilizaria “natureza” ou “cultura” em seus textos; esse movimento me interessa, pois dá forma, na palavra, a essa relação simbiótica que não pode mais ser vista como dois polos separados.

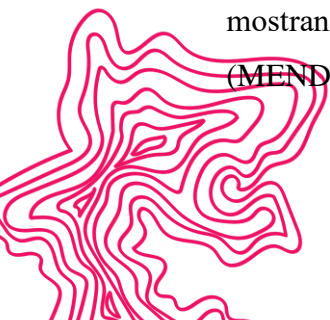
As hipóteses levantadas pelos autores em defesa do conceito Antropoceno giram em torno dos impactos ambientais derivados de ações humanas nos solos, nas atmosferas e nas águas do planeta. Impactos como: 1) o eminente fim dos recursos fósseis gerados por milhões de anos; 2) a extinção de espécies pelo uso abusivo de água pela humanidade; 3) a destruição da camada de ozônio pelo efeito estufa, em consequência do excesso de CO² (dióxido de carbono) e CH₄ (metano); 4) a perda de 50% dos manguezais do mundo; 5) a modificação do ciclo geoquímico em sistemas aquíferos de grande escala; 6) a liberação de SO² (dióxido de enxofre) pela queima abusiva de óleos e carvão; e tantos outros (MENDES, 2023). O foco da arguição dos autores é evidenciar que não há apenas uma alteração no planeta de hoje, mas que estas alterações funcionam numa temporalidade geológica: a pegada humana na terra durará milhares de anos, provavelmente durará muito mais que a própria espécie; daí a nomeação de uma época planetária a partir do humano.

Em seu texto inaugural supracitado, Crutzen e Stoermer sugerem que o marco inaugural seja o final do século XVIII, sobretudo em razão da Revolução Industrial. Segundo eles, nesses últimos dois séculos

os efeitos globais da atividade humana tornaram-se bem notórios. Este é o período em que dados recolhidos nos núcleos de gelo glacial mostram o início de um crescimento nas concentrações atmosféricas de vários gases de “efeito estufa”, em particular CO² e CH₄. Esta data de início coincide também com a invenção da máquina a vapor de James Watt em 1784. Na mesma altura, aglomerados bióticos na maior parte dos lagos começaram a exibir várias mudanças (MENDES, 2023, p. 02).

Após a sugestão de data, assumidamente arbitrária, os autores finalizam o texto esboçando o que seriam estratégias interessantes para uma “sustentabilidade de ecossistemas”. Essa parte do texto é definitivamente a mais interessante, pois os autores se desfazem de suas armaduras conceituais científicas, para esboçar uma política – mesmo que nunca a nomeiem como tal -, uma política ambiental com foco em diminuir os efeitos das ações humanas no planeta.

A não nomeada política ambiental de Crutzen e Stoermer afirma ser necessário “esforços intensivos de pesquisa e aplicação sábia de conhecimento” (MENDES, 2023), mostrando uma confiança declarada na “sociedade do conhecimento ou da informação” (MENDES, 2023). Ao mesmo tempo, os autores ~~e sua política ambiental~~ afirmam que



uma outra excitante, tanto quanto difícil e assustadora tarefa encontra-se no horizonte para a investigação global e para a comunidade de engenheiros, de guiar a humanidade em direção a uma gestão global, sustentável e ambiental (MENDES, 2023, p. 03).

Nessa citação, frase final do texto a que tenho me referido, fica evidente o papel central de engenheiros na *gestão* global, e na sua missão em *guiar* a humanidade. Como sugerido anteriormente, o ato de nomear e definir algo não está separado de uma política, de uma ação mundana; esse exemplo parece deixar evidente que o texto mais científico, mais geológico e mais cheio de boas intenções ambientais pode estar repleto de problemas.

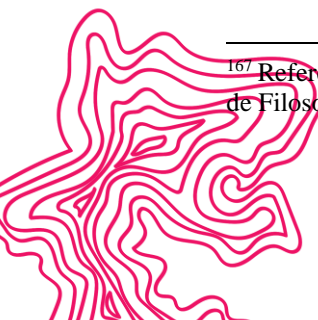
A partir daí temos uma série de sugestões para novos nomes: Capitaloceno (MOORE, 2022), abandonando a ideia generalista de humanidade causadora, para pensar numa certa forma de organização social que tem como seu fundamento a produção de desigualdades, e, nesse caso, desigualdade ambiental, em que poucas são as pessoas que se beneficiam de uma produção infinita que entende a “natureza” como recurso para gerar riqueza, levando ao atual momento climático; nessa visão, é a partir do funcionamento do Capitalismo que temos que entender o atual desastre ambiental. Temos a noção de Plantationoceno (HARAWAY, 2016), que dá ênfase ao projeto colonial, na alteração extrativista das paisagens no Planeta e numa lógica da pilhagem e do massacre – humano e não-humano - como fenômenos centrais para pensar a questão ecológica contemporânea; há também a ideia de Tecnoceno (COSTA, 2021) que aponta para a centralidade das tecnologias de alta complexidade e alto risco na alteração significativa do planeta, colocando em risco uma série de modos de existência.

A maioria dessas propostas não pretende substituir o conceito de Antropoceno por outro, há uma certa compreensão que a nomeação geológica, com todas suas demandas internas à disciplina e institucionais, tem um papel importante nas formas de compreender e agir na crise climática contemporânea. A questão é sobretudo fazer remendos e costuras, adicionar palavras a camadas a uma ideia geral demais; quanto mais nomes, mais escalas, mais histórias, mais nuances, mais desvios. Os mil nomes de Gaia¹⁶⁷ – outro nome possível -, sugerem a incompletude do Antropoceno, sua impossibilidade, justamente porque é um evento-limite (HARAWAY, 2016) político; contemporâneo, em disputa, nas palavras e nos corpos.

O Tecnoceno

Tecnoceno é um termo usado por alguns pesquisadores sociais como Alf Hornborg, Hermínio Martins e Flávia Costa, para descrever o período mais recente na história do Planeta

¹⁶⁷ Referência ao colóquio Os Mil Nomes de Gaia: do Antropoceno à Idade da Terra organizado pelo Departamento de Filosofia da PUC-Rio e o PPGAS do Museu Nacional da UFRJ em 2015, no Rio de Janeiro.



Terra. O conceito não pretende substituir ou concorrer com a ideia de Antropoceno, mas nasce a partir dela com um olhar mais específico para a questão da técnica, com o objetivo de complexificar as análises sociais sobre a nova época planetária.

Pensar a tecnologia como um vetor principal na crise ecológica do século XXI é dar ênfase ao custo ambiental do uso massivo de carvão, do surgimento da máquina à vapor, da digitalização - fenômeno que se inicia no século XX -, do consumo energético dos centros de dados, da extração de minerais e metais raros, de todo consumo e descarte de lixo eletrônico e principalmente das emissões de CO₂ que são consequência da fabricação e transporte de dispositivos eletrônicos. De acordo com Flávia Costa, o Tecnoceno se caracteriza por ser

a época em que, mediante a implementação de tecnologias de alta complexidade e altíssimo risco, deixamos pegadas no mundo que expõem não só as populações de hoje, mas as gerações futuras, de nossa espécie e de outras espécies, nos próximos milênios (COSTA, 2021, p. 9).

Novamente, uma co-relação significativa entre temporalidade e técnica. A forma hegemônica de pensar a técnica, a cibernética, implica em ignorar todo o presente que não seja gestão de passado, e todo futuro que não seja previsível, mesmo que pra isso o planeta e uma multiplicidade de viventes tenha que continuar sofrendo.

O conceito de Tecnoceno mantém a imprecisão da data de início do Antropoceno, há autores, como Alf Hornborg (2015), que sugerem datar o final do Século XVIII, em que o impacto da Revolução Industrial e toda sua tecnologia seria decisivo para a alteração do clima da Terra e do funcionamento de seus ecossistemas. Já Flávia Costa (2021), afirma que o início seria com a Grande Aceleração, um fenômeno do Século XX, caracterizado pelo aumento significativo do consumo energético humano no planeta devido ao surgimento de novas tecnologias, demonstrado pela explosão das emissões de CO₂ em relação aos séculos anteriores, pelo crescente uso de petróleo e pela entrada em cena de novas fontes (como no caso da energia nuclear e do crescimento no uso da hidroeletricidade).

A crise ecológica contemporânea, pensada a partir da técnica, nos mostra as consequências de um modo de produção monotecnológico (HUI, 2020), pautado por processos históricos longos como o capitalismo, a globalização e o colonialismo. Para Hui, filósofo chinês, globalização é apenas um eufemismo para generalização da técnica ocidental, processo violento pelo qual, nesse caso, a China passou após as guerras do ópio no século XIX.

O Tecnoceno, como conceito, nos ajuda a perceber a centralidade da técnica no Antropoceno, seja pensando em momentos históricos mais recentes, como o fenômeno da



digitalização, ou mais longos, como a “abertura” da China ao Ocidente no século XIX. A partir de um entendimento que a questão da técnica é central, surge a força da ideia de cosmotécnicas, isto é,

a unificação do cosmos e da moral por meio das atividades técnicas, sejam elas da criação de produtos ou de obras de arte. Não há apenas uma ou duas técnicas, mas muitas cosmotécnicas. Que tipo de moralidade, qual cosmos e a quem ele pertence e como unificar isso tudo variam de uma cultura para a outra de acordo com dinâmicas diferentes. Estou convencido de que, a fim de confrontar a crise diante da qual nos encontramos – mais precisamente, o Antropoceno, a intrusão de Gaia (Latour e Stengers) ou o “Entropoceno” (Stiegler), todas essas noções apresentadas como o futuro inevitável da humanidade –, precisamos rearticular a questão da tecnologia, de modo a vislumbrar a existência de uma bifurcação de futuros tecnológicos sob a concepção de cosmotécnicas diferentes (HUI, 2020 p. 41).

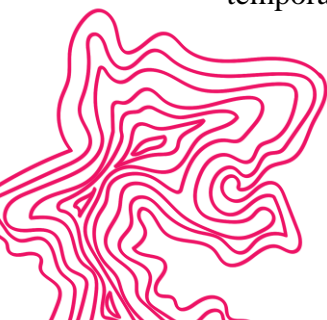
Colocar em jogo a noção de cosmotécnica é pensar não apenas em uma variação do mesmo, ou seja, como se existisse uma única compreensão da técnica e vários exemplos dessa técnica – porque aí manteríamos uma essência da técnica -, mas pensar a própria possibilidade de múltiplas existências e compreensões das técnicas.

Temporalidades técnicas dissidentes

O conceito de cosmotécnica, ao possibilitar a imaginação de outras técnicas e outras formas de existência das tecnologias, nos permite indagar acerca da questão da temporalidade fora do regime temporal da cibernética. Não só não queremos evitar os “acidentes do devir”, mas produzí-los e continuamente criar as condições de suas aparições; nesse sentido, pensar cosmotécnicas é também pensar outras temporalidades.

Tanto as formas temporais da cibernética, quanto as do Antropoceno reproduzem a lógica da temporalidade moderna – ou tempo histórico -, em que passado, presente e futuro, além de universais, sempre aparecem enquanto processo. A temporalidade processual diz respeito a um comportamento tipicamente moderno de dar sentido a tudo que existe sempre em relação a um processo maior (SIMON, 2020), desta forma, “nenhum fenômeno ou acontecimento é algo efetivamente novo (apesar de determinada necessidade e febre pelo novo), pois está vinculado a uma continuidade temporal do processo” (GOMES, 2022, p. 45).

A reafirmação irrestrita da lógica temporal moderna significa a impossibilidade do novo emergir; nos termos da cibernética, não há novo porque o futuro está mediado pelos dados e informações do passado que são processadas no presente. Assim como a cibernética, a temporalidade do Antropoceno funciona como uma tecnologia de sincronização, pois restringe



todo e qualquer vivo e modo de vida às noções universais de passado, presente e futuro.

Segundo Hui,

o Antropoceno é um eixo global de tempo e sincronização que se baseia nesta visão do progresso tecnológico em direção à singularidade. Reabrir a questão da tecnologia é rejeitar esse futuro tecnológico homogêneo que se nos apresenta como única opção (HUI, 2020, p. 46).

Rejeitar esse futuro monotecnológico é rejeitar a monotemporalidade, assim como afirmar as cosmotécnicas é afirmar temporalidades dissidentes produzindo uma história que não se reduza ao tempo histórico.

Referências

COSTA, Flavia. **Tecnoceno: Algoritmos, biohackers y nuevas formas de vida**. Taurus, 2021.

GOMES, Pedro Leal. **Sobre corpo, tempo e presença: abordagens fenomenológicas para a história**. 2022. Dissertação (Mestrado em História) - Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal de Ouro Preto, Mariana, 2022.

HARAWAY, Donna. **O manifesto das espécies companheiras: cachorros, pessoas e alteridade significativa**. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo Produções e Empreendimentos Culturais LTDA, 2021.

HORNBORG, Alf. The political ecology of the Technocene: Uncovering ecologically unequal exchange in the world-system. In: **The Anthropocene and the global environmental crisis**. Routledge, 2015. p. 57-69.

HUI, Yuk. **Tecnodiversidade**. São Paulo: Ed.UBU, 2020.

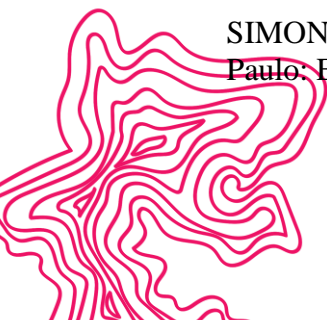
MENDES, J. O “Antropoceno” por Paul Crutzen & Eugene Stoermer. **Anthropocena. Revista de Estudos do Antropoceno e Ecocrítica**, [S. l.], v. 1, 2020. DOI: 10.21814/anthropocena.3095. Disponível em: <https://revistas.uminho.pt/index.php/anthropocena/article/view/3095>. Acesso em: 6 jul. 2023.

PARRA, Henrique Z.M. Da tecnopolítica às lutas cosmotécnicas: dissensos ontoepistêmicos face à hegemonia cibernética no Antropoceno. In: KLEBA, J. ; CRUZ, C.; ALVEAR, A. (org). **Engenharias e outras práticas técnicas engajadas: diálogos interdisciplinares e decoloniais**. Campina Grande: EDUEPB, 2022. Disponível em: https://www.pimentalab.net/wp-content/uploads/2022/08/Tecnopoliticas_Lutas_Cosmotecnicas_Henrique_Parra_2022.pdf

SILVA, Fernando Silva. Cosmopolítica e Antropoceno: O risco de Gaia. In: TORRES, Sonia; PENTEADO, Marina Pereira. (Org.). **Literatura e arte no antropoceno: conceitos e representações**. Rio de Janeiro: Edições Makunaima, 2021.

SIMON, Boldizsár Zoltán. **Crise & Historicidade** | Zoltán Boldizsár Simon | Episódio 08, parte 01 [PT-BR-sub | ENG-sub]. [S. l.: s. n.]. 14 set. 2020. 1 vídeo (21 min). Publicado pelo canal HH Magazine Humanidades em Rede. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=H0Y52Cru4LE&ab_channel=HHMagazineHumanidadesemRede. Acesso em: 24 fev de 2021.

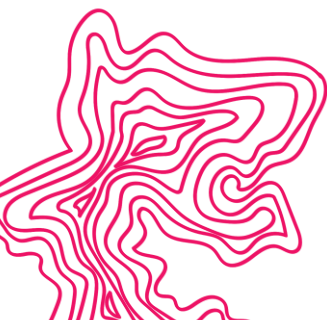
SIMONDON, Gilbert. **A individuação à luz das noções de forma e de informação**. São Paulo: Editora, v. 34, p. 624, 2020.



TIQQUN. **La hipótesis cibernética**. Buenos Aires: Hekht Libros, 2015.

TURIN, Rodrigo. A “catástrofe cósmica” do presente: alguns desafios do Antropoceno para a consciência histórica contemporânea. **História do tempo presente: mutações e reflexões**. Rio de Janeiro: FGV, p. 141-63, 2022.

WIENER, Norbert. **Cybernetics or Control and Communication in the Animal and the Machine**. MIT press, 2019.



Ficção e factível: narrativas literárias e históricas na compreensão do passado

Andreza Alves Velloso

Doutoranda em História – UFMG

Luan Lucas Araújo Morais

Doutorando em História - UFF

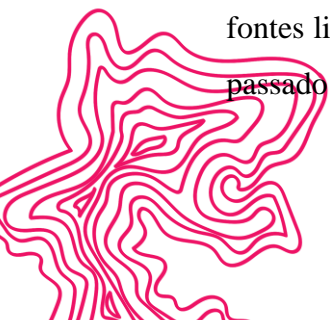
Mateus Roque da Silva

Doutorando em Teoria e História Literária – UNICAMP

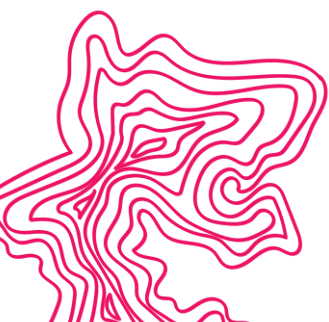
Renata Lopes Pinto

Mestranda em História - UFMG

O simpósio temático intitulado “Ficção e factível: narrativas literárias e históricas na compreensão do passado” objetiva a fomentação do diálogo entre pesquisadores e pesquisadoras que se propõem a estudar as diversas relações entre História e Literatura, dialogando com as múltiplas possibilidades de reflexões teórico-metodológicas que perpassam a aproximação de ambas as áreas. Por extensão, objetiva-se ainda pensar as obras literárias enquanto manifestações ficcionais da vida social e, em uma constante dialética, interrelação com o meio social por considerarmos que as similaridades entre a História e a Literatura permitem uma postura teórico-metodológica coesa associada à teorização no campo literário. Nosso eixo central está em diálogo com a revolução documental apontada por Jacques Le Goff (promovida pela Nova História a partir da incorporação de textos literários ao ofício do historiador), visando uma contextualização histórica da literatura inserida no processo geral de desenvolvimento das respectivas temporalidades, sob a prerrogativa de György Lukács, bem como seu papel no desenvolvimento do campo historiográfico, tensionando as reflexões colocadas por Walter Benjamin, Robert Darnton, Roger Chartier, dentre outros. Desse modo, pretendemos reunir pesquisadores que teorizem acerca do papel da literatura enquanto constructo sociocultural e atividade política de um grupo de uma coletividade e que discutam as relações entre narrativas literárias e discursos históricos, de modo a problematizar os tensionamentos entre a ficção, a realidade e a escrita da História. As propostas a serem apresentadas devem girar em torno ao menos de uma das seguintes questões: o uso da Literatura como fonte histórica, a história intelectual e dos intelectuais, os escritos (auto)biográficos enquanto gênero de discurso e no estudo de trajetórias, a relação com o passado a partir de fontes literárias em suas respectivas relações sociopolíticas ou culturais e os usos políticos do passado a partir de produções literárias. Dessa forma, trabalhos que dialoguem com essas



temáticas, ou ainda, cultura letrada, (auto)biografias, os usos de textos literários no ensino de história e outras dimensões que privilegiam as relações entre o fictício e o histórico podem compor esse espaço de discussão. Pela inerente interdisciplinaridade associada a tal tipo de investigação, serão bem-vindos pesquisadores das mais variadas áreas do conhecimento humano e social.



O corpo que dança sob a lente do naturalismo: a literatura naturalista e a representação dos sujeitos homoafetivos

André Ferreira da Silva

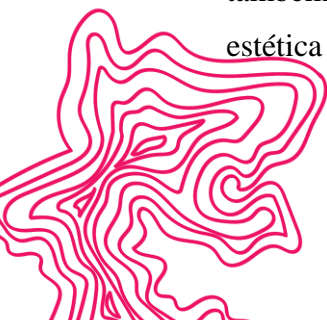
Mestrando em História - Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio)

Email: andrefds24@gmail.com

Resumo: O Brasil da segunda metade do século XIX é marcado por uma forte mudança teórica que mobiliza toda a intelectualidade da época. As questões colocadas após a década de 1870, traz para o campo letrado do país a necessidade de se produzir uma literatura, e também uma crítica, engajada com as questões sociais existentes no Brasil. O Cientificismo é o modelo importado diretamente da Europa, e com ele adentra a nação outras diversas linhas teóricas como os determinismos racial e climático, o darwinismo social e o positivismo, e também, o naturalismo literário, extremamente alinhado com as bases estabelecidas pelo francês Émile Zola em seu texto *O romance experimental* de 1890, um conjunto de método e estética entrelaçado a ciência. Marcado pelo determinismo racial e climático o naturalismo trouxe para o imaginário a existência de sujeitos homoafetivos, negros, mulatos e trabalhador, tudo atravessado por temáticas como assassinato, promiscuidade, ganância, adultério, dentre outros. Desta forma estes foram os corpos que dançaram na trajetória naturalista, quase sempre marcados pela fatalidade, tais romances trouxeram para história a representação de sujeitos ignorados até então que existiam e sobreviviam nas brechas de uma sociedade que ao longo do século XIX buscou a todo custo abandonar as heranças coloniais, e se lançar a modernidade, mas sem alterar a ordem vigente, construindo representações desses corpos marcados pelo cientificismo da época, os sentenciam a tragédia, obras ambíguas que, ao mesmo tempo que revela e dá protagonismo a esses sujeitos os condenam. Portanto, neste trabalho veremos como sujeitos homoafetivos foram representados e tratados pela literatura naturalista, tendo como fonte duas importantes obras *O Cortiço* (1890) de Aluísio de Azevedo e *Bom Crioulo* (1895) de Adolfo Caminha, analisando como os autores abordaram as práticas homossexuais existentes na sociedade oitocentista, principalmente a sociedade fluminense, onde se passa ambas as obras.

Palavras-chave: Naturalismo, Homossexualidade, Cientificismo, Literatura.

O movimento literário no qual a história da literatura chama de naturalismo, nasce no ano de 1867, com a publicação da obra *Thérèse Raquin* do francês Émile Zola. O naturalismo terá uma proximidade com o realismo literário, sendo por muitas vezes tratadas como uma única Escola, movimento. O realismo, no qual estamos tratando agora, tem seu apogeu na segunda metade do século XIX, marcado pela publicação do romance *Madame Bovary* (1856), do também francês Gustave Flaubert. Empenhada em retratar de forma fidedigna a realidade, a estética realista irá expor a sociedade burguesa e suas hipocrisias, focando na psique de seus



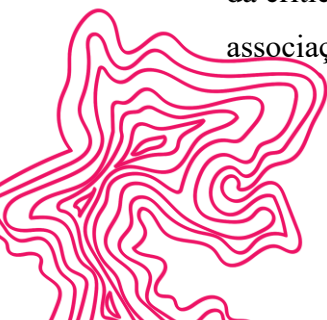
personagens e no determinismo social para conduzir a narrativa. As duas estéticas surgem em uma Europa liberal, pós revolução industrial, onde o estilo de vida burguês já se fazia operante e dominante. Deste modo, ambas nascem no mesmo berço, mas o que as diferencia é justamente o compromisso que a estética naturalista vai ter com a ciência da época, Sânzio de Azevedo escreve que:

Émile Zola, a partir da publicação de *Thérèse Raquin*, em 1867, começou a submeter suas personagens a análises de caráter científico, dando origem ao Naturalismo. (...) Com Zola, porém, sua presença se torna quase ostensiva, devendo o ficcionista, segundo a nova visão, fundamentar suas obras com os conhecimentos hauridos em Darwin, com sua teoria evolucionista, em que é predominante a seleção das espécies; em Ratzel, para quem o meio exerce influência decisiva; em Comte, com a busca da compreensão dos fenômenos sociais, e em vários outros. (AZEVEDO, 1999, p.52)

Deste modo, uma simples fórmula deveria ser seguida por aqueles que buscavam produzir uma obra naturalista, Ciência + literatura, onde o romance deveria ser menos imaginado e mais factível, a produção naturalista tem assim, mais que um compromisso com a verdade, ela precisa escrever a verdade, onde o literato necessita de um estudo prévio, tanto bibliográfico quanto de campo, para compor uma obra. Foi assim que homens como Aluísio de Azevedo, Éça de Queiroz e Adolfo Caminha buscaram trabalhar, alinhados com o que havia estabelecido Émile Zola, em seu título *Romance Experimental* (1880).

Assim foi o naturalista, um movimento plural e global que adentrou o Brasil na década de 1870, mas só gerou seu primeiro fruto literário na década seguinte. Em terras brasileiras, o naturalismo não foi abertamente recebido, embora tenha conseguido importantes adeptos, encontrou também detratores como: Machado de Assis, Érico Veríssimo, Valentim de Magalhães, dentre outros. Com tudo isto, a estética produzirá importantes obras para nossa literatura, um tanto polêmica, o naturalismo colocará a percepção do homem como um ser fisiológico no imaginário brasileiro, tais personagens não são simplesmente movidos por um grande amor, mas sim, por condições biológicas, climáticas e raciais, tais escritores aproximam o homem do animalesco ao colocar que todos estão a mercê de determinadas condições de existência e de nascença, e o mais importante para este trabalho, fala sobre a sexualidade humana e explora esse artifício abertamente como estratégia narrativa.

Polêmico o naturalismo será constantemente vinculado a pornografia, principalmente pelo fato da sexualidade sempre ser explorada abertamente nas obras, o que gerara uma repulsa da crítica que definirá tais obras como imorais e pornográficas. Muitos eram atraídos por essa associação do naturalismo a pornografia, Alessandra El Far escreve que “muitas das histórias



naturalistas, apesar do respaldo da explicação científica, eram, na visão de editores, críticos e de leitores enquadradas na literatura de livros pornográficos” (2004:p.193), embora tal associação trouxesse lucros, e por muitas vezes era o que fazia certas editoras publicar tais romances, os escritores irão arduamente se defender de tais acusações, e colocar que o que escreviam era ciência, e como diz Leonardo Mendes, se utilizavam de uma finalidade pedagógica para justificar o que escreviam, onde a lógica era que para se remediar era necessário expor a causa do problema. (2019:p.06)

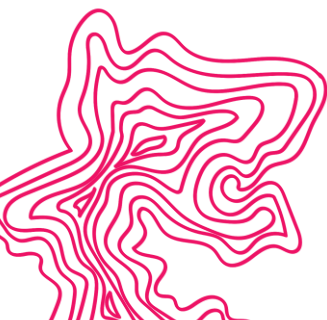
Portanto a literatura naturalista foi uma estética cheia de virgula, mas que se apegou a equação ciência + literatura, para produzir obras que se canonizaram na nossa literatura, dentre tantas produções não atoa aquela que se disse documental e um retrato das classe baixas fluminense ainda invade salas de aulas de todo o Brasil, *O Cortiço* (1890) de Aluísio de Azevedo, onde melhor do que retratar a desigualdades sócias revela muito sobre sexualidade do Brasil do XIX, além de outra obra mais recentemente canonizada, *Bom Crioulo* (1895) de Adolfo Caminha que aborda como raça e homossexualidade, se atravessavam nesse mesmo século.

Para além da higiene e pureza: sujeitos que dançam contra a ordem vigente do século XIX.

Durante todo o século XIX existiu a preocupação com como deveria ser, ao menos aparentar, o Rio de Janeiro. É importante lembrar que dentro de um século a região fluminense abrigou a coroa portuguesa, virou a capital do império brasileiro e depois se tornou a capital da república. Logo era esperado que a mesma fosse um importante centro urbano brasileiro, digno do status de capital, e durante todo o centenário Paris foi a referência do que deveria ser o Rio de Janeiro, limpo, urbano, intelectualmente vivo e atraente para todo mundo.

Por um longo tempo, diversos agentes sócias tiveram na empreitada da transformação da região, Médicos, juristas e intelectuais se colocaram na posição de pensar o Brasil e questões pátrias, e com isso pensar em soluções para os problemas aparentes, que no caso do Rio de Janeiro incluía pouco saneamento, muita prostituição, pessoas em condição de escravização, e diversas doenças que assolavam a cidade com a sífilis e a tuberculose.

Dentro do campo de ação da medicina social no século XIX. Era urgente transformar os aspectos naturais da cidade, dessecando pântanos e arrasando morros. Por outro lado, era necessário controlar as habitações, especialmente as operárias e os cortiços, canalizar água, coletar esgotos, afastar lixo e outras imundícies, alargar ruas para que o vento conseguisse eliminar os miasmas mefíticos e purificar o ar. A medicina social do século XIX esquadrou a cidade, indicando ao Estado o caminho do controle das



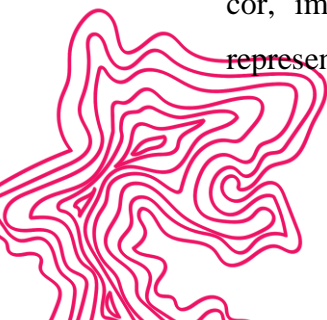
epidemias e da produção de uma cidade higienizada e ordenada (MARQUES, 1995: p 56)

É justamente nesse lugar de higienização geográfica e social que muitos intelectuais passaram a escrever sobre a cidade e seus problemas, James Green (1999) escreve que médicos, jurista e literatos durante do século XIX escreveram sobre algumas dessas questões, e por aqui como a prostituição e a relação de homens com outros homens, justamente porque ambas têm algo em comum, a sexualidade e as tentativas de controle da mesma. Green escreve que os dois problemas eram alvo de apontamentos, muitos médicos indicavam que a causa da sífilis eram as prostitutas, e colocavam relações homossexuais no âmbito de patologias psiquiátricas.

Além do mais, os ambientes conhecidos pela prostituição também era onde homens homossexuais frequentavam a procura de parceiros. Parques públicos como o Lardo do Rossio (GREEN,2019, p.56), era um lugar conhecido pelos encontros entre homens gays, que utilizavam desse espaço para estabelecer relações sexuais e até mesmo afetivas.

Portanto, tanto a prostituição heterossexual, como a homossexualidade eram dois problemas, no imaginário da época, atravessavam diretamente a questão salutar, e por isso deveriam ser higienizadas. Vale ressaltar que naquele tempo, homens afeminados e homossexuais eram vinculados a prostituição masculina, sendo chamadas de “Putos” (GREEN,2019, p.62), termo esse usados para indicar homens prostitutas, deste modo uma questão moral ao longo do século XIX passou a ser também uma questão de saúde pública, onde muito se abordou na época os males trazidos por tais práticas. A sexualidade era então naquele momento algo a ser controlado, mesmo com aparentes dificuldades, cabia às autoridades públicas por limites a tais práticas entendidas como devassas e prejudiciais.

Dentre essas características encontramos um dos personagens de Aluísio de Azevedo, Albino. Antes de falarmos sobre Albino se faz necessário contextualizar essa famosa obra naturalista. *O Cortiço* foi uma obra publicada em 1890 pela editora Garnier. A obra conta a história de sujeitos marginalizados que vivem no cortiço do português João Romão, além de outros personagens que vivem nos arredores da estalagem, que mantém relações próximas com moradores, embora determinadas narrativas, e personagens, se sobrepõe a outras, o grande protagonista da obra é o cortiço, que ambientalista grande parte da narrativa, e é palco para o escritor trabalhar as mazelas que assolam pessoas que ali viviam. Trabalhadores, pessoas de cor, imigrantes pobres, ex escravizados, e tantos outros escolhidos por Azevedo para representar tal parcela da sociedade. Antônio Candido escreve que:



Aluísio Azevedo se inspirou evidentemente em L'Assommoir, de Emile Zola, para escrever O Cortiço, e por muitos aspectos o seu livro é um texto segundo, que tomou de empréstimo não apenas a idéia de descrever a vida do trabalhador pobre no quadro de um cortiço, mas um bom número de motivos e pormenores, mais ou menos importantes. Em ambos sobressaem as lavadeiras e sua faina, inclusive com uma briga homérica entre duas delas. Em ambos um regabofe triunfal serve de ocasião para um encontro de futuros amantes, cujas conseqüências serão decisivas [...]. Estes poucos exemplos, apenas mencionados, servem para mostrar a derivação de que falei. Mas ao mesmo tempo Aluísio quis reproduzir e interpretar a realidade que o cercava, e sob este aspecto elaborou um texto primeiro. (CANDIDO, 1993: p.53)

Voltemos ao Albino, o personagem é nitidamente escrito como um homem doente, ao menos de aparência doentia, fica claro que ao colocar um personagem afeminado e não normativo em sua obra, Aluísio de Azevedo o descreve como mandava a ciência da época:

Fechava a fila das primeiras lavadeiras, o Albino, um sujeito afeminado, fraco, cor de espargo cozido e com um cabelinho castanho, deslavado e pobre, que lhe caia, numa só linha, até ao pescocinho mole e fino. Era lavadeiro e vivia sempre entre as mulheres, com quem já estava tão familiarizado que elas o tratavam como a uma pessoa do mesmo sexo (AZEVEDO,2005, p.17)

Fraco, Afeminado, mole e fino são palavras escolhidas pelo o autor para descrever seu o personagem, é interessante a escolha de tais adjetivos justamente porque eles expõem que Aluísio queria deixar claro que embora estivesse falando de um sujeito homossexual, o fazia de modo a colocar a realidades daquele sujeitos, homens frágeis e doentes. Leonardo Mendes (2000) discorre que o autor se utiliza de certos estereótipos para compor o personagem: Amigo de mulheres, e seu fiel confidente, gosta do cuidado da casa e decoração, lavadeiro, profissão tipicamente feminina, e carnavalesco.

A associação de homens gays e afeminados ao carnaval durante o século XIX não foi à toa, James Green (2019) escreve que o travestismo foi proibido durante o governo republicano, mas discorre que “a polícia fizesse vista grossa ao travestismo durante o carnaval” (2019:57). Deste modo era durante a festa que homens como Albino podiam ocupar as ruas sendo quem eram, existia toda uma cultura protagonizada por homens gays afeminados, que durante o feriado de carnaval saiam em públicos usando trajés típicos femininos sem serem severamente repreendidos, uma vez que, mesmo a homossexualidade não sendo ilegal existiam outras maneiras de repreender tais sujeitos, principalmente os afeminados.

Albino era afeminado, de aparência doentia e um amante de carnaval, Aluísio coloca em seu personagem todas as características, socialmente imaginadas, de um homem homossexual do final do século XIX, mas o nega a sexualidade. Albino está sempre à espera de uma visita, mesmo que não saiba quem seja, sempre está com a casa arrumada à espera da mesma, porém sua cama está sempre empestada de formiga (AZEVEDO,2005, p.114)



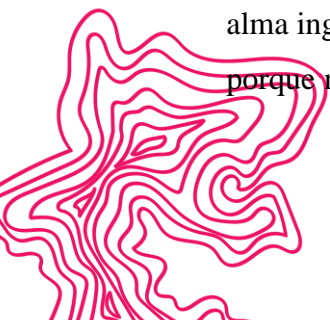
Por assim, Aluísio escreve nas entrelinhas que mesmo se quisesse se relacionar com outro homem, Albino não poderia, pois, sua cama sempre está lotada de formigas. O sexo permeia todos os personagens da obra, que sempre são pegos nesse ato pelo narrador. Menos o não normativo lavadeiro, no qual o escritor nega tais relações. Obviamente Azevedo é um homem de seu tempo, e condenava relações de homens com outros homens, e por isso decidi não escrever tais atos em sua obra, mesmo que conte a história de um homem tão tipicamente gay, faz com cautelas, evidenciando, uma importante característica naturalista de lançar luz a sujeitos que até aquele momento viviam na obscuridade.

Se decide não explicitar uma cena de sexo entre dois homens, o escritor, não tem tamanho pudor no que se refere sexo entre duas mulheres. Leonie é uma prostituta bem de vida e muito querida por todos no cortiço, descrita como uma bela e luxuosa mulher, Leonie representa a classe das prostitutas de luxo da sociedade fluminense, no capítulo em que ocorre sua apresentação Aluísio de Azevedo a descreve como:

Leonie, com as suas roupas exageradas e barulhentas de cocote à francesa, levantava rumor quando lá ia e punha expressões de assombro em todas as caras. O seu vestido de seda cor de aço, enfeitado de encarnado sangue de boi, curto, petulante, mostrando uns sapatinhos à moda com um salto de quatro dedos de altura; as suas lavas de vinte botões que lhe chegavam até aos sovacos; a sua sombrinha vermelha, sumida numa nuvem de rendas cor-de-rosa e com grande cabo cheio de arabescos extravagantes; o seu pantafaçado chapéu de imensas abas forradas de velado escarlate, com um pássaro inteiro grudado à copa; as suas jóias caprichosas, cintilantes de pedras finas; os seus lábios pintados de carmim; suas pálpebras tingidas de violeta; o seu cabelo artificialmente louro; tudo isto contrastava tanto com as vestimentas, os costumes e as maneiras daquela pobre gente, que de todos os lados surgiam olhos curiosos a espreitá-la (AZEVEDO,2005, p.54)

Fica claro em sua apresentação que a mesma não pertence aquele ambiente, o narrador o tempo todo afirma que a mesma estava ali de visita. Esta que é uma mulher deslumbrante e que chama a atenção de todos dentro do cortiço, é uma prostituta que por meio do ofício conseguiu sua estabilidade econômica, todos do cortiço sabem disso, e em momento algum existe julgamento, pelo contrário admiração, Aluísio em um determinado momento chega a dizer que a prostituição é um ofício abjeto (AZEVEDO, 2005,p.55), mas aparenta fazer tal comentário muito mais para adequar a obra ao cientificismo da época, pois Leonie não é a representação de prostitutas pobres que viviam pelas ruas insalubres e perigosas do Rio de Janeiro, pelo contrário atendia importantes homens e frequentava bons lugares.

Em um dado momento do romance Leonie e Pombinha se relacionam. Pombinha era a alma ingênua e virginal do cortiço, que esperava um generoso casamento que só não acontecia porque não havia menstruado. Leonie, madrinha da mais jovem, seduz a menina e a leva para



cama onde acontece uma explícita relação sexual entre ambas, o sexo é animalesco, Pombinha que a princípio evita, se deixa levar pela luxúria da prostitua e se entrega ao ato.

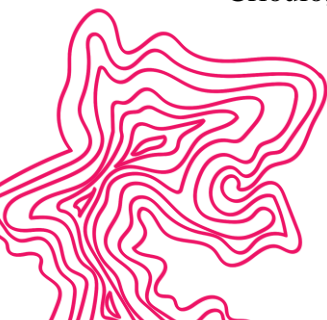
É interessante o fato de Aluísio diferentemente de Albino não tratar a relação homossexual entre duas mulheres de forma patológica e velada. Pelo o contrário, após o ato Pombinha menstrua e passa a perceber como os homens são fracos frente a mulheres, se torna assim como sua madrinha uma mulher consciente de si. Leonardo Mendes (2000) escreve que historicamente a homossexualidade masculina foi mais perseguida que a feminina, justamente pelo fato da homossexualidade feminina não ferir a masculinidade, como faz a homossexualidade masculina em uma sociedade patriarcal (Mendes,2000, p.106). Deste modo, a relação de ambas serve para colocar a ideia que para sair do cortiço, calamidade social, no caso de uma mulher pobre, só era possível por meio da prostituição ou casamento. O que acontece com Pombinha que depois de trair o marido acaba junto de sua madrinha exercendo o ofício de prostituta.

Antônio Candido (1993) coloca que Aluísio de Azevedo defendeu que escrevia uma obra realista/naturalista sobre a desigualdade social, porém, *O Cortiço* é um romance que trabalha muito mais a sexualidade humana, o ser fisiológico e refém dos seus extintos, todos os personagens lindam com o fator sexualidade, e não por acaso, o sexo, uma ferramenta no qual Aluísio de Azevedo se utilizou para construir a percepção do quanto animalesca eram aquelas pessoas.

A sexualidade é também uma ferramenta utilizada por outro autor naturalista, Adolfo Caminha, que decide contar a história de Amaro um marujo negro, ex-escravizado e homossexual, que se apaixona arduamente por um jovem grumete vindo do sul chamado Aleixo, um menino branco. Sobre a obra escreve Jean-Yves Mérian:

Outro escritor naturalista, Adolfo Caminha em *O Bom Crioulo* (1894) ilustra perfeitamente esse preconceito ligada a ideia de animalidade do negro, à sua perversão nata. *O Bom Crioulo* é vítima de sua condição de negro, mas também é a primeira figura do homossexual perverso e assassino da literatura brasileira (MÉRIAN,2008, p.50)

Assim como n' *O cortiço* raça e sexualidade se atravessam, e ganha um lugar de destaque no enredo. Na obra de Adolfo Caminha raça e homossexualidade transformam Amaro em um assassino, uma vítima de seus instintos animalescos, possessivo e descontrolado, *O Bom Crioulo*, como era chamado por seus colegas tripulantes, era um bom homem, um ótimo



marinheiro, mas que sofria do “vício da homossexualidade”, sobre tal vício chega Amaro a pensar:

Bom-Crioulo conhecia-o de vista somente e ficara simpatizando imensamente com ele. Demais, o comandante Albuquerque recompensava os serviços de sua gente, não se negava a promover os seus afeiçoados. Isso de se dizer que preferia um sexo a outro nas relações amorosas podia ser uma calúnia como tantas que inventam por aí... Ele, Bom-Crioulo, não tinha nada que ver com isso. Era uma questão à parte, que diabo! Ninguém está livre de um vício. (CAMINHA, 2019, p.17)

O discurso do livro pode colocar ao leitor uma série de dúvidas, indiscutivelmente Adolfo Caminha escreveu um livro naturalista, o próprio autor alarmou a todos os cantos que a obra se tratava de uma análise realista e científica das condutas de homens homossexuais. A palavra homossexual, não aparece em momento algum dentro da obra, ela só vai ser utilizada pelo escritor em uma resenha publicada pelo mesmo no ano 1896, onde escreve que Amaro “em um momento fatal obedece às tendências homossexuais do seu organismo e pratica uma ação torpe” (CAMINHA, 1896, p.41), mas também tal obra não se resume a isso, a trajetória do protagonista da obra é muito mais que um simples tratado científico.

Por assim, Amaro se difere de Albino, não aparenta ser afeminado e doentio, pelo contrário é um homem forte, saudável, e que na obra não assume momento algum um lugar de passividade, pelo contrário se demonstra ativo, até no sexo, e este retrato construído por Adolfo Caminha também não é à toa. James Green (2019) escreve que existem determinados papéis de gêneros que estão presente na sociedade brasileira do século XIX e que atravessam a forma como homens homossexuais eram vistos, onde os homens masculinos que desejavam se relacionar sexualmente com outros homens passavam despercebido pelo julgamento social e da lei, diferente dos afeminados, que sempre eram ligados a passividade sexual, e a negação total do masculino.

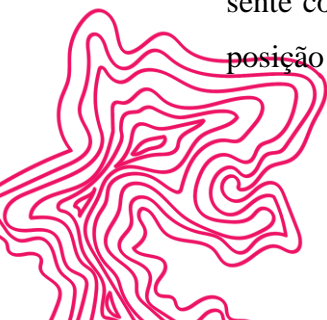
Caminha assim como Aluísio não chega a descrever um sexo entre dois homens, mas escreve que:

Uma como vontade ingênita de ceder aos caprichos do negro, de abandonar-se lhe para o que ele quisesse uma vaga distensão dos nervos, um prurido de passividade...

— Ande logo! Murmurou apressadamente, voltando-se.

E consumou-se o delito contra a natureza (CAMINHA, 2019, p.31)

Caminha, não deixa muito claro a sexualidade de Aleixo, o mesmo a princípio não se sente confortável com os assédios do mais velho, mas em determinado momento sede, e em posição de passividade. O que fica mais interessante é que em um determinado momento da

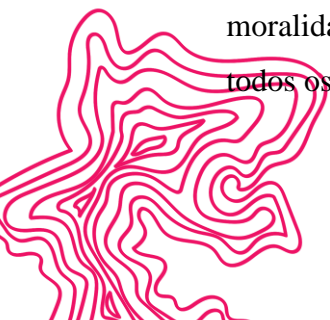


história, já longe e livre do domínio do Bom Crioulo, o jovem cogita a prostituição. (CAMINHA, 2019, p.50). Não o faz, pois é seduzido por D. Carolina, amiga de Amaro que alugava o quarto onde os dois marinheiros se encontravam. Mas tal situação reforça o ponto de como no imaginário social do século XIX homens em lugar de passividade faziam isto por interesse, e logo eram prostitutas, enquanto homens masculinos cometeram tais atos porque cederam ao vício. Existem outros estereótipos sobre a homossexualidade masculina presente no livro. Adolfo Caminha foi um marinheiro que viveu por anos embarcado, e disse que o que escreveu em seu livro foi fruto de observações desses atos enquanto estava no cargo (CAMINHA, 1896, p.41), mas de modo geral existia essa percepção das forças armadas como ambiente de intensas relações sexuais entre homens, Green (2019) fala que existiam diversas acusações de tais atos e que “os militares não estabeleciam distinção, ao menos no que se referia à punição, entre o participantes “ativo” e o “passivo” na intimidade sexual.”

Leonardo Mendes (2000) coloca como o gótico está fortemente presente na obra de Adolfo Caminha, e diz “Em Bom-Crioulo, o sentimento de horror é fruto da percepção de que a homossexualidade é uma imoralidade repelente” (MENDES, 2000, p.122) o destino final do livro estava traçado desde o seu início, Amaro enlouquecido por ciúmes, ao perceber que havia sido abandonado por Aleixo o assassina, um final no qual finalmente o Bom Crioulo é tomado pelos seus extintos mais animalescos, e se torna um assassino, como coloca Jean-Yves Mérian “vítima de sua condição de negro” (2008:50), deste modo, Adolfo Caminha deixa claro no final que este é o caminho para homens que sedem ao vício da homossexualidades, se tornarem torpes, abjetos, puramente animalescos.

Considerações Finais

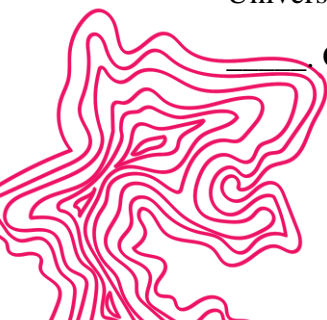
Por fim, James Green (2019) fala sobre a dificuldade e a importância de falar sobre a homossexualidade no século XIX, esse que é um tempo de constante transformação no Brasil, foi importantíssimo para se construir toda uma subcultura de sujeitos homossexuais que em praças, cinemas, teatro, e outros espaços públicos se encontravam para ter trocas sexuais. Além de entendermos como determinados papéis de gênero atravessavam a sexualidade, no imaginário do oitocentos, onde a passividade era vinculada ao feminino, e a todos que eram lidos desta forma. Tudo isto, atrelado a um discurso cientificista de limpeza urbana e social, que condenavam a prostituição e a homossexualidade, o que antes era domínio de uma moralidade cristã passa a ganhar também respaldo acadêmico, que estampavam notícias por todos os jornais,



Portanto, a literatura naturalista se mostra uma fecunda fonte, pois, é justamente essa estética que possibilitará que pessoas como Albino, Amaro, Aleixo, Pombinha e Leonie sejam representados, pessoas LGBTQIA+, que ganharam holofotes através de uma literatura que ao se dizer real e científica conseguiu respaldo para falar sobre tudo e todos, uma literatura que ao mesmo tempo que revela, julga e condena, umas vezes mais outras menos. A certeza é que o naturalismo possibilitou a compreensão de sujeitos que dançavam contra a ordem vigente do século XIX, em praças públicas, bailes de carnavais, cortiços e sobradadas, porém o fez sobre um olhar científico de seu tempo, condenando tais pessoas a atitudes torpes, prostituição, morte e a solidão.

Referências

- Caminha. **Bom Crioulo**. São Paulo, Editora Todavia, 2019
- ASSIS, Machado de. **A nova geração**. Ed. e notas por Gracinéa I. Oliveira e José Américo Miranda. 43,44
- AZEVEDO, Aluísio. **O Cortiço**. São Paulo: Editora Escala, 2005.
- AZEVEDO, Sânzio de. Adolfo Caminha (Vida e obra). 2. ed. Rev. Fortaleza: UFC Edições, 1999.
- BEZERRA, Carlos Eduardo. **Adolfo Caminha: um polígrafo na literatura brasileira do século XIX (1885-1897)**. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2009.
- CAMINHA, Adolfo. **Cartas Literárias**. Rio de Janeiro: Moderna, 1895.
- __. Caminha. **Bom Crioulo**. São Paulo, Editora Todavia, 2019
- CANDIDO, Antônio. **O método crítico de Sílvio Romero**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1988.
- __. **De cortiço a cortiço**. In: O discurso e a cidade. São Paulo: Duas Cidades, 1993. p.123-52.
- EL FAR, Alessandra. **Páginas de sensação: literatura popular e pornográfica no Rio de Janeiro (1870-1924)**. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.
- GREEN, James N. **Além do carnaval: a homossexualidade masculina no Brasil do século XX**. Tradução: Cristina Fino e Cássio Arantes Leite. 2. ed. São Paulo: Editora Unesp, 2019.
- MARQUES. E.C. **Da Higiene à construção da cidade: O Estado e o saneamento no rio de janeiro**. História, ciências e saúde – Manguinhos, II: 51-57,1995.
- MENDES, Leonardo. **Naturalismo com aspas: Bom-Crioulo de Adolfo Caminha, a homossexualidade e os desafios da criação literária**. *Revista Gragoatá*, Niterói (RJ), Universidade Federal Fluminense, v. 14, p. 29-44, 2003.
- __. **O Naturalismo na livraria do século XIX**. Revista Letras, Curitiba, 2019.



_____. **O Retrato do Imperador: negociação, sexualidade e romance naturalista no Brasil.** EDIPUCRS, Porto Alegre, 1º edição, 2000.

MÉRIAN, Jean-Yves. **O negro na literatura brasileira versus uma literatura afro-brasileira: mito e literatura.** *Navegações*, Porto Alegre, v. 1, n. 1, p. 50-60, mar. 2008.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **O espetáculo das raças. Cientistas, instituições e questão racial no Brasil, 1870-1930.** São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

SODRÉ, Nelson Werneck. **História da imprensa no Brasil.** Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 1966.



Ilhéus, trabalhadores e representações em Gabriela, Cravo e Canela (1920-1930)

Bruna Santos Lima

Mestranda em História - Universidade Estadual de Santa Catarina

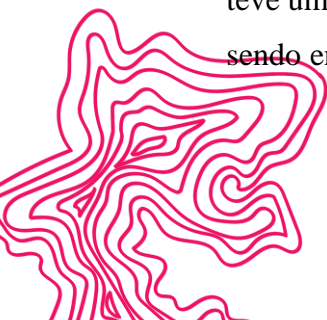
Email: brunaslimaprof@gmail.com

Resumo: O presente resumo é referente a uma pesquisa em andamento sobre as representações do trabalho e dos trabalhadores da cidade e zona portuária de Ilhéus, no sul da Bahia, durante as décadas de 1920-30. Essa discussão consiste numa análise do livro *Gabriela, Cravo e Canela* (1958), do escritor Jorge Amado. Nesse romance realista, os argumentos da ficção retratam uma série de questões que fazem referência à conjuntura de Ilhéus, sendo dessa forma, capazes de guiar alguns questionamentos desse estudo inicial. Seguindo uma análise de excertos do livro, aliados às discussões sobre as representações utilizadas por Jorge Amado, os comentários também terão como foco em como do trabalho informal na cidade, em especial sua zona portuária é ilustrado pelo autor e suas verossimilhanças. A literatura ficcional, frequentemente, representa o porto e a zona portuária como um espaço de constantes transições e permanências; não apenas uma paisagem passiva. Desse modo, tem o poder de dar voz a grupos subalternizados, pouco registrados na documentação histórica, como é o caso dos trabalhadores informais da zona portuária de Ilhéus. Outros locais da cidade são representados como lugares em que o trabalho informal se desenvolve, não necessariamente nas imediações do porto, mas em locais como a Feira 2 De Julho e os trilhos da antiga ferrovia, recebendo um contingente considerável de sertanejos que, procurando por qualquer tipo de trabalho, as vezes sequer remunerado; em situação de mendicância, expectativas frustradas pelo discurso político-midiático que vendia o progresso econômico da cidade como uma grande oportunidade de ascensão social. Visando traduzir da melhor forma o modo que Jorge Amado representou estes trabalhadores subalternizados, esta pesquisa em andamento que, ainda que se utilizando da fonte literária como chamariz, é guiada pelos teóricos da História. Também foram usados durante a arguição dessa pesquisa extratos de notícia retiradas do jornal *Correio De Ilhéus* das décadas de 20 e 30, onde é possível extrair um outro tipo de representação, em que ausências de um determinado grupo seguem um pretexto ideológico para aqueles que noticiam. Todos os diálogos estabelecidos servem de espelho para o trato com os documentos e ajudam a resgatar uma situação de silenciamento que deixou poucos rastros. A Literatura neste caso não exerce papel apenas de fonte complementar, mas de preencher lacunas que as fontes mais tradicionais não foram capazes de cumprir.

Palavras-chave: Ilhéus, Trabalhadores, Representações.

Gabriela: sal, cacau e o progresso

Gabriela, Cravo e Canela (1958) foi considerado o best-seller de maior aclamação crítica de Jorge Amado, segundo a Fundação Casa de Jorge Amado, o livro concluído em 1958 teve uma 1ª edição pela Livraria Martins Editora, São Paulo, e sua última pela Editora Record, sendo então a 93ª, já em 2006. O romance despontou, ainda no segundo ano da sua 1ª edição,



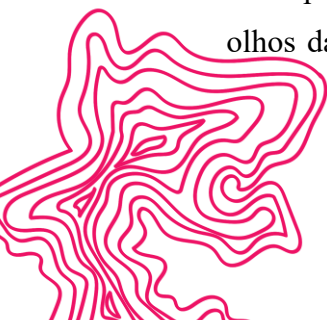
como ganhador de cinco prêmios: Prêmio Machado de Assis, do Instituto Nacional do Livro, Rio de Janeiro, 1959; Prêmio Paula Brito, da antiga Prefeitura do Distrito Federal, Rio de Janeiro, 1959; Prêmio Luísa Cláudia de Sousa, do PEN Clube do Brasil, Rio de Janeiro, 1959; Prêmio Carmem Dolores Barbosa, de São Paulo, 1959; Prêmio Jabuti, da Câmara Brasileira do Livro, São Paulo, 1959.

Gabriela... também foi emoldurada por Jorge Amado como uma “crônica dos costumes” ou “crônica de uma cidade do interior”, como o mesmo subtitulou seu livro; sendo assim, um tipo de relato ou história sobre os hábitos e comportamentos de um ou vários grupos de pessoas numa determinada conjuntura histórica da sociedade, dadas suas devidas peculiaridades. Para além da crônica, o romance amadiano demonstra ser muito mais do que o relato do dia-a-dia, haja visto que a narrativa expande as motivações e os efeitos de ação e reação dos personagens com outros personagens e o cenário coletivo da cidade (SANTOS; BERGAMO, 2022).

Focado numa forma mais sensual de narrativa, *Gabriela...* dá um especial destaque à figura feminina. Entregues a um patriarcalismo rural (SANTOS; BERGAMO, 2022), vide a protagonista Gabriela e outras codjuvantes como Malvina, Ofenísia e até mesmo a Sinhazinha Guedes Mendonça - personagem que sequer aparece durante a narrativa, por ser vítima de um feminicídio que dá início as primeiras páginas do romance- estas, e novamente dando destaque à protagonista, são capazes de subverter diversos costumes e impostos pela normatividade daquela Ilhéus do início do século XX.

O romance de Jorge Amado tem papel não apenas de contar aos baianos uma crônica de seu comportamento e amores da época, mas também de valorizar a nação brasileira (GOLDSTERN; SCHWARCZ, 2000). Em coluna ao jornal P Estado de S. Paulo de agosto de 1992, Gilles Lapouge fala de como o romancista era reconhecido no exterior: “[...] nenhum escritor fez tanto sucesso no exterior.” (p. 9). E de que forma todos esses holofotes se viraram para este escritor nascido no interior da Bahia? Ora pois, não somente pela qualidade de sua estética literária, mas também por apresentar ao mundo o Brasil e sua ideia de identidade nacional.

Antes de falar da relação da obra de Jorge Amado com sua jornada para retratar identidade e mestiçagem no Brasil, podemos frisar também as influências da cultura francesa nas suas representações. Ainda em seu texto supracitado, Lapouge diz que o autor é “o Brasil aos olhos da França”. Dessa forma, é possível inferir alguma influência do que seria o fenótipo



branco europeu convivendo com pessoas de pele negra e origem africana ou indígena, numa representação importante de seu modo de ver o Brasil, a Bahia e Ilhéus.

No trecho seguir, ao representar a situação da sociedade ilheense, na qual o cacau regia a dinâmica do trabalho; Jorge Amado pinta um cenário de comoção entre trabalhadores e demais populares trabalhadores mostra a importância dessa monocultura:

Eleva-se a voz vigorosa do padre na prece ardente [...] o côro unânime dos coronéis, suas esposas, filhas e filhos, dos comerciantes, dos exportadores, trabalhadores vindos do interior para a festa, carregadores, homens do mar, mulheres da vida, empregados do comércio, jogadores profissionais e malandros diversos. Dos meninos do catecismo e das moças da Congregação. Subia a prece para um diáfano céu sem nuvens, onde, assassina bola de fogo, queimava um sol impedoso – capaz de destruir os recém-nascidos brotos de cocos de cacau. (AMADO, 1958, p.16).

A procissão que se seguiu, pedindo por um “milagre urgente” (p.16), juntava os mais diversos trabalhadores, numa prece uníssona, para a vinda da chuva às roças de cacau. O labor que surgiu através do fruto, nasceram desde mito cedo nessa terra. Ainda nesse início de história, o romance nos conta como teria aparecido a cacau em Ilhéus, através das mão do donatário Jorge Figueiredo Correia e sua ligação religiosa ao santo São Jorge:

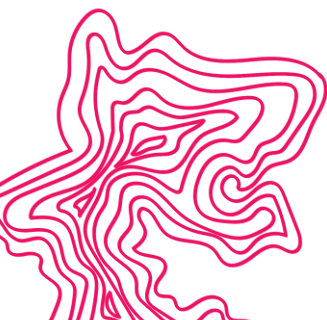
Do seu cavalo na, seguia assim o santo destino movimentado desse São Jorge dos Ilhéus desde cerca de quatrocentos anos [...] Vira essa terra vegetar, sem maior futuro, durante séculos. Assistira depois à chegada das primeiras mudas de cacau e ordenara os macacos juparás que se encaragassem de multiplicar os cacauzeiros. Talvez sem objetivo preciso, apenas para mudar um pouco a paisagem que da qual já devia estar cansado após tantos anos. Não imaginando que, com o cacau, cegava riqueza, um tempo novo para terra sob sua proteção. (AMADO, 1958, p.170)

Os espaços de trabalho presentes no romance, para além de sua função narrativa de ambientar a história, apresentam também a diversidade de funções presentes na Ilhéus dessa época. Trabalho esse que se modificava e aumentavam de acordo o desenvolvimento e urbanização da cidade como o texto descreve:

A cidade perdendo, a cada dia, aquele ar de acampamento guerreiro que a caracterizava no tempo da conquista da terra[...]. Tudo isso acabava, a cidade esplendia em vitrines coloridas e variadas, multiplicavam-se as lojas e os armazéns, os mascates só apareciam nas feiras, andavam pelo interior. Bares, cabaés, cinemas, colégios [...]. (AMADO, 1958, p. 20)

Esse ideário, que relacionava o cacau à prosperidade Ilheense, aparece por vezes entre as páginas do romance, reforçando para o leitor a dependência dos trabalhadores e coronéis perante essa monocultura e importância do local de onde a trama desenrola.

[...] Uma nova vida começara com o aparecimento do cacau, o que acontecera antes não contava. Engenhos e alambiques, plantações de cana e de café, lendas e histórias, tudo havia desaparecido para sempre, cresciam agora as roças de cacau e as



novas lendas e histórias narrando como os homens lutaram entre si pela posse da terra. (AMADO, 1958, p. 31)

Profissões tratadas como subalternas, avulsas/autônomas, ou sequer como verdadeiras profissões, recebem de Jorge Amado sua especial atenção, seja no próprio ato de retratar espaços e trabalhadores, como de lhes atribuir funções importantes na trama. Exemplo disso é o início da relação entre Nacib e Gabriela, que nasce da procura do comerciante por uma cozinheira:

Meu Deus, onde encontrar cozinheira? [...] Foi quando surgiu outra mulher, vestida de trapos miseráveis, coberta de tamanha sujeira que era impossível ver-lhe as feições e dar-lhe idade, os cabelos desgrenhados, imundos de pó, os pés descalços. [...] Talvez porque ela risse, Nacib concluiu que não servia. Essa gente vinda do sertão, esfomeada, era capaz de qualquer mentira para conseguir trabalho. Que podia ela saber de cozinha? Assar jabá e cozinhar feijão, nada mais. Ele precisava de mulher idosa, séria, limpa e trabalhadora, assim como a velha Filomena. E boa cozinheira, entendendo de temperos, de pontos de doces. A moça continuava parada, esperando, a fitá-lo pelo rosto. (AMADO, 1958, p. 108).

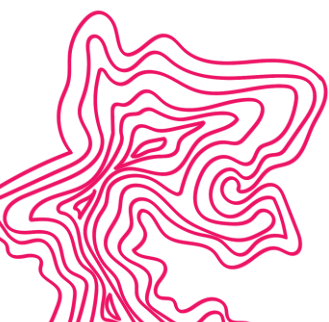
A profissão de cozinheira é representada através de estereótipos etário e de gênero em relação a esse tipo de trabalho, dela também, era esperado que desempenhasse diversas funções enquanto empregada, como o próprio Nacib afirma: “[...] buscava apenas uma mulher não muito moça, séria, capaz de assegurar-lhe a limpeza da pequena casa da ladeira de São Sebastião, a lavagem de roupa, a comida para ele, os tabuleiros para o bar.” (AMADO, 1958, p.107).

Outro marcante lugar de trânsito de pessoas e comércio é a feira 2 de Julho, espaço onde a protagonista Gabriela vai à procura de ocupação, indicando certa importância ao mostrar a diversidade dos prestadores de serviço e feirantes em Ilhéus:

A feira semanal era uma festa. Ruidosa e colorida. Um vasto descampado em frente ao ancoradouro, estendendo-se até às proximidades da estrada de ferro. Postas de carne seca, de sol, de fumeiro, porcos, ovelhas, veados, pacas e cotias, caça diversa. Sacos de alva farinha de mandioca. Bananas cor de ouro, abóboras amarelas, verdes jilós, quiabos, laranjas. Nas barracas serviam, em pratos de flandres, sarapatel, feijoada, moqueca de peixe. Camponeses comiam, o copo de cachaça ao lado. (AMADO, 1958, p. 56).

Nas páginas de Jorge Amado, a feira também comporta, mais especificamente no seu final, próximo aos trilhos da ferrovia, um local onde miseráveis ansiavam por uma oportunidade, sendo a maioria desses, assim como Gabriela, migrantes do sertão que trabalhavam por qualquer quantia para sair da mendicância. Este lugar é, na trama, popularmente conhecido como “mercado de escravos”:

Antes de começar o morro da Conquista ficava o mercado dos escravos. Alguém assim apelidara, há tempos, o lugar onde os retirantes acampavam à espera de trabalho. O nome pegara, ninguém chamava de outra maneira. Amontoavam-se ali os sertanejos fugidos da seca, os mais pobres entre quantos deixavam suas casas e suas terras no



apelo do cacau. Fazendeiros examinavam a leva recente, o chicote batendo nas botas. Os sertanejos gozavam fama de bons trabalhadores. Homens e mulheres, esgotados e famélicos, esperavam. Viam a feira distante, onde havia de um tudo, uma esperança enchia-lhes o coração. [...] Ouviam contar histórias espantosas, de morte e violência, mas sabiam do preço do cacau em alta, sabiam de homens chegados como eles, do sertão em agonia, e agora andando de botas lustrosas, empunhando chicotes de cabo de prata. (AMADO, 1958, p. 106).

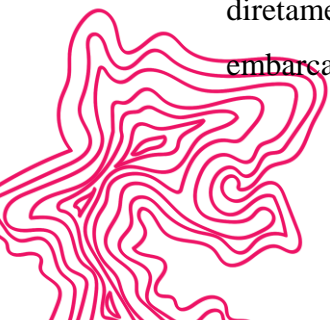
É pela necessidade de trabalho e desejo de enriquecimento que os sertanejos, vistos como miseráveis, que o personagem coronel Melk Tavares os define, estereotipa e separa-os como diferentes dos trabalhadores nascidos daquela terra. Isso, porque, entre outros aspectos, aceitavam qualquer tipo de trabalho pesado por pouca compensação:

- Esses sertanejos são bons no trabalho. Não é como essa gente daqui. Grapiúna não gosta de pegar no pesado, gosta é de ficar vagabundando na cidade... Outro fazendeiro percorria os grupos, Melk continuava: - Sertanejo não mede trabalho, quer é ganhar dinheiro. As cinco da manhã já estão na roça, só largam a enxada depois do sol deitar. Tendo feijão e carne seca, café e pinga, estão contentes. Pra mim, não há trabalhador que valha esses sertanejos - afirmava como autoridade na matéria. (AMADO, 1958, p.107).

Não só os sertanejos procuravam prosperidade nas terras do cacau. Gabriela... tem como um dos seus personagens principais Nacib, referido dono de bar na cidade, sendo mais um entre os diversos tipos de imigrantes e migrantes que chegaram até Ilhéus pelas promessas de riqueza que ajudaram a impulsionar as mudanças da cidade, transformando as matas virgens em ruas e casas. Essa representação é feita com clareza no seguinte trecho:

Chegavam à cidade de alastrada fama, diariamente, pelos caminhos do mar, do rio e da terra, nos navios, nas barcaças, nas canoas, no lombo dos burros, a pé abrindo picadas, centenas e centenas de nacionais e estrangeiros oriundos de toda parte: de Sergipe e do Ceará, de Alagoas e da Bahia, do Recife e do Rio, da Síria e da Itália, do Líbano e de Portugal, da Espanha e ghettos variados. Trabalhadores, comerciantes, jovens em busca de situação, bandidos e aventureiros, um mulhério colorido, e até um casal de gregos surgidos só Deus sabe como. E todos eles, mesmo os loiros alemães da recém-fundada fábrica de chocolates em pó e os altaneiros ingleses da estrada de ferro, não eram senão homens da zona do cacau, adaptados aos costumes da região ainda semibárbara com suas lutas sangrentas, tocaias e mortes. Chegavam e em pouco eram ilheenses dos melhores, verdadeiros grapiúnas planatando roças, instalando lojas e armazéns, rasgando estradas, matando gente, jogando nos cabarés, bebendo nos bares, construindo povoados de rápido crescimento, rompendo a selva ameaçadora, ganhando e perdendo dinheiro. (AMADO, 1958, p. 36).

No que tange ao trabalho no espaço urbano, existia um emaranhado de trabalhadores em suas imediações, como marinheiros, carregadores, rebocadores, escafandristas, peixeiros, cozinheiras, circenses ou aqueles que dirigiam as lanchas para locomoção dos moradores da cidade. O principal vetor dessas opções trabalho é o antigo porto. Não só profissões ligadas diretamente ao porto, mas que se beneficiavam da rotatividade de pessoas trabalhando, embarcando e desembarcando em suas mediações, tal como os bares e prostíbulos, como avalia



o personagem Nacib: “Bar era bom negócio em Ilhéus, melhor só mesmo cabaré.” (AMADO, 1958, p. 45).

No entanto, mesmo os bordéis reforçavam uma divisão de classes já existente nessa sociedade. Enquanto negócio que gerava lucro, os prostíbulos eram frequentados pelos abastados da região, de coronéis e homens das profissões mais elitizadas; quanto aos homens pobres, estes também geravam lucro à prostituição, de maneira mais acessível. Nesse caso, o próprio Jorge Amado representa as mulheres em prostituição como mercadoria, depersonalizadas e pouco presentes de forma aprofundada na trama, como se dá a seguir:

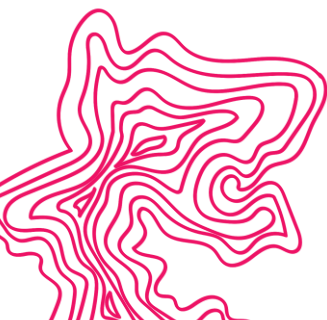
O Bataclan e o Trianon eram os principais cabarés de Ilhéus, frequentados pelos exportadores, fazendeiros, comerciantes, viajantes de grandes firmas. Mas nas ruas de canto havia outros, onde se misturavam trabalhadores do porto, gente vinda das roças, as mulheres mais baratas, o jogo era franco em todos eles, garantindo os lucros. (AMADO. 1958, p. 115).

Ainda sobre as opções de trabalho e desenvolvimento urbano, outros espaços importantes que aparecem nas páginas de Gabriela são a rodovia e ferrovia da cidade, com a presença de transportadores e caminhoneiros, facilitando e barateando o transporte do cacau. A questão é demonstrada na descrição do personagem russo, Jacob, ao estreitar sua nova empresa de transportes:

Esse russo Jacob possuía caminhões, transportava cacau de Itabuna para Ilhéus. Moacir Estrela montara uma garagem no centro, também ele labutava com caminhões. Jutaram as suas forças, levantaram capital num barco, assinando duplicatas, mandaram as marinetes. Esfregavam as mãos na expectativa de negócio rendoso. Isto é: o russo esfregava as mãos, Moacir contentava-se em assoviar. O assovio alegre enchia a garagem enquanto, nos postes da cidade, boletins anunciavam o próximo estabelecimento da linha de ônibus, viagens mais rápidas e mais baratas pelo trem de ferro. (AMADO, 1958, p. 19).

Outrossim, não se pode ignorar a representação amadiana da outra forma de trabalho mais importante no desenvolvimento econômico de Ilhéus e sua região, o trabalho rural. Em meados do romance, temos uma descrição de como era o trabalho no roçado: as dificuldades que o envolvem, sua operação e relação entre trabalhadores, coronéis e o cacau; como se pode ver a seguir:

[...]. O trabalho começava com o raiar do dia, terminava com o chegar da noite - um pedaço assado de charque com farinha, uma jaca madura, comidos às pressas na hora do sol a pino. As vozes, das mulheres se elevavam nos dolentes cantos de trabalho:
Dura vida, amargo fel,
sou negro trabalhador.
Me diga, seu coronel,
Me diga, faça o favor;
quando é que eu vou colher
as penas do meu amor.



O coro dos homens nas roças respondia: Vou colher cacau no cacauero...

[...]

No cacau tem tanto mel,

ai na roça tanta flor

Me diga, seu coronel,

me diga, faça o favor:

quando é que eu vou dormir

na cama do meu amor? (AMADO, 1958, p. 166).

É enquanto trabalho rural que outros tipos de ocupações, nem necessariamente consideradas enquanto profissões, aparecem. Ilhéus, por ter regido seu crescimento em torno do plantio cacauero, possuiu em sua história uma quantidade cara de conflitos pela posse da terra. Nessas disputas, uma forma de trabalho presente nos roçados ilheenses é o dos jagunços, homens contratados por coronéis latifundiários para desmatar, grilar, expropriar, roubar e até assassinar adversários. Tudo em nome da riqueza e de um susposto progresso, ilustrado no excerto:

[...] Quanto aos escrúpulos, não foram com eles que progrediram as cidades do sul da Bahia, que se rasgaram as estradas, plantaram-se as fazendas, criou-se o comércio, construiu-se o porto, elevaram-se edifícios, fundaram-se jornais, exportou-se cacau para o mundo inteiro. Foi com tiros e tocaias, com falsas escrituras e medições inventadas, com mortes e crimes, com jagunços e aventureiros, com prostitutas e jogadores, com sangue e coragem. (AMADO, 1958, p. 39).

Em suma, examinar Gabriela, Cravo e Canela hoje é verificar o cuidado que Jorge Amado se propunha ao representar o trabalhador, a mulher, o negro, o indígena como figuras permanentemente afetadas pelo abandono social “A obra Gabriela, Cravo e Canela, portanto, restitui, reencena tais impasses a cada nova leitura, pois o que está em foco, sempre, na literatura de Jorge Amado, é o Brasil e os brasileiros.” (SANTOS; BERGAMO, 2022, p.161).

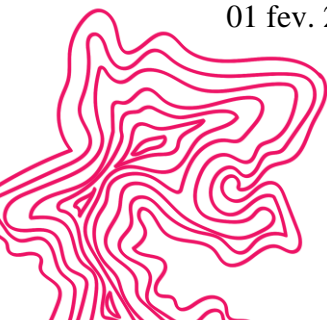
Referências bibliográficas

FUNDAÇÃO CASA DE JORGE AMADO. **Gabriela, Cravo e Canela**. Disponível em: <https://www.jorgeamado.org.br/livros/gabriela-cravo-e-canela/>. Acesso em: 14 fev. 2023

GABRIELA, Cravo e Canela: crônica de uma cidade do interior. In: **ENCICLOPÉDIA Itaú Cultural de Arte e Cultura Brasileira**. São Paulo: Itaú Cultural, 2023. Disponível em: <http://enciclopedia.itaucultural.org.br/obra20606/gabriela-cravo-e-canela-chronica-de-uma-cidade-do-interior>. Acesso em: 25 de abril de 2023. Verbete da Enciclopédia. ISBN: 978-85-7979-060-7

GOLDSTEIN, Ilana Seltzer; SCHWARCZ, Lilia Moritz. **Literatura e identidade nacional: o Brasil" best seller" de Jorge Amado**. 2000.

JOBIM, Antônio Carlos. **Gabriela. Tema de amor de Gabriela**. Rio de Janeiro: RCA Victor, 1983. Disponível em: <https://immub.org/album/gabriela-trilha-sonora-do-filme>. Acesso em: 01 fev. 2023.



SANTOS, João Paulo Ferreira dos; BERGAMO, Edvaldo Aparecido. Por um ciclo do cacau ampliado: gabriela, cravo e canela, de jorge amado. **A Cor das Letras**, [S.L.], v. 23, n. 1, p. 141-162, 7 maio 2022. Universidade Estadual de Feira de Santana. <http://dx.doi.org/10.13102/cl.v22i3.7022>.



Chico Rei de Agripa Vasconcelos: o romance racista como a história verdadeira

Amanda Melissa dos Santos

Doutoranda em Educação - Universidade de São Paulo

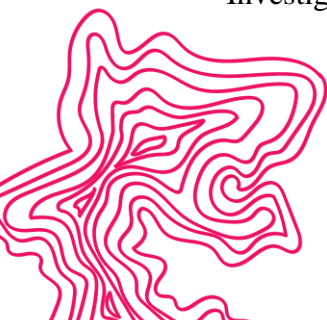
Email: amandameldescrito@gmail.com

Resumo: A obra *Chico Rei*, de Agripa Vasconcelos (1896-1969), lançada pela primeira vez em 1966, é o sexto e último romance da série de “romance históricos” chamada Sagas do País das Gerais, do médico e romancista mineiro. A coleção, segundo texto da orelha do livro, possivelmente de autoria da Editora Itatiaia, narra histórias *redescobertas* pelo autor, as quais *ele revelou ao mundo*. Chico Rei é comumente reconhecido, pela oralidade, como um rei africano que foi escravizado nas minas de ouro de Vila Rica, que conseguiu comprar sua alforria, comprou a mina na qual foi escravizado, associou à Irmandade dos Homens Pretos, elevou a Igreja de Santa Efigênia e foi coroado novamente como rei, dando origem ao Congado. Afonso Arinos (1903), Diogo de Vasconcelos (1904; 1911), e vários outros autores já haviam escrito sobre o rei africano em suas obras que transitaram entre o teor memorialístico e monumentalista de Ouro Preto e Minas Gerais (SANTOS, 2019), antes mesmo de Agripa. Entretanto, esse obra marca a mudança de narrativa daqueles que passaram a falar de Chico Rei, de romances a músicas. Agripa Vasconcelos deu o nome africano à Chico Rei, chamando-o de Galanga, bem como à sua família; nomeou o navio negreiro, apontou o local de onde o rei havia sido capturado em África, além de toda sua saga de vida, utilizando, em vários momentos, de palavras em línguas centro-africanas, além de locais verídicos, buscando assim, credibilidade àquilo que a Editora Itatiaia chamou de “inequivocamente, História, com maiúscula”, mesmo alegando que o autor não se limitou a imaginar situações mais ou menos plausíveis. Nesse sentido, buscou-se refletir como a obra, ficção baseada na tradição oral, buscou ser lida e validada enquanto registro original da existência real do rei africano (SILVA, 2007), mesmo sendo uma narrativa absolutamente racista, favorecendo a constituição de uma visão extremamente preconceituosa, limitada e passiva dos africanos escravizados. Além disso, a existência do livro fez afastar uma análise mais profunda, por aqueles críticos à obra, sobre a existência de africanos no entorno do Palácio Velho e Alto da Cruz, local onde se concentra a história do rei africano, que em pesquisa recente (GASPAR, 2016) mostra a prática de resistência de africanos que já no segundo quarto do século XVIII haviam comprados suas alforrias, tinham residência própria e usufruíam das minas em proveito próprio.

Palavras-chave: Chico Rei, Agripa Vasconcelos, Ouro Preto, Romance.

Introdução

Esse texto parte de desdobramentos de minha dissertação de Mestrado em Educação, pela Universidade Federal de Ouro Preto, intitulada *O Grande Anganga Muquixe Chico Rei: a presença do mito negro no Reinado do Alto da Cruz e nas escolas de Ouro Preto/MG* (2019). Investiguei como era vivenciada e experienciada a história de Chico Rei no Reinado do Alto da



Cruz, pelos grupos de Congado e Moçambique, como mito¹⁶⁸ fundador da prática cultural e religiosa; além de investigar como era apresentada e difundida a história do rei africano na cidade histórica.

Na investigação foi possível perceber que a obra *Chico Rei*, de Agripa Vasconcelos (1966), representou grande influência nas obras que foram produzidas posteriormente e que trataram também de Chico Rei, seja em obras literárias, artísticas ou textos jornalísticos. Além disso, seja na figura da Editora Itatiaia, editora do livro, ou na figura do próprio autor, a obra buscou ser “equivocadamente, História, com maiúscula”, como apresenta a orelha do livro da primeira edição, de 1966, se colocando, portanto, como a história verdadeira de Chico Rei, sendo tratada como tal.

Entretanto, o autor, além de “imaginar situações mais ou menos plausíveis”, (VASCONCELOS, 1966), utilizou de inúmeras expressões preconceituosas e se pautou em uma concepção racista a respeito da África e dos africanos. Apesar disso, a obra continua sendo fonte sobre a história do rei africano.

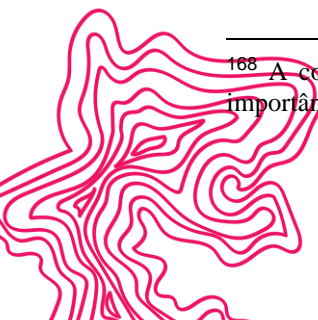
Apresentando Agripa Vasconcelos e suas obras

Agripa Vasconcelos nasceu em 1896, em Matozinhos/MG, e faleceu em 1969, em Belo Horizonte. Advindo de uma família de elite, bisneto do Conde e Visconde do Rio das Velhas, Agripa se formou médico, foi escritor e político. Ainda jovem, entre seus 20 anos, entrou para a Academia Mineira de Letras. Integrou também o Instituto Histórico e Geográfico Mineiro e o Instituto Histórico de Ouro Preto.

A Sagas do País das Gerais, coletânea de obras que trouxe muito reconhecimento para o autor, é composta pelos romances *A Vida em Flor de Dona Beja: ciclo do povoamento* (1957), *Fome em Canaã: ciclo do latifúndio* (1951), *Sinhá Braba: ciclo agropecuário* (1966), *Gongo Sôco: ciclo do ouro* (1966), *Chica que manda: ciclo do diamante* (1966) e *Chico Rei: romance do ciclo da escravidão nas Gerais* (1966). A coleção ganhou status de narrativas verídicas de histórias dos lugares mais longínquos de Minas Gerais, que o autor mineiro “redescobriu e revelou ao mundo” (VASCONCELOS, 1966).

Escritores memorialistas e monumentalistas já haviam, desde 1904, escrito sobre Chico Rei, antes mesmo de Agripa Vasconcelos em sua última obra da Saga, em 1966. Por

¹⁶⁸ A concepção de mito aqui tratada não se refere àquilo que não existe, mas à uma história que, por sua importância, narra a origem de algo.



memorialistas, compreende-se por aqueles escritores que se propuseram a “resgatar” a história, os acontecimentos e os fatos da antiga Vila Rica, onde, utilizaram da narrativa sobre Chico Rei, associando-o a um passado memorável, para constituir uma memória histórica da cidade, logo após a mudança da capital mineira, de Ouro Preto para Curral Del Rei, atual Belo Horizonte, em 1897 (SANTOS, 2019). Desses, destaco Afonso Arinos (1904), Diogo de Vasconcelos (1904; 1911), Carlos Góes (1914), Alcebíades Delamare (1935) e Eponina Ruas (1950). Monumentalistas compreende aqueles que, por vezes influenciados pelos escritos dos memorialistas, utilizaram a narrativa sobre Chico Rei para elevar e enaltecer a monumentalidade de Ouro Preto, como os modernistas Mário de Andrade (1925), Manuel Bandeira (1930) e Cecília Meireles (1953) (SANTOS, 2019). Entretanto, além desses, chamo atenção à obra de Manuel Querino (1918), que no âmbito do ativismo intelectual negro, pioneiramente, associou Chico Rei ao qual sua narrativa se apresenta: atitude de resistência coletiva, insubordinação e luta pela liberdade realizada por africanos escravizados (SANTOS, 2019).

Entretanto, a obra de Agripa Vasconcelos (1966) marca uma mudança significativa nas narrativa daqueles que passarão a falar de Chico Rei, de romances a músicas, textos jornalísticos e reportagens. Agripa Vasconcelos esteve no rol dos escritores memorialistas e monumentalistas, onde, suas obras em Sagas do País da Gerais, buscaram retratar uma Minas Gerais a partir de contos e personagens que transitavam na oralidade, instituindo-as como histórias verdadeiras.

Chico Rei, o romance: racismo e verdade histórica

O romance *Chico Rei* (VASCONCELOS, 1966), na epígrafe, cita um trecho da nota de rodapé em que Diogo de Vasconcelos comentou sobre Chico Rei, em seu livro *História Antiga de Minas Gerais*, de 1904. Dessa maneira, percebe-se que Agripa traz elementos que estiveram presentes no texto de Diogo de Vasconcelos, que, por sua vez, disse relatar o que transitava na história oral.

Ao iniciar o romance, Agripa cita a passagem bíblica conhecida como a maldição de Cam, contando que Noé, por ter sido caçoado por seu filho Cam, lançou praga a seu neto, Canaã, onde todos os descendentes dele seriam escravos dos demais. Na peregrinação para povoamento da terra, Cam povoou as terras de África e seus descendentes tornaram-se negros.

A raça de Cham povoou terras abrasadas pelo sol intertropical e nascia preta ou morena acobreada, formando nações as mais diversas da África. Os que provieram d'ele têm pele



escura ou negra [...] Era povos sem espírito de liderança, muitos sujeitos a nações miscigenadas por sangue de outros continentes. Não nasciam para mandar, mas para obedecer, escravos como predissera, com o espírito do Senhor, o patriarca Noé... [...] Tôda a África estava povoada pela geração maldita de Cham. Essa raça enfrentava a natureza hostil e constituía-se de tribos, hordas, bandos selvagens ou bárbaros, pacíficos ou antropófagos. (VASCONCELOS, 1966, p. 15)

Segundo Kabengele Munanga (1984), essa narrativa está ligada às raízes históricas do racismo ocidental, onde sua propagação estava vinculada aos interesses religiosos, onde, “nessa ordem das ideias, a Igreja Católica fez da cor preta a representação do pecado e da maldição divina” (MUNANGA, 1984, p. 84).

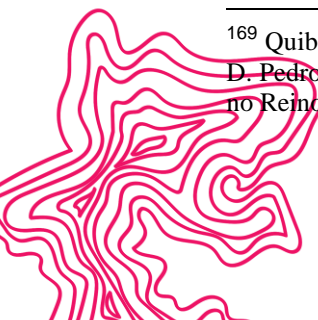
Dessa maneira, essa narrativa serviu para justificar o escravismo em África, já que a escravidão era a condição da população negra. O Clero e a Coroa europeia estiveram com a consciência tranquila ao promover o escravismo no continente africano. E é dessa maneira arcaica e racista que Agripa Vasconcelos vai tecendo seu romance.

Vasconcelos (1966) diz que o rei africano era da raça Mani-Congo e que se tornou rei por vencer a batalha de Maramara, mas que foi capturado em uma emboscada por Jagas e vendido com sua família e toda sua corte para escravistas portugueses. Conta que seu nome era Galanga e que viajou no navio negreiro de nome Madalena, com sua esposa Djalô, sua filha Itulo e seu filho Muzinga, além de sua corte, nas quais o autor também deu nomes. Diz que na viagem, sua esposa Djalô e sua filha Itulo foram jogadas no mar em uma tempestade, sobrevivendo apenas Chico Rei – Galanga, Muzinga e algumas pessoas de sua corte. Conta que chegou ao Brasil em 1740 e que foi comprado por Major Augusto de Andrade Góis, no Rio de Janeiro, e levado para Vila Rica, para trabalhar nas minas de ouro.

É possível que Agripa Vasconcelos conhecesse de história ou que estudou para escrever o livro e buscar trazer credibilidade à obra. Ele utiliza de diversos locais existentes no Reino do Kongo, como Quibango¹⁶⁹, cita Aluquene, que, conhecido também como Luqueni e Nivi a Luqueni, é reconhecido como um dos fundadores do Reino do Kongo, cita também Nzambi Apungu, Deus na cosmogonia Bantu, assim como utiliza de inúmeras frases em língua centro-africana, ao narrar os diálogos do rei africano em seu romance, como:

- *Culoaca quioso quia machinca iá Alunquene?* (Jura tudo pelo sangue de Aluquene?)
- *Evé Zámbe-Apungo jibonqui.* (Sim, Deus é testemunha.) (VASCONCELOS, 1966, p. 35)

¹⁶⁹ Quibango foi uma província de muita importância no Reino de Kongo e serviu de corte para o Rei do Kongo D. Pedro IV, Nessama a Mbandu. SAPEDE, T. C. *Muana Congo, Muana Nzambi Ampungu: poder e catolicismo no Reino do Congo pós-restauração*, 2012.



Foi possível encontrar similaridades na grafia desses e dos outros diálogos trazidos pelo autor, com a grafia presente no *Diccionario da Lingua Bunda ou Angolense, explicada na Portugueza, e Latina, composto por Fr. Bernardo Maria Cannecattim*, capuchinho italiano e missionário em Angola e Congo. O dicionário é de 1804 e foi impresso pela Impressão Regia de Lisboa. No dicionário, testemunha é *jibânqui* (p. 683), sangue é *manhínca* (p. 650) e jurar está com a grafia *culóca* (p. 484). Portanto, semelhantes com as que o autor traz no romance. Além disso, o próprio autor, em nota de rodapé na página quarenta diz, a respeito de um diálogo que ele cria no romance (mas trata com veracidade) que esse foi dito em língua Bunda.

Entretanto, é de saltar os olhos as inúmeras expressões preconceituosas e a concepção racista na qual o autor constrói sua obra. Os africanos são tratados como bárbaros, pagãos, selvagens e preguiçosos. Narra uma conversa entre dois personagens, em que um deles, chamado de Major Nonato, diz que São Benedito era branco, mas que atraía muitas mulheres, e que já cansado disso, pediu que Deus fizesse sua pele ficar preta: “Queria virar negro, coisa sem valia, que ninguém olha. Pois Nosso Senhor fêz o que êle pediu [...] O môço virou negro retinto, dêsses que vivem trabalhando nas minas de ouro (VASCONCELOS, 1966, p. 128).

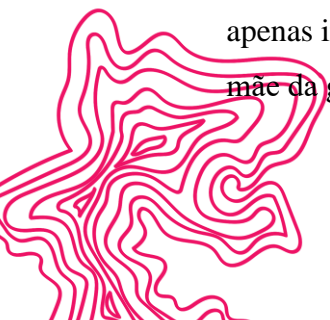
O autor também narra sobre os quilombos, e diz:

Os quilombos não era refúgios de prêtos, mas a sua reintegração ao meio de onde vieram, à sua nação perdida, à sua comunidade tribal. No silêncio dos matos, sendo quilombolas, não eram mais homens, e sim, feras que as mais das vezes estraçalhavam o caçador antes de serem caçadas. (VASCONCELOS, 1966, p. 94)

É possível observar com esses trechos como o escritor trata as pessoas africanas. Mas a Chico Rei, o autor constrói a narrativa do africano que aceita sua condição e é obediente, respeita seu senhor e consegue sua liberdade por outros meios: pela obediência e dedicação.

Chico Rei, no romance, é elevado à feitor dos escravizados da mina, onde, “passado a feitor, já era respeitado por seus malungos, de modo que a má vontade no labor da terra empedrada desapareceu. Todos trabalhavam como se fôsse para seu feitor” (VASCONCELOS, 196, p. 98). E quando Chico Rei, no romance, foi libertado e libertou seus malungos, o autor conta que nenhum dos libertos, assim como Chico Rei, se envolvia em confusões, badernas e bebedeiras, sendo bastante comportados.

Agripa Vasconcelos (1966) trata Chico Rei com um “admirável espírito de adaptação”, que trouxe benefícios para a miscigenação no Brasil, “porque a percentagem de sangue indígena apenas infelicitou nossa raça não só pelos defeitos herdados, como pelo amor ao repouso, pai e mãe da gostosa preguiça nacional” (VASCONCELOS, 1966, p. 83).



Concordando com Rubens Alves da Silva (2007), a narrativa tenta cobrir com a máscara europeia o corpo marcado de africanos e seus descendentes no Brasil, ao contribuir com uma imagem estereotipada reforçando o estigma dado à africanos e indígenas. Vasconcelos (1966), portanto, endossa a constituição da figura do bom-escravo, do bom-selvagem.

Ao promover ou construir uma suposta imagem de nobreza – quase natural – de Chico Rei e seu filho, na verdade o autor insinua que, para indígenas e africanos e seus descendentes serem reconhecidos, aceitos e valorizados como sujeitos humanos, a condição *sine qua non* é que eles neguem, primeiramente, suas origens étnico-raciais. (SILVA, 2007, p. 53)

E é esse “bom-selvagem” que, por bom comportamento, vai receber sua alforria, não com luta e resistência, como viera sendo tratada anteriormente e na obra de Manuel Querino (1918), mas Galanga-Chico Rei ganha a sua alforria por sua obediência.

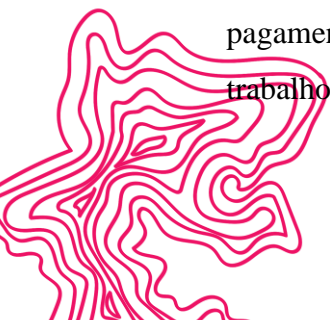
É interessante ressaltar como os artifícios criados por Agripa Vasconcelos vão configurar outras obras a posteriori. A invenção de supostos nomes africanos dados à Chico Rei e à sua família, como Galanga, Djalô, Itulo, Muzinga; a utilização de locais existentes no território que compreende hoje a Angola; a utilização de diálogos em língua Bunda; dentre outros artifícios, bem como o que traz a própria orelha do livro, em que Silva (2007) acredita ser de próprio punho do autor, tenta consolidar a obra como história verdadeira de Chico Rei; e dessa maneira, por se colocar como verdade histórica, trazendo elementos e artifícios convincentes, é que ela vai ser lida e reproduzida posteriormente.

Apropriações e reproduções

As obras de Agripa Vasconcelos serviram de inspiração para outras obras artísticas. A novela *D. Beija* (Rede Manchete, 1986) foi inspirada no livro *Vida em Flor de Dona Bêja* (VASCONCELOS, 1957), além da obra *Chica Quem Manda* (VASCONCELOS, 1966), que inspirou o filme *Xica da Silva*, de Cacá Diegues (1976).

Mas ao que se refere ao livro *Chico Rei* (VASCONCELOS, 1966), ele foi essencial para a criação do filme *Chico Rei*, de Walter Lima, de 1985. A par disso, poderemos perceber como a obra foi sendo utilizada e reproduzida.

Em Ouro Preto, no Bairro Antônio Dias, no trecho conhecido como Palácio Velho, onde se concentra a história de Chico Rei, há minas desativadas abertas para visitação. Na rua Dom Silvério encontra-se a Mina Chico Rei, espaço turístico, privado, aberto à visitação mediante pagamento de taxa. Esse local, na cidade, carrega o título de ser a mina em que Chico Rei trabalhou. Na recepção, há um cartaz escrito à mão com os nomes Galanga, Muzinga, Djalô,



Itulo, além de outros personagens, trazendo informações que foram criadas na obra de Vasconcelos (1966). É também em Ouro Preto onde, no ano de 2018, o grupo carnavalesco Charanga de Lata, um dos mais antigos da cidade, desfilou nas ruas com os nomes Galanga e Muzinga gravado em seus tambores.

Em 2013, os músicos Paulo César Pinheiro e Sérgio Santos compuseram a canção *Galanga Chico-Rei*, inspirada na obra de Vasconcelos (1966), trazendo elementos dos quais ele criou em seu romance. A canção foi o texto do espetáculo *Galanga Chico-Rei*, do ator, músico, produtor e congadeiro mineiro Maurício Tizumba.

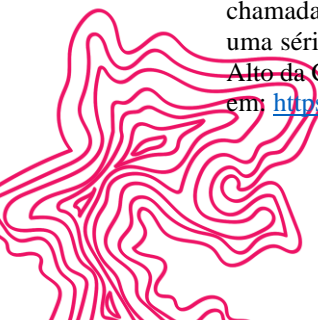
O livro infanto-juvenil *Chico Rei*, de Renato Lima (2015), narra a história do rei africano e utiliza o nome Galanga ao referir-se a ele, além de outros elementos retirados do romance de Agripa.

Entretanto, elementos criados por Agripa foram também incorporados por comunidades tradicionais, como por exemplo, a Comunidade Quilombola de Pontinha, de Paraopeba/MG, onde, segundo a pesquisa de Ricardo Alvares da Silva (2008), a origem desse quilombo se deu, segundo diz um livro inspirado na obra *Chico Rei* (1966), por Muzinga, filho de Galanga, após ele sair de Vila Rica e ocupar outros territórios. Além disso, alguns congadeiros de Ouro Preto também se referem à Chico Rei como Galanga, mesmo reconhecendo que a obra é um romance (SANTOS, 2019). Analiso que, pela falta de indícios para comprovar veracidade e a necessidade de afirmação de suas práticas culturais, comunidades se utilizam de obras para se posicionarem e disputarem territórios, narrativas e direitos.

Mais recentemente é possível observar uma crescente de textos, reportagens e postagens dizendo sobre Chico Rei a partir da obra de Agripa Vasconcelos (1966).

A marca de camisetas Chico Rei, criada em Juiz de Fora em 2008, traz em seu site uma aba chamada A Fantástica História de Chico Rei. Nela, a história narrada é a do romance de Vasconcelos (1966). Ela é apresentada da seguinte maneira: “Embora não exista comprovação histórica de sua existência, Galanga, ou Chico Rei, é um personagem lendário presente na tradição oral mineira desde o século XVIII”.¹⁷⁰

¹⁷⁰ A empresa também elaborou alguns projetos com a temática de Chico Rei. Um é uma série de vídeo-dança, chamada de *web-série* “Chico Rei em Movimento”, lançou um podcast chamado A História de Chico Rei e lançou uma série de camisetas chamada Amigos do Reinado (nome da AMIREI – associação que realiza o Reinado do Alto da Cruz) e parte da verba das vendas das camisetas seriam destinadas ao Reinado do Alto da Cruz. Disponível em: <https://chicorei.com/a-fantastica-historia-de-chico-rei> Acesso em 27 jul. 2023.



Curiosamente, nos últimos anos, tem havido textos, em diferentes meios, que tem tratado de Chico Rei como Galanga, e reproduzindo, em grande medida, as criações da obra de Agripa para se referir ao rei africano.

O *site* da organização Observatório do Terceiro Setor, em dezembro de 2018, publicou o texto *A história do rei que foi escravizado no Brasil e lutou pela sua liberdade*. O texto, logo no começo, apresenta que Chico Rei foi um monarca africano, chamado originalmente de Galanga, mas diz que sua história é contada pela história oral e que não há comprovação da existência o rei. No decorrer do texto, o que se apresenta, é o que está presente na obra de Agripa. Há também um recorte da pintura intitulada *Negros Benguela – Angola – Congo – Monjolo*, de Johann M. Rugendas (1835), aludindo que o negro Congo, do recorte da obra de Rugendas, seja Chico Rei.¹⁷¹

O *site* Bafafá, de conteúdo cultural do Rio de Janeiro, em março de 2022 lançou um texto chamado *Galanga, o Rei do Congo que virou Chico Rei no século XVIII*. O que se apresenta no texto também são os elementos criados pela obra de Agripa.

O blog da Nubank, empresa de serviços financeiros, também escreveu sobre Chico Rei, em novembro de 2022, reproduzindo elementos do romance de Agripa e tratando-o como verdade histórica. O texto associa a história de Chico Rei com economia, traçando relações com astúcia, inteligência e enriquecimento, aspectos caros para uma empresa como a Nubank.

É interessante apresentar que nos textos de sítios citados acima, contam que Chico Rei escondeu ouro minerado no cabelo, e que dessa maneira conseguiu sua alforria. Entretanto, no romance de Agripa Vasconcelos (1966), Chico Rei não esconde ouro (até porque seria contraditório com a imagem do africano que o autor gostaria de construir). Na verdade, no romance de Agripa, o rei africano trabalha obedientemente e, por ser leal e aparentar sangue nobre, um padre compra a sua alforria. Nesse sentido, apesar dos elementos do romance de Agripa se sobrepuserem nos textos analisados, há a utilização de outros elementos, que circulam na oralidade e em outras obras, para então assim, construir o discurso que quer dizer utilizando da narrativa de Chico Rei.

Existem outras reportagens e outros sítios que têm dito sobre Chico Rei, reproduzindo o que trouxe a obra de Agripa. Não é a intenção desse texto trazê-las, uma a uma, até mesmo

¹⁷¹ Ao pesquisar essa imagem no Google Lens, a ferramenta indicou ser o retrato de Chico Rei e de Manuel Congo, africano escravizado, líder da revolta de Vassouras/RJ. Isso mostra como diversos sítios têm utilizado a pintura genérica de Rugendas para ilustrar o que seria Chico Rei e Manuel Congo.

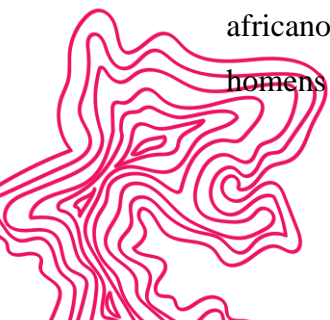


pela impossibilidade, mas as que foram apresentadas até aqui podem ter instigado a refletir como os elementos criados no romance estão sendo reproduzidos e sem referenciar o autor, pois essa foi uma constante nos textos analisados. Dessa maneira, observa-se que os elementos criados por Agripa Vasconcelos (1966) estão sendo tratados com veracidade ao que diz respeito ao rei africano e estão sendo reproduzidos como tal. Portanto, a história que tem circulado sobre Chico Rei, é, em suma, a história que o romance criou.

Algumas palavras para finalizar

A obra de Agripa Vasconcelos e as reproduções de seu romance nos textos publicados em sítios diversos, como vem acontecendo, tem afastado um conhecimento mais aprofundado sobre as ações e os feitos de africanos escravizados em Vila Rica, e no Brasil, de certa forma. Ao reproduzir os elementos criados pelo autor, se reproduz também toda sua obra, que traz uma narrativa racista, limitada e equivocada, que trata o africano como passivo e que, pela obediência, conseguiu alforriar-se. Ao reproduzir essa história faz-se com que se reproduza uma história genérica, onde a figura de Chico Rei é tratada como uma pessoa obediente, que respeitou a hierarquia, que foi paciente, que trabalhou incessantemente até conseguir sua liberdade, que foi dada pela bondade dos brancos que viam nele uma alma nobre, diferente de outros de sua raça, pois “o dono da [mina] da Encardideira viu logo que Chico Rei era homem” (VASCONCELOS, 1966, p. 96). Portanto, limita-se uma compreensão mais crítica e impede o acesso a um conhecimento mais aprofundado sobre o que foi as ações insurgentes de africanos escravizados em Vila Rica.

O romance também fez afastar uma análise mais profunda, em relação àqueles críticos à obra, a respeito dos africanos no entorno do território conhecido como Palácio Velho. O pesquisador Gaspar (2016), ao reconstruir a história do Palácio Velho, local onde foi construído o primeiro palácio dos governadores da Colônia, logo no início do século XVIII, pelo português Henrique Lopes, mostra que nas minas de ouro desse local, um dos complexos auríferos mais ricos do século, africanos escravizados usufruíram das minas em proveito próprio entre os anos de 1734-35, após Henrique Lopes ter deixado essa alcunha em testamento. Gaspar (2016) observou um aumento exponencial de doações à Irmandade de Santa Efigênia dos Homens Preto do Alto da Cruz, na qual os africanos escravizados do Palácio Velho eram associados, bem como uma crescente de arrendamentos de partes do território do Palácio Velho pelos africanos, além do número de africanos que se alforriaram após o ocorrido. As irmandades de homens pretos foram locais onde ações insurgentes ocorriam, alforrias coletivas eram



adquiridas, assistências médicas eram oferecidas e as cosmologias africanas eram vivenciadas. Portanto, tratar de uma narrativa de Chico Rei, deveria passar por esses aspectos. Entretanto, valorizar o romance histórico como verdade histórica faz reproduzir e reforçar estereótipos, limitando uma investigação mais profunda a respeito dos africanos no Palácio Velho e até mesmo do que foi ou não foi Chico Rei, além dos outros “chicos reis”, diversos africanos que pela luta e resistência conseguiram se alforriar.

Referências

A FANTÁSTICA HISTÓRIA DE CHICO REI. Chico Rei, s/d. Disponível em: <https://chicorei.com/a-fantastica-historia-de-chico-rei>. Acesso em: 27 jul. 2023

AFONSO, Joyce. Você precisa conhecer a história de Chico Rei. **Blog Nubank**, 2022. Disponível em: <https://blog.nubank.com.br/a-historia-de-chico-rei/>. Acesso em 27 jul. 2023.

ANDRADE, Mário de. Nocturno de Belo Horizonte. **Revista Estética**, Rio de Janeiro, ano II, v.1, abr./jun 1925, p. 233-247.

BAFAFÁ. Galanga, o rei do Congo que virou Chico Rei no século XVIII. **Bafafá**, 2022. Disponível em: <https://bafafa.com.br/turismo/historias-do-rio/galanga-o-rei-do-congo-que-virou-chico-rei-no-seculo-xviii>. Acesso em 27 jul. 2023.

CANNECATTIM, Fr. Bernardo Maria de. **Diccionario da língua bunda ou angolense explicada na portuguesa, e latina**. Lisboa: Impressão Regia, 1804.

CHICO REI. (filme) Direção: Walter Lima Jr. 1985. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=9GivAfRuC0M>>. Acesso em: 5 maio 2018.

DELAMARE, Alcebíades. **Villa-Rica**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1935.

GALANGA CHICO REI (música). Paulo César Pinheiro e Sérgio Santos, 2013.

GARCIA, Maria Fernanda. A história do rei que foi escravizado no Brasil e lutou pela sua liberdade. **Observatório do Terceiro Setor**, 2018. Disponível em: <https://observatorio3setor.org.br/noticias/a-historia-do-rei-que-foi-escravizado-no-brasil-e-lutou-por-liberdade/> Acesso em: 27 jul. 2023.

GASPAR, Tarcísio de Souza. **Tapanhuacanga em ruínas**: história do Palácio Velho de Ouro Preto. 2016. 629f. Tese (Doutorado em História Social) – Departamento de História, Universidade de São Paulo, São Paulo.

GOES, Carlos. **Histórias da Terra Mineira**. Belo Horizonte: Imprensa Oficial do Estado, 1929.

LIMA, Renato. **Chico Rei**. São Paulo: Paulus, 2006.

MEIRELES, Cecilia. **Romanceiro da Inconfidência**. Rio de Janeiro: Livros D Portugal, 1953.

MUNANGA, Kabengele. Raízes científicas do mito do negro e do racismo ocidental. **Temas Imesc. Sociedade, Direito, Saúde**, São Paulo, p. 39-49, 1984.



QUERINO, Manuel. O colono preto como fator da civilização brasileira. **Afro-Ásia**, Bahia, n. 13, 1980, p. 143-158.

RUAS, Eponina. **Ouro Preto: Sua História, Seus Templos e Monumentos**. Rio de Janeiro: Departamento de Imprensa Nacional, 1950.

SANTOS, Amanda Melissa dos. **O Grande Anganga Muquixe Chico Rei: a presença do mito negro no Reinado do Alto da Cruz e nas escolas de Ouro Preto/MG**. 2019. 217f. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Federal de Ouro Preto – UFOP, Mariana, Minas Gerais.

SAPEDE, T. C. *Muana Congo, Muana Nzambi Ampungu: poder e catolicismo no Reino do Congo pós-restauração*. 2012. 210f. Dissertação (Mestrado em História Social), Universidade de São Paulo.

SILVA, Ricardo Álvares da. **Herdeiros de Chico Rei: mito de origem e etnogênese da comunidade quilombola de Pontinha**. 2008. 93f. Dissertação (Mestrado em Antropologia) – Departamento de Antropologia e Sociologia, Universidade Federal de Minas Gerais.

SILVA, Rubens Alves da. Chico Rei Congo do Brasil In: SILVA, Vagner Gonçalves da (org.) **Imaginário, cotidiano e poder: memória afro-brasileira**. São Paulo: Selo Negro, 2007.

VASCONCELOS, Agripa. **Chico Rei: romance do ciclo da escravidão nas Gerais**. Belo Horizonte: Itatiaia, 1966.

VASCONCELOS, Diogo de. “As Obras de Arte” In: DRUMMOND, Maria Francelina S. I. (org). **Ouro Preto Cidade em Três Séculos; Bicentenário de Ouro Preto; Memória Histórica [1711-1911]**. Ouro Preto: Liberdade, 2011.

_____. **História Antiga de Minas Gerais**. Belo Horizonte: Itatiaia, 1974.



Entre o local e o global: a história local como chave interpretativa para a escrita e o ensino de história

Claudia Patrícia de Oliveira Costa

Doutora

Luiza Rafaela Bezerra Sarraff

Doutora

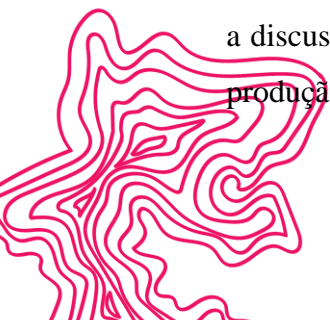
Rita de Cássia Ribeiro da Silva

Mestra

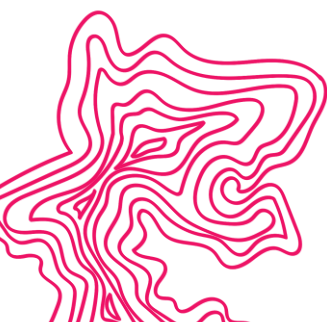
A partir da admissão de sujeitos historicamente excluídos, novas identidades vêm sendo forjadas e intensificam-se as disputas em torno das apropriações do passado feitas por tais grupos. Nesse sentido, a historiografia brasileira passa a ser redimensionada em sua função de legitimadora de um ideal homogeneizador de determinada concepção de comunidade nacional. Trata-se, entre outras possibilidades, de pensar o micro em constante relação dialógica com o macro e, sob esse aspecto, podemos citar as importantes contribuições da Micro-História italiana, em particular as que possuíam interseções com os desdobramentos do “giro lingüístico”, no âmbito das tendências historiográficas contemporâneas. Expandiram-se, então, os estudos que levassem em conta o local como potência para a construção de uma gama de indagações, produção de pesquisas e desdobramentos, para a escrita da história e para o ensino da história.

Ao pensarmos nessa perspectiva, julgamos ser possível recortar e selecionar do todo, aquilo que fará sentido para grupos que, durante muito tempo, frequentou as margens da história. Mulheres, negros, povos originários, crianças, população LGBTQIA+... são apenas alguns exemplos de sujeitos históricos que, a depender da escala de observação aplicada pelo historiador/pesquisador, conduzem a uma abordagem do local focada no ato de ajustar o olhar, partindo de aspectos específicos e singulares para entender as interpolações entre o local, o nacional e o global. Nesse sentido, compreendemos que a noção de local pode corresponder à história de vida de um indivíduo, de um grupo ou comunidade, um bairro, uma cidade, uma região, uma escola... A mesma depende do “ajuste” à escala de observação definida por quem sobre eles se debruça.

Em sintonia com essa proposta, apostamos nesse simpósio como espaço que privilegie a discussão de questões que envolvam a História Local como potência epistemológica para a produção historiográfica em variadas instâncias, destacando a confluência entre a História e o



seu Ensino. Portanto, o simpósio acolhe trabalhos que abordem o Ensino de História, História Local, as interpolações entre memória e história, espaços e práticas pedagógicas associadas à história local, levando-se em conta narrativas, oralidade, identidades locais e práticas na escola básica, temas sensíveis e lugares de memória para a História Local, dentre outras intersecções possíveis.



Laboratório de ensino de história e a formação docente em uma perspectiva da história local e regional.

Andressa Mendes Carvalho

Graduanda em História - Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha
Email: andressa.carvalho@ufvjm.edu.br

Bianca Carolina Soares

Graduanda em História - Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha
Email: bianca.soares@ufvjm.edu.br

Rosiane da Silva Ribeiro Bechler

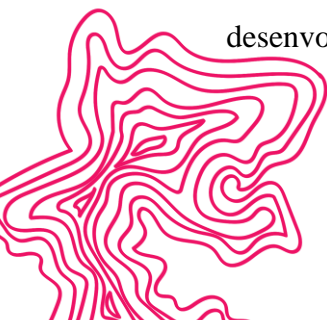
Professora Adjunta da Faculdade Interdisciplinar em Humanidades
Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
Doutora em Educação pela Universidade Estadual de Santa Catarina, Mestre em Educação pela Universidade Federal de Minas Geral e licenciada em História pela UFMG.
Email: rosiane.bechler@ufvjm.edu.br

Resumo: Este artigo apresenta reflexões de duas discentes do Curso de Licenciatura em História da Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri (UFVJM). Estas foram elaboradas a partir das experiências promovidas no contexto da disciplina Laboratório de Ensino de História - Produção de Materiais Didáticos e do Projeto “História das Gerais: olhares para além das Minas”, ambos conduzidos pela Profa. Dra. Rosiane Ribeiro Bechler em parceria com a Profa. Dra. Elizabeth Aparecida Duque Seabra, e vinculados ao Laborales - Laboratório de Pesquisa e Fazeres Históricos nos Vales. Para tanto o texto está organizado da seguinte maneira: na introdução apresentamos o Laborales e a vinculação de sua proposta com a disciplina; em seguida apresentamos a disciplina Laboratório de Ensino de História - Produção de Materiais Didáticos; e por fim partilhamos as nossas experiências discentes no contexto abordado, seguida das reflexões que encerram o texto.

Palavras-chave: Ensino de história, História local, Pluralidade cultural.

Introdução

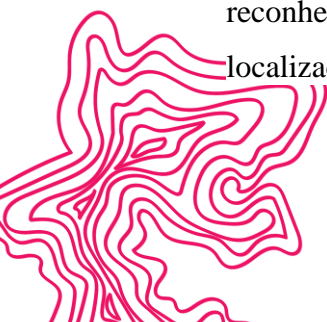
O Laborales é um território de interações, estudos, pesquisas, partilhas e experiências em torno de saberes históricos que perpassam o currículo da Licenciatura em História na Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri (UFVJM). Tem como propósito fomentar atividades na área da pesquisa em História, privilegiando a articulação entre os eixos ensino/pesquisa e teoria/prática. Atualmente, sob coordenação da professora coautora deste texto - Rosiane Bechler, tem promovido olhares para diferentes saberes e fazeres históricos nos Vales do Jequitinhonha e Mucuri. O ajuste de foco das atividades e projetos em desenvolvimento, recai sobre o entrelaçamento da pesquisa histórica com uma formação



docente que considere como as particularidades desse contexto atravessam o que se compreende por ensinar e aprender História.

Para tanto, um dos principais compromissos assumidos pela gestão do Laborales é contribuir com a formação discente, promovendo atividades de caráter experimental e teórico que conjuguem fontes e saberes históricos, considerando os procedimentos metodológicos e as abordagens teóricas do trabalho de professores historiadores. O laboratório conta com um espaço físico instalado na Sala 6 do prédio da Faculdade Interdisciplinar de Humanidades da Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri (UFVJM), no *Campus JK* na cidade de Diamantina - MG, e espaços virtuais disponíveis em site e página no Instagram. Para viabilizar a proposta do Laboratório de História, revisada com tais nuances em 2021, a coordenação propõe projetos de ensino, pesquisa e extensão, vinculando e ocupando esse espaço com discussões mais amplas no âmbito da formação docente e da interpelação do conhecimento histórico.

Um desses projetos, desenvolvido no ano de 2022, foi o *História das Gerais: olhares além das Minas*, vinculado à Pró-Reitoria de Apoio ao Ensino da UFVJM. Os objetivos da proposta eram a elaboração de oficinas que incentivassem abordagens criativas sobre narrativas históricas circulantes sobre as Minas Gerais; o mapeamento e disponibilização de estudos, pesquisas e práticas pedagógicas voltadas para o trabalho com a história local/regional em Minas Gerais, particularmente sobre o Vale do Jequitinhonha; além da problematização de narrativas historiográficas que se perpetuam no ensino da história regional de Minas Gerais, fazendo esta equivaler, apenas, ao seu passado colonial. Ao decorrer do ano de 2022 o projeto desenvolveu diversas ações relacionadas aos objetivos propostos pelo mesmo. Uma delas foi a realização de um Ciclo de Oficinas com o intuito de ampliar horizontes sobre a história do Vale do Jequitinhonha, onde diversos convidados expuseram e debateram sobre seus trabalhos. Outra ação foi a exposição de obras fotográficas do artista e fotógrafo natural do Vale do Jequitinhonha, Lori Figueiró, intitulada *Desde o chão do Jequitinhonha*, que retrata de maneira destacada as mulheres do Vale que, através de seus ofícios, são símbolos vivos de resistência. Outro projeto vinculado ao Laborales, e atualmente em curso, é o Professoras/es nas Gerais: Histórias para além das Minas, de caráter extensionista. Este é um desdobramento do projeto de ensino citado anteriormente e tem como objetivo contribuir para uma formação docente que reconheça as particularidades de ensinar e aprender História na região em que estamos localizados. Além disso, tem o intuito de promover olhares sobre a pluralidade de histórias,

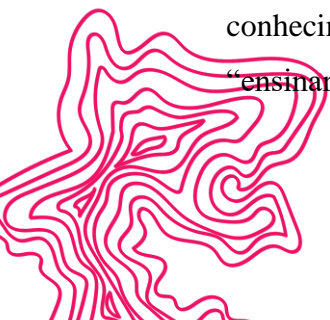


trajetórias, saberes e modos de vida do Vale do Jequitinhonha através da elaboração de materiais e práticas pedagógicas em diálogo com as demandas da Educação Básica e outros espaços educativos. Para além das atividades específicas dos projetos, a disciplina Laboratório de Ensino de História - Produção de Materiais Didáticos, também tem seu plano de ensino organizado de forma vinculada ao Laborales e ações em curso, fomentando a reflexão sobre a produção de materiais didáticos para o ensino de História em uma perspectiva de *jogos de escalas* (REVEL, 1998) e considerando a indissociabilidade entre ensino e pesquisa. Nesse sentido, discussões sobre o ensino de história em perspectiva local e regional, considerando as particularidades das relações históricas e territoriais estabelecidas entre os eixos Diamantina - Vale do Jequitinhonha - Minas Gerais tem se consolidado como orientadoras das experiências pedagógicas desenvolvidas nesse contexto.

Laboratório de ensino de história - produção de materiais didáticos

A disciplina de *Laboratório de ensino de história: produção de materiais didáticos* (LEH-PMD) está inserida no currículo base para graduação de Licenciatura em História pela Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e do Mucuri, vigente desde o ano de 2018. A mesma é ministrada para os alunos matriculados no quinto período do curso visando incentivar os discentes à atividades de ensino, pesquisa e extensão em temáticas vinculadas ao ensino de História. Desde 2021 a disciplina é ministrada pela Profa. Rosiane Ribeiro Bechler, licenciada em História e doutora em Educação, com pesquisas no campo dos livros didáticos de História Regional. O conjunto de atividades desenvolvidas ao longo do cronograma da disciplina fomenta aos discentes ultrapassarem os limites da sala de aula e irem além da historiografia didática canonizada, a partir de propostas diversas como atividades de campo, análises de materiais didáticos, pesquisa e produções que valorizam a criatividade e a intelectualidade dos futuros docentes. Pode-se ressaltar que os principais objetivos almejados durante os encontros da disciplina são; a reflexão a respeito a docência de história e seus entrelaçamentos com as questões do tempo presente; debates a respeito do que é o material didático, seus usos e funcionalidades; construção de práticas processuais com foco no desenvolvimento de materiais didáticos.

A priori, as intervenções realizadas no contexto da sala de aula visam preparar os alunos para caminhadas profundas de inserção nas múltiplas possibilidades de produção do conhecimento histórico. De acordo com a professora pesquisadora Selva Fonseca (2003), “ensinar história requer um diálogo permanente com diferentes saberes, produzidos em

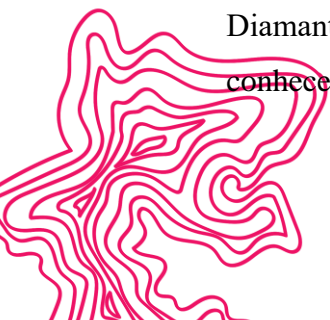


diferentes níveis e espaços"(p.118), dessa maneira, os momentos de debate, investigação e desenvolvimento das práticas processuais são como lupas que possibilitam os discentes enxergarem com maior detalhamento os desafios que permeiam a docência de professores historiadores. Essa dinâmica assume o desafio de conjugar teoria e prática ao longo de toda a disciplina, fomentando dimensões críticas, intelectuais e criativas como princípio do trabalho docente em História. Thompson dizia ser o propósito da história a reconstrução, a explicação e a compreensão do seu objeto, ou seja, a viabilidade de se entender aquilo que chamamos de história real. Sendo assim, assume-se o compromisso de, através do ensino de história, fomentar a compreensão e a transformação do espaço no qual o indivíduo está inserido, seja seu bairro, escola, cidade entre outros. Cumprindo assim, o papel formativo de uma educação que seja prática e atrativa adequada à realidade dos nossos alunos. A proposta de uma disciplina que ensine a pensar a educação em perspectiva ativa é nada mais que ensinar os discentes algo real e utilitário em sua prática de trabalho propagando então um ensino de qualidade haja vista que, o aprendizado acadêmico adquirido por eles é posto em seguida em espaços que eles tornam-se propagadores do conhecimento. Destarte, como foi dito por Fonseca (2003), o fundamental na construção do saber histórico em sala de aula é a evidenciação do real.

Relatos das discentes da disciplina

Relato Andressa Mendes:

Os momentos dedicados à disciplina de LEH: Produção de Materiais Didáticos possibilitaram grandes mudanças na minha perspectiva tanto quanto aluna bem como nas minhas práticas docentes no Estágio Supervisionado e na e Residência Pedagógica. Entender a importância do compromisso com a pesquisa voltada para a docência em História foi um divisor de águas para compreender que o trabalho em sala de aula é, também, uma constante pesquisa. Pautando as experiências em campo é necessário ressaltar como reconhecer e entender as perspectivas da cidade onde tenho lecionado permitiram melhorias no tratar e no laborar com os meus alunos. Há momentos em que observo as aulas dos meus preceptores e consigo traçar alternativas para explicar e exemplificar dados conteúdos a partir das experiências adquiridas na disciplina de LEH-PMD. Cursei a disciplina no período 2022/01, no qual o tema amplo das atividades desenvolvidas foi: “O jogo das trocas: feiras e mercados em Diamantina e região”.. Iniciamos nossas discussões a partir de uma aula pública no Mercado Velho da cidade de Diamantina, que teve como mote a questão “Toda estrada da na venda?” e assim seguimos conhecendo e reconhecendo a formação espacial e cultural do município. Como resultado deste

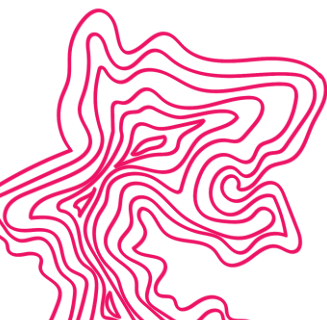


estudo a turma produziu alguns materiais didáticos tanto para apoio dos professores como para uso direto com os alunos, dos quais podemos citar jogos, cartilhas, sites e muito mais. O processo de elaboração dos materiais contou com a participação geral da turma e orientação da professora, contribuindo assim para troca de experiências e vivências distintas.

Relato Bianca Soares:

No período em que eu cursei a disciplina, o foco da produção do material didático proposto era a história regional, com enfoque nas cultura do Vale do Jequitinhonha. A minha experiência pessoal com a produção do material didático e com as reflexões acerca do ensino de história regional construídos ao decorrer da disciplina foi sem dúvida muito rica e de muita importância para minha formação enquanto futura professora. Além disso, enquanto bolsista do projeto em curso vinculado ao Laborales, “Professores nas Gerais-Histórias para além das Minas”, eu tenho me identificado cada vez mais com as discussões sobre o ensino de história local e regional, e percebido o quanto esse campo de pesquisa me desperta sensibilidades, visto que sou natural da cidade de Diamantina, na qual está localizado o Campus JK da Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha. No contexto do projeto de extensão e da disciplina ministrada pela professora Rosiane, pude me aproximar da história da minha cidade, e construir um olhar mais crítico acerca das cidades históricas e dos patrimônios culturais. O material didático produzido pelo meu grupo foi um folder sobre o artesanato com flor de sempre viva, um marco da cultura do Vale do Jequitinhonha. Produzir esse material didático foi uma experiência de sensibilidade e de reconhecimento da minha própria cultura. Venho de uma família de artesãs, e perceber que algo que faz parte da minha história, da história do lugar de onde venho, pode ser trabalhado nas escolas e pode despertar memórias e fomentar o pertencimento também para outros estudantes me faz olhar e perceber as tramas históricas de maneira mais sensível e também humana. Pude perceber através da disciplina, a importância de sabermos, enquanto futuros professores, entender as particularidades de cada estudante, e valorizar os aspectos culturais que compõem o espaço em que eles estão inseridos. A partir dessa perspectiva, posso compreender outras dimensões dos meus saberes e fazeres como professora de História, e me comprometer com a abordagem de conteúdos que dialoguem com a realidade dos estudantes, que possibilitem a identificação e sensibilizem outras visões e ações sobre o local em que vivem.

Conclusão



Em suma, a disciplina de Laboratório de Ensino de História - Produção de Materiais Didáticos apresenta para nós discentes uma nova perspectiva sobre o trabalho docente, considerando sua dimensão intelectual e criativa, e o compromisso com o reconhecimento e problematização da realidade dos estudantes em perspectiva histórica. Nesse sentido, é fundamental conjugar diferentes escalas, reconhecer os espaços onde estão inseridos e entender a pluralidade que compõe uma sala de aula. A experiência também contribui para superarmos a lacuna no acesso a materiais didáticos que abordem temáticas específicas no contexto local de cada região, ao mesmo tempo em que fomenta uma formação que nos dê autonomia e preparo para produzirmos os nossos próprios materiais didáticos e recursos pedagógicos, a fim de enriquecer nossa trajetória docente.

Referências

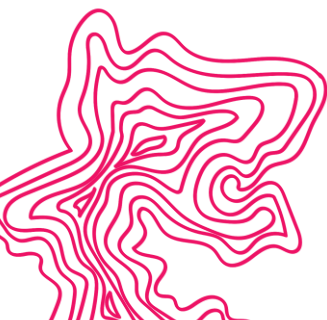
ABREU, Marcelo; CUNHA, Nara Rúbia (orgs.). **Fazer e pensar a história na sala de aula: autoria, formação e produção de conhecimento histórico**. Vitória, ES: Editora Milfontes, 2021.

FONSECA, Selva Guimarães. **Didática e prática de ensino de história: Experiências, reflexões e aprendizados**. Campinas, SP: Papirus, 2003.

PEREIRA, Júnia Sales; RICCI, Claudia (Orgs). **Produção de materiais didáticos para a diversidade: patrimônio e práticas de memória numa perspectiva interdisciplinar**.

Livros 1, 2 e 3 Belo Horizonte, Brasília, Labepoh/UFMG, Caed/UFMG, Secad/Mec, 2010.

REVEL, Jacques. **Jogos de escalas: a experiência da microanálise**. Editora Fundação Getúlio Vargas, 1998.



A Gávea e seu entorno: patrimônio cultural, história local e ensino de história¹⁷²

Esther Magalhães

Graduanda em História pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro
magalhaesesther9@gmail.com

Marianna Ogawa

Graduanda em História pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro
mariannaogawa@aluno.puc-rio.br

Mayra Ninaut

Graduanda em História pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro
mninaut28@gmail.com

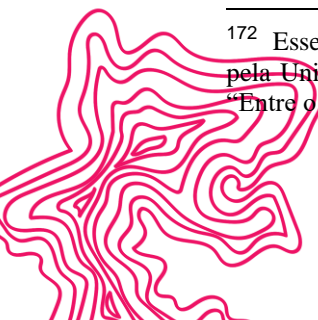
Resumo: A experiência do Programa de Educação Tutorial em História da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro permite entender o bairro da Gávea, e seu entorno, como um microcosmos da relação da sociedade carioca com sua História Local e a apropriação desta para uma melhor assimilação da História enquanto disciplina. Dialogando patrimônio, História e ensino de história, a presente comunicação busca indagar como uma análise dos lugares de pertencimento e identidade do bairro que podem ser problematizados no ambiente escolar. Para tanto, serão apresentados os resultados das atividades promovidas pelo PET-História, as quais têm por objetivo ajudar alunos de escolas públicas e privadas da região na construção de seu conhecimento histórico, com a perspectiva da compreensão das disputas pelas memórias e da ocupação de espaços físicos e simbólicos.

Palavras-chave: Patrimônio, Ensino de história, História local.

Introdução

O Programa de Educação Tutorial consiste em um projeto fomentado pelo Ministério da Educação e Cultura cujo objetivo é integrar ensino, pesquisa e extensão. Por meio de atividades extracurriculares, os estudantes, carinhosamente chamados de Petianos, complementam sua formação, independentemente da habilitação à qual estão matriculados (licenciatura e/ou bacharelado). A atual gestão do PET História da *Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro* tem como norte as relações entre a história local, o patrimônio cultural e o ensino de história. A partir do projeto intitulado “História, Memória e Patrimônio:

¹⁷² Esse texto corresponde à apresentação realizada no XI Encontro de Pesquisa em História - EPHIS realizado pela Universidade Federal de Minas Gerais no dia 18 de maio de 2023, durante o simpósio temático intitulado “Entre o local e o global: A História local como chave interpretativa para a escrita e o ensino de História”.

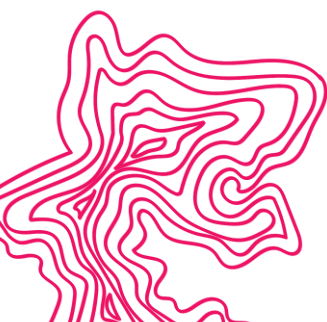


o bairro da Gávea e seu entorno”, são promovidas diversas atividades a fim de (re)contar a História do Complexo Gávea, o qual é composto pelos bairros fronteiriços: Leblon, São Conrado, Vidigal, Rocinha, Jardim Botânico, Lagoa. Tais localidades foram escolhidas primeiramente pela proximidade com a universidade, e conseqüentemente com as escolas conveniadas, pela influência histórica e pela quantidade de patrimônios, institucionalizados ou não, ali existentes. As tarefas promovidas pelos bolsistas são uma tentativa de interligar a academia e a população em geral. Uma delas é o planejamento e criação de oficinas didáticas, as quais serão aplicadas nas escolas públicas e privadas da região e posteriormente serão postadas no site do grupo para que qualquer professor consiga ministrar em suas turmas de Ensino Fundamental e Médio. Desta forma, há a proposta da compreensão de conceitos patrimoniais e históricos por meio de atividades mais lúdicas e de construção mútua dos alunos com os professores-historiadores em formação.

Em um contexto onde há itinerários formativos no Novo Ensino Médio como “Quem és tu, cidadão?” e “Direito à Cidade”, é mais do que fundamental definir, ainda no Ensino Fundamental, a que cidade isto se refere e a que cidadão a educação está direcionada. Projetos de extensão como o PET auxiliam historiadores-professores em formação a equilibrar as pretensões institucionais com a visão cotidiana dos alunos. Trabalhar com a História Local é mobilizar conceitos de pertencimento, agência histórica, identidade e patrimonialização ao mesmo tempo que correlata as visões micro e macro da História.

Além do projeto desempenhar um papel importante a partir do ensino de história aos alunos, a abordagem da história local permite no seu espaço-tempo reflexões acerca da realidade social e a (re)construção ou identificação das identidades locais em torno do aluno. Nesse sentido, tanto o professor quanto o aluno ocupam um papel central nos modos como o conhecimento histórico é interiorizado e vivenciado, possibilitando assim, construir noções inerentes à sua localidade, região e, principalmente, as suas relações sociais que estão sendo construídas e ressignificadas entre o próprio indivíduo, grupo, mundo social e a própria História. Ilmar de Rohloff de Mattos (2006) aponta que a prática do professor de história leva a produzir o saber histórico e os docentes também são autores da escrita, com o conhecimento histórico de viés estritamente científico.

[...] por meio de uma aula, também se conta uma história; que, ao se contar uma história por meio de aula, também se faz história; e que somente ao se fazer história por meio de uma aula nos tornamos professores de história. Por lermos de um modo singular uma proposição, podemos afirmar que também somos autores. (MATTOS, 2006, p.11)



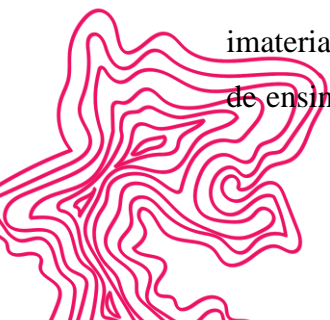
Ao considerarmos a sala de aula como um espaço de possibilidades simbólicas e significativas, identificamos, conjuntamente, a escola como um ‘lugar social’ do próprio valor do uso da consciência e produção histórica. A partir disso, o ensino de história está atrelado ao estudo da história local para não somente possibilitar aos alunos compreenderem a si mesmos e a vida coletiva de que fazem parte, como também a diversidade sociocultural dos indivíduos pertencentes a grupos étnicos raciais distintos, que embora permaneçam na mesma sociedade, possuem identidades culturais múltiplas e plurais com histórias próprias, igualmente significativas.

A esse respeito, a história local do bairro da Gávea possui memórias que estão longe de serem esgotadas. O seu cenário é um lugar que guarda muitas relações de sociabilidades e a sua própria história está entrelaçada à trajetória e memória dos moradores e personagens que compõem o bairro. A sua população integra um espaço vivido que constitui uma identidade territorial regional de diversidades e morada de contradições. Como parte dessa diversidade populacional estão os alunos das escolas locais, particulares e públicas, que entendemos necessitarem refletir sobre a complexidade da sociedade da qual fazem parte, trabalhando experiências e relações sociais em diferentes temporalidades. Para isso, compreendemos e temos como base do projeto que:

A inserção do tema do patrimônio histórico e cultural nas aulas de História apresenta-se como importante recurso para a construção de ‘aulas como texto’ pela ação direta que pode exercer na ressignificação de memórias e na formação de novas identidades. Nessa perspectiva, as ações empreendidas no âmbito do projeto encontram-se balizadas pela consideração do patrimônio cultural como fonte primária, sendo possível desenvolver metodologias de trabalho que possibilitem seu conhecimento, sua problematização e a apropriação da história e da memória locais, buscando, sempre que possível, conectá-las à história mais ampla. (BARRA; MELLO, 2017, p. 139)

A partir das pesquisas desenvolvidas sobre o microcosmo do bairro da Gávea e seu entorno, foram desenvolvidas oficinas escolares. As oficinas foram produzidas com o objetivo de transmitir a pesquisa sobre a história do bairro em conteúdo didático tendo como objetivo a integração da universidade com a comunidade, por meio das escolas do local.

Considera-se importante dizer que nesse momento, o projeto encontra-se na terceira fase de montagem das oficinas sobre os temas trabalhados e pesquisados pelos petianos. O ponto de partida das atividades pedagógicas terá a formação crítica do aluno e a construção da memória coletiva do bairro da Gávea e seus patrimônios culturais, sejam eles naturais, materiais e imateriais, possibilitando, assim, que os estudantes tenham uma participação ativa no processo de ensino e aprendizagem de História. No mais, também nos serve como motivação observar



que o Currículo do Estado do Rio de Janeiro, assentado nas transformações da Base Nacional Comum Curricular, enfatiza que a consciência crítica, autônoma e multiterritorial é necessária no espaço do ambiente escolar para, também, valorizar as relações - internas e externas - dos processos históricos sobre a história local no espaço vivido do cotidiano dos alunos, principalmente pela sua comunidade que tem seu localismo múltiplo, dinâmico e heterogêneo.

“É com o olhar atento às regionalidades e riquezas do patrimônio cultural e histórico de nosso estado que buscamos aqui abrir espaço para o enriquecimento e aprofundamento ao que está proposto para o ensino de História em todo o país.” (RIO DE JANEIRO, 2018, p. 393.)

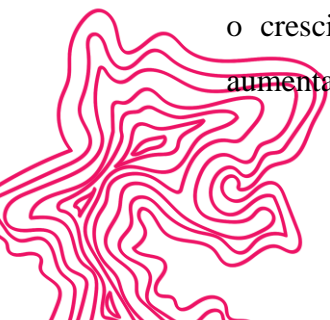
Buscamos, assim, divulgar os saberes, valores e manifestações culturais do bairro da Gávea e seu entorno, tal como acessar e ressignificar a sua memória, história, cultura e identidade da sua localidade, patrimônio e território, permeando as práticas do ensino de história a partir de uma “inclusão histórica” do aluno se auto reconhecendo como sujeito da própria história e do seu bairro.

A história do bairro da Gávea

Situada em um dos bairros mais nobres e mais caros do Rio de Janeiro, Gávea, a pedra grandiosa, quieta e silenciosa, era avistada pelos marinheiros em alto mar, no bairro de São Conrado, na zona sul do Rio. Conhecida por ter sua semelhança com os mastros dos navios, Gaspar Lemos - navegante português - a nomeava também de “Gávea”, a pedra de 850 metros de altura, em uma das cartas de 1502. A grande Gávea foi, primeiramente, terra de lavoura e pastagens e depois terras de cultivo e cana. Por ter sido uma terra habitável e de bom cultivo, alguns governantes portugueses, como Antonio Salema, instalou na região o Engenho d’El Rei, para investir no cultivo de cana de açúcar. A Gávea era habitada por indígenas que, por sua vez, a nomearam de Sacopã, - raízes chatas -, a qual ficava à margem da Lagoa de Sacopenapã. Os indígenas foram expulsos e em 1929 o lugar sediou o Quilombo Sacopã, reconhecido apenas em 2014. (LUCENA, 2018)

Na Gávea rural havia diversas fazendas, de alguns segmentos, como de cana de açúcar e café. Inclusive havia a presença do importante Quilombo das Camélias na área do Leblon, a qual suas fronteiras se misturavam com a Freguesia da Gávea. Apesar de, atualmente, estar rodeada de prédios de luxo, no mundo rural era pouco povoada.

Com a instalação de fábricas têxteis e de algodão a partir do fim do século XIX, houve o crescimento demográfico do bairro, o qual possuía fronteiras maiores que as atuais, aumentando assim o comércio local e áreas de habitação. Inclusive, a pequena roça no Alto



Gávea que enviava alimentos para a região baixa, tornou-se de tamanha influência que nomeou a favela que se estabeleceu ao longo dos anos.

Devido ao processo de higienização que a cidade começou a passar a partir da Reforma de Pereira Passos, se intensificou com o Estado Novo e culminou com a Ditadura Militar, o bairro - e a Zona Sul carioca como um todo - se tornou uma área nobre e elitizada. Este processo de transformação foi longo e contou com vários agentes sociais, motivações e ferramentas tais como as remoções, gentrificação, especulação imobiliária e a mídia a fim de controlar a narrativa e a memória social. Com a remoção das Favelas do Pinto, da Catacumba e do Parque Proletário da Gávea, foram construídos um museu e prédios de alto luxo, mudando a estrutura do bairro e apagando as disputas que lá ocorreram.

As remoções que constituíram o Complexo da Gávea mostram, num lócus, o que aconteceu em toda a cidade do Rio de Janeiro e, já em uma esfera global, a segregação e marginalização das minorias, que ocorreram e ainda ocorrem em todo o mundo. Bem como, a existência da Rocinha, enquanto a maior favela do Rio de Janeiro, que se impõe como espaço de resistência frente às pressões sociais, de classes e de mercado contra sua existência e de seus moradores na Zona Sul.

Patrimônio, história e o ensino de história

A História Local se consolida ao permitir que os agentes históricos analisem situações e/ou lugares de seu cotidiano e entendam que todas as trajetórias são importantes e não apenas as dos ‘grandes heróis’, conforme a História Positivista defendia. Assim, permite que a análise do menor objeto, indivíduo, sirva como parâmetro de compreensão do maior grau de observação, o globo. Em razão disto, o ensino de História se torna mais palpável aos alunos ao mostrar que a agência histórica é uma das possibilidades de ação que eles possuem por serem cidadãos.

Visando uma maior conexão com os alunos, as oficinas didáticas supramencionadas, são uma metodologia de aula a qual invertem os pólos e põem os alunos enquanto protagonistas e construtores de conhecimento. O uso de fontes de diferentes suportes e a autonomia do aluno são diferenciais nesse método. O PET-História PUC-Rio enxerga nisso um mecanismo para compreender a História.

As oficinas, dentro desse projeto, foram criadas para viabilizar o alcance do grande público, com ênfase no público escolar, por meio da análise do espaço e dos patrimônios, que



possuem a evidência de processos históricos, revelando assim experiências de novos sujeitos, diversificando e ressignificando memórias.

Entendendo que

[...] os bens patrimoniais são definidos a partir das crenças, valores e interesses dos diferentes grupos sociais que, em sua permanente tensão, interagem, influenciando-se reciprocamente. (VIANA; MELLO, 2013, 49-62)

É possível dizer que a educação patrimonial dá novas perspectivas à diversidade cultural ao buscar nas memórias individuais e coletivas referências culturais do universo discente a fim de tornar mais acessível a eles a História do nível micro ao macro.

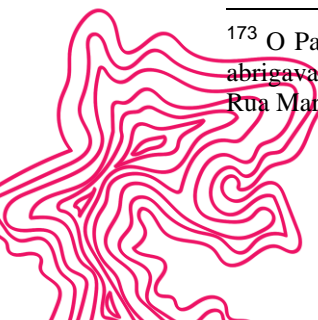
Aplicação das oficinas

A primeira experiência das oficinas nas escolas do entorno ocorreu na *Escola Nova*, colégio localizado na Gávea, com cerca de 40 alunos do 5º ano do Ensino Fundamental. A oficina intitulada “*Sob o céu das remoções: a história oculta que deu lugar ao Planetário*”, possui dois momentos e tem por objetivos discutir as formas de organização do mundo do trabalho com a construção dos parques proletários durante o período do Estado Novo, como aconteceu o processo de remoção, e expandir a compreensão dos aspectos urbanos da cidade e do bairro que vive, observar como memória, história e patrimônio estão relacionados também ao âmbito natural da cidade e a compreensão de qual a utilidade desses patrimônios, as importâncias histórica, social e ambiental.

A oficina foi organizada para ser realizada em dois momentos. Escrevemos este texto com o primeiro deles já realizado na escola, sendo que a segunda etapa ainda ocorrerá no ambiente da *PUC-Rio*. A primeira experiência está sendo relatada pelos petianos, e serviu de experiência para melhor preparo do plano da oficina que será disponibilizado no site do projeto, além de conteúdos de apoios produzidos para disponibilização, como a produção de fichas informativas.

A primeira etapa da oficina se concretizou no espaço escolar dos alunos, sendo aplicada pelos petianos com auxílio dos professores e coordenadores. Consistiu em dividir as crianças em grupos e distribuir fichas informativas de iconografias do presente e do passado, do espaço onde era o Parque Proletário da Gávea¹⁷³ e onde hoje é o estacionamento da *PUC-Rio* e o

¹⁷³ O Parque Proletário da Gávea foi um conjunto habitacional construído em 1942 e removido em 1970 que abrigava os servidores públicos e trabalhadores das diversas fábricas estabelecidas na região. Era localizado na Rua Marquês de São Vicente e composto por escola, posto médico, comércios e área de lazer.



*Planetário da Gávea*¹⁷⁴, e fichas de relatos e de decretos sobre o espaço. Os alunos se organizaram para fazer mapas mentais sobre os temas das remoções e patrimônio.

Ainda não realizamos a segunda etapa, já marcada, para a conclusão da oficina. No entanto, a experiência do grupo de aplicar as oficinas tem sido enriquecedora para a aproximação com a comunidade escolar do bairro e com o contato dos estudantes da graduação com a docência no ambiente escolar.

Considerações finais

Em suma, o projeto busca, por meio das oficinas pedagógicas, propiciar que os alunos e demais envolvidos no projeto identifiquem a historicidade dos acontecimentos e a sua própria, levando-os a obtenção de uma consciência, trazendo uma nova concepção da identidade individual, coletiva e histórica. Além da aplicação das oficinas produzidas, total de 5 até o momento, contribuirão para a integração do grupo com a comunidade local. A partir dos objetivos de extensão, as atividades contribuirão para auxiliar na construção da história local no entorno da universidade, sendo assim, uma nova chave interpretativa para o ensino da História.

Referências

BARRA, Sérgio Hamiltom; MELLO, Juçara da Silva Barbosa. **Ensino de História, Patrimônio Cultural e Memória Social: desafios e possibilidades de uma comunidade escolar em Madureira/RJ**. Revista Brasileira de História da Educação, Campinas, SP: SBHE, v. 17, n.4, pp. 132-162, 2017.

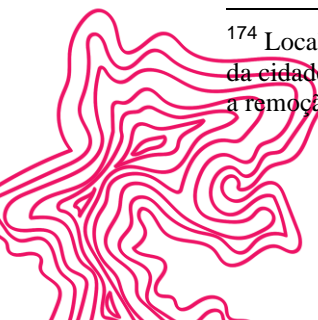
LUCENA, Felipe. História do Quilombo Sacopã, um refúgio de escravos na Lagoa. **Diário do Rio**. Rio de Janeiro, 18 de maio de 2018. Disponível em: <https://diariodorio.com/historia-do-quilombo-sacopa-um-refugio-de-escravos-na-lagoa/> Acesso em: 14 de maio de 2023.

MATTOS, I. R. DE. “Mas não somente assim!” **Leitores, autores, aulas como texto e o ensino-aprendizagem de História**. Tempo, v. 11, n. 21, p. 5–16, jun. 2006.

RIO DE JANEIRO. **Currículo Referencial do Ensino Médio**. Rio de Janeiro. Disponível em: <https://novoensinomedio.educacao.rj.gov.br/pdfs/lgg+chs-cidadania-ativa.pdf>. Acesso em: 14 de maio de 2023.

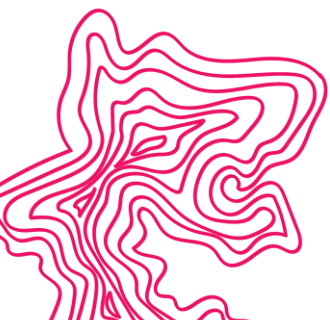
RIO DE JANEIRO. **Documento de Orientação Curricular do Estado do Rio de Janeiro**. 2018. Disponível em: http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/implementacao/curriculos_estados/rj_curriculo_riodejaneiro.pdf Acesso em: 14 maio. 2023

¹⁷⁴ Localizado no terreno do Parque Proletário da Gávea, o Planetário da Gávea funciona como planetário oficial da cidade do Rio de Janeiro e Museu da Astronomia e Ciências afins. Sua inauguração serviu de justificativa para a remoção de mais de 300 famílias do Parque Proletário, extinguindo a existência deste.



SILVA, Eduardo. **As camélias do Leblon e a abolição da escravatura.** Companhia das Letras, 2003.

VIANA, I. S.; MELLO, J. S. B. . **Educação Patrimonial e Ensino de História: diálogos.** ENCONTROS (RIO DE JANEIRO), v. 20, p. 49-62, 2013.



A trajetória de Josef Brozek e a afirmação da História da Psicologia no Brasil

Armando Magno de Abreu Leopoldino.¹⁷⁵

Mestrando em Educação pela Universidade Federal de Minas Gerais.
armando_mdal@hotmail.com.

Resumo: O presente trabalho pretende analisar a trajetória pioneira do psicólogo tcheco Josef Brozek na consolidação da História da Psicologia. Emigrado para os Estados Unidos no início da Segunda Guerra Mundial, ele se voltou para a área da pesquisa e do ensino de forma mais destacada nos anos 1960, época em que estabeleceu uma rede de contatos e participou da fundação de diversas instituições, como a Divisão 26 da *American Psychological Association*, responsável pela História da Psicologia. Em suas passagens pelo Brasil nos anos 80 e 90, Brozek, além de formar parcerias com outros pesquisadores da área e participar de simpósios, dedicou especial atenção à educação. Entende-se, como perspectiva teórica, a articulação da trajetória dos sujeitos a suas relações institucionais, pessoais e políticas, assim como suas conexões com o contexto sócio-histórico. Por meio de suas correspondências, participação em eventos, conferências, seminários, aulas e obras, parte-se da hipótese que Brozek se preocupou em institucionalizar a História da Psicologia com a intenção de legitimar a área como campo científico. Para tal, uma de suas estratégias foi se situar no debate epistemológico das ciências sociais sobre novos procedimentos, conceitos e métodos. Por fim, o autor se valeu de programas educacionais e relações interpessoais a fim de disseminar o conhecimento para diversas áreas do mundo e contribuir com a formação de novos pesquisadores.

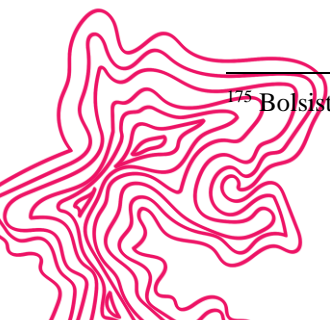
Palavras-chave: história da psicologia; historiografia; Brozek; instituições; educação.

Introdução

Uma das marcas da renovação do debate historiográfico, advindo do enfraquecimento das explicações estruturalistas e marxistas, sobretudo a partir dos anos 1960, foi a reincorporação do papel dos sujeitos na história. Não de uma maneira que se assemelhasse à antiga tradição metódica de celebrar grandes nomes ou figuras ilustres, mas em interação com processos estruturais, entrevendo a mudança e os limites. Antoine Prost mostra bem essa questão:

A própria estabilidade de uma estrutura suscita questões: ela torna-se motivo de suspeita para o historiador que anda à procura das forças e dos atores que já se encontram em ação - às vezes, sem o saberem - no próprio âmago da estrutura para modificá-la. Por toda parte na história, o acontecimento está à espreita, para não dizer, em ação (PROST, 2012, p. 228).

¹⁷⁵ Bolsista pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES).
XI Encontro de Pesquisa em História da UFMG - ISBN: 978-65-01-11103-2



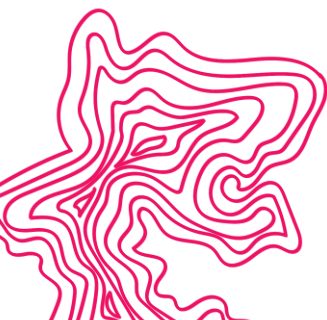
Outra marca dos debates historiográficos é o caráter de interdisciplinaridade. Ressalta-se aqui as aproximações com a psicologia, que, de forma recíproca, compartilhou reflexões, conceitos, métodos e teorias. Diante disso, questiona-se o papel dos sujeitos na constituição da ciência, sob uma relação dialética e em constante tensão entre disposições adquiridas e aspectos de mudança.

Um nome importante e pioneiro na consolidação da História da Psicologia como área de pesquisa autônoma a partir de meados do século XX foi o psicólogo tcheco Josef Brozek. Responsável pela criação da área na Associação de Psicologia dos Estados Unidos, ele atuou também na formação de periódicos científicos de circulação internacional sobre as Ciências Comportamentais, além de ministrar seminários e aulas para pesquisadores e estudantes. Pela sua circulação, Brozek formou variadas relações no âmbito transnacional, o que contribuiu para a disseminação e o respaldo da História da Psicologia. Por conta disso, entende-se o seu papel de um mediador cultural do campo.

É na imbricação entre os debates acerca da natureza do conhecimento, da produção historiográfica e da relação da História da Psicologia com a História Social que este artigo se situa. A intenção é buscar compreender as relações sociais, culturais e históricas de um autor específico, Josef Brozek, no desenvolvimento do campo científico, de acordo com o conceito de Pierre Bourdieu. Para isso, pretende-se investigar sua atuação dentro das instituições e quais papéis elas desempenharam na sua produção teórica. Em outros termos, como ele constituiu e mobilizou seu capital científico para a consolidação da História da Psicologia. Como método, utilizaremos artigos e obras de Brozek para analisar sua trajetória científica e educacional.

Analisar a constituição e os caminhos percorridos pelas ciências, por meio de estudos biográficos, permite compreender os enraizamentos de determinadas visões em detrimento de outras, levando em conta aspectos políticos, econômicos, sociais e culturais. Esse tipo de estudo tem se demonstrado de grande valia na área de História da Psicologia, cujos pesquisadores apresentam trabalhos notáveis. Podemos ver alguns exemplos disso nos trabalhos de Campos (2001; 2010; 2012); Cruz (2013) e Soares Júnior *et. al* (2022). Dessa forma, esperamos contribuir com a análise de uma figura significativa para esse campo tanto no Brasil quanto em outros países.

Desenvolvimento

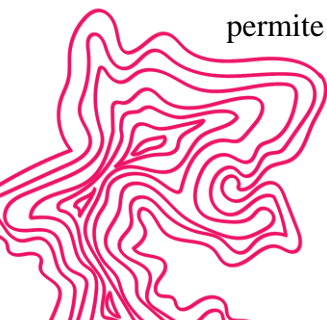


Josef Brozek, de origem eslava, nasceu em 1913, na cidade de Melnik, atual República Tcheca, onde iniciou sua graduação nos anos 1930, na Universidade Carolina de Praga, situada na então Tchecoslováquia. Nessa época, ele teve contato com a História da Psicologia moderna e decidiu aprofundar no assunto por meio de um seminário conferido em parceria com o professor de filosofia da universidade. Segundo o próprio autor, seu interesse profissional e acadêmico pela área começou nessa fase, embora o desenvolvimento de pesquisas propriamente ditas teve sua impulsão por volta dos anos 1960, época em que Brozek ocupou cargos acadêmicos e esteve envolvido na criação de instituições dessa área.

No final da década de 1930, Brozek emigrou para os Estados Unidos, por conta das dificuldades enfrentadas em sua região na iminência da Segunda Guerra Mundial (1939-1945). Na América, Brožek trabalhou em diversos ramos da Psicologia, como na parte experimental, sobre a nutrição e em estudos envolvendo a doença coronária. Alguns exemplos foram seu trabalho sobre os efeitos metabólicos no corpo durante períodos de trabalho pesado sem alimentação, publicado em 1945. Na década seguinte, outro caso foi o trabalho de *Nutrição e Comportamento* [tradução nossa], de 1957, já como professor no laboratório de Higiene Fisiológica, pertencente à Escola de Saúde Pública da Universidade de Minnesota, em Minneapolis.

Foi no final dessa década, especificamente no ano de 1959, que o psicólogo tcheco assumiu a direção do Departamento de Psicologia e Ensino, na Universidade de Lehigh, Pensilvânia. Sua pesquisa em História da Psicologia teve maior destaque a partir de então, em posição institucional acadêmica. Um dos objetivos então, segundo o próprio autor, foi o de estabelecer essa área como especialidade no quadro da *Associação de Psicologia Americana* (APA). Atentar para o senso de compromisso dos sujeitos evidencia como sua elaboração intelectual está situada em uma teia perpassada pela intenção, pelo contexto sócio-histórico e pelas relações interpessoais.

A APA é a maior instituição de psicologia dentro dos Estados Unidos, com influência internacional. Sua fundação se deu por Stanley Hall, um dos mais importantes nomes dessa área no país, no ano de 1892. Entretanto, convivia com outras organizações, como a *American Association for Applied Psychology*. As disputas institucionais dizem respeito às posições profissionais dos agentes científicos, cujo prestígio passa por essas instituições, assim como permite compreender o predomínio de uma determinada teoria sobre a outra.



No desenvolvimento da psicologia nos Estados Unidos, houve uma grande influência da corrente alemã. Este país europeu é considerado como marco do nascimento da psicologia científica, a partir do laboratório de Wilhelm Wundt em Leipzig, 1879. O historiador da psicologia Kurt Danziger cita o grande aporte de acadêmicos estadunidenses que esse laboratório recebeu no final do século XIX e início do século XX, muitos dos quais foram nomes renomados no estabelecimento da psicologia na América, como o já citado Stanley Hall, mas também William James, James Mark Baldwin, James Cattell e Edward Titchner (DANZIGER, 2012, p. 216-217). Contudo, não há uma simples transplantação dos métodos, técnicas e conceitos da psicologia, mas sim um desenvolvimento próprio caracterizado pelo contexto espacial e cultural, que diz respeito a como determinada teoria será apropriada e modificada.

No período moderno, a psicologia se institucionalizou na forma de laboratórios, revistas, clínicas, congressos e associações que justificaram a sua abordagem como um tópico unitário. Entretanto, Danziger contesta essa unidade, como se houvesse uma intrínseca coerência de um objeto comum, mostrando que, de um lado, há uma heterogeneidade do objeto da Psicologia e, de outro, uma falta de unidade por conta da dispersão territorial. Em épocas diferentes, os lugares nos quais os saberes se desenvolveram variaram na acumulação do conhecimento e na epistemologia.

O acadêmico germânico ressalta que a abordagem na historiografia da psicologia lidou com essa diversidade privilegiando alguns aspectos em detrimento dos outros. Ele cita criticamente E. G. Boring, em cujo livro *A History of the Experimental Psychology (1950)* se sobressaiu aspectos experimentais, ao passo que os demais ficaram em segundo plano. Danziger aponta alguns motivos intradisciplinares envolvidos no enfoque maior de alguns assuntos, o que depende da filiação do pesquisador e seus próprios interesses científicos, econômicos e políticos.

Após a Segunda Guerra Mundial, a APA se reestruturou, abarcando outras organizações e aumentando expressivamente o número de seus membros com o passar das décadas: de 3.200 em 1943 para mais de 80.000 em 1993 (DEWSBURY, 1996, p. 3). Por conta da heterogeneidade de visões, correntes e pessoas, iniciou-se um processo de fundação de divisões, cada qual responsável por determinada área. Ainda nesse contexto, os governos estadunidenses investiram grandes montantes financeiros na área de psicologia, a qual também tinha como



função o atendimento de ex-combatentes da guerra, direito garantido pela *Servicemen's Readjustment Act of 1944*, conhecida *G.I. Bill of Rights*.¹⁷⁶

Nesse cenário que Josef Brozek, em parceria com outros psicólogos, como Robert Watson, David Bakan e John Burnham fundaram a Divisão 26 da APA, em 1965, responsável pela História da Psicologia. No mesmo ano, esses dois psicólogos, além de David Bakan, John C. Burnham, Eric Carlson e outros, fundaram o *Journal of the History of the Behavioral Sciences*, periódico responsável pela publicação de variados temas das ciências comportamentais, história, sociologia, antropologia, além da revisão de livros e notas sobre os assuntos.

As redes de sociabilidades formadas nessa época foram de fundamental importância para a institucionalização da área, que permitiu recursos para pesquisas, organizações de seminários destinados a novos pesquisadores e interessados no assunto, além da reprodução do *habitus científico* por meio dos periódicos, órgãos especializados e cursos. Nas universidades, essa expansão pôde ser sentida na abertura de novos departamentos relacionados à História da Psicologia.¹⁷⁷ As produções consagradas à área permitem não só a manutenção e reforço dos preceitos científicos estabelecidos, mas o aparecimento de novas correntes e a adesão de outros pesquisadores.

Em 1968, com financiamento governamental e mais uma vez com a colaboração do historiador Robert Watson, Brozek organizou um seminário para professores de História da Psicologia, com o objetivo de elevar o nível científico e pedagógico do novo campo. Nesses seminários, estudantes e indivíduos do exterior também foram aceitos. Na relação entre as instituições e a educação, no contexto do primeiro seminário, foi estabelecida a *International Society for the History of Behavioral and Social Sciences*, conhecida como *Cheiron*. Já no ano de 1969, essa sociedade organizou sua primeira conferência científica, em conjunto com Mary Henle. O evento foi repetido posteriormente, no ano de 1972. O autor, segundo sua trajetória, entendia que a consolidação da área passava, também, pelo campo educacional. Na década seguinte, em 1982, a divisão europeia da *Cheiron* foi fundada, em colaboração com o professor da Free University of Amsterdam, Hans Rappard.

¹⁷⁶ <https://department.va.gov/history/100-objects/object-46-draft-of-gi-bill/>. Acesso em: 28 jun. 2023.

¹⁷⁷ Exemplos disso são vistos no livro de Josef Brozek e Marina Massimi, *Historiografia da Psicologia Moderna* (1998), sobretudo nos capítulos destes autores e nos de William Woodward e o de Hilgard; Leary e McGuire.

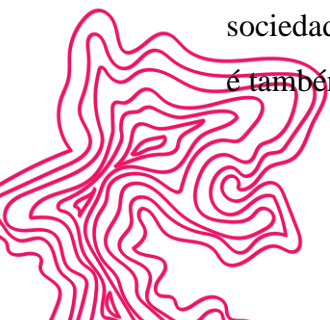


A partir da década de 1970, observa-se maior internacionalização de seu percurso, uma vez que Brozek fez algumas visitas à Europa, onde realizou pesquisas em arquivos, traduções de obras e transcrição de manuscritos. Isso foi possível graças a bolsas de estudos concedidas pela Academia Americana de Ciências. A Ásia e a América Latina também foram objetos de análises, as quais impulsionaram congressos, sociedades, revistas, instituições acadêmicas e grupos de pesquisa nessas regiões. Uma obra de referência, com reflexões críticas e considerações sobre a metodologia de pesquisa, foi publicada por ele em parceria com Ludwig Pongratz, em 1980, intitulada *Historiografia da Psicologia Moderna*.

No caso brasileiro, Brozek participou do Primeiro Seminário Latino-Americano de História da Psicologia, organizado por Antonio Gomes Penna, em 1988. Nas ocasiões de suas visitas ao Brasil, sobretudo nos anos 1990, Brozek também estabeleceu contatos com outras pesquisadoras e professoras do tema, como Marina Massimi, Maria do Carmo Guedes e Regina Helena de Freitas Campos. A participação em eventos e congressos continuou ao longo da década, a exemplo do Simpósio de Pesquisa e Intercâmbio Científico da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-graduação em Psicologia, realizado em 1996, cujo papel foi fundamental para a consolidação da História da Psicologia no Brasil (MASSIMI; CAMPOS, 2004, p. 2). Essas parcerias de Brozek resultaram na doação de uma parte de seu acervo para o Centro de Documentação e Pesquisa Helena Antipoff (CDPHA) e na elaboração conjunta do *Dicionário Biográfico da Psicologia no Brasil*, em 2001, organizado por Regina Campos.

Nos lugares em que passou pelo Brasil, Brozek dedicou esforços na promoção da área educacional. Em 1996, lecionou para pesquisadores e estudantes de pós-graduação, assim como ministrou uma disciplina introdutória para alunos do primeiro ano do curso de graduação em Psicologia na Universidade de São Paulo (USP). Isso coaduna com a premissa do autor, como visto nos seminários de verão dos Estados Unidos, de ligar a pesquisa com o ensino e a formação de novos cientistas.

O desenvolvimento da História da Psicologia, como visto, não se restringiu a apenas um país. A internacionalização do caso brasileiro se deu com a publicação dos relatos do Primeiro Seminário na *Cheiron* europeia. Outro caso foi o da resenha do Dicionário Biográfico enviada ao *Journal of the History of the Behavioral Sciences*, em 2003. Em 2004, Josef Brozek faleceu, nos Estados Unidos, deixando em seu percurso extenso legado de obras, relações interpessoais, sociedades, periódicos, institutos e parcerias transnacionais. Compreender um autor, portanto, é também lançar luz sobre os caminhos da História da Psicologia.



Conclusão

O artigo faz parte de uma pesquisa em andamento na Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais (FAE-UFMG), sob a orientação da profa. Dra. Regina Helena de Freitas Campos. A nossa intenção da pesquisa é investigar as relações de Josef Brozek com o desenvolvimento da História da Psicologia como área de pesquisa autônoma a partir de meados do século XX. Brozek, no nosso entender, atuou como mediador cultural na propagação desse *campo científico* em diversos países, incluindo o Brasil, algo que pode ser visto no reconhecimento de renomados pesquisadores dessa área sobre o papel crucial desempenhado por Brozek.

Por meio de dados biográficos referentes à atuação profissional, científica e educacional de Brozek, acreditamos ser possível esclarecer as estratégias mobilizadas pelos sujeitos diante das condicionantes sociais às quais estão ligados. Entendemos, igualmente, que essas estruturas estão sujeitas a diferentes forças em ação, em um processo dinâmico e de atualização constante, no qual a mudança se apresenta como uma possibilidade permanente. Por conta disso, entender as dinâmicas pelas quais uma área atravessa significa personalizar aqueles que estiveram envolvidos nesse movimento.

Finalizamos com algumas considerações de Ciro Cardoso acerca do conhecimento histórico que estão diretamente relacionadas com aquilo que argumentamos ao longo deste artigo.

Existe sem dúvida um condicionamento material da vida social, mas as condições materiais não afetam a conduta de uma maneira imediata, fazem-no por mediação da cultura e das experiências individuais. As ações da vida social são simbolicamente mediadas. A consciência não é um reflexo passivo das condições sociais, visto que resulta de um desvelamento ativo das propriedades dessas condições. Os significados são um atributo da realidade, mas só adquirem vida quando são ativados pela prática, que os formula social e culturalmente; já a produção de significações ocorre no cruzamento, na tensão ou na negociação entre estruturas e representações. (CARDOSO *in* CARDOSO; VAINFAS, 2012, p. 16).

Referências bibliográficas

BLOCH, Marc. **Apologia da história ou O ofício de historiador**. Tradução: André Telles. 1ª ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

BROZEK, Josef; MASSIMI, Marina. Curso de Introdução à Historiografia da Psicologia: apontamentos para um curso breve. **Memorandum: Memória e História em Psicologia**, v. 1-3, p. 72-78; 103-109; 112-131, 2001-2002.

BROZEK, Josef; MASSIMI, Marina (orgs.). **Historiografia da Psicologia Moderna**. Tradução: A. A. Ceschin e Paulo José Carvalho da Silva. São Paulo: Edições Loyola, 1998.



BROZEK, Josef; HENSCHER, Austin; KEYS, Ancel; MICKELSEN, Olaf; TAYLOR, Henry Longstreet. The effect of successive fasts on the ability of men to withstand fasting during hard work. **American Journal of Physiology**, v. 143, n. 1, p. 148-155, 1945.

BROZEK, Josef. Nutrition and Behavior. **American Journal of Clinical Nutrition**, v. 5, n. 3, 1957, p. 332-343.

BOURDIEU, Pierre. A ilusão biográfica. In: FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaina; PORTELLI, Alessandro. **Usos & abusos da história oral**. 8. ed. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 2006, p. 183-191.

BOURDIEU, Pierre. **Coisas ditas**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1990.

BOURDIEU, Pierre. **Os usos sociais da ciência**: por uma sociologia clínica do campo científico. Texto revisado pelo autor com a colaboração de Patrick Champagne e Etienne Landais. São Paulo: Editora UNESP, 2004.

BOURDIEU, Pierre. **Para uma sociologia da ciência**. Curso no Collège de France, 2000-2001. Lisboa, Portugal. Edições 70, 2008.

BOURDIEU, Pierre. **A economia das trocas simbólicas**. 8ª ed. São Paulo: Perspectiva, 2015.

CAMPOS, Regina Helena de Freitas (org.). **Dicionário Biográfico da Psicologia no Brasil**: Pioneiros. Rio de Janeiro: Imago Editora, 2001.

CAMPOS, Regina Helena de Freitas (org.). **História da Psicologia**: pesquisa, formação, ensino. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2008. Publicação original de 1996.

CAMPOS, Regina Helena de Freitas. A pesquisa em psicologia da educação: aspectos históricos. **33a. Reunião Anual da ANPED** - Associação Nacional de Pesquisa e Pós-graduação em Educação. 2010. (Congresso).

CAMPOS, Regina Helena de Freitas. **Helena Antipoff**: psicóloga e educadora - uma biografia intelectual. Rio de Janeiro: Fundação Miguel de Cervantes, 2012.

CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo. **Novos Domínios da História**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012.

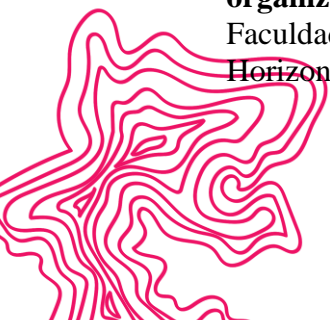
CERTEAU, Michel de. **A escrita da história**. Tradução: Maria de Lourdes Menezes - 3ª ed. - Rio de Janeiro: Forense, 2015.

CHARTIER, Roger. **A história cultural** - entre práticas e representações. Lisboa: Difel, Rio de Janeiro: Bertrand, 1990.

CHARTIER, Roger. O mundo como representação. **Estudos Avançados**. Vol. 5, n.11, jan/abr 1991.

COAN, Isadora Cristina de Melo. **As bases filosóficas da metodologia de Quentin Skinner para a história intelectual**. Dissertação (Mestrado em Sociologia Política). Orientador: Ricardo Silva. Centro de Filosofia e Ciências Humanas - Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, SC, 2013. Disponível em: <<https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/106852>>. Acesso em: 14 mai. 2023.

CRUZ, Robson Nascimento da. **B.F. Skinner e a vida científica: uma história da organização social da análise do comportamento**. Tese (Doutorado em Psicologia) - Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, 2013.



CUDINA, Jean Nikola; OSSA, Julio César & JACÓ-VILELA, Ana Maria. Redes de colaboración científica en la investigación historiográfica de la psicología en América Latina. **Revista Interamericana de Psicología/Interamerican Journal of Psychology**, v. 55, n. 3, 2021. Disponível em: <<https://journal.sipsych.org/index.php/IJP/article/view/1661>>. Acesso em: 23 jun. 2023.

DANZIGER, Kurt. Universalism and indigenization in the history of modern psychology. In: A. C. Brock (Ed.), **Internationalizing the history of psychology**. New York University Press, 2006, p. 208–225.

DEWSBURY, Donald. **Unification Through Division: Histories of the Divisions of the American Psychological Association**, Volume 1. Washington, DC: American Psychological Association, 1996.

KLAPPENBACH, Hugo; JACÓ-VILELA, Ana Maria. The future of the history of psychology in Argentina and Brazil. **History of Psychology**, v. 19, n. 3, 2016, p. 229-247. Disponível em: <<https://psycnet.apa.org/doiLanding?doi=10.1037%2Fhop0000030>>. Acesso em: 23 jun. 2013.

LACAPRA, Dominick. **History and Criticism**. Cornell University Press, 1985.

LE GOFF, Jacques. **História e Memória**. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2003.

LE GOFF, Jacques; NORA, Pierre. **História: novos problemas**. Tradução de Theo Santiago. Rio de Janeiro: F. Alves, 1976.

LE GOFF, Jacques. **A história nova**. São Paulo: Martins Fontes, 1990.

LEVI, Giovanni. Sobre a micro-história. In: BURKE, Peter (org.). **A escrita da história: novas perspectivas**. Tradução de Magda Lopes. São Paulo: Editora Unesp, 2011.

LIMA, Henrique Espada. Micro-história. In: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo. **Novos Domínios da História**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012. p. 207-223.

LORIGA, Sabina. **O Pequeno X - da biografia à história**. Tradução: Fernando Scheibe. Editora Autêntica, 2011.

MASSIMI, Marina. **História da psicologia brasileira**. São Paulo, EPU, 1990.

MASSIMI, Marina; CAMPOS, Regina Helena de Freitas. Josef Brožek: história e memória (1913-2004). **Memorandum**, 2004, 6, 128-131. Disponível em: <<http://www.fafich.ufmg.br/~memorandum/artigos06/nota01.htm>>. Acesso em: 07 ago. 2022.

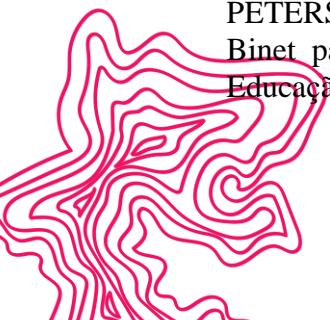
MASSIMI, Marina. **História dos saberes psicológicos**. São Paulo: Paulus, 2016.

NICARETTA, Marcelo Moraes. A formação do mercado das psicoterapias nos Estados Unidos da América e no Brasil: Psicanálise, Psicologia clínica e Psicoterapias. **Bol. - Acad. Paul. Psicol.**, São Paulo, v. 29, n. 1, p. 20-36, jun. 2009. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1415-711X2009000100004&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 06 ago. 2022.

ORTIZ, Renato (org.). **A sociologia de Pierre Bourdieu**. São Paulo: Olho d'Água, 2003.

PETERS, Gabriel. Habitus, reflexividade e neo-objetivismo na teoria da prática de Pierre Bourdieu. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 28, n. 83, 2013.

PETERSEN, Laênia Martins. **Diferenças individuais: contribuições dos estudos de Alfred Binet para as reformas educacionais de Minas Gerais (1925-1940)**. Tese (Doutorado em Educação). Orientador: Mônica Yumi Jinzenji. Programa de Pós-Graduação em Educação:



Conhecimento e Inclusão Social - Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, MG, 2021.

PROST, Antoine. REVEL, Jacques. Microanálise e construção do social. In: REVEL, Jacques (Org). **Jogos de Escalas**: a experiência da microanálise. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1998.

REVEL, Jacques. **História e historiografia**: exercícios críticos. Tradução: Carmem Lúcia Druciak. Curitiba: Editora UFPR, 2010.

SCHMIDT, Benito Bisso. História e biografia. In: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo. **Novos Domínios da História**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012, p. 187-206.

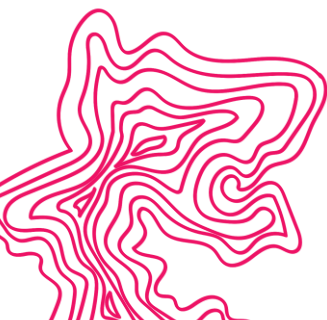
SILVA, Ricardo. História intelectual e teoria política. **Revista de Sociologia e Política**, v. 17, n. 34, p. 301–318, out. 2009.

SOARES JÚNIOR, Renan da Cunha; MARCELO, Ana Camila; FRANÇA, Jéssica de Sousa; PEREIRA, Laís Finotto; ROHDEN, Roberta Francielli de Siqueira; FREIRE, Heloísa Bruna Grubits; MIRANDA, Rodrigo Lopes. Historicizando a trajetória de um pioneiro: Reinier Johannes Antonius Rozestraten (1924-2008). **Memorandum: Memória e História em Psicologia**, v. 39, 2022. DOI: 10.35699/1676-1669.2022.33093. Disponível em: <<https://periodicos.ufmg.br/index.php/memorandum/article/view/33093>>. Acesso em: 28 abr. 2023.

WASSERMAN, Claudia. História intelectual: origem e abordagens. **Tempos Históricos**, [S. l.], v. 19, n. 1, p. 63–79, 2015. DOI: 10.36449/rth.v19i1.12762. Disponível em: <<https://e-revista.unioeste.br/index.php/temposhistoricos/article/view/12762>>. Acesso em: 17 mai. 2023.

WATSON, Robert. The history of psychology: A neglected area. **American Psychologist**, 15(4), p. 251–255, 1960. <<https://doi.org/10.1037/h0044284>>. Acesso em: 31 mai. 2023.

WOODWARD, William. Josef Brožek: Mentor of Young Historians of Psychology. **History of Psychology**, 7(3), p. 309–311, 2004. <<https://doi.org/10.1037/1093-4510.7.3.309>>. Acesso em: 31 mai. 2023.



História local na sala de aula: a construção de Belo Horizonte e a modernidade

Larissa Renner de Avila Alves

Graduanda em História - Universidade Federal de Minas Gerais

Email: larissarenneraa@gmail.com

Lucas Fernandes

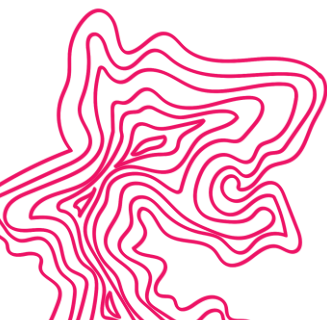
Graduando em História - Universidade Federal de Minas Gerais

Email: fernandes-luca@hotmail.com

Resumo: A República brasileira é marcada por contradições. Proclamada por um monarquista, colega de Pedro II, teve como principais metas a ordem e o progresso. Para tal, procuraram renomear as estruturas da monarquia bacharelista que, de maneira geral, permaneceu intacta. A organização oligárquica, pós-governos militares, idealizaram uma república aos moldes europeus, que enxergava as diferenças entre brasileiros e europeus como desigualdades. Para superá-las, então, o desenvolvimento da ciência e da tecnologia e o processo de modernização do país foram definitivamente marcados por uma política higienista. A construção de Belo Horizonte é um exemplo claro do caso. Mesmo que orientada pelo ideal da modernidade e da república, a organização do centro levou à formação das periferias e demais bairros ocupados especialmente por operários. Com isso, pode-se perceber que o sistema republicano brasileiro tem por base a separação entre o idealizado e a sua derradeira precarização. A modernidade, pautada no nacionalismo e no progresso, não se estabeleceu de modo democrático, e seus efeitos são presentes e perturbadores até os dias atuais. A periferação é decorrente da tentativa de modernizar o país com perspectivas europeias e higienistas. Desse processo, não se pode ignorar as substâncias raciais e eugenistas que motivaram a formulação de projetos que separam ambientes destinados a pessoas brancas e aqueles a pessoas não-brancas. O objetivo principal deste trabalho é propor uma análise de fontes históricas, como mapas, reportagens e fotografias, na sala de aula, como proposta pedagógica. Seguindo alguns princípios da didática da história alemã, bem como da escola educacional inglesa, considera-se importante que a prática historiográfica esteja presente na construção do conhecimento histórico escolarizado. A partir disso, é possível conceder ferramentas para que cada um possa construir narrativas e desenvolver perspectivas sobre o local onde vivem. É necessário que os alunos compreendam a importância de se estudar a separação socioespacial e como esses limites são determinantes na vida de alguns grupos. Os documentos históricos, utilizados como fontes, podem fomentar a capacidade intelectual e afetiva dos estudantes de criar interpretações sobre as problemáticas de seu presente, concebendo-o a partir dos olhos da história.

Palavras-chave: Modernidade, Belo Horizonte, Periferias, Segregação, Documentos.

A cidade como documento: preâmbulos sobre o ensino de história local



Por que estudar história? Refletir sobre aquilo que se faz é um exercício constante à professora e ao professor e, consideravelmente, aos alunos com quem construímos nossa prática. Caso não o seja assim, o ensino de história não ultrapassa aquele do método catequético ou o da repetição dos grandes nomes que formaram a civilização que hoje conhecemos. Essas perspectivas de história limitam a capacidade imaginativa e política da elaboração de seus métodos, bem como contribui para a desvalorização daquelas e daqueles que se dedicam ao seu ensino como profissão.

A concepção de que a história não poderia nos trazer uma resposta concreta aos nossos problemas cotidianos levou Hayden White, por exemplo, a criar a distinção entre passado histórico e passado prático (WHITE, 2018). Por outro lado, Heller enxerga a história para além de uma disciplina, se preocupando com a consciência histórica das vivências diárias, que deveriam ser, para ela, os fundamentos da historiografia e da filosofia da história (HELLER, 1993). Se a encaramos dessa maneira, entendemos que a consciência histórica é, antes da fundação de sua cientificidade, uma necessidade cotidiana.

Entretanto, caso haja uma distância entre a história dos historiadores e a história sentida e vivida pelos estudantes do ensino básico, questões importantes interpelam nossas práticas. Conceber-se enquanto um ser localizado no tempo implica entrelaçar passado, presente e futuro em um constante diálogo com o entendimento de sua historicidade. Consequentemente, os próprios estudantes devem ser enquadrados como os agentes do conhecimento em torno de si e de suas comunidades. Uma estratégia significativa para tal - embora não singular - é a história local, que se apresenta como uma potência epistemológica para a aproximação entre a cultura escolar e a produção historiográfica.

Este trabalho se baseou em uma análise de fontes históricas - como mapas, reportagens e fotografias - na sala de aula, como proposta pedagógica. Aqui, considera-se importante que a prática historiográfica esteja presente na construção do conhecimento histórico escolarizado. A partir disso, é possível conceder ferramentas para que cada um possa construir narrativas e desenvolver perspectivas sobre o local onde vivem. Os documentos históricos, utilizados como fontes, podem fomentar a capacidade intelectual e afetiva dos estudantes de criar interpretações sobre as problemáticas de seu presente.

Circe Bittencourt nos alerta que, ao se pensar uma história do cotidiano, deve-se levar em consideração as permanências e as mudanças, as tradições e as reivindicações contestatórias.



Nesse sentido, se trata de ir além da conquista de alunos pouco sensibilizados com a história e explorar as possibilidades inerentes do cotidiano:

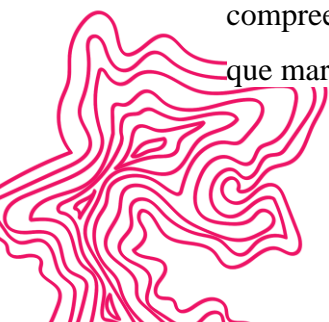
O cotidiano deve ser utilizado como objeto de estudo escolar pelas possibilidades que oferece de visualizar as transformações possíveis realizadas por homens comuns, ultrapassando a ideia de que a vida cotidiana é repleta e permeada de alienação. (BITTENCOURT, 2005, p. 168).

Introduzir no estudo escolar a noção de *homem comum* recusa a história dos grandes nomes e incorpora o *eu* como um sujeito histórico. Nesse sentido, é inegável a presença de um passado presente nos espaços de convivência dos estudantes - a depender da escala, pode-se admitir a escola, o bairro, a região ou, então, a própria cidade.

Nos atentamos, na escrita deste trabalho, à cidade de Belo Horizonte, inaugurada em 1897, se tornando capital de Minas Gerais em substituição a Ouro Preto. Essa mudança foi realizada como uma tentativa de apagar o passado colonial e, a partir disso, instalar a ordem e o progresso da república moderna. Dessa maneira, a cidade foi um alvo das sensibilidades mais profundas de seus agentes desde sua criação. Ser pertencente à capital mineira e ao legado que esta buscou representar trouxe consequências como a representação da liberdade - viva até hoje, tendo em vista que permanece como o mote governamental de diversos políticos estaduais -, a construção de edifícios magníficos e, claro, a expulsão e segregação daqueles que já habitavam a região.

Pesavento, com suas palavras encantadoras e, ao mesmo tempo, críticas e embasadas, deixa evidente que pertencer a uma cidade implica formas de representá-la. Nisso, envolvem-se as produções escritas, arquitetônicas, musicais, imagéticas, etc que provocam constantes inflexões para com a realidade (PESAVENTO, 2007). Sendo assim, a brutalidade do sólido se contrapõe (ou se alia?) à movimentação do fictício, do imaginário. Será mesmo que existe uma cidade permanente, parada no tempo? Certamente que não. Elas se constituem e se reconstituem através das ações humanas e de suas concepções poéticas: os milhões de habitantes podem não habitar a mesma cidade, isto é, podem promover e locomover suas vivências de maneiras contraditórias e extremamente diferenciadas.

Realizar uma história cronológica das cidades, então, não parece ser a alternativa apropriada para o aprendizado escolar dos estudantes. O mais interessante, nesse caso, é compreendê-la para além de seus governantes e economistas e se atentar às vivências sociais que marcaram sua constituição e seus estigmas. Nas próprias palavras de Pesavento,



[...] a cidade, na sua compreensão, é também sociabilidade: ela comporta atores, relações sociais, personagens, grupos, classes, práticas de interação e de oposição, ritos e festas, comportamentos e hábitos. Marcas, todas, que registram uma ação social de domínio e transformação de um espaço natural no tempo. [...] Cidades são, por excelência, um fenômeno cultural, ou seja, integradas a esse princípio de atribuição de significados ao mundo. Cidades pressupõem a construção de um ethos, o que implica a atribuição de valores para aquilo que se convencionou chamar de urbano (PESAVENTO, 2007, p. 14).

Sociabilidade e sensibilidade expressam fundamentos importantes no estudo da história local. Trata-se, em linhas gerais, de entender a cidade como um documento: construído, filtrado, elaborado, modificado e passível de mais transformações. Em meio aos grandes edifícios, às faixas de pedestres nas avenidas, na confusão do barulho dos automóveis e das conversas dos habitantes, são incluídos os afetos e as cidades imaginadas. Isso nos traz grandes impactos enquanto historiadoras/historiadores e professoras/professores.

O ensino de história, dentre várias de suas atribuições, está ligado ao reconhecimento das identidades dos estudantes. A identidade, seja ela individual ou coletiva, é um aspecto interlocutor à consciência histórica. Entretanto, sendo esta anterior à disciplina histórica, caberia nos questionarmos até que ponto é função da matéria escolar *desenvolver* a identidade dos alunos. Certamente, esse apelo foi recorrente ao longo dos séculos para orientar a educação à formação do cidadão. Contudo, nos alerta Cerri que

Identidade e cidadania são, hoje, multidimensionais. Fatores como etnia, gênero, opção sexual [sic.], religião e regionalismo interferem fortemente na constituição da identidade dos indivíduos e alternam-se, juntamente com a identidade política ou cidadania, no topo da hierarquia variável de pertencimentos que caracterizam o sujeito pós-moderno. Nesse sentido, o ensino de história hoje está colocado diante do desafio de trabalhar as identidades para além de seu objetivo inicial, que era a formação da cidadania, objetivo este também controverso desde o início, visto que a concepção da cidadania não é consensual (CERRI, 2011, p. 121).

Portanto, não seria o caso problematizar o conceito de identidade? O ensino de história, nesse caso, nos parece mais próximo à interpretação do tempo e a consequente apropriação de suas categorias. Em alguma medida, procuramos aproximar a prática historiográfica do conhecimento histórico escolar, não colocando a/o docente como personagem centralizada do processo de aprendizagem, mas sim em diálogo com as diferentes vivências dos estudantes, em diálogo com suas lembranças, considerações e observações em torno do espaço. Nas fronteiras entre o sólido e o que se desmancha, entre o imaginário e a brutalidade do real, o fecundo neste âmbito é o exercício de construir narrativas e perspectivas sobre a cidade.

A república brasileira e o caso belorizontino: suas contradições



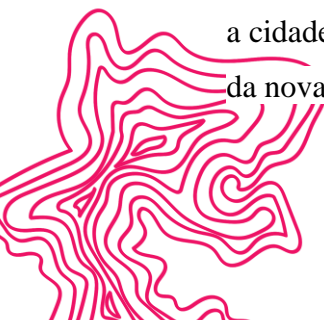
Ao levar em consideração as estruturas econômicas do Brasil, percebe-se que nosso sistema e, portanto, nossas relações políticas e sociais, são compostas por desigualdades e impasses. A própria República, proclamada por um companheiro do monarca, é prova disso. Liderada por ideais positivistas, o projeto de nação que se construía era pautado na ordem e no progresso, tendo a Europa como um modelo a ser alcançado. Nesse sentido, a modernidade em si, dentro do processo de modernização, fez com que os sujeitos brasileiros enfrentassem calamidades políticas que, no fundo, refletem conflitos de identidade.

Na defasagem do caminho modernizador, as relações entre os vivos e os mortos se modificavam constantemente a partir da importação de parâmetros identitários europeus, sobretudo ingleses e franceses, que fez com que as elites brasileiras trilhassem o caminho do higienismo social. A Guerra de Canudos e a urbanização do Rio de Janeiro, por exemplo, revelam as contradições relatadas: a república entendia - e permanece entendendo - nossas diferenças como desigualdades (NEVES, 2006), e isso explicava a limpeza social. Da mesma forma, a delimitação de heróis nacionais, a mudança da bandeira e as políticas educacionais, dentre outros aspectos, revelam a necessidade da modernidade brasileira de renomear as estruturas vigentes para legitimá-las, mesmo que todas elas fossem herdeiras da desigualdade colonial e monárquica.

A construção de Belo Horizonte é um exemplo claro das contradições republicanas. Mesmo que orientada pelo ideal da modernidade, a organização do centro levou à formação das periferias e demais bairros ocupados especialmente por operários. Com isso, pode-se perceber que o sistema republicano brasileiro tem por base a separação entre o idealizado e a sua derradeira precarização. A modernidade, pautada no nacionalismo e no progresso, não se estabeleceu de modo democrático, e seus efeitos são presentes e perturbadores até os dias atuais. A periferização é decorrente da tentativa de modernizar o país com perspectivas europeias e higienistas. Desse processo, não se pode ignorar as substâncias raciais e eugenistas que motivaram a formulação de projetos que separam ambientes destinados a pessoas brancas e aqueles a pessoas não-brancas.

Os documentos da cidade dentro da sala de aula

Pensando no uso da história local como vertente aliada à aproximação entre alunos e conteúdo escolar, desenvolvemos uma sequência didática que trata de um tema relevante para a cidade de Belo Horizonte: as transformações e deslocamento da periferia desde a construção da nova capital. Essa temática é importante pois diz respeito àqueles que habitam a cidade para



além da Avenida do Contorno desde sua inauguração. A ideia central da sequência é levar aos estudantes uma reflexão, por meio de documentos do Arquivo da cidade, acerca do espaço periférico ao longo dos anos e quem o vem ocupando.

Os documentos escolhidos, todos do Arquivo Público da Cidade de Belo Horizonte, têm como função fornecer aos alunos, depois de uma análise documental, informações para que cada um crie sua narrativa própria, mas embasada em fontes primárias. A ideia é que os documentos não digam por si só, mas que aliados a outros e dado o devido recorte, sirvam para criar narrativas sobre a cidade e suas mutações. A seleção de diversos tipos documentais é também aliada a aproximação dos alunos ao ofício do historiador, pois mostra as diversas possibilidades de narrativas.

Usamos um mapa idealizado pela Comissão Construtora da Nova Capital (CCNC) em 1895 (Imagem 1) e um mapa atual da cidade para pensar a contextualização da construção da nova capital e sua organização a partir das demandas da recém chegada República. É interessante que antes de uma análise gráfica das fontes, o professor instrua os alunos a começar a leitura pelo contexto de sua produção. A data, autoria e finalidade tendem a fornecer dados relevantes para uma maior precisão na investigação.

Imagem 1 - Mapa da construção de Belo Horizonte idealizado em 1895 pela Comissão Construtora da Nova Capital (CCNC)



Fonte: APCBH.

Depois de uma contextualização necessária para o entendimento dos mapas, o professor pode se valer de perguntas norteadoras para a construção de um debate coletivo: para qual público a Comissão Construtora pensou nas áreas de lazer e espaços de convívio urbano? Se a capital do estado e seus aparelhos fossem transferidos para Belo Horizonte, certamente seus

funcionários também teriam que se deslocar, e nada mais justo que um ambiente que inspirasse a República. Mas onde os trabalhadores se instalariam, se não na área central?

Também pensamos em uma análise comparativa de uma fotografia dos primeiros anos do século XX (Imagem 2) e uma reportagem do Estado de Minas de 2015 (Imagem 3), ambos referentes ao bairro Lourdes. A observação pode se tornar interessante ao chegar na discrepância entre os tipo de habitação do início da cidade e nos dias atuais em um mesmo território.

Imagem 2 - Registro fotográfico do início do século XX de uma cafua no local onde atualmente encontra-se o bairro Lourdes, fora dos limites da Avenida do Contorno



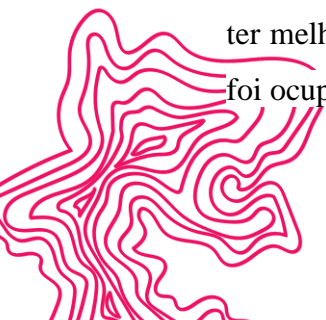
Fonte: APCBH.

Imagem 3 - Recorte de uma matéria sobre o bairro de Lourdes



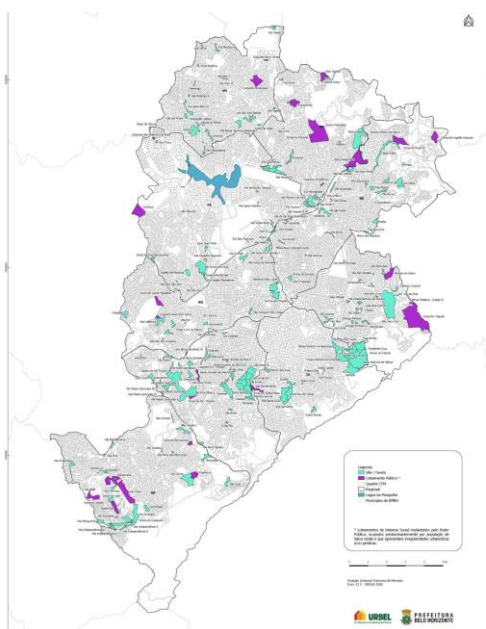
Fonte: PERUCCI, G. Sinônimo de Charme. Jornal Estado de Minas. Belo Horizonte. Novembro/2015.

O objetivo desse segundo momento, além de exemplificar o exercício do historiador, é refletir sobre a ocupação de um mesmo espaço ao longo dos anos e quais as intencionalidades por trás dessas mudanças. Essa questão é interessante pois mostra que, apesar da infraestrutura ter melhorado, a condição financeira dos moradores não acompanhou esse avanço e o espaço foi ocupado por outros. E para onde esses grupos foram?



A proposta também traz o conceito de periferia para além das marcações geográficas, problematizando as questões de desigualdade racial intrínsecas aos projetos modernizadores da nova República. O mapa de vilas e favelas de Belo Horizonte em 2020 (Imagem 4) ilustra os deslocamentos das “periferias” se comparadas ao século passado. Esse tipo de discussão, atrelado ao uso de documentos da cidade, colabora para a construção de uma identidade tão significativa para os alunos enquanto cidadãos de Belo Horizonte.

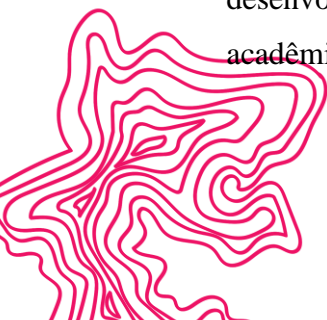
Imagem 4 - Mapa de Belo Horizonte de agosto de 2020, com as vilas e favelas destacadas



Fonte: Urbel em <https://prefeitura.pbh.gov.br/urbel/vilas-e-favelas>. Acesso em 17 nov. 2022

Considerações finais

Essa junção entre a teoria e a prática pedagógica são extremamente importantes para o fortalecimento da consciência histórica necessária na produção escolar. Essa aproximação traz uma diversidade de experiências que, ao serem pensadas coletivamente, podem trazer interessantes debates à sala de aula. No caso da proposta apresentada, o entendimento da construção e ocupação da própria cidade pode trazer uma noção de identidade e reconhecimento enquanto agentes do tempo presente e criar um senso de participação na comunidade. Enquanto educadores, temos o dever de estimular esse ímpeto da pesquisa no sentido de auxiliar no desenvolvimento de um parecer crítico para todos os aspectos da vida, incluindo o escolar e acadêmico.



REFERÊNCIAS

BITTENCOURT, Circe. **Ensino de história: fundamentos e métodos**. São Paulo: Cortez. 2005.

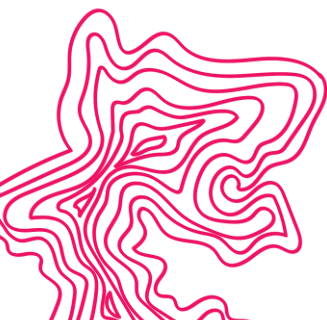
CERRI, Luis Fernando. **Ensino de história e consciência histórica**. Rio de Janeiro: Editora FGV. 2011.

HELLER, Agnes. **Uma teoria da história**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1993.

NEVES, Margarida S. “O Brasil na virada do século XIX para o século XX. In: FERREIRA, Jorge e DELGADO, Lucília Neves. **O Brasil Republicano**. Rio de Janeiro, Editora Civilização Brasileira, 2006.

PESAVENTO, Sandra. Cidades visíveis, cidades sensíveis, cidades imaginárias. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 27, n. 53, p. 11-23, 2007.

WHITE, Hayden. O passado prático. **Artcultura**, Uberlândia, v. 20. n. 37. p. 9-19, 2011.



Museu da Loucura: o torreão, os objetos e a luta

Marina Rocha Guillarduci

Mestranda - Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF)

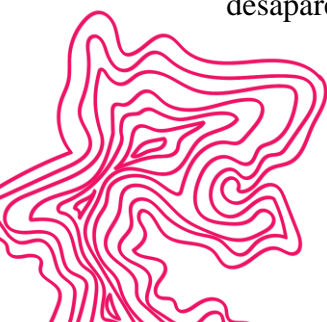
Email: marina2765guila@gmail.com

Resumo: O presente trabalho possui como objetivo principal apresentar o Museu da Loucura como um “lugar de memória”, por isso discutiremos o conceito estabelecido por Pierre Nora e iremos expor as particularidades de criação do Museu e as características que o tornam lugar de reflexão em que se busca manter em evidência o que aconteceu no Hospital Colônia e que tem como norte a manifestação de apoio a Luta Antimanicomial. E desta forma, destacar a sua importância para a cidade de Barbacena, principalmente por essa localidade ser denominada de “Cidade dos Loucos”, tornando assim a presença do Museu da Loucura essencial para a História Local do município, mas também como elemento imprescindível para o entendimento da História da Loucura brasileira. O Museu da Loucura, localizado na cidade de Barbacena em Minas Gerais, foi inaugurado no dia 16 de agosto de 1996, por meio de uma parceria entre a Fundação Hospitalar do Estado de Minas Gerais (FHEMIG) e a Fundação Municipal de Cultura de Barbacena (FUNDAC), sendo parte do projeto “Memória Viva”, que tinha como objetivo resgatar a memória da cidade e fomentar o turismo. Ele foi construído no antigo Departamento B do Hospital Colônia, departamento esse inaugurado em 1922. A Assistência a Alienados de Barbacena, a partir de 1922 passou a ser constituída de dois setores/departamentos: o Departamento A que era o mais antigo, construído em 1903, e era denominado de Hospital Central ou Assistência; e o Departamento B que era chamado de Asilo Colônia. Com essa configuração a Assistência a Alienados passou a ser conhecida como Hospital Colônia. Sendo a localização do Museu da Loucura no mesmo prédio em que funcionou durante mais de meio século o hospital psiquiátrico, ele recebe, principalmente, um grande valor simbólico e educacional, pois consegue abarcar o passado, o presente e o futuro, e transmitir a todos os que o visitam o cotidiano vivenciado pelos internos daquela instituição e a reflexão de um novo horizonte que vislumbra o tratamento da doença mental sem a exclusão em manicômios. Desta forma, o Museu não permite que os acontecimentos do Hospital Colônia caiam no esquecimento, muito pelo contrário ele os evidenciam para que não voltem a ocorrer e permite a correlação entre o local e o global.

Palavras-chave: Museu da Loucura, Lugar de memória, História local

Museu da loucura

Os lugares de memória como ressaltou Pierre Nora (1993) surgem do desraizamento com o passado, ou seja, por meio de uma aceleração que promove um distanciamento dos indivíduos com a memória verdadeira, que é viva e espontânea. Sendo assim “há locais de memória porque não há mais meios de memória”. (NORA, 1993, p.7). Portanto os lugares de memória são suportes que guardam uma memória que está em processo de dissolução, de desaparecimento.



Ademais, de acordo com Nora (1993, p.22) os lugares de memória apresentam três elementos que coexistem, e que são encontrados em graus diferentes: material, simbólico e funcional. Material porque são apreensíveis sensorialmente, sendo ou não um lugar físico, são simbólicos, pois permitem que quem não viveu o acontecimento ou a experiência se tornem participantes, e são funcionais porque cristalizam as lembranças e as transmitem.

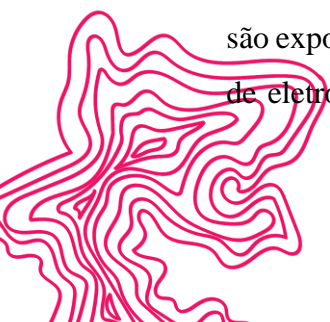
Mas os lugares de memória precisam de mais duas características para o ser genuinamente, eles necessitam que haja uma vontade de memória, quer dizer, é essencial que o grupo envolvido sinta a necessidade de preservar o seu passado e dessa forma atribua uma áurea simbólica ao lugar. É preciso também que ocorra uma interação entre memória e história, ou seja, a memória verdadeira, espontânea e viva tem que estar em contato com a história que é análise crítica dos fenômenos e a dessacralização dos gestos e valores. (NORA, 1993).

[...] Porque, se é verdade que a razão fundamental de ser um lugar de memória é parar o tempo, é bloquear o trabalho do esquecimento, fixar um estado de coisas, imortalizar a morte, materializar o imaterial para – o ouro é a única memória do dinheiro – prender o máximo de sentido num mínimo de sinais, é claro, e é isso que os torna apaixonantes: que os lugares de memória só vivem de sua aptidão para a metamorfose, no incessante ressaltar de seus significados e no silvado imprevisível de suas ramificações. (NORA, 1993, p.22)

São essas características que encontramos no Museu da Loucura, ele foi construído no torreão do antigo Departamento B tendo como objetivos principais segundo a sua coordenadora técnica desde a sua criação, Lucimar Pereira, resgatar a história da assistência psiquiátrica pública mineira e recuperar a memória do hospital para que o passado de horrores não volte a acontecer e ainda servir como centro de documentação e pesquisa em psiquiatria. (BORGES, 2017, p.109). Desta forma, além de ser constituído materialmente, o Museu apresenta a todos os que o visitam as lembranças e fazem com que os seus visitantes participem da experiência, principalmente por seu acervo estar presente onde outrora se encarceravam os ditos loucos.

Além da vontade de memória, ao se buscar o não apagamento das ações que se realizavam no tratamento, asilamento e na exclusão dos loucos e também dos indivíduos que perderam suas vidas no Hospital Colônia ou que sobreviveram ao nosocômio, estabelece-se a relação entre memória e história em que a segunda interfere juntamente com o tempo e com as mudanças, ou seja, há a evocação do acontecimento, mas há também a crítica e os questionamentos referentes a tríade tratamento, asilamento e exclusão realizados na época.

Podemos dividir a exposição do Museu em duas partes, na primeira (figuras 01, 02 e 03) são expostos os objetos que fizeram parte da vida dos internos, como por exemplo, os aparelhos de eletrochoques, os uniformes, os pratos e talheres, juntamente com documentos textuais e



fotos que ajudam a contar a história do nosocômio, além de estarem imbuídos em uma atmosfera fechada marcada pela ausência de cores. Já na segunda parte (figura 04) as cores prevalecem e nos é apresentado o Movimento da Luta Antimanicomial¹⁷⁸.

A narrativa empregada no Museu faz um diálogo permanente opondo transformação e permanência, compondo um jogo entre desaparecimento e reconstrução na busca por novos usos e novos significados ao modelo de psiquiatria representado pelo hospital. O Movimento da Luta Antimanicomial e a Reforma Psiquiátrica, que têm como palavras de ordem “por uma sociedade sem manicômios”, instituíram parte do hospital como Museu, como lugar de memória, o qual destina-se a preservar vestígios de um passado odioso da história da psiquiatria brasileira. (BORGES, 2017, p.106)

Imagem 1 – Pannel de painelas usadas com foto de um interno se alimentando



Fonte: Acervo pessoal. Foto de Marina Guilarduci, Museu da Loucura, 2017.

Imagem 2 – Foto de um interno aprisionado



Fonte: Acervo pessoal. Foto de Marina Guilarduci, Museu da Loucura, 2017.

Imagem 3 – Aparelhos de eletrochoques e a “carrocinha”

¹⁷⁸Esse movimento busca a ruptura do modelo manicomial, entendendo que é necessário se contrapor à negatividade patológica que é construída principalmente pela segregação, além de contemplar a cidade como lugar da inserção. (LUCHMANN; RODRIGUES. p. 399-407, 2007)



Fonte: Acervo pessoal. Foto de Marina Guillarduci, Museu da Loucura, 2017.

Imagem 4 – Painéis com a história da Luta Antimanicomial

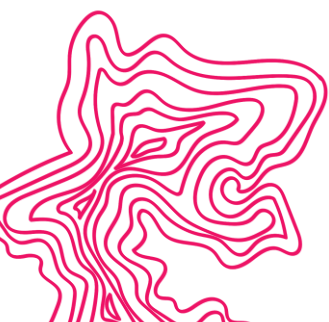


Fonte: Acervo pessoal. Foto de Marina Guillarduci, Museu da Loucura, 2017

A localização e acervo do Museu da Loucura de acordo com Borges (2017, p.117) “trazem à tona vestígios do passado, selecionados à luz do presente e de seus interesses”, com a revelação do que ocorria nos “porões da loucura” para que então uma sociedade sem manicômios possa ser exaltada. Com isso, o Museu busca realizar o que o Anjo da História de Walter Benjamin não consegue, que é juntar os fragmentos e acordar os mortos para que então o futuro possa ser contemplado.

Há um quadro de Klee que se chama *Angelus Novus*. Representa um anjo que parece querer afastar-se de algo que ele encara fixamente. Seus olhos estão escancarados, sua boca dilatada, suas asas abertas. O anjo da história deve ter esse aspecto. Seu rosto está dirigido para o passado. Onde nós vemos uma cadeia de acontecimentos, ele vê uma catástrofe única, que acumula incansavelmente ruína sobre ruína e as dispersa a nossos pés. Ele gostaria de deter-se para acordar os mortos e juntar os fragmentos. Mas uma tempestade sopra do paraíso e prende-se em suas com tanta força que ele não pode mais fechá-las. Essa tempestade o impele irresistivelmente para o futuro, ao qual ele vira as costas, enquanto o amontoado de ruínas cresce até o céu. Essa tempestade é o que chamamos progresso. (BENJAMIN, 1994, p.226)

Acervo e exposição



O acervo do Museu é composto por documentos textuais, fotografias e objetos. Os primeiros são livros, fichas e reportagens de jornais que se referem principalmente às internações dos pacientes, venda de cadáveres e o funcionamento do Hospital Colônia. As fotografias expostas apresentam as edificações, os pacientes e situações corriqueiras que aconteciam no nosocômio. Os objetos remontam o cotidiano vivido na instituição, entre eles encontramos os uniformes, os aparelhos de eletrochoque e Raios-x, pratos e talheres e vale ressaltar a existência de uma sala no Museu que simula o ambiente do bloco cirúrgico em que se realizavam as práticas de lobotomia.

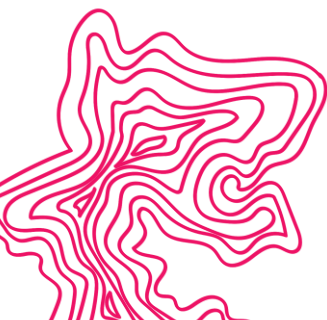
Os objetos que fazem parte do acervo foram tirados de suas funções originais de punir, agredir, prender, uniformizar ou legitimar um diagnóstico para se tornarem alicerces da reflexão sobre os acontecimentos no nosocômio e sobre a importância da Luta Antimanicomial. E, portanto, as coleções desses objetos são os suportes para que o Museu seja um lugar de memória, pois elas são construídas por meio de uma operação histórica que de acordo com Marcos Olender (2012, p.156) “retira o objeto do seu contexto usual para colocá-lo em um esquema histórico-didático”.

Ninguém vai a uma exposição de relógios antigos para saber as horas. Ao entrar no espaço expositivo, o objeto perde seu valor de uso: a cadeira não serve de assento, assim como a arma de fogo abandona sua condição utilitária. Quando perdem suas funções originais, as vidas que tinham no mundo fora do museu, tais objetos passam a ter outros valores, regidos pelos mais variados interesses. (RAMOS, 2008, p.19).

O “Azulão” e a boneca

Chamam-nos a atenção duas coisas que estão em exposição no Museu e que são representantes da perda e busca da individualidade na instituição: o “Azulão” (figura 05) e a boneca (figura 06). O primeiro era assim chamado e conhecido o uniforme institucional que todos os pacientes usavam, já a segunda era a boneca - fruto de uma doação - de uma das pacientes, Sueli Resende. Paciente essa que está presente no documentário *Em Nome da Razão* de Helvécio Ratton (1979), em que canta a seguinte música de sua autoria:

“Ô seu Manuel, tenha compaixão
Tira nós tudo dessa prisão
Estamos todos de Azulão
Lavando o pátio de pé no chão
Lá vem a boia do pessoal
Arroz cru e feijão sem sal
E mais atrás vem o macarrão
Parece cola de colar balão
E mais atrás vem a sobremesa
Banana podre em cima da mesa
E mais atrás vêm as funcionárias
Que são as putas mais ordinárias”



Ao chegarem ao Hospital Colônia os pacientes eram despidos de suas individualidades, eram tirados de seus convívios cotidianos e confinados em um lugar em que todas as suas ações eram observadas e controladas. A perda do eu começava com o arrancar de suas roupas e objetos pessoais, ou como coloca Violette Morin (1974) de seus “objetos biográficos”.

A roupa é particular como bem demonstrou Peter Stallymbrass (2012), ela recebe o cheiro, o suor e a forma de quem a usa, por isso ela evoca a individualidade e é um tipo de memória, os corpos vêm e vão, mas as roupas ficam e tocam os vivos como se fossem os mortos. Desta forma, o arrancar das roupas dos pacientes ao entrarem na instituição é significativo, ao trocar as vestes cotidianas pelo o uniforme, os internos são homogeneizados e sinalizados como loucos e pertencentes ao nosocômio, gerando assim a “mortificação do eu” (GOFFMAN, 1974) que existia fora daquele lugar. “Portanto, nesse contexto, a roupa representa uma quebra simbólica entre a vida passada do indivíduo e sua vida institucionalizada, proclamando assim, seu status de pessoa confinada.” (MOREIRA, 2021, p.102).

Imagem 5 – Uniforme institucional feminino e masculino



Fonte: Acervo pessoal. Foto de Marina Guillarduci, Museu da Loucura, 2017.

A mesma operação ocorre quando os objetos biográficos são tirados dos pacientes e substituídos por objetos protocolares. Sendo que eles se distinguem em quatro campos de mediação, segundo Morin. O primeiro campo é sobre o tempo com a idade e sua duração; o segundo é sobre o espaço com o seu habitat e enraizamento; o terceiro é sobre a existência com a personalidade do indivíduo; e o quarto é sobre a essência de sua presença e o peso da certeza que o acompanha. (MORIN, 1974)

No primeiro campo os objetos biográficos se diferenciam dos protocolares porque eles se gastam e envelhecem juntamente com o sujeito, permitindo assim uma relação afetiva, enquanto que os protocolares não se gastam, pois são substituídos, já que se tornam velhos e

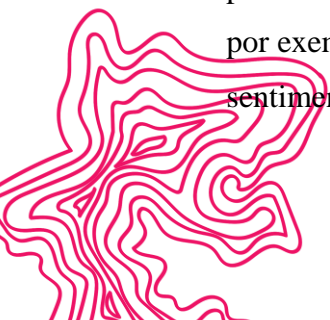
obsoletos. Na segunda mediação podemos perceber que os objetos biográficos refletem a personalidade do indivíduo e delimita seu espaço, já os protocolares padronizam e servem para todos os indivíduos, o que nos leva para o terceiro campo, que aponta que os objetos biográficos são a ampliação do indivíduo, ou seja, é o seu cotidiano que se torna objeto, enquanto que os protocolares são estéreis e que, portanto, não pertencem a ninguém. Sendo assim, os objetos biográficos são personalizados e singulares e os protocolares são industrializados e não possuem a marca das mãos de quem os fazem, o que é ressaltado pelo quarto campo. (MORIN, 1974).

Dos pacientes eram retirados as roupas, como já mencionado, os anéis (alianças incluídas), colares, relógios, dinheiro e tudo mais que se encontrava em posse dos que seriam internados, objetos esses que eram a extensão do cotidiano de cada indivíduo, refletiam as personalidades de quem os portavam e com quem estabeleciam relação de afetividade. No dia do Hospital Colônia eram entregues aos internos objetos institucionais que eram padronizados e utilitários como, pratos, talheres, canecas e os uniformes, que anulavam a subjetividade dos pacientes.

Mas, os internos e internas lutaram contra a padronização, buscaram transformar os objetos protocolares em biográficos, além de produzirem novos objetos que representassem as suas subjetividades. Confeccionavam bornais com os mesmos tecidos dos uniformes onde guardavam tudo que encontravam e que ganhassem algum significado, como por exemplo, batom dado por alguma funcionária, pedaços de papel e fumo, escova de dente, pão não comido no café-da-manhã, pequenos tesouros que traziam a individualidade em um lugar em que se prezava a máxima padronização. (MOREIRA, 2021, p.120)

Além disso, alguns pacientes construía os seus próprios cachimbos, “eles eram feitos com pedaços de tijolo, lata ou mesmo caneca, que constituía o forninho, e um pedaço de bambu, para fazer a haste”(MOREIRA, 2021, p.121). Vale ressaltar que o fumo era utilizado como forma de premiação por parte dos funcionários para os pacientes que tivessem bom comportamento ou que prestassem algum tipo de serviço, para acalmar alguns internos e preencher a ociosidade presente dentro daquelas quatro paredes. (MOREIRA, 2021, p.121)

Outro objeto biográfico que nos chama a atenção são os bonecos confeccionados pelos pacientes nas oficinas de costura ou que ganharam ornamentos pelas mãos dos internos, como por exemplo, a boneca de Sueli. Esses bonecos apresentam o indizível, são representações dos sentimentos e particularidades de quem os produzem, eles ganham algemas e semblantes



infelizes que fazem alusão aos momentos vividos no nosocômio, a boneca de Sueli recebeu unhas pintadas, acessórios, como colares e pulseiras, cabelo penteado, roupas e batom, pois de acordo com Juliana Brandão (2021, p.124) ela representava sua filha que lhe foi tirada sem seu consentimento.

Imagem 6 – Boneca de Sueli juntamente com outros bonecos



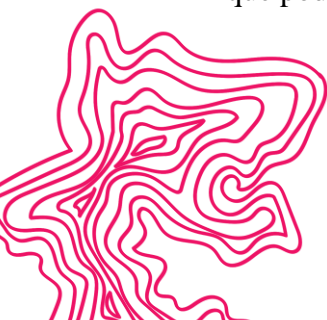
Fonte: Acervo pessoal. Foto de Marina Guillarduci, Museu da Loucura, 2017.

O azulão e os bonecos continuam a conviver no Museu da Loucura assim como foi no Hospital Colônia, só que o uniforme que outrora marcava e que era fonte de padronização e os bonecos que ganhavam adereços como colares, brincos e algemas, hoje recebem olhares atentos que buscam elucidar o que aconteceu naquela instituição. Portanto, eles nos tocam como se fossem os seus proprietários e torna possível a evocação dos mortos.

Considerações finais

Conclui-se, portanto, que o Museu da Loucura é um “lugar de memória”, pois ele é constituído principalmente pela vontade de memória, se busca com o lugar o não apagamento das atrocidades cometidas durante quase todo o século XX no Hospital Colônia de Barbacena, mas também tem como alicerce a exaltação de uma sociedade sem manicômio, por isso é um lugar de reflexão, em que a história e a memória se relacionam, provocando a apresentação do passado com mediação em que se critica o tratamento, o asilamento e a exclusão utilizados naquela instituição com os olhos voltados para um futuro antimanicomial.

Há uma áurea simbólica pairando sobre tudo o que encontramos no Museu da Loucura, desde a sua estrutura e lugar de construção (parte do Hospital Colônia) até os objetos menores que podem passar despercebidos como as alianças, que foram tiradas dos pacientes, permitindo

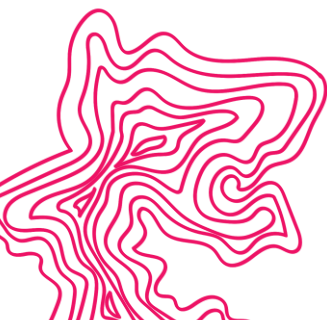


assim que haja extensões e ramificações de significações sobre o que aconteceu e o que está por vir.

Ademais, como podemos perceber, a base principal do Museu são os seus objetos, que passaram por uma operação histórica e não cumprem mais as suas funções originais, mas que cristalizam as memórias e as transmitem. Eles nos revelam, por exemplo, a perda da individualidade dos internos e a resistência deles para recuperarem as suas subjetividades que outrora foram roubadas por meio de estratégias em que se buscavam a padronização.

Referências

- BENJAMIN, Walter. *Sobre o conceito de História*. In: _____. **Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura**. São Paulo: Brasiliense, 1994.
- BORGES, Viviane Trindade. **Memórias difíceis: Hospital Colônia de Barbacena, reforma psiquiátrica brasileira e os usos políticos de um passado doloroso**. Rio de Janeiro: Revista Eletrônica do Programa de Pós-Graduação em Museologia e Patrimônio – Unirio, vol 10, nº01, 2017
- GOFFMAN, Erving. **Manicômios, prisões e conventos**. São Paulo: Perspectiva, 1974.
- LUCHMANN, Lígia Helena Hahn; RODRIGUES, Jefferson. **O movimento antimanicomial no Brasil**. Ciênc. saúde coletiva [online], v.12, n.2, p. 399-407, 2007.
- MOREIRA, Juliana Maria Brandão. **Arqueologia da Loucura: Narrativas alternativas , cultura material e história do Hospital Colônia de Barbacena**. Tese de doutorado – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas – Belo Horizonte, 2021
- MORIN, Violette. **El objeto biográfico**. In: MOLES, Abraham. et al. **Los objetos**. 2. ed. Buenos Aires: Tiempo Contemporáneo, 1974.
- NORA, Pierre. **Entre memória e história: A problemática dos lugares**. In: Projeto História. Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados de História. São Paulo: PUCSP, vol. 10. dez. 1993, p 7-28.
- OLENDER, Marcos. **Algumas considerações sobre as coleções como “lugares de memória” da Modernidade**. In: Aline Montenegro Magalhães; Rafael Zamorano Bezerra. (Org.). **Coleções e colecionadores: a polissemia das práticas**. 1ed. Rio de Janeiro: Museu Histórico Nacional, 2012, v. 1.
- RAMOS, Francisco Régis Lopes. **A danação do objeto**. O museu no ensino de História. Chapecó: Argos, 2008.
- RATTON, Helvécio. **Em nome da razão**. Minas Gerais: Quimera Filmes, 1979. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=cvjyjwI4G9c>> Acesso em: 20 out. 2021
- STALLYMBRASS, Peter. **O casaco de Marx: roupas, memória, dor**. 4°. Ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2012



O Palacinho e a Revolução de 30, cenário esquecido de uma história não contada.

Gabriel Teixeira Casela

Mestre em História - Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG)

Email: gabrielteixeiracasela@gmail.com

Willen Coutinho Bispo

Graduando em História - Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG)

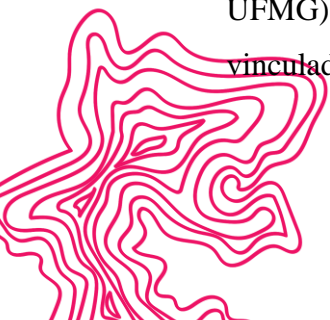
Email: willen_coutinho@hotmail.com

Resumo: A memória ligada ao espaço e a possibilidade de ressignificar o seu uso pode ser um ponto de confluência entre história política, museus e educação não formal. Pretendemos demonstrar a possibilidade de ampliação do uso de um espaço museológico atualmente destinado a ações educativas relacionadas à Cartografia Histórica ao destacar a sua ligação com importante fase da história política do país. O Palacinho, uma pequena casa de veraneio construída no início do século XX e que pertencera ao governo do Estado de Minas Gerais, atualmente abriga uma exposição de Cartografia Histórica dentro do Museu de História Natural e Jardim Botânico da UFMG, pode ser objeto de uma nova linha de ação educativa que tenha por objeto a história política. Partindo das memórias ligadas ao local e aprofundando pesquisas em documentos oficiais podemos comprovar que o Palacinho foi um dos cenários em que se desenrolou a Revolução de 1930, servindo de esconderijo para abrigar político mineiro e ponto de encontro com outros políticos que lideravam a articulação em torno da Aliança Liberal que depôs Washington Luís. Em 1930, a intenção de Washington Luís, Presidente da República, de romper o acordo político entre paulistas e mineiros para a sucessão presidencial levou alguns importantes políticos mineiros do Partido Republicano Mineiro a entrar em entendimentos com políticos gaúchos e dissidentes paulistas no fito de lançar uma candidatura de oposição com a formação da Aliança Liberal. Seu candidato, Getúlio Vargas, saiu derrotado das eleições pelo paulista Júlio Prestes, o que levou diversos políticos a articular aquilo que consideravam a única solução para os vícios e a corrupção do regime político oligárquico: a derrubada pela força. A revolução teve início em Outubro de 1930, simultaneamente em Minas Gerais, Rio Grande do Sul e Paraíba e depôs Washington Luís. O movimento em Minas Gerais foi liderado pelo Presidente do Estado, Olegário Maciel, recém-empossado e um grande entusiasta da Aliança Liberal. Por meio da imprensa, conclamou o povo mineiro a apoiar os revolucionários em todas as frentes de batalhas. O objetivo deste trabalho é destacar o apoio do seu governo a um político mineiro, Afonso Penna Jr., para ajudar nas articulações e contatos políticos abrigando-o junto com sua família em um espaço reservado do governo estadual, o Palacinho, de onde poderia publicar na imprensa seus manifestos políticos protegido das incursões das forças federais.

Palavras-chave: Palacinho, Afonso Pena Júnior, Revolução de 1930.

Introdução

Desde 1989 o *Museu de História Natural e Jardim Botânico da UFMG* (MHNJB-UFMG) tem importante Programa de Educação Ambiental e Patrimonial (PEAP) ao qual estão vinculados diversos projetos de extensão e ações educativas. Por ser importante área de

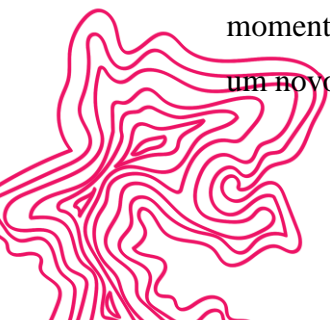


preservação ambiental, com uma mata que reúne espécies dos biomas da Mata Atlântica e do Cerrado, muitas de suas ações tratam de temáticas da biologia e da botânica. além de outras ações que tratam da arqueologia, da geologia e da cultura popular, envolvendo os seus acervos de diversos sítios arqueológicos, as coleções de materiais geológicos e exposições sobre expressões da cultura popular, como o Presépio do Pipiripau e as cerâmicas do Vale do Jequitinhonha.

Mas há um importante tema somente abordado de forma não sistemática e não compilado em circuito próprio que diz respeito a história do seu espaço que foi uma fazenda até o final do século XIX, e depois sediou o *Horto Florestal* e o *Instituto Agrônomo*. Contemporâneo à história da fundação da República, esse período traz elementos para pensar indiretamente o período comumente denominado Primeira República até o seu fim, em 1930. Isso porque a sua história está ligada à construção da futura capital do Estado de Minas Gerais, juntamente com a crença no processo mais amplo de modernização do país com o fim da monarquia, e ao republicanismo do período. No final da Primeira República a história do MHNJB se liga diretamente à Revolução de 1930, sendo usado como local privilegiado (e distante dos olhares dos opositores) para importantes articulações políticas da Aliança Liberal. Como trabalho apresentado no Simpósio Temático *Entre o local e o global: a história local como chave interpretativa para a escrita e o ensino de história* o objetivo deste trabalho é apresentar uma proposta de ação educativa no MHNJB denominada Circuito História de BH na Primeira República que seja capaz de ligar a narrativa do passado da área ocupada pelo MHNJB com os momentos prescritos para o ensino de história do Brasil em sala de aula sobre inauguração e fim da Primeira República.

Novos Projetos da República: Paralelos entre o Local e o Nacional.

A criação do Circuito História de BH na Primeira República no menu de ações educativas do MHNJB pretende abordar dois momentos principais: o primeiro, o tempo em que a área do Museu era uma fazenda (propriedade particular de uma família) ligada ao processo de construção da nova capital do Estado no contexto maior do projeto de modernização do Brasil republicano; e o segundo momento o seu tempo como espaço ocupado por instalações do governo após a desapropriação da fazenda, quando podemos ligar a sua história à Revolução de 1930. É importante ter bem delimitado o objeto dessa proposta de circuito, já que esses dois momentos se ligam à história nacional de formas bem distintas, um como expressão local de um novo projeto de país que em 1889 proclamou-se República, já o outro momento como local



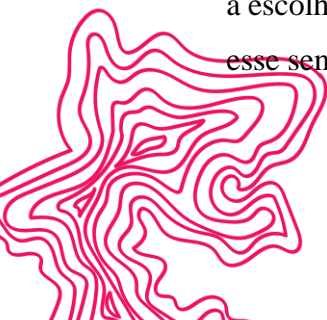
usado como um importante ponto de encontro para a conspiração ou articulação política que levaria ao fim da primeira experiência republicana em 1930.

A respeito do primeiro momento, no contexto da revolução industrial até o século XIX, é importante destacar como o fluxo populacional para as cidades causou enormes problemas sociais decorrentes do crescimento desordenado: problemas de saúde pública, falta de habitação acessível e crescimento da violência. Inspirado pelo conhecimento técnico-científico e a fé no progresso dele decorrente, o planejamento urbano surgiu como ciência no final do século XIX e teve como grande modelo internacional a intervenção realizada em Paris, com o alargamento de praças e ruas, o saneamento (tratamento de água e esgoto, recolhimento do lixo) e embelezamento dos espaços públicos. No Brasil do início do século XX, tivemos diversos projetos de reordenação e replanejamento urbanos, como a reforma Pereira Passos (1903-1906) no Rio de Janeiro, bem como os projetos de expansão urbana de Santos (1896-1910), Vitória (1896), Recife (1910-1914), Porto Alegre (1913) e João Pessoa (1913). Já a criação de cidades planejadas, ou seja, inauguradas em locais sem prévia ocupação urbana, foi uma perspectiva mais radical e que resultou na fundação de cidades como La Plata (Argentina), Washington (EUA), e Belo Horizonte (GOUVEIA; NICÁCIO, 2017, p.381).

A construção da capital mineira em área mais central do estado e onde antes estava o Arraial do Curral del Rei representa bem esse novo modelo de reordenação espacial do poder e da economia no território. A crença na ciência e no progresso, misturada a ideais positivistas do século XIX, fundamentou todo o movimento republicano e, como consequência, os projetos de construção de um país após a derrubada da monarquia em 1889. As ruas largas, as praças amplas e os loteamentos que deveriam obedecer à lógica do zoneamento da cidade por funções ou atividades econômicas, tudo ligado à preocupação higienizadora, são características que buscavam indicar uma nova era de modernidade trazida pelo novo regime político:

Com a abolição da escravatura e a proclamação da República, novos construtos agenciam as necessidades. Deseja-se promover uma nova ordem: para engendrará-la e assegurará-la, são imprescindíveis as cidades. Pereira Passos reconstrói e embeleza o Rio, tornando a uma cidade sanitária, bem organizada, ordenada, esteticamente unificada. As classes menos favorecidas são desalojadas para a periferia, permitindo ao centro emoldurar a presença da nascente burguesia. (GROSSI, 1997, p. 16 e 17)

A escolha de uma nova capital para o Estado de Minas Gerais significava a pretensão de inauguração de novos tempos. Entre as outras opções para sediar o poder público estadual, a escolha por uma área mais centralizada no território do Estado foi uma decisão que espelhava esse sentimento republicano progressista, e fora implementada pela Assembléia Extraordinária



do Estado de Minas Gerais convocada em 1893. Foi então criada a Comissão Construtora da Nova Capital - CCNC (Decreto nº 680 de 1894) responsável pela instalação inicial das principais estruturas para a nova sede do poder público.

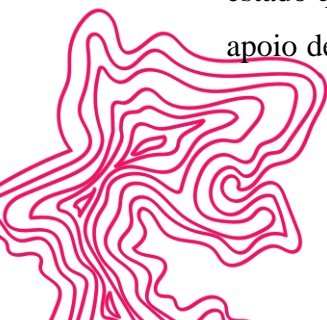
A cidade de Belo Horizonte foi planejada dividindo-se sua área em três: a primeira área seria central e mais urbanizada, uma segunda área seria destinada à futura expansão dos bairros, e uma terceira área rural seria formada por fazendas que abasteceriam a cidade com os alimentos e demais mantimentos. Mais especificamente, o espaço que o MHNJB ocupa atualmente, incluída a sua atual área de preservação ambiental com cerca de 60 hectares, fazia parte da Fazenda Boa Vista, localizada na zona leste da cidade (VARELA et al., 2015, p. 207). Logo após as primeiras intervenções feitas pela Comissão Construtora, em 1898, essa fazenda foi desapropriada para formação de uma colônia agrícola, a Colônia Córrego da Mata, posteriormente transformada no Horto Florestal:

Após ser desapropriada pela Comissão Construtora da Nova Capital, a Fazenda Boa Vista foi adquirida pelo Estado, recebendo o nome de Horto Florestal no início do século.

Em 1912, o Estado decidiu transformar o Horto Florestal em uma Estação Experimental de Agricultura (...) (ABRAS, 2000, p.07)

Para o Circuito História de BH na Primeira República, esse período permitirá fazer uma abordagem ampla da história dos espaços urbanos, dos exemplos de intervenções e modernizações realizadas em algumas cidades no Brasil e em outras capitais pelo mundo, todas inspiradas pelo racionalismo científico de meados do século XIX. Além disso, será importante explicar a construção da cidade de Belo Horizonte para situar a história da formação e uso da atual área do MHNJB.

Como estamos propondo um circuito que trabalha com o tema da fundação da República, é importante explicar que a opção política pelo regime republicano e o sistema de governo não foi pacífico entre aqueles que articularam o fim da monarquia. Houve intensa disputa e acabou prevalecendo a proposta de um sistema federativo liberal que, segundo Boris Fausto, inspirava-se no modelo dos Estados Unidos (FAUSTO, 2009. p.249). Às oligarquias regionais foi garantida sua autonomia frente ao governo federal, e os partidos políticos regionais constituídos foram reflexo dessa predominância dos interesses das elites dos estados já que não havia partidos de âmbito nacional. Na nova dinâmica eram os partidos republicanos de cada estado que articulavam acordos para indicar os candidatos à Presidência da República, e foi o apoio de Minas que permitiu aos políticos de São Paulo os três primeiros presidentes civis. A

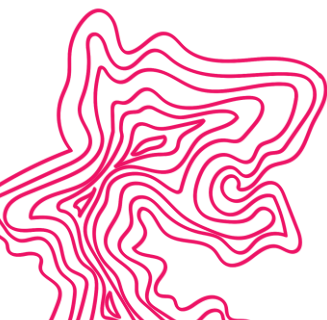


influência mineira na Câmara dos Deputados devia-se à sua bancada de 37 membros estabelecida com base no tamanho da população de cada Estado segundo censo de 1890. É importante apresentar de forma clara ao público desse circuito como essa repartição do poder federal entre as oligarquias regionais sempre foi ponto de atrito, já que as eleições tinham que partir de um acordo costurado entre grupos distintos, e as disputas internas aos Estados refletiam no cenário político nacional. E que, apesar desses problemas, durante boa parte do período tratado esses grupos conseguiram manter a disputa com relativa naturalidade e as cisões intra-elites eram absorvidas pelo sistema.

Passada essa etapa de descrição das características mais gerais da política na Primeira República, é necessário explicar as discussões sobre algumas das possíveis causas para a crise política que se instalou na década de 1920. A crise econômica internacional de 1929 pode ser apontada por alguns historiadores como um importante fator acelerador da crise interna, aumentando as pressões internas e as disputas em torno do poder federal. Mas é importante ter em mente a complexidade da crise política que foi agravada por esse contexto econômico. Segundo Boris Fausto: “As tensões regionais da classe dominante não apresentam uma linha contínua. Aparecem com nitidez em 1922, diminuem em intensidade a partir de 1926, para voltar à tona em 1929.” (FAUSTO, 2004, p. 403). Em prefácio à edição de 1997 do seu livro *A Revolução de 1930. Historiografia e História*, Boris Fausto explica que as formulações do tipo reducionista-classista não dão conta do sentido do episódio revolucionário de 1930, e que a queda da Primeira República não correspondeu unicamente à ascensão ao poder nem da burguesia industrial, nem das classes médias, tampouco fora desfechada para promover os interesses da burguesia industrial, já que alguns de seus representantes foram contra o movimento revolucionário e, inicialmente, chegaram a apoiar a candidatura de Júlio Prestes. É importante também não esquecer que, em meio às disputas pelo poder político, a indicação de outro paulista, Júlio Prestes, pelo então presidente Washington Luís, quebrou as regras do acordo político entre as elites mineira e paulista e foi, segundo Boris Fausto “fator central da ruptura política ocorrida em 1930” (FAUSTO, 2009, p.273).

Já em 1929 começaram as articulações que resultaram na formação da Aliança Liberal, quando políticos mineiros perceberam a relutância de Washington Luís em definir com antecedência o nome do candidato oficial à sucessão presidencial. Segundo Pereira e Faria:

De acordo com a tradição, no terceiro ano do mandato, o presidente da República iniciava o processo de consultas a parlamentares e governos estaduais tendo em vista a indicação do seu sucessor. A nova Câmara instalara-se em maio de 1929, mas



Washington Luís decidiu que só em setembro iniciaria as negociações políticas do processo sucessório. (PEREIRA; FARIA, 1998, p. 343)

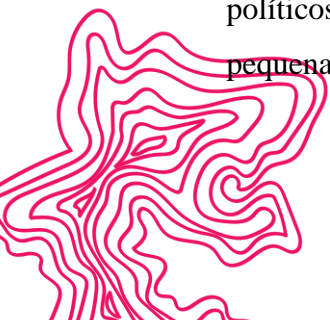
A demora do Presidente da República em negociar com os políticos mineiros a definição da chapa oficial de candidatos gerou desconfiança. Daí a articulação política encabeçada pelo presidente do Estado de Minas Gerais, Antônio Carlos Andrada, para a formação da Aliança Liberal e o lançamento de uma candidatura oposicionista com os gaúchos. Outro momento que serviu para fortalecer o discurso oposicionista da Aliança Liberal foi a “degola” de seus Deputados eleitos já que o governo não confirmou os resultados eleitorais para os cargos do Legislativo. No dia seguinte, em 22 de maio de 1930, os políticos mineiros realizaram intensos protestos em comício pelas ruas de Belo Horizonte contra a ação do governo federal.

Encerradas as disputas, era o momento de retomar a normalidade política e iniciar as articulações com o novo governo eleito. Mas em Minas Gerais, políticos como Afonso Pena Júnior e o Presidente do Estado, Antônio Carlos Andrada, mantiveram discreta articulação política oposicionista. Esse é um ponto muito importante para o conteúdo da proposta do novo circuito, pois o presidente Antônio Carlos deu abrigo a Afonso Pena Júnior no Horto em uma residência oficial do governo de Minas — convenientemente localizada às margens de uma estação da Estrada de Ferro Central do Brasil, o que permitiria a entrada e saída de indivíduos fora dos olhares curiosos de opositores e da nascente imprensa belo-horizontina.

Para o projeto de ação educativa Circuito História de BH na Primeira República é importante destacar a atuação desses e de outros políticos mineiros. Para isso, vamos usar algumas fontes e documentos para mostrar como esse contexto político levou a narrativa histórica ao Palacinho: jornais pesquisados, as memórias de antigos funcionários do MHNJB e o livro *O Galo das Trevas* de Pedro Nava.

Memórias no Local

Algumas notas em jornais foram encontradas em pesquisa realizada na Hemeroteca Digital Brasileira da Biblioteca Nacional que ajudam a identificar o Horto Florestal como refúgio para Afonso Pena Júnior, figura política importante do PRM e diretamente ligado às articulações políticas da Aliança Liberal. O jornal *A Batalha*, em publicação do dia 09 de abril de 1930, publicou artigo que coloca o Palacinho (no Horto) como segunda residência oficial do PRM no momento (sendo a primeira o Grande Hotel de Belo Horizonte), onde se reuniam os políticos José Bonifácio, João Penido e Afonso Pena Jr (*A Batalha*, 09 abr. 1930, p. 1). Em pequena nota, *O Jornal* afirmou que Afonso Pena Júnior, presidente da Comissão Executiva do



PRM, foi visitado no Horto Florestal por alguns políticos (*O Jornal*, 12 mar. 1930, p.4). Esse mesmo periódico em outra publicação confirmou que as articulações de Afonso Pena Júnior, presidente da Aliança Liberal, partiam do Horto, que se tornava espaço de encontro entre os líderes mineiros e também gaúchos, como Lindolfo Collor (*O Jornal*, 26 ago. 1930, p. 4). A se crer nas fontes da mídia impressa da época, durante os meses de planejamento que antecederam a revolução, a mesma teria sido gestada em meio a viagens entre Belo Horizonte e o Rio de Janeiro, e em território mineiro, entre o Grande Hotel de Belo Horizonte e o Palacinho, ao menos no que toque a participação mineira, que foi crucial, no movimento revolucionário (*O Jornal*, 01 ago. 1930, p. 3). O que beneficiava o Palacinho era sua condição de estar quase fora do perímetro urbano de Belo Horizonte na virada dos anos 20 para os 30, estando assim distante de olhares curiosos nesse momento crítico.

As outras duas fontes que ajudam a identificar o uso do Palacinho como cenário dos preparativos para a Revolução de 1930 são memórias. O livro *O Galo das Trevas* de Pedro Nava, busca contar em detalhes a visão do autor sobre os eventos que levaram à revolução de 1930 em Belo Horizonte. A outra é uma pesquisa realizada pela historiadora Maria Eugênia Oliveira Abras intitulada *Memória do Museu de História Natural e Jardim Botânico da UFMG*, na qual a autora compila diversas entrevistas com antigos funcionários e ex-diretores do MHNJB que confirmam o uso do Palacinho no Horto pelos governadores do Estado e como esconderijo de algum político ligado aos eventos da revolução de 1930.

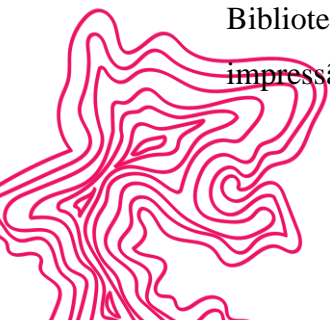
A grande questão, e que merece muito mais pesquisa, diz respeito à identificação do político mineiro que esteve no Palacinho. Segundo Pedro Nava, o político em questão chamava-se Adiel Diniz Filho, conspirando no Horto sob proteção do governador:

Antônio Carlos hospedou-o numa residência do Governo – a casa do Horto Florestal – e encarregou seu filho Fábio de visitá-lo com frequência a ver se nada faltava e se tudo corria bem.[...] enquanto o Senador Adiel conspirava e ia ajudando a preparar o movimento que já parecia inevitável e que estouraria em outubro de 1930. (NAVA, 1987, p. 419)

Esse mesmo político é também citado pela historiadora Maria Eugênia Oliveira Abras:

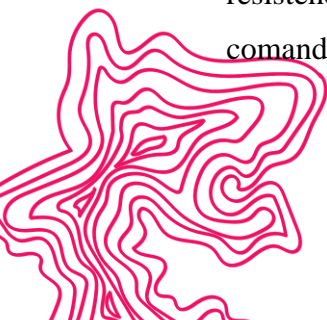
A agitação pela qual passava o país forçava o retorno de políticos mineiros à Belo Horizonte [...] tendo um desses, o Senador do Partido Republicano Mineiro Adiel Diniz Filho, fixado residência no Palacinho, juntamente com sua família a convite do Governador Antônio Carlos.(ABRAS, 2000, p. 23)

Mas em pesquisa inicial em jornais da época disponíveis na Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional, não é possível encontrar nenhuma informação a seu respeito. Fica a impressão de haver uma confusão quanto às identidades dos políticos citados quando as



informações que Pedro Nava apresenta sobre a biografia de Adiel Diniz Filho são comparadas à biografia de Afonso Pena Júnior. Segundo a descrição de Pedro Nava, o senador Adiel Diniz Filho nasceu em Santo Antônio do Ribeirão de Santa Bárbara em 25 de dezembro de 1879. Foi estudar no Caraça, onde foi colega de Artur Bernardes e Raul Soares, terminou seu curso de ciências e letras em Barbacena onde conviveu com Antônio Carlos, José Bonifácio, Afonso Arinos, Afrânio de Melo Franco e Rodrigo Bretas de Andrade. A sua família veio para Belo Horizonte onde seu pai se tornou diretor da Faculdade de Direito (onde Adiel também posteriormente lecionou). Segundo Pedro Nava, Adiel, além de advogado, foi o “grão-mestre do PRM” (NAVA, 1987, p.418 e 419). Para além dos sinônimos “Filho” e “Junior”, é possível encontrar uma miríade de semelhanças na biografia de Adiel e Afonso. Em consulta básica à biografia de Afonso Pena Júnior disponível no Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro do Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil - CPDOC, encontramos esses mesmos fatos: seu nascimento a 25 de dezembro de 1879, que cursou o secundário no Colégio Caraça (MG) e formou-se no curso de Direito em 1902. Também é fácil confirmar que ele ocupou a presidência da comissão executiva do Partido Republicano Mineiro (PRM), e colocou-se desde o começo a favor da campanha da Aliança Liberal, integrada por oposicionistas de vários estados, para cuja comissão executiva foi escolhido presidente. Seu pai, Afonso Pena, foi um dos fundadores da Faculdade Livre de Direito em Belo Horizonte. Mas, além desses detalhes que se confirmam na biografia de Afonso Pena Júnior, Pedro Nava explica que “Adiel foi quem provou que o livro famoso *Da destreza no rapiar* não era da autoria do Padre Antoneido das Conchas e que, fora de qualquer dúvida, *As mensagens de Santiago* tinham sido escritas por outro Antoneido – Antoneido Tomaga de Gonzas.”, sendo que Afonso Pena Júnior tem livro com título semelhante, *A arte de furtar e seu autor* publicado em 1946, no qual ele discute a autoria do livro *A arte de furtar*.

A partir desse ponto da proposta de novo circuito, já podem ser apresentados os eventos finais que levariam à derrocada da Primeira República e à ascensão de Getúlio Vargas ao poder. No dia 03 de outubro de 1930, iniciou-se a movimentação dos revolucionários nos Estados do Rio Grande do Sul, Minas Gerais e nos Estados do Nordeste. Em Belo Horizonte houve confronto entre as Forças Públicas estaduais e o Exército (12º Regimento de Infantaria), mas de modo geral as forças militares federais sediadas no resto do estado não ofereceram grande resistência. A tática adotada pelo governo estadual foi de aprisionamento dos oficiais de comando dessas unidades, momentos antes do início de qualquer enfrentamento das forças. Até



mesmo as repartições públicas federais ficaram sob a guarda das forças mineiras. Passados os confrontos, Getúlio Vargas assumiu o Catete e foi inaugurado um novo período da República.

Considerações Finais

A proposta de ação educativa será denominada Circuito História de BH na Primeira República e composta por um percurso de trilha na mata do MHNJB até chegar ao Palacinho. Nesse percurso serão abordados, como explicado acima, os temas da história do país ligados à história do MHNJB: a fundação da República e sua ligação com a fundação de Belo Horizonte, significados políticos e sociais, os principais aspectos do sistema político-eleitoral do período e as eleições de 1930.

Sobre a fundação de Belo Horizonte, poderão ser destacados o zoneamento urbano, a construção dos primeiros espaços públicos (praças, prédios das primeiras repartições governamentais) e a função das colônias agrícolas para a capital, ligada ao processo de desapropriação da Fazenda Boa Vista que resultaria na criação do Horto Florestal. Depois, ao chegar no Palacinho, abordar as crises do modelo político oligárquico da Primeira República da década de 1920, a crise econômica de 1929 e seus impactos na política, o processo eleitoral de 1930, tudo isso para explicar o envolvimento de políticos mineiros como Antônio Carlos de Andrada e Afonso Pena Júnior, no últimos momentos da Primeira República.

Referências

ABRAS, Maria Eugênia Oliveira; CARDOSO, Cláudia Cristina. **Memória do Museu de História Natural e Jardim Botânico da UFMG**. Belo Horizonte, 2000.

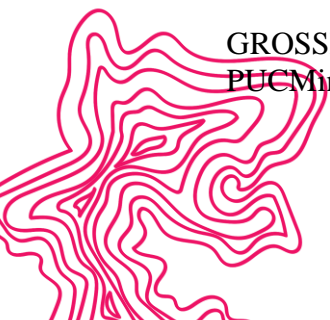
CENTRO DE PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO DE HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA DO BRASIL. Afonso Augusto Moreira Pena Júnior. In: _____. Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro. Disponível em: <<https://www18.fgv.br/CPDOC/acervo/dicionarios/verbete-biografico/afonso-augusto-moreira-pena-junior>>. Acesso em: 10 mai. 2023.

FAUSTO, Boris. **História do Brasil**. 13 ed, São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2009.

FAUSTO, Boris. **A Revolução de 1930. Historiografia e História**. 16 ed. Companhia das Letras, São Paulo, 1997.

GOUVEA, Maria Cristina Soares; NICÁCIO, Karina. **Escolarização e Territorialidade na Cidade Republicana: Belo Horizonte (1897-1912)**. Revista História da Educação. V. 21, n. 51, Jan-abr de 2017. Disponível em : DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/2236-3459/66340>. Acesso em: 20 mai. 2023.

GROSSI, Yonne de Souza. **Belo Horizonte: qual pólis?** Cadernos de História. v. 2, n.3, Editora PUC Minas, out. 1997.



Jornal **O JORNAL**, Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional Digital, 1930.

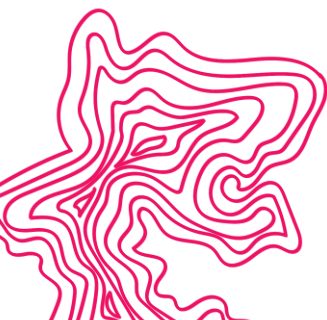
Jornal **A BATALHA**, Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional Digital, 1930.

NAVA, Pedro. **Galo-das-trevas**: (as doze velas imperfeitas). 4. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1987.

PINHEIRO, Paulo Sergio; FAUSTO, Boris. **O Brasil republicano**: sociedade e instituições (1889-1930); Tomo 3, Vol.2. 7.ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

PEREIRA, Lígia Maria Leite.; FARIA, Maria Auxiliadora de. **Presidente Antonio Carlos : um Andrada da Republica o arquiteto da Revolucao de 30**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.

VARELA, Angela Marlene, et al. **Corpo São, Cidade Limpa: uma arqueologia do sanitarismo e higienização em Belo Horizonte, 1930 -1960**. Revista Teoria e Sociedade, n.23.1, jan-jun de 2015.



O papel das mulheres no século XVIII: a educação de expostos na Vila de São José

Iandry Jessica Ferreira Soares

Graduanda de História - Universidade Federal de Minas Gerais

Email: iandryjfs@gmail.com

Yasmin Grigório Silva

Graduanda de História - Universidade Federal de Minas Gerais

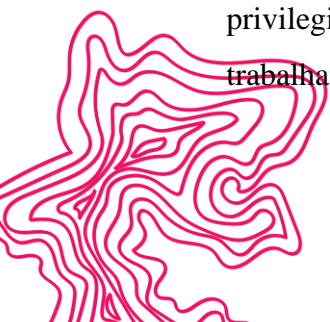
Email: ygrigorio@yahoo.com.br

Resumo: O estudo sobre a criação de crianças abandonadas no período colonial nos mostra importantes aspectos da sociedade mineira do século XVIII. A existência de instituições para abrigar órfãos e expostos pobres na capitania foi tardia devido a proibição das ordens religiosas no território, então a assistência associada à instrução esteve ligada, principalmente, à dimensão leiga: irmandades, ordens terceiras e rendas das Câmaras. A educação era de extremo valor para a sociedade colonial e, mais ainda, para o Estado português, que por sua vez, promovia o controle social e a civilização dos povos, sobretudo os menos abastados, pelos valores morais e religiosos. Assim, em diversos casos, essas crianças abandonadas eram encaminhadas para a educação escolar ou aprendizagem de ofício. A partir de nossas pesquisas relacionadas à reconstrução de narrativas dos moradores da Vila de São José nos séculos XVIII, foi possível notar a importância das mulheres como chefes de família responsáveis pela criação de órfãos e enjeitados. Essa hipótese se confirma a partir de estudos anteriores a respeito de outras vilas e comarcas da Capitania de Minas Gerais e dos documentos usados em investigações passadas. Dessa forma, os dados indicam parte do papel ocupado pelas mulheres na sociedade colonial e, visto a sua importância para o cotidiano dessa localidade, pretendemos analisar a presença feminina nas práticas educativas dessas crianças e reconstruir parte de suas trajetórias, incluindo a família que conduziam na Vila de São José, atual Tiradentes. A metodologia usada consistiu nas pesquisas documentais e bibliográficas, uma vez que nos auxiliou com as análises das informações coletadas. Os documentos analisados até o momento são os documentos do Arquivo Público Mineiro, pertencendo a Secretaria de Governo da Capitania e a seção colonial do século XVIII. Essa pesquisa surgiu a partir de uma pesquisa anterior, e o foco atual é identificar a história silenciada dessas mulheres para assim, nos aprofundarmos em suas trajetórias e reconstruirmos a presença feminina em um espaço de protagonismo dentro da história colonial.

Palavras-chave: Educação, Enjeitados, Mulheres, Vila de São José.

Introdução

O papel das mulheres no século XVIII foi variado e influenciado pelas demandas que permeavam a sociedade da época. Enquanto as mulheres nobres e burguesas se viam confinadas às esferas domésticas ou à vida monástica em conventos, a maioria das mulheres, menos privilegiadas, desempenhavam várias tarefas essenciais para o funcionamento da esfera social trabalhando em diversas atividades para garantir a subsistência de suas famílias. Elas também



assumiam responsabilidades inseridas no espaço doméstico, comercial agrícola e outras formas de sustento (NETO, 2009, p. 29 apud OLIVEIRA, 2008, p. 81-82), e, nesse caso, como criadoras de enjeitados ou expostos.

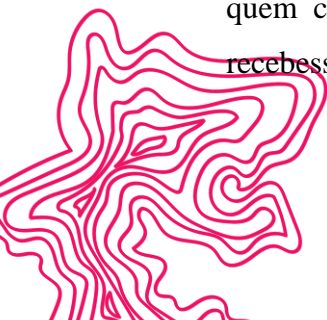
Com o intuito de compreender esse cenário setecentista, este trabalho tem como objetivo expor a importância das mulheres para a esfera social da Vila de São José, uma vez que assumiam o papel de chefes de família responsáveis pela criação de enjeitados ou expostos. Ademais, analisando o documento histórico, obtido no Arquivo Público Mineiro, buscamos destacar algumas informações iniciais que foram coletadas sobre essas mulheres desta Vila, atualmente conhecida como Tiradentes. Para isso, utilizaremos como referência bibliográfica os trabalhos de Alcileide Nascimento, Kelly Lislie, Thais Nivia de Lima e Fonseca e Renato Venâncio.

De acordo com Venâncio (2006, p. 159), Minas Gerais no século XVIII, enfrentou a prática de vários abandonos de crianças, deixando-as desamparadas. É importante ressaltar que não existia uma única causa para esses abandonos, muitos estavam ligados com um caráter mais religioso, como a moral e a honra, outros já estavam inseridos em uma situação de pobreza (NASCIMENTO, 2006). Assim,

Para uma sociedade que herdara da religião europeia a crença na danação das almas, principalmente dos que faleciam sem receber o sacramento do batismo, o abandono causava indignação e perplexidade. Tais sentimentos, aliás, não eram novos, muito menos inéditos. Desde o início do cristianismo, vozes se levantaram em prol dos inocentes enjeitados que faleciam sem sacramentos. Acreditava-se que as pequenas almas não deveriam pagar por erros e faltas cometidos pelos pais (VENÂNCIO, 2006, p. 159).

Assim, a sociedade testemunhava essa realidade de indignação, onde bebês com apenas alguns meses de vida eram abandonados em calçadas, praias e terrenos baldios. Algumas vezes, compartilhavam espaço com cães, porcos e ratos que perambulavam pelas ruas. Nesse âmbito de vulnerabilidade, as autoridades e a sociedade como um todo se viam diante da responsabilidade de encontrar soluções para acolher e proteger essas crianças indefesas (VENÂNCIO, 2006 p. 159).

Segundo Nascimento (2006, p. 54), ressalta-se que essa ação se tornou um escândalo e começou a indignar a esfera social, já que as crianças morriam sem o sacramento. Para lidar com essa situação, Venâncio (2006, p. 160) diz que as Câmaras patrocinavam um auxílio para quem criasse um enjeitado, assim, a pessoa que encontrasse um bebê abandonado ou o recebesse diretamente dos pais deveria acolhê-lo, batizá-lo e obter um certificado do pároco. É



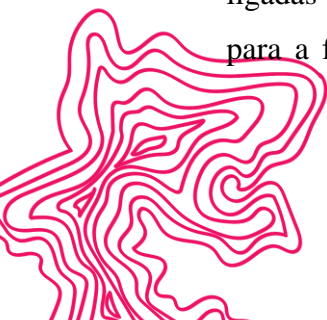
nessa conjuntura que as mulheres assumem um lugar de protagonistas, uma vez que estão presentes na criação de crianças expostas em várias cidades e vilas do período colonial (OLIVEIRA, 2008, p. 59). O perfil feminino era diversificado, poderia ser tanto mulheres livres quanto escravizadas (VENÂNCIO, 2006, p. 163), solteiras, viúvas ou aquelas que detinham da ausência do marido (OLIVEIRA, 2008, p. 59).

A educação de enjeitados no século XVIII

A educação era de extremo valor para a sociedade colonial da América portuguesa e, mais ainda, para o Estado português, que visava a promoção do controle social e a civilização dos povos, sobretudo os menos abastados, pelos valores morais e religiosos e pela educação para o trabalho. Era também uma preocupação do Estado e da sociedade colonial a assistência aos órfãos e enjeitados, segundo as leis régias, os órfãos que tivessem bens teriam a criação e manutenção garantidas pela herança; já os sem posses seriam criados em instituições de assistências ou rendas das câmaras (FONSECA, 2008; JULIO, 2017). Além disso, a educação deveria ser compatível com a origem da criança, por exemplo, um filho de oficial mecânico seria encaminhado a um mestre de ofícios (FONSECA, 2008, p. 535).

Os tutores dos órfãos ou aqueles que acolhiam os enjeitados eram responsáveis pela sua criação até os sete anos, depois encaminhavam essas crianças para a educação. Nesse quesito, diferentes estratégias educativas eram empregadas com o objetivo de inserir o jovem na sociedade colonial, seguindo os valores e princípios da época, e garantir seu sustento. Segundo Fonseca (2008), na capitania de Minas Gerais, o destino mais comum para aqueles encaminhados para a aprendizagem de um ofício era, para os meninos, alfaiataria ou ligado a música e, para as meninas, costureira. Nesse período, a habilidade de leitura e escrita era uma diferencial essencialmente pensada para facilitar a aprendizagem da doutrina, porém existiam outras aplicações para o conhecimento, como por exemplo na carreira de funcionário público. Ainda, tais habilidades não foram pensadas como forma de ascensão social, mas também não foram necessariamente acessadas apenas pelos mais abastados. A possibilidade de aprender as primeiras letras por parte de alguns órfãos filhos de mestres ofício é um indicativo disso (FONSECA, 2008).

Nos séculos XVIII e XIX, destacam-se as práticas educativas voltadas para as letras, estas ligadas ao ensino régio, particular ou religioso; as práticas voltadas para o trabalho, estas ligadas a instrução de um mestre de ofício ou transmitidas pela família; e as práticas voltadas para a formação dos bons costumes. Na capitania de Minas Gerais, as práticas educativas

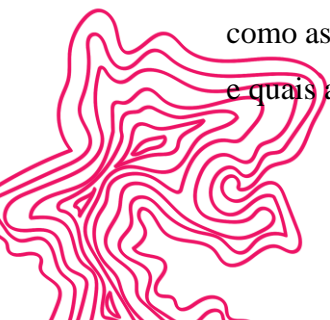


encontravam-se, principalmente, nas esferas particular e pública, visto que as ordens religiosas, como os jesuítas, não tiveram permissão para se estabelecer com suas casas e escolas no território, e os jesuítas foram expulsos dos territórios portugueses em meados do século XVIII, ao mesmo tempo em que eram implementadas as primeiras aulas régias propostas pelas reformas pombalinas. Devido a essa proibição, a instalação de seminários e escolas religiosas foi tardia na capitania, assim como a existência de instituições para abrigar órfãos e expostos pobres, então a assistência associada à instrução esteve ligada, principalmente, à dimensão leiga: irmandades, ordens terceiras e rendas das Câmaras.

Apesar da preocupação do Estado com a situação dos órfãos e expostos, não houve um esforço efetivo para a concretização da educação desse grupo, sobretudo aqueles que eram pobres. A assistência se mostra precária em diversos casos, pois as câmaras municipais eram omissas ou parciais nas situações, alegando que não tinham recursos para pagar as criadoras e, dessa forma, pagando de forma irregular ou nem pagando os gastos que eram apresentados. Então, a educação dependia de iniciativa da própria população a partir das irmandades e associações ou das próprias famílias (FONSECA, 2008; JULIO, 2017).

Importante ressaltar que, apesar da situação incerta, o acolhimento de crianças expostas não era impedido, e uma parte expressiva desses criadores de enjeitados era formada por pessoas pobres, para quem as rendas das câmaras podiam fazer diferenças, apesar de serem um valor baixo (FONSECA, 2008, p. 538). Além disso, destaca-se a importância das mulheres na educação das crianças órfãs ou expostas. O acolhimento das crianças por mulheres se dava por diferentes motivos que incluem desde a visão da mulher ideal na sociedade colonial do período e suas atribuições até motivos pessoais e econômicos. Tal relação contribuía para o estabelecimento, ou reforço dos laços familiares e de sociabilidade dessas mulheres. A partir das estratégias para sobrevivência e educação dos menores desenvolvidas por elas, é possível verificar essas motivações, relacionamentos e, principalmente, a importância dada à instrução, mesmo sem a garantia de reembolso futuro (JULIO, 2017, p. 294).

Os documentos de inventários, testamentos e atas de câmaras especificam os gastos com a criação dos menores, incluindo, por exemplo, o pagamento de mestres de ofício, ou professores particulares. Através desses registros e de estudos realizados em outras localidades da capitania de Minas Gerais e do restante da América portuguesa, é possível obter dados como a idade, condição social, étnica, rendas pagas ou devidas e relatos que permitem refletir sobre como as relações eram construídas entre as pessoas envolvidas na criação de órfãos e expostos; e quais as estratégias para educação desse grupo e como funcionam (JULIO, 2017).



Análise documental

Este trabalho foi motivado por pesquisas anteriores sobre a Vila de São José, nos séculos XVIII e XIX, para a exposição do Museu Casa Padre Toledo, onde foram feitos métodos investigativos para identificar os moradores da época, suas ocupações, práticas educativas e suas conexões sociais, com o propósito de reconstruir suas trajetórias e compreender a sociedade cotidiana da Vila de São José. Por isso, em continuidade a esse trabalho, esta pesquisa investiga as mulheres que eram registradas como criadoras de expostos a fim de compreender a contribuição dessa ocupação feminina para a sociedade da época.

A princípio, registramos algumas informações essenciais para iniciarmos a investigação da presença feminina nas práticas educativas e começar a reconstruir parte de suas trajetórias na esfera social da Vila de São José, atual Tiradentes. O documento analisado para esta pesquisa pertence ao século XVIII, mais precisamente em 1786, e foi retirado do Arquivo Público Mineiro, pela Secretaria de Governo da Capitania¹⁷⁹. Nele, constam informações de serviços dos oficiais da Câmara da Vila de São José ao Governador, onde descreve a prestação das receitas e despesas da Câmara.

O primeiro contato que tivemos ao ler o documento foi observar que os oficiais lembram a Vossa Excelência, no caso, o Governador, que eles possuem direitos de uma certa quantia dos cofres da Real Fazenda para pagar os serviços prestados para a Coroa e justificam que o dinheiro será dado para as seguintes responsabilidades: "*Ingeitados, festas reais eoutras couzas*". Como corte e objetivo para este trabalho, chegamos aos seguintes resultados através da leitura paleográfica:

Thereza Maria, cuida de 1 enjeitado e vai receber 12 oitavas.
Anna Mendes, cuida de 1 enjeitado e vai receber 12 oitavas.
Anna Antonia, cuida de 1 enjeitado e vai receber 36 oitavas.
Angela Maria da Conceicao, cuida de 1 enjeitado e vai receber 3 oitavas¹⁸⁰.

Os dados coletados nos confirmam que a prática de abandono acontecia na Vila de São José e que a Câmara foi obrigada a intervir para que essas crianças fossem batizadas pois consta no documento o pagamento para essas mulheres. Segundo Venâncio (2006 p. 160) uma das formas de auxílio que a Câmara encontrou para diminuir o número de crianças abandonadas foi oferecer uma ajuda financeira para quem batizasse e levasse o certificado paroquial –

¹⁷⁹ Fonte manuscrita: SG-CX.16-DOC.50.

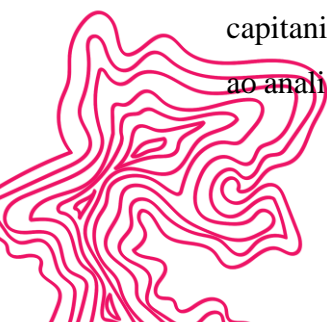
¹⁸⁰ Neste documento, não consta a condição dessas mulheres, se são livres ou escravizadas.

comprovação do batismo – no momento de receber o dinheiro. Ademais, nota-se que essas pessoas receberão quantias distintas apesar de possuírem o mesmo número de enjeitados sob seus cuidados. Essa disparidade decorre do fator temporal, no qual uma situação é mais recente, como o caso de *Angela Maria da Conceicao*, que cuidou do enjeitado por 6 meses, ou nas circunstâncias de *Thereza Maria* e *Anna Mendes* que receberam a mesma quantia por um ano. No caso de Anna Antonia, ela receberá o triplo da quantia, visto que, se fizermos a conta e dividirmos por três anos, dará doze, logo, ela ficou três anos sem receber pelos seus serviços e receberá tudo de uma vez.

Conclusão

Para reforçar, é fundamental destacar que nossa pesquisa ainda está em desenvolvimento, e novas descobertas e análises poderão enriquecer ainda mais essa reconstrução histórica. O estudo das mulheres no cenário colonial é um campo de investigação em constante expansão, e esperamos que este trabalho possa estimular futuras pesquisas e discussões sobre a relevância das mulheres na história da Vila de São José. Afinal, ao reconstruirmos a presença feminina em um espaço de protagonismo dentro da história colonial, estamos lançando luz sobre uma narrativa que, por muito tempo, permaneceu negligenciada e marginalizada. Essa visão mais inclusiva e abrangente do passado nos proporciona uma compreensão mais completa da sociedade colonial e das forças que a moldaram.

A tentativa de resgate e proteção das crianças abandonadas, como revelada por nossa pesquisa, refletia uma preocupação latente da sociedade em garantir a salvação espiritual dessas almas consideradas inocentes. Assim, as mulheres acabavam entrando em ação, uma vez que desempenhavam várias funções do período colonial para atender o próprio sistema colonial. Suas atividades, revelaram ser um alicerce fundamental para o funcionamento da estrutura social, religiosa e, especialmente, educacional. É importante reforçar que a educação podia ser obtida de diferentes formas. O recurso utilizado pelas famílias mais abastadas para acessar a instrução elementar era principalmente a contratação de professores particulares. Mas, pensando especificamente no caso dos enjeitados, os mestres de ofício eram pagos pelas criadoras para ensinar o trabalho aos aprendizes, e, assim, os jovens garantiriam uma forma de sustento. Além disso, as aulas públicas estatais eram também um recurso para a instrução, há um crescimento da presença de professores régios e de aulas régias durante o século XVIII na capitania de Minas Gerais, o que indica a valorização social desse ensino público. Diante disso, ao analisar os dados disponíveis e considerando que a pesquisa está ainda em desenvolvimento,



podemos vislumbrar a importância das criadoras de expostos, para compreendermos a dimensão do papel feminino desta Vila.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

JULIO, Kelly Lislie. **"Os têm tratado e educado", as mulheres e suas ações para a manutenção da família e a educação de menores no termo de Vila Rica, MG (1770 – 1822)**. Belo Horizonte: Universidade Federal de Minas Gerais, 2017.

FONSECA, Thais Nivia. **Instrução e assistência na capitania de Minas Gerais: das ações das câmaras às escolas para meninos pobres (1750-1814)**. Revista Brasileira de Educação v. 13 n. 39 set./dez. 2008.

NASCIMENTO, A. **A sorte dos enjeitados: o Combate ao infanticídio e a institucionalização da assistência às crianças abandonadas no Recife (1789-1832)**. Recife: Universidade Federal de Pernambuco, 2006.

OLIVEIRA, Cláudia. **A Educação Feminina na Comarca do Rio das Velhas (1750/1800): a constituição de um padrão ideal de ser mulher e sua inserção na sociedade colonial mineira**. Belo Horizonte: Faculdade de Educação, UFMG, 2008.

NETO, Margarida Sobral. O Papel da Mulher na Sociedade Portuguesa Setecentista: contributo para o seu estudo. In: FURTADO, Júnia Ferreira (org.). **Diálogos Oceânicos: Minas Gerais e as novas abordagens para uma história do Império Português**. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2001, p. 29.

VENÂNCIO, Renato. Maternidade negada. In DEL PRIORE, Mary (org.). **História das mulheres no Brasil**. 8ª ed. São Paulo: Contexto, 2006.



O encontro entre Arte e Ciência na tratadística dos séculos XIV ao XVIII e seus desdobramentos no saber-fazer artístico

Renata Nogueira Gomes de Moraes

Doutoranda - UFMG

Adriana Gonçalves de Carvalho

Doutora - UFMG

A presente proposta visa contemplar discussões que reflitam sobre de que maneira os conhecimentos artísticos e científicos estavam sendo replicados na tratadística dos séculos XIV ao XVIII e na prática dos pintores. Embora muitos tratados do período defendessem à pintura e o ofício do pintor, sobretudo os ibéricos, eles também traziam em seu escopo conhecimentos matemático. Lembramos que a matemática era um conhecimento que abarcaria a óptica, a perspectiva, a geometria, a aritmética entre outros campos do saber.

O historiador Filippo Camerota (2009) chama a atenção para a relação Arte e Ciência quando reflete que o Leonardo da Vinci, em Milão, aprofundou seus estudos em Euclides, Arquimedes e em perspectiva. Outro exemplo é do arquiteto Leon Batista Alberti (1404-1472), que no seu tratado defendeu a liberalidade da pintura, mas também instruiu ao leitor um método matemático para a representação de um objeto tridimensional em um plano bidimensional. Concluiu-se que, embora atualmente os tratados de pintura pertençam ao campo da História da Arte, compreendido como uma produção cultural, eles apresentavam em seu escopo elementos científicos como a perspectiva e a óptica, conhecimentos que seriam apropriados e difundidos culturalmente. Com efeito, identifica-se que alguns tratados de pintura e arquitetura circularam em Minas Gerais, compondo a operacionalidade dos pintores mineiros.

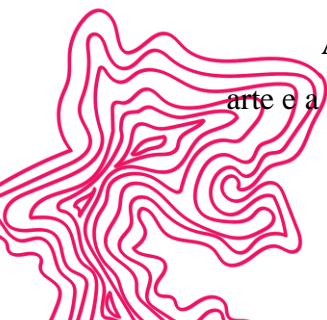
Baseando-se nas questões acima, o objetivo deste simpósio é contemplar os trabalhos que abordem a temática dos tratados artísticos, sendo eles: os tratados de arquitetura e pintura, incluindo a quadratura como um gênero. Além desses, serão aceitos propostas que reflitam sobre textos "científicos", como os de matemática, e que dialogam com a pintura e arquitetura. Por fim, compreende-se também como relevante as pesquisas que demonstrem que o “saber-fazer” dos pintores era mediado pela tratadística artístico-científica.

Assim, o encontro de vários pesquisadores permitirá engendrar novas reflexões sobre a arte e a ciência, campo ainda incipiente no Brasil e, por isso, carece de muitos estudos.

XI Encontro de Pesquisa em História da UFMG - ISBN: 978-65-01-11103-2

2023

551



Quem faz a história? Narrativas vivenciais e educação antirracista

Andréa Camila de Faria Fernandes

Doutora - UERJ

Marcia de Almeida Gonçalves

Doutora - UERJ

Livia Beatriz da Conceição

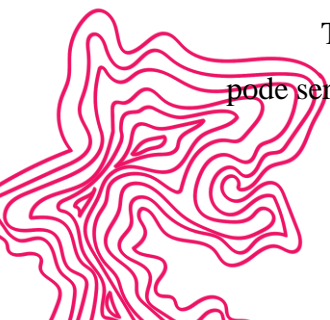
Doutora - UERJ

Em A sociedade dos indivíduos, Norbert Elias (1994) afirma que nem indivíduo nem sociedade existem de forma independente, mas sim numa contínua interação que faz com que estejam inexoravelmente conectados. Haveria, nesse ponto de vista, uma relação de interdependência, de complementaridade, entre o indivíduo e o grupo social, e qualquer abordagem sobre o eu precisaria estar atenta, como aponta Leonor Arfuch (2010), a este “dialogismo”. Simplificadamente, o eu só pode ser compreendido a partir de sua relação com o(s) outro(s).

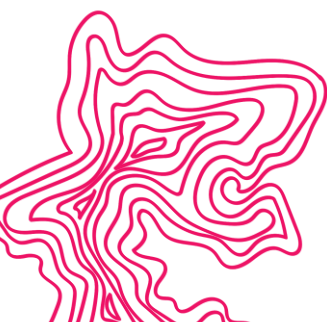
Tomar as singularidades das ações e das experiências individuais como questão é perceber, o indivíduo na história fundamentalmente por meio de sua rede de relações. É trabalhar com a perspectiva de sua função mediadora e com o fato de que há uma margem de liberdade de ação, como nos alerta Giovanni Levi (LEVI in AMADO & FERREIRA, 2006), mesmo que restrita e incerta, de todo ator/indivíduo social dentro do incoerente e conflituoso sistema de normas. Sustenta-se assim a concepção de que as estruturas normativas não existem para além da experiência vivida, mas sim são produzidas e negociadas nas relações estabelecidas entre os sujeitos.

Trazer à cena as ações individuais é prestar atenção, nessa perspectiva, ao jogo relacional no qual o sujeito a ser investigado esteve envolvido. A viabilidade de realização ou não dos projetos de um determinado agente histórico dependeria, nesse sentido, de outros tantos projetos individuais e/ou coletivos. Redes de dependência e de reciprocidade num contexto percebido nesses termos como campo de possibilidades, tal como problematizado por Gilberto Velho (1994).

Tendo estes referenciais em mente, entendemos que um personagem/ator individual pode ser tomado como o fio condutor de uma trama plural de relações e de experiências sociais



e/ou individuais que, assim como ele e seus projetos, constantemente se redefinem, e que a análise de vidas individuais nos permitem mapear a complexa trama da construção social/histórica. Assim, a partir do tema do EPHIS 2023, “Narrativas em disputa: nostalgia, identidades e apropriações do passado”, o objetivo do presente simpósio é reunir trabalhos que apostem no (auto)biográfico, e nas escritas de si como possibilidades de problematização e elaboração de narrativas históricas, sobretudo quando estes documentos e estudos mobilizarem vidas e vozes silenciadas, de indivíduos ditos comuns, e de grupos socialmente marginalizados, como negros, mulheres, indígenas e LGBTQIA+, e quando nos permitirem explorar as potencialidades dos usos de histórias de vida para uma reeducação das relações étnico-raciais no Brasil visando práticas antirracistas. Serão igualmente bem-vindos também, trabalhos que mobilizem tais reflexões no âmbito do ensino de história na educação básica.



Edgard Cavalheiro e biografia moderna: usos e contribuições na história

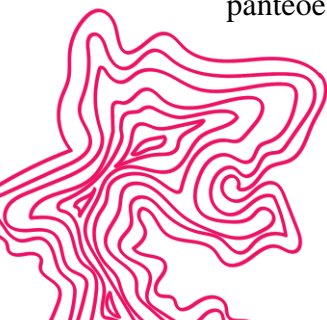
Katiane M. do Carmo

Graduanda em História pela Universidade Estadual do Rio de Janeiro
docarmokatiane@gmail.com

Resumo: A renovação do estilo biográfico no início do século XX decorrente de acalorados debates intelectuais da época trouxe importantes contribuições para uma melhor compreensão não apenas do estilo de vida do então biografado, mas também, da época em que este está/esteve inserido. Isso porque uma de suas principais características passou ser a aproximação entre biografado e público leitor, diminuindo o abismo que até então os separavam. Em terras brasileiras a chamada biografia moderna contribuiu ainda para uma maior reflexão acerca da história nacional e da vida dos brasileiros, encontrando em Edgard Cavalheiro um de seus representantes mais ativos. Autor de uma extensa bibliografia, Cavalheiro esteve intimamente envolvido nos debates acerca desse novo estilo biográfico, deixando inúmeras contribuições para melhor compreendermos seus usos na história. O presente trabalho de Iniciação Científica é parte integrante do projeto "Que vidas narrar? História do Brasil e dos brasileiros na escrita de biografias modernas," coordenado pela Prof.^a Dr.^a Márcia de Almeida Gonçalves, financiado pelo CNPq e FAPERJ, com o objetivo de contribuir para as reflexões acerca das biografias modernas e seus usos na pesquisa histórica.

Palavras-chave: Edgard Cavalheiro, Biografia moderna, Pesquisa histórica.

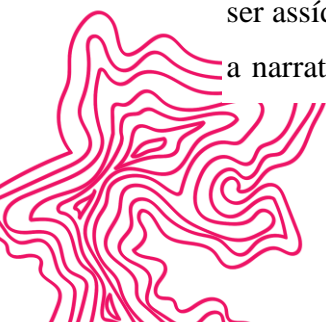
O início do século XX foi palco de um redimensionamento da escrita biográfica, fruto de intensos debates que agitaram a intelectualidade da época. Como resultado, um novo estilo de contar histórias de vida então denominada biografia moderna foi ganhando cada vez mais adeptos, o que podemos notar nas inúmeras produções que daí surgiram. Segundo Daniel Madelénat (1984), a chamada biografia moderna surge em meio à crise que afetou alguns pilares nas sociedades, em especial, as europeias, como o humanismo greco-latino, valores da religião cristã e do racionalismo. Nesse contexto, a renovação buscou dentre outras coisas, humanizar o biografado. Tirando-o de um pedestal quase inatingível até então narrado nas biografias ditas ufanistas e aproximando-o de vivências comuns, com uma leitura bem documentada, porém, leve e com uma perspectiva romanceada, cativante, endereçada a um público mais amplo, para além das academias. Em terras brasileiras, proporcionou ainda uma reflexão acerca da escrita da história nacional e da produção biográfica acerca de brasileiros/as eleitos/as para compor panteões. Tal reflexão encontrou em Edgard Cavalheiro um de seus principais representantes.



Nascido em 06 de julho de 1911 no município paulista de Espírito Santo do Pinhal, e falecido em 30 de junho de 1958 na capital de São Paulo, Cavalheiro foi escritor, editor, crítico literário, jornalista, biógrafo, além de ter tido uma forte atuação em questões envolvendo os direitos editoriais e autorais no país. Apesar de não ser tão reconhecido do grande público, exceto por ter sido o primeiro biógrafo de Monteiro Lobato, o autor possui uma extensa e valiosa bibliografia, catalogada pelo pesquisador Silvio César Tamaso D’Onofrio, em sua dissertação de mestrado *Fontes para uma biografia intelectual de Edgard Cavalheiro (1911-1958)*, gênese da constituição do acervo Edgard Cavalheiro que se encontra na Universidade Estadual de Campinas-SP. Segundo a pesquisa, Cavalheiro escreveu pelo menos oito livros, teve seu nome ligado a outras 50 obras de autoria coletiva e publicou mais de novecentos artigos, além de ter feito quatro traduções.

Publicou em 1940 uma de suas principais produções, a biografia de Fagundes Varela, considerado um dos maiores representantes do Romantismo nacional. A obra reúne características que a situam dentro do contexto das chamadas biografias modernas, como por exemplo, exaltação das qualidades sem endeusamento do biografado, como podemos perceber no trecho “que foi um alcóolico, é inegável. Mas foi também poeta. Grande poeta, indiscutivelmente.” (CAVALHEIRO, Edgard. 1940, p. 9). Para o biógrafo, Varela teria sido um excelente poeta apesar de sua regularidade pelo gosto da boemia da época. Cavalheiro também não se exime de narrar contratempos que o biografado teria vivenciado com a família, como os desentendimentos com o pai, dívidas com amigos, dentre outros. Ao mesmo tempo que nos apresenta um poeta formidável, totalmente desapegado de honras e glórias inúmeras vezes à ele dirigidas. Em outras palavras, Cavalheiro nos apresenta um verdadeiro gênio da poesia, mas ainda assim, um ser humano.

Varela nasce em 17 de agosto de 1841, Rio Claro, Rio de Janeiro e falece em 18 de fevereiro de 1875, em Niterói no mesmo estado. Ainda em sua mocidade passa por um processo constante de mudanças de endereço. Para o biógrafo, Varela foi um grande cantor, porém, solitário, e isso é de vital importância já que marcará seu temperamento, tanto no meio acadêmico quanto familiar. Apesar de sua origem fluminense, é na capital paulista que viveu grande parte de sua vida e produziu boa parte de sua obra. Aliás, Cavalheiro afirma que a academia é o ponto forte da vida social da cidade de São Paulo no período, e que apesar de não ser assíduo no meio acadêmico, o poeta se torna popular e querido pelos amigos. Durante toda a narrativa, Cavalheiro vai apontando os inúmeros feitos poéticos do biografado, ao mesmo



tempo em que aponta também os infortúnios vivenciados fruto da vida boêmia e desregrada que vivia. Em muitos momentos narra relatos de seu sumiço e acumulação de dívidas. Retrata-o como um homem envolvente que sempre encontrava acolhida nos amigos. Era um poeta nato que tinha a natureza como sua principal inspiração.

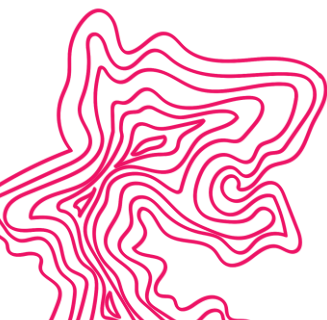
O biógrafo vai mencionando e comentando as principais obras de Varela, a fase de sua vida em que foram escritas, em que circunstâncias, como foi recebida no meio intelectual, suas inspirações, enfim, vai traçando de acordo com os documentos, relatos e sua própria visão acerca dos acontecimentos, um panorama que possibilita o público leitor conhecer e compreender melhor a vida e obra desse grande poeta que apesar do enredo de vida instável, é sem dúvidas um nome de peso da poesia nacional. Cavalheiro nos apresenta um homem cuja vida muitas vezes foi miserável, mas formidável ao mesmo tempo. Tão formidável que parecia não se encaixar nos ambientes meramente comuns, repleto de “reles mortais”, afirma o autor.

Ainda de acordo com o biógrafo, a glória de suas obras, das quais destaca *Cântico do Calvário* como sendo uma das mais belas, não acompanhava sua figura modesta, muitas vezes maltrapilha, que por vezes chegava até decepcionar alguns amantes de suas obras. Sua vida era uma própria poesia, cheia de altos e baixos, amores e desamores. A forma como cavalheiro nos apresenta Varela por vezes nos faz adentrar na narrativa, provoca sentimentos, imaginações acerca dos cenários e vivências. Preenchendo as lacunas que os documentos e relatos não dão conta, com uma visão igualmente poética que proporciona ao público quase que sentir o que teria sentido Varela, é o exemplo do trecho a seguir em que narra seus últimos momentos de vida:

Mal percebem o seu último suspiro. O coração cessa de bater, de mansinho, como que para não assustar as crianças que dormem, como que para não interromper o silêncio que anda pelo quarto, onde, em vigília, se encontram a mulher e a mãe... O dia dezoito de fevereiro começara há poucas horas. (CAVALHEIRO, 1940, p. 265).

O biógrafo proporciona ao seu leitor um rico e detalhado panorama acerca da vida e obra do poeta, bem como, do contexto histórico que este esteve inserido, é o que podemos notar por exemplo, nos trechos que diz:

Após duas tentativas goradas, promulgava-se, finalmente, em 1827. A lei criando os cursos jurídicos de São Paulo e Olinda. Até então, Coimbra se encarregara de ministrar aos jovens brasileiros os ensinamentos que um canudo simbólico, entregue ao fim do curso, garantia terem sido eles bem aproveitados. Não garantia somente isso. Tabú ainda não extinto de todo, entre nós, o cobiçado título de “doutor” era também a certeza de um bom casamento, ótimo emprego público ou brilhante carreira na política. (CAVALHEIRO Edgard. 1940, p. 13).



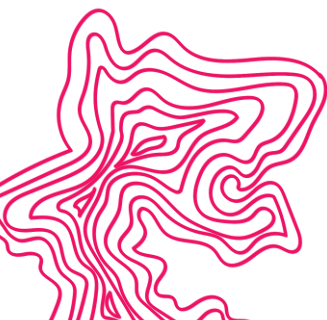
Petrópolis, a antiga fazenda do Córrego Sêco, adquirida por D. Pedro I, em 1831, coube como herança a D. Pedro II que, por decreto assinado em 1843, aprovava o plano apresentado pelo seu mordomo Paulo Barbosa de Sila, de arrendar a fazenda, reservando um terreno suficiente para nêle se edificar um palácio e outros para a povoação, que devia ser aforado a particulares, assim como um terreno para a edificação de uma igreja, sob a invocação de S. Pedro de Alcântara. (CAVALHEIRO, Edgar. 1940. p. 29).

Observa-se nesses trechos um panorama acerca da estrutura social do século XIX, período em que viveu Fagundes Varela, com alguns usos e costumes então seguidos na sociedade, e ainda, como deveria se dar parte da organização geográfica da Petrópolis da época. Em terras brasileiras, Cavalheiro foi um dos nomes de peso que assumiu esse novo estilo biográfico em suas produções. Para Márcia de Almeida Gonçalves, a escolha do biografado e a forma como sua vida é narrada fala também acerca do biógrafo “e das ambiências e normas constitutivas do ato de narrar vidas alheias vigentes em seu tempo como autor/leitor.” (GONÇALVES. 2020, p. 71). E Cavalheiro foi presença ativa nos debates literários da época, bem como, na luta pelos direitos e profissionalização editoriais.

Segundo D’onofrio (2017), um dos pontos de encontro da intelectualidade da cidade de São Paulo na época ocorria na conhecida farmácia Baruel, constituindo-se assim o chamado Grupo da Baruel. Nele, além de Cavalheiro, nomes como Mário da Silva Brito e Fernando Góis estavam entre seus integrantes, que se reuniam nos finais de tarde e ali faziam uma roda literária. Ao longo de sua trajetória como escritor foi membro de importantes Associações. Dentre elas, a Associação Brasileira dos Escritores (ABDE), criada em 1942, e a Câmara Brasileira do Livro (CBL), criada em 1946, na qual assumiu a presidência no biênio 1955-1957, momento em que foi discutido a criação daquele que se tornaria um dos mais tradicionais prêmios literários do país, o prêmio Jabuti. Também esteve presente no I Congresso Brasileiro de Escritores, encontro que discutiu a regulamentação dos direitos autorais.

Sua primeira biografia, a então biografia de Fagundes Varela, foi muito bem recebida pela crítica literária do período, elogiada por grandes nomes como Sérgio Buarque de Holanda, Alvaro Lins e Tristão de Athayde. Além de ter rendido elogios daquele que se tornaria grande amigo e cerne da obra pela qual ficaria mais conhecido, Monteiro Lobato. Bem documentada e sincera são alguns dos atributos atribuídos à obra. Em 5 de janeiro de 1941, um ano após a publicação da primeira edição da biografia, Athayde afirmou na coluna intitulada *Crítica Literária*, do periódico O Jornal que:

O sr. Edgard Cavalheiro tem uma grande qualidade como biographo: não procura endeusar o seu heroe. Não se joga contra elle como paradoxalmente o vemos em certas biographias. Mas sabe defender-se de toda parcialidade exagerada. Não esconde



nenhuma das tristes mazellas do poeta. Não procura fazer a sua defesa em tudo o que nelle é indefensável. Apresenta-o nas cores vivas de sua dolorosa realidade como figura que soffreu realmente de todas as consequencias do romantismo psychologico, não apenas em imaginação, mas na realidade. (ATHAYDE, Tristão. 1941, p. 6).

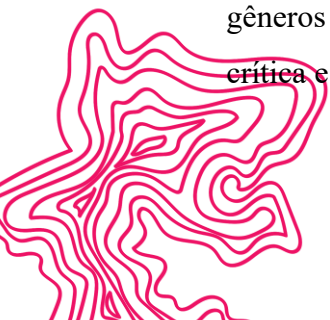
Grande estudioso do Romantismo, Cavalheiro nos fornece através da trajetória do chamado poeta romântico, elementos que nos possibilita refletir como essas histórias de vida assumem formas e funções na produção e difusão do conhecimento histórico. Nos possibilitando leituras outras da escrita da história nacional para além dos cânones estabelecidos historicamente.

Para Leonor Arfuch, “contar uma história de vida é dar vida a essa história.” (ARFUCH, Leonor. 2010, p.42). Ao narrar vida e obra de Varela, Cavalheiro leva o leitor a percorrer sua trajetória quase que de forma íntima, preenchendo lacunas, porém, sem fugir do contexto de vida ali apresentado. De mesmo modo, o leitor é levado a adentrar o contexto histórico em que esta se passa. Se de um lado as paisagens naturais das fazendas corroboravam para o esplendor poético de Varela, os meios urbanos com seus vícios boêmios muitas vezes corroboravam para os ares acinzentados típico de parte daquela geração romântica.

Os debates e controvérsias acerca do valor biográfico na produção de conhecimento sobre sociedades e culturas sempre estiveram em voga. Para Gonçalves (2011):

Se ainda há o que discutir e analisar sobre os usos sociais alargados e características intrínsecas de histórias de vida de sujeitos individuais, e certamente há, as mesmas adquiriram um lugar reconhecido entre os artefatos culturais viabilizadores tanto do prazer estético quanto do poder de conhecer, sensibilizando e orientando leitores os mais diversos, na contemporaneidade acelerada de nosso tempo presente. (GONÇALVES, Márcia de Almeida. 2011, p. 121).

No caso das biografias modernas, mesmo tendo por característica a “busca da sinceridade” ao narrar as histórias de vida, a visão do biógrafo está presente, emitindo juízos de valor do início ao fim da obra. No caso da biografia aqui em parte analisada, Cavalheiro procurou se cercar de documentos e depoimentos, mas ainda assim deixa sua marca. Aliás, Cavalheiro tomou gosto pela escrita biográfica. Ainda de acordo com D’onofrio (2012), seis dos oito livros que escreve são biografias. Em 1955 escreve a obra que o tornaria mais conhecido, *Monteiro Lobato, vida e obra*. Fruto da amizade entre os dois autores iniciada anos antes com a oferta de um exemplar de Varela, segundo o pesquisador. Um ponto bastante interessante sobre o biógrafo, ainda de acordo com D’onofrio, é seu autodidatismo, já que abandona os estudos convencionais no terceiro ano do antigo ginásio, e sua movimentação em gêneros variados, característica típica dos polígrafos. Além de biografias, atuou nas áreas da crítica e conto literários, epistolografia, o romantismo no Brasil, dentre outros.



Longe de sugerir o abandono das formas canonizadas da escrita da história nacional, o que as biografias modernas nos possibilitam são leituras outras desta, através de histórias individuais que muitas vezes acabam se confundindo com o coletivo. E assim, lançam luz na reflexão acerca das histórias de vida então narradas, dos contextos em que se passam, bem como, daqueles que narram e das ambiências culturais de seu tempo.

Bibliografia:

- ARFUCH, Leonor. O Espaço Biográfico. **Dilemas da Subjetividade Contemporânea**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2010.
- CAVALHEIRO Edgard. **Fagundes Varela**. São Paulo. 3.Ed. Livraria Martins Editora, 1940.
- D'ONOFRIO, Silvio Cesar Tamasso. **Fontes para uma biografia intelectual de Edgard Cavalheiro (1911-1958)**. 2012. Dissertação (Mestrado em Culturas e Identidades Brasileiras) –Instituto de Estudos Brasileiros, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012. doi:10.11606/D.31.2012.tde 30012013 215356. Acesso em: 2022-05-27.
- D'ONOFRIO, Silvio Cesar Tamasso. **O grupo da Baruel e a intelectualidade paulista nos anos 1940**. 2017. Tese (Doutorado em História Social) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017. doi:10.11606/T.8.2018.tde 16032018 104446. Acesso em: 2022-05-29.
- GONÇALVES, Marcia de Almeida. **“A morte e a morte da biografia”**. In: OLIVEIRA, Rodrigo Perez; SILVA, Daniel Pinha (orgs.). Tempos de crise: ensaios de história política. Rio de Janeiro: Autografia, 2020.
- GONÇALVES, M. de A. (2011). **História ou romance? A renovação da biografia nas décadas de 1920 a 1940**. ArtCultura, 13(22). Recuperado de <https://seer.ufu.br/index.php/artcultura/article/view/14020>
- MADÉLÉNAT, Daniel. **La biographie**. Paris: PUF, 1984.
- ATHAYDE, Tristão. O Jornal, **Crítica Literária** (RJ). Domingo, 05 de janeiro de 1941. Ano 1941. Edição 06618. Hemeroteca Digital. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/110523_04/4772
Acesso em: 10 jan. 2023.



Elites e subalternos no Império Romano: identidades, práticas e narrativas

Edjalma Nepomoceno Pina

Doutorando - UFES

As relações entre elites detentoras do poder político-econômico e camadas subjugadas, seja economicamente ou militarmente, permeiam diferentes conjunturas históricas, inclusive no Mundo Antigo. Tal relação encontra sua manifestação nas rígidas clivagens sociais e na desigualdade de acesso a bens materiais, além da comum diferenciação identitária pautada em vestimentas, cuidados com o corpo, formas de lazer, locais de trânsito, artigos alimentícios, consumo de arte, reprodução da memória coletiva entre outros. Trata-se de uma desigualdade de poderes embrenhada por múltiplos aspectos da vida do indivíduo, que acaba por ver sua condição social como uma graça dos deuses ou um infortúnio da natureza. Tendo isso em vista, este Simpósio Temático tem por proposta congregar diferentes abordagens para o estudo dos modos de atuação e convívio entre elites e subalternos do centro ou da periferia do Império Romano. Espera-se trabalhos que versam sobre diferentes aspectos da vida social desses coletivos, como a construção de suas identidades pautadas na clivagem social vigente; práticas cotidianas características de seu estamento; as diferentes formas de ocupação do espaço por tais grupos; narrativas de poder que revelem meios de diálogo, dominação ou cooptação de um grupo pelo outro; a percepção da elite greco-romana sobre os *externae gentes*; diferentes formas de alimentação e usos do corpo; as distintas formas de inserção no meio urbano e rural; a arquitetura como manifestação do poder e a vivência do trabalho braçal. Serão aceitos trabalhos que partem dessas questões ou objetos afins, a partir de quaisquer conjuntos documentais, como textos, mosaicos e estátuas.



As elites no Egito Romano: análise de Estrabão e de retratos funerários

Jéssica Ladeira Santana¹⁸¹

Mestranda em História pela Universidade Federal do Espírito Santo
j.ladeira.santana@gmail.com

Resumo: A presente comunicação tem por objetivo demonstrar a identidade das elites egípcias nos primeiros séculos de dominação romana. Na nova província, os romanos visaram construir uma municipalização que só foi possível mediante a cooptação das aristocracias da *chora*. Estes alçaram postos na administração local e enriqueceram por meio de negociações com o poder imperial, os quais privilegiaram indivíduos culturalmente “helenos”. Contudo, estabelecer quem era grego ou egípcio já não era uma tarefa fácil desde o Período Ptolomaico, pois, devido ao intenso contato, organicamente ou não, essa sociedade construiu uma cultura híbrida. À vista disso, quando Estrabão viajou pelo vale do rio Nilo, encontrou essa sociedade plural, porém, a descreveu por intermédio de sua identidade greco-romana, que influenciava o entendimento do outro. Todavia, na *Geografia*, Livro XVII, ele relata como estava o Egito romano, após a recente anexação e a identidade dessa sociedade. Para contribuir com a compreensão deste contexto, também analisamos retratos funerários que manifestam como os egípcios utilizaram a identidade plural para beneficiarem e manterem a memória cultural de sua sociedade. Deste modo, expor como a fonte escrita e a cultura material demonstram o contexto diverso no qual as elites da *chora* egípcia manejaram elementos para preservar benefícios e a tradição local.

Palavras-chave: Identidade, Egito romano, Elites egípcias.

Primeiras palavras

Este artigo é fruto de nossa apresentação no *XI Encontro de Pesquisa em História – UFMG*, na qual tivemos o intuito de explicar sobre o processo de interação entre as elites do Egito com o governo romano, nos primeiros séculos de dominação. Mediante a *Geografia*, Livro XVII, de Estrabão, que demonstra como estava o território egípcio nos anos seguintes à anexação do território egípcio ao Império Romano. Momento de transição administrativa entre a Dinastia Ptolomaica (306/5 - 30 a.C.) e o Império Romano (30 a.C.- 395 d.C.), como também entre a República (509 a.C.-27 a.C.) e o Principado (27 a.C.-235 d.C.). Para a entender como sucedeu à política implementada pelos romanos, iremos analisar os retratos funerários do Faium, dos séculos I e II d.C.

Antes de abordarmos sobre como estava a elite no Egito romano, precisamos explicar quem compunha esta elite. Desde o Egito faraônico, em grande medida, os sacerdotes

¹⁸¹ Bolsista da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Espírito Santo (FAPES), membro do Laboratório de Estudos sobre o Império Romano, seção Espírito Santo (LEIR).



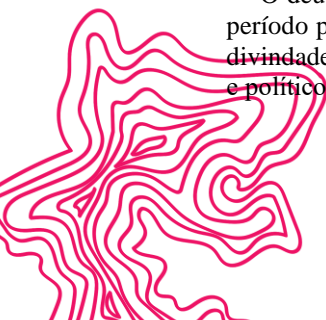
formavam a elite egípcia, propensa a hereditariedade (CARDOSO, 1982, p. 15). Grupo que desempenhou uma tarefa fulcral ao longo da história milenar do Egito, pois atuavam conservando e perpetuando a memória coletiva de sua sociedade. À medida que eles mantinham os templos, a escrita se perpetuava, e poderia ser expressa nas paredes dos templos (VASQUES, 2019, p. 128). Deste modo, ao manter seu lugar de prestígio, preservam também a tradição local.

Diante da importância da elite perante aos demais habitantes do Egito, os povos que dominavam percebiam a importância de construir uma boa relação com os sacerdotes. Como aconteceu ao longo da Dinastia Ptolomaica, a qual contribuiu para construção e reformas de alguns templos, e eram coroados pelos sacerdotes de Ptah em Mênfis, local em que os faraós eram coroados desde o período faraônico (MANNING, 2010, p. 92).¹⁸² Além do estabelecimento de uma boa relação com os ptolomeus, a elite egípcia também constitui um diálogo com os imigrantes helenos. Os quais, foram para o Egito no primeiro século de dominação ptolomaica, mediante uma política de doações de terras para os veteranos (*clerucos*), como recompensa pelos serviços prestados (SÄNGER, 2015, p. 232). Como todo ser humano, ao se deslocar, levam consigo sua cultura, ou seja, identidade. Os *clerucos* não foram diferentes, e onde fixaram-se construíram um ginásio (*γυμνασίον*), local reservado para educação, atividades físicas e socialização (CRIBIORE, 2005, p. 35). Este espaço também foi de suma importância para o convívio entre gregos e autóctones, pois era autorizado o ingresso de egípcios ou sujeitos de origem mista (greco-egípcia). Mediante a esta imigração e o contato com os povos vindo da Hélade, a sociedade egípcia aderiu conscientemente ou não, os elementos da cultura grega; como também ocorreu o inverso. E por meio das culturas de origem produziram uma identidade que englobava em conjunto signos helenos e egípcios em conjunto.

À vista disso, podemos compreender o convívio das elites autóctone com a cultura vinda da Hélade, mas sem deixar a egípcia, pelo contrário, estabeleceram trocas que geraram uma cultura própria daquele momento, que foi crucial para este grupo se manter no lugar de prestígio no período romano.

O primeiro século de dominação romana

¹⁸² O deus Ptah é o criador de Mênfis e o protetor dos artesões (REMLER, 2010, p. 154). Seu culto começou no período proto dinástico (cerca de 3000 a.C.), quando os sacerdotes requisitaram uma posição de destaque a esta divindade (BAKOS, 2014, p. 205). No período heleno, os Sumos sacerdotes de Ptah exerceram poder econômico e político acumpliciado a Dinastia Ptolomaica (MARKOVIĆ, 2015, 39).



Quando os romanos dominaram o Egito, encontraram um cenário cultural plural. Com ambiente helenos e autóctones em diálogo. Contudo, a visão dos greco-romanos era de que Alexandria (capital do Egito), pois era uma polis, sendo assim o ápice da civilização. Podemos perceber isso, na descrição de Estrabão, na *Geografia*, Livro XVII (*Geographia*, XVII, I, 12), na qual destaca a origem e a cultura dos alexandrinos, apesar de considerar que eles,

[...] não estavam muito inclinados para a vida civil, e pelas mesmas razões, mas ainda assim eram melhores do que os outros, pois embora fossem uma população mista, ainda eram gregos por origem e atentos aos costumes comuns aos gregos.

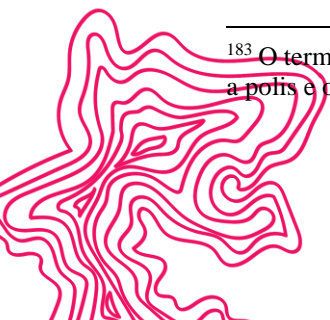
E o que seriam esses costumes helênicos comuns? A *paideia* greco-romana, que é um conjunto de aprendizados mitológicos, filosófico, políticos, literários, retóricos e oratórios formados nos elementos da cultura clássica greco-romana, era indispensável para um indivíduo que se deseja um posto de destaque e prestígio na sociedade imperial (LIMA NETO, 2018, p. 73). Embora possa haver diferenças entre a identidade de Estrabão com os alexandrinos, o autor não compreendia como divergente e sim parte de sua cultura.

Ao se afastar de Alexandria, região compreendida como a *chora*, a descrição decai gradativamente.¹⁸³ Os aspectos de uma área urbana não aparecem mais, já os ambientes da cultura egípcia são ampliados, como os templos dedicados aos deuses zoomórficos, com um tom de exotismo. Como no seguinte trecho em que aborda sobre o plano de construção de um templo egípcio (Est., *Geo.*, XVII, I, 28):

[...] um santuário de grande dimensão, embora não tenha uma estátua, ou pelo menos não antropomórfica, mas de algum animal irracional. [...] Há também um recinto de colunas, como em Mênfis, que tem elementos bárbaros, pois, exceto que as colunas são muitas e grandes, e alinhadas em filas, não há nada de agradável ou artístico nisso, mas sim bem, parece uma exibição de vaidade.

Este trecho compartilhar com o pensamento da tradição clássica, que Estrabão deu seguimento, os quais criticavam a religião egípcia, pois eles entendiam que a adoração deveria ser a divindades semelhantes ao animal racional, sendo o homem, como no Panteão grego, e não adorar os animais irracionais. Além disso, Estrabão considera o estilo arquitetônico da construção *barbara* por desviar do que seria semelhante à sua identidade, devido à etnografia na Antiguidade utilizar a comparação em torno do selvagem e do civilizado (HARTOG, 2004, p. 116). Esta concepção de Alexandria: urbana e civilizada; e a *chora*: rural e *barbara*, também era compartilhada pelos governantes. Mas eles precisavam dos habitantes da *chora* para

¹⁸³ O termo *chora* remonta a divisão elaborada pela Dinastia Ptolomaica na divisão do Egito em Alexandria, sendo a polis e os demais espaços a *chora* (VASQUES, 2014, p. 48).

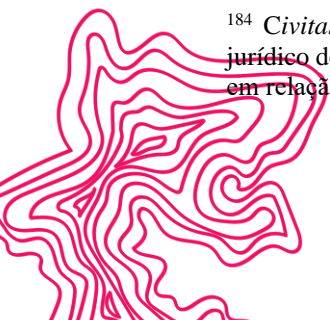


governar, principalmente as elites, as quais poderiam auxiliá-los a evitar revoltas em uma área não municipalizada.

Assim, Otávio, primeiro *princeps* estabeleceu novos rumos para a província imperial egípcia. Ligado ao planejamento do Principado, com o intuito de criar e manter diferentes tipos *civitates*, proporcionando a integração e o sentimento de pertencimento, apesar das divergências sociais e culturais conforme a região (MENDES, 2006, p. 42).¹⁸⁴ Deste modo, o governo romano elaborou, na *chora*, um processo de municipalização, feito com a cooperação das elites metropolitanas (habitantes das capitais dos nomos), que foram chamadas para servir na administração local. Além disso, estabeleceram uma medida censitária, visando conhecer demograficamente a sociedade e manter registros sobre os indivíduos sujeitos ao pagamento de liturgias e tributos (BOWMAN; RATHBONE, 1992, p. 113). Sendo o tributo de maior peso, denominava-se *laographia* e era obrigatório aos homens entre 14 a 62 anos (VASQUES, 2007, p. 3). Por meio, do imposto e do censo, os habitantes do Egito foram divididos em grupos fiscais e legais, os quais são: 1) cidadãos romanos (*cives romani*): romanos, alexandrinos que ascenderam ao *status* de cidadão romano e elite metropolitana; 2) cidadãos peregrinos (*cives peregrini*): moradores das quatro pólis (Alexandrinos, Ptolemais, Naúcratis e Antinoópolis); 3) peregrinos não cidadãos (*peregrini Aegyptii*): egípcios e demais grupos étnicos que habitavam o Egito (VASQUES, 2005, p. 16). Mediante a esta segmentação, determinava o *status* e privilégios fiscais aos cidadãos romanos, metropolitanos e habitantes das pólis, em contrapartida, os peregrinos não cidadãos eram cobrados o tributo integralmente.

Embora ser culturalmente “heleno” fosse valorizado e privilegiado pelo governo romano, isso não significa que esses indivíduos fossem gregos por descendência, pois grande parte da sociedade egípcia incluiu na tradição milenar elementos helenos mediante o contato com os veteranos, que emigraram para o vale do rio Nilo, na aurora da dominação Ptolomaica. Ademais, o governo anterior já privilegiava os sujeitos que tivessem os conhecimentos da *paideia* e falasse bem o idioma grego. Assim, quando os romanos determinaram o ser culturalmente “grego” como elemento crucial para a elite da *chora* terem direitos (como a diminuição da *laographia* e postos administrativos), não foi árduo se comportar desta maneira.

¹⁸⁴ *Civitas* (nominativo singular) ou *civitates* (nominativo plural) [...] deve ser definido como estatuto sócio-jurídico de uma comunidade assentada num espaço urbano (*Urbs*) e rural (*ager*), a qual é independente e soberana em relação aos seus bens e indivíduos e cimentada na religião e nas leis” (MENDES, 2001, p. 29).



Devido às identidades não serem fixas e podem transmutar mediante o período e local, a elite da *chora* conseguia receber privilégios por ser “culturalmente” grega e ainda manter legítima, diante da sociedade local. Um dos pontos que contribuiu para as negociações culturais entre egípcios e gregos foi a imigração dos veteranos. E como ao migrar os indivíduos levam atributos de seu lugar de origem para o destino, e constrói identidades plurais (WOODWARD, 2021, p. 22). O Egito já era um território acostumado à movimentação de indivíduos de outras regiões, e receberam rapidamente os helenos e sua cultura. Segundo Márcia Vasques (2005, p. 13) à medida que no século II e I a.C. já não poderia diferenciar um sujeito egípcio de um “grego”. Desta forma, em maior ou menor grau, os indivíduos utilizavam distintas identidades segundo o momento e lugar. Portanto, compreendemos, que ao dominarem o Egito, os romanos depararam-se com uma conjuntura cultural plural, e quando estabeleceram a identidade helena como a privilegiada, não foi difícil para as elites se adequarem em benefício próprio para satisfazer as ordens do novo poder. Podemos perceber as negociações feitas por esta elite por meio dos retratos funerários. Feitos com técnica de pintura helena, a encáustica, com elementos greco-romanos (nas roupas, acessórios e cabelo), em um corpo mumificado e ornado com símbolos da religião egípcia. Como podemos perceber no “Múmia de uma criança, com um retrato em têmpera sobre linho”(Imagem 1), de aproximadamente 40-55 d.C..

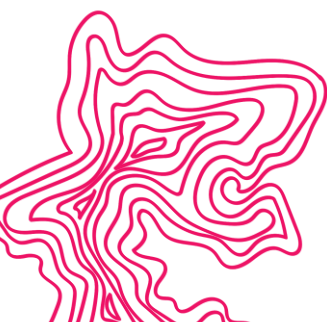
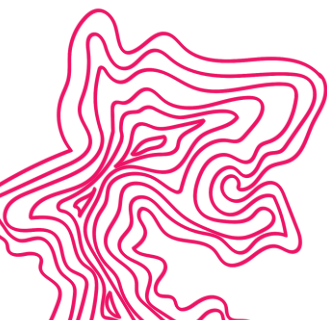


Imagem 1- “Múmia de uma criança, com um retrato em têmpera sobre linho”



Fonte: The Trustees of the British Museum (2023). Disponível em:
https://www.britishmuseum.org/collection/object/Y_EA21809 Acesso em: 28 out. 2022.

Embora pareça exibir singularidades dos mortos, os retratos revelam mais sobre o grupo a quem pertenciam esses indivíduos, pois demonstraram a construção cultural produzida no Egito romano (RIGGS, 2005, p. 15-6). Além disso, o ritual funerário servia como uma declaração e afirmação do *status* do morto na sociedade (MONTSERRAT, 1993, p. 218). Assim, os elementos que compõem estes retratos mostram como o morto desejava ser lembrado pela sociedade, como um sujeito parte da elite imperial, a nível local, e também valorizava a religião egípcia, a qual conseguiria um além-vida conforme seus ancestrais.



Devido à arqueologia do final do século XIX e começo do XX, grande parte destes retratos foram retirados das múmias, assim, só chegaram até hoje apenas a parte dos retratos (BOENDER, 2021, p. 13-14). Como podemos ver o “Retrato de uma jovem de encáustica na madeira” (Imagem 2), aproximadamente 110 - 130 d.C. Apesar disso, ainda podemos analisar esses artefatos pelo fato que é uma pintura com técnica helena, com a patrona usando trajes típicos romanos, depositados em um corpo mumificado, esses elementos em conjunto já evidenciam um hibridismo cultural, que entendemos como produto de trocas culturais orgânica ou consciente mediante as tradições de origem (BURKE, 2010, p.112).

Imagem 2 - “Retrato de uma jovem de encáustica na madeira”



Fonte: The Trustees of the British Museum (2023). Disponível em:
https://www.britishmuseum.org/collection/object/Y_EA74705 Acesso em: 26 jun. 2023.

Ao longo do século I d.C. (Imagem 1), o governo romano elaborou regras mais rígidas para as elites da *chora*. Primeiramente, para ser considerado metropolitano, deveria comprovar ter pai participante de um ginásio e mãe nascida livre da metrópole (eram egípcias) (VAN MINNEN, 2002, p. 340-341). O segundo passo foi entre 72 e 73 d.C., quando passaram a exigir a comprovação de avôs paternos e maternos serem metropolitanos (VANDORPE, 2012, p. 371). Diante disso, houve a necessidade dessa elite se ajustar às novas medidas instauradas pelo governo romano e não perder o *status*. Para tanto, a aristocracia buscou táticas para reafirmar a identidade helena, como exibição do nome duplo (egípcio e grego), casamentos entre irmãos (para manter a linhagem, o dote e a propriedade familiar e a linhagem) (MALOUTA, 2012, p. 410). Assim, em vida portavam a identidade greco-romana ou a egípcia conforme a ocasião, e em certos momentos em conjunto, como no ritual funerário.

Por fim, até o momento compreendemos que com as reformas político-sociais do século I d.C., as elites da *chora* foram se adequando ao requisitado, pelo governo romano, e conquistando postos políticos e enriquecendo. Assim, no século II d.C., conseguiram disputar com as aristocracias das pólis, como as de Alexandria (VANDORPE, 2012, p. 371). Essa conjuntura, foi em decorrência ao processo de municipalização elaborado por Otávio, no início da dominação romana, e seguido pelos demais imperadores, e negociado pela elite da *chora*, que desejava permanecer em seu lugar privilegiado e manter a memória coletiva egípcia. O Egito era um território plural quando houve a dominação romana, porém, estes estabeleceram fronteiras para delimitar os grupos sociais que viviam nesta sociedade. Um sujeito greco-romano, como Estrabão, conseguia estabelecer estas clivagens mediante dicotomias, grego e “bárbaro”. Contudo o que a cultura material demonstra é um cenário plural, no qual os as elites egípcias cunharam uma cultura híbrida, entre a greco-romana e a autóctone.

Referências

Documentação Primária impressa:

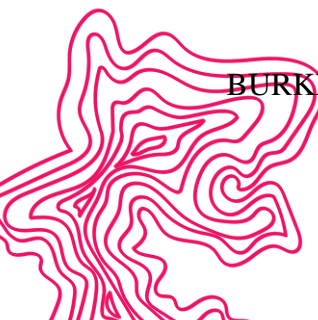
ESTRABÓN. *Geografia XVII*. Introducción, traducción y notas de Juan Luis García Alonso, M.ª Paz de Hoz García Bellido e Sofía Torallas Tovar. Madrid: Editorial Gredos, 2015.

Documentação Primária da cultura material:

WALKER, S.; BIERBIER, M. *Ancient Faces Mummy Portraits from Roman Egypt*. London: British Museum Press, 1997.

Aporte teórico-metodológico:

BURKE, P. *Hibridismo Cultural*. Rio Grande do Sul: Unsinos, 2010.



WOODWARD, K. Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual. In: SILVA, T. T. da (Org.). *Identidade e diferença: a perspectiva dos Estudos Culturais*. Petrópolis: Vozes, 2021. p. 7-72.

Obras de referência

REMLER, P. Ptah. In: REMLER, P. (Ed.). *Egyptian Mythology A to Z*. New York: Chelsea House, 2010, p. 154-155.

Obras de Apoio:

BAKOS, M. M. Mitos Egípcios. In: BAKOS, M. M. *Fatos e Mitos do Antigo Egito*. Porto Alegre: Edipucrs, 2014, p. 196-212.

BOENDER, A. *Portrait mummies in context*. MA thesis Classical Archaeology and Ancient History. Uppsala Universitet. 2021.

BOWMAN, A. K.; RATHBONE, D. Cities and administration in Roman Egypt. *The journal of Roman Studies*, v. 82, p. 107-127, 1992.

CARDOSO, C. F. S. *O Egito Antigo*. São Paulo: Brasiliense, 1982.

CRIBIORE, R. *Gymnastics of the mind: Greek Education in Hellenistic and Roman Egypt*. New Jersey: Princeton University Press, 2005.

HARTOG, F. *Memória de Ulisses: Narrativas sobre a fronteira na Grécia antiga*. Belo Horizonte: UFMG, 2004.

LIMA NETO, B. M. Paideia e ascensão social na África romana: a biografia de Apuleio de Madaura (séc. II d.C.) *Heródoto*, n. 2, v. 3, p. 72-87, 2018.

MALOUTA, M. Families, Households, and Children. In: RIGGS, C. (ed.) *The Oxford Handbook of Roman Egypt*. Oxford: Oxford University Press, 2012, p. 404 - 426.

MANNING, J. G. *The Last Pharaohs: Egypt under the Ptolemies, 305 - 30 B.C.* New Jersey: Princeton University Press. 2010.

MARKOVIĆ, N. Death in the Temple of Ptah: The Roman Conquest of Egypt and Conflict at Memphis. *Journal of Egyptian History*, v. 8, 2015, p. 37-48.

MENDES, N. M. O Sistema Político do Principado. In: SILVA, G. V. da; MENDES, N. M. (Org.). *Repensando o Império Romano: perspectiva socioeconômica, política e cultural*. Rio de Janeiro: Mauad/ Vitória: EDUFES, 2006, p. 21-51.

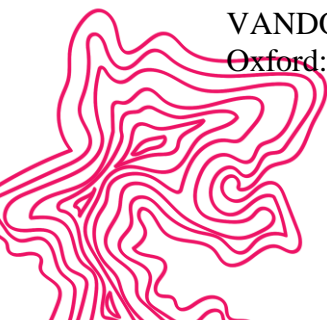
MENDES, N. M. Romanização e as questões de identidade e alteridade. *Boletim do CPA*, Campinas, n. 11, p. 25-42, 2001.

MONTSERRAT, D. The representation of Young Males in 'Fayum Portraits'. *The Journal of Egyptian Archaeology*. v. 79, p. 215-225, 1993.

RIGGS, C. *The beautiful burial in Roman Egypt: art, identity and funerary religion*. Oxford: Oxford University Press, 2005.

SÄNGER, P. Military Immigration and the Emergence of Cultural or Ethnic Identities: the Case of Ptolemaic Egypt. In: DERDA, T.; AJTAR, A.; URBANIK, J. (Ed.). *The Journal of Juristic Papyrology*. Warszawa, 2015, p. 229-253.

VANDORPE, K. Identity. In: RIGGS, C. (Ed.). *The Oxford Handbook of Roman Egypt*. Oxford: Oxford University Press, 2012, p. 366 – 388.



VAN MINNEN, P. *AI AHO GYMNASIOY*: ‘Greek’ women and the greek ‘elite’ in the metropoleis of Roman Egypte. In: MELAERTS, H; MOOREN, L. (Ed.). *Le rôle et le statut de la femme en Égypte Hellénistique, romaine et byzantine: actes du colloque international*, Bruxelles - Leuven. Bruxelles/Leuven: Peeters, 2002, p. 337 - 353.

VASQUES, M. S. Egito Romano: entre tradição, memória e renovação. *Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia*, v. 32, p. 120-130, 2019.

VASQUES, M. S. Espaços urbanos e relações de poder no Egito Romano. *Romanitas – Revista de Estudos Grecolatinos*, v. 3, p. 47-64, 2014.

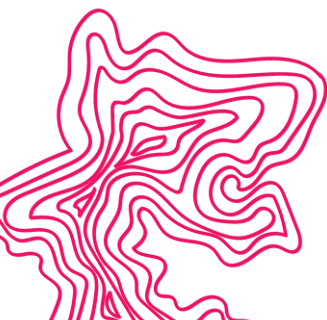
VASQUES, M. S. A chora egípcia e as identidades culturais no Egito Romano: uma abordagem arqueológica. *Associação Nacional dos Professores Universitários de História – XXIV Simpósio Nacional de História*, p. 1-9, 2007.

VASQUES, M.S. *Crenças funerárias e identidade cultural no Egito romano: máscaras de múmia*. 2005. Tese (Doutorado em Arqueologia) — Programa de Pós-Graduação em Arqueologia do Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005.

Sites de apoio:

THE TRUSTEES OF THE BRITISH MUSEUM. *Human mummy; mummy-case; cartonnage; burial-cloth; mummy-wrapping*. c.2022. Disponível em: <https://www.britishmuseum.org/collection/object/Y_EA21809>. Acesso em: 28 out. 2022.

THE TRUSTEES OF THE BRITISH MUSEUM. *Mummy-portrait*. c.2023. Disponível em: <https://www.britishmuseum.org/collection/object/Y_EA74705>. Acesso em: 26 jun. 2023.



Cotidiano, escravidão e dinâmicas de mestiçagens na Ibero-América (séculos X-XIX)

Antonio Gabriel Ferreira e Barros

Mestrando em História - UFMG

Raphael Rocha Quintão

Graduado em História - UFMG

Letícia Maia Dias

Doutoranda - UFMG

Petros José da Rocha Brandão

Doutorando - UFMG

A Península Ibérica, por seu caráter essencialmente conector no mundo mediterrânico, perpassa línguas, culturas, religiões e civilizações. Encontro de vários povos, esse espaço foi terreno fértil para o afloramento das dinâmicas de mestiçagens. O período da história ibérica conhecido como Al-andalus é epíteto de convívio entre religiões, gerando grandes exemplos de urbanizações em que islâmicos, judeus e cristãos professavam sua fé sob o califado omíada. A mistura, o híbrido e a flexibilidade das fronteiras caracterizaram esse período da história ibérica com férteis ambivalências. Tais dinâmicas se intensificaram com o decorrer do processo de colonização empreendido a partir do século XVI. Assim, a presença e os contatos estabelecidos entre agentes históricos oriundos de culturas distintas, determinaram a formação de uma sociedade heterogênea, que evidenciava complexas relações de trabalho e a prática de inúmeras formas de religiosidades, potencializando assim, a existência de um amplo vocabulário lexical. Ao longo deste período, as dinâmicas de mestiçagens propiciaram naqueles espaços a adaptação, a assimilação e as mesclas entre elementos da cultura ibérica e das culturas locais, a partir de lógicas culturais indígenas e africanas, que se influenciavam mutuamente. Por conseguinte, cabe ressaltar que, nesse universo cultural, marcado por trânsitos, as relações travadas entre estes indivíduos também revelaram a existência de impermeabilidades, tensões, modos de repressão e resistências. Este Simpósio Temático pretende viabilizar exposições de trabalhos e debates historiográficos acerca das dinâmicas de mestiçagens, em uma perspectiva sociocultural, enfocando o espaço ibero-americano dos séculos X ao XIX e levando em consideração as mudanças e permanências históricas, sociais, econômicas, políticas e culturais de sujeitos, grupos e sociedades ao longo destes séculos. Aceitaremos pesquisas, que tragam reflexões historiográficas, a partir de revisionismos, temas inéditos, novas fontes e/ou métodos.



Dessa forma, nosso interesse se volta para discussões que tratem de elementos socioculturais de maneira geral, como a escravidão, religiões e mestiçagens na Ibero-América.

“Por ser eu senhor e possuidor”: padrão de posse de escravos e possibilidades da alforria na Comarca do Rio das Mortes – Minas Gerais, século XIX

Bruno Martins de Castro

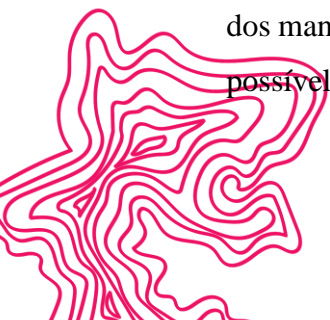
Professor efetivo da SEE/MG e Doutorando em História Social - UFRJ
brunomartinsdecastro@gmail.com

Resumo: O presente texto tem por intuito analisar e discutir o perfil socioeconômico dos senhores escravistas do termo de São João del-Rei, sede administrativa da comarca do Rio das Mortes, entre as décadas de 1830 e 1860, dando especial destaque ao padrão de posse cativa desses proprietários e às possibilidades da liberdade para seus escravos. Por meio da identificação desses senhores, enquanto manumissores nos livros cartoriais do 1º e 2º ofício de notas, e do cruzamento com seus testamentos e inventários *post mortem*, buscou-se verificar a modalidade das alforrias mais praticadas e a periodicidade com que esses proprietários alforriavam seus escravos, seja durante a vida, seja como disposição de suas últimas vontades. Ainda que uma conjunção de fatores, por exemplo, de ordem econômica, demográfica, política, familiar e religiosa tenha influenciado na decisão dos proprietários em alforriar seus escravos, por meio do estabelecimento de uma tipologia no padrão de posse (pequenas, médias e grandes escravarias), pudemos identificar, em termos absolutos e proporcionais, em quais senzalas as alforrias sanjoanenses eram mais frequentes. A hipótese levantada para justificar a ocorrência de um maior ou menor número de liberdades nos diferentes tamanhos de posse reside, principalmente, na interpretação das alforrias enquanto um poderoso dispositivo senhorial no governo dos escravos e na natureza relacional cotidiana estabelecida entre estes e seus proprietários.

Palavras-chave: Escravidão; Alforria; Padrão de posse; São João del-Rei.

Introdução

A prática de alforriar mais de um escravo em uma mesma carta ou, então, de voltar a manumitir novos cativos em títulos individuais foi, relativamente, comum entre alguns proprietários de São João del-Rei, ao longo da primeira metade do século XIX. Ao libertar com mais frequência do que outros, esses senhores constituíram um grupo de destaque no conjunto dos manumissores identificados nos títulos notariais. Uma vez tendo alforriado um escravo, era possível que certos senhores pudessem considerar a possibilidade de repetir o benefício para



um outro. Parece ter sido esse o caso de dona Floriana Eufrásia da Silva que, em 1835, alforriou seu escravo Luís pardo e, algum tempo depois, em 1838, resolveu também deixar livre Maria conga¹⁸⁵. Mas, observamos que a maioria dos senhores que libertaram, no mínimo, dois escravos buscaram fazê-lo em uma única carta conjunta ou em títulos separados passados na mesma data ou em ocasiões muito próximas. Enquanto Antônio Gonçalves de Moraes e sua mulher, Ângela Maria de Santo Antônio, alforriaram três escravos, em 1832, outorgando-lhes três cartas diferentes¹⁸⁶, o tenente João Batista Martins, em 1842, libertou também três em um único documento¹⁸⁷. Não havia muita regularidade na forma da elaboração dessas cartas, podendo uma única servir para libertar escravos de uma mesma família ou, simplesmente, indivíduos não aparentados pertencentes a um mesmo proprietário.

No universo das 278 cartas de alforrias registradas no tabelionato de notas de São João del-Rei, entre 1830 e 1860, verificamos que 31 (11,2%) delas tiveram mais de uma concessão, totalizando 108 manumitidos ou 30,4% de todos os 355 escravos alforriados. Isso nos aponta que, em termos proporcionais, esses registros libertaram muito mais escravos que aqueles que continham uma única alforria. Em relação ao número de cativos alforriados por proprietário, seja em apenas uma única carta, seja em títulos diversos, a situação não foi diferente. Por meio dos dados coligidos, podemos constatar que os senhores que manumitiram dois escravos ou mais, ainda que perfazendo menos de 1/4 dos alforriantes, foram responsáveis por libertar mais da metade (51,8%) de todos os cativos. A reincidência com que esses senhores alforriavam nas cartas leva-nos a considerar que o ato de manumitir, em São João del Rei, estava concentrado nas mãos de um pequeno grupo de proprietários.

Senhoras e senhores: entre cartas, testamentos e inventários

No intuito de tentarmos conhecer um pouco melhor quem eram os proprietários que alforriaram com mais regularidade nos livros cartoriais e quais teriam sido os fatores que os levaram a realizar essas concessões, selecionamos aqueles que libertaram quatro escravos ou mais. À medida que avançamos para o topo da hierarquia dos manumissores sanjoanenses, constatamos uma forte tendência de concentração dessas alforrias. Conforme os dados compilados, verificamos que apenas 13 senhores (5,7% do total) libertaram 89 escravos, o que representa 25,1% de todos os alforriados. Esses sete senhores e seis senhoras formalizaram seus

¹⁸⁵ AHET-II – IPHAN/SJDR. Livro de Notas do 1º Ofício de São João del-Rei. Cx. 9/10. Liv. 29/31, fls. 5 v./10 f.

¹⁸⁶ AHET-II – IPHAN/SJDR. Livro de Notas do 2º Ofício de São João del-Rei. Cx. 2. Liv. 11, fls. 36 v., 37, 38 f.

¹⁸⁷ AHET-II – IPHAN/SJDR. Livro de Notas do 1º Ofício de São João del-Rei. Cx. 10. Liv. 33, fls. 48 v., 49 f.

atos em cartas individuais e/ou coletivas, totalizando 38 documentos ou 13,7% dos títulos conferidos. Além disso, cumpre dizer que entre os homens, quase todos possuíam patentes militares – dois eram sargentos-mores, dois capitães e um alferes –, e entre as mulheres, três possuíam o título de donas.

Observamos que o maior número de concessões foi feito por dona Custódia Maria de Nogueira, viúva do capitão-mor Teodoro Gomes Nogueira. Entre dezembro de 1832 e fevereiro de 1833, ela passou cartas individuais a 12 escravos, motivada pelos seus bons serviços e pelo amor com que havia criado alguns deles. Como condição, estabeleceu que todos esses cativos deveriam servi-la enquanto fosse viva¹⁸⁸. Não encontramos nem o testamento nem o inventário *post mortem* de dona Custódia Maria e de seu marido, mas podemos imaginar, pelo elevado número de alforrias consignadas, que se tratava de uma senhora abastada, possuidora de larga escravaria. Pode-se também supor que alguns desses alforriados tenham deixado ainda parentes na escravidão, como Juliana parda, de 50 anos de idade, casada com Pedro Antônio, que não foi designado como forro nem aparece entre os demais alforriados¹⁸⁹. Além do fator econômico, como um elemento explicativo para esse grande número de concessões, não se pode perder de vista que as alforrias constituíram um recurso essencial da política de domínio senhorial. Ao concedê-las a uns e negá-las a outros, proprietários como dona Custódia Maria não só garantiriam a submissão e a gratidão de seus alforriados como a lealdade, os bons serviços e a obediência dos que continuavam ainda na escravidão, que, por certo, esperavam o dia em que cairiam nas graças de seus senhores.

Outro caso exemplar de um grande número de concessões foi protagonizado pelo sargento-mor Antônio José de Barros. Em 2 de março de 1830, ele passou alforria coletiva a nove escravos, estipulando como condição que estes o servissem até a sua morte¹⁹⁰. Alguns anos antes, em 25 de novembro de 1822, esse mesmo proprietário já havia libertado, gratuitamente, a escrava Margarida parda, cuja carta só foi registrada nas notas do tabelião em 1835¹⁹¹. Em seu testamento, redigido em setembro de 1837, o sargento-mor Antônio José de Barros, além de ratificar a liberdade outorgada àqueles nove escravos, alegou também ter

¹⁸⁸ AHSJDR – IPHAN. Livro de Notas do 1º ofício de São João del-Rei. Cx. 9. Liv. 27, fls. 172 f. v., 173 f. v., 174 f. v., 175 f. v., 176 f. v., 177 f. Livro de Notas do 2º ofício de São João del-Rei. Cx. 2. Liv. 9, fls. 92 f. v., 93 f. v., 94 f. v., 95 f. v., 96 f. v.

¹⁸⁹ AHSJDR – IPHAN/SJDR. Livro de Notas do 1º ofício de São João del-Rei. Cx. 9. Liv. 27, fls. 174 v., 175 f. v.

¹⁹⁰ AHET-II – IPHAN/SJDR. Livro de Notas do 2º Ofício de São João del-Rei. Cx. 2. Liv. 8, fls. 4 f. v., 5 f. v., 6 f.

¹⁹¹ AHET-II – IPHAN/SJDR. Livro de Notas do 2º Ofício de São João del-Rei. Cx. 2. Liv. 10, fls. 61 v., 62 f.

alforriado em cartório, de forma condicional ao seu falecimento, outros cinco cativos. Entre eles, Justino pardo, que teve sua liberdade revogada. Assim, o testador justificou a sua decisão:

Declaro que apesar do meu escravo Justino pardo ter sido contemplado na liberdade que conferi a todos estes com cartas lançadas em notas, contudo, como o mesmo passou a ser muito ingrato, praticando imensos atos de desobediência, chegando a ponto de tentar contra a minha existência com uma faca empunhada, que de certo parecia nas mãos deste malvado se não resisto com toda a força com outra que trazia, por tal motivo pois, usando da faculdade que a lei me dá, desde já me retrato e reclamo a liberdade de que lhe tinha conferido gratuitamente para ele Justino continuar na escravidão de meus herdeiros, que sustentarão esta minha vontade por todos os meios que a lei lhe permitir¹⁹².

Exemplos como esse são extremamente raros na documentação, mas não deixam dúvidas quanto à possibilidade real de senhores, diante da ingratidão de alguns de sus libertos, chamá-los de volta à escravidão. Justino pardo foi contra tudo o que se esperava de um alforriado. Ao invés de gratidão, lealdade e respeito, ofereceu a seu senhor insubmissão, desobediência e até uma tentativa de assassinato. Diante de um comportamento dessa natureza, parece não ter restado alternativas ao sargento-mor Antônio senão retirar a liberdade condicional que lhe havia conferido. Mas é bastante provável que seu ato tenha vindo a calhar, pois serviria de exemplo para seus outros libertos e cativos, mostrando-lhes quem é que, de fato, mandava. Márcio Soares (2009) comenta que, entre os pouquíssimos casos de revogação de liberdade que encontrou para a região de Campos dos Goitacases, a maioria deles se tratava de alforrias outorgadas sob condição. Para os senhores era tarefa muito mais fácil anular uma liberdade condicional, como fez o sargento-mor, do que, na verdade, reduzir novamente ao cativo, pela via legal, um forro que se encontrava já no pleno gozo de sua liberdade.

Em outra passagem de seu testamento, o sargento-mor Antônio José de Barros declarou ainda que “ficam sujeitos à escravidão as partes que tenho em Vicente, José Custódio e José Pedro, que se acham fugidos desde o tempo da feitura do inventário de minha falecida mulher”¹⁹³. Conseguimos localizar o inventário *post mortem* de dona Rita Maria de Jesus e vimos que ele foi aberto em 1824¹⁹⁴, ano em que teria ocorrido, então, a fuga dos três escravos.

¹⁹² AHET-II – IPHAN/SJDR. Inventário *post mortem* e testamento anexo do sargento-mor Antônio José de Barros. 1844. Cx. 323. Embora Justino pardo tenha sido manumitido de forma condicional ao falecimento do sargento-mor, este se refere, provavelmente para dar mais realce à justificativa de revogação da alforria, a uma liberdade gratuitamente conferida. Podemos interpretar esse “gratuitamente” como a ausência de pagamento monetário pela alforria.

¹⁹³ AHET-II – IPHAN/SJDR. Inventário *post mortem* e testamento anexo do sargento-mor Antônio José de Barros. 1844. Cx. 323.

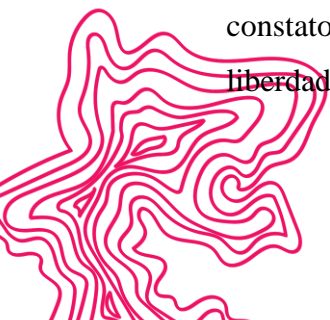
¹⁹⁴ AHET-II – IPHAN/SJDR. Inventário *post mortem* de dona Rita Maria de Jesus. 1824. Cx. 383.
XI Encontro de Pesquisa em História da UFMG - ISBN: 978-65-01-11103-2

Esse episódio, muito provavelmente, acabou levando o sargento-mor a tomar a decisão de outorgar alforria condicional a uma parte de sua escravaria como uma forma de melhor governá-la. Tudo nos leva a crer que essa não foi uma empreitada simples, pois além das fugas, o sargento-mor ainda teve de lidar com a insolência de Justino pardo, que quase lhe tirou a vida. Mas, seja como for, a alforria coletiva concedida àqueles nove cativos, em 1830, e as outras mais que passou ao longo de sua vida, seguramente, fizeram com que Antônio José de Barros pudesse aperfeiçoar a dominação sobre seus escravos, buscando fazê-los mais disciplinados e submissos.

O cruzamento das alforrias cartoriais com os inventários *post mortem* e testamentos dos senhores alforriantes, revelou-nos uma tendência observada para outras regiões brasileiras (KARASCH, 2000; PAIVA, 2001; FREIRE, 2011): quanto menos escravos um senhor possuía, mais ele os libertava. E isso foi ainda mais significativo no caso dos testamentos. Em consonância com as hipóteses levantadas pela historiografia para explicar esse padrão, acreditamos que as relações de maior proximidade mantidas entre esses senhores e seus poucos escravos foi um elemento decisivo para alargar as chances da liberdade. Em escravarias maiores, onde essas relações não eram tão estreitas, os cativos, ao que parece, precisavam se esforçar bem mais para negociar a alforria com seus senhores. O espaço urbano, onde, em geral, havia uma predominância das pequenas escravarias, seguramente, deve ter também aberto maiores possibilidades para que esses escravos pudessem angariar os recursos necessários para negociar a sua alforria. Ainda que uma conjunção de fatores tenha pesado sobre a decisão desses pequenos senhores em alforriar, acreditamos que se o faziam, de forma mais frequente, era também para melhor controlar seus escravos, buscando garantir e estimular sua fidelidade, gratidão e submissão. O reconhecimento da autoridade senhorial foi, sem dúvida alguma, o primeiro grande e importante passo para que esses escravos pudessem trilhar sua senda rumo à liberdade (GUEDES, 2008; SOARES, 2009).

Considerações finais

A investigação sobre a prática da alforria em São João del-Rei, no curso do século XIX, revela-nos como as dinâmicas de produção da liberdade eram processos diversos, eivados de complexidade, resultantes da combinação de uma miríade de fatores. Ainda que o ato de manumitir estivesse relativamente disseminado entre os proprietários escravistas sanjoanenses, constatou-se que um seleto grupo de senhores fora responsável, seja em um mesmo título de liberdade seja em cartas de alforrias individuais, por uma parcela substancial no número de



alforrias. No que se refere ao gênero dos alforriantes, foram as senhoras as que mais concederam liberdades. Além disso, houve uma tendência geral dos senhores alforriarem, cada qual, escravos de seu mesmo gênero, o que se explica pela natureza relacional estabelecida no desempenho das tarefas cotidianas.

A localização dos testamentos e inventários *post mortem* permitiu-nos avançar em nossa análise. Pudemos constatar que os senhores ligados às atividades agropecuaristas foram os que concentraram o maior número de escravos e os que, proporcionalmente, menos alforriaram, cabendo aos comerciantes e aos outros senhores urbanos uma participação de maior destaque nas concessões. Assim, pudemos verificar uma correlação inversa entre o tamanho da escravaria e a quantidade de alforrias praticadas pelos senhores. Isso significou que quanto menos escravos um senhor possuía, maior eram as chances de alforriá-los. A proximidade mantida entre os pequenos senhores e seus poucos escravos foi a hipótese aventada para explicar essa tendência.

A análise dessa documentação levou-nos, portanto, a mergulhar em fragmentos de histórias, conhecer interesses, estratégias e aspectos essenciais das relações entre senhores e escravos. Relações essas que foram marcadas pela dominação, mas também por contínuas e reiteradas formas de negociação.

Fontes:

Arquivo Histórico do Escritório Técnico II do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) – São João del-Rei, MG:

Livros dos Cartórios do 1º e do 2º Ofícios de Notas (1830-1860).

Inventários *post mortem* (1813-1886).

Testamentos (1810-1869).

Referências bibliográficas:

CASTRO, Bruno Martins de. **Forjando Liberdades na Encruzilhada da Escravidão: as alforrias cartoriais do termo de São João del-Rei (c.1830-c.1860)**. Curitiba: Editora CRV, 2021.

EISENBERG, Peter. Ficando livre: as alforrias em Campinas no século XIX. In: EISENBERG, Peter. **Homens esquecidos: escravos e trabalhadores livres no Brasil – séculos XVIII e XIX**. Campinas: Editora da UNICAMP, 1989.

FREIRE, Jonis. Alforrias e tamanho de posses: possibilidades de liberdade em pequena, médias e grandes propriedades do sudeste escravista (século XIX). In: **Varia História**. Belo Horizonte, vol. 27, nº 45: p. 211-232, jan./jun. 2011.

GUEDES, Roberto. **Egressos do cativeiro: trabalho, família, aliança e mobilidade social (Porto Feliz, São Paulo, c.1798-c.1850)**. Rio de Janeiro: Mauad X, Faperj, 2008.



KARASCH, Mary C. **A vida dos escravos no Rio de Janeiro (1808-1850)**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

PAIVA, Eduardo França. **Escravidão e universo cultural na colônia: Minas Gerais, 1716-1789**. 1. reimpr. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2001.

SOARES, Márcio de Sousa. **A remissão do cativoiro: a dádiva da alforria e o governo dos escravos nos Campos dos Goitacases, c.1750-c. 1830**. Rio de Janeiro: Apicuri, 2009.



Negociando mercadoria humana: comerciantes de trabalhadores escravizados em Uberaba (MG) nas décadas finais da escravidão (1861-1888) – formas de atuação e conexões

Ulisses Henrique Tizoco

Doutorando em História Econômica - Universidade de São Paulo – USP
uht2286@gmail.com

Resumo: Este texto apresenta alguns dos resultados iniciais advindos de uma pesquisa de doutorado em curso que tem como objeto de estudo o panorama do tráfico na província mineira durante as décadas finais da escravidão. Empreendida a análise de um banco de dados constituído por documentação notarial (escrituras e procurações destinadas a oficializar transações comerciais de trabalhadores escravizados) dos Cartórios de 1º e 2º Ofícios do município mineiro de Uberaba, abrangendo o período de 1861 a 1888, busca-se aqui identificar e caracterizar os principais negociantes de cativos atuantes no mercado uberabense, bem como suas formas de atuação, estratégias comerciais e conexões estabelecidas com outras praças do Império. Objetiva-se, portanto, compreender quem eram e como agiam, no então principal município do Triângulo Mineiro, alguns dos responsáveis pelas grandes movimentações de escravos operadas por meio dos tráficos intra e interprovincial no Império do Brasil num período compreendido entre as abolições do tráfico transatlântico (1850) e da escravidão (1888). Para tanto, além dos dados oriundos da documentação cartorial supracitada, recorreu-se também à pesquisa em fontes como anúncios de jornais e almanaques.

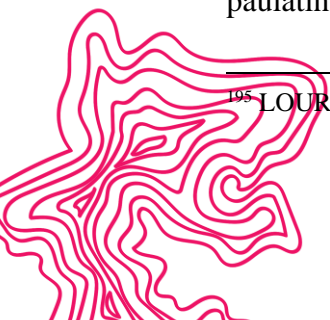
Palavras-chave: Décadas finais da escravidão, Tráfico interno de escravos, Uberaba (MG), Comerciantes de escravos.

O município de Uberaba, nos 28 anos que precedem a Abolição, vivia seus tempos áureos, um momento de grande crescimento populacional, econômico e urbano. Tendo o arraial surgido no início do século XIX, tornou-se freguesia em 1820, vila em 1836, ao emancipar-se de Araxá, sendo, 20 anos depois, elevado à categoria de cidade.

Entre 1830 e o final do século XIX, houve uma intensa colonização de um vasto território compreendendo partes das províncias de Minas Gerais, Goiás e Mato Grosso, levada a cabo, sobretudo, por criadores de gado mineiros, que se instalavam com suas famílias e dependentes em grandes propriedades. Essa migração teve várias estradas como eixos (...). Todas confluíam para a vila/cidade de Uberaba, que, por isso, tornou-se um importante centro mercantil.¹⁹⁵

Ao longo da segunda metade do século XIX, paralelamente ao crescimento da pecuária, o comércio em Uberaba também alcançou grandes proporções, transformando-se paulatinamente na principal atividade econômica do município e projetando-o como polo

¹⁹⁵ LOURENÇO, 2007, pp. 124-125.



socioeconômico da região e das províncias vizinhas. Era ali que as províncias centrais se abasteciam dos gêneros que não produziam e onde vendiam seus produtos (fumo, marmelada, sola, couro, rapadura, toucinho) e suas boiadas, possibilitando aos negociantes locais reterem e acumularem parte dos excedentes ali gerados. A agricultura, por sua vez, desempenhava papel complementar na economia uberabense. Logo, apesar de não possuir produção voltada para o mercado externo, Uberaba estava interligada à Corte, às áreas cafeeiras (sobretudo do Oeste Paulista) e às regiões abastecedoras de Minas, Goiás e Mato Grosso por meio de um intenso comércio que fazia com que aqueles distintos espaços se integrassem e diversas mercadorias e capitais por ali circulassem (REZENDE, 1983).

Na década de 1870, os dados do Recenseamento do Império revelam que Uberaba era o principal núcleo urbano do Triângulo Mineiro, concentrando em sua sede municipal atividades comerciais e serviços como atendimento médico, educação, acesso à justiça e administração pública, por isso mesmo centralizando sozinha todo aquele território, então conhecido como Sertão da Farinha Podre (LOURENÇO, 2007).

O presente estudo resulta da análise de 686 escrituras envolvendo transferência de propriedade de 883 cativos registradas entre 11/03/1861 e 14/02/1888 nos cartórios de 1º e 2º ofícios de Uberaba¹⁹⁶, sendo 662 compras e vendas (836 cativos negociados), 13 trocas ou permutas (29 escravos transacionados) e 11 doações (18 cativos).

Os dados obtidos em tais fontes revelaram um tráfico majoritariamente local, com preços não destoantes dos praticados na região mineradora central, poucos cativos transferidos por transação e predomínio de mulheres brasileiras jovens/adultas sendo negociadas. Os achados corroboram estudos que já indicavam a importância da reprodução natural para a manutenção do contingente escravizado do município, além de sugerirem que a condição de entreposto comercial uberabense também se estendia ao que se refere à mercadoria humana. Com ápice entre 1873 e 1874, o tráfico esteve operante no município durante todos os 28 anos anteriores à Abolição, inclusive adentrando 1888, indicando que ali a vitalidade da escravidão se manteve enquanto a instituição pôde existir.

Entre as transações intraprovinciais, a maioria dos cativos levados para o município originavam-se da própria região do Triângulo, enquanto os que de lá saíram tiveram a região

¹⁹⁶ Os Livros de Notas analisados do 1º Ofício (livros 8 ao 26) encontram-se sob os cuidados do cartório, já os do 2º Ofício (livros 5 ao 13) foram recolhidos ao Arquivo Público de Uberaba (APU).



Intermediária de Pitangui-Tamanduá como destino principal.¹⁹⁷ Quanto às transações interprovinciais, o cenário se mostrava um pouco mais complexo: embora o principal local de matrícula dos cativos não matriculados em Minas fosse a província de São Paulo, seguida pela de Goiás, a maior parte dos cativos que chegaram ao município vindos de fora de Minas provinham de vendedores residentes em Goiás, e no Rio de Janeiro em segundo lugar. Já os cativos retirados do município, foram vendidos, em sua maioria, para compradores residentes no Mato Grosso, e em segundo lugar, empatados Rio de Janeiro, Goiás e São Paulo.

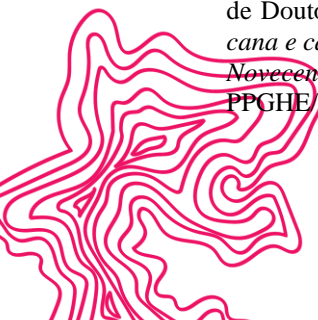
Isto posto, este texto visa identificar os principais responsáveis por essas movimentações de trabalhadores escravizados e caracterizar suas formas de atuação no mercado.

As escrituras trazem o registro de 537 diferentes pessoas disponibilizando cativos ao mercado uberabense entre 1861 e 1888, sendo que 438 deles atuaram uma única vez como transmissor e 347 tiveram uma única participação no mercado. Por sua vez, 415 diferentes indivíduos adquiriram trabalhadores escravizados no mercado uberabense, sendo que 291 deles tiveram uma única atuação como adquirente e 217 uma única participação naquele mercado. E 131 transmissores também tiveram alguma atuação como adquirente. Tal cenário, por si só, já evidencia uma concentração da propriedade em escravos ocorrendo no período, uma vez que uma mesma quantidade de cativos passou a ser possuída por menos pessoas (FRANK, 2012).

Para identificar os contratantes que teriam atuado no tráfico, após realizada a classificação dos nomes de transmissores, adquirentes e procuradores, segundo a quantidade de atuações no mercado, foram selecionados aqueles que haviam participado de, pelo menos, três transações, além das firmas comerciais, que independentemente da quantidade de transações, também foram incluídas.

Foram levantados 102 nomes que participaram de ao menos três transações, como mostra a tabela 1. Buscou-se, então, separar os transmissores e adquirentes “comuns”,

¹⁹⁷ A regionalização aqui utilizada divide a província em 18 regiões, baseando-se na percepção do espaço pelos viajantes estrangeiros, inter-relacionando fatores físicos, demográficos, econômicos, administrativos e históricos, conforme a proposta de PAIVA, Clotilde Andrade; GODOY, Marcelo Magalhães. Território de contrastes: economia e sociedade das Minas Gerais do século XIX. In: *X Seminário sobre a Economia Mineira*. Diamantina: Cedeplar/UFMG, 2002, p. 11, com as contribuições posteriormente apresentadas em RODARTE, Mario Marcos Sampaio. *O Trabalho do Fogo: Perfis de domicílios enquanto unidades de produção e reprodução na Minas Gerais Oitocentista*. Belo Horizonte: Cedeplar/UFMG, 2008 (Tese de Doutorado). Ver também PAIVA, Clotilde Andrade. *População e economia nas Minas Gerais do século XIX*. São Paulo: FFLCH/USP, 1996 (Tese de Doutorado) e GODOY, Marcelo Magalhães. *No país das minas de ouro a paisagem vertia engenhos de cana e casas de negócio - um estudo das atividades agroaçucareiras tradicionais mineiras, entre o Setecentos e o Novecentos, e do complexo mercantil da província de Minas Gerais*. 2004. Tese (Doutorado em História) - PPGHE/FFLCH/USP, São Paulo, 2004.

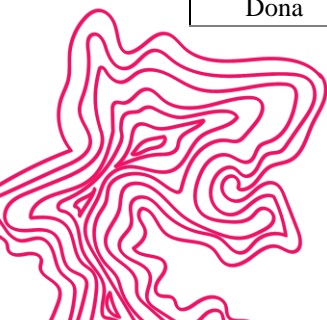


normalmente fazendeiros que recorriam ao mercado para adquirir trabalhadores para suas propriedades ou se desfazer de algum para constituir capital, daqueles que claramente estavam envolvidos no tráfico, seja adquirindo cativos para revender ou atuando como “intermediários”, por meio de procurações que se destinavam a concretizar transações comerciais. Para tanto, os nomes foram pesquisados em jornais e nas cinco edições do *Almanak Administrativo, Civil e Industrial da Província de Minas Geraes* (1864, 1865, 1870, 1873 e 1875), ambas as fontes disponíveis para consulta no *site* da Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional, sendo possível, para grande parte deles, identificar suas ocupações principais.

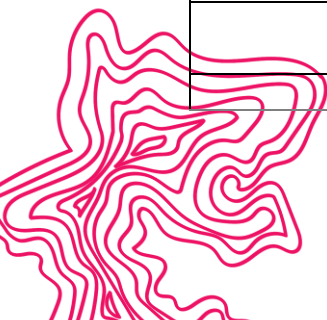
Tabela 1 – Caracterização dos principais contratantes que atuaram no mercado de cativos, por quantidade de transações: Uberaba, 1861-1888.

Título	Nome	Município de residência	Ocupações principais	Quantidade de transações como				Total de transações
				Transmitente	Adquirente	Procurador do Transmitente	Procurador do Adquirente	
Alferes	Alexandre Martins Marques	Uberaba	Negociante (de fazendas secas, molhados, ferragens, louça e sal em menor escala); vereador; juiz de paz; conservador	1	4	12	2	19
Capitão	Antonio Chaves de Magalhães	Oliveira			18	1		19
	Bento José de Sousa & Cia.	Uberaba	Capitalista	7	9			16
	Luis Soares Pinheiro	Uberaba	Negociante (de fazendas secas, molhados, ferragens, louça etc); capitalista	3	10	1	1	15
Capitão	João Baptista Machado	Uberaba / Vila Bela (GO)	Negociante (de fazendas secas, molhados, ferragens, louça e sal em grande escala); capitalista; vereador; conservador	3	8	3		14

	Quintiliano Alves Jardim	Uberaba / Frutal	Caixeiro viajante e cobrador da firma Miguel Braga & Fonseca	3	1	5	4	1 3
Doutor	João Caetano de Oliveira e Souza	Uberaba	Advogado; comerciante; proprietário e redator-chefe do jornal Gazeta de Uberaba; juiz municipal e de órfãos	7	4		1	1 2
Tenente-Coronel / Tenente / Advogado	Antônio Borges Sampaio	Uberaba	Advogado; farmacêutico; vacinador municipal; curador geral dos órfãos; liberal	1	1	4	5	1 1
	Francisco Borges de Araújo	Uberaba	Negociante	6	2	2	1	1 1
Capitão	Manoel Rodrigues da Cunha	Uberaba	Capitalista; fazendeiro; conservador	2	9			1 1
Capitão / Major	Joaquim José de Oliveira Penna	Uberaba	Fazendeiro; negociante (de fazendas secas, molhados, ferragens, louça e sal em grande escala); inspetor paroquial; liberal	1	3	4	2	1 0
	Antonio Francisco da Rocha	Uberaba		2	7			9
	Carlos Rodrigues da Cunha	Uberaba	Fazendeiro	1	7		1	9
	Francisco Theodoro Moreira	Bagagem			9			9
	João Quintino Teixeira	Uberaba	Fazendeiro	3	5	1		9
Capitão	Joaquim Antônio Rosa	Uberaba	Negociante (de fazendas secas, molhados, ferragens, louça e sal em grande escala)		7	2		9
	José de Oliveira Ferreira	Uberaba	Negociante	4	4	1		9
	Pedro Floro Gonçalves dos Anjos	Uberaba		7	2			9
	Antonio da Costa Mendes	Uberaba		5	3			8
	Elias Martins Marques	Uberaba	Negociante; vereador	3	1	2	2	8
Capitão	Horácio Theophilo de Miranda	Uberaba	Fazendeiro	4	4			8
Tenente / Alferes	Camilo Antônio de Menezes	Uberaba	Capitalista	3	4			7
	Galdino Soares Pinheiro	Uberaba	Negociante	1	2	2	2	7
	Joaquim Antônio de Resende	Uberaba		2	5			7
	Joaquim Lopes Ferreira	Uberaba		2	4	1		7
Capitão	José Ferreira da Rocha	Uberaba	Farmacêutico; vereador; conservador	2	1	4		7
	Miguel Braga & Fonseca	Rio de Janeiro	Negociantes	4	3			7
	Manoel Lino da Trindade	Uberaba		2	2		3	7
Dona	Anna Rosa do Nascimento	Araxá		6				6



Barão da Ponte Alta / Comendador	Antônio Eloy Cassimiro de Araújo	Uberaba	Fazendeiro (criador/engenho de cana); negociante (de sal); inspetor municipal da instrução pública; liberal	1	5			6
	Delfino Gomes da Silva	Uberaba		1	5			6
Doutor	João Carlos de Araújo Moreira	Grão Mogol			6			6
	José Alves de Mendonça	Uberaba		2		4		6
	José Caetano da Silva Guimarães Junior	Formiga			6			6
	Caldeira & Trindade	[Bagagem]	Negociantes	1	4			5
Tenente	Hipólito Rodrigues da Cunha	Uberaba	Fazendeiro	1	4			5
Alferes	João Baptista de Moura	Uberaba			1		4	5
Capitão	João Chrisóstomo de Oliveira Castro	Uberaba	Fazendeiro	1	4			5
	João Ignacio da Silveira	Uberaba	Fazendeiro	1	4			5
Tenente	Joaquim Martins Marquez	Uberaba		2	3			5
Tenente / Capitão / Comendador	José Bento do Valle	Uberaba	Negociante; fazendeiro (criador/engenho de cana); liberal	3	2			5
	Manoel Martins Marques	Santa Cruz de Goyás			1		4	5
	Simon & Jules	Uberaba	Negociantes	4	1			5
	Vicente Meirelles do Carmo			2	2	1		5
Tenente / Alferes	Wenceslão Pereira de Oliveira	Uberaba		1		3	1	5
	Alfredo Elmano Guaritá	Uberaba	Negociante	1	1	2		4
	Antônio Alves Borges	Uberaba		1	3			4
Major	Antônio Mendes dos Santos	Uberaba			2	1	1	4
Tenente	Camilo de Lelis e Silva	Uberaba	Capitalista	3	1			4
Tenente	Fidélis Gonçalves dos Reis	Uberaba	Negociante		3	1		4
	Fidelles & Coelho	Uberaba		2	2			4
	Francisco José da Silva Prata	Uberaba	Fazendeiro	1	3			4
	Jeronimo Pinto de Almeida	Uberaba		2	1	1		4
	João Evangelista Vieira	Uberaba		2	2			4
	João José da Luz	Uberaba	Negociante (de fazendas secas, molhados, ferragens, louça e sal em menor escala)	1	3			4
Capitão / Alferes	Joaquim Rodrigues de Barcellos	Uberaba	Negociante	1		3		4
	José Martins Cardoso	Uberaba		4				4
Tenente Coronel	José Teixeira Alves de Oliveira	Uberaba		1	2	1		4
	Laudelino Luis da Costa		Negociante	2	2			4
	Manoel Alves Caldeira & Cia.	Bagagem	Negociantes		4			4
	Modesto Bernardino da Costa	Uberaba		1	1		2	4
	Olinto Olindo de Oliveira	Uberaba		1	3			4



	Quirino Rodrigues de Miranda	Uberaba	Negociante	1	1	1	1	4
	Ricardo Ferreira Pinto	Rio Verde (GO)		2	2			4
Dona	Rita Maria de Jesus	Uberaba		2	2			4
Dona	Rita Soares Ferreira	Uberaba		1	3			4
Dona	Thereza Maria de Jesus	Uberaba		1	3			4
	Alexandre de Lelles Silva	Uberaba		3				3
Dona	Anna Soares Ferreira	Uberaba		1	2			3
	Antônio da Costa Pamplona	Uberaba		1	2			3
	Antônio José da Silveira	Uberaba		1	2			3
	Antônio Pedro da Costa	Uberaba			3			3
Alferes	Antônio Rodrigues Moreira	Uberaba	Negociante (de fazendas secas, molhados, ferragens, louça e sal em menor escala)	2	1			3
Capitão	Antônio Thomas de Miranda	Uberaba	Fazendeiro		3			3
	Caldeira, Trindade & Bernardino José da Costa	Bagagem e Santa Juliana	Negociantes		3			3
	Francisco Antônio Irineo	Uberaba	Negociante (de fazendas secas, molhados, ferragens, louça e sal em menor escala), capitalista	1	2			3
Tenente	Francisco Ferreira da Rocha	Uberaba		1	2			3
	Francisco Gomes Leite	Uberaba			2	1		3
	Francisco Lourenço de Araújo	Uberaba		2	1			3
	Francisco Sebastião da Costa	Uberaba		1	2			3
	Jeremias Pereira dos Santos por cabeça de sua mulher Miquilina Maria de Jesus			3				3
	Jeronimo de Almeida Silvares	Jaboticabal (SP)		1	2			3
	João Alves Vilella	Uberaba		1	2			3
	João da Silva e Oliveira	Uberaba		1	1	1		3
	João Gloucester Junqueira	Uberaba		1	2			3
	João Marianno de Oliveira	Uberaba		2	1			3
	Joaquim Fernandes de Oliveira	Uberaba		1		2		3
	Joaquim Ignacio de Souza Lima	Uberaba		2	1			3
	José Antônio de Moura	Uberaba		2		1		3
	José Augusto Avelino	Uberaba		1	1	1		3
	José Bento Ferreira da Rocha	Uberaba		1		1	1	3
	José Rodrigues dos Passos Neves	Uberaba		3				3
	José Sabino de Santa Anna	Uberaba			3			3

	Manoel Gomes da Silva Junior	Uberaba		1	2			3
	Manoel Joaquim de Carvalho	Uberaba			3			3
	Manoel Rodrigues de Sousa	Uberaba		3				3
	Palmério José Souto	Uberaba	Fazendeiro		3			3
	Pedro Gonçalves dos Anjos	Uberaba		2			1	3
	Querino Albino de Queiroz	Uberaba		2	1			3
Tenente	Raimundo Soares de Azevedo	Uberaba		1	2			3
Major	Salvador Ferras de Almeida	Uberaba		1	2			3
	Theodoro Rodrigues da Cunha	Sacramento		1	2			3

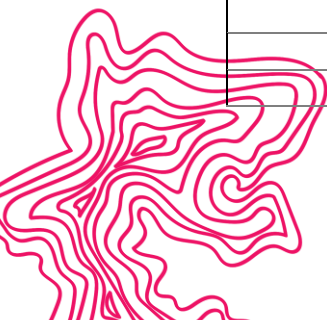
Fonte: Livros Notariais do 1º e 2º Ofícios de Uberaba; *Almanak Administrativo, Civil e Industrial da Província de Minas Geraes* (edições de 1864, 1865, 1870, 1873 e 1875); *Jornal do Commercio*.

Também foram identificadas ao menos 34 firmas comerciais atuando no mercado uberabense, como mostra a Tabela 2. Destas, quase a metade não estava estabelecida no município e 59% tiveram uma única participação.

Tabela 2 – Firmas comerciais atuantes no mercado de cativos: Uberaba, 1861-1888.

Nome	Município	Quantidade de transações como			Total de transações
		Adquiriente	Procurador	Procurado	
Bento José de Sousa & Cia.	Uberaba	7	9		16
Miguel Braga & Fonseca	Rio de Janeiro	4	3		7
Caldeira & Trindade	[Bagagem]	1	4		5

Simon & Jules	Uberaba	4	1			5
Fidelles & Coelho	Uberaba	2	2			4
Manoel Alves Caldeira & Cia.	Bagagem		4			4
Caldeira, Trindade & Bernardino José da Costa	Bagagem e Santa Juliana		3			3
Barcellos & Filhos; Penna, Irmão & Silva; Vilella & Miranda	Uberaba (os 2 primeiros); Rio de Janeiro (o terceiro)	1	1			2
Joaquim Ribeiro & Filhos	Uberaba		2			2
José Leocádio Teixeira & Cia. e Ribeiro Guimarães & Irmão	Prados; Prata		2			2
Antônio de Souza Moreno & Cia			1			1
Antônio Duarte Felipe; Miguel Braga & Fonseca; Rocha Brochado & Cia, sucessores e liquidantes de Rocha Sobrinho & Cia; Firmo da Silveira & Cia, sucessores de Salgado Pereira & Cia e Araújo & Salgado; Castros Brochado & Sampaio em liquidação; Castro, Irmão & Brochado em liquidação	Bagagem (o primeiro); Rio de Janeiro (os demais)	1				1
Baptista & Irmão	Uberaba		1			1
Barão do Campo Formoso; Pedro José da Silva Dircêo; Antônio Jesuíno Guimarães; Flavio José Rodrigues de Macedo; Lima Ribeiro & Carvalho		1				1
Costa Machado & Irmão	Rio de Janeiro		1			1
Duarte & Penna	Bagagem		1			1
Ferreira, Lobato & Cia	Rio de Janeiro	1				1
Flavio Rodrigues de Macedo; Barão do Campo Formoso; Pedro José da Silva Dircêo; Antônio Jesuíno Guimarães; Alexandre Martins Marques; Antônio Pedro de Oliveira Penna; Penna, Irmão & Cia; Luis Soares Pinheiro; Bento José de Souza & Cia; João Baptista Machado; Maximiano José de Moura; Querino Rodrigues de Miranda; Joaquim de Araújo Vaz de Mello; Moura & Rossi; Thiago José da Silva Prata; Joaquim Antônio Rosa & Filhos; Penna Irmão & Silva; José Augusto Avelino; José de Oliveira Ferreira; José Bento Ferreira da Rocha e sua mulher Luiza; Ribeiro & Carvalho; Carvalho & Lessa		1				1
Florêncio & André Rios	Uberaba	1				1
Francisco Carlos de Magalhães Filho & Cia		1				1
João da Siqueira Dias & Filhos	Rio de Janeiro		1			1
Joaquim Valeriano da Silveira Leão & Irmão	Rio Verde (GO)		1			1
José Joaquim Leão & Irmão	Rio Verde (GO)	1				1
Lima & Coelho	Uberaba		1			1
Manoel Alves Caldeira & Bernardino José da Costa	Araxá		1			1
Marcos Evangelista de Magalhães Chaves & Irmão	Piumhy		1			1
Nicoláo Esquifinio & Cia.	Uberaba		1			1
Penna & Irmão & Silva				1		1



Rodrigues Pinho & Cia.	Rio de Janeiro	1			1
Theofilo de Paiva Teixeira Irmãos & Cia.	Araxá		1		1

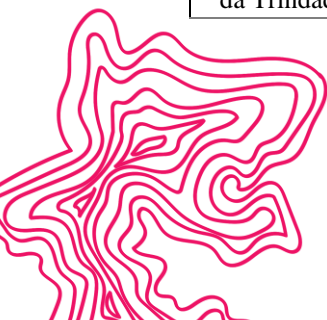
Fonte: Livros Notariais do 1º e 2º Ofícios de Uberaba.

Para a construção da tabela 3, que apresenta, de forma resumida, algumas características da atuação dos principais negociantes e intermediários do mercado uberabense, foram considerados os nomes listados como negociantes na tabela 1 mais as firmas da tabela 2 que participaram de pelo menos quatro transações. Assim, foram agrupados as firmas comerciais e seus sócios (como Bento José de Souza / Bento José de Souza & Cia.) e colocados próximos aqueles indivíduos e firmas que, aparentemente, tinham ligações entre si, e que, portanto, poderiam ter atuado como grupos comerciais (como Quintiliano Alves Jardim, empregado da firma Miguel Braga & Fonseca, e Alexandre e Elias Martins Marques que, a julgar pelos sobrenomes, talvez fossem parentes). Na tabela, os nomes grafados em *itálico* correspondem aos negociantes e firmas não estabelecidas em Uberaba, enquanto os sublinhados dizem respeito aos principais intermediários (indivíduos com participações pontuais como transmitente ou adquirente, porém, bastante recorrentes como procuradores de uma das partes).

Tabela 3 – Caracterização das participações dos principais negociantes e intermediários que atuaram no mercado de cativos: Uberaba, 1861-1888.

Nome	Município de residência	Período de atuação	Conexões comerciais	Quantidade de escravos negociados			
				<i>A</i> <i>l</i> <i>i</i> <i>e</i> <i>n</i> <i>a</i> <i>d</i> <i>o</i> <i>s</i>	<i>A</i> <i>d</i> <i>q</i> <i>u</i> <i>i</i> <i>r</i> <i>i</i> <i>d</i> <i>o</i> <i>s</i>	<i>C</i> <i>o</i> <i>m</i> <i>p</i> <i>r</i> <i>o</i> <i>c</i> <i>u</i> <i>r</i> <i>a</i> <i>d</i> <i>o</i> <i>r</i>	<i>T</i> <i>o</i> <i>t</i> <i>a</i> <i>l</i>
Quintiliano Alves Jardim	Uberaba	1876-1885	Uberaba-Uberaba / Uberaba-Sacramento / Uberaba-Corte / Corte-Bagagem / Rio Verde (GO)-Sacramento / Corte-Jaboticabal (SP)	6	1	16	23
<i>Miguel Braga & Fonseca</i>	Rio de Janeiro	1876-1880	Uberaba-Corte / Corte-Bagagem / Corte-Jaboticabal (SP)	4	5		9

Alexandre Martins Marques	Uberaba	1867-1881	Uberaba-Uberaba / Uberaba-Rio Verde (GO) / Sacramento-Santa Cruz de Goiás (aparentemente com familiares)	1	4	15	20
Elias Martins Marques	Uberaba	1871-1875	Uberaba-Uberaba / Uberaba-Bagagem / Uberaba-Monte Alegre	4	1	4	9
Bento José de Souza / Bento José de Souza & Cia.	Uberaba	1863-1881	Uberaba-Uberaba / Uberaba-Prata	10			20
Luis Soares Pinheiro	Uberaba	1863-1884	Uberaba-Uberaba / Uberaba-Monte Alegre / Uberaba-Caldas (GO) / Uberaba-Prata / Uberaba-Sacramento	3	11	2	16
Galdino Soares Pinheiro	Uberaba	1875-1886	Uberaba-Uberaba / Uberaba-Prata / Uberaba-Franca (SP) / Uberaba-Monte Alegre / Monte Alegre-Bagagem	1	2	7	10
João Caetano de Oliveira e Souza	Uberaba	1873-1879	Uberaba-Uberaba / Uberaba-Oliveira	6	12		18
João Baptista Machado	Uberaba / Vila Bela (GO)	1862-1887	Uberaba-Uberaba / Uberaba-Vila Bela (GO) / Uberaba-Passos / Uberaba-Oliveira / Uberaba-Ouro Preto / Uberaba-Patrocínio	5	7	3	15
Francisco Borges de Araújo	Uberaba	1874-1886	Uberaba-Uberaba / Uberaba-Sacramento / Uberaba-Corte / Uberaba-Catalão (GO)	9	2	4	15
Joaquim José de Oliveira Penna	Uberaba	1863-1877	Uberaba-Uberaba / Uberaba-Prata / Uberaba-Bagagem	1	3	7	11
José Ferreira da Rocha	Uberaba	1862-1869	Uberaba-Uberaba / Uberaba-Prata	2	2	7	11
Joaquim Antônio Rosa	Uberaba	1862-1875	Uberaba-Uberaba / Uberaba-Araxá		7	2	9
José de Oliveira Ferreira	Uberaba	1871-1884	Uberaba-Uberaba / Uberaba-Araxá / Uberaba-Rio Verde (GO)	4	4	1	9
Camillo Antônio de Menezes	Uberaba	1863-1872	Uberaba-Uberaba	3	6		9
José Bento do Valle	Uberaba	1864-1874	Uberaba-Uberaba	7	2		9
Fidélis Gonçalves dos Reis / Fidentes & Coelho	Uberaba	1878-1882	Uberaba-Uberaba / Uberaba-Paracatu / Uberaba-Prata / Uberaba-Bagagem / Uberaba-Goiás / Uberaba-Corte	2	5	1	8
Simon & Jules	Uberaba	1861-1862	Uberaba-Uberaba	5	1		6
Manoel Lino da Trindade	Uberaba	1875-1876	Uberaba-Uberaba / Monte Alegre-Bagagem / Corte-Bagagem	5	4	6	15



<i>Manoel Alves Caldeira & Cia.</i>	Bagagem	1876-1878	Uberaba-Bagagem / Monte Alegre-Bagagem / Corte-Bagagem		8		8
<i>Caldeira & Trindade</i>	Bagagem	1875	Uberaba-Bagagem	1	4		5
<i>Caldeira, Trindade & Bernardino José da Costa</i>	Bagagem e Santa Juliana	1873-1874	Monte Alegre-Bagagem		4		4
<i>Antônio Chaves de Magalhães</i>	Oliveira	1873-1874	Uberaba-Uberaba / Uberaba-Oliveira		23	1	24
<i>João Carlos de Araújo Moreira</i>	Grão Mogol	1874	Uberaba--Grão Mogol / Prata-Grão Mogol		23		23
<i>José Caetano da Silva Guimarães Junior</i>	Formiga	1880	Uberaba-Formiga / Formiga- Morrinhos (GO)		11		11
<i>Francisco Theodoro Moreira</i>	Bagagem	1882	Uberaba-Bagagem		11		11
<u>Antônio Borges Sampaio</u>	Uberaba	1864-1883	Uberaba-Uberaba / Uberaba-Sacramento / Uberaba-Monte Alegre / Uberaba-Bonfim (GO)	1	1	12	14
<u>Joaquim Rodrigues de Barcellos</u>	Uberaba	1870-1882	Uberaba-Uberaba / Uberaba-MT	1		8	9
<u>João Baptista de Moura</u>	Uberaba	1873-1874	Uberaba-Uberaba / Sacramento-Oliveira / Oliveira- Morrinhos (GO)		1	6	7
<u>José Alves de Mendonça</u>	Uberaba	1873-1875	Uberaba-Uberaba / Uberaba-Oliveira / Uberaba-Monte Alegre / Monte Alegre-Bagagem	2		5	7
<u>Wenceslão Pereira de Oliveira</u>	Uberaba	1866-1877	Uberaba-Uberaba / Uberaba-MT	1		5	6

Fonte: Livros Notariais do 1º e 2º Ofícios de Uberaba.

Comparando os comerciantes que atuaram no tráfico de cativos em Uberaba aos de outros dois municípios mineiros, situados na região Mineradora Central Oeste, nestes observou-se uma maior concentração dos negócios em poucas mãos, face a uma maior pulverização naquele.

Em Bonfim do Paraopeba, foram identificados três grupos de negociantes atuando no mercado por meio de sociedades ou juntamente com familiares (por isso, grupos), todos estabelecidos na sede municipal. Por suas mãos passaram 21% dos escravos comercializados entre 1842 e 1888 (TIZOCO, 2018, pp. 131-143). Em Mariana, quatro indivíduos, todos residentes no município, foram responsáveis pela comercialização de 22,3% dos cativos



negociados entre 1850 e 1886 (FLAUSINO, 2006, pp. 151-155). Em Uberaba, observou-se uma quantidade bem maior de negociantes (nem todos estabelecidos no município), porém negociando quantidades menores de cativos.

Para efeito comparativo, em Bonfim, o principal grupo comercial, comandado pelos irmãos Francisco e Caetano Baeta Neves, foi o responsável por transacionar 67 escravos; em Mariana, o principal traficante, Dr. João Bawden, negociou 77; já, em Uberaba, nenhum negociante (ou grupo) comercializou mais de 30. Os dois principais nomes de destaque, aliás, Capitão Antônio Chaves de Magalhães e Dr. João Carlos de Araújo Moreira, sequer moravam no município.

Convém ressaltar ainda que não se observou uma especialização no comércio da mercadoria humana entre os comerciantes estabelecidos localmente, uma vez que os nele envolvidos não raro costumavam exercer outras atividades e, mesmo aqueles que eram apenas comerciantes, também comercializavam outras mercadorias. Logo, provavelmente teriam se aproveitado das oportunidades criadas a partir do crescimento da demanda e da elevação dos preços dos cativos entre as décadas de 1860 e início da de 1880 para se lançarem nesta atividade, beneficiando-se de rotas e contatos comerciais previamente conhecidos.

Assim, acredita-se que a grande quantidade de firmas e negociantes atuando no mercado de mão de obra escravizada uberabense, grande parte deles não residentes no município, reforça sua caracterização como entreposto também para a mercadoria humana, além da tendência da região em perder cativos para outras localidades, principalmente de outras regiões de Minas, como já havia apontado Roberto Martins (1994).

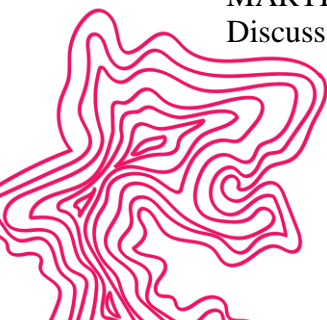
Referências Bibliográficas

FLAUSINO, Camila Carolina. *Negócios da Escravidão*: tráfico interno de escravos em Mariana, 1850-1888. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Juiz de Fora, 2006.

FRANK, Zephyr L. **Entre ricos e Pobres**: o mundo de Antonio José Dutra no Rio de Janeiro oitocentista. São Paulo: Annablume; Belo Horizonte: PPGH-UFMG, 2012.

LOURENÇO, Luís Augusto Bustamante. **Das Fronteiras do Império ao Coração da República: o Território do Triângulo Mineiro na Transição para a Formação Sócio-Espacial Capitalista na Segunda Metade do Século XIX**. Tese (Doutorado em Geografia Humana) – Universidade de São Paulo. São Paulo, 2007.

MARTINS, Roberto B. **Minas e o tráfico de escravos no século XIX, outra vez**. Texto para Discussão nº 70. Belo Horizonte: CEDEPLAR/UFMG, 1994.



REZENDE, Eliane M. Marquez. **Uberaba: uma trajetória sócio-econômica (1811-1910)**. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal de Goiás: Goiânia, 1983.

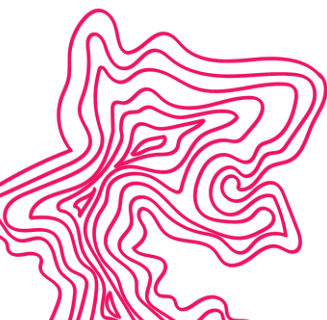
TIZOCO, Ulisses H. **Pessoas Negociando Pessoas: o mercado de escravos de Bonfim do Paraopeba (MG) e suas conexões (1842-1888)**. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, 2018.



Territórios em transformação: avanços e recuos na ocupação dos sertões mineiros, séculos XVIII-XIX

Weder Ferreira da Silva
Doutor - IFSUDESTEMG
Fabício Luiz Pereira
Mestre - IFF

O estudo sobre a conformação dos limites do território mineiro ao longo dos séculos XVIII e XIX não é algo propriamente novo, desde Diogo de Vasconcelos (1843-1927) vários historiadores se debruçam nas questões que envolvem o avanço das fronteiras, tais como: conflitos de jurisdições, disputa de poderes, guerras, miscigenação, contato e conquista, enfim, uma infinidade de temas que perpassam o processo de colonização em áreas consideradas inóspitas pelos colonizadores. O controle do território, com limites bem demarcados, uma estrutura de forças que garantissem a proteção da população e caminhos que assegurassem o comércio, circulação de pessoas e evitassem os descaminhos do ouro, estava na pauta de governadores e agentes régios. No entanto, os sertões, entendidos na ótica portuguesa, como um lugar de desordens, apresentavam-se como um contraponto a ideia de urbanidade, a qual segundo Raphael Bluteau, designava o comedimento e bons modos daqueles que vivem nas cidades, diferente da rusticidade e grosseria dos que viviam nas aldeias e nos campos. As fronteiras marcam o espaço de integração, que possibilitam o encontro de diferentes estruturas sociais, políticas e culturais. Sua porosidade reside no fato de que as forças que atuam nesses locais operam de modo distintos, à medida que são “conquistadas”, passam a compor a territorialidade colonial e empurram cada vez mais para o interior grupos considerados marginalizados, tais como indígenas, escravizados em fuga, vadios, degredados e criminosos. O objetivo deste simpósio temático é pensar o avanço das fronteiras no território mineiro e as forças que atuavam nos sertões da capitania/província através de diferentes perspectivas: cartografia, conflitos administrativos, poder de mando local, formação de arraiais e vilas, caminhos, trajetórias de agentes coloniais, povos indígenas e quilombolas; guerras e resistências, ou seja, movimentos que privilegiem os avanços e recuos na ocupação do território e coloquem o espaço como objeto de pesquisa histórica.



As Minas novas do Arassuahy: conflitos de jurisdição nos limites entre Bahia e Minas Gerais (1727-1757)

Fabrcio Luiz Pereira

Doutorando - Universidade Federal de Ouro Preto

fabriciolp87@gmail.com

Resumo: Por volta do ano de 1727, Sebastião Leme do Prado montou uma empresa com saída do Serro do Frio, atravessou o rio Itamarandiba e encontrou ouro em um ribeirão próximo ao rio Fanado, que nomeou de Bom Sucesso. O paulista, persuadido por outros sertanistas, contrariou as promessas feitas a Dom Lourenço de Almeida e manifestou os novos descobertos a favor da Capitania de Bahia, o que avultou a rivalidade entre o vice-rei do Estado do Brasil e o governador de Minas Gerais. Em 1729, o Coroa portuguesa reconheceu a autoridade do vice-rei e mandou erigir a Vila de Nossa Senhora do Bom Sucesso das Minas Novas do Araçuaí. Instituiu-se a superintendência do ouro e uma Tropa dos Dragões, na tentativa de implementar um poder político-administrativo naqueles sertões, acalmar as desordens e evitar os descaminhos do metal precioso. O objetivo dessa comunicação é analisar os primeiros anos de ocupação desse território colonial. O perpassar pelas incessantes trocas de correspondência das autoridades com o poder régio verifica-se diferentes conflitos de jurisdição decorrentes da ordem real em conservar tais minas ao governo da Bahia, no entanto, contando com a assistência do Ouvidor do Serro do Frio. A disputa nesse espaço de fronteira revela como o poder metropolitano almejava sua inserção em lugares ermos da colônia e os interesses de diferentes agentes em instituir o mando e obter lucros com a mineração.

Palavras-chave: Minas Novas, Conflitos de jurisdição, Colonização, Administração colonial

Os achados das Minas novas do Arassuahy

Em 1727, o paulista Sebastião Leme do Prado iniciou uma empresa no sertão da comarca do Serro Frio, com anuência do governador das Minas Gerais, Dom Lourenço de Almeida. De acordo com Francisco Eduardo Andrade (2008), “entradas” e “empresas” possuem significados distintos nesse período. As primeiras, também conhecidas como “bandeiras”, têm origem no século XVII, com as expedições dos paulistas ao interior da América portuguesa motivadas, sobretudo, pela preação de indígenas destinados à manutenção das propriedades agrícolas. Ao passo que as “empresas” eram um signo, as quais caracterizavam uma ação virtuosa, que refletia a qualidade do seu executor, cujo objetivo central era mostrar aos súditos os meios de conservação e de expansão do Estado português. Em síntese, algumas “entradas” nos sertões transformavam-se em “empresas” descobridoras em razão dos ganhos simbólicos, políticos e econômicos. Dessa forma, os sertanistas requeriam através de petições a

XI Encontro de Pesquisa em História da UFMG - ISBN: 978-65-01-11103-2

2023

594



possibilidade de explorar o interior do continente - caso comprovado a qualidade e honra do requerente - e assim, os serviços prestados poderiam ser agraciados com prêmios e mercês (ANDRADE, 2008, p. 58-62).

Os paulistas eram vistos como homens práticos no sertão, além disso, Leme do Prado possuía um histórico em empresas. No começo do século, o sertanista compôs a comitiva de Antônio Soares Ferreira, a qual descobriram aluviões auríferos na região do Serro Frio. Em 1725, obteve autorização do governador das Minas para explorar a região do Araçuaí e as divisas das Minas com a Bahia, caso ocorressem novos descobertos, Leme do Prado seria agraciado com o cargo de guarda-mor. Tal função, de acordo com o Regimento de 1702, era destinada à repartição e fiscalização das datas minerais recém-descobertas (HOLANDA, 1982, p. 267).

O sertanista partiu do Serro do Frio, por volta de 1727, percorreu os ribeiros do Itamarandiba e seguia rumo ao rio Piauí, quando encontrou um rio infausto, nomeado de Fanado, e em um dos afluentes descobriu ouro em abundância, batizando-o de Bom Sucesso. Após a distribuição das primeiras datas minerais, o capitão Leme do Prado foi ao encontro dos primos Domingos e Francisco Dias do Prado, que aquela altura exploravam a região de Itacambira. Segundo Diogo de Vasconcelos, ao chegar no local, em 1728, os irmãos Dias do Prado hospedaram o descobridor das Minas Novas na melhor casa do arraial de São Antônio do Itacambira. Na residência encontrava-se o Dr. Miguel Honorado, clérigo do Arcebispado da Bahia, responsável por benzer as novas capelas que surgiam naqueles sertões. O reverendo e os primos teriam persuadido o sertanista a manifestar os novos descobertos a favor do vice-reinado do Estado do Brasil, o que levou Leme do Prado a descumprir “de modo mais desleal” o juramento feito ao governador Dom Lourenço de Almeida (VASCONCELOS, 1974, p. 56).

Andrade (2008, p. 89) ressalta que para instituir o descobrimento, uma das etapas era a manifestação das novas jazidas para as autoridades régias. Em síntese, cabia ao sertanista comunicar a entrada por meio de petições, enviar amostras dos minerais, e construir aos olhos dos súditos o feito do descobrimento, elaborando roteiros ou mapas descritivos dos novos achados. O manifesto, em tese, garantiria ao sertanista a obtenção dos prêmios e mercês, no caso de Sebastião Leme do Prado, o cargo de guarda-mor. Entretanto, ao romper o acordo com Dom Lourenço de Almeida, ao manifestar as “Minas novas do Arassuahy” a favor do Estado do Brasil, o sertanista avulta uma querela antiga entre as autoridades régias. A região passa a ser palco de disputas por duas capitânicas, o que gerou uma instabilidade na instalação político-



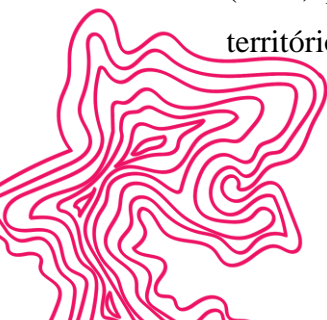
administrativa naqueles sertões. O objetivo desse texto é analisar os primeiros conflitos em torno da ocupação do novo território colonial, perpassando por missivas enviadas pelas autoridades régias consultadas no Arquivo Público Mineiro - Seção Colonial (APM, SC).

Conflitos de jurisdição e os limites da capitania

Com os primeiros descobertos auríferos no interior do continente, em fins do século XVII, a coroa portuguesa buscou formas de garantir a estabilidade nas minas, que recebia grandes levas de “forasteiros”. Por volta de 1711, segundo Antonil, as minas contavam com cerca de trinta mil almas. Sérgio Buarque de Holanda ressaltou que durante o grande fluxo migratório dos primeiros anos de ocupação “guardavam-se tão somente as leis que relacionassem com as datas e repartições dos ribeiros auríferos” (HOLANDA, 1982, p. 267). Havia, portanto, uma defasagem em relação aos ministros e justiças, “que tratassem ou pudessem tratar eficazmente do castigo dos crimes, e estes não eram poucos, principalmente os de homicídio e furto” (*ibidem*).

Paulatinamente, o governo metropolitano foi instalando uma estrutura político-administrativa nas Minas do Ouro. A partir de 1709, Antônio de Albuquerque Coelho de Carvalho é nomeado governador e capitão-general da capitania de São Paulo e Minas do Ouro. A mudança era significativa, uma vez que “até então, além do guarda-mor, era, quando muito o superintendente das minas, com jurisdição civil e criminal”, que atuavam diretamente na região (*ibidem*). A partir de 1720, a capitania de Minas Gerais é desmembrada de São Paulo. Na primeira metade do século XVIII uma série de mudanças ocorrem na região, conforme ressalta Gouvêa (2021), houve “[...] um quadro de frequentes alterações nos atributos de sujeição e jurisdição dos vários oficiais encarregados do governo nesses territórios” (GOUVÊA, 2021, p. 346).

A reorganização político-administrativa perpassava por uma reordenação dos limites espaciais na região centro-sul, com um aumento na importância do Rio de Janeiro frente ao Império português, que culminou com o deslocamento do vice-reinado, em 1763, para esta cidade (PUNTONI, 2014). Delimitar o território, investir em instrumentos simbólicos que demarcavam a presença da coroa portuguesa e criar modos de conhecer aquele espaço (mapas e censos, por exemplo) são partes constituintes do exercício da soberania. Por trás disso, Revel (1989, p. 118) afirma haver uma necessidade constante de avaliar o rendimento desses territórios, tanto para a cobrança do fisco quanto para possíveis investimentos.



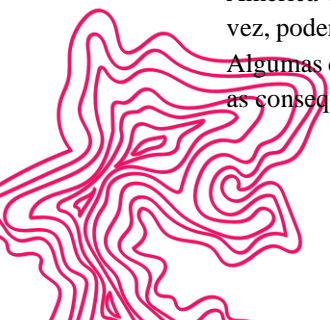
A partir de 1728, com os descobertos das “Minas novas do Arassuahy”, no limite entre as capitanias de Minas Gerais e Bahia, as autoridades buscam formas de demarcar a presença régia na localidade, visto que a tendência era de um fluxo migratório em busca do eldorado. A implantação de uma política-administrativa relacionava-se à uma eficaz arrecadação dos quintos reais, além disso, almejava estabelecer a ordem e sossego público. A jurisdição, segundo Pedro Cardim, associava-se ao “bom governo” e era vislumbrada para o espaço “público”. Dessa forma, era necessária a legitimação da condição jurisdicional para aquele que de fato poderia exercê-la. A jurisdição, portanto

era o meio organizativo que melhor se adaptava à realidade daquele tempo, precisamente porque era a faculdade que menos expressava pretensões unilaterais de domínio, era a que melhor atuava na busca de pontos de equilíbrio inspirados no princípio da atribuição equitativa, a cada uma das partes em presença, de espaços e direitos comensuráveis” (CARDIM, 2005, P. 55).

A centralidade conferida à jurisdição resultou em um poder real que se orientava para a resolução dos conflitos, no sentido de “fazer justiça”. A vocação da coroa, marcada pela jurisdição era, “por conseguinte, mais conservativa do que executiva” (*Ibidem*, p. 56), o que aponta para sua natureza arbitral e passiva.

A monarquia portuguesa, de acordo com os estudos de António Manuel Hespanha (1993), não era centralizadora, aliás, possuía um caráter “descerebrado” e uma estrutura polissinodal, o que pressupõe uma autonomia de poder. No caso das possessões ultramarinas, os governadores detinham um poder extraordinário, uma vez que “[...] estavam isolados da fonte do poder por viagens que chegavam a levar anos, tendo necessidade de resolver sem ter de esperar a demorada resposta às suas demoradas perguntas” (HESPANHA, 2021, p. 196)¹⁹⁸. O próprio poder régio seria baseado em conselhos e juntas, assim, essa fragmentação do poder promovia os mais diferentes conflitos de jurisdição. Dessa maneira, “[...] toda a atividade dos poderes superiores – ou mesmo do poder supremo - é tida como orientada para a resolução de um conflito entre esferas de interesses, conflito que o Poder resolve “fazendo justiça”, ou seja, atribuindo a cada um o que, em face da ordem jurídica, lhe compete” (XAVIER; HESPANHA, 1993, p. 116).

¹⁹⁸ Laura de Mello e Souza chama a atenção para a fragilidade desse argumento na obra “*O sol e a sombra*”, de acordo com a autora, as viagens entre as diferentes partes do Império tinham escalas distintas: “Nunca, no caso da América ou da África Ocidental, uma viagem levaria mais do que alguns meses, as viagens ao Oriente, por sua vez, podendo durar até um ano” (SOUZA, 2006, p. 42). Nesse ponto, podemos concordar com os dois argumentos. Algumas decisões de governo eram tomadas no calor do momento devido à distância do centro, mas isso não inibia as consequências e, portanto, uma ação do poder régio.



Em meio a esse caos de poderes, residia o sistema político português:

Um sistema feito de uma constelação imensa de relações pactadas, de arranjos e trocas entre indivíduos, entre instituições, mesmo de diferente hierarquia, mesmo quando um teoricamente pudesse mandar sobre o outro. Como se, sendo o mando tão difícil de fazer valer, se preferisse o entendimento recíproco, às boas, com lucros para as duas partes (HESPANHA, 2009, p. 7).

Implicava, portanto, uma pluralidade de jurisdições concorrentes, “[...] de limites imprecisos, por vezes sobrepostas, redefiníveis pelo uso, porosas em relação aos agentes – que podiam estar, ao mesmo tempo, sujeitos a várias delas” (HESPANHA, 2009, p. 8).

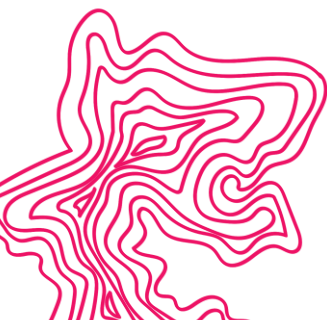
Após Sebastião Leme do Prado manifestar os achados do Araçuaí à capitania da Bahia, o governador das Minas D. Lourenço de Almeida recorreu ao rei para recobrar o direito à jurisdição naquela localidade. As missivas enviadas pelo governador revelam a imprecisão dos limites territoriais e a necessidade de implementar a administração régia para evitar os descaminhos do ouro. Outrossim, como veremos nas linhas a seguir, descortinam uma rivalidade política que ocorria há pelo menos uma década nos trópicos.

No dia 08 de fevereiro de 1728, o ouvidor da comarca do Serro do Frio, Antônio Ferreira do Vale e Melo, noticiou o governador sobre as novas jazidas:

[...] chegando a este lugar recebi uma carta do Capitão-mor Domingos Dias do Prado morador na Itacambira em que me dizia ficava para entrar aos novos descobrimentos que descobriu Sebastião Leme do Prado entre o Rio Araçuaí e Serra da Samambaia a dar cumprimento às ordens que havia recebido do Sr. Vice-Rei do Estado a quem o dito descobridor e seu sócio Manoel Lopes Coelho deram parte deles como pertencentes ao distrito da Bahia, sendo que eu vinha com a notícias de que tocavam a esta Comarca e ao governo de Vossa Excelência (APM, SC. 17. F. 169-170).

Rapidamente, o ouvidor informou a questão ao procurador da coroa, Antônio Sardinha de Castro, projetando a reversão das partilhas de datas minerais realizadas por parte da Bahia, “[...] e façam de novo desforçando-me [sic] assim de toda a força que se me houver feito, pois é notório pertencerem a esta Comarca os ditos descobrimentos” (*Ibidem*). A argumentação do ouvidor estava em consonância com a demarcação dos limites entre Minas, Bahia e Pernambuco, realizadas no governo de D. Pedro de Almeida, o Conde de Assumar, determinando que

[...] todo o curso do Rio Verde de Limite a esta Comarca como do distrito da Bahia o que se deve entender cortando sempre por rumo direto e nesta forma ficam dentro desta demarcação as das Minas, além do que a justiça deste Serro sempre esteve e está de posse da parte dos Rios Jequitinhonha e Araçuaí por onde elas ficam entrando a fazer diligências até onde há moradores (APM, SC. 17. F. 169-170).



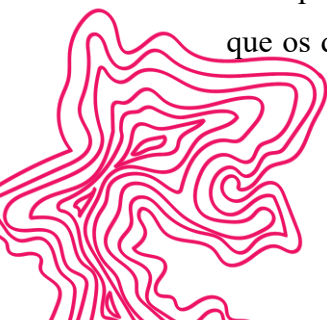
Antônio Ferreira ressaltava que as novas jazidas não estavam fora de sua jurisdição, uma vez que o capitão-mor e os outros paulistas, “[...] reconheceram o contrário dando esta parte a meu antecessor” (*Ibidem*).

Poucos dias depois, em 15 de fevereiro, o ouvidor redige, novamente, ao governador. As primeiras inquirições ao paulista haviam ocorrido, no intuito de “[...] impedir-se anexar aos distritos da Bahia os descobrimentos que descobriu Sebastião Leme do Prado, por ser notória a justiça com que pertencem a esta comarca” (APM, SC. 17. F. 171-172). Com o sertanista em sua presença, o ouvidor relata o clima de desordem que se instalava nas novas minas.

Frente a esse cenário, Antônio Ferreira ordenou-lhe que fossem refeitas as partilhas das datas minerais, ao que Leme do Prado respondeu que não convinha, pois “se ia grande ruína entrar já o povo, pois os Paulistas que se acham já nos ditos descobrimentos o haviam impedir com armas e matá-lo”. Em contrapartida, ofereceu examinar mais devagar os ribeiros “e os que ainda tem por descobrir”, para que fossem, assim, repartidos pelo ouvidor do Serro do Frio (APM, SC. 17. F. 171-172).

O magistrado observou que o mestre de campo, Domingos Dias do Prado, partiu as datas com pressa e aconselhou cuidado e ponderação para dar ordens de novas partilhas por parte de sua comarca. Disse que era necessário entrar nas minas com pessoas poderosas, para que não deixassem os paulistas fugirem e nem resistissem a qualquer invasão. No entanto, as pessoas mais dispostas para a ação, os capitães-mores [Sebastião] da Silva e Jerônimo Pereira achavam-se doentes. E, não podia contar com o povo, pois estavam entrando nas minas, “por terem dívidas e se livrarem da Casa de Fundição hão de querer também longe a justiça como na Bahia, que antes pertençam as estas os descobrimentos do que a minha Comarca” (APM, SC. 17. F. 171-172).

Em posse das duas correspondências, Dom Lourenço de Almeida elabora duas cartas no dia 20 de fevereiro: uma endereçado ao ouvidor; outra, a Sebastião Leme do Prado, que se encontrava sob custódia. Em resposta a Antônio Ferreira, via como acertadas as decisões do magistrado. Deu como certo que os descobrimentos pertenciam à capitania de Minas Gerais e que o vice-rei “[...] há de estranhar o enganarem-no dizendo-lhe que está na jurisdição da Bahia” (APM, SC. 17. F. 172). Recomendo a Ferreira que defendesse a sua jurisdição o quanto fosse possível, anexando editais na Vila do Príncipe e outras partes de sua comarca, “declarando que os descobrimentos estão dentro dela” (APM, SC. 17. F. 172) e que não façam embaraço



algum em não acatarem as ordens que vierem da Bahia. Isso, pois, “[...] tais descobrimentos estavam dentro nas jurisdições destas Minas, comarca de vossa mercê” (*Ibidem*).

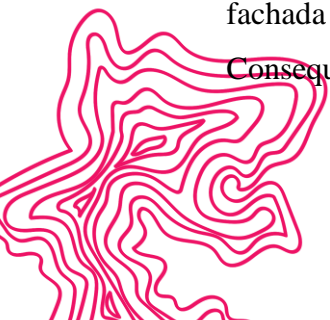
Na carta enviada a Sebastião Leme do Prado, o governador lamentou a atitude do sertanista, ao ressaltar que ficou à espera do manifesto dos achados, que “[...] vossa mercê desse parte dele como é obrigado” (APM, SC. 17. F. 168-169). Entretanto, amenizou a situação por acreditar que, “[...] teve pessoas que enganosamente o persuadiram” (*Ibidem*), destacando que o Rei conhecia os limites entre as capitanias e além do mais,

[...] destas controvérsias podem suceder mortes e perdições de fazendas e casas, e certamente também há de suceder um grande descaminho aos Reais quintos, ficará a vossa mercê certamente culpado nesta grande desordem por não declarar ao Sr. Vice-Rei, que os descobrimentos que vossa mercê fez estavam nos Limites destas minas (APM, SC. 17. F. 168-169).

As desavenças entre o governador e o vice-rei eram de conhecimento público. Em 1723, Dom Lourenço escreveu ao rei solicitando não subordinar os assuntos relacionados às Minas ao vice-reinado do Estado do Brasil. No pedido, argumentou que os moradores de “gênios inquietos” não obedeceriam à sua jurisdição, “porque de qualquer procedimento que se tenha com eles, hão de fazer requerimento à Bahia negando obediência a quem os governa” (RAPM, V.30. 1979, p. 199-200). O Conselho Ultramarino, em 1725, negou o pedido do governador e destacou que outras capitanias também estavam submetidas à administração do Estado do Brasil.

Com o descobrimento na região do Fanado, Dom Lourenço entra novamente em disputa com o vice-rei. Após as inquirições ao sertanista Leme do Prado não surtirem o efeito desejado, o governador redige mais duas missivas: uma para o Conselho Ultramarino e outra para Vasco Fernandes César de Menezes, o vice-rei do Estado do Brasil. Em julho de 1728, o governador das Minas reclama ao Conselho Ultramarino à jurisdição das Minas Novas e acentua a distância dos achados em relação à Salvador – sede da capitania da Bahia – em comparação à Vila do Príncipe, no Comarca do Serro do Frio.

Em setembro do mesmo ano, o governador entra em contato direto com Vasco Fernandes, no intuito de desacreditar os paulistas. Para Dom Lourenço, os irmãos Dias do Prado persuadiram o primo, Sebastião Leme do Prado, na tentativa de ficarem longe da concentração de poderes e conseqüentemente do fisco. Para o governador, as Minas Novas serviriam de fachada para os descaminhos do ouro. A cobrança do quinto era menor na localidade. Conseqüentemente, o metal era contrabandeado, passava por uma taxaço menor e era



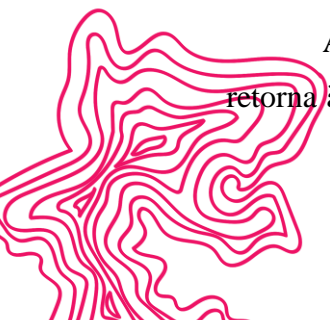
distribuído legalmente chegando até Salvador – uma vez que era validado através de uma carta de guia expedida pelo superintendente, Pedro Leolino Mariz. (APM. SC. 17, f. 174-174v).

De acordo com Andrade (2008), a cobrança de um valor menor do quinto pela jurisdição da Bahia foi fruto da negociação dos paulistas com o vice-rei, o que justificaria o manifesto de tais ribeiros à Bahia. Os irmãos Dias Prado e Sebastião Leme valeram-se da relação conflituosa entre os governadores para obterem algum lucro. Andrade (2008, p. 229) aponta que “[...] a manipulação da fama desses descobrimentos dizia respeito, no fundo, a um jogo de interesses políticos, que abria espaço para que minas de pouco rendimento servissem de fachada para trazer a si o ouro que fugia do fisco das Minas Gerais”.

O debate acerca do contrabando pode ser expandido para outros aspectos. O primeiro é a estratégia retórica utilizada pelo governador das Minas, uma vez que relatar o problema era uma maneira de chamar atenção do poder central para suas demandas e demonstrar zelo pela Fazenda Real, o que porventura poderia resultar em benesses. Por outro lado, como destacou Héliida Conceição, os descaminhos contribuíam para impulsionar a economia interna dos sertões baianos, mesmo com as tentativas de inibição, a prática reforçava os circuitos mercantis, ao “suprir as demandas imediatas dos mineiros e estimular o constante deslocamento no interior dos sertões” (CONCEIÇÃO, 2018, p. 342). Nota-se na autora uma tentativa de ressignificar a questão da prática do contrabando, pois a produção aurífera, sobretudo nos confins baianos, não deve ser reduzida a um fenômeno econômico e fiscal, “sem considerar a produção social e política advinda com a mineração. (*Ibidem*, p. 334)

Em maio de 1729, Dom João V decidiu o destino das “Minas novas do Arassuahy” e com um duplo movimento tentou apaziguar a situação, ao decretar “[...] que *por ora* se conservem estas minas na jurisdição do governo da Bahia e que o Ouvidor do Serro do Frio a tenha também *interinamente* no mesmo distrito, com subordinação ao vice-rei” (RAPM, V. 30, 1979, p. 275). O caráter provisório destacado na passagem acima era recorrente naquele momento. Em locais de fronteira aberta, como eram os sertões, novos achados e arranjos econômicos (e administrativos) poderiam ocorrer. Dessa forma, a fronteira entre as capitâneas ganhava um caráter de *jurisdição mista*, o que permitia a entrada de ambos os governantes na região, seja através da ouvidoria do Serro do Frio seja com a presença do superintendente Pedro Leolino Mariz, subordinado ao vice-rei.

A querela entre os governantes foi registrada até o ano de 1732, quando Dom Lourenço retorna à Corte. O vice-rei, obviamente, não aceitou às críticas e denúncias de forma passiva.



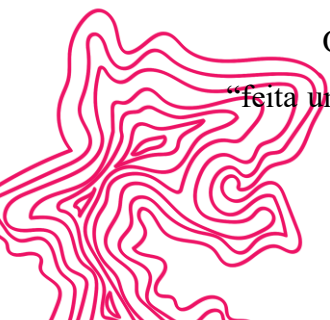
Ao contrário, buscou através dos mecanismos da época defender-se de todas as acusações. Desde a década de 1720, os sertões baianos organizavam-se em torno das primeiras vilas auríferas em Jacobina e Rio das Contas. Após os achados das Minas Novas, o vice-rei agiu rapidamente enviando ao local um superintendente para acalmar os ânimos e arrecadar os quintos. Com o decreto real para a conservação das ditas minas ao Estado do Brasil foi, também, ordenada a criação da Vila de Nossa Senhora do Bom Sucesso das Minas Novas, o que garantia ainda mais a presença do poder régio naqueles sertões, através do corpo camarário. Além disso, o rei redigiu uma carta a Vasco Fernandes elogiando os serviços prestados pelo superintendente Pedro Leolino Mariz, que atuou de forma a garantir à ordem nos primeiros anos de ocupação.

Quanto às acusações de Dom Lourenço, em uma das consultas do Conselho Ultramarino, o vice-rei lamentou, afirmando “[...] que não bastem tantos estímulos para este fidalgo se abster das suas artificiosas representações, mentindo nelas a V. Majestade, e desmentindo a si por antepor a sua paixão a tantas verdades notórias”. (SILVA, 1852, p. 90). Não cabe nesse espaço perpassar por toda troca de correspondências ocorrida entre 1728-1732, as fontes apresentadas acima fornecem um breve panorama do poder concorrencial naquela região de fronteira.

Os conflitos de jurisdição ocorriam dentro da pluralidade de poderes, típicas do que António Manuel Hespanha denominou como monarquia corporativista. A multiplicidade de poderes, ao mesmo tempo que tumultuavam o sistema administrativo, abriam brecha para a mútua vigilância entre os pares. A partir desses embates, os desvios das autoridades vinham à tona e chegavam até a estrutura central, representada pelo rei, que em última instância fazia a justiça.

Valendo-se da fragilidade da estrutura administrativa nos primeiros anos das Minas, Dom Lourenço de Almeida tensionava a relação com o governo-geral, apresentando uma série de denúncias contra aquele, que em tese, deveria estar subordinado. O argumento central escolhido pelo governador da capitania foi os descaminhos do ouro, as denúncias poderiam até ser verídicas, visto que a prática do contrabando era recorrente ao longo do século XVIII. Entretanto, pode ter sido um recurso retórico, para conseguir à atenção do poder régio e demonstrar com aquela ação os cuidados nos serviços prestados à Sua Majestade, o que o beneficiaria com a concessão de graças e mercês.

O conceito de graça é central para entender a estrutura administrativa, uma vez que “feita uma dádiva [...] seguia-se imediatamente um dever de retribuir com uma recompensa”
XI Encontro de Pesquisa em História da UFMG - ISBN: 978-65-01-11103-2



(XAVIER; HESPANHA, 1993, p. 115), renovando-se infinitamente. A graça, criava assim, uma rede de pactos,

[...] de expectativas fundadas e de quase direitos que organizava a sociedade tanto com as regras gerais de direito estrito; ou talvez mesmo mais, dada a hierarquia entre um dever que nasce de uma virtude moral e o que nasce apenas pela lei (XAVIER; HESPANHA, 1993, p. 115).

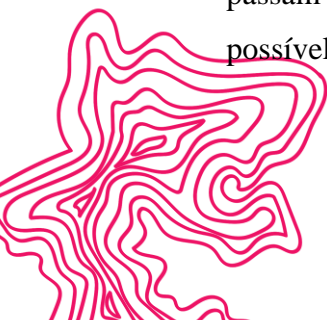
Em menor escala, a distribuição de mercê régia, reforçava os laços de dependência/vassalagem. Isso ocorria em vários níveis sociais, desde as cartas patentes para os oficiais das tropas militares até cargos políticos do alto escalão da administração.

Puntoni (2014) destaca que os conflitos intra-autoridades e jurisdicionais ocorriam dada a natureza do próprio sistema político-administrativo, abrindo espaço para múltiplos poderes, que poderiam convergir, divergir e, até mesmo, sobrepor-se uns aos outros. Na relativa autonomia de vice-reis, governadores, ouvidores, superintendentes e outras autoridades coloniais estaria a possibilidade da governabilidade. Em contrapartida, havia uma mútua vigilância entre estes agentes, que ocasionaram inúmeras denúncias ao poder central.

As críticas a respeito da aplicabilidade dos estudos de António Manuel Hespanha à realidade colonial, conforme destacou Laura de Melo e Souza (2006) não podem ser desprezadas. A concepção de uma transladação *ipsis litteris* da política administrativa do reino à colônia, como um reflexo em um espelho, é uma das ponderações da autora, principalmente no que tange à ideia de um *Antigo Regime nos trópicos*. Dentre as observações de Souza, o uso da concepção foucaultiana de poder precisa ser cauteloso, uma vez que leva a uma percepção de poder central excessivamente frágil, desconsiderando que “[...] ao fim e ao cabo, tudo se fazia em nome do rei e de Portugal” (SOUZA, 2006, p. 42).

As abordagens centradas somente nos dispositivos jurídicos tendem a incorrer numa visão legalista, a qual pressupõe que a lei conforma as práticas sociais e não o contrário. Os interesses entre os governadores e a disputa pela jurisdição na região podem ser entendidos através de outras lógicas, como a proximidade das Minas Novas com os achados do Tejuco, no ano de 1729. Além disso, ter um território em sua jurisdição significava na prática um aumento de arrecadação, principalmente tratando-se de uma região com potencial minerador.

Somente em 1757, as Minas Novas foram anexadas ao território das Minas Gerais e passam a responder à Comarca do Serro do Frio. No entanto, até meados da década de 1760 foi possível identificar outros conflitos de jurisdição naquele sertões. Por fim, destaca-se que as



ações desses atores sociais, com suas rusgas e intrigas vão construindo as fronteiras e limites internos entre as capitânicas. Longe de ser uma operação natural, é através dos confrontos e acordos entre os múltiplos agentes que os espaços vão sendo delineados.

Bibliografia

Fontes manuscritas e transcritas

Arquivo Público Mineiro - APM, SC. 17.

Transcrição da 1ª parte do Códice 23 Seção Colonial: Registro de Alvarás, cartas, ordens régias e cartas do Governador ao Rei (1721-1791). **Revista do Arquivo Público Mineiro**, V. 30, 1979.

SILVA, Ignacio Accioli de Cerqueira e. **Memórias históricas e políticas da província da Bahia**. Bahia: Typographia Poggetti, 1852. Volume 5. Disponível em: <https://digital.bbm.usp.br/handle/bbm/6714>. Acesso em 23/02/2023.

Referências Bibliográficas

ANDRADE, Francisco Eduardo de. **A invenção das Minas Gerais**: Empresas, descobrimentos e entradas nos sertões do ouro da América portuguesa. Belo Horizonte: Autêntica Editora: Editora PUC Minas, 2008.

CARDIM, Pedro. “Administração” e “governo”: uma reflexão sobre o vocabulário do Antigo Regime. In. BICALHO, Maria Fernanda; FERLINI, Vera Lúcia Amaral (Orgs.). **Modos de governar**: ideias e práticas políticas no império português – séculos XVI-XIX. São Paulo: Alameda, 2005.

CONCEIÇÃO, Héliida Santos. **O sertão e o Império**: as vilas do ouro na capitania da Bahia (1700-1750). Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2018 (Tese de Doutorado).

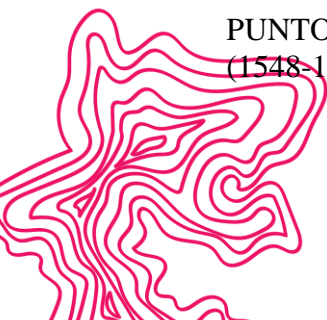
GOUVÊA, Maria de Fátima Silva. Poder político e administração na formação do complexo atlântico português (1645-1808). In. FRAGOSO, João; BICALHO, Maria Fernanda; GOUVÊA, Maria de Fátima (orgs.). **O antigo regime nos trópicos**: a dinâmica imperial portuguesa (séculos XVI-XVIII). 1ª ed. [recurso eletrônico] - Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2021.

HESPANHA, António Manuel. A constituição do Império português. Revisão de alguns enviesamentos correntes. In. FRAGOSO, João; BICALHO, Maria Fernanda; GOUVÊA, Maria de Fátima (orgs.). **O antigo regime nos trópicos**: a dinâmica imperial portuguesa (séculos XVI-XVIII). 1ª ed. [recurso eletrônico] - Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2021.

_____. Por que é que foi portuguesa a expansão portuguesa? Ou o revisionismo nos trópicos. In. SOUZA, Laura de Mello; FURTADO, Júnia Ferreira; BICALHO, Maria Fernanda (orgs.). **O governo dos povos**. São Paulo: Alameda, 2009.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. Metais e pedras preciosas. In. HOLANDA, Sérgio Buarque de (dir.). **História Geral da Civilização Brasileira**: A época colonial. Tomo 1. Volume 2. 5ª ed. São Paulo: Difel, 1982.

PUNTONI, Pedro. **O Estado do Brasil** [recurso eletrônico]: poder e política na Bahia colonial (1548-1700). São Paulo: Alameda, 2014.

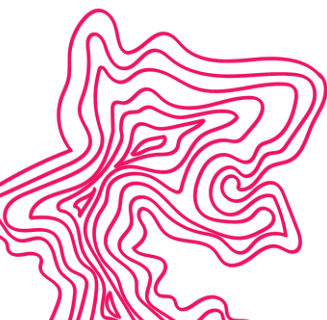


REVEL, Jacques. **A invenção da sociedade**. Lisboa: Difel, 1989.

SOUZA, Laura de Mello. **O sol e a sombra**: Política e administração na América portuguesa do século XVIII. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

VASCONCELOS, Diogo de. **História Média de Minas Gerais**. Belo Horizonte: Itatiaia, 1974.

XAVIER, Ângela Barreto.; HESPANHA, António Manuel. A representação da sociedade e do poder. In. HESPANHA, A. M. **História de Portugal**: O Antigo Regime. Lisboa: Estampa, 1993. V.4., p. 121-156.



Narrativas de poder e territorialidade em Aiuruoca: reflexões coloniais

Helena Amaral Sant Ana

Mestranda em História - Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF)
helenaamaralsantana@gmail.com

Resumo: Com foco central na Freguesia de Aiuruoca durante o século XVIII – meu objeto de pesquisa –, a presente comunicação teve por finalidade a análise das diversas abordagens empregadas na narração, concepção e representação do espaço no contexto do Brasil colonial. Além disso, almeja-se a compreensão das estreitas conexões existentes entre tais representações e as práticas de dominação prevalentes na época. No contexto da investigação historiográfica, pretende-se lançar luz sobre as possibilidades de elaborar discursos que englobam a vasta diversidade de atores sociais que compuseram essa região, destacando, notadamente, os povos indígenas, cujas vozes têm sido suprimidas nas narrativas históricas já examinadas. Este artigo encontra-se dividido em seis seções, cujo início se dá pela toponímia. Atribuir nomes e significados aos locais representou uma das formas de exercer controle territorial nas colônias, estabelecendo, assim, fronteiras imaginárias que, posteriormente, assumiram funções administrativas. A análise dessas fronteiras, em sequência, proporciona uma compreensão dos processos políticos subjacentes à formação das narrativas e concepções territoriais. Nesse sentido, para legitimar a autoridade régia, foram instituídas instâncias de poder político, religioso e econômico, as quais redefiniram os lugares sob uma égide de controle, constituindo a terceira parte desta abordagem. Dando prosseguimento, ganha destaque a corrida pelo ouro e o desenvolvimento agrícola, fatores que ensejaram uma marcante apropriação territorial nas Minas Gerais, exemplificada no caso de Aiuruoca, já aludido em correspondências do século XVII. O início do século XVIII testemunhou a rápida colonização do local após a descoberta de veios auríferos, culminando com sua elevação a Freguesia em 1717 e conferindo-lhe papel preponderante na produção agrícola destinada ao sustento e abastecimento dos viajantes que cruzavam a Serra da Mantiqueira em direção ao interior das Minas. Contudo, a quinta parte deste estudo pondera sobre a pesquisa realizada no Arquivo Eclesiástico da Diocese da Campanha, atualmente responsável pela jurisdição religiosa de Aiuruoca, constatando-se a ausência de referências aos povos indígenas nos documentos analisados, lacuna que encontra reflexo na historiografia colonial. Finalmente, cumpre ressaltar que, não obstante as limitações inerentes às fontes disponíveis, elementos como topônimos indígenas, vestígios arqueológicos, tradições e a própria paisagem natural podem ser mobilizados para uma apreensão mais ampla desse espaço, levando em conta a diversidade de agentes nele envolvidos. A reflexão acerca dessas possibilidades pode propiciar uma revisão crítica do passado, contribuindo para uma compreensão mais abrangente e contextualizada da Freguesia de Aiuruoca e das narrativas produzidas acerca do Brasil colonial.

Palavras chave: Aiuruoca, colonização, setecentos, Minas Gerais.

Toponímia

A colonização teve como um de seus primeiros marcos uma prática sistêmica que envolvia a atribuição de nomes e significados aos lugares. Essa estratégia almejava instituir um



sistema de reconhecimento que não apenas situasse, mas também demarcasse os territórios submetidos ao jugo colonial. A diversidade de denominações conferidas às localidades pelos colonizadores tinha o desígnio de imprimir sua presença e autoridade nas terras conquistadas. Essa prática constituía um instrumento de controle eficaz, facilitando a comunicação e a gestão do território ao viabilizar a referência a áreas específicas.

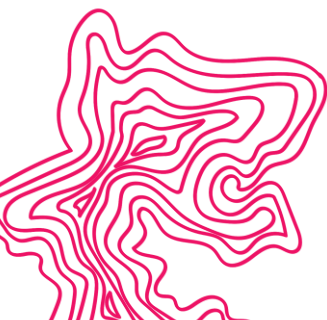
No ato de nomear e atribuir significados aos locais, os colonizadores não apenas almejavam legitimar sua presença, mas também impor sua concepção de mundo sobre o território dominado. Os nomes frequentemente refletiam as perspectivas culturais, históricas ou políticas dos colonizadores, estabelecendo uma narrativa que reforçava seu predomínio sobre as terras. Ademais, a associação de significados aos lugares também desempenhava um papel na formação de um sentimento de pertencimento e identidade, tanto para os colonizadores quanto para os povos indígenas e outros grupos presentes no território, os quais, todavia, eram submetidos ao processo de colonização. Laura de Mello e Souza, no livro “O Jardim das Hespérides: Minas e as visões do mundo natural no século XVIII, coloca que “o ato de nomear é carregado de sentidos, que ultrapassam o desígnio de circunscrever no espaço e permitir a localização” (SOUZA, 2022, p. 125).

Dentro desse contexto, observa-se também a preservação ou apropriação de topônimos indígenas, uma prática que se estende por toda a América. Essa abordagem pode ser interpretada como um elemento estratégico voltado à otimização da administração e controle do território, além de viabilizar a comunicação entre os colonizadores e as populações autóctones. Em algumas situações, acordos foram estabelecidos ou as culturas indígenas foram mantidas.

No entanto, no caso específico de Aiuruoca, apesar do seu topônimo tupi, ainda persistem incertezas acerca das comunidades originárias. Isso se deve a possíveis extermínios, migrações para outras regiões da colônia ou à assimilação na sociedade colonial. Era comum ocorrer a substituição de nomes e a adoção de sobrenomes portugueses durante os ritos de batismo, o que se configura como mais um exemplo do silenciamento imposto a essas comunidades indígenas.

No âmbito da toponímia, diversas foram as motivações das atribuições de nomes. Maria Cristina Neves de Azevedo alega que

Claudia Damasceno Fonseca, baseando-se em Waldemar de Almeida Barbosa, diz que a toponímia indígena para as localidades nos primeiros momentos das Minas, não poderiam ser atribuídas aos nativos, “pois a maioria vem do tupi, língua dos gentios



do litoral e dos índios domesticados que participavam das bandeiras paulistas. (AZEVEDO, 2020, p. 41)

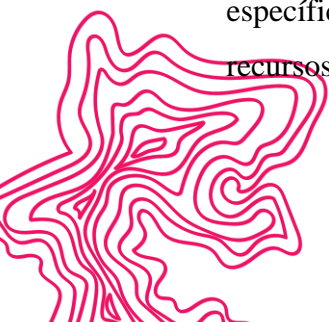
A análise do léxico da ocupação proporciona uma abordagem que nos permite tanto uma aproximação aos habitantes pré-existentes de um determinado espaço antes da chegada dos colonizadores, quanto uma compreensão da dinâmica de dominação engendrada pelos europeus. Além disso, era comum que os sertanistas fossem acompanhados por nativos em suas expedições, visando facilitar a exploração de territórios desconhecidos. Nesse contexto, é plausível inferir que a própria nomenclatura dos espaços poderia ter sido moldada pela comunicação e interação entre os diversos grupos étnicos coexistentes na região.

Questionar a existência e a seleção dos topônimos, bem como investigar suas persistências ou descontinuidades ao longo do tempo, viabiliza uma análise mais profunda da identidade local. Além disso, desvendar as motivações que vão além da simples denotação e demarcação espacial aproxima o pesquisador de agentes frequentemente à margem da narrativa histórica, como os povos indígenas e afrodescendentes. Essa abordagem analítica possibilita a compreensão das relações entre esses grupos e o espaço geográfico, e como suas culturas e tradições foram, ou não, assimiladas na toponímia regional.

No contexto de Aiuruoca, destaca-se a sua origem como um nome de raiz tupi, cujo significado remonta a "casa do papagaio". Nos limites da jurisdição da Freguesia, identificam-se diversos topônimos de procedência indígena, abrangendo localidades, distritos, corpos d'água, elevações e outros elementos geográficos. Essas nomenclaturas proporcionam um enriquecimento do debate ao explorar mais profundamente as populações que outrora ocuparam as imediações do Rio Grande e seus afluentes, os quais banham a região. Dessa maneira, esses topônimos assumem um importante papel na compreensão do contexto histórico e das motivações subjacentes às suas designações.

Fronteiras

Concomitantemente à prática de nomeação, a delimitação das fronteiras desempenhou um papel preponderante no processo de colonização. Ainda que, num primeiro momento, essas fronteiras não tenham sido materialmente traçadas, elas emergiram como ferramentas administrativas cruciais para o controle espacial dos territórios colonizados. Esse enfoque permitiu aos colonizadores estabelecer limites geográficos, reivindicar domínio sobre áreas específicas e, assim, exercer autoridade e comando tanto sobre a população como sobre os recursos circunscritos nessas regiões.



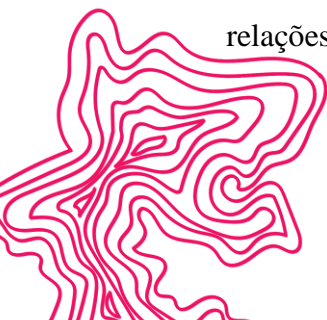
Nas Américas, a delimitação inicial das fronteiras ocorreu frequentemente mediante acordos políticos, tratados ou arranjos diplomáticos, nos quais os Estados ou grupos envolvidos definiam os contornos de seus territórios. Muitas dessas demarcações territoriais se originavam de divisões delineadas a partir de pactos ou convenções, sem uma manifestação física imediata, sendo posteriormente ratificadas por marcos geográficos tangíveis, como cursos d'água e montanhas. Essas delimitações podem ser fundamentadas em critérios de natureza geográfica, histórica, cultural ou étnica, com o propósito de consolidar a soberania estatal sobre um dado território e estabelecer a amplitude de sua jurisdição.

No contexto da ocupação das Minas Gerais, as fronteiras também eram moldadas ou desfeitas nos espaços de convívio social. Como aponta Azevedo em sua tese:

Os limites são definidos pelas relações de alteridade, nas dimensões individual e coletiva, e pela apropriação de uma área na qual determinado grupo exerce domínio. O limite é a justificativa territorial das relações de poder e estas relações de poder se expressam nas diferentes instâncias da administração, seja ela do governo colonial, entendido como secular e espiritual, e do período de autonomia política, que conheceu a continuidade de interseção entre as dimensões sagrada e profana. (AZEVEDO, 2020, p. 25)

As necessidades das pessoas exerciam um impacto direto na concepção e delimitação do espaço, especialmente no contexto religioso. Os limites de uma Freguesia estavam intrinsecamente relacionados aos limites das Paróquias e suas capelas. Em algumas situações, os habitantes de uma Freguesia poderiam estar mais próximos à capela de uma paróquia vizinha, levando-os a frequentar essa capela ou até mesmo a sede urbana da paróquia ao lado. Um exemplo desse cenário é encontrado na história do atual município de Madre Deus de Minas, cuja capela estava subordinada à Freguesia de São João del Rey, mas atendia a uma notável quantidade de fiéis provenientes da Freguesia de Aiuruoca. Isso culminou, posteriormente, na sua incorporação à Paróquia desta última.

Uma série de marcos territoriais desempenhava um papel substancial e de natureza administrativa no controle espacial. Esses marcos incluíam tanto elementos construídos, como igrejas, capelas, fazendas e postos, quanto elementos naturais, como picos e rios. Esses elementos tinham uma função crucial na delimitação de regiões geográficas, na construção de vínculos políticos e econômicos entre áreas, bem como na estipulação dos direitos e deveres das populações residentes nessas localidades. Dessa forma, esses marcos contribuíam para moldar a percepção da vida naquele espaço, exercendo influência sobre as identidades e relações entre as comunidades e os Estados que as reconheciam.



Assim, a análise da materialidade dessas fronteiras é fundamental para a compreensão dos complexos processos políticos que emergiram em torno das narrativas e concepções territoriais durante a colonização. Ao examinar as fronteiras físicas ou simbólicas que foram estabelecidas, é possível entender como as relações de poder, dominação e resistência foram moldadas e disputadas nesses espaços coloniais. Ademais, a análise da materialidade das fronteiras nos permite investigar como as concepções e os discursos sobre o território foram construídos e mantidos, exercendo influência sobre a forma como diferentes grupos étnicos, culturais e políticos se relacionaram com essas demarcações territoriais.

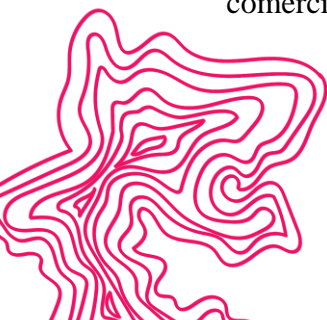
Órgãos de poder

No contexto da demarcação territorial, tornou-se imperativo instituir órgãos de autoridade que legitimassem a soberania real sobre as emergentes localidades coloniais. Conseqüentemente, dentro desses espaços, foram estabelecidas diversas instâncias de poder político, religioso e econômico, as quais desempenharam um papel primordial na construção das identidades locais dentro da estrutura de controle colonial.

No âmbito político, foram estabelecidos governos coloniais, administrações locais e sistemas judiciários, visando impor a ordem e assegurar uma governança eficaz nos territórios colonizados. Essas entidades políticas tinham a responsabilidade de aplicar as leis, arrecadar impostos, regulamentar o comércio e garantir a segurança interna das colônias, sempre de acordo com as diretrizes e interesses da autoridade régia.

Já as igrejas e ordens religiosas desempenharam um papel crucial na demarcação espacial, detendo considerável poder social e presença marcante. Seu propósito central era disseminar a fé cristã e consolidar o domínio eclesiástico. Essas instituições tiveram um papel central na evangelização e catequização das populações locais, além de influenciarem na sociabilidade e na organização social. Controlavam propriedades e residentes nas áreas paroquiais, enquanto também exerciam o direito de cobrar dízimos.

No âmbito econômico, foram estabelecidas estruturas destinadas ao controle e exploração dos recursos naturais das colônias, incluindo plantações, minas e rotas comerciais. Com o intuito de garantir lucros e o domínio sobre as riquezas geradas nas colônias, além de fomentar o fluxo de mercadorias entre as colônias e as metrópoles, foram criadas companhias comerciais.



Esses entes de poder político, religioso e econômico revelaram-se instrumentos cruciais para a legitimação e consolidação do controle colonial sobre as recém-estabelecidas localidades. Por meio dessa estrutura de controle, os colonizadores puderam redefinir os espaços, moldando a sociedade, a cultura e as atividades cotidianas dentro das fronteiras coloniais. Isso culminou em uma transformação profunda das paisagens sociais, políticas, naturais e culturais das colônias, inserindo-as em uma matriz de poder e subordinação que espelhava os interesses e valores dos colonizadores.

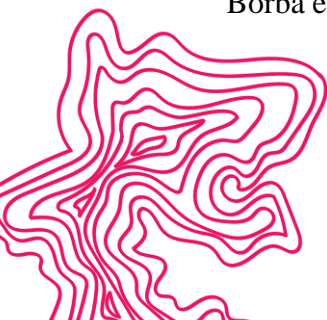
Ocupação territorial

O processo de apropriação do território nas colônias ganhou uma significativa intensificação nas Minas Gerais, impulsionado pela busca pelo ouro e pelo subsequente desenvolvimento agrícola. Essa apropriação se manifestou tanto por meio da ocupação física, resultando na formação de povoados, vilas e cidades, quanto por meio da implementação de um sistema de controle e exploração dos recursos minerais pelos colonizadores.

Além da atividade mineradora, o progresso agrícola subsequente também desempenhou um papel crucial na contínua apropriação do território nas Minas Gerais. Para atender à crescente demanda de alimentos e suprimentos para a população mineradora, foram estabelecidas plantações, fazendas e engenhos que se disseminaram pela região. Essas práticas agrícolas, frequentemente apoiadas pela mão de obra escrava, consolidaram ainda mais a presença dos colonizadores e sua supremacia sobre o território.

Ao longo da trajetória histórica, o processo de apropriação territorial nas Minas Gerais assumiu diferentes contornos e significados. Desde o apogeu da atividade mineradora até a subsequente queda, a região atravessou transformações socioeconômicas, políticas e culturais que forjaram sua paisagem e identidade.

O Arraial de Aiuruoca, situado na região sul de Minas Gerais, teve sua fundação em 1706, atribuída a João de Siqueira Afonso. Consoante as narrativas de alguns cronistas e memorialistas, ele é tido como o "descobridor" das minas de ouro na área. Contudo, uma análise mais meticulosa de outras fontes históricas permite afirmar que a exploração da região remonta a um período anterior ao século XVIII, em expedições lideradas por bandeirantes como o Padre Vigário João de Faria Fialho, seu cunhado Antônio Gonçalves Viana, o Capitão Manoel de Borba e Pedro Avos. Tal alegação encontra apoio em uma carta datada de 29 de julho de 1694,



enviada por Bento Corrêa de Souza Coutinho a D. João de Lancastro, governador geral do Brasil, que faz menção a indícios de ouro nos ribeirões da região.

Além disso, outros manuscritos investigados lançam luz sobre datas e circunstâncias de notável relevância. No ano de 1708, Melchior Felix foi indicado para o cargo de Capitão Mor e Superintendente das Minas de Juruoca e Ibitipoca, o que ressalta a significativa importância econômica da localidade na época. Essa designação era restrita às áreas mais proeminentes, sujeitas a uma estrita fiscalização imposta pela Coroa Portuguesa. A instalação de cargos administrativos tinha como intento exercer uma governança mais efetiva sobre o território e garantir a coleta de recursos oriundos da exploração aurífera.

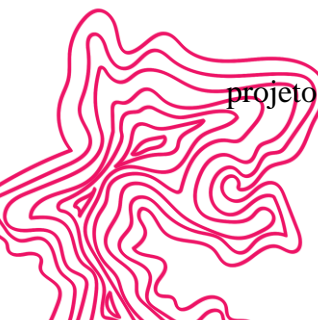
Adicionalmente, em 1717, o Arraial de Aiuruoca, cuja fundação remonta a 1706, alcançou um marco de destaque ao ser elevado à condição de Freguesia, por meio do estabelecimento da Paróquia de Nossa Senhora da Conceição de Aiuruoca. Essa elevação ampliou ainda mais a posição da região no contexto local, conferindo-lhe maior autonomia tanto no âmbito eclesiástico quanto administrativo. A criação da Paróquia não só testemunhou o aumento da relevância do local, mas também promoveu o desenvolvimento social da comunidade, dada a importância dos espaços religiosos como cenários de convívio.

Possibilidades historiográficas

A própria construção da historiografia brasileira foi em grande parte influenciada por relatos e fontes provenientes predominantemente dos colonizadores, o que resultou em uma visão histórica enviesada e marcada por posições de dominação. Essa abordagem se reflete na maneira como os povos indígenas foram tratados ou, mais precisamente, silenciados nos registros históricos. A ausência de referências e a marginalização das narrativas indígenas nas documentações históricas são indícios claros de um esquecimento premeditado. Na tese “De Chané-Guaná a Kinikinau: da construção da etnia ao embate entre o desaparecimento e a persistência”, Iara Quelho de Castro menciona as diversas violências a existência dos povos indígenas, e alega que:

A essa trágica forma de desaparecer, outras não menos desastrosas, podem ser adicionadas, como a ocultação, no silêncio das fontes, e o “esquecimento”, e que, não obstante estarem muito mais relacionadas ao âmbito das representações e das interpretações desempenharam ativo e poderoso papel na constituição de políticas e práticas sociais que afetaram e afetam profundamente a vida de muitos povos indígenas. (CASTRO, 2010, p. 250)

A omissão intencional dos povos indígenas nas fontes históricas reflete diretamente o projeto colonial que visava justificar a ocupação, exploração e dominação do território

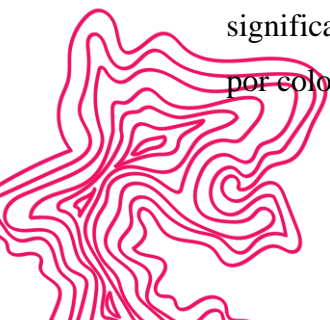


brasileiro. No entanto, apesar das lacunas existentes na historiografia, emergem pontos de referência que possibilitam a construção de narrativas históricas mais inclusivas e abrangentes. Estes pontos de ancoragem baseiam-se em elementos duradouros que perduraram ao longo do tempo, proporcionando pistas significativas sobre a presença e contribuição dos povos indígenas à história do Brasil.

Uma das estratégias para resgatar o passado histórico é analisar as designações de diversos locais, muitos dos quais ainda mantêm topônimos de origem indígena. Ao investigar tais denominações, podemos restabelecer conexões entre esses lugares e as narrativas indígenas. Além disso, os vestígios arqueológicos identificados em expedições de campo constituem fontes inestimáveis de evidências materiais, que lançam luz sobre práticas, tecnologias e modos de vida dos povos indígenas do passado. Essas descobertas arqueológicas proporcionam pistas acerca de assentamentos, sistemas produtivos, rituais e outros aspectos da vida. Através da análise e interpretação desses vestígios, é possível ampliar nossa compreensão e integrar esses elementos à narrativa histórica do Brasil.

Além disso, as tradições e culturas que resistiram à passagem do tempo constituem pontos cruciais. Ao preservar práticas, costumes, línguas e expressões artísticas, os povos indígenas conseguiram manter sua identidade. Ao valorizar e reconhecer essas tradições, dá-se voz às narrativas indígenas, edificando uma história mais respeitosa. Ao ancorarmos nossos esforços nesses aspectos duradouros, conseguimos adentrar nas lacunas e trabalhar na construção de narrativas mais abrangentes e justas, que reconheçam a presença e o legado dos povos indígenas na trajetória do Brasil.

Para além, é viável considerar o próprio ambiente natural como uma fonte essencial para compreender o passado. Elementos geográficos, como montanhas e rios, desempenham um papel significativo ao unir diferentes temporalidades e oferecer percepções valiosas sobre a história e as interações humanas com o meio ambiente ao longo dos séculos. Esses elementos naturais frequentemente foram retratados em registros cartográficos e documentos históricos em geral. Mapas antigos, relatos de viagem e outras fontes fornecem evidências de como a paisagem natural foi compreendida, mapeada e explorada por diversas culturas em diferentes momentos históricos. Essas representações cartográficas e documentos nos possibilitam não somente compreender a história natural da região, mas também refletir sobre as designações e significados atribuídos a esses espaços ao longo do tempo, tanto por povos indígenas quanto por colonizadores.



A análise desses registros cartográficos e documentações proporciona a exploração das interações entre cultura, natureza e território. É possível observar como distintas culturas percebiam e se relacionavam com os elementos naturais. Além disso, as denominações e significados atribuídos a esses espaços refletem as narrativas e perspectivas de diferentes grupos ao longo da história, conferindo uma compreensão mais profunda das múltiplas camadas de significado associadas a esses locais.

Dessa maneira, a análise da história natural, dos usos do espaço e das representações cartográficas proporciona não somente uma compreensão mais completa do passado, mas também a oportunidade de refletir sobre as interações entre sociedade e ambiente ao longo do tempo. Isso auxilia na compreensão da complexidade das relações humanas com a natureza, bem como na valorização da diversidade cultural e dos distintos conhecimentos que influenciaram nossa percepção do espaço ao longo da história.

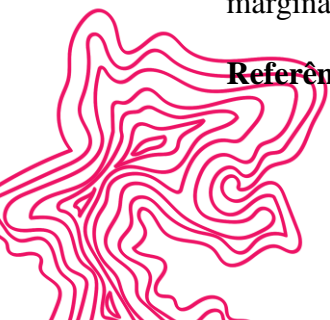
Considerações finais

A reconstrução de narrativas históricas mais inclusivas e através de uma lente decolonial emerge como um imperativo para abordarmos a história do Brasil a partir de uma perspectiva distinta da colonialidade. A historiografia brasileira, moldada por visões de dominação e pelo predomínio de fontes narradas pelos colonizadores, negligenciou sistematicamente a agência dos povos negros e indígenas, resultando em uma narrativa excludente que persiste até os dias atuais.

No entanto, ao ancorar-nos em elementos como topônimos indígenas, vestígios arqueológicos, tradições culturais e características naturais do ambiente, é possível resgatar e conferir valor às vozes e vivências que foram reprimidas. Essa abordagem não apenas proporciona uma perspectiva do passado, como também contribui para a restauração de identidades e memórias que foram negligenciadas.

A busca por uma história decolonial exige uma revisão crítica das fontes tradicionais, a promoção de pesquisa interdisciplinar e a valorização do conhecimento produzido pelas próprias comunidades. Somente ao adotarmos essa abordagem é que seremos capazes de construir um entendimento mais profundo da história do Brasil, que transcenda as limitações das narrativas coloniais e finalmente dê voz às histórias e experiências que foram marginalizadas.

Referências bibliográficas



Anuários de Monsenhor Lefort. 25 edições. Arquivo Eclesiástico da Diocese da Campanha. Campanha - Minas Gerais. Consultados em Fevereiro de 2023.

AZEVEDO, Maria Cristina Neves de. *Do necessário para a comodidade dos povos: urbanização e civilidade no território sul-mineiro – Baependi (1754-1856)*. 374 f. 2020. Tese (Doutorado em História) - Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal de Ouro Preto, Mariana, 2020.

BARBOSA, Waldemar de Almeida. *Dicionário histórico-geográfico de Minas Gerais*. Belo Horizonte: Itatiaia, 1995

CASTRO, Iara Quelho de. *De Chané-Guaná a Kinikinau: da construção da etnia ao embate entre o desaparecimento e a persistência*. 2010. Tese (Doutorado em Antropologia), Departamento de Antropologia, Universidade de Campinas, Campinas.

Código Costa Matoso. *Coleção das notícias dos primeiros descobrimentos das minas na América, que fez o doutor Caetano da Costa Matoso, sendo ouvidor-geral das do Ouro Preto, de que tomou posse em fevereiro de 1749 & vários papéis*. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, Centro de Estudos Históricos e Culturais, 1999;

DERBY, Orville. *Os primeiros descobrimentos de ouro em Minas Gerais*. Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo. Vol. 5. 1899-1900. São Paulo: Typographia do Diário Oficial. 1901, p.268-269.

DOCUMENTOS *Interessantes para a História e Costumes de São Paulo*, v. LII. São Paulo: AESP, 1930, f. 107

LEFORT, José do Patrocínio. *A Diocese da Campanha*. Belo Horizonte : Impr. Oficial de Minas Gerais. 1993.

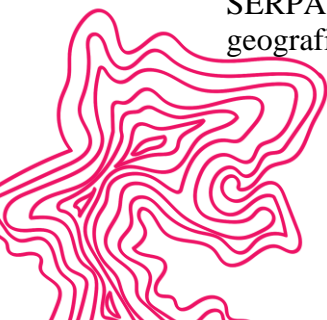
LIMA, José Arnaldo Coelho de Aguiar; OLIVEIRA, Ronald Polito de. (orgs.). *Visitas Pastorais de Dom Frei José da Santíssima Trindade (1821-1825)*. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro/ Centro de Estudos Históricos e Culturais, 1998.

MATZNER, Mark de Soldi. *O conceito de natureza entre a decadência e o progresso na História Natural luso-mineira (1772-1808)*. 259 f. 2020. Dissertação (Mestrado em História) - Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal de Ouro Preto, Mariana, 2020. Disponível em: <https://www.repositorio.ufop.br/handle/123456789/13084>. Acesso em: 07 de fevereiro de 2023.

RIBEIRO, Núbia Braga. *Os Povos Indígenas e os Sertões das Minas do Ouro no Século XVIII*. Orientador: Prof. Dr. Fernando Antônio Novais. 405 p. Tese (Doutorado) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008. DOI doi:10.11606/T.8.2008.tde-24112009-160156. Disponível em: https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8138/tde-24112009-160156/publico/NUBIA_BRAGA_RIBEIRO.pdf. Acesso em: 18 fev. 2022.

SAINT-HILAIRE, Auguste de. *Segunda viagem do Rio de Janeiro a Minas Gerais*. Belo Horizonte: Editora Itatiaia. 1974.

SERPA, Angelo. *Paisagem, Lugar e Região: perspectivas teórico - metodológicas para uma geografia humana dos espaços vividos*. GEOUSP – espaço e tempo, São Paulo, N°33, pp. 168-



185, 2013. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/geousp/article/view/74309>. Acesso em: 07 de fevereiro de 2023.

TODOROV, Tzvetan. *A conquista da América: a questão do outro*. São Paulo, SP: Martins Fontes, 1982. 263p. Disponível em: <https://portalconservador.com/livros/Tzvetan-Todorov-A-Conquista-da-America.pdf>. Acesso em: 17 de junho de 2023.



Futebol e História: Os usos políticos do futebol em perspectiva histórica

Alexandre Vinicius Nicolino Maciel

Mestrando em História - UFRRJ

Letícia Costa Marcolan

Mestranda em História, Política e Bens Culturais - FGV CPDOC

Victor Brandão de Oliveira

Mestrando em História - UFRJ

Luísa Almeida de Paula

Mestranda em Comunicação Social - UFMG

Às vésperas da Copa do Mundo de 2022 os veículos de mídia noticiavam que Neymar, principal atleta do futebol brasileiro, havia prometido a Jair Bolsonaro uma homenagem em caso de gol. Apoiador do então presidente, o jogador não se furtou a declarar seu voto e fazer campanha pela reeleição. O apoio de Neymar era mais um entre os inúmeros oriundos do futebol, espaço que Bolsonaro buscou ocupar ao longo de sua empreitada presidencial. Todavia, houve também quem fizesse oposição e declarasse apoio a Lula. Figuras como Raí e Juninho, não se limitaram a declarar o voto e fizeram parte da campanha oficial do candidato eleito. No ferrenho embate de narrativas que a disputa eleitoral suscitou, o uso do passado se fez totalizante e o futebol mostrou-se, mais uma vez, um espaço primordial. O choque de perspectivas não se reduziu aos atletas e ex-atletas, uma vez que torcidas, diretores e os próprios candidatos “vestiram as camisas e entraram em campo.” Essa perspectiva demonstra como Futebol e Política caminham juntos, desmistificando a ideia de que eles não se misturam. Ribeiro (2020) vai mais além e indica que o “futebol é política, pois desde a sua concepção, está permeado por disputas de poder”. É a partir dessa noção da relação entre Política e Futebol que este simpósio se estrutura.

A partir do momento em que o futebol passou a ocupar um espaço singular na sociedade, não raro foram os casos de seu uso político em prol de um consenso social. Independente do espectro político, narrativas foram construídas para que os êxitos esportivos fossem transformados em realizações estatais e nessa simbiose de interesses políticos há sempre uma valorização de um passado mítico, tipicamente apropriado junto a símbolos e cores. Essa relação tem sido debatida pela historiografia nas últimas décadas e pode ser abordada nas mais variadas perspectivas e recortes. Por outro lado, também é necessário estarmos atentos ao risco de reforçar apenas o lado do “uso político” feito desse esporte, uma vez que, desde muito cedo,

XI Encontro de Pesquisa em História da UFMG - ISBN: 978-65-01-11103-2

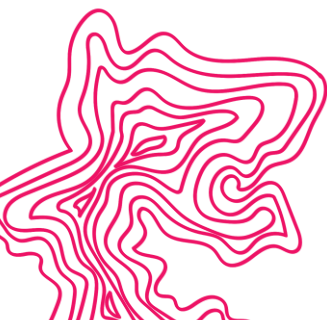
2023

617



federações, clubes, dirigentes e até mesmo jogadores mantiveram-se próximos do campo político estatal, demonstrando que os agentes ligados ao mundo do futebol também se aproveitam dessa relação de poder.

Por assumir no Brasil o papel referencial de práticas e representações para grande parte da população, o futebol é um espaço de debates em suas mais diversas expressões. Assim, queremos dialogar com a multiplicidade de espaços em que o futebol se faz presente, através da compreensão da existência de futebolis (DAMO, 2005). A temática sugerida encontra-se em conformidade com os principais movimentos do campo. Desde 2003 o SNH possui um ST sobre esportes e bienalmente, desde 2018, há um encontro nacional da área. O próprio EPHIS, promoveu STs do tema em três outras ocasiões. Assim, entendemos que a partir dos pressupostos apresentados, que dialogam com a temática do evento, poderemos fazer deste Simpósio um espaço de amplo debate e produção historiográfica.



Sociedade, Ambiente e território: relações entre clima, natureza e o tempo histórico no Antropoceno

Hana Mariana da Cruz Ribeiro Costa

Mestra - UFRJ

Paula Fortini Moreira

Mestra - COC/FIOCRUZ

Bruno Azambuja Araújo

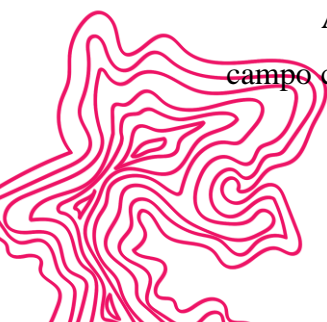
Mestre - UFRJ

As relações entre os seres humanos e os processos biofísicos tem muito a informar sobre nossas experiências históricas, podendo alterar até mesmo a dimensão temporal do trabalho do historiador. Compreendendo que a vivência humana sobre a terra se expressa a partir de atos biológicos que atravessam as relações sociais e culturais, se coloca como imperativo o diálogo constante e complementar entre cultura, política, economia e natureza.

Os últimos anos têm demonstrado, cada vez mais, a relevância da relação entre o meio ambiente e a história, seja para pensar as transformações climáticas, as questões de saúde global, energia, desenvolvimento, dentre outros fatores. Nesse sentido, a perspectiva da História Ambiental, como campo cada vez mais proeminente, proporciona desafios instigantes para a escrita da História, integrando elementos humanos e não humanos em variados espaços e distintas temporalidades, na construção de uma relação com a natureza. Esta, no que lhe concerne, deve ser colocada em constante intercâmbio com novos interlocutores e elementos analíticos de diversas áreas do conhecimento, trazendo à disciplina histórica uma contribuição fundamental para repensar seus próprios fundamentos.

O objetivo deste simpósio é ampliar o diálogo na História Ambiental a partir de novas pesquisas que tratam das diferentes relações entre sociedade, ambiente e território ao longo do tempo. São bem-vindos trabalhos que versem sobre as transformações da paisagem, sejam elas rurais ou urbanas; sobre as concepções de natureza em diferentes contextos, nos discursos, em projetos políticos ou mesmo nas relações de trabalho e na construção de identidades; bem como histórias mais específicas das relações com elementos não humanos como animais, plantas e águas; e memórias de movimentos ambientais ou projetos de conservação, entre outros.

Acreditamos que o intercâmbio de diferentes pesquisas, bem como a ampliação do campo com novas experiências e olhares, podem colaborar para o desenvolvimento do campo



historiográfico em seus aspectos teóricos metodológicos e fortalecer uma visão crítica dos processos históricos a partir do componente ambiental.



O Antropoceno como uma questão de escalas

Thiago Lima

Mestrando - Universidade Federal de Ouro Preto

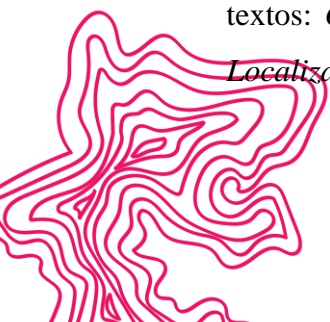
thiagorol@outlook.com

Resumo: O Antropoceno surge como a mais recente era geológica em que o homem atua como uma força geofísica na estrutura da terra. Foi proposto pelo Nobel em Química Paul Crutzen e o biólogo Eugene Stoermer (2000), e está sob análise pela comunidade geológica (desde 2009), para ser ratificado, ou não, como um novo período. Pádua (2022) aponta, porém, que esse é o “Antropoceno Geológico”, e que o uso do termo independe da sua oficialização e já foi apropriado pelas outras ciências, dentre elas, a histórica, a fim de explicar os fenômenos contemporâneos cujas tradicionais teorias sobre o capitalismo e globalização não alcançam. A periodização e análise historiográfica do Antropoceno comportam a entrada do planeta e dos agentes responsáveis por ele, em escalas e momentos distintos. Ao contrário, o método estratigráfico, da Geologia, pressupõe a entrada tanto do planeta, quanto dos seus agentes responsáveis, ao mesmo tempo. Ou seja, para a história, o processo pode ser dividido em escalas de tempo distintas, para a geologia, não. É onde reside o problema e objeto a serem explorados aqui: como mediar a questão das escalas na periodização do Antropoceno? Pois além das escalas, as relações entre elas são paradoxais. Pádua (2022) e Chakrabarty (2013) apontam que a relação entre homem e natureza sempre existiu, mas para o homem se tornar uma força geofísica, foi necessária a atuação da espécie como um todo. Atuação que está ligada ao início do processo de Industrialização (Séc. XVIII), e a “Grande Aceleração” (Séc. XX). A Industrialização é a principal responsável pelo aumento do uso de combustíveis fósseis, e, com isso, da emissão dos gases do “Efeito Estufa”; do aumento no uso dos recursos naturais, crescimento urbano e populacional. Processo esse, acentuado ao fim da II Grande Guerra, com a industrialização tardia dos países emergentes, em que todos esses indicativos aumentaram de forma insustentável para o planeta. Porém, nem a entrada no processo de Industrialização, e tampouco, na “Grande Aceleração”, pelas sociedades humanas, foi igual e ao mesmo tempo. Ou seja, a colaboração humana para o surgimento do Antropoceno opera em escalas distintas tanto de tempo quanto de proporção. Assim, a partir de Fernand Braudel e sua análise da *longue durée* aliada às proposições da historiadora Ewa Domanska sobre uma nova ancestralidade humana, conscientemente escolhida, podemos escrutar alguns caminhos para uma tentativa de saída da catástrofe que se apresenta sob o signo do Antropoceno.

Palavras-chave: Antropoceno; História ambiental; Teoria da história;

Introdução:

A apresentação realizada em simpósio temático, denominada *O Antropoceno como um Problema de Escalas*, é uma adaptação do primeiro capítulo da dissertação, produzido para o exame qualificatório, do projeto intitulado: *O Antropoceno como um problema histórico das relações entre homem e natureza*. Como bibliografia básica da comunicação, destaco dois textos: *O Clima da História: Quatro Teses*, do Historiador Indiano Dipesh Chakrabarty; e *Localizando a História do Antropoceno: O Caso do Brasil*, do Historiador Brasileiro José



Augusto de Pádua. O destaque vale pelo fato do primeiro texto, publicado originalmente em 2009, ser um dos primeiros e mais completos ao relacionar o Antropoceno com a metodologia da Ciência Histórica; e o segundo, publicado em 2022, ser, também, um dos mais completos em não só relacionar o Antropoceno com a Ciência Histórica, mas ao propor um programa metodológico para tal empreitada.

Pois bem, o Antropoceno, como conceito, é oriundo da Ciência Geológica, e foi proposto originalmente em 2000, no artigo intitulado *The Anthropocene*, na revista *Global Change Newsletter*, pelo Nobel em Química Paul Crutzen e o biólogo Eugene Stoermer. O Antropoceno seria, então, segundo os autores, a era geológica em que o homem, como espécie, logrou o feito de se tornar, através da sua ação direta nos sistemas terrestres, uma força geofísica.

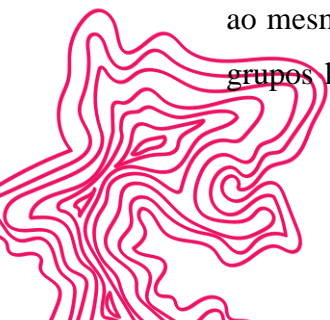
Porém, o conceito proposto por Crutzen e Stoermer necessita, ainda, da aceitação e formalização pela comunidade científica geológica, para ser considerado uma nova era. Assim, em 2009 foi criado, pela União Internacional de Ciências Geológicas, em que reside a autoridade em ratificar, ou não, a nova era, o *Working Group on the Anthropocene (WGA)*, a fim de analisá-lo.

Em 2016, no 35º Congresso Internacional de Geologia, realizado na Cidade do Cabo, na África do Sul, o WGA, por meio de um relatório, classificou o Antropoceno como um unidade crono-estratigráfica de tempo real, mas que necessitava de maiores análises para a sua formalização; que estava prevista para 2020, mas com a pandemia, foi adiada. Sendo assim, de forma oficial, do ponto de vista da Geologia, o Holoceno ainda é a era geológica atual.

O Antropoceno como conceito histórico:

Nesse ponto, valem dois destaques: o primeiro, já introduzindo a questão das escalas, diz respeito à ação do homem na produção do Antropoceno; e o segundo, a análise do Antropoceno através dos métodos da Ciência Histórica.

O Antropoceno é um fenômeno de origem antrópica, tal qual a própria nomenclatura do conceito destaca, algo inédito do ponto de vista Geológico, pois seria a única e a primeira vez que uma era geológica teria como agente principal, o homem. E mais, o Antropoceno só pôde ser produzido pela ação conjunta da espécie humana, ou seja, em escala global. Entretanto, e ao mesmo tempo, já é sabido que nem toda a humanidade, mais precisamente, nem todos os grupos humanos, contribuíram de forma igual para a sua produção. Ou seja, a produção do



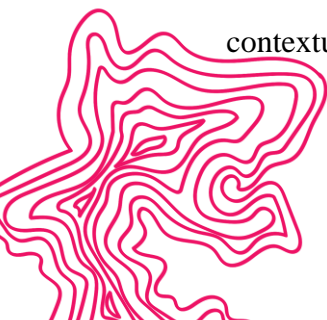
Antropoceno é em escala global, mas a colaboração dos grupos humanos, quando comparadas, são em escalas distintas.

É aqui que entra o segundo destaque, relacionado ao primeiro, o do Antropoceno como um conceito histórico. O Antropoceno, como conceito Geológico, é analisado pelo WGA através do método estratigráfico, responsável pela caracterização das eras geológicas. Mais precisamente, procuram-se marcas e vestígios nas estruturas terrestres, marinhas e não marinhas, que comprovem a ação direta do homem nos sistemas do planeta. São essas marcas e vestígios que ainda estão em análise. E de acordo com o método estratigráfico, o planeta terra só pode entrar em uma nova era geológica ao mesmo tempo, em todos os lugares e de uma só vez. Ou seja, e de novo, é uma questão de escala espacial e temporal.

Para ficar mais claro, a produção do Antropoceno passa pelo uso de recursos naturais, como água e pastagens; pelo aumento urbano e populacional; pelo uso e queima de combustíveis fósseis, que emitem os gases responsáveis pelo “Efeito Estufa”, como o Dióxido de Carbono (o CO₂). Os índices do uso dos recursos naturais, queima e emissão dos gases descritos acima, aumentaram de forma gradativa a partir do Séc.XIX, com a Industrialização; e cresceram novamente, de forma vertiginosa, a partir dos anos 1950, na chamada “Grande Aceleração”, momento em que ocorreu, em especial, a industrialização tardia dos países emergentes. A gênese do Antropoceno é creditada a esses dois eventos e períodos. E um dos vestígios mais promissores, usados pela estratigrafia, para análise do Antropoceno como uma nova era geológica é, justamente, os isótopos de carbono liberados pela queima de combustíveis fósseis, presentes nas estruturas marinhas e não marinhas.

Além do mais, a caracterização do Antropoceno como uma nova era geológica, através da estratigrafia, pressupõem a sincrônica e a universalidade dos fenômenos, eventos e períodos descritos anteriormente, o que infere a entrada e colaboração de todos os grupos humanos, ou seja, a humanidade, na mesma escala, no tempo, no espaço e de dimensão. Desse modo, ao passo que a espécie humana só pode gerar o Antropoceno agindo como um todo; e o planeta só pode entrar em uma nova era ao mesmo tempo e de uma vez, o seu processo, de acordo com a Ciência Geológica, é universalizante e síncrono.

Ao contrário, e agora adentrando à análise do Antropoceno a partir da Ciência Histórica e do método historiográfico, algumas diferenças necessitam ser destacadas. Primeiro, vale contextualizar que o conceito de Antropoceno rompeu as fronteiras da Ciência Geológica, não



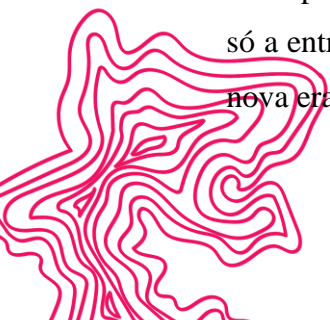
necessitando mais da formalização, ou não, da nova era pela Ciência Geológica; e assim, já se tornou objeto das ciências do homem, dentre elas, a Ciência Histórica, por alguns motivos.

Dentre os motivos, de que a história, como ciência, se apropria do passado a partir das demandas do tempo presente. E dentre essas demandas, está a dificuldade ou a incapacidade da epistemologia da história contemporânea em lidar, explicar, responder e formular alternativas à catástrofe climática que se apresenta, a partir da ação direta do homem nos sistemas terrestres no Antropoceno. As teorias da Globalização e do Capitalismo, por exemplo, não têm dado conta, como ferramentas teóricas e metodológicas explicativas, em lidar com os desafios que a emergência climática, em que o prognóstico mais otimista é uma possível extinção da raça humana em poucos séculos, exige.

É nesse espaço, entre a incapacidade da Ciência Histórica em responder às demandas atuais, oriundas das problemáticas ambientais; da universalização e sincronia que o método estratigráfico pressupõe e exige na caracterização do antropoceno como uma nova era geológica; e da necessidade de formular alternativas à catástrofe que se anuncia; que a análise historiográfica do Antropoceno se torna não só possível, mas necessária.

Assim, voltamos à questão do Antropoceno como um conceito, agora e também, Histórico. Mais precisamente, a Ciência Histórica e a Historiografia comportam a diacronia dentro dos seus métodos e teorias. Nesse sentido, ainda usando como referência a Industrialização, no Séc. XIX, e a “Grande Aceleração”, ao final dos anos 1950, a abordagem do Antropoceno como um fenômeno Histórico amplia o escopo da análise Geológica ao apontar a colaboração e a entrada distinta, no tempo e no espaço, e de dimensão, dos vários grupos humanos, na produção da nova era geológica.

Como exemplo, temos o Brasil, que participou de forma modesta na primeira fase do Antropoceno, durante a Industrialização Europeia, no Séc. XIX, período em que era colônia; atuando, assim, apenas como um fornecedor de commodities primárias, tais quais café e borracha, para os países em industrialização. É a partir dos anos 1950, na segunda fase da produção do Antropoceno, a da “Grande Aceleração”, com a Industrialização tardia, aumento no uso e exportação de commodities como petróleo e aço, além do aumento populacional e urbano, que o país entrou de forma ativa no processo. Ou seja, a análise histórica do Antropoceno não é universalizante e sincrônica, mas específica e diacrônica, o que permite não só a entrada dos diversos grupos humanos no processo, mas também, a entrada do planeta, na nova era geológica, por partes.



Portanto, e de novo, voltamos à questão das escalas, mas agora de maneira paradoxal: a produção do Antropoceno só pode se dar em escala global, no momento em que toda a humanidade agiu, e age, como um todo, nos sistemas terrestres, desempenhando a força de um agente geofísico. Mas a contribuição de cada um dos grupos humanos, nos usos dos recursos naturais e industrialização, foram e são distintos. Ou seja, o Antropoceno é, ao mesmo tempo, um fenômeno universal e síncrono; específico e diacrônico; local e global.

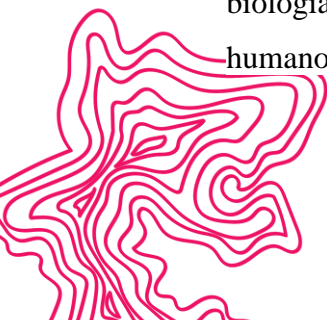
Até porque, as consequências da ação direta do homem nos sistemas terrestres, também, são universais e sincrônicas, impactando toda a espécie humana e todas as regiões do planeta; mas também serão sentidas de forma local e diacrônica, nos países em que existe, ainda, uma fragilidade social e econômica em comparação aos países desenvolvidos. Estes, que foram os pioneiros na produção do Antropoceno, em escala, tempo e espaço, sendo os primeiros a se industrializaram; historicamente os maiores produtores de gases do efeito estufa, consumidores de recursos naturais; e tendo imposto a industrialização e o capitalismo aos chamados países periféricos por meio do colonialismo e imperialismo cultural, econômico, político e militar.

Alternativas:

Podemos, brevemente, a partir dos trabalhos da Historiadora polonesa Ewa Domanska; e do Historiador Francês, Fernand Braudel, apresentar algumas alternativas no que diz respeito à análise do Antropoceno a partir da metodologia da Ciência Histórica. Alternativa que visa, de alguma forma, sanar a paradoxal relação entre o homem e o Antropoceno: se sua produção é fruto da ação da espécie humana como um todo, a resolução do problema, também, passa pela ação conjunta da homem, como espécie; ao mesmo tempo, como já descrito, que a colaboração dos grupos humanos, no tempo e no espaço, são distintas.

Nesse sentido, Domanska, em *Para Além do Antropocentrismo nos Estudos Históricos* (2010), mobiliza algumas propostas com o objetivo de tentar responder, através da Ciência Histórica, às demandas atuais no contexto do “Antropoceno” e crise climática apontadas até aqui.

Argumenta, assim, que na década de 90, ao passo que as ciências humanas e sociais não conseguiam, por meio dos seus referenciais tradicionais, oferecer boas respostas face às demandas da crise climática, emergiu um novo paradigma com base, principalmente, na biologia, com o objetivo de [...] ampliar o leque de investigação para incluir os seres “não-humanos” (pós-humanismo). Assim, podemos falar sobre a aparentemente paradoxal “ciências



humanas não-antropocêntricas", em que o termo "não-antropocêntrica" significa "não centrado no ser humano." (DOMANSKA, 2013, p. 10).

Nesse sentido, as “humanidades não antropocêntricas” seriam [...] um conjunto institucionalizado de tópicos de pesquisa, técnicas e interesses que deriva seu ethos do movimento intelectual e postura ética chamado de pós-humanismo.” (DOMANSKA, 2013, p.10), que não nega os valores Humanistas, como expressado nos direitos humanos, mas entende como se tornaram uma definição da excepcionalidade do ser humano como espécie.

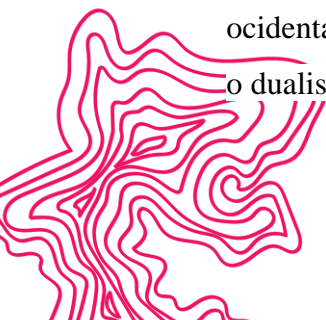
A autora afirma que “O conhecimento é relativo e toda teoria é criada em um determinado tempo e lugar, como resultado de necessidades particulares, e, portanto, devem ser constantemente verificados.” (DOMANSKA, 2013, p.11). A Ciência Histórica deve, então, como alternativa, incorporar as novas questões que a crise climática implica, em uma escolha ética voltada para o futuro da humanidade, porque “Apesar da confiança iluminista no conhecimento como um "instrumento supremo" [...] precisamos do tipo de conhecimento, cognição e ciência humana que têm valor de sobrevivência e podem ajudar na proteção e continuação da espécie. (DOMANSKA, 2013, p. 14-15).

Para tal, sugere a abordagem relacional, não-antropocêntrica, entre humanos e não-humanos, epistemologia que

[...] é marcada por uma ausência do dualismo ontológico da natureza e da cultura, e do corpo e da mente, que são características do pensamento ocidental [...] rejeita a visão positivista de objetos ou atores como fechados e separados do mundo, existindo em si mesmos, antes de qualquer participação em redes ecossociais e semióticos de interações [...] (DOMANSKA, 2013, p.17-18).

Em outro escrito: *Constituição do Ancestral Retroativo, Novo Animismo e Modernidades Alternativas* (2014), Ewa Domanska propõe, em uma configuração similar ao artigo anterior, a epistemologia relacional a partir do antropólogo brasileiro Eduardo Viveiros de Castro, através do "Perspectivismo Ameríndio", em uma proposta que visa refundar as bases pelas quais as ciências modernas se organizam acerca da relação entre Homem e Natureza contemporâneos “[...] oferecendo efetivamente uma crítica à racionalidade ocidental, já que, com sua visão mecanicista poderia ajudar a reconceitualizar as relações entre natureza e cultura, humanos e não-humanos, vivos e mortos, orgânico e inorgânico.” (DOMANSKA, 2017, p. 101).

O “Perspectivismo Ameríndio” é uma visão de mundo oposta à separação moderna-ocidental - europeia - entre Cultura/Natureza/Homem/Animal. Isso, porque, não tem como base o dualismo como forma de organização; dentro, fora, exterior e interior, corpo e mente, dentre



outras; mas uma interação, sendo o corpo uma categoria central que, por meio das qualidades sensíveis, como cores, cheiros e sabores, articula, assim, proposições complexas sobre a realidade. Ou seja, o corpo não é algo à parte da natureza, e/ou fora dela, codificando e decodificando suas informações, mas ao contrário, é parte dela. É, também, uma concepção segundo a qual o mundo é povoado de outros sujeitos ou pessoas, além dos seres humanos, e que vêem a realidade de modo diferente.

É diferente, assim, do naturalismo europeu-moderno, que opõe Natureza/Cultura/Humanos/Animais, em que o homem sai da condição de Selvagem/Animal, para a condição de Homem/Cultural. Pelo contrário, a proposição ameríndia é de que os animais eram todos eles humanos, e deixaram de sê-lo, sendo a humanidade o fundo comum tanto da humanidade quanto da animalidade. É a condição universal em que todos os sujeitos, animais humanos e não-humanos, são, em essência, humanos, apenas uns sendo menos ou mais humanos que outros, em uma concepção animista de que o âmago universal da realidade é o espírito.

É importante salientar que a Ciência Histórica, no que diz respeito ao seu relacionamento com o Homem e a Natureza, é tributária e sedimentada, epistemologicamente, na modernidade, período em que ocorre uma separação entre o “tempo histórico” do “tempo natural”. Ou seja, uma separação das ações dos homens no tempo, do tempo da natureza, que pode ser ilustrada através da passagem do conceito antigo de história, a *Magistra Vitae* para o “singular-coletivo”, a história como um processo humano, que tem no seu cerne, justamente, esta cisão.

Assim, coloca-se outra questão: como a Ciência Histórica, tendo como base a separação entre Homem e Natureza, e também como função, a orientação das ações humanas no tempo, pode cumprir esse papel no momento em que a natureza volta a ser a questão central? De qual forma, como poderá propor alternativas no que diz respeito ao Antropoceno? É nesse contexto que a proposta da Historiadora Ewa Domanska, por meio da epistemologia relacional e não antropocêntrica se faz necessária, em que o objeto da Ciência Histórica não seja só o humano no tempo, com uma natureza coadjuvante, mas sim, incorporando tanto a natureza quanto os outros animais não-humanos.

Fernand Braudel, ao propor uma “linguagem comum” às ciências, tanto sociais quanto naturais, em *História e Ciências Sociais: A Longa Duração* (1965), oferece-nos um caminho para a interseção que Domanska propõem, por meio da epistemologia relacional, em conjugar saberes de todas as ordens no que diz respeito às demandas que o Antropoceno impõe. A longa



duração, nesse sentido, operando em uma escala temporal ampla, permite-nos, no que tange às relações entre homem e natureza, buscar no na ação do homem, como espécie, na sua relação com a natureza, referenciais que transponham o binômio natureza/cultura gestado e sedimentado na modernidades, base na qual a Ciência Histórica se desenvolveu, a fim de propor alternativas ao Antropoceno e seus paradoxos.

Conclusão:

Essa, talvez, seja a grande questão a ser respondida, e que tentarei desenvolver na dissertação ainda em desenvolvimento; problema que é apresentado da seguinte maneira: “Objetiva-se, na seguinte dissertação, a partir da proposição do Antropoceno como definidor de uma possível nova era geológica, analisar como a noção de natureza e tempo natural podem se re-aproximar de uma definição de História contemporânea. Para tanto, parte-se das propostas dos historiadores Dipesh Chakrabarty e José Augusto de Pádua, cujas bases, com ênfase na História Ambiental, aproximam-se do conceito não só como uma periodização, mas como uma palavra-chave de uma temporalização que emerge através da ação direta do homem no espaço. E também discutir a proposição de novas plataformas conceituais para o entendimento das relação entre história, homem, tempo e natureza, que não as históricas tradicionais.

Referências bibliográficas:

BRAUDEL, Fernand. **A Longa Duração. In: Escritos sobre a História.** São Paulo, Perspectiva, 1992.

CHAKRABARTY, Dipesh. **O Clima da História: Quatro Teses.** Revista Sopro, 91, Julho 2013.

CRUTZEN, Paul. & STOERMER, Eugene. “**The Anthropocene**”. Global Change Newsletter, 41: 2000.

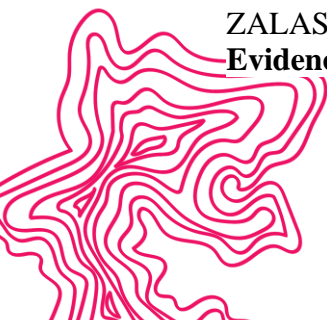
DOMANSKA, Ewa. **Para Além do Antropocentrismo nos Estudos Históricos.** Revista Expedições: Teoria da História & Historiografia V. 4, N.1, Janeiro-Julho de 2013.

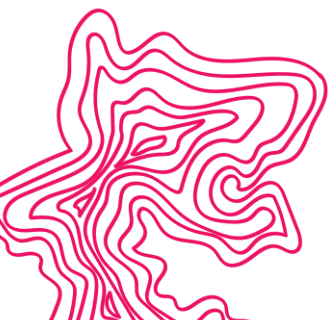
DOMANSKA, Ewa. **Retroactive Ancestral Constitution, New Animism and Alter-Native Modernities.** Storia della Storiografia, 65 · 1/2014.

PÁDUA, José Augusto. **Localizando a História do Antropoceno: O Caso do Brasil. In: Os Mil Nomes de Gaia: Do Antropoceno à Idade da Terra, Vol. 1.** Rio de Janeiro: Machado, 2022.

VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo. **A Inconstância da Alma Selvagem e Outros Ensaios de Antropologia.** São Paulo: Cosac & Naify, 2002.

ZALASIEWICZ, Jan. et al. **The Working Group on the Anthropocene: Summary of Evidence and Interim Recommendations.** Anthropocene, 19 (2017) 55–60.





Humanos, não humanos e a lenha: interações no Pará e Amazonas (1850-1888)

Wendell P. Machado Cordovil

Mestrando em História - PPHIST - UFPA
w.mcordovil@gmail.com

Resumo: Ao longo da história humana a dependência da lenha como combustível foi uma realidade, seja para aquecer em regiões frias ou cozinhar em qualquer parte do globo. No século XIX, a lenha se tornou também importante para manter as caldeiras de locomotivas e barcos a vapor. É na década de 50 do século XIX que os rios amazônicos do Pará e Amazonas conhecem a tecnologia da navegação a vapor. Isso ocasiona um ponto de mudança social, afinal a necessidade de lenha conseqüentemente aumentaria e geraria novas interações para sua produção, comércio e consumo. A partir de fontes históricas como jornais, Relatórios de Presidentes de Províncias, Literatura e Relatos de Viajantes, a presente comunicação possui o objetivo de apresentar algumas interações relacionadas com a dinâmica da lenha no Pará e Amazonas do século XIX. Interações que aparecem como personagens não apenas humanos, mas também animais como asnos e insetos. A árvore cortada ou a coleta de seus galhos caídos gera a lenha - e duas formas diferentes de se relacionar com o ambiente. Essa mesma lenha é um elemento que com o olhar da História Ambiental poderia aparecer até como personagem histórico, assim como asnos e insetos. Em perspectiva da História Social e História Ambiental, visa-se comunicar sobre os humanos e não humanos participantes da produção, comércio e consumo da lenha na região amazônica do século XIX. As relações em torno da lenha na Amazônia geraram desde conflitos por propriedade, até embates entre humanos e animais.

Palavras-chave: Lenha, Animais, Pará, Amazonas, Século XIX.

INTRODUÇÃO

Durante todo o século XIX o Brasil teve a lenha como o principal combustível para queimar. No período do Império os fogões em cozinhas de residências e instituições, pelas diversas Províncias, dependiam desse material para manter o fogo aceso e completar o cozimento da comida. Na região amazônica não era diferente. Porém, na segunda metade do século XIX uma nova necessidade por combustível é inserida no cotidiano das Províncias do Pará e do Amazonas. Não apenas os fogões seriam tecnologias consumidoras de lenha, pois com a introdução da navegação a vapor as matas teriam também que suprir o alimento para as fornalhas.

Caso consideremos como correta a afirmação feita em 1909, por Aníbal Amorim, temos a informação de que ainda no início do século XX os navios movidos a vapor que navegavam na região amazônica mantinham como principal combustível a lenha (AMORIM, 1909, p. 176).

O que faz evidente que no século XIX a lenha mantinha um papel de destaque nas dinâmicas



cotidianas da região amazônica. Não apenas para o vapor de navios, mas também para os fogões de cozinhas domésticas ou de instituições como escolas e hospitais.

A produção da lenha dependia de humanos dispostos a realizar o corte de árvores, e sua posterior separação em partes menores. Essas partes acabaram se tornando uma unidade de medida da lenha, a chamada “acha de lenha”. O movimento dessa lenha das matas para os navios que passavam pelos rios do Pará e Amazonas era realizado por mãos humanas. Indígenas, negros, brancos, participavam dessa dinâmica, de forma espontânea ou compulsória.

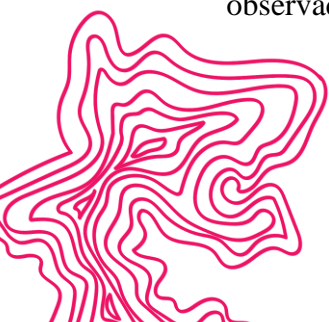
Já o trajeto da lenha pelas ruas de cidades ou povoados na região amazônica dependia, além dos humanos, da força física de animais não humanos. Com isso era possível puxar carroças carregadas desse combustível indispensável para a vida rotineira da sociedade amazônica do século XIX.

As ruas de cidades como Belém, no Pará, e Manaus, no Amazonas, viviam com grande movimento de humanos e não humanos em torno desse elemento utilizado para a combustão. Nas margens dos rios e nas matas se vivia com, a forte atuação humana da derrubada de árvores, produção de achas de lenha e introdução desse combustível no interior dos navios.

Centopeias, bois e humanos são alguns dos personagens que se relacionavam nas dinâmicas de produção, comércio e consumo da lenha. Neste breve trabalho a pretensão é justamente realizar uma introdução sobre essa temática, que está sendo investigada pelo autor na realização do Mestrado em História Social da Amazônia no Programa de Pós Graduação em História da Universidade Federal do Pará, com orientação do Doutor Francivaldo Alves Nunes. Em perspectiva da História Social (CHILLY, 2012) e da História Ambiental (WORSTER, 1991).

O texto se preocupa em realizar comentários iniciais sobre o tema que será aprofundado no segundo capítulo da Dissertação de Mestrado do autor. Optou-se por organizar a produção em três partes. A primeira, “Humanos e a lenha, entre perigos e piuns”, trata sobre os sentimentos e perigos envolvidos na produção de lenha por humanos. Os perigos poderiam ser conflitos pelo uso do ambiente ou até danos físicos no processo de corte das árvores. Já os sentimentos passavam de cansaço ao tédio. Na segunda parte, “Não humanos e a lenha, de mulas às centopeias”, se apresenta a respeito dos animais não humanos que podem ser observados relacionados com a lenha. A última parte se trata da conclusão.

Humanos e a lenha, entre perigos e piuns



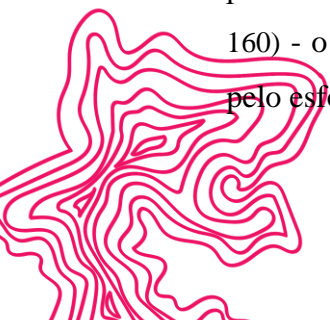
Não era um processo simples. Fazer lenha ao mato era mais complicado na região amazônica do século XIX do que se possa pensar em um primeiro momento. A dificuldade em obter lenha para as cozinhas, mencionadas em algumas fontes desde a década de 1850 (MACEDO, 2009), é um dos sinais disso. Além de muitos outros que não serão aprofundados aqui. No entanto, neste texto cabe mencionar as dificuldades que emergiam no processo de cortar as árvores, as transformando em achas de lenha, relacionadas com os sentimentos e a própria vida.

Essa atuação no Meio Ambiente amazônico, em regiões como a Província do Pará e a Província do Amazonas, pretendia produzir combustível aos vapores ou cozinhas. No entanto, aos sujeitos que realizavam o corte das árvores ficavam, na melhor das situações, de frente com o tédio ou, no pior dos casos, encontravam-se com a própria morte.

O processo de transformação de árvores em achas se dava com o uso de ferramentas como terçado e machado. Ao utilizar esses itens sempre existia a possibilidade de ferimentos gerados por eles. Por outro lado, as próprias árvores poderiam ser o maior perigo aos sujeitos que as derrubava. No Rio Maú, na Província do Pará, a morte foi o perigo enfrentado por uma moradora da região. Efigênia se tornou notícia do jornal de Marapanim, que foi publicada também em jornal de Belém.

A mulher pretendia produzir lenha para ser utilizada no forno de produção da farinha de mandioca. Sabe-se que a produção da farinha necessita de grande quantidade de lenha (ALVES, 2017), por conta disso o ato de coletar galhos ou cortar árvores era constante para tal produção alimentar. Efigênia, empunhando seu machado, buscou uma árvore para derrubar. Na relação entre Efigênia e a árvore, a mulher tristemente saiu gravemente ferida. A forma que utilizou seu machado ao tentar conseguir lenha acabou gerando “uma lasca” que violentamente a atingiu na cabeça (DIÁRIO DE NOTÍCIAS, 1883, p. 2).

Efigênia não conseguiu sobreviver ao violento ocorrido. No processo de cortar a árvore e tentar produzir lenha, a mulher sofreu com a dor e no fim perdeu a vida. Outros que acabam sofrendo danos físicos relacionados com a lenha poderiam não morrer, mas conviver com sequelas. É o caso daqueles que carregavam a lenha para o interior dos navios. Poderiam sofrer desde algo pequeno, como “uma farpa de lenha na sola do pé” (MORAIS, 2013, p. 79) ou problemas mais significativos como “peito aberto de tanto carregar lenha” (MORAIS, 2013, p. 160) - o peito aberto se trata de uma dor na região do tórax, a qual é contraída supostamente pelo esforço físico de carregar objetos pesados.



No processo de produzir ou carregar lenha outros sentimentos também emergiam. Com o fim do corte da lenha necessária, muitas vezes os responsáveis pelo serviço se encontravam cansados. Foi o que ocorreu em 1878 com a tripulação de um vapor no qual estava o viajante canadense Charles Barrington. Quando próximo da região do “Uruçaca”, no Rio Javary, precisaram de lenha e não encontraram ninguém para vender o produto. Também não conseguiram localizar pessoas para auxiliar na derrubada das árvores. Por conta disso

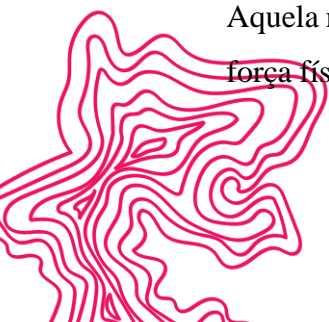
Esta não foi a única ocasião em que tivemos que cortar lenha para nós mesmos neste rio, pois em outro lugar passamos meio dia na mesma ocupação. Não tendo a madeira embarcada à noite, permaneceu no local a noite toda, para terminar o trabalho pela manhã (BROWN, 1878, p. 466).

O cansaço no processo de corte é perceptível ao perceber que ele foi interrompido e apenas continuado no dia seguinte. Além da dificuldade noturna, a dinâmica de carregar as achas de lenha até o interior do vapor seria mais complicado quando somado o desgaste que a tripulação já acumulava do corte das árvores. É de se imaginar que algumas espécies de lenha que pudessem ser mais facilmente cortadas seriam as identificadas como ideais. No entanto, isso não se confirma mesmo nos relatos de Barrington.

As madeiras que pareciam “muito mais fácil de dividir e cortar” era, para o descontentamento humano, aquelas que “difícilmente produz qualquer calor” (BROWN, 1878, p. 435). Mas em muitas situações acabavam precisando se contentar com essa característica da madeira. Outras vezes, gerando mais irritação no momento de produzir lenha, além de o “corte da madeira” ser um “caso muito tedioso” ainda tinham de suportar “aos ataques persistentes de piuns impiedosos” (BROWN, 1878, p. 466). Mosquitos descritos algumas vezes como os piores seres da região amazônica. Afinal, seria preferível “todos os mosquitos e formigas, desde o Tapajos ao Madeira, todos os mucuins, que vivem ahi, do que uma dúzia só d’estes diabos” (FRIAS, 1883, p. 244).

Não humanos e a lenha, de mulas às centopeias

Em uma manhã qualquer, na capital da Província do Pará, uma mula não nomeada passava pela cidade, como muitas outras mulas também faziam. Mas não caminhava utilizando de nenhuma liberdade própria. Seu trajeto fazia parte não de seu objetivo, mas das pretensões de um humano. Esse sim nomeado. Antônio Labyrinto, um sujeito comum da região amazônica no século XIX. Um carroceiro. Talvez lenhador. Afinal, sua carroça estava “cheia de lenha”. Aquela manhã qualquer ocorreu em um sábado de agosto, do ano de 1881. A mula utilizava sua força física para puxar a carroça carregada de lenha e, considerando que eram quase onze horas



da manhã, provavelmente já começava a ficar cansada. Labyrinto também, e por isso tratou de fazer com que a mula parasse na frente de uma taberna. Porém, não parece que Antônio Labyrinto estava preocupado com o desgaste físico da mula. Caso contrário, não teria ficado registrado que ele “divertiu-se em tocar na mula da carroça e vel-a coucear”.

Esse embate entre a mula sem nome e o carroceiro Antônio Labyrinto poderia ter sido apenas uma situação comum de humanos se divertindo ao incomodar não humanos, mas o resultado do conflito foi o motivo que fez o caso ganhar uma breve nota em jornal. Labyrinto se divertia ao fazer a mula se estressar, enquanto ela tentava se proteger utilizando os coices. O fim foi trágico para o carroceiro. A mula, em um de suas tentativas de ataque, teve sucesso. Um de seus coices conseguiu atingir o homem “pouco acima do abdome”. O ataque surtiu um efeito fatal e apenas “5 minutos depois era Labyrinto cadaver”. O caso da mula vencendo o combate contra o carroceiro foi tratado pelo jornal como uma “Morte inesperada” (DIÁRIO DE BELÉM, 1881, p. 1).

Talvez a cena não tivesse ocorrido em um período mais cedo daquela manhã. Principalmente se considerarmos como acertada a observação da realidade amazônica feita por Marques de Carvalho em seu romance naturalista. Sua descrição do cotidiano na região apresentava a calma na relação entre carroceiro e o animal de tração quando ainda cedo. Apresentou o trajeto das carroças no início da manhã em Belém comentando que “os cavalos que as puxam caminham com desembaraço, após o descanso da noite inteira; e o carroceiro tem um olhar benévolo para o animal” (CARVALHO, 1989, p. 106).

Esse olhar benévolo seria a ausência de agressões. Com o descanso do não humano responsável por puxar a carroça com lenha, ou outros materiais, seria menos provável parar por vontade própria. Já ao longo do dia, com o carroceiro e o puxador da carroça cansados, seria mais possível os açoites. Até mesmo para diversões incômodas ao animal que o humano utilizasse para disfarçar seu próprio tédio cotidiano ou cansaço - como a que vitimou Antônio Labyrinto.

Diversos outros vestígios históricos, encontrados principalmente em jornais e literaturas do século XIX, revelam a presença de mulas, burros, cavalos e bois nas dinâmicas de transporte da lenha na região amazônica. Esses seres frequentavam tanto o espaço das capitais das Províncias do Pará e do Amazonas quanto em povoados menores. Eram utilizados por humanos para o transporte de lenha para a venda.



Em alguns registros de jornais é possível ver a presença de carroças que trafegando por cidades como Belém e Manaus, para realizar a entrega de lenha. Anúncios de venda de lenha publicados em jornais, por exemplo, chegavam a destacar a entrega do produto “em casa dos consumidores” (O LIBERAL DO PARÁ, 1873, p. 3). Isso significava a presença de carroças com animais de tração trabalhando para levar a lenha dos comerciantes aos compradores.

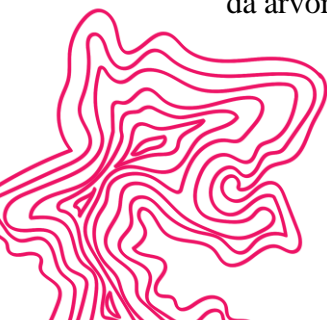
Um caso ocorrido em Santarém, na Província do Pará, no ano de 1888 pode auxiliar na compreensão da presença desses animais de tração pelas ruas. O final acaba tragicamente, assim como a situação ocorrida entre a mula e Antônio Labyrinto em 1881. Os personagens envolvidos são um humano menor de idade nomeado apenas como Francisco, dois bois não nomeados, assim como a mula do caso de Labyrinto, e uma carroça cheia de lenha para ser comercializada.

Da mesma forma que Antônio Labyrinto, o pequeno Francisco açoitava os dois bois. Porém, existe um fator fundamental que separa os dois casos. Labyrinto açoitava a mula para seu próprio divertimento. Francisco, por sua vez, açoitou os bois aparentemente com pretensões utilitárias e não de entretenimento. Seu desejo era que os bois continuassem seu trajeto, ou o fizesse de forma mais rápida. No entanto, o pequeno teve algum problema no manuseio da carroça.

Francisco não conseguiu impedir sua própria queda da carroça. Tragicamente foi esmagado por uma das rodas da “carroça que guiava, a qual continha trezentas achas de lenha verde” (DIÁRIO DE NOTÍCIAS, 1888, p. 3).

Apesar dessas situações que terminaram em morte, o comum era que mesmo com as relações conflituosas entre humanos e animais de tração o trajeto fosse concluído sem muitos problemas. Afinal de contas, era isso que permitia que as ruas amazônicas se mantivessem, ainda no século XX, com o cheiro de lenha pelos ares. Inclusive, com um odor “Às vezes de lenha com bosta de cavalo” (JORNAL DO COMMERCIO, 1973, p. 14). O que deixa mais evidente a presença e importância desses não humanos para o cotidiano em torno da lenha no século XIX.

Também apareciam outros não humanos no processo de produção da lenha. As mulas e bois não eram frequentes na relação entre humanos e árvores no momento da extração e corte da árvore em achas. No entanto, o aparecimento de seres menores não era incomum. Poderiam,



mesmo com o tamanho reduzido quando comparados com bois, gerar grandes transtornos aos humanos.

É o caso das formigas. Esses insetos apareciam em algumas situações quando humanos estavam cortando árvores ou mesmo coletando galhos para utilizar como lenha. Saúvas e Taxis, dois tipos de formigas encontradas na região amazônica, dificultavam o corte de árvores em certas ocasiões. Existem registros do século XIX que mencionam a dificuldade de cortar árvores de certas espécies pela grande presença de formigas. Talvez o maior exemplo seja o “pau-formiga” (que possui o nome científico de *Triplaris americana*), espécie de árvore que as formigas convivem em relação simbiótica. Em certo registro do século XIX a árvore é descrita com “varas muito altas, direitas e elegantes, que só com dificuldade se podem derrubar sem ellas ferrarem suas mordidas, pois ao cortar o páu, lançam-se d’elle sobre o cortador” (SILVA, 1891, p. 235). As saúvas e “formigas de fogo” atacavam pelo solo. Não seria boa a situação ao “encostar-te a uma formigueira” (FRIAS, 1883, p. 151) de formigas de fogo. Apesar de posteriormente as formigas serem vistas como representação de bom trabalho a ser seguido pelos humanos da região amazônica (VIERIA, 2012, p. 10).

Outros que algumas vezes geravam incômodo, mas não atuavam em grupo e tão frequentemente quanto formigas, eram as centopeias. Elas apareciam em momentos de extração da lenha, mas também quando a lenha já estava em seu processo de uso para a queima. Até o momento não foram encontradas fontes que permitam afirmar a presença de centopeias em cozinhas, entrando nas casas junto das achas de lenha. Porém, as fontes deixam evidente que no Pará e Amazonas do século XIX elas eram viajantes frequentes dos vapores. Adentravam os navios a vapor junto com o combustível e se mantinham escondidas nos ambientes reservados para o armazenamento da lenha.

Foi o que ocorreu em uma manhã de dezembro, do ano de 1865, quando uma centopeia circulava dentro de um vapor pelos rios do Amazonas. A centopeia não havia escolhido seu percurso por conta própria. Foi introduzida no interior na embarcação depois de se esconder entre alguma acha de lenha. Dentro do vapor, deve ter sido incomodada por alguém que mexeu novamente nas achas que a centopeia usava de esconderijo. Foi em busca de outro local confortável. Essa atitude não foi bem recebida pela pessoa que a encontrou. A centopeia não sabia, mas sua presença assustaria uma mulher que antes se encontrava dormindo. Ao acordar e se deparar com a centopeia, a mulher registrou que aquele animal “não me pareceu nada agradável”. A mulher se tratava de Agatha Agassiz, viajando pela região amazônica. Com



algumas informações, a viajante soube que “essas centopeias são frequentemente levadas para os navios com a lenha, em que se escondem de preferência” e que só são vistas “se importunadas e expulsas de seu esconderijo” (AGASSIZ, 2000, p. 313).

É possível que as centopeias também tenham circulado pelo interior de casas no Pará e Amazonas depois de entrarem junto com a lenha. Assim como eram observadas não apenas nos navios, mas também por alguns humanos com o arrancar de troncos para a produção de lenha das matas, como outros vestígios do século XIX demonstram.

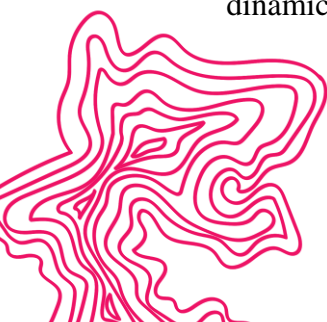
Conclusão

Este breve texto teve a pretensão de apresentar inicialmente a discussão sobre humanos e não humanos na dinâmica de produção, comércio e consumo de lenha na região amazônica do século XIX. Os humanos que participavam da produção da lenha tinham um difícil trabalho físico para cortar árvores e as transformar em achas de lenha. O processo de cortar a lenha, como foi mencionado, poderia ser uma tarefa perigosa. Em outros momentos, era um serviço incômodo por conta da ação de não humanos, como os piuns, ou apenas tediosa, mas indispensável. Os animais não humanos eram ativos na dinâmica do transporte de lenha pelas cidades e povoados, mas aparentemente não para o consumo dos vapores. Entre os seres utilizados para a tração estavam mulas, bois e cavalos. A relação entre humanos e não humanos no transporte da lenha não era sempre harmônica, mas em vários momentos conflituosa e algumas vezes até mesmo mortal. A lenha era um combustível fundamental para a região amazônica no século XIX e em torno de sua produção, consumo e comércio estavam os animais. Humanos ou não.

A pesquisa sobre essa temática ainda está em andamento e exibirá mais resultados no segundo capítulo da Dissertação de Mestrado do autor, desenvolvida no Programa de Pós Graduação em História Social da Universidade Federal do Pará, orientado pelo Doutor Francivaldo Alves Nunes, com apoio financeiro do CNPq.

Essa investigação colabora para as reflexões sobre as relações humanas com o Meio Ambiente e com os animais não humanos em tempos passados e no tempo presente. Também é uma contribuição para a historiografia da História Social e História Ambiental, principalmente quando se tratam de pesquisas sobre interações humanas e não humanas, assim como sobre as dinâmicas relacionadas com a lenha (MARTINS, 2011).

Referências



AGASSIZ, Luiz. AGASSIZ, Elizabeth Cary. **Viagem ao Brasil: 1865-1866**. Tradução de Edgar de Mendonça. Brasília: Senado Federal, p. 313, 2000.

ALVES, Raimundo Nonato Brabo; JÚNIOR, Moisés de Souza Modesto. **Demanda de lenha para torragem de farinha de mandioca nos biomas Amazônica, Cerrado e Caatinga**. Belém (PA): Embrapa Amazônia Oriental, p. 14-17, 2017.

AMORIM, Annibal. **Viagens pelo Brazil**. Rio de Janeiro: Livraria Garnier, p. 176, 1909.

CARVALHO, Marques de. **Hortênciã**. Belém: Fundação do Pará Tancredo Neves/Secretaria do Estado de Cultura, p. 106, 1989 (original de 1888).

Diário de Belém, Belém, ano XV, n. 176, p. 1, 08 de ago. 1881.

Diário de Notícias, Belém, ano IV, n. 107, p.2, 13 de mai. 1883.

Diário de Notícias, Belém, ano IX, n. 249, p. 3, 06 de nov. 1888.

FRIAS, David Correia Sanches de. **Uma viagem ao Amazonas**. Lisboa: Typographia de Mattos Moereira e Cardoso, p. 244, 1883.

FRIAS, David Correia Sanches de. **Uma viagem ao Amazonas**. Lisboa: Typographia de Mattos Moereira e Cardoso, p. 151, 1883.

Jornal do Commercio, Manaus, ano. LXIX, n. 21270, p. 14, 06 de mai. 1973.

MACEDO, Sidiana da Consolação Ferreira de. **Daquilo que se come: uma história do abastecimento e da alimentação em Belém (1850-1900)**. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós Graduação em História Social (UFPA) – Belém, p. 153, 2009.

MARTINS, Marcos Lobato. A política florestal, os negócios de lenha e o desmatamento: Minas Gerais, 1890-1950. **Historia Ambiental Latinoamericana y Caribeña (HALAC)**, vol. 1, n. 1, p. 29-54, 2011.

MORAIS, Raimundo. **O meu dicionário de cousas da Amazônia**. Brasília: Senado Federal, p. 79, 2013 (original de 1931).

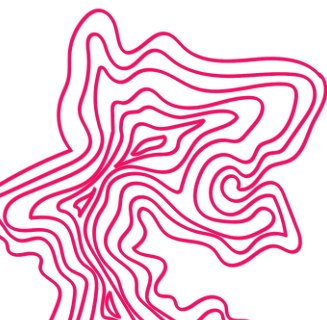
O Liberal do Pará, Belém, ano V, n. 60, p. 3, 1873.

SILVA, Bernardo da Costa e. **Viagens no sertão do Amazonas: do Pará á costa do mar pacífico pelo Amazonas, Bolívia e Peru**. Porto (Portugal): Typ. de Arthur José de Sousa & Irmão, p. 235, 1891.

TILLY, Charles. A história social anglo-americana desde 1945. Tradução de Octacílio Nunes. **Tempo Social**, v. 24, p. 13-32, 2012.

VIEIRA, David Durval Jesus. Belém: sociedade e animais domésticos (1897-1922). In: **III Seminário Internacional de História e Historiografia; X Seminário de Pesquisa do Departamento de História – UFC**. Fortaleza, 17p, 2012.

WORSTER, Donald. Para fazer história ambiental. Tradução de José Augusto Drummond. **Revista Estudos Históricos**, v. 4, n. 9, 198-215, 1991.



As drogas na história: instituições, sujeitos, objetos e USOS

Luíza Lima Dias

Mestra - UFMG

Saulo Carneiro

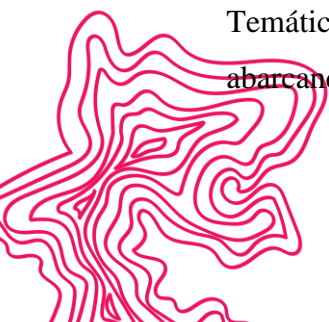
Bacharel em Interdisciplinar em Humanidades - FIOCRUZ

Gustavo Junqueira Costa Maia

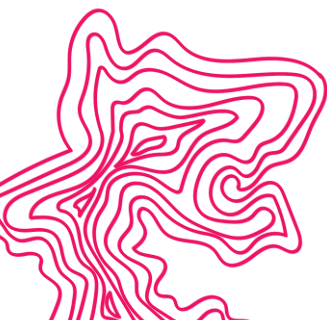
Mestre em História Social - UFRJ

Nas últimas décadas, tem crescido o número de historiadores que se dedicam ao campo da história das drogas. Trata-se de uma área diversa e interdisciplinar, caracterizada por dialogar diretamente com debates e disputas relevantes que atravessam o cotidiano das sociedades no presente. São alguns exemplos, dentre vários outros, de temas desenvolvidos por esses pesquisadores: O surgimento de sistemas de regulação sobre o uso e comércio dessas substâncias; as práticas de determinadas comunidades indígenas com relação ao uso de psicoativos; os desdobramentos violentos da chamada “guerra às drogas”; a exploração econômica de processos farmoquímicos na produção de certas substâncias; o contexto internacional e suas relações com as políticas públicas sobre drogas; as relações do desenvolvimento da medicina e da farmácia com o uso de psicoativos na terapêutica; as várias formas de resistência popular e organizada às políticas moralizantes e punitivistas sobre as drogas; a própria definição da palavra “droga” e o status das substâncias que se encaixam nesse termo. Assim, a diversidade de perspectivas e temáticas possíveis dentro desse campo permite desenvolver pesquisas que permeiam diferentes áreas dentro da História, além de reforçar sua característica interdisciplinar.

Nesse sentido, como temática recente na historiografia, existem ainda muitas possibilidades de estudo e grandes variedades de pesquisas a serem realizadas. Todavia, há também uma série de obstáculos enfrentados por pesquisadores e pesquisadores que decidem seguir esse caminho, como a escassez de conferências com os pares para discutir trabalhos, a dificuldade de se encontrar determinadas fontes históricas, o preconceito moralizante e marginalização direcionados aos que se dedicam ao tema. Assim, com o intuito de ampliar essas discussões e criar um espaço de diálogo entre diferentes perspectivas no campo, este Simpósio Temático está aberto a receber trabalhos situados na grande área da história das drogas, abrangendo as instituições, os usos, os sujeitos e os objetos envolvidos nesse tema, que podem



abarcam, por exemplo: intercâmbios culturais e comerciais nos períodos colonial, imperial, republicano e moderno, as revoluções psicoativas, os discursos médico, científico jornalístico e suas transformações, o status moral das drogas, a atuação das ciências e das instituições, as drogas enquanto mercadorias, o proibicionismo e suas relações locais e globais, a guerra às drogas e criminalização, e por fim, a patologização dos usos e usuários de drogas na história. Estamos abertos a diferentes recortes temporais e espaciais, de forma a estimular o crescimento de pesquisas sobre um tema que ainda se caracteriza como incipiente na historiografia, mas com grande potencial.



As representações sociais sobre a maconha na *Folha de S. Paulo* (1940-1960)

Iolanda Chaves Ferreira de Oliveira

Doutoranda em História Social - PPGHIS da Universidade Federal do Rio de Janeiro

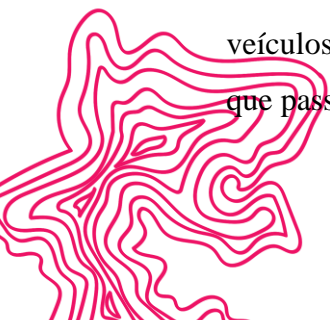
Email: iochavesferreira@gmail.com

Resumo: Este trabalho tem como finalidade analisar as representações sobre a maconha publicadas pelo jornal paulistano *Folha de S. Paulo* entre os anos de 1940 e 1960, com o objetivo de compreender como foram sendo construídos os discursos em torno da *cannabis* no período posterior a sua proibição em 1938, levando em consideração que tal periódico se consolidava como um veículo da ‘grande imprensa’ brasileira, bem como operavam-se grandes mudanças no jornalismo local nesse contexto, tendo em vista que a imprensa periódica era um dos principais meios de formação e divulgação de uma opinião pública.

Palavras-chave: Imprensa, maconha, representações.

O presente trabalho tem como objetivo traçar algumas considerações sobre as representações sociais sobre a maconha no periódico *Folha de S. Paulo* no recorte de 1940 a 1960, a fim de compreender como os discursos e mecanismos de regulamentação sobre a questão das drogas e da então toxicomania foram se tornando presentes no contexto social e se solidificando no senso comum, tendo a imprensa como um dos veículos mais importantes no que tange à produção do cotidiano.

Investigar tais representações no campo da imprensa diária em um recorte amplo nos ajuda a compreender os processos e acontecimentos que contribuíram para a construção da percepção social coletiva sobre a maconha e influíram nos aparatos de regulação. Maria de Lourdes da Silva procurou investigar essas representações nos jornais cariocas no momento posterior imediato à proibição nacional da erva em 1932, e afirma que não houve um debate formalizado, mas estavam presentes registros “quanto à matéria e suas mudanças que caracterizariam a apresentação publicizada da opinião de um certo setor da sociedade com potencial de interferir em outras opiniões” (SILVA, 2011, p. 31). Portanto, além das representações em si, é importante questionar como e porque temas e acontecimentos em torno da maconha passaram a ser alvo do interesse das publicações diárias. Deve-se levar em consideração ainda, que aquilo que é impresso nas páginas dos jornais é um recorte criteriosamente pensado da realidade. Como afirma Juarez Bahia “toda notícia é uma informação, mas nem toda informação é uma notícia” (BAHIA, 2009, p. 46), no sentido que os veículos de jornalismo recebem de suas fontes incontável número de informações diariamente, que passam por um crivo que visa selecionar aquilo que deve chegar ao papel.

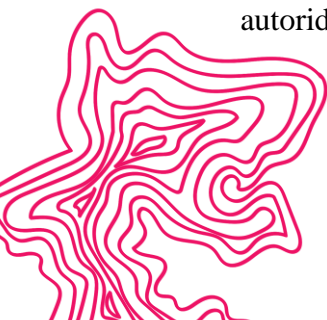


A teoria da *Agenda-Setting* ou Agendamento, define que os meios de comunicação de massa possuem a capacidade de dar ênfase a determinado tema, e a partir disso, a possibilidade de os indivíduos incluírem esse tema em sua ‘lista de prioridades’ após a influência desse meio de comunicação. Nesse sentido, a introdução dessa temática pouco a pouco nos jornais pode demonstrar dois processos simultâneos: o aumento do uso e da presença da substância nos meios sociais, ou ainda, a percepção dessa presença que já vinha de tempos anteriores, e o gradual aparecimento do tema na imprensa justamente partindo de uma consciência presente no interior do campo jornalístico da sua capacidade de influenciar o debate público.

Nesse sentido, em termos historiográficos, é preciso considerar que os eventos que são ‘transformados’ em notícias, sobretudo aqueles que em conjunturas anteriores não apresentavam tal relevância, ou que aconteciam em escala tão inferior que não eram socialmente percebidos, só podem ter tal significância dentro dessa conjuntura específica porque passam por um processo de interpretação dentro de um esquema cultural específico, que em dado momento lhe permite justamente ser compreendido como evento, ou no caso, como notícia (SAHLINS, 1994, p. 15).

Muito além de puramente informar, os periódicos cumprem com outras funções, como se apresentarem como intermediários da sociedade, levando a comunidade a participar direta ou indiretamente da vida social, assim como manifesta um papel pedagógico, ao menos até as décadas de 1950 e 1960, quando as redações passaram por grandes processos de remodelação, e a linguagem pretensamente neutra e objetiva se consolida nos jornais brasileiros, sobretudo aqueles identificados como parte da ‘grande imprensa’, como uma fatia considerável dos jornais cariocas e paulistas. A questão da missão pedagógica da imprensa era possível nesse contexto pois muitas figuras de proeminência dentro do campo jornalístico, principalmente na seara da política, viam-se e eram vistas como parte de uma ‘elite bem pensante’ do país, e os jornalistas se definiam como intérpretes e formadores da opinião pública (CAPELATO, 1992, p. 55). Os elementos de objetividade e neutralidade alçados à condição imperativa dentro do campo jornalístico aprofundou ainda mais a noção existente do jornal e da imprensa, e por extensão, os jornalistas como um *locus* de autoridade, revestido de capital simbólico, tornando o discurso jornalístico em uma espécie de discurso de autoridade (BOURDIEU, 2008, p. 89-91).

Aqui vamos nos deter em um desses jornais da chamada grande imprensa, a *Folha de*
XI Encontro de Pesquisa em História da UFMG - ISBN: 978-65-01-11103-2



S. Paulo, que no recorte proposto já se configurava como um dos maiores veículos de imprensa do estado de São Paulo, com destaque nacional. Entre os anos de 1940 a 1960 poderemos vislumbrar as representações sobre a *cannabis* presente no jornal, e como vai se tecendo esse processo em duas décadas, tendo em vista que as modificações não ocorrem apenas pela via do objeto, ou seja, dos processos e acontecimentos referentes à maconha, mas também se dão em virtude do desenvolvimento do próprio jornalismo, visto que este, bem como o seu produto são resultados das transformações na imprensa e na sociedade, portanto, deve ser entendido “como um processo histórico e cultural laboriosamente aperfeiçoado no tempo.” (BAHIA, 2009, p. 30)

O grupo Folha e a toxicomania

A *Folha de S. Paulo* foi fundada em 1921 por Olival Costa e Pedro Cunha em oposição ao Estado de S. Paulo, o então representante das elites rurais com posicionamento conservador e tradicional, sob o primeiro nome de *Folha da Noite*. Quatro anos mais tarde foi lançada sua edição matutina, a *Folha da Manhã*, e em 1949 a *Folha da Tarde*, trio que ficou conhecido vulgarmente como *Folhas*. Aqui, vamos nos referir aos jornais nas suas nomenclaturas do vespertino e matutino, visto que os três títulos são fundidos sob o nome *Folha de S. Paulo* apenas no ano de 1960. A ‘*Folha*’ foi criada com a intenção de representar os interesses populares, mais precisamente dos “trabalhadores urbanos”.

Em 1931 a empresa foi vendida e passou a buscar, através do jornal, ser um porta-voz dos interesses do setor. A década de 1940 foi de suma importância para a consolidação dos jornais, visto que o *Estado de S. Paulo* se encontrava sob intervenção federal. As *Folhas* se consolidaram tanto em números, com volumosa tiragem, e também atuando como grande oposição ao Estado Novo. A oposição à ditadura varguista é apontada como o motivo da nova venda da empresa em 1945 para o fazendeiro Alcides Ribeiro Meireles, o advogado José Nabantino Ramos e o administrador Clóvis Queiroga, este último representante do conde Francisco Matarazzo Jr., impedido pela lei brasileira de possuir veículos de comunicação por ser de origem estrangeira.

No entanto, a condução editorial dos periódicos ficou sob a responsabilidade de Nabantino Ramos que já nas décadas de 1940 e 1950 implantou um série de inovações, tais como contratação de equipe mediante ‘concursos’, cursos de jornalismo para membros da equipe, prêmios por desempenho, controle de erros, estabeleceu um manual de redação e



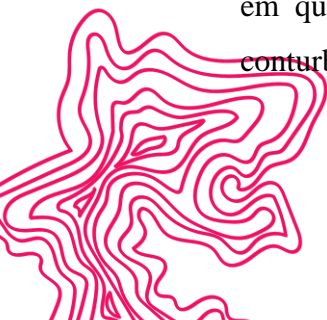
política editorial. Em 1962 os jornais foram novamente vendidos aos empresários Octávio Frias e Carlos Caldeira Filho, que se preocuparam em recuperar o equilíbrio financeiro da empresa jornalística, e foram os responsáveis pela modernização industrial do jornal, agora unificado como *Folha de S. Paulo*.

No que tange a questão da maconha nos referidos jornais, retrocedendo alguns anos em relação ao início do recorte proposto, isto é, 1940, buscamos inicialmente nos anos de 1936 e 1938, que correspondem respectivamente aos anos em que foram sancionados o Decreto-lei nº 780 de 28 de Abril de 1936 em que criou-se a Comissão Nacional de Fiscalização de Entorpecentes; e o Decreto-Lei nº 891 de 25 de Novembro de 1938 em que proíbe em caráter definitivo e nacionalmente a maconha, que se junta à morfina, cocaína e ópio, substâncias anteriormente proibidas. Especificamente nesses dois anos, é possível encontrar notícias que abordam a questão dos entorpecentes, inclusive da aplicação das leis citadas acima, mas não é feita nenhuma menção especificamente à maconha, apenas a assuntos como a toxicomania, e a preocupação do campo médico-científico e das autoridades policiais em relação a ela, bem como outras substâncias específicas, como a morfina e a cocaína, mas sobretudo com o ‘fumo divino’, o ópio.

As poucas menções à *cannabis* feitas pelos jornais nos anos 1930 fazem referência ao combate a erva nos estados do ‘Norte’, principalmente no estado de Alagoas, e usava-se a denominação ‘diamba’ ou ‘liamba’, nomes dados à maconha de origem angolana. Durante a primeira metade do decênio de 1940 são poucas e tangenciais as menções e notícias que abordam de alguma forma a questão da *cannabis*.

Em termos numéricos, a maconha começa a se destacar nos jornais a partir de 1947, mas é a partir de 1952 que as publicações ficam mais vultosas, emparelhando com a substância mais visada até então, o ópio. Simultaneamente, as menções nas *Folhas* a respeito da cocaína decrescem vertiginosamente a partir do final dos anos 1930, sendo dessas drogas a que possui menos menções, e por fim, a morfina manteve uma estabilidade numérica em termos de proporção nas menções.

No geral, podemos perceber que há um decréscimo geral nas menções às drogas, como por exemplo em 1932, entre 1938 a 1945 ou 1949 e 1950. Acreditamos que nesses períodos em que as referências ficam mais escassas acontecem por serem anos ou períodos de conturbações ou efervescência políticas, tal como em 1932 quando tem início a revolta do



estado de São Paulo contra o governo provisório de Getúlio Vargas, e em 1949-1950 com eleições presidenciais, assim como em 1955. Já o período de 1938 a 1945 corresponde ao período da Segunda Guerra Mundial, bem como à ditadura do Estado Novo. Acredita-se que as pautas dos jornais sejam quase em sua totalidade, com exceção das publicidades e formas de entretenimento, eram direcionadas a esses eventos.

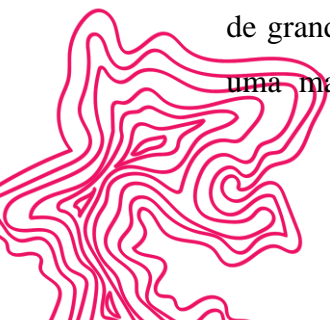
Com relação à maconha, como foi dito, esta só começa a aparecer de forma mais vultosa a partir de 1947. Até então aparecia em escassas notícias, algumas vezes apenas de forma tangencial, e geralmente como *fait divers* nas seções sobre as notícias policiais. No decênio de 1950 a erva passa a ter mais destaque, tanto no número de menções, mas também na característica das matérias veiculadas, deixando de constar apenas nos fatos policiais e em algumas notas sobre o combate aos tóxicos e passa a estar presente em reportagens mais destacadas.

Ademais, cabe refletir que como não há texto sem o contexto, para identificarmos as representações utilizadas por um determinado grupo, ou campo, devemos nos voltar para o conhecimento e para os discursos que esses sujeitos empregam para interpretar a realidade (BARTH, 2000 p. 13). Veremos que as falas do jornalistas, ainda que não referenciem diretamente se relacionam e se embasam grande parte no discurso científico brasileiro relacionado à questão da toxicomania produzido nas primeiras décadas do século XX, que colocam a questão das drogas e do seu uso como como desvios morais, tal como degenerescência moral e física do indivíduo, perversões, psicopatia etc.

A “erva maldita” nas páginas das Folhas

Na metade do século XX a imprensa brasileira vinha passando por grandes reformas em seus modelos de gestão, mas também na forma e conteúdo dos veículos de mídia, sobretudo nos jornais impressos. Mais do que um ‘surto de modernização’ como apontam algumas análises, essas reformas se configuraram como o clímax de um processo que vinha desde as primeiras décadas do noventa que estabeleceram as bases materiais, sociais e culturais que possibilitaram essas transformações (BARBOSA, 2010 p. 68).

Pouco a pouco, os jornais iam adotando uma linguagem mais objetiva, pautados por uma ideia da necessidade de se posicionarem de forma imparcial. São conhecidas as reformas de grandes jornais cariocas como o Jornal do Brasil na década de 1950, que passa a adotar uma manual rígido de redação e editorial. Bahia afirma que muitas expressões foram



depuradas das máquinas de escrever de redatores e jornalistas frases feitas e lugares-comuns, entre elas muitas expressões que carregavam uma ideia de juízo de valor, tais como ‘amigos do alheio’ e ‘mulher de vida fácil’, por exemplo (BAHIA, 2009 p, 100).

As *Folhas* só passaram por uma remodelação em sua estrutura na década de 1960, sob a direção de Octávio Frias e Carlos Caldeira Filho. Contudo, lembremos que no fim dos anos 1940, quando administradas por Nabantino Ramos, este introduziu um manual de redação e de editorial para os jornais, que já se apresentavam como veículos neutros e objetivos. Dessa forma, é possível perceber que a escrita empregada nos periódicos no período analisado já se propunha a ser ‘higienizada’, ainda que não estivesse nos padrões que foram estabelecidos pela imprensa alguns anos mais tarde.

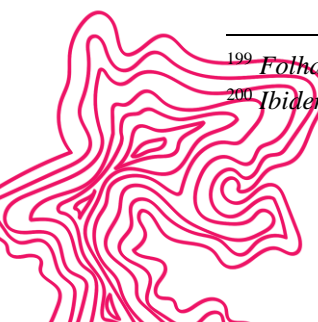
Chama a atenção, no entanto, nas notícias publicadas sobre questões referentes à maconha, principalmente em reportagens ou matérias mais extensas a linguagem empregada e as narrativas construídas. Em muitos casos os nomes usados para se referir à própria erva iam além do próprio substantivo, como ‘maconha’, ‘*cannabis*’, ‘diamba’ etc., mas vinham acompanhados de adjetivos, sendo os mais comuns ‘erva maldita’, ‘tóxico terrível’ e ‘vício diabólico’.

Em reportagem publicada em maio de 1947 na *Folha da Noite*, o próprio título já chama a atenção por destoar da linguagem mais sóbria: “CUIDADO COM A MACONHA: É UM TÓXICO PERIGOSÍSSIMO! MAIS UM VÍCIO TERRÍVEL AMEAÇA TOMAR CONTA DA CIDADE”¹⁹⁹. A matéria é extensa e começa discorrendo sobre a origem da droga no país, que é procedente do sertão de Alagoas, sendo introduzida através do porto de Santos, informação essa que geralmente consta na maioria das matérias, apesar de serem noticiadas a descoberta de diversas plantações de maconha dentro do próprio estado. A narrativa da reportagem é repleta de adjetivos e expressões de valor, tais como ‘diabólico’ e ‘terrível’. A reportagem ainda levou ao público o relato de um usuário preso no Rio de Janeiro que deu o seu depoimento sobre a experiência fumando maconha na delegacia:

As primeiras baforadas, senti que a cabeça latejava horrivelmente, e que meus membros eram tomados por uma lassidão inexplicável, incapacitando-me para qualquer movimento. Senti depois que ao redor tudo começava a girar, sobrevivendo, então, qualquer coisa que eu não sei explicar. Depois perdi os sentidos.²⁰⁰

¹⁹⁹ *Folha da Noite*, 12 de maio de 1947. Acervo *Folha de S. Paulo*. Online.

²⁰⁰ *Ibidem*.



A partir desse relato, é perceptível a diferença entre as linguagens empregada pelo jornalista e na fala do sujeito, para perceber como o discurso da imprensa acaba sendo menos objetivo e mais inflamado que as palavras do próprio ‘viciado’. O mesmo acontece quando ao transcrever na matéria trecho de um trabalho sobre a *cannabis* dos médicos Pernambuco Filho e Aduauto Botelho sobre os efeitos da erva, é notável a objetividade da linguagem destes frente à narrativa jornalística. A reportagem prossegue elencando os efeitos físicos do uso da droga e estabelecendo a feição física desses usuários: “olhos avermelhados e estranhamente empapuçados, faces macilentas.”²⁰¹. Por fim, há um elemento importante nesse discurso do jornalista que é quando este afirma que de acordo com os especialistas, a maconha vinha sendo considerada “mais prejudicial que os demais entorpecentes, como sejam a cocaína, a morfina e seus derivados”²⁰², e de forma mais direta, relacionam o uso da maconha ao crime, não apenas ao roubo, colocando em pauta a relação entre a prática de furtos e consumo de drogas, mas “quando possuídos do desejo do vício diabólico” e não conseguem obter a substância “cometem os mais incríveis atos desfrutáveis e podem, assim alucinados, chegar a praticar até crimes os mais hediondos”²⁰³.

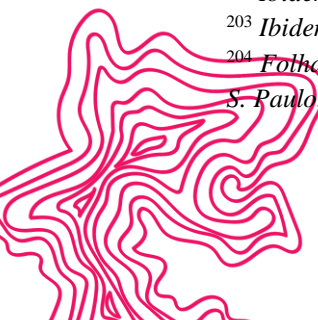
Evidentemente essa não é a primeira ocasião em que o uso de entorpecentes, ou da própria maconha é relacionado à prática de crimes, ou a comportamentos violentos seja na imprensa ou no meio médico e científico. O que chama a atenção é apontar na direção dos crimes hediondos, e ainda, elevar a *cannabis* a uma posição de entorpecente mais nociva que a cocaína e os opiáceos. Aparentemente, houve uma mudança abrupta nesse sentido, quando olhamos por exemplo para uma série de publicações feitas pela *Folha da Manhã* entre setembro e outubro de 1945, escritas a convite do jornal pelo doutor Jaime Regalo Pereira, então catedrático da disciplina de Farmacologia da Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo intitulada ‘VENENOS SOCIAIS’²⁰⁴, em que a cada uma dessas publicações se debruçava sobre um desses vícios: ópio, “coca” e álcool/éter. Apesar de ser brevemente citada nas três publicações não existe uma dessas colunas dirigindo-se especificamente à maconha, ainda que ressalte que o consumo desta estivesse aumentando em uma velocidade avassaladora, e também

²⁰¹ *Ibidem.*

²⁰² *Ibidem.*

²⁰³ *Ibidem.*

²⁰⁴ *Folha da Manhã*, 11 de setembro de 1945; 22 de setembro de 1945; 13 de outubro de 1945. Acervo *Folha de S. Paulo*. Online.



que este é um vício social no sentido de ser fumado em grupo, como um ritual de sociabilidade entre os consumidores, mas não dedica uma coluna apenas a ela.

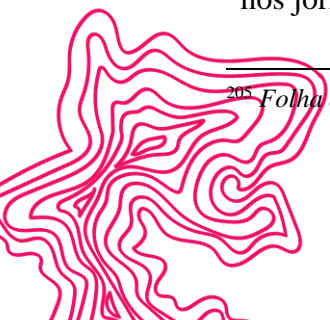
Se no ano de 1947 a *cannabis* é associada aos crimes hediondos e eleita o pior e mais nocivo nos entorpecentes, em 1955 podemos ver uma publicação com um teor distinto. Em artigo deste ano, afirma-se que a maconha teria sido definitivamente classificada como um entorpecente, já que à época existiam dissidências dentro do campo médico e científico a respeito dessa classificação, já que alguns, como o doutor Décio Parreiras não a aceitavam e a consideravam uma planta alucinógena. Contudo, há no artigo uma passagem interessante que muda, ou ao menos apresenta uma perspectiva distinta, a posição anterior sobre a periculosidade da erva: “A maconha difere da cocaína, [...] no fato de que a sua abstinência não causa reações descontroladas no organismo. Após um rápido período de desintoxicação, o maconheiro pode libertar-se do vício.”²⁰⁵ Ou seja, aqui ela aparece diferenciada dos demais entorpecentes não de forma negativa, apresentando uma capacidade de viciar menor do que os outros e agindo de forma menos nociva no organismo de quem use.

Quando olhamos para o todo, no entanto, percebemos que as referências à maconha se manifestam muito mais no sentido da delinquência, do crime e da lassidão moral, ou seja, como um caso de polícia, do que uma percepção do vício como uma condição de saúde tanto individual, como coletiva. O discurso jornalístico reafirma perante a opinião pública o que já era um consenso no meio médico e científico sobre a questão da toxicomania, suas causas e consequências, contudo torna esse discurso e essa percepção muito mais amplificados devido seu alcance e circulação nos meios sociais e também graças à sua condição de meio de comunicação neutro e objetivo, envolto pelo local de fala autorizada do jornalismo.

Dessa forma, podemos inferir inicialmente que a influência do discurso midiático teve consequências práticas na percepção, e logo, na abordagem à questão das drogas, e consequentemente, da maconha. Bourdieu afirma que a realidade social de uma prática pode ser modificada mediante a forma como essa prática é percebida socialmente, dando o exemplo do alcoolismo, afirmando que pode se estender à prática do uso de drogas, aborto etc., à medida que essas práticas sejam pensadas e percebidas como “tara hereditária, decadência moral, tradição cultural” etc. (BOURDIEU, 2008 p. 118).

Em relação ao consumo da erva, o ato de fumar em si, é uma pauta pouco recorrente nos jornais analisados. Focava-se mais nos efeitos colaterais causados pela planta. Contudo,

²⁰⁵ *Folha da Manhã*, 27 de julho de 1955. Acervo *Folha de S. Paulo*. Online.

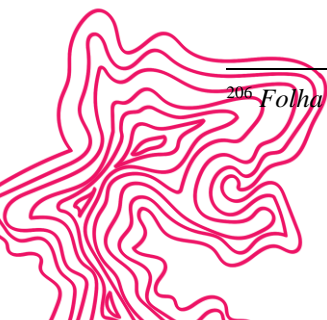


quando o assunto estava em pauta há um elemento recorrente na fala dos periódicos que é a ‘forma social’ do consumo de maconha. O professor de farmacologia da USP supracitado Jaime Regalo Pereira afirma em sua coluna sobre os vícios sociais que este é um diferencial na forma de consumir a *cannabis*. Enquanto outros entorpecentes, como a folha de coca, por exemplo é consumida individualmente a maconha seria consumida em grupo, como uma prática de sociabilidade. Tal prática indicada pelo professor em meados do século XX já era uma questão conhecida e percebida. Gilberto Freyre em *Nordeste*, José Rodrigues da Costa Dória em *Fumadores de Maconha*, entre outros, já haviam documentado sobre a prática de fumar maconha em grupo, na maioria das vezes em forma de roda em que o cachimbo ia passando de mão em mão, desde o fim do século XIX. Registros do fumo em roda, entoando canções ou repentes acabaram por preservar essa prática de consumo da diamba, fumo de angola, pito de pango, alcunhas que acabaram deixadas após alguns anos do novecentos mas que dimensionam justamente o lugar social da maconha nesse período anterior: o consumo por negros escravizados ou forros e pelas camadas livres e empobrecidas, situadas em sua maioria nos estados do nordeste brasileiro mas também já presentes no Rio de Janeiro, Campinas, Santos etc (FRANÇA, 2018 p. 32-33).

Através das seções policiais que noticiam os crimes da ronda policial do dia é onde conseguimos visualizar muitas autuações por venda e uso de maconha. Na maior parte dos casos, os sujeitos que são presos por uso da erva estavam consumindo quando foi feito o flagrante. Na maioria desses casos relatados nos jornais, esse indivíduos eram flagrados sozinhos, e no máximo com mais uma ou duas pessoas, porém fazendo uso em público. Isso parece demonstrar, que no geral, a prática do consumo em grupo, formando rodas, com as características anteriormente descritas, teria ficado no passado, ou se circunscrevia a outras localidades.

No entanto, a prática ‘original’ de consumo da erva aparentemente permaneceu circunscrita ao norte do país, como relata uma reportagem da *Folha da Noite* de 1947: “No sertão do Norte já se fuma maconha há muitos anos. [...] Fuma-se comunmente de maneira original e curiosa: suas folhas e suas flores, devidamente secas, são queimadas sobre brasas num cachimbo apropriado, espécie de “narguilés” orientais”²⁰⁶. O que chama atenção especialmente nessa reportagem é a forma como descrevem a prática:

²⁰⁶ *Folha da Manhã*, 12 de maio de 1947. Online.



Agachados em roda, os viciados permanecem horas e horas chupando o canudo, passando-o de um a outro, saboreando o fumo diabólico, intoxicando-se, toldando cérebros de visões macabras e lubricas. E tudo aquilo obedece a um ritual bizarro. Ao receber o cachimbo, o viciado improvisa uma quadrinha sobre um assunto qualquer e sua deixa é motivo para que o companheiro complete o pensamento [...]. E assim permanecem até ficar “baratinados” pelo tóxico terrível, isto é, embriagados pelo fumo do diabo.²⁰⁷

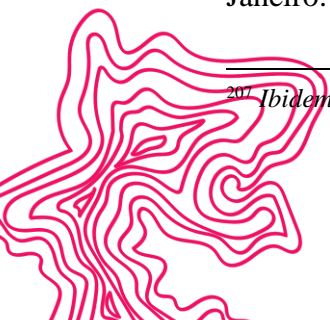
A “maneira original” descrita na reportagem é descrita como ‘ritual bizarro’, e é a única vez no recorte analisado que o ato de consumir a maconha é chamado de ritual, ainda que tal prática tenha sido mais frisada ao longo do tempo. É notório como a expressão “ritual bizarro” parece nessa construção do texto se encaixar bem a outras expressões de cunho ‘místico’, tal como ‘diabólico’, ‘macabras e lubricas’ e ‘diabo’. Ainda que essas expressões fossem usualmente lançadas pelos jornalistas em matérias e reportagens que discorressem sobre o uso da erva não é comum observar tantas expressões usadas juntas. Como a expressão ‘ritual’ pode com frequência referir a cerimônias místicas e religiosos, o emprego dessas expressões parece ser usado propositadamente no sentido tornar ainda mais anormal e perigoso o ato de consumir a droga. Ademais, a configuração social do fumo da maconha era observado como um fenômeno único dentre os entorpecentes, mas não se levava em consideração o consumo social, ou sociável, das bebidas alcóolicas e do tabaco, justamente porque não eram entendidas como entorpecentes, mas que são igualmente substâncias compartilhadas, que podem ser consideradas “substâncias rituais”.

Podemos vislumbrar, dessa forma, uma considerável mudança social no consumo dessa droga, que pode ser tributária de muitos fenômenos, como a mudança ‘geográfica’, do modo de vida dos consumidores, mas também do novo público consumidor, e mesmo dos motivos pelos quais se passava a consumir a droga. No que tange as representações veiculadas pela imprensa, enfatizar essa característica ritualística da erva parece se firmar como estratégia discursiva para corroborar um dos pontos principais acerca dessa droga, que é a anormalidade do uso e sobretudo daqueles que a consomem. Anormalidade impõe uma diferença daqueles ‘normais’ frente aos ‘viciados’, caracterizados como psicopatas, mal educados e desvirtuados.

Referências Bibliográficas:

- BAHIA, Juarez. **As técnicas do jornalismo: Jornal, História e Técnica**. Vol. 2. 5ª ed. Rio de Janeiro: Mauad X, 2009.
- BARBOSA, Marialva. **História Cultural da Imprensa – Brasil (1900-2000)**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Mauad X, 2010.

²⁰⁷ *Ibidem*. Online.



BARTH, Fredrik. **O guru, o iniciador e outras variações antropológicas**. Trad. de John Cunha. Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria, 2000.

BOURDIEU, Pierre. **Economia das trocas linguísticas: o que falar quer dizer**. 2ª ed. Trad. de Sérgio Miceli. São Paulo: Editora USP, 2008.

Comunicações Livres

A história de Cabaceiras do Paraguaçu narrada pela memória

Gabriela Almeida Costa

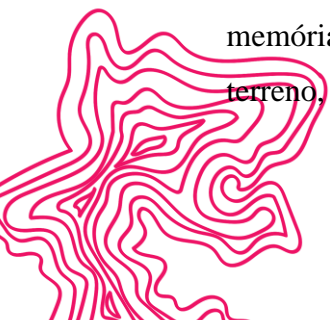
Graduanda - Universidade Federal da Bahia
costa.g@ufba.br

Resumo: Diante da ausência de uma história escrita sobre uma cidade de cerca de 19 mil habitantes, fundada em 13 de junho de 1989 no Recôncavo Baiano, e da iminente perda das memórias de seus moradores que chegam ao fim da vida, o presente trabalho pretende conhecer e escrever nos moldes acadêmicos a história de Cabaceiras do Paraguaçu. Para isso, foi utilizado o método da história oral para produção de uma fonte primária, conteúdo inédito, ou seja, uma entrevista. Nesse ponto, a senhora Judite Costa, moradora de Cabaceiras, tem papel importante no trabalho, uma vez que narra sua história de vida para que a trajetória do local onde viveu se revele. Dessa forma, os traumas da vida de uma mulher de 92 anos são evidenciados e aspectos da área da história requisitada, esta é, a história oral, podem ser debatidos, questões como o silenciamento, o processo de transcrição, os perigos da interferência na narração do entrevistado(a) e o passo a passo para realização de um trabalho como este são abordados. Assim, ao longo do escrito, figuras e locais de destaque no estado da Bahia aparecem como pontos importantes que compuseram a trajetória do local. Tem-se, então, o Rio Paraguaçu, que banha a localidade, exercendo um papel marcante na vida dos moradores, sendo cenário de um trauma vivido por uma de suas moradoras. Além desse, há a barragem da Pedra do Cavalo, que exerce grande importância na região do Recôncavo Baiano, auxiliando no fornecimento de água e funcionando como a causa de problemas vivenciados na pequena cidade. Ainda, como figura nacionalmente conhecida, há o poeta Castro Alves, que carrega a alcunha de poeta dos negros, pelas temáticas abordadas em seus escritos, críticas visíveis a escravidão. Nesse sentido, todos esses elementos pontuados, ajudam a construir a história da cidade e vão pouco a pouco emergindo da memória de Judite. Vinculado a isso, duas produções audiovisuais foram escolhidas para fazer parte dessa discussão, no intuito de traçar paralelos e tornar o debate mais acessível, são elas: *Uma Cidade Sem Passado* e *Narradores de Javé*, esses são títulos reconhecíveis por pesquisadores e estudiosos da área, visto que têm muito a dizer sobre a história oral. Ademais, compartilham fortes semelhanças com a vida da entrevistada e por conseguinte com a cidade de Cabaceiras do Paraguaçu, ajudando a cumprir o objetivo desta produção acadêmica.

Palavras-chave: Oralidade; Cidade; Audiovisual.

Introdução

O presente trabalho planeja conhecer e escrever a história da cidade de Cabaceiras do Paraguaçu, uma cidade pequena situada no Recôncavo Baiano, com aproximadamente 222 mil km² e cerca de 19 mil habitantes, fundada em 13 de junho de 1989. Nesse cenário, percebeu-se que a localidade arrisca ter as informações do seu nascimento e da trajetória perdidas com as memórias dos moradores mais antigos do local, quando estes concluírem sua jornada no plano terreno, ou seja, a medida que as pessoas que viveram em Cabaceiras e presenciaram os eventos



importantes da construção da cidade falecessem, as informações sobre isso se perderiam, dado que nada foi devidamente organizado e documentado de maneira que se considerasse os sentimentos humanos e as lutas que são intrínsecas a trajetória de um lugar e o tornam único.

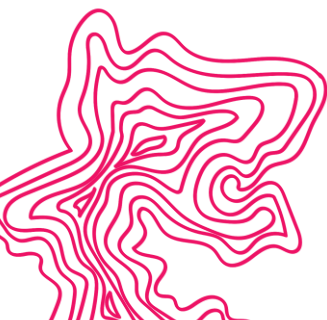
Assim, tentando fugir de contar uma história apenas com datas importantes e comemorativas, foi acionada a história oral, fazendo desse projeto um trabalho mais importante ainda, uma vez que acionada a oralidade, os traumas, o modo de viver, as dores, as felicidades da população de Cabaceiras do Paraguaçu seriam contadas e a história seria escrita de maneira mais lúcida.

Pretendeu-se, portanto, alcançar o objetivo geral de trazer as narrativas de uma pessoa que viveu na cidade em questão e, desse modo, fazer uma aproximação entre o leitor e o lugar estudado que só o contato com vivências, sentimentos e histórias de vida poderiam proporcionar. Dentro disso, no objetivo específico pretendeu-se produzir uma discussão sobre a oralidade, buscando evidenciar sua importância em determinados temas de pesquisa em história, uma vez que se tornou imprescindível abordar questões intrínsecas à área da história solicitada.

Nesse contexto, tanto para o objetivo específico como para o objetivo geral configurou-se indispensável trazer para a discussão duas produções audiovisuais. São elas, *Narradores de Javé*, filme nacional de Eliane Caffé produzido em 2003, é um clássico brasileiro que nos conta sobre os habitantes de uma localidade denominada Javé e *Uma Cidade sem Passado*, produzido em 1990 na Alemanha pelo diretor Michael Verhoeven, é uma comédia dramática com muito a dizer sobre a história oral. Para pesquisadores e estudiosos da área esses títulos podem ser familiares, mas a surpreendente semelhança deles com a história de uma pacata cidade baiana é inédita.

Portanto, perante a inexistência de uma história escrita nos moldes acadêmicos para a cidade de Cabaceiras do Paraguaçu, surgiu a motivação para desenvolver este trabalho protagonizado pela memória. Dessa forma, o texto está organizado nos seguintes tópicos, Metodologia, A entrevista, Cabaceiras dos Paraguaçu, História e memória, Ficção e realidade e Considerações finais.

Metodologia



Para a realização deste trabalho utilizou-se da entrevista em história oral para produzir uma fonte primária, conteúdo inédito. Nesse sentido, nas palavras da historiadora Verena Alberti, esse ramo da história pode ser explicado da seguinte maneira:

“Como toda atividade de pensamento, opera por discontinuidades: selecionamos acontecimentos, conjunturas e modos de viver, para conhecer e explicar o que se passou. Com a história oral não é diferente. Mas uma entrevista de história oral tem uma vivacidade especial. É da experiência de um sujeito que se trata; sua narrativa acaba colorindo o passado com um valor que nos é caro: aquele que faz do homem um indivíduo único e singular, um sujeito que efetivamente viveu” (ALBERTI, 2003, p. 1).

Dessa forma, a história oral é útil ao ter um tema onde as fontes são escassas ou se deseja outro olhar que traga riqueza de detalhes e uma nova perspectiva, quando se almeja, também, ouvir a versão dos grupos que não possuem voz, portanto não contam suas memórias, logo, estas são esquecidas, não colocadas nas equações. No caso do objeto dessa pesquisa não existia até então uma equação formalizada, pois a tradição oral foi negligenciada e as fontes bibliográficas são raras e restritas, não são acessíveis à população no geral.

De acordo com esse cenário, não se pode deixar de mencionar duas bases fundamentais para a execução deste trabalho, são elas os historiadores Verena Alberti e José Carlos Sebe Bom Meihy, ambos com um material de mesmo título: *Manual de História Oral*, que conduziram as etapas necessárias para a realização deste trabalho.

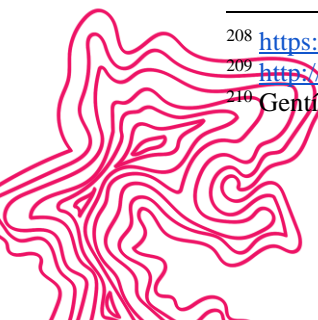
A entrevista

O processo de produção da fonte primária se inicia antes mesmo da entrevista, ou seja, há um estudo prévio para que as perguntas que serão direcionadas à entrevistada sejam objetivas e o tempo seja bem aproveitado (ALBERTI, 2005, p. 81 – 84). Nesse sentido, a pesquisa começa com a busca de uma bibliografia que pudesse dar algumas pistas sobre a história de Cabaceiras do Paraguaçu. Porém, a inexistência de acervos documentais nos limites da cidade direcionaram a pesquisa para sites oficiais do município, como o da prefeitura municipal²⁰⁸, que conta com uma sessão exclusiva para informações da localidade, além desse, há o site oficial do Parque Histórico Castro Alves²⁰⁹, ponto turístico da cidade dedicado ao poeta Castro Alves, que atrai turistas e está muito presente na memória dos cidadãos cabaceirenses²¹⁰.

²⁰⁸ <https://www.cabaceirasdoparaguacu.ba.gov.br/>

²⁰⁹ <http://museubrasil.org/pt/museu/parque-historico-castro-alves>

²¹⁰ Gentílico de quem nasceu em Cabaceiras do Paraguaçu



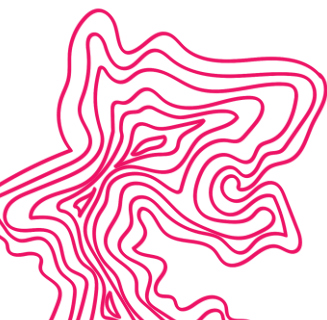
Sendo assim, apesar dos meios de comunicação digitais serem um difusor de conhecimento e facilitador do acesso a ele, o que há disponibilizado nela sobre a cidade é irrisório, isso inclui os sites oficiais mencionados — fato este, que levou a uma discussão com o filme *Uma Cidade Sem Passado* (UMA CIDADE SEM PASSADO, 1990). Consecutivamente, atrelado a essa pesquisa histórica em busca da construção de um passado linear sobre a cidade, precisou-se também ter conhecimento geográfico do objeto que se pretendia estudar. Essa parte estatística, número de moradores, dados sobre o saneamento básico, serviços públicos, extensão territorial foram de fácil acesso, por estarem armazenados no site IBGE — Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

Deve-se atentar que o material obtido na entrevista em busca do passado perdido da cidade de Cabaceiras não deve ser contestado pelos números previamente buscados, isto é, não devem ser usados para confrontar a entrevistada ao passo que narra suas memórias, mas sim para permitir compreender e conhecer a trajetória de um lugar através das memórias e como os dados, mesmo que desconhecidos pela entrevistada, concordam ou discordam com suas falas (ALBERTI, 2003, p. 1).

Logo após essa exploração inicial, e as ponderações sobre essa etapa, foi escolhida a entrevistada, que deve variar conforme o objetivo do pesquisador, neste estudo em específico o perfil apropriado seria alguém que nasceu e morou toda a vida no local e fosse o mais velho possível. Assim, poderia-se ir bem longe no passado e chegar ao objetivo do trabalho, dessa forma, a escolhida foi uma senhora de 92 anos chamada Judite Costa.

Reservada essa escolha, direcionou-se o foco para outra etapa essencial, o projeto de pesquisa. Nesse sentido, as perguntas previamente definidas circularam em torno do tema central que é a história da cidade de Cabaceiras do Paraguaçu, gerando narrações sobre como era o local meio século atrás, os lugares mais importantes da cidade, os pontos turísticos, a política e a religiosidade.

Construído esse roteiro, o primeiro contato com a entrevistada foi feito para que ela pudesse ser apresentada a proposta do trabalho, perguntar-lhe se desejaria contar a suas memórias e contribuir para a construção de um material de nível acadêmico e em caso afirmativo seria combinado horário e local confortável para a senhora Judite narrar tudo que até então estava guardado.



Antes de prosseguir, outro ponto indispensável é a aparelhagem. Para que futuros percalços não tenham que ser cruzados, as questões técnicas devem ser conferidas, isto é: gravador de voz, câmera — nesse caso não foi utilizada a gravação de vídeo, pois a entrevistada assim preferiu — e local para armazenar esse conteúdo produzido (MEIHY, 2005, p. 32 – 34). Graças à tecnologia, existem hoje *smartphones* que realizam facilmente essas tarefas por intermédio de aplicativos disponíveis gratuitamente, utilizou-se então o aplicativo gratuito gravador de voz fácil que grava, reproduz e armazena áudios.

Depois da entrevistada ter aceitado fazer parte desse projeto a entrevista aconteceu na casa da senhora Judite, foi dividida em duas partes que duraram respectivamente 35 minutos e 55 minutos, nesse tempo foram obtidas as falas analisadas a seguir. Assim, após colhido o material, o processo de transcrição ocorreu, isto é, ouvir tudo novamente, transcrever as falas para então selecionar os trechos que atendem ao objetivo da pesquisa.

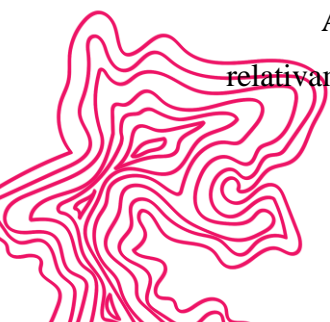
Um detalhe importante aqui é o roteiro secundário, como houveram duas reuniões um segundo roteiro foi programado com base no material já coletado, muitas das questões principais já haviam sido esclarecidas, porém, novas indagações surgiram e diante disso um roteiro reformulado com as perguntas adicionais fez-se necessário.

No pós-entrevista, tem-se ainda outras questões, a autorização é uma delas, essa é parte burocrática. Antes de utilizar o material colhido na entrevista é necessário a autorização do entrevistado(a) para que esse conteúdo possa ser publicado, assim foi feito.

Cabaceiras do Paraguaçu

Com o intuito de conhecer todos os aspectos da cidade, como já mencionado, um estudo foi dirigido para os dados numéricos — estes servem de conhecimento prévio sobre o que se planeja conhecer na entrevista. Partindo para os dados retirados do IBGE, com datação de 2010, a cidade possui uma população estimada em 2021 de 1 mil pessoas; se tratando de educação, a taxa de escolarização de 6 a 14 anos era de 98,8%; sobre o território e ambiente, apresenta 6% de domicílios com esgotamento sanitário adequado e 18.7% de domicílios urbanos em vias públicas com urbanização adequada (presença de bueiro, calçada, pavimentação e meio-fio); sobre a religião, são quase 15 mil católicos e cerca de mil e quinhentos evangélicos (IBGE, 2010).

Além disso, é fundamental falar sobre os pontos turísticos da cidade. Apesar de ser relativamente pequena, a cidade possui dois locais importantes, o primeiro é o rio Paraguaçu,



banhando alguns de seus pontos, desde os primórdios de Cabaceiras ele está presente no cotidiano dos moradores, como as falas de Judite revelam no tópico a seguir, tão forte é sua importância que compõe o nome da cidade.

Junto ao rio, outro ponto turístico de grande significado para a cidade é o Parque Histórico Castro Alves, que conta com um acervo permanente dedicado a contar a história do Poeta Antônio Frederico de Castro Alves, conhecido também como poeta dos negros, por mostrar em seus poemas um posicionamento contrário a escravidão. Nesse sentido, há também o busto do poeta na principal praça de Cabaceiras, evidenciando a grande importância que a comunidade cabaceirense lhe atribui. Ademais, há a data comemorativa 14 de março para relembrar o aniversário do poeta.

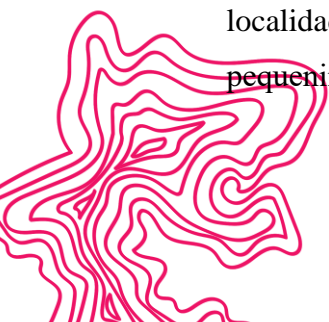
História e memória

É importante mencionar que a apresentação das falas da entrevistada não necessariamente estão na ordem em que foi narrada nem acompanhada das perguntas sugestivas feitas. Será, então, apresentada a história de Cabaceiras do Paraguaçu desde os seus primórdios, baseada nas falas de uma de suas moradoras.

Nesse sentido, a entrevistada chamada Judite nasceu em 1931, em Cabaceiras do Paraguaçu, onde vive até hoje, ano de 2023. Com o intuito de tentar descrever quem é essa senhora que ajudou a contar a trajetória da cidade, algumas informações foram ponderadas: sua mãe era analfabeta, dona de casa e lavradora, adepta ao catolicismo. Já seu pai era lavrador e não frequentava a igreja. Judite, no que lhe concerne, estudou por cerca de seis meses na infância quando aprendeu a escrever apenas seu nome, porém, não sabe escrever nem ler nada mais. Já por volta dos 14 anos trabalhava na lavoura, esse trabalho a acompanhou até sua vida de casada, nessa fase ela teve 13 filhos, 6 meninas e 7 meninos, apenas 10 estão vivos atualmente.

A partir desse ponto, resolveu-se continuar mostrando quem é Judite, mãe de 13 filhos, por meio de suas falas na entrevista, e enquanto a conhecemos nos voltamos para o objetivo do trabalho que é conhecer a história de Cabaceiras e propor um debate sobre a oralidade.

Assim, a senhora Judite Costa foi o mais longe possível em suas memórias — um trabalho um tanto quanto cansativo já que são 92 anos de história — e descreveu como era a localidade quando não existia quase nada. Por conseguinte, obteve-se: “Cabaceiras era pequenina, só tinha duas casas e foi crescendo”, “não tinha calçamento, não tinha estrada, o rio



era estreito, os meninos tomavam banho [...] saia daqui com uma bacia de roupa”, “tinha estrada que ia lá para o rio, nem tinha direito, um caminho pequeno, assim... ‘oxê’²¹¹, ‘colé’, pequenino, cheio de ‘licurioba’²¹², a gente passava por dentro, só passava uma pessoa”, “não tinha fogão, nem tevê [...] quem disse que tinha colchão? [...] criança nascia não tinha fralda”.

Diante dessas falas, pode-se montar um cenário inicial de Cabaceiras. Como Judite diz, não havia muita coisa nesse momento. Na sequência, foram agrupadas falas sobre as temáticas: política, saúde, religião e festas.

Política: As memórias sobre o âmbito da política evidenciam a falta de assistência que os moradores enfrentavam, principalmente, na saúde. Como a localidade antes de sua emancipação política era distrito de Muritiba, cidade serrana localizada próximo a Cabaceiras, pouca atenção era dada a esse pacato território tão distante de sua sede, cerca de 27 km. Portanto, na percepção de Judite Costa: “Não tinha nada não, política, prefeito [...] Mandava por Muritiba”, destacando o descaso das autoridades.

Saúde: para essa esfera têm-se as seguintes falas “Não havia médicos [...]”, “Tinha gente que passava fome”, “E tinha muita doença que chamava tuberculoso²¹³”, “Quando morria uma pessoa isolava a casa”, “O povo tinha história que a doença ia para a cumeeira²¹⁴ da casa”, “Morria em casa, quando dava fé estava morto”. Assim, é notória a precariedade que os moradores da região enfrentavam, apesar da falta de atendimento e instruções, é imprescindível destacar que os moradores utilizavam o isolamento para evitar a transmissão de doenças, como a citada tuberculose. Do mesmo modo que as autoridades de saúde orientaram durante a pandemia de covid-19 (FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ, 2020).

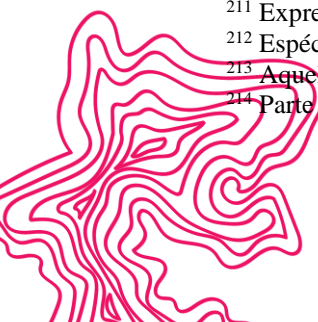
Religiosidade e festas: Uma esfera muito marcante na vida da entrevistada é a religiosidade, isso é evidente no seguinte trecho: “Eu nasci na lei católica”. Além disso, histórias peculiares são contadas, como diante da inexistência de um automóvel, a entrevistada teve seu desfile nas antigas ruas da cidade, “Não tinha carro não, fui a pé para a igreja com o vestido de noiva”. Em seguida ela descreve o lugar, “A igreja era pequenininha com a frente para o rio”, o rio a que se refere Judite é o Paraguaçu.

²¹¹ Expressão baiana que nesse contexto significa ênfase ao que se é dito

²¹² Espécie de palmeira

²¹³ Aquele que possui tuberculose

²¹⁴ Parte da construção do telhado



Ainda sobre essa questão, ela cita as festas de cunho religioso que frequentou durante a adolescência e fase adulta, “A festa de São Roque, levava 3 dias, tinha a lavagem, as mulheres vestiam uma saia grande”, “Tinha São João, saíam grupos pelas portas bebendo e comendo”, “São Cosme, Fazia uma reza, cantava”, “Cantava Reis, passava a noite toda sambando”, “Tinha leilões” — os leilões presentes até pouco tempo foge a regra e não tinha vínculo com a religião.

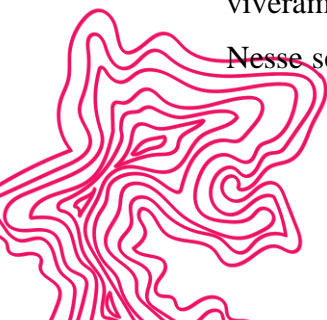
Assim, pode-se colorir o imaginário da vida cotidiana em Cabaceiras do Paraguaçu. A partir disso, após uma breve noção dos pilares de uma comunidade, a proposta é relacionar outras falas da narração de Judite a duas produções audiovisuais enquanto se destacam ricas observações sobre a oralidade e assim se poderá compreender como as dores e traumas de uma moradora pode dizer muito sobre uma localidade pequena.

Ficção e realidade

Por fim, cabe trazer para essa discussão duas produções audiovisuais, *Narradores de Javé* e *Uma Cidade Sem Passado*. Nesse sentido, a primeira conta a história do vilarejo fictício de Javé, onde seus moradores ameaçados pela construção de uma barragem que inundaria suas terras decidiram resgatar a trajetória daquele lugar por meio da memória, planejando escrever tudo o que, até então, estava nas recordações dos moradores, a fim de impedir a construção da barragem. A segunda produção conta a trajetória de Sonja, personagem principal do filme, que se dedica a escrever sobre a participação da sua cidade durante a Segunda Guerra Mundial, em meio a suas buscas por documentos e entrevistas ela enfrenta pessoas que querem deixar os fatos do passado bem escondidos, contudo, Sonja não desiste do seu trabalho e resgata parte da história de sua cidade.

Partindo para a relação dos filmes com o objeto de pesquisa, tem-se que, Cabaceiras do Paraguaçu, semelhante a Javé, é um local pequeno onde seus moradores, da mesma maneira que Judite, tiveram suas terras levadas pela enchente provocada pela construção de uma barragem, a da realidade chama-se Pedra do Cavalo. Esse fato é narrado nos seguintes trechos: “[...] Aí a água represou e o rio encheu, ficou largo, tomou as terras todas, a gente tinha terra, o governo comprou tudo barata” (COSTA, 2021), “A gente tinha terra, tinha casa [...] Comprou tudo barato, 50 tarefas de terra” (COSTA, 2021).

Assim como na realidade, no filme pode-se ter dimensão do que os habitantes, que viveram a situação que Judite conta, sentiram ao ver suas terras sendo submersas pela água. Nesse sentido, é oportuno resgatar as narrações sobre a condição precária que vivia a senhora



Judite, ouvir seus relatos, de perda de bens materiais, com participação do governo, destaca como em alguns momentos ele pode ser omissivo, ao se tratar de um lugarejo distante da capital, e se fazer presente em grandes situações como a construção de uma barragem.

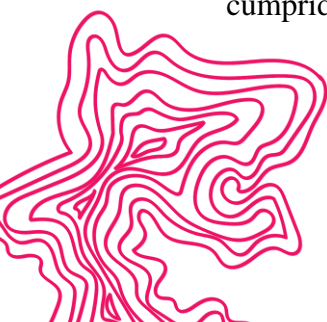
Atrelado a isso, na entrevista de história oral é possível acessar os sentimentos dos entrevistados através de suas expressões faciais, seus silêncios, e gestos, como ocorre na entrevista com a senhora Judite no trecho supracitado e nos seguintes. Atrelado a isso, também são remontadas as memórias anteriores à inundação provocada pela construção da barragem: “A balsa era uma canoa pequena” (COSTA, 2021) e “Passei por cima das pedras para ir para o Santo Estêvão, que estava seco o rio”(COSTA, 2021), nota-se um sentimento de saudade nas falas da narradora, entre momentos de silêncio e reflexão.

Se tratando da segunda produção selecionada, um ponto relevante para essa discussão é a dificuldade de acesso às fontes. No decorrer da trama, a protagonista Sonja se depara com empecilhos causados por outras pessoas, que querem impedi-la de realizar a pesquisa histórica. Semelhante a isso, na realidade de Cabaceiras do Paraguaçu, apesar de não ter uma força contrária ao movimento da pesquisa, há a inércia, nada estava sendo feito para escrever a história da cidade e resgatar as memórias geradas ali, o que torna mais importante ainda a produção de uma fonte primária utilizando como ferramenta a história oral.

Além disso, as memórias raras sobre um grande período expressam a emergência do trabalho com entrevistas. Essa realidade é mencionada pela própria entrevistada que alega ser uma das poucas pessoas capazes de narrar a trajetória da localidade, isso está presente nas seguintes falas: “várias amigas minhas já morreram, só ficou eu” (COSTA, 2021) e “não sei como estou viva até hoje” (COSTA, 2021), esta última faz referência ao fato de ter vivido muitas dificuldades até chegar aos 92 anos.

Considerações finais

Ao fim dessa discussão, obteve-se uma ampla visão sobre a história da cidade de Cabaceiras do Paraguaçu. Atrelado a isso, obtiveram-se discussões acerca da história oral e incorporando a estas, produções audiovisuais que geraram um rico paralelo entre Cabaceiras e a oralidade. Por conseguinte, o objetivo de compilar eventos desde os primórdios de Cabaceiras até os dias atuais utilizando o material proveniente de uma entrevista foi satisfatoriamente cumprido.



Apesar disso, esse trabalho conta com apenas uma entrevista e isso faz desse empreendimento acadêmico ainda inicial, pois, se obteria mais informações sobre a história do local caso um número maior de pessoas narrarem suas memórias construídas ali enquanto remontam a trajetória do lugar. Nesse sentido, essa é uma possível continuação para um novo projeto em história oral.

Além disso, também deve-se pensar na visita em arquivos públicos nas cidades vizinhas, de modo a traçar um novo paralelo, isto é, relações econômicas, políticas e de turismo, para um trabalho mais extenso. Outros aspectos que sugerem uma continuação são os pontos turísticos da cidade, o Parque Histórico Castro Alves, o rio Paraguaçu e até mesmo a citada barragem da Pedra do Cavalo, com suas histórias próprias que se cruzam com a do objetivo de pesquisa, a construção de uma história da cidade de Cabaceiras do Paraguaçu.

Referências bibliográficas

- ALBERTI, Verena. **Manual de História Oral**. Rio de Janeiro. FGV, 2005.
- ALBERTI, Verena. **Narrativas na história oral**. In: ANPUH — XXII SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA — João Pessoa, 2003.
- ALBERTI, Verena. **O fascínio do vivido, ou o que atrai na história oral**. Rio de Janeiro: CPDOC, 2003.
- Carr, Edward Hallet. **O que é história?** Rio de Janeiro: Paz e Terra. 1982.
- COSTA, Judite Souza. **A História de uma Mulher e de uma Cidade**. [out. 2021]. Entrevistador: Gabriela Almeida Costa. Cabaceiras do Paraguaçu, 2021. 2 arquivos mp3 (55 e 35 min.).
- FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ. **Covid-19 Novo Coronavírus Informativos IFF/FIOCRUZ**. 2020.
- IBGE — Instituto brasileiro de Geografia e Estatística. Cabaceiras do Paraguaçu, 2021. **Cabaceiras do Paraguaçu**. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ba/cabaceiras-do-paraguacu/panorama>>. Acesso em: 19 fev 2022.
- MEIHY, José Carlos Sebe Bom. **Manual de História Oral**. São Paulo, edições Loyola, 2002.
- Narradores de Javé**. Direção: Eliane Caffé. Produção de Vania Catani. Rio de Janeiro: RioFilme, 2004. Disponível em <<https://www.youtube.com/watch?v=Trm-CyihYs8>>. Acesso em: dez 2022.
- POLLACK, Michael. **Memória, Esquecimento, Silêncio**. In.: Estudos Históricos, Rio de Janeiro, vol. 2, n. 3, p. 3-15. 1989.
- Uma Cidade Sem Passado**. Direção: Michael Verhoeven. Produção de Michael Senftleben. Alemanha, 1990. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=kKiykbMCtRM>>. Acesso em: jan 2023.



Ações de liberdade em Guarapiranga: a agência e resistência negra na busca pela liberdade

Maria Eduarda Câmara

Graduanda em História - Universidade Federal de Ouro Preto
maria.camara@aluno.ufop.edu.br

Resumo: Esta comunicação tem o objetivo de abordar a frente das ações de liberdade, na realidade específica de Guarapiranga, no recorte temporal de 1850 a 1888. Buscaremos evidenciar de que maneira, e até que ponto, os tribunais poderiam ser um caminho viável para que escravizados da Vila de Piranga, conseguissem alcançar a liberdade através das ações e manutenções de liberdade. Tal comunicação é resultado das pesquisas do projeto de iniciação científica financiado pela *CNPq*: “Ações de liberdade em Guarapiranga na segunda metade do século XIX”, sob orientação da Prof^a Dr^a Cláudia Maria das Graças Chaves. Nesta exposição, especificamente, nos ateremos a dois processos específicos, dentro do conjunto que trabalhamos, dos irmãos Cassiano e Zacarias e de Zeferino Moura. Priorizaremos esses casos, por serem representativos da tese que desejamos desenvolver de que, mesmo a legislação do século XIX sendo uma das principais bases para o sistema escravista, as pessoas escravizadas conseguiram usar o meio jurídico para alcançar suas liberdades.

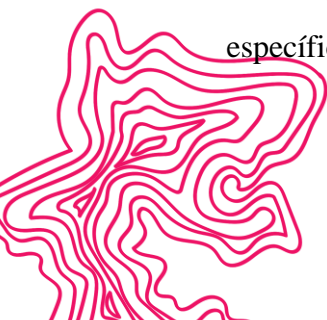
Palavras-chave: Ações de liberdade, Escravizados, Tribunais, Liberdade.

Introdução

É importante ressaltar, de antemão, que o desenvolvimento do projeto de pesquisa financiado pela *CNPq* “Ações de liberdade em Guarapiranga na segunda metade do século XIX”, foi baseado em uma historiografia que ressalta a agência da população negra na luta contra o regime escravista. Temos como base produções de historiadores como: Ricardo Salles (2007), Hebe Mattos (2013), Angela Alonso (2014) e Ana Flávia Magalhães Pinto (2014), que nos mostraram que o conceito de liberdade tinha significações plurais para a população negra do século XIX.

Tais intelectuais evidenciam, também, que as pessoas negras buscaram, de diversas formas, alcançar a sua liberdade, afirmando-se como sujeitos históricos. Sendo assim, em nossa pesquisa, ao nos apoiarmos nessa historiografia, buscamos contribuir para o entendimento de como, e em que medida, os escravizados da região piranguense viam os tribunais como uma forma de alcançar sua emancipação, e de que forma se colocavam como sujeitos históricos frente a instituição escravista.

O nosso projeto de pesquisa visa abordar a frente das ações de liberdade, na realidade específica de Guarapiranga, no recorte temporal de 1850 a 1888. Antes de adentrarmos mais na



pesquisa, e nos casos que trataremos nessa exposição, é importante contextualizar os espaços e os tempos de que estamos falando. O processo colonizador do território de Guarapiranga teve início no fim do século XVII, com a descoberta de ouro na região e foi caracterizado pela presença marcante de uma população originária (ANTUNES; SILVEIRA, 2019, p. 863). A freguesia, apesar de experimentar um determinado surto minerador no princípio de sua ocupação, foi de modo geral, uma região propícia à agropecuária. (DE OLIVEIRA, 2005, p. 2). Com importantes áreas produtivas, e seus consequentes rendimentos, mesmo que parte da produção fosse consumida por seus habitantes, a freguesia possuía um comércio de excedente amplo, envolvendo Mariana, Vila Rica e mesmo regiões fluminenses (ANTUNES; SILVEIRA p. 871-872).

O crescimento da freguesia piranguense acentuou-se na segunda metade do século XVIII, sendo que em 1810, tendo como base um mapa populacional do termo de Mariana, é possível afirmar que Guarapiranga era a maior freguesia, com 14.221 habitantes, o que representava impressionantes 30% de toda a população do município marianense. A região de Piranga estava em pleno desenvolvimento no decorrer do século XIX, enquadrando-se na chamada agricultura mercantil de alimentos (DO NASCIMENTO, 2016, p. 7).

Sobre a população escravizada piranguense, estudos demonstram que foi comum a presença das pequenas propriedades de cativos. Segundo dados, 83,57% dos senhores possuíam até 10 escravizados (DO NASCIMENTO, 2016, p. 9). Baseando-se nesta estrutura demográfica, em 1872, a população escravizada de Piranga era de 6.313 pessoas, representando 17,16% da população. Segundo dados, entre 1831 a 1872, os livres e libertos tiveram um grande aumento, passando de 8.305 para 30.478 habitantes. Esse aumento substancial de pessoas libertas pode ser resultado das taxas positivas de crescimento natural²¹⁵ exponencial, e do grande número de alforrias (DO NASCIMENTO, 2016, p. 10-12). Pensando sobre o aumento do número de alforrias, comuns na segunda metade do século XIX, buscou-se, em nosso projeto, ao menos vislumbrar o quanto as ações de liberdades foram importantes para o aumento do número das alforrias, e, conseqüentemente, para o crescimento da população liberta em Guarapiranga.

Para o desenvolvimento da pesquisa, foram realizadas buscas no Arquivo da Casa Setecentista de Mariana e no Arquivo do Fórum de Piranga, onde identificamos e transcrevemos

²¹⁵Nascimento de pessoas negras livres



quatorze ações / manutenções de liberdade, que foram movidas totalmente ou parcialmente na Vila de Guarapiranga. Após essa primeira etapa, tabulamos os dados presentes nos processos para facilitar a análise e comparação das informações.

Entre as ações analisadas, temos algumas que foram movidas mais de uma vez pelo mesmo conjunto de autores, por não terem conseguido a liberdade na primeira tentativa, voltam a recorrer aos tribunais. Entre essas ações, temos os processos dos irmãos Cassiano e Zacarias e o processo de Zeferino Moura. Essa recorrência é importante para a análise, pois demonstra a insistência dos escravizados em usar o meio jurídico para alcançar a liberdade. Sendo assim, discutiremos mais profundamente esses casos, apresentando suas peculiaridades.

Zeferino Moura

Zeferino Moura²¹⁶, “crioulo”, tinha 22 anos de idade quando moveu seu primeiro processo de ação de liberdade em 24 de abril de 1869, no cartório da cidade de Mariana. Zeferino afirmava que tinha sido cativo do finado Francisco José Ferreira Guarda e de sua mulher, D. Maria Thereza das Mercês. Por falecimento destes, ele passou a ser propriedade de D. Genoveva Maria Palistina e de outra proprietária que não é nomeada no processo. Com a morte de seus antigos proprietários, Zeferino foi avaliado em novecentos mil réis, e conseguiu comprar a parte da sua alforria que pertencia a D. Genoveva Maria Palistina, pela quantia de duzentos e cinquenta mil réis. Sua alforria, como demonstra o processo, estava sendo coartada, ou seja, estava sendo comprada em partes.

Para conseguir o restante de sua liberdade, que correspondia a 650 mil réis, Zeferino precisava que fosse feito um cálculo, sobre o tempo de serviço que deveria prestar. Sendo assim, ele requer ao juiz que ele lhe designe um curador, e que se contasse a quantia faltante, e os dias que têm direito a ficar livre. Além disso, requer garantia para que não seja vítima de nenhuma violência da parte de José Fernandes Ozório, comprador de uma parte de outra herdeira²¹⁷. Antônio Gentil Gomes Cândido é nomeado como curador do escravizado. Como resposta à ação, José Fernandes Ozório, por meio de seu advogado Vicente de Paula Bernardino, afirmou que tinha conhecimento de que Zeferino tem direito a parte de sua liberdade. Contudo, declarou que as demais partes do escravizado Zeferino, pertenciam a ele. Procedendo-se a conta da

²¹⁶ Ação de liberdade de Zeferino Moura contra José Fernandes Ozório, 1869. AHCSM. 1º Ofício, Códice 448, Auto 9681.

²¹⁷ Infelizmente não temos mais informações sobre essa herdeira, e no processo analisado, só fica indicado que uma herdeira ficou com outra parte do escravizado.

divisão do tempo, reconheceu que o escravizado tinha o direito de 101 dias de cada ano, e o restante do tempo teria que servir a José Fernandes Ozório. Pela conta do juízo a cada 19 meses o escravizado tinha o direito a 159 dias.

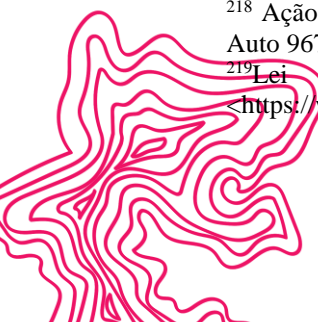
Contudo, segundo José Fernandes Ozório, o cativo se retirou de seu poder “a 20 de janeiro passado”, ou seja, 20 de janeiro de 1869, e usufruiu de mais tempo de liberdade do que tinha direito. Sendo assim, José Fernandes de Ozório requer ao juiz, que o escravizado seja apreendido e entregue a seu poder. O juiz em exercício, Olympio Abreu de Mello, dá sentença favorável a José Fernandes Ozório, em 27 de julho de 1869, e Zeferino volta a estar submetido às ordens de seu proprietário. Apesar deste desfecho não ter sido favorável a Zeferino, ele não perdeu as esperanças de conseguir sua liberdade, e quatorze anos depois, volta a mover uma ação de liberdade. Nessa nova ação solicita ser completamente alforriado, e ter sua liberdade total.

Em 12 de outubro de 1883, têm início o novo processo de Zeferino Moura²¹⁸ contra o réu que agora seria Antônio Augusto de Carvalho. Zeferino por meio do curador nomeado, Antônio Gentil Gomes Cândido, busca provar que ele está vivendo um injusto cativo, e tem o direito de ser livre. Para alcançar a plena liberdade, Zeferino apela à justiça para se valer a disposição da lei n° 2.040 de 28 de setembro de 1871, artigo 4°, parágrafo IV, que diz que o “escravo que pertencer a condôminos e fôr libertado por um deles, poderia indenizar aos outros, pagando-os com serviços prestados durante o máximo de 7 anos para ter direito total à sua alforria²¹⁹”.

Após essa declaração da defesa da liberdade de Zeferino, em 19 de julho de 1884, o juiz envia um oficial de justiça à Freguesia de São Domingos, para intimar Antônio Augusto de Carvalho, a entregar o escravizado Zeferino para a tutela de seu curador. Mesmo a contragosto, Antônio Augusto de Carvalho entrega o libertando a seu curador, Antônio Gentil Gomes Cândido. Como já dito, segundo a lei n° 2.040, Zeferino tinha direito à sua liberdade, sem ter que pagar nada por ela. Contudo, por algum motivo que não temos conhecimento, o curador de Zeferino optou por fazer um acordo pela alforria do escravizado com Antônio Augusto de Carvalho.

²¹⁸ Ação de liberdade de Zeferino Moura contra José Fernandes Ozório, 1883. AHCSM, 1ºOfício, Códice 448, Auto 9679.

²¹⁹Lei n° 2.040, de 28 de setembro de 1871. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lim/lim2040.htm>.



Pelo acordo, o libertando deveria pagar o valor de 400 mil réis da parte que falta de sua liberdade, quantia que devia ser paga em 15 dias, ou ele deveria prestar serviços por mais quatro anos. O juiz de direito do subdistrito da comarca de Piranga, João Barroca, é convocado para dar a sentença final. Esse julga por veredito, em 27 de julho de 1884, e aprova o acordo entre as partes sobre a compra da alforria de Zeferino

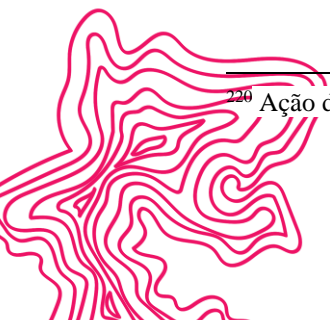
Apesar de parecer que o processo chegou ao fim, em 20 de agosto de 1884, Antônio Augusto de Carvalho procurou a justiça da cidade de Mariana alegando que Zeferino não fez o depósito da quantia solicitada, no prazo acordado de 15 dias. Sendo assim, requer que o curador de Zeferino mande a quantia acordada, de 400 mil réis, ou mande Zeferino para prestar serviços a ele por 4 anos. A essa declaração, Antônio Gentil Gomes Cândido responde que, seu curatelado “pediu para poder buscar a quantia, dizendo que a tinha em poder do [Capelão / Capitão] José Antônio de Lima Rolim e que no prazo de 8 dias voltaria com ela. Porém está até hoje sem voltar, e consta que está em São Domingos”. O curador afirma que não se opõe que Zeferino seja apreendido e levado a Antônio Augusto de Carvalho, pois “é a justiça”. Zeferino então é visto como um fugitivo, porém pelo que buscamos em nossas pesquisas, o paradeiro dele não foi encontrado, e ele não aparece em nenhuma ação cível ou criminal, em períodos posteriores.

Cassiano e Zacarias

Em 11 de abril de 1885, os irmãos Cassiano e Zacarias²²⁰, brasileiros da cidade de Barra Longa (MG) moveram uma ação, alegando serem livres desde o nascimento e que seu direito à liberdade estava sendo incomodado por pretensos senhores, porém não especificam quem eram os tais. Ambos, através do curador nomeado, Raymundo Nonnato Ferreira da Silva, declararam ser filhos da ex-escravizada Ephigênia, que foi pertencente a Ana Leonarda de Jesus. Em 1839, essa senhora passou a carta de liberdade a mãe deles, com a condição de que a escravizada lhe prestasse serviços até sua morte, e posteriormente ficaria livre de toda a escravidão. Em 1849, a proprietária morreu, deixando então de existir tal condição. Cassiano e Zacarias nasceram em 1852 e 1853, respectivamente, quando Ephigênia já era liberta, sendo assim eles eram livres desde o nascimento.

Apesar dos esforços do advogado Raimundo Nonato Ferreira da Silva em demonstrar o direito de liberdade de seus clientes, o juiz Antônio da Trindade Antunes anulou o processo.

²²⁰ Ação de liberdade que são partes Cassiano e Zacarias, 1885. AHCSM, 1º Ofício, Códice 448, Auto 9679.
XI Encontro de Pesquisa em História da UFMG - ISBN: 978-65-01-11103-2



Alegava que a Câmara de Piranga era uma comarca geral e não especial e que a ação deveria ser apresentada ao juiz municipal. Os irmãos Cassiano e Zacarias foram submetidos ao cativoiro, após o fracasso de sua ação de manutenção da liberdade, e em 10 de dezembro de 1885, aparecem novamente na justiça de Mariana, alegando estarem injustamente escravizados por Antônio Gomes e Vicencia Roza, buscando mais uma vez provar suas liberdades²²¹.

Se da primeira vez eles buscavam manter sua liberdade, nesse segundo processo, como acabaram sendo submetidos a uma escravidão ilegal, moviam uma ação de liberdade para conseguirem sair do injusto cativoiro. Os irmãos solicitam um curador e depositário que possam lhe representar em juízo, e que os mantivessem sob sua guarda para evitar castigos. Nesse processo, há o acréscimo de informações que não constavam no primeiro processo, como o traslado de documentos que comprovam a liberdade dos irmãos: as certidões de batismo de ambos e a carta de alforria da mãe.

Tendo em mãos os documentos que comprovavam a liberdade de ambos, o curador nomeado, Torquato José de Oliveira Moraes, requer a liberdade dos irmãos, solicitando que seja entregue a eles as suas respectivas cartas de liberdade. Em 20 de janeiro de 1886 o processo foi finalizado, com um desfecho aparentemente positivo para os libertandos.

Considerações finais

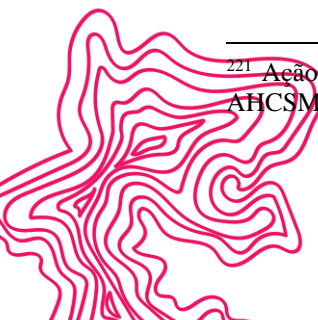
A partir do que já foi analisado em nossa pesquisa, e dos casos expostos nesta comunicação, podemos evidenciar que eles corroboram, em certa medida, com a tese levantada pelas historiadoras Keila Grinberg e Sue Peabody (2014). Ambas defendem que, embora as leis do século XIX tenham sido feitas para defender os interesses dos escravistas, os escravizados viam nos tribunais uma forma de alcançar a liberdade, e seus curadores manejaram a legislação para conseguir este objetivo. Nos casos de Zeferino Moura e dos irmãos Cassiano e Zacarias, é possível perceber que os libertandos viam os tribunais como um meio de alcançar a liberdade, de forma que recorreram à justiça mais de uma vez.

Fontes Manuscritas

Arquivo da Casa Setecentista de Mariana (AHCSM)

Ação de liberdade de Zeferino Moura contra José Fernandes Ozório, 1869. **AHCSM**, 1º Ofício, Códice 448, Auto 9681.

²²¹ Ação de liberdade nas quais são partes Cassiano e Zacarias contra Antônio Gomes e Vicencia Roza, 1885. **AHCSM**, 1º Ofício, Códice 448, Auto 9679.



Ação de liberdade de Zeferino Moura contra José Fernandes Ozório, 1883. **AHCSM**, 1º Ofício, Códice 448, Auto 9679.

Ação de liberdade nas quais são partes Cassiano e Zacarias contra Antônio Gomes e Vicencia Roza, 1885. **AHCSM**, 1º Ofício, Códice 448, Auto 9679.

Ação de liberdade que são partes Cassiano e Zacarias, 1885. **AHCSM**, 1º Ofício, Códice 448, Auto 9679.

Bibliografia

ALONSO, Angela. O abolicionismo como movimento social. **Novos estudos - CEBRAP**. São Paulo: n. 100, p. 115-127, 2014.

ANTUNES, Álvaro Araújo; SILVEIRA, Marco Antonio. Deixando de ser fronteira: Território, população e conflito na conquista e colonização de Guarapiranga. *Varia Historia*, v. 35, p. 857-893, 2019.

AZEVEDO, Elciene. **Entre escravos e doutores: a trajetória de Luiz Gama na imperial cidade de São Paulo**. Campinas: Editora da Unicamp, 1997.

CASTRO, Hebe Maria Mattos de. **Das cores do silêncio: os significados da liberdade no sudeste escravista - Brasil século XIX**. 3ª ed. rev. Campinas: Editora da Unicamp, 2013.

DE OLIVEIRA, Luís Henrique. Guarapiranga: Características econômicas e produtivas de uma freguesia camponesa. 2005.

DIAS, Silvania de Oliveira. As ações de liberdade de escravos na justiça de Mariana 1850-1888. 2010.

DO NASCIMENTO, Guilherme Augusto et al. A população escrava de uma vila oitocentista. Piranga, Minas Gerais (1850-1888). *Anais*, p. 1-21, 2016.

GRINBERG, Keila; PEABODY, Sue. **Escravidão e liberdade nas Américas**. 1ª ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2014.

LEAL, Tiago Pereira. **Da promessa à confirmação: alforrias, legados e heranças aos escravos e libertos da região de Guarapiranga, Minas Gerais (1820 - 1871)**. Universidade Federal de Ouro Preto, Dissertação de mestrado, 2015.

PINTO, Ana Flávia Magalhães. **Escritos de liberdade: literatos negros, racismo e cidadania no Brasil oitocentista**. Campinas: Editora da Unicamp, 2018.

SALLES, Ricardo. Vassouras - século XIX. Da liberdade de se ter escravos à liberdade como direito. In: CARVALHO, José Murilo de. **Nação e cidadania no Império: novos horizontes**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. p. 287 - 311.



Memória da medicina e subversão: a influência de Goethe no periódico “A Taça - órgão do clube mephistopheles”

Nathália Pereira Evangelista

Graduanda em História - UFMG

pnathalia76@gmail.com

José Francisco Guelfi Campos

Doutor em História Social pela USP e professor da Escola de Ciência da Informação –

UFMG

jfgcampos@ufmg.br

Ráisa Mendes Fernandes de Souza

Doutora em Ciência da Informação pela UFPB e bibliotecária do Centro de Memória

da Medicina – UFMG

raisamendess@gmail.com

Resumo: A fundação da Faculdade de Medicina de Bello Horizonte ocorreu em 1911 e em 1977 tem-se a inauguração do Centro de Memória da Medicina (Cememor). Com o intuito de proteger e divulgar o acervo, foi iniciado o processo de descrição documental de algumas coleções, dentre elas a coleção dos Fundadores da Faculdade. Nela encontra-se o arquivo pessoal de Hugo Furquim Werneck. Ao longo do tratamento desta coleção, foi encontrado um exemplar da primeira edição do periódico “A TAÇA - Órgão do Clube Mephistopheles”, publicado em 11 de fevereiro de 1893 em um local denominado “Gruta Infernal”. Neste jornal é possível perceber alguns aspectos que remetem à escrita do alemão Johann Wolfgang Von Goethe, em sua obra Fausto, escrita entre 1749 e 1832. Fausto, de Goethe, era um homem sábio, que possuía em si a necessidade de descobrir e experienciar a vida em sua plenitude. Movido por grande curiosidade, Fausto aceita a proposta de Mephistopheles, um ser demoníaco e considerado o próprio diabo. Este se propõe a satisfazer todas as inquietações de Fausto em troca de sua alma. O impacto da obra foi tão grande que ela mereceu, ao longo do tempo, sucessivas traduções e reedições. No Brasil, por meio do tradutor Antônio Feliciano de Castilho (1800-1875), as edições chegaram para a população que dispunha de recursos para adquiri-las. Entre o periódico e a obra de Goethe notam-se algumas semelhanças, como a estrutura textual poética, a referência a Mephistopheles no nome do clube os pseudônimos demoníacos e uma narrativa pautada na curiosidade das possibilidades da existência humana. Nas páginas do periódico, encontra-se um decreto para os membros do clube proibindo a entrada de “tomates”, ou seja, mulheres, para que não se faltassem “nabos”, isto é, homens. Existem também poemas com conotações sexuais assinados por pseudônimos cujo conteúdo envolvia adultério, sodomia e incesto.

Palavras-chave: Mephistopheles. Arquivo pessoal. Fausto. Periódico. Centro de memória.

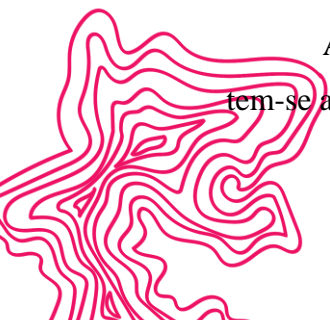
Introdução

A fundação da Faculdade de Medicina de Bello Horizonte ocorreu em 1911 e em 1977 tem-se a inauguração do Centro de Memória da Medicina (Cememor). O Cememor atualmente

XI Encontro de Pesquisa em História da UFMG - ISBN: 978-65-01-11103-2

2023

669



é detentor de um acervo de aproximadamente 100.000 itens que podem ser divididos em três tipologias: arquivístico, museológico e bibliográfico. Dentre o acervo arquivístico, está a coleção dos fundadores da Faculdade de Medicina de Belo Horizonte. Trata-se da reunião dos documentos pessoais dos treze nomes responsáveis pela criação da faculdade, a saber: Alfredo Balena, Cornélio Vaz de Mello, Zoroastro Rodrigues de Alvarenga, Cícero Ribeiro Ferreira Rodrigues, Otávio Machado, Eduardo Borges Ribeiro da Costa, Hugo Furquim Werneck, Samuel Libânio, Antônio Aleixo, Ezequiel Caetano Dias, Honorato Alves, Aurélio Pires e Olyntho Deodato dos Reis Meirelles. Com o intuito de proteger e divulgar mais sobre a história da instituição, em 2020 foi iniciado o processo de descrição documental dessa coleção.

O trabalho teve início com a organização da coleção de Hugo Werneck e, atualmente, cerca de 1500 documentos já foram higienizados, acondicionados, descritos e digitalizados. Dentre esse corpus documental, foi encontrado um exemplar da primeira edição do periódico A Taça - Órgão do Clube Mephistopheles, publicada na data de 11 de fevereiro de 1893 e em um local denominado “Gruta Infernal”. É possível perceber que o exemplar apresenta semelhanças com a escrita do alemão Johann Wolfgang Von Goethe, em sua obra intitulada “Fausto”, escrita entre 1749 e 1832.

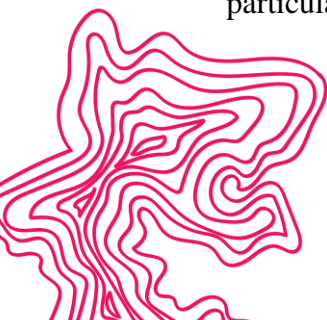
Este artigo tem como objetivo geral identificar similaridades entre o exemplar do periódico A Taça, encontrado na coleção dos Fundadores e a obra literária “Fausto”. Os objetivos específicos são: pensar os acervos pessoais como recursos historiográficos; apresentar o processo de tratamento da coleção dos Fundadores no contexto do Cememor; identificar aspectos de subversividade em um exemplar da imprensa local clandestina.

De caráter qualitativo, este estudo comparativo foi formado pelas seguintes etapas:

1. Discussão sobre os acervos pessoais como recursos historiográficos;
2. Breve apresentação do processo de organização da coleção dos Fundadores da Faculdade;
3. Comparação do documento e da obra tendo como ponto de partida o nome Mephistopheles

O acervo pessoal como recurso historiográfico

Entende-se como acervo pessoal um conjunto de documentos referentes a uma pessoa particular, no qual é possível entender mais sobre a vida desta e daquelas que a cercam. No



campo da historiografia, cabe ser referenciado um dos principais benefícios da pesquisa nos arquivos pessoais, bem como pontua Paulo Teixeira Iumatti e Thiago Lima Nicodemo:

[...]Um dos potenciais presentes na pesquisa em arquivos pessoais de intelectuais é o da compreensão das redes sociais intelectuais e institucionais evidenciadas pela documentação (IUMATTI; NICODEMO, 2018, p. 100)

Logo, nota-se que a memória dos fundadores materializada em seus arquivos pessoais é testemunha de toda uma rede intelectual na qual faziam parte, em especial Hugo Werneck. Iumatti e Nicodemo em 2018 descrevem os arquivos pessoais como sendo uma memória retrospectiva multidirecional, em que é possível perceber tais documentos não apenas como algo particular, mas também, como algo social que leva o pesquisador a refletir o que levou, especificamente, tais documentos para a guarda de determinadas instituições.

A seguir, será apresentado de forma sucinta quais são as etapas do processo de tratamento da coleção.

O processo de tratamento da coleção dos Fundadores da Faculdade de Medicina de Bello Horizonte

Pensando na guarda dos documentos nas instituições, cabe ser pontuada a organização da coleção dos Fundadores da Faculdade. Durante o processo de tratamento do acervo, tem-se a higienização, a digitalização, o acondicionamento e a descrição documental. Na higienização, é analisado qual o estado de conservação do documento e quais intervenções de limpeza a sua situação exige. Após a higienização é também realizada a numeração dos documentos de acordo com um código interno que considera o tamanho e pasta onde será guardado. Em seguida, o documento é encaminhado para a digitalização, gerando um arquivo que será direcionado tanto para o HD externo quanto para a nuvem do Google Drive específica para o projeto. A próxima etapa é acondicionar permanentemente o documento, onde é arquivado na posição que promover mais estabilidade para aquele tipo de suporte. Por fim, é realizada uma descrição documental por meio de uma planilha elaborada pela equipe. Posteriormente, há o intuito de elaborar um catálogo da coleção e montar exposições mais robustas, a serem apresentadas em escolas públicas de Belo Horizonte, tendo como prioridade aquelas próximas à região hospitalar. Cabe salientar aqui, que tal processo não significa o descarte dos documentos originais, muito pelo contrário, é pensado para evitar que o documento seja manuseado diversas vezes, o que levaria à aceleração de seus danos.

A Figura 1 mostra como os documentos se encontram dispostos na nuvem e a Figura 2 como eles se encontram acondicionados nas estantes do armário deslizante.

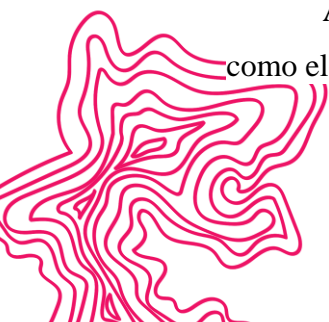


Figura 1 – Disposição dos documentos na nuvem



Fonte: Elaborado pelos autores

Figura 2 - Documentos em acondicionamento permanente



Fonte: Elaborado pelos autores

A Taça: ironia, literatura e erotismo entre a comunidade discente de futuros médicos

O nome "Mephistopheles", presente no subtítulo do periódico, refere-se a um personagem fictício que representa um demônio na obra de Goethe (FIGURA 3).



Nessa história, Mephistopheles faz um pacto pela alma de Fausto, o protagonista da história, que por almejar conhecer aquilo que lhe é impedido, devido às limitações humanas, aceita os termos.

Antes de aceitar, Fausto se questiona sobre quem é Mephistopheles, onde fica evidente a associação do termo ao demônio, estando o diálogo no quadro IV, cena II:

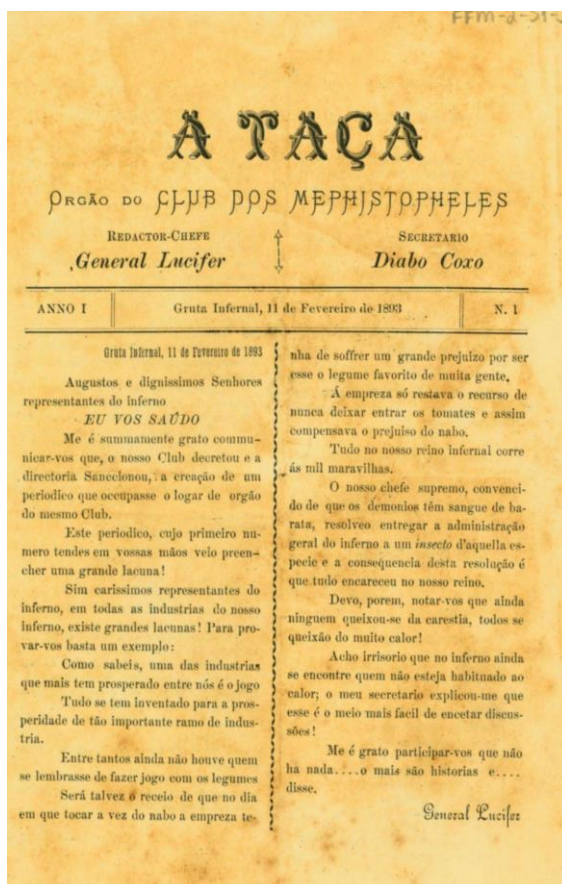
[...] **Fausto** (-Dos entes como tu saber-se o nome/ -Blasfemo, Tentador, Pai da Mentira -/ é para logo conhecer-lhe as manhas./ Quem és pois?)

Mephistopheles (-Quem eu sou? Parte da força,/ que, empenhada no mal, o bem promove.)

Fausto(-Não te percebo o enigma.)

Mephistopheles (-Sou o espírito/ que estorva sempre. E com razão, pois tudo/ quanto nasceu merece ser aniquilado;/ portanto era melhor não ter nascido./ Meu elemento é o que chamais vós outros/ Destruição, Pecado, o Mal, em Suma)[...] (GOETHE, 1976, p. 109)

Figura 3 - Primeira página do periódico “A Taça”



Fonte: Elaborado pelos autores

Outro trecho fundamental para se estabelecer uma associação direta de **Mephistopheles com o diabo** é aquele relacionado aos questionamentos de Fausto sobre os enigmas da vida:



[...] **Fausto** (-Mas então eu que sou, se me é defeso/ ao ápice aspirar da humanidade,/ alvo constante de meus crus anseios?)[...]

Mephistopheles (-É...? o que é .. e acabou-se. Erga o toitiço/ emperrucado com milhões de crespos,/ ponha salto em tacões maior de vara,/ que não cresce uma aresta.)[...] (GOETHE, 1976, p. 136).

Portanto, é notório, mediante tais citações, a associação do nome à uma entidade superior maligna.

Tendo o livro ganhado grandes repercussões no mundo, no Brasil não poderia ser diferente, em 1893, com a criação do periódico aqui pontuado, o termo aparece com o mesmo intuito de trazer respostas para perguntas não respondidas.

Na obra ficcional, Fausto é apresentado como um homem sábio que possuía em si uma necessidade de descobrir e experienciar a vida em sua plenitude. Movido por grande curiosidade, aceita a proposta de Mephistopheles, um ser demoníaco e considerado o próprio diabo. Este se propõe a satisfazer todas as inquietações de Fausto em troca de sua alma.

Como A Taça foi veiculado em 1893, ano anterior à fundação de Bello Horizonte, que ocorreu em 1897, deduz-se que sua publicação e circulação possa ter ocorrido no Rio de Janeiro, antiga morada de Werneck antes de sua mudança para a atual capital mineira. Entretanto, devido à quantidade de cartas pessoais enviadas e recebidas, não se pode definir com exatidão o local de origem do periódico, mas sim, a elite que teve acesso ao seu conteúdo, sejam como escritores ou como leitores fervorosos do que poderia ser chamado de escrita pornográfica.

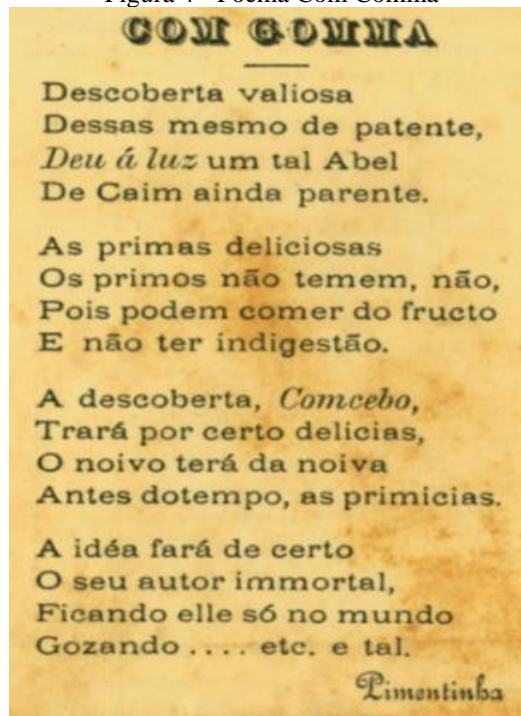
Entre o periódico e a obra de Goethe também é possível notar outras semelhanças: o estilo de escrita de ambos segue a estrutura textual poética; o nome do clube chamado Mephistopheles; os pseudônimos demoníacos e uma narrativa pautada na curiosidade das possibilidades da existência humana.

Nas páginas do periódico, encontramos um decreto para os membros do clube em que era estabelecido a proibição da entrada de “tomates”, ou seja, mulheres, para que não se faltassem “nabos”, ou seja, homens. Aqui é notório a maneira como a sociedade da época impedia a presença de mulheres até mesmo em reuniões informais como essa, que possivelmente tinham como foco maior o lazer e a descontração. A ausência de mulheres para que não faltassem homens também leva para uma compreensão de que a presença do gênero feminino significasse a censura do teor das discussões.

É possível notar também, por meio dos poemas escritos com os pseudônimos General Lucifer e Diabo Coxo, trechos com conotações sexuais envolvendo adultério, sodomia e incesto, como ocorre nos poemas “Com Comma” e “Orgia” (FIGURAS 4 e 5).

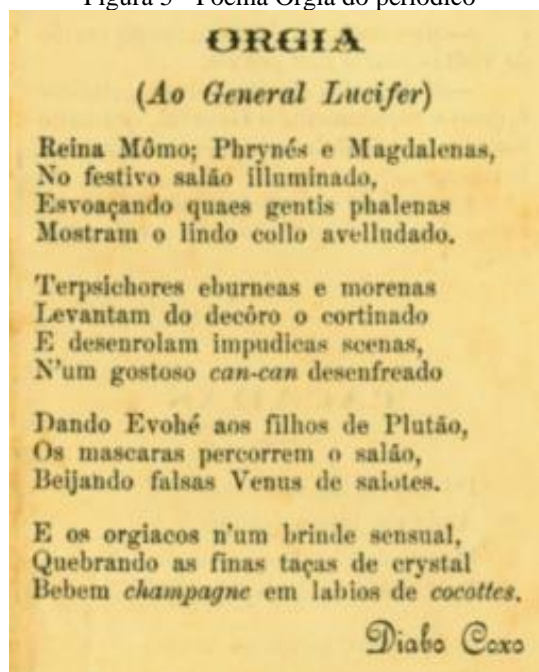


Figura 4 - Poema Com Comma



Fonte: A Taça

Figura 5 - Poema Orgia do periódico



Fonte:A Taça

Bem como Fausto, que possuía em si uma necessidade de descobrir e experienciar a vida em sua plenitude, os pseudônimos do periódico também partilhavam da mesma necessidade de desvendar mistérios humanos, utilizando para isso, os poemas pornográficos que desnudavam uma sociedade hipócrita, mostrando sua real aparência profana.

Portanto, ao se encontrar beleza no profano devido ao mistério social diante da própria existência, são questionadas as características sociais e os valores de determinados locais, tais análises são muito bem pontuadas pelo autor Byung-Chul Han em seu livro *Sociedade da Transparência*.

[...]Em todo mistério Agamben supõe haver uma assinatura teológica que deve ser “profanada”, sendo que a profanação tem de produzir uma beleza misteriosa, uma nudez para além do prestígio da graça e da atração da natureza corrompida. Mas por trás do véu obscuro não se esconde mistério algum: o desnudo mostra-se como pura aparência.[...] (HAN, 2017, p. 31).

Seria então, o processo de elaboração dos poemas e publicação do periódico, uma demanda de um grupo composto por cientistas, que buscavam experienciar todas as possibilidades de prazer?

Considerações finais

Os arquivos pessoais possibilitam o acesso às documentações históricas de forma mais ampla, pois o restante da coleção abre caminhos para o cruzamento de informações, como aquelas relacionadas com contexto social que o detentor da coleção esteve inserido.

Mesmo tendo feito o comparativo entre ambas as fontes apresentadas, alguns questionamentos já mencionados permanecem: a quem os pseudônimos se referem? Outros periódicos teriam sido lançados com a mesma finalidade? Quão revolucionário tais ideias se faziam e quão tradicionais permaneciam, a ponto de proibirem a presença de mulheres?

A coleção pessoal de Hugo Werneck ainda está em processo de tratamento, ou seja, é possível que outros exemplares desse periódico sejam encontrados futuramente ou mesmo documentos de outra natureza relacionados a ele.

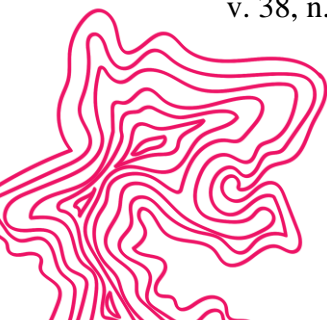
Com o tratamento da documentação dos demais fundadores, será possível tecer entrecruzamentos maiores entre a coleção e assim elaborar análises mais robustas a respeito desse periódico e de outras documentações.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

GOETHE, Johann Wolfgang von; MEIRA, Silvio (trad.). Fausto. São Paulo: Abril Cultural, 1976. 280p.

HAN, Byung-Chul. **Sociedade da transparência**. Trad. Enio Paulo Giachini. Petrópolis: Vozes, 2017.

IUMATTI, Paulo Teixeira Iumatti; NICODEMO, Thiago Lima. **Arquivos pessoais e a escrita da história no Brasil: um balanço crítico**. Revista Brasileira de História, São Paulo, v. 38, n. 78, p. 97-120, 2018.



Revisitando a campanha brasileira na Itália: memória, história e controvérsias

Ana Amélia Gimenez Dias

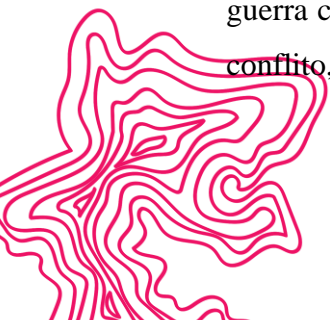
Mestranda em História - Universidade Federal de Juiz de Fora
anaameliagimenezdias@gmail.com

RESUMO: A Segunda Guerra Mundial marcou a historiografia do século XX. Nesse contexto, a presente comunicação tem como objetivo discutir a participação brasileira no conflito, que, embora possa ser considerada pequena em comparação com a de outros países, ainda desperta grande interesse entre os pesquisadores. Contudo, a despeito das inúmeras pesquisas realizadas, a campanha dos brasileiros na Itália ainda é alvo de controvérsias e é afetada pelos jogos da memória e do esquecimento. É comum que surjam questões como "o Brasil realmente lutou?", principalmente fora dos umbrais acadêmicos. As pesquisas e as horas de dedicação dos historiadores carregam as respostas para estas perguntas. Um dos maiores intuitos desses pesquisadores é o questionamento a respeito de o que é trazido pela "História Oficial" do Brasil na II Guerra Mundial, que se concentra nos grandes feitos em solo italiano, enquanto ignora as dificuldades enfrentadas pelos soldados antes, durante, e após a guerra, no processo de reintegração à vida social no retorno ao Brasil. Nesse sentido, na comunicação aqui proposta, não se analisará apenas as vitórias e datas de batalhas em que o Brasil foi bem-sucedido, mas também os silêncios, silenciamentos e traumas que permeiam os estudos da atuação da Força Expedicionária Brasileira (FEB) na Segunda Guerra Mundial, bem como a construção da memória desse grupo, seus conflitos e usos políticos. O estudo da participação da FEB aqui proposto, é um estudo da relação entre a história e a memória, tomando essa relação como complementar e concorrente, na busca de uma análise que se difira da versão ufanista e romantizada da História Oficial proposta pelo Exército, a qual não apenas ignora o aspecto humano desses combatentes, mas também os demais episódios e tarefas da participação brasileira no teatro de operações do Mediterrâneo. O estudo dos usos dessa memória construída e oficial nos jogos de poder é muito relevante, pois mostra que a memória é viva, mutante e pode ser enfatizada ou reprimida.

Palavras Chave: Brasil, Força Expedicionária Brasileira, Segunda Guerra Mundial, Memória.

O Brasil na Segunda Guerra Mundial:

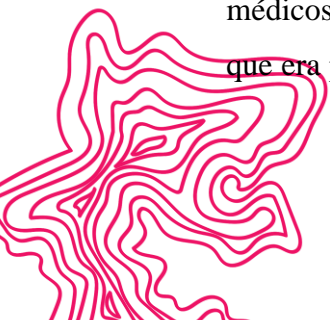
O período de dez anos que precedeu o início da Segunda Grande Guerra foi, de acordo com os apontamentos Gerson Moura (1984), Eric Hobsbawm (1995), e diversos outros escritores, o mais tumultuado do século XX. O Brasil, na década de 1940, de acordo com Francisco César Alves Ferraz (2021, p. 142), enfrentava problemas sociais graves, como baixa educação, saúde precária e grande desigualdade socioeconômica. Sua industrialização era incipiente e dependente. Nesse contexto, as Forças Armadas não estavam preparadas para uma guerra como a Segunda Guerra Mundial e havia oposição interna a uma participação ativa no conflito, com medo de fracassos militares e enfraquecimento interno. Todavia, a política



externa do governo de Getúlio Vargas, conforme analisa Gerson Moura (1984, p. 28), levou o Brasil a desenvolver uma estrutura de aproveitamento das oportunidades surgidas da acirrada concorrência entre Alemanha e Estados Unidos pela influência política e econômica na América Latina. Em resumo, a política externa do Brasil se destacava pela "Equidistância Pragmática", uma diplomacia ambígua que buscava benefícios comerciais ao se manter equidistante entre as grandes potências. Com o estabelecimento do Estado Novo, dois grandes projetos - a construção de uma grande siderúrgica e o reequipamento das Forças Armadas - transformaram-se em alvos de negociações.

Diante dessa situação, em setembro de 1940, os Estados Unidos acolheram as propostas apresentadas pelo Brasil, comprometendo-se a fornecer auxílio militar e financiamento para a construção da Usina Siderúrgica em Volta Redonda. Além disso, foram estabelecidos programas que privilegiavam a compra de produtos brasileiros, e foram negociados acordos, alguns deles confidenciais, como um pacto para a manutenção do preço do café e outro para a construção de bases militares no nordeste brasileiro. (HILTON, 1999, p.21). Essa aproximação com os Estados Unidos levou o Brasil a romper relações com o Eixo em 1942. Em resposta, submarinos alemães atacaram navios na costa brasileira, resultando em centenas de mortes. Esse ataque levou o Brasil a declarar-se em estado de beligerância, colocando o país oficialmente na Guerra. (FERRAZ, 2005, p. 39).

No contexto dessa aliança com os Estados Unidos, autoridades militares e civis dos dois países negociaram o envio de uma força expedicionária brasileira, com apoio americano. Os planos iniciais eram ambiciosos, prevendo o envio de três divisões, totalizando cerca de 60 mil homens, o que representava um desafio considerável para o exército brasileiro, devido aos recursos limitados disponíveis. Diante dessa realidade, o envio de uma Força Expedicionária composta por apenas uma divisão do exército e alguns esquadrões de combate da força aérea para lutar na Europa já seria uma grande conquista. Nesse período, houve um intenso recrutamento em todo o país para formar a Força Expedicionária Brasileira (FEB). As unidades expedicionárias seriam compostas por militares regulares, conscritos convocados e voluntários selecionados em todo o território nacional. A inspeção médica dos recrutas ocorreu no Rio de Janeiro, com critérios que incluíam altura mínima de 1,6 metros e pelo menos 26 dentes naturais. No entanto, muitos soldados foram considerados fisicamente incapazes. Os exames médicos realizados nos soldados da FEB refletiram a realidade da saúde no Brasil na época, que era precária e com assistência insuficiente. Francisco Ferraz (2005, p.46) também destaca

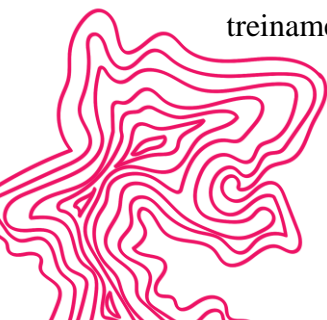


o diagnóstico de diversas psicoses em muitos desses jovens. No decorrer do processo, foram realizadas 107.609 inspeções, e, ao final, apenas pouco mais de 25 mil homens foram selecionados. A principal causa de reprovação nos exames físicos era a má condição dentária.

Uma vez superadas as dificuldades relacionadas à seleção desses jovens, o treinamento dos futuros combatentes da FEB teve início, porém com desafios significativos. Apesar de estarem reunidos, esses jovens nunca participaram de exercícios de combate, tornando o treinamento no Brasil precário. Durante o processo de seleção, acomodação, transporte e treinamento dos soldados, surgiram boatos de que as tropas, ao embarcarem, enfrentariam uma guerra praticamente vencida. Outro boato sugeria que o próprio *Führer* havia afirmado que “somente quando uma cobra fumasse cachimbo o Brasil conseguiria enviar seus homens para a guerra, tamanha a incapacidade brasileira” (FERRAZ, 2005, p. 21). Embora provavelmente falso, esse boato refletia o sentimento da população brasileira em relação ao envolvimento na guerra. Como resposta a esse rumor, a imagem da “cobra fumando” tornou-se o símbolo icônico da Força Expedicionária Brasileira, deixando uma marca na memória coletiva.

Da criação da FEB até o embarque do 1º escalão para a Itália decorreu-se quase um ano. Nos meses seguintes a julho de 1944, mais três escalões seguiram para o Mediterrâneo. O Brasil estava na Europa, e manchetes vibrantes circulavam por todo o país. A chegada em segurança no continente além-mar coroava um processo de quase 4 anos, de aproximação, distanciamento e, finalmente, de guerra ao Eixo. O ingresso no teatro de operações italiano expôs aos brasileiros a devastação que castigara as cidades e o povo italiano. A guerra tornava-se tangível e visível. Além disso, os membros da FEB enfrentaram um choque cultural não apenas com os italianos, mas também com os norte-americanos presentes, e ainda sofriam com vestimentas e calçados nitidamente insatisfatórios: “Estávamos mal fardados, mal calçados e mal equipados. E ainda por cima, desarmados. Poucos, muito poucos oficiais falavam inglês” (BRAYNER, 1968, p.115). Além disso, os jovens que desembarcaram na Itália careciam de experiência prática de combate. A grande maioria, tanto oficiais quanto praças, nunca havia presenciado concretamente um conflito armado. Apenas uma minoria dos integrantes da FEB já havia experimentado o combate de infantaria.

Nos primeiros meses de atuação brasileira na guerra, foram alcançados alguns sucessos parciais. No entanto, havia uma iminente necessidade de reforços no *front*, bem como um treinamento mais efetivo nas tropas que já se encontravam na Itália:

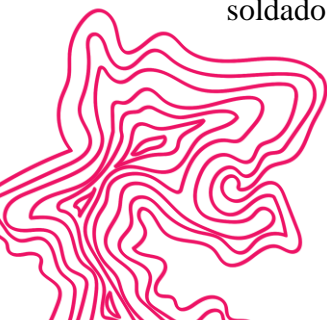


Apesar do ambiente de cooperação e entusiasmo que a tropa da FEB demonstrava, observadores americanos constataram que faltavam aos brasileiros conhecimentos básicos como noções de ajustamento de alças de mira e prática na pontaria com armas longas [...]. Além da pouca familiaridade com as armas, foi constatada a falta de habilidades imprescindíveis para a sobrevivência em combate, como a capacidade de rápida dispersão sob fogo. (MAXIMIANO, 2010, p. 101)

A frente italiana em que os brasileiros lutaram era extremamente brutal, como destaca César Maximiano (2010, p. 103). Ao contrário do que era propagado pela imprensa, a Alemanha não estava tão enfraquecida. Na verdade, o ano de 1944 foi o período em que a Alemanha atingiu o ápice de seu poderio militar, com um aumento significativo na fabricação de aviões, armas de infantaria e outras máquinas de guerra, além de seu maior contingente de soldados. A acidentada topografia italiana contribuiu para que as forças alemãs se mantivessem intactas até abril de 1945, gerando uma situação de impasse em seu teatro de operações.

A experiência humana no *front*, conforme relatado por César Maximiano (2010, p. 105), estava muito distante de qualquer conforto. Os dias eram tediosos, intercalados por momentos de desespero e horror devido aos incessantes bombardeios de morteiros em algumas posições de infantaria. O *foxhole*, que se tornou o lar dos soldados de infantaria, era desconsolador, taciturno e lúgubre. Além disso, os combatentes da FEB testemunhavam cenas macabras em seu cotidiano, com o cheiro nauseante dos vivos misturando-se ao dos mortos, especialmente quando alguns soldados tinham seus *foxholes* cavados em antigos cemitérios, como o de Bombiana. Ademais, os brasileiros, habituados ao clima tropical, confrontavam condições extremamente frias, com temperaturas oscilando entre -15°C e -20°C.

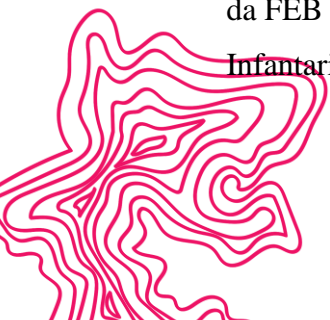
No entanto, à medida que os dias se desenrolavam sob condições praticamente desumanas, os jovens que partiram do Brasil com treinamento deficiente transformavam-se em combatentes. Nesse contexto, a familiarização com as diversas formas e possibilidades de morte em combate gerava uma compreensão nas praças quanto à sua inserção no cenário da guerra. Eles testemunharam o maior conflito do século XX se materializando diante de seus olhos. Conforme tomavam consciência da dimensão mortal em um conflito colossal como a Segunda Guerra Mundial, os soldados percebiam a capacidade letal que carregavam e representavam para os outros. O conhecimento sobre a própria letalidade estava intimamente ligado à compreensão dessa mesma característica em seus inimigos: uma única granada, uma única metralhadora, possuía um poder destrutivo assombroso, tornando possível que um único soldado causasse inúmeras baixas na tropa inimiga.



A FEB enfrentava um inimigo com elevado moral e determinação em combate. A tropa alemã ocupava posições estratégicas no campo de batalha italiano e contava com os melhores equipamentos produzidos durante a guerra. Em novembro de 1944, as tropas brasileiras iniciaram uma ofensiva contra uma dessas posições estratégicas das tropas alemãs: o Monte Castelo. Isso posto, entre 24 de novembro e 12 de dezembro, os brasileiros realizaram quatro ofensivas frontais ao monte. Essas tentativas foram falhas, e deixaram, dentro da FEB, o vazio de um número assustador de baixas. Essa montanha fora a responsável pelas maiores frustrações da Força Expedicionária Brasileira, cada ofensiva falha gerava lições ensanguentadas, que afetavam diretamente o moral da tropa. Cerca de quatro, dos nove meses de combate, foram dedicados ao Monte Castelo.

A chegada do inverno, conforme explicado por Francisco Ferraz (2005, p. 64), permitiu aos comandantes da FEB um melhor planejamento e avaliação da situação. Com o apoio da Divisão de Montanha americana e da Força Aérea Brasileira (FAB), em uma manobra conjunta, o Monte Castelo foi tomado em 21 de fevereiro de 1945. Essa vitória, que custou a vida de muitos brasileiros, inspirou canções e ecoou frases de vibração, pois o Brasil havia “conquistado a glória e mostrado a fibra do Exército Brasileiro”. (MCCANN, 1995, p. 341). A tomada do Monte Castelo se tornou uma das conquistas mais simbólicas e célebres da FEB, relacionando-se diretamente ao sentimento de orgulho na memória oficial da participação dos brasileiros na Segunda Guerra Mundial. As tentativas infrutíferas, o rigoroso inverno, e, finalmente, a vitória sobre os alemães conferiram um aspecto quase épico à conquista do monte. Todavia, essas histórias e memórias da FEB podem ocultar, em muitos momentos, as dificuldades e os obstáculos enfrentados por esses soldados que partiram do Brasil, muitos destes resultantes de erros táticos grosseiros por parte dos oficiais superiores. (FERRAZ, 2005, p. 64).

Após enfrentarem dificuldades nas lutas pelas montanhas dos Apeninos, os combatentes brasileiros se depararam com outro tipo de combate igualmente letal: o combate urbano. Nesse contexto, manobras que, em tempos de paz, parecem simples e corriqueiras, como atravessar uma rua ou dobrar uma esquina, se tornaram arriscadas e perigosas. Em abril de 1945, a localidade de Montese se mostrou especialmente fatal para os brasileiros, que enfrentaram encontros sinistros e sangrentos com as tropas de Hitler nos arredores da cidade. Apesar das dificuldades, os brasileiros conquistaram Montese. Poucas semanas após essa vitória, as tropas da FEB tiveram uma experiência ainda mais decisiva ao tentarem neutralizar a 148ª Divisão de Infantaria Alemã, e tiveram sucesso, conseguindo a rendição de aproximadamente 15 mil

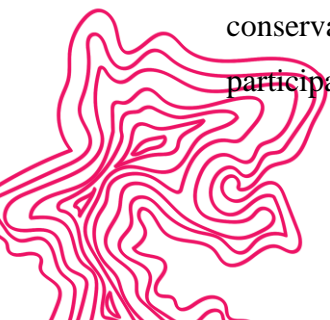


soldados alemães. Em 2 de maio de 1945, ocorreu a rendição incondicional dos alemães por toda a Itália, encerrando a participação brasileira na Segunda Guerra Mundial com êxito (FERRAZ, 2005, p. 65; MORAES, 1960, p. 221; BRAYNER, 1968, p. 451).

Dessa forma, a guerra chegou ao fim para os brasileiros. A participação brasileira na Segunda Guerra Mundial resultou na perda de 443 expedicionários em diferentes circunstâncias. A atuação do Brasil nesse conflito teve seu mérito e impacto, apesar de, por vezes, ter sido questionada ou subestimada. A performance dos combatentes da FEB foi elogiada por Francisco Ferraz (2005, p. 71), que apontou que, apesar das dificuldades iniciais, os brasileiros se saíram bem em combate. No entanto, a falta de experiência e treinamento inicial gerou erros que foram superados ao longo do tempo.

Após o término da Segunda Guerra Mundial, os ex-combatentes da Força Expedicionária Brasileira enfrentaram uma série de desafios na reintegração à vida civil. Além dos traumas físicos e emocionais decorrentes dos horrores vivenciados no *front*, muitos deles tiveram de lidar com a falta de apoio do Estado, a discriminação e o silenciamento de suas próprias experiências. Essa situação revela uma faceta menos conhecida e menos glorificada da participação brasileira na guerra. Além disso, a contribuição da FEB na Segunda Guerra Mundial não foi devidamente sedimentada na memória nacional, analisa César Maximiano (2010, p. 18), tornando-se alvo de questionamentos e dúvidas no que diz respeito à sua relevância e ao real comprometimento do país com a causa aliada. Essas incertezas persistem mesmo diante dos avanços das pesquisas históricas. Todavia, ainda que a atuação brasileira não tenha sido decisiva para a vitória dos Aliados na Itália, como seria impossível para qualquer divisão isolada, ela não pode ser considerada nula ou simbólica. A morte de centenas de soldados e os ferimentos de tantos outros combatentes brasileiros são fatos reais e trágicos, que não podem ser ignorados.

Por fim, é importante destacar que a memória da trajetória da Força Expedicionária Brasileira (FEB) na Segunda Guerra Mundial foi sujeita a apropriações e reformulações que frequentemente atenderam a interesses políticos de diversos grupos e instituições, incluindo o próprio Exército, que construiu sua versão oficial da participação brasileira no conflito. De acordo com as análises de Francisco Ferraz (2005, p. 70), o retorno vitorioso da FEB ao Brasil foi transformado em um símbolo de resistência ao regime de Getúlio Vargas por grupos conservadores e anti-varguistas. Posteriormente, em 1964, esses mesmos grupos utilizaram a participação brasileira na guerra como meio de legitimar sua posição política contra o governo



de João Goulart. A narrativa criada era de que na guerra combateram o totalitarismo e, ao retornarem, derrubaram seu equivalente nacional, o Estado Novo. Dessa forma, em 1964, continuaram sua luta, agora contra o populismo de João Goulart.

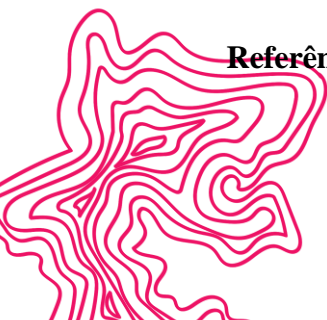
No entanto, é essencial ressaltar que somente uma pequena parcela de oficiais militares, muitos dos quais já envolvidos politicamente antes da guerra, participou ativamente dessas articulações. A grande maioria dos ex-combatentes brasileiros não se beneficiou significativamente de sua condição como veteranos de guerra. Após o fim da guerra, eles tiveram de enfrentar não apenas os traumas resultantes dos horrores vivenciados no front, mas também uma série de obstáculos na reintegração social à vida civil. Muitos sofreram com a falta de apoio do Estado, enfrentaram a discriminação e foram submetidos ao silenciamento de suas próprias experiências.

Conclusão:

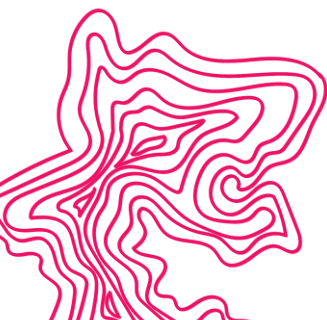
A participação da Força Expedicionária Brasileira na Segunda Guerra Mundial foi uma jornada repleta de desafios e obstáculos, desde seu início. Os combatentes brasileiros enfrentaram dificuldades significativas em sua convocação, treinamento e adaptação ao cenário de guerra. Estes problemas, somados a erros táticos dos oficiais superiores, tornaram a campanha da FEB na Itália extremamente desafiadora. Além disso, após o término da guerra, os ex-combatentes enfrentaram inúmeras dificuldades em sua reintegração social e profissional, resultantes da falta de apoio por parte do Estado. Por fim, a trajetória e a memória dos soldados brasileiros na Segunda Guerra Mundial têm sido objeto de controvérsias e disputas desde o pós-guerra até os dias atuais. Diferentes narrativas e interpretações surgiram ao longo do tempo, muitas vezes manipuladas e exploradas por grupos políticos para atender a seus próprios interesses, criando um campo de batalha que ainda se encontra aberto.

Finalmente, é fundamental ressaltar que a participação brasileira na Segunda Guerra Mundial não pode ser tratada nem através de conteúdos apenas laudatórios e gloriosos, que ignoram a realidade, nem por meio de críticas que a diminuem como uma atuação simbólica e irrelevante. Pesquisas históricas recentes demonstram que, embora a atuação brasileira na Itália não tenha sido decisiva para a vitória aliada, sua contribuição não pode ser considerada nula. Indivíduos como esses lutaram, com suas vidas, em todo o mundo contra a barbárie fascista e assim conquistaram um significativo lugar na história da humanidade.

Referências Bibliográficas:



- BRAYNER, Floriano de Lima. **A verdade sobre a FEB**. Civilização Brasileira, 1968.
- FERRAZ, Francisco Cesar Alves. O Serviço militar brasileiro na hora da verdade: a preparação para o combate em tempos de paz e a participação brasileira na Campanha da Itália. **Fuerzas Armadas, fronteras y territorios en Sudamérica en el siglo XX**, 2021.
- FERRAZ, Francisco César. **Os brasileiros e a Segunda Guerra Mundial**. Rio de Janeiro: Zahar, 2005.
- HILTON, Stanley E. **Hitler's Secret War in South America, 1939–1945: German Military Espionage and Allied Counterespionage in Brazil**. LSU Press, 1999.
- HOBBSAWM, Eric. **Era dos extremos: o breve século XX**. Editora Companhia das Letras, 1995.
- MCCANN, Frank D. Jr. **Aliança Brasil Estados Unidos – 1937/1945**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1995.
- MAXIMIANO, Cesar Campiani. **Barbudos, sujos e fatigados: soldados brasileiros na Segunda Guerra Mundial**. Grua, 2010.
- MORAES, J. B. Mascarenhas de. **A FEB pelo seu comandante**. Rio de Janeiro: Impressa no Estabelecimento General Gustavo Cordeiro de Farias, 1960, 2ª edição.
- MOURA, Gerson. **Tio Sam chega ao Brasil: a penetração cultural americana**. Brasiliense, 1984.



Gênero, violência e territorialidade: reflexões sobre os “crimes passionais” na região Morro Alto

Stéfany Silva Dornelas, mestranda em antropologia pela UFMG

Stefanydornelas@gmail.com

Lucas Romano Silva, licenciado em história pelo Unibh.

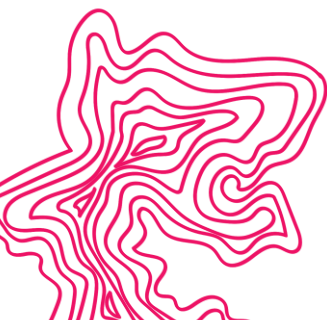
lucasromano23@gmail.com

Resumo: O presente artigo apresenta análises acerca dos chamados “crimes passionais” e tece algumas reflexões em torno da categoria gênero a partir das narrativas e discursos veiculados nas redes institucionais e sócio comunitárias da região Morro Alto, situada no município de Vespasiano. As análises foram elaboradas a partir da atuação dos autores enquanto profissionais do Programa Fica Vivo! no território. Ao longo de 2022, casos diversos de violência eram explicados, tanto por moradores quanto por diversas instituições atuantes no território, a partir de duas narrativas: a disputa pelo tráfico de drogas ou o crime passionais. A primeira narrativa busca nomear conflitos intra gênero masculino, caracterizando as ações violentas como racionais, uma vez que estariam diretamente atreladas à concorrência territorial e mercadológica produzida pelo tráfico. Na segunda narrativa, as mulheres tangenciam os atos violentos, como justificativa ou causa dos conflitos. Nestes casos, as ações são recorrentemente ligadas ao universo íntimo e privado e as motivações são lidas enquanto exclusivamente emocionais. Compreendemos que os dois tipos de eventos estão estreitamente relacionados. As “brigas por mulher” reforçam uma lógica patriarcal historicamente produzida, e colocam no centro do debate a figura do macho que, por meio da exibição da violência, reivindica a soberania e o controle sob uma determinada parte do território. Nesta trama masculina, as mulheres, suas escolhas, desejos e trajetórias são invisibilizadas. Apontamos, ainda, que nas análises e discussões tecidas nas redes e equipamentos de proteção, não é considerada a influência da imposição de um sistema de gênero patriarcal na produção das violências e dos conflitos recorrentes. Compreendendo que as narrativas e as categorias não apenas nomeiam mas também constroem aquilo que nomeiam, elas determinam também os modos possíveis de vivência e experiência, produzindo um espaço marcado pela e para a violência que atravessa todas as dimensões do cotidiano. Assim, buscaremos compreender a relação entre esses fenômenos de violência e a historicidade desse território, num esforço de deslocar as questões em torno da categoria gênero de um universo estritamente privado e íntimo e realocá-lo enquanto uma categoria que historicamente mobiliza a brutalidade e a indiferença nas disputas por poder e território. Busca-se, também, apresentar possibilidades de intervir e/ou elaborar outras formas de compreender esses fenômenos.

Palavras-chave: estudos de gênero; território; masculinidades; crimes passionais;

O contexto de violências no Brasil e as políticas públicas - o que é o Programa Fica Vivo!?

Na década de 1990, a Região Metropolitana de Belo Horizonte atravessava um contexto preocupante de violência urbana: 5.082 homicídios foram registrados apenas na capital entre



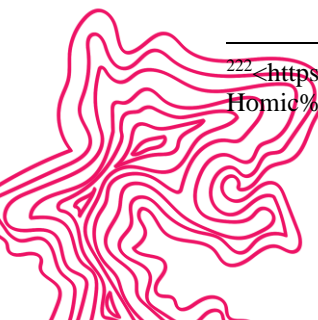
1992 e 2002²²². Diante deste fenômeno, o Centro de Estudos de Criminalidade e Segurança Pública (CRISP-UFMG) elaborou o Projeto de Controle de Homicídios, a partir de pesquisas que apontaram que os homicídios concentravam-se em territórios específicos do município e tinham como principais características os conflitos entre gangues e disputas territoriais protagonizados sobretudo por jovens.

O projeto piloto começou a ser executado em 2002 no Morro das Pedras, região oeste da capital, e passou a ser conhecido como Fica Vivo! a partir da sugestão da comunidade que apontou a necessidade de não ser reconhecida imediatamente pela violência. Respaldo no êxito do projeto piloto, o programa é institucionalizado por decreto estadual em 2003 e, desde então, expandiu suas atividades para 32 territórios nos municípios de Belo Horizonte, Betim, Contagem, Governador Valadares, Ipatinga, Juiz de Fora, Montes Claros, Ribeirão das Neves, Uberlândia e Vespasiano.

Nestes territórios, o programa é executado por equipes multidisciplinares que atuam no eixo proteção social, ao qual os autores estão vinculados. O objetivo deste eixo é contribuir para a prevenção e redução de homicídios dolosos entre jovens de 12 à 24 anos, utilizando como estratégias a promoção de oficinas de cultura, esporte e lazer destinadas às juventudes moradoras das áreas de abrangência; atendimentos individuais aos jovens que apresentem demandas relacionadas a conflitos e/ou a criminalidade ou, ainda, relacionadas ao acesso a direitos como educação, saúde e trabalho; a análise das dinâmicas sociais das violências e da criminalidade, onde busca-se compreender de forma contextualizada os fenômenos relacionados às violências que ocorrem nos territórios para elaborar intervenções e encaminhamentos possíveis.

Importante ressaltar que as reflexões que se seguem só foram possíveis a partir de diálogos variados entre atores posicionados em lugares distintos, como jovens atendidos, supervisores, gestoras, outras trabalhadoras da Política de Prevenção à Criminalidade, oficineiros e lideranças comunitárias e atores das redes institucionais do território. Outro ponto que merece destaque é que há uma dupla posicionalidade: ao mesmo tempo pesquisadores/escritores e trabalhadores de uma política pública. Dessa forma, nossa relação com o campo não se reduz à observação e análise, já que, no cenário de uma política pública de prevenção à criminalidade, toda a análise das dinâmicas sociais das violências que perpassam

²²² <<https://cispreional.mpba.mp.br/wp-content/uploads/2017/06/Programa-de-Controle-de-Homic%C3%ADdios-%E2%80%93-Fica-Vivo.pdf>>.



o território objetivam, principalmente, intervenções que sejam estratégicas e promovam mudanças e aumento da sensação de segurança.

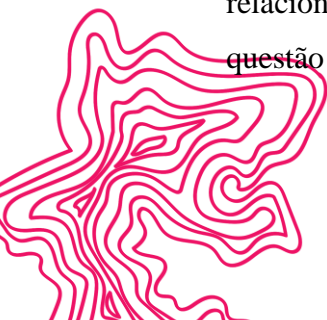
O Morro Alto

A região do Morro Alto está localizada na cidade de Vespasiano, região Metropolitana de Belo Horizonte. Sua história está marcada por um grande processo de desterritorialização gerado por enchentes que atingiram as regiões da Gameleira, São José e Santa Efigênia em Belo Horizonte, em 1983. Uma negociação entre a prefeitura de Belo Horizonte e Vespasiano, transformou uma porção do território vespasianense em assentamentos destinados a receber as famílias desabrigadas. O local passa a ser denominado como Morro Alto. Esse nascimento improvisado carrega consigo diversos tensionamentos entre reivindicação de direitos e negligenciamentos institucionais, formação de vínculos sociocomunitários e disputas territoriais intensas, construção de pertencimento e estigmas.

Atravessada pela rodovia MG-424, paira sob a região um estigma de não pertencimento ao município que foi construído e atualizado ao longo dos anos, marcando-a como lugar de passagem entre o centro da cidade e a capital. Os escassos recursos de mobilidade urbana e histórico de formação diferenciado em relação à região central do município - da qual distancia-se aproximadamente dez quilômetros - contribuem para um cenário de segregação social e geográfica. Todo este cenário complexo contribuiu para o desenvolvimento de um alto índice de criminalidade violenta. É aqui onde se localiza as reflexões apresentadas neste artigo acerca da violência de gênero, onde corpo de mulher, muitas vezes, é também espaço e vetor de disputa, domínio e brutalidade.

Os crimes passionais e a dupla punição das mulheres nas dinâmicas criminais

No ano de 2022, foram registrados 8 homicídios consumados na área de abrangência da Unidade de Prevenção à Criminalidade Morro Alto (Morro Alto, Novo Horizonte e Nova Pampulha). Dos 8 homicídios, 1 vítima era do sexo feminino e muitos deles foram relacionados, tanto pela polícia quanto pela comunidade, enquanto “crimes passionais” ou “brigas por mulher”. Nas “brigas por mulher” ou “crimes passionais” (definição utilizada com mais frequência pela polícia) é possível identificar uma associação dos mesmos com o universo do privado e íntimo. Já o feminicídio registrado estava diretamente ligado a um conflito relacionado ao tráfico de drogas. No entanto, apontamos que mesmo que o homicídio em questão esteja relacionado a uma dinâmica do tráfico, ele mobilizou diversas questões



relacionadas ao gênero. Assim, salientamos um tratamento diferenciado dos homicídios quando a vítima é mulher.

Nas análises das motivações dos homicídios ocorridos no território Morro Alto, observa-se duas explicações recorrentes, tanto por parte das instituições locais, quanto da comunidade. A primeira explicação recorrente diz respeito a crimes motivados pelo envolvimento com o tráfico de drogas. A segunda explicação comum são os crimes oriundos de conflitos afetivos, denominados como “brigas por mulher” ou “crimes passionais”. O primeiro se dá majoritariamente entre homens e sugerem conflitos pela busca de domínio da comercialização de drogas e a imposição de uma regulação própria do tráfico atrelada a um domínio sob uma porção do território. São, portanto, crimes alocados em um universo social e econômico. O segundo inclui na motivação a presença de mulheres e sugere conflitos provenientes do universo íntimo e privado, como traições ou rupturas amorosas. A separação entre “crimes do tráfico” e “crimes passionais” segue uma divisão de categorias muito próxima de uma lógica mais extensa. De um lado, os “crimes do tráfico” que sugerem uma ação mais racional, guiada pela maximização do lucro e do domínio por meio de ações calculadas e premeditadas. Do outro, os “crimes passionais”, que indicam uma ação guiada pelo sentimento, caminhando ao lado do incontrolável, do incalculável e do imprevisível.

Durante um intervalo de tempo, a dinâmica criminal de uma porção do território apresentou episódios de difícil compreensão. Uma série de homicídios e ameaças se desenrolaram e o que se afirmava é que todos estariam ligados a uma situação específica, envolvendo uma “briga por mulher”. Nos perguntamos se, de fato, os “crimes passionais” dizem respeito apenas a contextos íntimos e privados ou se podemos estar lidando com uma questão mais profunda.

Um ponto em comum de tais tentativas de homicídio eram disparos direcionados ao rostos das vítimas e execução dos crimes à luz do dia, em locais públicos de grande visibilidade e circulação de pessoas. Entretanto, as mulheres que compõem os conflitos simplesmente desapareciam. Havia uma certa dificuldade em ouvir seus nomes e em compreender seus desejos. Não era possível entender, por exemplo, se as relações sexuais que iniciavam tais conflitos eram consensuais ou não, já que a notificação de crimes sexuais é muito obscurizada no território. Paralelo a isto, o discurso que rondava a comunidade beirava uma mistificação da mulher. Enfatizava-se o quanto as mulheres eram perigosas e traiçoeiras e que as aproximações com as mesmas deveriam ser feitas com cautela.

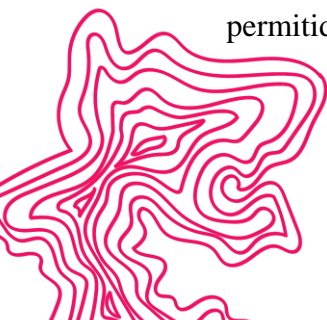


No mês de agosto de 2022, notificou-se o feminicídio de uma jovem de 21 anos. O crime teria se originado a partir de uma desavença interna de um grupo que monopolizava a comercialização das drogas e a regulação de uma outra porção do território. Iniciou-se um movimento de perseguição a um ex-gerente de uma “boca” de venda de drogas. As ameaças se estenderam aos familiares e amigos próximos da liderança, culminando no assassinato da jovem que foi encontrada morta em um matagal com sinais de tortura intensa pelo corpo, como queimaduras, mutilações e desfiguração intensa do rosto. Fotografias do corpo violentado foram vazadas e rapidamente se espalharam pelas redes sociais, circulando abundantemente entre os moradores(as) da comunidade e atingindo até mesmo bairros distantes dentro do município. Em uma das fotos, partes íntimas da vítima foram expostas. Seu corpo violentado ganhou visibilidade e repercussão, mas sua história permaneceu invisível. Boa parte dos moradores(as) com quem conversamos pareciam garimpar justificativas para o absurdo. Dessa forma, a vítima foi descrita como alguém que possuía envolvimento com a criminalidade e, até mesmo, com a prostituição. Um discurso moral em torno da mulher parecia oferecer sentido e motivo à uma violência que é extrema e injustificável.

Narrativas e categorias como formas de habitar o mundo

A seguir, discutiremos as formas através das quais narrativas e categorizações sociais se apresentam enquanto instrumentos que estruturam formas de habitar e experimentar o mundo. Michel de Certeau (1980), no livro *A Invenção do Cotidiano*, discute a relação entre narrativas e espaço, enfatizando que o espaço é um campo de práticas sociais, culturais e políticas, moldado por narrativas que conferem significado e valor a ele em um: “trabalho interminável, de compor espaços, verificar, confrontar e deslocar suas fronteiras.” (CERTEAU, 1980, p. 208)

Para o geógrafo Milton Santos (1985), o território enquanto conceito híbrido pode ser compreendido como espaço constituído de objetos ações humanas que conferem ao espaço geográfico características sociais. Assim, podemos inferir que os territórios, além de suas constituições presentes através de objetos, símbolos, signos e práticas contemporâneas, é constituído também por outras duas dimensões que o atravessam: as narrativas *sobre e para* eles, que contribuem para a modulação de uma certa cartografia e identidade desses espaços; e as historicidades, que dizem respeito às formações, eventos, permanências e rupturas que os constituem, definindo direta e indiretamente as maneiras de habitá-los - como e onde se é permitido circular e as rivalidades históricas presentes, por exemplo.



Ainda para Certeau (1980), as narrativas são formas de compreender e dar sentido ao mundo ao nosso redor. Elas ajudam a criar uma identidade pessoal e coletiva, estabelecem relações de poder e autoridade, e moldam a maneira como percebemos e interagimos com o espaço. Nesse sentido, as narrativas são importantes para a construção e manutenção do espaço, pois ajudam a definir o que é significativo e importante dentro dele. Tratando-se do território sobre o qual estamos analisando, podemos elencar algumas narrativas e conceitos que exercem influência sobre as práticas cotidianas que ali estão estabelecidas.

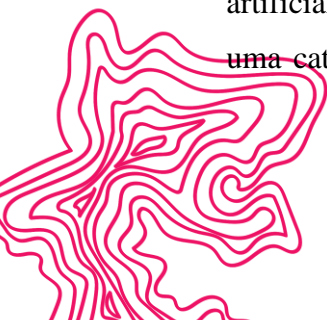
A primeira narrativa está relacionada à constituição periférica do território. Coimbra (2001) analisa a operação policial realizada em 1994, na cidade do Rio de Janeiro, conhecida como "Operação Rio", que teve como objetivo combater o crime organizado e reduzir a violência na cidade. A autora questiona a eficácia dessa operação e argumenta que ela acabou por fortalecer o estereótipo das "classes perigosas", regularmente publicado nas mídias de grande circulação, além reforçar a política de segurança pública baseada na repressão violenta. Assim, esse mito, que retrata as classes populares como violentas e criminosas, é construído pela mídia e pelo discurso político para justificar a repressão policial e a exclusão social desses grupos, constituindo territórios demarcados pela e para violência.

Em seguida, destacamos como as narrativas de gênero são também uma categoria influente na constituição desses territórios, organizando a socialização e utilização do espaço, definindo não somente o lugar em si, mas os lugares que podem ser utilizados, transitados e ocupados e os sujeitos que podem fazê-lo. Assim, a relação entre narrativas e espaço é fundamental para entender como o espaço é construído e experimentado em diferentes contextos sociais e culturais.

Breves reflexões em torno da categoria gênero

Os estudos e escritos em torno da categoria de sexo e gênero são diversos, múltiplos e, por vezes, contraditórios. Gênero é uma categoria política em disputa. Não há pretensão de conceituar “gênero” nestas poucas páginas que se seguem. No entanto, algumas discussões precisam ser seguidas, no intuito de abrir caminhos para nossa análise.

Parte da literatura em torno do gênero, sobretudo na década de 80, defendeu uma separação inconciliável entre o sexo, natural, biológico e universal, e o gênero, cultural, artificial e, portanto, variável (Oakley, 1972, Ortner, 1979). Compreender o gênero enquanto uma categoria cultural e artificial é uma linha de análise propícia para abrir caminhos para



disputas políticas que sustentam a possibilidade de alterar as regras do jogo e construir outras combinações categóricas que não se baseiam em uma hierarquização inevitável de gêneros. No entanto, apontamos alguns limites conceituais que perpassam a categoria gênero.

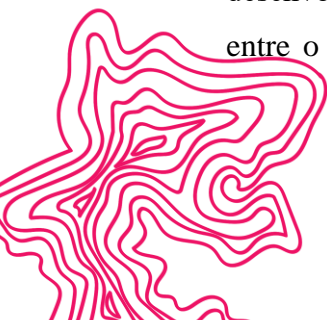
Em primeiro lugar, há uma universalização da condição da mulher. Em segundo lugar, ocorre o reforço de uma epistemologia tipicamente ocidental que corrobora com pares binários de oposição. Estes dois limites se tornam politicamente importantes quando precisamos compreender o gênero ao lado de outras categorias fundamentais, como raça, sexualidade e classe. Há um perigo do gênero se tornar uma categoria imiscível. É nesse sentido que Haraway (2004) nos diz:

Cresce a evidência da necessidade de uma teoria da “diferença” cuja geometria, paradigmas e lógica escapem aos binarismos, à dialética, aos modelos natureza/cultura de todo tipo. Do contrário, três serão sempre reduzidos a dois que logo se tornam um solitário um na vanguarda. E ninguém aprende a contar até quatro. Essas coisas têm importância política. (HARAWAY, 2004, p. 206 e 207).

Haraway (2004) argumenta em torno da construção de uma teoria além dos binarismos e dos modelos de oposição natureza/cultura. A autora afirma que a oposição sexo/gênero está ancorada em um: “sistema relacionado de significados reunido em torno de uma família de pares de oposição: natureza/cultura, natureza/história, natural/humano, recursos/produtos.” (HARAWAY, 2004, p. 210). Para a autora, o modelo de categoria binária está localizado numa dimensão intrinsecamente etnocêntrica e colonialista.

Ao pensar a organização familiar a partir do contexto Iorubá no sudoeste da Nigéria, Oyèrónké Oyewùmí observa que o centro de poder nestas organizações familiares não são pautados pelo gênero. Ao contrário, o princípio organizador é a antiguidade baseada na idade relativa. Em “*A invenção das Mulheres*”, Oyèrónké Oyewùmí evidencia a maneira como a construção da categoria “Mulher” como subordinada ao homem é parte fundamental do processo de imposição de um estado colonial patriarcal. O estado colonial patriarcal se fundou na imposição de raças e na inferiorização das fêmeas a partir da exclusão dos espaços de decisão e da expropriação das propriedades sobre as terras.

A localização do gênero enquanto um sistema de poder e uma categoria histórica e culturalmente localizada amplia as conexões dos mesmos junto a outras categorias, alocando a categoria de gênero dentro de uma dimensão mais ampla. Lugones (2020) aponta que o desenvolvimento das teorias feministas do século XX não explicitaram as “[...] as conexões entre o gênero, a classe e a heterossexualidade como racializadas. (Lugones, 2020, p. 80).



Ocupado em teorizar apenas sobre o sentido branco e burguês de ser mulher, tal análise não só não explicitou tais relações como as ocultou. Assim, só é contada como mulheres aquelas que são brancas, heterossexuais e burguesas.

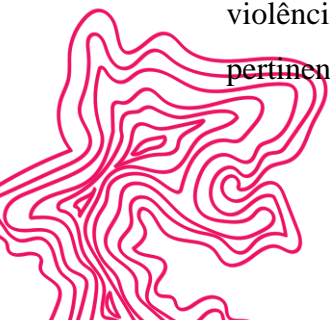
Para Lugones (2020), a separação categorial do gênero, classe, raça e sexualidade produz uma incapacidade de percepção das violências, especialmente aquelas destinadas às mulheres não brancas. Tal separação torna as categorias homogêneas, selecionando um dominante como norma. Desta forma, entender gênero e raça enquanto tramas indissolúveis é criar condições para enxergar as violências e brutalidades ocasionadas pela colonialidade de gênero.

Assim como a reificação da categoria “mulher” produz uma série de obliterações, a reificação da categoria “homem” pode invisibilizar relações complexas. Desta forma, faz-se mais frutífero pensar em masculinidades, explicitando que há diversas posições distintas entre homens e que, mais uma vez, o gênero é atravessado também por categorias outras. Kimmel (1998) destaca que a masculinidade é construída simultaneamente a partir de dois campos de poder inter-relacionados: um campo trata as desigualdades de gênero, ou seja, as relações entre homens e mulheres, e o outro diz respeito às relações entre homens e outros homens, enfocando desigualdades baseadas na raça, classe ou sexualidade. (KIMMEL, 1998).

Vale de Almeida (1995) afirma que o gênero diz menos sobre a criação de grupos sociais e mais sobre a criação de categorias. Para o autor, a masculinidade pode ser pensada para além de um conjunto de caracteres físicos de um corpo e perpassa um processo de constante construção, a partir de: “um conjunto de atributos morais de comportamento, socialmente sancionados e constantemente reavaliados, negociados, lembrados.” (VALE DE ALMEIDA, 1995, p. 83).

Gênero e violência

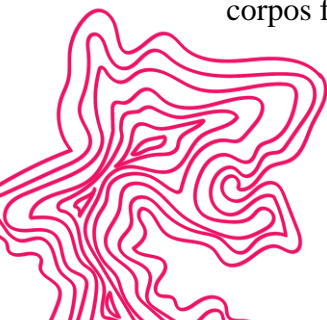
O ano de 2022 e 2023 contaram com uma série de movimentações por parte das redes institucionais do território Morro Alto para a construção de espaços interventivos e informativos acerca da “violência contra a mulher”. Um ponto marcante foi a execução de um fórum organizado por representantes do poder judiciário municipal que, de forma inédita, se deslocou da região central e ocorreu dentro do território, a partir da percepção que boa parte das violências contra as mulheres estavam sendo notificadas nesta região. No entanto, uma crítica pertinente é que boa parte das discussões propostas não levaram em consideração outras



especificidades. Um exemplo é a oferta de uma palestra com uma *coach*, onde foram ensinadas “dicas” aos maridos para aliviar as tensões relacionais, como lavar louças ou oferecer presentes e “truques” destinados às mulheres para elevar a auto estima, como o uso de maquiagem e a adoção de um tempo de autocuidado diário.

No entanto, a família nuclear heterossexual branca não abarca a realidade de boa parte das mulheres negras e periféricas deste território. Cabe retomar Lugones (2022), onde alerta-se acerca do sentido racista e excludente da categoria “mulher” quando não especificamos as fusões entre gênero e raça, já que tal lógica seleciona um grupo dominante enquanto norma. Há um descompasso entre os discursos produzidos pelas redes institucionais de proteção e o mundo periférico. O recorte de campo deste artigo versa acerca dos chamados “crimes passionais” e da dupla punição das mulheres nas dinâmicas do tráfico. Em tais espaços de discussões institucionais não se discute, por exemplo, a organização das masculinidades no território e a articulação das violências pautadas pelo gênero em outros espaços que não seja o doméstico e familiar. Se exclui desta equação tanto a brutalidade entre os homens em nome do gênero, quanto o feminicídio que escapa à lógica doméstica. A “violência contra a mulher” acaba discutindo um tipo de violência destinada a um tipo de mulher. Talvez a dificuldade de compreensão dos chamados “crimes passionais” provém de uma leitura que segmenta as questões de gênero, ao contrário de localizá-las enquanto categoria que organiza a vida dentro deste território.

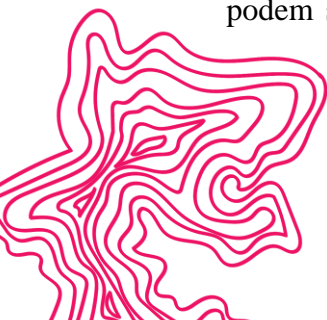
No feminicídio que descrevemos anteriormente, pode-se perguntar por que o corpo da mulher foi severamente mutilado e compreender a grande circulação de tais imagens a partir de um viés de gênero. Díaz-Benitéz (2019) mobiliza a noção de humilhação a partir do *porn revenge*, ou seja, do vazamento de fotos íntimas de mulheres em dinâmicas sexuais e amorosas. Ela afirma que nesses contextos há um prazer pela hierarquia. Para além de um deleite erótico, há um ensejo de testemunhar o exercício da hierarquia. Essa lógica da humilhação diz respeito a uma assimilação do humano a partir de uma percepção de mundo construída social e historicamente por meio de hierarquias. Assim, “[...] percebemos as existências e classificamos a humanidade a partir de exercícios de rebaixamento.” (DIÁZ-BENITÉZ, 2019, p. 69). Tanto nos casos de *porn revenge* pensados pela autora, como no caso da circulação das fotografias do corpo torturado da jovem, há um viés de espetáculo na exposição humilhante e extrema de corpos femininos violentados, onde o paradoxo entre repulsa e atração se fazem presentes.



Tanto nas “brigas por mulher” como no feminicídio relatado faz-se pertinente compreender quais ecos estes episódios violentos produzem na comunidade dos vivos. Daí a importância de identificar a comunicação, a mensagem transmitida por meio de tais violências. Um ato de violência é também um ato discursivo. Vale de Almeida (1995) percebe a masculinidade enquanto um processo constante de produção. Segato (2005) afirma que a produção da masculinidade perpassa um processo de tributação. A masculinidade precisa ser obtida enquanto status. Há uma série de rituais que devem ser performados regularmente ao longo da vida de um homem visando a conquista e a obtenção da masculinidade. Dessa forma, crimes ditos “passionais” ou “sexuais” que mobilizam fortemente o gênero possuem o que a autora chama de eixo horizontal. Os atos direcionados às mulheres são atravessados por uma dimensão que é direcionada aos seus iguais (outros homens), com o objetivo de solicitar um merecimento de participação especial em certo grupo que se vê acostumado com uma linguagem hierárquica e uma organização piramidal.

As “brigas por mulher”, “crimes passionais” e o feminicídio não dizem apenas de um ambiente privado e pessoal, pois a comunicação se dirige a todos os entendidos e avisados. Tais atos reforçam dentro da comunidade dos entendidos o exercício de um domínio dentro de uma porção do território. Segato (2005) traça uma definição de soberania: “[...] controle legislador sobre um território e sobre o corpo do outro como anexo a este território.” A soberania extrapola o poder de morte porque se dirige a uma comunidade de vivos. A produção de morte é utilizada enquanto recurso expressivo e desemboca no domínio da vida. Em outras palavras, o resultado é a exibição do poder de morte para os vivos. A subordinação física total das vítimas de assassinato produz a subordinação psicológica e moral do restante da comunidade dos vivos. Há um locutor e também interlocutores dentro deste ato comunicativo.

Acreditamos que o que é comunicado em tais atos de violências extremas é o ensejo de um processo de afirmação viril e violenta da instauração de um domínio por parte de um grupo específico no território. Os autores dos homicídios, das ameaças e das torturas passam a ser reconhecidos e legitimados enquanto sujeitos dotados de poder de fogo significativo. A desfiguração intencional das vítimas por meio dos disparos nos rostos e partes íntimas concentra em um só ato o poder de aniquilamento do outro. Os horários e locais onde ocorrem os homicídios – todos locais públicos em horários comerciais de grande circulação de pessoas – podem sugerir uma certa confiança e liberdade de domínio. Não há preocupação em cobrir



placas de carros ou o rosto dos autores. Isso sugere um tensionamento da legitimidade do poder público, onde há a certeza e a produção da impunidade.

Referências Bibliográficas

CERTEAU, Michel de, **L'invention du quotidien: 1. Arts de faire**, Paris, Gallimard, 1980 (Trad. Bras. Ephraim F. Alves. Petrópolis, Vozes, 2014). COIMBRA, Cecília. **Operação Rio: o mito das classes perigosas: um estudo sobre violência urbana, a mídia impressa e os discursos de segurança pública**. Rio de Janeiro: Oficina do Autor; Niterói: Intertexto, 2001.

DIÁZ-BENITÉZ, Maria Elvira. **O gênero da humilhação. Afetos, relações e complexos emocionais**. Horizontes antropológicos, Porto Alegre, ano 25, n.54, p. 51-78, maio/ago. 2019.

HARAWAY, Donna. **“Gênero’ para um dicionário marxista”**, Cadernos Pagu, 22, 2004.

KIMMEL, Michael S. **A produção simultânea de masculinidades hegemônicas e subalternas**. Horizontes Antropológicos. Porto Alegre, v. 4, n. 9, p. 103-117, Oct. 1998.

LUGONES, Maria. **Colonialidade e Gênero**. in in HOLLANDA, H. B. Pensamento feminista hoje: perspectivas decoloniais. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2020.

OAKLEY, Ann. **Sexo e gênero**. Revista Feminismos. v. 4, n. 1, 2016 [1972].

ORTNER, Sherry B. **Está a mulher para o homem assim como a natureza está para a cultura?** in Rosaldo, Michelle Z. & Lamphere, Louise. A Mulher, a Cultura e a Sociedade. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

Oyèwùmí, Oyèrónké. **Conceituando o gênero: os fundamentos eurocêntricos dos conceitos feministas e o desafio das epistemologias africanas**. in HOLLANDA, H. B. Pensamento feminista hoje: perspectivas decoloniais. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2020.

SANTOS, Milton. **Espaço e Método**. 1 ed; São Paulo, Nobel, 1985.

SEGATO, Rita Laura. **Território, soberania e crimes de , soberania e crimes de segundo Estado: a escritura segundo Estado: a escritura nos corpos das mulheres nos corpos das mulheres de Ciudad Juarez**. Estudos Feministas, Florianópolis, 13(2): 256, maio-agosto/2005.

VALE DE ALMEIDA, Miguel. **Senhores de Si: Uma interpretação antropológica da masculinidade**. Lisboa: Fim de Século, 1995.



Projeto Poético: saber poético-musical nas canções de Antônio Carlos Belchior

André L. R. M. Caviola

Doutorando - Programa de Pós-Graduação em História da UFMG
andrecaviola@live.com

Resumo: A seguinte proposta tem como objetivo explorar o conjunto de valores que regem a obra do artista cearense Antônio Carlos Belchior. A esses elementos, do ponto de vista ético e estético, atribuiu-se o nome de projeto poético (SALLES, 2011), entendidos como um conjunto de crenças, modos de ação e escolhas que irão caracterizar determinada manifestação artística. Ao mesmo tempo que são representados em sua produção enquanto objetos ficcionais (ISER, 2013), são responsáveis, também, pelo processo receptivo e comunicativo de sua obra (JAUSS, 1979) e pela construção de representações coletivas e de identidades culturais (CHARTIER, 1991). A perspectiva sobre o estudo do projeto poético permite que determinada produção artística possa ser apreendida a partir de recortes específicos, que atuam como fios condutores a unir diferentes expressões de um mesmo trabalho. Ao longo da pesquisa realizada durante a experiência do mestrado, foram investigados alguns fios condutores identificados no repertório cancionário de Antônio Carlos Belchior, sendo eles: a narrativa do migrante nordestino, que se confunde com a própria trajetória de Belchior; como a relação conflituosa entre modernidade e subdesenvolvimento é representada de forma crítica na obra do artista; e a análise de uma série de diálogos estabelecidos com elementos externos a sua produção, que caracterizam um saber poético-musical (WISNIK, 2004) responsável por promover o trânsito entre diferentes saberes e culturas. Portanto, para essa proposta de comunicação livre, pretende-se explorar de forma teórico-metodológico a possibilidade de pesquisa a partir da perspectiva do projeto poético na área da história, considerando os necessários diálogos interdisciplinares dessa disciplina com o campo das linguagens musicais e artísticas. Constitui como objetivo, também, a apresentação parcial de parte da pesquisa realizada no mestrado sobre o prisma dos diálogos estabelecidos pelo artista com outras expressões artísticas e culturais e, como essa operação, constitui-se como uma forma produtiva de leitura da história, quando pensadas como uma ação de transcrição ou tradução intersemiótica (PLAZA, 2013), que coloca em perspectiva uma nova articulação entre presente e passado (HARTOG, 2019) ao relançar para o futuro aqueles aspectos que foram lidos e incorporados ao presente, que recuperam uma leitura da história como linguagem, enquanto constrói uma visão da linguagem como história.

Palavras Chave: História & Música; Belchior; Projeto Poético; Saber Poético-Musical;

Projeto poético e algumas possibilidades de pesquisa

O presente artigo é resultado de uma pesquisa maior, realizada durante o mestrado em artes, em que se investigou parte da produção musical de Antônio Carlos Belchior. O percurso



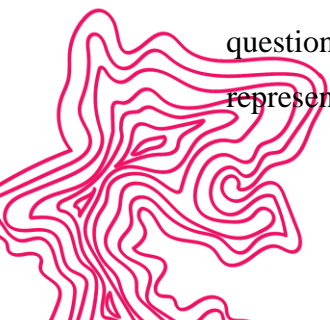
foi realizado a partir da perspectiva do estudo de seu projeto poético e suas respectivas historicidades, por meio dos materiais que traduzem suas experiências em diferentes contextos e espaços e contribuem, também, para o processo de construção de sua obra.

De acordo com Cecília Almeida Salles (2011), toda obra de arte apresenta alguns fios condutores que perpassam a sua produção como um todo e que podem ser interpretados como “princípios envoltos pela aura da singularidade do artista” (2011, p. 44); são “gostos e crenças que regem o seu modo de ação: um projeto pessoal, singular e único” (2011, p. 44). A esse grande projeto atribuiu-se o nome de projeto poético que, ainda segundo a autora, está relacionado a princípios estéticos, de caráter individual e localizados em um tempo que inevitavelmente afetam o artista e, também, a princípios éticos de seu criador, ou seja, o seu plano de valores e a sua forma de criar e representar o mundo. Dessa maneira, o projeto poético seria o entrelaçamento entre esses valores éticos e estéticos que regem a obra do artista.

Esse grande projeto, segundo Salles (2011, p. 46), que se apresenta como princípios éticos e estéticos, direciona o fazer do artista e possui o caráter geral. Cada obra (nesse caso, as canções), dentro de tal perspectiva, representa um momento singular norteador por esses princípios que, muitas vezes, estão em constante construção e transformação. Essa teoria manifesta-se no conteúdo das ações do artista, suas escolhas, seleções e combinações, que são reveladas não só a partir da análise de seu trabalho enquanto processo construtivo, como também em depoimentos, que podem revelar algumas tendências de seu projeto.

Como proposta de comunicação livre durante a realização do XI Encontro de Pesquisa em História da Universidade Federal de Minas Gerais, ocorrido no ano de 2023, tentou-se demonstrar do ponto de vista teórico-metodológico as implicações desse tipo de estudo para o campo da história. Nessa empreitada, foi considerado, também, os necessários diálogos interdisciplinares desta disciplina com os domínios das linguagens musicais e artísticas e os resultados parciais da pesquisa realizada em que se adotou essa metodologia durante o mestrado.

Diante da trajetória do artista, sua produção musical e os objetivos envolvidos na pesquisa, os questionamentos que a orientaram foram: como é possível identificar pelo repertório cancionero os valores éticos e estéticos compartilhados pelo artista? Com que materiais – e de que forma – ele dialoga em sua obra? A partir dos caminhos abertos pelos questionamentos apresentados, foi possível perceber as diferentes formas de estar e se representar no mundo e como a sua canção transformou-se num espaço performático que



circularam uma série de ideias e contribuíram para diferentes mediações culturais. Parte da recepção de sua obra também foi desvelada, o que possibilitou interpretar a construção de significados à luz e mediante aos acontecimentos contemporâneos.

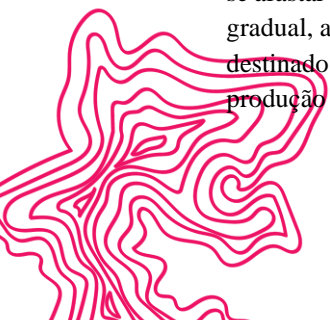
Após um processo reflexivo a partir da escuta de suas canções, associados a depoimentos do artista e outros estudos de sua obra e produção, optou-se por um recorte específico de algumas canções de seu repertório. Buscou-se, também, identificar os fios condutores salientados por Salles, responsáveis por atar a obra do artista como um todo, que se transformaram em três temas centrais da pesquisa realizada.

O primeiro desses fios, de acordo com essa perspectiva interpretativa (SALLES, 2011) e que perpassa a produção de Belchior diz respeito a narrativa do migrante nordestino, evidenciada em diversas de suas canções. O segundo fio que conduz e faz conduzir sua produção associa-se a uma perspectiva crítica a partir de um discurso de oposição e resistência à retórica do desenvolvimento, em que a relação conflituosa entre modernidade e subdesenvolvimento é representada em sua obra de forma crítica. O terceiro fio condutor que orientou essa pesquisa deteve-se a investigar a habilidade de Belchior em incorporar elementos outros à sua produção e que será melhor explorado na próxima seção do artigo.

Essa perspectiva de estudo do projeto poético do artista alinha-se ao campo da crítica genética e do processo criativo. Segundo Salles (2008, p. 20), “a crítica genética surgiu com o desejo de melhor compreender o processo de criação artística, a partir de registros desse percurso deixado pelo artista”. Esses vestígios podem ser esboços, manuscritos, materiais de testagens, entrevistas, depoimentos e comentários do autor sobre o ato criador, além de diversos outros rastros deixados em suspenso que evidenciam o processo criativo e de gestação da obra de arte, por isso a opção de se atribuir a essa tipologia a nomenclatura de documentos do processo “que desse conta da diversidade das linguagens” (SALLES, 2008, p. 20).

No caso estudado, as principais fontes²²³ foram as canções, entrevistas e depoimentos, nos quais Belchior discorre e reflete sobre o seu trabalho. A crítica musical circulada em jornais

²²³ Infelizmente, não foi possível acessar documentos privados que em suposição recuperariam o movimento criador, como esboços, ensaios, partituras, anotações e manuscritos, responsáveis pelo processo de armazenamento e experimentação, tão comum nesse campo de estudos. De acordo com Fuscaldo e Bortoloti (2021), Belchior, ao se afastar dos amigos e da mídia a partir de 2007, foi se desconectando de sua rede afetiva e profissional. De forma gradual, abandonou o apartamento que dividia com a esposa e os filhos após o divórcio; o escritório que mantinha destinado a questões profissionais de sua carreira; o ateliê, com a biblioteca e diversos materiais ligados à sua produção artística; e, por último, o *flat*. Os problemas com o não cumprimento de despesas como água, luz, aluguel

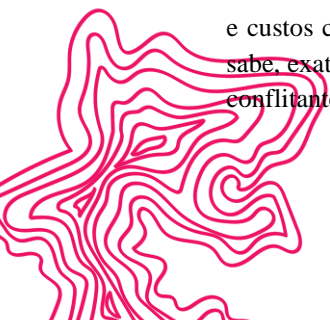


e periódicos complementaram esse corpus documental, contribuindo para uma análise crítica em relação à recepção de sua obra. Dessa forma, a opção realizada foi pela utilização dos documentos públicos. Como possuem “caráter retrospectivo, que os coloca fora do momento da criação, ou seja, não acompanha o movimento criador da produção das obras” (SALLES, 2008, p. 41) optou-se pelo estudo de seu projeto poético, por ter consciência de que os valores éticos e estéticos mobilizados pelo artista são intrínsecos a sua arte e muitas vezes externados pelo próprio artista em entrevistas e depoimentos. Uma análise retrospectiva dos fios condutores, a partir das canções, desvela esse mundo construído por sua obra, o seu projeto artístico e as experiências que as atravessam. As entrevistas e depoimentos, por sua vez, revela os processos de significação entre artista e obra.

Como pode ser percebido pelo leitor, o estudo do projeto poético e o campo em que determinada apreensão se enquadra - o processo criativo em artes - tem como objetivo central as operações de significação, códigos semânticos e o percurso realizado pelo artista no processo de composição de seu trabalho. Para o campo da história é necessário avançar nesse tipo de análise, principalmente, no ponto de vista da historicidade que cada uma desses elementos carregam. Dessa forma, a escolha realizada foi de conservar as perspectivas apresentada por Salles sobre o estudo do projeto poético e ampliar as referências teórico-metodológicas para outros autores que se dedicam à pesquisa do campo musical, a partir de diferentes vieses, como o sociológico, histórico, musicológico e/ou cultural.

Howard S. Becker (2010) argumenta que as canções e álbuns quando lançados, em grande medida, são resultados de um trabalho realizado por muitos agentes, que envolve desde sua concepção até a sua entrega ao público. Dentro dessa perspectiva, para citar alguns exemplos, há os responsáveis pela produção, gravação, mixagem, montagem, estúdio, corte, arranjos, *layout*, arte e fotografia que irão contribuir para a materialização do trabalho de determinado compositor e adequação às normas vigentes do mercado e da indústria fonográfica. Para além desses envolvidos no processo de criação e produção, os responsáveis pela distribuição e inserção desse trabalho nos principais meios de comunicação não podem ser esquecidos. Portanto, todas essas facetas influem – de forma direta e indireta – na concretização

e custos com funcionários foram se acumulando e inviabilizaram a própria manutenção dessa estrutura. Não se sabe, exatamente, o que aconteceu com o espólio do artista e muitas vezes essas informações são desconhecidas, conflitantes e objetos de disputa pelas partes que disputam o legado do artista.

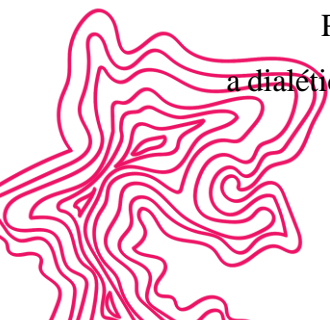


do projeto poético, pois condicionam o material entregue ao público e não podem ser naturalizados quando o objetivo é desvelar os significados construídos pelo artista em sua obra.

Nesse caso, optou-se por uma leitura a contrapelo das canções, associadas a outras fontes (reportagens e depoimentos do artista), que recuperam e auxiliam em sua compreensão. Apesar da análise ter se destinado a algumas canções, o álbum em que estão inseridas possuem uma relevância como um gênero complexo do discurso musical. Assim, pelo processo de montagem, ocorre a interação entre diferentes gêneros que atuam por meio do contraste de sonoridades, acolhendo nuances distintas, contornando proposições e contradições internas, conforme salientado por Sérgio Molina (2017). A canção, dessa forma, é apenas um elemento dentro de uma produção maior e multifacetada, que é o álbum. Molina, ao estudar a composição de música popular cantada, propõe o estudo da construção da sonoridade, para além do enlace texto/melodia. Segundo o autor, as sonoridades e os momentos estão relacionados “as articulações de intensidade, jogos de densidade, sobreposições de unidades sonoras, rupturas de andamento, efeitos agregados à voz etc., [que] passaram a ocupar um lugar central nos processos de criação” (2017, p. 178).

Consciente de que toda criação artística se constitui em um ato comunicativo, a sua produção e circulação implica na receptividade por parte do outro, ou seja, a fruição. Os próprios significados em torno da canção de Belchior são construídos mediante um exercício de alteridade a partir da inserção pelo artista de determinados aspectos por meio da linguagem, enquanto tessitura, e a assimilação realizada por aqueles que à experimentam. Em seu projeto poético é possível observar subjetivamente seu plano de valores e sua forma de representar o mundo, que orientam suas escolhas e preferências. Porém, todo esse arcabouço presente em sua produção encontra significado e sentido a partir da recepção da sua obra. A partir desse ponto de vista, Hans Robert Jauss (1979, p. 69) afirma que “a experiência estética não se inicia pela compreensão e interpretação de uma obra; menos ainda, pela reconstrução da intenção de seu autor”. O ato de recepção é responsável pela compreensão, experiência primária e pela significação, enquanto a interpretação se volta para o discernimento, o ato de reflexão e a constituição de sua experiência. Portanto, a crítica jornalística apresenta-se como um ato de compreensão da obra de arte, permitindo reconstruir o contexto histórico em que as canções são recebidas e interpretadas.

Para além da criação, produção, circulação e recepção, é necessário, também, preservar a dialética entre a definição do artista em relação a sua obra e a abertura propiciada pela fruição,



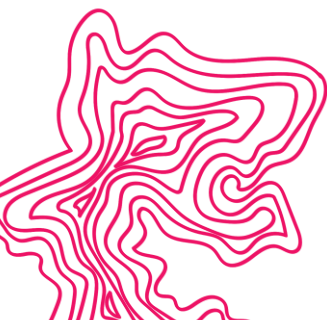
considerando a sua emergência para o caráter comunicativo e interpessoal, na esteira das contribuições de Humberto Eco (2020) a respeito da obra de arte como aberta. De acordo com o autor, todo artista possui uma intenção e a expectativa que o outro a reinterprete próximo do que ele a concebeu. No entanto, o objeto é desfrutado por uma pluralidade de fruidores e cada um deles levará ao ato de fruição as próprias características psicológicas e fisiológicas, a própria formação ambiental e cultural e as especificações da sensibilidade que as contingências imediatas e a situação histórica comportam” (ECO, 2020, p. 153).

Do ponto de vista metodológico, as escolhas realizadas no que diz respeito às análises das fontes musicais e audiovisuais encontram balizas nos procedimentos que envolvem: 1) seleção do material; 2) características gerais da forma-canção ou das fontes audiovisuais; 3) parâmetros básicos para análise da canção ou das fontes audiovisuais; 4) parâmetros poéticos; 5) parâmetros musicais (linguagem sonora); 6) interpretação; 7) performance. Para além do respeito aos procedimentos acima expostos, foi considerado a articulação entre a linguagem técnico-estética e as representações das realidades históricas nelas envolvidas, conforme as reflexões do historiador Marcos Napolitano (2016, 2015).

Como ferramenta analítica para análise das canções, esta pesquisa se assentou a partir de duas perspectivas. A primeira delas é por meio de uma apreensão empírica da canção, conforme propõe Luiz Tatit (2012, 2003). O autor recorre a uma série de parâmetros analíticos para investigar a dicção do cancionista, por meio de sua maneira de cantar, de musicar, de gravar e, principalmente, de compor, ancorado numa proposta de apreensão semiótica. A segunda perspectiva, por sua vez, envolve a análise da canção enquanto texto, associada a um entendimento antropológico do fenômeno literário, ao considerar o papel mediador no texto ficcional, entre o imaginário e o real, de acordo com Wolfgang Iser (2013). Dessa forma, deve-se considerar que esses elementos ficcionais que caracterizam determinada obra podem ser identificados tanto com uma realidade social, como também de ordem sentimental e emocional.

Por sua vez, os depoimentos em que Belchior discorre e reflete sobre sua produção foram tomados, por um lado, como processos de significação entre artista e obra e, por outro, enquanto registro da memória criativa – ciente do seu caráter retrospectivo – conforme reforça Salles (2008, p. 30).

Ano passado eu morri, mas esse ano eu não morro: um saber poético-musical

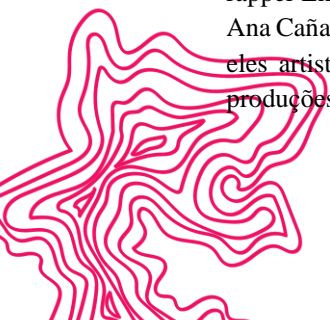


Diante dos referenciais teórico-metodológicos expostos na seção anterior, foi possível investigar os fios condutores identificados na obra do artista, como a narrativa do migrante nordestino; o discurso de oposição e resistência à retórica do desenvolvimento; e as diferentes experiências construídas por esse campo de cruzamentos que se estabelecem em sua canção. Dessa forma, dentre esses três temas apresentados, iremos agora nos aprofundar um pouco mais nos diálogos estabelecidos com elementos externos a sua produção, que caracteriza o terceiro fio condutor investigado. Esse ato comunicativo é realizado por meio de investimentos interdiscursivos, em que o artista recorre a determinadas operações de linguagem, como a referência, alusão e citação que são responsáveis por desengatar e engar os significados construídos por suas canções. José Miguel Wisnik (2004, p. 215), ao estudar a relação entre literatura e música popular, afirma que esses diálogos estabelecidos compreendem o próprio processo de formação da canção popular brasileira, caracterizada por um saber poético-musical, responsável por promover um intenso campo de cruzamentos pela inserção de elementos associados à chamada cultura alta e as produções populares.

Belchior estabelece esses diálogos como parte da tradição presente na canção popular brasileira, transformando-os em uma singularidade de seu trabalho. Percebe-se em sua produção o cruzamento entre diferentes temporalidades, que contribuem para a construção de experiências no tempo, por meio do deslocamento intencional de signos, que passam a ter outros significados, distintos daqueles anteriormente atribuídos. Desse modo, é exatamente a articulação entre o passado e o futuro que constrói o presente para o autor. Além disso, tais deslocamentos temporais realizados por Belchior recuperam elementos externos à sua obra – em grande medida, ligados a outras tradições. Diante disso, que experiências no tempo são construídas pela canção do artista? Como essas experiências são reinscritas a partir da linguagem da canção visando sua circulação?

São questões importantes e que direcionaram as análises realizadas. O verso “ano passado eu morri, mas esse ano eu não morro”²²⁴, por exemplo, nos permite refletir sobre. Originalmente, é atribuído a Zé Limeira, um cantor e repentista, nascido em Teixeira, na Paraíba, por volta de 1886. Belchior utilizou o verso na canção *Sujeito de Sorte*, lançado no

²²⁴ Recentemente, os versos foram recuperados pela atual geração e inseridos por meio recurso do *sampler* pelo rapper Emicida na composição *AmarElo*, no ano de 2019; e, em 2021, a canção *Sujeito de Sorte* foi regravaada por Ana Cañas, juntamente do lançamento de um videoclipe que contou com a participação de 47 colaboradores, dentre eles artistas de diversas lideranças sociais. Porém, este artigo, não irá avançar para a análise das respectivas produções, detendo-se a composição de Belchior no ano de 1976.



álbum *Alucinação*, de 1976. Suspeita-se, que o artista cearense teve acesso aos versos por volta do ano de 1973, quando Orlando Tejo publicou o livro “Zé Limeira – O Poeta do Absurdo”. Os versos de Limeira, construídos originalmente a partir de uma estética do absurdo, exploravam a musicalidade em detrimento da coerência de sentido do texto, porém, ao serem reinscritos no curso da história, por meio da canção *Sujeito de Sorte*, em pleno anos de chumbo da ditadura, ganharam novos sentidos ao se associarem não só à insistência em se manter vivo frente ao regime militar, à censura e à repressão, como também em perseguir ou eliminar ideias antidemocráticas, enfrentando as dificuldades em sobreviver em um país caracterizado pela desigualdade social.

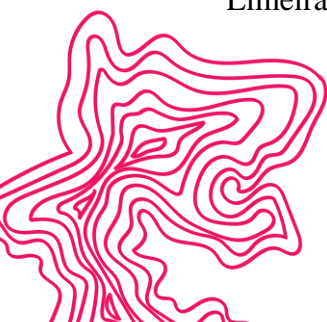
Essa operação, para além de uma prática de intertextualidade, pode ser compreendida, também, enquanto tradução intersemiótica. Júlio Plaza, a partir dos escritos de Roman Jakobson, define-a da seguinte forma:

A tradução intersemiótica ou “transmutação” foi por ele definida como sendo aquele tipo de tradução que “consiste na interpretação dos signos verbais por meio de sistemas de signos não verbais”, ou “de um sistema de signos para outro, por exemplo, da arte verbal para a música, a dança, o cinema ou a pintura, ou vice-versa, poderíamos acrescentar (PLAZA, 2013, p. 11).

Sob essa perspectiva, a transmutação de signos realizada por Belchior ocorre mediante um processo de coleta e reciclagem de materiais externos à sua obra. Sua interpretação e subjetividade são acrescentadas a tal conteúdo, que será recolocado em circulação a partir de uma diferente linguagem, o que acarreta no deslocamento de sentido do que fora anteriormente coletado. A operação tradutora, também, recupera uma leitura da história como linguagem enquanto constrói dialeticamente uma visão da linguagem como história. Portanto, a tradução apresenta-se como uma forma produtiva e atenta de ler as historicidades suspensas no tempo ao relançar para o futuro aqueles aspectos que foram lidos e incorporados ao presente. Um artista não opera no vazio, muito menos é independente de predecessores e modelos. A ocupação com o passado é também uma ocupação com o presente, pois o que se denomina de passado é a sobrevivência como realidade inscrita no presente (PLAZA, 2013, p. 2).

Como já mencionado, o contato de Belchior com os versos “ano passado eu morri, mas esse ano eu não morro” supostamente ocorreu por meio da obra “Limeira – O Poeta do Absurdo”, de autoria de Orlando Tejo, que visa retratar a vida do cantor e repentista Zé Limeira. Originalmente, os versos foram apresentados por Tejo da seguinte forma:

Eu já cantei no Recife



Dentro do Pronto Socorro,
Ganhei duzentos mil réis
Comprei duzentos cachorros,
**Morri no ano passado,
Mas esse ano não morro**

(TEJO, 1974, p. 272) (Grifo nosso).

Três anos após essa publicação, os versos seriam cantados no refrão da canção *Sujeito de Sorte*, na voz de Belchior, levemente modificados. Com pouco mais de três minutos de duração, sua execução é acompanhada por guitarra, baixo elétrico, percussão, teclados e bateria. Uma formação característica da música *pop*. A sua construção melódica se desenvolve a partir da alternância de três acordes básicos – IV, V e VII graus – que se repetem na sequência dos seus versos, organizado em uma única estrofe que ao longo da canção é executada três vezes:

SUJEITO DE SORTE²²⁵

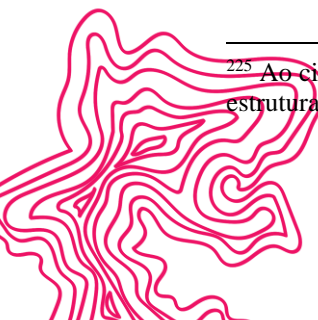
Presentemente eu posso me
considerar um sujeito de sorte
porque, apesar de muito moço,
me sinto são e salvo e forte.
E tenho comigo pensado: “Deus
é brasileiro e mora do meu lado.
E assim já não posso sofrer no
ano passado”.
Tenho sangrado demais, tenho
chorado pra cachorro.
Ano passado eu morri mas esse
ano eu não morro.

(BELCHIOR, 1976).

A partir de uma proposta de apreensão empírica da canção, Tatit (2012, 2003) apresenta o conceito de *iconização*. De acordo com o autor, ela ocorre quando determinados traços aparecem com o objetivo de configurar “uma mesma imagem, um mesmo objeto, o mesmo personagem ou até o mesmo sentimento” (TATIT, 2003, p. 23). Há, dessa forma, um ícone geral, nesse caso em que analisamos, presente no seu próprio título – um sujeito de sorte – que o plano da expressão (melódico e de conteúdo) construído pela canção busca compô-lo.

Para atingir esse efeito, é possível observar a estrofe que compreende a totalidade da canção operando como mecanismo de reiteração da mensagem destinada à construção do ícone e, ao mesmo tempo, sua tematização: “Deus é brasileiro e anda do meu lado / assim já não posso

²²⁵ Ao citar a canção, as características originais do encarte do LP foram preservadas, com o objetivo de manter a estrutura visual e a metrificação construída pelo artista.



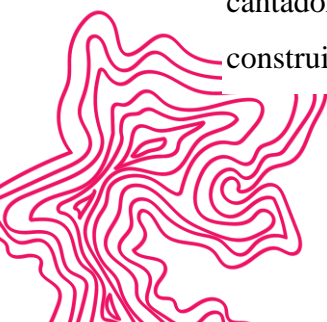
sofrer no / ano passado / tenho sangrado demais, tenho / chorado pra cachorro / ano passado eu morri mas esse / ano eu não morro”. O seu canto configura, ainda, uma atuação da fala na canção, acarretando importante presença da linguagem oral.

Ao analisar a execução da canção, a partir dos seus variados momentos, nota-se que a voz ocupa um primeiro plano sonoro, enquanto a harmonia atua como forma de reforçar o canto e, assim, constrói-se a melodia. Ao dividir a canção, podemos observar a seguinte organização na primeira vez em que a única estrofe é executada:

- 0’’ a 10’’: voz, teclado e percussão;
- 11’’: entrada da bateria e baixo elétrico;
- 22’’: entrada do solo de guitarra que se estende até 42’’;
- 43’’: voz, teclado, percussão, bateria e baixo elétrico;
- 55’’: parte instrumental que se mantém até o retorno da voz;
- 1’17’’: retorno da voz para cantar novamente os versos da música;

Os instrumentos, ao entrarem de forma escalonada, contribuem para a construção dos acontecimentos ao longo da canção. Nesse caso, associada à intensidade, pois, realizam, desde a primeira vez em que a estrofe é executada, o papel de marcação do tempo da música – o solo de guitarra é uma exceção. Durante a parte instrumental (55’’), pode-se constatar, por um lado, a performance de um ritmo que permanecerá ao longo da segunda vez em que é executada; e, por outro, a manifestação de alguns gêneros musicais, dentre eles o *folk*, o repente e o *rock*. A segunda vez em que a estrofe é executada, dá-se pelo acompanhamento de todos os instrumentos, a partir do ritmo que se desenvolveu aos 55’’. Durante sua última execução, volta-se à mesma organização inicial, quando há a entrada escalonada dos instrumentos.

Como pode-se observar, a canção se organiza como forma a construir um ícone, como demonstrado a partir da análise musical. Para alcançar esse objetivo, o artista recorre a certos mecanismos de reiteração, representados pelos versos “tenho sangrado demais, tenho / chorado pra cachorro. / Ano passado eu morri mas esse / ano eu não morro”, que, além do recurso da citação à obra de Zé Limeira, configura uma tradução intersemiótica. Nesse sentido, a operação tradutora, “cria sua própria verdade e uma relação fortemente tramada entre seus diversos momentos, ou seja, entre um passado-presente-futuro, lugar-tempo onde se processa o movimento de transformação de estruturas em eventos” (PLAZA, 2013, p. 1). Belchior recoloca em circulação tanto Zé Limeira como Orlando Tejo, e toda uma tradição associada à cultura do cantor de repente, ao reinserir no tempo um conteúdo a partir da transcrição de forma. Ao construir um novo ícone, o artista projeta-se na obra, vinculando o conteúdo do texto ao



momento entoativo de sua execução. Cada vez que se repete uma canção, um fragmento de tempo é recordado, considerando que a canção, como música, transcorre e tem sentido no tempo (TATIT, 2012).

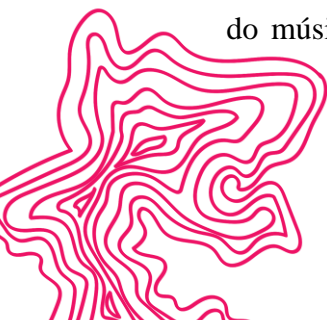
Quando comparada a publicação de Orlando Tejo com a obra de Zé Limeira e a canção de Belchior, é possível observar a similaridade. O que ocorre é um aproveitamento, uma reciclagem dos dois últimos versos de um poema que ao serem inseridos em uma nova estrutura dão origem a uma canção. Apesar do rompimento com a igualmente, a semelhança é preservada. Essa transcrição promove a produção de significados “sob a forma de qualidades e aparências entre ela própria e seu original” (PLAZA, 2013, p. 93). A conexão dinâmica com o original é decomposta, porém ainda desperta sensações análogas, quando se instala a “complexidade, a informação estética, a imprevisibilidade, originalidade e também a fragilidade” (PLAZA, 2013, p. 91).

A preocupação do artista se concentra no deslocamento do sentido dos signos mobilizados em sua produção – apesar de, nesse caso, não os preservar na sua integralidade – e como isso se articula com a norma de observação de seu público. Essa ação, conseqüentemente, acarreta a construção de novas experiências no tempo, quando pensamos na perspectiva de uma rearticulação entre presente e passado proposta em sua produção. A transcrição colocada em prática pelo artista atualiza referenciais passados no presente, a partir de uma forma produtiva de leitura das historicidades.

Considerações Finais

O percurso realizado até este momento, ao longo do texto, teve como objetivo apresentar algumas reflexões sobre as possibilidades de pesquisa no campo da história a partir da perspectiva do projeto poético. Apesar desse campo de estudos se deter aos códigos internos de determinada produção artística e ao percurso existente ao longo do processo criativo em artes, é possível, como tentou ser demonstrado, associar essa forma de interpretação do material artístico com outros referenciais que atuam no sentido de auxiliar na percepção das historicidades e das representações históricas existentes.

Essas discussões apresentadas, como salientado, fazem parte de uma pesquisa maior realizada na experiência do mestrado em artes e que agora encontra continuidade ao longo do processo de doutoramento em história. Apesar de se deter especificamente ao estudo da obra do músico e compositor cearense, Antônio Carlos Belchior, essa pesquisa possui ambições



maiores como, por exemplo, contribuir para a reflexão interdisciplinar e os diálogos necessários entre história, artes e musicologia. Esforço este, que tentou ser realizado neste artigo.

Referências

Discográficas

BELCHIOR, Antônio Carlos. **Sujeito de Sorte**. In.: BELCHIOR, Antônio Carlos. Alucinação. São Paulo: Phonogram, 1976. 1 disco sonoro. Lado A, faixa 4.

Bibliográficas

BECKER, Howar S. **Mundos da Arte**. Lisboa: Livros Horizonte (1 Janeiro 2010).

ECO, Humberto. **O problema da obra aberta** in.: A definição da arte; tradução de Eliana Aguiar – 3o ed. Rio de Janeiro: Record, 2020.

FUSCALDO, Chris. BORTOLOTTI, Marcelo. **Viver é melhor que sonhar: os últimos caminhos de Belchior**. 1o. Ed. Rio de Janeiro: Sonora Editora, 2021.

HARTOG, François. **Regimes de historicidade: presentismo e experiências no tempo**. 1. Ed.; 3. Reimp. – Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2019. – (Coleção História e Historiografia).

ISER, WOLFGANG. **O fictício e o imaginário: perspectivas de uma antropologia literária**; tradução de Johannes Kretschmer. 2. Ed. – Rio de Janeiro: EdUERJ, 2013. 424p.

JAUSS, Hans Robert. **A estética da recepção: colocações gerais**. In: LIMA, Luiz Costa. A Literatura e o leitor: textos de estéticas da recepção. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979. p. 43 – 61.

KELMER, Ricardo. (Org.) **Para Belchior com amor**. Fortaleza: Expressão Gráfica e Editora, 2016.

MEDEIROS, Jotabê. **Belchior: Apenas um rapaz latino-americano**. São Paulo: Todavia, 2017.

MOLINA, Sérgio. **Música de montagem: a composição de música popular no pós-1967**. – 1. Ed. – São Paulo: É Realizações, 2017. 200 p. ; 23 cm.

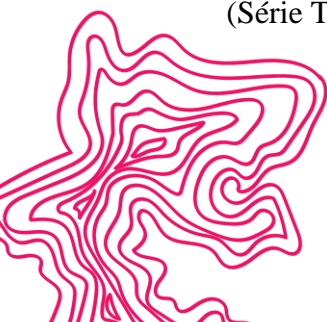
NAPOLITANO, Marcos. **História & música – história cultural da música popular**. 3. Ed. Ver.; 1.reimp. – Belo Horizonte: Autêntica, 2016.

NAPOLITANO, Marcos. **Fontes audiovisuais: a história depois do papel**. In.: PINSKY, Carla Bassanezi (org.). Fontes Históricas. – 3. ed., 2a reimpressão. – São Paulo: Contexto, 2015.

PLAZA, Julio. **Tradução inteseimiótica**. São Paulo: Perspectiva, 2013.

SALLES, Cecilia Almeida. **Gesto inacabado: processo de criação artística**. 5o edição revista e ampliada. São Paulo: Intermeios, 2011.

SALLES, Cecilia Almeida. **Crítica genética: fundamentos dos estudos genéticos sobre o processo de criação artística**. – 3o ed. Revista. – São Paulo: EDUC, 2008. 140 p.; 18 em. – (Série Trilhas).

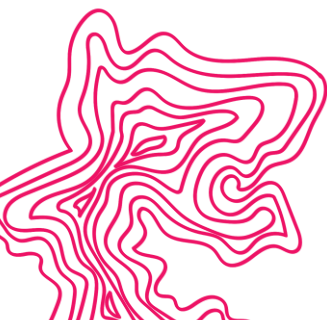


TATI, Luiz. **O cancionista: composição de canções no Brasil**. 2 ed. – 1. Reimpr. – São Paulo: Editora Universidade de São Paulo, 2012.

TATI, Luiz. **Elementos para análise da canção popular**. Cadernos de Semiótica Aplicada, Vol. 1, no 2, dezembro de 2003.

TEJO, Orlando. **Zé Limeira, poeta do absurdo**. 3o ed. João Pessoa: Edição da Embaixada Cultural de Pernambuco no Estado do Rio Grande do Norte, 1974, p. 272.

WISNIK, José Miguel. **A Gaia Ciência: literatura e música popular no brasil** in.: Sem Receita – Ensaios e Canções. Ed. Publifolha, 2004.



A História Natural do Brasil Ilustrada

Thabata Tosta

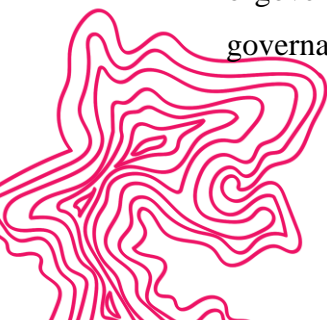
Doutoranda em Estudos do Patrimônio pela Universidade do Porto (UP)
Mestranda em História pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG)
thabatatosta@gmail.com

Resumo: Das três décadas da ocupação da Companhia das Índias Ocidentais Neerlandesa no nordeste do Brasil, o período de 1637 a 1644 pode ser considerado como o mais importante. Sob o governo do alemão Johann Moritz von Nassau-Siegen (1604-1679), o Brasil Holandês contou com o primeiro jardim botânico e o primeiro zoológico do país. Nassau-Siegen, homem culto e apreciador das ciências e das artes, tão logo soube de seu apontamento para as terras brasileiras, contratou estudiosos e artistas para fazer parte de sua *entourage* com o objetivo de investigar, coletar e representar a colônia. Os artistas neerlandeses, Albert Eckhout (c.1610-c.1666) e Frans Janszoon Post (1612-1680), foram encarregados da produção pictórica do gabinete de curiosidades nassoviano. Entre as muitas representações pictóricas produzidas por Eckhout, há uma soberba pintura de dois jabutis no *Mauritshuis* em Haia, Países Baixos, e uma coleção especial com representações da flora e da fauna, organizadas no que hoje se conhece como *Libri Picturati* (Livros de Figuras) (tomos A32, A33, A34 e A35); *Libri Principis* (Livros do Príncipe) (tomos A36 e A37); e *Miscelanea Cleyeri* (Miscelânea de Cleyeri) (tomo A38) — atualmente guardadas na *Biblioteka Jagiellońska* (Biblioteca Jaguelônica) em Cracóvia, Polônia. Frans Post, por sua vez, enquanto preparava suas icônicas paisagens, elaborou estudos da fauna, estes, perdidos por séculos e redescobertos há menos de uma década no *Noord-Hollands Archief* (Arquivos do Norte da Holanda) em Harlema, Países Baixos. Ademais, o primeiro livro a tratar da história natural do Brasil, publicado em 1648 nos Países Baixos, fruto do patrocínio de Nassau-Siegen, é o ricamente ilustrado *Historia Naturalis Brasiliae* (História Natural do Brasil), escrito por Georg Marggraf (1610-1644) e Willem Pies (1611-1678). Este conjunto imagético, ímpar por conter os primeiros registros pictóricos da história natural do país, antecede o que é conhecido hoje como “ilustração científica” e pode ser denominado de “ilustração em história natural”. Isto posto, com foco na história das primeiras ilustrações da história natural do Brasil Holandês, esta pesquisa visa (re)criar o que teria sido o corpus da representação visual da colônia (a incluir apenas imagens de fauna e flora) por intermédio de levantamento e sistematização de dados contidos no material supracitado, pertencente ao primeiro gabinete de curiosidades brasileiro.

Palavras-chave: História Natural; História da Ciência; História da Arte; Ilustração em História Natural; Brasil Holandês.

Introdução

O presente trabalho começa com a nomeação pela Companhia das Índias Ocidentais Neerlandesa do nobre humanista alemão Johann Moritz von Nassau-Siegen (1604-1679) para o governo da outrora colônia portuguesa, que viria a ser chamado de Brasil Holandês. Sua governança, deveras bastante única, durou pouco, de 1637 a 1644, porém, deixou ao povo

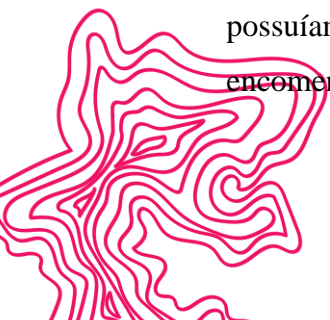


brasileiro um legado deveras interessante. Além de ter fundado o primeiro jardim botânico e o primeiro zoológico do país (Tosta, 2020, p.70 *apud* Whitehead e Boeseman, 1989, p. 20), foi também o responsável pelo primeiro gabinete de curiosidades de grande monta verdadeiramente brasileiro. Foi graças a esta coleção que lhe foi possível trocar benesses com nomes importantes no jogo político europeu e, como consequência, angariar títulos, sendo um dos mais importantes, foi aquele obtido em 1652, o de príncipe de Nassau-Siegen.

A famosa coleção nassoviana era composta por diversos objetos de toda sorte, porém, o conteúdo a chamar mais atenção e objeto desta investigação, é aquele de cunho artístico, mais especificamente, as pinturas e ilustrações em história natural de cunho botânico e zoológico. Denominada de “coleção oficial”, tratam-se de imagens que foram encomendadas por Nassau ou então executadas por seus artistas enquanto sob contrato do então conde. Ora, tão logo o jovem Johann Moritz soube de seu apontamento para as terras brasileiras, contratou estudiosos e artistas para fazer parte de sua *entourage* com o objetivo de investigar, coletar e representar a colônia (Tosta, 2020, p. 68 *apud* Brienen, 2007, p. 275). Para tanto, incumbiu os artistas neerlandeses, Albert Eckhout (c.1610-c.1666) e Frans Janszoon Post (1612-1680), da produção pictórica de sua curiosa e exótica coleção.

Ao investigar o conteúdo da coleção de Nassau no Brasil ficou claro que o único estudo a tentar elencar todo o acervo imagético foi aquele publicado em 1989 pelo biólogo Peter James Palmer Whitehead (1930-1992) e o ictioólogo Marinus Boeseman (1916-2006), intitulado *A portrait of Dutch 17th century Brazil. Animals, plants and people by the artists of Johan Maurits of Nassau* (Um retrato do Brasil holandês do século XVII. Animais, plantas e pessoas dos artistas de João Maurício de Nassau). Apesar de ser uma magnífica obra, esta encontra-se desatualizada e a necessidade de completar e revisar seu conteúdo se fez premente. Não só, tal devassa, ainda que pioneira, não é voltada para o objeto de interesse, as ilustrações em história natural encomendadas por Nassau. Ainda assim, é a partir de Whitehead e Boeseman que esta nova coleção pode ser traçada. Trata-se de uma coleção à parte, onde as ilustrações em história natural botânicas e zoológicas, criadas pelos artistas do conde e seus ajudantes, formaria um novo gabinete de curiosidades, a chamada “coleção oficial”.

Uma vez que o conjunto da obra foi disperso entre vários países, para construção desta coletânea mui específica, antes de tudo, era preciso descobrir exatamente quais as fontes possuíam registros a corresponder ao tópico em questão e, dentre estas, quais foram encomendadas por Nassau-Siegen ou feitas por artistas enquanto sob seu contrato. Entre as



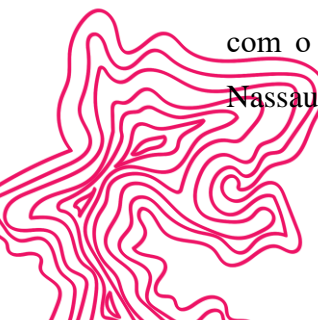
muitas telas produzidas por Eckhout, há a soberba pintura *Studie van twee Braziliaanse schildpadden* (Estudo de dois jabutis brasileiros) no *Mauritshuis* em Haia, Países Baixos, e uma coleção especial com representações da flora e da fauna, organizadas no que hoje se conhece como *Libri Picturati* (Livros de Figuras), composto pelo *Theatrum Rerum Naturalium Brasiliae* (Teatro das Coisas Naturais do Brasil) (tomos A32, A33, A34 e A35); *Libri Principis* (Livros do Príncipe) (tomos A36 e A37); e *Miscelanea Cleyeri* (Miscelânea de Cleyeri) (tomo A38) — atualmente encontradas na *Biblioteka Jagiellońska* (Biblioteca Jaguelônica) em Cracóvia, Polônia. Post, por sua vez, enquanto preparava suas icônicas paisagens, elaborou estudos da fauna, perdidos por séculos e redescobertos há menos de uma década no *Noord-Hollands Archief* (Arquivos do Norte da Holanda) em Harlema, Países Baixos.

Para além destas imagens, existem também aquelas a compor o primeiro livro a tratar da história natural do Brasil. Publicado em 1648 nos Países Baixos, fruto do patrocínio de Nassau-Siegen, o ricamente ilustrado *Historia Naturalis Brasiliae* (História Natural do Brasil) foi escrito pelo naturalista Georg Marggraf (1610-1644) e pelo médico Willem Pies (1611-1678), cuja “importância científica e histórica é reafirmada por ter sido uma das bases para a taxonomia de diversas espécies na décima e décima segunda edições da obra *Systema Naturae* de Carlos Lineu” (Tosta, 2020, p. 196 *apud* Whitehead e Boeseman, 1989, p. 27).

Todo este conjunto imagético, ímpar por conter os primeiros registros pictóricos da história natural do país, antecede o que é conhecido hoje como “ilustração científica” e pode ser denominado de “ilustração em história natural”. Isto posto, com foco na história das primeiras ilustrações da história natural do Brasil Holandês, esta pesquisa, baseada na dissertação de mestrado da autora, intitulada *As Ilustrações de História Natural do Kunstkammer de João Maurício de Nassau-Siegen*, visa (re)criar o que teria sido o corpus da representação visual da colônia (a incluir apenas imagens de fauna e flora) por intermédio de levantamento e sistematização de dados contidos no material supracitado.

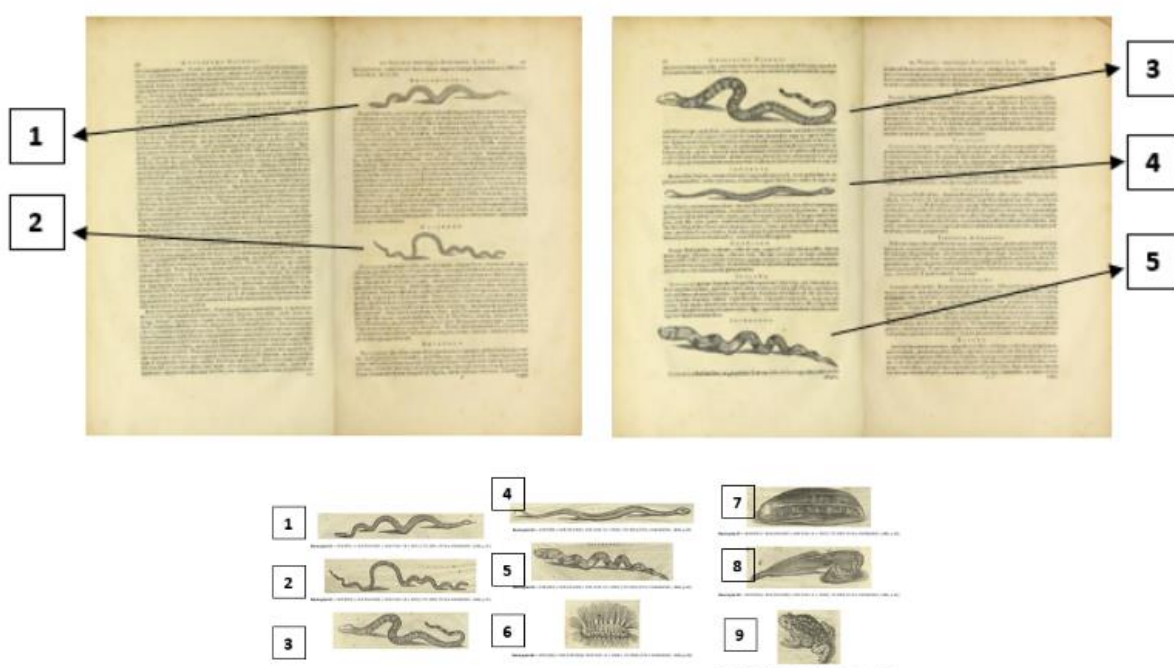
Códigos de referência e sistematização de dados

Decidiu-se então que a criação de códigos de referência seria útil, não apenas para a sistematização de dados da pesquisa, mas também para que houvesse um padrão internacional onde outros pesquisadores do repertório nassoviano pudessem usar os mesmos para trabalhar o assunto com o intermédio de um catálogo de referência unificado. Todos os códigos têm início com o acrônimo do encomendador da coleção, ou seja, “JMNS”, para Johann Moritz von Nassau-Siegen. A partir desta primeira codificação, seguem-se os códigos de referência base, XI Encontro de Pesquisa em História da UFMG - ISBN: 978-65-01-11103-2



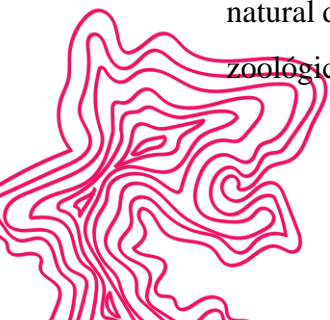
ou seja, os códigos de fonte. Logo, para *Historia Naturalis Brasiliae* tem-se “HNB”; para *Theatrum Rerum Naturalium Brasiliae* “TRNB”; para os *Libri Principis* “LP”; para o *Miscellanea Cleyeri*, “MC”; para o *Mauritshuis* “MH” e, para o conteúdo do *Nood-Hollands Archief*, tem-se “NHA” (ver Tosta, 2020, p. 264-275). Com a criação de códigos base concluída, foi a vez da criação de uma codificação mais específica, ou seja, códigos para cada uma das imagens. Para tanto, foram aferidas todas as ilustrações, uma a uma (ver Imagem 1).

Imagem 1: Exemplo de seleção de imagens



Fonte: Tosta, 2020, p.263

A partir desta conferência, concluiu-se então que o número total de imagens em história natural pertencentes à coleção original é de 1.339, sendo 551 ilustrações botânicas e 788 ilustrações zoológicas. As tipologias foram distribuídas da seguinte forma: o HNB possui 524 ilustrações em história natural, sendo 292 ilustrações botânicas e 232 ilustrações zoológicas; o TRNB possui 405 ilustrações em história natural, sendo 173 ilustrações botânicas e 232 ilustrações zoológicas; os LP possuem 306 ilustrações em história natural, sendo 34 ilustrações botânicas e 272 ilustrações zoológicas; o MC possui 69 ilustrações em história natural, sendo 52 ilustrações botânicas e 17 ilustrações zoológicas; o MH possui 1 ilustração em história natural de cunho zoológico; e, o NHA possui 34 ilustrações em história natural, todas de cunho zoológico (ver Tosta, 2020, volume I, Anexo 41) (ver Tabela 1). Por fim, com o suporte fatural



obtido nesta apuração, é certo que os códigos específicos para o HNB vão de JMNS-HNB-0001 a JMNS-HNB-0524; os do TRNB, de JMNS-TRNB-0525 a JMNS-TRNB-0929; os dos LP, de JMNS-LP-0930 a JMNS-LP-1235; os do MC, de JMNS-MC-1236 a JMNS-MC-1304; o do MH, possuidor de um único código, JMNS-MH-1305; e, os do NHA, de JMNS-NHA-1306 a JMNS-NHA-1339 (*Ibidem*, Anexo 42).

Tabela 1: Dados contábeis

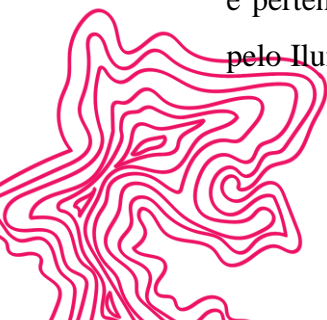
Fonte	Ilustrações em história natural	Ilustrações botânicas	Ilustrações zoológicas
HNB	524	292	232
TRNB	405	173	232
LP	306	34	272
MC	69	52	17
MH	1	--	1
NHA	34	--	34
Número total de ilustrações em história natural: 1.339			
Número total de ilustrações botânicas: 551			
Número total de ilustrações zoológicas: 788			

Fonte: Tosta, 2020, Volume I, Anexo 41.

Pesquisas subsequentes

Como continuidade da dissertação apresentada, a tese de doutorado da autora, intitulada *Além do Gabinete de Curiosidades de Nassau: Ilustrações em História Natural Baseadas na Coleção Brasileira do Conde*, ainda em fase de execução pela Universidade do Porto (UPorto), apresenta o desafio não de “recriar”, mas sim de criar uma nova coleção. Embora a existência de ilustrações em história natural baseadas naquelas do gabinete de curiosidades Johann Moritz von Nassau-Siegen enquanto governador do Brasil Holandês sejam conhecidas, até o momento não há um estudo coeso que as abarque todas em um único conjunto. Estas ilustrações, chamadas de “coleções paralelas”, são aquelas ilustrações de história natural que podem ser entendidas como referências, cópias e plágios, feitas a partir da coleção original. Os principais objetivos desta pesquisa, além de aferir quantas e quais são estas ilustrações, é a criação de um catálogo de imagens e de códigos de referências, além da realização de uma análise comparativa entre as duas coleções.

Antes de mais, aqui cabe uma breve digressão sobre a evolução destas imagens. Durante a Revolução Científica (1543-1687) e, certamente no período nassoviano (1637-1644), as ilustrações de cunho botânico e zoológico são classificadas como ilustrações em história natural e pertencentes à filosofia natural. Com o desenvolver do pensamento científico, a perpassar pelo Iluminismo (1685-1815) e, também, ir além dele, estas imagens, cada vez mais objetivas



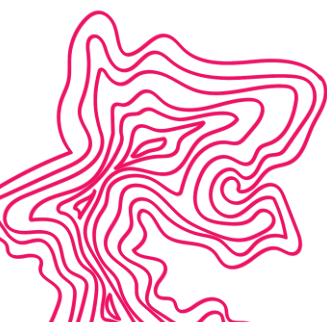
e técnicas que outrora, passam a serem consideradas como ilustrações científicas. Pois bem, digressões à parte, ainda outro desdobramento desta perquirição está contido na segunda dissertação de mestrado da autora, intitulada *Bravos Bávaros: A Expedição de von Spix e von Martius e a História da Ciência do Brasil Ilustrada*, também em fase de execução pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Esta se dá partir de um avanço espaço-temporal para o nordeste e sudeste do Brasil no início do século XIX.

Sobre a Expedição Austro-Alemã, encomendada por Franz I e II, Imperador de Áustria e Imperador Romano-Germânico (1768-1835), é de interesse a porção Bávara. Encomendada por Maximilian I Joseph de Baviera (1756-1825) e executada pelo zoólogo Johann Baptist Ritter von Spix (1781-1826) e pelo botânico Carl Friedrich Philipp von Martius (1794-1868), a excelente produção imagética a ilustrar seus trabalhos subsequentes, são merecedoras de destaque, visto se tratarem de ilustrações científicas icônicas na história da ciência do país. Tal qual as investigações supracitadas, antes de se chegar à questão principal, que dará um norte à esta pesquisa, os primeiros passos são, sem dúvida, saber quais são as fontes destas imagens e qual seu número.

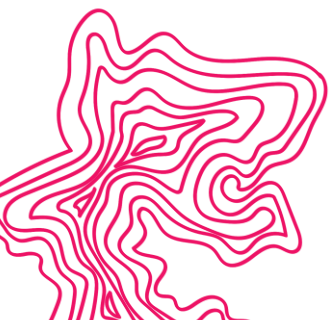
Considerações finais

Antes de mais, é preciso apontar que, todos estes passos, objetivam a construção de uma história da ilustração em história natural e ilustração científica do Brasil. O intento é também o de sanar a lacuna nos estudos interdisciplinares de arte, história e ciência quanto a história da ilustração. Isto porque, estas imagens, independente do período, são largamente desconhecidas do público e da academia e também de difícil acesso. Tratam-se de obras raras, abrigadas em arquivos especializados. Muito embora algumas de suas porções tenham sido digitalizadas, como o *Historia Naturalis Brasiliae*, os *Libri Principis*, o *Miscellanea Cleyeri* e a pintura de Haia, e até mesmo publicadas, como o *Theatrum Rerum Naturalium Brasiliae*, com exceção, talvez, daquelas do *Noord-Hollands Archief*, todas as demais representações antes desta empreitada não estavam contidas em um catálogo de fácil e livre acesso (para o repertório imagético completo, ver Tosta, 2020, Volume II). Ora, o que é desconhecido, não pode ser protegido, salvaguardado e comunicado. Considera-se então que, a omissão em relação a este estudo específico, seria uma grande perda para a história e para o patrimônio cultural, artístico e científico do país.

Referências bibliográficas



TOSTA, Thabata L. As Ilustrações de História Natural do *Kunstammer* de João Maurício de Nassau-Siegen Dissertação (Mestrado em História da Arte, Património e Cultura Visual) – Faculdade de Letras, Universidade do Porto. Porto. 2020.



Uma máquina de carne: a formação da medicina newtoniana no período das luzes (1710-1740)

Luis Filipe Maiolini

Doutorando em História da Medicina (PPGHIS-UFOP)

luis.maiolini@aluno.ufop.edu.br

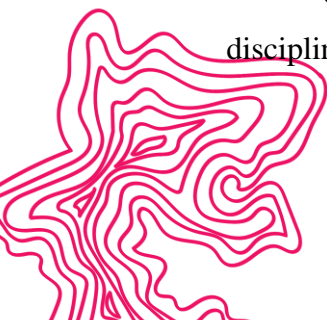
Resumo: O presente texto tem o objetivo de analisar o processo de formação epistemológica da medicina moderna na primeira metade do século XVIII, a partir de sua vertente newtoniana. A aplicação do método experimental e quantitativo no saber médico setecentista foi um marco importante para a constituição de novas concepções de corpo, saúde e doença. A chamada medicina newtoniana, desenvolvida por Archibald Pitcairne, James Keill e Herman Boerhaave entendia que o corpo humano era uma máquina hidráulica complexa, interconectada por fios, polias e líquidos que se equilibravam para a manutenção da saúde fisiológica. Nossa apresentação visa percorrer esses diferentes discursos que edificaram a medicina experimental enquanto mecanismo fisiológico no período da Ilustração. Por fim, analisaremos de que maneira essas comunidades científicas fixaram um estilo de pensamento que se pautava no método newtoniano para compreender os fenômenos orgânicos e filiavam a matemática com a medicina.

Palavras-chaves: Cultura científica, medicina newtoniana, mecanicismo, quantificação;

Introdução

Os estudos históricos das ciências naturais durante o período do Iluminismo têm se atentado para problemas e questões fundamentais que constituem o universo complexo desse contexto. Num primeiro momento, enxergar o significado de “ciência” na cultura do Antigo Regime e, conseqüentemente, os espaços que ela ocupou e foi institucionalizada, se mostrou uma investigação importante para compreender de que maneira os sujeitos históricos manusearam a ideia de pensamento científico (SOARES, 2020). Para um segundo plano, também foi determinante, investigar o jogo epistemológico das doutrinas da filosofia natural, sobretudo seus conceitos, categorias, símbolos e métodos que foram se desenvolvendo a partir de demandas teóricas e práticas. Como se sabe, o século XVIII foi marcado pela distribuição hierárquica das disciplinas de ciências naturais, realocando a filosofia experimental, a medicina, a química e a história natural dentro de um quadro geral de entendimento dos fenômenos da natureza (FOUCAULT, 2012).

Como mostra Roy Porter, o século XVIII foi um período caracterizado pela disciplinarização da filosofia natural e da medicina, em que foram construídos os parâmetros e

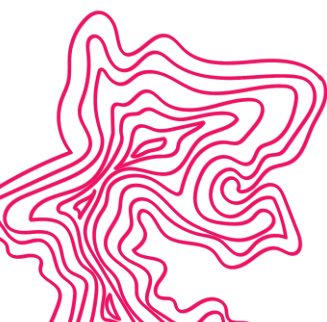


regularidades da sua atuação, arregimentando as visões de natureza, ciência, corpo, saúde e doença (PORTER, 2003). Tal associação de doutrinas em campos disciplinares acontece dentro de uma forma institucional traduzida pelas fundações educacionais do ensino universitário que, aos poucos, vão reformando seus estatutos e currículos com o objetivo de circunscrever os conhecimentos práticos e experimentais (MAIOLINI, 2022).

Nesse sentido, a cultura científica que se forjava no setecentos tinha um novo caráter público e utilitário. Os domínios do saber das ciências naturais atrelavam-se na prática social e política, sedimentando uma razão instrumental transmitida pela tópica baconiana de *Scientia Activa*. Em outras palavras, um saber científico que convertia o conhecimento doutrinal em algo útil, agradável e proveitoso para a vida dos homens e para o funcionamento do Estado monárquico. Segundo Luciana Zaterka, na dimensão epistemológica, as relações entre “teoria/prática, *scientia/potentia*, contemplação/atividade, estão desde o início instituídas num pensamento que tem por objetivo unir os conhecimentos racional e empírico, criando uma ciência ativa” e, portanto, voltada para o bem-estar e a felicidade da sociedade civil (ZATERKA, 2004, p. 109-110). É dentro dessa cosmologia utilitarista que a conjugação das doutrinas e das técnicas experimentais vão ocorrendo e se regulamentando ao longo do século das Luzes.

Em síntese, as ciências empíricas estavam “no rol dos conhecimentos certos, atestados por observações e experimentação” que constituíam doutrinas e conceitos, acarretando reflexões que conjugavam os sistemas racionais (doutrinas livrescas) nas técnicas mecânicas de manuseio – uso das mãos, dos olhos e dos sentidos de entendimento em geral (PIMENTA, 2018). Tratava-se da desconstrução de fronteiras, ainda que pouco delimitadas, entre as ciências da natureza e os ofícios mecânicos, bem como da aproximação das duas concepções que delineavam o mundo do saber e que reorganizavam novas metodologias. Para Michel de Certeau, essa operação que se estabelece na época moderna está muito além de uma simplificação binomial entre teoria e prática. É, acima de tudo, o esforço da escritura científica em dominar e assimilar o saber manual das oficinas; “uma *inversão linguística*, [que] vai introduzi-las no campo” das ciências e doutrinas (CERTEAU, 2014). É como se as doutrinas circunscrevessem os instrumentos técnicos e se apropriassem deles, mas mantendo-os fora de uma valorização igualitária. Na análise de Gilbert Simondon:

O século XVIII foi o grande momento de desenvolvimento das ferramentas e dos instrumentos, se entendermos por ferramenta o objeto técnico que permite prolongar e preparar o corpo para executar um gesto, e por instrumento o objeto



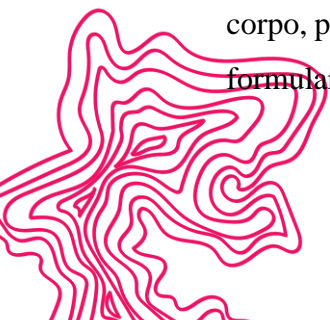
técnico que permite prolongar e adaptar o corpo para obter uma percepção melhor; *o instrumento é uma ferramenta de percepção* (SIMONDON, 2020, p. 181)

Entre 1630 e 1740, a filosofia natural experimental domina as regras dessa conjuntura de absorção dos parâmetros entre experiência, observação e sistemas racionais. Juntamente com a teoria da física mecânica, autores como René Descartes, Robert Boyle, Bernard Fontenelle, Giovanni Borelli, John Locke e Isaac Newton desenvolveram o método da filosofia natural naquilo que Domenico Bertolini Meli caracterizou de “mecanização da vida”, ou seja, um processo de quantificação dos fenômenos naturais e orgânicos (MELI, 2006). Essa transposição da matemática para o saber médico, como estratégia de enrijecimento epistemológico, significou a possibilidade da geometrização do corpo humano, desde a suas funções fisiológicas até sua disposição anatômica. Significou uma compatibilidade que permitiu conceber o corpo humano como uma máquina complexa e autorregulada, passível de ser examinada por teorias físico-mecânicas. A medicina, influenciada pelas demandas da filosofia natural experimental, aliava-se aos métodos quantificáveis e aos procedimentos experimentais. Na prática mostrou-se a possibilidade de medir, calcular, dominar e regulamentar o processo orgânico do corpo humano. Medir a velocidade da circulação sanguínea, calcular a extensão de ossos e músculos, pesar a quantidade de sangue, compreender a regularidade interna da Economia Animal na sua dimensão sólida e líquida.

O projeto inicial da filosofia mecânica era de delimitação do que seria matéria, seja ela viva ou morta, caracterizando-a por *extensão* (forma e figura) e *movimento* (força). Com essas duas qualidades da matéria era possível investigar os fenômenos naturais segundo suas causas e seus efeitos, fixando um sistema de medida e de ordem. Foi captando esse projeto, que médicos como Giovanni Borelli e Lorenzo Bellini, entenderam que as leis que regimentam a matéria, também regimentam o corpo humano. O desenvolvimento de experimentos quantitativos no estudo do movimento e da mecânica reuniu novas maneiras e preocupações que ajustavam as previsões teóricas e as medições de precisão. Transformava-se, assim, a própria dinâmica dos experimentos com corpos e objetos técnicos – influenciando na disciplina de anatomia e na dissecação de cadáveres.

A dinâmica do Mecanicismo: polias, alavancas e cartilagens

No caso da formação da medicina mecanicista compreende-se que para dissecar um corpo, pesar órgãos ou tecidos, calcular a força muscular ou o equilíbrio de fluídos, necessitava formular o fenômeno fisiológico segundo modelos interpretativos oriundos da mecânica e da



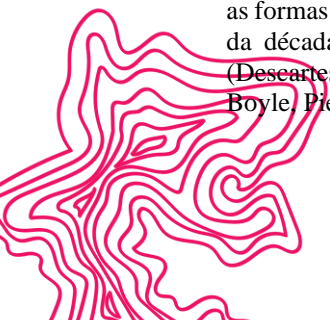
física experimental, sobretudo da geometrização da matéria. Era a soma desses fatores que determinava a confiabilidade epistêmica dos dados experimentais obtidos pelo conhecimento médico. Esse “corpo-autômato”, delineado pela imaginação científica do século XVII e XVIII, colocava questões importantes como as concepções de auto-movimento, organismo autorregulado, funções vitais e economia animal, no sentido de que o corpo era uma distribuição regulada das suas partes, como uma máquina. Segundo Minsoon Zang:

Na segunda metade do século XVII, no momento mais importante da história da ideia do autômato, a palavra ganhou destaque nos escritos europeus, pois a máquina automotora passou a desempenhar um papel crucial nos discursos da filosofia, ciência e medicina da revolução científica e do Iluminismo. Na última parte do século XVIII, surgiu uma definição mais restrita: o autômato como uma máquina automotora construída com o propósito específico de imitar uma criatura viva, em vez de servir apenas a uma função utilitária (ZANG, 2011, p. 7).

No início do século XVIII, com avanços da anatomia, fisiologia e da física mecânica, a filosofia natural criou uma promessa científica de corpo. Novos modelos que em conjunto, denunciavam a fórmula estéril e vazia do aristotelismo e do galenismo. Foi preciso desenvolver todo uma linguagem coerente, organizada, quantificável e metódica para substituir estas fórmulas enraizadas. Como lembra Roy Porter, “instaura-se uma noção de fenômenos físico-orgânicos fundada na ideia de movimento”, força, matéria corpuscular e princípios gerais de comportamento das partículas, como a divisibilidade, a impenetrabilidade e a figuralidade (PORTER, 2004, p. 50). As inovações da filosofia mecânica geraram novos programas de pesquisa em áreas que antes eram desvalorizadas no campo médico. Segundo o autor, os investigadores foram motivados a olhar o corpo vivo como um “conjunto de peças mecânicas habilmente articuladas – ossos, articulações, cartilagem, músculos, vasos) funcionando como alavancas, roldanas, engrenagens, tubos e rodas” (PORTER, 2004, p. 54). Em outras palavras, o corpo se tornou uma *machina carnis*, uma máquina de carne.

Como sugere as pesquisas recentes de Charles T. Wolfe, não devemos pensar o mecanicismo como um bloco homogêneo de ideias, pois existiu diversas correntes, que, não por acaso, entravam em conflitos.²²⁶ Essa diversidade do pensamento mecanicista nos permite

²²⁶ Vale lembrar que na tradição historiográfica da ciência, Rupert Hall já demonstrava que nos séculos XVII e XVIII existiram dois tipos de mecanicismo: o de primeira ordem, de raiz cartesiana e em decadência no início de 1700; e outro, de segunda ordem, o newtoniano, que adota explicações físico-matemáticas para os fenômenos da natureza. O mecanicismo de segunda ordem, que se refere Hall, elaborou uma teoria da matéria, em que a natureza, as formas físicas ou vivas eram passíveis de serem matematizadas. Já Alexandre Koyré destaca que existiu no final da década de 1690 duas correntes de física experimental: uma dedutiva, pautada em hipóteses geométricas (Descartes e Huygens); e outra, experimental, pautada na observação, cautela e resultados empíricos (Robert Boyle, Pierre Gassendi, Robert Hooke e Isaac Newton). Ver: (COHEN; WESTFALL, 2002).



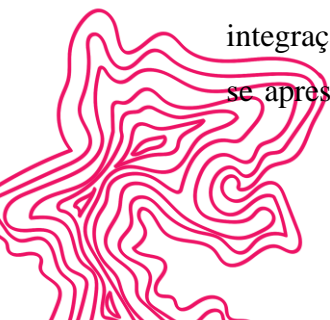
compreender a própria complexidade e dinâmica da filosofia natural experimental e da medicina no início do setecentos que, para Wolfe realizou uma verdadeira operação de bricolagem dos temas da mecânica, da geometria e da matemática para as ciências naturais. Uma transposição de métodos que atuava como guia epistemológico para compreensão dos fenômenos naturais. O mecanicismo converge em duas estratégias: a estratégia redutiva, de interpretação da matéria segundo sua extensão geométrica-mecânica; e a estratégia de decomposição, ou seja, ao pegar um fenômeno complexo, reduzi-lo em pequenas partes para serem analisadas. De modo geral, isso serviu de panorama para a medicina mecanicista. Assim, explica Wolfe:

O iatromecanicismo é geralmente considerado uma espécie de "galileanismo da vida": uma tentativa de inscrever quantitativamente fenômenos anatômicos e fisiológicos dentro de um esquema mecanicista de Galileu (notavelmente, movimentos de animais); mas, na verdade, as várias afirmações aparentemente puras do iatromecanicismo mascaram uma realidade mais complexa, na qual as dimensões funcionais nunca estão totalmente ausentes das explicações fisiológicas (WOLFE, 2022, p. 5).

O mecanicismo cartesiano, desenvolvido entre 1630 e 1650, também compreendido como “mecanicismo puro” – ainda que este termo seja questionável – apresentou uma chave de compreensão da natureza orgânica do corpo humano. Em *Le Monde* (1632), Descartes defendia que a matéria, que são os corpos em geral, eram formados por pequenas partículas caracterizadas por qualidades primárias: tamanho, figura, disposição das partes e movimento (*res extensa*). Estas eram as propriedades fundamentais da matéria, e era a partir delas que se estabelecia as “causas e efeitos” dos fenômenos naturais. Assim, Descartes compõe uma analogia direta entre o corpo humano e a matéria em geral, ou seja, as mesmas leis que regem uma, rege a outra. Abria-se a possibilidade de apreensão de corpos vivos como autômatos. Segundo Descartes:

De fato, pode-se muito bem comparar os nervos da máquina que estou descrevendo com os tubos das máquinas dessas fontes, os músculos e tendões da máquina com os outros vários motores e molas que servem para mover essas máquinas, e o animal espíritos, cuja fonte é o coração e dos quais os ventrículos do cérebro são os reservatórios, com a água que os põe em movimento. Além disso, a respiração e outros atos semelhantes que são naturais e comuns à máquina e que dependem do fluxo dos espíritos são como os movimentos de um relógio ou de um moinho que o fluxo comum de água pode manter funcionando continuamente (WOLFE *apud* DESCARTES, 2022, p. 4).

Após Descartes, o mecanicismo sofreu, nas palavras de Wolfe, uma “hibridização”, seguindo um novo caminho: a “expansão ontológica”, notadamente compreendida pela integração de propriedades químicas e de uma teoria das forças em uma estrutura que continua se apresentando como mecânica. Vertente do Corpularismo de Robert Boyle, da Estática de

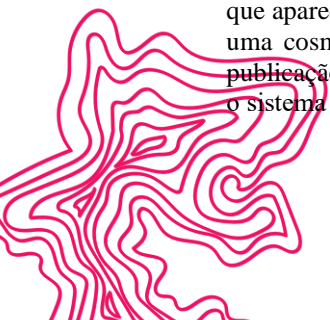


Stephen Hales e no mecanicismo de Isaac Newton.²²⁷ Em específico, no newtonianismo, o método que se desenvolveu para conhecer e captar os processos naturais serviu de instrumento investigativo que orientava em três níveis: experimental, quantitativo e indutivo. Todos eles somados compunham aquilo que Newton denominou de método de análise, ou seja, observar e fazer experiências com os fenômenos partindo dos seus efeitos para as suas causas; e de método de síntese, que era a explicação de tais fenômenos a partir da aplicação matemática. Como observou Bernard Cohen, o estilo newtoniano que foi aplicado nas ciências naturais, caracterizou-se pelo equilíbrio entre o mundo natural e a matemática. O cálculo e a geometria era a linguagem pela qual esse mundo real se comunicava, ou melhor, se manifestava. “O sucesso de Newton na análise da física do movimento decorreu, em larga medida, de sua capacidade de reduzir situações físicas complexas à simplicidade matemática”, explica o autor (COHEN, 2002, p. 173).

A filosofia newtoniana desenvolveu duas fases na sua metodologia, a primeira determinava e descrevia as situações da natureza, a partir de conceitos e experimentos que iam decompondo o fenômeno em pequenas partes analisáveis. A segunda fase prescrevia um processo de recomposição desse fenômeno, identificando sua regularidade e sua variedade no mundo natural. O método de Newton parte, portanto, de uma “idealização simplificada da natureza”, a fim de entender toda a sua complexidade (COHEN, 2002, p. 181). Esse programa investigativo da filosofia natural surge com alento quando Newton publica o seu *Opticks* em 1704, obra fundamental que foi lida e analisada por médicos, filósofos, matemáticos e curiosos.

Dentro dela está inserida a *Questão 31*, em que se desenvolve uma relação estreita e evidente entre a filosofia natural, a matemática e o método experimental. Newton aborda nessa parte do *Opticks* o “princípio da coerência natural” dos corpos, de como a matéria se relaciona por meio da atração, seja pela gravidade ou pelo magnetismo. Essa força exercida sobre os corpos é pensada na sua dimensão micro-estrutural, são partículas que, respeitando determinadas leis e propriedades determinam a constituição geral dos fenômenos naturais. Por exemplo, o movimento rápido das partículas que ocasiona as colisões internas gera um aumento

²²⁷ “O sistema cartesiano maduro era surpreendentemente abrangente, oferecendo relatos mecanicistas novos e frequentemente detalhados de tudo, desde a cosmologia, a ótica, a formação da Terra, as marés, o magnetismo, a circulação do sangue, a ação reflexa e o desenvolvimento do feto, à psicofisiologia animal e humana. Do material que apareceu durante a vida de Descartes, o *Principia philosophiae* foi especialmente importante para estabelecer uma cosmologia mecanicista que forneceu um sistema cosmológico padrão que foi ameaçado apenas com a publicação dos *Principia* de Newton, e mesmo então muitos acreditavam que tinha vantagens significativas sobre o sistema newtoniano bem no século XVIII”. (GAUKROGER, 2006, p. 257).

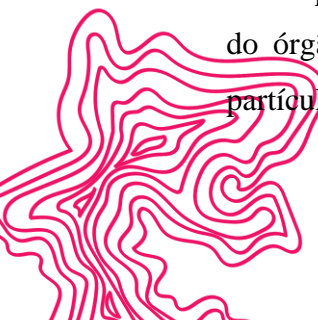


da temperatura, transformando as condições e as qualidades da matéria. Tal argumento era redimensionado não só para pensar o aquecimento da água e sua consequente vaporização, mas também a fermentação dos corpos orgânicos:

Pois o ar está repleto de vapores ácidos capazes de promover fermentações, como se evidencia [...] pelos batimentos do coração por meio da respiração. Ora, os movimentos acima mencionados são tão grandes e violentos que mostram que, nas fermentações, as partículas dos corpos, estando quase em repouso, são postas em novos movimentos por um princípio muito potente (NEWTON, 2002, p. 65)

A *Questão 31* de 1704, assim como também o *Principia* de 1687, influenciou médicos como Archibald Pitcairne (1652-1713), James Keill (1673-1719) e Herman Boerhaave (1668-1738) a escreverem uma teoria da matéria, da qual abarcava a anatomia, a fisiologia e a patologia – fundindo o corpo humano e a matéria no mesmo esquema epistemológico do mecanicismo. A medicina newtoniana desenvolvida entre 1690 e 1740 configurou-se em muitas correntes diferentes entre si. Desde o uso literal do método de Newton nas doutrinas médicas até aproximações mais céticas ou críticas. Archibald Pitcairne, por exemplo, identificado como um autor que utilizou diretamente a teoria das forças atrativas e que foi amigo íntimo de Newton, conjugou os problemas da hidráulica e da mecânica com a sua teoria médica. Seu objetivo era compreender a distribuição das partes do corpo humano, assim como o equilíbrio hidráulico-estático entre fluídos e sólidos, ou seja, a circulação do sangue, a função das glândulas e a distribuição muscular como sustentáculo do movimento.

Em sua aula inaugura na Universidade de Leiden em 1692, Pitcairne argumentava: “É evidente para qualquer um que tenha sido um pouco mais do que comum conhecedor da matemática, ou da Prática da Medicina”, que nosso entendimento das estruturas naturais “está confinado às relações que elas têm umas com as outras, às Leis e suas Propriedades de Poderes, que lhes permitem produzir mudanças em algumas coisas” e tal transformação também se estende às “Coisas Corporais” (SEWELL; DESAGULIERS, 1727, p. 9). Para Pitcairne, dentre as principais propriedades dos corpos, a que mais atuava no interior do corpo humano era a da ação e reação. “Pois a ação e suas consequências são aqueles dados que nos auxiliam na descoberta das leis e de seus poderes”, dos quais se encontram estabelecidos nos processos fisiológicos e que equilibram o mecanismo da Economia Animal. A força de atração entre as partículas era, para o médico escocês, o que possibilitava o coração absorver o sangue como uma esponja, e a partir da colisão dos corpúsculos de sangue, produzir a fermentação e pulsação do órgão. Para Pitcairne a coesão química do sangue se dava pela força atrativa de suas partículas, utilizando o mesmo argumento da *Questão 31* do *Opticks*. Por fim, defendendo a



relação entre medicina e física experimental, Pitcairne argumenta: “A natureza de todos os corpos é certamente a mesma” e todos eles seguem os “efeitos comuns do movimento e da mudança”; logo, “as leis e propriedades dos fluídos e canais dos corpos humanos podem ser definidas” por meio de observações e experiências físico-mecânicas (SEWELL; DESAGULIERS, 1727, p. 13).

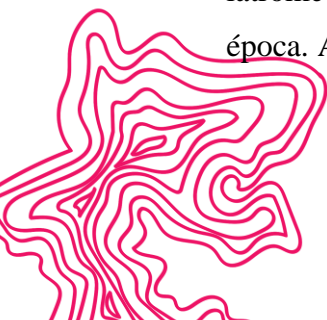
Na mesma linha mecanicista da medicina, James Keill, que foi discípulo de Pitcairne em Edimburgo no início do XVIII, também elaborou sua doutrina médica utilizando o aparato metodológico da física newtoniana. Em seu trabalho de 1708, *An Account of Animal Secretion the Quantity of Blood in the Humane Body, and Muscular Motion*, também conhecido como *Essays upon Several Parts of the Animal Oeconomy* (2ª edição de 1717), Keill investigou a operação fisiológica das Forças Atrativas. Seu estudo identificava que a velocidade da circulação sanguínea era determinada pela coesão das partículas de sangue, o sangue quente significava sua agitação e colisão entre si. Toda a economia animal dependia do poder atrativo da matéria, era para Keill, o fundamento vital do corpo humano. Como mostra Anita Guerrini:

De Pitcairne, James Keill emprestou a ideia de que um dos propósitos da respiração era fragmentar o sangue em partículas minúsculas pela força mecânica dos pulmões. Durante a circulação, as várias partículas do sangue se reuniram, de acordo com seus diversos poderes de atração e com a variação da velocidade do sangue à medida que se movia pelo corpo (GUERRINI, 1985, p. 257).

No prefácio da sua obra de 1708, Keill coloca que “o corpo animal é agora conhecido como uma máquina pura, e muitas de suas Ações e Movimentos são demonstradas como as Consequências necessárias de sua Estrutura” (KEILL, 1717, p. iii-iv). Assim, todas essas propriedades atuantes no organismo, “das quais a vida e a saúde fluem, são consequências necessárias de sua Economia” (KEILL, 1717, p. vi). Nessa lógica, se faz bom médico aquele que “tenha estabelecido uma boa fundação da Economia Animal”, pois

Se considerarmos o Corpo Animal como uma Máquina, suas Doenças e todos os seus Sintomas são apenas os Movimentos irregulares da Máquina. Agora suponha que um homem ignore a estrutura de um relógio ou relógio, é impossível que ele seja capaz de colocá-lo na ordem correta, embora ele nunca tenha feito uma história tão exata de seus movimentos irregulares. Assim, um Médico ignorante da Economia Animal, é ignorante da Estrutura da Máquina que se compromete a regular, e as melhores e exatas Histórias de Doenças nunca poderão sugerir-lhe qualquer Indicação de Cura (KEILL, 1717, p. xiv).

Assim como James Keill, Herman Boerhaave também adentra na mesma linha do iatromecanicismo, conjugando o método de Newton com as demandas da medicina de sua época. A teoria das fibras de Boerhaave é um exemplo de como uma rede de filamentos e fios



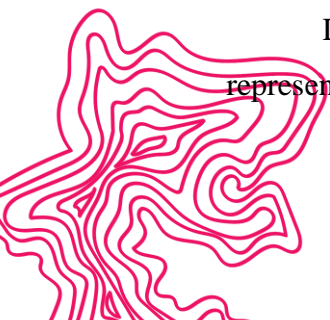
poderiam ser interpretados como linhas geométricas, em que o cálculo de suas extensões mostrava como a fisiologia humana era complexa. O médico holandês foi amplamente visto como o palestrante mais influente da filosofia natural iluminista. Foi um dos professores mais cultuados da Universidade de Leiden, ensinando Teoria Médica, Clínica Hospitalar e Química.

O mecanicismo boerhaaviano defendia que o saber médico deveria compreender o comportamento fisiológico do corpo humano como uma matéria qualquer presente na natureza, pois ambos teriam as mesmas propriedades físicas. Como mostra Steffen Ducheyne, o corpo para Boerhaave é fundamentalmente caracterizado pela extensão, impenetrabilidade, figurabilidade e mobilidade. A soma destes elementos (*proprietates corporeae*) é chamada pelo médico holandês de *idea corporis* – ou seja, aquilo que faz do corpo humano um organismo vivo (DUCHEYNE, 2017, p. 116). Em suas *Clinical Lectures* de 1710, Boerhaave defendia sua posição newtoniana:

As Leis universais da Natureza, ou Afeições de todos os Corpos, dependem de Princípios mecânicos e físicos, somente sobre os quais suas Ações são explicáveis; as mesmas Leis também são verdadeiras no Corpo humano, pois sua Matéria parece ser universalmente a mesma de todos os outros Corpos; de modo que o que pode ser considerado verdadeiro para todos os Corpos, também pode ser afirmado como verdadeiro para o nosso. Assim, se alguém afirmasse que pela fricção de dois corpos surgiria o calor, o mesmo também o seria pela fricção de partes sólidas no corpo humano. Mas então há outros Princípios que não devem ser explicados por essas Leis universais, mas por alguma Disposição particular em determinado Corpo; essas propriedades são chamadas de físicas. Mas um médico deve considerar tanto as afeições dos corpos em geral, quanto aquelas que são próprias do corpo humano apenas àquelas leis às quais a generalidade, mas não todos os corpos, está sujeita (BOERHAAVE, 1751, p. 64).

A formação da medicina newtoniana, também chamada de iatromecanicismo, do início do século XVIII, caracterizou-se pela possibilidade de se aplicar o conhecimento matemático-mecânico na investigação da estrutura corporal. Trata-se de condições quantificáveis do corpo humano, apresentando modelos coerentes da filosofia natural experimental, para pensar aspectos da fisiologia e da patologia. Não podemos reduzir o saber médico do período somente à vertente mecanicista, pois existiam outros ramos que ainda fundamentavam as regras dos fenômenos da natureza – seja o animismo de George Ernst Stahl, o vitalismo de Montpellier ou a sobrevivente medicina hipocrática-galênica. Mas, sem dúvida, entre 1690 e 1740, a medicina mecanicista de base newtoniana, constituiu uma epistemologia médica capaz de substituir antigas doutrinas que pouco se valiam do experimentalismo farmacológico e anatômico.

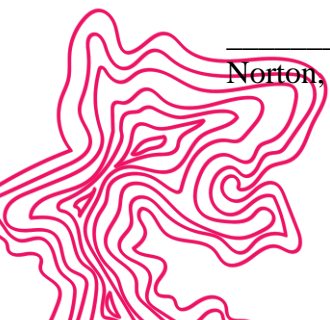
De modo geral, o presente texto teve por objetivo trazer alguns discursos médicos que representaram e circularam no fluxo de debates científicos do século das Luzes. Muitas das



teorias médicas apresentadas foram, aos poucos, sendo institucionalizadas nas universidades europeias, sobretudo Leiden, Edimburgo, Göttingen, Coimbra e Viena. Mais do que modelos de investigação dos fenômenos fisiológicos, a medicina newtoniana, por meio de sua lei da propriedade vital do corpo, sugere também um conceito de vida. Tanto Archibald Pitcairne, quanto James Keill e Herman Boerhaave, sugeriram que a matéria viva era composta pela sua autorregulação, ou seja, um mecanismo interno regido pelo movimento, colisão de partículas, equilíbrio hidráulico e força estática que garantia a vida do organismo. A filosofia newtoniana, nesse sentido, dava à medicina a possibilidade de se configurar como uma ciência empírica e racional, que estudava não só a constituição da saúde e da doença, mas também das propriedades orgânicas da natureza por meio do exame rigoroso da experiência e da observação.

Referências Bibliográficas

- BOERHAAVE, Herman. **Dr. Boerhaave's Academical Lectures on the Theory of Physic (Vol I)**. London: Printed for W. Innys, 1751.
- CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano**: Artes de fazer. Petrópolis: Vozes, 2014.
- COHEN, Bernard. WESTFALL Richard S. (Org.). **Newton**: textos, antecedentes e comentários. Rio de Janeiro: Contraponto, 2002.
- COHEN, Bernard. O método de Newton e o estilo de Newton. In: COHEN, Bernard. WESTFALL Richard S. (Org.). **Newton**: textos, antecedentes e comentários. Rio de Janeiro: Contraponto, 2002.
- DUCHEYNE, Steffen. Different Shades of Newton: Herman Boerhaave on the Newton *mathematicus*, *philosophus* and *optico-chemicus*. **Annals of Science**. 74:2, 2017.
- FOUCAULT, Michel. **Em defesa da sociedade**: Curso no Collège de France (1975-1976). São Paulo: Martins Fontes, 2010.
- GAUKROGER, Stephen. **The Emergence of a Scientific Culture**: Science and the Shaping of Modernity (1210-1685). Oxford: Oxford University Press, 2006.
- GUERRINI, Anita. James Keill, George Cheyne, and Newtonian Physiology (1690-1740). **Journal of the History of Biology**, vol 18, n. 2, 1985.
- KEILL, James. **Essays on several parts of the Animal Oeconomy**. London: Second edition, Printed by George Strahan, 1717.
- MAIOLINI, Luis Filipe. **Dos Livros aos Cadáveres**: uma pedagogia empírico-racional na reforma do curso de medicina da Universidade de Coimbra (1772). São Paulo: Dialética, 2022.
- MELI, Domenico Bertoloni. **Thinking with Objects**: The Transformation of Mechanics the Seventeenth Century. Maryland: John Hopkins University Press, 2006.
- PORTER, Roy (ed.). **The Cambridge History of Science**: Eighteenth-Century Science (vol.4). Cambridge: University Press, 2003.
- _____. **Flesh in the Age of Reason**: The modern foundations of body and soul. New York: Norton, 2004.



SEWELL, Georges. DESAGULIERS, J. T. (Ed.). **The Whole Works of Dr. Archibald Pitcairn: The True Foundation and Principles of the Art of Physic with cases and observations.** London: Printed for E. Curll, 1727.

SOARES, Luiz Carlos. **A filosofia natural e experimental na Inglaterra do século XVIII: um diálogo com a historiografia acerca da ideia de “Ciência” na “Era das Luzes”.** Rio de Janeiro: 7Letras, 2020.

SIMONDON, Gilbert. **Do modo de existência dos objetos técnicos.** Rio de Janeiro: Contraponto, 2020.

PIMENTA, Pedro Paulo. **A trama da natureza: Organismo e finalidade na época da Ilustração.** São Paulo: Unesp, 2018.

WOLFE, Charles T. On the role of Newtonian analogies in eighteenth-century life science: Vitalism and provisionally inexplicable explicative devices. In: BIENER, Zvi. SCHLIESSER (Ed.). **Newton and Empiricism.** Oxford: Oxford University Press, 2014.

ZATERKA, Luciana. **A Filosofia Experimental na Inglaterra do século XVII: Francis Bacon e Robert Boyle.** São Paulo: Fapesp, 2004.

ZANG, Minsoon. **Sublime Dreams of Living Machines: The Automaton in the European Imagination.** Harvard: Harvard University Press, 2011.



Intelectuais latino-americanos na revista “O Correio da UNESCO”

Ana Clara Cavalcanti Barbosa

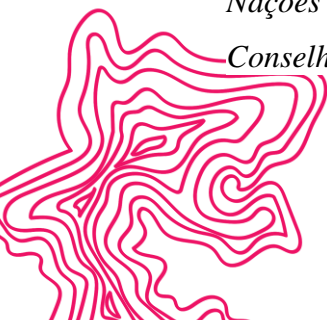
Graduanda em História - Universidade Federal Fluminense (UFF)
anaclarabarbosa@id.uff.br

Resumo: Organizada no imediato pós-Segunda Guerra, a *Organização das Nações Unidas* (ONU) possui entre seus órgãos constituintes a *Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura* (UNESCO), instituição interessada na circulação de saberes e na promoção da cooperação intelectual em nível regional e global, ainda que submetida às relações de hegemonia entre os países. Desde 1947, a UNESCO criou um boletim mensal para circulação interna, que, mais tarde, tornou-se destinado também ao público geral, informando-o sobre os ideais e as atividades do órgão. Com rápido e impressionante sucesso, o *Correio da Unesco* passou por um processo de expansão geográfica e linguística sob o lema “uma janela aberta para o mundo”. Dentre os vários intelectuais que participaram em maior ou menor grau de projetos no interior da organização, há uma marcante presença de intelectuais da América Latina. O tema, pouco explorado, é relevante porque as reflexões dessa parcela social, bem como suas relações com a UNESCO, podem ser fundamentais tanto para compreender o papel da intelectualidade latino-americana nos projetos de cooperação internacional quanto para pensar distintas visões sobre a América Latina e as diferentes propostas de como combater os desafios enfrentados pela região. Com base na sistematização de informações das 681 edições do *Correio* lançadas até hoje, o objetivo do artigo é analisar como esses intelectuais participaram dos projetos propostos pela UNESCO e como foram retratados pelo periódico, examinando tanto a atuação de figuras como Jaime Torres Bodet (diplomata mexicano, Diretor Geral da UNESCO de 1948 a 1952), quanto os diversos intelectuais latino-americanos entrevistados pela revista, como Jorge Amado e Gabriel García Márquez. Metodologicamente, o artigo dialoga sobretudo com a História Contemporânea, a História dos Intelectuais e uma História Social das Ideias. Além disso, o conceito gramsciano de intelectual é uma noção central para a pesquisa. Conclui-se que, ainda que os programas do órgão esbarrem em limites colocados pela concentração e hierarquização política entre os países, os intelectuais latino-americanos tiveram um papel significativo nas tentativas de promoção de cooperação intelectual na UNESCO. Ademais, há referências constantes à América Latina de forma crítica e múltipla nas entrevistas no *Correio*. Logo, a análise da atuação desses intelectuais pode colaborar para a construção de um retrato mais rico e complexo da América Latina.

Palavras-chave: América Latina, Intelectuais, O Correio da UNESCO

Introdução

Após a Segunda Guerra Mundial (1939-1945), devido à preocupação em evitar que os horrores do conflito se repetissem e buscando criar instâncias de cooperação internacional (ainda que controladas pelos países hegemônicos), criou-se, em 1945, a *Organização das Nações Unidas* (ONU). A organização possui cinco órgãos principais: a *Assembleia Geral*, o *Conselho de Segurança*, o *Conselho Econômico e Social*, o *Secretariado* e a *Corte*



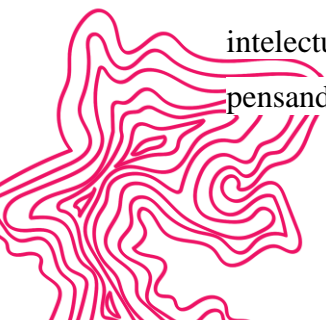
Internacional de Justiça. Ela também conta com diversas instituições especializadas. Dentre tais instituições, destaca-se, aqui, a *Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura* (UNESCO).

Fundada em novembro de 1945, a UNESCO é um órgão da *Organização das Nações Unidas* que declara ser dedicada ao fomento e ao desenvolvimento de debates e programas relacionados às ciências sociais e humanas, à educação, à cultura, à comunicação e às ciências naturais. Dentre suas múltiplas iniciativas, destaca-se a sua revista, chamada *O Correio da UNESCO*, com origens que remontam a 1947, quando a organização publicava o *The Monitor*, um boletim mensal em inglês, francês e espanhol, formado por anúncios e reportagens oficiais e apenas de circulação interna. Contudo, em 1948, seguindo a proposta do jovem jornalista Sandy Koffler, nasce *O Correio da UNESCO*: uma revista voltada para o público geral, informando-o sobre os ideais e as atividades da agência. Com rápido e impressionante sucesso sob a edição do próprio Koffler, o *Correio* passa por um processo de expansão geográfica e linguística. Inicialmente publicada somente nas três línguas usadas no periódico anterior, a revista, em 1988, circulava em diversos países e alcançou a marca de 35 idiomas. Sob o lema “uma janela aberta para o mundo”, a publicação aborda, ao longo de suas inúmeras edições, os mais variados assuntos (CAMPBELL, 2018).

A partir da sistematização de informações das mais de seiscentas edições do *Correio* lançadas até hoje, foi possível notar que vários intelectuais participaram em maior ou menor grau de projetos no interior da organização e que, dentre eles, há uma presença marcante de intelectuais da América Latina. A partir da análise do periódico e de outros projetos da UNESCO, e mobilizando o conceito gramsciano de intelectual, o objetivo do artigo é analisar como os intelectuais latino-americanos participaram dos projetos propostos pela UNESCO e como foram retratados pelo periódico. As suas reflexões, bem como suas relações com a instituição, podem ser fundamentais tanto para compreender o papel da intelectualidade latino-americana nos projetos de cooperação internacional quanto para pensar distintas visões sobre a América Latina e as diferentes propostas de como combater os desafios enfrentados pela região.

Intelectuais: um conceito gramsciano

Há uma grande gama de filósofos, sociólogos e outros pensadores que buscaram definir o conceito de ‘intelectual’ e/ou debruçaram-se sobre as características e a atuação da intelectualidade. Dentre eles, há nomes conhecidos, como o de Pierre Bourdieu, ou mesmo, pensando na América Latina, o de Carlos Altamirano, da Escola de Quilmes, na Argentina.

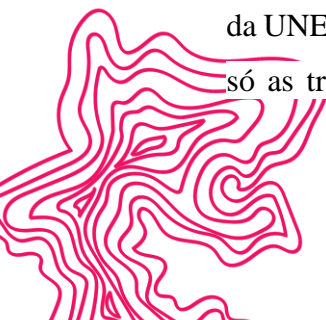


Contudo, o presente trabalho mobiliza o conceito de intelectual desenvolvido pelo teórico italiano Antonio Gramsci. Jornalista, crítico literário e filósofo marxista, Gramsci elaborou um conceito de intelectual baseado na materialidade histórica e na luta de classes. Primeiramente, aponta que, embora todas as pessoas possam ser consideradas intelectuais, nem todas desempenham a função de intelectuais na sociedade. Ou seja, a categoria de ‘intelectual’ se refere à direção sobre a qual incide o peso maior da atividade profissional específica desses indivíduos: a elaboração intelectual. Mesmo assim, destaca a impossibilidade de falar de não-intelectuais, porque eles não existem, o que há são só “graus diversos de atividade específica intelectual” (GRAMSCI, 1968, p. 244).

Segundo Gramsci, houve o desenvolvimento histórico de categorias especializadas para o exercício da função intelectual, as quais passaram por elaborações mais complexas em ligação com a classe dominante. Isso ocorreu devido ao interesse da última em garantir a manutenção de seu domínio através da conquista “ideológica”, buscando tornar suas ideias hegemônicas não só pela violência, mas também pela construção de consenso. Para ele, a elaboração das camadas intelectuais na realidade concreta é marcada por sua função como “os “comissários” do grupo dominante para o exercício das funções subalternas da hegemonia social e do governo político” (GRAMSCI, 1968, p. 11).

No entanto, nem por isso deixam de existir intelectuais de todos os níveis e classes, sendo a escola o espaço fundamental para a elaboração dessas figuras. Nesse sentido, é crucial destacar a diferenciação proposta pelo filósofo entre intelectuais *orgânicos* e *tradicionais*. Como bem explica Mari (2011), o tradicional acredita estar desvinculado das classes sociais, enquanto o orgânico é aquele proveniente da classe social que o gerou, tornando-se seu especialista, organizador e homogeneizador. Assim, haveria tanto os intelectuais orgânicos ligados à burguesia quanto os ligados às classes subalternas, os quais, para Gramsci, deveriam atuar no sentido de mobilizar e organizar um movimento de luta das classes subalternas contra a desagregação e exploração imposta a elas (MARI, 2011).

A partir das reflexões gramscianas, apenas muito brevemente introduzidas neste trabalho, e considerando as relações estabelecidas tanto entre os países dominantes e a América Latina, quanto as próprias relações e contradições internas às sociedades dos países latino-americanos, pretende-se analisar o papel e a atuação dos intelectuais dessa região nos projetos da UNESCO e como eles aparecem na revista da organização. Desse modo, vale considerar não só as trajetórias e os discursos individuais (atuação dentro de seu país e da UNESCO, por



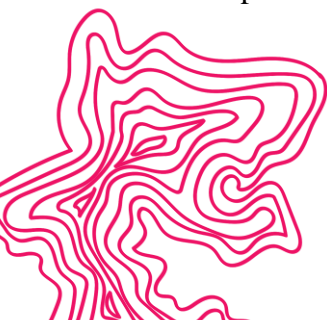
exemplo), mas também as desigualdades domésticas e internacionais no capitalismo. O esforço, evidentemente, não é possível de ser alcançado em sua completude neste pequeno artigo, mas pretende-se auxiliar na compreensão da posição e representação dessas figuras no periódico.

O Correio da UNESCO: América Latina em perspectiva

O Correio da UNESCO, como dito anteriormente, é um periódico que trata de inúmeros e diversos temas, épocas e regiões. Nesse sentido, a América Latina aparece com bastante frequência nas edições, com foco em determinados assuntos. Por um lado, há diversos artigos e reportagens sobre a história, a cultura e o turismo locais, com a valorização do passado dos povos andinos, por exemplo, e também comumente ligados aos projetos de patrimônio da UNESCO. Por outro, nota-se, ao longo das décadas, a abordagem de problemáticas sociais, com textos sobre fome, analfabetismo, subdesenvolvimento e desigualdades. Além disso, vale destacar que a revista, muitas vezes, trata da América Latina como uma unidade cultural, isso quando não dá um passo além e trata de todo o chamado Terceiro Mundo de maneira generalizante, muitas vezes falando, sem distinção, sobre determinada questão que ocorre na “América Latina, Ásia e África”.

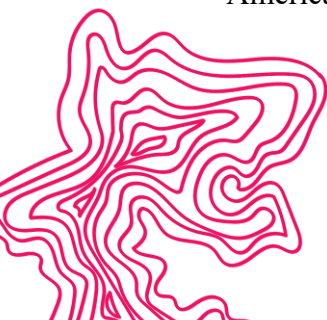
No entanto, para além desta visão presente na revista, nota-se também a forte presença de intelectuais latino-americanos em diferentes projetos da UNESCO. Na realidade, a organização foi um lugar de encontros, trocas e disputas entre intelectuais da região, consolidando laços e aprofundando discussões sobre questões sociais, culturais, políticas e econômicas. Um claro exemplo disto se deu na XIV Conferência Geral da UNESCO (Paris, 1966), na qual se aprovou a criação de um grupo de estudos para conhecer e sistematizar aspectos da cultura latino americana. Os estudos deste grupo resultaram na publicação de uma coleção de livros intitulada *América Latina en su cultura*, publicada pela editora *Siglo XXI* (ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO, A CIÊNCIA E A CULTURA, 1966).

Além disso, destaca-se a atuação de alguns intelectuais específicos, que tiveram um envolvimento profundo com um ou mais projetos do órgão. Examina-se aqui, brevemente, dois nomes de destaque: Jaime Torres Bodet e Darcy Ribeiro, um mexicano e um brasileiro, respectivamente. A análise de cada um deles e sua comparação não se esgota aqui, e merece aprofundamento em pesquisas futuras.



O primeiro, diplomata, escritor e ex-ministro da educação do México, foi diretor geral da UNESCO entre 1948 e 1952. Vindo de uma família abastada e privilegiada, a trajetória de Torres Bodet foi marcada por seus esforços no combate ao analfabetismo na população adulta, seja em projetos educacionais mexicanos, seja em suas propostas no interior das Nações Unidas, como a de criar centros regionais de educação de adultos, o que levou à fundação do *Centro Regional de Educación Fundamental para la América Latina* (CREFAL) (SILVA; MESQUITA; NERY, 2020). *O Correio da UNESCO* retrata Bodet de maneira bastante elogiosa neste período, trazendo constantes referências a seu trabalho e citações de seus discursos. No entanto, vale destacar as contradições inerentes às políticas e iniciativas propostas por ele. Se, por um lado, o combate ao analfabetismo e a ampliação do acesso à educação são fatores centrais para a superação do subdesenvolvimento latino-americano e de sua posição subalterna no sistema capitalista, por outro, as propostas de Torres Bodet não pensam a superação da ordem liberal do capitalismo, a qual a UNESCO ajuda a manter. Ademais, deve-se sempre questionar que educação é essa e para quais fins ela está sendo ofertada: para um povo com uma cultura humanística e formativa, como propunha Gramsci, ou para garantir mão de obra qualificada para o mercado de trabalho?

Já Darcy Ribeiro foi um antropólogo, escritor e político brasileiro. De origens mais modestas do que as de Torres Bodet, Darcy, ao longo da vida, participou de pesquisas e projetos envolvendo os mais diversos temas, desde seu trabalho no *Serviço de Proteção aos Índios* (SPI) até sua colaboração no projeto dos CIEPs de Leonel Brizola no Rio de Janeiro, passando por reflexões sobre o povo brasileiro e as desigualdades na América Latina. Com a ditadura militar brasileira, precisou sair do país durante muitos anos e viveu em diferentes países, mas sem nunca sair da América. Seus 12 anos de exílio(s) provavelmente influenciaram sua preocupação com as razões do subdesenvolvimento latino-americano e com as formas de superá-lo, além de terem colocado suas ideias em circulação através da aproximação com intelectuais importantes (como o uruguaio Ángel Rama, por exemplo), como destaca a professora Adriane Vidal Costa (2022). Além disso, tal qual Torres Bodet, Darcy também trilhou carreira política. Entretanto, diferentemente do primeiro, começou sua militância no *Partido Comunista Brasileiro* (PCB) e foi, posteriormente, senador pelo PDT de Brizola. Ainda que, ao longo da vida, tenha adotado, paulatinamente, posturas menos radicais, Ribeiro defendia a necessidade de uma revolução na América Latina, e via com bons olhos a chamada “via chilena ao socialismo” (COSTA, 2022).



No caso da UNESCO, Darcy Ribeiro atuou em um projeto desenvolvido pela organização, a qual, influenciada pelo discurso de autores que argumentavam a favor da suposta harmonia de relações raciais no Brasil, criou o *Projeto Unesco de Relações Raciais* para investigar tal “interação racial” exemplar. Nesse âmbito, Ribeiro foi convidado para pesquisar sobre as relações entre ‘índios’ (vocabulário usado na época) e brancos, refletindo sobre o processo de assimilação dos indígenas à sociedade brasileira. No entanto, os estudos de Darcy apontaram justamente para o fato de que o embate entre integração e enquistamento era uma forma falsa de colocar o problema, de que tal processo de assimilação costuma ser danoso aos índios e de que a marca das relações raciais estudadas seria o conflito. Isto evidencia sua descrença no que hoje se chama ‘mito da democracia racial’ (BRITO, 2021). Fora este projeto, destaca-se a presença de dois textos do brasileiro no *Correio: El General Rondón, pacificador de los Indios de Brasil, aplicó la divisa: "morir es preciso, pero nunca matar"* (RIBEIRO, 1954), em edição de 1954, e *Perfil de un continente: los pueblos de América Latina y el colonialismo europeo* (RIBEIRO, 1982), publicado em 1982, ambos claramente ligados a algumas das principais preocupações do antropólogo.

Portanto, ambos os intelectuais aqui escolhidos para uma análise mais aprofundada exerceram funções importantes no seio da organização, ainda que em projetos e âmbitos bastante distintos. Além disso, vale citar que ambos voltam seu estudo não só para problemáticas sociais (acesso à educação e direitos dos povos indígenas, respectivamente), mas abordam tais temas no escopo do cenário latino-americano. No entanto, há distinções: Torres Bodet se mostra mais ligado aos projetos educacionais consonantes com a lógica liberal de parte da burguesia capitalista, enquanto Ribeiro critica a lógica liberal e imperialista e coloca-se política e ideologicamente mais à esquerda, inclusive com atuação partidária. Ainda assim, mesmo com suas preocupações frente aos desafios e desigualdades urgentes na América Latina, nenhum adota uma postura expressivamente anticapitalista e de organização revolucionária das massas em suas práticas intelectuais.

A América Latina fala de si: intelectuais entrevistados pelo Correio

Ao examinar as edições da revista, foi possível perceber que, entre junho de 1989 e novembro de 2001, adotou-se um modelo de publicação que sempre contava com uma entrevista com algum artista, político, intelectual ou outra figura de destaque. Analisou-se as publicações deste recorte temporal (238 edições), as quais contam com as entrevistas de 24 intelectuais latino-americanos: Aimé Césaire, Atahualpa Yupanqui, Carlos Fuentes, Eduardo



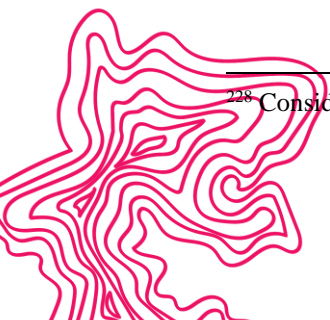
Galeano, Ernesto Sabato, Gabriel García Márquez, Hervé Téliémaque, Javier Pérez de Cuellar, Jorge Amado, Jorge Donn, Jorge Lavelli, José Danoso, Leopoldo Zea, Luis Sepúlveda, Maryse Condé, Nelson Freire, Ocimar Versolato, Oscar Niemeyer, Oswaldo de Rivero, Paulo Coelho, Quino, René Depestre, Susana Rinaldi e Teresa Laredo.

Nota-se que são entrevistados principalmente intelectuais argentinos (6 nomes) e brasileiros (5 nomes), mas há entrevistados também de uma variedade de países: Bolívia (1), Colômbia (1), Chile (2), Haiti (2), México (2), Peru (2) e Uruguai (1), além de intelectuais dos chamados departamentos ou territórios ultramarinos franceses, como Guadalupe (1) e Martinica (1)²²⁸. Nas entrevistas, alguns temas se destacam. Considerando que vários dos entrevistados são artistas, são comuns perguntas e discussões sobre os diferentes tipos de arte, desde literatura até dança, e seu papel social.

Ao ser entrevistada na edição de dezembro de 1992, a atriz e cantora Susana Rinaldi argumenta que quer tentar fazer com que os jovens apreciem o tango como uma forma moderna de expressão, como um tipo de música que reflete problemas e preocupações atuais. Ela afirma que se eles soubessem mais sobre a própria tradição musical, isso ajudaria a resolver de maneira natural muitos dos problemas da sociedade argentina (*THE UNESCO COURIER*, 1992a). Também se nota que, em geral, os entrevistados são convidados a narrar um pouco de sua trajetória pessoal, relacionando-a, comumente, com sua visão sobre seu país de origem, sua história, os desafios que enfrenta, entre outros. Um bom exemplo disto é a entrevista de Gabriel García Márquez em fevereiro de 1996, na qual é perguntado se ele se considera um intelectual e responde que não inteiramente, pois afirma que um intelectual é alguém com ideias mais ou menos pré-concebidas e que tenta sempre interpretar a realidade através delas, enquanto ele afirma viver de anedotas, buscando interpretar o mundo e fazer arte a partir da experiência do dia a dia, sem ideias pré-concebidas de nenhum tipo (*THE UNESCO COURIER*, 1996).

Por fim, percebe-se que, frequentemente, as entrevistas caminham na direção de se fazer dialogar a biografia e as opiniões do entrevistado com as análises da conjuntura atual do período, com foco no Terceiro Mundo. É o caso de Oscar Niemeyer ao ser entrevistado em 1992, quando afirma que está especialmente comprometido com um projeto na Ilha de Gorée, pois acredita que este lhe permitirá denunciar o transporte maciço de escravos africanos para a América na época do tráfico de escravos. No aniversário da descoberta das Américas por

²²⁸ Considera-se, aqui, os territórios ultramarinos franceses como parte da América Latina.



Cristóvão Colombo (1492-1992), argumenta que é essencial lembrar esse sacrifício (*THE UNESCO COURIER*, 1992b).

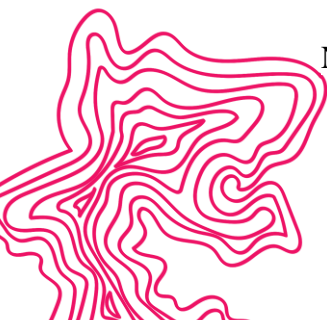
Logo, percebe-se que as análises feitas por Gramsci, por tratarem de uma conjuntura específica da América Latina e da América Central, já estão desatualizadas, ainda que em nada desmereçam seu conceito de ‘intelectual’. Na época (anos 1920 e 1930), ele descreve a intelectualidade americana como majoritariamente de tipo rural, ligados ao clero e aos grandes proprietários, pois em suas sociedades dominava o latifúndio e as extensas propriedades eclesiásticas (GRAMSCI, 1968). Ainda que o latifúndio e os privilégios da Igreja continuem sendo problemas enfrentados pela América Latina, os processos de industrialização, urbanização e aprofundamento das relações de classe capitalistas geraram mudanças no caráter dessa intelectualidade.

Nas entrevistas, há atores, escritores, políticos, filósofos, entre outros. Também há figuras de diferentes correntes políticas e de ocupações diversas, as quais se mostram preocupadas em refletir sobre o passado, o presente e o futuro latino-americano, com destaque, nas entrevistas, para o papel desempenhado pela arte nesse processo. Todavia, essa intelectualidade também é atravessada pela luta de classes, com intelectuais que apoiam o projeto burguês hegemônico (conscientemente ou não) e com aqueles que atuam a favor das classes subalternas. Estes últimos são, em geral, silenciados e aparecem pouco no periódico, sobretudo se adotam posturas revolucionárias mais radicalizadas.

Conclusões

Ao longo do texto, explicou-se o surgimento, após a Segunda Guerra Mundial, da *Organização das Nações Unidas* (ONU) e de suas agências especializadas, com destaque para a *Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura* (UNESCO) e seu periódico, *O Correio da UNESCO*. Com base na sistematização de informações de todas as edições lançadas até hoje, buscou-se examinar o papel da intelectualidade latino-americana nos projetos da organização. Para isso, fez-se uso do conceito gramsciano de intelectual e analisou-se tanto figuras de grande destaque dentro da organização (Jaime Torres Bodet e Darcy Ribeiro), quanto diversas entrevistas concedidas por intelectuais latino-americanos à revista. O objetivo era compreender como esses intelectuais participaram dos projetos propostos pela UNESCO e como foram retratados pelo periódico.

Nessa perspectiva, pode-se trazer algumas conclusões. Primeiramente, destaca-se que



ocorre a seleção de intelectuais específicos com base nos ideais (explícitos ou não) da UNESCO. Afirmar isto não significa que não haja espaço para uma multiplicidade de ideias e posições, mas a escolha de certas figuras e discursos incorre, sempre e necessariamente, na exclusão de outras. Assim, ainda que intelectuais orgânicos da classe trabalhadora tenham participado de projetos e dialogado com a organização, é evidente que um órgão majoritariamente financiado por países de capitalismo desenvolvido e bancos internacionais tende a privilegiar práticas e discursos ligados às classes dominantes e à manutenção de sua hegemonia.

Outra inferência importante é notar que a UNESCO é um espaço de debate e de estudos aprofundados sobre diferentes temas fundamentais. Logo, é um espaço em disputa. Tal ideia pode, inicialmente, parecer incompatível com a anterior, mas ela apenas destaca como a realidade é caracterizada por inúmeras relações e processos contraditórios. Uma organização internacional como a UNESCO, que é formada por dezenas de países membros da qual participam os mais distintos atores sociais, passa por diversas transformações. Dessa forma, é tanto um espaço de encontros e troca de conhecimentos, onde pode haver muitas discussões e projetos frutíferos, quanto um espaço no qual as classes dominantes capitalistas buscam expandir seu projeto de mundo e no qual a hegemonia é objeto de disputa constante.

Por fim, conclui-se que *O Correio da UNESCO* deve ser entendido como um importante canal de circulação e divulgação de ideias de intelectuais latino-americanos. Tais intelectuais não são de forma alguma homogêneos, seja por suas diferentes profissões (artistas, políticos, escritores etc.), seja por sua posição mais à esquerda ou à direita, além das particularidades de sua nacionalidade, regionalidade e individualidade. No entanto, como argumenta Poulantzas, “o Estado capitalista arregimenta a produção da ciência que se torna, assim, uma ciência de Estado imbricada, em sua textura intrínseca, aos mecanismos de Poder” (POULANTZAS, 1985, p. 64). Logo, o que se busca explicitar aqui é a necessidade de entender a produção do conhecimento dentro da divisão internacional do trabalho.

Os saberes produzidos por um país estão necessariamente ligados às relações de classe estabelecidas dentro e fora dele e à sua posição no sistema capitalista global, o que influencia a quais fins a produção de conhecimento está conectada (por exemplo, técnicos para o agronegócio ou especialistas de empresas de tecnologia de ponta) e a quantia e as origens do financiamento. Assim, se, por um lado, muitos intelectuais estão ligados às classes dominantes de seu país, com projetos subordinados aos centros capitalistas, por outro, o fato de serem



latino-americanos os leva, muitas vezes, a propor mudanças nas estruturas sociais para defender um modelo de desenvolvimento latino-americano (ainda que esse termo não deva ser lido acriticamente, pois é mobilizado por diferentes correntes, algumas explicitamente reacionárias). Desta forma, há vários intelectuais ligados às classes dominantes e alguns às classes subalternas e, ainda que seja sempre fundamental analisar o contexto e a historicidade de cada um, a maioria dos abordados neste texto têm, em comum, a América Latina como centro de suas preocupações e propostas.

Referências Bibliográficas

BRITO, Carolina Arouca Gomes de. “**Integração não significa assimilação**”: o estudo de **Darcy Ribeiro para a Unesco na década de 1950**. Acervo, [S. l.], v. 34, n. 2, p. 1–20, 2021. Disponível em: <https://revista.an.gov.br/index.php/revistaacervo/article/view/1680>. Acesso em: 6 de maio de 2023.

CAMPBELL, Alan Tomaid. *The UNESCO Courier is 70! Na inspiring read*. Disponível em: <<https://en.unesco.org/courier/january-march-2018/unesco-courier-70-inspiring-read>>. Acesso em 27 de agosto de 2021.

COSTA, A. A. V. . Darcy Ribeiro e os dilemas da América Latina. In: Dutra, Eliana de Freitas; MYERS, Jorge. (Org.). **Continente por definir: as ideias de América Latina no século XX**. 1ed. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2022, v. 1, p. 253-291.

GRAMSCI, Antonio. **Os intelectuais e a organização da cultura**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.

MARI, C. L. O papel educador dos intelectuais na formação ideológica e hegemônica em Gramsci: uma perspectiva de emancipação humana. In: Domingos Leite Lima Filho. (Org.). **TRABALHO E FORMAÇÃO HUMANA: o papel dos intelectuais e da educação**. 1 ed. Curitiba: UFTPR, 2011, v. 1, p. 65-84.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO, A CIÊNCIA E A CULTURA. *Résolutions de la Conférence Générale (1966)*. In: *Archives de l'UNESCO*. Paris: UNESCO, 1966.

POULANTZAS, Nico. **O Estado, o Poder e o Socialismo**. Rio de Janeiro: Graal, 1985.

RIBEIRO, Darcy. *The Soldier who wouldn't shoot: 'die if you must but never kill an Indian'*. In: *Last frontiers of civilization*. The UNESCO Courier (1954). Unesco, 7, Place de Fontenoy, 75700 Paris.

RIBEIRO, Darcy. *The Emergent peoples of Latin America: the cultural profile of a continent*. In: *Questions of our times*. The UNESCO Courier (1982). Unesco, 7, Place de Fontenoy, 75700 Paris.

SILVA, R. R. DO N.; MESQUITA, I. M. DE; NERY, A. C. B. ‘Homens que ensinaram a América ler’: a educação de adultos no Brasil e México (1947-1956). **Revista Brasileira de História da Educação**, v. 21, n. 1, p. e155, 23 dez. 2020. Disponível em: <<https://doi.org/10.4025/rbhe.v21.2021.e155>>. Acesso em 25 de outubro de 2022.

THE UNESCO COURIER. Secrets of complexity. Paris: UNESCO, 1996.

THE UNESCO COURIER. The competitive world of sport. Paris: UNESCO, 1992a.

XI Encontro de Pesquisa em História da UFMG - ISBN: 978-65-01-11103-2

2023

736



THE UNESCO COURIER. In praise of tolerance. Paris: UNESCO, 1992b.



Jornal A Sirene: por uma historiografia popular do rompimento da Barragem de Fundão

Kamylla Ferreira Sathler

Graduanda em História - Universidade do Estado de Minas Gerais

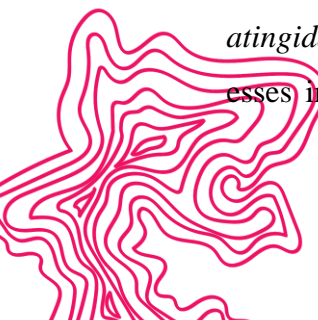
Kamylla.fsz@gmail.com

Resumo: Uma barragem de rejeitos é utilizada pela mineradora com o intuito de armazenar os materiais provenientes da separação entre o que é rentável e o que não é, definido pelo processo de extração. A mineração em grande escala causa diversos impactos às localidades onde se instala, tanto ambientais quanto sociais, oferecendo riscos e consequências. Dessa forma, como aponta em laudo o Ministério Público Federal (MPF), em dezembro de 2008, a Barragem de Fundão, localizada no Município de Mariana-MG, sob responsabilidade da empresa Samarco Mineração S/A, apresentou maus desempenhos desde sua fundação, levando ao acontecimento do dia 05 de novembro de 2015, no qual se rompeu causando danos irreparáveis às comunidades próximas e ao meio ambiente. Em *Percursos e Presenças*, Arlette Farge (2022) foi capaz de, através de estudos historiográficos de arquivos judiciais parisienses do século XVIII, romper com o imaginário hegemônico descrito sobre as relações de poder à época, complexificando memórias e narrativas acerca dos conflitos sociais, e em especial, sobre a presença e protagonismo de mulheres nesses espaços conflitivos. Dessa forma, pretendemos nos valer do *Jornal A Sirene: Para Não Esquecer* – que iniciou seu editorial, dois meses após o rompimento da Barragem de Fundão, com a missão de possibilitar que os próprios atingidos e envolvidos contem suas histórias – para a produção de uma releitura do acontecimento em Mariana. Foram analisadas as nove primeiras edições, de fevereiro a novembro de 2016, contemplando o marco de um ano da tragédia-crime. Para que assim, através do periódico, produzam-se outras perspectivas acerca do rompimento da Barragem de Fundão, desvinculando do reducionismo tecnicista e quantitativo, e percebendo como o ocorrido afetou e ainda afeta pessoas e comunidades. Empresas como Samarco Mineradora S/A, atravessam cotidianamente vidas de diversas pessoas e localidades. Mais detidamente, as comunidades atingidas diretamente pela lama de Fundão, perderem suas casas, laços comunitários, contraírem doenças, e, em última instância, perderem amigos, familiares e pelo menos 19 pessoas vieram a óbito no ato do rompimento. Assim, ressalta-se a importância de um espaço de diálogo como o jornal *A Sirene: Para Não Esquecer*, que junto aos atingidos, mantém seu editorial ativo, reativando memórias, expondo injustiças e preconceitos, e lutando pela efetivação de direitos adquiridos, e ampliação do direito à vida digna em contextos de mineração.

Palavras-chave: Atingidos, Rompimento da Barragem de Fundão, *Jornal A Sirene*.

Introdução

A instalação de mineradoras, desde o processo de sondagem até sua consolidação, levanta questões pertinentes sobre os impactos que todo esse empreendimento causa ao território destinado a essa atividade. Essas relações foram bem elucidadas em *Comunidades atingidas e territórios afetados pela mineração: realidades e resistências*, ao demonstrar como esses impactos se manifestam de maneiras diversas, acarretando em des-reterritorialização,

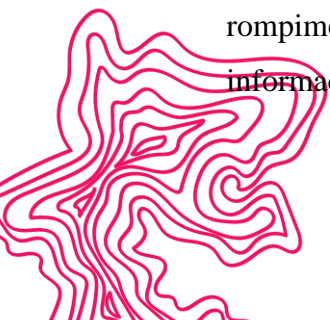


tanto física como simbólica, resultando em mudanças no uso dos espaços públicos e do próprio solo (ALVES, M. D. S. *et al*, 2020). Dessa forma, à medida que a mineração se instala e expande, as relações sociais no espaço e ao seu redor são rapidamente alteradas, transformando os laços que as comunidades conhecem e mantêm. A mineração provoca diversas mudanças nas dinâmicas sociais das áreas onde se instala, culminando em comunidades afetadas e em conflito. Mesmo sem a necessidade de realocar as comunidades, seus territórios são gradativamente perdidos, resultando na perda de seus hábitos, da liberdade de uso das vias públicas e do direito à paisagem à qual estavam acostumadas.

Assim, as consequências dos empreendimentos mineradores se desdobram em diversas instâncias, abrangendo impactos ambientais, como a poluição do ar, solo e lençóis freáticos, além do desmatamento. Também são observados impactos socioeconômicos, como o aumento do inchaço populacional, a falta de infraestrutura, o aumento da violência e da prostituição, bem como a exposição dos trabalhadores a doenças mentais ou câncer, muitas vezes sem o devido amparo e responsabilização das empresas (ALVES, M. D. S. *et al*, 2020). É imprescindível considerar as consequências trazidas pelo rompimento de uma barragem, como o episódio ocorrido em Mariana, no estado de Minas Gerais, em 05 de novembro de 2015, quando a Barragem de Fundão, sob responsabilidade da empresa Samarco Mineração S/A, causou danos irreparáveis. O rompimento dessa barragem expôs narrativas diversas sobre a mineração, revelando perigos, medos e incertezas nas áreas próximas às mineradoras, bem como os impactos resultantes desse desastre.

Nesse contexto crítico, o jornal *A Sirene: Para Não Esquecer* emerge trazendo relatos de pessoas afetadas pelo rompimento da Barragem de Fundão, abordando suas experiências durante o episódio, as negligências ocorridas e como suas vidas se desdobraram após a tragédia. Desde a edição 0 até a edição 8, um ano após o desastre, o jornal percorre principalmente os distritos de Paracatu e Bento Rodrigues, relatando sobre o dia fatídico, as perdas sofridas, as mortes de amigos e parentes, as lembranças da lama e do barro invadindo suas casas e, sobretudo, sobre sobreviver a esse ocorrido. Como expresso na edição 8 do jornal sobre o rompimento em 05 de novembro, “Hoje nos damos conta de que naquela noite, na última noite, todo mundo foi um pouquinho herói” (A SIRENE, 2016, p. 15).

O jornal desempenha um papel crucial ao apresentar relatos impactantes das vítimas do rompimento da barragem, retratando sua luta por justiça, assistência e reconstrução. Ao trazer informações acessíveis e ilustrações, o jornal visa conscientizar as comunidades afetadas e o



público em geral sobre a realidade enfrentada pelos atingidos e a importância de buscar seus direitos diante das adversidades ocasionadas pela mineração desenfreada. A partir dessa abordagem, o jornal contribui para manter viva a memória da tragédia e impulsiona o debate sobre as ações necessárias para evitar novos desastres e garantir a segurança e a dignidade das comunidades atingidas.

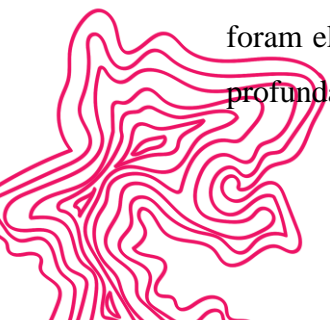
Resistência e memória: um ano após o rompimento da Barragem de Fundão pela perspectiva de A Sirene

Em um primeiro momento, destaca-se a linguagem acessível e o uso de muitas imagens e ilustrações presentes nos jornais, cumprindo o objetivo essencial de informar e alertar as comunidades atingidas. Essas publicações contêm tópicos recorrentes, como a seção "Agenda", que aparece em todas as edições, apresentando as atividades e eventos previstos para o mês em questão. Dessa maneira, as comunidades são informadas sobre reuniões, manifestações, audiências públicas, cobranças de pagamentos atrasados e paralisações, fornecendo horários e datas para que todos possam participar.

Outro ponto de destaque nas edições iniciais – de 0 a 4 – é o tópico intitulado "A gente explica", no qual é elaborado um dicionário com a ressignificação de algumas palavras, como visto na edição 0, referente ao mês de fevereiro, que define os termos "notícia/imprensa". Sendo expresso como:

1. Distorção e manipulação 2. Informação, aproveitamento da situação para elevar o nível de audiência sem pensar em quem foi atingido 3. Algumas verdades, algumas mentiras, porém, foi de muita validade e está sendo, não deixando que a gente fique no esquecimento, nós achamos de muita importância 4. Algumas manipuladoras e oportunistas e outras a favor da verdade e da realidade. (A SIRENE, 2016, ed.0, p. 13).

Nessa definição, observa-se a percepção dos atingidos em relação à mídia após o ocorrido, atribuindo aspectos positivos e negativos, sobretudo negativos, à forma como a imprensa noticiou o rompimento da barragem, diante a abordagem da imprensa que focava na tristeza dos atingidos e explorava situações dolorosas. A edição zero (A SIRENE, 2016), também abordou a questão da reconstrução dos distritos "Novo Bento" e "Nova Paracatu", ressaltando a importância da participação ativa dos atingidos no processo de decisão sobre a reconstrução de suas vidas e comunidades. A necessidade de garantir que os moradores afetados pela tragédia fossem ouvidos e tivessem influência nas decisões foi destacada, uma vez que não foram eles que decidiram originalmente sobre a construção da barragem que os impactou tão profundamente.

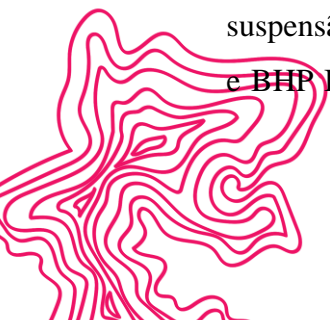


A edição um do periódico *A Sirene* (2016), correspondente ao mês de março, explana o propósito do jornal, desenvolvido por voluntários e afetados com o apoio do grupo *Um Minuto de Sirene*, no intuito de reivindicar os direitos dos atingidos pelo rompimento da barragem de rejeitos da Samarco/Vale/BHP. Nessa edição, as abordagens retratam o início das visitas de espaços para a possível localização da reconstrução de "Novo Bento", entre as possibilidades, o local denominado "Lavoura" recebe destaque. Também há relatos de como tudo o que havia no quintal das casas foi perdido, como as árvores frutíferas, os animais e os açudes. Em decorrência disso, os moradores que antes possuíam o que precisavam no quintal de casa passaram a depender de comprar no mercado.

Na edição dois (*A SIRENE*, 2016), correspondente ao mês de abril, é desenvolvido um espaço denominado "Contatos úteis", incluindo informações do Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), Ministério Público e psicólogos em Mariana e Barra Longa, além de grupos de apoio independentes. Destaca-se a realização de campanhas de doação de animais, como gatos e cachorros, cujos donos não foram localizados para resgatá-los. Também são abordados os problemas enfrentados pelos animais devido à falta de isolamento de áreas com rejeitos de mineração, resultando em dificuldades para animais maiores, como vacas, que ficavam presas ao retornarem para pastar nesses locais. Relatos de doenças relacionadas ao contato com a lama, proliferação de mosquitos transmissores e questões psicológicas são apresentados, inclusive no "Papo di Cumadi", de Sergio Papagaio, que aborda as diversas perdas enfrentadas pelos atingidos, demonstrando seu impacto na saúde física e mental da comunidade (*A SIRENE*, 2016, ed. 2, p. 16).

A edição número três (*A SIRENE*, 2016), correspondente ao mês de junho, informa que a edição de maio não foi publicada devido a mudanças ocorridas nesse período. Maio marcou os 6 meses do rompimento da Barragem de Fundão, trazendo maior visibilidade ao jornal *A Sirene*, que recebeu prêmios e reafirmou sua importância na luta pelos direitos dos afetados, mantendo viva a memória dos acontecimentos e contribuindo para suas demandas. Com recursos garantidos para as próximas publicações, são relatados os impactos do rompimento nas festividades e celebrações tradicionais das regiões atingidas, além das votações para a escolha da localização do "Novo Bento", sendo o local "Lavoura" o escolhido.

Na edição quatro (*A SIRENE*, 2016), correspondente ao mês de julho, há o destaque da suspensão, no dia 30 de julho, do "acordão", realizado pela Samarco Mineradora S/A, Vale S/A e BHP Billinton com a União e os Estados de Minas Gerais, que levaram o processo para a

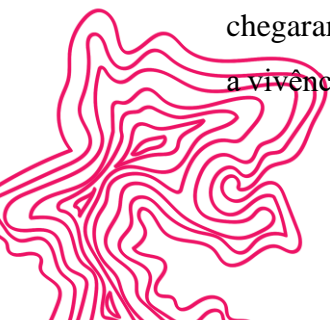


justiça Federal. O “acordão” dificultaria a participação dos atingidos nas reuniões e decisões que afetam suas vidas. Essa deliberação garantiria à Samarco uma blindagem, pois se descumprisse acordos e pagamentos não receberia multas, afetando os direitos dos atingidos. Apesar da vitória com a suspensão do “acordão”, há a alegação de esvaziamento das reuniões com a Samarco, sendo que no tópico “Agenda” pedem para que os atingidos frequentem as reuniões para que, juntos, cobrem por seus direitos.

Na edição cinco (A SIRENE, 2016), correspondente ao mês de agosto, ocorrem debates acerca da construção do *dique S4*, que não estava sendo bem-vista para a comunidade de Bento Rodrigues, uma vez que o dique iria alagar propriedades privadas, apesar de a empresa alegar que a construção do *dique S4* conteria rejeitos que ainda restam da Barragem de Fundão. O jornal aponta que a comunidade de Bento Rodrigues estava em dúvidas se o dique realmente funcionaria, uma vez que o *dique S3* foi construído com os mesmos objetivos e não foi o suficiente, surgindo o debate acerca da construção de outro dique. Em relação às assessorias técnicas, há a cobrança desse direito, exigido pela ação civil pública, oferecendo uma assessoria técnica de diversas instâncias para os atingidos. A partir da edição 5, observa-se um aviso, que permeia alterações, mas possui o mesmo objetivo de alertar sobre a assinatura de documentos, aparecendo em todas as próximas edições.

Na edição seis (A SIRENE, 2016), correspondente ao mês de setembro, destaca-se a formação do Conselho Editorial do jornal, composto por atingidos, arquiocese de Mariana, ICISA/UFOP e o coletivo Um Minuto de Sirene, reforçando a relevância da união dos afetados na luta por seus direitos. Na edição sete (A SIRENE, 2016), correspondente ao mês de outubro, é apresentado sobre a autorização pelo Governo de Minas Gerais para a construção do *dique S4*. Outras questões levantadas nessa edição se devem aos relatos por parte dos moradores dos distritos sobre como a poeira está causando alergia, principalmente nas crianças, cujos tratamentos são caros, e a empresa responsável pelos rejeitos continua a dizer que essa poeira não causa riscos à população, mesmo com o laudo médico dizendo o oposto, que a causa das alergias é a poeira proveniente dos rejeitos de minérios.

A edição oito (A SIRENE, 2016), referente ao mês de novembro, tem a capa preta, referindo-se ao luto presente neste mês, completando um ano do rompimento da barragem de Fundão. Assim, essa edição traz relatos do dia do rompimento da barragem, quando os rejeitos chegaram às cidades de Bento Rodrigues e Paracatu. Oferecendo, assim, espaço para expressar a vivência de ser atingido há um ano. Como apontado nessa edição “Perder família, casa, saúde,



trabalho, terra, praça, igreja, rio, praia; perder história. Viver o luto e ao mesmo tempo ter que se fortalecer para não perder ainda mais. Essa tem sido nossa rotina de atingidos pela barragem de Fundão” (A SIRENE, 2016, ed.8, p. 2).

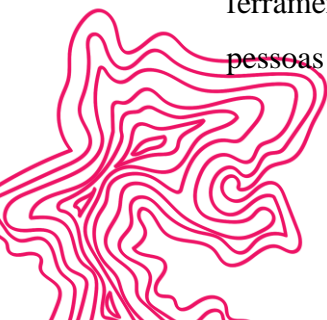
Apesar do tempo decorrido, os atingidos continuaram a lutar por seus direitos, pela reconstrução de Novo Bento e Nova Paracatu, para receber assistências, sejam psicológicas ou financeiras, e cobrando da empresa Samarco seus direitos. A edição traz diversas ilustrações, fotografias e charges para ilustrar a luta e os acontecimentos. No que diz respeito ao Ministério Público Federal, indica que o rompimento da barragem poderia ter sido evitado.

Em suma, o periódico *A Sirene* cumpre um papel significativo na luta dos atingidos pela tragédia, fornecendo informações relevantes e acessíveis para a comunidade e dando voz às suas demandas e necessidades, enquanto denuncia as negligências e desafios enfrentados. A partir das suas páginas, os leitores testemunham a resiliência dos atingidos, que persistem na busca por justiça e pela garantia de seus direitos diante das adversidades e impactos causados pelo rompimento da Barragem de Fundão.

Considerações finais

O jornal *A Sirene* desempenha um papel significativo na divulgação das questões relacionadas ao rompimento da Barragem de Fundão em Mariana, Minas Gerais, em 2015. Apresentando perspectivas e relatos das comunidades afetadas pelo desastre, denunciando as consequências socioambientais e as lutas pelos direitos das vítimas, o periódico continua ativo desempenhava um papel importante ao fornecer informações e mobilizar a comunidade em torno de temas relevantes relacionados ao desastre. Com publicações regulares desde 2016, disponibilizado impresso e virtualmente, fica evidente o compromisso e a perseverança dos colaboradores, especialmente dos atingidos pelo desastre, em divulgar informações importantes e relevantes sobre os impactos contínuos do rompimento da Barragem de Fundão.

Através do jornal, a comunidade afetada pode continuar a se expressar, compartilhar suas histórias e lutar por seus direitos. Com a divulgação dos impactos e das lutas por justiça, o jornal *A Sirene* contribui para a busca de soluções, responsabilização das empresas envolvidas e a implementação de medidas que visem prevenir tragédias semelhantes no futuro. Portanto, o jornal continua a cumprir seu papel como um veículo de comunicação comunitário e uma ferramenta importante para promover a conscientização e a mudança positiva nas vidas das pessoas afetadas pelo rompimento da Barragem de Fundão.



Referências Bibliográficas

A SIRENE: para não esquecer. **Jornal A Sirene**. Ed. 0. Mariana, MG, Fev. 2016. Disponível em: <https://issuu.com/jornalasirene/docs/sirene_final_diogo_bx>.

_____. **Jornal A Sirene**. Ed. 1. Mariana, MG, Mar. 2016. Disponível em: <<https://issuu.com/jornalasirene/docs/asirene2sm>>.

_____. **Jornal A Sirene**. Ed. 2. Mariana, MG, Abr. 2016. Disponível em: <<https://issuu.com/jornalasirene/docs/asireneabrilfinalissuu>>.

_____. **Jornal A Sirene**. Ed. 3. Mariana, MG, Jun. 2016. Disponível em: <https://issuu.com/jornalasirene/docs/a_sirene_ed3_junho_issuu>.

_____. **Jornal A Sirene**. Ed. 4. Mariana, MG, Jul. 2016. Disponível em: <https://issuu.com/jornalasirene/docs/jornal_a_sirene_ed4_julho_sm>.

_____. **Jornal A Sirene**. Ed. 5. Mariana, MG, Ago. 2016. Disponível em: <https://issuu.com/jornalasirene/docs/asirene_ed5_agosto_issuu>.

_____. **Jornal A Sirene**. Ed. 6. Mariana, MG, Set. 2016. Disponível em: <https://issuu.com/jornalasirene/docs/a_sirene_ed6_setembro_issuu>.

_____. **Jornal A Sirene**. Ed. 7. Mariana, MG, Out. 2016. Disponível em: <https://issuu.com/jornalasirene/docs/sireneoutubro_issu>.

_____. **Jornal A Sirene**. Ed. 8. Mariana, MG, Nov. 2016. Disponível em: <https://issuu.com/jornalasirene/docs/asirene_ed9_novembro_issu>.

ALVES, M. D. S. *et al.* Comunidades atingidas e territórios afetados pela mineração: realidades e resistências. **Mineração: realidades e resistências**. 1. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2020. p. 41-100.

BRASIL. Ministério Público Federal. **O desastre: Caso Samarco**. Disponível em: <<https://www.mpf.mp.br/grandes-casos/caso-samarco/o-desastre>>. Acesso em: 25 jul. 2023.

FARGE, Arlette. Percursos e Presenças. **O sabor do arquivo**. São Paulo: Edusp, 2022. p.29-46.



Visões modernas: as demandas urbanísticas nas Atas da Câmara de Mariana (1889-1930)

Flávia Caroline Fidelis da Cruz

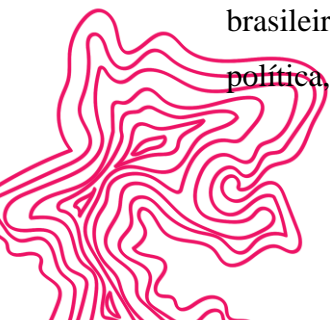
Mestranda em História Urbana - Universidade Federal de Ouro Preto
fidellisflavia@gmail.com

Resumo: No despontar da Primeira República, as transformações simbólicas se manifestaram paulatinamente no Brasil e as modernidades da *Belle Époque* foram inseridas gradualmente em solo nacional. As novidades do contexto modificaram as percepções e os hábitos sociais, estimulando que a arquitetura e o planejamento urbano fossem apreendidos a partir de novas concepções. O município de Mariana - cravado nas entranhas mineiras - promoveu a atualização de seu conjunto urbanístico, se espelhando nas principais cidades brasileiras. Nesse ambiente, a *urbes* colonial adequou-se aos lampejos da modernidade, experimentando uma singular trama social, política e urbana. A Câmara Municipal debatia desde os fins do século XIX a possibilidade da implementação de elementos modernos no município. O *corpus* documental expresso pela série das Atas da Câmara Municipal de Mariana dos anos de 1889 à 1930 permite apreciar as pautas da agenda modernizadora local. As demandas por atualização urbana são repertórios de destaque nos debates camarários, visto que foram inúmeros os esforços para a materialização dos equipamentos de infraestrutura pública. Deste apanhado, destacam-se as aspirações de implantação do ramal ferroviário e instalação da energia elétrica nas vias públicas. A presença das alas republicanas fortalecia as expectativas por transformação no município. Desta forma, o legislativo marianense em conjunto com o setor empresarial projetou a abertura de um espaço que comportasse os novos adventos. A ambição por expansão urbana subsidiou a ocupação de uma área até então ociosa em Mariana, em que foram reunidos diversos esforços para seu melhoramento, seguindo as estilísticas da época. Os dados colhidos nas súmulas expõem o espírito das alas políticas que vislumbravam uma nova imagem para a cidade. No ínterim da abertura do novo perímetro urbano diversas preocupações atravessavam as pautas camarárias, realçando a importância de atualizações nas legislações fundiárias para que comportassem os perfis socioeconômicos daqueles que se acomodariam na nova área de interesse. Houveram embates entre diferentes concepções de desenvolvimento urbano e parte significativa da agenda modernizadora proposta pelo legislativo não se concretizou, em razão de dificuldades técnicas e econômicas, mas também em decorrência da resistência de parte dos agentes públicos, da elite local e da população. As visões de modernidade nem sempre se materializam, embora alimentassem os imaginários marianenses.

Palavras-chave: Mariana, Primeira República, Modernização, Urbanização, Arquitetura

Introdução

No despontar da Primeira República, as transformações materiais e simbólicas se manifestaram paulatinamente no Brasil em compasso com as modernidades da *Belle Époque* que foram inseridas gradualmente em solo nacional. Nesse ambiente, tradicionais cidades brasileiras se adequaram aos lampejos da modernidade, experimentando uma singular trama política, social e urbana.



Foi o caso do município de Mariana, no interior do estado de Minas Gerais, que despertou um imenso interesse pela expansão de seu tecido urbano entre os anos de 1889 a 1930. As demandas urbanísticas deram novos contornos às experimentações do tempo e do espaço vivenciadas pela população local, sobretudo, a partir da instalação das linhas férreas e da iluminação elétrica nas vias públicas. 8

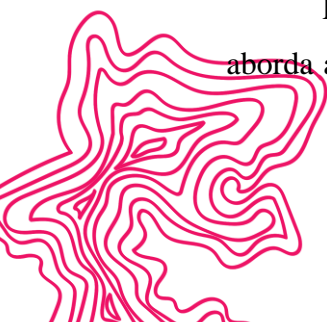
A cidade de Mariana é amplamente celebrada por ter ocupado a posição de primeira capital mineira, ter sido a sede do bispado e por ter seu traçado urbano determinado pela Coroa Portuguesa. Estes fatores, dentre tantas outras conjunturas históricas colocam em relevo a importância de pesquisas que avancem em temas e recortes cronológicos usualmente abordados nas produções historiográficas, em especial, que expandam a cronologia que se concentra nos fenômenos setecentistas e oitocentistas. Extrapolando temporalidades e ambientações, como é o caso da análise das transformações urbanas no contexto da Primeira República, demonstra-se relevante para o entendimento das dinâmicas que atravessam o passado e o presente deste município, colocando em cena novas relações político-econômicas e socioculturais.

Outro aspecto atinente à renovação historiográfica, destaca-se em termos de compreensão dos desdobramentos da modernização urbana no interior do Brasil, em particular, seus reflexos em Minas Gerais. Revisitar a literatura referente ao espraiamento deste fenômeno em solo nacional, demonstra-se pertinente para o entendimento de uma perspectiva ampliada e não hegemônica acerca dos processos de urbanização que não foram promovidos pela economia agroexportadora.

Para tal, as fontes primárias são indispensáveis para a análise das experiências históricas que atravessavam a dimensão socioeconômica e espacial da cidade. A documentação representada pela série completa das Atas da Câmara Municipal de Mariana dos anos de 1889 a 1930, recobrem as pautas do cotidiano da administração pública em torno da de modernização do espaço urbano. Esta fonte é ímpar para o entendimento das dinâmicas do espaço urbano. Pois:

O espaço sempre esteve presente nas narrativas históricas sobre a sociedade brasileira, mas muitas vezes como um elemento de segundo plano: a prevalente subordinação do espaço ao fluxo temporal relegava ao primeiro um papel de mero cenário à trama da existência humana. (ANTUNES, A. FONSECA, C. ANDRADE, F. 2021, p. 14).

Este artigo é dividido em cinco seções: sendo a primeira a introdução; a segunda sessão aborda as conformações do novo perímetro urbano aberto para receber infraestrutura pública



moderna - tais atualizações urbanas são apresentadas a partir do recurso cartográfico, de ilustração e de uma fotografia de época; a terceira parte contempla a análise do conjunto documental; se encerrando a última sessão com as considerações finais.

O município de Mariana em Minas Gerais no contexto da Primeira República

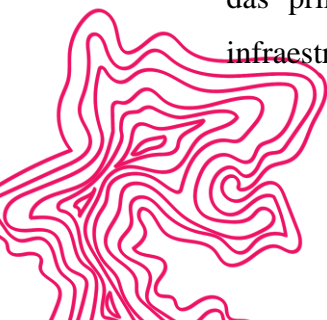
A aceleração das transformações urbanas que ocorriam na Europa, desde meados do século XIX, possibilitou o desenvolvimento de diversas tecnologias para a infraestrutura urbana que foram adotadas no Brasil em meio aos desdobramentos do capitalismo tardio. O Brasil republicano sinalizou-se como um cenário político-econômico marcado pelo liberalismo oligárquico excludente nas instâncias de poder federal, estadual e municipal. (MELLO, J. M.C. 1982. p. 145) (NEVES, M. 2006. p. 41-43).

A rigor, a base política continuava sendo constituída pela mesma elite agrária, aliada aos intermediários urbanos, que havia séculos dominado o país. Mas parte dela tinha incorporado os valores positivistas de conhecimento técnico e racionalidade, refletidos no *slogan* que seria adotado pela República: Ordem e Progresso. (MARICATO, E. 1997. p. 26).

O processo de urbanização desenvolvido nesse contexto destacou-se por ações não correspondentes com a realidade socioespacial nacional, sobretudo, pela atribuição ao setor privado da produção de moradia (BONDUKI, N. 1994. p. 712). Fator que agravou a desigualdade no acesso à terra e à moradia de uma vasta camada populacional que experimentava as nuances da liberdade proporcionada pela recém-abolição da escravidão. (CASSOLI, M. 2020. p. 159).

No cenário de atualização urbana brasileira foram reunidos esforços para a assimilação das práticas urbanísticas que estavam em voga no período que coincide com a *Belle Époque* brasileira. Os centros urbanos passavam pela efervescência da vida cultural e urbana que era dinamizada pelo capital agroexportador, como é o caso da cidade de São Paulo e da capital federal, Rio de Janeiro.

O modo de vida urbano proporcionou transformações nas relações sociais e na percepção do tempo e do espaço, a partir da introdução de novos estímulos visuais e sonoros. (SEVCENKO, N. 2006. p.7). Nas cidades interioranas foi morosa a chegada dos sinais que marcavam a passagem do império para a Primeira República e, ainda mais vagarosa, a chegada das primeiras manifestações de modernidade simbolizadas por novos equipamentos de infraestrutura pública e por artigos importados para consumo doméstico:



(...) uma lógica paradoxal diferencia e ao mesmo tempo relaciona organicamente esses dois cenários - o da capital federal e o do interior - , à primeira vista opostos pelo vértice, o cenário do progresso montado na cidade que, após o 15 de novembro, assume foros de capital federal e o cenário do interior do país, onde a República recém-implantada, aparentemente, muda apenas, no cotidiano, os selos que estampilham as cartas que o correio de vez em quando faz chegar, a bandeira nacional hasteada em festas, as notas e moedas que aos poucos circulam e algumas data pátrias festejadas fanfarra e bandeirolas. (NEVES, M. 2018. p. 16)

O cotidiano das cidades interioranas foi se modificando lentamente, através de ações guiadas pelas Câmaras Municipais que se esforçavam para adequar os reflexos da modernidade a realidade dos municípios. Foi o caso da cidade de Mariana, que está localizada na região centro-sul do estado de Minas Gerais à uma distância aproximada de 115 km da capital estadual Belo Horizonte. Durante os anos da Primeira República, a tradicional cidade colonial experimentou algumas visões modernizantes que conduziram os desejos pela expansão da malha urbana e pela implantação de alguns equipamentos da infraestrutura pública. Estes esforços visavam construir uma imagem moderna para o município, que a distanciasse dos símbolos de poder coloniais e imperiais. (SALGUEIRO, H. 1996. p. 123).

Conforme a pintura abaixo, produzida pelo artista juizforano Alberto Delpino por volta de 1895, é possível observar que a cidade de Mariana em finais do século XIX ainda mantinha sua feição apegada ao conjunto arquitetônico e urbanístico setecentista e oitocentista. Na época, o *locus* colonial abrigava os principais edifícios públicos e os imponentes casarões da cidade.

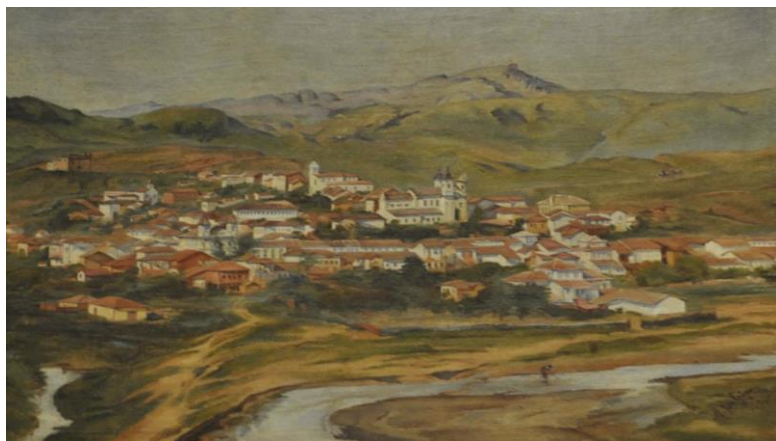
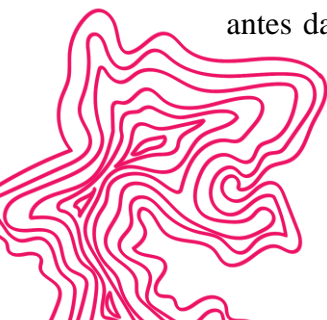


Imagem 1. Pintura de Alberto Delfino: “Panorama de Mariana” 1895. Belo Horizonte, Museu Mineiro.

A cidade de Mariana, a partir dos influxos da modernidade almejou a expansão de seu tecido urbano para a margem direita do ribeirão, região que aparece ociosa na tela. Até pouco antes da entrada da Primeira República a área prevalecia desocupada por conta das estações



chuvosas que aumentavam o volume de suas águas e inundavam os espaços construídos pelos moradores.

No fragmento cartográfico a seguir, é possível observar que a cidade emerge na área com topografia mais plana, fator decisivo para a expansão desenvolvida nos primeiros anos da República. Nota-se a presença do Ribeirão do Carmo, marcando a divisão da cidade em duas ambientações: a colonial e a moderna.



Mapa 1. Mapa de António Pereira (MG) - corte do trecho que abrange o município de Mariana. Folha Provisória. 1962. Fonte: Coleção Documentos Cartográficos - ARQUIVO PÚBLICO MINEIRO.

Após a concretização da transferência da capital estadual da vizinha cidade de Ouro Preto para a recém inaugurada Belo Horizonte no ano de 1897, a Câmara Municipal de Mariana se mobilizou para fomentar um projeto de expansão urbana, com a intenção de recuperar o prestígio local e de minimizar os impactos da transferência através de investimentos que impulsionassem a economia urbana.

A presença das alas republicanas fortalecia as expectativas por transformação no município. Desta forma, o legislativo marianense em conjunto com o setor empresarial projetou a abertura de um espaço que comportasse os novos adventos da modernidade, em que foram reunidos diversos esforços para seu melhoramento urbano, seguindo as estilísticas da época. Abaixo, uma fotografia em preto e branco em que é possível observar a condução da expansão na nova região de interesse do poder público municipal marianense.



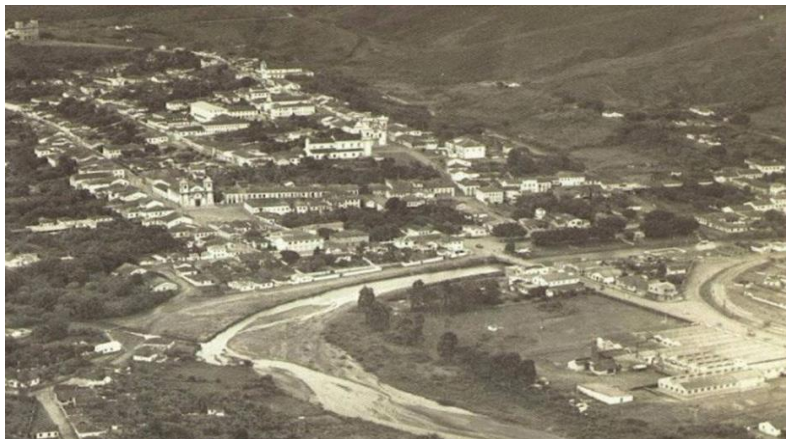


Imagem 2. Fotografia com vista panorâmica do município de Mariana, datada de 1940. Autor desconhecido.

Nota-se a abertura da primeira avenida do município que na época foi batizada de Presidente Wenceslau Brás, em homenagem ao líder do partido republicano. No contexto:

As avenidas configuravam os principais elementos do plano de remodelação e saneamento da cidade e deveriam atender a dois objetivos distintos. Um deles, evidentemente, de melhoria da circulação tanto de pessoas quanto de mercadorias no centro. O outro objetivo visava a modificação das formas sociais de ocupação dos espaços formados por essas avenidas (SCHETTINO, P. 2021. p.153).

A fotografia ilustra parte dos esforços empreendidos pelas alas políticas e econômicas para a dinamização da vida urbana local. Na sessão seguinte, serão apresentadas através das fontes primárias as conjunturas pelas quais a operação de transformação urbana foi incutida na experiência socioespacial na cidade.

As demandas urbanísticas nas Atas da Câmara de Mariana (1889-1930)

A Câmara Municipal de Mariana alavancou o debate sobre os investimentos na região, bem como é possível observar na série completa das Atas das reuniões camarárias dos anos de 1889 a 1930, que recobrem a Primeira República²²⁹. Este *corpus* documental permite apreciar as pautas da agenda modernizadora local, visto que foram inúmeros os esforços para a instalação dos equipamentos de infraestrutura pública. Deste apanhado, destacam-se as aspirações de implantação do ramal ferroviário, a instalação da energia elétrica nas vias públicas e os parcelamentos das terras públicas para construção de residências e de espaços comerciais.

²²⁹A coleção completa encontra-se armazenada no Arquivo da Câmara Municipal de Mariana, no Fundo do Agente Executivo, nas dependências do Instituto de Ciências Humanas e Sociais da Universidade Federal de Ouro Preto. O acesso à versão digitalizada é disponível a toda comunidade, podendo ser consultada nas acomodações do arquivo.

Em deliberação realizada na sessão de 16 de outubro de 1889 ficou acordado que seria atribuída a uma empresa privada a tarefa de realização de obras para a adequação do espaço urbano. Conforme consta no fragmento da Ata²³⁰:

(...) mediante contrato formado pela Camara com o dito Engenheiro [Engenheiro D. Machado] ou representante da empresa de acordo com as fazes apresentadas para construção de propriedades, canalização das águas e esgotos e formação de praças e suas e canalização do rio e outros melhoramentos que a empresa fizer, convencionando a Camara um aforamento razoável por metros corrente. (Código CMM*329 - AHCMM).

No seguimento da mesma sessão, aspectos atinentes a uniformização do conjunto é exposta pelos funcionários públicos da Câmara Municipal de Mariana. Em destaque, a abordagem frontal em relação a segregação socioespacial que é abertamente mencionada pelos funcionários públicos. Leia-se:

(...) visto que, sendo o fim da empresa organizar construções uniformes, typo moderno as construções particulares, sendo feitas por pessoas que não dispõem de recursos não poderão acompanhar o plano da empresa, e desta maneira não haverá uniformidade no embelezamento. Indico que a Camara auxilie o quanto possa a referida empresa para o engrandecimento desta Cidade. (Código CMM*329 - AHCMM).

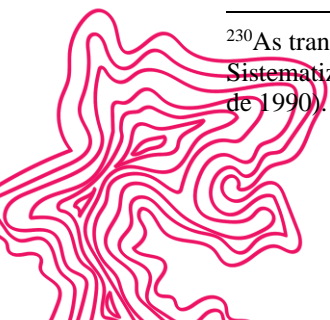
A deliberação da Câmara expõe sem rodeios os ideais que atravessam a urbanização empreendida pela Primeira República, os quais “conjugaram saneamento, com embelezamento e segregação territorial” (MARICATO. E. 1997. p. 29). Esses aspectos foram transpostos à realidade do município de Mariana, de modo a excluir as camadas menos favorecidas de ocuparem o centro da cidade. Reflexos destas práticas podem ser vistos na contemporaneidade em passeio pelas ruas da primaz de Minas e em debates sobre a falta de moradias e a ausência de planos habitacionais para contar a ocupação em áreas irregulares.

A Primeira República manifestou-se como terreno fértil para a exclusão social:

Fiel ao liberalismo predominante, o Estado privilegia a produção privada e recusava a intervenção direta no âmbito da construção de casas para os trabalhadores. Assim, suas iniciativas restringiam-se à repressão às situações mais graves de insalubridade, via legislação sanitária e ação policial, e a à concessão de isenções fiscais que beneficia os proprietários de casas de locação, ampliando sua rentabilidade. (BONDUKI, N. 1994. p. 712).

Ao avaliar o conjunto completo das fontes primárias é possível detectar o avanço da atividade empresarial imobiliária em anuência da Câmara Municipal. Na Ata da sessão de 5 de junho de 1914, ocasião em que as linhas do ramal da Estrada de Ferro Central do Brasil já

²³⁰As transcrições adotadas neste trabalho estão em conformidade com as normas estabelecidas pela Comissão de Sistematização e Redação do I Encontro Nacional de Normatização Paleográfica: (São Paulo: 28 e 29 de novembro de 1990).



estavam fixadas na nova avenida, foram debatidas as diretrizes que regeriam o uso e ocupação do solo na região. Fica exposto:

(...) [aquele que] edificar na nova Avenida empregará tijolos na sua construção submetendo antes á Agencia Executiva a planta de edificio e ficando isento dos impostos digo do pagamento do imposto seis (6) anos a contar da inicio da obra. Casarão de igual regalo os demais proprietários que construíram ou reconstruíram pela mesma firmaem outros pontos da cidade. (Códice CMM*329 - AHCMM).

Os aspectos elencados no fragmento a cima demonstram-se como fortes indicativos das pretensões excludente da Câmara em relação ao perfil socioeconômico dos cidadãos que ocupariam o novo perímetro urbano. Em sessão do dia seguinte, em 6 de junho de 1914, os funcionários públicos debatem acerca da necessidade de iluminação da região:

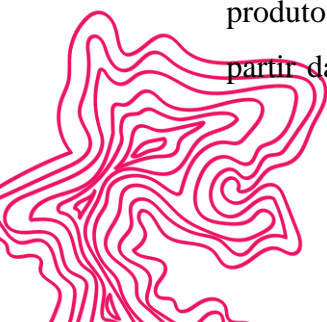
Pediu a palavra por parte da Commissão de Obras Publicas o sr. Leandro Mol e submeteu a consideração da Camara: (...) Art 5º o agente executivo é auctorizado a adquirir as lâmpadas electricas que forem necessárias para iluminação a nova avenida, promovendo os melhorammentos e otras que necessita. (Códice CMM*329 - AHCMM).

A nova avenida e a Estação Ferroviárias foram os primeiros espaços a receberem a iluminação elétrica por representarem a principal área de interesse do poder público. A ações de modernização pontual da nova região contribuiu para a prevalência da estratificação social, pois os novos recursos de infraestrutura pública estavam alocados na porção territorial que as camadas menos abastadas estavam impossibilitadas de se alocarem em vistas das ações regulatórias da Câmara Municipal.

Considerações finais

As visões modernas se chocavam com a realidade local, tornando complexo o processo que permeava o crescimento urbano marianense. O desejo por modernização da infraestrutura se inspirava nas realizações concretizadas na nova capital estadual, Belo Horizonte, ao passo que varria para de baixo do tapete as feridas em aberto deixadas pelo recente passado marcado pela escravização. Os efeitos da recém-abolição em compasso com o grande contingente populacional demandavam alternativa para o acesso à terra e à moradia, contudo eram deixados a mercês das atividades empresarias imobiliárias que se estabeleciam nas melhores porções do território. (CASSOLI, M. 2020. p. 159) (BONDUKI, N. 1994. p. 712).

Por outro lado, o contexto da Primeira República em Mariana também é marcado pela ampliação do circuito econômico, permitindo que o abastecimento do comércio local por novos produtos e bens de consumo. Uma diversidade de artigos importados se tornou acessíveis a partir da introdução das linhas férreas, destacam-se: manteigas, vinhos, vidros, ferramentas,



utensílios domésticos, itens de decoração, tecidos, instrumentos musicais, entre outros. (COSTA, M. A. 212. p. 216).

A expansão da cidade modificou a vida sociocultural e os interesses da população local, embora houvessem embates entre diferentes concepções de desenvolvimento urbano e parte significativa da agenda modernizadora proposta pelo legislativo não tivesse se concretizado, em razão de dificuldades técnicas e econômicas.

Como pode ser observado na documentação, as medidas de uniformização do conjunto arquitetônico e a construção de moradia regularizada foram preocupações da Câmara Municipal de Mariana, contudo não foram capazes de ordenar o espaço. Ao invés disso, atuou como uma ação segregadora, excluindo a população trabalhadora de ocupar o centro da cidade e empurrando-as para as áreas ilegais e íngremes do território.

Este artigo teve a intenção de fomentar inquietações acerca de um recorte temporal pouco explorado na historiografia urbana da cidade de Mariana, através de um suporte documental com amplas potencialidades para o entendimento da transformação socioespacial.

Referências bibliográficas

ANTUNES, Álvaro Araújo. FONSECA, Cláudia Damasceno. ANDRADE, Francisco Eduardo. (orgs). *Espacializando a História: experiências e perspectivas sob o prisma do urbano*. 1ª edição. Editora Fino Traço. Belo Horizonte, 2021.

ARQUIVO DA CÂMARA MUNICIPAL DE MARIANA. Códice 329.

BONDUKI, Nabil. Origens da habitação social no Brasil. *Análise Social*, vol XXIX (127), 1994.

CASSOLI, Marileide Lázara. *A Mina da Passagem de Mariana e o trabalho no pós-abolição*. Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2020.

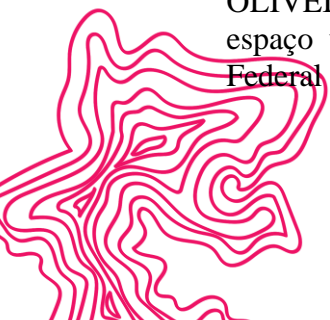
COSTA, Manuela Areias. *A primeira República na cidade dos bispos - Mariana 1889-1930*. Dossiê História e Cidade, v.9, n.13, 2012.

FERREIRA, Jorge. DELGADO, Lucília de Almeida Neves. (orgs). *O tempo do liberalismo oligárquico: da Proclamação da República à Revolução de 1930 – Primeira República (1889 – 1930)*. 1ª edição. Editora Civilização Brasileira. Rio de Janeiro, 2018.

MARICATO, Ermínia. *A construção da segregação territorial*. In: *Habitação e moradia*. São Paulo: Atual, 1997.

NOVAIS, Fernando. SEVCENKO, Nicolau. (orgs). *História da vida privada no Brasil República: da Belle Époque à Era do rádio – Volume III*. 7ª edição. Editora Companhia das Letras. São Paulo, 2006.

OLIVEIRA, Gabriel Luz de. *Os veios profundos de Mariana (Minas Gerais): transformação do espaço urbano na cidade-patrimônio (1938-1967)*. Dissertação de mestrado. Universidade Federal de Ouro Preto, 2020.



SALGUEIRO, Heliana. Ouro Preto: dos gestos de transformação do “colonial” aos de construção do “antigo moderno”. Anais do Museu Paulista. v.4. São Paulo, 1996.

SCHETTINO, Patrícia Thomé Junqueira. A mulher e a casa: estudo sobre a relação entre as transformações da arquitetura residencial e a evolução do papel feminino na sociedade carioca no final do século XIX e início do século XX. Tese de Doutorado. Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, 2012.



Ethos em Euterpe: narrativa herodotiana sobre o antigo Egito

Flávia Lemos Mota de Azevedo

Mestre em História - UNB

flavia.azevedo@uemg.br

Vítor Tôrres Pereira

Graduando do curso de História - UEMG – Divinópolis

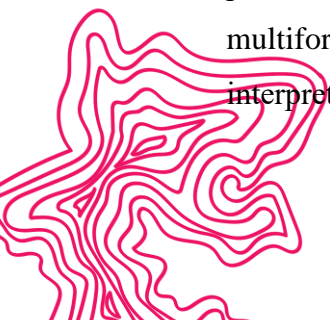
vitor.1695188@discente.uemg.br

Resumo: Heródoto, o velho Heródoto, como disse Hartog (1999), vai bem. É bastante lido, interpretado e comentado. Foi viajante, etnógrafo, geógrafo. Amado por uns e criticado por vários, revolucionou o modo de pensar e de escrever, tanto do mundo antigo, introduzindo uma nova forma de relatar suas viagens (quando se consagrou influência para o que viria a ser a discussão acerca da formulação da escrita histórica), quanto ciência, na modernidade. Nesta pesquisa, apresentarei as análises feitas dos livros de Heródoto, usados como fonte, considerando algumas noções centrais, tais como as narrativas / representações do outro, identidades / alteridade, *ethos* e *thomas*. Ademais, com o auxílio das análises de François Hartog, grande nome nos estudos sobre Heródoto e seus Livros referências *O Espelho de Heródoto: Ensaio Sobre a Representação do Outro* e *Memória de Ulisses: Narrativas Sobre a Fronteira na Grécia Antiga*, desbravo os caminhos de *Euterpe*, livro dedicado totalmente a narrar as viagens de Heródoto ao Egito. A análise das Histórias feita por Hartog (1996) apresenta conceitos sobre que foi Heródoto; homem que escuta (*akoe*) e o homem que transmite o que viu (*opsia*), levando o *thoma* das sociedades, e o narrando enquanto o maravilhoso o permite.

Palavras-chave: Heródoto; Hartog; Grécia antiga; Euterpe; Egito.

Introdução

Heródoto, o velho Heródoto, como escreveu Hartog (1999), vai bem, é bastante lido, interpretado e comentado. Portanto, não é uma tarefa fácil estudá-lo. A bibliografia a seu respeito é vasta e múltipla, mas o que na verdade torna essa empreitada complexa é a própria obra. No dizer de Immerwahr (1966, p. 5), “a combinação de educador, cientista e escritor é a principal característica de Heródoto, que primeiro descobriu a história como um método de entender o mundo como um todo”. Entre as peculiaridades da obra destaca-se a diversidade de suas fontes, bem como das versões que o autor lhes deu. Daí a pluralidade de leituras a que se presta. Talvez este seja o motivo da sua boa resistência, mencionada por Hartog. A própria tradição interpretativa que ensejou contribui para essa vivacidade. Pois a Heródoto se ajustam perfeitamente a consideração de que “um texto é clássico porque sua composição complexa, multiforme e não convencional resiste à leitura e oferece inesgotáveis possibilidades de interpretação” (LACERDA; KIRSCHNER, 1997, pp.17-18).



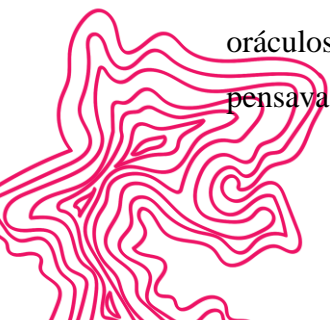
A obra de Heródoto só recebeu o título atual (*Historie*) no período alexandrino. Também coube ao esforço de editoração dos eruditos da biblioteca de Alexandria, por volta do século II a.C., a divisão da obra em nove livros, cada qual associado a uma das Musas: livro I – Clio; livro II – Euterpe; livro III – Tália; livro IV – Melpômene; livro V – Terpsícore; livro VI – Erato; livro VII – Polímnia; livro VIII - Urânia; livro IX – Calíope. É interessante essa associação da obra às filhas de Zeus e *Mnemosýne*, em vista da relação das Musas com a poesia, a épica em particular. Sabemos que Heródoto foi rechaçado por muitos dos seus contemporâneos que o acusaram de ter se deixado seduzir pelo fabuloso. Teria sido esse o motivo da atribuição do nome das Musas às partes em que a obra foi dividida?

Desde a Antiguidade, quando teve início o estudo crítico da *História*, não faltaram aqueles que lhe atribuíram uma dicotomia. Nessa visão, os quatro primeiros livros, em que se narravam os costumes (*nómoi*) e lendas de vários povos, teriam pouca ou nenhuma conexão com os restantes centrados na guerra entre gregos e persas, e despojados do maravilhoso. No século XVIII, Voltaire ainda adotava essa opinião.

No século XX, Jacoby (1991), em um artigo clássico, reintroduziu a obra herodotiana como objeto de estudo da historiografia contemporânea, sem, no entanto, rever esse ponto de vista. A partir de meados do século e, principalmente, no final da década de 1970, os trabalhos de J.L. Myres e H.R. Immerwahr ofereceram uma nova perspectiva. Desde então os estudos consagrados a Heródoto convergem na afirmação da ‘unidade’ da obra. Não existem dois Heródotos; as abordagens diferenciam-se mais pelas questões a que cada uma das partes procurou responder. O problema da veracidade de suas informações também cedeu lugar à discussão do estatuto da *História* e de seu autor.

O momento em que Heródoto empreendeu sua investigação, por outro lado, foi um momento de grandes transformações das ideias e da mentalidade helênicas. Desse modo, os elementos de inteligibilidade de sua narrativa eram também elementos de uma tradição poética secular. Na *História*, porém, adquiriram significados novos e arranjos originais.

E Heródoto é um excelente representante de todas essas transformações. Acreditava que o homem possui autonomia, mas pensava igualmente que está condicionado pelas divindades, pelo destino, pelas leis do *kósmos*. Os homens fazem escolhas, agem, praticam a política, continuando, porém, dependentes dos desígnios divinos, representados na *História* pelos oráculos, pelos sonhos. Embora admitisse a intervenção dos deuses nos eventos humanos, pensava que não cabia aos homens especular sobre as razões divinas. Ele declarou



expressamente: “Se tivesse que expor a razão pela qual eles [os animais] são sagrados, seria levado a falar de assuntos divinos, sobre os quais evito terminantemente me manifestar.” (HERÓDOTO, 2019, Livro II, 17).

Em suma, Heródoto pode ser visto como um pensador na encruzilhada de duas épocas. Ao mesmo tempo que suas concepções se filiavam aos modos de pensar arcaico, anunciavam – e às vezes testemunhavam – uma nova disposição mental. Como escreveu Detienne (1992), o século V grego, o famoso ‘século de Péricles’, foi “a idade rigorosa da crítica, inaugurada por Heródoto, herói fundador da história”

Apresenta-se, como objetivo deste artigo, a abordagem ao segundo livro, Euterpe, que se designa totalmente à história intrigante do maravilhoso Egito antigo. Heródoto devota um livro completo à representação da magnanimidade deste povo permeado por séculos de cultura e história. Nas próprias palavras do autor: “Estender-me-ei mais no que concerne ao Egito, por encerrar ele mais maravilhas do que qualquer outro país; e não existe lugar onde se vejam tantas obras admiráveis, não havendo palavras que possam descrevê-las” (HERÓDOTO, 2019, Livro II, 34). De acordo com Azevedo,

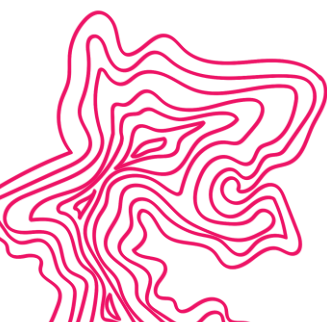
O *thôma* parece ser, em Heródoto, um dos motivos pelos quais as suas narrativas possuem caráter infundável. O historiador prossegue narrando enquanto o maravilhoso permite, ou seja, enquanto as suas viagens prosseguiram. A digressão, característico recurso herodotiano tem, no maravilhoso, sua função organizadora (AZEVEDO, 2008, p. 35).

Euterpe: maravilhoso, admirável e (in) descritível Egito

*[...] há o mundo em que se conta e o mundo que se conta.
(François Hartog)*

O primeiro tópico a ser abordado para a análise de Heródoto é a sua vontade traduzir os outros, os “bárbaros” para os gregos. Quando cita as maravilhas do antigo Egito, suas faraônicas construções e o deleite daquela civilização que ele mesmo visitou, utiliza-se de um esquema comparativo de descrição, delimitando as diferenças e as semelhanças dos povos, tornando sua história inteligível para aqueles que a leem ou escutam. A comparação é uma maneira de reunir ideias e convergir realidades, como pode ser vista na explicação de Hartog, onde exemplifica a narrativa de viagem, como ela opera:

Na narrativa de viagem, funcionando como tradução, a comparação estabelece semelhanças e diferenças entre ‘além’ e ‘aquém’, esboçando classificações. Para que a comparação tenha efeito, convém que o segundo termo pertença ao saber compartilhado pelas pessoas a quem se dirige o viajante. (HARTOG, 1999, p. 240).



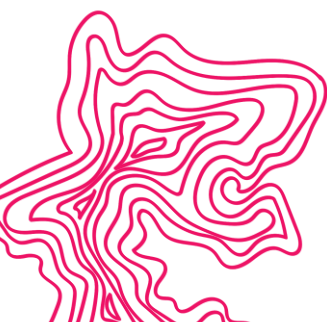
O objetivo é tornar o cenário da vida dos não gregos compreensíveis aos leitores gregos, para os quais aquele foi escrito e pensado, ou ainda, para quem esteja escutando a leitura dos textos. Nestes livros se encontram passagens que descrevem costumes, eventos, batalhas, diálogos e descrições geográficas, todas as narrativas cheias de detalhes. Tomamos como exemplo quando Heródoto discorre sobre costumes egípcios, tais como: higiene pessoal, quantidade de roupas, formas de amarrar o véu, cálculo e manejo dos tentos e as formas de escrita.

Ao contrário dos outros povos, que deixam as partes sexuais no seu estado natural, eles adotam a circuncisão. Os homens têm, cada um, duas vestes; as mulheres, apenas uma. Os outros povos amarram, do lado de fora, os cordões dos véus; os Egípcios amarram-nos do lado de dentro. Os Gregos escrevem e calculam com tentos, manejando-os da esquerda para a direita; os Egípcios, ao contrário, manejam-nos da direita para a esquerda, mas afirmam que escrevem e calculam para a direita, e os Gregos para a esquerda. Empregam duas espécies de letras: as sagradas e as vulgares. (HERÓDOTO, 2019, Livro I, 166).

François Hartog dissecar a forma com que Heródoto escreve seus livros, quais as metodologias usadas e fontes. Em seus textos, segundo Hartog (1999) encontra-se, em larga escala, a utilização da *akoé* (escuta) onde leva luz sobre o passado ou ocorridos, em que ele mesmo não poderia ter confirmado o fato presencialmente, que tivesse a visão ou *ópsia*. Lê-se em suas obras: “Ouvi dizer, entre os habitantes de Delfos, que as coisas se passaram dessa maneira” (HERÓDOTO, 2019, 1 v., p. 25).

Hartog (1999, p. 283) faz uma análise de três formas de *akoe* usadas por Heródoto em suas pesquisas. A primeira diz respeito a “[...] eu não vi, mas ouvi eu próprio (*autékoos*)[...] ele informou-se, perguntou, escutou (*akoêi historéon*)”. Aqui, a história não foi presenciada, mas teria sido ouvida, pelo próprio autor, por fontes confiáveis e que presenciaram o fato diretamente; A segunda perpassa a ideia de que: “A *akoé* não é mais direta e o número de intermediários pode multiplicar-se.”. Não haveria uma completa exatidão ou comprovação visual e documental dos fatos; por fim, a terceira era chamada de “*légetai*, diz-se que, há uma narrativa que diz...”. Onde existem relatos flutuantes, dos quais não se sabe quando e nem para quem foram feitos trabalhando, assim, com vestígios de um acontecimento.

Um exemplo de *akoé* seria a narrativa da descida do faraó Rampsinito – sucessor de Proteu ao trono do Egito – vivo aos infernos, onde tivera uma jogatina com Ceres (Demeter) e,



em seguida, seu retorno, com celebrações que corresponderiam ao tempo de ida e regresso do Rei-deus²³¹. Heródoto não deixa de enfatizar que escutou esta história.

Escrevia também, pareceres implícitos sobre a verossimilhança das histórias que escuta, deixando claro ter sua opinião quanto algumas passagens, mas que não vinha ao caso expô-la. Estaria apenas contando o que ele escutou. Vide: “Se tais propósitos dos Egípcios parecem verossímeis a alguém, esse alguém que lhes dê crédito. Quanto a mim, não tive outro fito em toda esta história, senão o de contar o que ouvi dizer” (HERÓDOTO, 2019, 2 v., p. 100).

É importante salientar que “eu vi” (*ópsia*) tem caráter de autenticidade bem superior ao “eu ouvi” para se provar a veracidade do que foi escrito. Ele deixa claro em suas passagens o que foi visto e o que foi ouvido. Heródoto, ao narrar a admiração dos egípcios para com a ilha de Quémis, considerada uma ilha que flutuaria em um rio, situado na cidade de Bruto, afirma que não compreendia sua fama, pois não viu realmente flutuar ou mesmo se mexer:

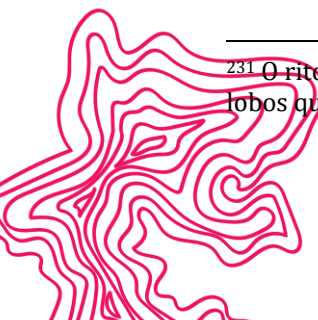
Depois do templo de Latona, o que mais atrai a atenção dos que visitam Buto é a ilha de Quémis, situada num lago extenso e profundo, nas proximidades do templo. Os Egípcios afirmam tratar-se de uma ilha flutuante, mas não a vi flutuar nem mover-se, e muito me surpreendeu ouvir falar em tal coisa. (HERÓDOTO, 2019, 2 v., p.109).

Para vários filósofos e viajantes gregos, como Sócrates, Platão, Aristóteles, Solon, o Egito era o berço das artes, criadores das divindades primordiais e seus cultos. De acordo com HARTOG (2004, p. 67), “o Egito é um reservatório de conhecimentos e uma terra onde se buscaram empréstimo (nem sempre confessados) onde os gregos antigos colheram muito”.

Quando Heródoto se dispôs a vislumbrar e descrever uma sociedade tão rica em cultura, modos de se viver, ritos e ademais maravilhas, ele não apenas se deteve na história política e nos grandes personagens, ele nos concedeu um panorama de sua própria sociedade. Ao observar a descrição pelos olhos de um grego, conseguimos compreender e tecer exames sobre estas duas sociedades tão famosas e plurais. Descobrimos o que causava estranheza, admiração, espanto para este grego dentro das entrelinhas de seus estudos, sobre aquele lugar.

Desde o início de seu livro, Heródoto condensa as múltiplas heranças entregues pelos egípcios a outros povos. Foram eles a darem o nome aos primeiros 12 deuses, construir templos e utilizar-se do antropozoomorfismo, para representar seus deuses e seres mitológicos.

²³¹ O rito consistia em: Os sacerdotes, de olhos vendados, eram conduzidos ao templo de Ceres por dois lobos que os trariam de volta a cidade ao final dos ritos.



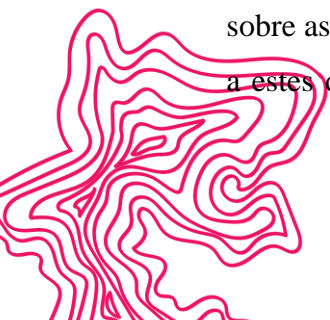
Voltar para o Egito seria, para um grego, uma volta ao seu próprio passado, o seu início (HARTOG, 2004, p. 59). Eram homens do saber, com profissões voltadas para a escrita e arquivamentos o que corroboravam para a profusão dos mitos, lendas e histórias. Os sacerdotes também devem ser citados, ao passo que guardavam os ritos juntamente à escrita pictográfica sagrada, escrevendo não apenas em papiros, mas também em tumbas.

Disseram-me também que os Egípcios haviam sido os primeiros a dar nome aos 12 deuses e que os Gregos tinham adotado tais nomes; que foram também os primeiros a erguer aos deuses templos, altares e estátuas, bem como a gravar, na pedra, figuras de animais. Acrescentou ter sido Menes o primeiro homem a reinar no Egito e que, no seu tempo, todo o país, com exceção da parte denominada Tebaida, era um imenso pântano, pouco se sabendo das terras que hoje se estendem ao norte do lago Méris. (HERÓDOTO, 2019, 2 v., p. 73).

Essa antiguidade faz dos egípcios homens de memória e, portanto, de saber. Pois desde sempre seus escribas escrevem: preenchem registros e contam os anos; anotam todos os presságios e arquivam-nos [...] (HARTOG, 2004, p. 63).

Entre as várias formulações da sociedade egípcia, Heródoto se volta à discussão sobre os papéis entre os gêneros na sociedade egípcia. As formas de viverem dos egípcios entravam em oposição com o que seria comum aos gregos e isso chamou a atenção de Heródoto. Ele descreve que os homens faziam trabalhos de casa, como o tear, enquanto as mulheres se dignavam ao mercado e às negociações. Os homens carregam, nas suas cabeças, fardos de suas colheitas ou objetos que desejam transportar, enquanto as mulheres levam aos ombros. As mulheres traziam o costume de urinar de pé, ao contrário do homem, que estaria na posição de cócoras ou “sentado” para satisfazer sua necessidade fisiológica. As filhas são obrigadas a cuidarem e sustentar os pais, enquanto os filhos poderiam recusar tal ato. Só existiriam sacerdotes homens, sendo o posto de sacerdotisa negado ao sexo feminino (HERÓDOTO, 2019, Livro II, 36). Ainda, segundo Heródoto, os egípcios consagraram cada mês e cada dia, a um deus e prediziam seu futuro pela data de seu nascimento (HERÓDOTO, 2019, II, 48), assim como foi no Egito que o nome das duas divindades primordiais cosmogônicas foi conclamado pela primeira vez – Isis e Osiris (HERÓDOTO, 2019, Livro II, 33).

Como já supracitado, o Egito era uma sociedade antropozoomorfica, onde os animais eram, em sua maioria, sagrados (como gatos, crocodilos, escaravelhos, bois, cabras, ovelhas, dentre outros), tendo até mesmo os deuses tomando formas destes animais (às vezes fundiam-se entregado à aparência divina de corpo humano e rosto animal). Ao contrário do que se pensa sobre as antigas sociedades o antigo Egito não sacrificavam animais em larga escala em honra a estes deuses. Em suma, era uma sociedade que tinha, por base, oferendas vegetais. Sendo



assim, os sacrifícios ocorriam, mas apenas em ritos específicos, além de variar em cada região daquele faraônico império.

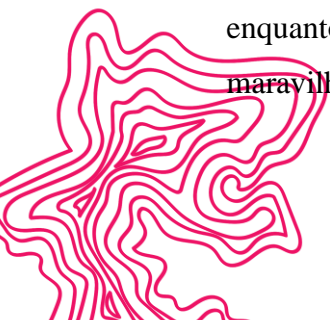
Um exemplo prático seria que, em Tebas, não se sacrificaria nenhum outro animal a não ser cabras, que possuem um templo em honra a Zeus. Já os Mendésios não sacrificam suas cabras, matam apenas suas ovelhas (HERÓDOTO, 2019, Livro II, 53) “[...] nem todos os Egípcios adoram os mesmos deuses; não rendem todos o mesmo culto a Ísis e a Osíris que, na opinião deles, são o mesmo que Baco” (HERÓDOTO, 2019, Livro II, 55). Ainda sobre os Mendésios, Heródoto conta que o motivo para que não haja sacrifícios de cabras ou bodes era o deus Pã. Os gregos, bem como os egípcios, representavam a imagem do deus apresentando-o com pernas de bode e cabeça de cabra.

Também é importante o registro sobre os ritos funerários daquela sociedade. A preocupação com o pós vida, e de como se viveria lá, o que levaria de bens, escravos, animais e ouro, são encontradas até hoje em tumbas por toda a região do Egito. Não apenas isso, a própria adição de uma cópia do livro dos mortos à sua coleção funerária era um item valioso para se passar por todos os julgamentos do pós vida. Para nosso grego, todos os ritos (da embalsamação ao luto) eram vistos com estranheza, já que, na lógica grega, após a partida terrena, o cadáver deveria ser enterrado e isso bastaria (HERÓDOTO, 2019, Livro II, 18).

Os egípcios mostram-se, desde sempre, muito mais atenciosos aos seus ritos funerários. As mulheres, quando um ente querido vinha a falecer, cobriam-se de lama da cabeça aos pés, mostravam os seios, prendiam as roupas com um cinto e andavam pela cidade batendo em seu peito, acompanhadas de uma marcha fúnebre de outros parentes que as seguiam. Quando levavam aos embalsamadores (profissão reconhecida e muito importante) haviam diferentes opções, até os procedimentos mais caros, com direito a todas as técnicas ao alcance para a preservação do corpo e para a partida da alma para o além vida. (HERÓDOTO, 2019, Livro II, 57).

Conclusão

O *thôma* parece ser em Heródoto um dos motivos pelos quais as suas narrativas possuem caracter infindável. O historiador prossegue narrando enquanto o maravilhoso permite, ou seja, enquanto as suas viagens prosseguiram. A digressão, característico recurso herodotiano, tem no maravilhoso sua função organizadora. Dessa maneira, a profusão de informações, os inúmeros



casos pitorescos e maravilhosos, pertencem, na verdade, à organização da obra, sendo importantes como meio de demonstrar o saber advindo das viagens do historiador. Longe de serem próprias do viajante e etnólogo, como pretendiam os intérpretes que dividiam dois Heródoto distintos, as digressões conferem sua peculiaridade à obra como um todo.

Além de meio de acesso ao conhecimento, as viagens permitem identificar e expor as diferenças existentes entre os gregos e os bárbaros. Confluem, portanto, na *historiē* herodotiana, relatos de viagem, *thôma* e digressão. Como afirma Hartog (1999, p. 154), "já que a narrativa lhe atribui um lugar, o *thôma* deve figurar no elenco dos procedimentos da retórica da alteridade. (...) O *thôma* apresenta-se como uma tradução possível da diferença: ele é uma das transcrições possíveis da diferença entre aqui e além". É a partir dessa confluência de temas que as descrições dos *nómoi* dos vários povos ganham sentido no conjunto da obra. Heródoto, nos quatro primeiros livros de sua obra, relata os *nómoi* dos bárbaros, ao lado da narrativa do nascimento e crescimento do império persa.

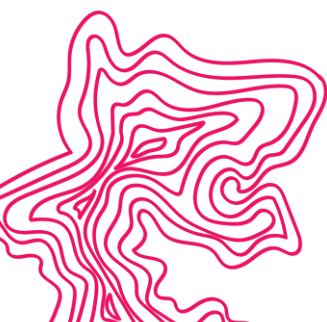
Os relatos dos *nómoi* ganham importância, pois representam os olhos do viajante que narra tudo que viu e ouviu, conformando e traduzindo para os gregos os povos dominados pelos persas. O interesse do historiador pelos costumes dos bárbaros deve-se principalmente a seus contrastes com os dos helenos:

Da mesma forma que o Egito tem um clima peculiar e seu rio é diferente por sua natureza de todos os outros rios, todos os seus costumes e instituições são geralmente diferentes dos costumes e instituições dos outros homens. (HERÓDOTO, 2019, Livro II, 35).

Os citas também evitam com uma obstinação terrível adotar quaisquer costumes alienígenas, seja de que povo for, mas especialmente dos Helenos. (HERÓDOTO, 2019, Livro IV, 76).

Os relatos sobre o outro, vale dizer, o discurso da alteridade, servem para destacar a identidade grega. Essa concepção dual - nós (gregos) e os outros (bárbaros) - sustenta a narração herodotiana. Para Hartog (1999, p. 372) Heródoto, ao descrever escrupulosamente os costumes dos povos confrontados com os helenos, torna clara para a sua audiência o sentido da narrativa.

De mais a mais, ao longo das *Histórias*, trata-se sempre *deles*, os outros, e de *nós*, os gregos, mesmo se a *mise en scène* varia de um livro para outro; mesmo se, no *lógos* dos outros, o *nós* está muitas vezes presente apenas de modo implícito, ele é esse espectro que, imperceptivelmente, se insinua na narrativa. E esses *lógoi* são também



um modo de cercar o *nós*. Na história das Guerras Médicas põe explicitamente em cena o *nós* em sua luta contra *eles* e, fazendo isso, constrói para *nós* uma representação do passado próximo, elaborando uma nova memória em torno do *tò Hellenikón*.

Mas também revelam um respeito pelos povos diferentes, sobretudo quando os costumes em causa concernem às coisas sagradas. Heródoto, enuncia explicitamente essa opinião:

Parece-me absolutamente evidente que Cambises era muito louco; se não o fosse, ele nunca se teria dedicado a ridicularizar as coisas sagradas e as instituições alheias. Com efeito, se se propusesse a todos os homens a escolha das melhores instituições entre todas adotadas, cada um, depois de pensar no assunto, indicaria as de sua própria terra – tão convictos estão todos de que suas próprias instituições são as melhores, e muito. Não é normal, então, a não ser para um louco, querer ridicularizar essas coisas. (HERÓDOTO, 2019, Livro III, 40.).

Podemos inferir, por outro lado, que os registros dos costumes alheios fazem parte da delimitação do mundo conhecido. A partir deles, Heródoto organiza o que se pode conhecer do mundo com os olhos gregos. O limite onde cessa sua narrativa normalmente coincide com uma barreira geográfica, ponto final de suas viagens, ou limite do conhecimento de seus informantes. Assim, a propósito do curso do Nilo, o historiador declara que "além daquele local ninguém dispõe de qualquer informação clara a dar, pois a partir daí todo o território é deserto por causa do calor".

Referências

AZEVEDO, Flávia Lemos Mota de. A pólis e o maravilhoso na narrativa de Heródoto. **Revista Archai**, Brasília, n. 01, p. 33-41, jul. 2008. Disponível em: <<http://archai.unb.br/revista>>. Acesso em: 28 jul. 2023.

DETIENNE, Marcel. *A invenção da mitologia*. Brasília/Rio de Janeiro: Editora da Universidade de Brasília/José Olympio: 1992.

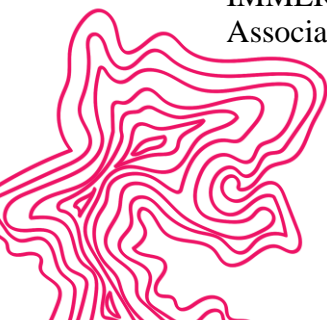
HARTOG, François. **O Espelho de Heródoto**: ensaio sobre a representação do outro. Belo Horizonte: UFMG, 1999.

_____. **Memórias de Ulisses**: Narrativa sobre a fronteira na Grécia antiga. Belo Horizonte: UFMG, 2004.

HERÓDOTO. **História**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2019.

LACERDA, Sonia e KIRSCHNER, Tereza Cristina. "Tradição intelectual e espaços historiográficos ou porque dar atenção aos textos clássicos" in **Textos de História**, Revista do programa de Pós-graduação em História da UnB, Vol. 5, n 2, 1997.

IMMERWHAR, H.R. *Form and thought in Herodotus*. Cleveland: American Philological Association, 1966.



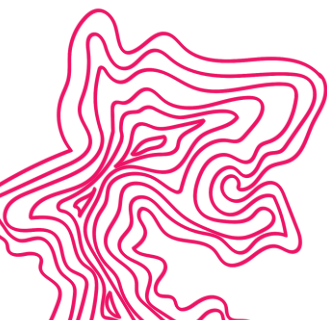
JACOB, Christian. *Géographie et ethnographie en Grèce ancienne*. Paris: Armand Colin, 1991.

MEIER, Christian. Antiguidade. In: KOSELLECK, Reinhart *et al.* **O conceito de História**. Belo Horizonte: Autêntica, 2013. p. 37–62.

MOMIGLIANO, Arnaldo. **As Raízes Clássicas da Historiografia Moderna**. São Paulo: EDUSC, 2004.

PESCHANSKY, Catherine D. **O discurso do particular**: Ensaio sobre a investigação de Heródoto. Brasília: UnB, 1998.

VEYNE, Paul. **Acreditavam os gregos em seus mitos**: Ensaio sobre a imaginação constituinte. São Paulo: Brasiliense, 1984.



A história de Cabaceiras do Paraguaçu narrada pela memória

Gabriela Almeida Costa

Graduanda - Universidade Federal da Bahia
costa.g@ufba.br

Resumo: Diante da ausência de uma história escrita sobre uma cidade de cerca de 19 mil habitantes, fundada em 13 de junho de 1989 no Recôncavo Baiano, e da iminente perda das memórias de seus moradores que chegam ao fim da vida, o presente trabalho pretende conhecer e escrever nos moldes acadêmicos a história de Cabaceiras do Paraguaçu. Para isso, foi utilizado o método da história oral para produção de uma fonte primária, conteúdo inédito, ou seja, uma entrevista. Nesse ponto, a senhora Judite Costa, moradora de Cabaceiras, tem papel importante no trabalho, uma vez que narra sua história de vida para que a trajetória do local onde viveu se revele. Dessa forma, os traumas da vida de uma mulher de 92 anos são evidenciados e aspectos da área da história requisitada, esta é, a história oral, podem ser debatidos, questões como o silenciamento, o processo de transcrição, os perigos da interferência na narração do entrevistado(a) e o passo a passo para realização de um trabalho como este são abordados. Assim, ao longo do escrito, figuras e locais de destaque no estado da Bahia aparecem como pontos importantes que compuseram a trajetória do local. Tem-se, então, o Rio Paraguaçu, que banha a localidade, exercendo um papel marcante na vida dos moradores, sendo cenário de um trauma vivido por uma de suas moradoras. Além desse, há a barragem da Pedra do Cavalo, que exerce grande importância na região do Recôncavo Baiano, auxiliando no fornecimento de água e funcionando como a causa de problemas vivenciados na pequena cidade. Ainda, como figura nacionalmente conhecida, há o poeta Castro Alves, que carrega a alcunha de poeta dos negros, pelas temáticas abordadas em seus escritos, críticas visíveis a escravidão. Nesse sentido, todos esses elementos pontuados, ajudam a construir a história da cidade e vão pouco a pouco emergindo da memória de Judite. Vinculado a isso, duas produções audiovisuais foram escolhidas para fazer parte dessa discussão, no intuito de traçar paralelos e tornar o debate mais acessível, são elas: *Uma Cidade Sem Passado* e *Narradores de Javé*, esses são títulos reconhecíveis por pesquisadores e estudiosos da área, visto que têm muito a dizer sobre a história oral. Ademais, compartilham fortes semelhanças com a vida da entrevistada e por conseguinte com a cidade de Cabaceiras do Paraguaçu, ajudando a cumprir o objetivo desta produção acadêmica.

Palavras-chave: Oralidade; Cidade; Audiovisual.

Introdução

O presente trabalho planeja conhecer e escrever a história da cidade de Cabaceiras do Paraguaçu, uma cidade pequena situada no Recôncavo Baiano, com aproximadamente 222 mil km² e cerca de 19 mil habitantes, fundada em 13 de junho de 1989. Nesse cenário, percebeu-se que a localidade arrisca ter as informações do seu nascimento e da trajetória perdidas com as memórias dos moradores mais antigos do local, quando estes concluírem sua jornada no plano



terreno, ou seja, a medida que as pessoas que viveram em Cabaceiras e presenciaram os eventos importantes da construção da cidade falecessem, as informações sobre isso se perderiam, dado que nada foi devidamente organizado e documentado de maneira que se considerasse os sentimentos humanos e as lutas que são intrínsecas a trajetória de um lugar e o tornam único.

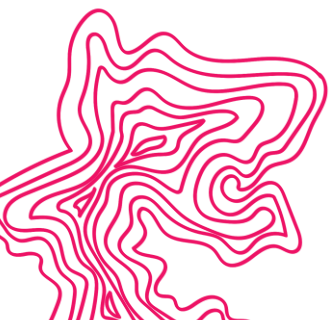
Assim, tentando fugir de contar uma história apenas com datas importantes e comemorativas, foi acionada a história oral, fazendo desse projeto um trabalho mais importante ainda, uma vez que acionada a oralidade, os traumas, o modo de viver, as dores, as felicidades da população de Cabaceiras do Paraguaçu seriam contadas e a história seria escrita de maneira mais lúcida.

Pretendeu-se, portanto, alcançar o objetivo geral de trazer as narrativas de uma pessoa que viveu na cidade em questão e, desse modo, fazer uma aproximação entre o leitor e o lugar estudado que só o contato com vivências, sentimentos e histórias de vida poderiam proporcionar. Dentro disso, no objetivo específico pretendeu-se produzir uma discussão sobre a oralidade, buscando evidenciar sua importância em determinados temas de pesquisa em história, uma vez que se tornou imprescindível abordar questões intrínsecas à área da história solicitada.

Nesse contexto, tanto para o objetivo específico como para o objetivo geral configurou-se indispensável trazer para a discussão duas produções audiovisuais. São elas, *Narradores de Javé*, filme nacional de Eliane Caffé produzido em 2003, é um clássico brasileiro que nos conta sobre os habitantes de uma localidade denominada Javé e *Uma Cidade sem Passado*, produzido em 1990 na Alemanha pelo diretor Michael Verhoeven, é uma comédia dramática com muito a dizer sobre a história oral. Para pesquisadores e estudiosos da área esses títulos podem ser familiares, mas a surpreendente semelhança deles com a história de uma pacata cidade baiana é inédita.

Portanto, perante a inexistência de uma história escrita nos moldes acadêmicos para a cidade de Cabaceiras do Paraguaçu, surgiu a motivação para desenvolver este trabalho protagonizado pela memória. Dessa forma, o texto está organizado nos seguintes tópicos, Metodologia, A entrevista, Cabaceiras dos Paraguaçu, História e memória, Ficção e realidade e Considerações finais.

Metodologia



Para a realização deste trabalho utilizou-se da entrevista em história oral para produzir uma fonte primária, conteúdo inédito. Nesse sentido, nas palavras da historiadora Verena Alberti, esse ramo da história pode ser explicado da seguinte maneira:

“Como toda atividade de pensamento, opera por discontinuidades: selecionamos acontecimentos, conjunturas e modos de viver, para conhecer e explicar o que se passou. Com a história oral não é diferente. Mas uma entrevista de história oral tem uma vivacidade especial. É da experiência de um sujeito que se trata; sua narrativa acaba colorindo o passado com um valor que nos é caro: aquele que faz do homem um indivíduo único e singular, um sujeito que efetivamente viveu” (ALBERTI, 2003, p. 1).

Dessa forma, a história oral é útil ao ter um tema onde as fontes são escassas ou se deseja outro olhar que traga riqueza de detalhes e uma nova perspectiva, quando se almeja, também, ouvir a versão dos grupos que não possuem voz, portanto não contam suas memórias, logo, estas são esquecidas, não colocadas nas equações. No caso do objeto dessa pesquisa não existia até então uma equação formalizada, pois a tradição oral foi negligenciada e as fontes bibliográficas são raras e restritas, não são acessíveis à população no geral.

De acordo com esse cenário, não se pode deixar de mencionar duas bases fundamentais para a execução deste trabalho, são elas os historiadores Verena Alberti e José Carlos Sebe Bom Meihy, ambos com um material de mesmo título: *Manual de História Oral*, que conduziram as etapas necessárias para a realização deste trabalho.

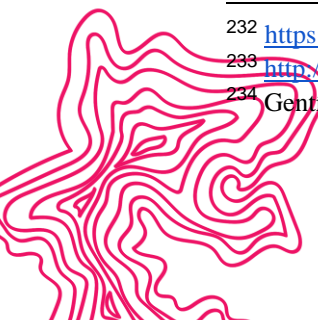
A entrevista

O processo de produção da fonte primária se inicia antes mesmo da entrevista, ou seja, há um estudo prévio para que as perguntas que serão direcionadas à entrevistada sejam objetivas e o tempo seja bem aproveitado (ALBERTI, 2005, p. 81 – 84). Nesse sentido, a pesquisa começa com a busca de uma bibliografia que pudesse dar algumas pistas sobre a história de Cabaceiras do Paraguaçu. Porém, a inexistência de acervos documentais nos limites da cidade direcionaram a pesquisa para sites oficiais do município, como o da prefeitura municipal²³², que conta com uma sessão exclusiva para informações da localidade, além desse, há o site oficial do Parque Histórico Castro Alves²³³, ponto turístico da cidade dedicado ao poeta Castro Alves, que atrai turistas e está muito presente na memória dos cidadãos cabaceirenses²³⁴.

²³² <https://www.cabaceirasdoparaguacu.ba.gov.br/>

²³³ <http://museubrasil.org/pt/museu/parque-historico-castro-alves>

²³⁴ Gentílico de quem nasceu em Cabaceiras do Paraguaçu



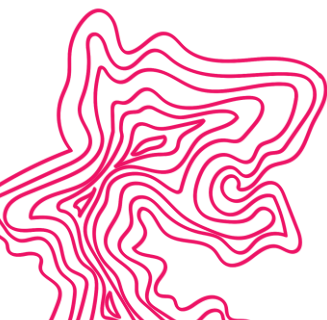
Sendo assim, apesar dos meios de comunicação digitais serem um difusor de conhecimento e facilitador do acesso a ele, o que há disponibilizado nela sobre a cidade é irrisório, isso inclui os sites oficiais mencionados — fato este, que levou a uma discussão com o filme *Uma Cidade Sem Passado* (UMA CIDADE SEM PASSADO, 1990). Consecutivamente, atrelado a essa pesquisa histórica em busca da construção de um passado linear sobre a cidade, precisou-se também ter conhecimento geográfico do objeto que se pretendia estudar. Essa parte estatística, número de moradores, dados sobre o saneamento básico, serviços públicos, extensão territorial foram de fácil acesso, por estarem armazenados no site IBGE — Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

Deve-se atentar que o material obtido na entrevista em busca do passado perdido da cidade de Cabaceiras não deve ser contestado pelos números previamente buscados, isto é, não devem ser usados para confrontar a entrevistada ao passo que narra suas memórias, mas sim para permitir compreender e conhecer a trajetória de um lugar através das memórias e como os dados, mesmo que desconhecidos pela entrevistada, concordam ou discordam com suas falas (ALBERTI, 2003, p. 1).

Logo após essa exploração inicial, e as ponderações sobre essa etapa, foi escolhida a entrevistada, que deve variar conforme o objetivo do pesquisador, neste estudo em específico o perfil apropriado seria alguém que nasceu e morou toda a vida no local e fosse o mais velho possível. Assim, poderia-se ir bem longe no passado e chegar ao objetivo do trabalho, dessa forma, a escolhida foi uma senhora de 92 anos chamada Judite Costa.

Reservada essa escolha, direcionou-se o foco para outra etapa essencial, o projeto de pesquisa. Nesse sentido, as perguntas previamente definidas circularam em torno do tema central que é a história da cidade de Cabaceiras do Paraguaçu, gerando narrações sobre como era o local meio século atrás, os lugares mais importantes da cidade, os pontos turísticos, a política e a religiosidade.

Construído esse roteiro, o primeiro contato com a entrevistada foi feito para que ela pudesse ser apresentada a proposta do trabalho, perguntar-lhe se desejaria contar a suas memórias e contribuir para a construção de um material de nível acadêmico e em caso afirmativo seria combinado horário e local confortável para a senhora Judite narrar tudo que até então estava guardado.



Antes de prosseguir, outro ponto indispensável é a aparelhagem. Para que futuros percalços não tenham que ser cruzados, as questões técnicas devem ser conferidas, isto é: gravador de voz, câmera — nesse caso não foi utilizada a gravação de vídeo, pois a entrevistada assim preferiu — e local para armazenar esse conteúdo produzido (MEIHY, 2005, p. 32 – 34). Graças à tecnologia, existem hoje *smartphones* que realizam facilmente essas tarefas por intermédio de aplicativos disponíveis gratuitamente, utilizou-se então o aplicativo gratuito gravador de voz fácil que grava, reproduz e armazena áudios.

Depois da entrevistada ter aceitado fazer parte desse projeto a entrevista aconteceu na casa da senhora Judite, foi dividida em duas partes que duraram respectivamente 35 minutos e 55 minutos, nesse tempo foram obtidas as falas analisadas a seguir. Assim, após colhido o material, o processo de transcrição ocorreu, isto é, ouvir tudo novamente, transcrever as falas para então selecionar os trechos que atendem ao objetivo da pesquisa.

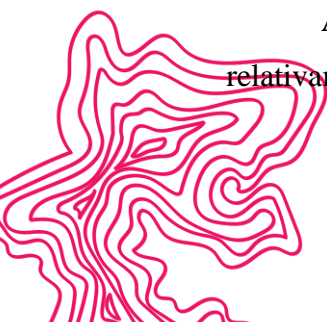
Um detalhe importante aqui é o roteiro secundário, como houveram duas reuniões um segundo roteiro foi programado com base no material já coletado, muitas das questões principais já haviam sido esclarecidas, porém, novas indagações surgiram e diante disso um roteiro reformulado com as perguntas adicionais fez-se necessário.

No pós-entrevista, tem-se ainda outras questões, a autorização é uma delas, essa é parte burocrática. Antes de utilizar o material colhido na entrevista é necessário a autorização do entrevistado(a) para que esse conteúdo possa ser publicado, assim foi feito.

Cabaceiras do Paraguaçu

Com o intuito de conhecer todos os aspectos da cidade, como já mencionado, um estudo foi dirigido para os dados numéricos — estes servem de conhecimento prévio sobre o que se planeja conhecer na entrevista. Partindo para os dados retirados do IBGE, com datação de 2010, a cidade possui uma população estimada em 2021 de 1 mil pessoas; se tratando de educação, a taxa de escolarização de 6 a 14 anos era de 98,8%; sobre o território e ambiente, apresenta 6% de domicílios com esgotamento sanitário adequado e 18.7% de domicílios urbanos em vias públicas com urbanização adequada (presença de bueiro, calçada, pavimentação e meio-fio); sobre a religião, são quase 15 mil católicos e cerca de mil e quinhentos evangélicos (IBGE, 2010).

Além disso, é fundamental falar sobre os pontos turísticos da cidade. Apesar de ser relativamente pequena, a cidade possui dois locais importantes, o primeiro é o rio Paraguaçu,



banhando alguns de seus pontos, desde os primórdios de Cabaceiras ele está presente no cotidiano dos moradores, como as falas de Judite revelam no tópico a seguir, tão forte é sua importância que compõe o nome da cidade.

Junto ao rio, outro ponto turístico de grande significado para a cidade é o Parque Histórico Castro Alves, que conta com um acervo permanente dedicado a contar a história do Poeta Antônio Frederico de Castro Alves, conhecido também como poeta dos negros, por mostrar em seus poemas um posicionamento contrário a escravidão. Nesse sentido, há também o busto do poeta na principal praça de Cabaceiras, evidenciando a grande importância que a comunidade cabaceirense lhe atribui. Ademais, há a data comemorativa 14 de março para relembrar o aniversário do poeta.

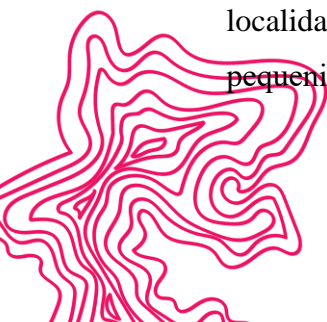
História e memória

É importante mencionar que a apresentação das falas da entrevistada não necessariamente estão na ordem em que foi narrada nem acompanhada das perguntas sugestivas feitas. Será, então, apresentada a história de Cabaceiras do Paraguaçu desde os seus primórdios, baseada nas falas de uma de suas moradoras.

Nesse sentido, a entrevistada chamada Judite nasceu em 1931, em Cabaceiras do Paraguaçu, onde vive até hoje, ano de 2023. Com o intuito de tentar descrever quem é essa senhora que ajudou a contar a trajetória da cidade, algumas informações foram ponderadas: sua mãe era analfabeta, dona de casa e lavradora, adepta ao catolicismo. Já seu pai era lavrador e não frequentava a igreja. Judite, no que lhe concerne, estudou por cerca de seis meses na infância quando aprendeu a escrever apenas seu nome, porém, não sabe escrever nem ler nada mais. Já por volta dos 14 anos trabalhava na lavoura, esse trabalho a acompanhou até sua vida de casada, nessa fase ela teve 13 filhos, 6 meninas e 7 meninos, apenas 10 estão vivos atualmente.

A partir desse ponto, resolveu-se continuar mostrando quem é Judite, mãe de 13 filhos, por meio de suas falas na entrevista, e enquanto a conhecemos nos voltamos para o objetivo do trabalho que é conhecer a história de Cabaceiras e propor um debate sobre a oralidade.

Assim, a senhora Judite Costa foi o mais longe possível em suas memórias — um trabalho um tanto quanto cansativo já que são 92 anos de história — e descreveu como era a localidade quando não existia quase nada. Por conseguinte, obteve-se: “Cabaceiras era pequenina, só tinha duas casas e foi crescendo”, “não tinha calçamento, não tinha estrada, o rio



era estreito, os meninos tomavam banho [...] saia daqui com uma bacia de roupa”, “tinha estrada que ia lá para o rio, nem tinha direito, um caminho pequeno, assim... ‘oxê’²³⁵, ‘colé’, pequenino, cheio de ‘licurioba’²³⁶, a gente passava por dentro, só passava uma pessoa”, “não tinha fogão, nem tevê [...] quem disse que tinha colchão? [...] criança nascia não tinha fralda”.

Diante dessas falas, pode-se montar um cenário inicial de Cabaceiras. Como Judite diz, não havia muita coisa nesse momento. Na sequência, foram agrupadas falas sobre as temáticas: política, saúde, religião e festas.

Política: As memórias sobre o âmbito da política evidenciam a falta de assistência que os moradores enfrentavam, principalmente, na saúde. Como a localidade antes de sua emancipação política era distrito de Muritiba, cidade serrana localizada próximo a Cabaceiras, pouca atenção era dada a esse pacato território tão distante de sua sede, cerca de 27 km. Portanto, na percepção de Judite Costa: “Não tinha nada não, política, prefeito [...] Mandava por Muritiba”, destacando o descaso das autoridades.

Saúde: para essa esfera têm-se as seguintes falas “Não havia médicos [...]”, “Tinha gente que passava fome”, “E tinha muita doença que chamava tuberculoso²³⁷”, “Quando morria uma pessoa isolava a casa”, “O povo tinha história que a doença ia para a cumeeira²³⁸ da casa”, “Morria em casa, quando dava fé estava morto”. Assim, é notória a precariedade que os moradores da região enfrentavam, apesar da falta de atendimento e instruções, é imprescindível destacar que os moradores utilizavam o isolamento para evitar a transmissão de doenças, como a citada tuberculose. Do mesmo modo que as autoridades de saúde orientaram durante a pandemia de covid-19 (FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ, 2020).

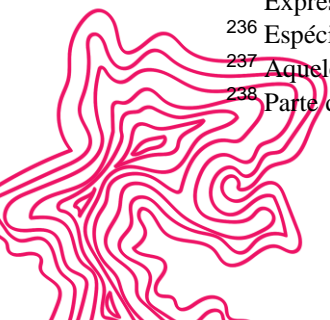
Religiosidade e festas: Uma esfera muito marcante na vida da entrevistada é a religiosidade, isso é evidente no seguinte trecho: “Eu nasci na lei católica”. Além disso, histórias peculiares são contadas, como diante da inexistência de um automóvel, a entrevistada teve seu desfile nas antigas ruas da cidade, “Não tinha carro não, fui a pé para a igreja com o vestido de noiva”. Em seguida ela descreve o lugar, “A igreja era pequenininha com a frente para o rio”, o rio a que se refere Judite é o Paraguaçu.

²³⁵ Expressão baiana que nesse contexto significa ênfase ao que se é dito

²³⁶ Espécie de palmeira

²³⁷ Aquele que possui tuberculose

²³⁸ Parte da construção do telhado



Ainda sobre essa questão, ela cita as festas de cunho religioso que frequentou durante a adolescência e fase adulta, “A festa de São Roque, levava 3 dias, tinha a lavagem, as mulheres vestiam uma saia grande”, “Tinha São João, saíam grupos pelas portas bebendo e comendo”, “São Cosme, Fazia uma reza, cantava”, “Cantava Reis, passava a noite toda sambando”, “Tinha leilões” — os leilões presentes até pouco tempo foge a regra e não tinha vínculo com a religião.

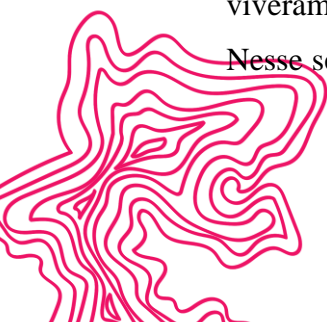
Assim, pode-se colorir o imaginário da vida cotidiana em Cabaceiras do Paraguaçu. A partir disso, após uma breve noção dos pilares de uma comunidade, a proposta é relacionar outras falas da narração de Judite a duas produções audiovisuais enquanto se destacam ricas observações sobre a oralidade e assim se poderá compreender como as dores e traumas de uma moradora pode dizer muito sobre uma localidade pequena.

Ficção e realidade

Por fim, cabe trazer para essa discussão duas produções audiovisuais, *Narradores de Javé* e *Uma Cidade Sem Passado*. Nesse sentido, a primeira conta a história do vilarejo fictício de Javé, onde seus moradores ameaçados pela construção de uma barragem que inundaria suas terras decidiram resgatar a trajetória daquele lugar por meio da memória, planejando escrever tudo o que, até então, estava nas recordações dos moradores, a fim de impedir a construção da barragem. A segunda produção conta a trajetória de Sonja, personagem principal do filme, que se dedica a escrever sobre a participação da sua cidade durante a Segunda Guerra Mundial, em meio a suas buscas por documentos e entrevistas ela enfrenta pessoas que querem deixar os fatos do passado bem escondidos, contudo, Sonja não desiste do seu trabalho e resgata parte da história de sua cidade.

Partindo para a relação dos filmes com o objeto de pesquisa, tem-se que, Cabaceiras do Paraguaçu, semelhante a Javé, é um local pequeno onde seus moradores, da mesma maneira que Judite, tiveram suas terras levadas pela enchente provocada pela construção de uma barragem, a da realidade chama-se Pedra do Cavalo. Esse fato é narrado nos seguintes trechos: “[...] Aí a água represou e o rio encheu, ficou largo, tomou as terras todas, a gente tinha terra, o governo comprou tudo barata” (COSTA, 2021), “A gente tinha terra, tinha casa [...] Comprou tudo barato, 50 tarefas de terra” (COSTA, 2021).

Assim como na realidade, no filme pode-se ter dimensão do que os habitantes, que viveram a situação que Judite conta, sentiram ao ver suas terras sendo submersas pela água. Nesse sentido, é oportuno resgatar as narrações sobre a condição precária que vivia a senhora



Judite, ouvir seus relatos, de perda de bens materiais, com participação do governo, destaca como em alguns momentos ele pode ser omissivo, ao se tratar de um lugarejo distante da capital, e se fazer presente em grandes situações como a construção de uma barragem.

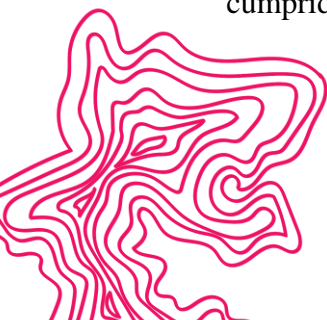
Atrelado a isso, na entrevista de história oral é possível acessar os sentimentos dos entrevistados através de suas expressões faciais, seus silêncios, e gestos, como ocorre na entrevista com a senhora Judite no trecho supracitado e nos seguintes. Atrelado a isso, também são remontadas as memórias anteriores à inundação provocada pela construção da barragem: “A balsa era uma canoa pequena” (COSTA, 2021) e “Passei por cima das pedras para ir para o Santo Estêvão, que estava seco o rio”(COSTA, 2021), nota-se um sentimento de saudade nas falas da narradora, entre momentos de silêncio e reflexão.

Se tratando da segunda produção selecionada, um ponto relevante para essa discussão é a dificuldade de acesso às fontes. No decorrer da trama, a protagonista Sonja se depara com empecilhos causados por outras pessoas, que querem impedi-la de realizar a pesquisa histórica. Semelhante a isso, na realidade de Cabaceiras do Paraguaçu, apesar de não ter uma força contrária ao movimento da pesquisa, há a inércia, nada estava sendo feito para escrever a história da cidade e resgatar as memórias geradas ali, o que torna mais importante ainda a produção de uma fonte primária utilizando como ferramenta a história oral.

Além disso, as memórias raras sobre um grande período expressam a emergência do trabalho com entrevistas. Essa realidade é mencionada pela própria entrevistada que alega ser uma das poucas pessoas capazes de narrar a trajetória da localidade, isso está presente nas seguintes falas: “várias amigas minhas já morreram, só ficou eu” (COSTA, 2021) e “não sei como estou viva até hoje” (COSTA, 2021), esta última faz referência ao fato de ter vivido muitas dificuldades até chegar aos 92 anos.

Considerações finais

Ao fim dessa discussão, obteve-se uma ampla visão sobre a história da cidade de Cabaceiras do Paraguaçu. Atrelado a isso, obtiveram-se discussões acerca da história oral e incorporando a estas, produções audiovisuais que geraram um rico paralelo entre Cabaceiras e a oralidade. Por conseguinte, o objetivo de compilar eventos desde os primórdios de Cabaceiras até os dias atuais utilizando o material proveniente de uma entrevista foi satisfatoriamente cumprido.



Apesar disso, esse trabalho conta com apenas uma entrevista e isso faz desse empreendimento acadêmico ainda inicial, pois, se obteria mais informações sobre a história do local caso um número maior de pessoas narrarem suas memórias construídas ali enquanto remontam a trajetória do lugar. Nesse sentido, essa é uma possível continuação para um novo projeto em história oral.

Além disso, também deve-se pensar na visita em arquivos públicos nas cidades vizinhas, de modo a traçar um novo paralelo, isto é, relações econômicas, políticas e de turismo, para um trabalho mais extenso. Outros aspectos que sugerem uma continuação são os pontos turísticos da cidade, o Parque Histórico Castro Alves, o rio Paraguaçu e até mesmo a citada barragem da Pedra do Cavalo, com suas histórias próprias que se cruzam com a do objetivo de pesquisa, a construção de uma história da cidade de Cabaceiras do Paraguaçu.

Referências

ALBERTI, Verena. **Manual de História Oral**. Rio de Janeiro. FGV, 2005.

ALBERTI, Verena. **Narrativas na história oral**. In: ANPUH — XXII SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA — João Pessoa, 2003.

ALBERTI, Verena. **O fascínio do vivido, ou o que atrai na história oral**. Rio de Janeiro: CPDOC, 2003.

Carr, Edward Hallet. **O que é história?** Rio de Janeiro: Paz e Terra. 1982.

COSTA, Judite Souza. **A História de uma Mulher e de uma Cidade**. [out. 2021]. Entrevistador: Gabriela Almeida Costa. Cabaceiras do Paraguaçu, 2021. 2 arquivos mp3 (55 e 35 min.).

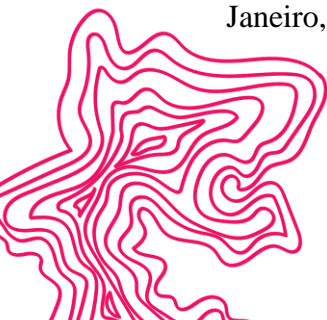
FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ. **Covid-19 Novo Coronavírus Informativos IFF/FIOCRUZ**. 2020.

IBGE — Instituto brasileiro de Geografia e Estatística. Cabaceiras do Paraguaçu, 2021. **Cabaceiras do Paraguaçu**. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ba/cabaceiras-do-paraguacu/panorama>. Acesso em: 19 fev 2022.

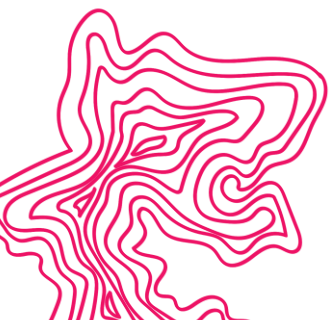
MEIHY, José Carlos Sebe Bom. **Manual de História Oral**. São Paulo, edições Loyola, 2002.

Narradores de Javé. Direção: Eliane Caffé. Produção de Vania Catani. Rio de Janeiro: RioFilme, 2004. Disponível em [<https://www.youtube.com/watch?v=Trm-CyihYs8>]. Acesso em: dez 2022.

POLLACK, Michael. **Memória, Esquecimento, Silêncio**. In.: Estudos Históricas, Rio de Janeiro, vol. 2, n. 3, p. 3-15. 1989.



Uma Cidade Sem Passado. Direção: Michael Verhoeven. Produção de Michael Senftleben. Alemanha, 1990. Disponível em: [<https://www.youtube.com/watch?v=kKiykbMCtRM>]. Acesso em: jan 2023.



Juventude e neoconservadorismo nas telas do *slasher* movie dos anos 1970 e 1980

Geovane de Carvalho Melado

Mestrando em História pela Universidade Federal de São João Del-Rei (UFSJ)
geovane.carvalho.m@hotmail.com

Resumo: O gênero cinematográfico *slasher* surge nos anos 1970, tendo seu auge nos anos 1980, trazendo como referências o cinema *Giallo* de Mario Bava e Dario Argento com seus excessos por sangue somado a elementos de suspense Hitchcockianos. Formulaico no tangente à estrutura narrativa e nos moldes de direção, este subgênero do horror, resumidamente, trazia às telas um assassino mascarado munido de uma arma branca que matava jovens que transgrediam àquilo que o neoconservadorismo estadunidense do período via como modelo ideal de um cidadão. Ao usar drogas ilícitas, realizar práticas sexuais, pertencer a grupos identitários que não os WASP (White, Anglo-Saxon and Protestant), automaticamente entravam para a lista de vítimas que seriam brutalmente assassinadas pelo vilão da trama. Apesar de singelo, sua simplicidade narrativa e baixo custo de produção, a historiografia e demais áreas das ciências sociais e das artes visuais visitaram e revisitaram o *slasher* encontrando algo de representativo naquilo que os Estados Unidos, ou pelo menos a cultura dominante, tinha a dizer sobre a sua sociedade e suas projeções. Num período de contra-ataque por parte de movimentos conservadores de direita que se uniram sob o guarda-chuva intitulado "neoconservadorismo", tais grupos desmantelavam os progressos que movimentos sociais fizeram nos anos anteriores no âmbito social. Reação ao movimento de Contracultura, aos grupos que reivindicavam direitos e liberdades para mulheres, negros e homossexuais, o neoconservadorismo atuou na esfera política, como também nas mídias. Como reflexo, o *slasher* apresentava chacinas que serviam de "ensinamento" para a juventude do período, apontando comportamentos "desviantes" que deveriam ser evitados, caso contrário deveriam ser eliminados. Nas telas, o jorrar de sangue jovem era simbólico como aviso e incitação de ódio ou normalização da violência que já ocorria - de forma menos grotesca - nas ruas estadunidenses. Proponho aqui olhar para tal temática - ancorado mais nas produções acadêmicas sobre este gênero de horror do que propriamente em seus filmes, analisando pela associação da literatura acerca do *slasher* em conjunto com a literatura sobre identidades e nacionalismo, a possível construção de um "tipo" ideal de cidadão dos Estados Unidos da América "vendido" à juventude da época. Assim, busco trazer o debate já consolidado sobre o tema com autores colocando a juventude e os projetos que o neoconservadorismo tinha para eles em foco de observação.

Palavras-chave: Slasher; Neoconservadorismo; Estados Unidos da América; Juventude.

Introdução

O gênero cinematográfico *slasher* é um subgênero do cinema de Horror que surgiu nos anos 1970, tendo suas primeiras produções focadas no Canadá e nos Estados Unidos da América, este último principalmente. Com uma fórmula simples, filmes como *Halloween* (1978, John Carpenter) e *Sexta-Feira 13* (1980, Sean S. Cunningham) consolidaram o gênero



que ficou conhecido pela perseguição de seus assassinos por jovens indefesos, derramando muito sangue na tela.

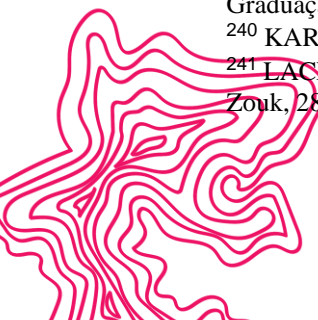
Para compreendermos o *slasher*, é necessário olharmos “para dentro” e “para fora” - isto é, sua estrutura e contexto - de sua existência nas décadas de 1970 e 1980, mas também retrocedermos aos anos 1960, uma década famosa pelos movimentos sociais nos Estados Unidos. Neste período, no país, houveram grandes avanços e criações de movimentos que visavam diferentes pautas para aqueles cidadãos que eram oprimidos. Manifestantes levantavam pautas contra o racismo, o militarismo como perigo interno e externo, os problemas econômicos e sociais do país e reivindicando direitos para a população gay e lésbica, o direito das mulheres na segunda onda feminista e, por fim, uma revolução sexual em curso.²³⁹ Todo esse movimento não se restringiu apenas às manifestações nas ruas, mas adentrou os círculos sociais diversos e ganhou relevância no âmbito cultural, na chamada Contracultura e no movimento Hippie.

Tais grupos conseguiram, de fato, algumas conquistas relevantes para o período em que se encontravam. Entretanto, os anos posteriores se consolidariam como a reação a este progressismo por movimentos de direita, tendo como figura central o governo Ronald Reagan (1981-1989), mas também os de Richard Nixon (1968-1975), Gerald Ford (1974-1976) e Jimmy Carter (1976-1980)²⁴⁰. A ascensão de uma nova estrutura governamental baseada no emergente neoconservadorismo, tinha como base a defesa aos valores da direita cristã (graças ao apoio massivo da base eleitoral evangélica que Reagan conseguiu ser eleito), a guerra aos inimigos internos (movimentos sociais, que pretendiam a "desunião" do povo estadunidense) e externos (anticomunismo e a Guerra Fria contra a URSS), e absolutismo de livre mercado (apoio liberal de empresários)²⁴¹. A tríade que formou o neoconservadorismo estadunidense (Direita Cristã, Mercado e Militarismo), conhecida como “Nova Direita” atuava para oprimir sujeitos “desviantes” - para suas propostas - e restabelecer a ideia de uma nação unida, igualitária, liberta - apesar da hipocrisia existente no uso desses termos.

²³⁹ LAROCCA, Gabriela Müller. **O corpo feminino no cinema de horror: gênero e sexualidade nos filmes Carrie, Halloween e Sexta-Feira 13 (1970-1980)**. Dissertação de mestrado (História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Paraná. Curitiba, PR: 214 p., 2016.

²⁴⁰ KARNAL, Leandro (Org.). **História dos Estados Unidos: das origens ao século XXI**. Contexto, 2011.

²⁴¹ LACERDA, Marina Basso. **O novo conservadorismo brasileiro: de Reagan a Bolsonaro**. Porto Alegre, RS: Zouk, 288 p., 2019.



Desde o mito de criação dos EUA seus governantes evocaram a ideia de uma nação destinada a guiar o mundo, cujos valores liberais - tanto no que tange o econômico quanto o de costumes - seriam a base para a "evolução" da humanidade. Claro que, ao longo do tempo, houveram modificações com linhas de pensamento indo e voltando de acordo com as necessidades para o convencimento de cada época. Entretanto, um pilar do nacionalismo estadunidense sempre fora evocado: a união e equidade de seu povo. Distorções, visto que tratamos de uma nação construída na desigualdade, principalmente naquela criada pela escravidão. Questões raciais, principalmente, mas também de classe, gênero e sexualidade sempre foram presentes no país de forma agressiva com as populações afetadas. Os WASP (*White, Anglo-Saxon and Protestant* / Brancos, Anglo-Saxões e Protestantes) - nome dado aos indivíduos protestantes com ascendência britânica que sempre foram, majoritariamente, os detentores de poder econômico, político e social no país - comandaram desde a Independência o território norte-americano²⁴².

Diversos governos estadunidenses levantaram a bandeira de um país forte e independente, que não necessitava dos outros - clara evidência de uma ideologia individualista - e, portanto, para passar tal imagem, era necessário a construção de uma idealização, para os estrangeiros e para seu próprio povo, de união e igualdade. Era necessário não só fazer crer, para quem via de fora, que o país, apesar das adversidades e diferenças, era unido pelo amor à pátria e seus valores, mas também ludibriar aqueles que mais sofriam ali, utilizando do *American Dream* como mecanismo de conquista e cegueira.

Portanto, os anos 1970 e, principalmente, os anos 1980 viriam como um contra-ataque àqueles que, na ótica WASP, buscavam destruir o sonho americano e a união de seu povo. Os movimentos sociais e suas conquistas eram como ervas daninhas que destruiriam sorrateiramente o país por dentro. Para o grupo homogêneo e dominante da época, derrotar esses inimigos internos e externos era pauta urgente para tornar a América unida novamente. O governo Reagan atuou na desmobilização e enfraquecimento de pautas progressistas. Desfez projetos sociais consolidados anteriormente pelos governos Carter e anteriores e criou outros mais violentos para conter o progressismo. Os grupos minoritários foram pouco a pouco, no âmbito social e econômico, regredindo em suas conquistas e liberdades, até mesmo desmantelando-se. Não foi um retrocesso completo, pois alguns avanços não foram totalmente

²⁴² KARNAL, Ibid.

destruídos. Mas grande parte do potencial ideológico trazido com os movimentos sociais foi se perdendo, diluindo-se com o tempo²⁴³.

Retornando ao *slasher*, precisamos comentar o gênero pelo qual ele é englobado, o horror. Da literatura ao cinema, este sempre foi dúbio no que tange à sua ideologia. Autores e obras progressistas e conservadoras coexistiram ao longo do tempo. O medo é mobilizado ora pra oprimir, ora pra simbolizar a luta contra a opressão e criticar aqueles que dominam. Os anos 1970 e 1980 não foram diferentes. Cineastas do horror utilizavam suas vítimas e monstros²⁴⁴ para representar o que era o “normal” a ser perpetuado e o que era o “anormal” a ser combatido.

Os monstros, categoria ampla que engloba diversos tipos de antagonistas, são antinaturais, assustando porque não se encaixam ou violam um esquema de ordem cultural e natural, ameaçadores ao saber comum e, conseqüentemente, excluídos da hierarquia social. Alguns monstros podem ser vistos como a própria personificação de ameaças ou medos particulares.²⁴⁵

Segundo Larocca²⁴⁶, o monstro muda de tempos em tempos, sempre de acordo com os medos da sociedade na qual o filme é produzido. Desta forma, o cinema de horror se apropria dos temores sociais de uma nação ou de várias que partilham dos mesmos horrores. Mas o contrário também ocorre, pois a produção gera, perpetua e realça medos já existentes. Kendall R. Phillips, em seu livro *Projected Fears: Horror Films and American Culture* (2005), comenta sobre tal influência do horror na realidade:

[...] these films connected to existing cultural drifts and directions in such peculiarly poignant ways as to be recognized as somehow “true”. This is not, of course, to suggest that audiences emerged from these films fearing the undead or ghosts or aliens but that they emerged knowing that somehow what they saw upon the screen was an accurate, if allegorical, depiction of their own collective fears and concerns.²⁴⁷

Phillips²⁴⁸ nota que a popularidade de filmes de horror se dá em períodos de grande agitação, o que os conecta em um nível de ansiedade e medo presente na sociedade, sendo a ansiedade promotora de um senso de desamparo e o medo fornecendo um ímpeto por mudança. Já o diretor Wes Craven, em entrevista a Louis Peitzman, propõe que

Não entras no cinema e pagas um bilhete para ter medo. Entras no cinema e pagas um bilhete para que os medos que já estão em ti quando entras no cinema sejam tratados

²⁴³ LACERDA, Ibid.

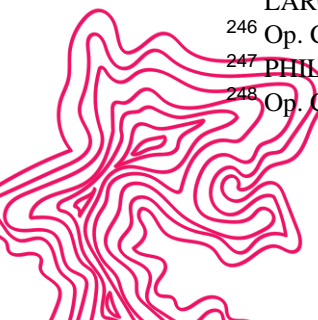
²⁴⁴ Monstro aqui lido no sentido de vilão da obra, não necessariamente uma monstruosidade como associamos normalmente ao se falar no gênero, como vampiros, múmias e afins.

²⁴⁵ LAROCCA, Ibid, p. 44.

²⁴⁶ Op. Cit.

²⁴⁷ PHILLIPS, Kendall R. **Projected Fears: Horror Films and American Culture**. ABC-CLIO, 2005.

²⁴⁸ Op. Cit.



e inseridos numa narrativa. Histórias e narrativas são das coisas mais poderosas da humanidade. São dispositivos para lidar com o perigo caótico da existência.²⁴⁹

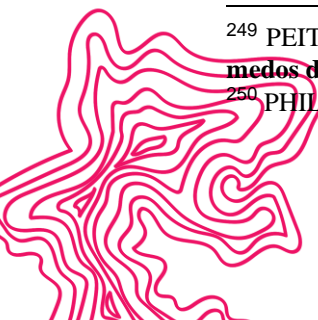
Pesquisas de diversas áreas se dedicam em analisar as representações e até os efeitos que a exibição destas películas causaram na sociedade, cultura e política de diversos países. Phillips²⁵⁰ comenta que um filme de horror influente e economicamente próspero não cria, necessariamente, certo padrão de ansiedade ou medo em uma cultura, mas possui a capacidade de conectar seus elementos a tendências da cultura em geral. Pela analogia, existiria uma conexão da obra com a realidade, realçando medos já existentes. A criação de estereótipos racistas nestas obras, por exemplo, apresentam-se como representações e amplificadores de preconceitos já existentes em determinados lugares do mundo, ou podem ser criadoras de novos preconceitos.

Muitos ao se depararem com produtos midiáticos do horror com discursos progressistas, críticas às desigualdades diversas da sociedade e mesmo aos preconceitos preexistentes em seu próprio gênero podem acreditar que nos encontramos em um período de superação do horror racista, misógino, sexista, classista, etc. Outros poderiam contra-argumentar citando obras do século passado que faziam algo semelhante, ainda que de forma velada muitas vezes. Carroll aponta que a coexistência de diversos discursos no gênero sempre existiu, não podendo ser ele levantado como bandeira de nenhum setor social, ou vendido como um tipo de produto homogêneo em seu discurso para conservadores ou progressistas.

Entretanto, as décadas de 1970 e 1980 apresentaram um novo tipo do gênero - *slasher* - que, de início, parecia singelo por sua simplicidade narrativa e baixo custo de produção, porém a historiografia o visitou e revisitou encontrando algo de representativo naquilo que os Estados Unidos, ou pelo menos a cultura dominante do país, tinha a dizer sobre a sua sociedade e suas projeções. Proponho aqui olhar para tal temática - ancorado mais nas produções acadêmicas sobre este gênero de horror do que propriamente em seus filmes -, pensando em uma das muitas questões abordadas pelo *slasher* estadunidense deste período: o discurso que propagava um ideal daquilo que os neoconservadores propunham como o verdadeiro cidadão estadunidense. Este artigo pretende analisar, associando a literatura acerca do *slasher* com a literatura sobre identidades e nacionalismo, a possível construção de um “tipo” ideal de cidadão dos EUA “vendido” à juventude da época.

²⁴⁹ PEITZMAN, 2014, [s.p.], APUD LUÍS, Rui Fernando. **As muitas máscaras do Slasher Movie: Como os medos da sociedade se refletem na evolução do gênero**. Tese de Doutorado. 2022.

²⁵⁰ PHILLIPS, Ibid.



A construção de um ideal nacional na representação da juventude estadunidense

A mídia se configura como um instrumento para que grupos com determinado poderio construam simbolicamente seus ideais e representações, o que Bourdieu²⁵¹ irá chamar de construções sócio-simbólicas²⁵². Mas elas também podem ser propriamente os agentes de tais construções, e isso dependerá de cada caso. Ainda que os realizadores envolvidos nas produções *slasher* tivessem algum grau de autonomia na criação de roteiros e direção, por exemplo, estas obras e os trabalhadores envolvidos estavam submetidos àqueles que as financiavam da produção à exibição, que, por sua vez, submetiam-se às classificações ou censuras preestabelecidas pelo governo, mas também por aquilo que predominava no pensamento deles próprios e da sociedade do período.

O debate sobre a criação de representações e sua influência na sociedade, ou sendo influenciado pela sociedade, é amplo. Ao falarmos das representações identitárias produzidas pelo audiovisual, tratamos estas como reflexos sociais, mas também geradoras de novas visões do mundo. Quando abordo aqui o conceito de identidade, penso-o primeiramente de forma a não reificá-lo - processo esse já criticado por Brubaker e Cooper no tangente às noções de identidade²⁵³ -, como algo pronto e preciso, mas como um processo construído e desconstruído constantemente. As identidades, ou processos de identificação, seriam vistas, desta forma, como construções flexíveis, mutáveis. Mas não habitariam no campo analítico apenas, mas como categorias simbólicas, como frente de reivindicação pública, com seus efeitos práticos por sua própria existência.²⁵⁴

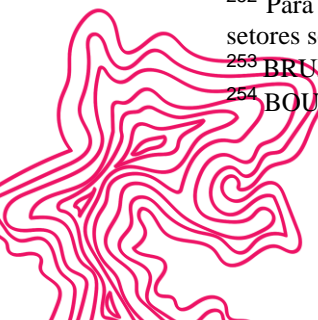
Basicamente, tudo aquilo que é construído representando algum grupo social ou delimitando-o em símbolos representativos são parte do processo da construção sócio-simbólica que irá, potencialmente, ser propagada pela mentalidade de uma sociedade. Da mesma forma, as construções já preexistentes às obras podem influenciar na criação destas. Ao pensar o *slasher* dos EUA dos anos 1970 e 1980, nos deparamos com tropos, estereótipos e demais formas de representações da sociedade estadunidense da época. Tais obras trazem em seu seio aquilo que seus criadores escolhiam de valores homogêneos do país, pois não eram

²⁵¹ BOURDIEU, Pierre. A identidade e a representação. Elementos para uma reflexão crítica sobre a ideia de região. In: ____ . **O Poder Simbólico**. RJ: Bertrand Brasil, 1989.

²⁵² Para Bourdieu, as construções simbólicas ou representações se constroem a partir do embate de agentes ou setores sociais, mas não devem ser lidas como essências.

²⁵³ BRUBAKER, Rogers; COOPER, Frederick. **Beyond "identity"**. Theory and society, v. 29, n. 1, p. 1-47, 2000.

²⁵⁴ BOURDIEU, Ibid.

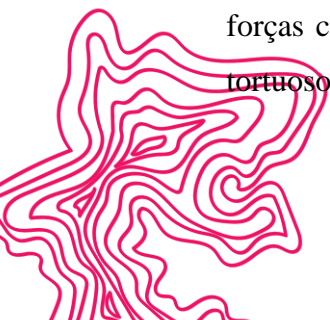


representativos de todos os grupos identitários existentes ali. Simultaneamente, eles projetavam em suas telas aquilo que tratavam como os ideais que não necessariamente eram regra, mas sim a mensagem dos ideais que queriam como dominantes.

Mergulhados em um neoconservadorismo constante - que, por sua vez, ancorava-se no medo a diversos setores sociais e práticas culturais, sexuais e políticas - o *slasher*, na maioria das suas produções, tinham em suas personagens representações de “tipos” a serem eliminados ou excluídos física e simbolicamente do país. Os monstros eram agentes do neoconservadorismo, que vingavam-se daqueles que oprimiram o cidadão de bem, ou simplesmente matavam as vítimas por não serem modelos do cidadão estadunidense ideal para eles. Os jovens indefesos, entretanto, eram aqueles que desviavam desse padrão. Nem sempre por escolha própria, como era o caso daqueles que eram homens cisgêneros brancos, heterossexuais e de classe média, mas que optaram pelo consumo de drogas, práticas sexuais antes da consumação do casamento, distanciamento das instituições religiosas e educacionais e consumo de produtos culturais visto como transgressores para a época, por exemplo. Alguns seriam mortalmente feridos pela sua própria existência, por pertencerem a grupos étnicos, o que é comumente classificado nos Estados Unidos no termo guarda-chuva *POC (People of Color)* - demais grupos étnicos que não englobam os WASP -, pelo seu gênero, no caso das mulheres cisgênero, e pela sua sexualidade. Algumas obras nem ao menos mostravam alguns grupos identitários, sendo a sua ausência já representativo da prática de invisibilização e apagamento destas pessoas, o que soa contraditório dada a existência massiva destes no país.

A terceira classe de personagens existente nas obras seriam os representantes das autoridades, de pais e responsáveis legais pelos jovens a instituições como a Igreja, Polícia e Escola. Apresentados sempre como falhos, pois não cumpriam sua função de proteger e educar a juventude nos moldes estabelecidos pelo neoconservadorismo, eram uma crítica àqueles que sustentavam a própria ideologia. Pode parecer contraditório a autocrítica, mas na verdade considero como um indicativo de que tais instituições estavam em um processo de fortalecimento através das forças políticas dominantes, sendo tal comentário um alerta para a necessidade de melhorias.

A mensagem que ficava para as autoridades era que, caso elas continuassem fracas, seus jovens seriam mortos - de forma alusiva - no cinema pela mão de um assassino; no “real” pelas forças coercitivas do neoconservadorismo. Para os jovens que, caso perseguissem caminhos tortuosos e depravantes, seriam punidos, na tela de forma física e extrema, representado pela

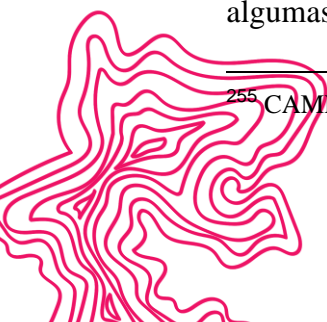


morte; fora dela pela decadência que aquela vida o levaria, pela exclusão social garantida por poderes dominantes. Já aos neoconservadores em si, representados pelo assassino, ficava a mensagem de que deveriam eliminar o mal que rondava o país, nos aproximadamente noventa minutos de filme pelo derramamento de sangue; no restante do dia através da repressão de movimentos sociais, eliminação e exclusão física ou simbólica de identidades “desviantes” aos seus ideais de cidadão estadunidense, com a guerra às drogas e fortalecimento do sistema carcerário, entre outros.

Em meio a tantas figuras genéricas, mas que em seu conjunto formam um personagem bem complexo - seja o assassino, o jovem, a autoridade -, uma em específico é de bastante relevância e configura-se como central nessa dinâmica: a *final girl*. Criada para ser a antítese do assassino, de certa forma ela acaba por compartilhar uma característica em comum com este, mas cito mais a frente. O termo foi criado por Carol J. Clover para definir a protagonista, uma garota integrante do grupo de jovens que, diferente dos demais, não faz nada de “inapropriado” que eles praticam. Virgem, não faz uso de drogas ilícitas, possui um comportamento exemplar, comumente reprime os demais por seus atos libidinosos e transgressores, etc. Ela será, geralmente, o último alvo do assassino dentre as vítimas e sobreviverá. Sua jornada parte dela sendo tentada e julgada pelos demais jovens (em alusão à juventude da época) por sua conduta (ideal da identidade nacional estadunidense), irá resistir às tentações carnisais, mas ainda assim irá presenciar a morte de seus amigos (ensinamento), será perseguida por ter sido associada a eles (exclusão e distanciamento de grupos desviantes como necessário para a preservação dos ideais), procurará ajuda nas figuras de autoridades, que muitas vezes podem até serem eliminadas pelo assassino (falta de adequação das instituições levaria a seu fim ou reestruturação pelo poder dominante), e por fim irá enfrentar o assassino (finalmente irá se adequar perfeitamente) e sobreviverá no fim (permanência do ideal que já existia antes de sua provação).

Alguns pontos devem ser mencionados nessa trajetória da heroína do *slasher*, especificamente no seu fim. Joseph Campbell estabeleceu a teoria da “Jornada do Herói”, ou “Monomito” em seu livro *O Herói de Mil Faces*²⁵⁵ em 1949, para as obras de ficção, que se constitui em três atos da narrativa, subdivididos em doze etapas. Após o herói sair de um local estando com sua consciência limitada, não percebendo determinado problema, ele passaria por algumas etapas de provações até que retornasse ao mesmo local, porém evoluído,

²⁵⁵ CAMPBELL, Joseph. **O herói de mil faces**. Tradução: Adail Ubirajara Sobral. 1997.
XI Encontro de Pesquisa em História da UFMG - ISBN: 978-65-01-11103-2



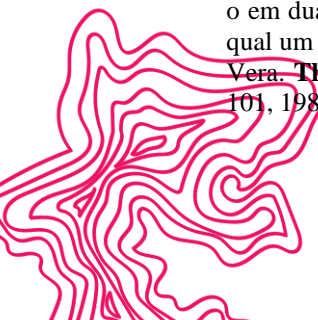
recompensado, retornando com o “elixir”. No *slasher*, a *final girl* passa por algumas dessas etapas e ao finalizar o ciclo ela retorna com o elixir (a certeza de que o caminho certo a se seguir é aquele que ela fora criada para traçar, o ideal neoconservador de cidadão estadunidense), porém em muitos filmes ou em suas continuações nos deparamos com a *final girl* morta pelo assassino que não foi derrotado como ela acreditava, ou louca e internada em um manicômio.

A representação, desta forma, fica mais confusa. Mesmo que ela consiga seguir uma vida normal após todo o trauma, ela ainda carrega as marcas da violência. Caso não, de que teria servido a provação? Se o neoconservadorismo pregou toda a coerção, qual seria o resultado positivo no final, já que ele não existe para aquele que o ouviu? Parece até irônico, diria, já que o próprio sistema não se sustenta e falha pelo seu próprio modo de funcionamento. A historiografia tem diferentes respostas para cada obra, dependendo muito do autor delas e da recepção, ou mesmo da análise de cada pesquisador. Poderia representar a transgressão do autor que quis deixar claro os problemas gerados pela prática opressiva do neoconservadorismo, ou que, mesmo tentando se adequar, a *final girl* sofrerá no fim, pois enquanto o “mal” não for extirpado da sociedade, ninguém, nem mesmo os que se adequaram, irão sobreviver.

A similitude entre a heroína e o vilão merece análise. Ambos nasceram jovens²⁵⁶ “puros”, porém foram influenciados pelo ambiente. A protagonista enfrenta a tentação de seus amigos e parceiro, enquanto o assassino, motivado por um trauma passado, associa suas vítimas atuais aos responsáveis por seu sofrimento anterior. Entretanto, a tomada de decisão de cada um dos dois personagens diante das adversidades difere seu destino e seu símbolo na narrativa. O assassino, quando humanizado, reflete não apenas o braço coercitivo do neoconservadorismo, mas também a juventude prejudicada pelas depravações do mundo.

Não há nisso tudo a associação direta de extermínio físico dos jovens. Os produtores não buscavam incitar a violência diretamente e a reprodução dos assassinatos fora das telas. Trata-se mais de uma associação simbólica. O medo usado como representação teria maior eficácia, pois agiria como uma ameaça. O elenco jovem, com rostos de beleza padrão para a época, atraía grande público da mesma faixa etária. Desta forma, ficava mais fácil levar ao

²⁵⁶ O assassino normalmente tem sua história contada em um *flashback* no início do filme, apresentando sua infância. Vera Dika, em seu ensaio *The Stalker Film, 1978-1981* (1987) apresentou a fórmula do *slasher* dividindo-o em duas partes: o passado, gênese do trauma do assassino e início das suas ações criminosas; e o presente, no qual um acontecimento ligado ao passado traz o assassino de volta à suas práticas violentas. Ver mais em: DIKA, Vera. **The stalker film, 1978-81. American horrors: Essays on the modern American horror film.** PP. 86-101, 1987.



cinema um público que sentiria empatia pelos personagens e, talvez, adequassem ao modelo de juventude que deveria garantir a sua sobrevivência.

O *slasher*, ao atingir adolescentes e jovens-adultos, acabava sendo formulado, ainda que inconscientemente, pensando na criação/formação - através da influência do consumo - de novas gerações cujos valores, costumes e ideais fossem representativos de um Estados Unidos neoconservador. Estas representações seriam, portanto, instrumentos usados na tentativa de moldar ou reforçar uma identidade nacional unificada no estadunidense com a conduta e pensamento adequados àquilo que garantiria o *American Dream*, o *ethos* nacional do país sempre constante, desde suas raízes na Declaração de Independência dos Estados Unidos da América, em 1776. A especificidade do *slasher*, em comparação a demais gêneros audiovisuais, está no foco na juventude e no método utilizado: o apelo ao medo.

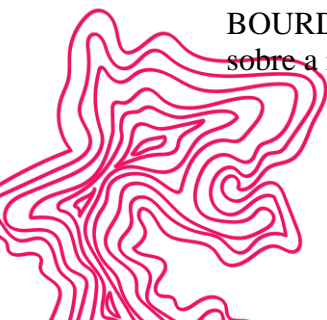
Considerações finais

Apesar dos esforços e do grande sucesso obtido com o gênero dentro e fora do país, o *slasher* não transformou uma juventude em adultos neoconservadores num todo. Não conseguimos, inclusive, mensurar o resultado que obteve, mas é certo que com a evolução desse tipo de filme, ele continua em sua multiplicidade de temas abordados, alguns com discursos conservadores, outros progressistas. Analisando as décadas de 1970 e 1980 nos Estados Unidos da América pela ótica dos filmes *slasher*, vários teóricos estadunidenses e de outros países observaram discursos embebidos da mentalidade social da época. Ao criar “tipos sociais”, os agentes midiáticos, mesmo que não controlados diretamente, muito menos suas intenções, pelo Estado, produziram obras de acordo com aquilo que era aceito como “lugares comuns” do pensamento de seu país.

Desta forma, o *slasher* teve sua parte na construção do imaginário de um jovem estadunidense que deveria ser superado e do que deveria se tornar para sustentar o neoconservadorismo fervente do período. Os efeitos diversos decorrentes desse processo não são certos ou quantificáveis, mas podemos afirmar pela associação das literaturas que, ao agredir simbolicamente as identidades minoritárias, o cinema *slasher* valorizava outra identidade, a dos WASP, e a tornava a meta a ser alcançada para que a América se tornasse grande, novamente, nos moldes da Nova Direita.

Referências Bibliográficas

BOURDIEU, Pierre. **A identidade e a representação**. Elementos para uma reflexão crítica sobre a ideia de região. In: ____ . O Poder Simbólico. RJ: Bertrand Brasil, 1989.



BRUBAKER, Rogers; COOPER, Frederick. **Beyond "identity"**. Theory and society, v. 29, n. 1, p. 1-47, 2000.

CAMPBELL, Joseph. **O herói de mil faces**. Tradução: Adail Ubirajara Sobral. 1997.

CARROLL, Noël. **A filosofia do horror ou paradoxos do coração**. Tradução: Roberto Leal Ferreira. Campinas, SP: Papyrus Editora, 1999.

CLOVER, Carol J. **Her body, himself: Gender in the slasher film**. Representations, v. 20, pp. 187-228, 1987.

DIKA, Vera. **The stalker film, 1978-81**. American horrors: Essays on the modern American horror film, p. 86-101, 1987.

KARNAL, Leandro *et al.* **História dos Estados Unidos: das origens ao século XXI**. Contexto, 2011.

LACERDA, Marina Basso. **O novo conservadorismo brasileiro: de Reagan a Bolsonaro**. Porto Alegre, RS: Zouk, 288 p., 2019.

LAROCCA, Gabriela Müller. **O corpo feminino no cinema de horror: gênero e sexualidade nos filmes Carrie, Halloween e Sexta-Feira 13 (1970-1980)**. Dissertação de mestrado (História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Paraná. Curitiba, PR: 214 p., 2016.

LUÍS, Rui Fernando. **As muitas máscaras do Slasher Movie: Como os medos da sociedade se refletem na evolução do gênero**. Tese de Doutorado. 2022.

PHILLIPS, Kendall R. **Projected Fears: Horror Films and American Culture**. ABC-CLIO, 2005.



Os acadêmicos da Escola de Farmácia e da Escola de Minas na imprensa da Imperial Cidade de Ouro Preto (1839-1889)

Luiz Henrique Ramos Diniz

Graduando em História pela UFMG

luizramosh@hotmail.com

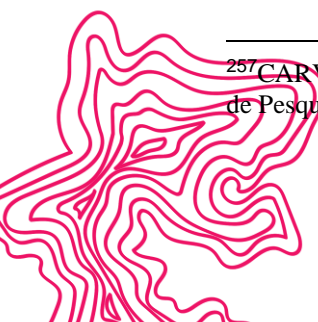
Resumo: Esse artigo reúne informações oriundas do acervo documental do arquivo da Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. O trabalho sistemático de análise dessa documentação teve início há pouco mais de dois anos e essa atividade insere-se no projeto “A Crise do Antigo Regime no Brasil sob o olhar da Imprensa (1821-1889): embates e apropriações da história colonial na Corte e nas Províncias”, apoiado pela PRPq. O projeto objetivou investigar as maneiras através das quais os jornais de Ouro Preto foram mobilizados pelos acadêmicos das duas escolas superiores mineiras centenárias. Pretendeu-se, igualmente, pesquisar a abordagem dos jornais ouro-pretanos a respeito das trajetórias pessoais, políticas e profissionais, as redes de sociabilidade e as vivências de estudantes da Escola de Farmácia e da Escola de Minas, com enfoque especial na última. Sendo possível, assim, desvelar a realidade política, econômica, cultural e social em Ouro Preto entre 1839 e 1899, bem como da participação daqueles que faziam parte de seu ecossistema.

Palavras-chave: Escola de Minas, Escola de Farmácia, Ouro Preto, Henri Gorceix.

Entre 1822 e 1889, diversas transformações ocorreram no Brasil, dentre elas movimentos que marcaram a crise do Antigo Regime. Em Minas Gerais, a imprensa periódica registrou os diferentes eventos que fizeram parte da história da província. Algumas dessas notícias diziam respeito às Escolas de Farmácia e de Minas, ambas fundadas, no século XIX, em Ouro Preto. Também era comum encontrar nas páginas de jornais da época manifestações de acadêmicos, professores e alunos, o que permite compreender seu entrelace com o cotidiano da província.

A Escola de Minas de Ouro Preto possuiu importância decisiva na vida de Minas Gerais, desde o momento de sua fundação, em 12 de outubro de 1876, até seus últimos respiros, em função de dificuldades multiformes. O estudo da instituição é basilar para compreender, além da realidade da educação em Minas no final do século XIX, o contexto político e econômico da província, tendo em vista que sua criação revela a consolidação de certas marcas regionais bem estabelecidas, como afirma José Murilo de Carvalho²⁵⁷.

²⁵⁷ CARVALHO, JM. A escola de Minas de Ouro Preto: o peso da glória [online]. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2010, 196 p. ISBN: 978-85-7982-005-2. Available from SciELO Books.



A constituição da Escola de Minas mantém relação intrínseca com seu criador, o professor Claude Henri Gorceix, que recebeu do Imperador D. Pedro II a missão de formar as bases a partir das quais a instituição estabelecerá suas raízes, desembarcando da França, na província de Minas Gerais para chefiar essa importante missão. O francês era muito bem preparado para a função e trabalhou até o ano de 1891 como o primeiro diretor da Escola. Gorceix participou desde o processo de escolha da localidade e indicação das linhas básicas de seu estabelecimento, até a decisão da constituição do corpo docente. Além disso, Gorceix também estabeleceu as bases através das quais seriam realizados os processos para ingresso na Escola de Minas, como relatado no Jornal A Actualidade: órgão do Partido Liberal, de Minas Gerais, em 1879:

“O Dr. Henrique Gorceix, diretor da Escola de Minas de Ouro Preto, manda fazer constar aos candidatos à matrículas do curso da mesma escola que, conforme determina o art. 9 do respectivo regulamento, as provas escritas começarão na corte e em Ouro Preto a 16 de junho do corrente ano, e as provas orais a 18 em Ouro Preto e na corte, durante o mesmo mês e no dia que posteriormente for marcado (...)”²⁵⁸

A criação da Escola foi iniciativa de D. Pedro II, que no período de maio de 1871 a março de 1872 empreendeu uma série de viagens à Europa, estabelecendo contato com diversos intelectuais franceses²⁵⁹, em especial Auguste Daubrée, professor do Museu de História Natural e recém-empossado diretor da Escola de Minas de Paris. Daubrée também havia estudado com o Imperador na Academia de Ciências de Paris e foi comunicado do desejo do Imperador de estabelecer uma “Escola de Mineiros” no Brasil. O contato de D. Pedro II com o intelectual francês tinha por objetivo a obtenção de conhecimentos, por parte do Imperador, das melhores maneiras de explorar e conhecer as riquezas minerais no Brasil, tendo em vista a expertise do francês no campo geológico.

Auguste Daubrée sugeriu que o Imperador providenciasse a elaboração do mapa geológico do império e recrutasse docentes que tivessem formação no exterior para o ensino de geologia no país. De imediato, D. Pedro II o convidou para conhecer o Brasil, mas o francês declinou a convocação, em função de sua recém nomeação para o cargo de diretor da Escola de Minas parisiense, mas se prontificou a encontrar alguém que pudesse empreender o processo.

²⁵⁸Escola de Minas - Exames para admissão. A Actualidade: órgão do Partido Liberal, Ouro Preto, 03 mai.1879. Disponível em

<<http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=230359&pesq=%22O%20Dr.%20Henrique%20Gorceix%22&pagfis=786>>. Acesso em 25 ago. 2022.

²⁵⁹SILVA, Circe Mary Silva da. Gorceix e a Escola de Minas de Ouro Preto no século XIX. In: Revista da Pesquisa e Pós-Graduação, v. 2, n° 1, p. 5-14, jan./jun. 2000.

O nome de Claude Henri Gorceix, sábio das áreas de geologia e mineralogia, foi indicado por Daubrée, que enfatizou:

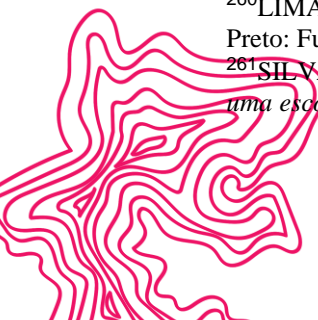
“[...] o senhor Gorceix não é apenas um sábio com grandes e sólidos conhecimentos. Gosta de viajar e sabe como viajar. Demonstrou em várias circunstâncias energia e intrepidez. Suas qualidades pessoais, mormente sua lealdade, proporcionaram a estima de seus antigos mestres. Devo acrescentar que o ardor que ele aplica em suas pesquisas científicas se exterioriza numa certa vivacidade que não se deve confundir com leviandade”²⁶⁰

Filho de Antoine Gorceix e Cécile-Valérie Beure La Mareille, pequenos proprietários rurais na comuna de Saint-Denis-des-Murs, Claude-Henri Gorceix obteve destaque em sua passagem pelo Liceu de Limoges, instituição na qual era bolsista subsidiado pelo governo. Ele licenciou-se em ciências físicas e matemáticas na École Normale Supérieure de Paris, no ano de 1866, também como bolsista²⁶¹, por indicação de Faverot, que havia sido diretor do Liceu durante o período em que Gorceix estudou por lá. No ano seguinte assumiu o posto de agregado-assistente (agregé-preparateur) de geologia e mineralogia na Escola Normal, onde foi aluno de Louis Pasteur. Em 1869 foi nomeado para a Escola Francesa de Atenas, na Grécia, conhecida por admitir apenas os melhores alunos egressos da Escola Normal. Gorceix permaneceu na Grécia por três anos, realizando diversas excursões que em grande parte dedicavam-se ao estudo do vulcanismo, mas retornou à Paris no início do ano de 1874, realizando diversas publicações nos Anais da Escola Normal e nos Anais de Química e Física de Paris. Nesse período recebeu o convite do Imperador para empreender o projeto de fundação da Escola de Minas e embarcou para o Brasil no mesmo ano.

Em 28 de março de 1874, aos 32 anos de idade, Gorceix assinou em Paris o contrato que o tornou responsável por organizar o ensino de mineralogia e geologia no Brasil. Cerca de três meses depois, em junho de 1874, o francês desembarcou na cidade do Rio de Janeiro, conheceu o Imperador e já recebeu sua primeira tarefa: pesquisar a constituição mineralógica e coletar amostras geológicas do solo da província do Rio Grande do Sul, que abrigava os principais depósitos de carvão do Império, na companhia do então diretor do Museu Nacional, Ladislau de Souza Mello Netto. Essa viagem permitiu com que Henri Gorceix reunisse uma coleção de diferentes amostras mineralógicas, que se mostraram bem úteis para o professor, uma vez que serviriam de modelos didáticos para o ensino de geologia na futura Escola de

²⁶⁰LIMA, Margarida Rosa de. D. Pedro II e Gorceix: a fundação da Escola de Minas de Ouro Preto, p. 30. Ouro Preto: Fundação Gorceix, 1977.

²⁶¹SILVA, Circe Mary e THIENGO, Edmar Reis. *Claude-Henri Gorceix: trabalho e competência na criação de uma escola e na formação de discípulos*. Episteme, Porto Alegre, n. 17, p. 69-99, jul./dez. 2003.



Minas de Ouro Preto. Ademais, Gorceix utilizou esse trabalho de campo como elemento para a escrita de uma monografia sobre o mapa geológico do solo brasileiro, incorporando-o aos seus estudos preexistentes iniciados em território francês.

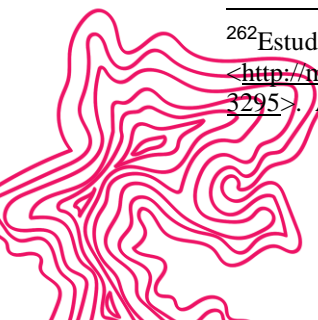
A partir de sua chegada ao território brasileiro, Gorceix foi incumbido de definir o melhor local para a fundação da Escola de Minas, uma vez que o Imperador D. Pedro II solicitou pareceres sobre quais seriam as melhores cidades para o estabelecimento da instituição. O jornal Diário de Minas em sua edição de 23 de dezembro de 1874 noticiou o procedimento de exame da província de Minas Gerais por Gorceix:

“Acha-se encarregado pelo ministério dos negócios do império o professor Henriques Gorceix de examinar nesta província qual a localidade mais própria para o estabelecimento de uma escola de minas, de organizar os orçamentos e planos necessários de fazer coleções mineralógicas e geológicas. O governo imperial recomendou à Exm^a presidência desta província que preste a aquele professor o auxílio de que carecer para o bom desempenho de sua comissão, e neste sentido foram expedidas as convenientes ordens ao diretor geral das obras públicas, para as transmitir aos engenheiros da província.”²⁶²

Em 1875, juntamente com Francisco Van Erven e João Victor de Magalhães Gomes - espectadores assíduos de suas palestras - Claude Henri Gorceix realizou excursões com o intuito de avaliar o campo geológico brasileiro, acrescentando informações ao seu relatório à medida que conhecia diferentes províncias, o que forneceu as bases utilizadas para amparar a decisão de Gorceix de optar pela província de Minas Gerais para estabelecimento da Escola de Minas. Em razão de sua localização geográfica, a cidade de Ouro Preto foi a escolhida para sediá-la, pois apresentava melhores possibilidades de exploração de minerais - especialmente o ouro - em relação às outras localidades. Gorceix entregou seus pareceres ao imperador em maio de 1875 e seis meses depois assinou os documentos que o tornaram responsável por dirigir a Escola de Minas de Ouro Preto e lecionar nas cadeiras de Geologia, Mineralogia, Física e Química durante dois anos e oito meses, com possibilidade de prorrogação anual.

Ao longo do tempo em que esteve à frente da EMOP, Gorceix priorizou a excelência em todos os sentidos, desde a decisão do local no qual a instituição firmou suas bases até o rigor praticado nas avaliações realizadas durante a formação dos discentes. Isso deixou aparente o caráter exigente e profissional do professor francês, fundamentais para conferir à Escola de Minas de Ouro Preto a grandeza que possui até os dias de hoje. As bases sólidas estabelecidas por Gorceix reverberam até os dias contemporâneos, tornando evidente o legado duradouro do

²⁶²Estudos Mineralógicos. Diário de Minas, Ouro Preto 23 dez. 1874. Noticiário. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=376523&pesq=%22Henriques%20Gorceix%22&pagfis=3295>>. Acesso em 02 set. 2022.



seu rigor e dedicação. A Escola de Minas de Ouro Preto, sob sua direção, não apenas se tornou um centro de referência na formação de profissionais da área de mineração e engenharia, mas também contribuiu para a construção de uma base industrial e tecnológica no Brasil. Em um contexto em que a educação superior está em constante evolução e adaptação às demandas de uma sociedade em mudança, a abordagem inovadora do pesquisador francês continua a ser um exemplo contemporâneo para o direcionamento formativo de profissionais tecnicamente competentes, eticamente comprometidos e socialmente responsáveis.

As Escolas de Minas e Farmácia de Ouro Preto são instituições basilares para a história educacional e científica do Brasil, com um legado que transcende o tempo. A Escola de Minas, ao oferecer formação especializada em engenharia e mineração, impulsionou a exploração racional dos recursos naturais do país, contribuindo para o crescimento industrial e tecnológico. Simultaneamente, a Escola de Farmácia desempenhou um papel crucial na transição da farmácia de uma prática empírica para uma ciência sistemática, elevando os padrões de saúde pública e pesquisa no país. Para além do âmbito educacional, ambas as instituições tiveram importância significativa na formação de profissionais especializados, muitos deles com participação efetiva no cotidiano provincial, para além do campo educacional. Mais do que a ocupação do mercado de trabalho pelos egressos das instituições, as Escolas centenárias foram bojo para a formação de indivíduos com participação ativa na vivência social e política de Ouro Preto, contribuindo para a elevação do status intelectual e para a disseminação de valores cívicos. Essas instituições não apenas ocuparam postos de destaque em diversos setores, mas também se tornaram agentes de mudança na esfera pública, influenciando decisões políticas e contribuindo para o desenvolvimento da cidade e do país.

Durante a condução do percurso de pesquisa, os objetivos e propostas iniciais do projeto passaram por ajustes. A análise dos jornais revelou uma notável quantidade de notícias vinculadas à Escola de Minas de Ouro Preto nos periódicos datados do período de estudo, compreendido entre 1839 e 1889. Diante desse novo panorama, houve reconfiguração dos parâmetros de pesquisa, visando uma exploração mais ampla da participação dos ex-alunos da Escola de Minas de Ouro Preto no âmbito político, econômico e social da província. Ademais, a figura proeminente do fundador da Escola de Minas de Ouro Preto, Claude Henry Gorceix, emergiu como um elemento de considerável interesse ao longo do desenvolvimento do projeto. Essa relevância permitiu a incorporação de informações adicionais sobre o pesquisador francês ao presente artigo, com enfoque especial em sua contribuição para a conquista do renome e



prestígio da Escola de Minas de Ouro Preto, elevando-a à condição de instituição de excelência no cenário educacional e científico do período, que reverbera até os dias atuais.

Referências Bibliográficas

CARVALHO, JM. A escola de Minas de Ouro Preto: o peso da glória [online]. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2010, 196 p. ISBN: 978-85-7982-005-2. Available from SciELO Books.

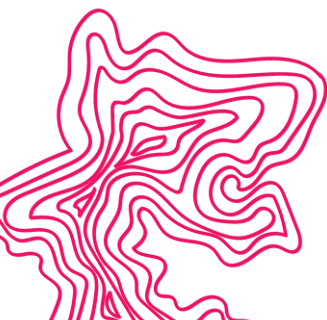
Escola de Minas - exames para admissão. A Actualidade: órgão do Partido Liberal, Ouro Preto, 03 mai. 1879. Disponível em <<http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=230359&pesq=%20O%20Dr.%20Henrique%20Gorceix%22&pagfis=786>>. Acesso em 25 ago. 2022.

Estudos Mineralógicos. Diário de Minas, Ouro Preto 23 dez. 1874. Noticiário. Disponível em <<http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=376523&pesq=%22Henriques%20Gorceix%22&pagfis=3295>>. Acesso em 02 set. 2022

LIMA, Margarida Rosa de. D. Pedro II e Gorceix: a fundação da Escola de Minas de Ouro Preto. Ouro Preto: Fundação Gorceix, 1977.

MENEZES, Messias Gilmar: Claude Henri Gorceix (1842- 1919) e o ensino das ciências geológicas na Escola de Minas de Ouro Preto, no crepúsculo do Império. Campinas, SP, Universidade Estadual de Campinas, 2005. 176p.

SILVA, Circe Mary da e THIENGO, Edmar Reis. Claude-Henri Gorceix: trabalho e competência na criação de uma escola e na formação de discípulos. Episteme, Porto Alegre, n. 17, p. 69-99, jul./dez. 2003.



Carlos Marighella no cinema - representações no documentário e na ficção

Ygor Pires Monteiro

Doutorando pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ)

Email: ygor_pires01@hotmail.com

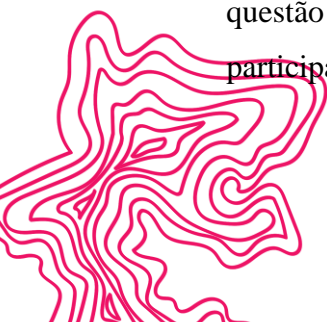
Resumo: A comunicação é o recorte da pesquisa de doutoramento em curso a respeito da trajetória histórica do filme *Marighella*, lançado oficialmente no Brasil em 2021. Carlos Marighella já foi representado em várias obras cinematográficas, como *On Vous Parle du Brésil: Marighella* (1970), *Marighella - Retrato Falado do Guerrilheiro* (2001) e *Batismo de Sangue* (2006). Em cada narrativa, memórias e representações distintas foram construídas sobre o líder revolucionário, a luta armada e a ditadura civil-militar brasileira. Então, este trabalho tem como objetivo examinar as leituras feitas sobre o personagem e os conflitos de seu tempo através do documentário *Marighella*, dirigido por Isa Grinspum Ferraz, de 2012 e da ficção *Marighella*, dirigido por Wagner Moura, de 2019. As duas questões que norteiam a reflexão são as construções cinematográficas que conferem sentidos a Carlos Marighella e as relações entre os filmes e os contextos sociopolíticos de cada ano de lançamento. Sendo assim, consideramos elementos narrativos e aspectos da recepção para analisar como o líder da ALN foi e ainda é representado nas telas do cinema brasileiro.

Palavras-chave: História e cinema, Carlos Marighella, Memória, História do tempo presente.

Considerações iniciais

Carlos Marighella nasceu no dia 5 de dezembro de 1911 em Salvador, na Bahia. Ele foi militante estudantil, membro do PCB, deputado federal constituinte, líder da ALN, marido, pai e poeta. Carlos Marighella foi assassinado pelas forças repressivas da ditadura civil-militar em 4 de novembro de 1969, em São Paulo. Tantas facetas fazem parte do mesmo personagem histórico e o tornam uma figura complexa realçada pela biografia *Marighella – O guerrilheiro que incendiou o mundo* (MAGALHÃES, 2012). Tamanha complexidade também chamou a atenção do cinema em filmes como *On Vous Parle du Brésil: Marighella* (1970), *Marighella - Retrato Falado do Guerrilheiro* (2001) e *Batismo de Sangue* (2006) e *Carlos Marighella – Quem samba fica, quem não samba vai embora* (2012).

Neste trabalho, o objetivo é analisar a representação de indivíduo tão complexo em dois outros exemplos no cinema: o documentário *Marighella* (2012), dirigido por Isa Grinspum Ferraz e o longa ficcional *Marighella* (2019), dirigido por Wagner Moura. Em cada obra, podemos examinar quais sentidos foram atribuídos ao personagem, ao período histórico em questão e à luta armada por narrativas artísticas que dialogam com memórias vigentes e participam da construção dessas próprias memórias. Dessa forma, acompanhamos como



eventos e sujeitos históricos são apropriados e ressignificados fora da academia por cineastas movidos por seus próprios interesses artísticos e/ou pessoais.

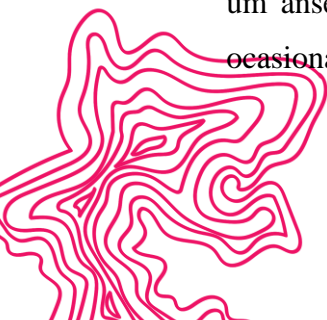
Como o objeto de estudo é o cinema, é importante pontuar que sua linguagem específica precisa ser contemplada para conseguirmos penetrar nas representações criadas sobre Carlos Marighella. Bill Nichols e Francisco Elinaldo Teixeira são autores que ajudam a pensar que os documentários fazem um tratamento criativo da realidade e não um registro imparcial e fidedigno da realidade (NICHOLS, 2016, p.36), assim como desenvolvem diversas possibilidades de construção e encenação do mundo histórico em razão de sua polifonia documental (TEIXEIRA, 2004, p. 15). Robert Rosenstone e Ismail Xavier são autores que ajudam a pensar as ficções a partir das ideias de que as representações do passado ocorrem através de mecanismos artísticos, dramáticos, visuais e sonoros (ROSENSTONE, 2010, p. 230) e seguem princípios de maior ou menor opacidade (ênfase no fazer fílmico do realizador) e transparência (sensação de janela aberta para o mundo) (XAVIER, 2008, p. 18).

Para melhor organização dos propósitos deste trabalho, o texto é dividido em três seções. A primeira trata do documentário *Marighella*, passando por informações da diretora Isa Grinspum Ferraz, do contexto de lançamento e por reflexões sobre a narrativa documental. A segunda segue o mesmo processo (diretor, contexto e narrativa ficcional) para a ficção *Marighella* de Wagner Moura. E, por fim, a terceira faz considerações finais sobre as potencialidades da relação entre história e cinema para a compreensão de Carlos Marighella.

Marighella, o documentário (2012)

Isa Grinspum Ferraz nasceu em Recife, Pernambuco, em 1958. Ela se formou em Ciências Sociais e Filosofia pela Universidade de São Paulo (USP). O campo de atuação é bastante variado com diferentes formas de trabalho. Criou e coordenou projetos na Fundação Roberto Marinho exibidos pela Rede Globo de televisão, como as séries *Brasil, corpo e alma* e *Menino, quem foi teu mestre?*. Trabalhou com Darcy Ribeiro no programa *Escola pela TV* exibido na Rede Manchete de televisão. E coordenou o Museu da Língua Portuguesa em São Paulo e o Museu Cais do Sertão em Pernambuco.

A diretora é sobrinha de Carlos Marighella e deixa essa informação evidente desde o princípio do filme. O documentário foi produzido de acordo com sua vontade de responder a um anseio de longa data que possuiu: saber quem era o carinhoso tio Carlos que visitava ocasionalmente a família, contava histórias ou cantava músicas e era misterioso sobre sua



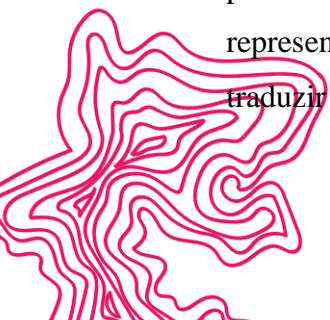
própria vida e o local de moradia. A construção da narrativa se assemelha a outras produções em que as experiências subjetivas do realizador se encontram com história geral do país, como acontece em *Democracia em vertigem* de Petra Costa.

No ano de 2012, o Brasil estava no terceiro governo consecutivo do Partido dos Trabalhadores (PT). Dilma Rousseff era a primeira presidente mulher da história do país e estava em seu primeiro mandato. Além disso, os trabalhos de investigação das violações de direitos humanos entre 1946 e 1988 feitos pela Comissão Nacional da Verdade se iniciavam. Nesse contexto, a sociedade brasileira se deparava com uma série de ações de recuperação de eventos e discussões históricas realizadas por instâncias governamentais ou manifestações artísticas, contrariando os planos de esquecimento da memória operados pela ditadura.

O resgate da imagem de Carlos Marighella tem ligação com o centenário de seu nascimento em 2011. O personagem foi reabilitado por iniciativas políticas que atribuíram a ele o título de cidadão paulistano, escreveram seu nome no livro de heróis da pátria disponibilizado em Brasília e reconheceram a responsabilidade do Estado brasileiro por sua morte. Estas ações foram lidas por Wagner dos Santos Soares como uma reelaboração da figura de Marighella, deixando a imagem de “terrorista inimigo público número um” para assumir o sentido de “herói a ser homenageado por seu sacrifício pelo povo brasileiro” (SOARES, 2012, p. 123).

No mesmo momento histórico, os processos de ressignificação da memória do personagem também foram feitos pela biografia *Marighella – O guerrilheiro que incendiou o mundo* de Mário Magalhães, que investigou as versões fraudulentas para a execução do guerrilheiro (MAGALHÃES, 2012, p. 556). E como 2012 parecia ser o ano de ressurgimento de Carlos Marighella, ainda foram lançadas as canções *Um comunista*, de Caetano Veloso, e *Mil faces de um homem leal*, dos Racionais MC's, que abordam o indivíduo sob a perspectiva do sacrifício, da valorização personalista do homem e de suas múltiplas identidades.

Isa Grinspum Ferraz, então, produz um documentário que entrelaça suas memórias e experiências pessoais e as questões mais amplas da militância política de Carlos Marighella. Ao mesmo tempo que tenta dar sentido à sua história de vida preenchendo lacunas do passado, ela compreende sua família dentro da conjuntura maior da história do país. Levando em consideração as propostas de categorização dos documentários formuladas por Bill Nichols, é possível pensar em *Marighella* como um documentário reflexivo que tem consciência de que representa o mundo com limites e não consegue trabalhar apenas com um estilo realista e traduzir com precisão a realidade (NICHOLS, 2016, p. 202).

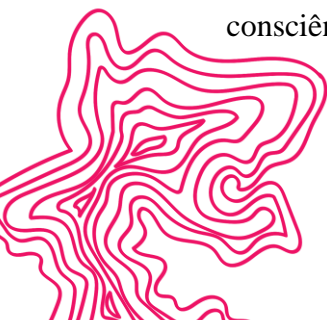


Por isso, a realizadora reconhece que precisa de técnicas ficcionais para tentar entender quem foi Carlos Marighella. Porém, a abordagem documental clássica não é abandonada, como a inserção e imagens de época e os relatos de pessoas que conviveram com o líder guerrilheiro. Em outros momentos, a dimensão pessoal da cineasta é enfatizada através da mobilização de arquivos familiares caseiros com imagens da família e de sua própria narração em *voice over* com o compartilhamento de lembranças de sua infância. Temos assim exemplos de que documentário e ficção não são gêneros nem categorias opostas, pois podem se complementar na representação de temas e períodos históricos (TEIXEIRA, 2004, p. 47).

A ficcionalização criada pela documentarista pode ser percebida nos recursos narrativos trabalhados. Ao invés de recorrer aos sons da voz de Carlos Marighella disponíveis em arquivos ou de mostrar imagens de seus textos, Isa Grinspum Ferraz criou momentos de dramatização nos quais o ator Lázaro Ramos interpreta a narração de discursos, cartas e poemas escritos por Marighella. Pode pensar nos diferentes impactos gerados por essa escolha: a reafirmação da negritude do homem (questionada atualmente por uma visão negacionista que o embranquece), a reverberação das suas ideias políticas no presente na voz de um artista contemporâneo e a valorização dramática da força de seu pensamento.

Em outras passagens, determinadas imagens são ressignificadas ou têm seu sentido ampliado para o desenvolvimento dos propósitos narrativos. Por exemplo, a inserção de imagens de meninos jogando futebol na praia em certo momento do filme pode evocar o que a narração em *voice over* falava sobre Carlos Marighella não ser um militante sisudo que se preocuparia apenas com a seriedade do comprometimento político, pois também se divertia e se relacionava de modo lúdico com seus colegas. Mais adiante, um trecho do filme *Deus e o diabo na terra do Sol* é apropriado para ser expandido como símbolo das utopias revolucionárias da década de 1960.

A própria estrutura do documentário transita entre as fronteiras do documental e da ficcionalização. Se Isa Grinspum Ferraz decidiu realizar a obra a partir do questionamento pessoal de quem seria Carlos Marighella, a narrativa se assemelha a um mistério a ser decifrado. Para isso, o filme é dividido nos moldes de um conjunto de pistas reunidas e investigadas para levar a uma interpretação geral sobre o personagem: na ordem, mulato baiano; prisão, tortura e liberdade; clandestinidade; terra em transe; a guerrilha; a caça mais cobiçada. E tendo a consciência de que a reconstrução do passado não é completa, a diretora não tenta dar uma



resposta definitiva sobre quem foi Marighella e deixa a identidade dele em aberto sob a chave de uma complexidade significativa.

Não se trata, portanto, de criar uma narrativa convencional de reconstruir a trajetória e a imagem do sujeito histórico. A ideia é destacar o caráter fragmentário de um fluxo de memórias da diretora, deixando de seguir uma linearidade clássica ou a disposição dos eventos sob a relação causa e consequência. A fragmentação cronológica faz o documentário saltar de uma época a outra por conta das emoções desencadeadas pela cineasta e pelas pessoas entrevistadas, como a transição do momento em que Marighella se exercita no quintal após o tiro sofrido em um cinema no Rio de Janeiro em 1964 para o encontro mais atual com a tia Clara Charf para receber uma pasta de documentos e textos de Marighella e, por fim, para as recordações passadas de ver o tio carregando uma bolsa que continha veneno.

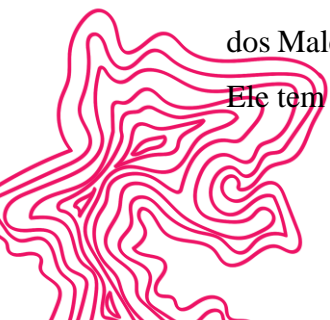
Passear pela abordagem intimista de Isa Grinspum Ferraz e pelas técnicas ficcionais utilizadas no documentário *Marighella* demonstra que a figura do guerrilheiro pode ser representada de formas diversas. Sara Alves Feitosa refletiu sobre as diferentes representações do personagem nos filmes dirigidos por Silvio Tendler, Carlos Pronzato e Isa Grinspum, tendo como eixo condutor a análise do uso de imagens de arquivo e os significados políticos desencadeados dessas escolhas (FEITOSA, 2013, p. 281). Então, não se pode supor que cada obra produzida por Carlos Marighella tenha as mesmas características e objetivos. Este fato se evidencia ainda mais na primeira aparição mais do personagem no cinema ficcional com o filme de Wagner Moura, finalizado em 2019 e lançado oficialmente no Brasil em 2021.

Marighella, a ficção (2019)

Wagner Moura nasceu em 27 de junho de 1976 em Salvador, na Bahia. Ele se formou em Jornalismo na Universidade Federal da Bahia (UFBA). O início de sua atuação foi em companhias de teatro em seu estado natal. Com o passar do tempo, tornou-se um ator amplamente conhecido, tendo trabalhos na televisão e no cinema. Em sua carreira, participou das novelas *A lua me disse* e *Paraíso tropical* e dos filmes *Abril despedaçado*, *VIP's*, *Ó, pai, ó*, *O homem do futuro*, *Tropa de Elite* e *Elysium*.

A estreia na direção foi com o filme ficcional *Marighella*, adaptação livre da biografia *Marighella – O guerrilheiro que incendiou o mundo*. Wagner Moura já demonstrou grande interesse pela história do Brasil, sobretudo pelas rebeliões populares como Canudos e Revolta dos Malês, o que pode ajudar a entender a opção pela luta armada contra a ditadura civil-militar.

Ele tem um pensamento crítico que o faz se identificar e se identificar com um perfil político à



esquerda, o que pode explicar os ataques sofridos na internet, que diziam antes mesmo do lançamento, de que a produção seria a “romantização de um terrorista”.

O recorte do artigo não permite detalhar a questão das dificuldades para o lançamento do filme nem os ataques no universo digital. Em outros trabalhos, já me debrucei sobre os embates de representações e de memórias sobre Carlos Marighella na internet (MONTEIRO, 2022) e sobre a invasão de controvérsias do tempo presente na assimilação da obra (MONTEIRO, 2021). Em geral, o caráter da luta armada e da ditadura, a realização de um filme sobre o assunto na conjuntura em questão e os profissionais envolvidos no projeto são alvos desses debates que interferem na assimilação da narrativa.

As filmagens e a estreia do filme estiveram inseridas em um contexto efervescente no país. Em 2013, as Jornadas de Junho em muitas cidades brasileiras recolaram as grandes manifestações no espaço público, expressando na voz dos manifestantes e nos cartazes empunhados pautas extremamente variadas (NOBRE, 2022, p. 67). Nos dois anos subsequentes, os protestos de proporções expressivas continuaram presentes, reorientando as bandeiras predominantes para o combate à corrupção e a saída de Dilma Rousseff da presidência, além de trazer alguns gritos a favor de intervenção militar.

No mesmo contexto, a Comissão Nacional da Verdade foi organizada para trabalhar entre 2011 e 2014. Apesar de sua realização tardia tanto tempo depois da ditadura e de seu alcance limitado apenas às investigações sem caráter jurídico das violações aos direitos humanos entre 1946 e 1988, os impactos foram sensíveis. Mateus Henrique de Faria Pereira examinou a retomada de discussões públicas sobre o tema a partir da CNV (PEREIRA, 2015, p. 865) e Marcos Napolitano se debruçou sobre a trajetória de memórias do regime com os distintos sentidos e disputas desde os anos 1980 (NAPOLITANO, 2015, p. 36).

Na sequência vertiginosa de eventos do tempo presente, o Brasil também assistiu ao golpe parlamentar contra a presidente Dilma Rousseff em 2016 e as consequências dessa quebra democrática. O governo temporário de Michel Temer, a eleição presidencial de Jair Bolsonaro em 2018 e a radicalização política de uma extrema direita baseada em discursos de ódio, ameaças à democracia, negacionismo e *fake news* (NOBRE, 2022, p. 133). Nesse cenário, ainda houve a pandemia do COVID-19 e a má administração governamental para a crise sanitária.

Wagner Moura, então, produz um longa ficcional que tanto se circunscreve nos limites do que esse contexto coloca quanto desafia as limitações estabelecidas. Portanto, *Marighella*



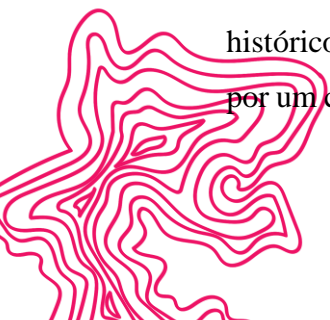
que diz muito sobre a história do tempo presente do Brasil sob diferentes óticas. A começar pelo recorte, uma preocupação para que a duração da narrativa não tornasse inviável muitas exhibições nos cinemas. Então, não se faz uma biografia completa de Carlos Marighella, mas se lança um olhar sobre os últimos anos de vida do guerrilheiro que proporcionam uma força dramática capaz de dar conta de encenações do passado e de debates acerca do presente.

Outro aspecto que indica a entrada do tempo presente na narrativa fílmica é a preocupação em fazê-lo ser visto pelo maior número de pessoas possível. A escolha de combinar um drama histórico ao gênero cinematográfico da ação propicia diferentes possibilidades. É possível enfatizar o protagonista como um homem de ação defensor de ações revolucionárias através das escolhas estéticas criativas. Além disso, permite chegar a uma quantidade ainda maior de espectadores que, por uma construção social específica, preferem assistir a filmes ficcionais de ação aos documentários.

Decidir por uma narrativa que combina drama histórico e ação tem efeitos sensoriais no público que assiste. Jean-Claude Carrière cita o poeta e dramaturgo Antonin Artaud para afirmar que “o cinema age, em primeiro lugar, na pele das coisas, na epiderme da realidade” (CARRIÈRE, 2015, p.47). O autor trabalha a citação no sentido de que a imagem fotográfica cria uma sensação de realismo por se aproxima graficamente dos traços materiais da realidade, mas podemos ampliá-la para pensar que os filmes atingem os espectadores primeiramente no âmbito das emoções e só posteriormente no intelecto.

A característica sensorial em *Marighella* pode gerar adrenalina nas sequências de assalto e nos confrontos entre guerrilheiros e a repressão, mas também outras emoções que dependem das liberdades criativas tomadas pelo filme. Por mais que seja uma história de luta contra a ditadura, é também uma trama de um pai forçado a se separar de seu filho. Nessa chave, a reformulação do momento em que Carlos Marighella é preso no cinema em 1964 coloca Carlinhos na cena embora ele originalmente não estivesse presente. Como efeito emocional, a sequência em questão emociona ao causar aflição de imaginar um filho vendo o pai ser violentamente preso.

Quando observamos um momento assim, é necessário ter o cuidado de não criticar o cinema ficcional justamente dentro daquilo que é sua base fundamental: a estrutura dramática baseada na imaginação e na busca de geração de efeitos sensoriais. Então, a análise de filmes históricos precisa passar pela consciência de que a construção de uma representação do passado por um cineasta não seguirá os mesmos parâmetros adotados pelos historiadores. O cinema lida



com as limitações da duração, as metáforas, as invenções e a criação/alteração/condensação/compressão de diálogos, indivíduos e eventos (ROSENSTONE, 2010, p. 235).

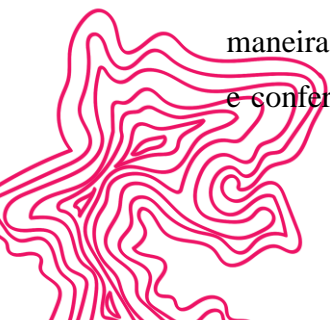
Acima de tudo, os subtextos históricos, narrativos e dramáticos presentes em *Marighella* se relacionam fortemente com o tempo presente do Brasil. A resistência no passado de Carlos Marighella contra a ditadura é recuperada para abordar a resistência contemporânea contra a radicalização política simbolizada pelo golpe de 2016 e pelo governo Bolsonaro. Três momentos são paradigmáticos dessa relação entre temporalidades: a execução de homens negros pelo Esquadrão da Morte evoca as execuções da população negra em comunidades na atualidade; o diálogo entre Marighella e o frade Henrique (interpretado pelo pasto evangélico Henrique Vieira) sobre a negritude de Jesus Cristo se relaciona com a posição de que a religião evangélica não é, necessariamente, reacionária; e a cena final em que os guerrilheiros cantam euforicamente o hino nacional simboliza a reapropriação dos símbolos nacionais por setores sociais progressistas.

Ao fim de uma narrativa que trabalha o filme *Marighella* dentro das condições do tempo presente, o protagonista não pode ser caracterizado de maneira simplista. Ele tem uma imagem multifacetada, que compreende o líder revolucionário, o escritor lido internacionalmente, o pai preocupado com o filho, o apreciador de música e o militante bem-humorado. Consequentemente, o personagem Carlos Marighella tem muito a dizer sobre o Brasil contemporâneo também em uma abordagem ficcional.

Considerações finais

Em outras leituras feitas pela história, Carlos Marighella teria sido representado como um herói no cinema através do destaque da coragem e do desejo de lutar em momentos hostis e da representação de sua morte (GUTFREIND; STIGGER, 20123, p. 55). Tais interpretações foram construídas em torno de filmes como *Batismo de Sangue* e *Marighella – Retrato falado do guerrilheiro*. Embora a reflexão seja articulada ao processo de construção de memórias sobre a ditadura, podemos ir além e propor outros questionamentos ao Carlos Marighella que aparece em filmes acerca de sua trajetória política.

A questão que pode ser mais relevante para embasar as análises dos diálogos entre história e cinema diz respeito ao trabalho criativo com duas temporalidades históricas. De maneira mais óbvia, os filmes de temática histórica criam encenações para determinado passado e conferem significados a ele. Ao mesmo tempo, esse tipo de filme participa dos debates do XI Encontro de Pesquisa em História da UFMG - ISBN: 978-65-01-11103-2



presente comentando alguma questão importante a partir da recuperação de certos eventos do passado. Levando em conta esta capacidade de transitar por temporalidades distintas, podemos analisar criticamente as versões documental e ficcional de *Marighella*.

O filme de Isa Grinspum Ferraz reconstrói o passado recente pelo entrelaçamento entre público e privado, combinando a intimidade da vida familiar da própria diretora com a história política do Brasil a partir da década de 1930. Em paralelo a isso, o documentário se insere em um contexto de retirada de Carlos Marighella do esquecimento público e de reelaboração das memórias a respeito desse sujeito histórico.

O filme de Wagner Moura reconstrói o passado recente pela complexificação da identidade de Carlos Marighella como parte importante da resistência à ditadura, embora reduza o papel do comunismo e individualize a repressão no personagem de Sérgio Paranhos Fleury. Em paralelo a isso, o longa ficcional se insere em um contexto de radicalização política de uma extrema direta e de necessidade de resistir em nome da democracia.

Assim, precisamos nos referir em nossos trabalhos sobre a relação entre história e cinema a essa dupla temporalidade da representação e à linguagem audiovisual específica. Quando atentamos para essas duas características, conseguimos dar maior complexidade aos estudos sobre os filmes de temática histórica. Além disso, percebemos que o cinema se engaja nos debates públicos de seu tempo se apropriando da história e ajudando a criar uma cultura histórica fora da academia.

Referências

Filmografia

FERRAZ, Isa Grinspum (dir.) (2012). **Marighella**. Brasil. Mar Aberto Audiovisual. 100 min

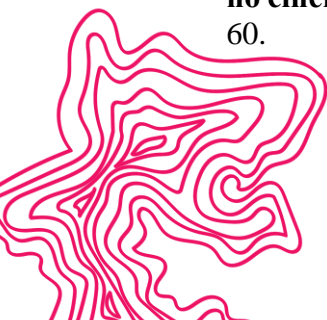
MOURA, Wagner (dir.) (2019). **Marighella**. Brasil. O2 Filmes. 155 min

Bibliografia

CARRIÈRE, Jean-Claude. **A linguagem secreta do cinema**. RJ: Nova Fronteira, 2015.

FEITOSA, Sara Alves. “Um personagem, três diretores, três filmes: Uma análise da trajetória de Carlos Marighella nos documentários de Tandler, Pronzato e Ferraz”. Doc On-line, n. 15, dezembro de 2013, www.doc.ubi.pt, pp. 273-289.

GUTFREIND, Cristiane; STIGGER, Helena. “A resistência armada: Lamarca e Marighella no cinema nacional”. Logos 38. Realidade Ficção. Vol. 20, nº 01, 1º semestre de 2013, pp. 49-60.



MAGALHÃES, Mário. **Marighella: O guerrilheiro que incendiou o mundo**. SP: Companhia das Letras, 2012.

MONTEIRO, Ygor Pires. **Quando o contexto histórico invade um filme: o tempo presente no Brasil atravessa Marighella**. In: XIV Encontro Regional Sudeste de História Oral, 2021, Alfenas. História oral, culturas visuais e memória pública, 2021.

MONTEIRO, Ygor Pires. **Contextos, narrativas e recepções do filme Marighella: o micro e o macro no Brasil contemporâneo**. Temporalidades –Revista de História, Edição 37, v. 14, n. 1, jan./ago. 2022

NAPOLITANO, Marcos. **“Recordar é vencer: as dinâmicas e vicissitudes da construção da memória sobre o regime militar brasileiro”**. Antíteses, v. 8, n. 15, p. 09-44, nov. 2015

NOBRE, Marcos. **Limites da democracia: De junho de 2013 ao governo Bolsonaro**. São Paulo: Todavia, 2022.

NICHOLS, Bill. **Introdução ao documentário**. SP: Papyrus Editora, 3ª reimpressão, 2016.

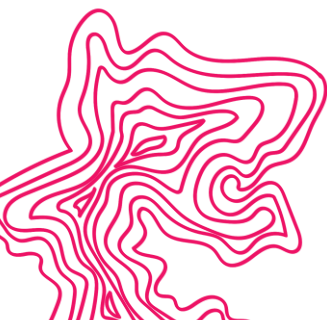
PEREIRA, Mateus Henrique de Faria. **“Nova direita? Guerras de memória em tempos de Comissão da Verdade (2012-2014)”**. Varia História, Belo Horizonte, vol. 31, n. 57, p. 863-902, set/dez 2015

ROSENSTONE, Robert. **A história nos filmes, os filmes na história**. SP: Paz e Terra, 2010.

SOARES, Wagner dos Santos. **De inimigo público a herói nacional: representações da morte de Carlos Marighella**. Dissertação de Mestrado, Universidade Estadual de Maringá, 2012.

TEIXEIRA, Francisco Elinaldo. **Documentário no Brasil: Tradição e transformação**. SP: Summus, 2004.

XAVIER, Ismail. **O discurso cinematográfico: A opacidade e a transparência**. SP: Paz e Terra, 2008.



A miséria do desenvolvimento: As industrializações britânica e soviética

Ana Clara Cavalcanti Barbosa

Graduanda em História - Universidade Federal Fluminense (UFF)

anaclarabarbosa@id.uff.br

Júlio César dos Santos Nogueira

Graduando em História - Universidade Federal Fluminense

julionogueira@id.uff.br

Resumo: A industrialização pode ser entendida como um processo histórico por meio do qual a economia passa a ser orientada e dominada pelo setor industrial, gerando uma alteração tanto quantitativa quanto qualitativa dos meios de produção, com o aumento da produtividade, a transformação das relações sociais, o aprofundamento da divisão social do trabalho e da exploração dos recursos naturais e com mudanças nas relações políticas e econômicas com outros países e sociedades. Nesse sentido, pretende-se fazer a análise comparativa entre dois processos de industrialização: o britânico e o soviético. O objetivo do trabalho é delinear suas principais semelhanças e diferenças para uma compreensão mais aprofundada do processo de industrialização e de como ele pode se dar de formas bastante divergentes. Conclui-se que ambos os processos conseguiram atingir seu sucesso através de graves custos sociais e humanos. Então, devemos questionar os próprios parâmetros da lei do valor - que existe inevitavelmente no capitalismo, e subsiste nas economias mistas socialistas - que impõem “a lógica do crescimento, do desenvolvimento, da valorização, do valor, do capital.”.

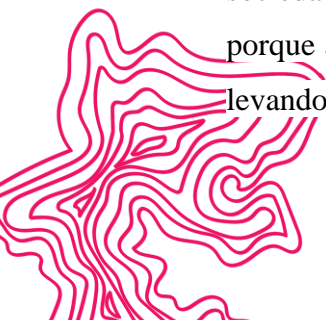
Palavras-chave: Industrialização, Desenvolvimento, Reino Unido, União das Repúblicas Socialistas Soviéticas, História Comparada

Introdução

A industrialização pode ser entendida como um processo histórico por meio do qual a economia passa a ser orientada e dominada pelo setor industrial, gerando uma alteração tanto quantitativa quanto qualitativa dos meios de produção, com o aumento da produtividade, a transformação das relações sociais, o aprofundamento da divisão social do trabalho e da exploração dos recursos naturais e com mudanças nas relações políticas e econômicas com outros países e sociedades.

No entanto, faz-se duas considerações iniciais sobre o que se entende por industrialização, a fim de delinear melhor o escopo teórico do trabalho. Primeiramente, entende-se que ter indústrias é diferente da industrialização. Ou seja, uma determinada sociedade contar com a presença de indústrias não significa que ela é industrializada *de fato*, porque a industrialização supõe o desenvolvimento industrial em todos os setores produtivos,

levando a indústria a uma posição dominante na economia e na organização social como um



todo. Em segundo lugar, a industrialização não é um processo necessariamente capitalista ou que se desenvolve num determinado espaço ao mesmo tempo que o capitalismo.

Nesse sentido, o presente trabalho pretende fazer uma análise comparativa entre dois processos distintos de industrialização: o britânico, mais conhecido como Revolução Industrial, devido ao seu pioneirismo; e a industrialização russo-soviética – o uso do termo se justifica porque este estudo aborda o processo desde seu começo, na Rússia czarista, até o período de consolidação da URSS com os Planos Quinquenais. A partir do estudo destes casos, pretende-se compará-los para não só entender suas particularidades, divergências e convergências, mas também compreender melhor o próprio conceito de industrialização e suas múltiplas formas.

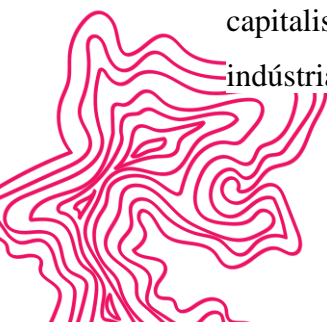
Industrialização Britânica

Pré-condições para a Revolução Industrial:

A Inglaterra foi o primeiro país a passar por um processo de industrialização. Todos os demais processos de industrialização foram fruto de certo planejamento, ou seja, induzidos ou acelerados de diferentes formas. A revolução industrial foi desencadeada pela invenção, na segunda metade do século XVIII, da máquina a vapor e das máquinas destinadas a processar o algodão (ENGELS, 2010).

Existem inúmeras tentativas de explicar porque a Grã-Bretanha industrializou-se primeiro, mas cabe destacar que as principais pré-condições para a industrialização já existiam ou podiam ser facilmente criadas. Os desafios surgidos nesse processo eram facilmente superáveis, tanto porque o tipo de industrialização verificado no século XVIII era barato e simples (tecnologia relativamente simples e necessidade de mão de obra relativamente pouco qualificada), quanto porque o país era suficientemente rico e progressista para tal (HOBSBAWM, 1983). Assim, a revolução ocorreu pois diferentes fatores encontravam-se disponíveis e integrados ao mesmo tempo na Grã-Bretanha setecentista: mão de obra livre, matéria-prima, mercado, capital, fontes de energia, transporte, tecnologia e condições institucionais.

A mão de obra livre necessária para a industrialização surge a partir do processo de roubo das terras da Igreja e expulsão de seus moradores pela Reforma Anglicana e de cercamento das terras comunais. Os cercamentos conquistaram o campo para a agricultura capitalista e criaram a oferta de um proletariado livre para as necessidades produtivas da indústria urbana. Esse processo de proletarização dos camponeses expropriados é acompanhado

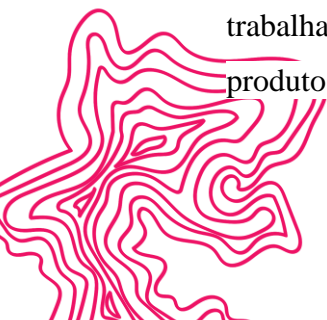


por diversas formas de exploração do trabalhador, como longas jornadas de trabalho e compressão do salário nos limites da mais-valia (MARX, 2013, p. 359).

Além disso, é preciso questionar de onde vem o capital investido na industrialização britânica. Algumas dessas origens são “internas” à Grã-Bretanha e mais facilmente reconhecidas quando se trata do tema: o roubo dos bens da Igreja, a alienação fraudulenta dos domínios do Estado, o furto da propriedade comunal e a transformação da propriedade feudal e clânica em propriedade privada moderna (MARX, 2013, p. 367). Contudo, há um outro fator que, muitas vezes, é esquecido ou não recebe a devida atenção: a exploração colonial. Como o próprio Marx (2013, p. 372) argumenta: “Às manufaturas em expansão, as colônias asseguravam mercado de escoamento e uma acumulação potenciada por meio do monopólio de mercado.” Em seus estudos, Eric Hobsbawm (1983) aponta como a revolução industrial foi sustentada pela concentração dos mercados coloniais ultramarinos e também pela exploração da Irlanda. Já o historiador trinitário-tobagense Eric Williams mostra, com muita precisão, a dinâmica existente entre o monopólio colonial e o tráfico transatlântico de escravos, principalmente no caribe inglês, e a acumulação de capital na metrópole. Essa relação simbiótica se estabelece pois há um escoamento das riquezas dos portos coloniais (Bristol e Liverpool) para as futuras cidades industriais (Manchester, Birmingham e Sheffield) (WILLIAMS, 2012).

A ascensão econômica dos setores médios burgueses na sociedade inglesa gera, com o tempo, sua entrada na política. O resultado desse processo é bastante interessante pois, com a sua consolidação no mercado interno e projeção ao externo, essa burguesia passa a ser contrária às políticas monopolistas que ajudaram na sua construção. Ou seja, há uma contradição entre o que foi feito pela Inglaterra – protecionismo – no início de seu processo de industrialização, e seu discurso – liberal – a partir do momento que já possui um capitalismo consolidado.

Por fim, vale pontuar como os processos de independência política na América Latina também contribuem e se relacionam com o processo de industrialização britânico. Uma vez independentes, esses países passam a girar em torno da Inglaterra, tornando-se países dependentes e subdesenvolvidos. Eles se articularam em função dos requerimentos ingleses, exportando bens primários em troca de manufaturas de consumo. Esses bens primários serviram não só como matéria prima para a indústria, mas também como meios de subsistência para os trabalhadores. A oferta dos países latino-americanos permitiu a especialização inglesa em produtos manufaturados e o forte incremento da classe operária industrial (MARINI, 2011).



Logo: “A história do subdesenvolvimento latino-americano é a história do desenvolvimento do sistema capitalista mundial” (MARINI, 2009, p. 47).

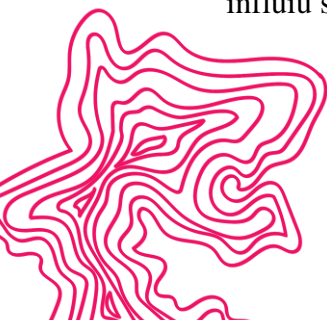
Setores produtivos afetados e urbanização

A Revolução Industrial britânica não afetou todos os setores produtivos de forma homogênea ou simultânea. Inicialmente, tal processo esteve ligado sobretudo à indústria têxtil, em especial ao algodão. Com isso, retoma-se a discussão sobre colonização e dependência, pois o algodão tinha um vínculo explícito com o mundo subdesenvolvido. Não só a matéria-prima provinha quase exclusivamente das colônias britânicas, como a Índia (na época *Raj britânico*) e o sul escravocrata dos EUA, como também era um produto essencialmente de exportação (HOBSBAWM, 1983, p. 53-55). Outros setores produtivos afetados em seguida foram aqueles ligados a bens de capital: ferro, aço e carvão, sobretudo. Isso se deu porque, com a fabricação de máquinas, surgiu um interesse crescente pelo ferro, sua principal matéria-prima.

Outra questão central da industrialização britânica foi o processo de reorganização urbana que a acompanhou. Com os cercamentos, muitos camponeses foram expropriados e acabaram se mudando para as cidades, onde se tornaram operários e vendiam sua mão de obra em fábricas. Tal processo gerou um intenso fluxo migratório e, com isso, um inchaço urbano nas cidades que se tornaram os principais centros urbanos ingleses: especialmente Londres, mas também Liverpool, Manchester, Birmingham, entre outras. Em todas essas cidades, houve uma construção intensa e desordenada, com moradias precárias e empilhadas umas sobre as outras. Os bairros operários, marcados pela falta de salubridade e de higiene, eram escondidos da vista e da consciência da burguesia (ENGELS, 2010).

O surgimento do proletariado

Friedrich Engels (2010) considera o surgimento do proletariado como o principal resultado da Revolução Industrial. Ela foi acompanhada de um grande crescimento demográfico, o qual ocorreu principalmente na classe operária. Esta, sem possuir os meios de produção, precisa vender sua força de trabalho, sendo explorada pela classe dominante. A primeira categoria de proletariado a aparecer foi o proletariado industrial, aquele que é produto imediato da indústria. Depois, quando a produção ou extração de materiais para a indústria tornou-se crucial, surgiu um novo proletariado: os operários das minas. Por último, a indústria influenciou sobre a agricultura, levando ao aparecimento do proletariado rural (ENGELS, 2010).

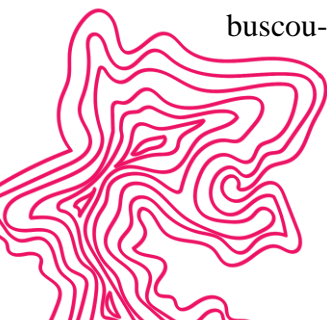


A reorganização urbana já analisada acima impactou diretamente na vida do proletariado, com, por exemplo, o desenvolvimento do egoísmo e do isolamento urbano. Para além disso, não se pode esquecer do impacto sobre a alimentação, o vestuário e a saúde do proletariado. Quanto mais pobre, menos diversificada e nutritiva era a alimentação, o que prejudicava a saúde dessas pessoas. Já quanto ao vestuário, o proletariado usava roupas em péssimas condições, às vezes mesmo farrapos, pouco apropriados ao clima inglês. Conjuntamente, temos a poluição do ar respirado nas cidades e o consumo de água poluída, que também transmitem inúmeras doenças (ENGELS, 2010).

A falta de instalações sanitárias e a falta de acesso a cuidados médicos são outros fatores que propiciam o adoecimento e, muitas vezes, a morte do proletariado (ENGELS, 2010). No entanto, a morte de um indivíduo deixa de ter qualquer relevância no processo produtivo, uma vez que este último foi despersonalizado. O trabalhador passa a poder ser substituído por qualquer outro disposto a vender sua mão de obra em troca de um salário, ainda que irrisório e insuficiente.

Ademais, a transição para a sociedade industrial acarretou uma reestruturação dos hábitos de trabalho e, com isso, mudou a medição e a relação do e com o tempo na sociedade britânica. O tempo livre proporcionado aos trabalhadores pela aplicação de máquinas à produção passa a ser visto pela elite econômica britânica como um problema. Mesmo que ela própria não trabalhasse e vivesse da renda de suas terras, de benesses estatais ligadas a títulos nobiliárquicos ou do lucro industrial, o lazer das massas era considerado uma soma de não-produtividade com impertinência (THOMPSON, 1998). Na lógica capitalista, o tempo social e de trabalho deve ser consumido para aumentar a produção e o lucro. Por fim, cabe destacar o papel da instituição escolar. A escola passa a ser utilizada para que os jovens internalizem o “uso econômico do tempo” e adquiram o “hábito do trabalho”. Com a obrigação do estudante de levantar cedo, ser pontual e aprender sobre ordem e trabalho, pretende-se acostumar a nova geração dos filhos dos trabalhadores a essa nova organização social (THOMPSON, 1998), baseada na exploração de sua mão de obra.

Portanto, a Revolução Industrial gerou enormes transformações, afetando desde aspectos econômicos e políticos até hábitos culturais e a própria organização social inglesa. Ainda que impossível analisar, neste espaço, toda a amplitude de um processo tão complexo buscou-se destacar seus principais fenômenos e características, explicitando como a



industrialização britânica não afetou apenas esse país, mas também outros povos e, em última instância, o desenvolvimento do sistema capitalista mundial que existe hoje.

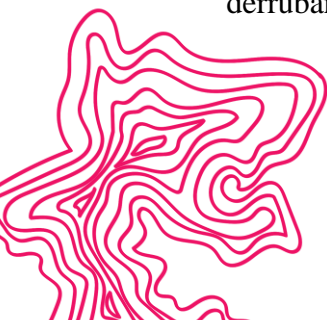
Industrialização Russo-Soviética

A economia da Rússia pré-revolucionária:

Se, por um lado, é verdade que capitalismo e industrialização não coincidem e nem necessariamente estão juntos, por outro, eles possuem uma relação. Isso porque, para termos um processo generalizado de industrialização, antes precisamos de um processo generalizado de acúmulo de riquezas que sejam, posteriormente, investidas na cadeia produtiva. A lógica capitalista, qual seja, a de sua própria expansão, precisa existir para que a industrialização aconteça. Assim, uma industrialização na URSS, ainda que não capitalista, só pôde existir porque antes tivemos uma industrialização capitalista na Inglaterra.

A economia russa se caracterizava pela coexistência de formas adiantadas do capitalismo com elementos feudais e atrasados da agricultura; formas primitivas de produção industrial em pequena escala, com atraso na tecnologia industrial agrícola e nos equipamentos de bens de produção (VILLELA, 1970). Lênin, ao escrever *O Desenvolvimento do Capitalismo na Rússia*, apontava que o capitalismo já estava em plena marcha em fins do século XIX e início do XX. O incipiente capitalismo russo, se comparado aos outros países imperialistas de então, era atrasado e lento. Era um capitalismo que também avançava aos sobressaltos e introduziu na sociedade russa “marcas” irremediáveis. Lênin chega à conclusão de que a natureza do capitalismo não poderia ocorrer de outro modo senão em meio a uma série de desigualdades e desproporções, desenvolvendo-se de forma aleatória e aos saltos. (LENIN, 1982).

Diversos fatores levaram ao início das revoluções em 1917. Dentre eles, vale citar as condições precárias da vida no campo, ligadas à servidão há pouco extinta; a miséria de grande parte da população; o descontentamento com os enormes gastos e as inúmeras mortes decorrentes do envolvimento da Rússia na Guerra Russo-Japonesa (1904-1905) e na Primeira Guerra Mundial. A revolução que se avizinhava se diferenciaria das antigas revoluções burguesas, pois o elemento decisivo que se manifestava seria uma nova classe, constituída sobre uma base industrial concentrada, possuidora de uma nova organização e novos métodos de luta. Apenas o proletariado poderia dar uma resposta revolucionária ao processo histórico russo, derrubando a monarquia burocrática. Uma vez tomado o poder, a questão principal colocada



pela economia era como fazer uma transição ao socialismo em uma economia capitalista e atrasada como a russa de princípios do século XX.

Comunismo de Guerra

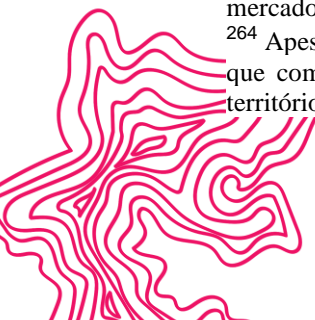
De modo geral, a economia de transição é caracterizada por “uma unidade dialética entre algumas leis gerais do modo de produção capitalista, ao mesmo tempo em que são construídas ‘legalidades’ da nova sociedade.” (CARCANHOLO, 2017, p. 169) Essa transição delineia um processo complexo de *economia mista*. Esse período de pontapé da economia mista não pretendia eliminar a propriedade capitalista e nem suprimir o mercado, mas garantir o controle do Estado sobre esses aspectos da vida econômica. O geógrafo argentino Claudio Katz (2004) defende a posição de Trotsky sobre a economia de transição ao afirmar que a direção do processo econômico deveria ser dada pelo *planejamento*. Esse programa de transição contaria com a redução progressiva tanto dos elementos constituídos pela lei do valor quanto do mercado como regulador das decisões econômicas²⁶³.

A política tomada logo após a Revolução de Outubro e que durou até início de 1918 era baseada nas *Teses de Abril* de Lênin e defendia a *aliança operário-camponesa*, ficando conhecida como “capitalismo de Estado”. Entretanto, este termo não será utilizado neste trabalho. Entendemos o Estado como instituição representante das classes dominantes e, considerando que o capitalismo precisa da atuação e da regulação estatal para conseguir manter-se de pé, pode-se afirmar que *todo capitalismo É de Estado*. Alguns podem argumentar que a questão aqui é um Estado “forte”, mas mesmo essa expressão é problemática, porque esse Estado supostamente fraco é sempre forte se falarmos, da manutenção das fronteiras, da repressão de revoltas populares, em suma, da manutenção de uma ordem que beneficie a classe dominante. Logo, “capitalismo de Estado” parece redundante.

O contexto imediatamente posterior à Revolução Russa é marcado pela Guerra Civil²⁶⁴, que se estende até 1922, e será durante essa guerra que se produzirá o que ficou conhecido como *Comunismo de guerra*. Segundo o economista Xabier Arrizabalo Montoro (2014), o comunismo de guerra designa o esforço que se destina a ganhar a guerra, sendo necessário para

²⁶³ Esse período de pontapé da economia mista não pretendia eliminar a propriedade capitalista e nem suprimir o mercado, mas garantir o controle do Estado sobre esses aspectos da vida econômica.

²⁶⁴ Apesar de ser chamado de *guerra civil*, ela teve a participação ativa de vários exércitos da Europa Ocidental - que compunham o Exército Branco. Acharmos mais correto caracterizá-lo como um processo de invasão do território russo/soviético.



alcançar a sobrevivência da revolução. O planejamento da economia foi restrito por conta das próprias condições de guerra.

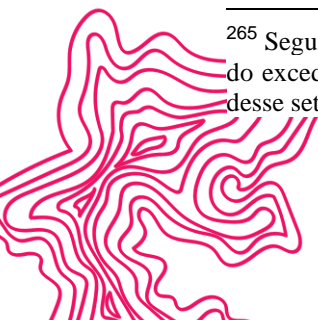
Na agricultura, houve monopólio estatal do trigo, apropriação compulsória dos excedentes de produtos considerados de maior necessidade e apropriação dos *kulaks*. Na indústria, o setor foi totalmente nacionalizado, ficando a produção nas mãos do Estado e o gerenciamento das empresas com o controle centralizado, além da proibição de comércio privado e da desmonetização parcial da economia. Nos serviços, manteve-se o monopólio do comércio exterior e ampliou-se a nacionalização de bancos, companhias de seguro e transportes²⁶⁵.

NEP

A *Novaya Ekonomiceskaya Politika*, ou Nova Política Econômica (NEP) foi o conjunto de práticas econômicas que serviu como resposta de Lênin à deterioração das condições econômicas e sociais da Rússia, visando ao restabelecimento da economia socialista. Ocorre por três motivos principais, que possuem entre si uma relação de causa e efeito. O primeiro seriam as próprias características do comunismo de guerra, que contribuíram para que a produção agrícola não se tornasse dinâmica. Houve uma produção catastrófica em 1921, ainda refletindo muito a condição de guerra em que a Rússia estava. O segundo motivo vem do abandono, ao longo do comunismo de guerra, da *aliança operário camponesa* - que tinha sido o alicerce da Revolução Russa. A resistência dos camponeses ao comunismo de guerra era consequência da apropriação compulsória dos excedentes de produtos considerados de maior necessidade e da apropriação dos *kulaks*. Esse rechaço camponês gerou uma tensão insustentável para essa aliança. O último motivo seria o fracasso das experiências revolucionárias na Europa Ocidental. Esse aspecto reforça o segundo e isola a Rússia no cenário internacional, exigindo a manutenção da aliança operário-camponesa, que conflitava com a estratégia econômica do comunismo de guerra.

A grande novidade da NEP foi a tentativa de aumentar a produção de bens de consumo e desenvolver “a independência e a iniciativa” das empresas estatais para que elas ficassem responsáveis por sua própria gestão, prevendo também o agrupamento destas empresas em uniões (*trusts*) (CROUZET, 1958). A NEP também previa medidas como controle do comércio

²⁶⁵ Segundo o economista Marcelo Carcanholo, a principal característica desse período foi o confisco pelo Estado do excedente da produção agrícola e, em alguns casos, até dos insumos necessários para a própria manutenção desse setor.



externo e a estatização de bancos, indústrias, terras e transportes, entendidas como de caráter socialista. Ao mesmo tempo, contava com a liberdade do comércio interno, o funcionamento de pequenas empresas e concessões ao capital norte-americano, francês e alemão. O programa foi, desde o começo, muito criticado, tanto por parte da população quanto por membros do Partido Bolchevique. Alguns autores afirmavam seu caráter estritamente capitalista, pois, ao permitir medidas como a livre mobilidade de capitais e a estatização da iniciativa privada, a NEP reintroduziu aspectos típicos da economia mercantil-capitalista.

Ao pensar nas consequências da NEP de forma mais ampla, não se pode negar que ela levou a um crescimento econômico bastante rápido e significativo. Por outro, abriu espaço para um processo de estratificação social tanto no campo, com o fortalecimento dos *kulaks*, quanto na cidade, com o surgimento dos *nepmen*, pessoas que haviam enriquecido a partir do comércio e também da pequena produção. Apesar disso, o modelo soviético passou a ser exemplo para todos os países que buscavam a transição ao socialismo, e a NEP pode ser considerada a primeira experiência de planejamento econômico no mundo (FRANCA, 2020).

Planos Quinquenais

No XIV Congresso do PCUS, em 1925, é aprovada a tese do “socialismo em um só país”. Houveram debates acalorados àquela época tanto acerca da tese vitoriosa, contra a tese defendida por Trotsky da “revolução permanente”, quanto acerca da defesa da NEP pelos partidários da aliança operário-camponesa, contra a oposição de esquerda que defendia um processo de acumulação primitiva socialista, através da coletivização das terras. Apesar de Stalin ter se consagrado vitorioso em ambos os debates (na ocasião, defendia também aliança operário-camponesa e a continuidade da NEP), logo ficou desvelada a extrema contradição existente entre as duas propostas. Isso porque se, por um lado, a continuidade da NEP provocava o desenvolvimento do capitalismo no seio da economia soviética, por outro, a tese do socialismo em um só país exigia uma industrialização rápida e pesada (não prevista na NEP) para conseguir fazer frente a possíveis avanços imperialistas contra a URSS.

Assim, no ano de 1927, o XV Congresso do PCUS aprovou novamente a tese do “socialismo em um só país”, mas agora atrelada ao processo de coletivização das terras para dar início à industrialização pesada. No ano seguinte, o primeiro Plano Quinquenal é colocado em prática. A continuidade existente entre todos os Planos Quinquenais, até o início da Segunda Guerra Mundial, foi o seu foco na indústria pesada do setor produtor de meios de produção.

Porém, esse processo de industrialização, exitoso pois tornou a URSS a segunda maior



economia do mundo no pós-guerra, também foi resultado de um grande sacrifício humano. O processo de coletivização forçada provocou uma disputa muito grande com os *kulaks* e também uma grande fome que é, até hoje, tema de debate, sobre se foi resultado de vários fatores fora do controle do Estado soviético (o qual a coletivização mais acentuou do que provocou), ou se foi uma política deliberada de Stalin e do Estado para exterminar as populações do campo. Nossa percepção pende muito mais para a primeira interpretação do que para a segunda, mas a polêmica ainda não está fechada e não é nossa intenção resolvê-la.

Conclusão

Colocando os processos de industrialização britânico e soviético lado a lado, nota-se tanto as continuidades quanto as rupturas, as quais merecem ser destacadas. São três distinções: temporal (uma foi nos séculos XVIII-XIX e a outra no século XX); espacial, pois são diferentes quanto à extensão, aos recursos naturais, ao clima, o acesso a portos e a fronteiras com outros países; e o contexto socioeconômico, já que a inglesa aconteceu em um país capitalista e a soviética numa economia mista em transição para o socialismo. As continuidades são principalmente duas: a intervenção estatal foi de grande importância para os dois processos de industrialização, ainda que essa atuação do Estado tenha sido completamente diferente entre os casos aqui examinados; e ambas causaram um grande impacto sobre a população, ainda que de modos bastante distintos.

Do ponto de vista dos parâmetros produtivistas e industrializantes, ambos os processos atingiram seu sucesso através dos graves custos sociais e humanos que deixaram no meio do caminho. Então, devemos questionar os próprios parâmetros da lei do valor - que existe inevitavelmente no capitalismo, e subsiste nas economias mistas socialistas - que impõem “a lógica do crescimento, do desenvolvimento, da valorização, do valor, do capital.”

Referências bibliográficas

CARCANHOLO, Marcelo D. Lei do Valor e economia soviética: implicações para o debate sobre a transição. In: DEMIER, Felipe, MONTEIRO, Márcio Lauria. *In: 100 Anos depois: A Revolução Russa*. Rio de Janeiro. Mauad X, 2017

CROUZET, Maurice. A época contemporânea: o mundo dividido. In: CROUZET, M. (org). *História geral das civilizações*. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1958, v. 16.

ENGELS, Friedrich. (1845). *A situação da classe trabalhadora na Inglaterra*. São Paulo: Boitempo, 2010.

FRANCA, Acson Gusmão. Estado e Planejamento na antiga URSS: Revisitando a Revolução Russa e resgatando as ideias e práticas revolucionárias de Lenin. *Revista Cantareira*, n. 31, 1



jan. 2020. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/cantareira/article/view/40270>. Acesso em 22 de novembro de 2022.

HOBBSAWM, Eric. **Era dos extremos: o breve século XX, 1914-1991**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

KATZ, Claudio. **El porvenir del socialismo**. Buenos Aires. Imago Mundi-Herramienta, 2004.

LÊNIN. **O Desenvolvimento do Capitalismo na Rússia**. São Paulo. Abril Editorial. 1ª Edição, 1983

MARINI, Ruy Mauro. **Subdesenvolvimento e Revolução**. Santa Catarina. Editora Insular. 2009.

MARINI, Ruy Mauro. Dialética da dependência. In: TRASPADINI, Roberta e STEDILE, João Pedro. (orgs.) **Marini: Vida e Obra**. 2ª Edição. São Paulo: Expressão Popular, 2011

MARX, Karl. A assim chamada acumulação primitiva. In: **O Capital – livro 1 - O processo de produção do capital**, capítulo 24. Rio de Janeiro: Boitempo Editorial, 2013.

MONTORO, Xabier A. Capitalismo y economía mundial: bases teóricas y análisis empírico para la comprensión de los problemas económicos del siglo XXI. Madrid: IME/ ARCIS, 2014

NETTO, José Paulo. Introdução. In: Coleção Os Economistas: Lênin. O Desenvolvimento do Capitalismo na Rússia. São Paulo. Abril Editorial. 1ª Edição, 1983

THOMPSON, Edward P. Tempo, disciplina de trabalho e capitalismo industrial. In: _____. **Costumes em comum: estudos sobre a cultura popular tradicional**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

TROTSKY, L. Peculiaridades do desenvolvimento na Rússia. In: A História da Revolução Russa. Brasília: Senado Federal, 2017. Disponível em: <https://www.marxists.org/portugues/trotsky/1930/historia/vol01.pdf>. Acesso em 05 de dezembro de 2022.

VILLELA, Annibal. o Desenvolvimento Industrial da Rússia, 1860-1913. Revista brasileira de economia : RBE ; revista da Escola de Pós-Graduação em Economia da Fundação Getúlio Vargas. - Rio de Janeiro, ISSN 0034-7140, ZDB-ID 209941-X. - Vol. 24.1970, 1, p. 31-85

WALLERSTEIN, Immanuel. Capitalismo histórico. In: _____. **Capitalismo histórico & Civilização Capitalista**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2001.

WILLIAMS, Eric. **Capitalismo e Escravidão**. 1ª edição São Paulo: Companhia das Letras, 2012.



A formação da burguesia zebuína e a articulação desta classe nas disputas pelo poder político (1934-1967)

João Pedro Passos de Barros Borges

Graduando - UFMT
passospbb@gmail.com

Resumo: O artigo aborda a história da Sociedade Rural do Triângulo Mineiro e sua articulação política por meio da análise do acervo documental do Museu do Zebu. O trabalho também explora a organização da sociedade como uma organização partidária, de acordo com o conceito gramsciano, com os membros dirigentes, os criadores da sociedade e as articulações presentes nas revistas conectando ambos. Busca-se compreender como a política se relaciona com a determinação econômica, refletindo as transformações das relações de produção durante o período varguista, que levaram à formação da burguesia nacional. O estudo também analisa o papel de Vargas na consolidação da burguesia zebuína como uma indústria internacional, com relação ao Paraguai durante o governo JK e à ditadura militar, incluindo o apoio ao golpe de 1964 e a articulação dos fazendeiros nesse contexto. Concluindo que há mais pesquisas a serem feitas e que é possível demonstrar a influência política dessas classes no Estado brasileiro.

Palavras-chave: Zebu; Economia Política; Classes sociais.

Introdução

Este artigo tem como objetivo discutir a influência da Sociedade Rural do Triângulo Mineiro (SRTM) e sua participação no bloco de poder em diversos momentos da história brasileira. Para isso, serão abordados dois pontos principais: a definição de classes sociais e as referências teóricas dos autores Gramsci, Poulantzas e Balibar.

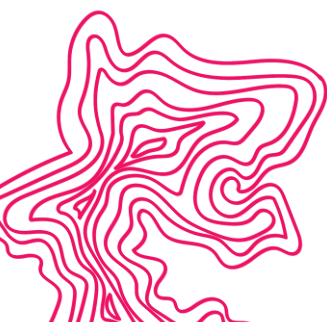
Além disso, serão apresentadas e analisadas as fontes utilizadas para esta pesquisa em andamento, justificando sua relevância e fornecendo evidências empíricas.

O que são classes sociais?

Antonio Gramsci, filósofo, teórico político e líder comunista italiano, introduziu o conceito de "hegemonia" para compreender a disputa ideológica das classes dominantes. Ele enfatizou que o poder de uma classe dominante não se limita apenas à coerção, mas também inclui a conquista ideológica e cultural.

Gramsci destacou a autonomia relativa da superestrutura e a conexão entre sociedade civil e sociedade política em suas análises. No entanto, sua obra não aborda diretamente a relação entre classes sociais e o modo de produção. Assim sendo, Cf. Poulantzas:

É, aliás, inegável que Gramsci dá o flanco à interpretação errônea de suas análises referentes ao materialismo histórico, mais particularmente das referentes à dominação política que é a dominação hegemônica de classe, em razão de sua concepção



historicista do materialismo dialético. Esta se manifesta, a propósito do estatuto do ideológico, em seu conceito de “bloco histórico”. Em Gramsci, esse conceito serve para pensar a unidade da teoria e da prática, da ideologia — englobando a ciência (“intelectuais orgânicos”) - e da estrutura, em suma, a unidade de uma formação social em seu conjunto em um momento historicamente determinado. Porém, essa unidade é, exatamente, a totalidade expressiva do tipo historicista, reduzindo a instância do ideológico e do teórico no conjunto da estrutura social: “necessidade de reforçar a concepção do “bloco histórico”, onde precisamente as forças materiais são o conteúdo e as ideologias a forma, distinção da forma e do conteúdo puramente didática”.* Nesse contexto, o bloco histórico é apenas a formulação teórica do “presente” histórico de extração hegeliana, a copresença das instâncias na totalidade expressiva do devir linear, tornando-se a ideologia a simples expressão da história. (POULANTZAS, 2019, p. 203)

Por outro lado, as ideias de Nicos Poulantzas, sociólogo marxista grego, ressaltam que as classes sociais são a expressão das estruturas e que a ciência histórica é o movimento do bloco de poder (POULANTZAS, 2019, p. 41) no Estado moderno (burguês). Ele rompeu com o mecanicismo entre economia e política, teorizando a autonomia relativa do político em relação à determinação econômica em última instância. No entanto, Poulantzas acredita-se que há uma limitação do autor por reduzir os fatores econômicos aos políticos e não compreender plenamente a determinação do valor e da mercadoria nas disputas da burguesia (HOSHIKA, 2020).

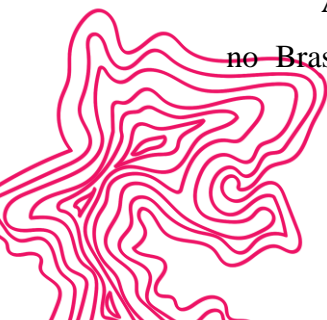
Etienne Balibar, filósofo e político francês, apresenta um estudo complexo da luta de classes, destacando a determinação do valor como resultado da constituição de mais-valia. Ele enfatiza que a luta de classes tem início quando o modo de produção explora a burguesia sobre o proletariado, concebendo o modo de produção como uma determinação em movimento.

O que é essencial, em última instância, numa tal definição? É o facto de ela inscrever a *luta de classes* não como uma simples *consequência* do modo de produção e de exploração, mas *na própria definição* do modo de produção. Por outras palavras, não somente o modo de produção capitalista (como já acontecia com os modos “pré-capitalistas” aos quais sucede) *não passa de* um modo de exploração, como a própria exploração *não passa de* a forma histórica fundamental da luta de classes. (BALIBAR, 1975, p. 130)

Balibar contrapõe a ideia de que o modo de produção é um constructo teórico abstrato e ressalta sua relação com a luta de classes. Nisto, o processo de fracionamento da burguesia é tido como uma consequência da disputa pela apropriação de mais-valia dentro dos diferentes tipos de capitais, o qual um deles é predominante em dado momento histórico.

Sociedade Rural do Triângulo Mineiro e poder de classe

A Sociedade Rural do Triângulo Mineiro foi moldada pelo desenvolvimento capitalista no Brasil, e sua classe dominante, os zebuzeiros, foram tanto resultado quanto agentes



transformadores deste processo. Décio Saes (1985) enfatiza que a ruptura de 1930 inseriu diversos grupos no controle da economia, e um evento significativo foi a descoberta de um boi na Índia, que levou à mudança das atividades de pastoreio para a pecuária devido à crescente demanda por carne no mercado mundial após a Primeira Guerra Mundial.

O grande ciclo das importações está intimamente ligado à conjuntura internacional. A primeira Grande Guerra (1914/1919) favoreceu o desenvolvimento da indústria alimentícia no Brasil, que passou de 26.6% do total da produção em 1907, para 40.2% em 1920. Isto foi consequência do aparecimento de uma nova indústria: a de congelamento de carnes, que valorizou extraordinariamente os preços do boi em pé. A exportação brasileira de carne, nula antes do conflito, subiu em 1918 para sessenta mil, quinhentas e nove toneladas anuais. Foi o período em que se instalaram no Brasil os grandes frigoríficos estrangeiros, dos quais o de Barretos (Angio) foi da maior importância para a valorização dos rebanhos do Triângulo Mineiro, Goiás e Mato Grosso. (LOPES; REZENDE, 1984, p. 31)

A antiga aristocracia se depara com um novo cenário: o mundo capitalista.

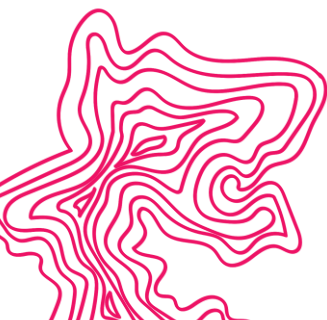
Os zebuzeiros já haviam obtido algumas isenções tributárias durante a República Velha (LOPES; REZENDE, 1984). No entanto, a implementação de uma política econômica que moderniza os grandes centros industriais urbanos e preserva as contradições do mundo rural é o elemento-chave que possibilita o poder dessa classe.

Diferentemente de outros trabalhos (FONSECA, 2020), é importante demarcar o que é poder e qual a hierarquia de análise e condições de reprodução do poder. Os zebuzeiros tem poder material porque são latifundiários e, na medida em que há um desenvolvimento capitalista sem que eles tenham de abdicar de suas tradições aristocráticas, eles são capazes de criar a partir do entesouramento uma riqueza que se expressa de modo cultural.

A cultura aqui é considerada um elemento secundário em relação ao latifúndio, não porque seja causalmente determinada pelo econômico de forma mecânica, mas porque os zebuzeiros não estão apenas simulando uma força política sem objetividade social, eles realmente a possuem. Há uma demanda por carne, a consolidação dos frigoríficos, relações políticas e a capacidade de influenciar a política nacional.

Além disso, eles estão organizados partidariamente, como proposto por Gramsci, especialmente em um período de extinção dos partidos políticos.

1. um elemento difuso de homens comuns, médios, cuja participação é dada pela disciplina e pela fidelidade e não pelo espírito criativo e altamente organizativo. Sem esse grupo, o partido não existiria, é verdade, mas é também verdade que o partido não existiria “somente” com eles. Eles constituem uma força na medida em que houver quem os centralize, organize, discipline.



2. o elemento principal de coesão que centraliza no plano nacional, que torna eficiente e potente um conjunto de forças que, sozinhas, valem zero ou pouco mais. Esse elemento é dotado de força altamente coesiva, centralizadora e disciplinadora e até – talvez por isso mesmo – “inventiva” (se entendermos a inventividade em uma certa direção, segundo as linhas de força, perspectivas e mesmo certas premissas).

3. um elemento médio, que articule o primeiro com o segundo, que os coloque em contato não só “físico”, mas moral e intelectual. (SADER, 2005, p. 16-17)

Nesse contexto, é sugerido que uma diretoria (2.) seja estabelecida para garantir a coesão interna entre os associados (1.) e as lideranças, ou seja, os intelectuais orgânicos, que muitas vezes são figuras notáveis da sociedade, como Francisco de Assis Chateaubriand (3.)²⁶⁶. Acreditando existirem o primeiro, segundo e terceiro elemento.

Para identificar esses intelectuais internos e descobrir sua real capacidade de poder e articulação, é necessário recorrer ao periódico dos associados, intitulado "O Zebu"²⁶⁷.

E como esta afirmação pode se comprovar empiricamente para além de um axioma o qual se sabe que latifundiários tem poder objetivo?

Havia um grande conjunto de clubes, o caso do Jockey é um clássico nas cidades médias, mas a SRTM era mais do que capaz de conseguir segregar culturalmente a sociedade ou criar circuitos fechados de elogios entre as “elites”, ela foi capaz de criação do parque Fernando Costa, uma construção de um parque público concedido a partir de terras da prefeitura e construído pelo governo federal, mas nesse contexto ganha seu monopólio de função pública: o reconhecimento do registro genealógico.

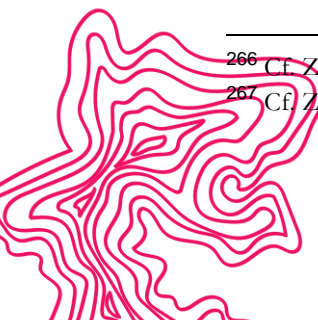
Somente a SRTM pode dizer se um zebu é Zebu. Isso permite que haja uma centralidade territorial da agropecuária nas decisões políticas dos criadores do triângulo mineiro.

Dentro da complexa combinação de setores industrial e agrário no Brasil, com predomínio industrial em resposta à ofensiva das oligarquias cafeeiras, tornou-se evidente a consolidação das condições para a execução dos interesses de classe por parte dos zebuzeiros. O status de associado, necessário para registrar gado como zebu, é obtido por uma parte do salário para os criadores de gado médios e pequenos, o que era praticamente impossível naquela época, configurando uma espécie de "sobreexploração".

Por outro lado, os grandes criadores transferiam uma parte da mais-valia apropriada para obter tal associação. Essa atividade emergente é filtrada através do monopólio político da

²⁶⁶ Cf. ZEBU, Museu. Acervo documental.

²⁶⁷ Cf. ZEBU, Museu. Acervo documental.



Sociedade Rural do Triângulo Mineiro. Como resultado, ao comparar as posições políticas dos zebuzeiros do Triângulo Mineiro com a sociedade paulista, observa-se que o posicionamento político dos triangulinos é mais evidente, enquanto os paulistas se posicionam apenas com João Goulart.

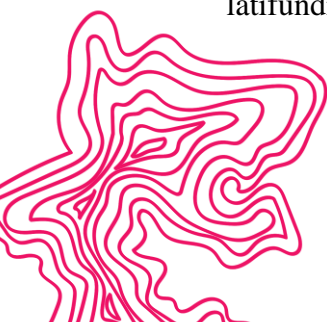
Não bastasse essas condições, há uma campanha de perdão das dívidas que atravessa governos e ganha destaque no congresso quando executada. Veja o caso, os criadores de Zebu contraíam grandes empréstimos e começam a especular o valor do gado a partir da raça, contudo, Vargas irá tabelar uma relação de peso o preço, fazendo com que muitos fazendeiros fiquem com enormes dívidas (LOPES; REZENDE, 1984).

Essa relação de crédito artificial com o zebu que se transforma em dívida, também cria, na contramão, uma grande campanha política de perdão de dívidas que propicia debate interno. É este o momento fulcral que prova a capacidade de execução dos interesses políticos, ao passo em que o sistema tributário cria condições de desenvolvimento industrial com esse perdão da dívida, a posição privilegiada em face do monopólio localizado da catalogação de raças e transforma essa categoria regional em uma burguesia nacional

É este o fato concreto a ser discutido, tais condições políticas não condizem a uma disputa pelo aparato do executivo, uma bancada legislativa na cidade de Uberaba e região, se trata de uma classe de capacidade e exemplos de disputa no bloco do poder. O zebu não é um momento de desenvolvimento econômico de coronéis ruralistas em oposição a um mundo moderno. As leis de incentivo que existem desde o momento pré-capitalista na primeira república, comprovam um nível de planejamento econômico do Estado para o desenvolvimento de forças produtivas em dada atividade.

A pecuária se portará como uma atividade econômica eminentemente industrial. Sendo uma relação econômica fundamental daquilo que é nomeado como “Estado de compromisso” (SAES, 1985).

E, se já existiam leis de incentivo, há provas substanciais de que o envolvimento político não girava em torno do aparelho executivo ou da câmara de vereadores, mas uma relação que só pode ser compreendida em âmbito de história nacional. As disputas de cargos são, um momento secundário, dado que sem os jornais ou os cargos, o poder advindo dos coronéis é do latifúndio e é, surpreendente, que o autor (FONSECA, 2020) que apresenta dados como esses



em momentos diversos dos textos, não organize o desenvolvimento das contradições no decorrer do texto, a ponto de centralizar o poder de latifundiários em um jornal.

Para além das discussões sobre o liberalismo dos zebuzeiros e o quanto eles devem ou não cuidar de suas próprias dívidas, o fato é que Vargas vêm à região em 1950 durante a campanha, se proclama zebuzeiro, promete o perdão das dívidas e minimiza as críticas a especulação. Depois concede, já eleito, o perdão das dívidas e sofre uma ojeriza da oposição.

Eles trouxeram diferentes presidentes da república e isto não pode ser resumido a um teatro de líderes que gostavam de aparecer. O presidente da república é posto como um elemento distante que condensa o poder que chega aos fazendeiros e, não o contrário.

No limite, a afirmação de um teatro na foto apaga as manchetes de jornais afirmando um contrato entre o Ministério da Agricultura e a Sociedade Rural do Triângulo Mineiro em 1951. Ignora a capacidade de articulação da classe ao conseguir um perdão de dívidas que fizesse a UDN esbravejar a “socialização dos prejuízos e privatização dos lucros”(LOPES; REZENDE, 1984).

A amizade, os afetos, são algo na política, mas as cores róseas que formam a subjetividade dos agentes, mesmo que maiores, não podem ignorar que eles aparecem e se relacionam como relações de produção. A capacidade de articulação no bloco do poder dos zebuzeiros dá relatos de que André Fonseca caminha para uma análise na documentação limitada.

O ponto principal é que a História possui um arcabouço de métodos que evitariam a insinuação de que os zebuzeiros são uma classe decadente e forçada a circular as diretorias de Uberaba e seu aparelho político executivo ou legislativo (quem sabe o judiciário pelos caminhos da formação de bacharéis bem letrados em Javanês — como sugeriria Lima Barreto — ou bem instruídos da teoria do medalhão — como ensinara o pai ao filho em um conto de Machado de Assis). O ponto principal é que compreender as elites pela sua pretensa hipocrisia, como se fosse sempre decadente, ou não-racional; não interagem ao todo com a figura do “homem de negócios”²⁶⁸, o burguês europeu, ensina e contribui muito pouco, ou nada, para a análise política brasileira.

²⁶⁸ Para figurar a linguagem de Florestan Fernandes sobre a burguesia.

Para além de construção de parques, constituição de funções públicas e perdão de dívidas, há a consolidação de um mercado internacional. Na passagem de SRTM para ABCZ, eles conquistam uma posição enquanto capital industrial sobre outras fracções da apropriação de mais-valia a partir do “sobrelucro”.

Conquistaram uma patente internacional a partir das negociações políticas com o presidente do Paraguai. Esse é um fato notável na medida em que eles conseguem elaborar uma expansão dos circuitos de valorização do valor a partir da consolidação de uma produção industrial de gado no Paraguai, mas também são capazes de manter esta como uma patente sua, revelando não somente uma posição imperialista sobre outros países da América Latina, ou afirmando a dominância do capital industrial sobre outros setores do capital, como um capital agrário típico do pastoreio, eles conseguem impor-se enquanto classe na apropriação da mais-valia dos trabalhadores da cadeia produtiva paraguaia.

E isto não se faz, senão em inúmeras projeções de objetivos partidários dos convites do presidente à exposição de Gado e os jornais apostam numa expectativa de futuro (KOSELLECK, 2021) de mercado da pecuária.

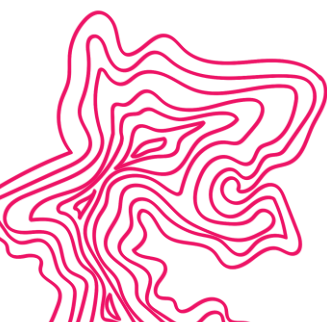
O presidente da Associação dos Criadores de Nelore do Brasil, José Mario Junqueira de Azevedo, convidou pessoalmente o presidente Médici, há pouco, em Brasília, para inaugurar a 1.ª Exposição-Feira de Nelore marcado para Março de 1972 na Agua Branca. SP. O presidente Strossner, do Paraguai, grande mercado em potencial do Zebu Brasileiro, também deverá ser convidado. (O ZEBU, 1971, p. 16)

Esta é a demonstração final do que é poder, a capacidade de uma classe de impor seus interesses. E isto não se fez somente em âmbito nacional, mas neste momento: internacional.

Atravessando esse período, ocorre o golpe militar de 1964, que não obstante, contou com o apoio dos zebuzeiros, que enviaram uma carta aos militares após a vinda de João Goulart. Não obstante, há também um intenso posicionamento e descontentamento com o governo de Castello Branco, principalmente naquilo que se refere à questão agrária. (LOPES; REZENDE, 1984)

Portanto, propõe duas coisas: o estudo e a necessidade, que se espera justificada, da ampliação dos estudos sobre as sociedades pecuárias, para além do debate sobre o modelo agro-exportador e a compreensão de como a articulação desta classe em um partido societário é capaz de transformar o processo político.

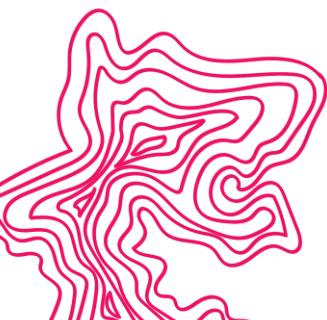
Conclusão



Espera-se, a partir dos exemplos mencionados, mesmo que brevemente, ter conseguido justificar a ampliação dos levantamentos empíricos a respeito da pecuária e o maior entendimento de como o chamado "partido societário" atuou. Essa pesquisa poderá contribuir para desenvolver, futuramente, uma articulação maior entre as diferentes sociedades e como elas atuam em momentos políticos específicos, caminhando para uma compreensão mais aprofundada da "burguesia brasileira" e suas frações.

Referências Bibliográficas

- BALIBAR, Etienne. **Cinco estudos do materialismo histórico**: volume II. Lisboa: Editora Presença Portugal, 1975.
- FONSECA, André Azevedo da. **A metrópole imaginária**. Curitiba: Editora UFPR, 2020.
- HOSHIKA, Thais. Crítica marxista do Estado e do direito: para além de Nicos Poulantzas. **Verinotio—Revista on-line de Filosofia e Ciências Humanas**, v. 26, n. 2, p. 403-431, 2020.
- KOSELLECK, Reinhart. **Uma latente filosofia do tempo**. São Paulo: Editora Unesp, 2021.
- MARX, Karl. **O capital**: crítica da economia política: livro 1: o processo de produção do capital. São Paulo: Boitempo, 2017.
- ZEBU, Museu. **Acervo documental**. Acessado em 28/07/2023.
- POULANTZAS, Nicos. **Poder político e classes sociais**. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2019.
- SADER, Emir (org.). **Gramsci**: poder, política e partido. São Paulo: Expressão Popular, 2005.
- SAES, Décio. **Classe média e sistema político no Brasil**. São Paulo: T. A. Queiroz, Editor, 1985.



AGRADECIMENTOS

Agradecemos às professoras e aos professores do curso de História da UFMG por todo o apoio na realização do XI EPHIS. Em especial, agradecemos a Ana Paula Sampaio Caldeira, André Luiz Pereira Miatello, Douglas Attila Marcelino, Juliana Miranda Filgueiras, Mariana de Moraes Silveira e Miriam Hermeto de Sá Motta.

Agradecemos à diretoria e aos/às servidores/as da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da UFMG.

Agradecemos a todas as pessoas que participaram do evento, apresentando trabalhos ou coordenando Simpósios Temáticos, ministrando ou assistindo minicursos, compondo mesas temáticas ou estando presentes como ouvintes, realizando ou assistindo as atividades culturais.

Por fim, agradecemos às monitoras e aos monitores que, ao lado da Comissão Organizadora, tornaram o Encontro possível.



XI

EPHIS UFMG
2023

ENCONTRO DE PESQUISA EM HISTÓRIA - UFMG
EM HOMENAGEM A EBIO HENRIQUE ALMEIDA CAMARGOS



ANAIS

XI ENCONTRO DE PESQUISA EM HISTÓRIA

**NARRATIVAS EM DISPUTA:
NOSTALGIA, IDENTIDADES E APROPRIAÇÕES DO PASSADO**

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
BELO HORIZONTE
2023**